SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais
JORNAL OFICIAL
ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO
AMM

Mato Grosso , 26 de Novembro de 2014 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO IX | Nº 2110

ESTADO DE MATO GROSSO
ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

PRESIDÊNCIA
ERRATA AO REGIMENTO ELEITORAL DA ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS.

A Associação Mato-grossense dos Municípios torna público, para conhecimentos dos interessados, que no artigo 3º do Regimento Eleitoral, Onde se lê:
Artigo 3º- "A concorrência ao pleito deverá ser por chapas, contendo a nominata dos candidatos com 8 (oito) dias de antecedência."
Leia-se:
Artigo 3º- "A concorrência ao pleito deverá ser por chapas, contendo a nominata dos candidatos com 5 (cinco) dias de antecedência."

E no Parágrafo 2 do Artigo 4 onde se lê:

"Art. 4º....."
....
Parágrafo 2º - As chapas serão recebidas e certificadas, mediante consignado, na segunda via a data e hora e assinatura do responsável, dentre os membros da Comissão Eleitoral designada, com a antecedência máxima de 8 (oito) dias de início da Assembleia"

Leia-se:
"Art. 4 º....."
....
Parágrafo 2 º - As chapas serão recebidas e certificadas, mediante consignado, na segunda via a data e hora e assinatura do responsável, dentre os membros da Comissão Eleitoral designada, com a antecedência legal prevista no artigo 3º.

Publicado por:
Noides Cenio da Silva
Código Identificador:0102104E

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

DIRETORIA DA AMM
BIÊNIO 2013/2014

Presidente de Honra: Meraldo Figueiredo Sá- PSD

Presidente: Valdecir Luiz Colle – Juscimeira -PSD
Primeiro Vice-Presidente: Milton José Toniazzo – Terra Nova do Norte – DEM
Segundo Vice-Presidente: Jamar da Silva Lima – Nova Brasilândia - PT
Terceiro Vice-Presidente: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu - PSB
Quarto Vice-Presidente: João Antônio da Silva Balbino – Rosário Oeste - PSB
Quinto Vice-Presidente: Leonardo Farias Zampa – Novo São Joaquim - PR
Secretário Geral: Carlos Roberto Bianchi – São José dos Quatro Marcos - PSB
Primeiro Secretário: Elias Leal-Mirassol D´Oeste - PSD
Segundo Secretário: Humberto Bortolini – Itiquira - PR
Tesoureiro Geral: Moacir Pinheiro Piovezan – Porto dos Gaúchos PSB
Primeiro Tesoureiro: Divina Maria da Silva Oda – Pontal do Araguaia - PSB
Segundo Tesoureiro: Ademir Gaspar de Lima – Jaciara – PT

CONSELHO FISCAL

1 –Magali Amorim Vilena Morais – General Carneiro - PSD
2 –Fábio Schroeter – Campo Verde - PTB
3 –Fausto Aquino de Azambuja Filho – Luciara (PSB)

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1 –Luiz Henrique do Amaral – Cocalinho - PT
2 –Daniel Gonzaga Correia – Vale de São Domingos - PP
3 –José Mauro Figueiredo – Arenápolis – PRB
GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO
Gerente de Comunicação
Malu Sousa
Encarregado Jornal
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123-1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE MATO GROSSO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL "COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL
EDITAL DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS 01/2014

EDITAL DE RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2014
TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2014

A Comissão Permanente de Licitação do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal comunica a quem possa interessar que, após abertura e julgamento das propostas apresentadas à Licitação realizada na Modalidade Tomada de Preços Nº 01/2104, tendo como objeto a contratação de empresa especializada, no ramo de engenharia, para a execução, mediante o regime de empreitada por preço global, de obras de construção do sistema de resíduos sólidos em consorcio, incluindo equipamentos de controle tratamento e monitoramento, triagem, compostagem e outros serviços correlatos, conforme especificações e elementos técnicos constantes no projeto básico e demais anexos do edital, teve como VENCEDORA do LOTE II – Galpões Pré Moldados em Concreto, a empresa HFC CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA, CNPJ 09.427.335/0001-65, localizada à Rua das Primaveras, nº 503W, Centro, na cidade de Nova Mutum-MT, com o valor global de R$ 460.638,13 (Quatrocentos e sessenta mil, seiscentos e trinta e oito reais e treze centavos). Já o LOTE 01 – obras de engenharia civil, elétrica, hidráulica e outras, foi fracassado por falta de interessadas.

São José dos Quatro Marcos, 24 de novembro de 2014.

DARIU ANTONIO CARNIEL
Presidente C.P.L.

Publicado por:
Dariu Antonio Carniel
Código Identificador:B8E0571E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 032/2014.
A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados a Tomada de Preços nº. 032/2014, foi: DESERTO.

Água Boa, 25 de novembro de 2014.

VERA LUCIA FRIES
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:98F18A74

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 074/2014
A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designada pelo Decreto 2.643/2014; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 13/11/2014, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que teve como vencedores as empresas: Maq. Moveis Office Comercio de Moveis para Escritório ltda-ME e Wanda Comercio de Moveis e Equipamentos para Escritório Ltda-EPP.

Água Boa, 25 de novembro de 2014

IVANIA CEZIRA VOLPI
Pregoeira

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:3E3FD510

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 039/2014 – RESULTADO DE HABILITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Rua Silvio José de Castro Maia, n.º1043 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento de todos que o resultado da fase de habilitação do supracitado certame, que tem por objeto Contratação de Empresa Especializada para Realização de Processo Seletivo Simplificado de provas e títulos, para cargos voltados à Secretaria de Municipal de Educação para o ano de 2015, habilitaram-se as seguintes empresas: ACPI ASSESSORIA CONS. PLANEJ. & INFORMATICA LTDA CNPJ: 36.879.070/0001–09 e CONSESP – CONCURSOS, RESIDENCIAIS MEDICAS, AVALIAÇÕES E PESQUISAS LTDA CNPJ: 07.056.558/0001-38. Abre-se o prazo para recurso para fase de habilitação a contar desta data. Informamos ainda, que a íntegra do processo encontra-se autuado e a disposição dos interessados que o desejarem examinar.

Alto Araguaia – MT, 24 de Novembro de 2014.

RÍSIA K. V. B. RESENDE
Presidente da CPL

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:36AAC0AC

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
OBRA - CONTRATO 323/2013

Quarto termo aditivo ao contrato 323/2013
Contratada: Orlando Borges ME
Objeto: Reforma e pintura da Escola Municipal Patrocínio Joaquim Dias (Zona Rural)
Prazo: Fica o presente aumentado o prazo de vigência em 150 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 30/05/2015 e execução dos serviços em 150 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 30/01/2015 prorrogável nos termos da Lei 8.666/93.
Data: 25/11/2014

Alto Araguaia 25/11/2014

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA
Setor de Licitações

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:00506BE7

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
OBRA - CONTRATO 218/2014

Primeiro termo aditivo ao contrato 218/2014
Contratada: Orlando Borges ME
Objeto: Lote 03 - Construção de bueiros do córrego Leonardo; Lote 04 - Córrego do Hélio local MT-481 km 35 e Lote 05 - Construção de bueiro córrego Joaquim Fernando local MU-45 km 07.
Prazo: Fica o presente prorrogado o prazo de vigência em 60 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 29/08/2015 e execução dos serviços no lote 04 e 05 em 60 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 26/01/15 e 15/02/15 respectivamente prorrogável nos termos da lei 8.666/93.
Data: 25/11/2014

Alto Araguaia 25/11/2014

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA
Setor de Licitações

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:F130ED66

PREVIMAR - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ALTO ARAGUAIA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DA RECEITA E DA DESPESA PREVIDENCIARIA

A Sra. Neia Carvalho Silva Maia, Diretora Executiva da PREVIMAR – Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Municipais de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, em cumprimento ao art. 37 § 1º da CF, combinado com o art. 2º § 2º da Lei 9717/1998 e suas alterações, torna público aos interessados que o demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciária, relativo ao 5º bimestre do exercício de 2014, encontra-se a disposição no mural da PREVIMAR e nos sites www.altoaraguaia.gov.br e http://www.qualitysistemas.com.br/portalcidadao/conteudo.php?

Alto Araguaia (MT), 21 de novembro de 2014.

NEIA CARVALHO SILVA MAIA
Diretora Executiva

Publicado por:
Luzimar Inocencio da Costa
Código Identificador:773F0F57

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2014 - REGISTRO DE PREÇO N° 011/2014

A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT, torna público, c/ base na Lei no 10.520/2002 e Decreto Municipal 019/2009 e 001/2010, subsidiariamente a Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, o aviso de Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DA FARMACIA BASICA, INSUMOS DE ENFERMAGEM, MATERIAL ODONTOLOGICO E**

MEDICAMENTOS DE DEMANDA ESPONTÂNEA, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA ATENDER TODAS AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA - MT". Abertura no dia 09 de Dezembro de 2014, às 13:00 horas, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista/MT, qualquer informação pelo fone: 66-3539-1113.

Alto Boa Vista/MT, 25 de Novembro de 2014.

CRISTIANO RUBIN PARIZOTTO
Pregoeiro
Port: 011/2014

Publicado por:
Cristiano Rubin Parizotto
Código Identificador:EDA7F6B4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 139, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

CoNVOCAM A V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes- Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

O Prefeito Municipal de Alto Garças - MT, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política a **Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes- Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.**

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a **V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE** , a ser realizada no dia 28 de novembro de 2014, tendo como tema central: **"Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes- Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".**

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Garças-MT, 17 de novembro de 2014.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

MARCELLA STEFÂNIA SOUZA SPERANDIO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Eliane Ribeiro da Silva Pereira
Código Identificador:A8F4175D

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 104/2014
TOMADA DE PREÇOS Nº. 008/2014
O MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS, Estado Mato Grosso, por intermédio da sua Comissão Permanente de Licitação, designado pela Portaria nº 116/2014, de 03 de julho de 2014, torna público aos interessados o resultado final do processo supracitado, cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA ESCOLAR COBERTA E COM VESTIÁRIO, NO ÂMBITO DO PAC 2, REF. RECURSOS PROVENIENTES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS FORNECIDO PELO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL".** A Comissão decide declarar vencedor a empresa TRB ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 12.538.397/0001-59, localizada na Avenida Governador Julio José de Campos n°842, Sagrada Família, Rondonópolis - MT, com o valor de R$ R$ 630.262,92 (Seiscentos trinta mil duzentos sessenta dois reais noventa dois centavos), conforme Edital do Processo.

Alto Garças – MT, 12 de novembro de 2014.

MARCIANA VILA ALVES
Presidente da CPL.

Publicado por:
Marciana Vila Alves
Código Identificador:00FC2364

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA 306

PORTARIA 306/2014

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.
Considerando a necessidade de organizar, estruturar e estabelecer as Normas sobre o regime Jurídico estabelecido pelas Leis Municipais 11 de 19/11/1990, 264 de 02/08/2010, 265 de 02/08/2010 e 247 de 01/03/2010, que Dispõem sobre o Estatuto e dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Alto Paraguai – MT.
RESOLVE:

Art. 1º - Reenquadrar, o servidor municipal JAYDOMAR DE ARAUJO GOMES, mat 000120 que adquiriu o direito à elevação da CLASSE E NIVEL **191 C5** PARA CLASSE E NIVAL **191 C6** com a data de 09/11/2014;

Art. 2º - Reenquadrar, a servidora municipal MARIANE CRISTINA DA SILVA ALMEIDA que adquiriu o direito à elevação da CLASSE E NIVEL **253 A2** PARA CLASSE E NIVEL **253 B2** com data retroativa de 23/09/2014 ;
Art. 3º - Reenquadrar, a servidora municipal ELZINHA NOBRES DA SILVA ALEIXO DE CASTRO que adquiriu o direito à elevação da CLASSE E NIVEL **253 A1** PARA CLASSE E NIVEL **253 B2,** com data retroativa de 08/10/2014;
Art. 4º - Reenquadrar, a servidora municipal THAIS DA SILVA ALVES, que adquiriu o direito à elevação da CLASSE E NIVEL **253 A2** PARA CLASSE E NIVEL **253 B2** com data retroativa de 23/09/2014;
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;
Registra-se;
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 25 de Novembro de 2014.

Publicado por:
Glaucia Vanuccia Dias Machado
Código Identificador:AE34EBD6

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N.º 788/2014

Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de Crédito Especial no valor de R$ 510.000,00, para Construção de Quadra Escolar Coberta com Vestiário.

EU, MAURICIO JOEL DE SÁ, Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar abertura de crédito especial no valor de **R$ 510.000,00 (Quinhentos e Dez Mil Reais),** conforme disposto no inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei Federal Nº 4.320/64, para atender a seguinte dotação orçamentária: ‘

02.080.0.0.27.812.9110.1028 - Construir/Ampl. Qdras., Praças Esportivas, M.Campo e Pistas Esportivas
449051000 – Obras e Instalações - R$ 510.000,00

Art. 2º - Para cobertura do presente Crédito Especial objeto do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de proposta PAC nº 208316/2014.
Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari (MT), 04 de novembro de 2014.

ENG.º MAURÍCIO JOEL DE SÁ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Paes Capoci
Código Identificador:74CF36D1

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI NO 789/2014

“Autoriza o Poder Legislativo a realizar abertura de Crédito por suplementação no valor de R$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais)”

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte lei.
Art. 1º- Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a realizar suplementação por transposição e remanejamento no valor de R$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais) do orçamento vigente, nos termos do artigo 42 e seguintes da Lei n.º 4.320/64, para atender as seguintes dotações:

0012 01 002 01 032 1010 2133 3190110000 – Vencimentos e Vantagens fixas – Pessoal Civil R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais);
0019 01 002 01 271 1010 2003 3190130000 – Obrigações patronais INSS – R$ 70.000,00 (Setenta mil reais);

Art. 2º - Para Suplementar a Dotação aberta no artigo anterior, será utilizada nos termos do inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei nº. 4.320/64 anulação parcial de R$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias.

0007 01 002 01 032 1010 1066 4490510000 – Obras e Instalações R$ 15.000,00 (quinze mil reais);
0003 01 001 01 031 1010 2001 3390140000 – Diária Civil R$ 90.000,00 (Noventa mil reais);
0018 01 002 01 032 1010 2133 3390390000 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica – R$ 70.000,00 (setenta mil reais);
0011 01 002 01 032 1010 2121 3390930000 – Indenizações e Restituições – R$ 20.00,00 (vinte mil reais);

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari - MT, 04 de novembro de 2014.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Paes Capoci
Código Identificador:89038FFB

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI NO 790/2014

“Institui a Semana do Idoso no Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias”.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ, Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:
Artigo 1º - Fica instituído a primeira semana do mês de outubro como “Semana do Idoso” no Município de Alto Taquari – MT.
Artigo 2º - Fica autorizada, na referida semana, a realização de eventos em comemoração ao Dia do Idoso, tais como:
I – Homenagem as instituições e pessoas que de destacam pela promoção do Idoso em Alto Taquari.
II – Oportunizar a discussão permanente sobre os direitos sociais, o papel e a importância da pessoa idosa para a sociedade;
III – Sensibilizar a sociedade e poder público municipal para o desenvolvimento de ações concretas de valorização da pessoa idosa;
IV- Conscientizar a sociedade sobre a importância da pessoa idosa como fonte rica de experiências e importante papel na construção de uma sociedade, em seus múltiplos aspectos;
V – Ampliar e estimular as atividade que contribuam para a convivência social da pessoa idosa, em sua cidade, comunidade e família, visando a prevenção do isolamento em seus múltiplos aspectos;
a) Promover encontros, oficinas temáticas, cursos e afins que promovam o idoso;
b) Promover concursos, oficinas temáticas, cursos e afins que promovam o idoso
VI – Mobilizar as políticas públicas de atendimento à pessoa idosa, juntamente com a sociedade, para discussões sobre a garantia e defesa dos direitos da pessoa idosa;
VII – Divulgar experiências, reflexões e práticas profissionais que combatam a precariedade de conhecimento sobre o tema.
Artigo 3º - As despesas para consecução desta Lei correm à conta de dotações orçamentárias próprias.
Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari - MT, 04 de novembro de 2014.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Paes Capoci
Código Identificador:C296302A

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº. 791/2014

“Dispõe sobre autorização para celebrar convênio com CIEE – Centro de Integração Empresa – Escola e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, Maurício Joel de Sá, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou e promulgou a seguinte lei:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio entre o município de Alto Taquari/MT e a entidade CIEE – Centro de Integração Empresa – Escola, inscrito sob o CNPJ Nº 61.600.839/0001-55, cujo o representante legal será devidamente qualificado quando da assinatura do convênio.
§1º - O objeto de convênio é a Cooperação Recíproca entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas, que propiciem a promoção da integração do Aprendiz ao mercado de trabalho, e a sua formação para o trabalho, de acordo com a constituição Federal vigente Art. 7º, Inciso XXXIII, com redação dada pela Emenda Constitucional Nº 20, de 15/12/98, Art. 203º, Inciso III e Art. 214º, Inciso IV, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, título III, capítulo IV, seção IV, entendida a aprendizagem como estratégia de formação técnico-profissional-metódica, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico dos adolescentes.
§2º - O Município de Alto Taquari/MT se compromete a fazer os devidos repasses financeiros ao CIEE, creditados em conta corrente específica inerente ao Convênio aqui tratado, sendo os valores e prazos atendidos conforme especificações apresentadas no Termo de Convênio, no Plano de Trabalho e sendo as referências dos cálculos, o valor do salário mínimo vigente;
Art. 2º - A aplicação e liberação dos recursos à entidade acima identificada, ficarão condicionadas à apresentação de prestação de contas nos Termos da Instrução Normativa conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE-MT Nº 03/2009, a qual deverá ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Alto Taquari/MT, à Controladoria, para verificação do cumprimento das metas pactuadas.
Art. 3º - Para cumprimento no disposto desta lei, a fim de garantir a implementação deste Programa, as despesas decorrentes correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.020.0.0.04 – 3390.18.00.00
02.060.0.0.12 – 3390.18.00.00
02.140.0.0.08 – 3390.18.00.00
05.130.0.0.10 – 3390.18.00.00

§ Único – Fica autorizada a abertura de crédito especial para criação das respectivas dotações acima apresentadas, sendo as mesmas suplementadas por redução do orçamento vigente.
Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Alto Taquari/MT, 11 de novembro de 2014.

MAURICIO JOEL DE SÁ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Paes Capoci
Código Identificador:0AE03F10

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL N.º 061/2014 - AVISO DE PRORROGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei 8.666/93 e 10.520/2002, informa a quem interessar possa que foi prorrogada a licitação acima supracitada para o dia 10/12/2014 as 08:00 horas (horário de Verão - MT).

Alto Taquari – MT, 25 de novembro de 2014.

JUSINÉIA MENEZES DE CARVALHO
Pregoeira

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:1F784A44

PREFEITURA MUNICIPAL
TOMADA DE PREÇOS 023/2014 – EDITAL RESUMIDO

A CPL comunica aos interessados que realizará processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº. 023/2014.
OBJETO: seleção de micro empresa e/ou empresa de pequeno porte para prestação de serviços no atendimento médico especializado na área de psiquiatria para atender a Secretaria Municipal de Saúde.
Abertura às 08:00h (horário verão de Mato Grosso) do dia 15/12/2014. O edital e anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07:00 às 13:00 horas, junto a CPL ou solicitado pelo e-mail: licitacoes@prefeituradealtotaquari.com.br ou site www.altotaquari.mt.gov.br.
Informações complementares poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação, em horário comercial, de Segunda a Sexta através do fone 066-3496-1575/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari.

Alto Taquari – MT, 25 de novembro de 2014.

CACILDA FERREIRA DOS SANTOS.
Presidente da CPL

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:BDBC7A6C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 0891/2014.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT, ESTABELECE CRITÉRIOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei.:
Art. 1º - Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar contratação de pessoal, por tempo determinado, para exercício 2.015, em conformidade com o que estabelece o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, bem como nas condições e prazos previstos nesta Lei.
Art. 2º - Considera-se, para os fins desta Lei, necessidade temporária de excepcional interesse público:
I – Atividades voltadas à saúde pública;
II – Atividades voltadas à (Escolas);
III – Projetos da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 3º - As contratações serão feitas por tempo determinado, observando o prazo máximo de 01 (um) ano.
§ único – Os contratos poderão ser estipulados pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, admitindo-se renovações desde que não exceda o limite estabelecido no artigo anterior.
Art. 4º - Devido ao período de atuação das políticas públicas e ainda devido à duração indeterminada dos programas também tratados nesta lei, os contratos a eles referentes terão sua duração adstrita aos respectivos períodos de atuação e vigência, renovando-se o prazo, em sendo necessário, mediante a celebração de termos aditivos.
Parágrafo único - Havendo a extinção do Programa, o contrato será rescindido, mediante comunicação prévia ao contratado;
Art. 5º - A vinculação dos profissionais descritos no Anexo I desta Lei com a Administração Municipal de Apiacás/MT se dará mediante celebração de contrato individual temporário, regido pelo direito administrativo.
Art. 6º - O planejamento, coordenação, supervisão e controle das políticas e dos programas desenvolvidos ficarão a cargo da Secretaria Municipal a que estejam vinculados.
Art. 7º - As despesas decorrentes da presente lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias específicas.

Art. 8º - O pessoal contratado estará adstrito ao Regime Jurídico Estatutário, relativamente aos demais servidores municipais e contribuirão ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).
Art. 9º - A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada de acordo com o Anexo I, parte integrante da presente Lei que, por sua vez, guarda referência com as Leis Complementar Municipal nº 014/2008; 064/2011; 065/2011, 066/2014 e 093/2013 e suas posteriores alterações.
Art. 10 - O pessoal contratado nos termos destas Leis não poderá:
I – Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
II – Ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
Art. 11 - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias e assegurada ampla defesa.
Art. 12 - O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações.
Art. 13 - A extinção do contrato temporário pertinente a presente lei poderá ocorrer nos seguintes casos:
I – Término do prazo contratual;
II – A pedido do contratado, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias;
III – Interrupção da política ou do programa, quando for o caso;
IV – Falta grave cometida pelo contratado;
V- pela extinção da situação ensejadora da contratação, ainda que antes de seu término regular, e
VI – Por interesse da administração pública, sem necessidade de justificativa.
Art. 14 - O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, obedecidos os princípios constitucionais.
Art. 15 – A Seleção de pessoal a ser contratado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, observará a aplicação de testes escritos em formato de provas de matérias específicas e relacionadas a cada habilitação, como forma eliminatória.
Parágrafo Único: E contagem de pontos de provas e títulos para o cargo de professor.
Art. 16 – No momento da sua candidatura, o interessado deverá preencher uma ficha de inscrição que será anexada aos seus documentos, sendo que seus dados servirão de base para sua seleção.
Parágrafo único – O preenchimento correto da ficha e a veracidade das informações serão de inteira responsabilidade do interessado, ficando sujeito à desclassificação no caso de informações incompletas ou inverídicas.
Art. 17 – A divulgação do processo seletivo será feita através de Edital afixado na Prefeitura Municipal de Apiacás e suas respectivas Secretarias, bem como a veiculação no Jornal Oficial dos Municípios e na Câmara Municipal.

§ 1º – O Edital de Seleção deverá conter, no mínimo, o nome do Município, o órgão interessado, o setor responsável, o nome dos cargos, as quantidades de vagas e as remunerações oferecidas, a jornada semanal, as experiências exigidas, o local onde o interessado poderá obter informações para se inscrever, a data e prazo da inscrição e os documentos exigidos.

§ 2º – A divulgação do Edital de resultado final deverá ser feito pelos mesmos meios de comunicação utilizados para a divulgação do processo seletivo.

§ 3º – As inscrições iniciarão no primeiro dia útil posterior a publicação do Edital do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 18 – Publicado o resultado final do processo seletivo e encerrada a fase recursal a Autoridade administrativa superior deverá homologá-lo ou anulá-lo, de ofício, no caso de ilegalidade, podendo ainda revogá-lo no caso da existência de fato superveniente devidamente comprovado.

Art. 19 – A contratação para os cargos estabelecidos na presente lei se dará no ano de 2015, conforme cronograma de inicio das atividades de cada secretaria, obedecendo sempre a ordem de classificação dos candidatos.

§ 1º - O candidato aprovado será regularmente convocado para a contratação, devendo obedecer ao prazo estipulado no edital do processo seletivo simplificado.
§ 2º - O candidato que não comparecer dentro do prazo estipulado para contratação, ou comparecer sem os documentos obrigatórios, perderá a vaga para o candidato classificado na sequência, desde que este cumpra os requisitos.

§ 3º - Não será contratado qualquer candidato, que, embora aprovado e munido de documentos, não apresente condições físicas e mentais para o desempenho satisfatório das funções do cargo.

Art. 20 – Cabe ao candidato classificado ou desclassificado, recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, devendo ser encaminhado em forma de requerimento ao Presidente da Comissão de realização do Processo Seletivo, que poderá rever sua decisão, ou encaminhar ao Prefeito para decisão final.

Art. 21 – Havendo candidatos empatados em todos os critérios, a vaga será decidida de acordo com:
I – maior nota na prova especifica;
II – maior nota na prova de português;
III – candidato com maior idade, resguardado os direitos previstos nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003.
Art. 22 – Os contratados, salvo nos casos previstos em lei, não poderão:
I – acumular cargo, emprego ou função pública;
II – ter a vigência de seu contrato prorrogada por período superior ao autorizado nesta lei.

Art. 23 – Nenhum contratado iniciará suas atividades sem ter assinado o contrato e, no entanto tomado ciência de suas obrigações e das condições da prestação dos serviços.

Art. 24 – A Comissão para realização do processo seletivo será composta pelos seguintes representantes:

I – Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
II- Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
III – Um representante da Secretaria Municipal de Administração;

§ Único - Os cargos da Comissão disposta no caput deste artigo serão definidos pelos membros indicados, com a seguinte ordem:
I – Presidente
II – Secretário
III – Membro

Artigo 25 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Apiacás/MT, 25 de Novembro de 2014**.**

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargos	C/ H	Salário Base	Vagas
Apoio Administrativo Educacional	40hs	768,34	02
Professor Nível Médio	20hs	610,57	02
Professor Nível Superior	20hs	1.308,37	03
Técnico em Enfermagem	40hs	1.102,29	03
Enfermeiro	40hs	2.826,70	02
Bioquímico	40hs	2.826,70	01
Fisioterapeuta	30hs	2.826,70	01
Odontólogo	40hs	2.826,70	01
Auxiliar de Serviços Gerais	40hs	768,34	02
Médico Clínico Geral	40hs	11.395,00	02
Assistente Social (NASF)	30hs	1.999,50	01
Nutricionista (NASF)	30hs	1.999,50	01
Psicólogo (Assistência Social)	40hs	2.826,70	01
Assistente Social (Assist. Social)	30hs	2.826,70	01
Educador Físico (NASF)	20hs	1.333,35	01

Publicado por:
Lidia Maria Silva Contrera
Código Identificador:8A85F8C9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 301/2014

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO AO TRABALHO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a Servidora **IVONETE HOEFF D`AGOSTINE,** ocupante do cargo de Professora, que se encontrava de Licença Médica, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,
Cumpra-se,
Publica-se.

Apiacás-MT; 25 de Novembro de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidia Maria Silva Contrera
Código Identificador:0E2A736A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 302/2014

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO AO TRABALHO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a Servidora **NAUPLIA GERUSA BARBOSA RAIMUNDI,** ocupante do cargo de Técnico Administrativo Educacional, que se encontrava de Licença Médica, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,
Cumpra-se,
Publica-se.

Apiacás-MT; 25 de Novembro de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidia Maria Silva Contrera
Código Identificador:F8AA1915

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°. 304/2014

SÙMULA: "DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO DE PORTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...
RESOLVE:

Art. 1° - Tornar-se nula, Portaria nº 290/2014 e Portaria nº 291/2014, publicadas em 04/11/2014 no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, edição nº 2094, página 21.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 25 de Novembro de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidia Maria Silva Contrera
Código Identificador:C000E5F6

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 67/2014 ARAGUAIANA, 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

"DECRETA RECESSO ADMINISTRATIVO"

O Exmº Sr. José Marra Nery, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a obrigatoriedade da Contabilidade da Prefeitura Municipal encerrar a escrituração total do exercício financeiro no dia 31 de dezembro de cada ano;

Considerando a insuficiência e contingenciamento das dotações orçamentárias, os quais poderiam ser insuficientes para suportar os gastos do último mês do ano;

Considerando o pequeno volume de serviço nos setores da Educação, em razão das férias escolares, no setor de Obras Públicas, face a estação chuvosa, no de Tributação e Administrativo, ambos em razão do fim do ano;

Considerando as festividades natalinas e de final de ano;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado recesso administrativo na Prefeitura Municipal de Araguaiana - MT, no período de 01 de dezembro de 2014 a 05 de Janeiro de 2015.

Art. 2º No período em questão funcionarão em regime de plantão exclusivamente os serviços considerados de natureza essencial e os serviços administrativos internos que forem considerados necessários para o encerramento do exercício financeira sendo a Secretaria de Finanças em tempo integral.

Art. 3º Os Secretários Municipais deverão organizar escala de plantão dos serviços públicos essenciais durante o período de recesso administrativo.

Parágrafo Único – O servidor que for se ausentar no período do recesso fora do município deverá comunicar com antecedência ao Secretário Municipal.

Art. 4º As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas antes ou imediatamente após esse período serão deferidas conforme o interesse da administração.

Art. 5º Os servidores municipais que prestarem serviço durante o recesso administrativo perceberão os vencimentos regulares.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, aos 24 dias do mês de novembro de 2014.

JOSE MARRA NERY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:94738DF6

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PARIA Nº. 194/2014, PROMOVER A ELEVAÇÃO DE GRAU E CLASSE, DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, RELACIONADOS NO QUADRO EM ANEXO, CONFORME O ANEXO V, DA LEI MUNICIPAL Nº 971/2011

O Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, SIDNEY PIRES SALOMÉ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei Municipal nº 971/2011, datada de 09 (nove) de fevereiro de 2011, Art. 17; e Art. 19;

Considerando o Anexo da Lei Municipal nº 971/2011, tabela de cargos e salários;

RESOLVE:

Art. 1.º- Promover a elevação de Grau e Classe, dos servidores públicos municipais, relacionados no quadro em anexo, conforme o anexo V, da Lei Municipal nº 971/2011, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registra-se,
publica-se,
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga- MT, aos quatorze (14) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e quatorze (2014).

SIDNEY PIRES SALOMÉ
Prefeito Municipal

ANEXO I

ELEVACAO DE GRAU DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
CONFORME ART. 17, DA LEI Nº 971/2011.

NOME	CARGO	ADMISSÃO	GRAU/NIVEL	SALARIO
Aurelita Ferreira Gomes	Zeladora	01/11/1996	F/04	R$ 900,26
José Ricardo Ribeiro	Fiscal de Tributos Municipais	01/07/1995	C/03	R$ 1.949,76

Publicado por:
Ovidio de Freitas Godoy
Código Identificador:2BEF8748

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público que estarão abertas as inscrições para o concurso público para provimento de 01 (uma) vaga para preenchimento do cargo efetivo de Contabilista da Câmara Municipal de Arenápolis, em consonância com o disposto no EDITAL nº. 001/2014, ao prescrito na Constituição Federal, no Regime Jurídico dos Servidores Municipais, no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Arenápolis/MT, na Lei Orgânica do Município de Arenápolis/MT, e demais Leis Municipais, Estaduais e Federais relativas a Servidores Públicos, atento aos competentes mandamentos constitucionais, que normatizam as regras insertas no Edital. **As inscrições serão realizadas entre os dias 26/11/2014 à 22/12/2014,** via internet, através do endereço eletrônico www.exataplanejamento.com.br. Maiores informações e o edital completo poderão ser obtidos no site da empresa responsável pela operacionalização do certame, ou seja, www.exataplanejamento.com.br. e no site institucional da Câmara Municipal de Arenápolis www.camaranortelandia.com.br

Câmara Municipal de Arenápolis-MT, 26 de Novembro de 2014.

DOUGLAS DORILEO JOAQUIM
Presidente da Câmara

IRISVALTER ALVER MORAN
Presidente da Comissão do Concurso Público

Publicado por:
Gilson Portela Oliveira
Código Identificador:29AA6EE3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 7.518/2014

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

AUTORIZAR, o reingresso às atividades da funcionária Srª. **KELSE ANE MARTINS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000782157 SSP/RO e do CPF nº. 734.351.712-00, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR Nível III**, **Classe "B",** *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, conforme requerimento protocolado sob o nº. 5.753/2014, a partir do dia 24/11/2014, tornando sem efeito a Portaria nº. **7.231/2014**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã-MT, aos 24 dias do mês de novembro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e
publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO
Secretário Mun. de Administração

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:924D30F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 7.519/2014

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE ESTABILIDADE DE SERVIDORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e no

Art. 30 da Lei Complementar nº. 001/1999 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aripuanã – MT.

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado **estável** no serviço público municipal, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº. 001/1999 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aripuanã – MT, os servidores abaixo relacionados:

Funcionário	Admissão	Mat.	Cargo	Secretaria
Edinalia Maria Alves de Oliveira	10/11/2011	2800	Agente Comunitário de Saúde	SEMUSA
Carlos Melo Pinheiro	18/08/2010	2408	Vigia	SEMEC
Eldis Quirino da Silva	13/08/2010	2400	Vigia	SEMEC
Eliomar Seguro Guarnier	18/08/2010	2413	Vigia	SEMEC
Jeovane Machado dos Santos	01/09/2010	2424	Vigia	SEMEC
Neri Taborda Rosa	12/08/2010	2397	Vigia	SEMEC
Paulo Sergio Raidman	01/09/2010	2428	Vigia	SEMEC

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã-MT, aos 24 dias do mês de novembro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO
Secretário Mun. de Administração

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:AB7AB264

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 7.520/2014

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 26, da Lei Municipal n. 637 de 13 de outubro de 2006 que rege a previdência municipal,e Lei Complementar 037/2009,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder o benefício Salário-Maternidade, à servidora SIMONE MARIA DOS SANTOS, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2172238-2 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 035.420.221-95, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, e do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de Divisão Técnica – **DIVTEC**, **com vencimentos integrais, a partir de 17/11/2014 e término em 15/05/2015, conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2014.08.00061P.**

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supracitada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º – À servidora gestante será concedida licença por 180 (cento e oitenta) dias, da seguinte forma:

a) 120 (cento e vinte) dias, com remuneração garantida pelo salário-maternidade previsto pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Aripuanã/MT.
b) 60 (sessenta) dias com remuneração integral, paga pela Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã-MT, aos 25 dias do mês de novembro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO
Secretário Mun. de Administração

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:FF8F28C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RESULTADO TOMADA DE PREÇO Nº. 007/2014

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que na Tomada de Preços de que trata o Edital nº. 007/2014, levado a efeito às **08h00min (oito) horas do dia 25/11/2014**, teve como resultado ***LICITAÇÃO DESERTA.***

Aripuanã-MT, 25 de Novembro de 2014**.**

ANDRÉIA PEREIRA DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Andreia Pereira da Silva
Código Identificador:4B30945D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 125/2014

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital nº. 125/2014, levado a efeito às **10h00min** do dia **10/11/2014**, sagrou-se vencedora a empresa: **S. O. ZIOBER & CIA EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA-EPP.**

Aripuanã – MT, 25 de Novembro de 2014.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO
Pregoeira

Publicado por:
Ana Cristina da Silva Cappelesso
Código Identificador:8EA2BEFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2014

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 7.021/2014, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto:** para **Aquisição de materiais permanentes e diversos destinados ao apoio as etnias indígenas em atendimento a Secretaria Municipal de Meio Ambiente deste Município de Aripuanã.** Início da Sessão: **Dia 16/12/2014, às 08h30min (Oito horas e Trinta min.),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 08h00min às 11h30min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 25 de Novembro de 2014.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO
Pregoeira

Publicado por:
Ana Cristina da Silva Cappelesso
Código Identificador:4AC2BC33

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2014

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 7.021/2014, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, regido pela Lei 10.520/02,

Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto:** para **Aquisição de veiculo zero quilometro para atender as necessidades do gabinete do prefeito deste Município de Aripuanã.** Início da Sessão: **Dia 10/12/2014, às 10h00min (Dez horas),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 08h00min às 11h30min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 25 de Novembro de 2014.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO
Pregoeira

Publicado por:
Ana Cristina da Silva Cappelesso
Código Identificador:5BC6CF93

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 015/2014 SRP

O município de Barra do Bugres - MT, torna público o RESULTADO do processo Licitatório - pregão presencial 015/2014 que tem como objeto e lances verbais referentes ao PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2014, que trata do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE MEDICAMENTOS E FIOS CIRÚRGICOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA E O HOSPITAL MUNICIPAL DESTE MUNICIPIO. Licitantes vencedores: DENTAL CENTRO OESTE LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 36.900.926/0001-80, CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70; HALEX ISTAR IND. FARMACEUTICA LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 01.571.702/0001-98, SOLUMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. PARA SAUDE LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 11.896.538/0001-42, PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS inscrita no CNPJ sob o nº 05.159.591/0001-68, POLYPHARMA DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA – ME inscrita no CNPJ sob o nº 07.886.006/0001-57 e BIOLINE COM. FIOS CIRURGICOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 37.844.479/0001-52. Ficaram fracassados os itens 124, 150, 159, 190, 205, 219, 221, 229, 231, 241, 243, 258, 259, 261, 262, 264, 271, 277, 279, 291, 326, 339, 340, 342, 347, 352, 355, 362, 363, 364, 365, 388, 394, 398, 403, 409, 410, 416, 418, 424, 426, 427, 437, 443, 448, 449, 453, 456, 469, 473, 476, 485, 494, 503, 505, 506, 512, 514, 518, 519 e 533 e desertos os itens 090, 307, 312, 330, 402, 483 e 509.

Barra do Bugres – MT, 19 de novembro de 2014.

EDIRLEI SOARES DA COSTA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Edirlei Soares da Costa
Código Identificador:49C8D059

GABINETE DO PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES/MT,
LEI MUNICIPAL Nº 2.154/2014

LEI MUNICIPAL N° 2.154/2014

Que dispõe sobre a Contratação Temporária de pessoal em caráter excepcional para provimento dos cargos na administração direta, e dá outras providencias.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **JÚLIO CÉSAR FLORINDO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar contratação de profissionais, em caráter temporário, para suprir deficiência constatada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos termos da Lei Complementar 001/2005, Art. 288.
Art. 2° - A seleção dar-se á mediante processo seletivo simplificado, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sujeito à ampla divulgação, inclusive no Jornal Oficial dos Municípios, veiculo de comunicação vinculado a AMM – Associação Mato-grossense dos Municípios, como órgão de comunicação oficial deste Município, conforme dispõe a Lei Municipal n° 1.644/2006.
Art. 3° - A quantidade de vagas de profissionais a serem contratados serão os seguintes:

Cargo	Especialidade	Carga Horária	Vagas	Vencimento
Professor	Educação Básica (Infantil – Pré Escola)	20 h/s	35	R$ 1.388,92
Professor	Educação Básica (Infantil – Creche)	40 h/s	20	R$ 2.777,84
Professor	Educação Básica (Fundamental – I ao V Ano)	20 h/s	45	R$ 1.388,92
Professor	Educação Básica (Fundamental – VI ao IX Ano)	Até 30 h/s	30	R$ 2.083,38
Técnico de Informática	Educação Básica (Infantil E Fundamental)	30 h/s	05	R$ 1.077,20
Técnico de Desenvolvimento Infantil	Educação Básica (Infantil E Fundamental)	Até 40 h/s	45	R$ 1.077,20
Técnico em Administração Escolar	Educação Básica (Infantil E Fundamental)	40 h/s	06	R$ 1.436,27
Agente Operacional	Motorista CNH "D" ou "E"	40 h/s	04	R$ 1.170,29
Técnico em Multimeios Didáticos	Educação Básica (Fundamental)	40 h/s	03	R$ 1.436,27
Instrutor de Fanfarra	Educação Básica (Fundamental)	20 h/s	01	R$ 1.388,92
Agente de Vigilância	Educação Básica (Infantil e Fundamental)	40 h/s	12	R$ 797,93
Nutrição Escolar	Educação Básica (Infantil e Fundamental)	40 h/s	22	R$ 797,93
Agente de Serviço Geral	Educação Básica (Infantil e Fundamental)	40 h/s	25	R$ 797,93

Parágrafo Único – A contratação será regida pelo regime jurídico estatutário disciplinado na Lei Municipal n°001/2005, vinculado ao Regime geral da Previdência Social (INSS).

Art. 4° - O vencimento previsto para os contratos de que trata esta lei, obedecerá aos valores contidos na lei especifica que trata à carreira e nos respectivos demonstrativos de atribuição de cada atividade, respeitando a aplicação dos tetos máximos previstos no inciso XI, do art. 37, da Constituição Federal.

Art. 5° - O prazo das contratações prevista nesta lei será 12 meses em atendimento ao Calendário Escolar/2015, com inicio previsto em 09/02/2015.
Art. 6° - O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, nos termos e condições do art. 289, §6° da Lei complementar 001/2005.
Art. 7° - As despesas decorrentes de aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
Art. 8° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 24 de novembro de 2014.

JULIO CESAR FLORINDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdete Jesus Maia
Código Identificador:A9A0A749

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA INTERNA Nº 17/SMEC/2014

Nomeia a Comissão de Elaboração para atuar no Teste Seletivo Simplificado previsto no Decreto Nº 113/2014 com base na Lei Municipal Nº 2.154/2014.

IVONE DA ROCHA, Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia a Comissão de Elaboração do Teste Seletivo Simplificado, composta pelas pessoas abaixo relacionadas, sob a Presidência do primeiro delegando poderes gerais para orientação, coordenação, aplicação e correção das provas objetivas e orientação, fiscalização, coordenação e aplicação das provas subjetivas do Teste Seletivo Simplificado Nº 003/SMEC/2014.

Presidente: Osmar Neves Schwartz
Membra: Ione Medeiros Pereira
Membra: Tânia Favalessa da Silva

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

IVONE DA ROCHA
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Portaria Nº 309/2014

Publicado por:
Izaquiel da Silva
Código Identificador:8D326BC3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 2.457 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Suplementar no limite de 15% (Quinze por cento), para atender Gabinete do Prefeito, Câmara Municipal, Previ Cáceres e demais Secretarias da Prefeitura Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74 inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei*:*

Artigo 1º Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a abrir no corrente exercício financeiro, até o limite de 15% (quinze por cento) das despesas fixadas pela LOA/2014, Créditos Adicionais Suplementares para cobrir despesas orçamentárias do exercício de 2014, para atender todos os órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, utilizando-se dos instrumentos orçamentários da transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, servindo como fonte de recursos os constantes do Art. 43 e respectivos parágrafos da Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964.

Artigo 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 11 de Novembro de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elivania Martins de Souza
Código Identificador:5024CE29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 515 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMERCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 31260, de 07 de Novembro de 2014,

R E S O L V E M:

Art. 1º Exonerar a pedido, a senhora **MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS SANTOS SILVA,** para exercer o cargo em Comissão de Coordenadora de Desenvolvimento do Turismo da Secretaria Municipal de Indústria e Comercio, Meio Ambiente e Turismo, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos a partir de 20 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de novembro de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

JÚLIO CÉZAR PARREIRA DUARTE
Secretário Municipal de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo

Afixado em: 13.11.14

Publicado por:
Ivanir Viana e Silva
Código Identificador:E421488F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 520 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 31048 de 06 de novembro de 2014,

R E S O L V EM:

Art. 1º Nomear o senhor **ADROALDO ALVES CAMELO JÚNIOR**, para exercer o cargo em Comissão de Coordenador de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Agricultura do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 10 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de novembro de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

MANOEL FERREIRA DE MATOS
Secretário Municipal de Agricultura

Afixado em: 14.11.2014

Publicado por:
Ivanir Viana e Silva
Código Identificador:52086406

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DO PREGÃO ELETRONICO N°40- COM REGISTRO DE PREÇO-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Objeto: Aquisição de uma Motoniveladora e uma Escavadeira Hidráulica sobre esteiras para auxiliar ações de recuperação de estradas vicinais no município de Cáceres, Distritos Caramujo, Vila Aparecida, Horizonte do Oeste e Nova Cáceres, visando escoamento da produção agropecuária, fomentando a agricultura familiar através da proposta nº047193/2014 enviada via SICONV ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Realização: 11/12 /2014 – HORÁRIO: 09:00 horas BRASILIA
Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.
ONDE-SE : No item 01. ESCAVADEIRA HIDRAULICA SOBRE ESTEIRAS, ZERO HORAS DE USO, PESO OPERACIONAL MINIMO 22.000 KG, POTENCIA LIQUIDA MINIMA 150 HP, MOTOR DIESEL TURBO ALIMENTADO, CAÇAMBA/CONCHA PARA SERVIÇO PESADO, CAPACIDADE MINIMA DE
LEIA –SE : No item 01. ESCAVADEIRA HIDRAULICA SOBRE ESTEIRAS, ZERO HORAS DE USO, PESO OPERACIONAL MINIMO 22.000 KG, POTENCIA LIQUIDA MINIMA 150 HP, MOTOR DIESEL TURBO ALIMENTADO, CAÇAMBA/CONCHA PARA SERVIÇO PESADO, CAPACIDADE MINIMA DE 1,2 M³, CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO, LANÇA MINIMA DE 5,6 METROS, PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO MINIMA 6,5M, ROLETES, 8 ROLETES INFERIOR DE CADA LADO, 2 ROLETES SUPERIOR DE CADA LADO.
FICA O CERTAME PRORROGADO PARA O DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 24 de Novembro de 2014.

ROSAIR SANTANA DE OLIVEIRA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Luciene Etiene de Souza
Código Identificador:92F324B5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

PREFEITURA MUNICIPAL
(*) LEI Nº 1.704/2014 8 DE OUTUBRO DE 2014

AUTORIZA CONCESSÃO DE REPASSE DE CONTRIBUIÇÃO À COOPERATIVA REGIONAL DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS DA GUAPIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO VALTER BERFT, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a repassar contribuição à Cooperativa Regional dos Produtores Agropecuários da Guapirama, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.040.832/0001-20, com sede na Rod BR – 364, Km 847, Lote 20, Projeto Guapirama, Zona Rural, neste Município de Campo Novo do Parecis.
Parágrafo único. O benefício de que trata esta Lei destina-se ao fomento às atividades voltadas a cadeia leiteira, atendendo ao Programa Balde Cheio – SEBRAE/EMBRAPA, com fins de subsidiar os produtores e promover a sustentabilidade da cadeia produtiva do leite, mediante orientações de manejo de rebanho, controle de fatores de produção e melhoramento genético.

Art. 2º. O valor da contribuição será de até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e será paga com recursos próprios destinados ao Apoio e Promoção da Agricultura e Pecuária.
§ 1º. A contribuição concedida será repassada da seguinte forma:
I – R$ 84.600,00 (oitenta e quatro mil e seiscentos reais) destinados às adequações necessárias para a industrialização do produto, licenciamentos obrigatórios para funcionamento do laticínio, sendo estes, licenciamento ambiental, sanitário e de serviços de inspeção, liberados conforme prestação de contas dos recursos empregados, bem como finalizar adequar o empreendimento nas normas legais exigidas;
II – R$ 35.400,00 (trinta e cinco mil e quatrocentos reais) divididos em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R$ 2.950,00 (dois mil e novecentos e cinqüenta reais) cada, pagas a partir da assinatura do termo de convênio, destinadas ao atendimento da assistência técnica para a viabilização da cadeia produtiva leiteira, atendendo o programa Balde Cheio – SEBRAE/EMBRAPA.
§ 2º. As obrigações e demais atribuições das partes estão definidas no termo de convênio.

Art. 3º. Os recursos financeiros repassados sob a forma de convênio, celebrados nos termos da Instrução Normativa STN nº 01/97, de 15 de janeiro de 1997 deverão ser aplicados rigorosamente nos fins a que se destinam, conforme plano de trabalho previamente aprovado.

Art. 4º. Para cobertura das despesas decorrentes da presente Lei fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

08. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
002. Departamento de Empreendedorismo, Agricultura Familiar e Comunidade Indígena
20. Agricultura
606. Extensão Rural
0002. Agricultura Familiar e Economia Solidária
2.059. Apoio e Promoção da Agricultura e Pecuária
3.3.50.41.00.00. Contribuições.....R$ 120.000,00
Fonte de Recurso: 10.000 – Recursos Livres – Sem destinação de Recursos

Art. 5º. Para dar cobertura ao crédito adicional especial serão utilizados os recursos provenientes de anulação total com remanejamento e transposição, no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) na forma do art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº. 4320/64, na seguinte dotação orçamentária:

08. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
002. Departamento de Empreendedorismo, Agricultura Familiar e Comunidade Indígena
20. Agricultura
607. Irrigação
0002. Agricultura Familiar e Economia Solidária
1.046. Projeto de Irrigação – Comunidade Guapirama
4.4.90.39.00.00. Outros Serv. Terceiros – Pes. Jurídica.....R$ 120.000,00

Art. 6º. As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº. 1.621 de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017 e a Lei Municipal nº. 1.575, de 11 de julho de 2013, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 – LDO.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 8 dias do mês de outubro de 2014.

MAURO VALTER BERFT
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE
Secretário Municipal de Administração

(*) Republicada para correção em virtude de erro material constante no art. 2º, § 1º, inciso II.

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:2E6F05B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 001 ao Contrato de Prestação de Serviço nº 054/2014
Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X WZMC Telecom Serviços de Internet Ltda - ME
Objeto: retificar a Cláusula Primeira – Do Objeto e Cláusula Terceira - Do Valor e da Forma de Pagamento, Item 3.1, do Contrato.
Data: 17/11/2014
Procedimento Licitatório: Pregão Presencial n° 119/2014
Secretaria: Saúde, Educação, Assistência Social

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:235EEB82

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 001 ao Contrato de Compra e Venda de Imóvel nº 068/2012
Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X Evedson J. de Souza - ME
Objeto: alterar a empresa compradora, a Cláusula Décima Primeira da Fiscalização, do Contrato.
Data: 11/11/2014
Procedimento Licitatório: Concorrência Pública n° 010/2012
Secretaria: Desenvolvimento Econômico

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:21AC266A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 004 ao Contrato de Prestação de Serviços nº 073/2010
Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X R.Z. Análises e Consultoria Ltda
Objeto: alterar a Cláusula Segunda - Da Vigência, do Contrato.
Prazo:12 meses
Data: 14/11/2014
Procedimento Licitatório: Pregão Presencial n° 046/2010
Secretaria: Infraestrutura

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:3D115175

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 006 ao Contrato de Prestação de Serviços nº 072/2010
Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X Nortec – Consultoria Engenharia e Saneamento Ltda
Objeto: alterar a Cláusula Segunda - Da Vigência, Cláusula Oitava - Dos Recursos Orçamentários, do Contrato.
Data: 07/11/2014
Procedimento Licitatório: Pregão Presencial n° 047/2010
Secretaria: Infraestrutua

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:39E8CA65

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 2.017/2014 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIA: PREFEITO FÁBIO SCHROETER.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS EM FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de cooperação em forma complementar aos serviços de saúde, na área de assistência hospitalar garantida a continuidade do atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS, com ASSOCIAÇÃO SOCIAL AMIGOS DA SOLIDARIEDADE - ASAS, entidade sem fins lucrativos, devidamente constituída e em situação regular.

Art. 2º - Para a execução do presente convênio o Município destinará o importe R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) fixos e mensais, que correrão por conta de dotação orçamentária específica, bem como disponibilizará 100% (cem por cento) do teto de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial, correspondente ao valor mensal de R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais) referente ao faturamento de AIH – Autorização de Internação Hospitalar, financiada pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo primeiro – Nos meses dezembro de 2014 e janeiro de 2015 o valor mensal do repasse será de R$652.000,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil reais), a serem pagos integralmente com recursos próprios do Município.

Parágrafo segundo - A despesa prevista no artigo anterior ficará condicionada á apresentação, pela ASSOCIAÇÃO, do competente Plano de Trabalho, que deverá ser aprovado pelo Poder Executivo antes da celebração do convênio, cuja minuta passa a ser parte integrante desta Lei, em consonância com o que preceitua o artigo 116, da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 3º - O Convênio de cooperação vigorará por 15 (quinze) anos, podendo ser prorrogado por até igual período, ficando assegurado ao Poder Executivo Municipal a rescisão unilateral quando não for atendido o interesse público.

Art. 4º - Fica instituída Comissão de Acompanhamento dos Recursos, constituída por:

a) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde, com respectivos suplentes;
b) 02 (dois) representantes do Conselho de Saúde – segmentos dos usuários, com respectivos suplentes;
c) 02 (dois) representantes do Poder Legislativo, com respectivos suplentes.

§ 1°. A Comissão tem por finalidade acompanhar a aplicação dos recursos repassados através do convênio referendado, bem como acompanhar a prestação de contas da entidade junto ao Município.

§ 2°. Será a referida Comissão nomeada por ato próprio do chefe do Poder Executivo, que conterá regulamento sobre a forma de acompanhamento a ser realizado.

§ 3º. Os membros das alíneas "a" e "c", deverão ser do quadro de servidores efetivos dos respectivos poderes.

Art. 5º. – Em decorrência da pactuação do presente convênio, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder através de Cessão de

Uso de forma gratuita a entidade Associação Social Amigos da Solidariedade, o uso do imóvel onde está instalado o Hospital Municipal Coração de Jesus e os equipamentos médicos-hospitalares que integram o prédio hospitalar Municipal.

Parágrafo único- A responsabilidade da entidade beneficente é zelar pelo patrimônio público geral cedido pelo Município, dentro de suas condições atuais, excluída a responsabilidade da entidade em caso de força maior, bem como pelo desgaste natural do uso normal da obsolescência, responsabilizando-se pela sua manutenção preventiva e corretiva, bem como pelas despesas de água, luz, telefone.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer ampliações, adequações necessárias no prédio para melhor atender a população Campoverdense, conforme interesse exclusivo da administração Municipal.

Art. 7º- O prazo do Termo de Cessão de Uso é o estabelecido no convênio firmado.

Art. 8º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 25 de novembro de 2014.

FÁBIO SCHROETER
Prefeito Municipal

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, com emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

JOSÉ FERREIRA DA CRUZ NETO
Sec. de Administração

Publicado por:
Nelson Ricardo Kleim
Código Identificador:46B37397

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONVOCAÇÃO DE CONTRIBUINTES

A Secretaria Municipal de Fazenda CONVOCA os CONTRIBUINTES abaixo relacionados para comparecerem ao Departamento de Tributação para tratar de assuntos de seu interesse:

A. S. AGRICOLA - PECAS E MANGUEIRAS LTDA
ABADIA AUGUSTA DA SILVA SANTOS
ABELINO DA SILVA GODOY
ABENEL BASTOS DE ARRUDA
ACACIO BARBOSA
ADAIR ALVES MARQUES
ADAIR LEOTILDIO CARDOSO
ADAO VALDOLINO FERREIRA
ADEIRO MENDES BARBOSA
ADEJAIR TAVARES FERNANDES
ADELSON ADAO DE ARRUDA
ADEMAR ANTONIO ARAUJO
ADEMAR ESCOBAR CABRERA
ADEMAR NARDI
ADEMILTON DE ALMEIDA REIS .
ADEMILTON VIEIRA LIMA
ADEMIR ANTONIO FOSCHIERA
ADEMIR DA SILVA
ADEMIR DE BRANCO
ADEMIR FELIX DE OLIVEIRA
ADERBAL SOBRINHO DE ARAUJO
ADERIZON SILVA MARINHO
ADIB AICH MAFI
ADILIO DE PONTES SILVA
ADILSON ALVES PIRES E SIRLENE PRIMO BENEVIDES
ADILSON APARECIDO PIMENTA
ADILSON BARDDAL VIEIRA
ADILSON DE MATOS
ADRIANA CADORE LIBRELOTTO
ADRIANA DEMARCHI
ADRIANO ILDO DE ASSIS
ADRIANO OLIVEIRA DA SILVA
ADRIANO RODRIGUES DA ROSA
AECIO FERNANDES DE CAMPOS
AFONSO CLAUDIO RIBEIRO
AGENOR ARMANDO LINK
AGNALDO BATISTA DOS SANTOS
AGNALDO NOBERTO
AGOSTINHA MARIA DE JESUS
AGRO 3 R COM E REPRESENTACAO AGRICOLA LTDA -ME
AGROSEEDS PRODUTOS AGRICOLAS LTDA
AGUINEL ALMEIDA COSTA
AILTON BARBOSA DE JESUS
AILTON CANDIDO BARBOSA
AILTON PEREIRA LOPES
AILZA APARECIDA DOS SANTOS
ALAIR BARBOSA DOS SANTOS
ALAIR PINTO DE SOUZA
ALAN CESAR ALVES OLIVEIRA
ALAN TEOTONIO FERREIRA
ALAOR RODRIGUES DA SILVA
ALCEDINO PEREIRA DE REZENDE
ALCEU DE SOUZA
ALCIDES BASSANESI
ALCIDES CARDOSO LEAL
ALCINO DE SOUZA
ALDAIR MARTINS DOS SANTOS
ALDO GOMES DE OLIVEIRA
ALESANDRO ARAUJO DE LIMA
ALESSANDRA CATARINA SILVA
ALESSANDRA FERREIRA PAIM
ALESSANDRA PEREIRA ROCHA
ALESSANDRO DAMASCENO SANDER
ALESSANDRO MARCOS CAMPOS DE SOUSA
ALESSANDRO TRILHA DOS SANTOS - ME
ALEX MULLER COUTINHO
ALEXANDRA ROBERTA BENETTI
ALEXANDRE A LOREGIAN
ALEXANDRE ADAELSIO DA CRUZ
ALEXANDRE CESAR FELIPPE - ME
ALEXANDRE DALL AGNOL
ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
ALEXANDRE MORAES
ALEXANDRE SCARTON
ALEXANDRO DIAS DOS SANTOS
ALEXANDRO M. TEIXEIRA
ALEXSANDRA DIAS DOS SANTOS
ALGODOEIRA AGROSAFRAS LTDA EPP
ALGODOEIRA TAJI MATO GROSSO LTDA
ALICE INES DOS SANTOS
ALICE PENA DORN
ALICE ROSSETTI
ALINE CAMARGO MIYASAK
ALINE LOURENCO NETO
ALINE XAVIER MANOEL
ALISSON EDER ALBANO NUNES
ALITA FRANCISCA SCARTON
ALMAXILENE RODRIGUES DOS SANTOS
ALTINO FOLTRAM FILHO
ALUIZIO RIBEIRO MARTINS
ALVACI SCHEFFER CHRISTOVAO
ALVACI TEIXEIRA DE SOUZA
ALVARO GOULART DA SILVA
ALVINO SOUZA DE OLIVEIRA FILHO
AMAFER METALURGICA E CONSTRUTORA LTDA. - ME
AMAURI SOUZA
AMILTO VERA PAIVA

AMILTON ALVES DE OLIVEIRA
ANA CAROLINE PULQUERIO
ANA MARIA BARROS
ANA SANTIAGO DOS SANTOS DE JESUS
ANAILDE PEREIRA DA SILVA
ANANIAS DE JESUS SOUZA
ANDERSON AMORIM DE SOUZA
ANDERSON BRUNO OTAKE GUOLLO
ANDRE PAULO DOS REIS
ANDREA LUCIANE ALBANO NUNES
ANDREIA TEIXEIRA
ANDRESSA MAYARA A. SILVA
ANDREWS DIAS DOS SANTOS
ANGELA MARCIA DA SILVA
ANGELA MARIA PAES
ANGELA MARIA SANTANA
ANGELINA BORTOLOTTO
ANILTON TEODORO SILVA
ANIZIO ANTONIO FLORIANO(COHAB)
ANIZIO FERREIRA DA CRUZ
ANTHONY HIDEKI HIRANO
ANTONIA GOES MANOEL
ANTONIO ALBERTO LENHEN
ANTONIO BONFIM P. DE SOUZA
ANTONIO C. S. DA HORA
ANTONIO CARLOS BISPO
ANTONIO CARLOS DE AZEVEDO BAENA
ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
ANTONIO CARLOS FELITO
ANTONIO CICERO DE SOUZA
ANTONIO CLAUDIO BRANDAO
ANTONIO DA SILVA FERREIRA
ANTONIO DAMBROS
ANTONIO DE SOUZA BARBOSA
ANTONIO DIAS DA SILVA
ANTONIO DIVINO DOS REIS
ANTONIO ELOIDES MOREIRA
ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS
ANTONIO JOSE DA SILVA
ANTONIO JOSE PEREIRA
ANTONIO LARI LIPPESTAIN
ANTONIO LOPES DOS SANTOS
ANTONIO MARTINS DE BRITO
ANTONIO MELO DE SOUZA
ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS
ANTONIO PIRES DE ALMEIDA
ANTONIO RIVAIL SENGER BARBOSA
ANTONIO RODRIGUES FERREIRA
ANTONIO RUBENS MOURA DE PAULA
ANTONIO RUFINO CORREIA
ANTONIO SCAPINI
ANTONIO TEOFILO DE ARRUDA
ANTONIO VALMIR ANTUNES(COHAB)
APARECIDA ALVINA DE SOUZA GUIMARAES
APARECIDA AMAJUNEPA DOS REIS
APARECIDA DE FATIMA TOMASELLI COSTA
APARECIDA FERREIRA LEITE
APARECIDA MARTINS DE ASSUNCAO
APARECIDA RANGEL JOSE
APARECIDA RODRIGUES FERREIRA
APARECIDA VOINE DE SOUZA NERI
APARECIDO CARDOSO LIMA
APARECIDO DOS SANTOS
APARECIDO JOSE DA SILVA
APARECIDO MARTINS PEREIRA
APARECIDO PASSONI
APARECIDO SALUSTIANO
APARECIDO SOARES DA SILVA
APARECIDO SOARES LIMA
APARECIDO TAVARES PEIXOTO
ARENIAS GOMES DA SILVA
ARI COELHO DE SOUZA
ARI DE OLIVEIRA E CIA LTDA ME
ARISTELA MARTINS DA SILVA
ARLINDO CORREIA DA COSTA
ARMANDO GONCALVES DA SILVA
ARMANDO MASSON FURTADO
ARMANDO PINTO DE MATOS
ARMELINDO CATTANI

ART. CIM. VIERA LTDA
ARVINO SCHERER
ARY ALVES FERREIRA
ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL IND. QUIMICA E AGROP.
ASSOC. DOS ENGENHEIROS AGRONOMOS DE CAMPO VERDE
ASSOC.DOS PEQ. PROD. RURAIS DO VALE PEQUIZAL

ATAIDE PEREIRA PINTO NETO
AUGUSTO JOSE SAGULA
AVELINO OVIDEO DE MIRANDA

BANDA MUSICAL DE FORRO CHAMEGO BRASIL LTDA
BEATRIZ FELIPE DOS SANTOS OLIVEIRA
BENEDITA TEIXEIRA
BENEDITO DA SILVA CONCEICAO
BENEDITO JOSE DE CAMPOS
BENEDITO RODRIGUES RUAS
BENEDITO XAVIER DA SILVA
BENEOLGA CAMARGO CARDOSO
BERNARDINO BATISTA SOUZA
BERTINO CALIXTO DA SILVA
BONIFACIO AUGUSTO DA SILVA
BRASIL TELECOM S.A
BRUNO PEREIRA DA SILVA
BRUNO PEREIRA DE SOUZA TOILLIER
BUSANELLO & GANZER LTDA - ME
CAIRO CARLOS DA CRUZ
CARLA APARECIDA AYRES
CARLA CRISTINA ROMERO
CARLA RODRIGUES SILVA
CARLA SABINO DA SILVA
CARLA SIQUEIRA DE MAGALHAES
CARLESON MARCIO DIAS DE SOUZA VIGO
CARLINDO DE SOUZA / EMILIANA BENTO
CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA CINTO
CARLOS ALBERTO RIBEIRO
CARLOS CLEM. DOS SANTOS(COHAB)
CARLOS DA SILVA
CARLOS FRANCISCO DE SOUZA
CARLOS GOMES DOS SANTOS 11085081893 - ME
CARLOS NUNES OLIVEIRA
CARLOS PEREIRA CARDOSO
CARLOS ROBERTO C. JESUS
CARLOS ROBERTO DE SOUZA
CARLOS ROBERTO MIRANDA STROMBERG
CASSILDO SCARANARO
CECILIA ALVES VIEIRA
CECILIA BANDEIRA
CECILIO DE OLIVEIRA MORAES
CELIO ANDRADE DA SILVA
CELIO REIS NACAO
CELISVALDO FARIAS DOS SANTOS
CELSO PEREIRA DOS SANTOS(COHAB)
CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.
CEOLI RODRIGUES DE SOUZA
CEZAR MAT. P/ CONSTRUCAO LTDA
CHURRASCARIA E LANCHERIA CAMBARA LTDA
CICERO GABRIEL DE JESUS ROCHA
CICERO GOMES DA SILVA
CICERO PINHEIRO PESSOA
CICERO RAMAO MARTINS
CINESIO FRANCISCO DE PAULA
CIRO PACHE
CISSARO MARIO CESAR
CLARICE PEREIRA DOS SANTOS
CLARICE PEREIRA SANTOS
CLAUBERTO CESAR BATISTA

CLAUDECIR RODRIGUES LOPES
CLAUDEMIR FORTES TORJI
CLAUDEMIRO CARVALHO DOS SANTOS
CLAUDEMIRO DE SOUZA PENA
CLAUDENOR GUIMARAES DE FREITAS
CLAUDIA BORGES DA SILVA
CLAUDIA GOMES FERREIRA
CLAUDIA HUFF
CLAUDIA INACIA MEIRELES
CLAUDIA ISABEL DA SILVA
CLAUDIA MARIA LAWRENZ
CLAUDINEI DA SILVA REIS
CLAUDINEI DE ALMEIDA NASCIMENTO
CLAUDINEI MAGALHAES
CLAUDINEI MONTEIRO DE BARROS
CLAUDINEIA DA COSTA LEITE
CLAUDINETE GOMES DA SILVA
CLAUDIO ADAO DE OLIVEIRA
CLEBER DANIEL PENA / IVO DE SOUZA PENA
CLEBER SANTO LORENSET
CLEBIO DE SOUZA MACHADO
CLEBSON ALVES DE OLIVEIRA
CLEIDE SARAGOSSA GARCIA GABRIEL
CLEMILDA BATISTA DOS SANTOS
CLENILSON QUEIROZ DA SILVA.
CLENIO DOBLER
CLEONICE DE FATIMA SANTOS
CLEUDIMAR CONCEICAO PONTES
CLEUNICE DE OLIVEIRA TRINDADE
CLEUSA DE O. BARBOSA
CLEUSA DE SOUZA RIBEIRO
CLEUZA SARDANHA RIBEIRO
CLEVTOM S. DOMINI
CLEVTON SCHMIDT DONINI
CLODOALDO ROSA GOMES
CLOVIS MARTINS DOS ANJOS
COMERCIAL AGROP.STA.ROSA LTDA
COMERCIAL E MERCADO GUTTIERREZ LTDA - ME
COMERCIO DE ADUBOS ORGANICOS AGUIA DOURADA LTDA-ME

CONSTRUTORA E METALURGICA PRE NOBRE LTDA - ME
CONTRIBUINTE DE RESTITUICAO
CORICEU DE SOUZA GONCALVES
COSME FRANCISCO CORNELIO SILVA

CREONICE DE SOUZA ALMEIDA
CREUSA MARTINS ALBINO
CRISTIANE AP. BATALINI DE SOUZA
CRISTIANE GUOLO DIMAN
CRISTIANO BUENO DE MORAES E RAFAEL BUENO DE MORAES
CRISTIANO JUNIOR MOURA DE SOUZA
CRISTIANO SILVA DE ANDRADE
CRISTINA TELES DOS SANTOS
D&PL BRASIL LTDA
D. FIN - ME
DAILTON ALVES SOBRINHO
DALCIO SADAYUKI TAKAHASHI
DALILA FERREIRA BARBOZA
DALMI GOMES DAMASCENO
DALVA DE MOURA LEAL
DAMIAO PEDRO DA SILVA
DANIEL DE SOUZA FERNANDES
DANIEL MARTINS DE SIQUEIRA
DANIEL SOUZA / NEUMA NUNES PACHECO
DANIELA DE SOUZA SILVA/ GENIVAL GONCALVES DA SILVA
DANIELA SILVA NASCIMENTO REIS
DANUBIO F. PEREIRA DE SOUZA
DAVI BELARMINO DA SILVA
DAVID VIEIRA DE LIMA
DEBORA GONCALVES AMORIM SANTANA
DEBORA LAURINDO DE OLIVEIRA
DEBORA VIEIRA DA SILVA
DECIO FIN
DEITOS METALURGICA LTDA
DEJAIR LIMA
DELFINO GUARIN FERNANDES
DELMA ANGELA DO NASCIMENTO
DELVAY SOUZA ALVES DOURADO
DENIS DA SILVA FERREIRA
DENIS FIM
DERLI CECCON & CIA LTDA
DEUSDETE LOPES GONCALVES
DIANARU COSTA BARROS
DIEGO JOSE LORINI
DIEGO MENDES FERREIRA
DILAMAR DA SILVA RODRIGUES & CIA LTDA-ME
DILSON DE CARVALHO FERREIRA
DILSON ROCHA GUIMARAES
DINEIA MARQUES TEODORO
DINISALDO RODRIGUES DE SOUZA
DIOMIDIO CORREA E SILVA
DIONIZIO MACARINI
DIRCEU JULIO DUARTE
DIRCEU SANTANA DE OLIVEIRA
DIRECENGE CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTDA
DIRLENE FATIMA DE ALMEIDA PRADO - ME
DIVA MARIA RECH ZANCHETTA
DIVINA MAURA DA SILVA
DOMINGO BISPO DOS SANTOS
DOMINGOS DENTI
DOMINGOS RIBEIRO BRANDAO
DONIZETE APARECIDO RIBEIRO
DONIZETE BISPO GOMES
DONIZETH PEREIRA NERYS
DORACY CORREIA ZIMERMANN
DORALICE DA SILVA PEREIRA
DORIVAL DOMINGOS DE SOUZA
DORIVALDO DOS ANJOS FRANCA
DOUGLAS DUARTE BRAGA MOREIRA
DOUGLAS PEREIRA SILVA
DULCINEIA FERREIRA SILVA
DURVAL FERREIRA DE FREITAS
DUTRA BARRETO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP
E. A. M. MARTINS DA CRUZ
E. L. P. SOARES - ME
EDEGAR BUCH
EDEGAR SCALCO
EDEGWANIER PEDRO DA SILVA PINTO
EDEMARO INACIO MOREIRA / LUZIA ETERNA
EDENILSON JOSE BARRETO
EDER TADEU ALVES
EDERLEI VALENTE
EDGAR GUSTAVO CONTI LAMIM E LISIANE CRISTINA C. LA
EDICASSIO RUFINO DE SOUZA
EDILENE MARINETE DA SILVA
EDILEU JUSTINO DIAS
EDILSON JOSE MARQUETTO MONACO
EDILSON SILVA DE OLIVEIRA
EDINEIDE MARQUES FERREIRA
EDIS FACHIN
EDISON DA COSTA CONCEICAO
EDIVALDO DE PAULA SIQUEIRA
EDIVANIA DOS SANTOS CARDOSO
EDMILSON PEREIRA(COHAB)
EDMUNDO JOSE C. B. RODRIGUES
EDNA SILVA CASTRO
EDSON BROCARDO
EDSON CRISPIM DE SOUZA
EDSON LUIZ DE SOUZA
EDSON PEREIRA DE ARAUJO
EDSON ROSSI
EDSON SILVA CASTRO
EDU CHARLES GOMES
EDUARDA, IGOR, CAROLINE CARVALHO REZENDE
EDUARDO CESAR PARISE

EDUARDO DE OLIVEIRA
EDUARDO G. CONCEICAO
EDVALDO ALVES DA SILVA
EDVALDO LONARDONI
ELAINE APARECIDA SENGER
ELAINE MARQUES NASCIMENTO
ELAINE PEREIRA DA SILVA MARTINS
ELCIO PEDRO JOHNER
ELEMAR SCHMORANTZ
ELENITA CORREA DOS SANTOS LIMA
ELIANE AUGUSTO PEREIRA
ELIANE CRISTINA R.. DE GODOY DIESEL
ELIANE FRANCISCO DE PAULA OLIVEIRA
ELIANE MORAES DA SILVA SOUSA
ELIANE RAMOS SILVA SANTOS
ELIAS FERREIRA DOS SANTOS
ELIAS FLORENTINO DE LARA E INES DA SILVA LARA
ELIAS MORAES DE LIMA
ELIAS VALDERRAMA DA SILVA
ELIEL DOS SANTOS
ELIEL SOUZA GONCALVES
ELIETE DO CARMO FERNANDES
ELIEZER GABRIEL DE SOUZA
ELINETE CONCEICAO SENNA
ELIRIA THERESINHA COSTA BEBER
ELISA TEXEIRA DA SILVA
ELISANGELA DA SILVA FARIA
ELISANGELA MAZURKEWICZ BORGES
ELISETE ZIMPEL
ELIVELTON ROBERTO SCHMIDT
ELIZABETE FRANCISCA M.F. DOS SANTOS
ELIZABETH HELENA OLIVEIRA ASSIS
ELIZABETH VOLPATO VIEIRA
ELIZEU RODRIGUES RUAS
ELSON DE SALLES
ELVIS MICK DOS SANTOS
ELZA EURIPA FARIAS DE QUEIROS
ELZA MARIA RIBEIRO
ELZENI RAMOS PRATIS
ELZITA ROSA DE OLIVEIRA
ELZITO PINHEIRO DE JESUS
EMERSON ARCANJO AQUINO
EMERSON GUERRA MACHADO
EMIDIO ORACIO MACIEL
EMILIO ZANETTI
EMPLOYER ORGANIZACAO DE RECURSOS HUMANOS LTDA
ENEAS ARRUDA E SILVA
ENIL LOURENCA DE MAGALHAES ME
ENIO MARQUES DAS NEVES
ENIO PACHECO
ENOCK RUFINO DA CRUZ JUNIOR
ENTRE RIOS ALGODOEIRA LTDA
ERACLIDES JOAO DAL FORNO
ERCI SOUZA DA SILVA
ERICA VALESSA MENDES BATISTA
ERICO LUIZ HERTER
ERISON HERBERT NUNES
ERNESTO SIDNEI ROMIO
ERONI TERESINHA BALBINOT
ERVALTER ALMEIDA SILVA
ESCOLA MUN. SABINA LAZARIN PRATI
ESCOLA MUNICIPAL
ESCOLA MUNICIPAL DONA MARIA ARTEMIR PIRES
ESIO MARTINS PANIAGO
ESPERIDIAO PEREIRA DE ALMEIDA
ESTERLITA DE ARAUJO
ESTROGILDA GONCALVES DA SILVA-ME
ETELVINA SANTOS PRADO
EUCLIDES MAGRI
EUGENIA DO CARMO BEGGO
EUJASCO SANTOS
EULALIA CAMPOS DE SOUZA
EURICLEA LUCIANA RIBEIRO DA GAMA SANTOS
EUZEBIO APARECIDO DE FREITAS / ROSSIMEIRE PEREIRA
EUZEBIO EXPEDITO AZEVEDO FEIJO
EVALDO REZENDE FERNANDES
EVANDRO ANTONIO MARIANO ME
EVANDRO ELENO DA SILVA - ME
EVANDRO STABILE
EVANNILSON LOPES DOS SANTOS
EVERALDO TELES DOS SANTOS
EXPEDITO APARECIDO DE LIMA
EXTREM LAN HOUSE
EZEQUIEL RODRIGUES DA SILVA
FABIANA DE ALMEIDA COELHO
FABIANA DE SOUZA MARQUES
FABIANO LUIZ TOCHETTO
FABIANO MORAES PIMPINATI
FABIANO NASCIMENTO VENCESLAU
FABIO DIAS PAES
FABIO JOSE MATEUS GUIMARAES
FABIO JUNIOR DE OLIVEIRA
FABIO RODRIGUES DE FREITAS
FABIO VERA LOPES
FAGNER DA COSTA SILVA - ME
FANIA IARA GONCALVES NUNES
FARIAS E FARIAS ADVOGADOS
FATIMA DA CRUZ FIGUEIREDO AZEVEDO
FATIMA PATRICIA SOUZA RESENDE
FELISBERTO MOREIRA BRITO
FELIX FERREIRA DA SILVA
FEODORIT EGOROFFA
FERNANDA GUIZZO ALVES
FERNANDES S. SILVA
FERNANDO BLUME
FERNANDO CESAR DA SILVA BARUFO
FERNANDO CEZAR COELHO
FERNANDO CRUZ DE SANTANA
FERNANDO DAL CASTEL
FERNANDO GONCALVES MARIANO
FERNANDO R. DOS SANTOS
FERNANDO SCHORETER
FIDELES NOGUEIRA VIANA
FILADELPHO INOCENCIO GUIMARAES
FIRMINO TRES
FLAVIA HELANE GALVAO SILVA
FLAVIA OLVIERA AMORIM
FLAVIANE SOARES MOSCHEN
FLAVIO LUCIANO DE TARSON HUERGO
FLORENTINA RAMOS DA SILVA
FLORI CANDIDO DE OLIVEIRA
FLORIPEDES PEREIRA DE ALMEIDA
FORTESUL SERV. ESPECIAIS DE VIGILANCIA E SEG. LTDA
FRANCIELLE MARCA TOLEDO PIZZA
FRANCISCA FERREIRA DOS SANTOS
FRANCISCA IVONE COSTA
FRANCISCA MATEUS VENTURA
FRANCISCA PEREIRA DA SILVA
FRANCISCA REGINA DE JESUS
FRANCISCA TIBURCIO DA SILVA
FRANCISCO DUARTE DE AQUINO
FRANCISCO EUDES PEREIRA DUARTE
FRANCISCO FABRICIO FREIRE
FRANCISCO GARCIA DELMONTES
FRANCISCO MARTINS SANTANA
FRANCISCO SERRANO
FRANCISLENE DOS SANTOS SILVA
FRANSCISCA NETA PEREIRA STROHER
FREDMAR SILVA DE JESUS
FREEWAY ESCOLA DE IDIOMAS LTDA ME
G. GETILIN
GASPAR DELFINO DE ANDRADE
GEISIAN SIRQUEIRA DA COSTA SILVA
GELSON GALLO / ROSYMARA GONZALES GRONGA
GENECI MAMEDIA DA SILVA MACHADO
GENILSON ANTONIO DE SOUZA
GENIVAL GONCALVES DA SILVA
GENTILIN E BIAZON LTDA - EPP

GEOVANI ALVES DA SILVA
GERA AGRICULTURA LTDA.
GERALDO AGOSTINHO SCARTON
GERALDO ALVES MARQUE
GERALDO CESAR PAMPLONA DA SILVA
GERALDO DE ARAUJO
GERALDO FERREIRA DA SILVA
GERALDO M. DE OLIVEIRA(COHAB)
GERALDO NORBERTO DE SOUZA
GERALDO PEREIRA PIRES FILHO
GERALDO RODRIGUES LOPES
GERALDO SENGER
GERCILEI DE OLIVEIRA BORGES
GEROMIM ANTONIO GUOLO
GERSON DIVINO DOS REIS
GEZIEL SERAFIM BISPO
GF MOTOPECAS & NAUTICAS LTDA
GILBERTO MATOS
GILBERTO TEIXEIRA DA SILVA
GILDETE GOMES DOS REIS
GILMAR ALDINO NETO
GILMAR BIESEK
GILMAR DOS SANTOS
GILMAR LUIZ RACOSKI
GILMAR SILVERIO DE SOUZA
GILSIANE DE LOURDES BENKENDORF SILVA
GILSON LUIS PASCHOAL
GILSON PEREIRA DE FREITAS
GILVAN ABADE TEIXEIRA
GIOVANNA SFREDDO SALLA E OUTRO
GISELE DA SILVA BARBOSA
GISELIA DA SILVA PEREIRA
GIVALDO OLANDA
GIZELDA ALVES DA SILVA
GLADIR AGOSTINHO SANTIN
GLAUCIA DOS SANTOS BORTOLON
GLAUCO LEONARDO CARRERA WASHIN
GLEUTON DIAS PAZ
GONCALVES PEREIRA DOS SANTOS
GRAZIELA MUNIZ CALCADA
GRAZIELI CARNEOSSO
GREGORIO GONZAGA DA SILVA
GREICE ALINE CORREIA
GUERINO CAZANGE
GUILHERME MANTOVANI AUGUSTO
GUSTAVO ARAUJO SCHEUER
GUSTAVO BISPO GOMES
GUSTAVO LOURENCINI AISE
GUSTAVO MARCO STELLINN
HAILTON ROSA DE SOUZA E OUTRA
HDB. DE PETROLEO LTDA-ME
HEDJANILDES XAVIER DE MORAES
HELIANA APARECIDA MOREIRA PACHECO MARCAL
HELIANA PAULA DE LIMA
HELIO FAUSTINO DA SILVA
HELIO MARTINS DA SILVA
HELIO OSVALDO DE PAULA
HELIO RUBENS FERNANDES REZENDE
HEULER ROLING
HILTON DA SILVA
IDALICIO DA SILVA DE SOUZA
IDEAL CAR LOCADORA DE VEICULOS LTDA
IDELSON ALVES DE MOURA

ILDES DE SOUZA PAIXAO BARBOSA
ILDETE MARTINS GOUVEIA
ILOIR DELLA LIBERA
IMENES DE SOUZA GUIMARAES
IMOBILIARIA SAO MIGUEL
INAIRA RODRIGUES ZAGO
IRACI ALVES DA SILVA
IRAN GOMES DOS SANTOS
IRANOEL PEREIRA GUIMARAES
IRENE LEITE DA SILVA
IRENE NASCIMENTO LISBOA E D ARC MARIA LISBOA BRAND
IRENI MARIA DE PAULA GOMES
IRIO BERTE
IRMA MARQUES HOSOKAWA
IRMA MARTINS DE MORAES
IRON ALVES DOS SANTOS
ISMAEL ALVES LORENA
ISMAEL DA COSTA NERES
ISMAEL GOMES PEREIRA
ISNEIVALDO DELMONDES DA SILVA
ISNEIVAN DELMONDES DE OLIVEIRA
ISS MANUTENCAO E SERVICOS INTEGRADOS LTDA
ITAMAR FARIAS DOS SANTOS
IVA SANTANA DE MACEDO
IVALDESON DE JESUS OLIVEIRA
IVAN ALVES DE NOVAES
IVAN PEDRO OLIVEIRA DO NASCIMENTO
IVANETE ALVES DE OLIVEIRA
IVANI DE OLEGARIO
IVANIA IZABEL SCALCON
IVANIA RIBEIRO LIMA
IVANILDA DA COSTA SILVA
IVANILDES RODRIGUES COSTA
IVO ANTUNES OLIVEIRA
IVO FABRIZ
IVONIR DIESEL E OUTRA
IZABEL FERREIRA GOMES
IZALDINO MENDES ALVES
IZAMOR MARTINS OLIVEIRA
IZIDORO RODRIGUES DIAS
IZONEL OLIVEIRA BATISTA
JACIEL OLIVEIRA GOMES(COHAB)
JACILDA ALVES DA SILVA
JACIR GARBOZZA
JACKELINE QUEIROZ GUIMARAES - ME
JACKSON ALEX DE OLIVEIRA MARQUES
JACKSON FERNANDES SECHI
JACKSON RODRIGO LEIDENS
JAIME TEIXEIRA CARRIJO
JAIR ANTONIO CARAMORI
JAIR BISPO DOS SANTOS
JAIR DA SILVA
JAIR DE ASSIS
JAIRA APARECIDA ALMAGRO
JANAINA PAULA DA SILVA
JANAINA RICALA DE MORAIS SILVA
JANDIRA DOS SANTOS MARTINS
JANETE ALVES DE SOUZA
JANETE RIBEIRO DA SILVA
JANICE GARBOZZA
JANSILEIA FRANCISCA NOGUEIRA
JANUARIO GUARIM FERNANDES(COHAB)
JAQUE LUCIANO DRESCHER
JAQUELINE ALVES PEREIRA
JAQUELINE DE ANDRADE
JAQUELINE PASUCH
JAYRMIR MORAES JUNIOR
JC REAMI SOM - ME
JEAN CARLOS DE LIMA E OUTROS
JEAN CARLOS LUZ DE LARA
JEAN LOESCKE GOMIDE
JEANDRA LEMES DE OLIVEIRA TEXEIRA
JEFFERSON EMANUEL CUSTODIO
JELMIRA OLIVEIRA DE MORAES
JESSE DE CAMARGO
JHONATANN ALVES MOISES DE LIMA
JHONE DE ARRUDA E SILVA
JHONE FABIO PEREIRA DUARTE
JHONY MOISES RODRIGUES DA SILVA
JOAO ALVES DOS SANTOS
JOAO ANDRADE DE ARAUJO
JOAO ANTONIO DA SILVA
JOAO BATISTA C MELLO

JOAO BATISTA DE LARA
JOAO BATISTA LIMIRO
JOAO BATISTA PAULINO MALTA
JOAO BATISTA ROSA
JOAO BOSCO GOMES DE OLIVEIRA
JOAO CARLOS ALVES
JOAO CARLOS PINHEIRO RODRIGUES
JOAO CARLOS ROBAINA
JOAO CELINO A SANTOS
JOAO CRISTIANO MATTOS
JOAO DAVID C. BARASUOL
JOAO DE DEUS CAMPO FILHO
JOAO DE MELLO PEREIRA
JOAO EDGAR GAMA
JOAO GASSMANN
JOAO GOMES DA SILVA
JOAO GOMES DE MOURA
JOAO GONCALVES PENA
JOAO GONZAGA DE SOUZA
JOAO IRINEU DA SILVA
JOAO LAUDECIR BORBA
JOAO MARCELO DE BASTOS
JOAO MARCELO MAGALHAES REIS
JOAO MODOLON SOBRINHO
JOAO NARCISIO GOMES
JOAO NEVES DA SILVA
JOAO PAULO BARBOSA
JOAO PAULO MARINHO DOS SANTOS
JOAO PEDRO CARDOSO DA SILVA
JOAO PEREIRA
JOAO PEREIRA DA CUNHA
JOAO SOARES DE MENDONCA
JOAO ZIFIRINO GOMES NETO
JOAQUIM DE FRANCA NETO
JOAQUIM SIMAO FERNANDES DE SOUZA
JOAQUINA ALVES DE ARAUJO
JOCIEL XAVIER DA SILVA
JOEL ALVES DE OLIVEIRA
JOEL DA SILVA COSTA
JOEL RODRIGUES DA SILVA
JOELSON JANUARIO DE ARRUDA
JONAS ALBERT SHMIDT
JONAS DE OLIVEIRA MORAIS
JONAS DO ESPIROTO SANTO SIQUEIRA
JONAS FESTA
JONATHA ANDRE BRAGA
JORAMIL FRANCISCO DE PAULA
JORDINA DA SILVA GERONIMO
JORGE ALBERTO MESSIAS
JORGE FERREIRA DE SOUZA
JORGE RODRIGUES
JORGE SILVERIO DA SILVA
JOSAIR FERREIRA DE OLIVEIRA
JOSE ADELMO FIN RAMOS
JOSE AILTON PANTORRA DE MORAIS
JOSE ALCEU MENDES
JOSE ALDEMIR MORAES
JOSE ANGELO KUNST
JOSE ANTONIO TIRADO MARQUES
JOSE APARECIDO DOS SANTOS
JOSE APARECIDO FONSECA PAGANE
JOSE APARECIDO ROCHA DOS SANTOS
JOSE APARECIDO ROMEIRO
JOSE ARI RAIMUNDO
JOSE BENTO DE OLIVEIRA
JOSE BRANDALISE
JOSE C. FILHO
JOSE CAITANO DA SILVA
JOSE CANDIDO FERREIRA
JOSE CARLOS BAROSA DA SILVA
JOSE CARLOS BISPO DOS SANTOS
JOSE CARLOS LOPES DA SILVA
JOSE CARLOS NUNES SANTOS
JOSE CARLOS P COSTA
JOSE CARLOS RODRIGUES DOS SANTOS
JOSE COELHO DE MACEDO
JOSE CORDEIRO DA SILVA
JOSE DE LIMA
JOSE DE MOURA
JOSE DE SOUZA DOURADO
JOSE DE SOUZA FILHO
JOSE DOMINGOS DA COSTA
JOSE DOS SANTOS
JOSE EDUARDO PORTO
JOSE FERREIRA DA CRUZ NETO
JOSE FIDELE DA SILVA
JOSE FRANCISCO FERREIRA CARVALHO
JOSE GONCALVES FERREIRA
JOSE HUMBERTO MANO DE CARVALHO E OUTROS
JOSE LUIS JEREMIAS
JOSE LUIZ CAETANO
JOSE LUIZ SCHIER
JOSE LUIZ THOME
JOSE M. DE ALMEIDA FILHO(COHAB)
JOSE MALAQUIAS DA ROCHA
JOSE MANOEL DE SOUZA SANTOS
JOSE MARCIO DOS SANTOS
JOSE MARIA DOS SANTOS
JOSE MARIA ROSA
JOSE MARIANO DA SILVA E OUTRA
JOSE MARIO RODRIGUES DA CRUZ
JOSE MARTINS DE ARAUJO
JOSE MILTON BONFIM SILVA
JOSE MOREIRA DE ASSUNCAO
JOSE NEVES FILHO
JOSE NILTON FERREIRA DE SOUZA
JOSE OLIVEIRA SANTOS
JOSE OSMAR ALANO DE MELLO
JOSE PEREIRA DE ARAUJO
JOSE POLUCENA DA SILVA
JOSE PONTES/MANOELINA DA SILVA
JOSE RAMOS DE SOUZA
JOSE RENILDO DA SILVA
JOSE RIBEIRO
JOSE ROBERTO CENEDESI E MARIA DE LOURDES TERNEIRO
JOSE ROGERIO RODRIGUES DA SILVA
JOSE RONALDO DA SILVA
JOSE RUBENS DE SOUZA
JOSE RUFINO DA SILVA
JOSE SEVERINO DA SILVA
JOSE VALDECIR DE MELO
JOSE VANILDO SANTOS COELHO
JOSE VICENTE BONATELLI
JOSEFA ANTONIA DA SILVA
JOSEFA BATISTA DA SILVA
JOSEFA PARREIRA DE OLIVEIRA
JOSEIAS FERREIRA GUIMARES
JOSIANE CARVALHO SERAFIM E OUTRO
JOSUE DE OLIVEIRA
JOVANE G. DE OLIVEIRA/MARIA DE FATIMA
JOVELINO RODRIGUES NOGUEIRA
JOZIVANIA MOREIRA DA SILVA
JUCILEIDE BEZERRA SILVA
JUCILENE ARAUJO MODESTO
JUCINEIDE ABADIA FERNANDES
JUILSON MARQUES NASCIMENTO
JULIA NOBRE DA SILVA
JULIANA PAULA MARTINI
JULIANE MOLAN PRICINATO
JULIANO DA SILVA SANTOS
JULIANO DO NASCIMENTO
JULIANO GABARDO
JULIANO GONCALVES DOS SANTOS
JULIANO MARTINS DE CARVALHO
JULIO BARBOSA ARAUJO
JULIO CESAR REAMI
JUNIOR BARBOSA DE ARAUJO

JUNIOR DOS REIS SALES
JUNIOR REIS DA SILVA
JURACY JOSE DA SILVA
JURANDIR MEDEIROS MACHADO
JURANDIR SANTOS DA SILVA
JURANDIR TARCISIO BIAZON
JURI BAPTISTELLA
JUSCELINO MOGNON
JUSCIVANE DE QUEIROZ NUNES
JUSSARA FRUMI DE SOUZA
JUSTINA RODRIGUES MOURA
JUVENAL ELIELSO LECHNER
JUVENILDA BARBOSA
K. CORREA -ME
KANTEIRO PAISAGISMO E JARDINAGEM LTDA
KAVIANE ANGELA CALEGARI
KEILA ALMANDES FRANÇA
KEILA CRISTINA DE LAET
KEILA HENRIQUE DE SOUZA ALMEIDA
KELLEN CRISTHINA MENEZES GUSATTO
KELLI YORRANA TELINE ARRUDA
KELLY FERNANDA SAO JOAO
KELSON ALONSO DE SOUZA
KELY SANTANA SILVEIRA
KUEYLA MARIA PACHECO
LAERCIO RODRIGUES ROCHA
LAERTE LUDVIG
LARISSA FATTORI GIL RIBEIRO
LAURA CIRINO ZANDONADI-ME
LAURI BERGMAN BARTZ E VERONICA PINTO MARTINS
LAURICEIA PAULA GOUVEIA
LAURINDO CHAEDLER
LAURINDO PEDRO SCHUSTER
LAURITA ROSA MARQUES PINHEIRO
LAURO SERGIO SILVA NASCIMENTO
LAZARO DE SOUZA CAMPOS NETO
LDIANE DA SILVA PAES
LEANDRO FERNANDES
LEANDRO RODRIGUES DOS SANTOS
LEANDRO SCHMITZ
LEILA GUBERT E OUTRO
LENI ROCHA RODRIGUES
LENICE OLIVEIRA SILVA DIAS
LENILDO DE QUEIROZ FERREIRA
LENIR CAPELARI DE OLIVEIRA
LEOCADIO DOMINGOS CONDE
LEOGENCIO DE JESUS
LEOMAR CAMARGO
LEOMAR ERVINO DORN
LEONAN MARINHO DE OLIVEIRA
LEONARDO ALMEIDA PRADO
LEONI FERNANDES DE ARAUJO
LEONICE RODRIGUES FERREIRA
LEONILDO DA SILVA
LEONORA FERREIRA DA CRUZ
LEVI GENTILIN
LEYDE OLIVEIRA AMORIM DOS SANTOS
LIBERATO FELIX DA SILVA
LIDER CONTABIL S/C
LILIAN MARCIA MARCELINO DE CAMARGOS - ME
LILIAN NUNES CRISTOFOLI
LINDINALVA F. DA SILVA
LINDOMAR NUNES SANTIAGO

LISARB ROSA VILELA
LISETE IOLANDA WALDOW
LOESTE GERVASIO PEREIRA

LOURDES ARDENGE DOS SANTOS
LOURDES BERNARD
LOURDES CONCEICAO NEUMANN
LOURDES GUIMARAES DA CONCEICAO
LOURENCO ESTEVO DOS SANTOS
LOURIVAL ALMEIDA DE JESUS
LOURIVAL CANDIDO PORTUGUEZ
LOURIVAL DOS SANTOS FERREIRA
LOURIVALDO NERES NOVAIS
LUANA TRINDADE BRANCO
LUCIANA DE MORAES BRUNO
LUCIANA SILVA ARAUJO
LUCIANO ALVES BASILIO
LUCIANO DE SOUSA
LUCIANO EDGAR REINAN
LUCIANO SANTOS MUNIZ
LUCIENE PEREIRA PORTO
LUCILENE DE SOUZA GONCALVES
LUCINDO LOPES
LUCINEIA ALVES DOS SANTOS DE CARVALHO
LUCINEIDE LUZIA GOMES
LUCIO ANTONIO ZAGO
LUIS CARLOS DA SILVA
LUIS CARLOS FERREIRA DOS SANTOS
LUIS CARLOS GASSMANN
LUIS CESAR DO NASCIMENTO
LUIS MULLER(COHAB)
LUIZ ANTONIO BERNARDO
LUIZ BENJAMIM MORO RODRIGUES
LUIZ BERTO VIVAN
LUIZ CARLOS BARUFO
LUIZ CARLOS DEFANTE
LUIZ CARLOS PEREIRA DE MELO
LUIZ CARLOS SANTOS PEDROZO
LUIZ CLAUDIO DE SOUZA
LUIZ CLAUDIO VERGILIO
LUIZ CORDEIRO DA SILVA
LUIZ DANTAS DE SOUZA
LUIZ FELIPE LEHNEN
LUIZ FOLETTO
LUIZ FOLETTO E OUTROS
LUIZ GONZAGA RIBEIRO
LUIZ PEREIRA DA SILVA
LUIZ PIRES DOS SANTOS E WANDA MOURA DE FREITAS
LUIZA SILVERIO LIMA
LURDES SALETE BANCER SIEMER
LUZEMIR DA GLORIA DE OLIVEIRA
LUZIA ALVES DE OLIVEIRA SILVA
LUZIA DE SOUZA ALMEIDA
LUZIA FERREIRA RAMOS
LUZIA LIMA DE CARVALHO
LUZIA RIBEIRO PEREIRA
LUZIA SEEHAGEN - ME
LUZIMAR MARTINS DOS SANTOS E CLAUDIA M. DE A. SOUZ
LUZINETE SIQUEIRA SANTANA
M. A. A. T. ENGENHARIA LTDA
M. A. DE SOUZA ARMARINHOS-EPP
MACIEL DA SILVA PASSOS
MAGNO ANTONIO LEANDRO DOS SANTOS
MAGNO RONNIS EVANGELISTA DA SILVA.
MANFRED TRENNE POHL
MANOEL ANTONIO RIBEIRO
MANOEL BATISTA CORREA
MANOEL C. C. DE SOUZA
MANOEL DE LIMA
MANOEL DE LOURDES DA COSTA
MANOEL DIAS DE QUEIROZ
MANOEL F. DE CARVALHO
MANOEL MESSIAS DUARTE DE CARVALHO
MANOEL PEREIRA DA SILVA
MANOEL R. DOS SANTOS
MANOEL RIBEIRO DOS SANTOS
MANOELINA CESAR DE CARVALHO
MANUEL PEREIRA DA SILVA
MARCELA FIDELIS DA SILVA
MARCELINA LUCINDA DE OLIVEIRA
MARCELO CRAICI
MARCELO KUTIANSKI

MARCELO LUCAS TAVELLA KOCH E MARINA TAVELLA KOCH
MARCELO MOREIRA
MARCELO PEREIRA ARAUJO
MARCELO RISTAU GARBUGIO
MARCIA CLEA DE SIQUEIRA
MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA LOPES
MARCIA OLIVEIRA DE JESUS
MARCIANO PEDROSO DA SILVA
MARCILENE MARIA DA SILVA
MARCILENE SIQUEIRA SAMPAIO
MARCILON CAMPOS DA SILVA
MARCIO ALIPIO QUIRINO
MARCIO ALVES SEVERINO
MARCIO ANTONIO DA ROSA E KEILA SOLANGE ROCHA
MARCIO CAZARI NICCHIO
MARCIO DOS SANTOS DE SÁ
MARCIO JOSE MOURA PINTO
MARCIO TEIXEIRA SPINDULA
MARCIUS DIEGO DO CARMO E SILVA
MARCO ANTONIO CIAN
MARCOS ALVES DOS SANTOS
MARCOS ANTONIO CAMARGO
MARCOS ANTONIO DE PAULA
MARCOS ANTONIO FERRARI
MARCOS BARBOSA ZANARDO
MARCOS CORREIA DE OLIVEIRA
MARCOS FERREIRA
MARCOS FERREIRA ALENCAR
MARCOS GOMES DE OLIVEIRA
MARCOS MACHRY
MARCOS MARQUES ARAGAO
MARCOS PEREIRA DOS SANTOS
MARCOS RODRIGUES DE OLIVEIRA
MARCOS SENGER
MARCUS PAULO MOTTA MELLO
MARGARIDA FERREIRA GOMES
MARIA ALVES RODRIGUES
MARIA APARECIDA CARIAS
MARIA APARECIDA DE ARAUJO
MARIA APARECIDA DE LIMA
MARIA APARECIDA DOS SANTOS
MARIA APARECIDA MOREIRA
MARIA APARECIDA MOREIRA DE SOUZA
MARIA APARECIDA P RODRIGUES
MARIA ARACI TEIXEIRA
MARIA BRANDINA DOS SANTOS BRESSAN
MARIA CELESTE SILVA ESCOCIA
MARIA CLEIDE FERREIRA LEITE RABELO
MARIA CONCEICAO DA SILVA
MARIA CONCEICAO RAMOS
MARIA DA CONCEICAO ROSA DE SOUZA
MARIA DAS DORES DE MORAES COSTACURT
MARIA DAS DORES MARTINS
MARIA DAS DORES SILVA
MARIA DAS GRACAS A. NOVAIS
MARIA DAS GRACAS S. FIRMO
MARIA DE FATIMA DOS SANTOS
MARIA DE LIMA VARGAS
MARIA DE LOURDES SANTANA
MARIA DE LURDES GOMES
MARIA DE SOUZA BARRETO
MARIA DE SOUZA SANTOS
MARIA DIVINA SANTOS
MARIA DO CARMO PEREIRA DE OLIVEIRA
MARIA DO CARMO SANTOS
MARIA DO S. RAMOS SILVA
MARIA DO SOCORRO CARVALHO DE SOUZA
MARIA DOS REIS MACHADO
MARIA DOS SANTOS LIMA
MARIA ESPIRITO SANTO DE BRITO
MARIA GIRDETE FERNANDES ALMEIDA
MARIA HELENA DA SILVA
MARIA HELENA DA SILVA SANTOS
MARIA HELENA GOMES DOS SANTOS
MARIA IZABEL SANTANA MARQUES
MARIA JOSE PEREIRA DE SOUZA
MARIA JOSE RODRIGUES MUNIZ
MARIA LIMA DA SILVA MORAES
MARIA LOURDES DE OLIVEIRA
MARIA LUCIA RODRIGUES MAIA
MARIA LUIZA AMARANTE KANNEBLEY
MARIA LUIZA PEREIRA DIAS VIANA
MARIA LUZIA DUARTE
MARIA MATTES FINGER
MARIA NILZA DA SILVA PEREIRA
MARIA ODILIA FERREIRA VIEIRA
MARIA PEDRINA CARDOSO
MARIA RAIMUNDA ARAUJO
MARIA RITA DE LIMA
MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA SILVA
MARIA ROSA BERNARDES
MARIA ROSA F. DO PRADO
MARIA SALETE SIMIONI CARRARO
MARIA SALETE XAVIER DO NASCIMENTO
MARIA SILENE BARROS ROCHA
MARIA SILVA DOS SANTOS
MARIA TEREZA FASSIO M.P. SOUZA
MARIA VALDECIR DE SOUZA
MARIA ZELIA DA SILVA
MARIALVA SARDEIRO DA SILVA
MARIELZA CONCEICAO GONCALVES
MARILENE DAS GRACAS VIANA
MARILENE DOS S. OLIVEIRA
MARILENE RIBEIRO DA GAMA
MARILUCIA PORTO RIBEIRO
MARILZA HURMANN
MARILZA JOSE DOS REIS
MARINEIDE FERREIRA
MARINEIDE RODRIGUES DOS SANTOS
MARINEZ LEDA SIMINONI
MARIO JUSTINO
MARLENE SILVANA DA FONSECA
MARLENE VIEIRA DA SILVA
MARLI ALVES DANTAS
MARLY FERREIRA DOS SANTOS
MARLY FERREIRA SANTANA
MARQUINHO MARCELIANO RODRIGUES
MARTINS PEREIRA DUTRA
MARUZAN COSTA SANTANA
MARZELI FORTES
MATHEUS MARIUSSI
MAURA DE ARAUJO
MAURI KUTZNER
MAURICIO FERREIRA DA SILVA(COHAB)
MAURINA BATISTA MOREIRA
MAURINA BEZERRA COSTA
MAURO GASCHO
MAX ROBERTO DE OLIVEIRA COLOMBO
MAXMAR CESAR SOUZA
MECANICA AERONAUTICA TERUEL LTDA
MEGA - IND. DE NUT. FOMENTO ANIMAL E COM. DE CEREA
MERICE REIS SABATANI MONTEMOR
MESSIAS SANTIAGO BENTO
METALURGICA CENTRAL
MICHEL LESSA PIEROBOM
MIGUEL AMANCIO DE LIMA
MIGUEL ANTONIO ZAMBIASI
MIGUEL BARROS DE CARVALHO
MIGUEL DE PAULA OLIVEIRA
MIGUEL HUMBERTO LIBRELOTTO - ME
MIGUEL OLIVEIRA DE ALMEIDA
MIGUEL PEREIRA DE ALMEIDA
MILSON CARDOSO DE CARVALHO
MILTON CEZAR RIBEIRO
MINASUL DIESEL LTDA
MINERVINA ROSA DOS SANTOS
MIRNA TEREZINHA LORENI

MISSAO BEREANA DO BRASIL
MOACIR BIANCHET
MOISES BATISTA DE PAULA
MOISES BETTONI
MOISES JOAO ABATI
MOISES POLITO
MOISES RODRIGUES LOPES
MOISES SEBASTIAO ANDRADE DA SILVA
MOSELMAR GOMES DOS SANTOS
N ILSON SANTANA DA SILVA
NACON ENGENHARIA & CONSTRUCOES LTDA
NADIR TEREZINHA TEIXEIRA - ME
NADIR VALENTE
NAIR PEREIRA DAS NEVES
NAIR SANDRINI GABARDO
NALVA DE PRADO COSTA NOGUEIRA
NAZARE NAIR SILVA DA COSTA
NECY PAULA DA SILVA
NEIANY K. LOPES ROCHA
NEIDE ALVES DOS SANTOS
NEIDE FERREIRA DE SOUZA CARVALHO
NEIVA DE SOUSA BARBOSA MACHADO
NELI PEREIRA DA SILVA
NELSON BALSAN
NELSON BASSANESI
NELSON BORGES DOMINGUES
NELSON BRAZ DA SILVA
NELSON DA SILVA
NELSON JARCEM
NELSON MOLINA PORTO JUNIOR
NELSON RAMOS MIRANDA
NEURI ANTONIO FROZZA E OUTRA
NEUSA ALEXANDRE DA CRUZ SANTIAGO
NEUSILIA MARIANO MARTINS
NEUZA CLEMENTE DOS SANTOS
NEUZA DE OLIVEIRA
NIDES CORREA DE OLIVEIRA
NILDA DE FATIMA BARBOSA
NILO ASSUMPCAO MACHADO FILHO
NILO CAMILLO
NILSON OLIVEIRA LIMA
NILTO PEREIRA BORGES
NILTON COSTA MELO
NILVAN JOSE DA SILVA
NILZA APARECIDA BERTIPAGLIA ME
NILZA LEITE DE OLIVEIRA
NILZA MARIA DE MORAES
NILZE LURDES DA ROSA
NIVAINE FRAZAO CUNHA
NIVALDO ALVES DA SILVA
NIVALDO ANTUNES
NIVALDO JOSE DOS SANTOS
NIVALDO ORTIZ SEBRIAN
NORMA LOPES DE FREITAS
NUBIA ANGELICA DE LIMA
O D DA CRUZ PUBLICIDADES ME
ODAIR DARLI MARCOLIN
ODAIR RODRIGUES DA SILVA
ODETE ADELIA OICHENAS
ODILON E OU JULIO C. ARAUJO
ODIVALDO GONCALVES DA SILVA JUNIOR

OLBIANO CARLOS DA SILVEIRA JUNIOR
OLEDIR PAVAN DE ANDRADE
OLENY SOUZA CARDOSO
OLERINDO DA SILVA
OLGA LOPES BATISTA
OLIDES EUSTAQUIO VEDANA
OLIDES LUIZ CARRARO
ONILDES GOMES SEVERINO
ONISVALDO EMILIO DOS SANTOS
ORDALINA SILVERIO DOS SANTOS
ORDALINO MOD. DE CARVALHO(COHAB)
ORESTES M. DE PINHO
ORLANDO JOSE MEINHARDT
OSCALINO CLARO MAGALHAES
OSIAS PEREIRA DA COSTA
OSMAR ARRUDA GRANZOTO
OSMIR O. DOS SANTOS
OSVALDO ALVES
OSVALDO ALVES DE FREITAS
OSVALDO MADUREIRA
OTAVIO ECKERT
OTTEMAR BOMM
OZAIDE PAULO DE OLIVEIRA
OZEAS EVANGELISTA DA COSTA(COHAB)
OZENIR JERONIMO DA SILVA
OZONI CRUZ E LOURDES FUNKLER
PATRICIA DANTAS DE AMORIM
PATRICIA ITO DANTAS DELVECHIO
PATRICIA MARIA DE AZEVEDO VARGAS
PATRICIA MIRANDA GIUSTI
PAULINO DAS GRACAS
PAULO ADRIANO GOMES DORILEO
PAULO ALBINO DE SOUZA
PAULO ANDRE GRANZOTO
PAULO ANTONIO DA SILVA
PAULO BRECHOR DA SILVA
PAULO CESAR ALVES FREITAS
PAULO CEZAR DE AGUIAR
PAULO CLEMENTE DA SILVA
PAULO DE OLIVEIRA FERREIRA
PAULO EDUARDO FERREIRA DE ALMEIDA
PAULO FERNANDO DA ROSA
PAULO JOSE DE FREITAS
PAULO MARTINS DE SOUZA
PAULO OLIVEIRA SANTOS
PAULO ROBERTO CAMPOS DE SOUZA
PAULO SERGIO SCHMIDT DONINI
PAULO SILVANO PEREIRA DOS SANTOS
PEDRO ALVES DOS SANTOS
PEDRO FERREIRA DOS SANTOS
PEDRO MACIL GARBUGIO
PEDRO PAULO GUOLO
PEDRO ROSA NETO
PEDRO TEIXEIRA DE FARIAS
PEDRO VICENTE DA SILVA NETO
PEREIRA DOS REIS & CIA LTDA - ME
PERMINIA ALVES MACIEL
PIETRO MATERASSI
POSTO CAMPEAO
PREFERENCIAL PRODUTOS AGRICOLAS- LTDA

PRESTATIVA EMPRESA PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
PRESTCOTTON PRESTACAO DE SERVICO AGRICOLA LTDA
PRISCILA RASQUERI MENDES MARASCHIN

RAFAEL ANTONIO PINTO
RAFAEL MOREIRA DIAS
RAILDE MOREIRA DO NASCIMENTO
RAIMUNDO BEZERRA DA SILVA
RAIMUNDO CRISPIM DE SOUZA
RAIMUNDO JOAQUIM DE JESUS
RAMAO VEIGA
RAMIRA DE OLIVERIA PORTO
RAQUEL ANA ZANATTO DOS SANTOS
RAQUEL PANTALEAO AMARAL
RAUL NERI SCHEUER
RC COMPANY ARMAZENS GERAIS LTDA EPP
REGEVALDO DIAS CIRQUEIRA
REGINALDO APARECIDO DA SILVA
REGINALDO DA SILVA
REINALDINO DA SILVA
REINALDO GUALDINO SILVA
REINALDO LIMA DA SILVA
REINALDO V. ARRUDA
REINILDE DE ARAUJO CARVALHO
RELBIA PEREIRA DA COSTA

RENAN DE OLIVEIRA
RENATA GOMES RIBEIRO
RENATO ADAM
RENATO FERREIRA DE SOUZA
RENATO PINHEIRO DE JESUS
RENILDA FERREIRA DE SOUZA
RENILTON DE JESUS
RICARDO ANDRE SCHAEDLER E ANA PAULA DA ROSA
RICARDO AVANILDO FERREIRA
RICARDO GUERIM BELLE
RICARDO SANTANA MARTINS
RITA FERREIRA LEMOS
RITA FLAUSINA DO LAGO
ROBERSON GONCALVES ASSIS
ROBERTO APARECIDO PAGANINI
ROBERTO CARLOS DE ARRUDA GOMES
ROBERTO FARIAS DOS SANTOS
ROBERTO OLIVEIRA LOPES
ROBSON COSTA
ROBSON WILSON DE OLIVEIRA
RODORAPIDO TRANSPORTE - LTDA
RODOTEC MANUTENCAO E PREPARACAO DE MAQUINAS E EQUI
RODRIGO JOSE DA SILVA
RODRIGO PENA FLORAO
ROGERIO BONAVIGO
ROMERITO ALVES DE NOVAIS
ROMES MARTINS SOUZA
RONALDO CANUTO SERIO
RONALDO DE LIMA SANTANA
RONALDO FERREIRA DA SILVA
RONALDO LEANDRO DA SILVA
RONALDO MARTINS DE SOUZA
RONDOAGRO PROD. AGROP. LTDA
RONILDO DOS SANTOS DE OLIVEIRA
RONILDO PIRES COSTA
RONILDO SOUZA CAMPOS
RONILSON DE SOUZA SANTOS
ROQUE ROSSETTI
ROSA MARIA AMARAL
ROSA MARIA RIBEIRO
ROSALINA EVANGELISTA
ROSALINA NERI ROMEIRO
ROSANGELA CLEMENTE DA SILVA
ROSANGELA DE JESUS MENDONCA
ROSANGELA SOUZA DOS SANTOS
ROSELEI PEREIRA DUTRA
ROSELI DE FATIMA COSTA
ROSEMERI ECKERT MORARI
ROSENIL DE OLIVEIRA
ROSIDALMA MOREIRA ANDRADE
ROSILENE MOURA DE OLIVEIRA
ROSILEY MADALOSSO
ROSIMAR BITTENCOURT FERREIRA
ROSIMAR SALETE WESCALOWSKI
ROSIMEIRE DE GODOY DAMACENO DA SILVA
ROSIMEIRE DE SOUZA
ROSINEIDE GUIMARAES DA S. SANTOS
ROSINEIDE LOPES
RUBENS INACIO PEREIRA
RUI ROBERT BARBOZA CAMACHO
RUI TSUYOCHI SASSAGIMA
RUTE DE OLIVEIRA VALENTIM
S. A. GIORDANI & CIA LTDA
SABRINA TRES
SADI SCHMITZ
SADY BERTHOLDO
SAFETY - SEGURANCA & MEDICINA DO TRABALHO LTDA
SANDRA DE SOUZA E OLIVIO DA SILVA
SANDRA MARIA MARCELINA DOS SANTOS
SANDRA MARIA RODRIGUES DA CRUZ
SANDRA OLIVEIRA DE SOUZA
SANDRA REGINA RODRIGUES
SANDRO NOBRE PEREIRA
SANDROMAR MARTINS
SANTA ROSA ARMAZENS GERAIS
SANTIAGO DE MORAES
SANTO RODRIGUES
SANTOS SOUZA E ALVES LTDA - ME
SAO MIGUEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
SAUL DE CARVALHO
SAWAGE EMPRESA DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
SEBASTIANA CEZAR CALDAS
SEBASTIANA MOREIRA MAGALHAES
SEBASTIAO BAZAN BRITO
SEBASTIAO DOS SANTOS
SEBASTIAO GONSALVES DA CRUZ
SEBASTIAO LEMES
SEBASTIAO OLIVEIRA DE SOUZA
SEBASTIAO VALDOMIRO TEIXEIRA
SEMENTES MARIANA REP. COM. LTDA-EPP
SERGIO ANTONIO DA SILVA
SERGIO DE ALMEIDA SILVA
SERGIO ELEMAR STURMER
SERGIO JOSE TONELLO
SERGIO LUIZ MIRANDA DE SOUZA/ SUELI APARECIDA
SERGIO PEDO
SEVERINA SILVA MOURA
SHARLES COSTA ARAUJO
SHEILA CRISTINA RECH
SIBARBOSA FERREIRA
SIDERLAN FERREIRA DE ANDRADE
SIDNEI FOSQUIERA MORRO
SIDNEY GUIMARAES DOS SANTOS
SIDNEY JOSE REIS
SILVANA BRITO AGUIAR
SILVANA DE SOUSA PASSOS
SILVANA RODRIGUES LOPES
SILVANIO PEDRO RODRIGUES
SILVANO FERREIRA DA SILVA
SILVIA DA SILVA PEREIRA DE BRITO
SILVIO CARLOS RODRIGUES DE PAULA
SILVIO DA SILVA PEREIRA
SIMOES & REINEHR SIMOES LTDA - ME
SIMONI COSTA MATHEUS
SINESIO JOAO KLIEMANN
SINVAL RIBEIRO DA SILVA
SIRLEI DA ROSA
SOFIA PEREIRA MARQUES ARAGAO
SOLAIRE VIAGENS E TURISMO LTDA
SOLANGE FERNANDES DE LIMA
SOLANGE FERREIRA DA SILVA
SOLUTEC COMERCIO E SERVICOS LTDA
SONIA MARCIA EGLI
SUELY CAMPOS PARENTE
SUPER IND. PRE MOLDADOS ART. DE CIMENTON E MAT CON
SUZANA ALVES DA SILVA
TADEU LUIZ CAMPOS DE SOUSA
TALITA FASSICOLO
TALITA PAMPLONA DA SILVA
TANIA MARIA DE LIMA(COHAB)
TARCISIO MENUSI
TATIANA PATRICIA FERNANDEZ DIAS
TATIANE DE ALMEIDA SILVA
TATIANE PEREIRA PIRES
TELEMONT - CUIABA
TELMA RACHEL CANDIL /MATRICULA:6.370
TEODORO BURLACENCO NETO
TEODORO GOMES DA SILVA
TEREZA CORREIA GUIMARAES
TEREZA MIRANDA GIUSTTI
TEREZINHA DE MELO BONAVIGO(COHAB)
TEREZINHA DOS SANTOS
TEREZINHA PEREIRA DA SILVA
TERMO ELETRO LTDA
TERRA VERDE COM. E REPRES. DE PROD. AGRIC. LTDA ME
THEMIS BERNARDES GARCIA DA LUZ

THIAGO WERNER RODRIGUES SCHWARZ
TIAGO RODRIGUES LOPES
TIAGO SIDNEI STROZAK
TIGRE LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA
TONI SANTIAGO AMARAL(COHAB)
TONNY RAMOS ARAUJO
TRANSAMERICA TERCERIZACAO DE SERVICOS LTDA
TRANSP.COMBUSTIVEIS MONTE AZUL
UALISSON LUIZ LEAO DE SOUZA
UALISSON RENATO ROCHA SANTOS
UEMERSON RODRIGUES LEONIS
ULISSES DE SOUZA JUNIOR
UNIAO MANUTENCAO DE SITIOS E SECADORES LTDA
URBANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
V. B. SOUTO - CLINICA PRO-CARDIACO ME
VAGNER DE QUADROS PENIDO
VAGNER LUIZ DUARTE
VAGNO JOSE DE SOUZA
VAIRO SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA
VALCIR NEDIO RALDI
VALDAIR DA SILVA OLIVEIRA
VALDECI BOM FIM
VALDECI JOSE DOS SANTOS
VALDECIR FORNARI
VALDELIRIO BOAVENTURA
VALDEMAR PAES DE LIMA
VALDEMIR ALVES SILVA
VALDEMIR MELO DE OLIVEIRA
VALDEMIR SIQUEIRA SANTANA
VALDENICE SOUZA DA SILVA
VALDENIR DE ARAUJO COUTO
VALDEVINO DOS SANTOS PARREIRA
VALDIMAR DA SILVA ARAUJO
VALDINEIA BATISTA DE ANDRADE
VALDIR DOS REIS DE OLIVEIRA
VALDIR OSMAR DA SILVEIRA
VALDIRENE DAMACENO
VALDIRENE PEREIRA COELHO
VALDISON ANTONIO PAES DE LIMA
VALDISON FERREIRA DE CARVALHO
VALDIVINO BATISTA TORRES
VALDIVINO JOSE DA CRUZ
VALDSON PEREIRA ARAUJO
VALFREDO SANTIAGO
VALMOR OSMAR DA SILVEIRA
VANA PAULA DE MATOS
VANDERLEI DE JESUS
VANDERLEI P. DE SOUZA
VANDERLEY DE JESUS
VANDERLY CUSTODIO CAVALCANTE
VANEI FERREIRA CARVALHO
VANESIA DOS SANTOS GONCAVES
VANESSA BATISTA DE AMORIM HARTWING
VANETE XAVIER BOTELHO
VANIA CRISTINA DA CUNHA
VANICLEIA LUIZ DUARTE
VANINHO ROSA DA CUNHA
VANUSA ALMANDA FRANCA
VERA FARIAS TONKELSKI
VERA LIDIA DE OLIVEIRA
VERA LUCIA BORGES BONFIM
VERA LUCIA C. SOUZA
VERA LUCIA COSTA DO NASCIMENTO
VERA LUCIA MARIA FEREIRA
VERIDIANA FERREIRA SIMPLICIO
VICENTE DOLCE
VICENTE GONCALVES PEREIRA
VICENTE MESQUINI
VICENTINO PAULINO DA SILVA
VILMA CANDELARIA R. DE PLINIO
VILMAR RIBEIRO
VILSON MARQUES DA SILVA SANTOS
VITOR DE SOUZA
VITORIA COMERCIO DE CALÇADOS LTDA -ME
VIVALDINO RODRIGUES DE LIMA
VIVIANE BORGES GERALDINO
VLADIMIR SANCHEZ
W. B. CORRETORA DE SEGUROS S/S LTDA
WAGNER ALVES DOS SANTOS
WAGNER FERNANDES SILVA
WAGNER PEREIRA DA SILVA
WALTER SILVA TEIXEIRA
WANDERLEY TEIXEIRA
WARLEY JUNIOR BRAS
WAULESBAINS LOPES DA SILVA
WELLINGTON DE ARAUJO CASTRO
WELLINGTON MAURICIO DE CASTRO
WEMERSON DE ALMEIDA MOREIRA SOUZA
WENDER TEIXEIRA DA SILVA
WENNE KELLY MARTINS BARBOSA SILVA
WHENDER PEREIRA DOS SANTOS
WILLIAN MOREIRA DE SOUZA
WILMAR MARTINS ROCHA
WILSON APARECIDO DE SOUZA E NATALIA P VONSIK
WILSON FRANCISCO GONÇALVES E ARENILZA DE AMORIM
WILSON MORAES CANUDO
WILSON PEREIRA JUNIOR
WILSON SANGUINA
WISLEY RONE CLEMENTE
WISTAN RICARDO FERNANDES
WRD INFORMATICA LTDA ME
ZAIRO JOSE LOPATIUK
ZELIA MARIA PEREIRA
ZELIA VITAL
ZELIO OVIDIO DE MIRANDA
ZENITA TEIXEIRA QUADROS DE CARLI
ZEUVAN PEREIRA DA SILVA
ZIEL MARQUES FERREIRA
ZILDA MARA OLIVEIRA CAMPOS FERREIRA
ZILDINETE DE FRANCA BARBOSA
ZILDINETE PEREIRA DA SILVA
ZILMAR MARQUES SANTANA
ZOENIR BRASILINA DE OLIVEIRA

Publicado por:
Jeane Antonia Abade
Código Identificador:5D2209A9

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO N° 126/2014

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PAINÉIS DIVISÓRIA, PORTAS PARA DIVISÓRIAS, BATENTES, FECHADURAS E DOBRADIÇAS COM INSTALAÇÃO**, na modalidade pregão (presencial) n° 126/2014, a realizar-se no dia **10 de dezembro de 2014 às 08h00min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente.

Campo Verde - MT, 25 de Novembro de 2014.

LEILA GUBERT
Pregoeira

Publicado por:
Fabrícia Rodrigues Zago
Código Identificador:4EDFECFD

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO N° 116/2014

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO**, na modalidade pregão (presencial) n° 116/2014, a realizar-se no dia **09 de dezembro de 2014 às 08h00min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde.

Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente.

Campo Verde - MT, 25 de Novembro de 2014.

LEILA GUBERT
Pregoeira

Publicado por:
Fabrícia Rodrigues Zago
Código Identificador:338FCB3A

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE TOMODA DE PREÇOS

AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 020/2014
A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA FUTURA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA,** na modalidade **TOMADA DE PREÇOS nº 020/2014**, **dia 15 de Dezembro de 2014 às 09:00 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Edital e Planilhas através do site: www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente.

Campo Verde, 25 de Novembro de 2014.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Presidente da CPL

Publicado por:
Ana Carolina Santana Braga Blume
Código Identificador:1C80C8FE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 110/2014

PORTARIA Nº 110/2014 DE: 18/11/2014

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGANICA MUNICIPAL ARTIGO 83 PARAGRAFO II E XXX ."

Valdez Viana Nunes, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Artigo 1º. – Fica a Srª. **CLEIDE RODRIGUES VASCONCELOS,** portadora da Cédula de Identidade Civil CI-RG sob nº **18612873** Órgão Expedidor SSP/MT e Inscrita no Cadastro de Pessoa Física CPF/MF. Sob. Nº. **020.324.751-54**, **Exonerada** da função de **GERENTE DO ACERVO DA BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL OLAIR ALVES DA SILVA,** deste Município.

Artigo 2º. – – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 17 de Novembro de 2014.

Gabinete do Prefeito, em 18 de Setembro de 2014.

VALDEZ VIANA NUNES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE
PUBLIQUE -SE
CUMPRE-SE

Publicado por:
Patricia Soares Queiroz
Código Identificador:29960821

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 010/2014

PORTARIA Nº 010/2014 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA EQUIPE TECNICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O Secretario Municipal de Educação de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de elaborar o Plano Municipal de Educação, resolve:
Art. 1º. Nomear a Equipe Técnica Municipal com o objetivo de elaborar o Plano Municipal de Educação:

Presidente: João Batista de Souza
Membros:
Simone da Silva Rego de Carvalho
Fátima Maria Mota
Juliana Dias Pereira
Aldenora Ferreira de Souza
Sirleide de Souza Silva

Art. 2º A Equipe Técnica nomeada nos termos do artigo anterior tem o prazo de 06(seis) meses, não podendo ser prorrogado em hipótese alguma, para encaminhar o plano elaborado e construído junto com a comissão de elaboração nomeada pelo o Prefeito, e entregar na Secretaria Municipal Educação para encaminhar para aprovação da Câmara de Vereadores. Lembrando as comissões que o Plano Municipal de Educação tem que ter Alinhamento com o Plano Estadual e Plano Nacional e servira para os próximos 10 (Dez) anos.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Em 25 de Novembro de 2014.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se

VALDISSON DOS SANTOS BARBOSA
Secretario Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer Portaria 074/2014

Publicado por:
Patricia Soares Queiroz
Código Identificador:AE7D91F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE PREGAÕ PRESENCIAL

AVISO DE RESULTADO
PROCESSO LICITATORIO Nº-039/2.014.
PREGÃO PRESENCIAL N.º-027/2.014.
A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro oficial, designado pela portaria N.º-**002/2014** de **09.01.2014, torna publico o resultado da sessão que se realizou na data de 31.10.2014, a licitação na modalidade de Pregão Presencial, Nº-027/2014, Menor Preço por ITEM, sendo o seguinte proponente vencedor: o Proponente GUILHERME OLIVEIRA NUNES-MEI no valor R$-16.125,70 - (Dezesseis Mil e Cento e Vinte e Cinco Reais e Setenta Centavos.x x.)**, **Tendo como OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ,PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO, E REDE ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO PARA A ESCOLA ESTADUAL ELIAS BENTO, LINHAS DE TRANSPORTE ESCOLAR, (ESTRADA VICINAIS NA ZONA RURAL, NÃO PAVIMENTADAS).**

CANABRAVA DO NORTE-MT, 31 de OUTUBRO DE 2.014.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA
Pregoeiro Oficial
Portaria N.º-**002/2014.**

Publicado por:
Cezar Queiroz da Silva
Código Identificador:B3EBE059

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE PREGAÕ PRESENCIAL

AVISO DE RESULTADO
PROCESSO LICITATORIO Nº-038/2.014.
PREGÃO PRESENCIAL N.º-026/2.014.
A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro oficial, designado pela portaria N.º-**002/2014** de **09.01.2014, torna publico o resultado da sessão que se realizou na data de 28.10.2014, a licitação na modalidade de Pregão Presencial, Nº-026/2014, Menor Preço por ITEM, sendo o seguinte proponente vencedor: o Proponente GILBERTO JOSE MALUF-ME no valor R$-33.687,50-(Trinta e Três Mil e Seiscentos e Oitenta e Sete Reais e Cinqüenta Centavos.x x.)**, **Tendo como OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ESTA PREFEITURA COM SERVIÇOS DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE ,NESTE MUNICIPIO,)..,**

CANABRAVA DO NORTE-MT, 28 de OUTUBRO DE 2.014.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA
Pregoeiro OFICIAL
Portaria N.º-002/2014.

Publicado por:
Cezar Queiroz da Silva
Código Identificador:CA791DCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE PREGAÕ PRESENCIAL

AVISO DE RESULTADO
PROCESSO LICITATORIO Nº-036/2.014.
PREGÃO PRESENCIAL N.º-025/2.014.
A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro oficial, designado pela portaria N.º-**002/2014** de **09.01.2014, torna publico o resultado da sessão que se realizou na data de 19.09.2014, a licitação na modalidade de Pregão Presencial, Nº-025/2014, Menor Preço por ITEM, sendo o seguinte proponente vencedor: o Proponente ELIOMAR ALBINO MONTEIRO85916307187, no valor R$-15.000,00-(Quinze Mil Reais.x.)**, **Tendo como OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ESTA PREFEITURA, COM SERVIÇOS DE FRETE PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO COM SUAS NECESSIDADES.**

CANABRAVA DO NORTE-MT, 19 de SETEMBRO DE 2.014.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA
Pregoeiro Oficial
Portaria N.º-002/2014.

Publicado por:
Cezar Queiroz da Silva
Código Identificador:CAA4C06E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE PREGAÕ PRESENCIAL

AVISO DE RESULTADO
PROCESSO LICITATORIO Nº-032/2.014.
PREGÃO PRESENCIAL N.º-021/2.014.
A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro oficial, designado pela portaria N.º-**002/2014** de **09.01.2014, torna publico o resultado da sessão que se realizou na data de 11.09.2014, a licitação na modalidade de Pregão Presencial, Nº-021/2014, Menor Preço por ITEM, sendo o seguinte proponente vencedor: o Proponente DEURIVAL DA SILVA AGUIAR-ME no valor R$-169.493,50-(Cento e Sessenta e Nove Mil Quatrocentos e Noventa e Três Reais e Cinqüenta Centavos..x.)**, **Tendo como OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER A SEC. ADMINISTRAÇÃO, E AS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICIPIO COM SUAS NECESSIDADES.**

CANABRAVA DO NORTE-MT, 11 de SETEMBRO DE 2.014.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA
Pregoeiro Oficial
Portaria N.º-002/2014.

Publicado por:
Cezar Queiroz da Silva
Código Identificador:691BE6D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE PREGAÕ PRESENCIAL

AVISO DE RESULTADO
PROCESSO LICITATORIO Nº-031/2.014.
PREGÃO PRESENCIAL N.º-020/2.014.
A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro oficial, designado pela portaria N.º-**002/2014** de **09.01.2014, torna publico o resultado da sessão que se realizou na data de 11.09.2014, a licitação na modalidade de Pregão Presencial, Nº-020/2014, Menor Preço por ITEM, sendo o seguinte proponente vencedor: o Proponente RAFAELLA M.A. CARDOSO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO-ME no valor R$-233.040,70 –(Duzentos e Trinta e Três Mil Quarenta e Reais e Setenta Centavos..x.)**, **Tendo como OBJETO:** : **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MATERIAIS ELETRICOS ATENDENDO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, SAÚDE, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, OBRAS E INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE, AÇÃO SOCIAL.**

CANABRAVA DO NORTE-MT, 11 de SETEMBRO DE 2.014.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA
Pregoeiro Oficial
Portaria N.º-002/2014.

Publicado por:
Cezar Queiroz da Silva
Código Identificador:C0B21006

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE PREGAÕ PRESENCIAL

AVISO DE RESULTADO
PROCESSO LICITATORIO Nº-027/2.014.
PREGÃO PRESENCIAL N.º-017/2.014.
A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro oficial, designado pela portaria N.º-**002/2014** de **09.01.2014, torna publico o resultado da sessão que se realizou na data de 28.08.2014, a licitação na modalidade de Pregão Presencial, Nº-017/2014, Menor Preço por ITEM, sendo o seguinte proponente vencedor: o Proponente: APARECIDA ALVES DA SILVA-ME , no valor R$-71.860,00 –(Setenta e Um Mil Oitocentos e Sessenta Reais x.)**, **Tendo como OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SENDO CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS DE TODA NATUREZA ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E AS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**

CANABRAVA DO NORTE-MT, 28 de AGOSTO DE 2.014.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA
Pregoeiro Oficial
Portaria N.º-002/2014.

Publicado por:
Cezar Queiroz da Silva
Código Identificador:063F2DD5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CARTA CONVITE DESERTO

AVISO DE LICITAÇÃO - DESERTA -
PROCESSO LICITATORIO Nº-023/2014.
TOMADA DE PREÇO N.º-002/2014.
A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro oficial, designado pela portaria N.º-**001/2014** de **09.01.2014**, comunica aos interessados que esteve reunida nesta data de **07.07.2014**, para receber os envelopes de documentação e proposta de preço da licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇO ,** tipo menor preço por item nº-**002/2014,** com o objetivo de: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ESTA PREFEITURA , NA EXECUÇÃO DE OBRAS NA CONSTRUÇAO DA ACADEMIA DE SAUDE NA MODALIDADE INTERMEDIARIA, NA SEDE DO MUNICIPIO. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação TORNA PUBLICO**, e declara **DESERTA ,** a licitação haja visto que nenhuma empresa teve interesse em apresentar proposta para o presente Certame

CANABRAVA DO NORTE-MT, 07 de JULHO DE 2.014.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA
Presidente da CPL
Portaria N.º-001/2014

Publicado por:
Cezar Queiroz da Silva
Código Identificador:B4DF2F9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE PREGAÕ PRESENCIAL

AVISO DE RESULTADO
PROCESSO LICITATORIO Nº-020/2.014.
PREGÃO PRESENCIAL N.º-012/2.014.
A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro oficial, designado pela portaria N.º-**002/2014** de **09.01.2014, torna publico o resultado da sessão que se realizou na data de 13.06.2014, a licitação na modalidade de Pregão Presencial, Nº-012/2014, Menor Preço por ITEM, sendo os seguintes proponentes vencedores: o Proponente: DEURIVAL DA SILVA AGUIAR-ME, venceu no itens -28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, no valor de R$-46.951,20-(Quarenta e Seis Mil Novecentos e Cinqüenta e Um Reais e Vinte Centavos) e o Proponente ARAGONEZ SOUZA ALECRIM-MEI,venceu nos itens 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27** que ficou no valor **total de R$-99.428,50-(Noventa Nove Mil Quatrocentos e Vinte e Oito Reais e Cinqüenta Centavos..x.)** , **Tendo como OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COMSUMO, SENDO PRODUTOS DE (HORTIFRUTIGRANJEIRO/ LATICÍNIOS/FRIOS/AVES) PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA NO COMPLEMENTO DA MERENDA ESCOLAR E AS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICIPIO COM SUAS NECESSIDADES.**

CANABRAVA DO NORTE-MT, 13 de JUNHO DE 2.014.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA
Pregoeiro Oficial
Portaria N.º-002/2014.

Publicado por:
Cezar Queiroz da Silva
Código Identificador:194BB4A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE PREGAÕ PRESENCIAL

AVISO DE RESULTADO
PROCESSO LICITATORIO Nº-019/2.014.
PREGÃO PRESENCIAL N.º-011/2.014.
A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro oficial, designado pela portaria N.º-**002/2014** de **09.01.2014, torna publico o resultado da sessão que se realizou na data de 12.06.2014, a licitação na modalidade de Pregão Presencial, Nº-011/2014, Menor Preço por ITEM, sendo o seguinte proponente vencedor: o Proponente: WELSANDRO CARDOSO DO CARMO-ME, , no valor de R$-90.303,50-(Noventa Mil Trezentos e Três Reais e Cinqüenta Centavos..x.)** , **Tendo como OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO CARNE BOVINA E EMBUTIDOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA NO COMPLEMENTO DA MERENDA ESCOLAR, E AS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICIPIO COM SUAS NECESSIDADES. NESTE MUNICIPIO.**

CANABRAVA DO NORTE-MT, 12 de JUNHO DE 2.014.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA
Pregoeiro Oficial
Portaria N.º-002/2014.

Publicado por:
Cezar Queiroz da Silva
Código Identificador:2DA54087

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE PREGAÕ PRESENCIAL

AVISO DE RESULTADO
PROCESSO LICITATORIO Nº-018/2.014.
PREGÃO PRESENCIAL N.º-010/2.014.
A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro oficial, designado pela portaria N.º-**002/2014** de **09.01.2014, torna publico o resultado da sessão que se realizou na data de 06.06.2014, a licitação na modalidade de Pregão Presencial, Nº-010/2014, Menor Preço por ITEM, sendo o seguinte proponente vencedor: o Proponente: EDIVANDA VIEIRA LANG-ME, no valor de R$-173.815,00-(Cento e Setenta e Três Mil Oitocentos e Quinze Reais.x.)** , **Tendo como OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAS DE BEM PERMANENTE E EQUIPAMENTOS DIVERSOS ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SAUDE, AÇÃO SOCIAL E AS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICIPIO.**

CANABRAVA DO NORTE-MT, 06 de JUNHO DE 2.014.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA
Pregoeiro Oficial
Portaria N.º-002/2014.

Publicado por:
Cezar Queiroz da Silva
Código Identificador:3AFB6207

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE PREGAÕ PRESENCIAL

AVISO DE RESULTADO
PROCESSO LICITATORIO Nº-017/2.014.
PREGÃO PRESENCIAL N.º-009/2.014.
A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro oficial, designado pela portaria N.º-**002/2014** de **09.01.2014, torna publico o resultado da sessão que se realizou na data de 04.06.2014, a licitação na modalidade de Pregão Presencial, Nº-009/2014, Menor Preço por ITEM, sendo o seguinte proponente vencedor: o Proponente: DEURIVAL DA SILVA AGUIAR-ME, no valor de R$-57.411,40-(Cinqüenta e Sete Mil Quatrocentos e Onze Reais e Quarenta Centavos..x.)**, **Tendo como OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO, SENDO GENEROS ALIMENTICIOS**

PARA ATENDER A SECRETARA DE EDUCAÇÃO E CULTURA NO COMPLEMENTO DA MERENDA ESCOLAR, E AS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICIPIO COM SUAS NECESSIDADES. NESTE MUNICIPIO.

CANABRAVA DO NORTE-MT, 04 de JUNHO DE 2.014.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA
Pregoeiro Oficial
Portaria N.º-002/2014

Publicado por:
Cezar Queiroz da Silva
Código Identificador:680C9C0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE CARTA CONVITE

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº-037/2014.
CARTA CONVITE - N.º-003/2014.
A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - Estado de Mato Grosso, através de seu Presidente da Comissão Permanente de Licitação , designado pela portaria N.º-**001/2014** de **09.01.2014, torna publico o resultado da sessão que se realizou na data de 22/10/2014., a licitação na modalidade de CARTA CONVITE, Nº-03/2014, Menor Preço GLOBAL , sendo o seguinte proponente vencedor: o Proponente STS CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA-ME - , valor de R$-20.000,00- (Vinte Mil Reais.x.x),Tendo como OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Processo Seletivo no Planejamento, Organização, Gerenciamento e Realização de Processo Seletivo e Divulgação do Resultado, para Provimento de Cargo da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, abrangendo os níveis fundamental, médio e Superior.**

CANABRAVA DO NORTE-MT, 22 de OUTUBRO DE 2014.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA
Presidente da CPL
Portaria N.º-001/2014

Publicado por:
Cezar Queiroz da Silva
Código Identificador:B024765E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
PORTARIA Nº463/2014

De 19 de novembro de 2014.

Exonera Servidor a pedido.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar ELIZEU DIAS PINHEIRO do cargo de Assessor de Planejamento, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002 de 23 de dezembro de 2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 19 de novembro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:0EF0D3D9

GABINETE
PORTARIA Nº464/2014

De 19 de novembro de 2014.

Exonera Servidor a pedido.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado ELIZEU DIAS PINHEIRO de responder interinamente pelo cargo em Provimento em Comissão de Secretario Municipal de Viação e Obras Publicas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 19 de novembro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:D725E5C5

GABINETE
PORTARIA Nº 465/2014

De 21 de novembro de 2014.

Nomeia Servidor para Cargo em Comissão.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Funcionários Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear ELIZEU DIAS PINHEIRO para exercer o cargo de Secretário de Viação e Obras Públicas , cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002, e suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 21 de novembro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:9F30C9B8

GABINETE
PORTARIA Nº. 466/2014.

De 24 de novembro de 2014.

Nomeia servidor em Estágio Probatório.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,e com base no que dispõe o Art. 11 § 1º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002- Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear GESIVAL RIBEIRO DE SOUZA, em estágio probatório para o cargo de Provimento Efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Anexo I – Grupo Ocupacional III–serviços administrativos 40 horas , da Lei Complementar nº 125/2014, aprovado em concurso público, homologado pelo Decreto nº.2449/2014 de 28 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 24 de novembro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:DAB1186F

GABINETE
PORTARIA Nº. 467/2014.

De 25 de novembro de 2014.

Nomeia servidor em Estágio Probatório.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 1º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002- Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear CAIO MATOS DE ALMEIDA COSTA, em estágio probatório para o cargo de Provimento Efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, Anexo I – Grupo Ocupacional VI– Técnico de Nível Superior , da Lei Complementar nº 125/2014, aprovado em concurso público, homologado pelo Decreto nº.2449/2014 de 28 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 25 de novembro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:428E8C4B

GABINETE
DECRETO Nº 2488/2014

De 24 de novembro de 2014

Aprova as Instruções Normativas SEC Nº 02/2014, versão 01; do Sistema de Controle Interno Municipal.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 01/2007, emanada pelo Tribunal de Contas do Estado, que aprovou o Guia para a implantação do sistema de controle interno na Administração Pública;

Considerando a necessidade de implantação e organização do Sistema de Controle deste Município e os prazos estabelecidos no Decreto Municipal nº 2294/2013, de 28 de junho de 2013, que regulamentou a aplicação da Lei Municipal nº 822/2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno deste Município;

Considerando a proposta apresentada pela Secretaria de Educação e Cultura em conjunto com a Unidade de Controle Interno Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam aprovadas as Instruções Normativas da Secretaria de Educação e Cultura: IN **SEC Nº 02/2014**, versão 01, que dispõe sobre a os procedimentos de recebimentos de estocagem e distribuição da merenda escolar estabelecendo rotinas no âmbito deste Município de Canarana-MT.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 24 de novembro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEC Nº 02/2014 – Versão 01

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Divisão de Coordenação Pedagógica
Data de Aprovação: 24/11/2014

Ato de Aprovação: Decreto Municipal nº 2488/2014.

Dispõe sobre os PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO, ESTOCAGEM E DISTRIBUIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR, estabelecendo rotinas no âmbito do Município de Canarana-MT.

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º Esta Instrução Normativa tem por finalidade estabelecer os procedimentos de recebimento, estocagem e distribuição da merenda escolar âmbito do Município de Canarana-MT, com vista à eficiência, eficácia e transparência da aplicação dos recursos públicos.

CAPÍTULO II
DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º Abrange todas as Unidades da Administração direta e indireta, quando no exercício desta instrução normativa, em especial a Secretaria Municipal de Educação e todas as Unidades Escolares do Município de Canarana-MT.

CAPÍTULO III
DA BASE LEGAL

Art. 3º Fundamenta-se nos artigos 31, 37 e 74 da Constituição Federal; na Constituição Estadual, artigo 52; na Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente; na Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira; na Resolução Normativa nº 01/2007, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; na Lei Municipal nº 822/2007, com as alterações da Lei Municipal nº 872/2009, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Canarana-MT; no Decreto nº 2294/2013, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno Municipal de Canarana e dá outras providências.

CAPÍTULO IV
DOS CONCEITOS

Art. 4º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I- **Alimentação escolar**: I- A Alimentação Escolar é todo alimento oferecido no ambiente escolar durante, o período letivo, e o cardápio deve ser elaborado para promover hábitos alimentares saudáveis e suprir as necessidades nutricionais diárias dos alunos, contribuindo para um melhor rendimento escolar.

CAPÍTULO V
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º São responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, como Unidade Responsável pela Instrução Normativa:

I- promover a divulgação e implementação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada e à disposição de todos os servidores relacionados ao Sistema de Educação, orientando as Unidades Executoras e supervisionando sua aplicação;

II- promover discussões técnicas com as Unidades Executoras e com a Controladoria Geral do Município, para fins de definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão, visando constante aprimoramento das Instruções Normativas.

Art. 6º São responsabilidades das Unidades Executoras:

I- atender às solicitações do responsável pelo Sistema de Educação, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização da Instrução Normativa;

II- alertar a Unidade Responsável sobre as alterações que se fizerem necessárias nos procedimentos de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista principalmente o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

III- manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da Unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

Art. 7º Das responsabilidades da Coordenadoria de Controle Interno Municipal:

I- prestar apoio técnico na fase de elaboração das Instruções Normativas e em suas atualizações, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

II – através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento dos controles ou mesmo a formatação de novas Instruções Normativas;

III- organizar e manter atualizado o Manual de Procedimentos, em meio documental e/ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada Instrução Normativa.

CAPÍTULO VI
DOS PROCEDIMENTOS

Seção I
Da Solicitação de Compras

Art. 8º A Nutricionista e a Divisão de Merenda Escolar, responsáveis pela merenda escolar das Escolas Municipais, semestralmente, deverão elaborar solicitação de compras de gêneros alimentícios necessários ao suprimento da merenda escolar.
§ 1º A solicitação de compras tem como base os seguintes fatores:
I- consumo médio histórico do último semestre;
II- composição do cardápio;
III- saldo de gêneros alimentícios em estoque por ocasião do pedido.
§ 2º A nutricionista e a Divisão de Merenda Escolar digitarão a relação dos itens, informando a quantidade e as características dos produtos.

Seção II
Do Recebimento

Art. 9º A Nutricionista e a Divisão de Merenda Escolar elaborarão um cronograma de distribuição da Merenda Escolar para todas as unidades escolares (anexo I), e enviarão uma cópia para cada uma das Escolas.
Parágrafo único. Deverá ser feito um cronograma para alimentos perecíveis e outro para os não perecíveis.
Art. 10 O recebimento dos alimentos será feito, semanalmente, através da Divisão de Merenda Escolar, que examinará o vencimento, condições de transporte e qualidade dos gêneros alimentícios, emitindo o controle da distribuição (anexo II) para o fornecedor, antes de remeter para as Escolas.
Art. 11 Após os gêneros alimentícios terem sido liberados pela Divisão de Merenda Escolar, serão transportados pelo próprio fornecedor até as Escolas Municipais determinadas pelo cronograma semanal, conforme solicitação de cada unidade escolar.
Parágrafo único. Realizados os procedimentos previstos no artigo anterior e no *caput* deste artigo, o transporte dos gêneros alimentícios adquiridos para as unidades escolares localizadas na zona rural do Município, será feito por veículo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 12 Depois de recebidos os alimentos em conformidade com o pedido, a Divisão de Merenda Escolar carimbará a Nota Fiscal, evidenciando o recebimento, e remetendo a referida Nota Fiscal para o Departamento de Compras para a devida conferência da Nota Fiscal, depois de atestada a regularidade da Nota Fiscal o Departamento de Compras encaminhará a mesma a Tesouraria para a formalização do pagamento.

Seção III
Da Distribuição e Estocagem nas Escolas Municipais

Art. 13 Na distribuição dos alimentos, nas unidades escolares, as merendeiras deverão receber os produtos, conferindo validade, acondicionamento, apresentação e quantidade.

Art. 14 Os alimentos não perecíveis serão recebidos mensalmente pelas Escolas Municipais, onde será preenchido pelas merendeiras o controle de estoque (anexo III-A), que deverá ser assinado pelas mesmas e pela direção da Escola Municipal.
Art. 15 Os alimentos perecíveis serão recebidos semanalmente pelas Escolas Municipais, onde será preenchido pelas merendeiras o controle de estoque (anexo III-B), que é assinado pelas mesmas e pela direção da Escola Municipal;
Art. 16 Após o recebimento dos alimentos e preenchimento do controle de estoque, os produtos serão armazenados nos depósitos de cada escola, conforme as características dos alimentos, com cronologia de vencimento.

Seção IV
Do Consumo

Art. 17 As merendeiras, seguindo as orientações estabelecidas no cardápio elaborado pela nutricionista, deverão preparar a alimentação e fazer a distribuição para os alunos.
Art. 18 Para fins de acompanhamento e avaliação do consumo, as merendeiras preencherão, a cada três meses, o relatório de consumo (anexo IV) e o enviarão à Nutricionista.
Seção V
Do Controle dos Estoques

Art. 19 O controle dos estoques será feito pela Divisão de Merenda Escolar com base nas
informações recebidas mensalmente através do controle de estoque (anexo III), enviado pelas merendeiras de cada Escola Municipal.

CAPÍTULO VII
DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 20A Nutricionista e a Divisão de Merenda Escolar deverão fazer, trimestralmente, verificação física *in loco*, para verificação do estoque informado pelas Escolas Municipais.

Parágrafo único. As escolas municipais deverão ser escolhidas, trimestralmente, de forma alternada, para a conferência de todos os procedimentos da merenda escolar, sendo que essa verificação será acompanhada por membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Art. 21 Qualquer divergência entre o produto comprado e o recebido deverá ser informada à
Nutricionista e à Divisão de Merenda Escolar, para solucionar o problema junto ao fornecedor.

Art. 22 Toda Nota Fiscal de gêneros alimentícios, após ser carimbada no recebimento, deverá ser repassada ao Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e posteriormente enviada ao Departamento de Compras a fim de que se proceda ao conhecimento e pagamento.

Parágrafo único. Após o tramite indicado no *caput*, a Nota Fiscal comporá a prestação de contas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Art. 23 Os recursos provindos para a alimentação escolar somente poderão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios.

Parágrafo único. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, órgão do Ministério da Educação – MEC deposita as parcelas do Programa Nacional de Alimentação Escolar, referentes aos alunos matriculados no Censo Escolar do ano anterior das Escolas Municipais, para a Prefeitura Municipal, em conta corrente previamente aberta pelo FNDE, com o fim específico de repassar os recursos da Merenda Escolar ao Município, sem a necessidade de celebração de convênio.

Art. 24 Em caso de dúvidas e/ou omissões, geradas por esta Instrução Normativa, deverão ser solucionadas junto à Secretaria de Educação e Cultura ou junto à Coordenadoria de Controle Interno Municipal.

Art. 25 Em todas as fases do Processo deverão ser cumpridos os prazos para envio de informações ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, via Sistema APLIC, de acordo com a competência de cada setor envolvido.

Art. 26 Esta Instrução Normativa entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso outubro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

PAULO ROBERTO GUIMARÃES
Secretário de Educação e Cultura

ADELINA ROSA RODRIGUES
Controle Interno

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA MT			
SECRETARIA DE EDUCAÇAO E CULTURA			
CRONOGRAMA DA DISTRIBUIÇAO			
DATA	UNIDADE ESCOLAR	ALIMENTOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS	EMPRESA
EM ----------/----------/----------			

ASSINATURA DIVISAO DE MERENDA ESCOLAR			

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA MT				
SECRETARIA DE EDUCAÇAO E CULTURA				
CONTROLE DA DISTRIBUIÇAO				
UNIDADE ESCOLAR_____				
ENDEREÇO_____				
ITEM	ESPECIFICAÇAO	UNIDADE/MEDIDA	QUANTIDADE	
			REQUISITADA	FORNECIDA
SOLICITO FORNECIMENTO DE DOS GENEROS ALIMENTICIOS CONFORME ACIMA ESPECIFICADO AUTORIZADO PELA DIVISAO DE MERENDA ESCOLAR EM -------/-------/---------- ---------- ASSINATURA DO RESPONSAVEL				
RECEBIDO OS GENEROS ALIMENTICIOS ACIMA ESPECIFICADO EM ---------/----------/---------- ---------- ASSINATURA DO RESPONSAVEL				

ANEXO III-A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA MT					
SECRETARIA DE EDUCAÇAO E CULTURA					
CONTROLE DE ESTOQUE					
UNIDADES ESCOLARES					
UNIDADE ESCOLAR _____					
ENDEREÇO_____					
ITEM	ESPECIFICAÇAO	UNIDADE E MEDIDA	QUANT.	DATA	ASS.RESP.

ANEXO III-B

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA MT				
SECRETARIA DE EDUCAÇAO E CULTURA				
CONTROLE DE ESTOQUE				
UNIDADES ESCOLARES				
UNIDADE ESCOLAR _____				
ENDEREÇO_____				
ITEM	ESPECIFICAÇAO	UNIDADE / MEDIDA	QUANTIDADE	OBSERVAÇAO
AFIRMO A VERACIDADE QUANTO AO ESTOQUE DOS GENEROS ALIMENTICIOS ACIMA ESPECIFICADOS EM-------/----------/---------- _____ _____ ASSINATURA DO RESPONSAVEL ASSINATURA DO RESPONSAVEL				

ANEXO IV

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA MT				
SECRETARIA DE EDUCAÇAO E CULTURA				
CONTROLE DE CONSUMO				
UNIDADES ESCOLARES				
UNIDADE ESCOLAR _____				
ENDEREÇO_____				
ITEM	ESPECIFICAÇAO	UNIDADE E MEDIDA	QUANTIDADE CONSUMIDA	OBSERVAÇÃO
AFIRMO A VERACIDADE QUANTO AO CONSUMO DOS GENEROS ALIMENTICIOS ACIMA ESPECIFICADOS EM-------/----------/---------- ---------- ASSINATURA DO RESPONSAVEL				

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:2D2668E3

GABINETE
DECRETO Nº 2489/2014

De 24 de novembro de 2014

Aprova as Instruções Normativas SAS Nº 02/2014, versão 01; do Sistema de Controle Interno Municipal.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 01/2007, emanada pelo Tribunal de Contas do Estado, que aprovou o Guia para a implantação do sistema de controle interno na Administração Pública;

Considerando a necessidade de implantação e organização do Sistema de Controle deste Município e os prazos estabelecidos no Decreto Municipal nº 2294/2013, de 28 de junho de 2013, que regulamentou a aplicação da Lei Municipal nº 822/2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno deste Município;

Considerando a proposta apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social em conjunto com a Unidade de Controle Interno Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam aprovadas as Instruções Normativas da Secretaria de municipal de assistência social: IN **SAS Nº02/2014**, versão 01, que dispõe sobre a os procedimentos Das normas gerais do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente-FMDA estabelecendo rotinas no âmbito deste Município de Canarana-MT.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 24 de novembro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA SBE Nº 02/2014 – Versão 01

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social
Data de Aprovação: _____
Ato de Aprovação: Decreto Municipal nº 2489/2014

Dispõe sobre as NORMAS GERAIS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA, no âmbito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso.

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º Dispor sobre as normas gerais a serem observadas pelo Poder Executivo Municipal e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, na elaboração do Plano de Aplicação Anual, acompanhamento e avaliação da execução, desempenho e resultados financeiros do FMDCA, no âmbito do Município de Canarana-MT.

CAPÍTULO II
DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º Esta Instrução Normativa abrange a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Canarana-MT e demais órgãos ou locais a ela vinculados.

CAPÍTULO III
DA BASE LEGAL

Art. 3º Fundamenta-se na Constituição Federal em seus artigos 165, 166, 167 e art. 35 § 2º, inciso I das Disposições Transitórias; na Constituição do Estado de Mato Grosso artigos 162 a 167; na Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social); na Lei nº 1.030/2012, art. 53 (Lei que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente); na Lei nº 1.114/2013, de 19/12/2013; na Resolução nº 003/2014, que regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; na Resolução nº 01/2007 (que dispõe sobre o registro de Entidades Não-Governamentais e/ou inscrição de Programas das Entidades Governamentais e Não-Governamentais de Atendimento à Criança e/ou ao Adolescente do Município de Canarana-MT); na Lei Municipal nº 822/2007 (que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno no Município de Canarana-MT); bem como no Decreto nº 2291/2013, que regulamenta o Sistema de Controle Interno do Município.

CAPÍTULO IV
DOS CONCEITOS

Art. 4º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I- **Assistência Social**: direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas.

II- **Unidade Responsável**: a Unidade que atua como órgão central do Sistema Administrativo a que se referem as rotinas de trabalho e os procedimentos de controle, objetos da Instrução Normativa.

III- **Unidades Executoras**: as diversas unidades da estrutura organizacional que se sujeitam às rotinas de trabalho e aos procedimentos de controle estabelecidos na Instrução Normativa.

CAPÍTULO V
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º São responsabilidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, como Unidade Responsável pela Instrução Normativa:

I- promover a divulgação e implementação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada e à disposição de todos os servidores relacionados ao Sistema de Bem Estar Social, orientando as Unidades Executoras e supervisionando sua aplicação;

II- promover discussões técnicas com as Unidades Executoras e com a Controladoria Geral do Município, para fins de definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão, visando constante aprimoramento das Instruções Normativas.

Art. 6º São responsabilidades das Unidades Executoras:

I- atender às solicitações do responsável pelo Sistema de Bem Estar Social, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização da Instrução Normativa;

II- alertar a Unidade Responsável sobre as alterações que se fizerem necessárias nos procedimentos de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista principalmente o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

III- manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da Unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

Art. 7º Das responsabilidades da Coordenadoria de Controle Interno Municipal:

I- prestar apoio técnico na fase de elaboração das Instruções Normativas e em suas atualizações, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

II – através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento dos controles ou mesmo a formatação de novas Instruções Normativas;

III- organizar e manter atualizado o Manual de Procedimentos, em meio documental e/ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada Instrução Normativa.

CAPÍTULO VII
DOS PROCEDIMENTOS

Seção I
Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Art. 8º O CMDCA deverá elaborar o Plano de Aplicação Anual conforme anexo 1 e encaminhar à Prefeitura Municipal, até o dia 20 de agosto do exercício anterior ao período de sua execução.

Art. 9º Mensalmente, o CMDCA deverá acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados financeiros do FMDCA, através do Relatório encaminhado pelo Município, conforme anexo 2, cuja documentação ficará anexada à Ata.

Art. 10 O CMDCA deverá acionar o Secretário de Bem Estar Social e Secretário de Finanças caso haja:
I- atraso nos repasses de recursos;
II- divergências na execução do Plano de Aplicação, e
III- outros casos relacionados ao FMDCA.

Parágrafo único. Caso não haja resposta ou providencias tomada a partir do acionamento citado no *caput*, será acionado o responsável pelo Controle Interno do Município.

Art. 11 O CMDCA também acionará o responsável pelo Controle Interno Municipal caso haja atraso nos prazos estipulados nesta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Se, esgotado todas as vias administrativas, será acionado o Ministério Público.

Seção II
Da Prefeitura Municipal

Art. 12 O Poder Executivo Municipal convidará formalmente o CMDCA quando das Audiências Públicas sobre os orçamentos municipais, anexando no mesmo, a minuta das informações relacionadas ao FMDCA.

Art. 13 É responsabilidade da Prefeitura Municipal, receber o Plano de Aplicação, analisar sua legalidade e, estando de acordo, executá-lo.

Art. 14 A Prefeitura Municipal deverá prestar contas mensalmente ao CMDCA- até o dia 20 do mês seguinte, através do envio do extrato bancário e relatório conforme anexo 2.

Art. 15 É responsabilidade do Poder Executivo esclarecer as dúvidas contábeis relacionadas à execução do FMDCA, sempre que solicitado.

CAPÍTULO VIII
DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 16 Os termos contidos nesta Instrução Normativa, não eximem a observância das demais normas, competentes, que devem ser respeitadas.

Art. 17 Em caso de dúvidas e/ou omissões, geradas por esta Instrução Normativa, deverão ser solucionadas junto à Secretaria Municipal de Bem Estar Social ou junto à Controladoria Interna.

Art. 18 Esta Instrução Normativa entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, 14 de novembro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

GEMA FAVRETO COLLING
Secretária Municipal de Assistência Social

ADELILNA ROSA RODRIGUES
Controladora Interna Municipal

ANEXO 1 - MODELO DE PLANO DE APLICAÇÃO

PLANO DE APLICAÇÃO

Exercício/2015

1. Apresentação

Trata o presente documento do Plano de aplicação dos Recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Canarana-MT – FMDCA, para o exercício de 2015

O FMDCA tem por finalidade a captação de recursos e o apoio financeiro a programas e projetos, tendo como prioridade o atendimento direto a crianças e adolescentes em situação de risco.

O presente Plano de Aplicação foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Canarana em Reunião Ordinária do dia 05/11/2014, em observância ao contido no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O valor total orçado para o exercício de 2015 é de R$ _____.

2. Objetivos

· Destinar recursos a programas /entidades no campo da proteção especial, voltados para as seguintes situações:

a) Atendimento a Crianças e Adolescentes em situação de rua;
b) Outras situações de risco:
b.1) Crianças e Adolescentes usuários de substâncias psicoativas;
b.2) Crianças e Adolescentes Especiais em situação de risco;
b.3) Crianças e Adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual

· Destinar recursos com vista à capacitação de Conselheiros de Direitos, Tutelares, Dirigentes de Entidades e Equipe Técnica do CMDCA;
· Destinar recursos para apoio a pesquisas voltadas à temática infanto-juvenil;
· Destinar recursos para atividades de Marketing, divulgação e captação de recursos;

3. Previsão de Receita por fonte

Discriminação/Fonte	**Valor (R$)**	**%**
Recursos do Tesouro (Dotação orçamentária do Poder Executivo)		
Recursos de Convênios/		
Transferências (BNDES,etc.)		
Lançar somente se houver PROJETO		
Doações Incentivadas, Promoções		
Multas Administrativas e Aplicações Financeiras		
Total ---------- >>>		**100%**

3.1. Os repasses do recurso da fonte "Recursos do tesouro", serão repassados em 12 parcelas iguais e dentro do período base do mês.

4. Detalhamento da Aplicação dos Recursos

Programa	**Valor (R$)**	**%**
Ressocialização de Crianças e Adolescentes		
Total ---------- >>>		**100%**

Ação	**Valor (R$)**	**%**
Manutenção das Atividades com Crianças e Adolescentes - FMDCA		
Total ---------- >>>		**100%**

5. Detalhamento por Elemento de Despesa

Salário Família Benefício pecuniário devido aos dependentes econômicos do funcionário.	**Valor (R$)**
Obrigações Patronais Despesas com encargos da administração têm pela sua condição de empregadora (INSS).	
Outras Despesas Variáveis Despesas relacionadas com o cargo (Conselheiro Tutelar)	
Diárias Cobertura de despesas de alimentação, pousada e locomoção urbana quando do deslocamento de sua sede em objeto de serviço.	
Material de Consumo Combustíveis e lubrificantes, gás, material de expediente, material de limpeza, uniformes, material para manutenção de veículos, etc.	
Passagens e Despesas com Locomoção Despesas com aquisição de passagens.	
Serv. de Terceiros Pessoa Física Contratação de serviços de pessoa física para serviços eventuais e para atuar na execução de atividades profissionais específicas.	
Serv. de Terceiros Pessoa Jurídica Contratação de serviços de pessoa jurídica.	
Subvenções Sociais Cobertura de despesas de instituições privadas de caráter assistencial, sem finalidade lucrativa, de acordo com os arts. 16, parágrafo único e 17 da Lei 4.320/1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.	
Equipamentos e Material Permanente Despesas com equipamentos e material permanente, que deverão ser registrados no patrimônio municipal.	
Total ---------- >>>	

Em caso de dúvida consultar a Contabilidade ou Controle Interno da Prefeitura.

ANEXO 2 - MODELO DE RELATÓRIO

RELATÓRIO

Mês: _____
RECEITAS

RECURSO	VALOR (R$)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXECUTIVO	
DOAÇÕES	
MULTAS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS Multas decorrentes de apuração de infrações administrativas e crimes, além de multas decorrentes de sanções cominatórias em ação civil pública. Tais multas, quando recolhidas ou executadas judicialmente, deverão ser revertidas para o Fundo Municipal, por força do art. 214 do ECA	
RENTABILIDADE DE APLICAÇÃO	
TOTAL ---------- > > > >	

DESPESAS

EMPENHO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)
TOTAL ---------- > > > >		

Anexo extrato bancário da Conta Bancária do FMDCA (referente ao mês em análise).

_____
Assinatura e Identificação do Responsável Pelas Informações

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:75A976B3

GABINETE
DECRETO Nº 2490/2014

De 24 de novembro de 2014

Aprova as Instruções Normativa da Secretaria de Saúde(SSP) nº01/2014 versão 01, nº02/2014 versão 01, nº03/2014 versão 01;

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 01/2007, emanada pelo Tribunal de Contas do Estado, que aprovou o Guia para a implantação do sistema de controle interno na Administração Pública;

Considerando a necessidade de implantação e organização do Sistema de Controle deste Município e os prazos estabelecidos no Decreto Municipal nº 2294/2013, de 28 de junho de 2013, que regulamentou a aplicação da Lei Municipal nº 822/2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno deste Município;

Considerando a proposta apresentada pela Secretaria de Educação e Cultura em conjunto com a Unidade de Controle Interno Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam aprovadas as Instruções Normativas do Sistema de Saúde Publica (SSP) 1)Instrução Normativa nº01/2014 versão 01 que dispõe sobre o Controle de Medicamentos nas Unidades de Saúde; 2)Instrução Normativa nº02 versão 01 que dispõe sobre a Destinação de Resíduos de Serviço de Saúde nas Unidades de Saúde, 3)Instrução Normativa nº 03/2014 versão 01 que dispõe sobre o Transporte de Pacientes deste Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 24 de novembro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP Nº 01/2014 – Versão 01

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Saúde
Data de Aprovação: ..../..../.....
Ato de Aprovação: Decreto Municipal nº 2490

Dispõe sobre o CONTROLE DE MEDICAMENTOS nas Unidades de Saúde do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso.

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º Esta Instrução Normativa tem a finalidade de padronizar os procedimentos de controle de medicamentos e de material clínico nas Unidades de Saúde do Município de Canarana-MT, visando à eficiência, eficácia e transparência da aplicação dos recursos públicos.

CAPÍTULO II
DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º Abrange a Secretaria Municipal de Saúde e todas as Unidades de Saúde do Município de Canarana-MT.

CAPÍTULO III
DA BASE LEGAL

Art. 3º Fundamenta-se nos artigos 31, 37 e 74 da Constituição Federal; na Constituição Estadual, artigo 52; na Lei nº 9.787/1999, na Lei 5.991/1973; Portarias nº 344/1998 e 06/1999, da ANVISA; na Resolução Normativa nº 01/2007, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; na Lei Municipal nº 822/2007, com as alterações da Lei Municipal nº 872/2009, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Canarana-MT; no Decreto nº 2294/2013, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno Municipal de Canarana e dá outras providências.

CAPÍTULO IV
DOS CONCEITOS

Art. 4º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I- **Medicamento**: produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico.

II- **Dispensário de Medicamentos**: setor de fornecimento de medicamentos industrializados, privativo de pequena unidade hospitalar ou equivalente.

III- **Farmácia**: estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinais, de comércio de drogas, medicamento, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o atendimento privativo unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica.

IV- **Receita**: prescrição escrita de medicamento, contendo orientação de uso para o paciente, efetuada por profissional legalmente habilitado, quer seja de formulação magistral ou de produto industrializado.

CAPÍTULO V
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º São responsabilidades da Secretaria Municipal de Saúde, como Unidade Responsável pela Instrução Normativa:

I- promover a divulgação e implementação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada e à disposição de todos os servidores relacionados ao Sistema de Saúde, orientando as Unidades Executoras e supervisionando sua aplicação;

II- promover discussões técnicas com as Unidades Executoras e com a Controladoria Geral do Município, para fins de definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão, visando constante aprimoramento das Instruções Normativas.

Art. 6º São responsabilidades das Unidades Executoras:

I- atender às solicitações do responsável pelo Sistema de Saúde, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização da Instrução Normativa;

II- alertar a Unidade Responsável sobre as alterações que se fizerem necessárias nos procedimentos de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista principalmente o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

III- manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da Unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

Art. 7º Das responsabilidades da Coordenadoria de Controle Interno Municipal:

I- prestar apoio técnico na fase de elaboração das Instruções Normativas e em suas atualizações, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

II- através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento dos controles ou mesmo a formatação de novas Instruções Normativas;

III- organizar e manter atualizado o Manual de Procedimentos, em meio documental e/ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada Instrução Normativa.

CAPÍTULO VI
DOS PROCEDIMENTOS

Seção I
Dos Procedimentos Básicos da Distribuição

Art. 8º Todos os medicamentos somente poderão ser fornecidos mediante apresentação de receita de profissional habilitado.

Parágrafo único. Os medicamentos serão entregues na Farmácia Municipal da Unidade Básica de Saúde (UBS);

Art. 9º A receita deve ser emitida em duas vias, com letra legível, contendo nome completo do paciente, nome do medicamento, dosagem, posologia (indicando a frequência de utilização), duração do tratamento e quantidade, modo de usar, nome do profissional prescritor, assinatura, número de registro profissional no Conselho Profissional correspondente, carimbo e data (sem rasura).

Parágrafo único. Somente serão atendidas as prescrições na dosagem, concentração e forma farmacêutica especificadas na receita.

Art. 10 Os pacientes com idade acima de 60 anos, os portadores de necessidades especiais e as gestantes terão prioridade no atendimento, desde que a receita seja para o(a) paciente.

Seção II
Do Fluxo para a Distribuição

Art. 11 O Servidor responsável deverá ler atentamente a receita, verificar se o medicamento consta na relação de medicamentos básicos do Município e se o medicamento não foi objeto de fornecimento há poucos dias para o mesmo paciente.

§ 1º Se o medicamento for de uso contínuo, verificar a data da última dispensação (liberados para 30 dias) e somente serão liberados novamente quando completar este prazo.

§ 2º O Servidor responsável deverá orientar o paciente quanto ao uso do medicamento.

§ 3º Cada medicamento deve receber o carimbo de fornecimento nas duas vias da receita com anotação da quantidade fornecida, data e rubrica do funcionário. A 2ª via deverá ser arquivada, para evitar duplicidade e para fins de supervisão/auditoria, e a 1ª via deverá ser entregue ao paciente.

§ 4º No caso de receitas com apenas a 1ª via, solicitar cópia ao usuário.

Art. 12 Os medicamentos devem ser dispensados ao próprio usuário ou pessoa devidamente identificada, mediante apresentação de documento de identidade com foto.

Parágrafo único. A idade mínima para retirada de medicamentos básicos é de 16 anos e, para medicamentos controlados, 18 anos, sendo que para a retirada de anticoncepcionais, preservativos ou, no caso de mães menores de 16 anos, não será exigida idade mínima.

Art. 13 Os medicamentos somente serão fornecidos para um mês, salvo quando prescrito de maneira diversa pelo profissional habilitado.

Art. 14 As receitas perderão sua validade em 30 dias, devendo ser renovadas pelo prescritor, com exceção dos antibióticos que terão prazo de 10 dias.

Parágrafo único. Para os anticoncepcionais a receita terá validade de acordo com o especificado ou conforme número de cartelas previsto, com tratamento até 01 ano.

Art. 15 As prescrições médicas elaboradas para um período de tratamento superior a 30 dias – doenças crônico-degenerativas e anticoncepcionais orais – deverão apresentar, de maneira explícita e pelo médico, a identificação do referido período de tratamento (até o limite de 04 meses) por meio da posologia e quantidade total de unidades farmacêuticas a serem utilizadas e/ou por meio da descrição do tempo.

§ 1º A distribuição deverá ser de forma gradual, para cada 30 dias de tratamento, obedecendo-se a posologia especificada pelo prescritor.

§ 2º Caso não conste descrição do período, ou somente esteja especificado como uso contínuo, os medicamentos serão dispensados para o prazo máximo de 30 dias de tratamento.

Art. 16 Em relação aos medicamentos controlados, somente serão fornecidos na quantidade de 60 dias de tratamento, tendo também a receita os mesmos trinta dias de validade, a contar da data da emissão.

Art. 17 O acesso às dependências da farmácia e respectivo setor de estocagem é restrito aos servidores do setor, sendo que demais servidores somente podem ter acesso quando acompanhados por servidores da Unidade de Assistência Farmacêutica.

Parágrafo único. As salas de distribuição e estocagem devem ficar chaveadas, sendo a posse das chaves de responsabilidade exclusiva do farmacêutico e/ou servidores designados, não devendo ficar acessíveis a servidores estranhos ao serviço.

Art. 18 Deverão ficar disponíveis no local de atendimento (para encaminhamento-acolhimento) as listas de medicamentos fornecidos por outros serviços: medicamentos excepcionais/especiais, medicamentos para DST/AIDS, medicamentos para tuberculose, antitabagismo.

Art. 19 As prescrições de antibióticos utilizados no tratamento de doenças agudas serão entregues para um prazo máximo de 14 dias de tratamento, salvo em situações justificadas clinicamente pelo prescritor no verso da receita a ser retida na farmácia e avaliada pelo farmacêutico.

Art. 20 As prescrições de analgésicos, antipiréticos e anti-inflamatórios serão atendidas em, no máximo, um frasco ou 30 comprimidos.

Parágrafo único. Quando houver o termo "se necessário", "se dor" ou "se febre", serão dispensados um frasco ou 10 comprimidos.

Art. 21 Para quaisquer quantidades maiores do que as especificadas nos artigos 19 e 20, a prescrição deverá se fazer acompanhar de justificativa de médico especialista.

Seção III
Das Orientações Específicas para Distribuição

Art. 22 O Servidor responsável deverá conferir por, no mínimo, duas vezes o medicamento a ser fornecido: ao retirar o medicamento da prateleira e ao entrega-lo ao usuário, devendo verificar também a data de validade.

Art. 23 Antes de dispensar o medicamento, o Servidor responsável deverá realizar exame físico da embalagem e conteúdo, para verificar se existem alterações visíveis.

Art. 24 O Servidor responsável deverá orientar o paciente quanto ao uso do medicamento, reforçando importância da obediência dos horários.

Seção IV
Solicitação de Reposição

Art. 25 O pedido de reposição de medicamento deve ser realizado no formulário de Solicitação de Material/Medicamento, mensalmente.

§ 1º Antes de se efetuar o pedido de reposição, obrigatoriamente deve ser contada a quantidade total de medicamentos existente na farmácia e no almoxarifado, informando a data da contagem.

§ 2º A solicitação de reposição deve respeitar sempre o limite máximo a ser pedido, de acordo com o consumo médio mensal.

§ 3º O pedido deve conter a descrição de todos os medicamentos, carimbo e assinatura do(a) médico(a) ou enfermeiro(a) responsável técnico(a) e o nome da Unidade de Saúde.

§ 4º Os pedidos extras ou que extrapolem as quantidades de rotina deverão se fazer acompanhar de justificativa, estipulando previsão referente ao consumo excessivo.

§ 5º Caso a Farmácia Central não possa atender ao pedido na sua totalidade, deverá enviar justificativa à Unidade de Saúde.

§ 6º Após o envio dos medicamentos às Unidades de Saúde, o responsável pela farmácia central deverá arquivar o documento de comprovação (guia de remessa) assinado pelo recebedor.

Seção V
Do Recebimento e Armazenamento do Medicamento

Art. 26 Por ocasião do recebimento do medicamento, o servidor responsável deverá tomar as seguintes providências:

I- verificar se o formulário de Solicitação de Material/Medicamento, preenchido pela UBS por ocasião do pedido, acompanha a entrega dos medicamentos, a fim de conferir a quantidade e os itens solicitados;

II- conferir a quantidade recebida de volumes, registrada na solicitação, no prazo máximo de 24 horas;

III- inspecionar o produto quanto à sua embalagem (presença de umidade, condições do rótulo, condições de fechamento da embalagem e condições da caixa);

IV- inspecionar o produto quanto à qualidade macroscópica – sinais físicos (odor, presença de precipitados, separação de fases, homogeneidade da coloração e presença de sujidades);

V- observar o prazo de validade do medicamento;

VI- registrar as entradas dos medicamentos na ficha de controle, de acordo com o documento de comprovação.

Seção VI
Orientações Gerais de Armazenamento

Art. 27 Por ocasião do armazenamento dos medicamentos, deverão ser tomados os seguintes cuidados:

I- os medicamentos deverão ser organizados em ordem alfabética por nome genérico (DCB), lote e validade;

II- o medicamento com prazo de validade mais próximo deve estar à frente do medicamento com vencimento posterior;

III- indicar com cartazes o lote que deve ser utilizado primeiramente;

IV- conservar os medicamentos ao abrigo da luz direta;

V- manter distância entre os produtos para facilitar a circulação de ar interno;

VI- observar o empilhamento máximo recomendado pelo fabricante;

V- não colocar medicamentos em contato direto com o chão, encostado à paredes ou muito próximo ao teto;

VI- estocar os medicamentos em local específico e destinado somente para este fim;

VII- os medicamentos sujeitos a controle especial devem ser armazenados em local seguro, chaveado, isolado dos demais e sob controle e responsabilidade legal do farmacêutico, salvo antibióticos;

VIII- controlar a temperatura de armazenamento de medicamentos que devem ser mantidos sob refrigeração utilizando termômetro que registre as temperaturas máximas e mínimas.

Parágrafo único. O refrigerador, a que se refere o inciso VIII deste artigo, deve ser utilizado exclusivamente para armazenar medicamentos. A temperatura deve ser registrada diariamente em planilha específica.

Seção VII
Do Controle de Estoque

Art. 28 A cada entrada de medicamentos no estoque, deverão ser anotadas as quantidades recebidas, o número do lote e fabricante. Deverão ser registradas também todas as saídas.

Art. 29 Inventário: deverá ser contado o estoque, no mínimo, a cada vez que é elaborado o pedido de medicamentos à farmácia central, anotando a data e o saldo.

Art. 30 São documentos comprobatórios para saída de estoque: as receitas retidas (segunda via) dos medicamentos dispensados, o formulário para distribuição dos medicamentos sem retorno de receita, os pedidos de material, os memorandos e estorno, o cadastro de anticoncepcionais e os formulários informando e/ou devolvendo os medicamentos vencidos ou com irregularidades comprovadas.

Parágrafo único. Os documentos descritos no *caput* deste artigo deverão ficar arquivados na Unidade, por ordem cronológica e por tipo de documento, por um período de cinco anos.

Seção VIII
Dos Medicamentos com Vencimento Próximo e/ou Vencidos

Art. 31 Constatando-se a existência de medicamentos vencidos, os mesmos deverão ser separados dos demais imediatamente.

Art. 32 Os medicamentos vencidos devem ficar aguardando recolhimento de empresa responsável em local específico, longe da dispensação dos medicamentos não vencidos, para que não haja risco de serem dispensados erroneamente.

Art. 33 Deve ser dada baixa no controle de estoque dos medicamentos com prazo de validade expirado.

CAPÍTULO VII
DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 34 Em caso de dúvidas e/ou omissões, geradas por esta Instrução Normativa, deverão ser solucionadas junto à Secretaria Municipal de Saúde ou junto à Coordenadoria de Controle Interno Municipal.

Art. 35 Os servidores que exercem atividades relacionadas nesta Instrução Normativa deverão obedecer às ordens do(a) Secretário(a) da pasta, as determinações desta Instrução Normativa e demais dispositivos legais em vigor.

Art. 36 Os Secretários, Assessores, Chefe de Setor e Servidores Públicos em geral, responsáveis no âmbito do Poder Executivo, terão responsabilidade solidária no caso de negligência dos procedimentos desta Normativa.

Art. 37 O não cumprimento do preceituado nesta Instrução Normativa pelos setores envolvidos e servidores públicos em geral, implicará em sanções civis e administrativas, conforme dispositivos legais vigentes.

Art. 38 Em todas as fases do Processo deverão ser cumpridos os prazos para envio de informações ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, via Sistema APLIC, de acordo com a competência de cada setor envolvido.

Art. 39 Integra a presente Instrução Normativa o Anexo Único: "Fluxograma Farmácia".

Art. 40 Esta Instrução Normativa entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, 18 de novembro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

GABRIEL POMMER
Secretário Municipal de Saúde

ADELINA ROSA RODRIGUES
Controladora Interna

Anexo Único: **Fluxograma Farmácia**

NÃO
FIM
ENTREGA AO PACIENTE
REGISTRA SAÍDA
DISPENSA
MEDICAMENTOS
AVALIAÇÃO FARMACÊUTICO
PRESCRIÇÃO PROFISSIONAL
FARMACÊUTICO/RESPONSÁVEL TÉCNICO
FARMÁCIA
RECEPCIONISTA
NÃO
SIM

INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP Nº 02/2014 – Versão 01

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Saúde
Data de Aprovação: ..../..../.....
Ato de Aprovação: Decreto Municipal nº 2490/2014

Dispõe sobre a DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE nas Unidades de Saúde do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso.

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre as rotinas relativas ao manejo dos resíduos do serviço de saúde, observadas suas características e riscos, no âmbito das Unidades Municipais de Saúde do Município de Canarana-MT, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, visando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente.

CAPÍTULO II
DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º Abrange a Secretaria Municipal de Saúde e todas as Unidades de Saúde, tanto públicas quanto privadas, do Município de Canarana-MT.

CAPÍTULO III
DA BASE LEGAL

Art. 3º Fundamenta-se nos artigos 31, 37 e 74 da Constituição Federal; na Constituição Estadual, artigo 52; na Lei nº 9.605/98, na Lei 6.938/1981; RDC 306/2004, da ANVISA; Resoluções 283/2001 e 358/2005, do CONAMA; Normas da ABNT – NR 9.190/93 (sacos e acondicionamentos); RDC-50 ANVISA – regulamento técnico (estabelecimento como a Casai); Regulamentação-RDC – 33 – ANVISA – NBR 12235 (armazenamento); Lei nº 6.437/1977 (infrações e penalidades); Resolução Normativa nº 01/2007, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; na Lei Municipal nº 822/2007, com as alterações da Lei Municipal nº 872/2009, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de

Canarana-MT; no Decreto nº 2294/2013, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno Municipal de Canarana e dá outras providências.

CAPÍTULO IV
DOS CONCEITOS

Art. 4º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se (definições da Resolução CONAMA 283/2001):

I- **Resíduos de Serviços de Saúde**: resíduos provenientes de qualquer unidade que execute atividades de natureza médico-assistencial, os medicamentos e imunoterápicos vencidos ou deteriorados, bem como os provenientes de barreiras sanitárias.

II- **Sistema de Destinação Final de Resíduos de Serviços de Saúde**: conjunto de instalações, processos e procedimentos que visam a destinação ambientalmente adequada dos resíduos em consonância com as exigências dos órgãos ambientais competentes.

CAPÍTULO V
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º São responsabilidades da Secretaria Municipal de Saúde, como Unidade Responsável pela Instrução Normativa:

I- promover a divulgação e implementação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada e à disposição de todos os servidores relacionados ao Sistema de Saúde, orientando as Unidades Executoras e supervisionando sua aplicação;

II- promover discussões técnicas com as Unidades Executoras e com a Controladoria Geral do Município, para fins de definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão, visando constante aprimoramento das Instruções Normativas.

Art. 6º São responsabilidades das Unidades Executoras:

I- atender às solicitações do responsável pelo Sistema de Saúde, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização da Instrução Normativa;

II- alertar a Unidade Responsável sobre as alterações que se fizerem necessárias nos procedimentos de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista principalmente o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

III- manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da Unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

Art. 7º Das responsabilidades da Coordenadoria de Controle Interno Municipal:

I- prestar apoio técnico na fase de elaboração das Instruções Normativas e em suas atualizações, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

II- através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento dos controles ou mesmo a formatação de novas Instruções Normativas;

III- organizar e manter atualizado o Manual de Procedimentos, em meio documental e/ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada Instrução Normativa.

CAPÍTULO VI
DOS PROCEDIMENTOS

Seção I
Das Classificações dos Resíduos

Art. 8º Os resíduos de serviço de saúde são classificados da seguinte forma (RDC ANVISA 305/2005):

I- **Grupo A** – Potencialmente Infectantes. São resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência ou concentração, podem apresentar risco de infecção, como bolsa de sangue contaminado, gases, agulhas e seringas.

II- **Grupo B** – Químicos. São resíduos contendo substâncias químicas que apresentam risco à saúde pública ou ao meio ambiente, independente de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade. São exemplos: medicamentos vencidos, contaminados, apreendidos para descarte, parcialmente utilizados e demais medicamentos impróprios ao consumo; substâncias para revelação de filmes usados em Raio-X; entre outros resíduos contaminados com substâncias químicas perigosas.

III- **Grupo C** – Rejeitos Radioativos. São quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de isenção especificada na norma da Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN–NE– 6.02, e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista.

IV- **Grupo D** – Resíduos Comuns. São aqueles que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares exemplos: papel de uso sanitário, absorventes higiênicos, sobras de alimentos e do preparo de alimentos, resíduos provenientes das áreas administrativas, resíduos de varrição, flores, podas e jardins.

V- **Grupo E** – Perfurocortantes. São objetos e instrumentos contendo cantos, bordas, pontos ou protuberâncias rígidas e agudas, capazes de cortar ou perfurar. Exemplos: bisturis, agulhas, lâminas, bolsas de coleta incompleta quando descartadas acompanhadas de agulhas, entre outros**.**

Seção II
Do Acondicionamento dos Resíduos de Saúde

Art. 9º Os resíduos de serviços de saúde devem ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou, na sua ausência, às normas e critérios internacionalmente aceitos.

I- **Resíduos do Grupo A**: devem ser acondicionados em saco plástico branco leitoso.

II- **Resíduos do Grupo B**: devem ser acondicionados na embalagem original ou embalagem específica.

III- **Resíduos do Grupo D**: devem ser acondicionados em saco plástico azul ou preto.

IV- **Resíduos do Grupo E**: devem ser acondicionados em embalagem rígida, resistente à punctura, ruptura e vazamento.

V- **Resíduos do Grupo C**: não são produzidos no Município.

Seção III
Do Armazenamento Externo

Art. 10 O Armazenamento Externo consiste na guarda dos recipientes de resíduos até a realização da etapa de coleta externa, em ambiente exclusivo com acesso facilitado para os veículos coletores.

Art. 11 Os resíduos do Grupo A, B e E devem ser armazenados em local dimensionado de acordo com o volume de resíduos gerados, e de acordo com a periodicidade de coleta; o piso deve ser revestido de material liso, impermeável, lavável e de fácil higienização. O

fechamento deve ser constituído de alvenaria revestida de material liso, lavável e de fácil higienização, com aberturas para ventilação, de dimensão equivalente a, no mínimo, 1/20 (um vigésimo) da área do piso, com tela de proteção contra insetos.

Art. 12 Os resíduos do Grupo D - lixo comum - devem ser alojados em locais diferentes dos infectantes e serão coletados pelo órgão municipal de limpeza urbana e receberão tratamento e disposição final semelhante aos determinados para os resíduos domiciliares, desde que resguardadas as condições de proteção ao meio ambiente e à saúde pública.

§ 1º Quando não assegurada à devida segregação, os resíduos do Grupo D serão considerados, na sua totalidade, como pertencentes ao Grupo A, salvo os resíduos sólidos pertencentes aos grupos B e C que, por suas peculiaridades, deverão ser sempre separados dos resíduos com outras qualificações.

§ 2º Os resíduos do Grupo D, quando for passível de processo de reutilização, recuperação ou reciclagem devem atender as normas legais de higienização e descontaminação e a Resolução CONAMA nº. 275, de 25 de abril de 2001.

Seção IV
Das Demais Responsabilidades

Art. 13 É da responsabilidade do Gestor das Unidades Municipais de Saúde geradoras de Resíduos de Serviços de Saúde, elaborar e implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), obedecendo a critérios técnicos e a legislação ambiental vigente, que visa gerenciar adequadamente os resíduos de serviços de saúde, de acordo com Resolução 306/04 da ANVISA.

Art. 14 Cabe aos geradores de resíduos de serviço de saúde e ao responsável legal, o gerenciamento dos resíduos desde a geração até a disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública e saúde ocupacional, sem prejuízo de responsabilização solidária de todos aqueles, pessoas físicas e jurídicas que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar degradação ambiental, em especial os transportadores e operadores das instalações de tratamento e disposição final, nos termos da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Art. 15 Cabe a cada unidade de saúde adaptar-se ao correto procedimento da coleta de seus resíduos conforme a legislação vigente.

CAPÍTULO VII
DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 16 Cabe a Vigilância Sanitária fiscalizar o cumprimento desta Instrução Normativa, reservando-se o direito de realizar inspeções periódicas nas Unidades Municipais de Saúde e também nas Unidades Particular de Saúde deste Município.

Art. 17 Em caso de dúvidas e/ou omissões, geradas por esta Instrução Normativa, deverão ser solucionadas junto à Secretaria Municipal de Saúde ou junto à Coordenadoria de Controle Interno Municipal.

Art. 18 Os servidores que exercem atividades relacionadas nesta Instrução Normativa deverão obedecer às ordens do(a) Secretário(a) da pasta, as determinações desta IN e demais dispositivos legais em vigor.

Art. 19 Os Secretários, Assessores, Chefe de Setor e Servidores Públicos em geral, responsáveis no âmbito do Poder Executivo, terão responsabilidade solidária no caso de negligência dos procedimentos desta Normativa.

Art. 20 O não cumprimento do preceituado nesta Instrução Normativa pelos setores envolvidos e servidores públicos em geral, implicará em sanções civis e administrativas, conforme dispositivos legais vigentes, especialmente a Lei Federal nº 6.437/1977, art. 10.

Art. 21 Esta Instrução Normativa entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, 18 de novembro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

GABRIEL POMMER
Secretário Municipal de Saúde

ADELINA ROSA RODRIGUES
Controladora Interna

INSTRUÇÃO NORMATIVA SSP Nº 03/2014 – Versão 01

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Saúde
Data de Aprovação: ..../..../.....
Ato de Aprovação: Decreto Municipal nº 2490/2014

Dispõe sobre o TRANSPORTE DE PACIENTES deste Município de Canarana, Estado de Mato Grosso.

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre os procedimentos de rotina no Serviço de Transporte de Pacientes deste Município de Canarana-MT, com vista à eficiência, eficácia e transparência da aplicação dos recursos públicos.

CAPÍTULO II
DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º Abrange a Secretaria Municipal de Saúde e todas as Unidades de Saúde do Município de Canarana-MT.

CAPÍTULO III
DA BASE LEGAL

Art. 3º Fundamenta-se nos artigos 31, 37 e 74 da Constituição Federal; na Constituição Estadual, artigo 52; na Lei nº 8.080/1989; na Resolução CFM nº 1.672/2003; na Portaria MS 930/92; na Resolução Normativa nº 01/2007, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; na Lei Municipal nº 822/2007, com as alterações da Lei Municipal nº 872/2009, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Canarana-MT; no Decreto nº 2294/2013, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno Municipal de Canarana e dá outras providências.

CAPÍTULO IV
DOS CONCEITOS

Art. 4º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I- **Transporte ambulatorial intra e intermunicipal de pacientes**: é o transporte de pacientes que necessitam de atendimento ambulatorial dentro ou fora da territorialidade do Município.

II- **Transporte entre unidades de referência intermunicipal**: é o transporte dispensado aos pacientes que necessitem de tratamento complementar ofertados em Unidades localizadas em outros municípios.

CAPÍTULO V
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º São responsabilidades da Secretaria Municipal de Saúde, como Unidade Responsável pela Instrução Normativa:

I- promover a divulgação e implementação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada e à disposição de todos os servidores

relacionados ao Sistema de Saúde, orientando as Unidades Executoras e supervisionando sua aplicação;

II- promover discussões técnicas com as Unidades Executoras e com a Controladoria Geral do Município, para fins de definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão, visando constante aprimoramento das Instruções Normativas.

Art. 6º São responsabilidades das Unidades Executoras:

I- atender às solicitações do responsável pelo Sistema de Saúde, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização da Instrução Normativa;

II- alertar a Unidade Responsável sobre as alterações que se fizerem necessárias nos procedimentos de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista principalmente o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

III- manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da Unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

Art. 7º Das responsabilidades da Coordenadoria de Controle Interno Municipal:

I- prestar apoio técnico na fase de elaboração das Instruções Normativas e em suas atualizações, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;

II- através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento dos controles ou mesmo a formatação de novas Instruções Normativas;

III- organizar e manter atualizado o Manual de Procedimentos, em meio documental e/ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada Instrução Normativa.

CAPÍTULO VI
DOS PROCEDIMENTOS

Seção I
Do Transporte de Pacientes

Art. 8º O transporte de pacientes na área de saúde pode ser realizado por ambulâncias ou outros veículos autorizados e adaptados para tal.

Art. 9º A definição da demanda e a decisão de transportar o paciente são de responsabilidade do profissional médico que o assiste e a efetivação do transporte é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 10 Nos veículos disponibilizados para transporte admite-se que pacientes de baixo risco viajem sentados, desde que com anuência médica.

Art. 11 Pacientes com risco de vida não podem ser removidos sem a prévia realização de diagnóstico médico nas Unidades que dispõem de tal atendimento, ficando excetuadas as Unidades onde não há a presença contínua do profissional médico, cabendo esta responsabilidade ao profissional de enfermagem presente.

Art. 12 Antes de decidir sobre a remoção do paciente, faz-se necessário realizar contato com o setor de emergência do hospital de destino.

Art. 13 Todo paciente removido deverá ser acompanhado por relatório completo, legível e assinado pelo médico com o numero do CRM, que passará a integrar o prontuário no destino, exceto nas Unidades onde não há a presença contínua do profissional médico, cabendo esta responsabilidade ao profissional de enfermagem presente.

Parágrafo único. Quando do recebimento do paciente, o relatório deve ser também assinado pelo medido receptor.

Art. 14 Somente será permitido o deslocamento de acompanhante, nos casos que houver indicação médica ou profissional de enfermagem, esclarecendo o motivo da impossibilidade do paciente se deslocar desacompanhado, e para pais em acompanhamento a filhos menores de idade.

Art. 15 O acompanhante deverá ter idade mínima de 18 anos completos, estar portando documentos pessoais de identificação e ter capacitado físico/mental.

Art. 16 A central de regulação municipal deverá ter controle de toda documentação de pacientes que fazem tratamento dentro e fora do Município.

Seção II
Do Transporte de Pacientes para Tratamento Fora do Domicílio

Art. 17 O tratamento fora do domicílio somente será permitido quando esgotados todos os meios de tratamento no próprio Município.

Art. 18 A Secretaria Municipal de Saúde deverá providenciar o meio adequado para o transporte destes pacientes até a Capital.

Parágrafo único. Para aquisição de passagens a pacientes para tratamento fora do âmbito da municipalidade é obrigatória a apresentação da documentação que comprove a necessidade do procedimento acompanhado da justificativa da Secretaria Municipal de Saúde comprovando a impossibilidade do cumprimento da obrigação por meio de veículo oficial.

Art. 19 Para transporte de pacientes no interior do Município, o controle deverá ser através de lista contendo o nome e CPF do paciente ou responsável legal, assinado pelo responsável do Posto de Saúde da Família/Unidade Básica de Saúde no qual o paciente foi atendido.

Art. 20 Somente poderão viajar pacientes com encaminhamentos médicos e agendados pela Central de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde de Canarana-MT.

Seção III
Dos Tipos de Veículos para Transporte de Pacientes

Art. 21 O transporte de pacientes deverá ser feito de acordo com o estado de saúde do mesmo.

§ 1º Ambulância Tipo A, veículo destinado ao Transporte em decúbito horizontal de pacientes que não apresentam risco de vida, para remoção simples e de caráter eletivo, devendo ser equipada com:

a) sinalizador óptico e acústico;

b) equipamento de rádio - comunicação em contato permanente com a sede origem;

c) maca com rodas;

d) dois suportes para soro;

e) oxigênio medicinal;

f) oximetro de pulso;

g) manômetro digital.

§ 2º O transporte de pacientes com consultas e exames agendados na capital ou interior do Estado poderá ser efetuado em veículos como ônibus, micro-ônibus, vans desde que estejam em condições de viajarem sentados.

Seção IV
Da Manutenção dos Veículos Utilizados no Transporte de Pacientes

Art. 22 Os veículos de transporte de pacientes devem ser mantidos em bom estado de conservação, limpeza e em condições de operação.

I- é obrigatório fazer a revisão dos veículos de transporte de pacientes antes de qualquer viagem;

II- é obrigatória a desinfecção do veículo após o transporte de pacientes portadores de moléstia infecto contagiosa, antes de sua próxima utilização de acordo com a Portaria MS nº. 930/92.

Seção V
Da Utilização dos Veículos de Transporte de Pacientes

Art. 23 A ambulância e os outros veículos destinados ao Transporte de Pacientes são de uso exclusivo, sendo expressamente proibido o uso destes veículos para:

I- transportar qualquer tipo de produto junto com pacientes, como medicamentos, material gráfico, vacinas etc.;

II- fazer transporte a casa de diversões, estabelecimentos comerciais ou qualquer outro estabelecimento exceto quando estiver a serviço.

Seção VI
Da Responsabilidade do Motorista

Art. 24 São responsabilidades do motorista:

I- não ingerir bebida alcoólica, quando estiver em serviço;

II- não entregar a direção do veículo sob sua responsabilidade a terceiros;

III- não conduzir pessoas estranhas (caronas) bem como servidores sem previa autorização da autoridade superior;

IV- não fumar no interior do veiculo;

V- manter o veículo em boas condições de higiene interna e externa;

VI- dirigir o veículo de acordo com as normas de trânsito;

VII- não fazer alteração do roteiro proposto, exceto por defeitos mecânicos, mediante autorização da chefia imediata ou em virtude de alguma intercorrência com os pacientes;

VIII- antes de qualquer viagem, verificar se o veículo está em perfeitas condições técnicas com equipamentos, acessórios de segurança, condições mecânica - elétrica e documentação.

§ 1º O motorista poderá se recusar a viajar se o veiculo não estiver em condições de tráfego, fato que deverá ser ratificado pelo serviço de manutenção de veículo municipal.

§ 2º Ambulâncias e outros veículos de transporte de pacientes não estão desobrigados a respeitar as normas de trânsito, ficando sob responsabilidade do condutor as infrações por ele cometidas, após comprovação.

Seção VII
Da Responsabilidade do Setor de Transporte de Pacientes

Art. 25 São da responsabilidade do Setor de Transporte de Pacientes:

I- controlar as viagens de transporte de pacientes, mantendo em seus arquivos os relatórios e documentos de comprovação de viagens dos mesmos;

II- controlar junto ao Departamento de Recursos Humanos para não haver acúmulo de férias de motoristas de ambulâncias e outros veículos de transporte de pacientes;

III- providenciar diárias e suprimentos de fundos, quando possível com antecedência, de acordo com a legislação vigente para despesas de viagens dos motoristas;

IV- manter disponível e visível a escala de serviços dos motoristas;

V- responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos e fazer inspeção geral pelo menos uma vez por semana, verificando os itens de segurança e emergência.

CAPÍTULO VII
DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 26 No final do expediente de trabalho, ambulâncias e veículos de transporte de pacientes que não estiverem em viagem deverão ser recolhidos ao pátio oficial para o controle de tráfego.

Art. 27 A indenização por danos causados a ambulâncias ou qualquer veículo de transporte de pacientes será efetuada por quem a causar, sempre que comprovada a responsabilidade.

Art. 28 Fica o órgão competente obrigado a promover sindicância, quando receber comunicado de uso irregular de serviços com veículos de transporte de pacientes e instaurar inquérito administrativo sempre que comprovados os indícios de irregularidades.

Art. 29 O serviço de transporte terceirizado deverá cumprir esta instrução Normativa no que couber.

Art. 30 Em caso de dúvidas e/ou omissões, geradas por esta Instrução Normativa, deverão ser solucionadas junto à Secretaria Municipal de Saúde ou junto à Coordenadoria de Controle Interno Municipal.

Art. 31 Os servidores que exercem atividades relacionadas nesta Instrução Normativa deverão obedecer às ordens do(a) Secretário(a) da pasta, as determinações desta IN e demais dispositivos legais em vigor.

Art. 32 Os Secretários, Assessores, Chefe de Setor e Servidores Públicos em geral, responsáveis no âmbito do Poder Executivo, terão responsabilidade solidária no caso de negligência dos procedimentos desta Normativa.

Art. 33 O não cumprimento do preceituado nesta Instrução Normativa pelos setores envolvidos e servidores públicos em geral, implicará em sanções civis e administrativas, conforme dispositivos legais vigentes.

Art. 34 Em todas as fases do Processo deverão ser cumpridos os prazos para envio de informações ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, via Sistema APLIC, de acordo com a competência de cada setor envolvido.

Art. 35 Esta Instrução Normativa entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, 18 de novembro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

GABRIEL POMMER
Secretário Municipal de Saúde

ADELINA ROSA RODRIGUES
Controladora Interna

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:951945CC

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 154-2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT
Contrato: 154/2014
Data: 13/11/2014
Contratado: MEI-MARIA JANAINA REZENDE DA SILVA
Objeto: Monitora do curso de flauta junto ao programa *PRO JOVEM*
Valor: 3.000,00 (três mil reais)
Vigência: 31/12/2014

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:A276623F

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 155-0214

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT
Contrato: 155/2014
Data: 13/11/2014
Contratado: DIEGO GUSTAVO MULLER
Objeto: Monitor de aulas artesanais com produtos reciclados junto a CRAS
Valor: 3.000,00 (três mil reais)
Vigência: 31/12/2014

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:D3DF9990

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 156-2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT
Contrato: 156/2014
Data: 18/11/2014
Contratado: JOÃO BATISTA PEREIRA RÊGO - ME
Objeto: Reconstrução e Reforma de Diversas Pontes de Madeira no Município de Canarana-MT.
Valor: R$ 776.741,00 (setecentos e setenta e seis mil e setecentos e quarenta e um reais)
Vigência: 18/05/2015

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:83F8CA16

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 270/2014

SÚMULA: "SUSPENDE O VINCULO DE TRABALHO DA SERVIDORA SUELI LEAL DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo1º- Fica concedida a SUSPENSÃO DE VINCULO DE TRABALHO da servidora **SUELI LEAL,** no Cargo de PROFESSORA CLASSE C, lotado na Secretaria Municipal de Educação

Artigo 2º - Fica compreendido que o período de concessão da suspensão de vinculo terá **início em 02 de novembro de 2014 e termino em 31 de julho de 2015.**

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, cujos efeitos retroagem a 02 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT
Em, 24 de novembro de 2014.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Camila Marcelo
Código Identificador:9E14F2B1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 422/2014

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADA** a Senhora **ISABEL CRISTINA ALVES DE LIMA** no cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇÃO DE TRABALHO** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, cujos efeitos se dará a 28 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT
Em, 19 de novembro de 2014.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Camila Marcelo
Código Identificador:AD31CF60

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 421/2014

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADA** a Senhora **ESDRA COSTA FERREIRA** no cargo de **ASSESSOR DA ESTAÇÃO DE TRABALHO** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, cujos efeitos retroagem a 13 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT
Em, 19 de novembro de 2014.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Camila Marcelo
Código Identificador:2AAEA4BB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 420/2014

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADA** a Senhora **MARIA DA GUIA FREITAS DIAS** no cargo de **ASSESSOR DA ESTAÇÃO DE TRABALHO** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, cujos efeitos retroagem a 11 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT
Em, 19 de novembro de 2014.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Camila Marcelo
Código Identificador:8BEA9755

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 409/2014

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADA** a Senhora **IONE DA SILVA BENTO** no cargo de **CHEFE DA ESTAÇÃO DE TRABALHO** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, cujos efeitos retroagem a 11 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT
Em, 19 de novembro de 2014.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Camila Marcelo
Código Identificador:0875E395

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº. 427/2014

SÚMULA: "RETIFICA O DECRETO DE N°252/2014 DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo1º- Fica RETIFICADO o Decreto de n° 252/2014, da seguinte forma: onde se - lê: **Artigo1º**- Fica **CONCEDIDO** Licença Prêmio a Servidora **MAURO CESAR LUCA** no Cargo de VIGIA, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

leia - sê: **Artigo1º**- Fica **CONCEDIDO** Licença Prêmio ao Servidor **MAURO CESAR LUCA** no Cargo de VIGIA, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT
Em, 25 de novembro de 2014.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Camila Marcelo
Código Identificador:8C564236

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 277/2014

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 91, da Lei Municipal n°. 266/2004.

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDO** Licença Prêmio ao Servidor **OSCAR VANDERLEI DE MIRANDA** no Cargo de MÉDICO 40hs, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício dos anos 2008/2013, fica compreendido que o período de concessão será dos dias **30 de novembro de 2014 a 28 de fevereiro de 2015.**

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT
Em, 30 de novembro de 2014.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Camila Marcelo
Código Identificador:18F556EA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
EXTRATO CONTRATO 005-2014

Espécie: Contrato de Prestação de Serviço de Assessoria, consultoria e elaboração de leis. **Contratante**: CÂMARA MUNICIPAL DE CLAUDIA, **Contratado: ATOS CONSULTORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA**, – **CNPJ:** 17.167.390/0001-91, - **Endereço**: Rua das Araras, nº. 407, Sala 01, Recanto dos Pássaros, Sorriso, Estado de Mato Grosso Representante Legal Senhor, Wister Roger Padilha, brasileiro, casado, portadora da CI RG n. ° 1762514-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 734.912.501-10. **Objeto**: Prestação de Serviços de Assessoria, Consultoria, e elaboração de leis,

Elaboração calculo estimativo de impacto financeiro e orçamentário; Alteração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Municipais. **Valor R$**: 4.000,00 (Quatro Mil Reais), pago em uma única parcela de R$: 4.000,00 (Quatro Mil Reais)**. -Vigência:** 03 de Novembro de 2014 até 31/12/2014.– Cód. Dotação Orçamentária:
01.001.01.031-0001.2030.3390.3500.0000 – Serviços de Consultoria.

Publicado por:
Davi Schleicher
Código Identificador:4B3A05E9

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
EXTRATO II TERMO ADITIVO CONTRATO 003-2013

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO
Espécie: II Termo Aditivo ao Contrato 003/2013 de Prestação de Serviços. **Contratante**: CÂMARA MUNICIPAL DE CLAUDIA, **Contratado: ATOS CONSULTORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA**, – **CNPJ:** 17.167.390/0001-91, - **Endereço**: Rua das Araras, nº. 407, Sala 01, Recanto dos Pássaros, Sorriso, Estado de Mato Grosso Representante Legal Senhor, Wister Roger Padilha, brasileiro, casado, portadora da CI RG n. ° 1762514-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 734.912.501-10 . residente e domiciliado na Rua das Araras, 407 – **Objeto**: Prestação de Serviços de assessoria e consultoria técnica administrativa em geral, Prestação de Serviços de Assessoria, Consultoria, Planejamento e execução, Orçamentária, Financeira, Patrimonial; Elaboração de Relatórios de Lei de Responsabilidade Fiscal, Acompanhamento na execução de serviços Técnicos relacionado ao sistema APLIC, acompanhamento na execução de prestação de contas como, SEFIP, RAIS, DIRF, DCTF. **Valor R$**: 22.000,00 (Vinte e Dois Mil Reais), dividido em 11 (Onze) parcelas de R$: 2.000,00 (Dois mil reais). Início 01/12/2014, e com vigência até 31/10/2015. – **Cód. Dotação Orçamentária**:
01.001.01.031.0001.2001.3390.3900.0000 – Outros serviços de terceiros pessoa Jurídica.

Publicado por:
Davi Schleicher
Código Identificador:A743EB51

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO- MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2014

AVISO DE LICITAÇÃO- MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM TRATOR DE CORTAR GRAMA PROFISSIONAL, 0 KM, NOVO, COM POTÊNCIA DO MOTOR MINIMA DE 20 HPS, MOVIDO A GASOLINA.

A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que até 08:00 hrs do dia 05 de Dezembro de 2014, estará recebendo propostas, para abertura do Pregão Presencial, para a aquisição supracitada. O Edital estará no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente através do telefone (066) 3546-3100.

Cláudia/MT, 24 de Novembro de 2014.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ
Pregoeira

Publicado por:
Aline Mass Serafim
Código Identificador:540D3A1B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 112/2014

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, Sr. Nilson José dos Santos, no uso de suas atribuições legais e, considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso nº 001/2012.

DECRETA
Artigo 1º - Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, a comparecerem ao Edifício Sede desta Prefeitura Municipal, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Colider-MT, a partir do dia 25.11.2014 a 24.12.2014, munidos dos seguintes documentos, originais e respectivas cópias:
-Documento de escolaridade referente ao cargo que se candidatou;
-Titulo de eleitor;
-Comprovante de quitação eleitoral;
-Comprovante de quitação militar, se do sexo masculino;
-Carteira de identidade (R.G.);
-Cartão do C.P. F;
-Certidão de nascimento ou casamento;
-Cartão do C.P.F. esposo (a), caso seja casado (a);
-02 fotos 3x4 atuais;
-Carteira de trabalho;
-Cartão PIS/PASEP
-CNIS - INSS
-Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos;
-Certidão de inexistência de antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;
-Atestado médico de capacidade física (emitidos por profissionais do SUS);
-Atestado médico de sanidade mental (emitidos por profissionais do SUS);
-Declaração de não infrigência ao inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal, e disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária;
-Comprovante de residência;
-Carteira nacional de habilitação;
-Comprovante se estrangeiro na forma da Lei (naturalizado);
-Registro e Certidão negativa expedida pelo órgão de classe conforme o caso;
-Declaração de bens.
-C/C (Banco do Brasil)
-Outros documentos pertinentes que fizerem necessários.
Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.
Artigo 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

FISIOTERAPEUTA		
01	JOYCE SOUZA OLIVEIRA	Classificação 02º lugar

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 25 de novembro de 2014, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 25 de novembro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raquel Fatima Ordakowski
Código Identificador:0B14E5C9

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2014

A Comissão Permanente de Licitações, torna público, que fará realizar no dia 08/12/2014 às 10:00 horas, a reunião de recebimento e abertura dos envelopes contendo a habilitação e proposta para Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços, obras para construção civil. Informações e retirada do Edital somente na Secretaria Municipal de Administração, setor de Licitações e Contratos na Prefeitura Municipal de Confresa das 07:00 às 12:00.

Confresa, 25 de Novembro de 2014.

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Presidente CPL.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:35ABABA8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 001, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014.

O Conselho Previdenciário do PREVI-CONQUISTA - Fundo Municipal de Previdência Social, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n.o 169, de 20 de dezembro de 2004, por seu Regimento Interno, e

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 15 de outubro de 2014;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 3922, de 25 de novembro de 2010, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;
RESOLVE:
Art. 1o O PREVI-CONQUISTA - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

CONQUISTA DÓESTE/MT, 15 de outubro de 2014.

MARCELO FAUSTINO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho do Previdenciário

MEMBROS:
_____
_____
_____
_____

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:6C3B0B50

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2014

REFERENTE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº. 070/2014

Processo 108/2014

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 2014, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, localizada na Avenida 20 de Dezembro nº 725 Centro, Cotriguaçu-MT, neste ATO representado pela Prefeita Municipal Sr°: ROSANGELA APARECIDA NERVIS, brasileira, solteira, residente e domiciliado na Travessa Beija Flor, n° 16, na cidade de Cotriguaçu – MT, Portador de C.I. RG nº 1030709-5 SSP/MT e do CPF/MF nº 769.037.371-20 de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e o Decreto Municipal nº. 796/2013, que Institui o Sistema de Registro de Preços no município, e em face da classificação e homologação das propostas apresentadas no PREGÃO Nº. 070/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa: **VANI DE ALMEIDA SAGRILO-ME, CNPJ: 13.251.515/0001-06**, doravante denominados simplesmente FORNECEDOR , nos termos do pregão presencial nº 070/2014, Registro de Preços para futura e eventual : **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PARTE ELÉTRICA DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAUDE, EDUCAÇÃO, INFRA ESTRUTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E AGRICULTURA"**, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme a Lei nº 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preço para futura e eventual: **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PARTE ELÉTRICA DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAUDE, EDUCAÇÃO, INFRA ESTRUTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E AGRICULTURA"**, para atender esta Prefeitura, conforme especificações e condições constantes nesta Ata de Registro de Preço: EMPRESA: **VANI DE ALMEIDA SAGRILO-ME, CNPJ: 13.251.515/0001-06.**

Item	Descrição	Quant	UNI	Valor Unit	Valor Total
1	SERVICOS DE ARRANQUE	88	SRV	R$ 80,00	R$ 7.040,00
2	SERVICO ALTERNADOR	88	SRV	R$ 80,00	R$ 7.040,00
3	SERVICO ELETRICO DESMONTAR PAINEL	49	SRV	R$ 440,00	R$ 21.560,00
4	SERVICO ELETRICO	95	SRV	R$ 110,00	R$ 10.450,00
5	SERVICO ELETRICO E ASSITENCIA EM NOVA ESPERANCA	55	SRV	R$ 340,00	R$ 18.700,00
6	SERVICO ELETRICO E ASSITENCIA EM NOVA UNIAO	65	SRV	R$ 520,00	R$ 33.800,00
7	SERVICO ELETRICO E ASSITENCIA EM AGROVILA	45	SRV	R$ 147,00	R$ 6.615,00
8	SERVICO ELETRICO E DE ASSITENCIA LINHA GAUCHA	20	SRV	R$ 200,00	R$ 4.000,00
9	SERVICO ELETRICO E DE ASSISTENCIA CEDERE 9	25	SRV	R$ 200,00	R$ 5.000,00
10	SERVICO ELETRICO E DE ASSITENCIA NO VALE VERDE	25	SRV	R$ 200,00	R$ 5.000,00
11	SERVICO ELETRICO FIOS E PRISILIAS	160	SRV	R$ 250,00	R$ 40.000,00
12	SERVICO DE MANUTENCAO DE AR CONDICIONADO	33	SRV	R$ 150,00	R$ 4.950,00
13	SERVICO ELETRICO LIMPADOR	40	SRV	R$ 65,00	R$ 2.600,00
VALOR TOTAL					R$ 166.755,00

1.1 Este instrumento não obriga o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, conforme Decreto Municipal n. 796/2013;
2.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, conforme estipulado no Decreto Municipal n. 796/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA FISCALIZAÇÃO.

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT, por meio da Secretaria Municipal de Adminsitração, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico, assim como o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata de Registro de Preços que também será realizado pelas Secretarias Municipais.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

4.1 A entrega do serviço, deverá ser realizada na data que constará na autorização da respectiva Secretaria ou Nota de Empenho, nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

4.2 O local para a entrega dos materiais será designada pelo Setor de Compras ou Secretarias Municipais de Cotriguaçu/MT, nos dias estabelecidos pela mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente;

5.2 As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através de Autorização de fornecimento ou Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação e a data de entrega;

5.3 Os materiais licitados serão verificados em relação à conformidade, qualidade e quantidade de acordo com o Edital, após o recebimento dos mesmos e apresentação de nota fiscal;

5.4 Os comprovantes das passagens deverão ser entregues juntamente com sua Nota Fiscal, obedecendo rigorosamente o solicitado;

5.5 O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93;

5.6 A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preços em que se verificar vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;

5.7 As Secretarias Municipais poderão rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento dos produtos em desacordo com a ordem de fornecimento e com as normas deste Edital;

5.8 Os produtos devem ser entregues conforme solicitação.

5.9 O Fornecedor responsabilizar-se-á pelas despesas com impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fretes e demais despesas eventuais, que porventura sobrevier do presente objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 O Fornecedor deverá entregar os produtos registrados em Ata imediatamente após emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, conforme estipulado nas cláusulas anteriores, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

6.2 A empresa se obrigará em um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a solucionar quaisquer problemas se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartadas o uso inadequado;

6.3 O Fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.4 São obrigações do FORNECEDOR, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preços, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento dos materiais a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o Fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – não transferir, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;

XII - manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;

XIII - indicar o preposto e seu substituto, que ficará responsável pelo controle das solicitações, bem como pelos esclarecimentos de dúvidas quando da execução contratual;

XIV - Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal, comercial, frete e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.1 São responsabilidades do FORNECEDOR:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ATA, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao Fornecedor, o valor correspondente.

7.2 O fornecedor autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO/ENTIDADE

8.1 A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários e usuários em que deverão ser entregues os produtos;

II - receber os produtos nos termos, prazos e condições estabelecidas no edital;

III - notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ATA;

V - fiscalizar a entrega do objeto licitado;

VI - notificar a licitante vencedora, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
VII - aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
8.2 Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
8.3 Caberá à Prefeitura receber o bem adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
8.4 O recebimento provisório dar-se-á pela Secretarias Municipais, por meio de seu responsável, no ato da entrega do bem e da nota fiscal pela adjudicatária, sendo que este recebimento não implica a sua aceitação**;**
8.5 O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos do presente edital;
8.6 O objeto adjudicado será recusado se não for condizente com o solicitado pelas Secretarias Municipais.
8.7 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;
8.8 Caso haja a intenção de adesão ao registro de preço por outro órgão não participante – "Caronas", estes deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação;
8.8.1 Caberá ao Órgão Gerenciador, Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, buscar oficialmente, junto ao fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços, sobre a aceitação ou não do fornecimento, condicionado ainda ao não prejuízo das obrigações anteriormente assumidas;
8.8.2 Em todos os casos as quantidades adicionais adquiridas/contratadas não poderão exceder a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, conforme estabelecido no § 1º art. 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO
9.1 As despesas decorrentes do Registro de Preços, objeto desta Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias próprias e constantes no orçamento de 2014:

ORGÃO: 07 Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico
UNIDADE: 002 Fundo municipal de Saúde
FUNÇÃO 10 Saúde
SUB/FUNÇÃO 301 Atenção básica
PROGRAMA 0010 Programa de gestão e manutenção
PROJETO/ATIVIDADE 2067 Gestão e Manutenção da Saúde
ELEMENTO 3390-39 Pessoa Jurídica

ORGÃO: 12 Sec Mun. de Agric e Meio Ambiente
UNIDADE: 001 Divisão de Des. Eco. Agric e Meio Ambiente
FUNÇÃO 20 Agricultura
SUB/FUNÇÃO 122 Administração Geral
PROGRAMA 0005 Des da Agricultura e Preservação
PROJETO/ATIVIDADE 2063 Manutenção e Encargos
ELEMENTO 3390-39 Pessoa Jurídica

ORGÃO: 08 Sec Municipal de Gestão Social e Trabalho
UNIDADE: 003 Fundo Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO 08 Assistência Social
SUB/FUNÇÃO 244 Assistência Comunitário
PROGRAMA 0010 Assistência Social/ Assistência Comunitária
PROJETO/ATIVIDADE 2009 Manutenção e Encargos
ELEMENTO 3390-39 Pessoa Jurídica

ORGÃO: 09 Secretaria Municipal de Infra-Estrutura
UNIDADE: 004 Divisão de Infra-Estrutura
FUNÇÃO 26 Transporte
SUB/FUNÇÃO 122 Administração Geral
PROGRAMA 0010 Programa de Gestão e Manutenção
PROJETO/ATIVIDADE 2065 Gestão e manutenção da Infra Estrutura
ELEMENTO 3390-39 Pessoa Jurídica

ORGÃO: 06 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
UNIDADE: 005 Transporte Escolar
FUNÇÃO 12 Educação
SUB/FUNÇÃO 361 Ensino Fundamental
PROGRAMA 0005 Educando para Futuro
PROJETO/ATIVIDADE 2049 Transporte Escolar
ELEMENTO 3390-39 Pessoa Juridica

ORGÃO: 06 Sec.mun de Educação e Cultura
UNIDADE: 003 Fundeb 40%
FUNÇÃO 12 Educação
SUB/FUNÇÃO 361 Ensino Fundamental
PROGRAMA: 0005 Educando para o Futuro
PROJETO/ATIVIDADE 2046 Fundeb 40%
ELEMENTO 3390-39 Outros ser de terceiros – pessoa jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO
10.1 O pagamento ao FORNECEDOR será realizado mensalmente, de acordo com a entrega dos materiais solicitados, sempre entre os dias 20 e 30 do mês subsequente à entrega do objeto e emissão de Nota Fiscal, através de depósito bancário ou transferência para a conta do Fornecedor.
10.2 No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: impostos, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, fretes, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento dos produtos;
10.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;
10.4 Para cada Nota de Empenho, o Fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura;
10.5 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento dos materiais;
10.6 A Prefeitura não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "*factoring*";
10.7 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da adjudicatária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
11.1 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93, desde que devidamente comprovado;
11.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
11.3 Caso o preço registrado se tornar superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo, conforme art. 13 do Decreto Municipal n ° 796/2013;
11.3.1 Havendo negociação para fins de revisão de preço, deverá aguardar o prazo mínimo de 90 (noventa) dias e o preço alterado somente estará em vigor após a publicação do ato, respeitando o tramite descrito no referido Decreto Municipal.
11.4 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Cotriguaçu-MT;
11.5 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;
b) quando o Fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;
e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

12.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ATA;
12.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;
12.4 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;
12.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do produtos;
12.6 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBSTITUIÇÃO DE ITEM

13.1 O Fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;
13.2 Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93, e na Lei n. 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
I) advertência, nas hipóteses de execução irregular do Registro de Preços, que não resulte prejuízo para o serviço desta administração;
II) multa de 10% do valor da Ata;
III) suspensão temporária para licitar e contratar com este Órgão, por período de até 02 (dois) anos, nas hipóteses e nos termos dos artigos 7º da Lei n. 10.520/2002;
IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/93.
14.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à Prefeitura e à terceiros que necessitem do produto registrado na presente Ata, e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município;
14.3 O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 1% (um por cento) incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia de atraso injustificado, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução da Ata de Registro de Preços;
14.4 Caso o fornecedor não solucione quaisquer problemas advindos da aquisição do material sofrerá multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, da seguinte forma:
a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
b) a partir do 3o (terceiro) até o limite do 5o (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia de atraso.
14.5 A partir do 6º (sexto) dia de atraso, caracterizar-se-á a inexecução total da obrigação, e poderá a Prefeitura, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o Fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 **(dois) anos;**
14.6 A multa, eventualmente imposta ao Fornecedor, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedor não tenha nenhum valor a receber desta Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;
14.7 As multas previstas nesta seção não eximem o Fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;
14.8 Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com esta Prefeitura, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município de Cotriguaçu-MT;
14.9 A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento total ou parcial da obrigação, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à Prefeitura ou terceiros;
14.10 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:
a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;
b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
14.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a multa;
14.12 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal;
14.13 A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;
II - integram esta Ata, o Edital de **Pregão Presencial nº 070/2014** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Cotriguaçu/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas

vias arquivadas na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Cotriguaçu-MT, 25 de Novembro de 2014.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Prefeita Municipal de Cotriguaçu

GISLAINE G. DA SILVA BARROS
Pregoeira da Comissão Especial de Licitação
Prefeitura de Cotriguaçu

VANI DE ALMEIDA SAGRILO-ME
CNPJ: 13.251.515/0001-06

VANI DE ALMEIDA SAGRILO
CPF: 024.428.429-63
Representante Legal

Publicado por:
Elaine Castanha Bonavigo
Código Identificador:6E0C05E0

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2014, REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 111/2014

Encontra-se aberta, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu à AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO-**REGISTRO DE PREÇOS**, com a finalidade de selecionar propostas para futura e eventual**: "CONTRATAÇÃO DE UMA MÁQUINA TIPO PATROLA DE NO MINIMO 120CV, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO E TOTAL MANUTENÇÃO DA MÁQUINA PELO CONTRATADO, COMBUSTIVEL PELO CONTRATANTE, COM OPERADOR, PARA MANTENÇA DE TODAS AS VIAS VICINAIS DE NOVA ESPERANÇA, MEDIANTE PAGAMENTO POR HORAS TRABALHADAS**", cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação **ocorrerá no dia 05 (cinco) de Dezembro de 2014, às 09:00 (Nove horas)**, na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados na CEL, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 13:00 horas ou via fax – (66)35551621, 1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br.

Cotriguaçu-MT, 25 de Novembro de 2014.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Prefeita Municipal de Cotriguaçu/MT

Publicado por:
Elaine Castanha Bonavigo
Código Identificador:D91173C2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA SMPF 13 / 2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS de Cuiabá, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º: Designar o Servidor **RENAN CASTRO DA COSTA**, matrícula n° 4857501 para acompanhamento e fiscalização do Contrato nº 067/2009, firmado com a empresa **H PRINT AUTOMOÇÃO DE ESCRITÓRIO LTDA,** em conformidade com a Lei 8.666/93.

Artigo 2º: O Contrato nº 067/2009 fornecimento e utilização de multifuncionais com tecnologia de impressão digital, por fissão de toner a seco, novas, sem uso anterior e em linha de produção, com assistência técnica, todos os suprimentos, peças e materiais de consumo, inclusive papel e mão de obra para operação dos equipamentos multifuncionais, para atender a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRA-SE

PALÁCIO ALENCASTRO em Cuiabá, 24 de Novembro de 2014.

FRANCISCO SERAFIM DE BARROS
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

Publicado por:
Valdir Pereira Silva
Código Identificador:1199C61C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 007/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2014
A Prefeitura Municipal de Curvelandia – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados, que realizará no dia 10/12/2014 às 09:00 horas, Licitação do tipo menor preço global por empreitada, cujo objeto visa a **Contratação de empresa especializada para Execução de Obra/Reforma das Instalações Elétricas e de Divisórias no Centro de Múltiplo Uso CRAS/PAIF no município de Curvelândia-MT.** O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na Rua São Bernardo nº 523, Centro, Curvelândia-MT, e gratuitamente no site: www.curvelandia.mt.gov.br. Maiores informações, através do email: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275.

Curvelândia-MT, 25 de novembro de 2014.

CLÁUDIO NASCIMENTO LOPES
Presidente da CPL

Publicado por:
Claudio Nascimento Lopes
Código Identificador:D0EF929C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 172/2014.

EMENTA: DISPÕE SOBRE, A FUNÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO MUNICÍPIO DE DENISE/MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO TERCY BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ATRAVÉS DESTA PORTARIA, RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR o servidor abaixo relacionado para, com observância da legislação vigente, atuar como **FISCAL DO CONTRATO** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Denise-MT e o (a) Senhor (a) **GUSTAVO GARCEZ DA LUZ AGUILA**, CPF n.º **710.005.691-87**, **Contrato: 041/2014, Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO DEVIDAMENTE CAPACITADO PARA ATENDER JUNTO AO POSTO DE SAÚDE DO CENTRO, ONDE ESTÁ IMPLANTADO O**

PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF, SENDO SUA JORNADA DE TRABALHO DIÁRIA DE 08 (OITO) HORAS.

Fiscal Titular: **ALEXSANDRO OLIVEIRA ARAGÃO, CPF: 732.746.581-20.**

Art. 2º O fiscal será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos passo a passo dos serviços prestados.

Art. 3º O objeto do referido contrato, é conferido ao Fiscal, como profissional designado para acompanhar e controlar a execução de determinado contrato, a responsabilidade de, em primeira instância, defender o interesse público.

Art. 4º O não cumprimento total ou parcial das disposições contratuais pode gerar prejuízos à Administração, podendo ter como consequência a aplicação de penalidades à empresa contratada e apuração de responsabilidade, poderá ainda levar, em última instância, à rescisão do contrato.

Art. 5º A data da assinatura do contrato foi dia **10/10/2014**. O prazo de vigência do contrato é de **10/10 a 31/12/2014.**

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 17 (dezessete) dia do mês de novembro de 2014.

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carneiro da Silva
Código Identificador:46A5B035

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 173/2014

EMENTA: DISPÕE SOBRE, A FUNÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO MUNICÍPIO DE DENISE/MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO TERCY BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ATRAVÉS DESTA PORTARIA, RESOLVE:

Art. 1º- **DESIGNAR** o servidor abaixo relacionado para, com observância da legislação vigente, atuar como **FISCAL DO CONTRATO** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Denise-MT e o (a) Senhor (a)/ EMPRESA **GUSTAVO GARCEZ DA LUZ AGUILA - ME**, CNPJ: **17.733.111/0001-00**, **Contrato: 042/2014, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAR EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA.**

Fiscal Titular: **ALEXSANDRO OLIVEIRA ARAGÃO, CPF: 732.746.581-20.**

Art. 2º O fiscal será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos passo a passo dos serviços prestados.

Art. 3º O objeto do referido contrato, é conferido ao Fiscal, como profissional designado para acompanhar e controlar a execução de determinado contrato, a responsabilidade de, em primeira instância, defender o interesse público.

Art. 4º O não cumprimento total ou parcial das disposições contratuais pode gerar prejuízos à Administração, podendo ter como consequência a aplicação de penalidades à empresa contratada e apuração de responsabilidade, poderá ainda levar, em última instância, à rescisão do contrato.

Art. 5º A data da assinatura do contrato foi dia **14/10/2014**. O prazo de vigência do contrato é de **14/10 a 31/12/2014.**

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 17 (dezessete) dia do mês de novembro de 2014.

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carneiro da Silva
Código Identificador:4B8BA23E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 174/2014

EMENTA: DISPÕE SOBRE, A FUNÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO MUNICÍPIO DE DENISE/MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO TERCY BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ATRAVÉS DESTA PORTARIA, RESOLVE:

Art. 1º- **DESIGNAR** o servidor abaixo relacionado para, com observância da legislação vigente, atuar como **FISCAL DO CONTRATO** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Denise-MT e o (a) Senhor (a)/ EMPRESA **MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS LIMA 580093964-00**, CNPJ n.º **19.296.983/0001-83**, **Contrato: 043/2014, Objeto: AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE MALHARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DENISE/MT.**

Fiscal Titular: **ALEXSANDRO OLIVEIRA ARAGÃO, CPF: 732.746.581-20.**

Art. 2º O fiscal será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos passo a passo dos serviços prestados.

Art. 3º O objeto do referido contrato, é conferido ao Fiscal, como profissional designado para acompanhar e controlar a execução de determinado contrato, a responsabilidade de, em primeira instância, defender o interesse público.

Art. 4º O não cumprimento total ou parcial das disposições contratuais pode gerar prejuízos à Administração, podendo ter como consequência a aplicação de penalidades à empresa contratada e apuração de responsabilidade, poderá ainda levar, em última instância, à rescisão do contrato.

Art. 5º A data da assinatura do contrato foi dia **31/10/2014**. O prazo de vigência do contrato é de **31/10 a 31/12/2014.**

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 17 (dezessete) dia do mês de novembro de 2014.

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carneiro da Silva
Código Identificador:083B8FDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 175/2014

EMENTA: DISPÕE SOBRE, A FUNÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO MUNICÍPIO DE DENISE/MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO TERCY BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ATRAVÉS DESTA PORTARIA, RESOLVE:

Art. 1º- **DESIGNAR** o servidor abaixo relacionado para, com observância da legislação vigente, atuar como **FISCAL DO CONTRATO** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Denise-MT e o (a) Senhor (a)/ EMPRESA **OSVALDO ZANGESKI**, CPF n.º **136.455.959-53**, **Contrato: 044/2014, Objeto:** locação de um Imóvel Urbano de Alvenaria, de propriedade do **LOCADOR**, sito à Avenida Júlio Campos, n.º 770, Centro, nesta Cidade de Denise/MT, destinado ao funcionamento da sede do PROCON - Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor do Município de Denise/MT.

Fiscal Titular: **ALEXSANDRO OLIVEIRA ARAGÃO, CPF: 732.746.581-20.**

Art. 2º O fiscal será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos passo a passo dos serviços prestados.

Art. 3º O objeto do referido contrato, é conferido ao Fiscal, como profissional designado para acompanhar e controlar a execução de determinado contrato, a responsabilidade de, em primeira instância, defender o interesse público.

Art. 4º O não cumprimento total ou parcial das disposições contratuais pode gerar prejuízos à Administração, podendo ter como consequência a aplicação de penalidades à empresa contratada e apuração de responsabilidade, poderá ainda levar, em última instância, à rescisão do contrato.

Art. 5º A data da assinatura do contrato foi dia **05/11/2014**. O prazo de vigência do contrato é de **05/11 a 31/12/2014.**

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 17 (dezessete) dia do mês de novembro de 2014.

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carneiro da Silva
Código Identificador:075EC483

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 176/2014

EMENTA: DISPÕE SOBRE, A FUNÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO MUNICÍPIO DE DENISE/MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO TERCY BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ATRAVÉS DESTA PORTARIA, RESOLVE:

Art. 1º- **DESIGNAR** o servidor abaixo relacionado para, com observância da legislação vigente, atuar como **FISCAL DO CONTRATO** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Denise-MT e o (a) Senhor (a)/ EMPRESA **ISABELLA AMARAL FERREIRA**, CPF n.º **036.383.331-59**, **Contrato: 045/2014, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA UTILIZACAO NAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS, conforme anexo I deste edital. Pelo período a contar da data de assinatura do contrato até o dia 31 de Dezembro de 2014** – conforme os produtos e valores constantes do Anexo I do presente Contrato.

Fiscal Titular: **ALEXSANDRO OLIVEIRA ARAGÃO, CPF: 732.746.581-20.**

Art. 2º O fiscal será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos passo a passo dos serviços prestados.

Art. 3º O objeto do referido contrato, é conferido ao Fiscal, como profissional designado para acompanhar e controlar a execução de determinado contrato, a responsabilidade de, em primeira instância, defender o interesse público.

Art. 4º O não cumprimento total ou parcial das disposições contratuais pode gerar prejuízos à Administração, podendo ter como consequência a aplicação de penalidades à empresa contratada e apuração de responsabilidade, poderá ainda levar, em última instância, à rescisão do contrato.

Art. 5º A data da assinatura do contrato foi dia **19/11/2014**. O prazo de vigência do contrato é de **19/11 a 31/12/2014.**

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 19 (dezenove) dia do mês de novembro de 2014.

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carneiro da Silva
Código Identificador:790B5919

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 177/2014

EMENTA: DISPÕE SOBRE, A FUNÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO MUNICÍPIO DE DENISE/MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO TERCY BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ATRAVÉS DESTA PORTARIA, RESOLVE:

Art. 1º- **DESIGNAR** o servidor abaixo relacionado para, com observância da legislação vigente, atuar como **FISCAL DO CONTRATO** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Denise-MT e o (a) Senhor (a)/ EMPRESA **RAFAEL PONTO SOM LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **14.860.887/0001-00**, **Contrato: 046/2014, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE: LOCAÇÃO DE PALCO, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, SERVIÇO DE ANIMAÇÃO COM BANDA, PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO DE PROMOÇÃO DA CULTURA REGINAL 2º FORRÓ FORRADO, NA DATA DE 21 E 22/11/2014, COM TODAS AS DESPESAS INCLUÍDAS NO VALOR APRESENTADO NA PROPOSTA BEM COMO, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS, EQUIPE PARA MONTAGEM E DESMONTAGEM DA ESTRUTURA INCLUINDO EQUIPE TECNICA**.
Fiscal Titular: **ALEXSANDRO OLIVEIRA ARAGÃO, CPF: 732.746.581-20.**
Art. 2º O fiscal será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos passo a passo dos serviços prestados.

Art. 3º O objeto do referido contrato, é conferido ao Fiscal, como profissional designado para acompanhar e controlar a execução de determinado contrato, a responsabilidade de, em primeira instância, defender o interesse público.

Art. 4º O não cumprimento total ou parcial das disposições contratuais pode gerar prejuízos à Administração, podendo ter como consequência a aplicação de penalidades à empresa contratada e apuração de responsabilidade, poderá ainda levar, em última instância, à rescisão do contrato.

Art. 5º A data da assinatura do contrato foi dia **21/11/2014**. O prazo de vigência do contrato é de **21/11 a 24/11/2014.**

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 21 (vinte e um) dia do mês de novembro de 2014.

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carneiro da Silva
Código Identificador:A6D1BA0C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO E PRORROGAÇÃO'

O **MUNICÍPIO DE DENISE/MT**, torna público que o Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial n.º **020/2014**, com abertura e julgamento no dia 24/11/2014 às 09:00 horas, objetivando a: **AQUISIÇÃO DE MOTOR USADO COMPLETO PARA O ÔNIBUS MARCA IVECO CITYCLASS 70C16, ANO/MODELO 2010/2001, PLACA NPH-0354**, conforme especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital. Teve o seu o julgamento suspenso pelo prazo de 08 (oito) dias úteis com base no art. 48 § 3º da Lei 8666/93 (incluído pela Lei nº 9.648, de 1998) para apresentação de documentos de habilitação, sendo o julgamento designado para **09:00 horas** do dia **08/12/2014**.

Denise/MT, 24 de Novembro de 2014.

JOÃO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
João Carlos Carneiro da Silva
Código Identificador:DED70B40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 003-2014 - CONVOCAÇÃO

EDITAL N.º 003/2014.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS EM PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2014.

O Prefeito Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, Senhor Pedro Tercy Barbosa, no uso de suas atribuições legais e, considerado o resultado final do Processo Seletivo Público desta Prefeitura, nos termo do Edital do Processo Seletivo Público n.º 001/2014.
Considerando a necessidade de suprir as vagas existentes no seu quadro de pessoal,
RESOLVE:
Art. 1º- Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados a comparecerem ao edifício sede desta Prefeitura Municipal, no prazo de 20 (vinte) dias a contar deste ato.
Parágrafo Único - O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.
Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

Nome do Candidato	Cargo	Classificação	Micro área
Maria Josilene Moreira de Sousa Santos	Agente Comunitário de Saúde	2º	019

Art. 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 24 (vinte e quatro) dias de Novembro do ano de 2014.

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizandra Bevilacqua
Código Identificador:1E0F5A56

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 070/2014

SUSPENDER EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Ver. Luiz Carlos Gaino, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;
Considerando o Oficio 2474/2014 referente a Sessão de Julgamento do Tribunal de Júri,
RESOLVE:
Art. 1° - Suspender o expediente administrativo e o atendimento ao público desta Egrégia Casa de Leis, no dia 25 de novembro de 2014 em virtude da realização da Sessão de Julgamento do Tribunal de Júri.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Diamantino 24 de novembro de 2014

VER. LUIZ CARLOS GAINO
Presidente

Publicado por:
Eder Batistoni
Código Identificador:7BE0348D

CONSÓRCIO INTERMUNICPAL DE SAÚDE -REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO- (CISCN)
EDITAL CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 007/2014 - CISCN-MT

Edital de Convocação do Processo Seletivo Simplificado 007/2014 – CISCN/MT
O Presidente do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso – CISCN/MT, Sr. Juviano Lincoln, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de dar continuidade aos serviços de utilidade pública prestados por este Consorcio, vem CONVOCAR as seguintes pessoas aprovadas no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014.

CARGO/FUNÇÃO:

ENFERMEIRO (A)

NOME COMPLETO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	CLASSIFICAÇÃO
Luiz Fernando F. Falcão	12/36 HS/SEMANAL	2.355,76	3.º

Os convocados deveram apresentar-se no Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso – CISCN/MT em até cinco dias úteis após a publicação deste edital com a documentação que comprove as condições de contratação exigida no item 2 do edital do presente Processo Seletivo, para efetivação da contratação, sob pena de ser declarada sem efeito esta convocação.

Diamantino, 25 de novembro de 2014.

JUVIANO LINCOLN
Presidente do Consorcio

Publicado por:
Elaine Cristina Soares
Código Identificador:4F84A134

CONSÓRCIO INTERMUNICPAL DE SAÚDE -REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO- (CISCN)
AVISO DE CONCORRENCIA 001/2014 - CISCN/MT

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA 001/2014. OBJETO: Implantação de Sistema de Registro de Preços para Contratação de Serviços de Natureza Médica Ambulatorial, Hospitalar e Apoio Diagnóstico. **VALORES ESTIMADOS**: Consultas especializadas: R$43,00; Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico: Tabela SIA/SUS acrescido de 100%; Procedimentos ambulatoriais e hospitalares: Tabela SIH/SUS

acrescido de 50% (cinquenta por cento). **DATA**: 29 de Dezembro de 2014. **HORÁRIO**: 09:00 horas. **LOCAL:** Sede do CISCN, sito a Avenida Municipal, 1.501, – Centro – Diamantino-MT, CEP 78.400-000. **INFORMAÇÕES:** Sede do CISCN ou pelo fone: (65)3336-2664 E-mail: ciscn@hotmail.com **AVISO:** Cópia do edital completo poderá ser adquirida na Sede do CISCN, sito a Avenida Municipal, 1.501, Centro, Diamantino-MT, CEP 78.400-000.

Publicado por:
Elaine Cristina Soares
Código Identificador:E9D13CBC

CONSÓRCIO INTERMUNICPAL DE SAÚDE -REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO- (CISCN)
AVISO DE CONCORRENCIA 002/2014 - CISCN/MT

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA 002/2014. OBJETO: "Implantação de Sistema de Registros de Preços para AQUISIÇÃO de Gêneros Alimentícios e Derivados e Produtos de Limpeza e Higiene Pessoal" **DATA**: 29 de Dezembro de 2014. **HORÁRIO**: 15:00 horas. **LOCAL:** Sede do CISCN, sito a Avenida Municipal, 1.501, – Centro – Diamantino-MT, CEP 78.400-000. **INFORMAÇÕES:** Sede do CISCN ou pelo fone: (65)3336-2664 E-mail: ciscn@hotmail.com **AVISO:** Cópia do edital completo poderá ser adquirida na Sede do CISCN, sito a Avenida Municipal, nº 1.501 – Diamantino-MT CEP 78.400-000.

Publicado por:
Elaine Cristina Soares
Código Identificador:80ED6F7E

CONSÓRCIO INTERMUNICPAL DE SAÚDE -REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO- (CISCN)
AVISO DE CONCORRENCIA 003/2014 - CISCN/MT

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA 003/2014. OBJETO: "Implantação de Sistema de Registros de Preços para AQUISIÇÃO de Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Materiais Hospitalares". **DATA**: 30 de Dezembro de 2014. **HORÁRIO**: 15:00 horas. **LOCAL:** Sede do CISCN, sito a Avenida Municipal, 1.501, – Centro – Diamantino-MT, CEP 78.400-000. **INFORMAÇÕES:** Sede do CISCN ou pelo fone: (65)3336-2664 E-mail: ciscn@hotmail.com **AVISO:** Cópia do edital completo poderá ser adquirida na Sede do CISCN, sito a Avenida Municipal, nº 1.501 – Diamantino-MT CEP 78.400-000.

Publicado por:
Elaine Cristina Soares
Código Identificador:95B32F55

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 109/2014

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para comporem a Comissão Especial de Licitação da Prefeitura Municipal de Diamantino para acompanhar o Leilão 001/2014.
Presidente: OSANIR FERREIRA NASCIMENTO
Secretário: ODAIR DE SOUZA BARBOSA
Membro: DURVAL DOMINGOS

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE,
CUMPRA-SE.

Diamantino, 10 de Novembro de 2014.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juçara Ramos Magalhães
Código Identificador:C4219177

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 110/2014

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, consoante as normas de direito público, e,

Considerando a necessidade de alienar através de leilão, bens móveis diversos de propriedade do Município em estado de inservíveis e irrecuperáveis,

Considerando, o disposto no Artigo 129 da Lei Orgânica do Município de Diamantino, eis que a alienação é de relevante interesse público.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Leiloeiro Público Oficial **KLEIBER LEITE PEREIRA**, portador da Matrícula nº 004/1998 da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso para conduzir o certame do leilão em data a ser marcada oportunamente.

Art. 2º - O Leiloeiro realizará o leilão com estrita observância da lei nº 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o próprio Edital do leilão.

Art. 3º - Compete ao leiloeiro organizar a lista e realizar a avaliação dos bens móveis diversos que serão disponibilizados para o leilão e subordinar o preço a homologação do prefeito Municipal, e mais, operacionalizar, divulgar, prestar contas, expedir os documentos referentes as arrematações, produzir a Ata circunstanciada, enfim,, realizar todos os procedimentos inerentes a sua função e objetivo fim da presente nomeação.

Art. 4º - A prefeitura Municipal fica isenta de pagamento de comissão e reembolso de despesas com o Leiloeiro, que cobrará apenas do arrematante a comissão estipulada em 10% (dez por cento) para os bens móveis e 5% (cinco por cento) para os bens imóveis.

Art. 5º - A Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria nº 109/2014 será a comissão processante do presente leilão.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE,
CUMPRA-SE.

Diamantino, 10 de Novembro de 2014.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juçara Ramos Magalhães
Código Identificador:469F78FE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.008/2014

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO ALIENAR BENS IMÓVEIS E MÓVEIS INSERVÍVEIS.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, Sr. **Juviano Lincoln**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante leilão, através de Leiloeiro Público Oficial, os bens imóveis e móveis inservíveis, conforme relação e respectiva avaliação constante dos anexos I e II.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 24 de Novembro de 2014.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

ANEXO I

Relação dos Bens Móveis e Avaliação

01. SUCATAS E SUCATEADOS DIVERSOS – Avaliação **R$ 1.000,00**
- Itens diversos de informática, instrumentos musicais, aparelhos ar condicionado
- mesas/cadeiras escolares, bebedouro, geladeira, fogão, aparelhos TV
- mesas/cadeiras comuns, armários/arquivos aço, enceradeira, ventilador
- cadeira rodas, balanças, calhas de luminárias, ferragens de janelas e geral

02. 01 Moto Honda CG 150 Job, ano 2008, placa **NJQ-7928**,
Chassi 9C2KC08308R011242, branca, rodando. Avaliação **R$ 1.800,00**

03. 01 Veículo Suzuki Imp., 4 p., ano 1997/98, placa **HZP-1224**,
Chassi JSAEGC31SV5140332, azul, sem banco traseiro, parado. Avaliação **R$ 2,400,00**

04. 01 Veículo Volks Santana Quantun, 4 p., ano 1995, placa **CBE-2841**,
Chassi 9BWZZZ33ZSP030620, prata, parado. Avaliação **R$ 5.000,00**

05. 01 Veículo Volks Gol Power , 4 p., ano 2005, placa **HCY-8546**,
Chassi 9BWCB45X05P149386, prata, sem banco traseiro, funcionando / parado. Avaliação **R$ 7,000,00**

06. 01 Veículo Ford Courrier, ambulância flex, ano 2009/10, placa **NPD-5007**,
Chassi 9BFZC52P2AB890955, branca, parou rodando. Avaliação **R$ 7.200,00**

07. 01 Veículo Volks Fox, 4 p., ano 2007/08, placa **MDZ-4266**,
chassi9BWKA05Z784020835, vermelho, rodando. Avaliação **R$ 10.900,00**

08. 01 Veículo Fiat Uno Vivace 1.0 flex, 4 portas, ano 2011/12, placa **NPN-2644**,
Chassi 9BD195152C0224233, branco, funcionando/parado. Avaliação **R$ 15.000,00**

09. 01 Veículo Fiat Uno Vivace 1.0 flex, 4 portas, ano 2011/12, placa **NPN-2564**,
Chassi 9BD195152C0224238, branco, rodando. Avaliação**R$ 16.700,00**

10. 01 Veículo Fiat Uno Mille Way flex, 4 portas, ano 2010, placa **NJP-6643**,
Chassi 9BD15844AA6441782, branco, rodando. Avaliação **R$ 11.500,00**

11. 01 Veículo Fiat Strada flex, ano 2009/10, placa **KAR-8861**,
Chassi 9BD27803MA7222046, prata, rodando. Avaliação **R$13.000,00**

12. 01 Veículo GM S-10, ambulância flex, ano 2010/11, placa **NPO-0565**,
Chassi 9BG124GF0BC426484, branco, rodando. Avaliação **R$ 17.000,00**

13. 01 Micrônibus Agrale Neobus Thunder, ano 2001, placa **JZH-8087**,
chassi 9BYC22K1W1C001070, branco, rodando. Avaliação **R$ 15.800,00**

14. 01 Pá carregadeira Caterpillar 930, série 71HC2518, articulada, ano 1982, motor retificado e montado na máquina. Avaliação **R$ 43.000,00**

15. 01 Veículo Volks Gol, 2 p., ano 1994, placa **AES-7485**,
chassi9BWZZZ30ZRT112448, branco, parado, recebido em doação. Avaliação**R$3.000,00**

16. 01 Veículo GM Vectra, 4p., ano 2000, placa **KII-0750**,
Chassi 9BGK19H0YB193007, prata, funcionando/parado, recebido em doação. Avaliação **R$ 5,500,00**

17. 01 Veículo GM Celta, 4p., ano 2003/04, placa **ALL-5244**,
Chassi 9BGD48X04G150228, prata, funcionando/parado, recebido em doação. Avaliação**R$8.000,00**

18. 01 Veículo GM Prisma Maxx flex, 4p., ano 2007/08, placa **HDT-5973**,
chassi 9BGRM69808G105134, preto grafite, sem bancos passageiros, parado, recebido em doação. Avaliação **R$ 10,800,00**

19. 01 Veículo Fiat Palio Fire, 2p., ano 2004/05, placa **AMA-3509**,
Chassi 9BD17103752492937, prata, rodando, recebido em doação. Avaliação **R$ 8.000,00**

20. 01 Veículo Fiat Strada Fire flex, ano 2011, placa **ETG-9271**,
Chassi 9BD27803MB7381595, branco, sem banco passageiro, com capota de fibra, funcionando/parado, recebido em doação. Avaliação **R$ 12.000,00**

ANEXO II

Relação dos Bens Imóveis e Avaliação

01. Um Lote de terreno Urbano, com área de **663,00**m², situado na Rua Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes esquina com a Travessa do Parecis - Centro Conforme **matrícula nº 638, folha n° 01 do Cartório de Registro de Imóveis de Diamantino**, no valor de R$ 60,00/m² (sessenta reais) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 37.980,00 (TRINTA E SETE MIL E NOVECENTOS E OITENTA REAIS).**

02. Lote de terras nº.**01** da quadra **"28"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.250**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

03. Lote de terras nº.**02** da quadra **"28"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.251**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

04. Lote de terras nº.**03** da quadra **"28"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.252**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

05. Lote de terras nº.**04** da quadra **"28"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.253**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

06. Lote de terras nº.**05** da quadra **"28"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.254**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

07. Lote de terras nº.**06** da quadra **"28"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.255**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

09. Lote de terras nº.**07** da quadra **"28"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.256**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

10. Lote de terras nº.**14** da quadra **"28"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 24.262**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

11. Lote de terras nº.**15** da quadra **"28"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 24.263**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

12. Lote de terras nº.**16** da quadra **"28"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.257**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

13. Lote de terras nº.**17** da quadra **"28"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.258**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

14. Lote de terras nº.**18** da quadra **"28"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 24.264**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

15. Lote de terras nº.**19** da quadra **"28"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 24.265**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

16. Lote de terras nº.**20** da quadra **"28"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 24.266**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

17. Lote de terras nº.**21** da quadra **"28"**, com área de **900,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 24.267**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 11.250,00 (ONZE MIL E DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).**

18. Lote de terras nº.**22** da quadra **"28"**, com área de **900,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 24.268**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 11.250,00 (ONZE MIL E DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).**

19. Lote de terras nº.**23** da quadra **"28"**, com área de **900,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.259**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 11.250,00 (ONZE MIL E DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).**

20. Lote de terras nº.**24** da quadra **"28"**, com área de **900,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.260**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 11.250,00 (ONZE MIL E DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).**

21. Lote de terras nº.**05** da quadra **"29"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.793**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

22. Lote de terras nº.**06** da quadra **"29"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.794**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

23. Lote de terras nº.**07** da quadra **"29"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.795**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

24. Lote de terras nº.**08** da quadra **"29"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.261**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

25. Lote de terras nº.**09** da quadra **"29"**, com área de **900,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 24.272**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 11.250,00 (ONZE MIL E DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).**

26. Lote de terras nº.**10** da quadra **"29"**, com área de **900,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 24.273**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 11.250,00 (ONZE MIL E DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).**

27. Lote de terras nº.**13** da quadra **"29"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 24.276**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

28. Lote de terras nº.**16** da quadra **"29"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 24.278**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

29. Lote de terras nº.**17** da quadra **"29"**, com área de **800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 24.279**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).**

30. Lote de terras nº.**01** da quadra **"51"**, com área de **940,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.869**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor

de **R$ 11.750,00 (ONZE MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).**

31. Lote de terras nº.**02** da quadra **"51"**, com área de **940,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.870**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 11.750,00 (ONZE MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).**

32. Lote de terras nº.**03** da quadra **"51"**, com área de **940,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.871**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 11.750,00 (ONZE MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).**

33. Lote de terras nº.**04** da quadra **"51"**, com área de **940,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.872**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 11.750,00 (ONZE MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).**

34. Lote de terras nº.**01** da quadra **"54"**, com área de **1.225,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 24.273**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 15.312,50 (QUINZE MIL E TREZENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

35. Lote de terras nº.**12** da quadra **"55"**, com área de **1.800,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.987**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 22.500,00 (VINTE E DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS).**

36. Lote de terras nº.**13** da quadra **"55"**, com área de **1.250,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 25.117**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 15.625,00 (QUINZE MIL E SEISCENTOS E VINTE E CINCO REAIS).**

37. Lote de terras nº.**14** da quadra **"55"**, com área de **1.250,00** m², situado no Loteamento "trevo Residencial Posto Gil", conforme **matrícula nº 23.988**; no valor de R$ 12,50/m² (doze reais e cinquenta centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 15.625,00 (QUINZE MIL E SEISCENTOS E VINTE E CINCO REAIS).**

38. Lote de terras nº.**01** da quadra **"02"**, com área de **450,00** m², situado no Loteamento "Novo Diamantino" Rodovia MT 240, a ser desmembrado da **matrícula nº 38.276**; no valor de R$ 60,09/m² (sessenta reais e nove centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 27.040,50 (VINTE E SETE MIL E QUARENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

39. Lote de terras nº.**02** da quadra **"02"**, com área de **450,00** m², situado no Loteamento "Novo Diamantino" Rodovia MT 240, a ser desmembrado da **matrícula nº 38.276**; no valor de R$ 60,09/m² (sessenta reais e nove centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 27.040,50 (VINTE E SETE MIL E QUARENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

40. Lote de terras nº.**03** da quadra **"02"**, com área de **450,00** m², situado no Loteamento "Novo Diamantino" Rodovia MT 240, a ser desmembrado da **matrícula nº 38.276**; no valor de R$ 60,09/m² (sessenta reais e nove centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 27.040,50 (VINTE E SETE MIL E QUARENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

41. Lote de terras nº.**04** da quadra **"02"**, com área de **450,00** m², situado no Loteamento "Novo Diamantino" Rodovia MT 240, a ser desmembrado da **matrícula nº 38.276**; no valor de R$ 60,09/m² (sessenta reais e nove centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 27.040,50 (VINTE E SETE MIL E QUARENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

42. Lote de terras nº.**13** da quadra **"02"**, com área de **4.000,00** m², situado no Loteamento "São Cristovão" Avenida Dom Agostinho Kirsth, **acha-se Registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Diamantino na R.2/29.874 na Matrícula n°29.874**; no valor de R$ 60,09/m² (sessenta reais e nove centavos) por metro quadrado de área de terreno, totalizando o valor de **R$ 240.360,00 (DUZENTOS E QUARENTA MIL E TREZENTOS E SESSENTA REAIS).**

43. Lote de terras nº.**01** da quadra **"16"**, com área de **617,44** m² onde acha-se Edificado uma construção em alvenaria com **138,53m² sem averbação**, situado no Loteamento "Novo Diamantino" Rodovia MT 240, **da forma que se encontra - sem matrícula**; no valor de **R$ 99.388,38 (NOVENTA E NOVE MIL E TREZENTOS E OITENTA E OITOREAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS).**

44. Lote de terras nº.**40** da quadra **"10"**, com área de **351,00** m² onde acha-se Edificado uma construção em alvenaria com **71,36m² sem averbação**, situado próximo ao Centro de Diamantino, Rua Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, **da forma que se encontra - sem matrícula (em fase de documentação)**; no valor de **R$ 43.359,29 (QUARENTA E TRES MIL E TREZENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS).**

45. Lote de terras nº.**17** da quadra **"19"**, com área de **140,00** m² onde acha-se Edificado uma construção em alvenaria com **122,00m² sem averbação**, situado no Centro de Diamantino, na Rua Benedito Moreira da Silva, **da forma que se encontra - com matrícula, registrado em nome do Município,** no valor de **R$ 62.395,44 (SESSENTA E DOIS MIL E TREZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS).**

46. Lote de terras nº.**01** da quadra **"19"**, com área de **173,00** m² onde acha-se Edificado uma construção em alvenaria com **137,42m² sem averbação**, situado no Centro de Diamantino, na Rua Benedito Moreira da Silva, **da forma que se encontra - sem matrícula,** no valor de **R$ 71.106,29 (SETENTA E UM MIL E CENTO E SEIS REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS).**

47. Lote de terras nº.**01** da quadra **"21"**, com área de **497,20** m², situado no Centro de Diamantino, na Rua Almirante Batista das Neves esquina com a Travessa Parecis, **da forma que se encontra - com matrícula, registrado em nome do Município,** no valor de **R$ 53.568,32 (CINQUENTA E TRÊS MIL E QUINHENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS).**

48. Lote de terras nº.**03** da quadra **"25"**, com área de **212,85** m², situado no Centro de Diamantino, na Rua Almirante Batista das Neves, **da forma que se encontra sem matricula,** no valor de **R$ 67.107,20 (CENTO E SETE MIL E CENTO E SETE REAIS E VINTE CENTAVOS).**

49. Lote de terras nº.**08** da quadra **"01"**, com área de **400,00** m², situado no Loteamento Jardim Eldorado na Rua Projetada anexo a ACID, **da forma que se encontra - com matrícula, registrado em nome do Município,** no valor de **R$ 12.848,00 (DOZE MIL OITOCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS).**

Publicado por:
Juçara Ramos Magalhães
Código Identificador:D625F980

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2014
CONTRATADO (A): DENTAL CENTRO OESTE LTDA

DO OBJETO: A presente tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a farmácia básica municipal, todos de primeira linha, conforme condições e especificações, constante neste edital e seus anexos, para atender a demandas da Secretaria de Saúde.
DATA DA ATA: 28/10/2014
VIGENCIA: **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** podendo ser prorrogada na forma da lei.

DOM AQUINO - MT, NOVEMBRO DE 2014.

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Vieira de Jesus
Código Identificador:6A5033BD

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 018/2014
CONTRATADO (A): RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI
DO OBJETO: A presente tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a farmácia básica municipal, todos de primeira linha, conforme condições e especificações, constante neste edital e seus anexos, para atender a demandas da Secretaria de Saúde.
DATA DA ATA: 28/10/2014
VIGENCIA: **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** podendo ser prorrogada na forma da lei.

DOM AQUINO - MT, NOVEMBRO DE 2014.

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Vieira de Jesus
Código Identificador:414C0C73

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 019/2014
CONTRATADO (A): PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOIS E COSMETICOS EIRELI ME
DO OBJETO: A presente tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a farmácia básica municipal, todos de primeira linha, conforme condições e especificações, constante neste edital e seus anexos, para atender a demandas da Secretaria de Saúde.
DATA DA ATA: 28/10/2014
VIGENCIA: **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** podendo ser prorrogada na forma da lei.

DOM AQUINO - MT, NOVEMBRO DE 2014.

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Vieira de Jesus
Código Identificador:68023D88

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 020/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2014
CONTRATADO (A): VL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPILATALARES LTDA ME
DO OBJETO: A presente tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a farmácia básica municipal, todos de primeira linha, conforme condições e especificações, constante neste edital e seus anexos, para atender a demandas da Secretaria de Saúde.
DATA DA ATA: 28/10/2014
VIGENCIA: **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** podendo ser prorrogada na forma da lei.

DOM AQUINO - MT, NOVEMBRO DE 2014.

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Vieira de Jesus
Código Identificador:DB10396B

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 021/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 021/2014
CONTRATADO (A): RINALDI & COGO LTDA - ME
DO OBJETO: A presente tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a farmácia básica municipal, todos de primeira linha, conforme condições e especificações, constante neste edital e seus anexos, para atender a demandas da Secretaria de Saúde.
DATA DA ATA: 28/10/2014
VIGENCIA: **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** podendo ser prorrogada na forma da lei.

DOM AQUINO - MT, NOVEMBRO DE 2014.

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Vieira de Jesus
Código Identificador:C4B65377

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 022/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 022/2014
CONTRATADO (A): ASTHAMED COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI
DO OBJETO: A presente tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a farmácia básica municipal, todos de primeira linha, conforme condições e especificações, constante neste edital e seus anexos, para atender a demandas da Secretaria de Saúde.
DATA DA ATA: 28/10/2014
VIGENCIA: **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** podendo ser prorrogada na forma da lei.

DOM AQUINO - MT, NOVEMBRO DE 2014.

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Vieira de Jesus
Código Identificador:12B47D3D

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 023/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2014
CONTRATADO (A): POLYPHARMA DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA ME
DO OBJETO: A presente tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a farmácia básica municipal, todos de primeira linha, conforme condições e especificações, constante neste edital e seus anexos, para atender a demandas da Secretaria de Saúde.
DATA DA ATA: 28/10/2014
VIGENCIA: **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** podendo ser prorrogada na forma da lei.

DOM AQUINO - MT, NOVEMBRO DE 2014.

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Vieira de Jesus
Código Identificador:0A6617AF

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 024/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2014
CONTRATADO (A): DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
DO OBJETO: A presente tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a farmácia básica municipal, todos de primeira linha, conforme condições e especificações, constante neste edital e seus anexos, para atender a demandas da Secretaria de Saúde.
DATA DA ATA: 28/10/2014
VIGENCIA: **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,** podendo ser prorrogada na forma da lei.

DOM AQUINO - MT, NOVEMBRO DE 2014.

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Vieira de Jesus
Código Identificador:3A441E77

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PRIMEIRO ADITIVO
CONTRATO 059/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 059/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL/MT.
CONTRATO Nº: 059/2014 – 1º ADITIVO
DATA ASSINATURA: 22 DE OUTUBRO DE 2014
CREDOR: ARTE ESPAÇO PROJETOS E CONSTRUÇÃO LTDA
VIGÊNCIA: 20 DE FEVEREIRO DE 2015
LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2014
OBJETO: A FINALIDADE DO PRESENTE TERMO ADITIVO É PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 059/2014 EM MAIS 120 (CENTO E VINTE) DIAS A CONTAR DO DIA 23/10/2014.

Publicado por:
Livanete Francisca Vieira
Código Identificador:1D9ADA41

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo: 001/2014 ao Contrato nº 61/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.
Contratado: Boles e Vender LTDA-ME
Objeto do Aditivo: Acréscimo no fornecimento de refeições.
Valor: (+) R$ 4.032,00 (quatro mil e trinta e dois reais)
Fundamentação Legal: Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.
Assinatura: 06/11/2014

Publicado por:
Karyen Gotardo
Código Identificador:9FD0F043

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2014

A Pregoeira do Municipal de Gaúcha do Norte, designada pelo Decreto nº. 450/2014 torna público que a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 049/2014**, na sessão realizada no dia **07/11/2014,** tem como vencedora do item 01 a empresa **LEME COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS-ME.**

Gaúcha do Norte -MT, 13 de Novembro de 2014.

MARTA ELEUZA RAMOS DA SILVA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Alessandro Ap. Medina Ubeda
Código Identificador:54CC787C

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2014

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Brasil nº 1298, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **Nilson Francisco Aléssio**, brasileiro, casado, agro-pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaucha do Norte, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade Cédula de Identidade RG nº 12R56322 SSP/SC e do CPF nº. 401.167.199-15, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **LEME COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 06.245.523/0001-84, estabelecida na cidade de Gaúcha do norte-MT à Avenida Brasil nº 538, Centro, neste ato representada por **HUMBERTO SINIVALDO BUQUE LEME**, Carteira de Identidade nº. 79654009 CPF nº. 875.534.578-68**,** nas quantidades estimadas no **Item 2** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 049/2014** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e no Decreto da União n.º 7.892/2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

01 - DO OBJETO
1.1. - A presente Ata tem por objeto o ***Registro de Preços para futura e eventual aquisição de carne bovina para Festa em comemoração ao aniversário do Município de Gaúcha do Norte-MT,*** especificados no Termo de Referência, Anexo I do Edital de **Pregão Presencial nº 049/2014**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, prestador de serviços e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

2.1.1 - Empresa Vencedora:
Nome: **LEME COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA**
CNPJ: **06.245.523/0001-84**
Endereço: **Avenida Brasil nº 538, Centro.**
CEP**: 78875-000** Cidade/Estado: **Gaúcha do norte-MT**

2.2 - Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

Item	Unid.	Quant.	Descrição	Valor unit (R$)	Valor total (R$)
01	2.500	KG	Carne bovina de primeira qualidade a ser fornecida em peças inteiras	14,80	**37.000,00**

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

3.1. – O órgão gerenciador desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** é o Gabinte do Prefeito e não existindo nenhum órgão Participante.

4. VALIDADE DA ATA

4.1 - O registro de preços constante desta Ata terá **validade pelo prazo de 12 (doze) meses,** não podendo ser prorrogada.

4.2 - A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Segunda exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1 - As condições gerais para a execução do objeto desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, tais como os prazos para entrega, pagamento e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

5.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

5.2.1 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao contrato.

5.2.2 - Vinculam-se a este ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 049/2014**, seus anexos e a proposta da contratada.

5.2.3 - A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013, e, diante disso está sujeito à autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º/ao 9º do Decreto Federal acima mencionado.

5.2.4 - É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Gaúcha do Norte-MT.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia ao órgão gerenciado.

Gaúcha do Norte-MT, 13 de Novembro de 2014.

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO
Prefeito Municipal

Leme Comércio De Generos Alimenticios LTDA
HUMBERTO SINIVALDO BUQUE LEME
RG:79654009
CPF: 875.534.578-68

Publicado por:
Alessandro Ap. Medina Ubeda
Código Identificador:325EE954

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 232/2014, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Nomeia os Membros para a Comissão Especial de Organização e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 010/2014 e dá outras providências.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - Nomear os membros da Comissão Especial de Organização e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado nº. 010/2014:

1°. RITA DE CASSIA SPANHOL, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira Padrão – 40 Horas, mat. n° 930, CPF nº 015.536.711-04, Presidente.
2º. ROGÉRIO NORO, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Departamento, mat. n° 885, CPF nº 030.570.611-09, Secretário.
3º. JULIANA DE SOUZA ADARI, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira Padrão – 40 Horas, mat. n° 900, CPF nº 018.943.471-61, Membro.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 25 de novembro de 2014.

PED*RO FERRONATTO*
Prefeito Municipal

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:D5E0CF89

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 486, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Altera o Artigos 2º, Caput e Inciso I do Artigo 3º e Parágrafo Único do Artigo 4º da Lei Municipal 196/2008 que estabelece a política de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e dos subsídios dos agentes políticos de Ipiranga do Norte, no Estado de Mato Grosso, no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências."

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1° - O Artigo 2º, Caput e Inciso I do Artigo 3º e o Parágrafo Único do Artigo 4º passarão a ter a seguinte redação:

"Art. 2° - As remunerações e os subsídios dos servidores públicos e dos agentes políticos serão revistos anualmente, no mês de fevereiro, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade e às pensões."
"Art. 3° - A revisão geral anual, que será correspondente ao período de fevereiro a janeiro do ano subsequente, compreendendo o período acumulado de 12 (doze) meses, fica condicionada aos seguintes requisitos:"
"I- Ocorrência de perdas salariais resultantes de desvalorização do poder aquisitivo da moeda, medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM – elaborado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, verificada no período compreendido entre os meses de fevereiro a janeiro, as quais serão incorporadas ao vencimento do servidor e do agente político no mês de fevereiro imediatamente posterior ao lapso de tempo completado."
Art. 4º - (...)
"Parágrafo Único: Respeitada a iniciativa em cada caso, os projetos de lei que proporão as alterações da remuneração aos servidores e dos subsídios dos agentes políticos, nos termos desta lei, serão encaminhadas ao Poder Legislativo sempre no mês de fevereiro do exercício fiscal em que ocorrerá a revisão geral anual."

Art. 2° - As demais disposições da Lei Municipal 196/2008 permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 25 de novembro de 2014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:715B4D5B

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 485, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipiranga do Norte para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, para o exercício financeiro de 2015, no valor de R$ 34.181.995 (Trinta e quatro milhões cento e oitenta e um mil novecentos e noventa e cinco reais).

I - Administração Direta: R$ 31.455.477 (trinta e um milhões quatrocentos e cinqüenta e cinco mil quatrocentos e setenta e sete reais);
II - Administração Indireta: R$ 2.726.518 (Dois milhões setecentos e vinte e seis mil quinhentos e dezoito reais), com a seguinte distribuição:
a) Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Ipiranga do Norte - MT: R$ 2.138.908 (Dois milhões centos e trinta e oito mil e novecentos e oito reais);
b) Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ipiranga do Norte – SAAE: R$ 587.610 (Quinhentos e oitenta e Sete mil e seiscentos e dez reais).

DISCRIMINAÇÃO	*VALOR (R$)*
Orçamento Geral	34.181.995
Poder Legislativo	1.532.000
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Ipiranga do Norte - MT	2.138.908
Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE	587.610
Prefeitura Municipal	29.923.477

Sendo:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
Orçamento Fiscal	23.518.349
Orçamento da Seguridade Social	10.663.646
TOTAL	34.181.995

Art. 2º. A receita será arrecadada, mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, nos termos da legislação vigente e das especificações constantes do "ANEXO 2", observando o seguinte desdobramento sintético:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
RECEITAS CORRENTES	
1.1 Receita Tributária	4.732.890
(-) Deduções da Receita Tributária	289.765,00
1.2 Receita de Contribuições	85.000
1.3 Receita Patrimonial	193.000
1.7 Transferências Correntes	27.553.253
(-) Deduções da Receita do FUNDEB	4.153.000
1.9 Outras Receitas Correntes	747.092
(-) Deduções de Outras Receitas Correntes	23.000

RECEITAS DE CAPITAL	
2.1 Alienação de Bens	110.000
2.2 Transferências de Capital	2.500.000
TOTAL	2.610.000

Art. 3º. O detalhamento da receita do Fundo Municipal de Previdência de Ipiranga do Norte, anexo à presente lei, será realizada de acordo com o seguinte desdobramento:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
1. RECEITAS CORRENTES	
1.2 Receitas de Contribuição	2.049.908
1.3 Receitas Patrimoniais	78.000
1.9 Outras Receitas Correntes	11.000
TOTAL	2.138.908

Art. 4º. O detalhamento da receita do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ipiranga do Norte – SAAE, anexo à presente lei, será realizada de acordo com o seguinte desdobramento:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
1. RECEITAS CORRENTES	
1.3 Receitas Patrimoniais	25.000
1.6 Receitas de Serviços	557.610
1.9 Outras Receitas Correntes	5.000
TOTAL	587.610

Art. 5º. A despesa será realizada de acordo com a discriminação constante dos quadros "Programas de Trabalho" a "Natureza da Despesa", que integram a presente lei, e apresentam os seguintes desdobramentos sintéticos:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
1. POR FUNÇÕES DO GOVERNO	
Legislativa	1.532.000
Administração	4.117.050
Segurança Pública	37.500
Assistência Social	2.225.250
Saúde	6.519.488
Trabalho	4.500
Educação	7.378.600
Cultura	175.000
Urbanismo	7.279.642
Habitação	16.000
Saneamento	93.000
Gestão Ambiental	82.000
Agricultura	413.000
Industria	50.000
Comércios e Serviços	315.000
Energia	220.000
Desporto e Lazer	394.000
Encargos Especiais	453.447
Reserva de Contingência	150.000
TOTAL GERAL	31.455.477

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
2 – POR PROGRAMAS:	
Processo Legislativo	1.532.000
Gestão dos Serviços do Gabinete do Prefeito	716.000
Comunicação Integrada e Cidadã	105.000
Gestão da Política da Secretaria Especial de Coordenação Geral	2.853.550
Excelência no Atendimento ao Público	50.000
Cidadania Tributária - Consciência Fiscal	87.500
Operacoes Especiais	757.447
Ipiranga Legal	31.000
Gestão da Política da Secretaria de Educação	507.500
Transporte Escolar	910.000
Qualidade na Merenda Escolar	151.000
Ipiranga Melhor na Educação	5.015.100
Ipiranga Melhor na Cultura	125.000
Ipiranga Melhor no Esporte	229.000
Infraestrutura a Serviço do Desenvolvimento de Ipiranga	8.454.642
Ipiranga Limpa e Sustentável	1.184.500
Ipiranga Iluminada	220.000
Gestão da Política da Secretaria de Agricultura	373.000
Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Agrícola.	220.000
Fomento ao Comércio, Trabalho, Emprego e Renda	34.500
Ipiranga Melhor no Turismo	25.000
Gestão da Política de Secretaria de Saúde	1.675.500
Blocos de Financiamentos do SUS	3.226.000
Ipiranga melhor na Saúde	630.988
Gestão da Política de Secretaria de Trabalho e Ação Social	337.900
Proteção Social Básica – Ipiranga Acolhe e Protege	645.600
IGD – Índice de Gestão Descentralizada	27.000
Ipiranga Melhor no Social	51.000
Apoio a Criança e ao Adolescente	101.500
Ipiranga Proteção Familiar	1.012.250
Desenvolvimento Habitacional de Ipiranga	16.000
Reserva de Contingência	150.000
TOTAL DESPESA POR PROGRAMAÇÃO:	31.455.477

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
3 .POR CATEGORIA ECONÔMICA	
Despesas Correntes	22.072.715
Despesas de Capital	9.232.762
Reserva de Contingência	150.000
TOTAL DESPESA POR CATEGORIA ECON.:	31.455.477

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
4.POR ÓRGÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	
01 - CÂMARA MUNICIPAL	
01 - Câmara Municipal	1.532.000
03 – GABINETE DO PREFEITO	
01 – Chefe de Gabinete	716.000
04 – SECRETARIA ESPECIAL DE COORD. GERAL	
01 – Gabinete do Secretario da Sec. Esp. Coord. Geral	3.444.550
05 – SEC.DEEDUC.,CULTURA E ESPORTE.	
01 – Gabinete do Secretario	557.500
02 – Fundo Municipal de Educação	4.309.100
03 – Departamento de Cultura	175.000
04 – Departamento de Esporte e Lazer	379.000
05 – FUNDEB – Ensino Fundamental 60%	1.385.000
06 – FUNDEB – Ensino Fundamental 40%	2.000
07 – FUNDEB – Ensino Infantil 60%	1.111.0000
08 – FUNDEB – Ensino Infantil 40%	4.000
11 – FUNDEB – Educação Especial 60%	10.000
06 – SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. URBANOS	
01 – Gabinete do Secretário	8.833.839
07 – SEC. MUNICIPAL DEAGRIC. IND. E COM.	
01 – Gabinete do Secretário	1.055.500
08 – SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE	
01 – Gabinete do Secretário	1.340.500
02 – Fundo Municipal de Saúde	5.206.988
09 – SEC. MUN. DE TRAB. E AÇÃO SOCIAL	
01 – Gabinete do Secretário	364.400
02 – Fundo Municipal de Ação Social	777.600
03 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	101.500
99 – RSERVA DE CONTINGENCIA	
09 – Reserva de Contingência	150.000
TOTAL DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE:	31.455.477

Art. 6º. O detalhamento da despesa do Fundo Municipal de Previdência de IPIRANGA DO NORTE anexo a presente lei será realizada de acordo com o seguinte desdobramento:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
1. POR FUNÇÕES DO GOVERNO	
09 – Previdência Social	2.138.908
TOTAL DA DESPESA POR FUNCÃO	2.138.908
2. POR PROGRAMAÇÃO	
Previdência dos Servidores Municipais – IPIRANGA PREVI	2.138.908
TOTAL DA DESPESA POR PROGRAMAÇÃO:	2.138.908.
3. POR CATEGORIA ECONÔMICA	
Despesas Correntes	440.789,08
Despesas de Capital	5.000,00
Reserva do RPPS	1.693.118,92
TOTAL DA DESPESA P/ CATEGORIA ECONÔMICA:	2.138.908,00
4.POR ÓRGÃO DA ADM.	
1. Fundo Municipal de Previdência	2.138.908,00
TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO:	2.138.908,00

Art. 7º. O detalhamento da despesa do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de IPIRANGA DO NORTE anexo a presente Lei será realizada de acordo com o seguinte desdobramento:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$)
1. POR FUNÇÕES DO GOVERNO	
17 - Saneamento	587.610
TOTAL DESPESA POR FUNCÃO	587.610
2. POR PROGRAMAÇÃO	
Saneamento Para Todos	587.610
TOTAL DESPESA POR PROGRAMAÇÃO:	587.610
3. POR CATEGORIA ECONÔMICA	
Despesas Correntes	537.610
Despesas de Capital	50.000
TOTAL DA DESPESA:	
4.POR ÓRGÃO DA ADM.	
1. SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto	587.610
TOTAL DA DESPESA:	587.610

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir créditos suplementares à conta de quaisquer dos recursos discriminados nos incisos do parágrafo 1º, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964, bem como a realizar transposições, remanejamentos e transferências de uma categoria de despesa para outra, e de um órgão para outro, até o limite de 3% (três por cento) do total da despesa fixada para o exercício de 2015, perfazendo o valor de R$ 1.025.459,85 (um milhão vinte e cinco mil quatrocentos e cinqüenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), e, realizar as operações a que se refere o Art. 167 da Constituição Federal;

II - abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de anulação parcial ou total, da dotação consignada sob a denominação de Reserva de Contingência, orçada em R$ R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais), destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme prevê o inciso III, do Art. 5º da Lei Complementar 101, de 04 de Maio de 2.000;

III - contratar operações de Crédito desde que não ultrapasse o limite desde que não ultrapasse o valor das despesas de Capital, ou nos casos previstos no Artigo 169, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo Único. A autorização de que trata o inciso I deste artigo não onerará o limite previsto nos seguintes casos:

I - quando destinado a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas a Pessoal e Encargos Sociais;

II - quando se tratar da abertura de créditos adicionais à conta de excesso efetivo de arrecadação, inclusive no caso de convênios;

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 25 de novembro de 2014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:CDFE83F0

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 488, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER CESSÃO DE USO GRATUITO DE TERRENOS PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DA CÂMARA DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a CESSÃO DE USO A TÍTULO GRATUITO à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, por prazo indeterminado, de 03 terrenos urbanos, sendo: 02 terrenos medindo 19,50mX40m, localizados na Quadra nº09, Lotes nº25 e nº 26 situados na Rua do Girassóis, no município de Ipiranga do Norte-MT, inscritos no Cartório de Registro de Imóveis de Sorriso-MT no livro nº2 sob as matrículas nº 36.402 e nº 36.403, tendo o LOTE Nº25 as seguintes confrontações: frente para a Rua Girassóis; fundo para o Lote nº02; Lado Direito para o Lote nº26; Lado Esquerdo para o Lote nº24; e o LOTE Nº26 as seguintes confrontações: frente para a Rua Girassóis; fundo para o Lote nº01; Lado Direito para a Rua Camboriú, Lado Esquerdo para o Lote nº25; e 01 lote urbano medindo 19,50mX40m, localizados na Quadra nº09, Lote nº24 situado na Rua do Girassóis, no município de Ipiranga do Norte-MT, inscritos no Cartório de Registro de Imóveis de Sorriso-MT no livro nº2 sob a matrícula nº 36.401, tendo o LOTE Nº24 as seguintes confrontações: frente para a Rua Girassóis; fundo para o Lote nº03; Lado Direito para o Lote nº25; Lado Esquerdo para o Lote nº23.

Art. 2º - A área a ser cedida será destinada à construção da Sede Própria da Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Norte/MT, conforme Termo de Cessão em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução das obras e serviços necessários para a construção da Sede de que trata esta Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Norte/MT.

Art. 4º - A presente medida é do interesse público municipal, visto que a construção da Sede da Câmara de Vereadores é antigo anseio de toda a população, concentrando na mesma região os Poderes Executivo e Legislativo, facilitando assim o melhor acesso a todos os cidadãos, além de proporcionar economia, já que a Câmara se encontra instalada em imóvel locado.

Art. 5º - A Cessão é dispensada de licitação pública, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 6º - A Cessão de que trata a presente Lei atende aos requisitos constantes da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal 4.320/64.

Art. 7º - Na forma do disposto no art. 60 da Lei Orgânica do Município, competirá à Câmara Municipal a administração do bem imóvel de que trata a presente Lei, durante sua vigência.

Art. 8º - As despesas decorrentes do cumprimento da presente lei, exceto aquelas de competência da Câmara de Vereadores, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente do Município.

Art. 9º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 25 de novembro de 2014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

ANEXO

MINUTA DO TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT E A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPIRANGA DO NORTE/MT.

O MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n° 07.209.245/0001-72, com Sede de seu Governo na Prefeitura Municipal, sito na Rua dos Girassóis, s/n, Esquina com Av. Fortaleza, Centro, doravante denominada CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Pedro Ferronatto, brasileiro, estado civil, portador da Carteira de Identidade sob o n°. _____ e CPF n°_____, e de outro lado a Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Norte/MT, inscrita no CNPJ sob o n° 07.221.699/0001-69, com sede na Av. Vitória, nº 972, Centro, Ipiranga do Norte/MT, doravante denominada CESSIONÁRIA, neste ato representada pelo seu Presidente, o **Sr. Nelvio Tocolini,** brasileiro, casado, portador do RG n.º9041713539 SSP/RS e do CPF n.º451.796.200-82, residente e domiciliado no Município de Ipiranga do Norte-MT, têm entre si ajustado o presente TERMO DE CESSÃO DE USO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1-CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 - O presente termo tem por objeto a transferência de posse de 03 (três) imóveis urbanos do acervo patrimonial do CEDENTE, sendo: 02 terrenos medindo 19,50mX40m, localizados na Quadra nº09, Lotes nº25 e nº 26 situados na Rua do Girassóis, no município de Ipiranga do Norte-MT, inscritos no Cartório de Registro de Imóveis de Sorriso-MT no livro nº2 sob as matrículas nº 36.402 e nº 36.403, tendo o LOTE Nº25 as seguintes confrontações: frente para a Rua Girassóis; fundo para o Lote nº02; Lado Direito para o Lote nº26; Lado Esquerdo para o Lote nº24; e o LOTE Nº26 as seguintes confrontações: frente para a Rua Girassóis; fundo para o Lote nº01; Lado Direito para a Rua Camboriú, Lado Esquerdo para o Lote nº25; 01 lote urbano medindo 19,50mX40m, localizados na Quadra nº09, Lote nº24 situado na Rua do Girassóis, no município de Ipiranga do Norte-MT, inscritos no Cartório de Registro de Imóveis de Sorriso-MT no livro nº2 sob a matrícula nº 36.401, tendo o LOTE Nº24 as seguintes confrontações: frente para a Rua Girassóis; fundo para o Lote nº03; Lado Direito para o Lote nº25; Lado Esquerdo para o Lote nº23, pelo prazo indeterminado.

II - CLÁUSULA SEGUNDA
2.1. A CESSIONÁRIA obriga-se a usar os imóveis para construção da sede própria da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, não podendo, por isso mesmo, a qualquer pretexto, ceder ou emprestar, total ou parcialmente a terceiros, sob pena de rescisão automática da CESSÃO DE USO, retornando o bem imediatamente ao acervo patrimonial do CEDENTE, sem que subsista qualquer direito de indenização ou pagamento.

III - CLÁUSULA TERCEIRA
3.1. A CESSIONÁRIA obriga-se, outrossim, manter o imóvel objeto da presente cessão de uso em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza, bem como o pagamento das tarifas de consumo de energia elétrica, água, telefone, impostos e taxas que venham a recair sobre o imóvel, sem direito a qualquer indenização por benfeitoria feita de qualquer espécie ou gênero.

IV - CLÁUSULA QUARTA
4.1. São de responsabilidade da CESSIONÁRIA os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários decorrentes de suas relações de trabalho, não havendo nenhum vínculo de caráter empregatício entre estes e o CEDENTE.

V –CLÁUSULA QUINTA
5.1 - As despesas decorrentes da execução das obras e serviços necessários para a construção da Sede de que trata esta Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Norte/MT.
5.2 - A presente medida é do interesse público municipal, visto que a construção da Sede da Câmara de Vereadores é antigo anseio de toda a população, concentrando na mesma região os Poderes Executivo e Legislativo, facilitando assim o melhor acesso a todos os cidadãos, além de proporcionar economia, já que a Câmara se encontra instalada em imóvel locado.

VI – CLÁUSULA SEXTA
6.1. O presente TERMO DE CESSÃO DE USO reger-se-á pelas normas de Direito Administrativo, e no que couber, pelas normas da Lei Federal N°. 8.666, de 21 de Junho de 1993, e alterações posteriores. Fica dispensada de licitação a presente cessão.

VII-CLÁUSULA SÉTIMA
7.1. Fica eleito o foro da Comarca de Sorriso, Estado de Mato Grosso, como competente para julgar dúvidas ou controvérsias que não puderem ser dirimidas amigável e administrativamente pelas partes.
7.2. E por estarem justas e acordados, firmam o presente TERMO DE CESSÃO DE USO do bem, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, acompanhada das testemunhas abaixo subscritas.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

NELVIO TOCOLINI
Presidente

Testemunha
RG:
CPF:

Testemunha
RG:
CPF:

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:2CA2BC9B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°. 029/2014

A Pregoeira juntamente com sua Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), **RETIFICA** o resultado da Licitação na Modalidade tipo **Pregão Presencial n° 029/2014**, instaurada para o **"Registro de Preços para futura aquisição de Materiais de Construção para atender as Secretarias Municipais do Município de Itanhangá (MT)."**, retifica os seguintes lotes**,** conforme tabela abaixo:

EMPRESA VENCEDORA	LOTE	RESULTADO
G. MARTINELLI E CIA LTDA – ME – CNPJ: 15.549.974/0001-04	**Lote 01 - Cal, Cimento, Argamassa e Complementos**	**FRACASSADO**
G. MARTINELLI E CIA LTDA – ME – CNPJ: 15.549.974/0001-04	**Lote 03 - Complementos para Pintura**	**FRACASSADO**
G. MARTINELLI E CIA LTDA – ME – CNPJ: 15.549.974/0001-04	**Lote 04 - Revestimento, Argamassa e Rejunte**	**FRACASSADO**
G. MARTINELLI E CIA LTDA – ME – CNPJ: 15.549.974/0001-04	**Lote 05 - Esquadrias e Madeira**	**FRACASSADO**
G. MARTINELLI E CIA LTDA – ME – CNPJ: 15.549.974/0001-04	**Lote 07 – Ferragens e Complementos**	**FRACASSADO**
G. MARTINELLI E CIA LTDA – ME – CNPJ: 15.549.974/0001-04	**Lote 08 – Louças, Sanitários e Suplementos**	**FRACASSADO**
G. MARTINELLI E CIA LTDA – ME – CNPJ: 15.549.974/0001-04	**Lote 09 – Esquadrias Metálicas**	**FRACASSADO**
G. MARTINELLI E CIA LTDA – ME – CNPJ: 15.549.974/0001-04	**Lote 10 – Telhas Cumeeiras e Tijolos**	**FRACASSADO**
G. MARTINELLI E CIA LTDA – ME – CNPJ: 15.549.974/0001-04	**Lote 11 – Diversos**	**FRACASSADO**

Itanhangá/MT, 25 de Novembro de 2014.

CAMILA BRUNA MORESCO
Pregoeira

Publicado por:
Camila Santos Balieiro
Código Identificador:15352314

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050/2014

Itaúba, MT., 03 de novembro de 2.014.

Ilustríssimo Senhor
JORGE LUIZ ANTUNES DUARTE
DD. Proprietário
Jorge Luiz Antunes Duarte MEI
RUA SÃO PEDRO 551, BAIRRO SOL NASCENTE
ITAÚBA - MT
CEP: 78.510-000
MATO GROSSO - MT

RESCISÃO CONTRATUAL
ONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050/2014

Pelo presente fica como Notificada esta empresa, conforme comunicação verbal realizada pela Secretária de assistência Social, de acordo com Clausula décima do contrato, nos termos do art. 65, I c/c art. 78, XII c/c art. 79, I ambos da Lei nº 8.666/93, da **rescisão do contrato nº 050/2014,** firmado com esta Prefeitura Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso em data de 26 de maio de 2.014 prestando serviços até a data de 31 de outubro de 2014.
Na oportunidade solicitamos que, na posse de qualquer instrumento, pertence ou objeto do patrimônio publico, o(s) mesmo(s) seja(m) devolvido(s) no prazo de 3 (três) dias

Portanto, na busca do Principio da Economicidade, na pessoa de Autoridade Máxima, **DETERMINO** a Rescisão Unilateral do instrumento contratual de n° 050/2014, nos termos da Lei 8.666/93.

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Luiz Fiel
Código Identificador:AE2C1FA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2014

Itaúba, MT., 03 de novembro de 2.014.

Ilustríssimo Senhor
PAULO CESAR DA SILVA SALOMÃO
DD. Proprietário
Paulo Cesar da Silva Salomão
96864745104
RUA LUCILIO CARRARA, 81, CENTRO
ITAÚBA - MT
CEP: 78.510-000
MATO GROSSO - MT

RESCISÃO CONTRATUAL
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2014

Pelo presente fica como Notificada esta empresa, conforme comunicação verbal realizada pela Secretária de assistência Social, de acordo com Clausula décima do contrato, nos termos do art. 65, I c/c art. 78, XII c/c art. 79, I ambos da Lei nº 8.666/93, da **rescisão do contrato nº 051/2014,** firmado com esta Prefeitura Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso em data de 26 de maio de 2.014 prestando serviços até a data de 31 de outubro de 2014.
Na oportunidade solicitamos que, na posse de qualquer instrumento, pertence ou objeto do patrimônio publico, o(s) mesmo(s) seja(m) devolvido(s) no prazo de 3 (três) dias

Portanto na pessoa de Autoridade Máxima, **DETERMINO** a Rescisão Unilateral do instrumento contratual de n° 051/2014, nos termos da Lei 8.666/93.

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Luiz Fiel
Código Identificador:029721B0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 173, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede férias referente ao mês de novembro, as servidoras públicas que especifica , e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias as servidoras abaixo nominadas, relativo ao período aquisitivo que menciona como segue:

NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	RETORNO
APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	06/01/2013 a 06/01/2014	01/11/2014 a 30/11/2014	01/12/2014
DIRCE MARIA CABRAL	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	09/02/2013 a 09/02/2014	01/11/2014 a 30/11/2014	01/12/2014

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 31 de outubro de 2014.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hidilene Nunes de Oliveira Conto
Código Identificador:14F707DA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 184, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Institui a Comissão de Recebimento Bens do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, nos uso de suas atribuições legais exaradas no art. 5l, incisos I e X, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade da instituição da Comissão de Recebimento Bens do Poder Executivo Municipal, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão de Recebimento Bens do Poder Executivo Municipal, nos moldes de que trata o art. 15, § 8º, da Lei nº 8.666/1993, consoante segue o rol de servidores abaixo:

ODECI TEREZINHA DALLA VALLE
CPF-MF: 371.330.479-34
Presidente

2. MARCOS HENRIQUE FERREIRA
CPF-MF: 886.222.901-15
Membro

3. ANTONIO CESAR FONSECA
CPF/MF: 240.642.701-34
Membro

Parágrafo Único. Compete à comissão receber, de conformidade com o art. 73, inciso II, alíneas "a" e "b" e § 1º da Lei nº 8.666/1993, bem móvel, cujo o valor seja superior ao limite previsto na alínea "a", inciso II do art. 23 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 2º. O mandato desta comissão será de 02 (dois) anos.
Art. 3º. Nas contratações onde os valores sejam inferiores ao limite de que trata o paragrafo único do artigo anterior, os bens e serviços serão recebidos respectivamente pelos servidores abaixo relacionados:

1. MARCOS HENRIQUE FERREIRA
CPF-MF: 886.222.901-15
Recebimento de Bens

2. ODECI TEREZINHA DALLA VALLE
CPF-MF: 371.330.479-34
Recebimento de Serviços

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 19 de novembro de 2014.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hidilene Nunes de Oliveira Conto
Código Identificador:3BDAE737

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 185, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Exonera, a pedido, a servidora SÔNIA GONÇALVES DA SILVA, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 33, da Lei Municipal nº 379, de 3 de março de 1999, segundo o qual a exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício, e;

CONSIDERANDO que foi solicitado, pelo servidor via requerimento com firma reconhecida em cartório, sua exoneração do cargo que ocupa neste Município de Itiquira/MT;

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar, a pedido, a partir do dia 21 de novembro de 2014, a servidora **SÔNIA GONÇALVES DA SILVA**, matrícula 6125, do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 21 de novembro de 2014.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hidilene Nunes de Oliveira Conto
Código Identificador:0C7541BF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 186, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede Licença Prêmio de Assiduidade ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento na unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, ao servidor abaixo relacionado:

ILSON FERREIRA DE SOUZA, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo Gari, empossado em

04/04/2002, pelo período de 03 (três) meses – **sendo o período de gozo de 17/11/2014 à 17/02/2015, referente ao período aquisitivo 04/04/2002 à 04/04/2007.**

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 17/11/2014.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 21 de novembro de 2014.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hidilene Nunes de Oliveira Conto
Código Identificador:6DAD6BAE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 61, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

"Regulamenta a forma de apresentação e prazo de atestados médicos para afastamento do serviço público pelos servidores municipais, no âmbito do Poder Executivo Municipal."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DO MATO GROSSO, no uso das competências e atribuições que lhe conferem a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o poder regulamentar outorgado ao Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de regulamentar os afastamentos e licenças prevista na Lei Municipal nº 379/1999 que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público Municipal.

CONSIDERANDO, a necessidade de criar regras de como os servidores municipais deve proceder antes do afastamento e licença.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de concessão de licença para tratamento de saúde e de benefício previdenciário de auxílio-doença, o servidor público municipal deverá apresentar atestados médicos em via original, legível, sem rasuras ou cópia, esta a ser autenticada pelo servidor com competência para tal.

§ 1º- O atestado médico goza da presunção de veracidade, devendo ser acatado por quem de direito, salvo se houver divergência de entendimento por médico da instituição ou perito**.**
§ 2º - Os servidores deverão obedecer ao seguinte trâmite de apresentação dos atestados médicos:

I – para os casos de afastamentos de até 04 (quatro) dias do serviço, o atestado deverá ser apresentado no prazo de até 48 (quarenta e oito horas) ou seja de até 02 (dois) dias úteis para que a chefia imediata tome ciência, para ser encaminhado ao responsável da Coordenadoria Administrativa de Recursos Humanos.

II – para os casos de afastamentos superior a 05 (cinco) e inferior a 30 (trinta) dias do serviço, o atestado deverá ser apresentado no prazo de até 72 (setenta e duas horas), ou seja, até 03 (três) dias úteis para que a chefia imediata tome ciência, para ser encaminhado ao responsável da Coordenadoria Administrativa de Recursos Humanos.

III – para os casos de afastamentos superiores a 30 (trinta) dias, o atestado deverá ser apresentado no prazo de até 72 (setenta e duas horas), ou seja, até 03 (três) dias úteis.

IV – quanto se tratar de atestados de consultas médicas, odontológicas e qualquer outro tratamento de saúde que necessite de acompanhamento regular deverá o servidor encaminhar com antecedência de 03 (três) dias úteis, requerimento ao superior imediato noticiando o agendamento da consulta ou tratamento, para que possa ser organizado os trabalhos laborais tendo em vista a ausência do servidor de atestado.

V – não se aplica o inciso IV para os casos de emergência e urgência.

VI – para os casos de emergência e urgência o prazo para entrega do atestado será o mesmo descrito no inciso I deste artigo.

Art. 2º - Os prazos referidos no §2º e incisos do artigo anterior contar-se-ão do primeiro dia útil de afastamento do serviço.

Paragrafo Único - Caso não atendido os prazos previstos no artigo anterior, o chefe imediato não poderá vistar o atestado médico, nem este, poderá ser recebido pela Coordenadoria Administrativa de Recursos Humanos para justificativa de falta, somente para evitar e impedir a aplicação de penas disciplinares (advertência ou suspensão).

Art. 3º - Os atestados serão aceitos somente os que cumprirem a Resolução CFM nº 1.658/2000, que estabelece que na elaboração do atestado médico, o médico assistente deverá observar os seguintes procedimentos:
a) especificar o tempo concedido de dispensa à atividade, necessário para a completa recuperação do paciente;
b) estabelecer o diagnóstico, quando expressamente autorizado pelo paciente;
c) registrar os dados de maneira legível;
d) identificar-se como emissor, mediante assinatura e carimbo ou número de registro no Conselho Regional de Medicina.

Art. 4º - Na hipótese do somatório dos atestados ultrapassarem dentro do mesmo exercício financeiro 30 (trinta) dias, o servidor será encaminhado a Junta Médica Oficial para a posterior condução ao Sistema de Previdência respectivo ao seu recolhimento, para recebimento de sua remuneração, sendo obrigatório o pagamento por parte do município de apenas 30 (trinta) dias.

Art. 5º- A apresentação dos atestados deverá ser realizada pelo próprio servidor ou pessoa por ele indicada, desde que a patologia impeça o seu deslocamento.

Art. 6º- Apresentados os atestados nos prazos indicados neste Decreto, o pagamento da licença para tratamento de saúde e do benefício previdenciário de auxílio doença dar-se-ão da data do afastamento atestado.

Art. 7º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 10 de novembro de 2014.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hidilene Nunes de Oliveira Conto
Código Identificador:0136B971

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2014

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 041/2014

A Prefeitura Municipal de Itiquira, sediada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311 - Centro, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA EM GERAL, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT,** do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: a empresa **ALVARO ANDRE GUERRO 79951287972, CNPJ nº 20.756.035/0001-50** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais); VOLMIR JOSÉ RAMA 02458360980, CNPJ nº 21.118.598/0001-98** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)** e **VANDERLEI LUBIAN LAZZARE 53721888120, CNPJ nº 19.882.682/0001-31** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)**.

Itiquira/MT, 25 de novembro de 2014.

JULIANE PRESOTTO
Pregoeira

Publicado por:
Juliane Presotto
Código Identificador:391C9A0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2014
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de sua Pregoeira, torna público que realizará **ÀS 08h30min DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2014**, na Prefeitura Municipal de ITIQUIRA, situada a Praça Frei Liberato, nº 311, Bairro Centro – ITIQUIRA – MT, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2014**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT**, conforme itens constantes no Termo de Referência Anexo I do Edital. Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08h30min DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2014.** O credenciamento será feito no inicio da sessão. Os interessados poderão ler ou obter a integra do Edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito PRAÇA FREI LIBERATO KETERRER, 311, CENTRO, no horário das 12h00 às 18h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br. Para fornecimento do Edital e seus anexos na forma impressa será cobrada uma taxa no valor de R$ 20,00 (vinte reais), referentes aos custos de reprodução gráfica. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, 25 de novembro de 2014.

JULIANE PRESOTTO
Pregoeira

Publicado por:
Juliane Presotto
Código Identificador:DEEB3B1A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

CÂMARA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03_2014

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08, PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014

A Câmara Municipal de Jaciara-MT, através da Pregoeira Nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Presencial**, ao **Menor Preço**, tendo por objeto: registro de preços para eventual aquisição de cadeiras tipo presidente giratórias**,** nos termos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto n.º 3555/00, de 08 de agosto de 2000, a realizar-se no **dia 10 de Dezembro de 2014 – 14:00 h –MT,** na sede da Câmara Municipal de Jaciara-MT **.** O Edital completo e seus anexos poderão ser enviados via e-mail, ou através de gravação em CD (do próprio licitante) ou Pen drive comparecendo no horário de 13:00 h às 17:00 h nos dias de expediente na Câmara Municipal, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.camarajaciara.mt.gov.br. Informações: tel. (0**66)3461-7350/7368,

Jaciara-MT, 25 de Novembro de 2014.

SAMANTHA ALCANTARA SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Menah Remberg
Código Identificador:2979869A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013/2014

A **Prefeitura Municipal de Juara** – Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela sua Secretária Interina Municipal de Administração Sra. **QUEILA CARMO,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

Art. 1º- Convocar a servidora Sra. **HARIELE MENDES SILVA,** brasileira, maior, portadora da Cédula de Identidade RG nº 001186961 SSP/MS, e CPF nº. 014.646.311-07, concursada no cargo de **Técnica Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar, a comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), a fim de reassumir suas funções.

Art. 2º - O não comparecimento caracterizará como abandono de emprego.

Gabinete da Secretária Municipal de Administração, em 25 de novembro de 2.014.

QUEILA CARMO
Secretária Interina Mun. de Administração

Publique-se!
Cumpra-se!

Publicado por:
Norma Jaqueline de Oliveira Lauro
Código Identificador:84AEA133

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE N° 07/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: CONVITE Nº. 07/2014
TIPO: MENOR VALOR GLOBAL.

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Juara-MT, através de seu Presidente e membros designados pela Portaria nº 335/2014, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Convite nº. 07/2014, cuja abertura ocorrerá as 10:00 horas locais do dia 28/11/2014, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCO, CAMARIM, SONORIZAÇÃO, TELÕES E PROJETORES**

PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO COMEMORATIVO DO 33° ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO NOS DIAS 12, 13 E 14 DE DEZEMBRO, conforme Edital. O Edital poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Juara-MT, na Rua Niterói nº 81-N, Centro, maiores informações: Fone (0xx66) 3556-9400.

Juara-MT, 19 de Novembro de 2014.

MURILO SALLES BARBON
Presidente CPL

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Murilo Salles Barbon
Código Identificador:B733C3FA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

DEPARTAMENTO DE TRANSITO MUNICIPAL
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 064/2014 - INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

DEPT° *DE TRÂNSITO*
MUNICIPAL DE JUINA-MT
Edital De Notificação N.064/2014 Infrações de Transito.
O Diretor do departamento de Transito Municipal de Juina, Estado do Mato Grosso ,na qualidade de autoridade de transito Municipal, com fulcro nos artigos 281 e 282, do código de trânsito Brasileiro, considerando esgotadas as tentativas de ciência das infrações por outros meios, NOTIFICA os PROPRIETÁRIOS DOS VEÌCULOS ABAIXO RELACIONADOS que estes foram autuados nas datas especificadas, tendo os referidos Autos de Infração de Transito sido julgados subsistentes. Com efeito, CASO O CONDUTOR-INFRATOR NÂO TENHA SIDO IDENTIFICADO NO MOMENTO DA AUTUAÇÂO, e tratando-se de infração de competência de condutor, para fins de pontuação, os PROPRIETARIOS DOS VEÍCULOS, a partir da publicação do presente edital, tem o prazo 15 (quinze) dias para apresentá-lo ao departamento de trânsito Municipal, sob pena de ser considerado o responsável pela pontuação decorrente, nos termos do artigo 257,in 7º e 8º de CTB, e resoluções 17 e 72/98 do CONTRAN. Ficam NOTIFICADOS também para, querendo, interpor no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, por escrito, RECURSO ADMINISTRATIVO, sem a necessidade de pagamento prévio da multa, conforme os artigos 282, in. 4º, 285,286,e287 do CTB. Outrossim, NOTIFICA que o RECURSO ADMINISTRATIVO deverá ser interposto junto ao Departamento de Trânsito Municipal, sito na AV. Guerino Luz, s/nº , Setor Industrial, no Município de Juina MT, anexo a secretária Municipal de Infra-estrutura (PARQUE DE MAQUINAS MUNICIPAL) .

ENQUADRAMENTO ARTIGO 162-I (Dirigir veiculo sem possuir CNH ou permissão para dirigir)

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA HORA
NPP 2823	MTA1607892	10/11/2014 ÀS 18:51
NJB 0551	MTA1797881	10/11/2014 ÀS 10:00
KAT 9134	MTA1607894	10/11/2014 ÀS 21:40
JZH 4664	MTA1797085	12/11/2014 ÀSD 17:20
JZI 7864	MTA1607354	12/11/2014 ÀS 19:20
NJP 2031	MTA1607351	11/11/2014 ÀS 11:40
JZP 7994	MTA1607899	12/11/2014 ÀS 18:50
JZZ 8321	MTA1797885	10/11/2014 ÀS 13:10

ENQUADRAMENTO ARTIGO 181-XIX (Estacionar em local/horário de estacionamento e pasrada proibida pela sinalização).

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
HTT 5551	MTA0755430	13/11/2014 ÀS 07:33
NPG 6058	MTA0755435	13/11/2014 ÀS 08:27

ENQUADRAMENTO ARTIGO .230 V- (Conduzir veiculo não registrado e devidamente licenciado).

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
JZP 7994	MTA1607900	12/11/2014 ÀS 18:51
JZH 4664	MTA1797087	12/11/2014 ÀS 17:20

ENQUADRAMENTO ARTIGO .230-IV (Conduzir o veic sem qualquer uma das placas de sinalização)

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
QBN 5939	MTA0798780	12/11/2014 ÀS 21:50

ENQUADRAMENTO ARTIGO .208 (Avançar sinal vermelho do semáforo)

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
JZD 9084	MTA0755431	13/11/2014 ÀS 08:22
KAT 9134	MTA1607895	10/11/2014 ÀS 21:41

ENQUADRAMENTO ARTIGO .232 (Conduzir o veic sem os documento de porte obrigatório)

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
JZZ 8321	MTA1797886	10/11/2014 ÀS 13:01
JZI 7864	MTA1607355	12/11/2014 ÀS 19:20
NPP 2823	MTA1607893	10/11/2014 ÀS 18:53

ENQUADRAMENTO ARTIGO 195 (Desobedecer ordens emanadas da autoridade.....)

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
KAT 9134	MTA1607896	10/11/2014 ÀS 21:45

ENQUADRAMENTO ARTIGO 181-XV (Estacionar na contra mão)

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
BXM 3841	MTA0755428	12/11/2014 ÀS 13:01

ENQUADRAMENTO ARTIGO 181- IX (Estacionar em guia de calçada)

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
JZX 8987	MTA1797884	10/11/2014 ÀS 13:30

ENQUADRAMENTO ARTIGO 186-II (Dirigir na contra mão de direção).

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
BXM 3841	MTA0755429	12/11/2014 às 13:00
JZI 7864	MTA1607352	12/11/2014 ÀS 19:20

ENQUADRAMENTO ARTIGO 181-XIII (Estacionar passeio / calçada)

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
QBE 8185	MTA0755434	13/11/2014 ÀS 08:22
OAQ 8064	MTA0755432	13/11/2014 ÀS 08:22

ENQUADRAMENTO ARTIGO 244-inciso I (Conduzir motocicleta sem capacete de segurança)

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
JZH 4664	MTA1797086	12/11/2014 ÀS 17:20

ENQUADRAMENTO ARTIGO 165 (Dirigir sob influência de álcool).

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
NPP 2823	MTA1607891	10/11/2014 ÀS 18:50
NJB 0551	MTA1797883	

ENQUADRAMENTO ARTIGO 230 - I (Conduzir veículo com lacre violado).

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
NJB 0551	MTA1797882	10/11/2014 ÀS 10:00

ENQUADRAMENTO ARTIGO 181 - XVII (Estacionar em desacordo com a regulamentação).

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
JZY 8234	MTA0755436	13/11/2014 ÀS 08:31

ENQUADRAMENTO ARTIGO 170 (Dirigir ameaçando pedestres).

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
KAT 9134	MTA1607897	10/11/2014 ÀS 21:48
QBN 5939	MTA0798781	12/11/2014 ÀS 21:51

ENQUADRAMENTO ARTIGO 173 (Disputar corrida por espírito de emulação).

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
QBN 5939	MTA0798782	12/11/2014 ÀS 21:54

ENQUADRAMENTO ARTIGO 175 (Utilizar-se do veículo para demonstrar ou exibir manobra perigosa).

PLACA	Nº INFRAÇÃO	DATA / HORA
KAT 9134	MTA1607898	10/11/2014 ÀS 21:49
QBN 5939	MTA0798775	12/11/2014 ÀS 21:30

JUINA –MT 24 de Novembro de 2014.

LUIZ CLÁUDIO MONTEIRO DA SILVA
Diretor Dept° Trânsito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Markoski
Código Identificador:B8923482

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 513/2014

LEI MUNICIPAL Nº 513/2014, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Autor: Poder Executivo

> "Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito adicional suplementar, até o valor de R$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais), para o exercício financeiro de 2014, *e* dá outras providências."

A Senhora MARIA MANEA DA CRUZ, Prefeita do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela, sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao Orçamento vigente do Município (Lei Municipal nº 497, de 18 de dezembro de 2013), até o valor de R$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais), para fins de atender as despesas correntes e de capital.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º será o superávit apurado no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2013, nos termos do Artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. O Poder Executivo fica autorizado a proceder a readequação dos instrumentos de planejamento, (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto a Comissão de Orçamento e Finanças do Poder Legislativo Municipal, conforme preconizado na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

Publique-se,
Registre-se e
Cumpra-se.

MARIA MANEA DA CRUZ
Prefeita Municipal

Publicado por:
Amós Medeiros dos Santos
Código Identificador:A8FB98DB

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 514/2014

LEI MUNICIPAL Nº 514/2014, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
Autor: Pode Executivo

> "Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso e a Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual, para execução dos Cursos de Licenciatura em Matemática e Pedagogia, vinculado ao Programa Parceladas e dá outras providências".

A Senhora **MARIA MANEA DA CRUZ**, Prefeita Municipal de Lambari D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona, a seguinte Lei:

Art.1°. Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a firmar Convênio com a Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso e a Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual, para Execução dos Cursos de Licenciatura em Matemática e Pedagogia, vinculado ao Programa de Parceladas.

Art.2°. O objeto do convênio é a conjugação de esforços no sentido de promover em cooperação, o desenvolvimento da Educação e Cultura nos Municípios de Rio Branco-MT, Salto do Céu-MT, Curvelândia-MT e **Lambari D'Oeste-MT**, mediante a implantação e execução do **Projeto de Graduação em Matemática e Pedagogia, do Programa Parceladas,** em período semestral com 50 (cinquenta vagas), com a finalidade de formar profissionais de Licenciatura em Matemática e Pedagogia**.**

Parágrafo Único. Para atender o presente convênio, fica o Município de Lambari D'Oeste-MT, autorizado a repassar em 08(oito) parcelas iguais e semestrais no valor de R$ 9.968,75 (Nove Mil, Novecentos e Sessenta e Oito Reais e Setenta e Cinco Centavos), para a conta específica do Convênio.

Art. 3°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

Publique-se,
Registre-se, e
Cumpra -se.

MARIA MANEA DA CRUZ
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Amós Medeiros dos Santos
Código Identificador:5B6B4964

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA DO CONTRATO 075/2014

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, informa a todos que no extrato do Contrato 075/2014 Onde se Lê:

EXTRATO DO CONTRATO 074/2014
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação 003/2014
VIGÊNCIA: Contar a partir de 14 de Outubro de 2014 até 31 de Dezembro de 2014.

OBJETO: Prestação de serviços em elaboração de projeto de engenharia executivo, para pavimentação e sinalização viária no perímetro urbano do município de Lambari D'Oeste - MT, conforme contrato de repasse 1016354-33/2014/MCIDADES/CAIXAS
VALOR MENSAL: Após a execução dos serviços.
VALOR GLOBAL: R$7.520,00 (Sete mil e quinhentos e vinte reais).
CONTRATADA: SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 07.123.969/0001-07
PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT 14 de Outubro de 2014.

Leia-se:

EXTRATO DO CONTRATO 075/2014
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação 003/2014
VIGÊNCIA: Contar a partir de 14 de Outubro de 2014 até 31 de Dezembro de 2014.
OBJETO: Prestação de serviços em elaboração de projeto de engenharia executivo, para pavimentação e sinalização viária no perímetro urbano do município de Lambari D'Oeste - MT, conforme contrato de repasse 1016354-33/2014/MCIDADES/CAIXAS
VALOR MENSAL: Após a execução dos serviços.
VALOR GLOBAL: R$7.520,00 (Sete mil e quinhentos e vinte reais).
CONTRATADA: SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 07.123.969/0001-07
PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT 14 de Outubro de 2014.

Conforme Publicado no Site da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste no dia 03 de Novembro de 2014, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 04 de Novembro de 2014 e no mural da UG no dia 14 de Outubro de 2014.

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:58EC5CD5

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA DO CONTRATO 077/2014

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, informa a todos que no extrato do Contrato 077/2014 Onde se Lê:

EXTRATO DO CONTRATO 075/2014
LICITAÇÃO: Convite 007/2014
VIGÊNCIA: Contar a partir de 30 de Outubro de 2014 até 31 de Dezembro de 2014.
OBJETO: Aquisição de mudas e grama de jardinagem, para serem utilizados nas secretarias destinadas deste município conforme anexo do edital.
VALOR MENSAL: Até o 10º (décimo) dia subsequente a entrega dos produtos e da correspondente nota fiscal.
VALOR GLOBAL: R$19.307,00 (Dezenove mil e trezentos e sete reais).
CONTRATADA: ROGERIO ARAUJO MAGASSO – ME
CNPJ: 10.355.870/0001-37
PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 30 de Outubro de 2014.

Leia-se:

EXTRATO DO CONTRATO 077/2014
LICITAÇÃO: Convite 007/2014
VIGÊNCIA: Contar a partir de 30 de Outubro de 2014 até 31 de Dezembro de 2014.
OBJETO: Aquisição de mudas e grama de jardinagem, para serem utilizados nas secretarias destinadas deste município conforme anexo do edital.
VALOR MENSAL: Até o 10º (décimo) dia subsequente a entrega dos produtos e da correspondente nota fiscal.
VALOR GLOBAL: R$19.307,00 (Dezenove mil e trezentos e sete reais).
CONTRATADA: ROGERIO ARAUJO MAGASSO – ME
CNPJ: 10.355.870/0001-37
PREFEITURA: Lambari D'Oeste – MT, 30 de Outubro de 2014.

Conforme Publicado no Site da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste no dia 03 de Novembro de 2014, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 04 de Novembro de 2014 e no mural da UG no dia 30 de Outubro de 2014.

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:1863718C

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA DA ATA 074/2014

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, informa a todos que a numeração da Ata Registro de Preços 074/2014, oriunda do processo licitatório Pregão Presencial 026/2014, foi alterada devido a unificação dos Contratos e Atas na organização e cadastro dos referidos arquivos e documentos registrados nos sistemas informatizados, a partir do mês de Novembro de 2014. **Não houve alterações nas cláusulas e objetos da referente Ata**.

Uma vez que já fora publicado no Site da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste no dia 13 de Outubro de 2014, no **Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 14 de Outubro de 2014** e no mural da UG no dia 10 de Outubro de 2014, vimos a necessidade de publicar a alteração da numeração da Ata em epígrafe.

Onde se Lê:

Ata de Registro de Preços 013/2014.

Leia-se:

Ata de Registro de Preços 074/2014.

DUILHO RABELO BOASCIVES
Chefe de Departamento de Convênios e Contratos

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:D831C58E

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA DA ATA 076/2014

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, informa a todos que a numeração da Ata Registro de Preços 076/2014, oriunda do processo licitatório Pregão Presencial 027/2014, foi alterada devido a unificação dos Contratos e Atas na organização e cadastro dos referidos arquivos e documentos registrados nos sistemas informatizados, a partir do mês de Novembro de 2014. **Não houve alterações nas cláusulas e objetos da referente Ata**.

Uma vez que já fora publicado no Site da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste no dia 29 de Outubro de 2014, no **Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso** no dia 31 de Outubro de 2014 e no mural da UG no dia 27 de Outubro de 2014, vimos a necessidade de publicar a alteração da numeração da Ata em epígrafe.

Onde se Lê:

Ata de Registro de Preços 014/2014.

Leia-se:

Ata de Registro de Preços 076/2014.

DUILHO RABELO BOASCIVES
Chefe de Departamento de Convênios e Contratos

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:0B1B4458

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS CONGENERES - NOVEMBRO 2014

TIPO DE ALTERAÇÃO Nº: 1º Termo de Aditivo de Contrato Nº 141/2014
CONTRATADO: INVIOLAVEL LUCAS ALARMES LTDA
DATA:25/11/2014
MOTIVO ADITIVO: ADITIVO DE VALOR
VALOR: R$ 4200,00 (QUATRO MIL E DUZENTOS REAIS)

PAULO HENRIQUE BRINCKER
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Lucia de Fatima Mareco
Código Identificador:0519FA41

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO - NOVEMBRO 2014

TIPO DE ALTERAÇÃO Nº: 1º TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 163/2014
CONTRATADO: CLINICA DIETETICA LTDA
DATA:25/11/2014
MOTIVO ADITIVO: ALTERAÇÃO DO CNPJ DA FILIAL PELO DA MATRIZ

PAULO HENRIQUE BRINCKER
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Paulo Henrique Brincker
Código Identificador:5721F6B5

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO - NOVEMBRO 2014

TIPO DE ALTERAÇÃO Nº: 1º TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 283/2014
CONTRATADO: GELLER PRE MOLDADO LTDA ME
DATA:25/11/2014
MOTIVO ADITIVO: ALTERAÇÃO DE CAPUT, CLÁUSULA PRIMEIRA E DESCRIÇÃO DO OBJETO

PAULO HENRIQUE BRINCKER
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Paulo Henrique Brincker
Código Identificador:4A57C7BE

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO - NOVEMBRO 2014

TIPO DE ALTERAÇÃO Nº: 3º TERMO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 73/2014
CONTRATADO: ANDREIS COMERCIO ATACADISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA
DATA:25/11/2014
MOTIVO ADITIVO: REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (3,64%)

PAULO HENRIQUE BRINCKER
Presidente da CPL

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Paulo Henrique Brincker
Código Identificador:3767E6ED

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO N.º 145/2014

A Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, através do Sr. Prefeito Municipal em Exercício Miguel Vaz Ribeiro ***NOMEIA*** *o(a) concursado(a) abaixo relacionado(a), classificado(a) no* ***Concurso Publico 02/2011****, e* ***CONVOCA*** *para comparecer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação desta no Jornal oficial do Município, na Sede da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, situada a Av. América do Sul, 2500-S, Parque dos Buritis, para apresentar documentos, habilitações exigidas e tomar posse de seu respectivo cargo.*

Cargo: ENGENHEIRO CIVIL

CLASSIFICAÇÃO	*CANDIDATO*
06°	*CAMILA DIEL BOBRZYK*

O não comparecimento no prazo legal implicara na desistência do(a) candidato(a) convocado(a) podendo a Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, convocar o(s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Lucas do Rio Verde – MT, 25 de Novembro de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento

Publicado por:
Bruna Pelissari
Código Identificador:FCF32A96

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO N.º 146/2014

A Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, através do Sr. Prefeito Municipal em Exercício Miguel Vaz Ribeiro, ***NOMEIA*** *o(a) concursado(a) abaixo relacionado(a), classificado(a) no* ***Concurso Público 01/2013****, e* ***CONVOCA*** *para comparecer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação desta no Jornal oficial do Município, na Sede da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, situada a Av. América do Sul, 2500-S, Parque dos Buritis, para apresentar documentos, habilitações exigidas e tomar posse de seu respectivo cargo.*

Cargo: AJUDANTE ADMINISTRATIVO

CLASSIFICAÇÃO	*CANDIDATO*
38°	ADRIANE ANGELICA FIORIN
39°	ALLANA CAROLINE PICOLI

O não comparecimento no prazo legal implicara na desistência do(a) candidato(a) convocado(a) podendo a Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, convocar o(s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Lucas do Rio Verde – MT, 25 de Novembro de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento

Publicado por:
Bruna Pelissari
Código Identificador:68CC0328

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 1072, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonerar servidor municipal concursado.

MIGUEL VAZ RIBEIRO, Prefeito em Exercício de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar, por reprovação no estágio probatório o servidor concursado **RAFAEL CESAR DA SILVA,** do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, considerando a partir de desta data.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Novembro de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

LAURO MIRANDA FILHO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras

Publique-se e
Cumpre-se

Publicado por:
Bruna Pelissari
Código Identificador:289D6413

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 1073, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonerar servidor municipal concursado.

MIGUEL VAZ RIBEIRO, Prefeito em Exercício de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar, por reprovação no estágio probatório o servidor concursado **JORLEI SANTANA DE OLIVEIRA,** do cargo de Operador de Motoniveladora, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, considerando a partir de desta data.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Novembro de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

LAURO MIRANDA FILHO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras

Publique-se e
Cumpre-se

Publicado por:
Bruna Pelissari
Código Identificador:C682363B

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 1081, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonerar servidor municipal concursado.

MIGUEL VAZ RIBEIRO, Prefeito em Exercício de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar, por reprovação no estágio probatório o servidor concursado **MARCIO ANDRE CANANI DE LIMA,** do cargo de Monitor (a) de Creche/Escola lotado na Secretaria Municipal de Educação, considerando a partir de desta data.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de Novembro de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

ELAINE BENETTI LOVATEL
Secretária Municipal de Educação

Publique-se e
Cumpre-se

Publicado por:
Bruna Pelissari
Código Identificador:6F78FF21

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE LEILÃO 002/2014

O Município de Lucas do Rio Verde – MT, com sede administrativa na Avenida América do Sul, nº 2500- S, Loteamento Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde – MT. CEP 78.455.000, Fone (0**) 65 – 3549-8300, através de seu leiloeiro, torna público para a todos os interessados, que realizará às **08:00 horas do dia 15/12/2014**, leilão, do tipo maior lance, para venda, ao preço mínimo abaixo constante no Edital. Os bens encontram-se a disposição para exame no pátio da Secretaria Municipal Infraestrutura e Obras, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, devendo ser agendada a visitação com 24 (vinte e quatro horas) de antecedência. O edital completo e informações mais detalhadas poderão ser obtidos junto aa Leiloeira na sede da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, no endereço supracitado ou ainda encontra-se disponível no Site- www.lucasdorioverde.mt.gov.br.

Lucas do Rio Verde – MT, 25 de novembro de 2014.

KAROLE GRAZIELA SONTAG
Leiloeira

Publicado por:
Sirlei Amaro da Silva
Código Identificador:70737B5F

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 181/2014

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais de construção para a ampliação do Centro de Ressocialização de Lucas do Rio Verde/MT.
Edital Completo: Afixado no endereço Avenida América Sul, nº 2500 S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde/MT. CEP: 78455-000 - Fone: 65 3549 8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.
Dia: 10 de Dezembro de 2014
Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 13:30 h até as 14:00 h, do dia 10 de dezembro de 2014.
Abertura do envelope Nº 01: Às 14:00 horas, do dia 10 de dezembro de 2014, no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde/MT, 25 de Novembro de 2014.

SIRLEI AMARO DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Sirlei Amaro da Silva
Código Identificador:36733AAD

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 182/2014

Objeto do Pregão: Contratação de empresa para execução de serviços de construção de poços de monitoramento, coleta e análise de amostra de água superficial e subterrânea no aterro controlado pelo Município de Lucas do Rio Verde/MT.
Edital Completo: Afixado no endereço Avenida América Sul, Nº 2500-S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde/MT, CEP 78.455-000, Fone: 65.3549.8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.
Dia: 09 de Dezembro de 2014.
Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 13:00hs até as 14:00hs, do dia 09 de dezembro de 2014.
Abertura do envelope Nº 01: Às 14:00 horas, do dia 09 de dezembro de 2014, no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde/MT, 25 de Novembro de 2014.

SIRLEI AMARO DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Sirlei Amaro da Silva
Código Identificador:3A53BBE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N°173/2014

Objeto do Pregão: Pregão Presencial (Registro de Preços) para futura aquisição de ração no uso da administração pública do Município de Lucas do Rio Verde-MT. **Data:** 11 de novembro de 2014.**Empresa Vencedora dos itens 0001, 0002, 0003 e 0004:** SP COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA ME, com o valor total de R$ 36.894,00 (trinta e seis mil, oitocentos e noventa e quatro reais).

Lucas do Rio Verde-MT, 25 de novembro de 2014.

SIRLEI AMARO DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Károle Graziela Sontag
Código Identificador:000292F2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE ENGENHARIA Nº. 106/2014

CONTRATANTE O MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT
CONTRATADA: **RIBEIRO COMERCIO E SERV. INFORM. E TELEFONIA RURAL LTDA - ME**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA OBRA DE AMPLIAÇÃO E REPETIÇÃO DO SINAL DE TELEFONIA MÓVEL EM ÁREAS RURAIS DO MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT. Contidas nos anexos do Edital 096/2014, TOMADA DE PREÇO 024/2014, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços.**

Aditar o prazo de vigência e execução do contrato em 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sua assinatura com término em **19 FEVEREIRO DE 2015**
Assinatura: 21/11/2014.

Publicado por:
Alexsandra Tosta Batista
Código Identificador:50319691

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 131/2011

CONTRATANTE O MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT
CONTRATADA: **QUERINO KUHSLER & CIA LTDA ME**
OBJETO: *Contratação de empresa de Engenharia, com comprovada capacidade técnica, administrativa e financeira, para Execução de Obras de Construção do Centro de Múltiplo Uso do Parque de Exposições do Município de Matupá, conforme convênio nº. 002/2011*.
OBJETIVO: Aditar o prazo de vigência do contrato em 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sua assinatura com término em **11 DE JANEIRO DE 2015.** Assinatura: 13/10/2014

Publicado por:
Alexsandra Tosta Batista
Código Identificador:D8347B42

PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2014
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito do Município de Matupá-MT, **Sr. Valter Miotto Ferreira,** através da **Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público Nº 001/2014, da Prefeitura Municipal de Matupá-MT,** nomeada pelo **Decreto nº 1947 de 24 de Outubro de 2014** – através do presente instrumento apresenta a **Homologação das Inscrições.**

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

NOME DO CANDIDATO	Nº INSCRIÇÃO
ROSANGELA ANTUNES ADOLFO	01
ANDREIA LIMA SOUSA	02
LUCINEIDE TEREZINHA MARX	03
ANA PAULA RAUBER	04
SINARA MARIANO DE OLIVEIRA	05
CARLIANE SOUSA SANTOS ALVES	06
GIUANE BARBOSA SILVA	07
TATIANE SOUZA DOS SANTOS	08
BERILENE SOUSA PASSOS	09
ANDREIA SELLER FERNANDES DE SOUZA	10
ANGELA DA SILV DOS SANTOS	11
PAULO DOS SANTOS	12
DANIELE HEBERLE	13
GLEMILSON MOREIRA VALADARES	14
MARINETE LISBOA DA SILVA	15
NILVA SOARES DA SILVA SANTOS	16
MAISA BUENO DO NASCIMENTO	17
NEUZA BUENO DO NASCIMENTO	18
LOANA LIMA DO NASCIMENTO	19
ANDRE PEREIRA RODRIGUES	20
LIGIA KELLY PEREIRA RODRIGUES	21
MAIARA CRISTINA SILVA SOUSA	22
GEISLA BUENO DA SILVA	23
KATIA REGINA DE OLIVEIRA LEITE	24
LINDINALVA MARTINS DOS SANTOS	25
MARIA ODETE RICHTER	26
LILIAN MUNIZ	27
NATANIA DA SILVA BRIVIO	28
VANESSA DE SOUZA SILVA	30
RENATO MATIAS NEKEL	31
TATIANE DA SILVA GOMES	32
CLEUNISSIA DE OLIVEIRA	33
ZIZELA SOLFOROSO	34
MARGARIDA MARIA CARDOSO	35

CLARISSE MARIA SALA
Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:B60F502F

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2014 LOCAL DE PROVAS

A Comissão do Processo Seletivo Público 001/2014 da Prefeitura Municipal de Matupá, Estado de Mato Grosso torna público o que segue.

1. LOCAL DAS PROVAS
1.1. Os candidatos que se inscreveram conforme as instruções do Edital do Processo Seletivo Público nº **001/2014** e, tiveram as suas inscrições homologadas e seus nomes constam na lista - **Inscrições Homologadas do Processo Seletivo Público** - a qual está à disposição dos candidatos, na internet, nos sites www.matupa.mt.gov.br www.diariomunicipal.com.br/amm-mt Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no mural da Prefeitura Municipal e na Secretaria Municipal de Saúde de Matupá, farão provas objetivas no seguinte local:

1.2. ESCOLA ESTADUAL CECÍLIA MEIRELES.
ENDEREÇO: RUA 04, NEC ZH2-001 – CENTRO – CIDADE DE MATUPÁ – MT.
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

Matupá - MT, em 26 de novembro de 2014.

CLARISSE MARIA SALA
Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:A78F95D4

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 126/2014

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT
CONTRATADA: **L. TEIXEIRA SERVIÇOS DE SEGURANÇA - ME**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DESARMADA NOS DIAS 31/12/2014 E 01/01/2015 NO EVENTO REVEILLON 2014**, de acordo com o Processo Administrativo n° 023/2014.
V**alor/Global: R$ 7.965,00(Sete mil novecentos e sessenta e cinco reais).**
Vigência: 25/11/2014 à 05/02/2015
Código Geral: 13.130.0.1.13.392.0041.1108 – Realização de Eventos, Festivais (Carnaval, Reveillon, Noite Gospel, Festival de Musica) – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 7.965,00

Publicado por:
Alexsandra Tosta Batista
Código Identificador:2F81243E

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE OBRAS Nº. 097/2013

CONTRATANTE O MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT
CONTRATADA: **MR DEL PAPA & CIA LTDA**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, PARA REFORMA DO CENTRO SOCIAL MARIA MISSIONÁRIA NO MUNICIPIO DE MATUPÁ contidas nos anexos do Edital 119/2013, TOMADA DE PREÇO 015/2013, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços.**
OBJETIVO: Ficando o **ACRÉSCIMO no valor de R$ 53.016,00 (Cinquenta e três mil e dezesseis reais),** passando o valor total do contrato para **R$ 181.212,78 (Cento e oitenta e um mil duzentos e doze reais e setenta e oito centavos).**
Assinatura: 19/11/2014

Publicado por:
Alexsandra Tosta Batista
Código Identificador:F8CF4182

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE OBRAS Nº. 075/2014

CONTRATANTE O MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT
CONTRATADA: **VEIGA & SANTOS LTDA - ME**
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMILIA LOCALIZADO NA GLEBA UNIÃO-PADOVANI NA ZONA RURAL DE MATUPÁ/MT – MT, Contidas nos anexos do Edital 057/2014, TOMADA DE PREÇO 10/2014, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços.**

OBJETIVO: Aditar o prazo de vigência e execução do contrato em 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sua assinatura com término em **18 FEVEREIRO DE 2015**
Assinatura: 20/11/2014.

Publicado por:
Alexsandra Tosta Batista
Código Identificador:53178517

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº..: 005/2014
Contratante..: CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE – CNPJ 03.756.178/0001-55
Contratada....: FABIANO CONTTI NABARRETE COMERCIO E SERVIÇOS-ME, CNPJ nº 13.600.126/0001-49 e Inscrição Estadual nº 134239059.
Valor Preço global.: R$ 47.785,50 (QUARENTA E SETE MIL, SETECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
Vigência.....: Início: 26/11/2014 Término: 26/01/2015.
Licitação.....: Convite p/ compras e serviços nº 005/2014
Recursos.....:
Elemento de Despesa - 44.90.52.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES
Compl. do Elemento - 44.90.52.30.00.00 - Maquinas e Equipamentos Energéticos
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) POSTO DE TRANSFORMAÇÃO, SENDO (01) UM TRANSFORMADOR DE (112,5 kva) PRIMÁRIO EM 13,8 kv E SECUNDÁRIO 220/127v, 112,5 E EXECUÇÃO DE OBRA DE EXTENSÂO DE 93 MTS DE REDE DE MEDIA TENSÃO TRIFÁSICA, CONSTRUIDA CONFORME PROJETO ELÉTRICO APROVADO PELA REDE/CEMAT, EM ATENDIMENTO A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT,

MIRASSOL D'OESTE, 26 de Novembro de 2014

LAÉRCIO ALVES PEREIRA
Presidente da Câmara Municipal
Mirassol D'Oeste-MT

Publicado por:
Joldemar Agueiro
Código Identificador:E0DAA465

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
PORTARIA

PORTARIA Nº 509 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

REVOGA PORTARIA Nº 482 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014 QUE INSTAUROU

SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E NOMEOU COMISSÃO SINDICANTE.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 482 de 07 de novembro de 2014, que instaurou Sindicância Administrativa para apurar fatos que em tese revelam o descumprimento de ordens superiores e desobediência as normas legais regulamentares, praticada pela servidora Elizabete Lucena da Silva, em virtude da impossibilidade de atuação dos membros nomeados, conforme justificativas apresentadas.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 19 de novembro de 2014.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito

Publicado por:
Suelene de Fatima Pratinha Delbone
Código Identificador:7F6704AA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
PORTARIA

PORTARIA Nº 510 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, com base no Titulo VI, Capítulo III da Lei Complementar nº 008/98, em especial atendendo ao disposto no artigo 209 da citada Lei;
Considerando CI nº 3145/2014/SMEC que acompanha em anexo ata de reunião do Conselho Deliberativo Escolar do Centro de Educação Infantil Francisco Cruz, que relatam fatos de possível infração disciplinar praticada por servidora no exercício de suas funções,

R E S O L V E

Art. 1º - Instaurar **SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA**, visando apurar fatos que em tese revelam o descumprimento de ordens superiores e desobediência as normas legais e regulamentares previstos no art. 178 da Lei Complementar nº 008/98, praticada pela servidora **ELIZABETE LUCENA DA SILVA**, Professora, Matrícula nº 68, no exercício de suas funções no Centro de Educação Infantil Francisco Cruz, podendo ensejar na aplicação de penalidades.

Art. 2º - Nomear para execução do ato disposto no artigo anterior, os servidores: **FÁBIO ANGELO HORDONHO DA SILVEIRA,** Agente Administrativo, Matrícula nº 1180, **JANE APARECIDA CAMPOS**, Matrícula nº 337 e, **EVA ALVES DO NASCIMENTO**, Professora, Matrícula nº 69, para sob a presidência do primeiro, promoverem as investigações e demais diligências cabíveis.

Art. 3º - Para cumprir suas atribuições, a comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos e demais provas que julgar pertinentes, adotando os procedimentos descritos no Capítulo III da Lei Complementar nº 008/98 inerentes ao processo de sindicância.

Art. 4º - Comprovada a existência ou inexistência de irregularidades, a comissão sindicante, dentro do prazo de 30 (trinta) dias de sua constituição, apresentará relatório de caráter expositivo, contendo exclusivamente os elementos fáticos colhidos.

Parágrafo Único: O prazo referido neste artigo poderá ser prorrogado por igual período, caso as circunstâncias exigirem.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 24 de novembro de 2014.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito

Publicado por:
Suelene de Fatima Pratinha Delbone
Código Identificador:2B650D93

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
LEI

LEI Nº1.270 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE - LEI Nº 1.202/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições, com fulcro na Alínea "d", inciso II do Artigo 61 da Lei Orgânica.

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, APROVOU em Sessão Ordinária realizada no dia 24 de novembro de 2014 e eu SANCIONO a seguinte **LEI:**

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei nº 1.202/2013, no valor de R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), conforme segue:

SECRETARIA DE SAÚDE
P.M.A.Q/AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
06.002.10.301.0028.4.4.90.52.00.....R$ 84.000,00
TOTAL.....R$ 84.000,00

Artigo 2º. Para dar cobertura ao disposto no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação oriundas do Fundo Nacional de Saúde, conforme segue:

Excesso de Arrecadação proveniente de recursos alocados no Piso de Atenção Básica Variável.....R$ 84.000,00
TOTAL.....R$ 84.000,00

Artigo 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" em 25 de novembro de 2014.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito

Publicado por:
Suelene de Fatima Pratinha Delbone
Código Identificador:CC164F91

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA-MT
EXTRATO DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, Estado de Mato Grosso, torna público que estarão abertas as inscrições para o concurso público para provimento de 01 (uma) vaga para

preenchimento do cargo efetivo de Contabilista da Câmara Municipal de Nortelândia, em consonância com o disposto no EDITAL nº. 001/2014, ao prescrito na Constituição Federal, no Regime Jurídico dos Servidores Municipais, no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Nortelândia/MT, na Lei Orgânica do Município de Nortelândia/MT, e demais Leis Municipais, Estaduais e Federais relativas a Servidores Públicos, atento aos competentes mandamentos constitucionais, que normatizam as regras insertas no Edital. **As inscrições serão realizadas entre os dias 26/11/2014 à 07/12/2014,** via internet, através do endereço eletrônico www.exataplanejamento.com.br. Maiores informações e o edital completo poderão ser obtidos no site da empresa responsável pela operacionalização do certame, ou seja, www.exataplanejamento.com.br. e no site institucional da Câmara Municipal de Nortelândia www.camaranortelandia.com.br

Câmara Municipal de Nortelândia-MT, 26 de Novembro de 2014
.
VALDEY SOUTO CARDOSO
Presidente da Câmara

JOSENILDO SÁ TELES PORTO
Presidente da Comissão do Concurso Público

Publicado por:
Gilson Portela Oliveira
Código Identificador:1BF74031

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVENIOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 033-2014

O Pregoeiro Oficial e a Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, vem, através deste, comunicar aos interessados que será realizada Licitação na modalidade Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços, com o seguinte objeto: Aquisição de Pneus, Rodas, Câmaras de Ar, e execução de serviços de Recauchutagem de Pneus dos veículos e máquinas pertencentes ao patrimônio público municipal, com Recursos Próprios, conforme descrito na Relação dos itens, Anexo I do Edital. Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE. Data de abertura e julgamento: 09 de dezembro de 2014. Horário: 10:00 horas. Local: Sala de Reuniões e licitações, Avenida Prefeito João Macauba, 82, Centro, Nortelândia-MT - CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no site www.nortelandia.mt.gov.br, ou na sede da Prefeitura Municipal, telefone (65) 3346-1411, ou por solicitação para o e-mail: pregoeiro@nortelandia.mt.gov.br.

Nortelândia-MT, 25 de novembro de 2014.

WALCEMIR CARLOS DA SILVA
Pregoeiro Oficial do Município

Publicado por:
Walcemir Carlos da Silva
Código Identificador:46B731AD

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
RESOLUÇÃO Nº. 003/CGMH/2014

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
CONSELHO GESTOR MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
Criado pela Lei nº. 583/2007 e nº.597/2008. E regulamentado pela Lei nº.639/2009 e alterado pela Lei nº. 727/2013 nos Art. 10 e 11.

Resolução nº. 003/CGMH/2014
O Presidente do Conselho Gestor Municipal de Habitação Professor Manoel Gonçalo de Campos, no uso de suas atribuições legais e, considerando as deliberações do Conselho Gestor Municipal de Habitação no dia 18 de Novembro de 2014, conforme Ata nº 013/2014.
Considerando a Lei nº.639/2009 no Artigo 12 § 1º, de 27 de Outubro de 2009.
Considerando o Decreto n.º 40/2013 que dispõe sobre critérios objetivos que devem ser levados em consideração para escolha das famílias que receberão casas populares e dá outras providências.

Resolve:
Apresentar o nome da senhora **Nilce Alves de Oliveira Nascimento**, portadora do CPF: 011.076.771-30, como "**INCOMPATÍVEL"** no processo de seleção do Programa Minha Casa Minha Vida do Residencial Gregório Pires de Miranda com 100 unidades habitacionais. A pessoa acima relacionada deve procurar o Setor de Habitação deste município de Nossa Senhora do Livramento, localizado na Secretaria Municipal de Assistência Social (ao lado da Câmara Municipal), para se informar sobre o motivo do impedimento.

Artigo2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º -Revogam - se as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 18 de Novembro de 2014

MANOEL GONÇALO DE CAMPOS
Presidente do CGMH

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:7C51E9AC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 227/2014

Contratado: **EDNA NUNES DE ARAUJO**
Objetivo da presente contratação: **AGENTE SERVIÇO PUBLICO**
Secretaria: **ADMINISTRAÇÃO**
Valor: R$ **724,00** mensais
Vigência: 03/11/2014 A 31/12/2014

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:D13E00DB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATO N.º 228/2014

Contratado: **JULIANA DA SILVA MARTINS**
Objetivo da presente contratação: **PROFESORA**
Secretaria: **EDUCAÇÃO A 20 HORAS**
Valor: R$ **849,30** mensais
Vigência: 01/10/2014 A 19/12/2014

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:85DAE8F9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 002

AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 164/2014
Contratado: ANDRÉIA RODRIGUES BUFOLLO
Objeto: O presente termo aditivo tem o objetivo de alterar a Cláusula I e III do Valor, Cargo do Contrato N.º 164/2014, de Professora A1 20 horas **R$ 849,30** (oitocentos e quarenta e nove reais e trinta centavos) passará a ser **Professora A1 40 horas**, com valor correspondente a **R$ 1.698,40** (um mil e seiscentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) que passará a vigorar a partir de 01/11/2014 a 19/12/2014.

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:9A622C65

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 002

AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 044/2014
Contratado: SONIA MARQUES DA SILVA
Objeto: O presente termo aditivo tem o objetivo de alterar a Cláusula I e III do Valor, Cargo do Contrato N.º 044/2014, de Professora B1 04

horas excedentes, **R$ 254,76** (duzentos e cinqüenta e quatro reais e setenta e seis centavos) passará a ser **Professora B1 10 horas excedentes**, com valor correspondente a **R$ 636,98** (seiscentos e trinta e seis reais e noventa e oito centavos) que passará a vigorar a partir de 01/11/2014 a 19/12/2014.

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:CB27ADC9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 188/2014

EMENTA: Dispõe sobre a exoneração de servidor Público, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Artigo 1º- Exonerar Servidores Públicos Municipal; a partir do 01/11/2014, o Sr. **Valdeir Donizete Cassiano**, do cargo de Agente de Conservação, lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, e a partir do dia 07/11/2014, Srª **Anfilofia Silva Souza**, lotada na Secretaria De Saúde, do cargo de Enfermeira, Nova Bandeirantes/MT,

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de 03/11/2014.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 03 de novembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Nova Bandeirantes/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:1EDD72A5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 189/2014

Ementa: Dispõe sobre concessão de 1/3 de férias ao Servidor, e dá outras providências,

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:
Artigo 1º- Fica Conceder **adicional de 1/3(Um terço) de férias**, conforme Lei N.º111/97, Artigo 105 do Estatuto dos Funcionários Público Municipal, a servidora Municipal relacionado abaixo;
· **ANA PAULA MORGAN SANTOS OLIVEIRA.**
Artigo 2º- Adicional de 1/3(Um terço) de férias, referente ao período aquisitivo de 2013 a 2014.
Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 03 de novembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:EC25B919

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 190/2014

Ementa: Dispõe de concessão de licença Saúde, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de
Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica cancelado Licença Saúde, a partir do dia 30/10/2014, da servidora, Srª. **ANFILOFIA SILVA SOUZA**, no cargo de Enfermeira, lotado na Secretaria de Saúde, da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de 01/11/2014.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 03 de novembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Nova Bandeirantes/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:ADCAB1D5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 191/2014

EMENTA: Concede ao servidor publico licença prêmio da Lei Municipal nº 573/2008, e da Portaria Executiva nº 01/2014, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Artigo 1º- CONCEDER com esteio na Lei Municipal nº 573/2008, e na portaria executiva nº 01/2014, licença prêmio por assiduidade ao servidor publico Sr. EDSON FERMINO DE OLIVEIRA, lotado no Departamento de Tributação e Cadastro, da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirante, no cargo de Agente de Fiscalização.

Artigo 2º- A licença prêmio de que trata o artigo 1º. Será gozada pelo servidor público Municipal no período de 01/11/2014 a 30/11/2014.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de 03/11/2014.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 03 de novembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Nova Bandeirantes/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:706B2294

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 192/2014

Ementa: Dispõe sobre concessão férias adquirida e 1/3 de férias ao Servidor, e dá outras providências,

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica Concedido **Férias de 30** (trinta) dias e Conceder o **adicional de 1/3(Um terço) de férias**, conforme Lei N.º111/97, Artigo 105 do Estatuto dos Funcionários Público Municipal, aos servidores Municipais relacionados abaixo;

· **Manoel Messias Alves**
· **Valdecir Augusto Correia**
· **Arvelina Faustino Dos Santos**
· **Rosangela Ercilia De Azevedo Marchetti**
· **Elci Brun**
· **Lairdes Medeiros Da Silva**
· **Luiza Maria Wagner**
· **Marcia Rodrigues Da Costa**
· **Santina Gomes Souza Santos**
· **Fabio Jose Fernandes**
· **Reinaldo Pinheiro Dos Santos**
· **Wagner Da Silva Zanetti**

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:405A5A15

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 193/2014

Ementa: Dispõe sobre concessão férias adquirida e 1/3 de férias ao Servidor, e dá outras providências,

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica Concedido **Férias de 30** (trinta) dias e Conceder o **adicional de 1/3(Um terço) de férias**, conforme Lei N.º111/97, Artigo 105 do Estatuto dos Funcionários Público Municipal, aos servidores Municipais relacionados abaixo;
· **Daniela Cristina Alves Costa**
· **Andressa Cristine Ferreira Moreira**
Artigo 2º- As férias mencionadas no caput do Art. compreendem o período de **01/11/2014** à **31/11/2014**, referente ao período aquisitivo de 2013 a 2014.
Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 03 de novembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:6F6F3F1C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 194/2014

EMENTA: Dispõe sobre a Transferência de lotação dos Servidores Públicos, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

RESOLVE:

Artigo 1º- Transferir os Servidores Publico Municipal;
· Srª. **SANTINA MARIA DA CONCEICAO TELVA,** Lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, para a Secretaria de Educação, Fundeb 40% Ensino Fundamental; a partir de 01/11/2014;

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data 01/11/2014.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 03 de novembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal Nova Bandeirantes/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:FE1C6D38

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 195/2014

Ementa: Determina o Departamento de Recursos Humanos, a efetuar rescisão contratual, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando o disposto na Clausula oitava do Contrato de prestação de Serviço.

RESOLVE:

Artigo 1º- Autoriza o Departamento de Recursos Humanos a efetuar a RESCISÃO;

· Nº 462/2013, com a Srª. **Neliza Neiverth Otenio,** De Professora B1 40 HORAS a partir de 01/11/2014.
· Nº 226/2014, com a Srª. **Joseni Anacleto De Melo,** De Professora A1 20 HORAS a partir de 11/11/2014.
· Nº 393/2013, com a Srª. **Kelen Fernanda Da Silva**, no cargo de Assistente Social, a partir do dia 01/11/2014.
· Nº 214/2014, com o Sr **Namier Luis Monteiro,** no cargo de agente administrativo, a partir do dia 14/11/2014.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 03 de novembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Nova Bandeirantes/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:A2E3D4D8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 197/2014

EMENTA: Dispõe de concessão de licença a gestante, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando o disposto no Artigo 128 do Estatuto do Servidor Publico Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º- Fica CONCEDIDO LICENÇA MATERNIDADE, a servidora;
· **01/11/2014 a 01/03/2015 a** Srª **MICHELE CRISTINA ALBERTIM**, no cargo de Agente Administrativo; lotado Na Secretaria de Administração, Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de 01/11/2014.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 17 de novembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Nova Bandeirantes/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:03E5A53E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 198/2014

EMENTA: Dispõe do cancelamento da licença a gestante, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando o disposto no Artigo 128 do Estatuto do Servidor Publico Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º- Fica CANCELADO A LICENÇA MATERNIDADE, a partir do dia **30/11/2014,** das funcionárias**; ELIANE GOMES DA SILVA DA COSTA e ROSEANE CANDIDA PAIS DE OLIVEIRA,** Servidoras Publicas, Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 17 novembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Nova Bandeirantes/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:932217C7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 199/2014

Ementa: Dispõe de concessão de licença Saúde, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica cancelado Licença Saúde, a partir do de 01/11/2014, da servidora, Srª. **LUCINEIA DE OLIVEIRA CORSETTI**, no cargo de técnica de enfermagem, ambos lotado na Secretaria de Saúde, da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data 01/11/2014.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 17 de novembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Nova Bandeirantes/MT

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:2CDBD8B6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 176/2014

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O ENQUADRAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS TITULARES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER EXECUTIVO DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SOLANGE SOUSA KREIDLORO, Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e,
CONSIDERANDO-SE: a necessidade de regulamentar o enquadramento dos servidores públicos titulares de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, conforme preceitua as Leis Municipais números 619/2009; 639/2009;
CONSIDERANDO-SE: os trabalhos realizados pela Comissão de Enquadramento nomeado pela Portaria Municipal N.º 063 de 2013, referente aos servidores públicos titulares de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso;

DECRETA:
Art. 1º- Ficam os servidores públicos titulares de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, enquadrados nos respectivos níveis correspondentes ao tempo de serviço e classes mediante habilitação e/ou qualificação profissional, nos termos que se seguem:

Vanderlei Marques
Enquadramento Anterior **Classe: B Nivel: 08**
Novo Enquadramento **Classe: C Nivel: 09**

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor no dia 01/11/2014.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 03 de novembro de 2014

.
SOLANGE SOUSA KREIDLORO
PrefeiTa Municipal

Publicado por:
Jucilene Frassetto Schmoller
Código Identificador:472470F3

PREFEITURA MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

DE: MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES - MT
CNPJ Nº. 33.683.822/0001-73

PARA: **PAULO DE ALBUQUERQUE VOLPATO**
ENFERMEIRO

ASSUNTO: **NOTIFICAÇÃO** (FAZ)

MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n°. 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneguel, n°. 62, Centro, na cidade de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela Prefeita Senhora **SOLANGE SOUSA KREIDLORO**, brasileira, casada, maior e capaz, prefeita, portadora da Cédula de Identidade n°. 33.276.249-X, SSP/SP, devidamente inscrita no CPF sob o n°. 270.723.668-30, residente e domiciliada na cidade de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso**, por sua Assessora Jurídica**, pela presente, vem, respeitosamente **NOTIFICÁ-LA** do quanto segue:

Consta do oficio nº. 039/2014, de autoria do Secretária Municipal de Saúde, que há 03 (três) dias consecutivos, Vossa Senhoria injustificadamente não comparece ao serviço para o qual está designado, em sendo: Enfermeiro do Hospital Municipal de Nova Bandeirantes/MT.
A informação supra declinada afronta cabalmente os dispositivos legais insculpidos na Lei Municipal nº. 111/97, (Súmula: Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, das suas autarquias e dá outras providências"), e, Lei Municipal nº. 639/2009, (Súmula: Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais do Sistema Único de Saúde do Município de Nova Bandeirantes, e das outras providencias").
Desse modo, pelas razões aqui expendidas, e, em harmonia com os princípios constitucionais do contraditório, e da ampla defesa **NOTIFICA-SE,** como de fato **NOTIFICADO**, o trabalhador braçal, Senhor **PAULO DE ALBUQUERQUE VOLPATO**, para que no prazo improrrogável de 05, (cinco), dias, a contar do recebimento desta, preste informação por escrito acerca dos fatos descritos anteriormente.

Outrossim, neste mesmo prazo deverá o **NOTIFICADO** comparecer junto a Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal, sito no Prédio da Prefeitura Municipal acompanhado da justificativa por escrito dos fatos aqui narrados, para uma reunião e resolução do presente impasse.

O não atendimento do aqui encartado, nos prazos e termos acima evidenciados, ensejará preclusão, oportunizando a Administração Pública a tomar as providencias Administrativas e Judiciais cabíveis a espécie.

A presente **NOTIFICAÇÃO** se faz nos termos e sob as penas da lei.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 24 de Novembro de 2014.

CLAUDINÉIA DE OLIVEIRA
Advogada
OAB/MT 10.845

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:F89C09BF

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 880/2014

SUMULA: "DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO, CRIAÇÃO DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO AO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora Solange Sousa Kreidloro, no uso de suas atribuições legais faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Artigo 1°- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar Credito Adicional Suplementar por insuficiências de dotações orçamentárias no orçamento vigente da Câmara Municipal no valor de R$ 24.000,00 (Vinte Quatro Mil Reais) na seguinte dotação abaixo:

Código Geral	Valor
01.001.01.031.0001.2.001.33.90.93.00.00.00 Indenização e Restituição	24.000,00
Valor da Suplementação	**24.000,00**

Artigo 2°- Para cobrir os créditos abertos no artigo anterior será utilizado os recursos, conforme mencionados no artigo 43, § 1°, II da Lei 4.320/64, resultantes do excesso de arrecadação originários de fontes de recursos não previstas no orçamento inicial de 2014 no valor de R$ 24.000,00 (Vinte Quatro Mil Reais).

Artigo 3°- Este Projeto, depois de transformado em Lei Municipal entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Prefeita Municipal, 25 de Novembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:8188F775

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 026/2014

Homologo a Presente Dispensa de Licitação nº. 026/2014, Adjudicando a **Prestação De Serviços Médicos Com Carga Horária De 40 (Quarenta) Horas Semanal No Programa De Saúde Da Família – PSF III, Antonio Fernandes e 23 (Vinte E Três) Plantões De Sobreaviso Noturnos E De Final De Semana No Hospital Municipal, Conforme Solicitação Da Secretaria Municipal De Saúde No Município De Nova Bandeirantes/MT.** Adjudique-se a Empresa **MAHA MEDICAL HEALTH AND CARE SERVICOS MEDICOS LTDA**, pelo valor global de **R$ 61.629,00 (sessenta e um mil seiscentos e vinte e nove reais),** objeto da presente dispensa de licitação.

REGISTRA-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE

Nova Bandeirantes-MT, 25 de novembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:A5BEC9A3

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 026/2014

Nos termos do Artigo 26 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação nº. 026/2014, em contratação medica.

CONTRATADO: **MAHA MEDICAL HEALTH AND CARE SERVIÇOS MEDICOS LTDA**
CNPJ Nº: 13.272.146/0001-38
VALOR GLOBAL- **R$ 61.629,00 (sessenta e um mil seiscentos e vinte e nove reais)**

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Nova Bandeirantes/MT, 25 de novembro de 2014

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:29333793

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 695/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723.668-30, como **CONTRATANTE** e De outro lado a empresa **CONSTRUTORA E ENGENHARIA AÇO FORTE LTDA-ME**, com sede na Rua Rio Grande do Sul nº 1020, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.065.707/0001-00, representada por **Antonio Luiz de Oliveira,** brasileiro, portador do RG nº 1.589.490 SSP/PR e titular do CPF Nº 209.698.899-04, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:
1.1.1 – Prorrogação do prazo de vigência e prazo de execução do Contrato original por mais 180 (cento e oitenta) dias, passando a vigorar do dia 24/11/2014 até a data de 22/05/2014

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 5ª do contrato 695/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº
8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 24 de novembro de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeita Municipal
Contratante

CONSTRUTORA E ENGENHARIA AÇO FORTE LTDA-ME
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Andressa Cristine F. Moreira
C.P.F.: 041.729.241-40

Nome: Eriane Custodio da silva
C.P.F.: 005.712.201-69

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:8D70798D

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 696/2013

QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723.668-30, como **CONTRATANTE** e De outro lado a empresa **CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME ,** Pessoa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.727.159/0001-18 situada à Avenida Mato Grosso, s/nº, CEP: 78.580-000, no Municipio de Nova Monte Verde/MT, neste ato representado por **VALENTINO ALVES AMANCIO,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.698.500 SSP/SP e do CIC/CPF nº. 605.430.008-34, residente e domiciliado na Rua 412, nº 46, na cidade de Paranaíta, tendo como responsável técnico **RAFAEL ALBERTON MENON**, portador da carteira profissional N.º. 103.107/VD, expedida pelo CREA, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:
1.1.1 – Prorrogação do prazo de duração do Contrato original por mais 120 (cento e vinte) dias, passando a vigorar 24/11/2014 até a data de 23/03/2015

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 24 de julho de 2014.

SOLANGE SOUSA KREIDLORO
Prefeito Municipal
Contratante

CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Andressa Cristine F. Moreira
C.P.F.: 041.729.241-40

Nome: Eriane Custodio da silva
C.P.F.: 005.712.201-69

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:A9F004C0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

PREVBRAS
PORTARIA N.º 006/2014.

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora Sra. Gracilene Maria de Sousa."

A Diretora Executiva do PREVBRAS - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Brasilandia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 6º incisos I, II, III e IV da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 40 § 5º, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/1998, c/c Art. 87, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 512 de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre a reestruturação do regime próprio de previdência do Município de Nova Brasilândia, Anexo III – Tabela de Vencimentos da Lei Complementar n.º 325 de 27 de julho de 2007, que dispõe sobre a Reformulação do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Nova Brasilândia – MT;

Resolve:
Art. 1º. Conceder o benefício **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a servidora Sra. **Gracilene Maria de Sousa**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n.º 607.695 - SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 429.458.281-20, efetiva no cargo de Professor, nível "09", classe "C", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com **proventos integrais**, conforme Processo Administrativo do PREVBRAS, n.º 2014.04.00423P, a partir da data de 01/11/2014 até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, **retroagindo os seus efeitos legais a data de 01 de novembro de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se,
cumpra-se.

Nova Brasilândia - MT, 12 de novembro de 2014.

VERA LÚCIA ALVES PINTO
Diretora Executiva do PREVBRAS

Publicado por:
Julio Cesar Bonfim Lopes
Código Identificador:40C42DEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 057/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT
CONTRATADO: CLEMIDES SOARES DE SALES- EPP
OBJETO: Presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de aproximadamente de 3.74 % ao valor originalmente contratado, conforme disposto no artigo 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/93 que prevê o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado e a prorrogação do prazo de execução do contrato original por mais 14 (quatorze) dias, contados a partir de 17 de novembro de 2014 até 30 de novembro de 2014.
VALOR: R$5.555,55 (Cinco Mil Quinhentos e Cinqüenta e Cinco Reais e Cinqüenta e Cinco Centavos)
VIGENCIA: 17/11/2014 a 30/11/2014
FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações**

JAMAR DA SILVA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Bonfim Lopes
Código Identificador:DD743724

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 144/2014

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: EXONERAR, nos termos da legislação vigente a pedido do servidor **FRANCISCO LUIZ DA COSTA,** portador do RG Nº 1262488-8 SSP/MT e CPF Nº 822.577.871-53, do cargo de **SECRETÁRIO DE OBRAS, SERVIÇOS PUBLICOS E TRANSPORTES** para o qual foi nomeado pela Portaria Nº 003/2014 de 02 de Janeiro de 2014 da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE
Secretario de Administração

Publicado por:
Sandra Machado Matos Rodrigues
Código Identificador:E7762B96

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº. 1010, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto 318/2014.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNCIPIO DE NOVA CANAÂ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA O QUADRIÊNIO DE 2014 A 2017 – PPA 2014-2017, INSTITUIDO PELA LEI Nº 975, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Exmo. Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art.1º Fica aprovada a Revisão do Plano Plurianual 2014–2017 para o exercício 2015, prevista na Lei 975 de 12 de Setembro de 2013.

§ 1º A Revisão do Plano Plurianual 2014–2017 decorre do aprimoramento do processo de elaboração, avaliação e implementação dos Programas de Governo e da adequação às situações não previstas no Plano Plurianual.

§ 2º A Revisão baseada no Art. 14 Lei 975 de 12 de Setembro de 2013 apresenta os seguintes Anexos:

- Demonstrativo das Receitas por Categoria Econômica – PPA

- Demonstrativo da Receita Corrente Liquida do PPA

- Despesas por Categoria Econômica – PPA

- Despesas por Função e Subfuncão – PPA

- Detalhamento da Despesa com Fontes de Recurso

- Quadro de Detalhamento da Despesa – PPA

- Classificação dos Programas e Ações por Função e Subfuncão

- Programas Finalísticos e de Apoio Administrativo

- Relação Consolidada dos Programas e Ações

- Relatório para Conferencia do PPA

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Gabinete do Prefeito, em 25 de Novembro de 2014.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Sandra Machado Matos Rodrigues
Código Identificador:0771780E

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº. 1011, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto 319/2014

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Sr. Vicente Gerotto de Medeiros, prefeito municipal de Nova Canaã do Norte, estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I
Das Disposições Iniciais

Art. 1º - São estabelecidas em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal combinado com a Lei Orgânica do Município, e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município para o Exercício de 2015.

CAPÍTULO II
Das Metas e Prioridades da Administração Pública

Art. 2º - As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2014 serão especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, Anexo I, que integra esta lei, a serem observadas na elaboração da execução da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, definidas em perfeita compatibilidade com o Plano Plurianual relativo ao período de 2014 a 2017, e devem observar as seguintes estratégias:

I – promover o desenvolvimento econômico sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda;

II – valorização dos direitos e da cidadania do cidadão canaense.

III – promover a satisfação plena dos munícipes através dos serviços públicos.

IV – implementar o governo participativo, através da descentralização das ações e gestão pública voltada para resultados.

V – As obras em execução e despesas com manutenção do patrimônio público terão prioridade sobre novos projetos;
VI – As despesas com pagamento de dívida pública e de pessoal e Encargos Sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

§ 1º - As metas e as prioridades do anexo a que se refere o caput integrarão o Projeto de Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2014.

§ 2º - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estarão condicionadas ao equilíbrio entre receitas e despesas, conforme Anexo de Metas Fiscais, **Anexo II**, e Anexo de Riscos Fiscais, **Anexo III**, que integram a presente lei.

§ 3º - Na elaboração do projeto, na aprovação e na execução da lei orçamentária não poderão ser estabelecidas prioridades diferentes das definidas no Anexo a que se refere o caput deste artigo.

CAPÍTULO III
Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º - A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I – Orçamento Fiscal;

II – Orçamento da Seguridade Social.

Art. 4º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa obedecendo a classificação funcional programática por categoria de programação, ou seja, projeto/atividade, indicando-se, pelo menos para cada uma, no seu menor nível:

I – O orçamento a que pertence, e,

II – A natureza da despesa classificada conforme a Lei nº. 4.320/64 e atualizações posteriores.

Art. 5º - A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº. 42, de 14/04/1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, Portaria interministerial 163 de 04 de maio de 2001, Portaria nº. 637 de 18 de outubro de 2012, e alterações posteriores.

§ 1º - A Reserva de Contingência será identificada pelo dígito 9 (nove), no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

Art. 6º - A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, nos termos da

Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um sistema de planejamento permanente e à participação comunitária, e compreenderá:

I – O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, seus fundos e entidades das Administrações diretas e indiretas, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal.

II – O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto na Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Parágrafo Único – O orçamento anual do Fundo de Previdência constará da proposta orçamentária do Município, devendo ser, após apreciação do Poder Legislativo, aprovado por Decreto do Poder Executivo Municipal, nos termos do Art. 107, da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I – Mensagem;

II – Texto da Lei;

III – Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa referente aos três últimos exercícios, de acordo com a classificação constante do Anexo III da lei nº. 4.320/64, e suas alterações.

§ 1º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei orçamentária anual conterá:

I – Situação Econômico-Financeira do Município;

II – Demonstrativo da Divida Fundada e Flutuante, Saldos de Créditos Especiais, Restos a Pagar e Outros Compromissos Exigíveis;

III – Exposição da Receita e da Despesa;

§ 2º - Integrarão a Lei Orçamentária Anual, incluindo os complementos referenciados no art. 22, III, da Lei Federal nº. 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo I, da Lei 4.320/64;

II – Quadros Demonstrativos da receita e Despesa, segundo as categorias Econômicas, na forma do Anexo 2, da Lei nº. 4.320/64;

III – Quadro Demonstrativo por programa de Trabalho, das dotações por órgão do governo e da administração, Anexo 6 da Lei 4.320/64;

IV – Quadro demonstrativo de Função, Sub-função e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo 7, da Lei nº. 4.320/64;

V – Quadro demonstrativo de Função, Sub-função e Programa, conforme vinculo com os recursos, Anexo 8, da Lei nº. 4.320/64;

VI – Quadro Demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX, da Lei nº. 4.320/64;
VII – Quadro Demonstrativo da realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII – Tabela explicativa da Evolução da Receita e Despesa, Art. 22, III, da Lei nº. 4.320/64;

IX – Quadro Demonstrativo da Receita por Fontes e Respectiva Legislação;

X – Sumario Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo;

XI – Quadro Detalhamento de Despesas.

§ 3º - Acompanharão o projeto de lei orçamentária, além dos definidos no parágrafo 1º deste artigo, os demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I – programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento ao disposto no Artigo 212 da Constituição Federal, da Emenda Constitucional nº. 14, de 12 de setembro de 1996, e da Lei 11.494, de 20 de Junho de 2007 do FUNDEB;
II – programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2º da Constituição Federal na forma da Emenda Constitucional nº. 29, de 13 de setembro de 2000.

CAPÍTULO IV
Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município e suas Alterações

Art. 8º - No projeto de lei orçamentária para o exercício de 2015 as receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação no último exercício e a tendência para o exercício em curso, conforme determina o Art. 12 da Lei complementar nº. 101/2000. As despesas fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatíveis com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - O Poder Executivo poderá propor a inclusão na lei orçamentária, de dispositivo que estabeleça critérios e forma para atualização dos valores orçados.

§ 2º - Fica a Chefe do Poder Executivo autorizado a consignar na proposta orçamentária a receita e despesa decorrente de convênios a serem celebrados pelo município no âmbito do Governo Federal ou Estadual, desde que protocolados os referidos convênios até 31 de agosto de 2014, considerando-se ainda os projetos protocolados em 2013, e que até o envio da proposta orçamentária para o exercício de 2015 não tenham sido liberados, bem como os saldos de convênios de exercícios anteriores ainda não liberados integralmente.

Art. 9º - As receitas e despesas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação no último exercício e a tendência para o exercício em curso, utilizando-se como parâmetro o período de até 30 de julho de 2014.

§ 1º - Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I – atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III – a expansão do número de contribuintes;

§ 2º - As taxas de fiscalização pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos no cronograma de desembolso.

Art. 10º – A lei orçamentária dispensará na estimativa da receita e na fixação da despesa atenção aos seguintes princípios:

I – prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II – modernização da ação governamental;

III – equilíbrio na gestão dos recursos públicos.

IV – Austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 11 – A proposta orçamentária para 2015 a ser apresentada ao Poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes especiais:

I - as obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

II – As despesas com o pagamento da dívida pública, com pessoal e seus reflexos, bem como com a contrapartida de financiamento, terão prioridade sobre as despesas decorrentes de ações de expansão de serviços públicos.

III – a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas será acompanhada de:

1 – estimativa de impacto orçamentário-financeiro no ano em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;

2 – declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a LDO.

IV – o Poder Executivo poderá conceder ou ampliar incentivo ou benefício de Natureza Tributária da qual decorra renúncia de receita, desde que atendido os requisitos do Artigo 4º da Lei Complementar Federal 101/00.

V – a abrir créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, com limite de até 30% da proposta orçamentária para 2015, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal;

VI – Fica o Poder executivo autorizado a proceder à abertura de crédito adicional à conta de recursos provenientes de convênios, mediante assinatura do competente instrumento.

Art. 12 – A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 30 de julho, na forma da Emenda Constitucional nº. 58, de 23 de setembro de 2009, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 13 – Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 14 - É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e seus créditos adicionais, a titulo de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos.

Parágrafo Único – No caso de Entidades sem Fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no Artigo 26, da Lei Complementar 101/00 e as exigências contidas na Instrução normativa nº. 001/97 – STN e alterações posteriores.

Art. 15 – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência do Estado de Mato Grosso, nos termos do Art. 62, da Lei Complementar 101/2000, bem como a realizar transferências voluntárias aquele ente, nos casos de relevante interesse municipal, devendo o favorecido atender ao disposto no Art. 25, da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 16 - O município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos artigos 198, § 2º e 212º, da Constituição Federal.

Art. 17 – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 18 - O controle dos custos das ações desenvolvidas pelo Poder Publico Municipal de que trata o artigo anterior, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custos dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento das unidades de saúde, ou de outros itens de controle, conforme determina o Art. 4º, I, "e" da Lei Complementar 101/2000.

§ 1º - Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto, no art. 4º. I "e" da Lei Complementar 101/2000.

§ 2º - O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de gastos, com objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 19 – Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2015 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, corrigirem desvios, avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas, em cumprimento ao citado art. 4º, I, "e" da lei Complementar 101/00.

Art. 20 – A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor correspondente de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Art. 21 – O Poder Judiciário encaminhará a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e aos referidos órgãos e entidades devedoras, na parte que lhes couberem, a relação de débitos constantes de precatórios judiciários, a serem incluídos na proposta orçamentária para 2015, conforme determina o Art. 100, § 1º da Constituição Federal, e a Constituição Estadual, discriminando:

A) Órgão Devedor;

B) Numero de processos;

C) Numero do Precatório

D) Data de Expedição do Precatório;

E) Nome do Beneficiário;

F) Valor do Precatório a ser pago.

CAPÍTULO V
Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 22 – Os Poderes Legislativo e Executivo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar Federal nº. 101/2000.

Art. 23 - Na criação de quaisquer despesas obrigatórias de caráter continuado, bem como em situações excepcionais para contratação de hora extra, deverá ser observado os critérios e limites dispostos na Lei Complementar 101/00.

§ 1º - Na execução orçamentária de 2015, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, fica vedada a contratação de horas extras, excetuadas aquelas no âmbito dos setores da educação e saúde, ou quando destinadas ao atendimento de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a coletividade.

Art. 24 – Na fixação das despesas com pessoal serão alocadas dotações especificas para atender a despesas decorrentes da criação de cargos, em atendimento ao disposto na Lei Orgânica, desde que compatíveis com o equilíbrio das contas públicas.

Parágrafo Único – Para atender o disposto no artigo acima, fica o Poder Executivo autorizado a promover a alteração na Estrutura Organizacional e de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal, através de Lei Específica nos termos da Lei Orgânica, podendo para isso, extinguir ou transformar cargos, criar novos cargos, e também realizar Concurso Público de provas e títulos, Teste Seletivo Público Completo e ou Simplificado, visando ao preenchimento dos cargos e funções.

Art. 25 – No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2014, fica autorizada a fixação de um índice de aumento de vencimento dos servidores públicos, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observado os limites estabelecidos no Art. 71 da Lei Complementar Federal nº. 101/00.

Parágrafo único – Fica autorizado para o Poder Legislativo, o aumento salarial para implantação (adequação) do Plano de Cargos e Carreiras – PCCS, bem como reajuste salarial respeitado os limites da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e também realizar Concurso Público de provas e títulos, Teste Seletivo Completo e ou Simplificado, visando ao preenchimento dos cargos e funções.

Art. 26 – As despesas decorrentes de aperfeiçoamento da ação governamental classificam-se em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo Único – Entende-se por despesas relevantes aquelas que ultrapassarem o valor máximo da dispensa da licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal nº. 8.666, de 27 de junho de 1993, e como irrelevantes aquelas que não ultrapassarem o valor Maximo da dispensa de licitação da citada lei.

CAPÍTULO VI
Das Disposições sobre Alterações Na Legislação Tributária

Art. 27 – O Município poderá rever e atualizar sua Legislação Tributária anualmente.

Art. 28 – Ocorrendo alterações na legislação tributária, bem como nos índices inflacionários da política monetária nacional, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários na mesma proporção.

Parágrafo único – Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do município, mediante abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO VII
Das Disposições Finais

Art. 29 – O Prefeito Municipal encaminhará até o dia 15/10/2014 o Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2015, à Câmara Municipal para apreciação e conclusão da votação nos termos da Lei Orgânica do Município de Nova Canaã do Norte.

Art. 30 – O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem ao poder Legislativo para propor modificações ao presente projeto, bem como ao Projeto do Plano Plurianual e do Orçamento Anual, em conformidade com o parágrafo 5º do Art. 166 da Constituição Federal.

Art. 31 – Para os casos de renuncia de receita e condições para concessão de benefícios fiscais, será elaborado estimativa de impacto orçamentário-financeiro, independentemente de seu valor, deverá ainda, ser incluso recursos para instituição de normas de controle de custos e avaliação de resultados dos programas, bem como dependerão de lei especifica, em cumprimento ao artigo 14, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 32 – Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2014, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação ás despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1º - O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, o Relatório Resumido da Execução orçamentária, na forma do Art. 52, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000.

§ 2º - O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º - Até o final dos meses de maio e setembro de 2015, e de fevereiro de 2016, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública.

Art. 33 – O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2015, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da lei orçamentária.

§ 1º - Caso seja necessária à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo de que trata o § 2º do Artigo 2º, desta Lei, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras" de cada Poder.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 34 – Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2014, o autógrafo da Lei orçamentária para o exercício de 2015, não ser devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 35 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito, em 25 de Novembro de 2014.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Sandra Machado Matos Rodrigues
Código Identificador:E1E9DEBF

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº. 1012, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Autor do Projeto de Lei: Poder Executivo Municipal.
Projeto de Lei n° 320/2014

SÚMULA: "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ

DO NORTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**,** Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2015, Estima a Receita Bruta em R$ 43.330.000,00 (quarenta e três milhões, trezentos e trinta mil reais), a Receita Líquida em R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), e Fixa a Despesa em R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), sendo destinado para a Administração Direta o total de R$ 36.295.000,00 (trinta e seis milhões, duzentos e noventa e cinco mil reais) e para a Indireta R$ 3.705.000,00 (três milhões setecentos e cinco mil reais).

Parágrafo Único: O orçamento para 2015 ficará assim distribuído:

ORÇAMENTO FISCAL	**27.431.000,00**
DA SEGURIDADE SOCIAL	**12.659.000,00**
TOTAL GERAL	**40.000.000,00**

Art. 2º - A receita orçamentária será realizada, mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras fontes de recursos, na forma da legislação em vigor, e de acordo com as especificações a seguir.

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1 – Por Categoria Econômica		
Receitas Correntes	R$	34.931.000,00
Receitas de Capital	R$	1.364.000,00
TOTAL	**R$**	**36.295.000,00**

2 – Por Fontes		
RECEITAS CORRENTES	**R$**	**34.931.000,00**
Receita Tributária	R$	4.902.000,00
(-) Deduções das Receitas Tributárias	R$	(78.000,00)
Receita de Contribuição	R$	50.000,00
Receitas Patrimoniais	R$	221.000,00
(-) Deduções da Receita Patrimonial	R$	(1.000,00)
Receita de Serviços	R$	125.000,00
Transferências Correntes	R$	32.716.000,00
(-) Contribuição para o FUNDEB	R$	(3.236.000,00)
Outras Receitas Correntes	R$	247.000,00
(Deduções de Outras Receitas Correntes	R$	(15.000,00)
RECEITAS DE CAPITAL	**R$**	**1.364.000,00**
Operações de Credito	R$	5.000,00
Alienação de Bens	R$	25.000,00
Transferências de Capital	R$	1.329.000,00
Outras Receitas de Capital	R$	5.000,00
SUB-TOTAL	**R$**	**36.295.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

1 – Por Categoria Econômica		
Receitas Correntes	R$	3.705.000,00
TOTAL	**R$**	**3.705.000,00**

2 – Por Fontes		
RECEITAS CORRENTES	**R$**	**3.705.000,00**
Receita de Contribuição	R$	970.000,00
Receita de Contribuições – Intra-orçamentária	R$	1.350.000,00
Receitas Patrimoniais	R$	1.350.000,00
Outras Receitas Correntes	R$	35.000,00
SUB–TOTAL.	**R$**	**3.705.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**40.000.000,00**

Art. 3.º - A Despesa será realizada de acordo com a especificação dos Anexos desta lei, constantes do Programa de Trabalho e segundo a sua natureza, conforme discriminadas a seguir:

1 – Por Órgãos da Administração

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 – CÂMARA MUNICIPAL	**R$**	**1.320.000,00**
01.001 – Câmara Municipal	R$	1.320.000,00
03 – GABINETE DO PREFEITO	**R$**	**1.445.000,00**
03.001 – Gabinete do Prefeito	R$	1.445.000,00
04 – SEC. MUNIC. DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO.	**R$**	**2.246.050,00**
04.001 – Secretaria de Administração e Planejamento	R$	2.246.050,00
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	**R$**	**1.485.950,00**
05.001 – Secretaria de Finanças	R$	1.485.950,00
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**R$**	**1.665.000,00**
06.001 – Fundo Municipal de Assistência Social	R$	1.665.000,00
07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**R$**	**9.964.000,00**
07.001 – Gabinete do Secretário e Departamento de Educação	R$	3.964.000,00
07.002 – FUNDEB 60%	R$	4.345.000,00
07.003 – FUNDEB 40%	R$	1.655.000,00
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	**R$**	**7.324.000,00**
08.001 – Fundo Municipal de Saúde	R$	7.249.000,00
8.002 – Departamento de Água e Esgoto	R$	75.000,00
09 – SEC. DE OBRAS, SERV. PUBLICOS E TRANSPORTES	**R$**	**8.785.000,00**
09.001 – Secretaria de Obras, Serv. Públicos e Transportes	R$	8.785.000,00
10 – SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	**R$**	**920.000,00**
10.001 – Secretária de Agricultura e Meio Ambiente	R$	920.000,00
11 – SECRETARIA MUN. DE INDÚSTRIA, COMERCIO E TURISMO.	**R$**	**220.000,00**
11.001 – Secretaria de Industria, Comércio e Turismo.	R$	220.000,00
12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA.	**R$**	**870.000,00**
12.001 – Departamento de Esporte e Lazer	R$	535.000,00
12.002 – Departamento de Cultura	R$	335.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**R$**	**50.000,00**
99.999 – Reserva de Contingência	R$	50.000,00
SUB-TOTAL	**R$**	**36.295.000,00**

II - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

02 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL	**R$**	**3.705.000,00**
02.001 – Canaã Previ – Fundo Municipal de Previdência	R$	3.705.000,00
SUB-TOTAL	**R$**	**3.705.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**40.000.000,00**

2 – Por Categoria Econômica

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Despesas Correntes	R$	32.215.000,00
Despesas de Capital	R$	4.030.000,00
Reserva de Contingência	R$	50.000,00
SUB-TOTAL	**R$**	**36.295.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Despesas Correntes	R$	1.827.050,00
Despesas de Capital	R$	40.000,00
Reserva do RPPS	R$	1.837.950,00
SUB-TOTAL	**R$**	**3.705.000,00**
TOTAL GERAL	**R$**	**40.000.000,00**

3 – Por Funções

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 – Legislativa	R$	1.320.000,00
02 – Judiciária	R4	120.000,00
04 – Administração	R$	4.386.050,00
06 – Segurança Pública	R$	30.000,00
08 – Assistência Social	R$	1.615.000,00
10 – Saúde	R$	7.249.000,00
11 – Trabalho	R$	370.950,00
12 – Educação	R$	9.964.000,00
13 – Cultura	R$	335.000,00
15 – Urbanismo	R$	465.000,00
16 – Habitação	R$	50.000,00
17 – Saneamento	R$	75.000,00
18 – Gestão Ambiental	R$	75.000,00
20 – Agricultura	R$	845.000,00
22 – Indústria	R$	10.000,00
23 – Comércio e Serviços	R$	210.000,00
25 – Energia	R$	120.000,00
26 – Transporte	R$	8.170.000,00
27 – Desporto e Lazer	R$	535.000,00
28 – Encargos Especiais	R$	300.000,00
99 – Reserva de Contingência	R$	50.000,00
SUB-TOTAL	**R$**	**36.295.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

09 – PREVIDENCIA SOCIAL	R$	3.705.000,00
SUB TOTAL	**R$**	**3.705.000,00**

TOTAL GERAL	**R$**	**40.000.000,00**

4 – Por Função e Programas

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 – LEGISLATIVA	**R$**	**1.320.000,00**
0001 – Ação do Legislativo	R$	1.314.000,00
0002 – Infraestrutura do Legislativo	R$	6.000,00
02 – JUDICIÁRIA	**R$**	**120.000,00**
0010 – Defesa da Ordem Jurídica	R$	120.000,00

04 – ADMINISTRAÇÃO	**R$**	**4.386.050,00**
0003 – Gestão Pública Responsável e Transparente	R$	100.000,00
0004 – Gestão Administrativa	R$	3.901.050,00
0005 – Const., Ampliação e Manutenção de Edificações Publicas.	R$	110.000,00
0006 – Políticas Públicas e Relações Institucionais	R$	55.000,00
0012 - Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	70.000,00
0014 – Auditoria e Controle	R$	150.000,00

06 – SEGURANÇA PÚBLICA	**R$**	**30.000,00**
0007 – Defesa Civil e Obras Emergências	R$	30.000,00

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	**R$**	**1.615.000,00**
0005 – Const., Ampliação e Manutenção de Edificações Publicas.	R$	105.000,00
0012 - Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	150.000,00
0040 – Proteção Social Básica	R$	1.360.000,00

10 – SAÚDE	**R$**	**7.249.000,00**
0029 – Gestão da Política Publica de Saúde	R$	4.887.000,00
0031 – Blocos de Financiamento do SUS	R$	2.362.000,00

11 –TRABALHO	**R$**	**370.950,00**
0004 – Gestão Administrativa	R$	20.000,00
0011 – PASEP – Progr. de Formação do Patrim. do Servidor	R$	350.950,00

12 – EDUCAÇÃO	**R$**	**9.964.000,00**
0012 - Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	100.000,00
0013 – Serviço da Divida Interna	R$	10.000,00
0023 – Gerenciamento Global da Educação	R$	1.989.000,00
0025 – Merenda Escolar	R$	220.000,00
0026 – Infraestrutura Educacional	R$	375.000,00
0027 – Gestão do FUNDEB	R$	6.000.000,00
0028 – Transporte Escolar	R$	1.270.000,00
13 – CULTURA	**R$**	**335.000,00**
0021 – Promoção e Difusão Cultural	R$	135.000,00
0041 – Festas Tradicionais e Folclóricas	R$	200.000,00
15 – URBANISMO	**R$**	**465.000,00**
0015 – Limpeza, Conserv. e Melhoria de Lograd. Públicos	R$	160.000,00
0016 – Execução de Infraestrutura	R$	305.000,00

16 – HABITAÇÃO	**R$**	**50.000,00**
0009 – Programa de Fomento de Construção de Moradias	R$	50.000,00

17– SANEAMENTO	**R$**	**75.000,00**
0043 – PDTA – Programa Adução, Trat. Distrib. de Água	R$	75.000,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	**R$**	**75.000,00**
0042 – Gestão da Política Ambiental	R$	75.000,00

20 – AGRICULTURA	**R$**	**845.000,00**
0022 – Comercialização e Abastecimento	R$	40.000,00
0039 – Desenvolvimento e Promoção da Agropecuária	R$	745.000,00
0053 – Fomento a Piscicultura	R$	60.000,00

22 – INDÚSTRIA	**R$**	**10.000,00**
0016 – Execução de Infraestrutura	R$	10.000,00

23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	**R$**	**210.000,00**
0051 – Promoção da Industria e Comércio	R$	210.000,00

25 – ENERGIA ELÉTRICA	**R$**	**120.000,00**
0016 – Execução de Infraestrutura	R$	120.000,00

26 – TRANSPORTE	**R$**	**8.170.000,00**
0004 – Gestão Administrativa	R$	2.305.000,00
0012 - Renovação da Frota de Veículos e Equipamentos	R$	150.000,00
0016 – Execução de Infraestrutura	R$	5.715.000,00

27 – DESPORTO E LAZER	**R$**	**535.000,00**
0037 – Gestão da Política do Esporte e Lazer	R$	535.000,00

28 – ENCARGOS ESPECIAIS	**R$**	**300.000,00**
0013 – Serviço da Divida Interna	R$	300.000,00

99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**R$**	**50.000,00**
9999 – Reserva de Contingência	R$	50.000,00
SUB-TOTAL	**R$**	**36.295.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

I – CANAA PREVI – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

09 – PREVIDENCIA SOCIAL	**R$**	**3.705.000,00**
0008 – Gestão de Benefícios do Canaã Previ.	R$	3.705.000,00
TOTAL GERAL	**R$**	**40.000.000,00**

5 – Classificação Segundo a Natureza

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

	DESPESAS CORRENTES	**R$**	**32.215.000,00**
31.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R$	16.808.050,00
32.00.00.00.00	Juros e Encargos da Divida	R$	55.000,00
33.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	R$	15.351.950,00
	DESPESAS DE CAPITAL	**R$**	**4.030.000,00**
44.00.00.00.00	Investimentos	R$	3.795.000,00
46.00.00.00.00	Amortização da Divida	R$	235.000,00
99.00.00.00.00	**Reserva de Contingência**	**R$**	**50.000,00**
	SUB-TOTAL	**R$**	**36.295.000,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

	DESPESAS CORRENTES	**R$**	**1.827.050,00**
31.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R$	1.280.000,00
33.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	R$	547.050,00
	DESPESAS DE CAPITAL	**R$**	**40.000,00**
44.00.00.00.00	Investimentos	R$	40.000,00
77.99.00.00.00	**Reserva de Legal do RPPS**	**R$**	**1.837.950,00**
	SUB-TOTAL	**R$**	**3.705.000,00**
	TOTAL GERAL	**R$**	**40.000.000,00**

Art. 4.º - O Poder Executivo fica autorizado a:

a) - Abrir créditos adicionais suplementares, na forma dos artigos 42 e 43, parágrafo primeiro e seus Incisos da Lei nº. 4.320/64, até o limite de 30,00% (trinta por cento) do total da despesa fixada no artigo 1º desta lei.

b) - Contratar Operações de Crédito até o limite fixado pela legislação pertinente.

Art. 5.º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, independente do limite fixado no artigo anterior.

Art. 6.º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, mediante lei específica.

Art. 7.º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de créditos e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 8.º - Durante a execução da presente Lei, observar-se-ão as disposições constantes da Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2.015.

Art. 9.º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2.015, revogadas a disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 25 de Novembro de 2014.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Sandra Machado Matos Rodrigues
Código Identificador:85F8827E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO NOVEMBRO 2014

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2014

1º ADITIVO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS 030/2014–ASS-25/11/14-Vcto-23/02/2015- ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGENCIA-Contratado: **RODRIGO MATHEUS GUIMARAES ME** - OBJ: **EXECUCAO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA CONSTRUCAO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS- JARDIM PLANALTO) PERFAZENDO UM TOTAL DE 386,05m², DE ACORDO COM O PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - PROVENIENTE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E O MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA-MT.**

Nova Marilândia-MT, 25 de novembro de 2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosa Helena Dada Silva
Código Identificador:F5F0E64D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO NOVEMBRO DE 2014

1º ADITIVO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO 006/2014–ASS-17/11/14-Vcto-31/12/2014- VLR- 12.097,93-Contratado: **AUTO POSTO MARTINS LTDA ME - OBJETO:AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS (OLEO DIESEL COMUM, OLEO DIESEL S 10, GASOLINA COMUM E ALCOOL COMUM-ASSUNTO: ACRÉSCIMO/REAJUSTE DO PREÇO DE COMBUSTÍVEIS (OLEO DIESEL COMUM, OLEO DIESEL S 10, GASOLINA COMUM).**

Nova Marilândia-MT, 25 de novembro de 2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosa Helena Dada Silva
Código Identificador:1CFA476B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO
EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO NOVEMBRO DE 2014

1º ADITIVO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO 071/2014–ASS-11/11/14-Vcto-31/12/2014- VLR- 3.120,00-**CONTRATADA: COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS NORTELANDIA LTDA EPP-OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS OLEO DIESEL S10-ASSUNTO: ACRÉSCIMO/REAJUSTE DO PREÇO DE COMBUSTÍVEIS OLEO DIESEL**

Nova Marilândia-MT, 25 de novembro de 2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosa Helena Dada Silva
Código Identificador:BF700FC5

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 696/2014

EMENTA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **WENER KLESLEY DOS SANTOS**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI.
RESOLVENDO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1o São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2o, da Constituição, as diretrizes orçamentárias do Município para 2015, compreendendo:
I - as prioridades e metas da administração para 2015;
II - a estrutura, organização e diretrizes para a execução e alterações dos orçamentos do Município para 2015;
III - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal;
IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária do Município;
Parágrafo único. Fazem parte integrante desta Lei os seguintes documentos:

I – Projeção da Receita e da Despesa para 2011/2013;
II -Anexo de metas e prioridades para 2015;
III. - Anexo de Riscos Fiscais;
IV – Relatório dos projetos em andamento.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2013
Art. 2o Em consonância com o art. 165, § 2o, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2015 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.
Parágrafo único. Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.

CAPÍTULO III
A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E
ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2013
Seção I
Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 3o O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.
Art. 4o Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.
§ 1o As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em sub-titulos (subprojetos ou sub-atividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medida e valores,

estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).
§ 2o As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.
Art. 5o A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:
I – a fundos especiais;
II - às ações de saúde e assistência social;
III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;
IV – aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;
V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;
VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;
VII - ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;
VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e
IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.
Art. 6o O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo será constituído de:
I - texto da lei;
II - quadros orçamentários consolidados;
III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
IV - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5o, inciso II, da Constituição; e
V - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.
VI – demonstrativo da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
§1º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.
Art. 7o Para efeito do disposto neste capítulo o Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 10 de Novembro de 2014, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Seção II
Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 8º. A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no mínimo, dois por cento da Receita Corrente Líquida prevista para o Município e:
I – se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos;
II – ficará sob a coordenação do órgão responsável pela sua destinação; e
III – será controlada através de registros contábeis no sistema orçamentário.
§1º. Não será considerada, para os efeitos do percentual de que trata o **caput**, a reserva à conta de receitas vinculadas e diretamente arrecadadas dos fundos e das entidades da administração indireta, cuja utilização fica autorizada até o limite previsto na Lei Orçamentária.
§2º. A reserva de contingência, como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais para eventos fiscais imprevistos que não estejam contemplados no anexo de riscos fiscais, somente poderá ser utilizada com valores que ultrapassem, concomitantemente:
I - à previsão do Anexo de riscos fiscais; e
II – o déficit financeiro apurado em balanço de recursos livres do exercício anterior.
§3º. A reserva de contingência prevista poderá ser utilizada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.

Art. 9º. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:
I - integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;
II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3o, aquelas cujo valor não
Ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.
Art. 10. O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2015, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8o da Lei Complementar no 101 de 2000.
§1º. Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2015.
§ 2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão:
I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar no 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;
II - demonstrativo da despesa por programas de governo.

Seção III
Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias Compreendidas
os Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art. 11. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2015, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de até 7% (sete pontos percentuais) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferidas em 2014, nos termos do art. 29-A da Constituição da República.

§1º. Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.
§2º. Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:
I – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.
II – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.
Art. 12. Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal,inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2014, ou, sendo esse valor superior ao orçamento do Legislativo, o limite de seus créditos orçamentários.
§ 1º. Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.
§ 2º. Considera-se receita tributária e de transferências para fins de cálculo do orçamento do Poder Legislativo, desde que efetivamente arrecadadas:
a) os impostos;
b) as taxas;
c) a contribuição de melhoria;
d) a dívida ativa de impostos, taxas e contribuições de melhoria;
e) o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF;

f) a Cota-parte do Imposto Territorial Rural - ITR;
g) a Cota-parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;
h) o valor bruto arrecadado da Transferência da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;
i) o valor bruto arrecadado da Transferência da LC nº 87/96 (Icms-Exportação);
j) do valor bruto arrecadado do Fundo de Participação dos Municípios;
l) o valor bruto arrecadado da Cota-parte do IPI/Exportação;
m) o valor arrecadado da Cota-parte da CIDE;

Art. 13. O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

I – os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II – os valores necessários para:

a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro;

b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Art. 14. A Câmara Municipal enviará até o dia 15 de cada mês, a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

Seção IV
Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 15. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 16. Os serviços de contabilidade do Município organização sistema de custos que permita:

a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;

d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 17. A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º. Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante à sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V
Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art 18. Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;

II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1º. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º. O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º. É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/96, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados inferiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI
Da Transferência de Recursos para as Entidades da Administração Indireta

Art. 19. – O Orçamento Próprio da Administração Indireta compreende as receitas próprias e as receitas de transferências do Município e suas aplicações.

Art. 20. O Município poderá efetuar transferências financeiras intragovernamentais, autorizadas em lei específica conforme preconiza a Constituição da República, Art. 167,VIII:

I – a fundos e fundações, inclusive as instituídas e mantidas pela administração pública,

II – a empresas públicas e sociedades de economia mista, cuja maioria do capital pertence ao Município, para suprir déficits financeiros.

Seção VII
Das Transferências de Recursos para o Setor Privado
Subseção I
Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 21. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2013, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 22. Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;

II - cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

V - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

VI - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Parágrafo único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda da regular aplicação dos recursos, mediante determinação em lei complementar que disciplinara as formas de critérios de prestação de contas dos recursos repassados, devendo ocorrer a devolução dos valores no caso de desvio de finalidade;

Subseção II
Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 23. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 24. A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:
I – a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.
II – incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos de disporá em lei municipal especifica.
III – no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e
jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros
de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que
dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000:
a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;
b) formalização de contrato;
c) aprovação de projeto pelo Poder Público;
d) acompanhamento da execução;
e) prestação de contas.
Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VIII
Dos Créditos Adicionais

Art. 25. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.
Art. 26. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais as exposições de motivos que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I
Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de
Caráter Continuado

Art.27. A compensação de que trata o art. 17, § 2o, da Lei Complementar nº 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.
Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II
Das Despesas com Pessoal

Art.28 - As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e a legislação municipal em vigor.
Art.29 - O Poder Executivo, por intermédio do órgão central de controle de pessoal civil da Administração Direta e Indireta, publicará anualmente a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior.
§ 1º O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo mediante ato próprio de seu dirigente máximo.
§ 2º Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de Planos de Carreiras dos Servidores Municipais, serão incorporados à tabela referida neste artigo.
Art.30 - Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como limites para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais a folha de pagamento, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos municipais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.
Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal até 31 de agosto do corrente exercício projeto de Lei, definindo o percentual de reposição salarial e índice a ser utilizado.
Art.31 - Ficam autorizados as concessões de quaisquer vantagens, os aumentos de remuneração e as alterações de estrutura de carreiras, observado o disposto no art. 169, § 1º, da Constituição Federal.
Art.32 - No exercício de 2015, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

Existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o artigo desta lei;

Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

Forem observados os limites previstos no artigo 21 desta lei, ressalvado o disposto no artigo 22, inciso IV, parte final, da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. A criação de cargos, empregos e funções, bem como admissões ou contratações de pessoal somente poderão ocorrer depois de atendido o disposto neste artigo e no artigo 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal.

Art. 33 – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar Concurso Público desde que seja observado o disposto no artigo 24 desta Lei.

Art. 34 - No exercício de 2015, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites referidos no artigo 21 desta lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no ***caput*** deste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Art.35 - A proposta orçamentária assegurará recursos para a qualificação de pessoal e visará ao aprimoramento e ao treinamento dos servidores municipais, que ficarão agregados a programa de cada órgão.

Art.36 - O disposto no § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101 de 2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se consideram substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do ***caput***, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II – Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa

disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente;

III – Não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
DO MUNICÍPIO

Art. 37. Na política de administração tributária do Município ficam definidas as seguintes diretrizes para 2015, devendo, até o final do exercício, legislação específica dispor sobre:
I – a revisão na alíquota da contribuição social cobrada dos servidores para o custeio do Regime Próprio de Previdência Social;
II – revisão no Código Tributário do Município, especialmente sobre:

a) Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU:
1. ser progressivo em razão do valor do imóvel; e
2. ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
b) a alteração na alíquota e na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
c) a alteração na alíquota e na base de cálculo sobre o Serviço de Captação, tratamento e adução de água.

Art. 38. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser
considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.
Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas a previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:
I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;
III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;
IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município;

Art.40. Os orçamentos da Administração Direta, da Administração Indireta, da Fundação e dos Fundos Municipais deverão destinar recursos ao pagamentos dos serviços da dívida municipal e ao cumprimento do que dispõe o artigo 100 e parágrafos da Constituição Federal.

Art. 41. – Os recursos liberados pelo Poder Executivo, para viagem serão a título de diárias em nome do servidor, com posterior prestação de contas (ou relatório de viagem).

Art. 42 – Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser apontadas emendas, desde que:

I – Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II – Não alterem dotações referentes a despesas de custeio e serviços da dívida;
III – Não utilizem recursos provenientes de convênios e operações de créditos vinculados.

Art. 43 – Se o Projeto de Lei orçamentária Anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal em tempo hábil, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma proposta do Orçamento remetido à Câmara Municipal.

Art. 44 – Se verificado que ao final do bimestre o não cumprimento das metas de equilíbrio financeiro, que visa obtenção de resultado primário conforme determinação da Lei Complementar 101, o Poder Executivo e Legislativo, efetivar-se-ão a limitação de empenho e movimentação financeira de forma proporcional ao montante dos recursos alocados com base nos seguintes critérios:

Parágrafo Único – Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais prevista nas emendas constitucionais n.º 14 e 29, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Marilândia - MT, aos 25 dias do mês de Novembro do ano de 2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito De Nova Marilândia – MT

Publicado por:
Gilson dos Santos Prates
Código Identificador:87B50CFA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 697/2014

EMENTA: AUTORIZA A CONTRATAÇÕES DE PLANTÕES E SOBREAVISOS JUNTO A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ASSISTENCIAL HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE DENISE E ACRESCENTA-SE ITEM AO ANEXO I DA LEI MUNICIPAL N.º 695/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WENER KLESLEY DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE ÀS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E A LEI MUNICIPAL N.º 695/2014, APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º – Autoriza a contratação de plantões e sobreaviso junto à associação beneficente assistencial hospital das clínicas de Denise inscrita no CNPJ sob nº 03509072/0001;

Art. 2º - O Anexo I da Lei Municipal n.º 695/2014 será acrescentado com a seguinte redação:
(...)

PLANTÕES / SOBRE AVISOS	R$ 350,00

Art. 3º - As despesas decorrentes com o cumprimento da presente lei correrão por conta de verbas consignadas no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Nova Marilândia - MT, aos 25 dias do mês de novembro de 2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito de Nova Marilândia

Publicado por:
Gilson dos Santos Prates
Código Identificador:CFE4731E

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 698/2014

EMENTA: INSTITUI GRATIFICAÇÃO DE SOBREAVISO AOS MOTORISTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

WENER KLESLEY DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE ÀS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL E O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ART. 1º. FICA INSTITUÍDO, POR ESTA LEI, A GRATIFICAÇÃO DE SOBREAVISO AOS MOTORISTAS DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT.

ART. 2º. O MOTORISTA COM ATUAÇÃO NA SECRETARIA DE SAÚDE, RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS AO DESLOCAMENTO DE PACIENTES A OUTROS CENTROS DE TRATAMENTO MÉDICO, QUANDO EM ESCALA DE SOBREAVISO PERCEBERÃO:

I – GRATIFICAÇÃO DE SOBREAVISO, NO VALOR DE R$ 50,00 (CINQÜENTA REAIS), POR DIA DE ATIVIDADE DE SOBREAVISO.

ART. 3º. CABERÁ AO SECRETÁRIO DE SAÚDE, ESTABELECER A ESCALA DE SOBREAVISO DOS MOTORISTAS PARA O MÊS SEGUINTE, FICANDO LIMITADO A 12 (DOZE) GRATIFICAÇÕES MENSAIS DE SOBREAVISO;

ART. 4º. O ACRESCENTA-SE O INC. XIII AO ART. 179 DO CAPÍTULO IV DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 675 DE 10 DE MARÇO DE 2014 QUE PASSARÁ A VIGER COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

ART. 179 – (...)
"XIII – GRATIFICAÇÃO DE SOBREAVISO."

ART. 5º – FICA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL AUTORIZADO A PROMOVER TODAS AS DEMAIS PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS, JURÍDICAS, ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E ECONÔMICAS, FISCAIS, TRIBUTÁRIAS, PREVIDENCIÁRIAS E CONTÁBEIS, BEM ASSIM, AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA A SUPLEMENTAÇÃO, ÀS TRANSFERÊNCIAS OU REMANEJAMENTOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, PARA O FIEL CUMPRIMENTO DA PRESENTE LEI.

ART. 6º – AS DESPESAS DECORRENTES COM O CUMPRIMENTO DA PRESENTE LEI CORRERÃO POR CONTA DE VERBAS CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, REMANEJADAS, TRANSPOSTAS E SUPLEMENTADAS NOS LIMITES NECESSÁRIOS.

ART. 7º - ESTA LEI ENTRARA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO REVOGANDO-SE AS DISPOSIÇÕES AO CONTRORIO.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - MT, AOS 25 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2014.

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Prefeito de Nova Marilândia - MT

Publicado por:
Gilson dos Santos Prates
Código Identificador:05E0132D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 05/2014 – CMCA - NM

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE FOI DELIBERADO, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE, BAIXA A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

RESOLVEM:
Art. 1º - FICA REELEITO e APROVADO PARA PRESIDENTE DO CEONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA –MT, O SR ROGERIO APARECIDO RAIMUNDO.

Art. 2º - FICA REELEITO e APROVADO PARA PRESIDIAR O CONSELHO MUNCIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, SR ROGERIO APARECIDO RAIMUNDO PARA UM MANDATO DE DOIS ANOS, INICIANDO EM 24/11/2014 E TERMINANDO EM 24/11/2016.

Art. 3º - ASSIM, REELEITO E APROVADO PELO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, DO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT, ESTA RESOLUÇÃO ENTRE EM VIGOR NA DATA DA SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADO AS DISPOSIÇÕES EM CONTRARIO.

NOVA MARILÂNDIA – MT, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

ROGERIO APARECIDO RAIMUNDO
CPF:406.216.931-20
Presidente do CMCA

Publicado por:
Gilson dos Santos Prates
Código Identificador:2123CA65

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
RESOLUÇÃO Nº 004/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA MARINGÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Maringá-MT, criado pela Lei nº 28/1993, em reunião ordinária realizada no dia 24 de novembro de 2014, conforme Ata nº 028 /2014 no uso das atribuições que lhe são conferidas
Resolve:
Art. 1º - Delibera e aprova o DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA CO-FINANCIAMENTO FEDERAL DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-SUAS REFERENTE AO ANO DE 2013, DEMONSTRATIVO GESTÃO DO IGD-PBF E DEMONSTRATIVO GESTÃO IGD-SUAS.
Art. 2º- Esta resolução entrará em vigor a partir da data de publicação.

Nova Maringá-MT, 24 de novembro de 2014.

MARIA DE FÁTIMA CORDEIRO FERREIRA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Michel Souza Campos
Código Identificador:7FFFF2A7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº132/2014

Data: 24 de Novembro de 2014.

SÚMULA: FICA NOMEADA A SRA. MIRIAN BARBOSA CAMARGO MACIEL, PARA O CARGO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
DECRETA:
ARTIGO 1º - Fica nomeada a Sra. MIRIAN BARBOSA CAMARGO MACIEL, para o cargo de Diretora de Departamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, do Município de Nova Monte Verde-MT.
ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor em 02 de Dezembro de 2014, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 24 de Novembro de 2014.

ARION SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Schedler Citadin
Código Identificador:E667C7AF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 1.816, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente e dá outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço das dotações consignadas no orçamento do Município de Nova Mutum, para o exercício de 2014, no valor de até R$ 2.615.594,00 (dois milhões, seiscentos e quinze mil e quinhentos e noventa e quatro reais) à seguinte rubrica orçamentária:

DOTAÇÕES A SUPLEMENTAR
02 Gabinete do Prefeito
02.001 Gabinete do Prefeito
02.001.04 Administração
02.001.04.121 Planejamento e Orçamento
02.001.04.122.0100 Gestão Administrativa
02.001.04.122.0100.2005 Manutenção e Encargos com a Gerência de Planejamento
31.90.11.00.00.00 (003) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 18.000,00
31.90.13.00.00.00 (004) Obrigações Patronais R$ 5.000,00
02 Gabinete do Prefeito
02.001 Gabinete do Prefeito
02.001.04 Administração
02.001.04.122 Administração Geral
02.001.04.121.0100 Gestão Administrativa
02.001.04.121.0100.2001 Manutenção e Encargos com o Gabinete
31.90.11.00.00.00 (011) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 15.000,00
31.90.13.00.00.00 (012) Obrigações Patronais R$ 5.000,00
02 Gabinete do Prefeito
02.001 Gabinete do Prefeito
02.001.04 Administração
02.001.04.122 Administração Geral
02.001.04.122.0100 Gestão Administrativa
02.001.04.122.0100.2002 Manutenção e Encargos com a Assessoria Jurídica
31.90.11.00.00.00 (018) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 35.000,00
31.90.13.00.00.00 (019) Obrigações Patronais R$ 7.000,00
02 Gabinete do Prefeito
02.001 Gabinete do Prefeito
02.001.04 Administração
02.001.04.131 Comunicação Social
02.001.04.131.0100 Gestão Administrativa
02.001.04.131.0100.2003 Manutenção e Encargos com a Assessoria de Imprensa
31.90.11.00.00.00 (027) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 25.000,00
31.90.13.00.00.00 (028) Obrigações Patronais R$ 6.000,00
02 Gabinete do Prefeito
02.001 Gabinete do Prefeito
02.001.04 Administração
02.001.04.131 Comunicação Social
02.001.04.131.0100 Gestão Administrativa
02.001.04.131.0100.2004 Manutenção e Encargos com a Ouvidoria
31.90.11.00.00.00 (033) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 5.500,00
31.90.13.00.00.00 (034) Obrigações Patronais R$ 2.000,00
03 Secretaria Municipal de Economia e Planejamento
03.001 Secretaria Municipal de Economia e Planejamento
03.001.04 Administração
03.001.04.122 Administração Geral
03.001.04.122.0100 Gestão Administrativa
03.001.04.122.0100.2006 Manutenção e Encargos com Secretaria de Economia e Planejamento
31.90.11.00.00.00 (040) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 125.000,00
31.90.13.00.00.00 (041) Obrigações Patronais R$ 25.000,00
04 Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos
04.001 Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos
04.001.04 Administração
04.001.04.122 Administração Geral
04.001.04.122.0100 Gestão Administrativa
04.001.04.122.0100.2008 Manutenção e Encargos da Secretaria
31.90.11.00.00.00 (057) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 220.000,00
31.90.13.00.00.00 (058) Obrigações Patronais R$ 80.000,00
05 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05.004 FUNDEB
05.004.12 Educação
05.004.12.361 Ensino Fundamental
05.004.12.361.0113 Brasil Escolarizado - FUNDEB
05.004.12.361.0113.2030 Atendimento do FUNDEB 60% - Ensino Fundamental
31.90.11.00.00.00 (183) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 300.000,00
31.90.13.00.00.00 (184) Obrigações Patronais R$ 20.000,00
05 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05.004 FUNDEB
05.004.12 Educação
05.004.12.365 Educação Infantil
05.004.12.365.0113 Brasil Escolarizado - FUNDEB
05.004.12.365.0113.2031 Atendimento ao FUNDEB 60% - Educação Infantil
31.90.11.00.00.00 (192) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 250.000,00
06 Secretaria Municipal de Saúde

06.002 Fundo Municipal de Saúde
06.002.10 Saúde
06.002.10.122 Administração Geral
06.002.10.122.0117 Gestão da Saúde com Qualidade
06.002.10.122.0117.2045 Manutenção da Secretaria de Saúde
31.90.04.00.00.00 (205) Contratação por Tempo Determinado R$ 20.000,00
31.90.11.00.00.00 (206) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 140.000,00
31.90.13.00.00.00 (207) Obrigações Patronais R$ 20.000,00
06 Secretaria Municipal de Saúde
06.002 Fundo Municipal de Saúde
06.002.10 Saúde
06.002.10.301 Atenção Básica
06.002.10.301.0118 Gerir com Qualidade a Atenção Básica
06.002.10.301.0118.2049 Manutenção do PSF (Programa Saúde da Família)
31.90.04.00.00.00 (234) Contratação por Tempo Determinado R$ 70.000,00
31.90.11.00.00.00 (235) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 192.094,00
31.90.13.00.00.00 (236) Obrigações Patronais R$ 70.000,00
06 Secretaria Municipal de Saúde
06.002 Fundo Municipal de Saúde
06.002.10 Saúde
06.002.10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
06.002.10.302.0119 Ampliação e Qualidade na Média e Alta Complexidade
06.002.10.302.0119.2055 Manutenção da Unidade de Reabilitação
31.90.11.00.00.00 (279) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 30.000,00
31.90.13.00.00.00 (280) Obrigações Patronais R$ 5.000,00
06 Secretaria Municipal de Saúde
06.002 Fundo Municipal de Saúde
06.002.10 Saúde
06.002.10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
06.002.10.302.0119 Ampliação e Qualidade na Média e Alta Complexidade
06.002.10.302.0119.2056 Manutenção do Laboratório Municipal
31.90.11.00.00.00 (286) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 37.000,00
31.90.13.00.00.00 (287) Obrigações Patronais R$ 10.000,00
06 Secretaria Municipal de Saúde
06.002 Fundo Municipal de Saúde
06.002.10 Saúde
06.002.10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
06.002.10.302.0119 Ampliação e Qualidade na Média e Alta Complexidade
06.002.10.302.0119.2134 Contratualização com Organização Social - Hospital
33.50.41.00.00.00 (309) Contribuições R$ 710.000,00
10 Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
10.001 Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
10.001.27 Desporto e Lazer
10.001.27.122 Administração Geral
10.001.27.122.0100 Gestão Administrativa
10.001.27.122.0100.2088 Manutenção e Encargos da Sec. de Esportes e Lazer
31.90.11.00.00.00 (533) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 30.000,00
31.90.13.00.00.00 (534) Obrigações Patronais R$ 13.000,00
11 Secretaria Municipal de Assistência Social
11.002 Fundo Municipal de Assistência Social
11.002.08 Assistência Social
11.002.08.244 Assistência Comunitária
11.002.08.244.0143 Proteção Social Básica
11.002.08.244.0143.2103 Manutenção e Encargos com a Proteção Social Básica
31.90.11.00.00.00 (607) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 50.000,00
31.90.13.00.00.00 (608) Obrigações Patronais R$ 15.000,00
11 Secretaria Municipal de Assistência Social
11.002 Fundo Municipal de Assistência Social
11.002.08 Assistência Social
11.002.08.244 Assistência Comunitária
11.002.08.244.0144 Proteção Social Especial
11.002.08.244.0144.2118 Manutenção e Encargos com a Proteção Social Especial
31.90.11.00.00.00 (633) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 50.000,00
31.90.13.00.00.00 (634) Obrigações Patronais R$ 10.000,00
TOTAL A SUPLEMENTAR R$ 2.615.594,00

Art. 2º. Para atender ao crédito adicional suplementar previsto no Artigo anterior será anulado parcialmente, de acordo com o previsto no Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64, recursos no montante de até R$ 2.615.594,00 (dois milhões, seiscentos e quinze mil e quinhentos e noventa e quatro reais) de dotação orçamentária do orçamento vigente as seguintes rubricas orçamentárias:

DOTAÇÕES A REDUZIR
03 Secretaria Municipal de Economia e Planejamento
03.001 Secretaria Municipal de Economia e Planejamento
03.001.04 Administração
03.001.04.122 Administração Geral
03.001.04.122.0100 Gestão Administrativa
03.001.04.122.0100.1006 Equipamentos e Material Permanente, Veículos, Motocicletas
44.90.52.00.00.00 (038) Equipamentos e Material Permanente R$ 10.000,00
03 Secretaria Municipal de Economia e Planejamento
03.001 Secretaria Municipal de Economia e Planejamento
03.001.04 Administração
03.001.04.126 Tecnologia da Informação
03.001.04.126.0103 TI
03.001.04.126.0103.1007 Modernização Tecnológica
33.90.30.00.00.00 (046) Material de Consumo R$ 7.710,00
33.90.39.00.00.00 (047) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 29.840,00
03 Secretaria Municipal de Economia e Planejamento
03.001 Secretaria Municipal de Economia e Planejamento
03.001.28 Encargos Especiais
03.001.28.843 Serviço da Dívida Interna
03.001.28.843.0101 Dívida Pública
03.001.28.843.0101.3001 Amortização e Encargos da Dívida
46.90.71.00.00.00 (051) Principal da Dívida Contratual R$ 70.000,00
04 Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos
04.001 Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos
04.001.04 Administração
04.001.04.122 Administração Geral
04.001.04.122.0100 Gestão Administrativa
04.001.04.122.0100.2008 Manutenção e Encargos da Secretaria
33.90.30.00.00.00 (059) Material de Consumo R$ 150.000,00
33.90.39.00.00.00 (061) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 150.000,00
05 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05.001 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05.001.12 Educação
05.001.12.361 Ensino Fundamental
05.001.12.361.0111 Brasil Escolarizado
05.001.12.361.0111.2024 Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental
31.90.04.00.00.00 (124) Contratação por Tempo Determinado R$ 41.000,00
05 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05.001 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05.001.12 Educação
05.001.12.365 Educação Infantil
05.001.12.365.0111 Brasil Escolarizado
05.001.12.365.0111.2025 Manutenção e Encargos da Educação Infantil
31.90.04.00.00.00 (138) Contratação por Tempo Determinado R$ 40.000,00
05 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05.004 FUNDEB
05.004.12 Educação
05.004.12.361 Ensino Fundamental
05.004.12.361.0113 Brasil Escolarizado - FUNDEB

05.004.12.361.0113.2032 Atendimento ao FUNDEB 40% - Ensino Fundamental
31.90.11.00.00.00 (186) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 180.000,00
31.90.13.00.00.00 (187) Obrigações Patronais R$ 90.000,00
05 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05.004 FUNDEB
05.004.12 Educação
05.004.12.365 Educação Infantil
05.004.12.365.0113 Brasil Escolarizado - FUNDEB
05.004.12.365.0113.2031 Atendimento ao FUNDEB 60% - Educação Infantil
31.90.04.00.00.00 (191) Contratação por Tempo Determinado R$ 80.000,00
07 Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
07.001 Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
07.001.04 Administração
07.001.04.122 Administração Geral
07.001.04.122.0100 Gestão Administrativa
07.001.04.122.0100.2060 Manutenção e Encargos com a Secretaria de Agricultura
31.90.11.00.00.00 (370) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 125.000,00
31.90.13.00.00.00 (371) Obrigações Patronais R$ 25.000,00
07 Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
07.001 Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
07.001.17 Saneamento
07.001.17.512 Saneamento Básico Urbano
07.001.17.512.0126 Coleta Seletiva
07.001.17.512.0126.1052 Estruturação do Projeto de Reciclagem
33.90.30.00.00.00 (376) Material de Consumo R$ 10.000,00
33.90.36.00.00.00 (377) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 5.000,00
33.90.39.00.00.00 (378) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 35.000,00
44.90.52.00.00.00 (380) Equipamentos e Material Permanente R$ 30.000,00
07 Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
07.001 Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
07.001.17 Saneamento
07.001.17.512 Saneamento Básico Urbano
07.001.17.512.0126 Coleta Seletiva
07.001.17.512.0126.2075 Promover Palestras e Encontros para Sensibilizar a Sociedade
33.90.30.00.00.00 (390) Material de Consumo R$ 1.000,00
33.90.36.00.00.00 (391) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 1.000,00
33.90.39.00.00.00 (392) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 5.000,00
07 Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
07.001 Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
07.001.18 Gestão Ambiental
07.001.18.541 Preservação e Conservação Ambiental
07.001.18.541.0122 Cidade Arborizada
07.001.18.541.0122.1049 Implantação de Viveiro e Infraestrutura Básica
33.90.30.00.00.00 (393) Material de Consumo R$ 10.000,00
33.90.36.00.00.00 (394) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 5.000,00
44.90.51.00.00.00 (396) Obras e Instalações R$ 115.000,00
44.90.52.00.00.00 (397) Equipamentos e Material Permanente R$ 20.000,00
07 Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
07.001 Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
07.001.20 Agricultura
07.001.20.122 Administração Geral
07.001.20.122.0121 Promoção da Produção Agropecuária
07.001.20.122.0121.2063 Manutenção das Atividades do Programa de Produção Agropecuária
33.90.30.00.00.00 (429) Material de Consumo R$ 11.600,00
33.90.36.00.00.00 (430) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 1.000,00
33.90.39.00.00.00 (431) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 5.000,00
07 Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
07.001 Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
07.001.20 Agricultura
07.001.20.601 Promoção da Produção Vegetal
07.001.20.601.0121 Promoção da Produção Agropecuária
07.001.20.601.0121.1048 Implant. Unidade Recebimento de Produtos Hortifrutigranjeiros
33.90.30.00.00.00 (433) Material de Consumo R$ 500,00
33.90.36.00.00.00 (434) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 5.000,00
33.90.39.00.00.00 (435) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 20.000,00
44.90.51.00.00.00 (436) Obras e Instalações R$ 500,00
44.90.52.00.00.00 (437) Equipamentos e Material Permanente R$ 500,00
07 Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
07.001 Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
07.001.20 Agricultura
07.001.20.606 Extensão Rural
07.001.20.606.0121 Promoção da Produção Agropecuária
07.001.20.606.0121.2061 Direcionam. dos Projetos de Produção com Acompanhamento Técnico
33.90.30.00.00.00 (438) Material de Consumo R$ 2.000,00
33.90.39.00.00.00 (439) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 14.694,00
44.90.51.00.00.00 (440) Obras e Instalações R$ 2.000,00
09 Secretaria Municipal de Administração
09.001 Secretaria Municipal de Administração
09.001.04 Administração
09.001.04.122 Administração Geral
09.001.04.122.0100 Gestão Administrativa
09.001.04.122.0100.2081 Manutenção e Encargos com a Secretaria
31.90.11.00.00.00 (474) Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 60.000,00
31.90.13.00.00.00 (475) Obrigações Patronais R$ 10.000,00
09 Secretaria Municipal de Administração
09.001 Secretaria Municipal de Administração
09.001.04 Administração
09.001.04.122 Administração Geral
09.001.04.122.0135 Modernização da Administração
09.001.04.122.0135.1071 Aquisição e Substituição de Veículos
44.90.52.00.00.00 (484) Equipamentos e Material Permanente R$ 13.000,00
09 Secretaria Municipal de Administração
09.001 Secretaria Municipal de Administração
09.001.04 Administração
09.001.04.122 Administração Geral
09.001.04.122.0135 Modernização da Administração
09.001.04.122.0135.1072 Ampliação/Manutenção do Paço Municipal
33.90.30.00.00.00 (485) Material de Consumo R$ 29.000,00
33.90.36.00.00.00 (486) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 15.000,00
33.90.39.00.00.00 (487) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 1.500,00
44.90.51.00.00.00 (488) Obras e Instalações R$ 46.000,00
09 Secretaria Municipal de Administração
09.001 Secretaria Municipal de Administração
09.001.04 Administração
09.001.04.122 Administração Geral
09.001.04.122.0135 Modernização da Administração
09.001.04.122.0135.1073 Aquisição de Móveis e Equipamentos
44.90.52.00.00.00 (489) Equipamentos e Material Permanente R$ 54.000,00
09 Secretaria Municipal de Administração
09.001 Secretaria Municipal de Administração
09.001.04 Administração
09.001.04.125 Normatização e Fiscalização
09.001.04.125.0132 Cidade Digital
09.001.04.125.0132.1063 Datacenter, Aquisição de Servidores e Equipamentos
33.90.39.00.00.00 (499) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 50.000,00
44.90.52.00.00.00 (500) Equipamentos e Material Permanente R$ 213.000,00

09 Secretaria Municipal de Administração
09.001 Secretaria Municipal de Administração
09.001.04 Administração
09.001.04.125 Normatização e Fiscalização
09.001.04.125.0132 Cidade Digital
09.001.04.125.0132.1064 Pontos de Acesso a Internet, Cabeamento, Sist. Gabin., Telefonia IP e Digitalização
33.90.30.00.00.00 (501) Material de Consumo R$ 5.900,00
33.90.39.00.00.00 (502) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 27.300,00
09 Secretaria Municipal de Administração
09.001 Secretaria Municipal de Administração
09.001.04 Administração
09.001.04.125 Normatização e Fiscalização
09.001.04.125.0132 Cidade Digital
09.001.04.125.0132.2082 Manutenção dos Equipamentos da TI
33.90.30.00.00.00 (504) Material de Consumo R$ 16.500,00
09 Secretaria Municipal de Administração
09.001 Secretaria Municipal de Administração
09.001.04 Administração
09.001.04.125 Normatização e Fiscalização
09.001.04.125.0132 Cidade Digital
09.001.04.125.0132.2083 Mobilidade de Agentes, Sistema de Gerenciamento
33.90.39.00.00.00 (505) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 19.265,00
44.90.52.00.00.00 (506) Equipamentos e Material Permanente R$ 15.335,00
09 Secretaria Municipal de Administração
09.001 Secretaria Municipal de Administração
09.001.04 Administração
09.001.04.128 Formação de Recursos Humanos
09.001.04.128.0137 Modernização da Gestão de Recursos Humanos
09.001.04.128.0137.2131 Avaliação, Capacitação, Plano de Carreira e Modelo de Gestão dos Servidores
33.90.30.00.00.00 (507) Material de Consumo R$ 5.000,00
33.90.36.00.00.00 (508) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 5.000,00
33.90.39.00.00.00 (509) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 22.300,00
09 Secretaria Municipal de Administração
09.001 Secretaria Municipal de Administração
09.001.16 Habitação
09.001.16.482 Habitação Urbana
09.001.16.482.0134 Chave da Casa
09.001.16.482.0134.1069 Aquisição de Áreas para construção de Unidades Habitacionais
44.90.61.00.00.00 (516) Aquisição de Imóveis R$ 17.800,00
09 Secretaria Municipal de Administração
09.002 Departamento de Segurança Pública
09.002.06 Segurança Pública
09.002.06.183 Informação e Inteligência
09.002.06.183.0108 Segurança, a Prioridade é a Vida
09.002.06.183.0108.1075 Aquisição de Equipamentos
44.90.52.00.00.00 (517) Equipamentos e Material Permanente R$ 84.850,00
09 Secretaria Municipal de Administração
09.002 Departamento de Segurança Pública
09.002.06 Segurança Pública
09.002.06.183 Informação e Inteligência
09.002.06.183.0108 Segurança, a Prioridade é a Vida
09.002.06.183.0108.1076 Lombada e Sinalização
33.90.39.00.00.00 (519) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 30.000,00
44.90.51.00.00.00 (520) Obras e Instalações R$ 123.500,00
09 Secretaria Municipal de Administração
09.002 Departamento de Segurança Pública
09.002.06 Segurança Pública
09.002.06.183 Informação e Inteligência
09.002.06.183.0108 Segurança, a Prioridade é a Vida
09.002.06.183.0108.1077 Monitoramento Eletrônico
33.90.30.00.00.00 (521) Material de Consumo R$ 10.000,00
33.90.39.00.00.00 (522) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 170.000,00
44.90.52.00.00.00 (523) Equipamentos e Material Permanente R$ 20.000,00
09 Secretaria Municipal de Administração
09.002 Departamento de Segurança Pública
09.002.06 Segurança Pública
09.002.06.183 Informação e Inteligência
09.002.06.183.0108 Segurança, a Prioridade é a Vida
09.002.06.183.0108.2087 Manutenção das Atividades do Departamento de Segurança
33.90.39.00.00.00 (530) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 10.000,00
10 Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
10.001 Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
10.001.27 Desporto e Lazer
10.001.27.812 Desporto Comunitário
10.001.27.812.0139 Incentivo ao Esporte
10.001.27.812.0139.1079 Construção e Reforma de Estádios de Futebol e Society
44.90.51.00.00.00 (552) Obras e Instalações R$ 43.000,00
11 Secretaria Municipal de Assistência Social
11.002 Fundo Municipal de Assistência Social
11.002.08 Assistência Social
11.002.08.244 Assistência Comunitária
11.002.08.244.0143 Proteção Social Básica
11.002.08.244.0143.1085 Obras e Instalações (Construção do Centro Social)
44.90.51.00.00.00 (605) Obras e Instalações R$ 200.000,00
TOTAL A REDUZIR R$ 2.615.594,00

Art. 3º. Esta Lei será regulamentada através de Decreto do Executivo no que diz respeito à abertura do crédito adicional suplementar.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 24 de novembro de 2014.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:CBCD05C1

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 100, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente no valor de até R$ 2.615.594,00 (dois milhões, seiscentos e quinze mil e quinhentos e noventa e quatro reais) e dá outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta,** Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, atendendo o contido da Lei Municipal nº 1.816, de 24 de novembro de 2014, em consonância com a Lei Federal nº 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar, nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço das dotações consignadas no orçamento do Município de Nova Mutum, para o exercício de 2014, no valor de até R$ 2.615.594,00 (dois milhões, seiscentos e quinze mil e quinhentos e noventa e quatro reais) à seguinte rubrica orçamentária:

DOTAÇÕES A SUPLEMENTAR

02.001.04.122.0100.2005.3190.11.00.00.00 (003)	R$	18.000,00
02.001.04.122.0100.2005.3190.13.00.00.00 (004)	R$	5.000,00
02.001.04.121.0100.2001.3190.11.00.00.00 (011)	R$	15.000,00
02.001.04.121.0100.2001.3190.13.00.00.00 (012)	R$	5.000,00
02.001.04.122.0100.2002.3190.11.00.00.00 (018)	R$	35.000,00
02.001.04.122.0100.2002.3190.13.00.00.00 (019)	R$	7.000,00

02.001.04.131.0100.2003.3190.11.00.00.00 (027)	R$	25.000,00
02.001.04.131.0100.2003.3190.13.00.00.00 (028)	R$	6.000,00
02.001.04.131.0100.2004.3190.11.00.00.00 (033)	R$	5.500,00
02.001.04.131.0100.2004.3190.13.00.00.00 (034)	R$	2.000,00
03.001.04.122.0100.2006.3190.11.00.00.00 (040)	R$	125.000,00
03.001.04.122.0100.2006.3190.13.00.00.00 (041)	R$	25.000,00
04.001.04.122.0100.2008.3190.11.00.00.00 (057)	R$	220.000,00
04.001.04.122.0100.2008.3190.13.00.00.00 (058)	R$	80.000,00
05.004.12.361.0113.2030.3190.11.00.00.00 (183)	R$	300.000,00
05.004.12.361.0113.2030.3190.13.00.00.00 (184)	R$	20.000,00
05.004.12.365.0113.2031.3190.11.00.00.00 (192)	R$	250.000,00
06.002.10.122.0117.2045.3190.04.00.00.00 (205)	R$	20.000,00
06.002.10.122.0117.2045.3190.11.00.00.00 (206)	R$	140.000,00
06.002.10.122.0117.2045.3190.13.00.00.00 (207)	R$	20.000,00
06.002.10.301.0118.2049.3190.04.00.00.00 (234)	R$	70.000,00
06.002.10.301.0118.2049.3190.11.00.00.00 (235)	R$	192.094,00
06.002.10.301.0118.2049.3190.13.00.00.00 (236)	R$	70.000,00
06.002.10.302.0119.2055.3190.11.00.00.00 (279)	R$	30.000,00
06.002.10.302.0119.2055.3190.13.00.00.00 (280)	R$	5.000,00
06.002.10.302.0119.2056.3190.11.00.00.00 (286)	R$	37.000,00
06.002.10.302.0119.2056.3190.13.00.00.00 (287)	R$	10.000,00
06.002.10.302.0119.2134.3350.41.00.00.00 (309)	R$	710.000,00
10.001.27.122.0100.2088.3190.11.00.00.00 (533)	R$	30.000,00
10.001.27.122.0100.2088.3190.13.00.00.00 (534)	R$	13.000,00
11.002.08.244.0143.2103.3190.11.00.00.00 (607)	R$	50.000,00
11.002.08.244.0143.2103.3190.13.00.00.00 (608)	R$	15.000,00
11.002.08.244.0144.2118.3190.11.00.00.00 (633)	R$	50.000,00
11.002.08.244.0144.2118.3190.13.00.00.00 (634)	R$	10.000,00
TOTAL A SUPLEMENTAR	R$	**2.615.594,00**

Art. 2º. Para atender ao crédito adicional suplementar previsto no Artigo anterior será anulado parcialmente, de acordo com o previsto no Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64, recursos no montante de até R$ 2.615.594,00 (dois milhões, seiscentos e quinze mil e quinhentos e noventa e quatro reais) de dotação orçamentária do orçamento vigente as seguintes rubricas orçamentárias:

DOTAÇÕES A REDUZIR

03.001.04.122.0100.1006.44.90.52.00.00.00 (038)	R$	10.000,00
03.001.04.126.0103.1007.33.90.30.00.00.00 (046)	R$	7.710,00
03.001.04.126.0103.1007.33.90.39.00.00.00 (047)	R$	29.840,00
03.001.28.843.0101.3001.46.90.71.00.00.00 (051)	R$	70.000,00
04.001.04.122.0100.2008.33.90.30.00.00.00 (059)	R$	150.000,00
04.001.04.122.0100.2008.33.90.39.00.00.00 (061)	R$	150.000,00
05.001.12.361.0111.2024.31.90.04.00.00.00 (124)	R$	41.000,00
05.001.12.365.0111.2025.31.90.04.00.00.00 (138)	R$	40.000,00
05.004.12.361.0113.2032.31.90.11.00.00.00 (186)	R$	180.000,00
05.004.12.361.0113.2032.31.90.13.00.00.00 (187)	R$	90.000,00
05.004.12.365.0113.2031.31.90.04.00.00.00 (191)	R$	80.000,00
07.001.04.122.0100.2060.31.90.11.00.00.00 (370)	R$	125.000,00
07.001.04.122.0100.2060.31.90.13.00.00.00 (371)	R$	25.000,00
07.001.17.512.0126.1052.33.90.30.00.00.00 (376)	R$	10.000,00
07.001.17.512.0126.1052.33.90.36.00.00.00 (377)	R$	5.000,00
07.001.17.512.0126.1052.33.90.39.00.00.00 (378)	R$	35.000,00
07.001.17.512.0126.1052.44.90.52.00.00.00 (380)	R$	30.000,00
07.001.17.512.0126.2075.33.90.30.00.00.00 (390)	R$	1.000,00
07.001.17.512.0126.2075.33.90.36.00.00.00 (391)	R$	1.000,00
07.001.17.512.0126.2075.33.90.39.00.00.00 (392)	R$	5.000,00
07.001.18.541.0122.1049.33.90.30.00.00.00 (393)	R$	10.000,00
07.001.18.541.0122.1049.33.90.36.00.00.00 (394)	R$	5.000,00
07.001.18.541.0122.1049.44.90.51.00.00.00 (396)	R$	115.000,00
07.001.18.541.0122.1049.44.90.52.00.00.00 (397)	R$	20.000,00
07.001.20.122.0121.2063.33.90.30.00.00.00 (429)	R$	11.600,00
07.001.20.122.0121.2063.33.90.36.00.00.00 (430)	R$	1.000,00
07.001.20.122.0121.2063.33.90.39.00.00.00 (431)	R$	5.000,00
07.001.20.601.0121.1048.33.90.30.00.00.00 (433)	R$	500,00
07.001.20.601.0121.1048.33.90.36.00.00.00 (434)	R$	5.000,00
07.001.20.601.0121.1048.33.90.39.00.00.00 (435)	R$	20.000,00
07.001.20.601.0121.1048.44.90.51.00.00.00 (436)	R$	500,00
07.001.20.601.0121.1048.44.90.52.00.00.00 (437)	R$	500,00
07.001.20.606.0121.2061.33.90.30.00.00.00 (438)	R$	2.000,00
07.001.20.606.0121.2061.33.90.39.00.00.00 (439)	R$	14.694,00
07.001.20.606.0121.2061.44.90.51.00.00.00 (440)	R$	2.000,00
09.001.04.122.0100.2081.31.90.11.00.00.00 (474)	R$	60.000,00
09.001.04.122.0100.2081.31.90.13.00.00.00 (475)	R$	10.000,00
09.001.04.122.0135.1071.44.90.52.00.00.00 (484)	R$	13.000,00
09.001.04.122.0135.1072.33.90.30.00.00.00 (485)	R$	29.000,00
09.001.04.122.0135.1072.33.90.36.00.00.00 (486)	R$	15.000,00
09.001.04.122.0135.1072.33.90.39.00.00.00 (487)	R$	1.500,00
09.001.04.122.0135.1072.44.90.51.00.00.00 (488)	R$	46.000,00
09.001.04.122.0135.1073.44.90.52.00.00.00 (489)	R$	54.000,00
09.001.04.125.0132.1063.33.90.39.00.00.00 (499)	R$	50.000,00
09.001.04.125.0132.1063.44.90.52.00.00.00 (500)	R$	213.000,00
09.001.04.125.0132.1064.33.90.30.00.00.00 (501)	R$	5.900,00
09.001.04.125.0132.1064.33.90.39.00.00.00 (502)	R$	27.300,00
09.001.04.125.0132.2082.33.90.30.00.00.00 (504)	R$	16.500,00
09.001.04.125.0132.2083.33.90.39.00.00.00 (505)	R$	19.265,00
09.001.04.125.0132.2083.44.90.52.00.00.00 (506)	R$	15.335,00
09.001.04.128.0137.2131.33.90.30.00.00.00 (507)	R$	5.000,00
09.001.04.128.0137.2131.33.90.36.00.00.00 (508)	R$	5.000,00
09.001.04.128.0137.2131.33.90.39.00.00.00 (509)	R$	22.300,00
09.001.16.482.0134.1069.44.90.61.00.00.00 (516)	R$	17.800,00
09.002.06.183.0108.1075.44.90.52.00.00.00 (517)	R$	84.850,00
09.002.06.183.0108.1076.33.90.39.00.00.00 (519)	R$	30.000,00
09.002.06.183.0108.1076.44.90.51.00.00.00 (520)	R$	123.500,00
09.002.06.183.0108.1077.33.90.30.00.00.00 (521)	R$	10.000,00
09.002.06.183.0108.1077.33.90.39.00.00.00 (522)	R$	170.000,00
09.002.06.183.0108.1077.44.90.52.00.00.00 (523)	R$	20.000,00
09.002.06.183.0108.2087.33.90.39.00.00.00 (530)	R$	10.000,00
10.001.27.812.0139.1079.44.90.51.00.00.00 (552)	R$	43.000,00
11.002.08.244.0143.1085.44.90.51.00.00.00 (605)	R$	200.000,00
TOTAL A REDUZIR	**R$**	**2.615.594,00**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 24 de novembro de 2014.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:28085543

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 118, DE 24 DE NOVEMBRO DE

"Dispõe sobre alteração do Anexo I, Tabela I do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, dos Servidores Municipais de Nova Mutum, Lei Complementar nº 076/2011 e dá outras providências."

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art.1º. Fica alterado o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais de Nova Mutum, onde aumenta o número de vagas do cargo de Médico Especialista em Medicina do Trabalho, para 2 (duas) vagas, passando a vigorar conforme abaixo:

"ANEXO I
LOTACIONOGRAMA
TABELA I - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Requisito de Acesso	*COD. SALÁRIO*	*Lotacionograma*	*Cargo /Função*	*Carga Horária Semanal*	*Vencimento*
ALFABETIZADO	*CE 01*	*143*	*Ajudante geral*	*40 h*	*R$ 1.117,73*
	CE 06	*24*	*Recolhedor de Lixo*	*40 h*	*R$ 1.263,52*
	CE 04	*6*	*Tratorista*	*40 h*	*R$ 1.191,26*
ENSINO FUNDAMENTAL	*CE 04*	*3*	*Coveiro*	*40 h*	*R$ 1.191,26*
	CE 10	*2*	*Eletricista*	*40 h*	*R$ 1.516,16*
	CE 01	*60*	*Guarda Municipal de Patrimônio*	*40 h*	*R$ 1.117,73*
	CE 12	*3*	*Mecânico de Manutenção*	*40 h*	*R$ 1.568,69*
	CE 13	*3*	*Mecânico de Máquinas pesadas*	*40 h*	*R$ 1.732,45*
	CE 13	*3*	*Mecânico Montador*	*40 h*	*R$ 1.732,45*
	CE 11	*59*	*Motorista de Veículos Especiais*	*40 h*	*R$ 1.551,74*
	CE 05	*9*	*Motorista*	*40 h*	*R$ 1.245,41*
	CE 08	*20*	*Motorista de Caminhão*	*40 h*	*R$ 1.387,70*
	CE 04	*1*	*Pedreiro**	*40 h*	*R$ 1.191,26*
	CE 13	*10*	*Operador de Máquinas*	*40 h*	*R$ 1.732,45*
	CE 01	*121*	*Zelador*	*40 h*	*R$ 1.117,73*
NÍVEL MÉDIO	*CE 07*	*76*	*Agente Administrativo I*	*40 h*	*R$ 1.356,00*
	CE 15	*45*	*Agente Administrativo II*	*40 h*	*R$ 1.920,67*
	CE 02	*25*	*Agente de Combate a Endemias***	*40 h*	*R$ 1.169,10*

	CE 16	*3*	*Agente de Fiscalização Tributária*	*40 h*	*R$ 2.004,16*
	CE 02	*74*	*Agente Comunitário de Saúde***	*40 h*	*R$ 1.169,10*
	CE 16	*5*	*Agente Sanitário*	*40 h*	*R$ 2.003,84*
	CE 03	*12*	*Auxiliar de Consultório Dentário*	*40 h*	*R$ 1.179,14*
	CE 09	*2*	*Auxiliar de Enfermagem **	*40 h*	*R$ 1.401,42*
	CE 04	*1*	*Auxiliar de Necrópsia*	*40 h*	*R$ 1.191,26*
	CE 15	*1*	*Desenhista Cadista*	*40 h*	*R$ 1.920,67*
	CE 14	*7*	*Fiscal de Obras e Postura*	*40 h*	*R$ 1.837,16*
	CE 15	*3*	*Fiscal de Trânsito*	*40 h*	*R$ 1.920,67*
	CE 07	*5*	*Secretária*	*40 h*	*R$ 1.356,00*
	CE 14	*9*	*Técnico Agrícola*	*40 h*	*R$ 1.837,16*
	CE 14	*59*	*Técnico de Enfermagem*	*40 h*	*R$ 1.837,16*
	CE 01	*05*	*Técnico em Enfermagem*	*20 h*	*R$ 1.117,73*
	CE 14	*7*	*Técnico de Laboratório*	*40 h*	*R$ 1.837,16*
	CE 14	*4*	*Técnico em Higiene Dentária*	*40 h*	*R$ 1.837,16*
	CE 14	*8*	*Técnico em Informática*	*40 h*	*R$ 1.837,16*
	CE 14	*2*	*Técnico em Segurança no Trabalho*	*40 h*	*R$ 1.837,16*
	CE 10	*4*	*Técnico em Radiologia*	*24 h*	*R$ 1.516,16*
	CE 14	*1*	*Técnico Topógrafo/Agrimensor*	*40 h*	*R$ 1.837,16*
	CE 03	*1*	*Telefonista*	*40 h*	*R$ 1.179,14*
NÍVEL SUPERIOR	*CE 21*	*1*	*Administrador*	*40 h*	*R$ 3.828,25*
	CE 24	*2*	*Advogado*	*40 h*	*R$ 5.059,32*
	CE 22	*1*	*Arquiteto*	*40 h*	*R$ 4.176,27*
	CE 17	*10*	*Analista Administrativo*	*40 h*	*R$ 2.352,56*
	CE 17	*9*	*Assistente Social*	*30 h*	*R$ 2.352,56*
	CE 18	*6*	*Assistente Social*	*40 h*	*R$ 3.136,77*
	CE 22	*1*	*Biólogo*	*40 h*	*R$ 4.176,27*
	CE 22	*6*	*Bioquímico*	*40 h*	*R$ 4.176,27*
	CE 23	*2*	*Contador*	*40 h*	*R$ 4.391,48*
	CE 25	*1*	*Controlador Interno*	*40 h*	*R$ 5.289,29*
	CE 21	*6*	*Dentista/Odontólogo*	*30 h*	*R$ 3.828,25*
	CE 24	*11*	*Dentista/Odontólogo*	*40 h*	*R$ 5.059,32*
	CE 18	*26*	*Enfermeiro*	*40 h*	*R$ 3.136,77*
	CE 12	*05*	*Enfermeiro*	*20 h*	*R$ 1.568,69*
	CE 22	*6*	*Engenheiro Agrônomo*	*40 h*	*R$ 4.176,27*
	CE 22	*2*	*Engenheiro Civil*	*40 h*	*R$ 4.176,27*
	CE 22	*1*	*Engenheiro Florestal*	*40 h*	*R$ 4.176,27*
	CE 22	*3*	*Engenheiro Sanitarista*	*40 h*	*R$ 4.176,27*
	CE 22	*1*	*Engenheiro de Segurança do Trabalho*	*40 h*	*R$ 4.176,27*
	CE 18	*6*	*Farmacêutico*	*40 h*	*R$ 3.136,77*
	CE 20	*2*	*Fiscal Tributário*	*40 h*	*R$ 3.480,22*
	CE 17	*5*	*Fisioterapeuta*	*30 h*	*R$ 2.352,56*
	CE 18	*3*	*Fisioterapeuta*	*40 h*	*R$ 3.136,77*
	CE 17	*2*	*Fonoaudiólogo*	*30 h*	*R$ 2.352,56*
	CE 18	*2*	*Fonoaudiólogo*	*40 h*	*R$ 3.136,77*
	CE 22	*1*	*Geólogo*	*40 h*	*R$ 4.176,27*
	CE 22	*1*	*Gestor de Pessoas*	*40 h*	*R$ 4.176,27*
	CE 29	*15*	*Médico*	*40 h*	*R$ 10.690,32*
	CE 26	*05*	*Médico*	*20 h*	*R$ 5.345,16*
	CE 27	*2*	*Medico Especialista*	*20 h*	*R$ 7.342,94*
	CE 30	*3*	*Médico Especialista*	*40 h*	*R$ 14.563,14*
	CE 28	***2***	***Médico Especialista em Medicina do Trabalho***	***20 h***	***R$ 7.525,29***
	CE 18	*4*	*Nutricionista*	*40 h*	*R$ 3.136,77*
	CE 17	*3*	*Psicólogo*	*30 h*	*R$ 2.352,56*
	CE 18	*6*	*Psicólogo*	*40 h*	*R$ 3.136,77*
	CE 18	*1*	*Tecnólogo em Informática*	*40 h*	*R$ 3.136,77*
	CE 20	*5*	*Veterinário*	*40 h*	*R$ 4.176,27*
	CE 20	*1*	*Zootecnista*	*40 h*	*R$ 4.176,27*

(*) Cargo em extinção quando da sua vacância;
(**) Cargos regulamentados também por Lei Federal específica, o ingresso ao Cargo de Agente Comunitário de Saúde se dará através de Processo Seletivo Público"

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 24 de novembro de 2014.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:844ECABF

PREFEITURA MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO Nº 001/2014-CME/NM/MT

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA MUTUM / MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe a Resolução Nº 001/11-CME, à vista do PROCESSO Nº 009/2014- CME/NM/MT, que originou o Parecer CEB № 001/2014-CME/NM, aprovado em 06 de novembro de 2014.

R E S O L V E:

Art. 1º - Renovar Autorizaçãoda etapa Ensino Fundamental – 1º e 2º Ciclo de Formação Humana, da Educação Básica, ministrados pelo **Centro Municipal de Educação Básica Integral Profª Lúcia Faccio Tasca**, situada na Avenida das Garças, nº 391N, Bairro Jardim I, neste município de Nova Mutum/MT.

Parágrafo Único - O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido entre 1º/01/2015 e 31/12/2019, devendo a Escola solicitar Renovação de Autorização do Curso em tela, nos termos das novas disposições contidas na Resolução vigente na data, expedidas pelo CME/NM/MT.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Educação, Nova Mutum/MT, em 11 de novembro de 2014.

PROFª LAÍDESBAUMANN
Presidente do CME/NM

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:1A71BB2F

PREFEITURA MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO Nº 002/2014-CME/NM/MT

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA MUTUM / MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe a Resolução Nº 001/11-CME, à vista do PROCESSO Nº 008/2014- CME/NM/MT, que originou o Parecer CEB № 001/2014-CME/NM, aprovado em 06 de novembro de 2014.

R E S O L V E:

Art. 1º - Renovar Autorizaçãoda etapa de Educação Infantil – Creche e Pré-Escola, da Educação Básica, ministrados pelo **Centro de Educação Infantil Integral Pequeno Aprendiz**, situada na Rua dos Angicos, nº 1.134W, Residencial Paraíso, neste município de Nova Mutum/MT.

Parágrafo Único - O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos, no período compreendido entre 1º/01/2015 e 31/12/2019, devendo a unidade escolar solicitar Renovação de Autorização do Curso em tela, nos termos das novas disposições contidas na Resolução vigente na data, expedidas pelo CME/NM/MT.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Educação, Nova Mutum/MT, em 11 de novembro de 2014.

PROFª LAÍDESBAUMANN
Presidente do CME/NM

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:7DBD5792

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PUBLICAÇÃO (CONVÊNIOS)

TERMO DE RESCISÃO DO CONVÊNIO Nº 002/2014, A Prefeitura Municipal de Nova Mutum e o Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEP, resolvem de comum acordo e na melhor forma

de direito, rescindir, a partir de 21/11/2014, o Convênio nº 002/2014, em razão da decisão do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.
EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 026/2014. Convenientes: Prefeitura Municipal de Nova Mutum - MT e a Associação Comercial e Industrial de Nova Mutum- ACINM, Vigência: 17/9/14 até 28/2/15. Objetivo: Objetivando auxiliar nas despesas destinadas a confecção da Revista Expomovel. Valor: R$ 5.000,00
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 012/2014. Convenientes: Prefeitura Municipal de Nova Mutum - MT e o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar Tancredo Neves. Vigência: 13/10/14 até 31/12/14.Objetivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da página 2 Plano de Aplicação do Plano de Trabalho do referido convênio.
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 007/2014. Convenientes: Prefeitura Municipal de Nova Mutum - MT e o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar do Centro de Educação Infantil Integral Recanto dos Encantos. Vigência: 21/11/14 até 31/12/14.Objetivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da página 2 Plano de Aplicação do Plano de Trabalho do referido convênio.

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:A2CD2783

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVA MUTUM
EXTRATO ATA DE REGISTRO PEÇOS Nº 012/2014

SAAE – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014
Contratante: SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Mutum
Contratada: **ANDERSON LUIZ KAYSER & CIA LTDA - EPP**
Inscrita no CNPJ: 04.515.109/0001-12
Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS PARA MANUTENÇÃO DE REDES E RAMAIS DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NO MUNICIPIO DE NOVA MUTUM-MT.** Perfazendo o valor Total de **R$ 10.381,50 (dez mil, trezentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos).** Assinatura: 19/11/2014. Prazo de Vigência: 19/05/2015.

Publicado por:
Solani Maria Arens
Código Identificador:5B19F053

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVA MUTUM
AVISO DE LICITAÇAO PREGÃO 013/2014

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014 – REGISTRO DE PREÇOS Objeto: **Aquisição de 200.000 (duzentos mil) unidades de sacos plásticos de polietileno reciclado, 100 x 70 cm de espessura 0,10 mm para uso na coleta de lixo reciclável no município de Nova Mutum - MT.** Tipo: **Menor preço global** - Data de abertura: 03 de Dezembro de 2014. Horário: 08:00 hs, horário local. No SAAE, Av. Mutum, nº 919 W, Centro, Nova Mutum–MT. Edital e anexos: Deverá ser retirado junto ao departamento de licitação pelo e-mail licitacao@saaenm.com.br, ou telefone **65-3308.1547 horário de atendimento: das 7h as 11h e das 13h as 17h.

Nova Mutum – MT, 25 de Novembro de 2014.

ANTÔNIO GARCIA DUARTE NETO
Pregoeiro

Publicado por:
Solani Maria Arens
Código Identificador:EB77D192

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 005/ SME/2014.

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Eleitoral para as eleições de Diretores e Coordenadores da Escola Municipal Nova Nazaré e Simone Lopes de Paula.

A Secretaria Municipal de Educação no uso de suas atribuições e competências e ainda com base nos critérios estabelecidos para o processo de escolha do diretor (a) e coordenadores (as) da unidade escolar municipal:
Considerando o interesse público em manter a Gestão Democrática na rede Publica Municipal de ensino, com Eleição direta pra diretor (a) e Coordenadores (as);
Considerando a portaria nº 01/SME/2014, nº 02/SME/2014, n° 03/SME/2014 e n° 04/SME/2014 que fixa normas e cronograma para a eleição de Diretor (a) e Coordenadores (as);
Considerando finalmente a viabilidade da realização da eleição do diretor (a) e Coordenadores (as) da Escola Municipal, conforme a Lei Municipal Complementar nº 033/07/2010.
Resolve:
Art.1º_ Nomear a Comissão para o Processo eletivo de Diretor (a) e Coordenadores (as) da Escola Municipal ficando assim estabelecida:

Paragrafo 1º _ Representantes segmento de Funcionários Efetivos;
Titular: Maria das Graças dos Santos.
Suplente: Cleiry Lilian Silva
Representantes segmentos Pais;
Titular: Sheila Maria de Oliveira.
Suplente: Mara Rubia Crispin.

Representantes segmentos Professores;
Titular: Liliane dos Santos Barros.
Suplente: Matildes Raimunda de Carvalho.

Representante da Secretaria de Educação Municipal;
Titular: Maria Cecilia Sousa Silva.
Suplente: Ângela Silva de Brito.

Representante segmento alunos;
Titular: Moises de Lima Neto. (8º ano).
Suplente: Mariana Fernandes dos Santos. (8º ano).
Art2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Nazaré-MT, 24 de Novembro de 2014.

MARCIA RODRIGUES CIRIACO
Secretaria Municipal de Educação.

Publicado por:
Evanete Alves Guimarães
Código Identificador:261EB28B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1028 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA VENDEDORES AMBULANTES E EVENTUAIS QUE COMERCIALIZAM PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS E OUTROS PRODUTOS NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

O PREFEITO MUNICIPAL faz saber, que a Câmara Municipal de Nova Olímpia aprova e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Ficam por lei estabelecida critérios para concessão de licença aos vendedores ambulantes que comercializam produtos

industrializados e outros de qualquer natureza no Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso.
Art. 2º - Poderá ser concedida licença para vendedores ambulantes de produtos industrializados e de outros produtos no Município de Nova Olímpia – MT, Estado de Mato Grosso:
a) Aos Vendedores ambulantes comprovadamente residentes no Município de Nova Olímpia-MT, que recolham aos cofres públicos a **taxa anual de Licença,** concedida pelo setor de Fiscalização Municipal;
b) Aos Vendedores Ambulantes não residentes em Nova Olímpia-MT, somente será permitido vender produtos ou mercadorias não encontradas nas prateleiras do comércio local e, mediante recolhimento aos cofres públicos da **taxa diária de Licença,** concedida pela Prefeitura Municipal.
Parágrafo primeiro - Deverá obrigatoriamente o vendedor ambulante comprovar a origem dos produtos com nota fiscal de compra e ou laudo técnico dos produtos a serem comercializados.
Parágrafo segundo - Prioritariamente deverá comercializar produtos produzidos no Município de Nova Olímpia-MT.
Parágrafo terceiro - A Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT., fará o cadastro dos atuais vendedores ambulantes e expedirá autorização.
Art. 3º - O vendedor ambulante ficará com direito de vender, depois de requerido a licença junto à Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, em local e horários determinado pela mesma.

Parágrafo Único: O Alvará ou a Taxa de Licença será emitido obrigatoriamente e de forma individual para cada vendedor ambulante, o qual deverá estar em poder do mesmo no exercício da função.
Art. 4º - Fica proibida a venda ambulante de mudas para arborização ou frutíferas, antes de cumprir um período de quarentena.
Parágrafo Único – As mudas em estado de quarentena deverão ficar na responsabilidade do Poder Público Municipal que por sua vez, pode manter convênios com órgãos de defesa agropecuária Estadual ou Federal.
Art. 5º - Os vendedores ambulantes e ou eventuais que forem autuados comercializando produtos e mercadorias em situação irregular poderão ter seus produtos e mercadorias apreendidos pelo Serviço de Fiscalização Municipal e em caso de descumprimento da notificação, será lavrado o auto de infração e aplicação de multa conforme descrito abaixo:
a) Vendedor ambulante a pé residente ou não no Município de Nova Olímpia: multa de 120 (cento e vinte) UPF – Unidade Padrão Fiscal Municipal;
b) Em lugares Fixos com barracas em praças, ruas etc.: multa de 300 (trezentos) UPF – Unidade Padrão Fiscal Municipal,
c) Vendedores ambulantes com veículos de até 5 toneladas: multa de 320 (trezentos e vinte) UPF – Unidade Padrão Fiscal Municipal;
d) Vendedores ambulantes com veículos acima de 5 toneladas; multa de 450 (quatrocentos e cinqüenta) UPF – Unidade Padrão Fiscal Municipal.
e) Para revendedores eventuais de automóveis, será aplicada a multa de 1.000 (um mil) UPF – Unidade Padrão Fiscal Municipal;
f) Para revendedores eventuais de Motos e Triciclos motorizados, será aplicada a multa de 500 (quinhentas) UPF – Unidade Padrão Fiscal Municipal.
Parágrafo primeiro - Os produtos ou mercadorias perecíveis, quando não reclamados dentro de 24 (vinte e quatro) horas, serão doados a estabelecimentos de assistência social, mediante recibo comprobatório à disposição do interessado, sem prejuízo da multa aplicada.
Parágrafo segundo - No caso de mercadorias e ou produtos não perecíveis, decorridos 60 (sessenta) dias da apreensão, sem que haja pagamento ou contestação, os objetos apreendidos serão vendidos em leilão e o valor arrecadado será recolhido aos cofres do Município, que seja destinado a estabelecimentos de assistência social.

Parágrafo terceiro - Aplicada a multa, continua o infrator obrigado à exigência que a determinou.
Art. 6º - Será permitido a permanência de feirantes devidamente cadastrados no local e no horário da Feira Livre, obrigando-se os mesmos a recolherem imediatamente, após o horário da feira.
Art. 7º - o valor da Taxa de Licença para o feirante residente no Município será no valor de 5% (cinco por cento) da Unidade Padrão Fiscal Municipal, por m² (metro quadrado), recolhida mensalmente.
Art. 8º - O valor da Taxa de Licença para o feirante residente fora do município será no valor de 02 (duas) Unidade Padrão Fiscal Municipal por m², (metro quadrado) pago mensalmente.
Art. 9º - Fica o comércio ambulante sujeito a Legislação Fiscal e tributária do Município, a Legislação Sanitária Estadual e Municipal, de Meio Ambiente, do Corpo de Bombeiros, INDEA, DETRAN e ainda do Ministério da Saúde no que se aplicar.
Art. 10 - Poderá a Prefeitura Municipal, em situação de absoluta excepcionalidade, expedir autorização para comercialização de produtos industrializados e outros advindo do comércio ambulante externo, em parque de exposição ou feiras livres realizadas no Município, exigindo dos beneficiados o fiel cumprimento às Leis vigentes no Município, Estado e da União.
Art. 11 - Obriga-se o Município a colocar placas na cidade, principalmente às margens das rodovias das entradas da cidade, alusivas a proibição de comercialização de produtos através da venda ambulante.
Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 203/94.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, 19 de novembro de 2014.

CRISTOVÃO MASSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzany Passarello Araújo
Código Identificador:EC649C63

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1029 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre o parcelamento e pagamento dos débitos da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia/MT referente às contribuições previdenciárias devidas ao SIMPREV – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Olímpia/MT, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado por esta lei, a realizar termo de parcelamento de débitos referentes às contribuições previdenciárias da **parte patronal** não recolhida ao SIMPREV – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Olímpia/MT, no período de Maio, Julho, Agosto e Outubro/2014 em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas.

Art. 2º. Fica o SIMPREV – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Olímpia/MT autorizado a receber este parcelamento nos termos aqui dispostos.

Art. 3º. O débito originário ora confessado, em obediência ao princípio financeiro e atuarial deverá ser corrigido pelo Índice IPCA mais juros legais à razão de 6% (seis por cento) ao ano acumulados desde a data de vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação, e deverá ser pago em parcelas, vincendas todo dia 10 de cada mês, mediante débito automático na conta do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Art. 4º. O débito ora confessado, consolidado em reais será pago em 24 (vinte e quatro) parcelas fixas, mensais e sucessivas, no valor mínimo apurado pelo Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP definido pelo Ministério da Previdência Social através do CADPREV, acrescidas dos juros estabelecidos no parágrafo único.

Parágrafo único. As parcelas vincendas determinadas no caput deste artigo, em obediência ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, será corrigido pelo Índice IPCA (Índice Preço ao Consumido Amplo) mais juros à razão de 6% (seis por cento) ao ano, acumulados desde a data da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela.

Art. 5º A primeira parcela será paga em 10/12/2014, e as demais parcelas na mesma data dos meses subseqüentes, sendo certo, que após a referida data o valor estará sujeito a multa de 1% (um por cento), incidente sobre o valor da parcela.

Art. 6º Quaisquer outras operações ou negociações referentes a estes débitos fora dos termos definidos nesta lei serão considerados nulos de pleno direito.

Art. 7º O pagamento a que se refere esta lei independe do pagamento da contribuição previdenciária mensal devida pelo Município ao SIMPREV.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Nova Olímpia/MT, 19 de novembro de 2014.

CRISTÓVÃO MASSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzany Passarello Araújo
Código Identificador:D83D999D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 046 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

QUE ALTERA AS TABELAS II E VI QUE TRATA DAS TAXAS DE LICENÇA E VERIFICAÇÃO FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 002 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2002.

O PREFEITO MUNICIPAL Faz saber que a Câmara Municipal de Nova Olímpia aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A tabela II da Lei Complementar nº 002 de 13 de dezembro de 2002, que trata da taxa da licença e verificação fiscal para localização e funcionamento passará a vigorar com a seguinte redação:

TABELA II
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA E VERIFICAÇÃO FISCAL
PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Especificação: Valor em Unidade
Padrão Fiscal

O1 – Abatedouro de animais . 100

O2 – Academias de atividades físicas e de fisioterapias. 100

O3 – Adesivo e envelopamento de veículos, placas, faixas etc 80

O4 – Agencias bancárias, Cooperativas de créditos, Instituições Financeiras, Agentes ou representantes de entidades vinculada ao sistema financeiro, corretores de títulos em geral. 550

O5 – Agências de turismos e viagens . 100
O6 – Agências de consórcios, financeiras. 100
O7 – Agropecuária, veterinária e pet shops. 100
O8 – Agentes funerários 180
O9 – Alfaiatarias, corte e costura. 50
10 – Açougue, casa de carnes 80
11 – Armazéns em geral. 100
12 – Assessorias e projetos técnicos em geral 50
13 – Associações e Sindicatos 180
14 – Atacadistas em geral 100

15 – Auto Lotação:
Taxi com até 5 passageiros..... 50
Taxi c/capacidade acima de 5 passageiros..... 100
Lotação com até 14 passageiros..... 100
Lotação acima de 14 passageiros..... 120
Caminhões de frete até 4 toneladas..... 50
Caminhões de frete acima de 4 toneladas..... 60
Moto-Taxi..... 50

16 – Bares, lanchonetes, choperias e pizzarias.

- Com área de atendimento interno/externo de até 15 m²..... 40
- Com área de atendimento interno/externo de 16 a 30 m²..... 60
- Com área de atendimento interno/externo de 31 à 50 m²..... 80
- Com área de atendimento interno/externo acima de 51 m² . 100

Especificação: Valor em Unidade
Padrão Fiscal

17 – Bicicletarias. 60

18 – Beneficiadora, torrefação e empacotamento de prod. alimentícios. 100

19 – Boates e casas noturnas. 150

20 – Boliches, bilhares e diversões eletrônicas 60
21 – Borracharias. 60
22 – Cabeleireiros, manicure, pedicure. 60
23 – Cartórios e ofícios. 180
24 – Cerâmica, olaria. 150
25 – Clubes de festas e de outros eventos 150
26 – Cinemas e Teatros 100
27 – Colégio de ensino (por sala de aula) 15
28 – Comércio e venda de piscinas e ou de produtos para piscinas. 100

29 – Comércio de artigos médicos e ortopédicos. 100

30 – Comércio e venda de bicicletas, triciclos, peças e acessórios. 80
31 – Comércio de gás ((GLP), água, carvão. 100
32 – Comércio de lubrificantes e de derivados e serviços. 100
33 – Comércio de pneus, rodas, câmara-de-ar e acessórios. 100
34 – Comércio de peças novas e usadas de veículos automotores . 100
35 – Comércio de artigos fotográficos, fotografias e filmagens. 80

36 – Comércio de equipamentos e suprimentos de informática e manu-
tenção em computadores e periféricos. 100

37 – Comércio de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas. 100

38 – Consultório médico, odontológico, psiquiatria, psicólogo e outros da
área médica. 100

39 – Chaveiros. 50
40 – Churrascaria, restaurante. 100
41 – Cooperativas. 180
42 – Concessionárias ou permissionárias de serviços públicos em geral,
planos de saúde e/ou previdenciário. 500

43 – Concessionária de venda ou revenda de veículos automotores, lojas de departamentos. 150

44 – Concessionária e Comércio de Motos novas e usadas 150
45 – Correios 500
46 - Danceterias, discotecas e outras 120

47 – Dedetizadora, desentupidora e assemelhados. 70

48 – Distribuidor de bebidas em geral . 100

49 – Diversões:

a) Bailes e festas (por evento) 80
b) Circos e Parques de Diversões (por dia) 50

50 – Escola de formação profissional, auto-escola, idiomas e outras. 100

51 – Empresa de transporte urbano, interurbano, rodoviário e ferroviário
de cargas, guinchos e rebocadores em geral. 100

52 – Empresa de limpeza, conservação e de serviços terceirizados. 100

53 – Eletrônicas, serviços, venda e instalação de antenas p/TVs. 60

Especificação: Valor em Unidade
Padrão Fiscal

54 – Escritórios de assessorias: contábil, administrativa, jurídica, e de representação comercial/industrial, engenharia e arquitetura e outros. 120

55 – Emissoras e retransmissora de ondas de rádios e televisão. 100
56 – Estância turística, balneário e pesqueiros. 160
57 – Fábrica de artefatos de cimento e derivados. 100
58 – Fábrica de calçados, fralda descartável, bolsas, cintos e acessórios. 80
59 – Fábrica de confecções em geral, uniforme etc. 100
60 – Fábrica de doces e demais produtos alimentícios. 100
61 – Fábrica e comércio de gelo, sorvete e derivados. 80
62 – Fábrica de produtos de limpeza e derivados. 80
63 – Farmácia, drogaria e perfumaria. 150
64 – Ferro velho, reciclagem. 70
65 – Floricultura, viveiro de mudas, plantas, vasos etc. 100
66 – Garagem de compra e venda de veículos 100
67 – Gráfica 100

68 – Hotel – Hospedaria - Motel.
- até 10 quartos/apartamentos..... 100
- de 11 a 20 quartos/apartamentos..... 150
- acima de 21 quartos e ou apartamentos..... 200

69 – Hospitais e clínicas com internação de pacientes. 350
70 – Imobiliária. 100
71 – Indústria de construção civil, usinagem de cimento e demais serviços 100

72 – Indústria em geral, gráfica 100

73 – Laboratório de análises clínicas em geral 100
74 – Lan house e serviços de informática 60
75 – Laticínios, empacotadora, resfriador de leite e derivados. 100
76 – Lavanderia e tinturaria 60
77 – Lava Jato de carros e motos etc 50
78 – Livraria, papelaria e materiais para escritório 100
79 – Locação de tira-entulhos e assemelhados 80
80 – Locadora de veículos motorizados 100
81 – Lotérica 150
82 – Loja de Conveniência e de shopping 100

83 – **Lojas de**:
Tecidos, calçados, confecções, artigos para cama, mesa e banho, acessórios, bijuterias, enxovais, variedades, artigos importados, artigos esportivos, brinquedos, artigos para presentes, móveis e eletrodomésticos, áudio e vídeo, relojoaria, ótica, joalheria, produtos eróticos, artesanatos, embalagens, suvenires, cosméticos e perfumaria artigos para caça, pesca e camping, venda e manutenção de celular e antenas digitais e de artigos para decorações, Estúdios fotográficos atelier de pintura, produtoras, gravadora de áudio e vídeo. Conforme tabela abaixo:

Especificação: Valor em Unidade
Padrão Fiscal

a) até 60m² de área de atendimento e exposição de produtos..... 80

b) de: 61 a 250m² de área de atendimento e exposição de produtos.. 100
c) de: 251 a 400m² de área de atendimento e exposição de produtos. 150
d) de: 401 a 650m² de área de atendimento e exposição/ produtos..... 180
e) acima de 651m² de área de atendimento e exposição/ produtos.... 250

84 – Marcenarias e fabricação de móveis 70

85 – Materiais p/construção, madeireira, materiais hidráulicos e elétricos. 120

86 – Materiais recicláveis 70

87 – **Mercado, Mercearia, Mini-mercado e Supermercado:**

a) até 60m² de área de atendimento e exposição de produtos..... 80

b) de: 61 a 200m² de área de atendimento e exposição de produtos.... 100
c) de: 201 a 300m² de área de atendimento e exposição de produtos. 180
d) de: 301 a 650m² de área de atendimento e exposição/ produtos..... 250
e) acima de 651m² de área de atendimento e exposição/ produtos..... 350

88 – Metalúrgica, serralheria, de produtos metálicos. 100

89 – Oficinas de consertos de eletrodomésticos e outros..... 50
90 – Oficinas mecânica, auto-elétrica, tornearia e funilaria 100
91 – Oficinas de Motocicletas 100
92 – Panificadora, confeitaria, doceteria. 100
93 – Pensão, dormitório. 80
94 – Planos de saúde, previdenciário e funeral 150
95 – Pregões de móveis e utensílios doméstico 60

96 – Profissional autônomo:
- com curso superior..... 70
- com curso médio..... 60
- outros..... 40

97 - Posto de combustível p/ abastecimento de veículos 150

98 – Posto bancário p/pagamento e/ou recebimento, c/caixa eletrônico 200
99 – Pousada. 180
100 – Publicidade, propaganda em outdoor, placas e ou automotiva. 60
101 – Quitanda, banca de legumes, verdura, banca de artesão. 50

102 – Quiosque, trailers, Garapeiras, carrinho de água de coco sucos ou
assemelhados, bancas de jornais e revistas 70

103 - Refrigeração, eletrificação, hidráulica. 80

104 – Serrarias 100
105 – Sorveteria e fábrica de sorvetes 70
106 – Sonorização 50
107 – Tapeçaria e fábrica de sofás e assemelhados 70
108 – Torre fixa de telefonia/TV 170
109 – Transportadora de cargas diversas 150
110 – Transporte municipal de passageiros (coletivo) 100
111 – Usina de álcool e destilaria. 550

Especificação: Valor em Unidade Padrão Fiscal

112 – Vigilância e transporte de valores 100
113 – Vigilância e monitoramento patrimonial de bens de terceiros 60
114 – Outras atividades não listada acima 80

Art. 2º - A tabela VI da Lei Complementar nº 002 de 13 de dezembro de 2002, que trata da cobrança de taxa para o exercício eventual ou ambulante passará a vigorar com a seguinte redação:

TABELA VI
TABELA PARA COBRANÇA DE TAXA PARA O EXERCÍCIO EVENTUAL OU AMBULANTE

Especificação: Valor em Unidade Padrão Fiscal

1. A pé domiciliado no Município, taxa anual e por pessoa . 60
2. A pé domiciliado fora do Município, taxa diária e por pessoa. 70
3. Em lugares fixos, barracas, tabuleiros etc. praças, ruas, taxa diária 100
4. Veículos com capacidade de até 5 (cinco) toneladas (tara), taxa diária 150
5. Veículos com capacidade acima de 5 (cinco) toneladas(tara),taxa diária 200

6. Vendedor de produtos agrícola, em praças, ruas ou logradouros

praticado por assentados do Município de Nova Olímpia-MT,taxa anual 20

7. Revendedor eventual de veículos motorizados, em praças, ruas, logra-

douros públicos ou privados, taxa diária de..... 250

8. Revendedor eventual de motos, triciclos motorizados, em praças, ruas

e logradouros públicos ou privados, taxa diária de..... 200

9. Colocação, fixação de placa e outdoor no perímetro urbano, em locais

público:

- taxa mensal, por unidade colocada..... 50
- taxa semestral, por unidade colocada..... 180

- taxa anual, por unidade colocada..... 250

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, 19 de novembro de 2014.

CRISTOVÃO MASSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzany Passarello Araújo
Código Identificador:95AF24A9

SIMPREV
PORTARIA MUNICIPAL N.º 001 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE O LEVANTAMENTO FÍSICO E FINANCEIRO DOS BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS E NOMEIA A COMISSÃO DE INVENTÁRIO, AVALIAÇÃO, BAIXA E DOAÇÃO DO SIMPREV DE NOVA OLÍMPIA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LUIZ CARLOS DUARTE, Diretor Executivo do SIMPREV de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 852 de 16 Julho de 2009, expede a seguinte Portaria, resolvendo, e ainda,

CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do artigo 106, da Lei Federal N.º 4.320 de 17 de Março de 1964;
CONSIDERANDO, a Instrução Normativa SPA N.º 001/2008 – Versão 02 do Sistema de Controle Patrimonial, de responsabilidade da Coordenadoria de Controle Interno Municipal de 03 de novembro de 2010, que dispõe sobre os procedimentos de Controle dos Bens Patrimoniais, estabelecendo rotinas no âmbito do SIMPREV de Nova Olímpia-MT;

CONSIDERANDO a necessidade de implantar uma forma mais ágil e eficaz de controle patrimonial do SIMPREV e de propiciar meios mais eficientes na realização do inventário anual;
CONSIDERANDO que o controle dos materiais permanentes pode ser feito em relação ao local onde o bem se encontra instalado e não somente em relação ao servidor;
CONSIDERANDO, a baixa de materiais permanentes e de consumo que se encontram obsoletos, antieconômicos ou inservíveis em disponibilidade necessita ser reeditada, para facilitar sua aplicabilidade;

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Inventário, Avaliação, Baixa e Doação dos Bens Móveis do SIMPREV de Nova Olímpia-MT, para o exercício de 2014, composta pelos seguintes servidores:

SERVIDORES	CARGO	MATRÍCULA	CPF
EZILDA R. SOUZA DOS SANTOS	Agente Serviço da Administração	0037	488.808.411-49
INGRECIO BISPO CAMPOS	Agente Serviço da Administração	0047	303.554.861-72
TANIA DA ROCHA DOS SANTOS	Agente De Limpeza Pública	2074	940.632.651-53

Art. 2º Fica designado como Presidente desta Comissão a Servidora EZILDA R. SOUZA DOS SANTOS.
Art. 3º Estabelece os seguintes conceitos nesta Portaria:

I. Bens Móveis: são os bens suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia e são agrupados como material permanente ou material de consumo;
II. Material: a designação genérica de móveis, equipamentos, componentes, sobressalentes, acessórios, utensílios, veículos em geral, matérias-primas e outros bens móveis utilizados e passíveis de utilização nas atividades do SIMPREV de Nova Olímpia;
III. Material Permanente: aquele que, em razão de seu uso corrente, tem durabilidade e utilização superior a dois anos;
IV. Material de Consumo: aquele que, em razão de seu uso corrente, perde sua identidade física em dois anos e/ou tem sua utilização limitada a esse período;
V. Bens patrimoniais Permanentes: todos os bens tangíveis – móveis e imóveis – e intangíveis, pertencentes ao SIMPREV e que sejam de seu domínio pleno e direto.
VI. Bens Tangíveis: aqueles cujo valor recai sobre o corpo físico ou materialidade do bem, podendo ser móveis e imóveis;
VII. Bens intangíveis: aqueles que não têm existência física;
VIII. Bens Móveis Inservíveis: aqueles que não têm mais utilidade para o SIMPREV, em decorrência de ter sido considerado:
a) ocioso: quando, embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado;
b) obsoleto: quando se tornar antiquado, caindo em desuso, sendo a sua operação considerada onerosa;
c) antieconômico: quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude do uso prolongado, desgaste prematuro, obsoletismo ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação;
d) irrecuperável: quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características físicas.
IX. Carga Patrimonial: é a efetivação da responsabilidade pela guarda e/ou uso do bem patrimonial;
X. Doação: é a entrega gratuita de direito de propriedade, constituindo-se em liberalidade do doador;

XI. Dano: avaria parcial ou total causada a bens patrimoniais utilizados na Administração, decorrente de sinistro ou uso indevido;
XII. Extravio: é o desaparecimento de bens por furto, roubo ou por negligência do responsável pela guarda;
XIII. Furto: crime que consiste no ato de subtrair coisa móvel pertencente à outra pessoa, com a vontade livre e consciente de ter a coisa para si ou para outrem;
XIV. Roubo: crime que consiste em subtrair coisa móvel pertencente a outrem por meio de violência ou de grave ameaça;
XV. Remanejamento: é a operação de movimentação de bens, com a conseqüente alteração da carga patrimonial;
XVI. Sistema de Controle Patrimonial: ferramenta tecnológica que controla as incorporações, baixas, e movimentação ocorrida nos bens patrimoniais;
XVII. Comissão de Inventário, Avaliação, Baixa e Doação: é o grupo dos servidores do município, com funções especiais, nomeado para realizar o inventário dos bens patrimoniais;
XVIII. Inventário: é o procedimento administrativo que consiste no levantamento físico e financeiro de todos os bens móveis, nos locais determinados, cuja finalidade é a perfeita compatibilização entre o registrado e o existente, bem como sua utilização e o seu estado de conservação.
Art. 4º Compete à Comissão de Inventário, Avaliação e Doação:

I. Realizar o inventário dos bens patrimoniais móveis, dando conhecimento das ocorrências verificadas aos respectivos detentores de carga patrimonial;
II. Solicitar à unidade inventariada ou detentores de carga, quando for o caso, a disponibilização de técnicos ou servidores conhecedores da localização e identificação dos bens;
III. Identificar a situação patrimonial e o estado de conservação dos bens inventariados;
IV. Elaborar o relatório do inventário;
V. Elaborar o termo de avaliação dos bens móveis permanentes, reconhecidamente pertencente ao SIMPREV, que não dispõe de documentação específica e/ou não se encontra registrado no Sistema de Controle Patrimonial.
VI – Emitir Termos de Responsabilidades;
VII – Emitir os Termos de Baixa, quando for o caso;

Art. 5º Os membros integrantes da Comissão de que trata esta Portaria não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.
Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
E CUMPRA-SE.

Nova Olímpia-MT, 25 de Novembro de 2014.

LUIZ CARLOS DUARTE
Diretor Executivo

Publicado por:
Luiz Carlos Duarte
Código Identificador:0B9DBAD8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

GABINETE PREFEITO
PORTARIA 123/2014

O Exmo. Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe o *Capitulo III, do Processo Disciplinar, da Lei 061 de 25 de fevereiro de 2.002*.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado por mais 40 (quarenta) dias, a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância de que Trata a Portaria 116/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalterados as demais disposições da Portaria 116/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 21 de novembro de 2014.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 21/11/2014 à 21/12/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:1B7BF320

GABINETE PREFEITO
PORTARIA 124/2014

O Exmo. Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Sr. Dorival Lorca no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na forma do disposto no art. 53 da Lei n° 8.666/1993, e considerando Processo Licitatório, na modalidade de Leilão Público;
R E S O L V E

Artigo 1º - DESIGNAR, com base no art. 53 da Lei 8666/93, **CLÁUDIO LORCA**, portador do RG nº 1.198.248-9 SSP/MT, e do CPF nº 845.903.511-53, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, como **LEILOEIRO ADMINISTRATIVO**, do Leilão Público de bens móveis, desta Municipalidade, considerados inservíveis, antieconômico ou obsoletos ao serviço público municipal, constantes do Processo Licitatório Modalidade Leilão Público.

Artigo 2º - Ao leiloeiro designado não será devida nenhuma comissão pela arrematação dos lotes arrematados.

Artigo 3º - Fica os servidores nomeados pela Portaria 010/2014 para atuarem como equipe de apoio.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 25 de novembro de 2014.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 25/11/2014 à 25/12/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:EFACCFCA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO AVISO DE ABERTURA REGISTRO DE PREÇO 056/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, Estado de Mato Grosso, através de sua pregoeira, torna público a quem interessar que se realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", onde a data prevista para Credenciamento das empresas participantes será realizada das 08h30min às 09h00min do dia 08de dezembro de 2014,

e os envelopes contendo a Proposta de preços e os documentos de habilitação definidos neste Edital e seus anexos, deverão ser entregues a pregoeira no ato do Credenciamento, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, sito no Paço Municipal José Gabriel Lorca, s/nº, onde o Edital Completo estará disponível no horário comercial, gratuitamente, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E RELOCAÇÃO DE APARELHOS DE ÁR CONDICIONADO TIPO SPLIT, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT, conforme especificações do edital e seus anexos.

Nova Santa Helena, **25** de novembro de 2014.

FRANCIANE PAULATTI
Pregoeira.

Publicado por:
Edinalva Nunes Tenorio
Código Identificador:63AA4822

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO AVISO DE ABERTURA REGISTRO DE PREÇO 057/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, Estado de Mato Grosso, através de sua pregoeira, torna público a quem interessar que se realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", onde a data prevista para Credenciamento das empresas participantes será realizada das 14h00min às 14h30min do dia 08de dezembro de 2014, e os envelopes contendo a Proposta de preços e os documentos de habilitação definidos neste Edital e seus anexos, deverão ser entregues a pregoeira no ato do Credenciamento, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, sito no Paço Municipal José Gabriel Lorca, s/nº, onde o Edital Completo estará disponível no horário comercial, gratuitamente, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS CONVENCIONAIS E ÓLEO DÍESEL BS – 10 PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES DE SAÚDE E SECRETARIAS VINCULADAS A ESTA MUNICIPALIDADE, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.

Nova Santa Helena, **25** de novembro de 2014.

FRANCIANE PAULATTI
Pregoeira.

Publicado por:
Edinalva Nunes Tenorio
Código Identificador:48D7F619

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSAO DE LICITACAO
AVISO INEXIGIBILIDADE 004-2014

AVISO DE AJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 004/2.014
A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT torna público a homologação e abjudicação do Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 004/2.014, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA REPUBLIC, A SER REALIZADO EM COMEMORAÇÃO AO REVEILLON 2.014/2.015 NA PRAIA DO SOL ÀS MARGENS DO RIO DAS MORTES NO VALOR DE 40.000,00, (quarenta mil reais).

Nova Xavantina – MT, 25 de novembro de 2.014.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal.

WALMIR ARRUDA COSTA
Presidente da CPL.

Publicado por:
Walmir Arruda Costa
Código Identificador:7FB519FD

DIVISAO DE PESSOAL
CONCURSO PÚBLICO 001-2014

Nota Informativa

A Comissão Interna para o Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Publico nº 001/2014, informa que os editais e anexos referentes ao Certame encontre-se publicados nos endereços eletrônicos www.klcconcursos.com.br e www.novaxavantinamt.com.br.
As referidas publicações compreendem os seguintes Editais: Edital de nº 09/2014 -Resultado Preliminar; Edital nº 10/2014 – Retifica Resultado Preliminar; Edital de nº 11/2014 - Resultado Final Prova Objetiva e, Edital de nº 12/2014 - Resultado Preliminar das Provas Escritas Objetivas + Provas Práticas, Provas de Títulos e Provas de Aptidão Física.
Informa ainda que, encontra-se aberto o período de recursos do Resultado Preliminar das Provas Práticas, Aptidão Física e Títulos.

Nova Xavantina, 24 de novembro de 2014.

ADELCIMEIRE BISPO SIRQUEIRA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:60FB7A2E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PREFEITURA MUNICIPAL
RGF ANEXO 04

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
Terceiro Quadrimestre - Setembro à Dezembro de 2014			
RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")			R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALORES		
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (a)	Executado Até o Quadrimestre
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00	0,00
Antecipação da Receita	0,00	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Servicos	0,00	0,00	0,00
Demais Atencipações da Receita	0,00	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuicoes Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES		VALOR	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		14.947.818,70	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)		0,00	0,00%

TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	0,00	90,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00%
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO		
Nota: [1] Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.		

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Contador
CRC/PR 011325/O
Contador
CRC/PR 011325/O

VILMAR BOSA
Secretario de Financas

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:F1984D1F

PREFEITURA MUNICIPAL
REPUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 062/2014. DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Regulamenta as Férias Coletivas de servidores da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando a previsão legal do art. 70 da Lei Complementar n.º 004/2001

Considerando a necessidade de proporcionar o usufruto de férias aos servidores públicos da Administração Pública Municipal, e

Considerando a necessidade de contenção de despesas em decorrência da redução e não realização de repasses financeiros

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica estabelecido o período de **FÉRIAS COLETIVAS**, no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, que compreenderá entre os dias **15 de Dezembro de 2014 à 14 de Janeiro de 2015**.

Parágrafo Único – O servidor usufruirá 30 (trinta) dias consecutivos de férias, dentro do intervalo estabelecido no caput.

Art. 2º. O gozo das férias estabelecidas no artigo 1º será registrado no histórico funcional de cada servidor da seguinte forma:

I – para os servidores com períodos de férias acumuladas, o mais antigo;
II – para os servidores com período de férias a vencer, **e que tenham mais de 12 (doze) meses de efetivo exercício, o próximo período.**

Art. 3º. Não haverá prejuízo quanto ao pagamento do terço de férias constitucionais a que faz jus o servidor em gozo de férias.

Art. 4º. Fica sob a responsabilidade dos titulares das pastas a definição do quadro de pessoal mínimo e de calendário especial para a manutenção dos serviços abaixo relacionados:

I – Unidades Administrativas que executam atividades financeira, contábil, jurídica, folha de pagamento, arrecadação e controle interno;
II – Serviços de execução de obras, vigilância, distribuição de água e coleta de lixo;
III – Serviços públicos de saúde, assistência social (CRAS) e trânsito.

Parágrafo Único – Em situações excepcionais caberá ao dirigente máximo do órgão definir a manutenção de servidores em atividades, com comunicação formal ao Departamento de Recursos Humanos.

Art. 5º. As disposições desse Decreto não se aplicam:

I – à área de Educação, que possuem normativas internas;
II – aos servidores que estiverem em licença maternidade, licença para tratamento da própria saúde, e demais licenças constantes no rol do artigo 74 da Lei Complementar n.º 004/2001.

Art. 6º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 13 de Novembro de 2014.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:00FFC9C3

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N.º 373/2014. DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Programa de 2014, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

09.001.15.451.0009.1059.4490.51 Obras e Instalações
– Construção de Centro Administrativo (Centro de Múltiplo Uso) R$ 390.000,00
09.001.15.451.0009.1057.4490.51 Obras e Instalações
– Construção de Praças Públicas R$ 150.000,00
Total R$ 540.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior é indicado como recurso, na forma do disposto no art. 43, § 1°, inciso II, da Lei Federal N° 4.320/64, os provenientes de excesso de arrecadação por recursos do convênio nº 111/2013 para Construção de Praça Pública da Secretaria de Estado das Cidades - SECID no valor:

I – Recurso de Convênio n.º 111/2013 R$ 110.000,00
II – Por Redução da Dotação Orçamentária: 1648200091061 R$ 40.000,00

Art. 3º - Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo 1º é indicado como recurso, na forma do disposto no art. 43, § 1°, inciso II, da Lei Federal N° 4.320/64, os provenientes de excesso de arrecadação por recursos do convênio nº 0922013 para Construção de Múltiplo Uso da Secretaria de Estado das Cidades - SECID no valor:

I – Recurso do Convênio n.º 092/2013 R$ 375.000,00

II – Por Redução da Dotação Orçamentária: 1648200091061 R$ 15.000,00

Art. 4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de Novembro de 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:888F6977

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N.º 374/2014. DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Cria o Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola (PMDDE) do Município de Novo Mundo e dispõe sobre os critérios e as formas de transferências e de prestação de contas dos recursos destinados às Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Novo Mundo, José Hélio Ribeiro da Silva, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola (PMDDE) do Município de Novo Mundo e autorizado o repasse financeiro aos Conselhos Escolares das escolas municipais dotados de CNPJ, que serão as Unidades Executoras dos repasses, com a finalidade de custear despesas com a manutenção, conservação e administração das escolas municipais.
Parágrafo Primeiro - O valor de repasse anual por aluno corresponde ao montante de 5.4 Unidades de Referência Fiscal do Município de Novo Mundo.
Paragrafo Segundo - O repasse financeiro disposto no *caput* deste artigo fica condicionado à existência de recursos financeiros à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, observada ainda a prioridade de investimentos e aplicação a serem definidos pelo referido órgão de gestão.
Art. 2º Os recursos transferidos as unidades executoras destina-se á cobertura de despesas que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da qualidade do ensino das escolas beneficiarias, e serão utilizados para:
I – aquisição de material permanente;
II – manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar;
III – aquisição de materiais de consumo, expedientes e didáticos – pedagógicos necessários ao funcionamento da escola;
IV – implementação do projeto pedagógico;
V – desenvolvimento de atividades educacionais;
VI – contratação de pessoas físicas e jurídicas para a instalação, manutenção e conservação de bens imóveis, moveis, equipamentos e máquinas.
VII – contratação de Serviços de Comunicação e processamento de Dados e aquisição de software.

§ 1° - Os recursos do PMDDE serão repassados as escolas em duas parcelas anuais. O primeiro repasse será feito na segunda quinzena do mês de Janeiro e o segundo repasse segunda quinzena do mês de julho.
Parágrafo único - Será considerado o número de alunos matriculados aquele constante no Censo Escolar do ano anterior.

Art. 3° O repasse financeiro será condicionado à apresentação dos seguintes documentos pelas Unidades Executoras:
I – Ata de formação do Conselho Escolar Deliberativo da Comunidade Escolar;
II – Cópia da inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
III – Número da conta bancaria específica para depósito;
IV – Plano de ação para aplicação dos recursos onde constem as necessidades da unidade executora com a devida projeção de custos, o qual será analisando pelo corpo técnico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ficando sua aceitação condicionada à respectiva aprovação.
§ 1° - O plano de ação contemplará a totalidade dos dois repasses
§ 2° - O Plano de ação deverá ser preenchido e apresentado em formulário próprio, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
§ 3° - Será publicado no prazo de 30 (trinta) dias úteis após a entrega da documentação um edital com a relação dos planos de ação aprovados e que farão jus ao recebimento do repasse financeiro.
Art. 4° Os recursos serão repassados em contas bancárias especificas em nome das respectivas Unidades Executoras, devendo os saques ser realizados mediante cheque nominativo com cópia ao credor ou ordem bancária, somente para pagamento de despesas relacionadas com o objetivo desta lei.
Art. 5° A execução e aplicação dos recursos destinados ás escolas deverão obedecer ao disposto na Lei N° 8.666/1993, que regulamenta as licitações publicas no Brasil.
Art. 6° Os documentos comprobatórios das despesas realizadas do objetivo da transferência (notas fiscais, recibos, faturas, etc.) deverão conter o nome da Unidade Executora e atender as normas reguladoras da escola beneficiaria, a qual será responsável pelo arquivamento dos mesmos.
Paragrafo único. Nenhuma despesa poderá ser efetuada antes do recurso ser repassado na conta bancária da Unidade Executora.
Art. 7° As Unidades Executoras serão responsáveis pela elaboração e o encaminhamento da prestação de contas dos recursos recebidos. A prestação de contas do 1º (primeiro) repasse deverá ser feita até o dia primeiro de julho e a prestação de contas do 2º (segundo) repasse até o dia primeiro de dezembro.
§ 1° - A prestação de contas deverá ser encaminhada a Secretaria Municipal de Educação, acompanhadas dos recibos de pagamentos, notas fiscais de bens adquiridos e demais documentos necessários à comprovação da destinação dos recursos recebidos.
§ 2° - A Secretaria Municipal de Educação e Cultura deverá analisar as prestações de contas apresentadas pelas Unidades Executoras e encaminhá-las ao Departamento de Contabilidade e serem supervisionadas pela Unidade de Controle Interno (UCI) da Prefeitura Municipal.
Art. 8° A Prefeitura Municipal suspenderá o repasse financeiro as Unidades Executoras das Escolas quando:
I – não for apresentada a prestação de contas no prazo legal;
II – a prestação de contas for rejeitada;
III – constatar que os recursos foram utilizados em desacordo com os critérios estabelecidos nesta lei;
IV – Houver por parte da unidade executora a adoção de qualquer postura que dificulte o trabalho de fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
V – Constatação de mau gerenciamento dos recursos pelos Conselhos Deliberativos das Comunidades Escolares.
§ 1°. O mau gerenciamento dos recursos compreende a compra de quantidade inadequada dos materiais, em descumprimento com o plano de ação apresentado, a falta de um trabalho articulado entre Conselho e Direção Escolar na definição dos mesmos e na deficiência da comprovação das despesas.
§ 2°. Após suspensão de verba, tanto direção, quanto Conselho Escolar sofrerão as seguintes sanções:
I – Advertência verbal e escrita;
II – Destituição do cargo de Diretor (a) Escolar;
III – Devolução dos recursos.
§ 3°. O não cumprimento do inciso I do caput deste artigo, somente acarretará o disposto no § 2° e seus incisos, em caso de reincidência pela unidade executora.
Art. 9º - A transferência dos recursos é de competência da Secretaria Municipal de Educação e Cultura em com a Secretaria de Finanças e será feita mediante a realização de acompanhamento sistemático e análise dos documentos que originaram a respectiva prestação de contas por parte do Departamento de contabilidade e da UCI.
Art. 10º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 11 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Novo Mundo, 25 de novembro de 2014.

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:6D0EB49B

PREFEITURA MUNICIPAL
RGF ANEXO 01

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro/2014 a Outubro/2014		
RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.971.427,06	
Pessoal Ativo	6.971.427,06	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.971.427,06	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		6.971.427,06
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		TOTAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		14.947.818,72
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		46,64
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 54,00 %		8.071.822,11
LIMITE PRUDENCIAL (§ único do art. 22 da LRF) - 51,30 %		7.668.231,00
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %		7.264.639,90
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO		

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador

VILMAR BOSA
Secretário(a) Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:7BC881B0

PREFEITURA MUNICIPAL
RGF ANEXO 02

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Quadrimestral - 01/2014 à 10/2014

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.923.006,33	2.694.089,24	2.685.179,03	1.652.209,43
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.943.813,39	2.715.274,34	2.685.557,07	1.652.587,47
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	20.807,06	21.185,10	378,04	378,04
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.923.006,33	-2.694.089,24	-2.685.179,03	-1.652.209,43
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.474.163,31	17.790.657,00	18.311.654,54	14.947.818,72
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	-11,00	-15,14	-14,66	-11,05
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdênciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	108.764,26	146.924,31	17.066,17	194.825,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.098.715,68	1.323.781,77	991.179,08	715.955,85
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:48E448DB

PREFEITURA MUNICIPAL
RGF ANEXO 05

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A OUTUBRO DE 2014			
LRF, art . 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V			R$ 1,00
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	1.653.147,47	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	911.158,89
Caixa	0,00	Depósitos	194.825,00
Bancos	1.653.147,47	Restos a Pagar Processados	378,04
Conta Movimento	386.708,79	Do Exercício	0,00
Contas Vinculadas	1.266.438,68	De Exercícios Anteriores	378,04
Aplicações Financeiras	0,00	RP não Processados de Exercícios Anteriores	715.955,85
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00	Débitos de Tesouraria	0,00
Créditos Intragovernamentais	0,00	Contas Pendentes	0,00
Devedores Diversos	0,00		
Aplicações Financeiras Médio e Longo Prazo	0,00		
Depósitos Judiciais	0,00		
Créditos Intergovernamentais	0,00		
Contas Pendentes	0,00		
SUBTOTAL	1.653.147,47	SUBTOTAL	911.158,89
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	741.988,58
TOTAL	1.653.147,47	TOTAL	1.653.147,47
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			741.988,58
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Caixa	0,00	Depósitos	0,00
Bancos	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Conta Movimento	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Vinculadas	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
	-	RP não Processados de Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00

Outras Disponibilidades Financeiras	0,00	Encargos Sociais a Recolher	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Obrigações Tributárias	0,00
	-	Precatórios a Pagar	0,00
	-	Débitos Diversos a Pagar	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI - VII)			0,00

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:0A519FF9

PREFEITURA MUNICIPAL
RGF ANEXO 06

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL					
DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR					
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
Janeiro à Outubro / 2014					
RGF – ANEXO 06 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")					R$ 1,00
ORGAO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
GABINETE DO PREFEITO	1.525,83	18.740,67	0,00	5.024,49	0,00
SEC. DE ESPORTE E LAZER	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ACAO SOCIAL	0,00	11.216,63	0,00	23,40	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	0,00	8.061,81	0,00	25.199,11	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.038,87	48.257,76	0,00	205.946,91	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	18.324,09	211.586,06	0,00	4.633,61	0,00
SECRETARIA DE FINANCAS	0,00	38.417,93	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAUDE	6.494,14	107.628,88	512.550,09	31.701,05	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS	26.048,71	236.036,31	404.099,13	82.752,20	0,00
TOTAL	54.431,64	682.446,05	916.649,22	355.280,77	0,00
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibiliade de Caixa)					741.988,58
FONTE	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
000-Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	0,00	144.443,72	115.862,42	11.607,05	0,00
000-Recursos Ordinários	54.053,60	420.212,61	349.848,94	266.663,76	0,00
000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Des	0,00	34.178,79	0,00	0,00	0,00
000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	0,00	37.886,96	0,00	24.750,00	0,00
000-Transferencias de Convenios - Educacao	0,00	4.204,19	0,00	0,00	0,00
000-Transferencias de Convenios - Outros (nao relacion	0,00	0,00	0,00	24.446,91	0,00
000-Transferencias de Convenios - Saude	0,00	3.374,97	0,00	27.813,05	0,00
000-Transferencias do FUNDEB - (aplicacao em outras de	0,00	12.772,10	0,00	0,00	0,00
000-Transferencias do FUNDEB - (aplicacao na remunerac	0,00	25.372,71	0,00	0,00	0,00
201-Fonte não Cadastrada	0,00	0,00	46.838,73	0,00	0,00
301-Fonte não Cadastrada	378,04	0,00	149.013,34	0,00	0,00
999-Fonte não Cadastrada	0,00	0,00	255.085,79	0,00	0,00
TOTAL	54.431,64	682.446,05	916.649,22	355.280,77	0,00
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibiliade de Caixa)					741.988,58

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador
CRC/PR 011325/O

VILMAR BOSA
Secretario de Financas

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:E503B3A1

PREFEITURA MUNICIPAL
RGF ANEXO 07

PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ATE O 3 QUADRIMESTRE DE 2014		
LRF, art. 48 – Anexo 07		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	6.971.427,06	46,63 %
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 54,00%	8.071.822,11	54,00 %
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 51,30%	7.668.231,00	51,30 %
DIVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	-1.652.209,43	-11,05 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES		0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)		741.988,58
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO		

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

ALCIDES NERI VITORINO
Contador
CRC/PR 011325/O

VILMAR BOSA
Secretario de Financas

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:119BE40C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 089/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT.
CONTRATADA: RODOBENS CAMINHÕES CUIABÁ S/A.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar revisão obrigatória de 15.000 km no veículo Caminhão Mercedes Bens, Placa OBC - 7304.
VIGÊNCIA: 07/11/2014 até 31/12/2014
VALOR: R$ 1.282,38 (Um mil duzentos e oitenta e dois reais e trinta e oito centavos).

Publicado por:
Luciane Raquel Brauwers
Código Identificador:35270F18

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 052/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT
CONTRATADA: AMAZONIA POÇOS ARTESIANOS LTDA - MEDO
ADITIVO: – Fica aditada a seguinte Cláusula do Contrato Primitivo:
Cláusula Quinta: prorroga a vigência do contrato em 60 (Sessenta) dias contados a partir do dia 26/11/2014;
Cláusula Quarta: Prorroga a vigência de execução da obra em 60 (Sessenta) dias contados a partir do dia 29/11/2014.
Cláusula Décima Oitava: Fica alterado o Gerente de Contrato para o Sr Assis Frizon, Secretário Municipal de Educação.

PARANAÍTA/MT, 26/11/2014

Publicado por:
Luciane Raquel Brauwers
Código Identificador:1141B61C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 048/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT.
CONTRATADA: GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÁPARELHOS DE AR CONDICIONADO
VIGÊNCIA: 19/05/2014 A 19/05/2015
VALOR: R$48.200,00 (Quarenta e oito mil e duzentos reais)

Publicado por:
Regina Biazôto
Código Identificador:A8187265

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 049/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT.
CONTRATADA: CAMILA ELETRO-ELETRONICOS LTDA - ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS MUSICAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PARANAÍTA/MT
VIGÊNCIA: 26/05/2014 A 31/12/2014
VALOR: R$ 17.427,10 (DEZESSETE MIL QUATROCENTOS E VINTE E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS)

Publicado por:
Regina Biazôto
Código Identificador:66995C94

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 051/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT.
CONTRATADA: POSITIVO INFORMATICA S/A
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 15 (QUINZE) APARELHOS DE NOTEBOOK DE REFERENTE AO TERMO DE COMPROMISSO PAR N° 9346/2012 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PARANAÍTA E O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.
VIGÊNCIA: 30/05/2014 A 31/12/2015
VALOR: R$ 26.775,00 (VINTE E SEIS MIL SETECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)

Publicado por:
Regina Biazôto
Código Identificador:E2256D67

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 056/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA - MT.
CONTRATADA: ELETROLUX DA AMAZONIA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS, REFERENTE AO TERMO DE COMPROMISSO PAR N° 9346/2012 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PARANAÍTA E O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.
VIGÊNCIA: 05/06/2014 A 04/06/2015
VALOR: R$ 1.139,98 (UM MIL CENTO E TRINTE NOVE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS

Publicado por:
Regina Biazôto
Código Identificador:F017281B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 108/2014

A Prefeitura Municipal de Paranaíta, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 005/2014 torna público que no Pregão Presencial que se trata o Edital nº. 108/2014, levado a efeito às 08h00min horas do dia 24 de Novembro de 2014, foi declarada vencedora do certame a empresa GÁS NORTE COMÉRCIO DE OXIGÊNIO LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 02.328.578/0001-05.

Paranaíta/MT, 25 de Novembro de 2014.

LUCIANE RAQUEL BRAUWERS
Pregoeira

Publique – se

Publicado por:
Regina Biazôto
Código Identificador:387BE3D8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 109/2014

A Prefeitura Municipal de Paranaíta, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 005/2014 torna público que no Pregão Presencial que se trata o Edital nº. 109/2014, levado a efeito às 08h00min horas do dia 25 de Novembro de 2014, foi declarado fracassado.

Paranaíta/MT,25 de Novembro de 2014.

Publicado por:
Regina Biazôto
Código Identificador:231DA51B

DEPARTAMENTO JURÍDICO
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº. 822/2014.

SÚMULA: "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº. 504/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAITA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei,

Artigo 1° - Altera o artigo 5º, da Lei Municipal nº. 504/2009, que passará a ter a seguinte redação:

"....."
Art. 5º - O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto de forma paritária por órgãos e entidades do Poder Executivo e representantes da sociedade civil, instituídas no Município de Paranaíta/MT.
....."

Artigo 2º - Fica o Executivo autorizado a proceder à reedição da Lei Municipal nº 504/2009, de acordo com as alterações da presente Lei, permanecendo em vigor os demais dispositivos.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA/MT, Em, 24 de novembro de 2014

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:8E348D91

DEPARTAMENTO JURÍDICO
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº. 823/2014.

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A MATRINCHÃ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A (TP NORTE), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **ANTONIO DOMINGO RUFATTO**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Compromisso com a Matrinchã transmissora de energia s.a, cujo objetivo é a execução de ações de prevenção e controle da Malária a fim de evitar impactos decorrentes da construção e operação da LT 500 KV SE Paranaíta, nos moldes da minuta em anexa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA/MT
Em, 24 de novembro de 2014.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:16094CC1

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT**, através da Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento, torna público que estarão abertas as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para preenchimento de vagas e formação de Cadastro Reserva (CR) para os cargos abaixo especificados, do seu quadro de pessoal, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 012/2010, reeditada pela Lei Complementar nº 022/2010 de 03 de Dezembro de 2010, Lei Complementar nº 046/2012 de 26 de Outubro de 2012 e pela Lei Complementar nº 069/2014, que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Paranaíta/MT, Lei Complementar nº 016/2010, reeditada pela Lei Complementar nº 048/2013, de 15 de Janeiro de 2013, Lei Complementar nº 053/2013, Lei Complementar nº 055/2013; Lei Complementar nº 058/2013, Alterado pela Lei Complementar nº 066/2014 e Lei Municipal nº 790/2014, que dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos dos Profissionais da Saúde do Município de Paranaíta/MT, Lei Complementar Municipal nº 018/2010 de 09 de julho de 2010, reeditada pela Lei Complementar Municipal nº 027/2011 de 27 de maio de 2011, pela Lei Municipal nº 599/2011 de 17 de junho de 2011, pela Lei Complementar Municipal nº 028/2011 de 02 de setembro de 2011, pela Lei Complementar Municipal nº. 029/2011 de 02 de setembro de 2011, pela Lei Complementar Municipal nº 030/2011 de 23 de setembro de 2011, pela Lei Complementar Municipal nº 033/2011 de 04 de novembro de 2011 e pela Lei Municipal nº 634/2011 de 23 de dezembro de 2011 e pela Lei Municipal nº 638/2011 de 23 de Dezembro de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura de Paranaíta/MT, Lei Complementar nº 063/2014, reeditada pela Lei Complementar Municipal nº 067/2014 e a Lei Complementar Municipal nº 068/2014, que dispõe sobre a Reestruturação do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Paranaíta/MT, com a legislação municipal pertinente e a Constituição Federal, **RESOLVE:**

I. Divulgar o Resultado das Provas Práticas, realizadas no dia 16/11/2014.

II. Definir o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8.3.1 do Edital nº 001/2014, contado da data da publicação deste Edital no endereço eletrônico: exata@exataplenejamento.com.br;

III. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis nos endereços eletrônicos: www.exataplanejamento.com.br e afixada no Mural da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT e Diário Oficial dos Municípios.

Registra-se,
Publique-se e
Cumpra-se,

Paranaíta/ MT, 24 de Novembro de 2014.

ANTÔNIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

LUCIA HELENA RODRIGUES ELIAS

COMISSÃO ESPECIAL PARA COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO

JULIANO RICARDO SCHVAREN ELIAS JOSÉ BENVINDO
Membro Representante do Sindicato Dos Servidores

Publicado por:
Lucia Helena Rodrigues Elias
Código Identificador:E2F85613

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA N 323/2014

PORTARIA N° 323 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2.014.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT; **Srº. VILSON PIRES**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – Conceder, nos termos do art 113 e § 4º da Lei Municipal nº 024/1997, Licença para Tratar de Interesse Particular, a servidora **Srª. ANGÉLICA SANTANA SILVA,** inscrita no CPF/MF sob o nº 025.233.461-25 e portadora do RG sob o nº 1983272-9 SSP/MT SSP/MT, pelo período de 02(dois) dois anos, a contar da presente data.

II – O afastamento concedido é sem ônus para o Município.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IV – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 25 de Novembro de 2014.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bertolina Alves de Lima
Código Identificador:185F4E24

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO Nº 003 DE PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO 060/2013

Aditivo nº 003 ao contrato 060/2013 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **Construtora e Incorporadora Haraoui - ME.** Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de Ampliação do PSF I – na Avenida Bandeirantes, nº 475 no Bairro Vila Concórdia no Município de Paranatinga, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Período: 07/11/2014 a 04/01/2015.

Paranatinga, 08 de Novembro de 2014.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:CAC5C138

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 012/2014

Onde se lê: ... **1.2** O Valor Global estimado para a Mão de Obra é de R$ 581.579,74 (quinhentos e oitenta e um mil quinhentos e setenta e nove reais e setenta e quatro centavos).

Leia – se: ... **1.2** O Valor Global estimado para a Mão de Obra é de R$ 244.710,31 (duzentos e quarenta e quatro mil setecentos e dez reais e trinta e um centavos).

Paranatinga/MT, 25 de Novembro de 2014.

LUCIA APARECIDA DE FRANÇA CORREA
Pregoeira

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:C6270081

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 016/2014
EDITAL 068/2014

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através de sua pregoeira nomeada pela portaria 021 de 22 de Janeiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2014 Edital 068/2014**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Aquisição de equipamentos para academia da terceira idade atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Data de abertura: 05/12/2014, sexta-feira às 14:00h horário de Brasília. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados através do site **www.bll.org.br** ou **www.paranatinga.mt.gov.br.** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com ou telefone 66-3573-1329 – horário de atendimento das 13:00 ás 17:00 hrs.

Paranatinga-MT, 25 de Novembro de 2014.

LUCIA APARECIDA DE FRANÇA CORREA
Pregoeira

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:05E07CBB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA 001/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA através da Comissão Permanente de Licitação, localizada na sede da Prefeitura Municipal, na Av. Brasil, 1900, Centro, Paranatinga-MT, atendendo a Lei nº. 11.947 / 2009, Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009 e Instrução Normativa nº.002/2009/GS/SEDUC/MT realiza chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **CHAMADA PÙBLICA Nº. 001/2014. Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural** para atender os alunos matriculados nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Escolas de Educação Infantil do Município de Paranatinga – MT. Data de abertura: 15/12/2014, segunda-feira às 08:00h. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados através do site **www.paranatinga.mt.gov.br.** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com ou telefone 66-3573-1329 – horário de atendimento das 13:00 ás 17:00 hrs.

Paranatinga-MT, 25 de Novembro de 2014.

LUCIA APARECIDA DE FRANÇA CORREA
Pregoeira

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:034935ED

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 399- 2014 ALTERA PORTARIA- COORDENADORES

PORTARIA Nº 399/2014. DE 24 DE NOVEMBRO DE 2.014.

Dispõe sobre ALTERAÇÕES DE ARTIGOS e dá outras providências;

***MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI*, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a Lei Complementar n.º 016/2014 de 05 de Novembro que dispõe sobre a criação de Cargos na estrutura administrativa do Município;

RESOLVE:

ART. 1º - ALTERAR a nomenclatura dos cargos de Coordenadores dos servidores abaixo relacionados, lotados em suas respectivas Secretarias da Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT.

NOME	CARGO	SECRETARIA
Adsonia da Silva de Matos	Coordenador(a) de Tributos	Sec. Mun. de Finanças
Delma dos Santos Guimarães	Coordenador(a) do Centro de Apoio à Família	Sec. Mun. de Promoção e Ação Social
Evandro José Gomes da Silva	Coordenador do Depto de Máquinas	Sec. Mun. de Viação e Obras
Nerisvan Moraes Ribeiro	Coordenador(a) da Sec. de Promoção e Ação Social	Sec. Mun. de Promoção e Ação Social
Regina Marinete da Cruz Silva	Coordenador(a) de Contabilidade	Sec. Mun. de Finanças
Roseli do Carmo Dias	Coordenador(a) de Depto de Recursos Humanos	Sec. Geral de Coord. Administrativa
Uerlen de Toledo Ephigenio	Coordenador(a) de Telecomunicações	Sec. Geral de Coord. Administrativa
Valdete Mendes dos Santos	Coordenador(a) de Programas Sociais	Sec. Mun. de Promoção e Ação Social
Vilma Lira Nogueira Massuia	Coordenador(a) Executiva do Procon	Sec. Geral de Coord. Administrativa

ART.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:3E4E4EEF

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 398- 2014 ALTERA PORTARIA- CHEFE

PORTARIA Nº 398/2014. DE 24 DE NOVEMBRO DE 2.014.

Dispõe sobre ALTERAÇÕES DE ARTIGOS e dá outras providências;

***MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI*, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a Lei Complementar n.º 016/2014 de 05 de Novembro que dispõe sobre a criação de Cargos na estrutura administrativa do Município;

RESOLVE:

ART. 1º - ALTERAR a nomenclatura dos cargos de Chefia dos servidores abaixo relacionados, lotados em suas respectivas Secretarias da Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT.

NOME	CARGO	SECRETARIA
Antonio Ribeiro da Silva	Chefe de Cerimonial do Município	Secretaria de Gabinete
Diogo Martins Garcia	Chefe do Depto da Junta de Serviço Militar e Identificação	Secretaria de Gabinete
Edivan Borges Muniz	Assessor de Gabinete	Secretaria de Gabinete
Edson Damacena	Chefe do Depto de Informática e Informação	Sec. Geral de Coord. Administrativa
Francielle Batista de Souza	Chefe do Depto de Coord. Ações Sociais	Sec. Mun. De Promoção e Ação Social
Gilberto de Medeiros	Chefe de Transportes Escolar	Sec. Mun. de Educação
Jacqueline Stalberg Theodoro Francisco	Chefe do Depto de Vigilância em Saúde	Sec. Mun. de Saúde
Marcilene Costa da Conceição Contó	Chefe do Depto de Finanças	Sec. Mun. de Finanças
Raucea de Sousa Freitas Nates	Chefe de Licitação	Sec. Geral de Coord. Administrativa
Rejane Oliveira Horta Santos	Chefe de Coordenação Administrativa	Sec. Geral de Coord. Administrativa
Renato de Oliveira	Pregoeiro	Sec. Geral de Coord. Administrativa
Rosely Aparecida da Silva	Gestora Municipal de Projetos e Convênios	Sec. Geral de Coord. Administrativa
Terezinha de Souza Moreira	Chefe de Depto da Sec. de Educação	Sec. Mun. de Educação
Waldemar Chaves de Freitas	Chefe de Depto de Engenharia	Sec. Geral de Coord. Administrativa

ART.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:18BDE75B

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 397- 2014- EXONERAÇÃO - PAULA CRISTIANE

PORTARIA Nº 397/2014. DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - **EXONERAR** a Servidora Pública Municipal, Senhora Paula Cristiane Moraes Pereira, ocupante do Cargo de Chefe do Departamento de Licitação, lotada na Secretaria Geral de Coord. Administrativa do Município de Pedra Preta - MT.

ART. 2º - Esta portaria entra vigor na data da sua publicação.
ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e Publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:EF05133E

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 400- 2014 NOMEAÇÃO - ZILDINEI DE SOUZA PEREIRA

PORTARIA Nº. 400/2014. DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

***MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI*, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - **NOMEAR** a Servidora Pública Municipal, Sr.ª **Zildinei de Souza Pereira**, ocupante do Cargo Comissionado de **Chefe do Departamento de Contabilidade**, lotada na Secretaria Municipal de Finanças do Município de Pedra Preta - MT.

ART. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em lei.

ART.3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:B7BF1B89

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE LANÇAMENTO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO 005/2014.

AVISO DE LANÇAMENTO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
Tipo: Menor Preço Global.
Setor Interessado: Gabinete da Presidência
DATA DE ABERTURA E JULGAMENTO: 04/12/2014.
HORÁRIO: 13:00 horas (horário de mato grosso)
Credenciamento: 12:30 às 12:45 horas; (horário de mato grosso)
Local: Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo - Sala das Licitações Av. Lions Internacional Oeste 2021 – centro – Peixoto de Azevedo/MT.

OBJETO DA LICITAÇÃO: Prestação de Serviços na preparação de paredes, lixação e acabamento para aplicação de pinturas com tinta internas e externas, grafiato e texturas em material de primeira linha, no prédio da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, conforme Termo de Referência.

Edital na íntegra disponibilizado no site www.camarapeixotodeazevedo.mt.gov.br e também será disponibilizado no e-mail do requerente junto ao Departamento de Licitações ou pelo fone (66) 3575-1809.

Peixoto de Azevedo MT, Sala das Licitações, 25 de novembro de 2014.

DAYANNE FERREIRA DA SILVA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Dayanne Ferreira da Silva
Código Identificador:148942E8

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal nº 641, de 10 de junho de 2014, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2014**, regida pela Lei Federal 10.520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item** para: "**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, CONFORME PROPOSTA N° 11.279.048000/1120-01, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE".** Que será realizado ás 08:00 horas do dia 09 de Dezembro de 2014, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. O Edital completo poderá ser adquirido e maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, no horário das 12:00h as 18:00h, ou pelo fone (66) 3575-5100.

Peixoto de Azevedo 25 de Novembro de 2014.

EMERSON NUNES FREITAS
Pregoeiro

Publicado por:
Aline Gleyss dos Santos Mascarenhas
Código Identificador:EB3813EF

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal nº 641, de 10 de junho de 2014, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2014**, regida pela Lei Federal 10.520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item** para: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DESTE MUNICIPIO, CONFORME PORTARIA Nº 1.968, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 - MINISTÉRIO DA SAÚDE".** Que será realizado ás 13:30 horas do dia 09 de Dezembro de 2014, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. O Edital completo poderá ser adquirido e maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, no horário das 12:00h as 18:00h, ou pelo fone (66) 3575-5100.

Peixoto de Azevedo 25 de Novembro de 2014.

EMERSON NUNES FREITAS
Pregoeiro

Publicado por:
Aline Gleyss dos Santos Mascarenhas
Código Identificador:FC85EF1D

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS 007/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela portaria nº 641 de 10 de Junho de 2014, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **TOMADA DE PREÇOS 007/2014**, regida pela Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **menor preço global**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE UM PAVIMENTO COM DUAS SALAS DE AULAS MEDINDO 204,06M2 (SALA ANEXA A ESCOLA VIDA E ESPERANÇA) NO ASSENTAMENTO ANTÔNIO SOARES, ZONA RURAL, ANTIGA BR 080, ESTRADA DA JOAÇABA NO DISTRITO UNIÃO DO NORTE CONFORME TC PAR 7510/2013** que será realizado ás 08:00 horas do dia 12 de Dezembro de 2014, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. Maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta – feira, no horário das 12:00h as 18:00h, ou pelo fone (66) 3575-5100. O Edital completo poderá ser adquirido, mediante comprovação de pagamento na ordem de R$ 50,00 (Cinquenta reais).

Peixoto de Azevedo, 25 de Novembro de 2014.

ACIOMAR MARQUES CARVALHO
Presidente da CPL

Publicado por:
Aline Gleyss dos Santos Mascarenhas
Código Identificador:AB5C209C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 462.2014

LEI Nº 462/2014 Planalto da Serra-MT., 19 de Novembro de 2014.

Altera o § 2º inciso I, II e III do Artigo 57 da Lei nº 398/2012 que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Público do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, e da outras providências.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte
Lei:
Art. 1º - A redação do parágrafo segundo inciso I, II e III do artigo 57 da Lei Municipal n.º 398, de 27 de Novembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Artigo 1º - .....
Parágrafo 1º - A indenização de que trata o caput é calculada sobre o menor vencimento base do município, de acordo com o percentual definido a seguir:
I – 30%(trinta por cento) para todas as classes de risco considerada.
Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Planalto da Serra, 19 de Novembro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:2071791A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 463.2014

LEI Nº 463/2014 Planalto da Serra-MT., 19 de Novembro de 2014.

Autoriza o Poder Executivo e Legislativo Municipal, a Assinar Convênio com a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social da Cidade de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, e da outras providências.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte
Lei:
Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo e Legislativo Municipal de Planalto da Serra, firmar Convênio com a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social da Cidade de Planalto da Serra, a partir de 01 de Dezembro de 2014 a 31 de Dezembro de 2016.
Artigo 2º - O presente convenio objetiva a conjugação de esforços no sentido de promover, em cooperação e desenvolvimento de informativos a população nas áreas Administrativa, Educacional, Social, Saúde e Saneamento, Agricultura e meio ambiente, Cultura, Esportes e Lazer e Obras Públicas.
Artigo 3º - O repasse mensal co Convênio será no valor de R$2.500,00 (Dois Mil Quinhentos Reais), reajustado anualmente pela variação do IGPM.
Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Planalto da Serra, 19 de Novembro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:4E5C6E56

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 465.2014

ALTERA O ARTIGO 7º DA LEI Nº 455/2014 QUE DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO ISSQN DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:
Art. 1º A redação do artigo 7º da Lei Municipal n.º 455, de 26 de Junho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 2º - Fica autorizado o poder público, fazer a doação dos lotes destinados à habitação de interesse social para a Caixa Econômica Federal no Programa Minha Casa Minha Vida PMCMV ás famílias com renda até R$1.600,00(Um Mil Seiscentos Reais) através de recursos do FAR/Fundo de Arrendamento Residencial, os lotes estão localizados nas quadras 102-A, 102-B, 103-A, 103-B, com exceção dos lotes 01,02,03,04,05 quadra 103 todos de frente para a rua Paranavaí, Quadra C dentro da matricula nº 10.568, livro 2-BR folha 162 com área de 40.705,09 m2, denominada Campo de Futebol do Bairro São Gonçalo, onde foi criada a Zona Especial de Interesse Social – ZEIS.
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 19 de Novembro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:846F3FF4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 466.2014

"CRIA A VERBA DE NATUREZA INDENIZATÓRIA PELO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Câmara Municipal de Vereadores de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município.
Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e a Prefeita Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei:
Art. 1º Fica criada na Câmara Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, a verba de natureza indenizatória para os vereadores, pelo exercício da atividade parlamentar, no valor de R$600,00(Seiscentos Reais) aos Vereadores e R$1.500,00(Um Mil e

Quinhentos Reais) para o Presidente, nos termos do parágrafo 11, do artigo 37 da Constituição da República.
Parágrafo 1º - A Verba de que trata o caput será paga mensalmente aos vereadores e ao Presidente da Câmara Municipal de Planalto da Serra, em espécie, para custeio da atividade parlamentar externa, de forma compensatória ao dispêndio das atividades parlamentares, dentre outras despesas inerentes ao exercício do cargo.
Parágrafo 2º - Fica estabelecido que o parlamentar não precisará prestar conta dos Gastos com a referida verba indenizatória.
Art. 2º - Para definição do valor da verba indenizatória a ser paga ao vereador será levada em consideração a freqüência às Sessões Legislativa, descontando-se ½(um meio) do valor da verba indenizatória para cada Sessão que o Parlamentar faltar.
Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento.
Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto da Serra-MT, 19 de Novembro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:02A23C4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10.387/2013/PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG 961186-5/2013
SOB GESTÃO DO MUNICIPIO DE CUIABA - MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO UTILITÁRIOS SUV, ZERO QUILÔMETRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO GABINETE DA PREFEITA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DESTE MUNICIPIO**. Data: ADERENTE:** Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT que solicitou através dos **Ofícios GAB.PMPS nº 08/2013** o aviso de intenção à referida adesão e a autorizado pelo gestor da ata através do **Ofícios nº 112/GAB/SMECJ,** junto ao fornecedor o aceite da solicitação de adesão através do CARTÃO DE ADESÃO DE REGISTRO DE PREÇO , datados no dia 07 de Julho de 2014. Empresa promitente fornecedora: **DISVECO LTDA, CNPJ sob nº 02.971.360/0001-65, item Nº** 01, **TOTAL GERAL ADERIDO:** R$ 118.000,00.

JOSÉ SANTANA DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:0AF6177E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 039/2014

PORTARIA No 039/2014.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **GONÇALO DE CAMPOS CURADO "GONÇALITO"**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar prazo por 15 dias a partir do dia 18 de novembro de 2014, para a Comissão de Justiça Economia e Finanças conclua analise e parecer sobre os processos que tratam das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Poconé – MT relativas ao exercício de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA
PUBLICADA
CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 25 de novembro de 2014.

VEREADOR GONÇALO DE CAMPOS CURADO "GONÇALITO", DO PR
Presidente

VEREADOR GONÇALO BEIJO DA COSTA NUNES, DO DEM
1º Secretário

Publicado por:
Haroldo Gonçalves do Prado
Código Identificador:1FBDEDFC

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 27/2014

CONTRATO N.º 027/2014
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**
Contratado: **DISMAFE DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS S/A**
Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de aparelhos de ar condicionado, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição**.**
Valor Global: R$ 83.613,11 (oitenta e três mil e seiscentos e treze reais e onze centavos).
Período: 05/06/2014 e término em 05/06/2015**.**
Dotação Orçamentária: Dotação:
214 – 12.361.0046.1021.4.4.9.0.052.00.0 – EQUIPAMENTOS E MATEIRAL PERMANENTE.

Atenciosamente.

NILCE MARY LEITE
Prefeita Municipal de Poconé

Publicado por:
Crislaine do C. Felix da Silva
Código Identificador:49269A87

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 28/2014

CONTRATO N.º 028/2014
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**
Contratado: **MILANFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS**
Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de mobiliário escolar, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição**.**
Valor Global: R$ 179.590,00 (cento e setenta e nove mil e quinhentos e noventa reais).
Período: 05/06/2014 e término em 05/06/2015**.**
Dotação Orçamentária: Dotação:
214 – 12.361.0046.1021.4.4.9.0.052.00.0 – EQUIPAMENTOS E MATEIRAL PERMANENTE.

Atenciosamente.

NILCE MARY LEITE
Prefeita Municipal de Poconé

Publicado por:
Crislaine do C. Felix da Silva
Código Identificador:46210A49

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 53/2014

CONTRATO N.º 053/2014
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**
Contratado: **E-TAG CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA - EPP**
Objeto: CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA DA ESCOLA MUNICIPAL ELOISA ELENA – PADRÃO FNDE, PERTENCENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Valor Global: R$ 184.167,11 (cento e oitenta e quatro mil e cento e sessenta e sete reais e onze centavos)
Período: 10/11/2014 e término em 10/04/2015.
Dotação Orçamentária: 0220 – 06.002.12.361.0046.1025.449051000000 – PROVER A COMUNIDADE ESCOLAR PRAÇAS DE ESPORTES

Atenciosamente.

NILCE MARY LEITE
Prefeita Municipal de Poconé

Publicado por:
Crislaine do C. Felix da Silva
Código Identificador:290E0334

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 54/2014

CONTRATO N.º 054/2014
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**
Contratado: **EMAD CONSTRUTORA LTDA - ME,**
Objeto: CONSTRUÇÃO DA UBS (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE) – PORTE I, NO MUNICIPIO DE POCONÉ – BAIRRO JURUMIRIM.
Valor Global: R$ 404.247,73 (quatrocentos e quatro mil e duzentos e quarenta e sete reais e setenta e três centavos)
Período: 18/11/2014 e término em 18/05/2015.
Dotação Orçamentária: **:** 0298 – 07.002.10.301.0049.2117.449051000000 – AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.

Atenciosamente.

NILCE MARY LEITE
Prefeita Municipal de Poconé

Publicado por:
Crislaine do C. Felix da Silva
Código Identificador:930199F5

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 30/2014

A Comissão de Pregão, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ, no exercício das atribuições que lhe confere a portaria nº 135/2014 de 11/06/2014, torna público, para conhecimento dos interessados que fica prorrogado para o dia 04/12/2014, no endereço Praça da matriz, Poconé/MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de licitação nº 28/2014 na modalidade Pregão. Informamos que a integra do Edital encontra no endereço supracitado ou no site www.pmpocone.com.br.

OBJETO DA LICITAÇÃO: COMPRA DE MUDAS MEDICINAIS PARA ATENDER O PROGRAMA FARMÁCIA VIVA.

DIA DA ABERTURA: 04/12/2014 ÀS 08:00 HORAS.

Pocone-MT, 25 Novembro de 2014

ERASMO PAULO DE LIMA
Pregoeiro

Publicado por:
Michelli Teixeira dos Santos Costa
Código Identificador:7DFDF671

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 201/2014

"*Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO DOENÇA em favor da servidora* ROSA RODRIGUES LOPES".

O Secretário de Administração de PONTES E LACERDA - MT**, PREVI-LACERDA** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 15**, da Lei Municipal **n.º1.391/2013, de 26 de junho de 2013**, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª**. ROSA RODRIGUES LOPES**, efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de **25 de novembro de 2014** e término em **08 de janeiro de 2015,** conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º **2014.05.00191P.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à **25/11/2014** data inicio do beneficio, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se,
cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 24 de novembro de 2014.

ANDERSON DA SILVA LIMA
Secretário de Administração

Publicado por:
Marcia Lopes de Souza
Código Identificador:887B0644

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 202/2014

"*Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO DOENÇA em favor da servidora* CLAUDIA LÚCIA DE FREITAS".

O Secretário de Administração de PONTES E LACERDA - MT**, PREVI-LACERDA** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 15**, da Lei Municipal **n.º1.391/2013, de 26 de junho de 2013**, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª**. CLÁUDIA LÚCIA DE FREITAS,** efetiva no cargo de PROFESSORA, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de **16 de novembro de 2014** e término em **13 de fevereiro de 2015,** conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º **2014.05.00134R2.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à **16/11/2014** data inicio do beneficio, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se,
cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 24 de novembro de 2014.

ANDERSON DA SILVA LIMA
Secretário de Administração

Publicado por:
Marcia Lopes de Souza
Código Identificador:DDBF1551

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 203/2014

"*Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO DOENÇA em favor da servidora* ROZENILDES BISPO DE FREITAS".

O Secretário de Administração de PONTES E LACERDA - MT**, PREVI-LACERDA** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 15**, da Lei Municipal **n.º1.391/2013, de 26 de junho de 2013**, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª**: ROZENILDES BISPO DE FREITAS,** efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de **25 de novembro de 2014** e término em **08 de janeiro de 2015,** conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º **2014.05.00187P.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à **25/11/2014** data inicio do beneficio, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se,
cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 24 de novembro de 2014.

ANDERSON DA SILVA LIMA
Secretário de Administração

Publicado por:
Marcia Lopes de Souza
Código Identificador:6634D444

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 204/2014

"*Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO DOENÇA em favor do servidor* ODAIR JOSÉ BARLETA".

O Secretário de Administração de PONTES E LACERDA - MT**, PREVI-LACERDA** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 15**, da Lei Municipal **n.º1.391/2013, de 26 de junho de 2013**, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor Sr. **ODAIR JOSÉ BARLETA,** efetiva no cargo de PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de **25 de novembro de 2014** e término em **19 de dezembro de 2014,** conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º **2014.05.00188P.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à **25/11/2014** data inicio do beneficio, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se,
cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 24 de novembro de 2014.

ANDERSON DA SILVA LIMA
Secretário de Administração

Publicado por:
Marcia Lopes de Souza
Código Identificador:C077CD97

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 205/2014

"*Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO DOENÇA em favor da servidora* LUCIANA DE ANDRADE MOTTA".

O Secretário de Administração de PONTES E LACERDA - MT**, PREVI-LACERDA** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 15**, da Lei Municipal **n.º1.391/2013, de 26 de junho de 2013**, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª**: LUCIANA DE ANDRADE MOTTA,** efetiva no cargo de TÉCNICO ADM EDUC – TÉCNICO DESENV INFANTIL, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de **27 de novembro de 2014** e término em **11 de dezembro de 2014,** conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º **2014.05.00190P.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à **27/11/2014** data inicio do beneficio, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se,
cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 24 de novembro de 2014.

ANDERSON DA SILVA LIMA
Secretário de Administração

Publicado por:
Marcia Lopes de Souza
Código Identificador:7428D6BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 206/2014

"*Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO DOENÇA em favor da servidora* LUCIENE SOUZA CRUZ".

O Secretário de Administração de PONTES E LACERDA - MT**, PREVI-LACERDA** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 15**, da Lei Municipal **n.º1.391/2013, de 26 de junho de 2013**, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sr.ª**: LUCIENE SOUZA CRUZ,** efetiva no cargo de PROFESSORA, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de **18 de novembro de 2014** e término em **18 de novembro de 2014,** conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º **2014.05.00192P.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à **18/11/2014** data inicio do beneficio, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se,
cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 24 de novembro de 2014.

ANDERSON DA SILVA LIMA
Secretário de Administração

Publicado por:
Marcia Lopes de Souza
Código Identificador:9097FAB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PREGÃO N.122/2014

REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N.º215/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO E EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO.

O Pregoeiro, regido pelo Decreto n.º 003/2014 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N.º 122/2014, cujo certame se deu às 08h do dia 25/11/2014; sagrou vencedora as empresas V L DE OLIVEIRA CAMPOS & CIA LTDA-ME, vencedora dos itens: 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 15, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 43, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 63, 64, 69, 70, 71, 72, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 134, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148 e 149, com valor total de R$ 545.120,10 (quinhentos e quarenta e cinco mil e cento e vinte reais e dez centavos) e COXIPÓ MATEIRAIS ELÉTRICOS LTDA - ME, vencedora dos itens: 1, 10, 16, 17, 18, 23, 24, 25, 28, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 84, 104, 105, 16, 107, 111, 117, 131, 132, 133, 136 e 140, com valor total de R$ 124.294,70 (cento e vinte e quatro mil e duzentos e noventa e quatro reais e setenta centavos). Maiores informações fone 0xx65 3266-2534, José Garcia dos Santos Neto ou site www.ponteselacerda.mt.gov.br ATA.

Pontes e Lacerda/MT, 25 de novembro de 2014.

JOSÉ GARCIA DOS SANTOS NETO
Pregoeiro

Publicado por:
Kepler Klays G.de Souza
Código Identificador:C9CE0FAD

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO – ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 03.238.904/0001-48, com sede na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, nº 444, Centro, através do Prefeito Municipal, Senhor José Roberto de Oliveira Rodrigues, invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, amparado no parágrafo único do art. 48, parágrafo único, inciso I da lei Complementar nº 101/00, de 05 de maio de 2000; torna público a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, no dia 04 de dezembro de 2014 (quinta-feira), com início às 18:00 horas, no auditório da Câmara Municipal, com objetivo de apresentar e discutir a **Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e, Lei Orçamentária Anual – LOA** do Município de Porto Esperidião, para o exercício de 2015.
Atendendo aos princípios da administração pública, consagrados em textos legais, fazemos o chamamento público para participar desta audiência.

Porto Esperidião – MT, 25 de Novembro de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abigail da Silva Cortez
Código Identificador:143BE423

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUB DE RETIFICAÇÃO DISPENSA 04/2014 - CURSO DE PINTURA

PUBLICAÇÃO DE TERMO DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO 50/2014
DISPENSA 04/2014
Consigna que nos autos do processo em epígrafe, precisamente na justificativa da Comissão Permanente de Licitação no que tange a dotação orçamentária, por equivoco admitiu o código divergente do informado pelo setor de Contabilidade, que por sua vês introduziu dotação para contratação de Pessoa Jurídica, sendo que a contratação se deu por meio de Pessoa Física.
Assim a retificação do código se dá oportunamente conforme informado pelo setor de contabilidade, no alcance da identificação do equívoco, na forma que segue:
Onde se Lê: (535) 3390.30.00.
Leia-se: (356) 33.90.36.00
Registra-se também que o erro meramente formal não frustrou o caráter competitivo da licitação.

Porto Esperidião – MT, 28 de outubro de 2014

RONEY BATISTA CARDOSO
Presidente da CPL

Publicado por:
Roney Batista Cardoso
Código Identificador:3A9273B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUB. DE EDITAL PREGÃO 034/2014 - AQ. DE UM VEICULO SEDAN

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 81/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014
Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO SEDAN CONFORME TERMO DE REFERENCIA E TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CAIXA ECONOMICA E PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIÃO EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA.

NO SEGUINTE LOCAL DATA E HORÁRIO.
CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES:
HORÁRIO: 09:HORAS
DATA: 08/12/2014.
LOCAL: **NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL.**
ENDEREÇO: localizado na *Rua Arnaldo Jorge da Cunha, nº 444, Centro* no Município Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso.
Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet no **portoesperidiao.mt.gov.br - contato fone: (65)32251139**

Porto Esperidião – MT, 25 de novembro de 2014

ELIEL PEREIRA ALVES
Pregoeiro.

Publicado por:
Roney Batista Cardoso
Código Identificador:845D8FD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUB. DE EDITAL TOM DE PREÇO 05/2014 - CONST. DE CRECHE

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
REF. TOMADA DE PREÇOS N.º 05/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2014

O Município de Porto Esperidião/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº 05/2014**, cujo objeto é **CONSTRUÇÃO DA CRECHE DA PROINFÂNCIA – TIPO B conforme projeto e planilhas em anexo**:
NO SEGUINTE LOCAL DATA E HORARIO:
LOCAL: SALA DE LICITAÇOES DA PREF. MUNICIPAL
DATA: 15/12/2014
HORAS: 09:00 HORAS (horário de Mato Grosso).
Quaisquer informações sobre este certame poderão ser obtidas junto ao Presidente da CPL de Segunda a Sexta-feira, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal e no portesperidiao.mt.gov.br ou pelo fone (065) 3225-1139.

Porto Esperidião -MT, 24 de Novembro de 2014

RONEY BATISTA CARDOSO
Presidente da CPL.

Publicado por:
Roney Batista Cardoso
Código Identificador:CEA365CB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO N.º 060, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO nº 060/2014. Poxoréu/MT, 24 de novembro de 2014.

DOA ÁREA DE TERRA À EMPRESA QUE MENCIONA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.713, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA, prefeita municipal de Poxoréu-MT, no uso de suas prerrogativas legais, especialmente as disposições contidas no art. 70, inciso V e 113, inciso I, alínea *a*, da Lei Orgânica Municipal, dentre outros aplicáveis:

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.713/2014 apenas *autoriza* o Poder Executivo Municipal a doar área de Terra à empresa FRANÇA & CIA LTDA – EPP, buscando regulamentar e dar eficácia a tal Lei, inclusive para fins de transferência imobiliária:

D E C R E T A:

Artigo 1º – Doa à empresa FRANÇA & CIA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.090.071/0001-25, nome fantasia "FRANÇA LOTAÇÃO", atualmente com sede à Rua Presidente Costa e Silva, nº 788, Vila Operária, município de Rondonópolis/MT, CEP 78.720-640, a área de terra, de propriedade do Município de Poxoréu/MT, delimitada na matrícula nº 9.385, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.
Artigo 2º - Fica, o presente Decreto, munido de eficácia para transferência imobiliária da área constante da matrícula especificada no artigo anterior à empresa supra qualificada, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Poxoréu/MT.
Artigo 3º - Nos termos do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.713, de 17 de novembro de 2014, seja o referido imóvel gravado com cláusula de inalienabilidade pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 18 de novembro de 2015.
Artigo 4º - É essencial à manutenção da doação ora determinada, o integral cumprimento de todos os requisitos e termos dispostos na Lei Municipal nº 1.713/2014.
Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 24 de novembro de 2014.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA
Prefeita Municipal

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu em 24 de novembro de 2014, em conformidade com o art. 108 da Lei Orgânica de Poxoréu.

Publicado por:
Willian Xavier Soares
Código Identificador:1A990D9F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL 045/2014
REGISTRO DE PREÇO 036/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.
CONTRATADA: BOMBAS INJETORAS 3TCHE LTDA EPP - CNPJ 02.207.012/0001-17

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO EM BOMBA INJETORA

DATA DA ASSINATURA: 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: 179.500,00 (CENTO E SETENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS)

ALESSANDRO DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Presidente CPL

Publicado por:
Laura Leal da Silva
Código Identificador:D9AE4D62

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PP 046

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 046/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2014
Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se público aos interessados que no **PREGÃO PRESENCIAL 046/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2014**, cujo o objeto **Aquisição Futura de Areia fina, Areia Grossa, Brita 3/4 e Pedrisco Britado 7/16, para serviços de base e sub base de pavimentação asfáltica no perímetro Urbano de Poxoréu-MT**, cuja abertura ocorreu às 08:00 horas do dia 25/11/2014, na sede da Prefeitura Municipal, situada a Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT, não houve interessado para este certame, ficando assim **"DESERTA".**

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, em 25 de Novembro de 2014.

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA
Presidente CPL

JULIO CESAR PEREIRA CHAGAS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Laura Leal da Silva
Código Identificador:86BE3D9B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PR 188/2014

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 188/2014, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.
PROCESSO: 188/2014
MODALIDADE: Pregão Presencial n. 147/2014
OBJETO: Pregão Presencial para Registro de Preços para aquisição futura e fracionada de Grama Esmeralda totalizando 40.000.00 m², para uso da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento deste Município de Querência- MT.
Vencedora:
· **REJANE T. SANTOS - ME – CNPJ: 07.201.921/0001-61** Foi a vencedora do único item de nº 01 com um Valor de R$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais).

Querência - MT, 24 de novembro de 2014.

DANIEL STEFANELLO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:18DAD754

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO 192/2014

O Prefeito Municipal Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **192/2014**;
MODALIDADE: **Pregão Presencial n. 150/2014.**
OBJETO: Pregão Presencial para registro de preços para aquisição de camas hospitalares com grade de proteção totalmente inox, manual com 02 manivelas, colchões hospitalares D33 napa impermeável selado INMETRO adulto e infantil, poltrona reclinável para acompanhante, berço hospitalar infantil com capacidade até 130 kg. Para uso do Hospital Municipal de Querência - MT.
Data: 05/12/2014
HORÁRIO: **14horas** (horário local)
LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.
O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao.querencia@gmail.com

Querência – MT., 24 de Novembro de 2014.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

DANIEL STEFANELLO
Pregoeiro

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:5610C263

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PR. 191/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **191/2014**
MODALIDADE: Pregão Presencial n. 149/2014**.**
OBJETO: Pregão Presencial para registro de preço Para Aquisição de Peças para Ônibus uso da Secretaria de Educação do Município de Querência – MT.
Data: 04/12/2014
HORÁRIO: 08:00 horário local
LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.
O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao.querencia@gmail.com

Querência – MT, 24 de Novembro de 2014.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

DÉBORA JAQUELINE SILVEIRA RIOS
Pregoeiro (a)

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:AA4D88DE

PREFEITURA MUNICIPAL
DISTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 005/2014

Os signatários deste instrumento, de um lado, **MUNICIPIO DE QUERÊNCIA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 37.465.002/0001-66, com sede na Avenida Cuiabá, 335, Quadra 01, Lote 09, Setor C, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **GILMAR REINOLDO WENTZ**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. 5027154383 SSP/RS, inscrito no CPF nº. 437.706.300-68, residente e domiciliado na Avenida Leste, nº. 567, Setor B, nesta Cidade, denominado simplesmente de PRIMEIRO DISTRATANTE, e de outro lado **ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDENCIA - ABENP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no cadastro nacional de pessoa jurídica do ministério da fazenda sob o n 02.765.097.0012-01, com sede a Rua Apolinário Pereira Burjack nº. 1.359, Bairro Vila Ceará, cidade de Aragarças-GO, neste ato representada por sua diretora legalmente constituída a Sra. **LIBERA TASSI**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. M-289.890 SSP/MG, e inscrita no CPF nº. 288.702.209-15, denominado simplesmente de SEGUNDO DISTRATANTE, nos termos do artigo 472 do Código Civil, têm justo e acordado mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: As partes em 02 de janeiro de 2014 celebraram Contrato de Prestação de Serviços com objetivo de abrigar o Sr. João Francisco de Jesus por ser portador de incapacidade, não possuindo condições mínimas de subsistência através de recursos próprios.

CLÁUSULA SEGUNDA: Neste ato e pela melhor forma de direito, as partes por meio do presente DISTRATO resolvem, de comum acordo, extinguir o vínculo obrigacional estabelecido no Contrato, tendo em vista o falecimento do Sr. João Francisco de Jesus, dando-o por dissolvido em todos os seus termos e condições.

CLÁUSULA TERCEIRA: As partes DISTRATANTES dão por satisfeitas todas as obrigações que foram pactuadas e cumpridas até o presente momento, não tendo nada a reclamar uma da outra.

CLÁUSULA QUARTA: As partes elegem o foro da comarca de Querência – MT, para dirimir qualquer dúvida decorrente do presente DISTRATO.

As partes manifestam os seus consentimentos de forma espontânea quanto ao presente DISTRATO e assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Querência – MT, 30 de outubro de 2014.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal
Primeiro Distratante

Associação B. da Providencia - ABENP
LIBERA TASSI - PRESIDENTE
Segundo Distratante

TESTEMUNHAS:

Nome: Lucely de S. Cruz Torres
CPF nº: 676.016.423-72

Nome: Adriana M. Rodrigues
CPF nº: 966.824.341-20

Publicado por:
Adriana Matias Rodrigues
Código Identificador:49675A4C

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 696/2014

"Retifica a portaria 548/2012 que concedeu o benefício de Aposentadoria por Invalidez ao servidor Sr. Wilson Gomes da Silva."

O Prefeito do Município de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando os Arts. 1º a 3º, da Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, e fundamentado no art. 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, c/c os artigos 1º a 3º da EC nº 70/2012, que acrescentou o art. 6º-A a Emenda Constitucional n.º 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo de proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003 e combinado com Art. 12, inciso I da Lei Municipal n.º 355/2005 e art. 14 da Lei Complementar n.º 403/2006, que rege a previdência municipal, Anexo Único da Lei Municipal n.º 649/2011, que dispõe sobre a alteração do anexo único da Lei 589/2010;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Invalidez**, em conformidade com a Emenda Constitucional n.º 70/2012 ao **Sr. Wilson Gomes da Silva**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 133.086 - SSP/MA e do CPF sob o n.º 080.169.843-04, residente e domiciliado neste município, servidor Efetivo, no cargo Operador de Máquinas, Classe "A-1", Nível "1", lotado na Secretaria Municipal de Obras Públicas, e Serviços Urbanos, devidamente matriculado sob o n.º 0298, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **FEMPAS**, n.º **2012.03.00032P**, a partir de 04 de setembro de 2012, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de setembro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se,
cumpre-se.

QUERÊNCIA/MT, 25 de novembro de 2014.

LUCELY DE SOUSA CRUZ TORRES
Secretária Municipal de Administração

Homologo:

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Matias Rodrigues
Código Identificador:676E8EC0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2014 PROCESSO Nº 394/2014

A Prefeitura do Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, torna público para conhecimento dos interessados que **PRORROGOU** para dia 17 de dezembro de 2014, às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal, na Av. Mato Grosso, nº 221, centro, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, Licitação Modalidade Tomada de Preços, tipo Menor Preço Global, **nº 02/2014**, nos termos da Lei Federal N.º 8666/93 e alterações posteriores, para **Construção de um Pórtico de entrada e calçamentos na Orla do Rio Cabaçal, com uma área construída de 130,00M² do Pórtico e 3.260,74M² no calçamento da Orla do Rio Cabaçal, no Município de Reserva do Cabaçal-MT,** conforme especificações contidas na projeto básico e edital de licitação.
O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação no horário 07:00 às 13:00, através do fone (65) 3247 1124 ou através do site: www.reservadocabacal.mt.cnm.org.br, ou pelo e-mail: prefeiturareserva@gmail.com.

Reserva do Cabaçal-MT, 24 de novembro de 2014.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS
Presidente da CPL

Publicado por:
Regiane Lucas dos Reis
Código Identificador:E6A91C7C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 645 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

"Abre crédito adicional especial no orçamento-programa do Município de RIO BRANCO e dá outras providências".

ANTÔNIO XAVIER DE ARAÚJO, Prefeito de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. - Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito adicional especial no valor de R$ 1.000,00 (Um mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.05 - PREVIRB
09 - PREVIDENCIA SOCIAL
272 - PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO
0082 - PREVIDENCIA
2.009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A PREVIRB
3.3.90.14.00.00 – DIÁRIAS – CIVIL.....R$ 1.000,00
TOTAL .....R$ 1.000,00

Art. 2º. - A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta lei, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.05 - PREVIRB
09 - PREVIDENCIA SOCIAL
272 - PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO
082 - PREVIDENCIA
099 - OUTROS

2.012 - RESERVA DO RPPS
9.9.99.99.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 1.000,00
TOTAL .....R$ 1.000,00

Art. 3º. – Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar as devidas alterações nos anexos da Lei nº 621/2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e nos Anexos da Lei nº 622/2013 do Plano Plurianual, para o exercício de 2014 a 2017; Órgão 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; Unidade Orçamentária 05 - PREVIRB.

Art. 4º. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco/MT, 11 de Novembro de 2014.

ANTÔNIO XAVIER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Vanderleia Rodrigues Alves
Código Identificador:248E77F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 155, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Nomeia os Membros do Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, Sr. ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO, no uso de suas atribuições legais, conforme o artigo 62, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os Membros do Conselho Municipal de Saúde, conforme o artigo 62, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

I – Representante do Governo Municipal, Prestadores de Serviços e Trabalhadores da Saúde:

Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Emanuele Cristina Pereira Alves
Suplente: Clodoaldo Eliziário

Secretaria Municipal de Finanças
Titular: Nelson Jardel Gerhardt
Suplente: Dalvina Miranda Meira

Secretaria Municipal de Administração
Titular: Jeozafa Moraes de Castro
Suplente: Atson Araújo Machado

Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer
Titular: Neuza Almeida Carlos
Suplente: José Antonio dos Santos

Trabalhadores da Saúde Nível Superior
Titular: Leidiane Aparecida de Barros
Suplente: Gualter Bezerra de Sousa

Trabalhadores da Saúde Nível Médio
Titular: Lucimar Justino dos Reis Lopes Pinheiro
Suplente: Betania Justino Silva

Agentes Comunitárias de Saúde e Vigilância Ambiental:
Titular: Rutiléia Ponciano de Almeida
Suplente: Emanuel Correa Lage

II – Representantes dos Usuários de Saúde, compreendendo:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
Titular: Adineuza Barbosa dos Santos
Suplente: Silvanete Ferreira de Morais

Trabalhadores da Educação:
Titular: Marli das Graças Vicente Souza
Suplente: Ronaldo Tomazelli

Entidades Religiosas:
Titular: Nilza Marcia de Assis
Suplente: Keila Nunes de Moura Ribeiro

Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Juventude:
Titular: Angela Aparecida Rodrigues
Suplente: Elisabete Ferreira da Silva

Pastoral da Criança:
Titular: Terezinha Lobo
Suplente: Monica Almeida

Maçonaria:
Titular: Francisco Rodrigues Filho
Suplente: Ubirajara Soares Tártaro

Representante da Câmara Municipal
Titular : Vandilson de Freitas Goulart
Suplente : Luiz Carlos

Artigo. 2º- Ainda que considerado relevante os serviços prestados pelo Conselho Municipal de Saúde, não caberá aos Membros do Plenário quaisquer tipo de remuneração.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 169/2012.

PUBLICA-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco – MT, 19 de Novembro de 2014.

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Vanderleia Rodrigues Alves
Código Identificador:B03DB40A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2014

OBJETO: ALOCAÇÃO DE MAO DE OBRA EM DIVERSOS SERVIÇOS MUNICIPAIS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE.
VALOR: R$ R$ 129.280,00 (CENTO E VINTE E NOVE MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS).
CARONA Nº 003/2014
PRAZO: 31 (TRINTA E UM DE DEZEMBRO 2014
VALOR: 129.280,00 (CENTO E VINTE E NOVE MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS)

ROSÁRIO OESTE/MT, 01 DE OUTUBRO DE 2014

IMPPACTO PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA–ME
Contratada

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Andreia Viviane Souza de Almeida
Código Identificador:EDAF9A78

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIOLOGIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2014
PRAZO: 31/12/2014
VALOR: 8.760,00 (OITO MIL, SETECENTOS E SESSENTA REAIS)

ROSÁRIO OESTE/MT, 04 DE NOVEMBRO DE 2014

FERNANDO WALLACE SERVIO RONDON – ME
Contratada

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Andreia Viviane Souza de Almeida
Código Identificador:4AB33813

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2014

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES, DE INFORMATICA E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014
PRAZO: 31/12/2014
VALOR: 3.458,00 (TRES MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS)

ROSÁRIO OESTE/MT, 10 DE NOVEMBRO DE 2014

WANDA COMERCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESC. LTDA EPP
Contratada

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Andreia Viviane Souza de Almeida
Código Identificador:2BB649AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 144/2014

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES, DE INFORMATICA E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014
PRAZO: 31/12/2014
VALOR: 16.018,00(DEZESSEIS MIL, DEZOITO REIAS)

ROSÁRIO OESTE/MT, 10 DE NOVEMBRO DE 2014
MARIA CRISTINA MATTEI - EPP
Contratada

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Andreia Viviane Souza de Almeida
Código Identificador:15B96034

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2014

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES, DE INFORMATICA E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014
PRAZO: 31/12/2014
VALOR: 4.929,00(QUATRO MIL, NOVECENTOS E VINTE E NOVE REAIS)

ROSÁRIO OESTE/MT, 10 DE NOVEMBRO DE 2014

MELO EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - EPP
Contratada

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Andreia Viviane Souza de Almeida
Código Identificador:569E9B33

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2014

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES, DE INFORMATICA E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014
PRAZO: 31/12/2014
VALOR: R$ 5.070,00 (cinco mil e setenta reais)

ROSÁRIO OESTE/MT, 10 DE NOVEMBRO DE 2014

ALINE FONSECA DE CAMPOS ME - ME
Contratada

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Andreia Viviane Souza de Almeida
Código Identificador:21AF8B25

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 147/2014

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES, DE INFORMATICA E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014
PRAZO: 31/12/2014
VALOR: R$ 168,30 (CENTO E SESSENTA E OITO REAIS E TRINTA CENTAVOS)

ROSÁRIO OESTE/MT, 10 DE NOVEMBRO DE 2014

JOSETTI E CIA LTDA
Contratada

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Andreia Viviane Souza de Almeida
Código Identificador:9F7F7B78

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 148/2014

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES, DE INFORMATICA E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014
PRAZO: 31/12/2014
VALOR: R$ 2.004,00 (DOIS MIL E QUATRO REAIS)

ROSÁRIO OESTE/MT, 10 DE NOVEMBRO DE 2014

MARILUSA OLIVEIRA ROSA-ME
Contratada

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Andreia Viviane Souza de Almeida
Código Identificador:79B4B3E0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 048 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Coordenadora e Equipe Técnica para elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Salto do Céu - MT.

O Prefeito de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando a necessidade da elaboração do Plano Municipal de Educação - PME:

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os membros para compor a Comissão Coordenadora e Equipe Técnica para elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Salto do Céu - MT.

Art. 2º - A Comissão será composta dos membros abaixo relacionados, representantes de diversos setores da Administração Pública, Escolas, Organizações não Governamentais e Sociedade Civil, para elaborar o Plano Municipal de Educação deste município.

Art. 3º - A Comissão Coordenadora poderá convocar outros profissionais da sociedade para contribuírem na realização dos trabalhos de elaboração do PME, conforme as necessidades de informações.

Art. 4º - A Comissão Coordenadora terá como principal função analisar as metas e estratégias propostas pela Equipe Técnica e realizar um amplo e qualificado debate sobre a proposta de PME para que o resultado seja encaminhado ao Poder Executivo para transformação em projeto de Lei.

Art. 5º - A Equipe Técnica, dividida em subcomissões, terá função de fazer todo levantamento e análise dos dados educacionais e elaborar uma proposta de texto-base, com histórico, metas e estratégias, a ser encaminhada a Comissão Coordenadora.

Art. 6º - A Equipe Técnica será dividida em subcomissões e terão que desempenhar tarefas específicas, tais como:

I - Analisar dados e informações sobre a oferta e a demanda educacional no território do município;
II - Formular metas, estratégias e indicadores com base nos levantamentos realizados;
III - Avaliar os investimentos necessários para cada meta;
IV - Analisar a coerência do conjunto das metas e sua vinculação com as metas estaduais e nacionais;
V - Estabelecer coerência e conexão entre o Plano de educação e o projeto de desenvolvimento local.

Art. 7º - A Comissão Coordenadora e a Equipe Técnica têm a seguinte composição:

COMISSÃO COORDENADORA		
Nº	**INSTITUIÇÃO/REPRESENTAÇÃO**	**NOME**
1	Secretaria Municipal de Educação	Rute Novato de Almeida
2	Sindicato dos Trabalhadores da Educação/SINTEP-MT	Lusmar Rosa de Paula Ferreira
3	Assessoria Pedagógica/SEDUC	Maria Crispim da Conceição Pontes
4	Câmara Municipal de Vereadores	Valdeir Aparecido Bastos
5	Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica/FUNDEB	Rosangela Rosa de Araujo
EQUIPE TÉCNICA		
Nº	**INSTITUIÇÃO/REPRESENTAÇÃO**	**NOME**
1	Secretaria Municipal de Educação	Ângela dos Santos Silva
2	Secretaria Municipal de Educação	Maria Alves de Almeida Silva
3	Secretaria Municipal de Educação	Rogério Kafler
4	Secretaria Municipal de Educação	Solange Lopes da Silva
5	Centro de Educação Infantil Branca de Neve	Zilma Maria dos Santos Mamedes
6	Secretaria Municipal de Saúde	Natalia Leal de Melo
7	Secretaria Municipal de Saúde	Kenya Karla de Oliveira Duarte
8	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento-Pregoeira	Maria Inês Pereira da Silva
9	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - Secretário	Airton Cesar Melo Duarte
10	Secretaria Municipal de Finanças - Secretária	Roziane Ferreira de Oliveira
11	Gabinete do Prefeito – Procuradora Geral	Carine Tomaz Freitas
12	Gabinete do Prefeito – Assessora em Apoio Institucional	Myriam Mychelle Mantay de Oliveira
13	Secretaria Municipal de Assistência Social	Sócraty Campos Dalbem
14	Secretaria Municipal de Assistência Social - Secretária	Auriane Alves Prata Oliveira
15	Secretaria Municipal de Assistência Social – Programa Bolsa família	Juliana Aparecida Batista Soares
16	Conselho Tutelar	Lucinéia Rosa de Abreu Colaço
17	Conselho da Criança e do Adolescente	Edilane Dalbém da Silva
18	Escola Municipal Simão Bororó	Alcilene Campos Gamas da Costa
19	Escola Municipal Simão Bororó	Ednalva Francisca de Oliveira
20	Escola Municipal Simão Bororó	Maria Zélia de Oliveira
21	Escola Municipal Simão Bororó	Silvia de Almeida Oliveira
22	Escola Municipal Simão Bororó	Antonio Augusto dos Santos
23	Escola Municipal Simão Bororó	Claudelice da Silva Andrade
24	Escola Municipal Simão Bororó	Cléria Aparecida Costa Cardoso
25	Escola Municipal Simão Bororó	Edilene Martins Silva
26	Escola Municipal Simão Bororó	Irivalda Rodrigues Ferreira
27	Escola Municipal Simão Bororó	Jacinta Rosária Goulart
28	Escola Municipal Simão Bororó	Maria Aparecida Cassemira Pereira
29	Escola Municipal Simão Bororó	Maria Claudia Silva
30	Escola Municipal Simão Bororó	Maria do Carmo Correia Silva
31	Escola Municipal Simão Bororó	Terezinha Souza de Oliveira
32	Escola Municipal Simão Bororó	Vanilda de Jesus Oliveira
33	Escola Municipal Simão Bororó	Paulo Silva Santos
34	Escola Municipal Simão Bororó	Solange Lobato da Silva Nascimento
35	Escola Municipal Simão Bororó	Claudelice da Silva Andrade
36	Escola Municipal Simão Bororó	Josefa Sales da Silva
37	Escola Municipal Simão Bororó	Mauto Teixeira Espíndola
38	Escola Estadual Deputado Francisco Villanova	Gilson Fernandes de Souza
39	Escola Estadual Deputado Francisco Villanova	Ana Maria Ferreira
40	Escola Estadual Deputado Francisco Villanova	Jozivaldo Alves Martins
41	Escola Estadual Deputado Francisco Villanova	Francisca Neta Nunes
42	Escola Estadual Deputado Francisco Villanova	Márcia Ferreira de Souza Oliveira
43	Escola Estadual Deputado Francisco Villanova	Maria Moreira Curty
44	Escola Estadual Deputado Francisco Villanova	Dalmi Caciano Pontes
45	Escola Estadual Deputado Francisco Villanova	Edineia Dalbém Clarindo
46	Escola Estadual Deputado Francisco Villanova	Nívea Rodrigues Franco
47	Escola Estadual Deputado Francisco Villanova	Sueli Tomaz da Cruz Freitas
48	Escola Estadual Deputado Francisco Villanova	Valmir Rodrigues Lopes
49	Escola Estadual Deputado Francisco Villanova	Marcio Martins Cores
50	Escola Estadual Deputado Francisco Villanova	Juides Ferreira Rodrigues Fernandes
51	Escola Estadual de Vila Progresso	Genilza Maria de Miranda
52	Escola Estadual de Vila Progresso	José Pereira Santana
53	Escola Estadual de Vila Progresso	Vanuzia Paula Viana da Silva

Art. 7º - A Equipe Técnica, que trata o artigo anterior, será dividida nas seguintes Subcomissões:

Educação Especial e Educação Infantil:
Alcilene Campos Gamas da Costa
Ednalva Francisca de Oliveira
Maria Zélia de Oliveira

Silvia de Almeida Oliveira
Sócraty Campos Dalbem
2. Ensino Fundamental:
Antonio Augusto dos Santos
Claudelice da Silva Andrade
Cléria Aparecida Costa Cardoso
Edilene Martins Silva
Irivalda Rodrigues Ferreira
Jacinta Rosária Goulart
Jozivaldo Alves Martins
Maria Aparecida Cassemira Pereira
Maria Claudia Silva
Maria do Carmo Correia Silva
Solange Lobato da Silva Nascimento
Terezinha Souza de Oliveira
Vanilda de Jesus Oliveira
3. Ensino Médio:
Ana Maria Ferreira
Francisca Neta Nunes
Márcia Ferreira de Souza Oliveira
Maria Moreira Curty
4. Eja:
Dalmi Caciano Pontes
Edineia Dalbém Clarindo
Nívea Rodrigues Franco
Sueli Tomaz da Cruz Freitas
Valmir Rodrigues Lopes
5. Educação no Campo:
Genilza Maria de Miranda
Jose Pereira Santana
Vanuzia Paula Viana da Silva
6. Educação Profissional Técnica de Nível Médio:
Gilson Fernandes de Souza
Marcio Martins Cores
Sueli Tomaz da Cruz Freitas
8. Ensino Superior
Gilson Fernandes de Souza
Maria Moreira Curty
Mauto Teixeira Espíndola
Sueli Tomaz da Cruz Freitas
9. Valorização dos Profissionais/Gestão Democrática
Carine Tomas Freitasmir Rodrigues Lopes

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo em Salto do Céu – MT, 25 de Novembro de 2014.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

WEMERSON ADÃO PRATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Myriam Mychelle Mantay de Oliveira
Código Identificador:E86BE81D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 096/2014

DATA: 25 de Novembro de 2014.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 76/2014, nomeia FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro Nº 022/2014.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia a Sra. EMY GRACIELI HENKES, como novo FISCAL e a Sra. IEDA DEISE FEYH BETTON, como SUPLENTE, da Ata de Registro Nº 022/2014, firmado com a empresa EDINEI BOEING - ME, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE 220 (DUZENTAS E VINTE) CESTAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, no município de Santa Carmem.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 25 de Novembro de 2014.

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Adams Peron
Código Identificador:82287CFD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 097/2014

DATA: 25 de Novembro de 2014.

SÚMULA: Revoga Portaria Nº 88/2014, nomeia FISCAL e SUPLENTE do Contrato e da Ata de Registro Nº 023/2014.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia ao Sr. MAICON ODAIR DA SILVA, como novo FISCAL e Sra. LIDIA INES BARON SARAN, como SUPLENTE, do Contrato e da Ata de Registro Nº 023/2014, firmado com a empresa R C DE OLIVEIRA - ME, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DOS ATOS ADMINISTRATIVOS OFICIAIS NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E JORNAIS REGIONAIS, no município de Santa Carmem.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 25 de Novembro de 2014.

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Adams Peron
Código Identificador:FB9510DB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 098/2014

DATA: 25 de Novembro de 2014.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 92/2014, nomeia FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro Nº 024/2014.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores MAICON ODAIR DA SILVA, IGOR LEAL DA SILVA, ELEANDRO JOSÉ KLEIN, VALTUIR VASATTA, IEDA DEISE FEYH BETTONI E MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO, como FISCAIS a aos Senhores LIDIA INES BARON SARAN, JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO, ANA LUCIA RIBEIRO WALKER, PAULA RODRIGUES PINTO FARIA, FLAVIA COSTA DOS ANJOS RIBEIRO E DIRCE INES NIEDERLE MENIM, como SUPLENTES, da Ata de Registro de Preço Nº 024/2014, firmado com a empresa FRANTZ & FRANTZ LTDA referente à AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, no município de Santa Carmem.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
SANTA CARMEM-MT, 25 de Novembro de 2014.

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Adams Peron
Código Identificador:F7CEE084

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 099/2014

DATA: 25 de Novembro de 2014.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 93/2014, nomeia FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro Nº 025/2014.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores MAICON ODAIR DA SILVA, IGOR LEAL DA SILVA, ELEANDRO JOSÉ KLEIN, VALTUIR VASATTA, IEDA DEISE FEYH BETTONI E MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO, como FISCAIS a aos Senhores LIDIA INES BARON SARAN, JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO, ANA LUCIA RIBEIRO WALKER, PAULA RODRIGUES PINTO FARIA, FLAVIA COSTA DOS ANJOS RIBEIRO E DIRCE INES NIEDERLE MENIM, como SUPLENTES, da Ata de Registro de Preço Nº 025/2014, firmado com a empresa APP LOCAÇÃO DE OUTDOORS E PAINÉIS LTDA ME, referente à AQUISIÇÃO DE ADESIVOS, BANNER, PLACA DE INOX E LOCAÇÃO DE TENDAS, no município de Santa Carmem.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
SANTA CARMEM-MT, 25 de Novembro de 2014.

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Adams Peron
Código Identificador:705B097D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 100/2014

DATA: 25 de Novembro de 2014.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 93/2014, nomeia FISCAL e SUPLENTE da Ata de Registro Nº 026/2014.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores MAICON ODAIR DA SILVA, IGOR LEAL DA SILVA, ELEANDRO JOSÉ KLEIN, VALTUIR VASATTA, IEDA DEISE FEYH BETTONI E MICHELE DANIANE BREMIDE TECCHIO, como FISCAIS a aos Senhores LIDIA INES BARON SARAN, JOSÉ CARLOS ACHIARD DE ARAUJO, ANA LUCIA RIBEIRO WALKER, PAULA RODRIGUES PINTO FARIA, FLAVIA COSTA DOS ANJOS RIBEIRO E DIRCE INES NIEDERLE MENIM, como SUPLENTES, da Ata de Registro de Preço Nº 026/2014, firmado com a empresa VISUART COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA EPP, referente à AQUISIÇÃO DE ADESIVOS, BANNER, PLACA DE INOX E LOCAÇÃO DE TENDAS, no município de Santa Carmem.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
SANTA CARMEM-MT, 25 de Novembro de 2014.

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Adams Peron
Código Identificador:49DB8D96

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 18 2014

PORTARIA N° **018/2014**
SANTA CRUZ DO XINGU, EM 05 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre o horário de atendimento ao publico da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu, e da outras providencias.

A Senhor **Aleriano Rodrigues da Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais resolve baixar a seguinte Portaria.
Art. 1° - Fica por meio deste determinado o horário do poder Legislativo Municipal, apartir do dia 05 de novembro de 2014, das 07:00horas as 13:00horas, de acordo com o horário de Cuiabá.
Art. 2º. Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

ALERIANO RODRIGUES DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Registra-se,
Publica-se,

Cumpra-se

Em 05 de novembro de 2014.

Publicado por:
Simone Carvalho
Código Identificador:32390FE6

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 19 2014

PORTARIA N° **019/2014**
SANTA CRUZ DO XINGU, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a data da segunda sessão ordinária do mês de dezembro de 2014 da câmara municipal de Santa Cruz do Xingu, e da outras providencias.

A Senhor **Aleriano Rodrigues da Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais resolve baixar a seguinte Portaria.
Art. 1° - Fica por meio deste determinado que no dia 12 de dezembro de 2014, as 20:00 horas (de acordo com o horário de Mato Grosso) ocorrerá a ultima sessão ordinária do ano de 2014, de acordo com o Regimento Interno desta Casa de Leis.
Art. 2º. Está portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

ALERIANO RODRIGUES DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Registra-se,
Publica-se,
Cumpra-se

Em 25 de novembro de 2014.

Publicado por:
Simone Carvalho
Código Identificador:C54C1275

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048-2014

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 048/2014 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT CONTRATADA: Lira e Costa LTDA - ME, CNPJ: 10.642.203/0001-35. OBJETO: Prorrogado a Vigência de 17 de novembro de 2014 até 13 de fevereiro de 2015. As demais cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo ratificadas.

Santa Cruz do Xingu – MT, 17 de novembro de 2014.

Publicado por:
Wilson Pereira da Silva
Código Identificador:1207A10E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 156/2014

DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

SÚMULA: "CONCEDE RETORNO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE LICENÇA AUXILIO DOENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER RETORNO da previdência social de "Licença Auxílio Doença" conforme a lei complementar municipal nº 048/2013 de 16 de maio de 2013, a funcionária abaixo conforme especificado na data de retorno.
Matricula 17 – ALVINA MEZZARI STREY – portadora do CPF: 077.571.319-87 lotada na Secretaria Municipal de Educação no cargo de Professora, retornou dia 31/10/2014.
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagem seus efeitos com a data de 31 de Outubro de 2014, de acordo com a data do retorno especificado.
Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se
Na data supra

Publicado por:
Fernanda Nalini
Código Identificador:45AECF11

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 159/2014 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 159/2014 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA A SAUDE A SERVIDORA ALVINA MEZZARI STREY E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE: Conceder licença saúde a servidora **ALVINA MEZZARI STREY.**
Art. 1º - Fica concedido a licença saúde a servidora **ALVINA MEZZARI STREY** portador do RG 3001819 SSP/PR e CPF nº 077.571.319-87, PROFESSORA LIC. PLENA (cargo de concurso), lotado na Secretaria Municipal educação, sendo assim fica afastada no período de: 17/11/2014 A 14/02/2015.
Art. 2º - A presente portaria retroage seus efeitos a data de 17 de Novembro de 2014.
Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se
Na data supra

Chefe de Gabinete

Publicado por:
Joyce Suaely Afonso Barbosa
Código Identificador:E4EF2800

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 157/2014 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 157/2014 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

SÚMULA: "CONCEDE RETORNO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE LICENÇA AUXILIO DOENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER RETORNO da previdência social de "Licença Auxílio Doença" conforme a lei complementar municipal nº 048/2013 de 16 de maio de 2013, a funcionária abaixo conforme especificado na data de retorno.
Matricula 363 –NELSI KLEIN– portadora do CPF: 571.595.481-91 lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no cargo de Auxiliar de Biblioteca 40 Horas, retornou dia 17/11/2014.
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagem seus efeitos com a data de 17 de Novembro de 2014, de acordo com a data do retorno especificado.
Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

Na data supra

Publicado por:
Joyce Suaely Afonso Barbosa
Código Identificador:06DCE5AC

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 158/2014 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 158/2014 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

SÚMULA: "CONCEDE RETORNO DO INSS DE LICENÇA AUXILIO DOENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER O RETORNO DE FUNCIONARIO ENCOSTADO PERANTE O INSS EM VIRTUDE DE SESSAÇÃO DE BENEFICIO DE AUXILIO DOENÇA, conforme a Lei Federal nº 8.213/91 e Regulamento do Regime Geral Previdência nº 3.048/99 Artº 71 ao 80, do funcionário abaixo conforme especificado na data de retorno.
Matricula 1868 – NALDO LUIZ DE SOUZA– portadora do CPF: 045.576.151-55 lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, retornou dia 01/11/2014.
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagem seus efeitos com a data de 01 de Novembro de 2014, de acordo com a data do retorno especificado.
Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

Na data supra

Publicado por:
Joyce Suaely Afonso Barbosa
Código Identificador:32EB73E5

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE ABERTURA E PUBLICAÇÃO Nº 001/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°. 003/2014.

O Município de **SANTA RITA DO TRIVELATO**, pessoa de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 04.205.596/0001-17, Situada na Avenida Flavio Luis Nº 2.201, Centro - Santa Rita do Trivelato/MT, representado pelo prefeito municipal Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, brasileiro, agricultor, portado da cédula de Identidade RG sob nº4411191 SSP/SP e no Cadastro de Pessoa Física CPF nº 748.627.828-68 residente e domiciliado na Rua Magester nº 11, no uso de suas atribuições legais, torna público a abertura de Processo Seletivo de pessoal com vistas à seleção e posterior contratação, nos seguintes cargos:

VAGAS	CARGO	JORN. SEM.	ESCOL.	CADASTRO RESERVA	SALÁRIO R$
01	Motorista Categoria "D"	40 horas	Alfabetizado	03	R$ 1.346,30
04	Motorista Categoria "C"	40 horas	Alfabetizado		R$ 1.246,58
04	Operador de Maquinas Pesadas (categoria "C")	40 horas	Alfabetizado		R$ 1.495,89
08	Serviços Gerais	40 horas	Alfabetizado		R$ 872,61
	Zeladora	40 horas	Alfabetizado	03	R$ 872,61
02	Zelador de Patrimônio	40 horas	Alfabetizado	01	R$ 872,61
01	Professor em Licenciatura Plena Pedagogia	30 horas	Superior	02	R$ 2.066,79
	Professor em Licenciatura Plena Educação Física	30 horas	Superior	01	R$ 2.066,79
01	Professor em Licenciatura Plena Ciências	30 horas	Superior		R$ 2.066,79
01	Professor em Licenciatura em Letras com Habilitação em Inglês	30 horas	Superior		R$ 2.066,79
	Merendeira	40 horas	Fundamental	02	R$ 872,61
01	Monitor de Ônibus Escolar – Linha STR do Trivelato a Faz. Teles Pires	40 horas	Fundamental	01	R$ 872,61
01	Monitor de Ônibus Escolar – Linha STR do Trivelato a Assentamento Ponte de Barro	40 horas	Fundamental	01	R$ 872,61
	Auxiliar de Manutenção	40 horas	Fundamental	01	R$ 997,27
	Monitora de Creche	40 horas	Fundamental	03	R$ 940,69
	Auxiliar de Mecânico	40 horas	Fundamental	01	R$ 997,27
	Auxiliar de Saneamento	40 horas	Fundamental	01	R$ 997,27
	Assistente Social	30 horas	Superior + registro	02	R$ 2.742,48
01	Bioquímico	40 horas	Nível superior com registro no conselho de classe		R$ 5.609,62
01	Fisioterapeuta	30 horas	Nível superior com registro no conselho de classe		R$ 3.365,84

1 - DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

1.1 - O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital e sua operacionalização caberá Secretaria Municipal de Administração.
1.2 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento temporário das vagas para atuação em zona urbana e rural abrangidas pela competência das Secretarias Municipais.
1.3 - Todo o Processo Seletivo Simplificado será regulamentado pela Lei Municipal n°. 178/2005, alterada pela Lei Municipal nº 461/2013 e pelo Decreto Municipal n°. 035/2010.
1.4 - O Edital n°. 003/2014, encontra-se afixado nos murais da Prefeitura Municipal, na Câmara de Vereadores, e no site www.santaritadotrivelato.mt. gov.br e a Lei Municipal n°. 178/2005, alterada pela Lei Municipal nº 461/2013 e Decreto Municipal n°. 035/2010 encontra-se no site www.santaritadotrivelato.mt. gov.br.
1.5 – O processo seletivo 003/2014 tem validade de 1 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período.

2 - DOS REQUISITOS PARA A SELEÇÃO

2.1 - Somente serão classificados por meio do Processo Seletivo o candidato que atender, no ato da inscrição, aos requisitos previstos no Decreto n°. 035/2010.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - Local de Inscrição: Período de: 26 de novembro a 12 de dezembro de 2014 e 05 a 09 de janeiro de 2015 na PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, localizada na

Avenida Flávio Luis, n°. 2.201, Bairro Centro, Santa Rita do Trivelato - MT.
3.2 - Horário de atendimento **das 07h00min às 13h00min.**

3.3 - Os Candidatos deverão preencher a ficha de solicitação de emprego fornecida no local da inscrição e anexar a ela cópia legível dos documentos comprobatórios exigidos no decreto n°. 035/2010, sob pena de desclassificação caso a falta de algum documento ou que os mesmos estejam ilegíveis.
Cópia dos seguintes documentos:

- CPF;
- RG;
- Título de Eleitor e **último comprovante de votação (2012);**
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- Documento militar (sexo masculino);
- Comprovante de Residência;
- Documento comprobatório de inscrição no respectivo Conselho, quando for o caso;

3.4- As inscrições deverão ser feitas pelo próprio **candidato**, ou por **terceiro com procuração** por instrumento particular com firma reconhecida.

3.5- A participação do candidato no Processo Seletivo Simplificado implicará o seu conhecimento e aceitação das condições estabelecidas neste Edital, Lei n°. 178/2005 e Decreto Municipal n°. 035/2010 dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.6 - **A aprovação no processo seletivo não gera direito de contratação e somente serão convocados os candidatos aprovados conforme necessidades do executivo municipal e conforme a disponibilidade de vagas.**

3.7 - Não será cobrado taxa de inscrição para o processo seletivo 003/2014.

3.8 - Em obediência ao disposto no § 2º do art. 5º da Lei nº 8112/90 e na forma da Lei Complementar Estadual nº 114 de 25 de novembro de 2002, serão destinadas aos portadores de necessidades especiais 10% das vagas disponibilizadas no processo seletivo 003/2014, cujas aptidões e atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

3.9 - **Os portadores de necessidades especiais deverão protocolar na sede da prefeitura municipal em conjunto com o pedido de inscrição, documento requerendo a participação como PNE, para o cargo que for disponibilizado, contendo laudo médico comprovando a deficiência que o habilita participar como PNE**.

4 - SELEÇÃO

4.1- PRIMEIRA ETAPA: inscrições, entrega e análise dos documentos listados no item 3.4 - (dia 26 de novembro a 12 de dezembro de 2014 e 05 de janeiro a 09 de janeiro de 2015 das 07h00min às 13h00min). A seleção dos candidatos ocorrerá mediante verificação e análise de documentos para comprovação das informações declaradas na ficha de solicitação de emprego.

4.1.1 - O resultando da primeira etapa será publicado no dia 15 de janeiro de 2015, no mural da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, na Câmara Municipal e no site da prefeitura www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. juntamente com a divulgação do local de realização das provas da segunda etapa.

4.2 - SEGUNDA ETAPA: Prova teórica e prática: (dia 25 de janeiro de 2015 às 07h30min), na Escola Municipal Três de Novembro em Santa Rita do Trivelato/MT.

4.2.1 - A SEGUNDA ETAPA do Processo Seletivo constará de 03 (três) fases, conforme descrito:

I – Prova teórica contendo 10 (dez) questões de Conhecimento especifico do cargo, português e matemática;

II – Prova de redação com tema da atualidade a ser divulgado no momento da realização da prova;

III – Entrevista com psicóloga designada pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

4.2.1.1- Os candidatos aos cargos de merendeira, zelador, zelador de patrimônio, auxiliar de manutenção, auxiliar de serviços gerais, gari, a prova de redação será substituída por prova descritiva onde o candidato terá descrever 5 (cinco) atribuições diárias que o mesmo deverá executar diariamente no cargo pretendido.

4.2.1.2 - Os candidatos aos cargos de mecânico, operador de maquinas pesadas, operador de moto niveladora e motorista categoria “C” e “D” estão dispensados de realizar a prova de redação.

4.2.1.3 – ***Os candidatos aos cargos dispensados de realizar a prova de redação, deverão realizar prova pratica a ser aplicada pela secretaria responsável pelas vagas, contendo no mínimo 5(cinco) tarefas a serem realizadas e avaliadas, com peso na nota final equivalente a prova de redação.***

4.2.1.4 – As provas praticas serão realizadas no dia 25 de janeiro de 2015, após a realização das provas teóricas.

4.2.2 - As provas dos incisos I, II e III do item 4.2.1, terão peso 10 (dez) cada uma, sendo o resultado final obtido com a somatória das três notas e dividido por três, conforme exemplo abaixo:
10 + 10+10 = Resultado Final
3
4.2.3 – Permanecendo candidatos empatados em todos os critérios, a vaga será decidida por idade, sendo contratado o classificado com maior idade.

4.2.4. O resultado da segunda etapa será divulgado no dia 28 de janeiro de 2015, no mural da Prefeitura e da Câmara Municipal e no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br.

4.2.5 – A homologação do processo seletivo será publicada no dia 03 de fevereiro de 2015.

5 - CONTRATAÇÃO:
5.1 Conforme Edital de Convocação os candidatos aprovados deverão apresentar-se em 48 (quarenta e oito) horas ao órgão responsável pela contratação.

5.2 É imprescindível, no ato da contratação, a apresentação dos documentos complementares :
O **Exame Admissional**, a ser realizado pelo Médico Clinico Geral do município;
Declaração de Bens e Valores (se não possuir bens, deve apresentar de que não possuem bens, com assinatura);
01 foto;
d) Documento de escolaridade exigido pela função.

5.3 - São documentos complementares para contratação, conforme o caso:

I - Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos de idade, ou dos maiores caso sejam incapazes;

II – Apresentada a certidão de nascimento de cada filho, os documentos abaixo relacionados tornam-se obrigatórios:

- Cartões de vacina dos filhos menores de 5 (cinco) anos;
- Atestado que comprove a freqüência a escola dos filhos com idade escolar.

5.4 No ato da Contratação todos os documentos exigidos deverão ser apresentados em forma de fotocópias acompanhadas das originais para conferência.

5.4.1 – No caso especifico de professor de matemática, se não houver candidato inscrito que comprove a formação exigida, será aceito inscrição de candidato que **comprovar experiência** como professora da área.

5.5. A contratação será feita conforme as necessidades da Administração, seguindo a ordem de classificação dos candidatos.

5.5.1 – Os contratos serão regidos pelo regime jurídico especial.

5.5.2 – Os contratados estarão vinculados ao regime geral de previdência social.

6 - VEDAÇÕES À CONTRATAÇÃO
6.1 Não será contratado o candidato que:

6.1.1 Acumular cargos, emprego ou função pública;

6.1.2 Omitir informações ou apresentar informações incompletas ou inverídicas.

6.1.3 Tiver sido excluído do serviço publico por processo administrativo disciplinar ou atos de improbidade administrativa.

7 - RECURSOS

7.1 - Será assegurado ao candidato o direito a recursos quanto à classificação do Processo seletivo Simplificado, em cada etapa realizada.

7.2 - O recurso deverá ser interposto no prazo máximo de dois dias úteis, contado a partir da data de publicação dos Editais de divulgação dos resultados.

8 - CASOS OMISSOS

8.1 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos conjuntamente pelas Secretarias Municipais baseados na Lei Municipal n°. 178/2005 e suas alterações e Decreto Municipal n°. 035/2010, e Comissão Organizadora, no que tange a realização deste Processo Seletivo Simplificado.

Santa Rita do Trivelato/MT, 17 de novembro de 2014.

REGISTRE,
PUBLIQUE-SE E
AFIXE.

HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito Municipal

MONIQUI EMANUELLA MARCANZONI
Presidente da Comissão

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:BA005FFD

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

Para fins de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, bem como a relação entre os encargos da Contratada e a retribuição da Contratante, na Ata de Registro de Preço nº 14-A/2014, que, respectivamente a empresa **BOM JESUS COMÉRCIO DE PETROLEO LTDA/CNPJ sob nº 03.646.889/0001-77** e a Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia - MT, pactuaram para a justa remuneração do fornecimento de Combustiveis, para atender as necessidades de toda frota de veiculos e equipamentos da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT, até o fim da vigencia da Ata de Registro de Preços em 01/07/2015, realiza-se, através do presente termo, o apostilamento relativo ao reajuste verificado no preço dos mesmos, conforme a seguir:

Ref. Pregão Presencial nº 019/2014 para Registro de Preços
Fundamento legal: Art. 65 da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 9.648, de 27.05.98, Art. 17 do Decreto da União nº 7.892/2013 e Clausula Dez da Ata de Registro de Preços nº 14-A/2014.

Ficam ratificados os preços praticados no período de 27/10/2014 a 10/11/2014, com os valores a serem praticados a partir desta data:

COMBUSTIVEIS:

Item	Descriminação	Valor da licitação (R$)	Percent. Da Diferença	Valor do reajuste (R$)	Valor com reajuste (R$)
03	DIESEL COMUM	2,97	4.04	0,12	3,09
04	DIESEL S-10	3,29	3.03	0,10	3,39

São Felix do Araguaia - MT, 25 de Novembro de 2014.

BOM JESUS COMERCIO DE PETROLEO LTDA
CNPJ/MF Nº 03.646.889/0001-77
Fornecedor

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Silva Nascimento
Código Identificador:F84B2C81

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO

-Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº 019/2014. ASS: 25/11/2014; Contratado: Empresa **RAIZES CONSTRUTORA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP.** Objeto: O presente Termo tem por objeto a RESCISÃO AMIGÁVEL do Contrato Administrativo nº 019/2014, a partir de 25/11/2014, conforme dispõe o art. 79, inciso II da Lei 8.666/93, e em conformidade com a cláusula décima do mencionado contrato.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiana Dockhorn
Código Identificador:DE736CD9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 056/2014, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

"ESTABELECE OS ATRIBUTOS E CRITÉRIOS PARA O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, PRIORIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE SERÃO ENCAMINHADAS PARA INSCRIÇÃO EM PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

CAPÍTULO – I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Os atributos e critérios para o processo de identificação, priorização e classificação das famílias que serão encaminhadas para inscrição em Programas Habitacionais de Interesse Social do Município ficam estabelecidos na forma deste Decreto.

§ 1º Além dos atributos e critérios estabelecidos neste Decreto, as famílias deverão obedecer a critérios específicos do projeto ou programa habitacional em que se inscreverem.

§ 2º O Município não se responsabiliza pelo indeferimento de inscrição da família priorizada e classificada que, por motivo de distorção cadastral ou exigência especial, não preencher integralmente os requisitos exigidos pelo projeto ou programa habitacional específicos.

§ 3º A inclusão da família no projeto ou programa habitacional fica condicionada à aprovação do cadastro e à disponibilidade de unidades habitacionais.
§ 4º Se a família não aceitar as opções que lhe forem apresentadas somente poderá acessar nova unidade habitacional após o atendimento de todas as famílias classificadas e se houver unidades disponíveis.

Art. 2º. Para inscrição no cadastro de Programas Habitacionais Nacionais, Estaduais ou Municipais, implantados no município de São José do Rio Claro o interessado deverá atender os seguintes requisitos:não ter ocupado irregularmente áreas no município – a partir da data de publicação do presente Decreto.

• Não ser o titular - seu cônjuge ou companheira(o) - proprietário, cessionário, promitente comprador, usufrutuário, arrendatário ou detentor de financiamento de imóvel residencial em qualquer local do País;
• Não ser beneficiário já favorecido por programa público de habitação (municipal, estadual e federal), em área urbana ou rural.
• Deve comprovar oficialmente que reside, no mínimo, há dois anos no município de São José do Rio Claro – MT.

IV. cujo titular tenha idade igual ou superior a 18 anos, salvo se emancipado;
V. cujo titular seja brasileiro nato ou naturalizado ou tenha visto permanente no País, no caso de estrangeiro;
VI. cujo titular - seu cônjuge ou companheira (o) - seja inscrito no CadÚnico do Governo Federal;
VII. Ser grupo familiar de, no mínimo, dois integrantes.

§ 1º A família poderá apresentar talão de água ou luz ou declaração emitida pela direção da Unidade Escolar ou da ESF, na forma do Anexo II, ou ainda declaração emitida por agente responsável pelos programas da Secretaria de Municipal de Promoção e Assistência Social, para comprovar o endereço da residência.

§ 2ºO titular da família que trabalhar como autônomo, sem vínculo empregatício, poderá comprovar sua renda mediante declaração formalizada ao Município, cujo formulário lhe será disponibilizado no momento do cadastramento.

Art. 3º. Somente poderá participar do processo de identificação, priorização e classificação a família:
I - que comprove todos os requisitos do art. 2º;
II - cuja renda mensal familiar seja de o mesmo estipular no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – Faixa 01.

§ 1º Além dos requisitos previstos nos incisos do caput, o beneficiário deverá:
a) apresentar cópia do cartão de vacina atualizado, bem como comprovante de matrícula dos filhos menores de idade em estabelecimento de ensino;
b) comprovar que não tenha acessado residência oriunda de programas habitacionais do Município.

Art. 4º.Observadas as normas locais de aplicação de cotas, ficam reservadas cotas de 3% (três por cento) das unidades habitacionais de cada empreendimento direcionadas às famílias:
I - com integrantes idosos, em cumprimento ao Estatuto do Idoso;
II - com integrantes portadores de deficiência, na forma da Lei federal nº 10.690, de 2003.

§1º - As cotas de que trata este artigo serão revertidas ao processo seletivo comum se até o final da contratação de todas as unidades não houver famílias cotistas habilitadas em quantidade suficiente para ocupar as unidades habitacionais reservadas.

§2º - Os idosos que não forem contemplados com a reserva mínima de unidades habitacionais poderão participar da seleção do grupo geral de candidatos;

Art. 5º. O Município indicará as pessoas com deficiência de acordo com a quantidade de unidades habitacionais adaptadas ou adaptáveis do empreendimento e os candidatos idosos de acordo com os percentuais mínimos previstos nos normativos específicos dos programas habitacionais.

Art. 6º.O Poder Executivo divulgará as datas, horários e locais de inscrição das famílias no processo de que trata este Decreto.

Parágrafo Único - O local de atendimento das famílias será definido pela Secretaria de Municipal de Promoção e Assistência Social.

Art. 7º. Para os fins deste Decreto considera-se:
I - área de risco: aquela que apresenta risco geológico ou de insalubridade, como erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como outras assim definidas pelo Órgão Municipal de Defesa Civil;
II - área insalubre: aquela considerada não benéfica à saúde, doentia e que origina doença;
III - área monitorada: aquela acompanhada, controlada e avaliada mediante análise repetida e continuada de dados técnicos e informações para acompanhamento do quadro de evolução dos riscos;
V - criança - a pessoa com idade até 12 anos completos;
VI - adolescente - a pessoa com idade entre 12 anos e um dia até 18 anos completos;
VII - idoso - a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
VIII - portador de deficiência - a pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com diversas barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 8º. Observados os requisitos contidos neste decreto, o processo de identificação, priorização e classificação das famílias dar-se-á mediante o preenchimento de ficha cadastral, na forma do Anexo I deste Decreto, na qual figuram e serão apreciados os seguintes atributos:
I - agravantes de moradia ou família residente em área de risco ou insalubre, com os seguintes critérios e respectiva pontuação:
a) residir com parentes, amigos, ou outros, em decorrência de ter deixado área de risco ou insalubre, com Relatório Técnico de Vistoria de Interdição Definitiva do Imóvel, e não ter sido beneficiária dos programas Auxílio (20 pontos);
b) residir em área monitorada ou em área de risco ou insalubre com Relatório Técnico de Vistoria de Interdição Definitiva do Imóvel (30 pontos);
II - classificatório, com o seguinte critério e respectiva pontuação:
a) família com mulher responsável pelo domicílio (05 pontos);
III - tempo de residência ou de trabalho no Município de São Jose do Rio Claro, com os seguintes critérios e respectiva pontuação:
a) menor que dois anos (01 ponto);
b) maior que dois anos e menor ou igual a três anos (02 pontos);
c) maior que três anos e menor ou igual a quatro anos (03 pontos);
d) maior que quatro anos e menor ou igual a cinco anos (04 pontos);
e) maior que cinco anos e menor ou igual a sete anos (05 pontos);
f) maior que sete anos e menor ou igual a dez anos (06 pontos);
g) maior que dez anos (08 pontos);
IV - dependentes: número de crianças e adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiência ou doenças crônicas, com os seguintes critérios e respectiva pontuação:
a) um dependente (02 pontos);
b) dois dependentes (04 pontos);
c) três dependentes (06 pontos);
d) quatro dependentes (08 pontos);

e) cinco ou mais dependentes (10 pontos);
f) não possui dependente (pontuação zero);

§ 1º Na apreciação do atributo de que trata o inciso IV, a família com pessoa idosa ou portadora deficiência terá dois pontos adicionados ao somatório da pontuação.

§2º Ainda, conjuntamente com a apreciação dos atributos e critérios elencados neste Decreto, o Conselho Gestor deverá sopesar as considerações relacionadas no Parecer Social.

Art.9º.Será classificada a família que atender, no mínimo, a dois atributos previstos na ficha cadastral, os quais serão pontuados mediante comprovação documental.
Parágrafo Único - Quando a família preencher dois ou mais critérios de um mesmo atributo será considerado apenas o critério de maior pontuação.

Art. 10.Os servidores responsáveis pelo cadastramento deverão escolher entre os critérios de cada atributo previsto no art. 8º aquele que melhor defina a realidade da família.

Parágrafo Único - O resultado final da priorização corresponderá à totalização dos pontos dos atributos.

Art. 11. Se ocorrer empate no total de pontos dos atributos, terá preferência para efeito de classificação, sucessivamente, observado a família:
I. que estiver residindo em área de risco ou insalubre definida pelo Órgão Municipal de Defesa Civil;
II. que tiver mulher com chefe do grupo familiar;
III. com pessoa idosa ou portadora de deficiência entre os seus dependentes;
IV. com maior número de crianças e adolescentes;
V. com maior tempo de residência ou de trabalho no Município de São José do Rio Claro - MT;

Art. 12.Depois de preenchida a ficha cadastral, o titular da família assinará:
I - declaração de veracidade dos dados cadastrais apresentados e de ciência dos procedimentos necessários para interposição de recurso, na forma do Anexo III;
§ 1º Cópia da declaração de que trata o inciso I com o número do cadastro ou do processo e com os atributos indicados será entregue ao titular da família.

Art. 13.O resultado final da priorização e classificação das famílias será publicado no âmbito da Secretaria de Municipal de Promoção e Assistência Social e no sítio eletrônico do Município.

Art. 14.Compete ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação o seguinte:
I - acompanhar o processo de identificação, priorização e classificação das famílias, observadas as disposições deste Decreto;
II - homologar o resultado final da classificação das famílias selecionadas e determinar sua publicação;
III - julgar os recursos interpostos pelas famílias sobre o pedido de revisão do resultado dos atributos e critérios, observado o prazo previsto no parágrafo único do art. 16.

§ 1º O processo de identificação e cadastro das famílias é de responsabilidade da equipe técnica que compõe o departamento de habitação do município, que deverá no momento do cadastro preencher todos os formulários necessários, realizando a verificação minuciosa dos documentos e requisitos apresentados pelo solicitante.

Art. 15.Conforme indicação do Ministério das Cidades, será impedida de acessar programa habitacional da Caixa Econômica Federal a família:
I - que tiver recebido benefícios de natureza habitacional oriundos de recursos orçamentários da União;
II - cujo titular - seu cônjuge ou companheira(o) - for proprietário, cessionário, promitente comprador, usufrutuário, arrendatário ou detentor de financiamento de imóvel residencial em qualquer local do País;
III - cujo titular - seu cônjuge ou companheira(o) - for empregado da Caixa Econômica Federal;
IV - que não cumprir as demais disposições deste Decreto.

Art. 16.É assegurado às famílias o direito de recorrer do resultado dos atributos e critérios à Equipe Técnica Responsável pelo Cadastramento no prazo de até cinco dias, contado da data da publicação do resultado final da priorização e classificação.
Parágrafo Único - O julgamento do recurso de que trata o caput dar-se-á no prazo de até trinta dias, contado da data de sua protocolização.

Art. 17. O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação fará conferências "in loco" de candidatos para verificação da situação de vulnerabilidade para que os mesmos estejam aptos ou não a serem atendidos pelos programas habitacionais, sendo assim selecionadas pela realidade constatada pela fiscalização;

Art. 18. Os nomes selecionados serão previamente aprovados pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de São José do Rio Claro;

Art.19. Os interessados devem atualizar anualmente seu cadastro na Habitação.

Art. 20. Se a família realizou a venda de sua unidade habitacional advindo de programa social, será excluída ou desclassificada, ainda que beneficiária de qualquer outro Programas Moradias.

Art. 21. Fica vedada a inscrição de pessoa que comprovadamente comprar unidade habitacional advinda de programa social, sem o respectivo titulo, e ainda vigente a proibição de alienação constante no contrato, sendo também excluída ou desclassificada, ainda que beneficiaria de qualquer outro Programa de Moradias.

Art. 22. Aquele que comprovadamente ocupar irregularmente unidade habitacional oriunda de programa social será desclassificado, ainda que beneficiário de qualquer outro Programa de Moradias, e passará a vigorar no final da lista de prioritários caso sua situação assim se encaixe.

Parágrafo único – Caso não se enquadre nas situações de prioridades descritas neste decreto, aquele que ocupou irregularmente unidade habitacional passará a constar no fim da fila de cadastros gerais, desconsiderando o tempo de cadastro ou de residência do município, que passará a ser computado a partir da data da recolocação na lista de cadastrados.

Art. 23. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, São José do Rio Claro-MT, 19 de novembro de 2014.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

ANEXO I
FICHA CADASTRAL
PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, PRIORIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE SERÃO ENCAMINHADAS PARA INSCRIÇÃO EM PROJETO HABITACIONAL.

Nome Completo do Titular: _____
Idade:_____
Data de nascimento: _____
RG: _____
CPF: _____
Estado Civil: _____
Naturalidade: _____
Nacionalidade: _____

Nº CadÚnico _____
BoFam:_____
Endereço atual: _____

1. REQUISITOS PRELIMINARES :
1.1 Somente poderá participar do processo de identificação, priorização e classificação a família:
1.1.1 cujo titular - seu cônjuge ou companheira(o) - não seja proprietário, cessionário, promitente comprador, usufrutuário, arrendatário ou detentor de financiamento de imóvel residencial em qualquer local do país;
1.1.2 cuja renda mensal familiar seja a mesma estipulada no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – Faixa 01;
1.1.3 residente no Município de São José do Rio Claro – MT há mais de 02 anos.
1.1.4 cujo titular tenha idade igual ou superior a 18 anos ou que seja emancipado;

1.1.5 cujo titular seja brasileiro nato ou naturalizado ou tenha visto permanente no País, no caso de estrangeiro;
1.1.6 cujo titular - seu cônjuge ou companheira(o) - seja inscrito no CADÚNICO do Governo Federal;
1.1.7 que não tenha acessado residência oriunda de programas habitacionais do Município nos últimos cinco anos,

2. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

2.1 Serão reservadas cotas de 3% (três por cento) das unidades habitacionais direcionadas às famílias:
2.1.1 com integrantes idosos (pessoa com idade igual ou superior a 60 anos):

( ) Nº DE IDOSOS;

2.1.2 com integrantes portadores de deficiência:
( ) MENTAL ( )VISUAL ( ) AUDITIVA ( )FÍSICA: ( )ACAMADO
( )CADEIRANTE ( )RESTRIÇÃO DE MOBILIDADE ( )OUTRAS;

3. APRECIAÇÃO E INDICAÇÃO DOS ATRIBUTOS DE PRIORIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

I - agravantes de moradia ou família residente em área de risco ou insalubre, com os seguintes critérios e respectiva pontuação:
a) ( )residir com parentes, amigos, ou outros, em decorrência de ter deixado área de risco ou insalubre, com Relatório Técnico de Vistoria de Interdição Definitiva do Imóvel, e não ter sido beneficiária dos programas Auxílio (20 pontos);
b) ( )residir em área monitorada ou em área de risco ou insalubre com Relatório Técnico de Vistoria de Interdição Definitiva do Imóvel (30 pontos);
II - classificatório, com o seguinte critério e respectiva pontuação:
a) ( ) família com mulher responsável pelo domicílio (05 pontos);

III - tempo de residência ou de trabalho no Município de São José do Rio Claro, com os seguintes critérios e respectiva pontuação:
h) ( )menor que dois anos (01 ponto)
i) ( )maior que dois anos e menor ou igual a três anos (02 pontos);
j) ( )maior que três anos e menor ou igual a quatro anos (03 pontos);
k) ( )maior que quatro anos e menor ou igual a cinco anos (04 pontos);
l) ( )maior que cinco anos e menor ou igual a sete anos (05 pontos);
m) ( )maior que sete anos e menor ou igual a dez anos (06 pontos);
n) ( )maior que dez anos (08 pontos);

IV - dependentes: número de crianças e adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiência e gestantes na família, com os seguintes critérios e respectiva pontuação:
g) ( )um dependente (02 pontos);
h) ( )dois dependentes (04 pontos);
i) ( )três dependentes (06 pontos);
j) ( )quatro dependentes (08 pontos);
k) ( )cinco ou mais dependentes (10 pontos);
l) ( )não possui dependente (pontuação zero);

4. DAS IRREGULARIDADES
a) ( )Pessoa se enquadra no art. 21 do Decreto 56/2014.
b) ( )Pessoa se enquadra no § único do art. 22 do Decreto 56/2014.
c) ( )descumpre o contido nos incisos I, II, III do art. 2º do Decreto 56/2014.
SITUAÇÃO ( )
d) ( )Não tem os requisitos dos incisos IV, V, VI e VII, do art. 2º do Decreto 56/2014.
SITUAÇÃO ( )
e) Outras irregularidades encontradas:
f) _____
g) _____
h) _____
i) _____
j) _____
k) _____
l) _____
m) _____

5) TOTAL DE ATRIBUTOS PONTUADOS ( )
6) TOTAL DE PONTOS ( )

CONSIDERAÇÕES:_____
NOME DO ATENDENTE: ____
ANEXO II

DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE RESIDÊNCIA

Declaramos, para os devidos fins e efeitos legais, que o Sr.(a) _____ foi atendido(a) nesta Unidade de Saúde ou Unidade Escolar no período compreendido entre __/__/__ e __/___/__.

Nome da Unidade: _____

Telefone de contato da Unidade:

Endereço constante do prontuário da família no período declarado:

Rua_____, n._____

Bairro_____, nesta cidade.

_____
Nome/Carimbo
Coordenador(a) da Unidade de Saúde ou da Unidade Escolar

_____
Nome/Carimbo
Profissional da Unidade de Saúde ou da Unidade Escolar

ANEXO III

DECLARAÇÃO

PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, PRIORIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE SERÃO ENCAMINHADAS PARA INSCRIÇÃO EM PROJETO HABITACIONAL.

Declaro, para os devidos fins e efeitos legais:
a) Que são verdadeiros os dados por mim apresentados e constantes desta ficha cadastral;
b) Que tenho ciência do prazo de até 5 (cinco) dias, contado da data da publicação do resultado final da priorização e classificação, para pedir a revisão do resultado dos atributos e critérios, caso me sinta prejudicado, mediante recurso interposto à Equipe Técnica Responsável pelo Cadastramento;
c) Que tenho ciência de que compete à Equipe Técnica Responsável pelo Cadastramento o julgamento dos recursos interpostos pelas famílias, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de protocolização do pedido;
d) Que autorizo a divulgação do meu nome na forma prevista no art. 13 do Decreto nº XXXX.

Por ser verdade, firmo a presente.

São José do Rio Claro – MT, ___/___/___

_____
Assinatura do Titular

NOME DO ATENDENTE: _____

Publicado por:
José Xavier Filho
Código Identificador:59A0B4BE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TP 09/2014

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT torna público que a TOMADA DE PREÇO nº**. 09/2014** sagrou vencedora a Empresa **BRAGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ 09.302.764/0001-06, com sede na Av. General Mello 1455, sala 111, bloco 02 (conjunto General Center), bairro Campo Velho no município de Cuiabá – MT, com o valor de R$ 455.420,07 (Quatrocentos e Cinquenta e Cinco Mil, Quatrocentos e Vinte Reais e Sete Centavos). Objetivo: "Execução de Serviços de restauração de Ruas e Avenidas com micro revestimento de Asfáltico frio 20mm".

EMERSON SOUZA MILER
Presidente da CPL.

Publicado por:
Claudecir Alves Feitosa
Código Identificador:A5939F8E

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/2014

Eu, **CARLOS ROBERTO BIANCHI** Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos, **HOMOLOGO** aos 25 dias do mês de novembro de 2014 a Empresa: **J. R. PADILLA BUSTAMANTE & ALVES DE SOUZA LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 07.629.325/0001-87, Estado de Mato Grosso, com o valor de R$ 422.500,00 (Quatrocentos e Vinte Dois Mil Quinhentos Reais) oriundo da Dispensa de Licitação nº 09/2014. Objeto: Procedimento de parto normal e ou cesareas.

Publicado por:
Claudecir Alves Feitosa
Código Identificador:C6DCBED8

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA PP 35/2014

Eu,**CARLOS ROBERTO BIANCHI**Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos,**HOMOLOGO**aos 25 dias do mês de novembro de 2014 a Empresa:**W. PACHECO BEBER & CIA LTDA ME**, inscrito no CNPJ sob o nº 14.890,803/0001-73, Estado de Mato Grosso, com o valor de R$ 179.529,54 (Cento e Setenta e Nove Mil Quinhentos e Vinte Nove Reais e Cinquenta e Quatro Centavos)oriundo de adesão PP nº 35/2014. Objeto: Aquisição Materiais de Consumo e Equipamentos Odontologico.

Publicado por:
Claudecir Alves Feitosa
Código Identificador:2C42C774

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇO Nº 008/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2014 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1916/2014

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Xingu – MT, nomeado pela portaria nº 138/2014, torna público aos interessados que na sessão de processamento da TOMADA DE PREÇO 008/2014 **Tipo**: **MENOR PREÇO**, A Presente licitação tem por objeto a **" A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA "REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA MARLENE DE MORAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT"** conforme Especificações Constantes no Edital e seus Anexos: que é parte integrante do presente instrumento Convocatória. Em regime de empreitada por preço global**,** conforme especificações constantes em Edital e seus anexos, em atendimento à solicitação da Secretaria de educação, onde ficou declarada vencedora do certame a empresa **ERICA MASLA DA SILVA FONSCECA – ME CNPJ: 20.802.843/0001-19** que ofertou o valor de **R$ 104.397,52** (Cento e Quatro Mil Trezentos e Noventa e Sete Reais e Cinquenta e Dois Centavos). O pagamento será efetuado de acordo com o Cronograma Físico Financeiro da obra, depois da realização das medições, que serão elaboradas conforme a sua execução, tomando-se como Final após o parecer técnico do engenheiro da prefeitura ou do fiscal designado pela prefeitura.

São José do Xingu – MT, 25 de Novembro de 2014.

WELTON LUCIANO TEIXEIRA
Presidente da CPL

Publicado por:
Aloizio Rodrigues da Silva
Código Identificador:8FCE6D8D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DEPTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2014 SRP 159/2014

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público o resultado do Pregão Presencial nº 107/2014 SRP 147/2014, referente ao Registro de Preço para **Contratação de Empresa Especializada em Confecção de Uniformes para o Corpo Musical de Sinop (Fanfarra) para atender às necessidades da Secretaria Municipal da Diversidade Cultural**. Não compareceram interessados para participar do certame, sendo o processo declarado **DESERTO**.

Sinop/MT, 25 de novembro de 2014.

MARCELLO PAVAN
Pregoeiro
Portaria 372/2013

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:F1214BA6

DEPTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2014 SRP Nº 154/2014

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público o resultado do Pregão Presencial nº 111/2014 – SRP 154/2014, referente **Aquisição de Equipamentos para Estruturação do Entreposto Apícola no Município de Sinop/MT, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.** Empresa Vencedora: **ALESSANDRO DO NASCIMENTO - ME**, **CNPJ/MF 06.124.188/0001-66**, Item: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13. Homologado em 25 de Novembro de 2014.

MARCELLO PAVAN
Pregoeiro
Portaria 372/2013

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:94793491

DEPTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 015/2014

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento aos termos da Lei 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores, torna público o resultado da tomada de preço nº 015/2014, referente à "**contratação de empresa especializada para a substituição de transformador de 75kva por um de 150kva, na rua das aroeiras s/n, ao lado da Secretaria Municipal de Administração, Sinop/Mt**"; Empresa vencedora: **ELETROTÉCNICA PAGLIARI LTDA,** CNPJ/MF 03.101.474/0001-18, Homologada em 25 de novembro 2014.

ADRIANO DOS SANTOS
Presidente da C.P.L.
Portaria nº 001/2014

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:2560EE52

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 759/2014

DATA: 24 de novembro de 2014

SUMULA: Nomeia o Dr. EDUARDO AUGUSTO DOSSA como Médico Regulador do Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear o Dr. EDUARDO AUGUSTO DOSSA - CRM 5402-MT, como Médico Regulador do Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03 de novembro de 2014.

Art. 3º. Revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 24 de novembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:D355E39D

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 2060/2014

DATA: 25 de novembro de 2014

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.040.000,00 (dois milhões e quarenta mil reais), e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.040.000,00 (dois milhões e quarenta mil reais), nos termos do art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4320/64, para reforço de dotação consignada no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei nº 1925/2013, conforme segue:

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
07.010.0.0 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
07.010.0.0.15.451.0014.1023 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
4.4.90.00.00.00-01.17.000000- Aplicações Diretas R$ 50.000,00- (cinqüenta mil reais)
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0.12.361.0029.2057 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.00.00.00-01.01.000000- Aplicações Diretas R$ 200.000,00- (duzentos mil reais)
4.4.90.00.00.00-01.01.000000- Aplicações Diretas R$ 1.200.000,00- (um milhão e duzentos mil reais)
11.010.0.0.12.365.0029.2056 -MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.00.00.00-01.01.000000- Aplicações Diretas R$ 100.000,00- (cem mil reais)
4.4.90.00.00.00-01.01.000000- Aplicações Diretas R$ 100.000,00- (cem mil reais)
11.010.0.0.12.361.0029.1045 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR - PDE ESCOLA
3.3.90.00.00.00-01.01.000000- Aplicações Diretas R$ 260.000,00- (duzentos e sessenta mil reais)
11.010.0.0.12.365.0029.1046 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR - PDE - EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.00.00.00-01.01.000000- Aplicações Diretas R$ 130.000,00- (cento e trinta mil reais)
TOTAL R$ 2.040.000,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior, de acordo com o art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
07.010.0.0 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS07.010.0.0.15.452.0014.2032 - MANUT DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
4.4.90.00.00.00-01.17.000000- Aplicações Diretas R$ 50.000,00- (cinqüenta mil reais)
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO11.010.0.0.12.361.0029.2057 -MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.00.00.00-01.01.000000- Aplicações Diretas R$ 1.221.000,00- (um milhão duzentos e vinte e um mil reais)
11.010.0.0.12.365.0029.2056 -MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.1.90.00.00.00-01.01.000000- Aplicações Diretas R$ 769.000,00- (setecentos e sessenta e nove mil reais)
TOTAL R$ 2.040.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.
Em, 25 de novembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francieli Sachini
Código Identificador:C2AE9FA9

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 2059/2014

DATA: 25 DE NOVEMBRO DE 2014

SÚMULA: Promove alterações na Lei nº. 1193/2009, de 13 de novembro de 2009, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Esta Lei promove alterações na Lei nº1193/2009, de 13 de novembro de 2009, e suas alterações posteriores, que trata do Loteamento Industrial, Comercial e de Prestadores de Serviço Norte de Sinop – LIC Norte.

Art. 2º. O art. 1º da Lei nº 1193/2009 passa a vigorar conforme segue:
"Art. 1º. Fica criado o Loteamento Industrial, Comercial e de Prestadores de Serviço Norte de Sinop – LIC Norte, localizado na área denomina R - 40, na Estrada Ruth, no Bairro de Chácaras de Sinop, com área total de 347.442,51 m² (*trezentos e quarenta e sete mil quatrocentos e quarenta e dois vírgula cinquenta e um metros quadrados), conforme mapa descritivo em apenso, parte integrante da presente Lei.*

Parágrafo único. (...).".

Art. 3º. O art. 3º da Lei nº 1193/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3º. Imediatamente após a sanção da presente, serão disponibilizados 196 (cento e noventa e seis) lotes, compreendidos das Quadras 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22 e 23 (quinze, dezesseis, dezessete, dezoito, dezenove, vinte e um, vinte e dois e vinte e três), que serão doados com encargos aos interessados que preencherem os requisitos exigidos por esta Lei.
Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 25 de novembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francieli Sachini
Código Identificador:4DEEC24F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 248/2014

DATA: 25 de novembro de 2014.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.040.000,00 (dois milhões e quarenta mil reais), e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº. 4.320/64, e especialmente a Lei nº 2060/2014;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.040.000,00 (dois milhões e quarenta mil reais), nos termos do art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4320/64, para reforço de dotação consignada no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei nº 1925/2013, conforme segue:

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
07.010.0.0 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
07.010.0.0.15.451.0014.1023 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
4.4.90.00.00.00-01.17.000000- Aplicações Diretas R$ 50.000,00- (cinqüenta mil reais)
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0.12.361.0029.2057 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.00.00.00-01.01.000000- Aplicações Diretas R$ 200.000,00- (duzentos mil reais)
4.4.90.00.00.00-01.01.000000- Aplicações Diretas R$ 1.200.000,00- (um milhão e duzentos mil reais)
11.010.0.0.12.365.0029.2056 -MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.00.00.00-01.01.000000- Aplicações Diretas R$ 100.000,00- (cem mil reais)
4.4.90.00.00.00-01.01.000000- Aplicações Diretas R$ 100.000,00- (cem mil reais)
11.010.0.0.12.361.0029.1045 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR - PDE ESCOLA
3.3.90.00.00.00-01.01.000000- Aplicações Diretas R$ 260.000,00- (duzentos e sessenta mil reais)
11.010.0.0.12.365.0029.1046 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR - PDE - EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.00.00.00-01.01.000000- Aplicações Diretas R$ 130.000,00- (cento e trinta mil reais)
TOTAL R$ 2.040.000,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior, de acordo com o art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
07.010.0.0 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
07.010.0.0.15.452.0014.2032 - MANUT DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
4.4.90.00.00.00-01.17.000000- Aplicações Diretas R$ 50.000,00- (cinqüenta mil reais)
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
11.010.0.0.12.361.0029.2057 -MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.00.00.00-01.01.000000- Aplicações Diretas R$ 1.221.000,00- (um milhão duzentos e vinte e um mil reais)
11.010.0.0.12.365.0029.2056 -MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.1.90.00.00.00-01.01.000000- Aplicações Diretas R$ 769.000,00- (setecentos e sessenta e nove mil reais)
TOTAL R$ 2.040.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.
Em, 25 de novembro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

TEODORO MOREIRA LOPES
Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

Publicado por:
Francieli Sachini
Código Identificador:C8FD4144

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO 16/2014

A Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social, em sua reunião ordinária realizada no dia 13/11/2014, às sete horas e trinta minutos, conforme a Ata nº 205, nas dependências da Casa dos Conselhos em anexo a Secretaria Municipal de Assistência Social,

Trabalho e Habitação, dentro das atribuições que lhe confere a Lei 333/94, de 07.12.94, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas das instituições, CSMJ (convênio 004/2014), referente á 8º parcela liberada correspondente ao período de 01/10/2014 á 31/10/20140), V**alor R$ 7.300,00.**ADEFIS (convênio 006/2014), referente à 8º parcela liberada correspondente ao período de 01/10/2014 a 31/10/2014), valor **R$ 2.000,00.** IMAC (convênio 011/2014), referente à 8º parcela liberada correspondente ao período 01/10/2014 à 31/10/2014), **Valor R$ 4.300,00.** ADEVAS (convenio nº 007/2014), referente à 8º parcela liberada correspondente ao período de 01/10/2014 à 31/10/2014), V**alor R$ 2.900,00.** OBRA SÃO VICENTE DE PAULO (convenio nº 002/2014), referente à 8º parcela liberada correspondente ao período de 01/10/2014, à 31/10/2014), valor **R$2.556,80.** FUNVIDA (convênio 010/2014), referente à 8º parcela correspondente ao período 01/10/2014 a 31/10/2014), **Valor R$ 2.000,00.** COMUNIDADE ESPERANÇA MARIA DE NAZARÉ (convênio 009/2014), referente à 8º parcela correspondente ao período 01/10/2014 à 31/10/2014), **Valor R$ 3.500,00.** APAE (convênio 005/2014), referente à 6º parcela correspondente ao período 09/09/2014 à 17/10/2014), **Valor R$ 3.899,40.** CAOPA (convenio 008/2014), referente á 6º e 7º parcelas liberadas correspondente ao período de 01/09/2014 a 30/09/2014), **Valor R$ 5.000,00.** CAOPA (convenio 008/2014), referente á 8º parcela liberada correspondente ao período de 01/10/2014 a 31/10/2014), **Valor R$ 2.500,00. AVOS** (convenio 016/2014), referente á saldo da parcela liberada correspondente ao período de 01/09/2014 a 30/09/2014), **AVOS** (convenio 016/2014), referente á 5º parcela liberada correspondente ao período de 01/10/2014 a 31/10/2014), **Valor R$ 5.000,00.**

Art. 2 º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sinop, 13 de Novembro de 2014.

JOÃO CARLOS GIRARDI
Presidente - CMAS

Publicado por:
Francieli Sachini
Código Identificador:D2F251A3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 116/2014

Data: 25 de novembro de 2014.

Designa o servidor Wander Soares Morlin para a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A Excelentíssima Senhora MARILDA SALETE SAVI, Presidente da Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **Wander Soares Morlin,** nomeado pela Portaria nº 041, de 09 de junho de 2008, no Cargo de Técnico de Informática, para exercer a função de Fiscal de Contrato, que tratam de aquisição de materiais e serviços de informática para os Gabinetes e Departamentos da Câmara Municipal.

Art. 2º - No papel de assessorar o Fiscal de Contrato, será observado, dentre outros, o que segue:

Avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, de acordo com os critérios de aceitação definidos no contrato;
Identificação de não conformidade com os termos contratuais;
Verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 074/2014.

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 25 de novembro de 2104.

MARILDA SAVI
Presidente

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Publicado por:
Mineia Isabel Hanke Gund
Código Identificador:909D661B

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Ref.: Adesão ao item 04 da ata de registro de preços realizada no Município de Foz do Iguaçu-PR, junto a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, nº 18/2014-DPF/FIG/PR, edital de Pregão nº 08/2014-DPF/FIG/PR
Pelo presente termo, e observados os requisitos da Lei nº 8.666/93, ADJUDICA E HOMOLOGO o resultado do seu objeto relativo à Adesão ao Registro de Preço nº **18/2014-DPF/FIG/PR**, a seguinte Empresa:

EMPRESA	VALOR
OI S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001/43	**R$ 33.323,16**

Em cumprimento ao que determina o art. 43 inciso VI da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94.

Sorriso – MT, 24 de novembro de 2014.

MARILDA SALETE SAVI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Edivaldo Xavier dos Santos
Código Identificador:32E21ACB

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE CONTRATO 027/2014

Contrato nº 027/2014
Contratante: Câmara Municipal de Sorriso/MT.
Contratada: **DOCE SABOR EVENTOS LTDA-ME**, com CNPJ/MF n.º 13.905.060/0001-03
Data Assinatura: 25/11/2014 Vigência: 31/12/2014
Objeto: Constitui objeto da presente contratação de empresa para efetuar a prestação de serviço de fornecimento de Jantar Buffet, para atender ao evento de premiação do "JUBILEU DE PRATA" às empresas Sorrisenses com 25 anos de atividade comerciais no Município de Sorriso, conforme apregoa a Resolução nº 004/2010, de 22 de junho de 2010, alterado pela Resolução nº 006/2014, decorrente dos trabalhos e programas desenvolvidos, por esta Casa de Leis, que será realizado **no dia 28/11/2014, no Centro de Eventos "Ari José Riedi"**, descritos no Termo de Referência e seus anexos, vinculado ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2014.– LOTE 01 (UM)
Valor: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE: **R$ 13.950,00 (treze mil novecentos e cinquenta reais)**
RECURSOS: PRÓPRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO – MT.
01.001.01.0200.2001.3.3.9.0.39.0000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA.

Publicado por:
Edivaldo Xavier dos Santos
Código Identificador:218848C9

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE CONTRATO 028/2014

Contrato nº 028/2014
Contratante: Câmara Municipal de Sorriso/MT.
Contratada: **RAFAEL PONTO SOM LTDA-ME,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.860.887/0001-00
Data Assinatura: 25/11/2014 Vigência: 31/12/2014
Objeto: Constitui objeto da presente contratação de empresa para efetuar a prestação de serviço de fornecimento de Jantar Buffet, para atender ao evento de premiação do "JUBILEU DE PRATA" às empresas Sorrisenses com 25 anos de atividade comerciais no Município de Sorriso, conforme apregoa a Resolução nº 004/2010, de 22 de junho de 2010, alterado pela Resolução nº 006/2014, decorrente dos trabalhos e programas desenvolvidos, por esta Casa de Leis, que será realizado **no dia 28/11/2014, no Centro de Eventos "Ari José Riedi"**, descritos no Termo de Referência e seus anexos, vinculado ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2014.– LOTE 04 (quatro)
Valor: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE: **R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)**
RECURSOS: PRÓPRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO – MT.
01.001.01.0200.2001.3.3.9.0.39.0000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA

Publicado por:
Edivaldo Xavier dos Santos
Código Identificador:F01F3DFA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE CONTRATO 029/2014

Contrato nº 029/2014
Contratante: Câmara Municipal de Sorriso/MT.
Contratada: **VIP COMÉRCIO DE AVIAMENTO E ACESSÓRIOS LTDA-ME**, com CNPJ/MF n.º 12.079.358/0001-30
Data Assinatura: 25/11/2014 Vigência: 31/12/2014
Objeto: Constitui objeto da presente contratação de empresa para efetuar a prestação de serviço de fornecimento de Jantar Buffet, para atender ao evento de premiação do "JUBILEU DE PRATA" às empresas Sorrisenses com 25 anos de atividade comerciais no Município de Sorriso, conforme apregoa a Resolução nº 004/2010, de 22 de junho de 2010, alterado pela Resolução nº 006/2014, decorrente dos trabalhos e programas desenvolvidos, por esta Casa de Leis, que será realizado **no dia 28/11/2014, no Centro de Eventos "Ari José Riedi"**, descritos no Termo de Referência e seus anexos, vinculado ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2014.– LOTE 02 (DOIS)
Valor: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE: **R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).**
RECURSOS: PRÓPRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO – MT.
01.001.01.0200.2001.3.3.9.0.39.0000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA.

Publicado por:
Edivaldo Xavier dos Santos
Código Identificador:945ABEC3

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 115/2014

DATA: 24 DE NOVEMBRO DE 2014

EXONERA A SENHORA DAISY FABIOLA OST SILLES DIAS DO CARGO DE ASSESSOR DE IMPRENSA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Excelentíssima Senhora MARILDA SALETE SAVI, Presidente da Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Senhora **DAISY FABIOLA OST SILLES DIAS**, portadora do RG nº 7.604.939-4 SSP/PR, CPF nº 044.585.399-90, do Cargo de Assessor de Imprensa, do Quadro dos Cargos de Livre Nomeação e Exoneração da Câmara Municipal de Sorriso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO, Estado de Mato Grosso, em 24 de novembro de 2014.

MARILDA SALETE SAVI
Presidente

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE

Publicado por:
Márcio Marques Timóteo
Código Identificador:A5971DB4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N.º 039/2012

PRAZO DE VIGÊNCIA – PUBLICADO NA EDIÇÃO 1989 DE 09/06/2014, POIS HOUVE ERRO MATERIAL ONDE CONSTA 039/2013 DEVERIA CONSTAR N.º 039/2012, PASSANDO A LER-SE CONTRATO N.º 039/2012.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: COTERPA - CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGENS E PAVIMENTAÇÃO LTDA.
DATA: 12/05/2014 – NOVO PRAZO DE VIGENCIA DE 12/05/2014 ATÉ 09/07/2014.
OBJETO: EXECUÇÃO DE MAO-DE-OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NO BAIRRO JARDIM CALIFORNIA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:A90EECB6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 117/2014

O Município de Sorriso – MT, através de sua Pregoeira Oficial torna Público para o conhecimento dos interessados, que realizará às **08:00 horas (Horário Oficial de Sorriso – MT), do dia 11 de dezembro de 2014,** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Porto Alegre, 2.525, Centro – Sorriso – MT, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 117/2014. O julgamento da referida licitação será através do Menor Preço Global, objetivando o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de equipamento comboio para abastecimento e lubrificação, para a Secretaria Municipal de Transportes Rodoviários do Município de Sorriso. O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Sorriso, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente ou através do site **www.sorriso.mt.gov.br**. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3545-4700.

LUCIENE BABMARE HAHN QUINOT
Pregoeira Prefeitura de Sorriso – MT

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:BBA7B263

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.416, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

Altera o *caput* do Artigo 1º da Lei Municipal nº 2004, de 02 de março de 2011.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o *caput* do Art. 1º da Lei Municipal nº 2004, de 02 de março de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído estacionamento temporário e rotativo de no máximo 15 (quinze) minutos, para veículos automotores defronte as farmácias e drogarias".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 24 de novembro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:C6BFA9BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.417 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

Cria o NPU - Núcleo de Planejamento Urbano de Sorriso-MT, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Núcleo de Planejamento Urbano de Sorriso, que tem por finalidade:
I - Analisar e discutir projetos de planejamento urbano do Município de Sorriso;
II - Apresentar propostas, sugestões ou modificações de projetos dessa natureza;
III - Apresentar diretrizes para elaboração de novos projetos de planejamento e crescimento urbano do Município de Sorriso;
IV - Fazer estudos com emissão de relatórios e laudos técnicos para melhor tomada de decisões dos órgãos municipais sobre as questões que versarem a respeito do planejamento e crescimento urbano de Sorriso.

Art. 2º O Núcleo de Planejamento Urbano será composto por 11 (onze) membros, profissionais nas áreas de engenharia, arquitetura e outros técnicos com formação inerentes ao planejamento, crescimento e desenvolvimento urbano, sendo 09 (nove) profissionais indicados pela ASSENARTS - Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Técnicos de Sorriso e 02 (dois) profissionais do Departamento de Engenharia, lotados na Secretaria da Cidade de Sorriso, que serão indicados pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º As funções dos membros do Núcleo de Planejamento Urbano não serão remuneradas, sendo reconhecidas como de interesse público e de relevante valor social.

Art. 4º O Núcleo de Planejamento Urbano terá criação com caráter permanente e seus membros serão substituídos quando necessário.

Art. 5º O Núcleo de Planejamento Urbano reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que houver pauta para tomada de decisões.

Art. 6º Ó Núcleo de Planejamento Urbano será coordenado pelos profissionais da Secretaria da Cidade e mais um profissional indicado pela ASSENARTS, dentre os seus 09 (nove) membros.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 24 de novembro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:4D6B0E08

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.418, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual - PPA, instituído pela Lei Municipal 2.241/2013, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovada a Revisão do Plano Plurianual – PPA 2014-2017 do Município, incluindo a administração indireta, para o período 2015, conforme autoriza a lei 2241 de 10 de Setembro de 2013.

Art. 2º A Revisão do Plano Plurianual 2014-2017, especialmente em relação ao período de 2015 compreende a realização dos ajustes necessários à flexibilização governamental, bem como consiste na atualização e inclusão de ações e metas para o exercício seguinte, criadas através de leis específicas e inclusas através deste projeto, revalidadas na Lei de Diretrizes orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

§ 1º As adequações efetuadas alteram as metas financeiras globais da Administração Direta, tomando por base o arrecadado nos último exercício e a arrecadação até o período de setembro/2014, passando o valor a ser de R$ 250.000.000,00 (Duzentos e Cinquenta Milhões de Reais) para 2015, sendo R$ 229.000.000,00 (Duzentos e Vinte e Nove Milhões de Reais) para Administração Direta e R$ 21.000.000,00 (Vinte e Um Milhões de Reais) para a Administração Indireta – Previso.

§ 2º Fica autorizado a exclusão de ações previstas para 2015 junção de outras, com objetivos parecidos; bem como a alteração dos Indicadores Físico/Financeiro que envolvam Produtos, Unidades de Medida e Meta Física de algumas ações, objetivando o maior detalhamentos dos mesmos.
Art. 3º Passa a fazer parte desta lei o **Anexo I** – Consolidação dos Programas por Órgãos e Unidades Orçamentárias, que demonstram as ações, metas, projetos e atividades que passam a vigorar em 2015, permanecendo inalterados os demais anos de 2016 e 2017;

Art. 4º Fica substituído o relatório **de Programas Finalísticos e de Apoio Administrativo** da Lei 2241/2013, pelo **Anexo I** desta lei, que engloba todas as alterações efetuadas.

Art. 5º Os Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento serão elaborados, a cada ano, de forma compatível com a Lei do Plano Plurianual e suas revisões;
Art. 6º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual, autorizadas por esta lei dar-se-ão por intermédio da Lei orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 24 de novembro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:CA35A515

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.419, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza repasse de recursos financeiros mediante Termo Aditivo ao Convênio nº 36/2014, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sorriso – APAE, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros mediante termo aditivo ao convênio nº 36/2014, à **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SORRISO – APAE,** inscrita no CNPJ sob n.º 32.944.357/0001-14, com sede Rua Mato Grosso n.º 3.811, Bairro Bom Jesus, Sorriso - MT.

Art. 2º O valor dos recursos financeiros a serem repassados, é de R$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 02 (duas) parcelas mensais, diretamente à beneficiária, na forma de aditivo ao convênio nº 36/2014.

Art. 3° Os recursos financeiros que dispõe esta Lei serão destinados para auxílio na manutenção dos diversos serviços prestados pela Entidade.

Art. 4º A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS deverá prestar contas à Administração Municipal dos recursos recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela.

§ 1º A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal, em duas vias, nos prazos previstos, instruídas com os seguintes documentos:

Ofício encaminhando a Prestação de Contas;
Anexos previstos na Instrução Normativa Municipal n° 017/2009;
Documentos (originais) suportes de despesa;
Devolução de saldo devedor, se houver.

Art. 5º Para atender ao credito adicional suplementar previsto no Artigo anterior serão utilizados os recursos orçamentários decorrente da anulação parcial da seguinte conta:

01 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
01.001 – Fundo Municipal de Educação
01.001.031 – Educação
01.001.031.0200 – Ensino Fundamental
01.001.031.0200.1002 - Ampliação e reestruturação do prédio da Câmara
01.001.031.0200.1002(014)449051.00 - Obras e instalações – R$ 100.000,00

Art. 6º Para viabilização da presente Lei, o poder Executivo fica autorizado aditivar o Convênio nº 36/2014, celebrado com a APAE no ano de 2014, onde estão estabelecidas as competências de cada uma das partes.

§ 2º A Prestação de Contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 24 de novembro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:D2F9BA3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 121, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra situada no Município de Sorriso/MT, destinada à ampliação do Loteamento Industrial Leonel Bedin e dá outras providências.

DILCEU ROSSATO, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso da competência que lhe confere o artigo 46, inciso XXI da Lei Orgânica e com fundamento nos artigos 2º e 5º, "i", do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei 9.785/99.

D E C R E T A:

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, 02 (duas) áreas de terras e respectivas benfeitorias de domínio ou posse de pessoas diversas medindo 27,00ha (vinte e sete hectares), localizada no Município de Sorriso/MT, ambas a serem destacadas de área maior, registrada no CRI de Sorriso sob n. 27.264, cujos poligonais são assim descritos:

1) Área 20 ha - Descrição do Perímetro: Partindo do M-11, marco situado na divisa do Lote II em comum com a Fazenda Buriti. Deste segue azimute 134º21'17" e distancia de 210,588 metros até o M-5. Deste azimute 219º27'29" e distancia de 953,10 metros, divisando nestas linhas com a Fazenda Buriti (área remanescente) até o M-6. Deste segue azimute 314º21'17" e distancia de 210,588 metros, divisando nesta linha com a Fazenda Daroit até o M-4. Deste segue azimute 39º27'29" e distancia 953,210 metros, divisando nesta linha com o Lote II até o M-5, marco inicial desta descrição.

2) Área 7,00 ha - Descrição do Perímetro: Partindo do M-7, marco situado na divisa da Fazenda Daroit em comum com a margem esquerda do Córrego Gonçalves. Deste segue azimute 314º21'17" e distancia de 429,11 metros, divisando nesta linha com a Fazenda Daroit até o M-10. Deste seguem azimutes e distancias: 10º42'14" e distancia de 339,58 metros, 134º21'17" e 339,58 metros, divisando nestas linhas com a Fazenda Buriti (área remanescente) até o M-12; Deste segue azimute 175º11'25" e distancia de 278,54 metros, divisando nesta linha com a margem esquerda do Córrego Gonçalves até o M-7, marco inicial desta descrição.

Art. 2º A área a que se refere o artigo 1º deste Decreto destina-se à ampliação do Loteamento Industrial Leonel Bedin neste Município, com objetivo deincentivar a instalação de empresas e industrias, aquecendo a economia local, aumentando o volume de negócios, oportunizando empregos diretos e indiretos e outros.

Art. 3º Fica a Secretária de Administração e a Procuradoria do Município de Sorriso/MT., autorizadas a adotar todas as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via judicial ou extrajudicial, consignando as indenizações à conta das dotações próprias a serem designadas.

Art. 4º As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta de verba própria consignada no orçamento vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 18 de novembro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:3B51BF6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 123, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Define horário especial de funcionamento do comércio no Município de Sorriso-MT, para o mês de dezembro de 2014, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

Considerando que o comércio necessita manter-se aberto por um período maior do que o concedido no Alvará de Licença para Funcionamento, a fim de atender melhor e suprir as necessidades da população;

Considerando o Ofício 64/2013 da Associação Comercial e Empresarial de Sorriso solicitando autorização para atendimento do comércio em horário especial;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 032, de 20 de dezembro de 2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica definido o período em que o comércio de Sorriso funcionará em horário especial, abrangendo todos os setores do comércio varejista e prestadores de serviço.

Art. 2º Durante o mês de dezembro o comércio está autorizado a funcionar em horário especial nos dias e horários seguintes:

De 01.12.2014 à 06.12.2014 das 07h30 as 20h00
De 08.12.2014 à 13.12.2014 das 07h30 as 20h00
De 15.12.2014 à 20.12.2014 das 07h30 as 20h00
Dia 07.12.2014(domingo) das 08h as 12h00
Dia 14.12.2014(domingo) das 08h as 12h00
Dia 21.12.2014(domingo) das 08h as 12h00
Dia 24.12.2014 das 08h as 16h00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 19 de novembro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:E3BBA67F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº00020000005/2014/ADM/2014

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº00020000005/2014/ADM/2014	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ ARCARI TERCEIRIZAÇÃO LTDA-ME** / TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL AO CONTRATO Nº 005/ADM/2014 (OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E ASSEIO DE PRÉDIOS PÚBLICOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NOS CENTROS MUNICIPAIS DE ENSINO: CME DOM BOSCO, CME JOSÉ NODARI, CME GENTILA SUSIN MURARO E CME ANTENOR SOARES) / **R$0,00** / DATA DA ASSINATURA: 21/11/2014.

Publicado por:
Claudia Filippin
Código Identificador:9BEB0C58

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 00030000042/2013/ADM/2014

TERMO ADITIVO Nº 00030000042/2013/ADM/2014	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ MATHIAS & CIA LTDA** / TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA AO CONTRATO Nº 042/ADM/2013 (OBJETO: SERVIÇOS DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS LABORATORIAIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ROTINA ADOTA PELA SECRETARIA) / **R$0,00** / DATA DA ASSINATURA: 21/11/2014.

Publicado por:
Claudia Filippin
Código Identificador:04CFB8CB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE CERTAME

AVISO DE RESULTADO E 3ª CHAMADA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2014. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA E RECONDICIONAMENTO DE CARTUCHOS PARA IMPRESSORAS PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações constantes dos Anexos II e III, do Edital. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Pregoeira nomeada pela Portaria nº 660/GP/2014 de 15.10.2014, torna público que o certame acima foi considerado **DESERTO** tendo em vista a ausência de licitantes interessadas. Assim, divulga para conhecimento dos interessados, a realização da **3ª CHAMADA** do Pregão referenciado, cuja sessão para recebimento dos documentos de habilitação e propostas dar-se-á no dia **10 DE DEZEMBRO DE 2014, às 14:00 horas** na sala de licitação da Prefeitura, localizada à Avenida Brasil nº 2.350-N - 2º Piso - Jardim Europa. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 28 de novembro de 2014**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800.

Tangará da Serra- MT, 25 de Novembro de 2014.

DALILA CRISTIAN F. DA PAZ
Pregoeira.

Publicado por:
Dalila Cristian Fernandes da Paz
Código Identificador:C8D88BB2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO TAPURAH

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
O Município de Tapurah-MT, em cumprimento ao Artigo 300 da Lei 049/1989 (Código Tributário Municipal) e com base na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), baixa presente **EDITAL**, com vistas a notificar os contribuintes que se encontram em Débito com a Fazenda Municipal, conforme relação abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, regularizem seus débitos mediante liquidação amigável.

Matricula	Nome do Contribuinte	Notificação
2101	A. IRMA STEINBACK	1560/2014

960	ADAIR SOUZA DE MATOS	1531/2014
4851	AGAPITO FERMINO ARRUDA	1606/2014
4825	AIRTON GOUBAD	1605/2014
5128	AIRTON LUIS MARCHIORETTO	1613/2014
9569	ALAIR FERREIRA DE LIMA	1680/2014
808	ALCEU RODRIGUES AQUINO	1517/2014
305	ALEX BORGES DOS SANTOS	1511/2014
1083	ALFREDO DE LIMA	1534/2014
3705	ALOISIO INACIO ZIMMER	1586/2014
2987	ALVAIR JOAO LAZARETTI	1574/2014
4880	AMELIO ANTONIO FERTS	1608/2014
4376	AMILTON ORTEGA FERREIRA	1593/2014
5438	AMILTON SCHNEIDER	1622/2014
6177	AMOS DOS SANTOS	1641/2014
3255	ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA	1578/2014
11028	ANTONIO SCHONS	1698/2014
6958	ARLAN ALEXSSANDRO SIMINSKI	1661/2014
559	BRUALIO PACHECO	1516/2014
1691	BUNGE ALIEMNTOS AS.	1556/2014
5661	CARLOS ALBERTO DE ARAUJO	1629/2014
4692	CARLOS ALVES DA SILVA	1601/2014
5501	CECILIA PEREIRA EDUARDO	1624/2014
6832	CELSO SCHNEIDER	1655/2014
11115	CELSO VARGAS	1700/2014
1781	CEZAR PAULO FARINON	1557/2014
511	CICERA MARIA DA CONCEIÇÃO	1515/2014
10045	CID FREITAS BRANDAO	1692/2014
141	CLAUDIO APARECIDO DOS SANTOS	1508/2014
4669	CLAUDIO BENEDITO DE MENEZES	1600/2014
4387	CLAUDIO ROBERTO BALDISSERA	1594/2014
6616	CLESIO ANTONIO LOVISON	1647/2014
9707	CLONIR ZACARIAS	1684/2014
8072	CONSTRUTORA PASTORIO LTDA	1674/2014
3202	DILETA PIACENTINI DA ROSA	1577/2014
2629	EDEMAR MARQUES	1568/2014
7242	EDNILSON VAZ EUZEBIO	1668/2014
2983	ELSO JOSE TIRLONI JUNIOR	1573/2014
8085	EMERSON RODRIGO RIBEIRO – ME	1675/2014
4420	EMILIA PEREIRA DA SILVA	1595/2014
911	EMILIA PIRES DE OLIVEIRA	1527/2014
912	ENILSA BATISTA MARTINS	1528/2014
5631	ERASMO TEIXEIRA DE OLIVEIRA	1628/2014
1502	ERENIL ALVES DE ALMEIDA	1551/2014
9719	ESVALDINO MILESKI	1685/2014
455	EVA GERALDA DOS SANTOS	1514/2014
10013	EVERSON OREIRA BICALHO	1690/2014
8052	FABIANA PAZINATTO NERATKA – ME	1673/2014
6058	FABIO BENEDITO S. SILVEIRA	1639/2014
1217	FERNANDO RODRIGUES FILHO	1538/2014
3898	FRANCISCO ASSIS DA SILVA	1588/2014
3596	FRANCISCO CARLOS LARA	1583/2014
2536	FRANSUEYD SANTANA DE ALMEIDA	1565/2014
4875	GENECI LIBRA CONCI	1607/2014
5370	GENOCI DE FATIMA ANTUNES DE CHAVES	1620/2014
2036	GUARANTA ARMAZENS GERAIS	1559/2014
6844	HELIO VITALINO DA SILVA	1656/2014
4986	HELVIO JOSE FELTRIN	1611/2014
1381	ILDA ALVES DOS SANTOS	1546/2014
6769	ILDA DA SILVA SANTOS	1652/2014
9771	ILDA DOS SANTOS SOUZA	1686/2014
3778	ILDO FERRONATTO	1587/2014
1220	ILZAIR TERESINHA PILLON	1539/2014
8857	INSOL INTERTRADING DO BRASIL	1678/2014
1306	IRACEMA MACEDO	1542/2014
7188	IZAIAS MANOEL DA SILVA	1666/2014
956	IZAIR JOSE DE AGUIAR	1530/2014
9772	IZANILDE ANDRIATO SOUZA	1687/2014
5292	JANETE TERESINHA DA VEIGA	1618/2014
3527	JOAO BORGES	1582/2014
6635	JOAO CARLOS FORTES DE SOUZA	1648/2014
882	JOAO JOSE DA SILVA GOULART	1524/2014
3906	JOAO MACHADO DE AZEVEDO	1589/2014
5841	JOAO MARIA FORTES DE SOUZA	1634/2014
426	JOAO MARTINS DA PENHA	1513/2014
9606	JOAO REMI DIEL	1682/2014
837	JOAO VALTER DA ROSA	1521/2014
2713	JOAQUIM LUIZ DA SILVA	1569/2014
5833	JOAREZ CARLOS GUBERT	1633/2014
5558	JOEL JOSE VARGAS	1625/2014
1423	JOSE ACIR MARTINS	1548/2014
10145	JOSE AUGUSTO DE OLIVEIRA	1695/2014
4889	JOSE FERREIRA SOARES	1609/2014
6875	JOSE MARTINS DA SILVA	1657/2014
10130	JOSELITO PINHEIRO DE ALMEIDA	1694/2014
2566	JOSUEL DA SILVA CUSTODIO	1567/2014
6607	LAURY FERREIRA LOPES	1646/2014
6005	LOURDES PEREIRA	1637/2014
2926	LUCIANO DECARLI	1572/2014
4120	LUCILA QUINTINA DA COSTA	1591/2014
6118	LUCINDA ERNEGA (FALECIDA)	1640/2014
5198	LUIZ CESIO LIMBERGER	1616/2014
7435	M.L.PEREIRA DE OLIVEIRA & CIA	1670/2014
1023	MANUEL SEBASTIAO DE ALMEIDA	1533/2014
1299	MARCOS ANTONIO SILVA GOMES	1541/2014
6693	MARIA ROSALIA VOITENA PEREIRA	1651/2014
376	MARILDA DE OLIVEIRA	1512/2014
1638	MEZAQUE SILVANO DE ALMEIDA	1555/2014
1419	MILTON GELLER	01/2014/AJ
5873	MOACIR PINHEIRO DOS SANTOS	1636/2014
2563	MOTOMO YABUMOTO	1566/2014
7984	MOVISOLO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA	1672/2014
6943	NATALICIO CARDOSO DA SILVA	1660/2014
11692	NATALINA RODRIGUES DE AMORIM	1702/2014
3648	NERY BERNARDES PRESTES	02/2014/AJ
874	NILSON SIQUEIRA	1522/2014
209	NIVALDO NERATKA	1509/2004
7481	OI S/A.	1671/2014
5496	OLIVO PALHOSA	1623/2014
4979	ORLANDO MARTINS	1610/2014
3181	PAULA MARIA PORFIRIO LINO	1576/2014
6910	PAULO ANDRE TIRLONIO	1659/2014
817	PAULO LUIS DA GUIA	1519/2014
5178	PAULO ORTEGA FERREIRA	1615/2014
3677	PEDRO GONÇALVES DE OLIVEI RA	1584/2014
5851	PEDRO PROPICIO ALVES	1635/2014
2204	R.A. TRASNPORTES LTDA ME	1561/2014
8338	R.VETORI SILVA & CIA LTDA	1676/2014
9585	RAFAEL ANDRE FERNANDEZ	1681/2014
3297	RAFAELA CALGARO	1579/2014
3703	REINALDO TIRLONI	1585/2014
5727	ROGERIO CARBONI	1630/2014
1284	ROGERIO LUIZ BERGER (FALECIDO)	1540/2014
1505	ROSALIVA CAMARGO	1552/2014
1316	ROSIMEIRE AMARO ALVES DOS SANTOS	1543/2014
5102	SEBASTIAO DE CARLI	1612/2014
4482	SEBASTIAO PEREIRA	1596/2014
1422	SERGIO ADRIANO GOUBAD	1547/2014
818	SIEL BENTO DA SILVA	1520/2014
4209	TERTULIANO SCHEFFER	1592/2014
1555	VALDECIR ANTUNES DE LIRIO	1554/2014
1334	VALDEIR ALVES DAMACENA	1545/2014
1329	VALDILEUSA DE ALMEIDA SENA	1544/2014
5762	VALDIR FRAGOSO	1631/2014
4627	VALDIR KRONEMBAUER	1599/2014
2474	VALTER RIQUETTI	1563/2014
7162	VANDA CARMEM GUADAGNIM	1665/2014
892	VENCESLAU PROPICIO ALVES	1525/2004
1	VILMAR DE OLIVEIRA	1505/2004
1011	VILMAR RODRIGUES	1532/2014
9699	VILMAR TESSARO	1683/2014
904	VIVIAN FRANCIELE MENCHIC VIEIRA	1526/2014
11614	WALDETE MARIA DA SILVA	1701/2014
9992	WESLEY DE ALMEIDA MEZZOMO	1688/2014
6373	WILLIAN ORTEGA FERREIRA	1643/2014
3383	ZELAIRDES ANGELICA MONTEIRO	1580/2014

Caso já tenha pago os débitos acima citados, apresentar o comprovante de pagamento par efetuarmos a baixa.

Tapurah-MT, 05 de Novembro de 2014.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Luiz Santos
Código Identificador:743C9D9F

LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 105.2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2014

FINALIDADE: O processo refere-se à contratação de serviço de assessoria na limpeza e desinfecção dos poços tubulares profundos, e no cálculo da dosagem de supercloração na rede de distribuição de água do município de Tapurah.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666/93.
CONTRATADA: ARNALDO B. DE SIQUEIRA - ME
CNPJ: 11.645.225/0001-11
VALOR GLOBAL: R$ 8.000,00 (oito mil reais).
VIGÊNCIA: 25/05/2015.

Tapurah – MT, 25 de novembro de 2014.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Shirley Maria Willers
Código Identificador:F02D130F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 108.2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2014

A Prefeitura Municipal de Tapurah, através do seu Pregoeiro Oficial, torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Presencial, **contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, incluindo conversão de dados, implantação e treinamento,** conforme observado as especificações contidas no Termo de Referencia deste edital e em seus anexos.
A sessão será realizada às **08h00min do dia 08 de dezembro de 2014**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal.
O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Departamento de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço *www.tapurah.mt.gov.br*, ou solicitar ao Departamento de Licitações pelo telefone (66) 3547-3600 ou pelo e-mail *licitacao@tapurah.mt.gov.br*.

Tapurah – MT, 25 de novembro de 2014.

SHIRLEY MARIA WILLERS
Pregoeira

Publicado por:
Shirley Maria Willers
Código Identificador:BE578EE2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE RESULTADO

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

PROCESSO Nº. 04/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2014.

A Pregoeira da Camara Municipal de Terra Nova do Norte, estado de Mato Grosso, nomeada pela portaria nº. 22/2014, torna publico o processo de licitação, regido pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores, sendo **Processo 04/2014** na Modalidade **Pregão Presencial 01/2014**, tendo como objeto: execução de obra de calçamento no Terreno do Prédio da Câmara Municipal, com blocos de concreto hexagonal, tendo como vencedora do certame a empresa GENIVALDO GOMES ME.

Terra Nova do Norte - MT, 24 de novembro 2014.

ELIZANGELA DE O. A. DOS SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Paulo C. Z. Goulart
Código Identificador:18ECA53C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 209/2014

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 209/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADO: MARIONALDO PEREIRA DA SILVA -ME
OBJETO: OBRAS PARA AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA COMUNIDADE SÃO PEDRO NO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT.
VALOR: R$ 179.531,66
VIGÊNCIA 25/11/2014 A 23/04/2015
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:BADA08A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.179/2.014

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SR. **MILTON JOSE TONIAZZO**, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A **CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES** APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
Das Disposições Iniciais

Art. 1º - São estabelecidas em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal combinado com a Lei Orgânica do Município, e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município para o Exercício de 2015.

CAPÍTULO II
Das Metas e Prioridades da Administração Pública

Art. 2º - As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2015, serão especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, Anexo I, que integra esta lei, a serem observadas na elaboração da execução da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, definidas em perfeita compatibilidade com o Plano Plurianual relativo ao período de 2014 a 2017, e devem observar as seguintes estratégias:

I – promover o desenvolvimento econômico sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda;

II – valorização dos direitos e da cidadania do cidadão terra-novense.

III – promover a satisfação plena dos munícipes através dos serviços públicos.

IV – implementar o governo participativo, através da descentralização das ações e gestão pública voltada para resultados.

V – As obras em execução e despesas com manutenção do patrimônio público terão prioridade sobre novos projetos;

VI – As despesas com pagamento de dívida pública e de pessoal e Encargos Sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

§ 1º - As metas e as prioridades do anexo a que se refere o caput integrarão o Projeto de Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2015.

§ 2º - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estarão condicionadas ao equilíbrio entre receitas e despesas, conforme Anexo de Metas Fiscais, **Anexo II**, e Anexo de Riscos Fiscais, **Anexo III**, que integram a presente lei.

§ 3º - Na elaboração do projeto, na aprovação e na execução da lei orçamentária não poderão ser estabelecidas prioridades diferentes das definidas no Anexo a que se refere o caput deste artigo.

CAPÍTULO III
Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º - A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I – Orçamento Fiscal;

II – Orçamento da Seguridade Social.

Art. 4º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa obedecendo a classificação funcional programática por categoria de programação, ou seja, projeto/atividade, indicando-se, pelo menos para cada uma, no seu menor nível:

I – O orçamento a que pertence, e,

II – A natureza da despesa classificada conforme a Lei nº. 4.320/64 e atualizações posteriores.

Art. 5º - A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº. 42, de 14/04/1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, Portaria interministerial 163 de 04 de maio de 2001, Portaria nº. 637 de 18 de outubro de 2012, e alterações posteriores.

§ 1º - A Reserva de Contingência será identificada pelo dígito 9 (nove), no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

Art. 6º - A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, nos termos da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um sistema de planejamento permanente e à participação comunitária, e compreenderá:

I – O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, seus fundos e entidades das Administrações diretas e indiretas, inclusive fundações mantidas pelo Poder Público Municipal.

II – O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto na Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Parágrafo Único – O orçamento anual do Fundo de Previdência constará da proposta orçamentária do Município, devendo ser, após apreciação do Poder Legislativo, aprovado por Decreto do Poder Executivo Municipal, nos termos do Art. 107, da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I – Mensagem;

II – Texto da Lei;

III – Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa referente aos três últimos exercícios, de acordo com a classificação constante do Anexo III da lei nº. 4.320/64, e suas alterações.

§ 1º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei orçamentária anual conterá:

I – Situação Econômico-Financeira do Município;

II – Demonstrativo da Divida Fundada e Flutuante, Saldos de Créditos Especiais, Restos a Pagar e Outros Compromissos Exigíveis;

III – Exposição da Receita e da Despesa;

§ 2º - Integrarão a Lei Orçamentária Anual, incluindo os complementos referenciados no art. 22, III, da Lei Federal nº. 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo I, da Lei 4.320/64;

II – Quadros Demonstrativos da receita e Despesa, segundo as categorias Econômicas, na forma do Anexo 2, da Lei nº. 4.320/64;

III – Quadro Demonstrativo por programa de Trabalho, das dotações por órgão do governo e da administração, Anexo 6 da Lei 4.320/64;

IV – Quadro demonstrativo de Função, Sub-função e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo 7, da Lei nº. 4.320/64;

V – Quadro demonstrativo de Função, Sub-função e Programa, conforme vinculo com os recursos, Anexo 8, da Lei nº. 4.320/64;

VI – Quadro Demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX, da Lei nº. 4.320/64;
VII – Quadro Demonstrativo da realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII – Tabela explicativa da Evolução da Receita e Despesa, Art. 22, III, da Lei nº. 4.320/64;

IX – Quadro Demonstrativo da Receita por Fontes e Respectiva Legislação;

X – Sumario Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo;

XI – Quadro Detalhamento de Despesas.

§ 3º - Acompanharão o projeto de lei orçamentária, além dos definidos no parágrafo 1º deste artigo, os demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I – programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento ao disposto no Artigo 212 da Constituição Federal, da Emenda Constitucional nº. 14, de 12 de setembro de 1996, e da Lei 11.494, de 20 de Junho de 2007 do FUNDEB;

II – programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2º da Constituição Federal na forma da Emenda Constitucional nº. 29, de 13 de setembro de 2000.

CAPÍTULO IV
Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Município e suas Alterações

Art. 8º - No projeto de lei orçamentária para o exercício de 2015 as receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação no último exercício e a tendência para o exercício em curso, conforme determina o Art. 12 da Lei complementar nº. 101/2000. As despesas fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatíveis com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - O Poder Executivo poderá propor a inclusão na lei orçamentária, de dispositivo que estabeleça critérios e forma para atualização dos valores orçados.

§ 2º - Fica a Chefe do Poder Executivo autorizado a consignar na proposta orçamentária a receita e despesa decorrente de convênios a serem celebrados pelo município no âmbito do Governo Federal ou Estadual, desde que protocolados os referidos convênios até 31 de agosto de 2014, considerando-se ainda os projetos protocolados em

2013, e que até o envio da proposta orçamentária para o exercício de 2015 não tenham sido liberados, bem como os saldos de convênios de exercícios anteriores ainda não liberados integralmente.

Art. 9º - As receitas e despesas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação no último exercício e a tendência para o exercício em curso, utilizando-se como parâmetro o período de até 30 de julho de 2014.

§ 1º - Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I – atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III – a expansão do número de contribuintes;

§ 2º - As taxas de fiscalização pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos no cronograma de desembolso.

Art. 10º – A lei orçamentária dispensará na estimativa da receita e na fixação da despesa atenção aos seguintes princípios:

I – prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II – modernização da ação governamental;

III – equilíbrio na gestão dos recursos públicos.

IV – Austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 11 – A proposta orçamentária para 2015 a ser apresentada ao Poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes especiais:

I - as obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

II – As despesas com o pagamento da dívida pública, com pessoal e seus reflexos, bem como com a contrapartida de financiamento, terão prioridade sobre as despesas decorrentes de ações de expansão de serviços públicos.

III – a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas será acompanhada de:

1 – estimativa de impacto orçamentário-financeiro no ano em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;

2 – declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a LDO.

IV – o Poder Executivo poderá conceder ou ampliar incentivo ou benefício de Natureza Tributária da qual decorra renúncia de receita, desde que atendido os requisitos do Artigo 4º da Lei Complementar Federal 101/00.
V – a abrir créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, com limite de até 30% da proposta orçamentária para 2015, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal;

VI – Fica o Poder executivo autorizado a proceder à abertura de crédito adicional à conta de recursos provenientes de convênios, mediante assinatura do competente instrumento.

Art. 12 – A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 30 de julho, na forma da Emenda Constitucional nº. 58, de 23 de setembro de 2009, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 13 – Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 14 - É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e seus créditos adicionais, a titulo de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos.

Parágrafo Único – No caso de Entidades sem Fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no Artigo 26, da Lei Complementar 101/00 e as exigências contidas na Instrução normativa nº. 001/97 – STN e alterações posteriores.

Art. 15 – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência do Estado de Mato Grosso, nos termos do Art. 62, da Lei Complementar 101/2000, bem como a realizar transferências voluntárias aquele ente, nos casos de relevante interesse municipal, devendo o favorecido atender ao disposto no Art. 25, da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 16 - O município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos artigos 198, § 2º e 212º, da Constituição Federal.

Art. 17 – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 18 - O controle dos custos das ações desenvolvidas pelo Poder Publico Municipal de que trata o artigo anterior, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custos dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento das unidades de saúde, ou de outros itens de controle, conforme determina o Art. 4º, I, "e" da Lei Complementar 101/2000.

§ 1º - Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto, no art. 4º. I "e" da Lei Complementar 101/2000.

§ 2º - O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de gastos, com objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 19 – Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2015, serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, corrigirem desvios, avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas, em cumprimento ao citado art. 4º, I, "e" da lei Complementar 101/00.

Art. 20 – A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor correspondente de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Art. 21 – O Poder Judiciário encaminhará a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, e aos referidos órgãos e entidades devedoras, na parte que lhes couberem, a relação de débitos constantes de precatórios judiciários, a serem incluídos na proposta orçamentária para 2015, conforme determina o Art. 100, § 1º da Constituição Federal, e a Constituição Estadual, discriminando:

A) Órgão Devedor;

B) Numero de processos;

C) Numero do Precatório

D) Data de Expedição do Precatório;

E) Nome do Beneficiário;

F) Valor do Precatório a ser pago.

CAPÍTULO V
Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 22 – Os Poderes Legislativo e Executivo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar Federal nº. 101/2000.

Art. 23 - Na criação de quaisquer despesas obrigatórias de caráter continuado, bem como em situações excepcionais para contratação de hora extra, deverá ser observado os critérios e limites dispostos na Lei Complementar 101/00.

§ 1º - Na execução orçamentária de 2015, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, fica vedada a contratação de horas extras, excetuadas aquelas no âmbito dos setores da educação e saúde, ou quando destinadas ao atendimento de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a coletividade.

Art. 24 – Na fixação das despesas com pessoal serão alocadas dotações especificas para atender a despesas decorrentes da criação de cargos, em atendimento ao disposto na Lei Orgânica, desde que compatíveis com o equilíbrio das contas públicas.

Parágrafo Único – Para atender o disposto no artigo acima, fica o Poder Executivo autorizado a promover a alteração na Estrutura Organizacional e de Cargos e Carreiras da Prefeitura Municipal, através de Lei Específica nos termos da Lei Orgânica, podendo para isso, extinguir ou transformar cargos, criar novos cargos, e também realizar Concurso Público de provas e títulos, Teste Seletivo Público Completo e ou Simplificado, visando ao preenchimento dos cargos e funções.

Art. 25 – No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2015, fica autorizada a fixação de um índice de aumento de vencimento dos servidores públicos, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observado os limites estabelecidos no Art. 71 da Lei Complementar Federal nº. 101/00.

Parágrafo único – Fica autorizado para o Poder Legislativo, o aumento salarial para implantação (adequação) do Plano de Cargos e Carreiras – PCCS, bem como reajuste salarial respeitado os limites da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e também realizar Concurso Público de provas e títulos, Teste Seletivo Completo e ou Simplificado, visando ao preenchimento dos cargos e funções.

Art. 26 – As despesas decorrentes de aperfeiçoamento da ação governamental classificam-se em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo Único – Entende-se por despesas relevantes aquelas que ultrapassarem o valor máximo da dispensa da licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal nº. 8.666, de 27 de junho de 1993, e como irrelevantes aquelas que não ultrapassarem o valor Maximo da dispensa de licitação da citada lei.

CAPÍTULO VI
Das Disposições sobre Alterações Na Legislação Tributária

Art. 27 – O Município poderá rever e atualizar sua Legislação Tributária anualmente.

Art. 28 – Ocorrendo alterações na legislação tributária, bem como nos índices inflacionários da política monetária nacional, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários na mesma proporção.

Parágrafo único – Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do município, mediante abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO VII
Das Disposições Finais

Art. 29 – O Prefeito Municipal encaminhará até o dia 15/10/2014 o Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2015, à Câmara Municipal para apreciação e conclusão da votação nos termos da Lei Orgânica do Município de Terra Nova do Norte.
Art. 30 – O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem ao poder Legislativo para propor modificações ao presente projeto, bem como ao Projeto do Plano Plurianual e do Orçamento Anual, em conformidade com o parágrafo 5º do Art. 166 da Constituição Federal.

Art. 31 – Para os casos de renuncia de receita e condições para concessão de benefícios fiscais, será elaborado estimativa de impacto orçamentário-financeiro, independentemente de seu valor, deverá ainda, ser incluso recursos para instituição de normas de controle de custos e avaliação de resultados dos programas, bem como dependerão de lei especifica, em cumprimento ao artigo 14, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 32 – Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2015, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação ás despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1º - O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, o Relatório Resumido da Execução orçamentária, na forma do Art. 52, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000.

§ 2º - O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º - Até o final dos meses de maio e setembro de 2015, e de fevereiro de 2016, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública.

Art. 33 – O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2015, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da lei orçamentária.

§ 1º - Caso seja necessária à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo de que trata o § 2º do Artigo 2º, desta Lei, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras" de cada Poder.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 34 – Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2014, o autógrafo da Lei orçamentária para o exercício de 2015, não ser devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 35 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

MILTON JOSE TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:9ECFDA92

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob nº 87/2014.
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: Crislaine Larsson Barcellos de Farias – CPF: 048.201.871-20.
Cargo/função: Auxiliar do Magistério - jornada de 20 horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Motivo da Rescisão: Rescisão a pedido da Contratada.
Data assinatura do Termo: 19/11/2014.
Signatários:
ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito de União do Sul
CRISLAINE LARSSON BARCELLOS DE FARIAS
Contratada.

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:1D993A56

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2014 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 050/2014

A Prefeitura Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2014, de 02/01/2014, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93, e nos termos dos Decretos nºs 593 de 12/01/2010 e 901 de 24/03/2014, torna público que, conforme a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2014 – REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação sob Nº 050/2014, emitido em 10/11/2014, aberto e julgado em 25/11/2014, cujo objeto refere-se à Registro de Preços para futura e eventual aquisição de óleo Diesel Comum, óleo Diesel S10, Óleo Lubrificante 15W40 Balde 20 LT, Óleo Lubrificante F1 Master LT, Óleo Lubrificante 2 Tempos, Fluído de Freio, Álcool e Gasolina Comum para a Frota Municipal, conforme termo de referencia anexo I do Edital do Pregão, sagrou-se vencedora do certame e registrou seus preços a proponente AUTO POSTO MADEIRA LTDA. – ME, inscrita no CNPJ sob nº 00.063.243/0001-79, estabelecida à Av. Rio Grande do Sul, s/nº, centro da Cidade de União do Sul – MT, com os preços unitários e valor global constantes da Ata de Registro de Preços sob nº 018/2014, sob o critério de menor preço por item.

Publique-se
Afixe-se.

União do Sul, MT, 25 de novembro de 2014.

MARCELO CORREA
Pregoeiro

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:1214906A

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 548, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 525 DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei":

Art. 1º - Fica aprovada a Revisão do Plano Plurianual – PPA 2014-2017 do Município de União do Sul, para o período 2015, conforme autoriza a Lei nº 525, de 16 de dezembro de 2013.

Art. 2º - A Revisão do Plano Plurianual 2014-2017, especialmente em relação ao período de 2015, compreende a realização dos ajustes necessários à flexibilização governamental, bem como consiste na atualização e inclusão de ações e metas para o exercício seguinte, criadas através de leis específicas e inclusas através deste projeto.

§ 1º - As adequações efetuadas alteram as metas financeiras globais da Administração Direta, tomando por base o montante arrecadado nos últimos exercícios e a arrecadação até o período de agosto/2014, passando o valor total para o exercício de 2015 a ser de R$ 16.514.320,00 (dezesseis milhões, quinhentos e quatorze mil, trezentos e vinte reais).

§ 2º - Fica autorizada a exclusão de ações previstas para 2015, junção de outras, com objetivos parecidos; bem como a alteração dos Indicadores Físico/Financeiro que envolvam Produtos, Unidades de Medida e Meta Física de algumas ações, objetivando o maior detalhamentos dos mesmos.

Art. 3º - Passa a fazer parte como Anexo Único desta Lei o Anexo 7 – Demonstrativo de Funções, Programas e Subprogramas por Projetos e Atividades - Consolidado, que demonstra as ações, metas, projetos e atividades que passam a vigorar em 2015, permanecendo inalterados os demais anos de 2016 e 2017.

Art. 4º - Fica substituído o Relatório de Programas Finalísticos e de Apoio Administrativo da Lei nº 525 de 16 de dezembro de 2013, pelo Anexo Único desta lei, que engloba todas as alterações efetuadas.

Art. 5º - Os Projetos de Leis de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual serão elaborados, a cada ano, de forma compatível com a Lei do Plano Plurianual e suas revisões.

Art. 6º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual, autorizadas por esta Lei, dar-se-á por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa as modificações consequentes.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2015.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, em 24 de novembro de 2014.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:5A4C3BFD

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 549, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE ANEXO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE Nº 544 DE 2014, PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei":

Art. 1º - Fica aprovada a alteração do Anexo I – Anexo de Metas e Prioridades para o Exercício de 2015, aprovado pela Lei nº 544, de 27 de Agosto de 2014, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2015.

Art. 2º - Passa a fazer parte integrante como anexo único desta Lei o Anexo I – Anexo de Metas Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

Art. 3º - Permanecem inalterados os demais artigos e anexos que compõem a Lei nº 544, de 27 de agosto de 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2015.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, em 24 de novembro de 2014.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:76CBAC43

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 129/2014

Concede Licença Prêmio a servidora que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; observando o disposto no art. 126, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do requerimento subscrito pela servidora abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio por assiduidade à servidora efetiva MICHELINE PEREIRA DE SOUZA – *Agente Comunitário de Saúde*, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, portadora do R.G. nº 2.177.671 SSP/RN e CPF nº 059.912.554-31, por um período de 40 (quarenta) dias, a contar de 17 de novembro de 2014 até 26 de dezembro de 2014, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - A licença prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2008 a 31 de dezembro de 2011, em decorrência do enquadramento no novo Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos dos Profissionais da Saúde do Município (Lei Municipal nº 420, de 16/11/2011), tendo reconhecido o direito à licença prêmio proporcional.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 17 de novembro de 2014.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:E898B2C5

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 130/2014.

Dispõe sobre conversão em abono pecuniário, de 10 (dez) dias de férias do servidor que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 71, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pelo servidor abaixo identificado;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria fica convertida em abono pecuniário, uma parcela de 10 (dez) dias das férias a que faz jus o servidor efetivo ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO, nomeado ao cargo de provimento efetivo de Assistente de Controle Administrativo, designado para as atribuições do cargo comissionado de Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento, vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

Parágrafo Único – As férias mencionadas no *caput* são referentes ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 17 de novembro de 2014.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:2A515EAA

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 131/2014.

Dispõe sobre conversão em pecúnia de parcela da Licença Prêmio da servidora que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; observando o disposto no art. 122, § 5º, combinado com o art. 126, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pela servidora abaixo identificada, devidamente justificado e enquadrando-se nos termos dispostos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria, fica convertida em pecúnia a parcela de 20 (vinte) dias da Licença Prêmio por Assiduidade da servidora efetiva JOCINEIA JACOBOUSKI– *Professora Graduada - 20 horas/semanais*, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 1183108-1 SSP/MT e do CPF nº 631.766.371-87, compreendendo para efeito de conversão em pecúnia o período de 20 de novembro a 30 de novembro de 2014.

Parágrafo Único – A conversão em pecúnia compreende o vencimento do cargo efetivo em que a servidora encontra-se enquadrada.

Art. 2º - A licença prêmio ora convertida em pecúnia refere-se ao período aquisitivo de 02 de agosto de 2009 a 31 de dezembro de 2011, em decorrência do enquadramento no novo Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Profissionais da Educação Municipal (Lei nº 419, de 16/11/2011), tendo reconhecido o direito à licença prêmio proporcional.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 17 de novembro de 2014.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:C832CA21

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO VI RREO 5º BIM.2014

GOVERNO FEDERAL			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO			
RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)			R$ 1,00
Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	Em 31/DEZ/2013(a)	Em 31/AGO/2014 (b)	Em 31/OUT/2014 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA (I)	134.747,30	109.197,73	102.032,08
DEDUCOES (II)	600.624,10	3.388.914,47	2.793.550,83
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.426.798,40	3.468.764,47	2.873.400,83
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatorios)	826.174,30	79.850,00	79.850,00
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (III) = (I - II)	-465.876,80	-3.279.716,74	-2.691.518,75
RECEITA DE PRIVATIZACOES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	134.747,30	109.197,73	102.032,08
DIVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-600.624,10	-3.388.914,47	-2.793.550,83
Resultado Nominal	Período de Referência		
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)	
VALOR	595.363,64	-2.192.926,73	
Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente		
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA ³	0,00		
Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	Em 31/DEZ/2013(a)	Em 31/AGO/2014 (b)	Em 31/OUT/2014 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIARIA (VII)			
Passivo Atuarial			
Demais Dividas			
DEDUCOES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA PREVIDENCIARIA (IX) = (VII-VIII)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00
Fonte: Município de UNIAO DO SUL			

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:72910C3A

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO VII RREO 5º BIM.2014

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE UNIAO DO SUL				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - CONSOLIDADO				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SUGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO				
RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso III)				R$ 1,00
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2014	ATÉ O BIMESTRE 2013
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (I)	11.041.900,00	1.852.897,71	9.746.637,12	8.966.124,46
Receitas Tributarias	520.500,00	117.518,02	538.160,09	542.197,53
IPTU	50.000,00	674,26	50.498,88	46.251,66
ISS	228.000,00	57.425,57	187.783,77	143.414,45
ITBI	40.000,00	5.898,63	92.145,33	122.386,46
IRRF	170.000,00	31.851,31	153.181,70	164.924,63
Outras Receitas Tributarias	32.500,00	21.668,25	54.550,41	65.220,33
Receitas de Contribuicoes	115.000,00	18.790,54	55.685,81	74.686,55
Receitas Previdenciarias				
Outras Receitas de Contribuicoes	115.000,00	18.790,54	55.685,81	74.686,55
Receita Patrimonial Liquida				
Receita Patrimonial	58.100,00	34.425,29	126.122,04	33.939,95
(-) Aplicacoes Financeiras	58.100,00	34.425,29	126.122,04	33.939,95
Transferencias Correntes	10.384.550,00	1.757.377,53	9.087.420,51	8.310.309,09
FPM	5.100.000,00	728.292,62	4.402.476,76	4.025.742,82
ICMS	3.100.000,00	560.308,04	2.375.640,35	2.349.590,90
Convenios	10.000,00			
Outras Transferencias Correntes	2.174.550,00	468.776,87	2.309.303,40	1.934.975,37
Demais Receitas Correntes	21.850,00	-40.788,38	65.370,71	38.931,29
Divida Ativa	16.500,00	4.574,12	30.539,11	21.374,33
Diversas Receitas Correntes	5.350,00	-45.362,50	34.831,60	17.556,96
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.400.000,00		2.040.794,01	1.781.607,31
Operacoes de Credito (III)				
Amortizacao de Emprestimos (IV)				
Alienacao de Bens (V)	10.000,00			
Transferencias de Capital	4.390.000,00		2.040.794,01	1.781.607,31
Convenios	4.390.000,00		2.040.794,01	1.781.607,31
Outras Transferencias de Capital				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PRIMARIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.390.000,00		2.040.794,01	1.781.607,31
RECEITA PRIMARIA TOTAL (VII) = (I + VI)	15.431.900,00	1.852.897,71	11.787.431,13	10.747.731,77
DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2014	ATÉ O BIMESTRE 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.459.700,00	1.460.019,85	10.396.336,35	7.828.846,16
Pessoal e Encargos Sociais	6.942.300,00	984.001,81	5.223.252,70	4.421.904,08
Juros e Encargos da Divida (IX)	7.200,00		7.200,00	2.572,77
Outras Despesas Correntes	7.510.200,00	476.018,04	5.165.883,65	3.404.369,31
DESPESAS PRIMARIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.452.500,00	1.460.019,85	10.389.136,35	7.826.273,39
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.371.757,00	237.989,12	2.771.136,52	1.483.161,33
Investimentos	3.303.757,00	237.989,12	2.735.677,72	1.437.585,19
Inversoes Financeiras				
Concessao de Emprestimos (XII)				
Aquisicao de Titulo de Capital ja Integralizado (XIII)				
Demais Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida (XIV)	68.000,00		35.458,80	45.576,14
DESPESAS PRIMARIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.303.757,00	237.989,12	2.735.677,72	1.437.585,19
RESERVA DE CONTIGENCIA (XVI)	15.000,00			
RESERVA DO RPPS (XVII)				
DESPESA PRIMARIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XIV)	17.771.257,00	1.698.008,97	13.124.814,07	9.263.858,58
RESULTADO PRIMARIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.339.357,00	154.888,74	-1.337.382,94	1.483.873,19
SALDO DE EXERCICIOS				

ANTERIORES				
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERENCIA				0,00

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:3E2B978E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 840/2014

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 249943/2014,

RESOLVE:

Reconhecer em favor da servidora **FLORENTINA MARIA LEMES**, Matrícula 16657, lotada na Secretaria Municipal de Educação, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, o Tempo de Serviço prestado ao Município de Várzea Grande-MT, no total de **3.520** (três mil quinhentos e vinte) dias líquidos, correspondendo a **09** (nove) anos, **07** (sete) meses e **25** (vinte e cinco) dias, para **todos os Efeitos legais**.
Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea

Grande-MT, 25 de novembro de 2014.

ANTONIO ROBERTO POSSAS DE CARVALHO
Subsecretário Mun. de Administração

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:D73374F3

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 833/2014

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 254784/2014,

RESOLVE:

Averbar em favor da servidora **JOSIMEIRE DOS SANTOS AIRES**, Matrícula 24608, lotada na Secretaria Municipal de Educação, exercendo o cargo de Professor I a IV, o tempo de serviço prestado conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Governo do Estado de Mato Grosso, o período total de **1.840 (um mil oitocentos e quarenta) dias**, correspondendo a **05 (cinco) anos e 15 (quinze) dias líquidos, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea
Grande-MT, 25 de novembro de 2014.

ANTONIO ROBERTO POSSAS DE CARVALHO
Subsecretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:0E7B14F3

PREFEITURA MUNICIPAL
RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 29/2014

Referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.29/2014, publicado no 24 de Novembro, pagina 146 do jornal (AMM) jornal Diário Cuiabá, pagina C2, data 25 de Novembro Jornal TCE data 25 de Novembro, jornal Diário Oficial da União Seção 3 pagina 208 data 25 de novembro . Por meio do pregoeiro oficial, designado pela PORTARIA N. 639/2014 no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimentos dos interessados, que obedecendo aos princípios inerentes à administração, procede a seguinte RETIFICAÇÃO: **Onde se lê**: Várzea Grande, 24 de Novembro de 2014, **Leia-se:** Várzea Grande, 19 de Novembro de 2014.

Várzea Grande, 25 de novembro de 2014.

DACINEY FIDELIS NOGUEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:1434F7AA

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N° 838/2014

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art.1º da Portaria nº 515/2014 de 30 de Abril de 2014.

RESOLVE:

Interromper a Licença Prêmio concedida ao servidor **LILIANE APARECIDA PAES DE BARROS**, Matrícula **5439**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de **Enfermeira**, referente ao **quinquênio 01.03.2009/2014**, **03 (três) meses, de Licença Prêmio** a vigorar a partir de **01.11.2014 a 01.02.2015**, retornando às atividades laborais a partir de **17.11.2014.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 21 de Novembro de 2014.

ANTONIO ROBERTO POSSAS DE CARVALHO
Subsecretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:63AA0672

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 837/2014

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 515/2014 de 30 de Abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**LILIANE APARECIDA PAES DE BARROS**
MATRICULA	5439
CARGO	Enfermeira
PROCESSO N°	245333/14
LICENÇA PRÊMIO	03 (três) meses
QUINQUÊNIO	**01.03.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	01.11.2014 ` 01.02.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 06 de Novembro 2014.

ANTONIO ROBERTO POSSAS DE CARVALHO
Subsecretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:DDB816DF

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 827/2014

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art.1º da Portaria nº 515/2014 de 30 de Abril de 2014.

RESOLVE:

Retificar a Portaria nº 024/2014 que concedeu ao servidor **CARLOS HUMBERTO AMANCIO DA SILVA,** Matrícula **6831** exercendo o cargo de **Engenheiro Sanitário**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **03 (três) meses,** de Licença Prêmio. **Onde se lê:** referente ao quinquênio **01.11.1976/1981** – **Leia-se** referente ao quinquênio **10.08.1976/1981.**
Período de gozo **14.09.2013** à **14.12.2013.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande - MT, 12 de Novembro de 2014.

ANTONIO ROBERTO POSSAS DE CARVALHO
Subsecretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:CFC42398

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 828/2014

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art.1º da Portaria nº 515/2014 de 30 de Abril de 2014.

RESOLVE:

Retificar a Portaria nº 277/2014 que concedeu ao servidor **CARLOS HUMBERTO AMANCIO DA SILVA,** Matrícula **6831** exercendo o cargo de **Engenheiro Sanitário**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **03 (três) meses,** de Licença Prêmio. **Onde se lê:** referente ao quinquênio **01.11.1981/1986** – **Leia-se** referente ao quinquênio **10.08.1981/1986.**
Período de gozo **15.12.2013** à **15.03.2014.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande - MT, 12 de Novembro de 2014.

ANTONIO ROBERTO POSSAS DE CARVALHO
Subsecretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:D1932DCA

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 836/2014

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art.1º da Portaria nº 515/2014 de 30 de Abril de 2014.

RESOLVE:

Retificar a Portaria nº 573/2014 que concedeu ao servidor **MARIA AUXILIADORA DA COSTA,** Matrícula **31788** exercendo o cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, **03 (três) meses,** de Licença Prêmio. **Onde se lê:** referente ao quinquênio **10.06.2003/2008** – **Leia-se** referente ao quinquênio **02.01.2003/2008.**
Período de gozo **31.03.2014** à **30.06.2014.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande - MT, 21 de Novembro de 2014.

ANTONIO ROBERTO POSSAS DE CARVALHO
Subsecretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:17A5CA83

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº140/2014

"Dispõe sobre a nomeação do Fiscal de contratos firmados junto à Previdência Social dos Servidores de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT"

O Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Vila Bela da Santíssima Trindade, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei n° 8.666/93, Art. 67:

RESOLVE:

Artigo 1° Designar a servidora **Patrícia Aparecida Andrade**, CPF 010.301.841-78, para acompanhamento e fiscalização do Termo de Vinculação nº 007/2013 ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos nº 078/2012 Oriundo de Concorrência Pública nº 001/2012 firmado com a empresa Agenda Assessoria Planejamento e Informática LTDA.

Artigo 2° O Termo de Vinculação nº 007/2013, tem como objeto o conteúdo do Programa AMM-PREVI, em especial o Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos n° 078/2012, que se vincula ao Programa AMM-PREVI, passando a se beneficiar dos serviços técnicos de operacionalização de seu RPPS prestados pelo CONSÓRCIO PREVIMUNI.

Artigo 3° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 140/2014 de 28 de julho de 2014.

Publique-se,
Registra-se,
Cumpra-se.

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 28 de julho de 2014.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:2BC84CBD

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DO PREGÃO Nº 097/2014 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 097/2014 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006, Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

CREDENCIAMENTO: 08:00 às 08:30 do dia 08/12/2014.

INICIO DA SESSÃO: 08:00 do dia **08/12/2014.** Aquisição do Edital no site: www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação - Editais) – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail-pmvilabela@yahoo.com.br. Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000.

ANÉSIO BRAGA ORTÊNCIO MUNHÓZ.
Pregoeiro

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:1E444BE9

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DO PREGÃO Nº 098/2014 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 098/2014 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006, Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

CREDENCIAMENTO: 14:00 às 14:30 do dia 08/12/2014.

INICIO DA SESSÃO: 14:00 do dia **08/12/2014.** Aquisição do Edital no site: www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação - Editais) – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail-pmvilabela@yahoo.com.br. Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000.

ANÉSIO BRAGA ORTÊNCIO MUNHÓZ.
Pregoeiro

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:7B06455A

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DO PREGÃO Nº 099/2014 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 099/2014 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006, Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÍDIA IMPRESSA.

CREDENCIAMENTO: 08:00 às 08:30 do dia 09/12/2014.

INICIO DA SESSÃO: 08:00 do dia **09/12/2014.** Aquisição do Edital no site: www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação - Editais) – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail-pmvilabela@yahoo.com.br. Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000.

ANÉSIO BRAGA ORTÊNCIO MUNHÓZ.
Pregoeiro

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:E893FB26

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DO PREGÃO Nº 100/2014 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 100/2014 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006, Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO HOTELEIRO PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

CREDENCIAMENTO: 10:00 às 10:30 do dia 09/12/2014.

INICIO DA SESSÃO: 10:00 do dia **09/12/2014.** Aquisição do Edital no site: www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação - Editais) – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail-pmvilabela@yahoo.com.br. Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000.

ANÉSIO BRAGA ORTÊNCIO MUNHÓZ.
Pregoeiro

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:ADA2694E

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DO PREGÃO Nº 101/2014 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 101/2014 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006, Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OFERECER LINKS DE INTERNET BANDA LARGA PARA AS ESCOLAS LOCALIZADAS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO.

CREDENCIAMENTO: 14:00 às 14:30 do dia 09/12/2014.

INICIO DA SESSÃO: 14:00 do dia **09/12/2014.** Aquisição do Edital no site: www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br (website: PORTAL TRANSPARÊNCIA –Licitação - Editais) – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail-pmvilabela@yahoo.com.br. Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000.

ANÉSIO BRAGA ORTÊNCIO MUNHÓZ.
Pregoeiro

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:AB99C256

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.264/2014 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 11 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.008/2011.

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 11 da Lei Municipal nº 1.008/2011, que passa a vigorar conforme segue:
Art. 11 - A composição do Conselho Municipal de Saúde fica mantida no que propôs as Resoluções nos 33/92 e 333/03 do CNS e consoante com as Recomendações da 10a e 11a Conferências Nacionais de Saúde.
I - o numero de conselheiros será definido pelo Conselho Municipal de Saúde;
II - as vagas deverão ser distribuídas conforme segue:
a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde;
c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.
III - A participação de órgãos, entidades e movimentos sociais terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto da sociedade, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde. De acordo com as especificidades locais,

aplicando o princípio da paridade, serão contempladas, dentre outras, as seguintes representações:
a) associações de pessoas com patologias;
b) associações de pessoas com deficiências;
c) entidades indígenas;
d) movimentos sociais e populares, organizados (movimento negro, LGBT...);
e) movimentos organizados de mulheres, em saúde;
f) entidades de aposentados e pensionistas;
g) entidades congregadas de sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais;
h) entidades de defesa do consumidor;
i) organizações de moradores;
j) entidades ambientalistas;
k) organizações religiosas;
l) trabalhadores da área de saúde: associações, confederações, conselhos de profissões regulamentadas, federações e sindicatos, obedecendo as instâncias federativas;
m) comunidade científica;
n) entidades públicas, de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, de pesquisa e desenvolvimento;
o) entidades patronais;
p) entidades dos prestadores de serviço de saúde; e
q) governo.

IV - As entidades, movimentos e instituições eleitas no Conselho de Saúde terão os conselheiros indicados, por escrito, conforme processos estabelecidos pelas respectivas entidades, movimentos e instituições e de acordo com a sua organização, com a recomendação de que ocorra renovação de seus representantes.
V - Recomenda-se que, a cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, ao seu critério, promovam a renovação de, no mínimo, 30% de suas entidades representativas.
VI - A representação nos segmentos deve ser distinta e autônoma em relação aos demais segmentos que compõem o Conselho, por isso, um profissional com cargo de direção ou de confiança na gestão do SUS, ou como prestador de serviços de saúde não pode ser representante dos(as) Usuários(as) ou de Trabalhadores(as).
VII - A ocupação de funções na área da saúde que interfiram na autonomia representativa do Conselheiro(a) deve ser avaliada como possível impedimento da representação de Usuário(a) e Trabalhador(a), e, a juízo da entidade, indicativo de substituição do Conselheiro(a).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

LUCIANO MARCOS ALENCAR
Prefeito Municipal
Gestão 2013/2016

Publicado por:
Ivanilde Tscha
Código Identificador:828BBFCD

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.265/2014 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

Acrescenta art. 3º na Lei Municipal 1.257/2014”

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Artigo 1º - Fica acrescentado o artigo 3º na Lei Municipal nº 1.257/2014, com a seguinte redação:

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 24 de novembro de 2014.

LUCIANO MARCOS ALENCAR
Prefeito Municipal
Gestão 2013/2016

Publicado por:
Ivanilde Tscha
Código Identificador:217143BE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – N° 004/2014 EDITAL Nº 002/2014 RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, de ordem do **Sr. MAURO ROSA DA SILVA,** Prefeito Municipal, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, designada pelo Decreto nº 2702/2014, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, e ainda em cumprimento à Lei Municipal n° 1243/2014, e demais legislações aplicáveis à espécie; torna público a presente retificação ao Edital de 001/2014, conforme segue:

1 – DAS ALTERAÇÕES

1.1 – No anexo 1 - CARGOS E SALÁRIOS - CARGOS OBJETO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, onde está :

CARGOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	PNE	ESCOLARIDADE	ESPECIFICAÇÕES	ATRIBUIÇÕES SUMÁRIAS *	VENCIMENTO (Em R$)
ODONTOLOGO CLINICO GERAL	20	01	0	Nível Superior	REGISTRO NO CONSELHO	Compreende a realização de Consultas Odontológicas. bem como restaurações dentárias e demais atividades afins.	2.421,14
BIOLOGO	40	01	0	Nível Superior	REGISTRO NO CONSELHO	Compreende a supervisão, orientação e realização das técnicas de enfermagem, juntamente com todos os procedimentos coletivos de saúde e outras atividades afins do cargo.	2.421,15
TECNICO EM VIGILANCIA SANITARIA	40	02	0	Nível Médio	ENSINO MÉDIO COMPLETO	Compreende a supervisão, orientação e realização das técnicas de enfermagem, juntamente com todos os procedimentos coletivos de saúde e outras atividades afins do cargo.	1.210,55

Passa a ter a seguinte redação:

CARGOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	PNE	ESCOLARIDADE	ESPECIFICAÇÕES	ATRIBUIÇÕES SUMÁRIAS *	VENCIMENTO (Em R$)
ODONTOLOGO CLINICO GERAL	20	01	0	Nível Superior	REGISTRO NO CONSELHO	Compreende a realização de Consultas Odontológicas. bem como restaurações dentárias, endodontia e demais atividades afins.	2.421,14

BIOLOGO	40	01	0	Nível Superior	REGISTRO NO CONSELHO	Executar atividades técnicas e científicas nas atividades complementares relacionadas aos organismos e do meio ambiente e à educação ambiental.	2.421,15
TECNICO EM VIGILANCIA SANITARIA	40	02	0	Nível Médio	ENSINO MÉDIO COMPLETO	Orientar e fiscalizar atividades ambientais e de saúde pública	1.210,55

1.2 – No anexo 1 - CARGOS E SALÁRIOS - CARGOS OBJETO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, onde está :

CARGOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	PNE	ESCOLARIDADE	ESPECIFICAÇÕES	ATRIBUIÇÕES SUMÁRIAS *	VENCIMENTO (Em R$)
ENFERMEIRO – ZONA RURAL (SERRINHA E PA JARAGUA)	40	02	0	Nível Superior	REGISTRO NO CONSELHO	Compreende a supervisão, orientação e realização das técnicas de enfermagem, juntamente com todos os procedimentos coletivos de saúde e outras atividades afins do cargo.	4.842,29

*** Para o Cargo de ENFERMEIRO:
A preferência é do candidato aprovado em Concurso vigente, porém caso não haja interessado em “morar” e “trabalhar” no P.A. Serrinha e PA Jaraguá, a vaga será preenchida por aprovado neste Processo.
Passa a ter a seguinte redação:

CARGOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	PNE	ESCOLARIDADE	ESPECIFICAÇÕES	ATRIBUIÇÕES SUMÁRIAS *	VENCIMENTO (Em R$)
ENFERMEIRO – ZONA RURAL (SERRINHA E PA JARAGUA)	40	02	0	Nível Superior	REGISTRO NO CONSELHO	Compreende a supervisão, orientação e realização das técnicas de enfermagem, juntamente com todos os procedimentos coletivos de saúde e outras atividades afins do cargo.	4.842,29
*** como se trata de vagas para ser preenchida para o Programa Federal “Mais Médico”, o contrato será por tempo determinado.							

Água Boa, 24 de novembro de 2014.

MAURO ROSA DA SILVA
Prefeito Municipal

VANDERLÉA BACKES BRUNHAUSER
Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado

Publicado por:
Rosimeire M. Dias Costa
Código Identificador:144F8F1A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIORESUMIDODAEXECUÇÃOORÇAMENTÁRIA BALANÇOORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOSFISCALEDASEGURIDADESOCIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
CVA: 201405061603100050197 9

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)								R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.633.836,59	6.633.836,59	1.568.501,03	23,64	1.568.501,03	23,64	5.065.335,56
2	RECEITAS CORRENTES	6.123.366,26	6.123.366,26	1.568.501,03	25,62	1.568.501,03	25,62	4.554.865,23
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	236.607,63	236.607,63	16.996,35	7,18	16.996,35	7,18	219.611,28
4	Impostos	230.095,07	230.095,07	16.810,35	7,31	16.810,35	7,31	213.284,72
5	Taxas	6.512,56	6.512,56	186,00	2,86	186,00	2,86	6.326,56
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	306.746,70	306.746,70	2.322,18	0,76	2.322,18	0,76	304.424,52
8	Contribuições Sociais	192.572,64	192.572,64	0,00	0,00	0,00	0,00	192.572,64
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	20.455,38	20.455,38	2.322,18	11,35	2.322,18	11,35	18.133,20
10	Contribuição de Iluminação Pública	93.718,68	93.718,68	0,00	0,00	0,00	0,00	93.718,68
11	RECEITA PATRIMONIAL	52.123,00	52.123,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.123,00
12	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	52.123,00	52.123,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.123,00
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	23.750,63	23.750,63	50.892,18	214,28	50.892,18	214,28	-27.141,55
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.488.704,47	5.488.704,47	1.497.973,61	27,29	1.497.973,61	27,29	3.990.730,86
30	Transferências Intergovernamentais	5.362.516,99	5.362.516,99	1.484.642,81	27,69	1.484.642,81	27,69	3.877.874,18
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	126.187,48	126.187,48	13.330,80	10,56	13.330,80	10,56	112.856,68
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.433,83	15.433,83	316,71	2,05	316,71	2,05	15.117,12
37	Multas e Juros de Mora	1.668,97	1.668,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1.668,97
38	Indenizações e Restituições	2.567,63	2.567,63	149,63	5,83	149,63	5,83	2.418,00
39	Receita da Dívida Ativa	4.778,13	4.778,13	0,00	0,00	0,00	0,00	4.778,13
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	6.419,10	6.419,10	167,08	2,60	167,08	2,60	6.252,02
42	RECEITAS DE CAPITAL	510.470,33	510.470,33	0,00	0,00	0,00	0,00	510.470,33
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	510.470,33	510.470,33	0,00	0,00	0,00	0,00	510.470,33
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	510.470,33	510.470,33	0,00	0,00	0,00	0,00	510.470,33
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	447.399,36	440.670,72	37.283,28	0,00	0,00	0,00	0,00
63	REPASSE RECEBIDOS	447.399,36	440.670,72	37.283,28	36.722,56	0,00	0,00	0,00
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	7.081.235,95	7.074.507,31	1.605.784,31	22,70	1.568.501,03	22,17	5.506.006,28
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	7.081.235,95	7.074.507,31	1.605.784,31	22,70	1.568.501,03	22,17	5.506.006,28
73	DÉFICIT (VI)	-	-	- -		5.725,52	-	-
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	7.081.235,95	7.074.507,31	1.605.784,31	22,70	1.574.226,55	-	-
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	- -		0,00	-	-
76	Superávit Financeiro	-	0,00	- -		0,00	-	-
77	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	- -		0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
78	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	6.562.288,36	299.283,13	6.861.571,49	2.009.451,65	2.009.451,65	1.347.280,88	1.347.280,88	19,64	5.514.290,61
79	DESPESAS CORRENTES	6.144.327,69	240.140,09	6.384.467,78	2.002.180,30	2.002.180,30	1.340.009,53	1.340.009,53	20,99	5.044.458,25
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.050.798,41	-272.157,31	3.778.641,10	840.014,05	840.014,05	699.601,09	699.601,09	18,51	3.079.040,01
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.093.529,28	512.297,40	2.605.826,68	1.162.166,25	1.162.166,25	640.408,44	640.408,44	24,58	1.965.418,24
83	DESPESAS DE CAPITAL	344.198,99	109.904,72	454.103,71	7.271,35	7.271,35	7.271,35	7.271,35	1,60	446.832,36
84	INVESTIMENTOS	238.325,22	-99.264,86	139.060,36	7.271,35	7.271,35	7.271,35	7.271,35	5,23	131.789,01
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	105.873,77	209.169,58	315.043,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315.043,35
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.761,68	-50.761,68	0,00	-	-	-	- -		-
88	RESERVA DO RPPS	23.000,00	0,00	23.000,00	-	-	-	- -		-
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	517.703,38	59.604,65	0,00	297.945,67	297.945,67	226.945,67	226.945,67	0,00	0,00
90	Pessoal e Encargos Socias	427.703,38	59.604,65	0,00	213.945,67	213.945,67	213.945,67	213.945,67	0,00	0,00
91	Outras Despesas Correntes	90.000,00	0,00	0,00	84.000,00	84.000,00	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00
92	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	7.079.991,74	358.887,78	7.438.879,52	2.307.397,32	2.307.397,32	1.574.226,55	1.574.226,55	21,16	5.864.652,97
93	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

100	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	7.079.991,74	358.887,78	7.438.879,52	2.307.397,32	2.307.397,32	1.574.226,55	1.574.226,55	21,16	5.864.652,97
101	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	--	-	-
102	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	7.079.991,74	358.887,78	7.438.879,52	2.307.397,32	2.307.397,32	1.574.226,55	1.574.226,55	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
103	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir		
Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.			
Fonte:			
Nota:			

ARAGUAINHA, 06/05/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
CVA: 201405061603100050197 9

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R$ 1,00
CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.562.288,36	6.861.571,49	2.009.451,65	2.009.451,65	1.347.280,88	1.347.280,88	85,58	19,64	5.514.290,61
2	00001	Legislativa	875.596,30	875.596,30	103.157,09	103.157,09	69.149,15	69.149,15	4,39	7,90	806.447,15
3	01031	Ação Legislativa	875.596,30	875.596,30	103.157,09	103.157,09	69.149,15	69.149,15	4,39	7,90	806.447,15
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	155.533,23	330.071,47	231.538,24	231.538,24	57.448,28	57.448,28	3,65	17,40	272.623,19
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	02123	Administração Financeira	155.533,23	330.071,47	231.538,24	231.538,24	57.448,28	57.448,28	3,65	17,40	272.623,19
9	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	00004	Administração	1.568.291,39	1.924.158,03	617.476,60	617.476,60	308.945,33	308.945,33	19,63	16,06	1.615.212,70
13	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	04122	Administração Geral	1.255.082,33	1.396.417,09	566.455,36	566.455,36	264.901,57	264.901,57	16,83	18,97	1.131.515,52
15	04123	Administração Financeira	301.828,51	520.954,86	51.021,24	51.021,24	44.043,76	44.043,76	2,80	8,45	476.911,10
16	04124	Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04126	Tecnologia da Informação	1.293,84	1.293,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.293,84
19	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04129	Administração de Receitas	4.594,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	04131	Comunicação Social	5.492,24	5.492,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.492,24
24	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	00006	Segurança Pública	1.161,82	1.161,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.161,82
29	06181	Policiamento	1.161,82	1.161,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.161,82
30	06182	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	00008	Assistência Social	296.805,24	302.213,27	140.705,58	140.705,58	111.528,13	111.528,13	7,08	36,90	190.685,14
36	08241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	64.659,73	25.959,73	12.060,52	12.060,52	12.060,52	12.060,52	0,77	46,46	13.899,21
39	08244	Assistência Comunitária	232.145,51	276.253,54	128.645,06	128.645,06	99.467,61	99.467,61	6,32	36,01	176.785,93
40	00009	Previdência Social	337.130,53	337.130,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	337.130,53
41	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	09272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

43	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	09123	Administração Financeira	337.130,53	337.130,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	337.130,53
46	00010	Saúde	960.211,21	948.829,39	343.467,46	343.467,46	281.257,52	281.257,52	17,87	29,64	667.571,87
47	10301	Atenção Básica	948.146,50	936.764,68	343.467,46	343.467,46	281.257,52	281.257,52	17,87	30,02	655.507,16
48	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.876,49	10.876,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.876,49
49	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	10304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	10305	Vigilância Epidemiológica	1.188,22	1.188,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.188,22
52	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	00011	Trabalho	13.257,19	15.196,18	7.128,19	7.128,19	7.128,19	7.128,19	0,45	46,91	8.067,99
54	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	11333	Empregabilidade	12.838,19	14.777,18	7.128,19	7.128,19	7.128,19	7.128,19	0,45	48,24	7.648,99
57	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	11482	Habitação Urbana	419,00	419,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	419,00
59	00012	Educação	1.281.509,07	1.120.946,77	303.532,31	303.532,31	275.922,14	275.922,14	17,53	24,62	845.024,63
60	12361	Ensino Fundamental	485.953,50	497.277,16	240.713,41	240.713,41	220.343,24	220.343,24	14,00	44,31	276.933,92
61	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	12364	Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	12365	Educação Infantil	152.163,94	118.759,22	59.969,21	59.969,21	52.729,21	52.729,21	3,35	44,40	66.030,01
65	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	12367	Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	12306	Alimentação e Nutrição	39.935,26	16.581,60	2.176,34	2.176,34	2.176,34	2.176,34	0,14	13,13	14.405,26
68	12392	Difusão Cultural	603.456,37	488.328,79	673,35	673,35	673,35	673,35	0,04	0,14	487.655,44
69	00013	Cultura	32.418,82	32.418,82	2.595,36	2.595,36	1.391,32	1.391,32	0,09	4,29	31.027,50
70	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	13392	Difusão Cultural	32.418,82	32.418,82	2.595,36	2.595,36	1.391,32	1.391,32	0,09	4,29	31.027,50
72	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	00015	Urbanismo	25.676,36	25.676,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.676,36
77	15451	Infra-Estrutura Urbana	25.676,36	25.676,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.676,36
78	15452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	00016	Habitação	19.257,27	19.257,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.257,27
81	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	16482	Habitação Urbana	19.257,27	19.257,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.257,27
83	00017	Saneamento	159.586,70	164.545,55	31.993,95	31.993,95	16.789,95	16.789,95	1,07	10,20	147.755,60
84	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	17512	Saneamento Básico Urbano	159.586,70	164.545,55	31.993,95	31.993,95	16.789,95	16.789,95	1,07	10,20	147.755,60
86	00018	Gestão Ambiental	21.212,79	21.212,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.212,79
87	18541	Preservação e Conservação Ambiental	21.212,79	21.212,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.212,79
88	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	00020	Agricultura	4.682,29	9.055,75	5.022,00	5.022,00	1.402,00	1.402,00	0,09	15,48	7.653,75
97	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	20605	Abastecimento	3.791,75	3.791,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.791,75
102	20606	Extensão Rural	890,54	5.264,00	5.022,00	5.022,00	1.402,00	1.402,00	0,09	26,63	3.862,00
103	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22661	Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	23695	Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	00025	Energia	12.838,17	12.838,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.838,17
123	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	25752	Energia Elétrica	12.838,17	12.838,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.838,17
125	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	00026	Transporte	746.358,30	721.263,02	222.834,87	222.834,87	216.318,87	216.318,87	13,74	29,99	504.944,15
128	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	26782	Transporte Rodoviário	746.358,30	721.263,02	222.834,87	222.834,87	216.318,87	216.318,87	13,74	29,99	504.944,15
130	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

132	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	27812	Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	28843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.761,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	517.703,38	577.308,03	297.945,67	297.945,67	226.945,67	226.945,67	14,42	39,31	350.362,36
148	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	00004	Administração	517.703,38	577.308,03	297.945,67	297.945,67	226.945,67	226.945,67	0,00	0,00	0,00
152	04122	Administração Geral	517.703,38	577.308,03	297.945,67	297.945,67	226.945,67	226.945,67	0,00	0,00	0,00
153	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00010	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
174	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
177		TOTAL (III) = (I + II)	7.079.991,74	7.438.879,52	2.307.397,32	2.307.397,32	1.574.226,55	1.574.226,55	100,00	58,95	5.864.652,97
Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.											
Fonte:											
Nota:											

ARAGUAINHA, 06/05/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: MAR/2013 a FEV/2014
CVA: 201405061603100050197 9

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)								R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Março 2013	Abril 2013	Maio 2013	Junho 2013	Julho 2013	Agosto 2013	Setembro 2013
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	673.852,97	724.974,80	722.815,82	665.396,65	549.593,78	659.043,35	680.999,67
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	13.136,58	14.255,77	7.715,13	15.381,39	13.834,68	12.113,49	6.702,38
3	IPTU	1.847,55	3.233,05	455,97	1.386,40	4.242,32	1.405,91	32,54
4	ISS	3.973,73	2.151,29	5.690,56	4.824,33	4.998,80	9.135,01	5.588,66
5	ITBI	0,00	0,00	1.109,20	8.322,10	0,00	149,60	0,00
6	IRRF	6.767,14	6.905,64	182,31	148,95	897,98	222,39	571,46
7	Outras Receitas Tributárias	548,16	1.965,79	277,09	699,61	3.695,58	1.200,58	509,72
8	Receita de Contribuições	3.495,88	1.612,10	0,00	0,00	581,92	0,00	0,00

9	Receita Patrimonial	172,62	322,89	796,02	326,51	0,00	499,37	1.017,57
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	4.762,20	5.324,75	6.435,79	5.280,00	5.945,50	26.849,87	6.097,00
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	651.476,72	700.787,38	706.004,02	643.267,53	527.455,19	615.758,33	559.745,85
14	Cota-Parte do FPM	410.057,28	476.629,84	516.606,79	430.652,90	312.281,60	400.978,97	331.882,72
15	Cota-Parte do ICMS	103.632,92	116.218,43	109.346,90	101.733,40	163.650,02	124.297,45	102.787,09
16	Cota-Parte do IPVA	720,54	3.270,60	3.481,06	842,72	1.537,60	2.071,82	875,32
17	Cota-Parte do ITR	331,47	1.250,52	72,42	6,27	38,27	0,00	7.286,38
18	Transferências da LC 87/1996	0,00	2.822,60	705,65	705,65	806,91	705,65	0,00
19	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Transferências do FUNDEB	32.989,00	26.595,23	27.855,04	25.022,72	0,00	27.671,29	22.366,09
21	Outras Transferências Correntes	103.745,51	74.000,16	47.936,16	84.303,87	49.140,79	60.033,15	94.548,25
22	Outras Receitas Correntes	808,97	2.671,91	1.864,86	1.141,22	1.776,49	3.822,29	107.436,87
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	87.902,25	96.561,77	126.042,49	106.788,13	126.788,13	0,00	0,00
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	87.902,25	96.561,77	126.042,49	106.788,13	126.788,13	0,00	0,00
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	585.950,72	628.413,03	596.773,33	558.608,52	422.805,65	659.043,35	680.999,67

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Outubro 2013	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	653.867,14	695.980,53	955.408,34	776.752,68	791.748,35	8.550.434,08	8.127.241,36
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	40.261,48	10.182,98	21.664,83	5.340,98	11.655,37	172.245,06	183.136,91
30	IPTU	143,85	161,87	11.951,23	0,00	0,00	24.860,69	358,07
31	ISS	6.918,25	6.455,96	7.025,38	3.554,67	11.501,95	71.818,59	89.949,19
32	ITBI	31.096,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.676,90	0,00
33	IRRF	324,11	2.992,88	2.299,85	1.717,31	36,42	23.066,44	86.217,09
34	Outras Receitas Tributárias	1.779,27	572,27	388,37	69,00	117,00	11.822,44	6.612,56
35	Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	1.208,52	1.113,66	8.012,08	212.928,02
36	Receita Patrimonial	678,25	80,89	146,98	0,00	0,00	4.041,10	0,00
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	45.940,73	4.951,45	50.892,18	23.750,63
39	Receita de Serviços	5.787,00	4.691,50	5.378,50	0,00	0,00	76.552,11	0,00
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	606.024,51	680.130,66	928.189,14	724.132,95	773.840,66	8.116.812,94	7.691.991,97
41	Cota-Parte do FPM	331.867,80	461.621,39	696.410,14	453.276,27	599.287,10	5.421.552,80	5.083.916,94
42	Cota-Parte do ICMS	142.278,14	119.441,67	122.234,94	117.522,91	80.424,02	1.403.567,89	1.478.957,86
43	Cota-Parte do IPVA	196,28	584,95	53,80	112,22	959,63	14.706,54	12.324,65
44	Cota-Parte do ITR	27.385,66	781,77	3.970,14	852,75	24,35	42.000,00	20.027,56
45	Transferências da LC 87/1996	705,65	705,65	705,65	565,68	565,68	8.994,77	14.635,52
46	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Transferências do FUNDEB	29.611,34	22.994,53	27.468,41	30.226,98	25.907,16	298.707,79	372.307,10
48	Outras Transferências Correntes	73.979,64	74.000,70	77.346,06	121.576,14	66.672,72	927.283,15	709.822,34
49	Outras Receitas Correntes	1.115,90	894,50	28,89	129,50	187,21	121.878,61	15.433,83
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	544.082,77	0,00
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	544.082,77	0,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	653.867,14	695.980,53	955.408,34	776.752,68	791.748,35	8.006.351,31	8.127.241,36
Fonte:								
Nota:								

ARAGUAINHA, 06/05/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
CVA: 201405061603100050197 9

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
CAMPO	PLANO PREVIDENCIÁRIO					
	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
56	Valor					0,00
CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Jan/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			Em. Fev/2014		Em 31 /Dez/2013	
57	CAIXA	0,00	0,00		0,00	
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00		0,00	
59	INVESTIMENTOS	0,00	0,00		0,00	
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00		0,00	
CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	Patronal = (64+68)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	PLANO FINANCEIRO					
	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
142	Valor					0,00
CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Jan/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			Em. Fev/2014		Em /Dez/2013 31	
143	CAIXA	0,00	0,00		0,00	
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00		0,00	
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00		0,00	
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00		0,00	
CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS		

		INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte:						
Nota:						

ARAGUAINHA, 06/05/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
CVA: 201405061603100050197 9

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)				R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 31/Dez/2013 (b)	Em. 28/Fev/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	755.953,39	755.953,39	227.776,68
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	556.624,34	556.624,34	392.152,61
4	Demais Haveres Financeiros	500.731,26	500.731,26	116.559,28
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	301.402,21	301.402,21	280.935,21
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-755.953,39	-755.953,39	-227.776,68
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	3.116.892,20	3.116.892,20	4.391.667,52
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.872.845,59	-3.872.845,59	-4.619.444,20
CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)	
10	VALOR	-746.598,61		-746.598,61
CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR CORRENTE	
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00
CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 31/Dez/2013	Em. 28/Fev/2014
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
13	Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00

15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	-	-	-
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
17	Investimentos	0,00	0,00	0,00
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00
Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.				
Fonte:				
Nota:				

ARAGUAINHA, 06/05/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
CVA: 201405061603100050197 9

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)					R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	5.977.524,58	1.568.501,03	1.568.501,03	0,00
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	236.707,63	16.996,35	16.996,35	0,00
3	IPTU	358,07	0,00	0,00	0,00
4	ISS	89.949,19	15.056,62	15.056,62	0,00
5	ITBI	53.570,72	0,00	0,00	0,00
6	IRRF	86.217,09	1.753,73	1.753,73	0,00
7	Outras Receitas Tributárias	6.612,56	186,00	186,00	0,00
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	212.928,02	2.322,18	2.322,18	0,00
9	Receitas Previdenciárias	192.572,64	0,00	0,00	0,00
10	Outras Receitas de Contribuições	20.355,38	2.322,18	2.322,18	0,00
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita Patrimonial	52.123,00	0,00	0,00	0,00
13	(-) Aplicações Financeiras	52.123,00	0,00	0,00	0,00
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	5.488.704,47	1.497.973,61	1.497.973,61	0,00
15	FPM	4.236.597,45	1.286.890,56	1.286.890,56	0,00
16	ICMS	1.232.464,88	247.121,73	247.121,73	0,00
17	Convênios	126.187,48	13.330,80	13.330,80	0,00
18	Outras Transferências Correntes	-106.545,34	-49.369,48	-49.369,48	0,00
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	39.184,46	51.208,89	51.208,89	0,00
20	Dívida Ativa	4.778,13	0,00	0,00	0,00
21	Diversas Receitas Correntes	34.406,33	51.208,89	51.208,89	0,00
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	510.470,33	0,00	0,00	0,00
23	Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	510.470,33	0,00	0,00	0,00
27	Convênios.	510.470,33	0,00	0,00	0,00
28	Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II- III-IV-V)	510.470,33	0,00	0,00	0,00
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	6.487.994,91	1.568.501,03	1.568.501,03	0,00
CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	6.334.352,37	2.193.546,85	2.193.546,85	0,00
33	Pessoal e Encargos Sociais	4.011.161,54	998.702,16	998.702,16	0,00
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Outras Despesas Correntes	2.323.190,83	1.194.844,69	1.194.844,69	0,00
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII- IX)	6.334.352,37	2.193.546,85	2.193.546,85	0,00
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	224.479,54	7.271,35	7.271,35	0,00
38	Investimentos	205.325,22	7.271,35	7.271,35	0,00
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00

43	Amortização da Dívida (XIV)	19.154,32	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI- XII-XIII-XIV)	205.325,22	7.271,35	7.271,35	0,00
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.761,68 -	-		-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	23.000,00	0,00	0,00	0,00
47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	6.613.439,27	2.200.818,20	2.200.818,20	0,00
48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-125.444,36	-632.317,17	-632.317,17	0,00
49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

Fonte:

Nota:

ARAGUAINHA, 06/05/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT – PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
CVA: 201405061603100050197 9

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V) — R$ 1,00

CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores.	.Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos.	Cancelados.	Saldo.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	EXECUTIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	LEGISLATIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	TOTAL (III) = (I +II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

ARAGUAINHA, 06/05/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
CVA: 201405061603100050197 9

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	7.626.242,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)= (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte:						
Nota:						

ARAGUAINHA, 06/05/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A FEVEREIRO DE 2014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
CVA: 201405061603100050197 9

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	7.081.235,95
3	Previsão Atualizada	-	7.074.507,31
4	Receitas Realizadas	1.605.784,31	1.568.501,03
5	Déficit Orçamentário	-	5.725,52
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	0,00
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	7.079.991,74
9	Créditos Adicionais	-	358.887,78
10	Dotação Atualizada	-	7.438.879,52
11	Despesas Empenhadas	2.307.397,32	2.307.397,32
12	Despesas Liquidadas	1.574.226,55	1.574.226,55
13	Superávit Orçamentário	-	-
CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	2.307.397,32	2.307.397,32
15	Despesas Liquidadas	1.574.226,55	1.574.226,55
CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida		8.006.351,31
CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-

18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	0,00	0,00
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	0,00	0,00
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	0,00	0,00
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	0,00	-746.598,61	0,00
31	Resultado Primário	0,00	-632.317,17	0,00

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
36	Poder Executivo.	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
38	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25%	0,00
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício [1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00

[1]Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte:

Nota:

ARAGUAINHA, 06/05/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:426334BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIODEGESTÃOFISCAL DEMONSTRATIVODADESPESACOMPESSOAL
ORÇAMENTOSFISCALEDASEGURIDADESOCIAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.
CVA: 201406131557410010127 2

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS (a)	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	3.924.877,14	0,00
2	Pessoal Ativo	3.924.877,14	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)	86.106,59	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	86.106,59	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.838.770,55	0,00
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		3.838.770,55
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		3.117.075,47
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		123,15
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%)		1.683.220,75
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%)		1.599.059,72
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (48,60%)		1.514.898,68
CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir		
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.			
Fonte:			
Nota:			

ARAGUAINHA, 13/06/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
TRAJETÓRIA DE RETORNO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014
CVA: 201406131557410010127 2

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte		
1	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
2	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO									
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes		
3	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.										
Fonte:										
Nota:										

ARAGUAINHA, 13/06/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014
CVA: 201406131557410010127 2

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")			R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	5.030.911,64	5.030.911,64
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	4.405.232,69	4.405.232,69
4	Interna	4.405.232,69	4.405.232,69
5	Externa	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	442.607,12	442.607,12
7	Outras Dívidas	183.071,83	183.071,83
8	DEDUÇÕES (II)[1] = (9+10-11)	-	39.281,77
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	252.441,82	276.831,77
10	Demais Haveres Financeiros	-5.051,63	13.039,99
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	617.905,61	250.589,99
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	5.030.911,64	4.991.629,87
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3.095.322,30	3.117.075,47
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	162,53	161,40
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	162,53	160,14
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%		3.740.490,56
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - 108%		3.366.441,51
CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
18	DÍVIDA CONTRATUAL (IV) =(V+VI+VII+VIII)	4.405.232,69	4.405.232,69
19	DÍVIDA DE PPP = (V)	0,00	0,00
20	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) = (21+22+25+26)	4.405.232,69	4.405.232,69
21	De Tributos	0,00	0,00
22	De Contribuições Sociais = (23+24)	4.405.232,69	4.405.232,69
23	Previdenciárias	4.391.667,52	4.391.667,52
24	Demais Contribuições Sociais	13.565,17	13.565,17
25	Do FGTS	0,00	0,00
26	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00
27	DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA = (VII) = (28+29)	0,00	0,00
28	Interna.	0,00	0,00
29	Externa.	0,00	0,00
30	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS = (VIII)	0,00	0,00
CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00

32	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	370.515,42	-
33	DEPÓSITOS	640.882,71	618.648,46
34	RP PROCESSADOS DE EXERÍCIOS ANTERIORES	36.440,63	36.440,63
35	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO		
	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
36	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (37+38)	16.809.701,32	16.809.701,32
37	Passivo Atuarial	16.809.701,32	16.809.701,32
38	Outras Dívidas	0,00	0,00
39	DEDUÇÕES (X)[1] = (40+41+42-43)	0,00	0,00
40	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
41	Investimentos	0,00	0,00
42	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
44	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)	16.809.701,32	16.809.701,32

[1] Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da Insuficiência Financeira , das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um " - " (traço) nessa linha.

Fonte:

Nota:

ARAGUAINHA, 13/06/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.
CVA: 201406131557410010127 2

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA											
.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte			Terceiro quadrimestre seguinte		
1	.											
CAMPO	. Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite. (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
2	. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO											
.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes			Quinto e sexto quadrimestres seguintes		
3	.											
CAMPO	. Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
4	. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

ARAGUAINHA, 13/06/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE AJUSTE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.
CVA: 201406131557410010127 2

CAMPO	TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO						
	Exercício Financeiro	2001			2002		
		3º Quadrimestre			Quadrimestre		
		DCL	Excedente[1]	Redutor	1°	2°	3°
1	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2003			2004		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
3	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2005			2006		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
5	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2007			2008		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
7	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2009			2010		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
9	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2011			2012		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
11	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2013			2014		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
13	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2015			2016		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
15	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
[1] O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.							
Fonte:							
Nota:							

ARAGUAINHA, 13/06/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL 2014
CVA: 201406131557410010127 2

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)			R$ 1,00
CAMPO	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF[1]	0,00	0,00

4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF¹.	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	3.095.322,30	2.829.603,47
9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	680.970,91	622.512,76
11	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - (19,80%)	612.873,82	560.261,49

CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Quadrimestre
12	EXTERNAS (V) = (13+14)	0,00	0,00
13	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
14	Outras Garantias nos Termos da LRF¹	0,00	0,00
15	INTERNAS (VI) = (16+17)	0,00	0,00
16	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
17	Outras Garantias nos Termos da LRF¹.	0,00	0,00
18	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00
19	MEDIDAS CORRETIVAS :		

¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

Fonte:

Nota:

ARAGUAINHA, 13/06/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014.
CVA: 201406131557410010127 2

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")			R$ 1,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
1	SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5)	0,00	0,00
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	0,00	0,00
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	0,00	0,00
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1°)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
16	Externa. = (17+18+19+22+23)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita. = (20+21)	0,00	0,00
20	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços.	0,00	0,00
21	Outras Antecipações de Receita	0,00	0,00
22	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
23	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
24	NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (25+31+32+33)	0,00	0,00
25	Parcelamento de Dívidas = (26+27+30)	0,00	0,00
26	De Tributos	0,00	0,00
27	De Contribuições Sociais = (28+29)	0,00	0,00
28	Previdenciárias	0,00	0,00
29	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
30	Do FGTS	0,00	0,00
31	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
32	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
33	Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
34	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.829.603,40	-
35	OPERAÇÕES VEDADAS = (36+37)	0,00	0,00
36	Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
37	De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
38	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)	0,00	0,00
39	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	452.736,54	16,00
40	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF)	407.462,89	14,40
41	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
42	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	198.072,24	7,00
43	TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00
1 Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.			
Fonte:			
Nota:			

ARAGUAINHA, 13/06/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014
CVA: 201406131557410010127 2

RGF - ANEXO 7 (LRF, art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	3.838.770,55	123,15
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%)	1.683.220,75	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (51,30%)	1.599.059,72	51,30
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	4.991.629,87	160,14
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.740.490,56	120,00
CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	622.512,76	22,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	452.736,54	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	198.072,24	7,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	-	-
Fonte:			
Nota:			

ARAGUAINHA, 13/06/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:6C5CC3EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201406131517240050244O

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)								R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.540.117,91	6.540.117,91	1.119.780,80	17,12	2.699.080,72	41,27	3.841.037,19
2	RECEITAS CORRENTES	6.029.647,58	6.029.647,58	1.119.780,80	18,57	2.699.080,72	44,76	3.330.566,86
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	236.707,63	236.707,63	26.227,99	11,08	43.224,34	18,26	193.483,29
4	Impostos	230.095,07	230.095,07	26.119,99	11,35	42.930,34	18,66	187.164,73
5	Taxas	6.512,56	6.512,56	108,00	1,66	294,00	4,51	6.218,56
6	Contribuição de Melhoria	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	212.928,02	212.928,02	2.394,66	1,12	4.716,84	2,22	208.211,18
8	Contribuições Sociais	192.572,64	192.572,64	0,00	0,00	0,00	0,00	192.572,64
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	20.355,38	20.355,38	2.394,66	11,76	4.716,84	23,17	15.638,54
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	52.123,00	52.123,00	7.810,07	14,98	18.608,96	35,70	33.514,04
12	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	52.123,00	52.123,00	7.810,07	14,98	18.608,96	35,70	33.514,04
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	23.750,63	23.750,63	42.669,27	179,66	93.561,45	393,93	-69.810,82
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.488.704,47	5.488.704,47	1.040.318,44	18,95	2.538.292,05	46,25	2.950.412,42
30	Transferências Intergovernamentais	5.362.516,99	5.362.516,99	1.030.409,57	19,22	2.515.052,38	46,90	2.847.464,61
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	126.187,48	126.187,48	9.908,87	7,85	23.239,67	18,42	102.947,81
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.433,83	15.433,83	360,37	2,33	677,08	4,39	14.756,75
37	Multas e Juros de Mora	1.668,97	1.668,97	229,62	13,76	229,62	13,76	1.439,35
38	Indenizações e Restituições	2.567,63	2.567,63	115,86	4,51	265,49	10,34	2.302,14
39	Receita da Dívida Ativa	4.778,13	4.778,13	0,00	0,00	0,00	0,00	4.778,13
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	6.419,10	6.419,10	14,89	0,23	181,97	2,83	6.237,13
42	RECEITAS DE CAPITAL	510.470,33	510.470,33	0,00	0,00	0,00	0,00	510.470,33
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	510.470,33	510.470,33	0,00	0,00	0,00	0,00	510.470,33
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	510.470,33	510.470,33	0,00	0,00	0,00	0,00	510.470,33
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	93.718,68	93.718,68	11.177,96	0,00	0,00	0,00	0,00
63	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	RECEITAS DE CONTRIBUICOES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Contribuiçoes Sociais	93.718,68	93.718,68	11.177,96	105.951,67	0,00	0,00	0,00
67	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	6.633.836,59	6.633.836,59	1.130.958,76	17,05	2.699.080,72	40,69	3.934.755,87
68	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

71	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	6.633.836,59	6.633.836,59	1.130.958,76	17,05	2.699.080,72	40,69	3.934.755,87
76	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	290.277,34	-	-
77	TOTAL (VII) = (V+VI)	6.633.836,59	6.633.836,59	1.130.958,76	17,05	2.989.358,06	-	-
78	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	67.000,00	-	-
79	Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	67.000,00	-	-
80	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
81	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	6.899.418,89	4.522.504,05	11.421.922,94	1.245.824,83	3.325.837,42	1.269.195,34	2.687.037,16	23,53	8.734.885,78
82	DESPESAS CORRENTES	6.454.458,22	4.653.357,87	11.107.816,09	1.233.897,93	3.306.639,17	1.257.268,44	2.667.838,91	24,02	8.439.977,18
83	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.263.928,94	345.612,18	4.609.541,12	720.485,71	1.624.641,82	753.126,96	1.516.870,11	32,91	3.092.671,01
84	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.190.529,28	4.307.745,69	6.498.274,97	513.412,22	1.681.997,35	504.141,48	1.150.968,80	17,71	5.347.306,17
86	DESPESAS DE CAPITAL	348.198,99	-120.853,82	227.345,17	11.926,90	19.198,25	11.926,90	19.198,25	8,44	208.146,92
87	INVESTIMENTOS	242.325,22	-36.853,82	205.471,40	11.926,90	19.198,25	11.926,90	19.198,25	9,34	186.273,15
88	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	105.873,77	-84.000,00	21.873,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.873,77
90	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	73.761,68	-10.000,00	63.761,68	-	-	-	-	-	-
91	RESERVA DO RPPS	23.000,00	0,00	23.000,00	-	-	-	-	-	-
92	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	517.703,38	-2.279,69	515.423,69	69.448,59	367.394,26	75.375,23	302.320,90	0,00	213.102,79
93	Pessoal e Encargos Sociais	517.703,38	-2.279,69	515.423,69	69.448,59	367.394,26	75.375,23	302.320,90	94,74	213.102,79
94	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	7.417.122,27	4.520.224,36	11.937.346,63	1.315.273,42	3.693.231,68	1.344.570,57	2.989.358,06	25,04	8.947.988,57
95	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	7.417.122,27	4.520.224,36	11.937.346,63	1.315.273,42	3.693.231,68	1.344.570,57	2.989.358,06	25,04	8.947.988,57
103	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
104	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	7.417.122,27	4.520.224,36	11.937.346,63	1.315.273,42	3.693.231,68	1.344.570,57	2.989.358,06	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
105	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir		

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:

Nota:

ARAGUAINHA, 13/06/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario De Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201406131517240050244O

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.585.288,36	6.587.568,05	1.245.824,83	3.325.837,42	1.269.195,34	2.687.037,16	89,89	40,79	3.900.530,89
2	00001	Legislativa	875.596,30	875.596,30	64.688,00	167.845,09	68.198,56	137.347,71	4,59	15,69	738.248,59
3	01031	Ação Legislativa	875.596,30	875.596,30	64.688,00	167.845,09	68.198,56	137.347,71	4,59	15,69	738.248,59
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	155.533,23	280.667,23	0,00	231.538,24	46.508,28	103.956,56	3,48	37,04	176.710,67
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	02123	Administração Financeira	155.533,23	280.667,23	0,00	231.538,24	46.508,28	103.956,56	3,48	37,04	176.710,67

9	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	00004	Administração	1.568.291,39	1.640.329,81	312.662,14	930.138,74	333.403,38	642.348,71	21,49	39,16	997.981,10
13	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	04122	Administração Geral	1.255.082,33	1.439.066,75	267.981,27	834.436,63	305.965,01	570.866,58	19,10	39,67	868.200,17
15	04123	Administração Financeira	301.828,51	193.382,51	44.680,87	95.702,11	27.438,37	71.482,13	2,39	36,96	121.900,38
16	04124	Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04126	Tecnologia da Informação	1.293,84	1.293,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.293,84
19	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04129	Administração de Receitas	4.594,47	3.094,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.094,47
22	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	04131	Comunicação Social	5.492,24	3.492,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.492,24
24	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	00006	Segurança Pública	1.161,82	1.161,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.161,82
29	06181	Policiamento	1.161,82	1.161,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.161,82
30	06182	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	00008	Assistência Social	296.805,24	343.413,06	104.462,59	245.168,17	100.420,91	211.949,04	7,09	61,72	131.464,02
36	08241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	64.659,73	58.659,73	5.970,64	18.031,16	5.970,64	18.031,16	0,60	30,74	40.628,57
39	08244	Assistência Comunitária	232.145,51	284.753,33	98.491,95	227.137,01	94.450,27	193.917,88	6,49	68,10	90.835,45
40	00009	Previdência Social	337.130,53	337.130,53	111.158,45	181.719,39	74.493,73	145.054,67	4,85	43,03	192.075,86
41	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	09272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	09123	Administração Financeira	337.130,53	337.130,53	111.158,45	181.719,39	74.493,73	145.054,67	4,85	43,03	192.075,86
46	00010	Saúde	960.211,21	878.592,26	238.194,00	581.661,46	231.542,50	512.800,02	17,15	58,37	365.792,24
47	10301	Atenção Básica	948.146,50	866.527,55	238.194,00	581.661,46	231.542,50	512.800,02	17,15	59,18	353.727,53
48	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.876,49	10.876,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.876,49
49	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	10304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	10305	Vigilância Epidemiológica	1.188,22	1.188,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.188,22
52	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	00011	Trabalho	13.257,19	12.257,19	67,60	7.195,79	67,60	7.195,79	0,24	58,71	5.061,40
54	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	11333	Empregabilidade	12.838,19	11.838,19	67,60	7.195,79	67,60	7.195,79	0,24	60,78	4.642,40
57	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	11482	Habitação Urbana	419,00	419,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	419,00
59	00012	Educação	1.281.509,07	1.278.226,07	235.925,91	539.458,22	242.309,72	518.231,86	17,34	40,54	759.994,21
60	12361	Ensino Fundamental	485.953,50	569.553,50	165.109,86	405.823,27	170.045,67	390.388,91	13,06	68,54	179.164,59
61	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	12364	Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	12365	Educação Infantil	152.163,94	174.750,94	2.002,39	61.971,60	3.450,39	56.179,60	1,88	32,15	118.571,34
65	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	12367	Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	12306	Alimentação e Nutrição	39.935,26	39.935,26	2.833,36	5.009,70	2.833,36	5.009,70	0,17	12,54	34.925,56
68	12392	Difusão Cultural	603.456,37	493.986,37	65.980,30	66.653,65	65.980,30	66.653,65	2,23	13,49	427.332,72
69	00013	Cultura	32.418,82	32.418,82	0,00	2.595,36	996,52	2.387,84	0,08	7,37	30.030,98
70	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	13392	Difusão Cultural	32.418,82	32.418,82	0,00	2.595,36	996,52	2.387,84	0,08	7,37	30.030,98
72	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	00015	Urbanismo	25.676,36	18.476,36	7.296,79	7.296,79	7.296,79	7.296,79	0,24	39,49	11.179,57
77	15451	Infra-Estrutura Urbana	25.676,36	18.476,36	7.296,79	7.296,79	7.296,79	7.296,79	0,24	39,49	11.179,57
78	15452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	00016	Habitação	19.257,27	10.257,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.257,27
81	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	16482	Habitação Urbana	19.257,27	10.257,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.257,27
83	00017	Saneamento	159.586,70	121.310,70	14.913,22	46.907,17	17.809,22	34.599,17	1,16	28,52	86.711,53
84	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	17512	Saneamento Básico Urbano	159.586,70	121.310,70	14.913,22	46.907,17	17.809,22	34.599,17	1,16	28,52	86.711,53
86	00018	Gestão Ambiental	21.212,79	14.412,79	2.560,00	2.560,00	2.560,00	2.560,00	0,09	17,76	11.852,79
87	18541	Preservação e Conservação Ambiental	21.212,79	14.412,79	2.560,00	2.560,00	2.560,00	2.560,00	0,09	17,76	11.852,79
88	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	00020	Agricultura	4.682,29	9.182,29	554,90	5.576,90	1.478,90	2.880,90	0,10	31,37	6.301,39
97	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

98	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	20605	Abastecimento	3.791,75	3.791,75	554,90	554,90	554,90	554,90	0,02	14,63	3.236,85
102	20606	Extensão Rural	890,54	5.390,54	0,00	5.022,00	924,00	2.326,00	0,08	43,15	3.064,54
103	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22661	Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	23695	Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	00025	Energia	12.838,17	6.838,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.838,17
123	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	25752	Energia Elétrica	12.838,17	6.838,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.838,17
125	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	00026	Transporte	746.358,30	663.535,70	153.341,23	376.176,10	142.109,23	358.428,10	11,99	54,02	305.107,60
128	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	26782	Transporte Rodoviário	746.358,30	663.535,70	153.341,23	376.176,10	142.109,23	358.428,10	11,99	54,02	305.107,60
130	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	27812	Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	28843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.761,68	40.761,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.761,68
146		RESERVA DO RPPS	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
147		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	517.703,38	515.423,69	69.448,59	367.394,26	75.375,23	302.320,90	10,11	58,65	213.102,79
148	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	00004	Administração	517.703,38	515.423,69	69.448,59	367.394,26	75.375,23	302.320,90	15,62	94,74	213.102,79
152	04122	Administração Geral	517.703,38	515.423,69	69.448,59	367.394,26	75.375,23	302.320,90	15,62	94,74	213.102,79
153	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00010	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
174	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
177		TOTAL (III) = (I + II)	7.102.991,74	7.102.991,74	1.315.273,42	3.693.231,68	1.344.570,57	2.989.358,06	100,00	99,44	4.113.633,68

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:

Nota:

ARAGUAINHA, 13/06/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario De Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: MAI/2013 a ABR/ 2014
CVA: 201406131517240050244O

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)								R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Maio 2013	Junho 2013	Julho 2013	Agosto 2013	Setembro 2013	Outubro 2013	Novembro 2013
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	722.815,82	665.396,65	549.593,78	659.043,35	680.999,67	653.867,14	695.980,53
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	7.715,13	15.381,39	13.834,68	12.113,49	6.702,38	40.261,48	10.182,98
3	IPTU	455,97	1.386,40	4.242,32	1.405,91	32,54	143,85	161,87
4	ISS	5.690,56	4.824,33	4.998,80	9.135,01	5.588,66	6.918,25	6.455,96
5	ITBI	1.109,20	8.322,10	0,00	149,60	0,00	31.096,00	0,00
6	IRRF	182,31	148,95	897,98	222,39	571,46	324,11	2.992,88
7	Outras Receitas Tributárias	277,09	699,61	3.695,58	1.200,58	509,72	1.779,27	572,27
8	Receita de Contribuições	0,00	0,00	581,92	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Receita Patrimonial	796,02	326,51	0,00	499,37	1.017,57	678,25	80,89
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	6.435,79	5.280,00	5.945,50	26.849,87	6.097,00	5.787,00	4.691,50
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	706.004,02	643.267,53	527.455,19	615.758,33	559.745,85	606.024,51	680.130,66
14	Cota-Parte do FPM	516.606,79	430.652,90	312.281,60	400.978,97	331.882,72	331.867,80	461.621,39
15	Cota-Parte do ICMS	109.346,90	101.733,40	163.650,02	124.297,45	102.787,09	142.278,14	119.441,67
16	Cota-Parte do IPVA	3.481,06	842,72	1.537,60	2.071,82	875,32	196,28	584,95
17	Cota-Parte do ITR	72,42	6,27	38,27	0,00	7.286,38	27.385,66	781,77
18	Transferências da LC 87/1996	705,65	705,65	806,91	705,65	0,00	705,65	705,65
19	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Transferências do FUNDEB	27.855,04	25.022,72	0,00	27.671,29	22.366,09	29.611,34	22.994,53
21	Outras Transferências Correntes	47.936,16	84.303,87	49.140,79	60.033,15	94.548,25	73.979,64	74.000,70
22	Outras Receitas Correntes	1.864,86	1.141,22	1.776,49	3.822,29	107.436,87	1.115,90	894,50
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	126.042,49	106.788,13	126.788,13	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	126.042,49	106.788,13	126.788,13	0,00	0,00	0,00	0,00
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	596.773,33	558.608,52	422.805,65	659.043,35	680.999,67	653.867,14	695.980,53
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	Março 2014	Abril 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	955.408,34	919.835,06	943.736,88	557.386,31	819.626,90	8.823.690,43	7.374.703,16
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	21.664,83	5.340,98	11.655,37	7.217,74	19.010,25	171.080,70	236.707,63
30	IPTU	11.951,23	0,00	0,00	0,00	0,00	19.780,09	358,07
31	ISS	7.025,38	3.554,67	11.501,95	6.990,98	18.714,80	91.399,35	89.949,19
32	ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.676,90	53.570,72
33	IRRF	2.299,85	1.717,31	36,42	163,76	250,45	9.807,87	86.217,09
34	Outras Receitas Tributárias	388,37	69,00	117,00	63,00	45,00	9.416,49	6.612,56
35	Receita de Contribuições	0,00	1.208,52	1.113,66	2.624,68	52.061,84	57.590,62	405.500,68
36	Receita Patrimonial	146,98	0,00	10.798,89	2.133,47	5.676,60	22.154,55	102.962,17
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços	5.378,50	45.940,73	4.951,45	5.057,45	37.611,82	160.026,61	23.750,63
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	928.189,14	867.215,33	915.030,30	540.305,08	704.953,91	8.294.079,85	6.590.348,22
41	Cota-Parte do FPM	696.410,14	566.595,31	720.295,25	358.907,29	409.632,24	5.537.732,40	4.236.597,45
42	Cota-Parte do ICMS	122.234,94	147.610,71	100.218,12	111.517,97	146.146,80	1.491.263,21	1.232.464,88
43	Cota-Parte do IPVA	53,80	140,26	1.199,52	1.134,12	1.117,24	13.234,69	10.270,54
44	Cota-Parte do ITR	3.970,14	1.065,93	30,43	0,00	0,00	40.637,27	16.689,64
45	Transferências da LC 87/1996	705,65	0,00	707,10	0,00	707,10	6.455,01	12.196,27
46	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Transferências do FUNDEB	27.468,41	30.226,98	25.907,16	16.552,69	24.801,78	280.478,03	372.307,10
48	Outras Transferências Correntes	77.346,06	121.576,14	66.672,72	52.193,01	122.548,75	924.279,24	709.822,34
49	Outras Receitas Correntes	28,89	129,50	187,21	47,89	312,48	118.758,10	15.433,83
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	359.618,75	0,00
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	359.618,75	0,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	955.408,34	919.835,06	943.736,88	557.386,31	819.626,90	8.464.071,68	7.374.703,16
Fonte:								
Nota:								

ARAGUAINHA, 13/06/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario De Finanças
CPF.: 72946687104

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201406131517240050244O

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
CAMPO	PLANO PREVIDENCIÁRIO					
	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Mar/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Abr/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
59	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	Patronal = (64+68)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	PLANO FINANCEIRO RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Mar/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Abr/2014	Em 31 /Dez/2013
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

ARAGUAINHA, 13/06/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario De Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201406131517240050244O

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)				R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 28/Fev/2014 (b)	Em. 30/Abr/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	-	229.477,42	163.986,90
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	252.411,82	390.297,09	276.831,77
4	Demais Haveres Financeiros	108.984,72	120.115,54	137.745,12
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	617.905,61	280.935,21	250.589,99
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	-229.477,42	-163.986,90
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	4.391.667,52	4.391.667,52	4.391.667,52
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.391.667,52	-4.621.144,94	-4.555.654,42
CAMPO	RESULTADO NOMINAL		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR		65.490,52	-163.986,90
CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00
CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 28/Fev/2014	Em. 30/Abr/2014
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	16.809.701,32	16.809.701,32	16.809.701,32
13	Passivo Atuarial	16.809.701,32	16.809.701,32	16.809.701,32
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	297.734,03	411.533,74	404.127,63
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	25.405,83	510,59	39.731,61
17	Investimentos	273.237,40	411.208,11	365.018,18
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	909,20	184,96	622,16
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	16.511.967,29	16.398.167,58	16.405.573,69
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	16.511.967,29	16.398.167,58	16.405.573,69
Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.				
Fonte:				
Nota:				

ARAGUAINHA, 13/06/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario De Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201406131517240050244O

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)					R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	5.977.524,58	1.111.970,73	2.680.471,76	0,00
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	236.707,63	26.227,99	43.224,34	0,00
3	IPTU	358,07	0,00	0,00	0,00
4	ISS	89.949,19	25.705,78	40.762,40	0,00
5	ITBI	53.570,72	0,00	0,00	0,00
6	IRRF	86.217,09	414,21	2.167,94	0,00
7	Outras Receitas Tributárias	6.612,56	108,00	294,00	0,00
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	212.928,02	2.394,66	4.716,84	0,00

9	Receitas Previdenciárias	192.572,64	0,00	0,00	0,00
10	Outras Receitas de Contribuições	20.355,38	2.394,66	4.716,84	0,00
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
13	(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	5.488.704,47	1.040.318,44	2.538.292,05	0,00
15	FPM	4.236.597,45	768.539,53	2.055.430,09	0,00
16	ICMS	1.232.464,88	257.664,77	505.493,60	0,00
17	Convênios	126.187,48	9.908,87	23.239,67	0,00
18	Outras Transferências Correntes	-106.545,34	4.205,27	-45.871,31	0,00
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	39.184,46	43.029,64	94.238,53	0,00
20	Dívida Ativa	4.778,13	0,00	0,00	0,00
21	Diversas Receitas Correntes	34.406,33	43.029,64	94.238,53	0,00
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	510.470,33	0,00	0,00	0,00
23	Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	510.470,33	0,00	0,00	0,00
27	Convênios.	510.470,33	0,00	0,00	0,00
28	Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	510.470,33	0,00	0,00	0,00
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	6.487.994,91	1.111.970,73	2.680.471,76	0,00

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	6.792.884,89	1.204.232,26	3.492.314,04	0,00
33	Pessoal e Encargos Sociais	4.154.609,92	729.902,64	1.783.862,36	0,00
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Outras Despesas Correntes	2.638.274,97	474.329,62	1.708.451,68	0,00
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII- IX)	6.792.884,89	1.204.232,26	3.492.314,04	0,00
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	223.345,17	11.926,90	19.198,25	0,00
38	Investimentos	201.471,40	11.926,90	19.198,25	0,00
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	21.873,77	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	201.471,40	11.926,90	19.198,25	0,00
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	40.761,68	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	23.000,00	0,00	0,00	0,00
47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	7.058.117,97	1.216.159,16	3.511.512,29	0,00
48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-570.123,06	-104.188,43	-831.040,53	0,00
49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00
Fonte:		
Nota:		

ARAGUAINHA, 13/06/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario De Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201406131517240050244O

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)												R$ 1,00
CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores.	.Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos.	Cancelados.	Saldo.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIOS) (I)	274.498,72	317.124,06	365.736,28	0,00	225.886,50	8.600,27	27.840,32	0,00	0,00	0,00	36.440,59
2	EXECUTIVO	274.498,72	317.124,06	365.736,28	0,00	225.886,50	8.600,27	27.840,32	0,00	0,00	0,00	36.440,59
3	EXECUTIVO	274.498,72	317.124,06	365.736,28	0,00	225.886,50	8.600,27	27.840,32	0,00	0,00	0,00	36.440,59
4	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	26.282,83	0,00	1.579,34	0,00	24.703,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6	EXECUTIVO.	24.703,49	0,00	0,00	0,00	24.703,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	EXECUTIVO	24.703,49	0,00	0,00	0,00	24.703,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	LEGISLATIVO.	1.579,34	0,00	1.579,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	LEGISLATIVO	1.579,34	0,00	1.579,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	TOTAL (III) = (I +II)	300.781,55	317.124,06	367.315,62	0,00	250.589,99	8.600,27	27.840,32	0,00	0,00	0,00	36.440,59
Fonte:												
Nota:												

ARAGUAINHA, 13/06/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario De Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201406131517240050244O

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS E 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	7.626.242,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)= (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte:						
Nota:						

ARAGUAINHA, 13/06/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario De Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL
CVA: 201406131517240050244O

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	6.633.836,59
3	Previsão Atualizada	-	6.633.836,59
4	Receitas Realizadas	1.130.958,76	2.699.080,72
5	Déficit Orçamentário	-	290.277,34
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	67.000,00
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	7.417.122,27
9	Créditos Adicionais	-	4.520.224,36
10	Dotação Atualizada	-	11.937.346,63
11	Despesas Empenhadas	1.315.273,42	3.693.231,68
12	Despesas Liquidadas	1.344.570,57	2.989.358,06
13	Superávit Orçamentário	-	-
CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	1.315.273,42	3.693.231,68
15	Despesas Liquidadas	1.344.570,57	2.989.358,06
CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida		8.464.071,68
CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	0,00	0,00
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	0,00	0,00
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	0,00	0,00
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	0,00	-163.986,90	0,00
31	Resultado Primário	0,00	-831.040,53	0,00

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	617.905,61	0,00	367.315,62	250.589,99
33	Poder Executivo	616.326,27	0,00	365.736,28	250.589,99
34	Poder Legislativo	1.579,34	0,00	1.579,34	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	36.440,59	0,00	0,00	36.440,59
36	Poder Executivo.	36.440,59	0,00	0,00	36.440,59
37	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
38	TOTAL	654.346,20	0,00	367.315,62	287.030,58

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25%	0,00
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício [1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o	Saldo a Realizar

			Bimestre	
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		-	-
CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual % Mínimo a Aplicar no Exercício	Limite Constitucional Anual % Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor Apurado no Exercício Corrente
61	Total das Despesas/RCL (%)			0,00
[1]Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.				
Fonte:				
Nota:				

ARAGUAINHA, 13/06/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario De Finanças
CPF.: 72946687104

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:BCCAD699

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO
CVA: 201408281517280050373O

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)								R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.540.117,91	6.540.117,91	1.017.316,90	15,56	3.905.609,72	59,72	2.634.508,19
2	RECEITAS CORRENTES	6.029.647,58	6.029.647,58	1.017.316,90	16,87	3.697.659,76	61,32	2.331.987,82
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	236.707,63	236.707,63	20.590,01	8,70	63.835,08	26,97	172.872,55
4	Impostos	230.095,07	230.095,07	20.404,01	8,87	63.355,08	27,53	166.739,99
5	Taxas	6.512,56	6.512,56	186,00	2,86	480,00	7,37	6.032,56
6	Contribuição de Melhoria	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	212.928,02	212.928,02	2.412,21	1,13	7.129,05	3,35	205.798,97
8	Contribuições Sociais	192.572,64	192.572,64	0,00	0,00	0,00	0,00	192.572,64
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Contribuição de Iluminação Pública	20.355,38	20.355,38	2.412,21	11,85	7.129,05	35,02	13.226,33
11	RECEITA PATRIMONIAL	52.123,00	52.123,00	7.206,67	13,83	7.206,84	13,83	44.916,16
12	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	52.123,00	52.123,00	7.206,67	13,83	7.206,84	13,83	44.916,16
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	23.750,63	23.750,63	13.829,20	58,23	107.390,65	452,16	-83.640,02
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.488.704,47	5.488.704,47	970.760,14	17,69	3.509.281,64	63,94	1.979.422,83
30	Transferências Intergovernamentais	5.362.516,99	5.362.516,99	955.911,32	17,83	3.471.193,15	64,73	1.891.323,84
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	126.187,48	126.187,48	14.848,82	11,77	38.088,49	30,18	88.098,99
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.433,83	15.433,83	2.518,67	16,32	2.816,50	18,25	12.617,33
37	Multas e Juros de Mora	1.668,97	1.668,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1.668,97
38	Indenizações e Restituições	2.567,63	2.567,63	2.518,67	98,09	2.634,53	102,61	-66,90
39	Receita da Dívida Ativa	4.778,13	4.778,13	0,00	0,00	0,00	0,00	4.778,13
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	6.419,10	6.419,10	0,00	0,00	181,97	2,83	6.237,13
42	RECEITAS DE CAPITAL	510.470,33	510.470,33	0,00	0,00	207.949,96	40,74	302.520,37
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	510.470,33	510.470,33	0,00	0,00	0,00	0,00	510.470,33
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	510.470,33	510.470,33	0,00	0,00	0,00	0,00	510.470,33
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	207.949,96	0,00	-207.949,96
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	207.949,96	0,00	-207.949,96
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	93.718,68	93.718,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	RECEITAS DE CONTRIBUICOES	93.718,68	93.718,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	6.633.836,59	6.633.836,59	1.017.316,90	15,34	3.905.609,72	58,87	2.728.226,87
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	6.633.836,59	6.633.836,59	1.017.316,90	15,34	3.905.609,72	58,87	2.728.226,87
73	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	422.441,90	-	-
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	6.633.836,59	6.633.836,59	1.017.316,90	15,34	4.328.051,62	-	-
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-	-
76	Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-
77	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
78	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	6.653.939,59	1.491.327,83	8.145.267,42	1.308.654,87	5.006.894,38	1.309.685,73	4.328.051,62	53,14	3.817.215,80
79	DESPESAS CORRENTES	6.235.978,92	1.197.725,55	7.433.704,47	1.300.519,66	4.979.560,92	1.301.550,52	4.300.718,16	57,85	3.132.986,31
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.045.449,64	452.071,19	4.497.520,83	813.530,44	2.920.976,44	835.892,97	2.727.331,80	60,64	1.770.189,03
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.190.529,28	745.654,36	2.936.183,64	486.989,22	2.058.584,48	465.657,55	1.573.386,36	53,59	1.362.797,28
83	DESPESAS DE CAPITAL	344.198,99	273.602,28	617.801,27	8.135,21	27.333,46	8.135,21	27.333,46	4,42	590.467,81
84	INVESTIMENTOS	238.325,22	190.223,58	428.548,80	8.135,21	27.333,46	8.135,21	27.333,46	6,38	401.215,34
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	105.873,77	83.378,70	189.252,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189.252,47
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.761,68	10.000,00	60.761,68	-	-	-	-	-	-
88	RESERVA DO RPPS	23.000,00	10.000,00	33.000,00	-	-	-	-	-	-
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	6.653.939,59	1.491.327,83	8.145.267,42	1.308.654,87	5.006.894,38	1.309.685,73	4.328.051,62	53,14	3.817.215,80
91	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) =(X+XI)	6.653.939,59	1.491.327,83	8.145.267,42	1.308.654,87	5.006.894,38	1.309.685,73	4.328.051,62	53,14	3.817.215,80
99	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
100	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	6.653.939,59	1.491.327,83	8.145.267,42	1.308.654,87	5.006.894,38	1.309.685,73	4.328.051,62	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
101	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	31/07/2014	AMM-DIARIO OFICIAL DO ESTADO

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:

Nota:

ARAGUAINHA, 28/08/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO
CVA: 201408281517280050373O

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R$ 1,00
CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.115.633,21	6.135.717,10	1.236.504,71	4.574.105,99	1.247.535,57	3.946.336,59	91,18	64,32	2.189.380,51
2	00001	Legislativa	428.198,15	428.198,15	78.682,16	246.527,25	74.948,36	212.296,07	4,91	49,58	215.902,08
3	01031	Ação Legislativa	428.198,15	428.198,15	78.682,16	246.527,25	74.948,36	212.296,07	4,91	49,58	215.902,08
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	155.533,23	268.864,14	0,00	231.538,24	39.578,97	143.535,53	3,32	53,39	125.328,61
6	02061	Ação Judiciária	155.533,23	268.864,14	0,00	231.538,24	39.578,97	143.535,53	3,32	53,39	125.328,61
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	1.568.291,39	1.614.751,93	284.658,07	1.214.796,81	299.887,59	942.236,30	21,77	58,35	672.515,63
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	1.255.082,33	1.433.724,30	263.649,08	1.098.085,71	275.963,62	846.830,20	19,57	59,07	586.894,10
14	04123	Administração Financeira	301.828,51	174.440,92	20.508,99	116.211,10	23.423,97	94.906,10	2,19	54,41	79.534,82
15	04124	Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	1.293,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	4.594,47	3.094,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.094,47
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	5.492,24	3.492,24	500,00	500,00	500,00	500,00	0,01	14,32	2.992,24
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	1.161,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	06181	Policiamento	1.161,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	06182	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	296.805,24	385.639,10	100.960,04	355.890,92	107.257,00	328.968,75	7,60	85,30	56.670,35
35	08241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	64.659,73	40.068,74	14.808,77	32.839,93	14.808,77	32.839,93	0,76	81,96	7.228,81
38	08244	Assistência Comunitária	232.145,51	345.570,36	86.151,27	323.050,99	92.448,23	296.128,82	6,84	85,69	49.441,54
39	00009	Previdência Social	337.130,53	337.130,53	55.924,98	237.644,37	65.091,16	210.145,83	4,86	62,33	126.984,70
40	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	09272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	09123	Administração Financeira	337.130,53	337.130,53	55.924,98	237.644,37	65.091,16	210.145,83	4,86	62,33	126.984,70
45	00010	Saúde	959.711,21	968.172,91	309.601,36	893.263,97	253.718,91	768.520,08	17,76	79,38	199.652,83
46	10301	Atenção Básica	947.646,50	962.740,55	307.686,96	891.349,57	251.804,51	766.605,68	17,71	79,63	196.134,87
47	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.876,49	3.517,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.517,14
48	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	10304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	10305	Vigilância Epidemiológica	1.188,22	1.915,22	1.914,40	1.914,40	1.914,40	1.914,40	0,04	99,96	0,82
51	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	00011	Trabalho	13.257,19	12.257,19	0,00	7.195,79	0,00	7.195,79	0,17	58,71	5.061,40
53	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11333	Empregabilidade	12.838,19	11.838,19	0,00	7.195,79	0,00	7.195,79	0,17	60,78	4.642,40
56	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57	11482	Habitação Urbana	419,00	419,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	419,00
58	00012	Educação	1.281.509,07	1.273.178,48	245.272,63	784.730,85	249.974,11	768.205,97	17,75	60,34	504.972,51
59	12361	Ensino Fundamental	485.953,50	649.008,47	135.646,11	541.469,38	138.899,59	529.288,50	12,23	81,55	119.719,97
60	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	12364	Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	12365	Educação Infantil	152.163,94	176.042,38	45.692,09	107.663,69	47.140,09	103.319,69	2,39	58,69	72.722,69
64	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	12367	Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	12000	Alimentação e Nutrição	39.935,26	41.935,26	4.905,77	9.915,47	4.905,77	9.915,47	0,23	23,64	32.019,79
67	12392	Difusão Cultural	603.456,37	406.192,37	59.028,66	125.682,31	59.028,66	125.682,31	2,90	30,94	280.510,06
68	00013	Cultura	32.418,82	13.089,71	2.684,82	5.280,18	2.684,82	5.072,66	0,12	38,75	8.017,05
69	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

70	13392	Difusão Cultural	32.418,82	13.089,71	2.684,82	5.280,18	2.684,82	5.072,66	0,12	38,75	8.017,05
71	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	00015	Urbanismo	25.676,36	21.406,36	9.596,24	16.893,03	2.961,24	10.258,03	0,24	47,92	11.148,33
76	15451	Infra-Estrutura Urbana	25.676,36	21.406,36	9.596,24	16.893,03	2.961,24	10.258,03	0,24	47,92	11.148,33
77	15452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	00016	Habitação	19.257,27	356,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	356,31
80	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	16482	Habitação Urbana	19.257,27	356,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	356,31
82	00017	Saneamento	159.586,70	95.597,70	23.168,21	70.075,38	26.064,21	60.663,38	1,40	63,46	34.934,32
83	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	17512	Saneamento Básico Urbano	159.586,70	95.597,70	23.168,21	70.075,38	26.064,21	60.663,38	1,40	63,46	34.934,32
85	00018	Gestão Ambiental	21.212,79	14.412,79	0,00	2.560,00	0,00	2.560,00	0,06	17,76	11.852,79
86	18541	Preservação e Conservação Ambiental	21.212,79	14.412,79	0,00	2.560,00	0,00	2.560,00	0,06	17,76	11.852,79
87	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	00020	Agricultura	5.925,29	8.846,67	0,00	5.576,90	0,00	2.880,90	0,07	32,56	5.965,77
96	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	20605	Abastecimento	3.791,75	2.213,13	0,00	554,90	0,00	554,90	0,01	25,07	1.658,23
101	20606	Extensão Rural	2.133,54	6.633,54	0,00	5.022,00	0,00	2.326,00	0,05	35,06	4.307,54
102	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	22661	Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	23695	Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	00025	Energia	12.838,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	25752	Energia Elétrica	12.838,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	00026	Transporte	746.358,30	653.053,45	125.956,20	502.132,30	125.369,20	483.797,30	11,18	74,08	169.256,15
127	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	26782	Transporte Rodoviário	746.358,30	653.053,45	125.956,20	502.132,30	125.369,20	483.797,30	11,18	74,08	169.256,15
129	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	27812	Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	28843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.761,68	40.761,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.761,68
145		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	518.203,38	518.222,49	72.150,16	432.788,39	62.150,16	381.715,03	8,82	73,66	136.507,46
147	00001	Legislativa	19.200,00	19.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	01031	Ação Legislativa	19.200,00	19.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	00004	Administração	181.792,80	216.821,07	14.954,15	202.678,55	4.954,15	159.678,55	0,00	0,00	0,00
152	04122	Administração Geral	174.672,80	208.045,80	12.326,55	193.903,28	2.326,55	150.903,28	0,00	0,00	0,00
153	04123	Administração Financeira	7.120,00	8.775,27	2.627,60	8.775,27	2.627,60	8.775,27	0,00	0,00	0,00
154	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00008	Assistência Social	25.176,00	20.176,00	3.794,21	10.103,00	3.794,21	10.103,00	0,00	0,00	0,00
158	08244	Assistência Comunitária	25.176,00	20.176,00	3.794,21	10.103,00	3.794,21	10.103,00	0,00	0,00	0,00

159	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00010	Saúde	75.700,00	55.700,00	10.882,76	46.495,46	10.882,76	46.495,46	0,00	0,00	0,00
161	10301	Atenção Básica	75.700,00	55.700,00	10.882,76	46.495,46	10.882,76	46.495,46	0,00	0,00	0,00
162	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00012	Educação	121.614,58	141.565,11	28.815,78	133.774,17	28.815,78	125.700,81	0,00	0,00	0,00
164	12361	Ensino Fundamental	35.000,00	51.000,00	0,00	49.823,64	0,00	41.750,28	0,00	0,00	0,00
165	12365	Educação Infantil	6.614,58	6.614,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	12392	Difusão Cultural	80.000,00	83.950,53	28.815,78	83.950,53	28.815,78	83.950,53	0,00	0,00	0,00
167	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00017	Saneamento	14.720,00	9.720,00	1.647,34	4.373,31	1.647,34	4.373,31	0,00	0,00	0,00
172	17512	Saneamento Básico Urbano	14.720,00	9.720,00	1.647,34	4.373,31	1.647,34	4.373,31	0,00	0,00	0,00
173	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
174	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
177	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
178	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
179	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
181	00026	Transporte	80.000,00	55.040,31	12.055,92	35.363,90	12.055,92	35.363,90	0,00	0,00	0,00
182	26782	Transporte Rodoviário	80.000,00	55.040,31	12.055,92	35.363,90	12.055,92	35.363,90	0,00	0,00	0,00
183	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
184	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
185		TOTAL (III) = (I + II)	6.633.836,59	6.653.939,59	1.308.654,87	5.006.894,38	1.309.685,73	4.328.051,62	100,00	137,98	2.325.887,97
Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.											
Fonte:											
Nota:											

ARAGUAINHA, 28/08/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JUL/2013 a JUN/ 2014
CVA: 201408281517280050373O

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)								R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Julho 2013	Agosto 2013	Setembro 2013	Outubro 2013	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	549.593,78	659.043,35	680.999,67	653.867,14	695.980,53	955.408,34	776.752,68
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	13.834,68	12.113,49	6.702,38	40.261,48	10.182,98	21.664,83	5.340,98
3	IPTU	4.242,32	1.405,91	32,54	143,85	161,87	11.951,23	0,00
4	ISS	4.998,80	9.135,01	5.588,66	6.918,25	6.455,96	7.025,38	3.554,67
5	ITBI	0,00	149,60	0,00	31.096,00	0,00	0,00	0,00
6	IRRF	897,98	222,39	571,46	324,11	2.992,88	2.299,85	1.717,31
7	Outras Receitas Tributárias	3.695,58	1.200,58	509,72	1.779,27	572,27	388,37	69,00
8	Receita de Contribuições	581,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.208,52
9	Receita Patrimonial	0,00	499,37	1.017,57	678,25	80,89	146,98	0,00
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.940,73
12	Receita de Serviços	5.945,50	26.849,87	6.097,00	5.787,00	4.691,50	5.378,50	0,00
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	527.455,19	615.758,33	559.745,85	606.024,51	680.130,66	928.189,14	724.132,95
14	Cota-Parte do FPM	312.281,60	400.978,97	331.882,72	331.867,80	461.621,39	696.410,14	453.276,27
15	Cota-Parte do ICMS	163.650,02	124.297,45	102.787,09	142.278,14	119.441,67	122.234,94	117.522,91
16	Cota-Parte do IPVA	1.537,60	2.071,82	875,32	196,28	584,95	53,80	112,22
17	Cota-Parte do ITR	38,27	0,00	7.286,38	27.385,66	781,77	3.970,14	852,75
18	Transferências da LC 87/1996	806,91	705,65	0,00	705,65	705,65	705,65	565,68
19	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Transferências do FUNDEB	0,00	27.671,29	22.366,09	29.611,34	22.994,53	27.468,41	30.226,98
21	Outras Transferências Correntes	49.140,79	60.033,15	94.548,25	73.979,64	74.000,70	77.346,06	121.576,14
22	Outras Receitas Correntes	1.776,49	3.822,29	107.436,87	1.115,90	894,50	28,89	129,50
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	126.788,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	126.788,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	422.805,65	659.043,35	680.999,67	653.867,14	695.980,53	955.408,34	776.752,68

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Fevereiro 2014	Março 2014	Abril 2014	Maio 2014	Junho 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	791.748,35	557.323,31	819.626,90	709.198,38	590.083,19	8.439.625,62	7.374.703,16
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	11.655,37	7.154,74	19.010,25	15.919,81	4.670,20	168.511,19	236.707,63
30	IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.937,72	358,07
31	ISS	11.501,95	6.990,98	18.714,80	15.744,97	3.380,44	100.009,87	89.949,19
32	ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.245,60	53.570,72
33	IRRF	36,42	163,76	250,45	93,84	1.184,76	10.755,21	86.217,09
34	Outras Receitas Tributárias	117,00	0,00	45,00	81,00	105,00	8.562,79	6.612,56
35	Receita de Contribuições	1.113,66	2.624,68	52.061,84	32.070,00	2.731,09	92.391,71	405.500,68
36	Receita Patrimonial	0,00	2.133,47	5.676,60	17.095,91	2.960,81	30.289,85	102.962,17
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	4.951,45	0,00	0,00	0,00	0,00	50.892,18	0,00
39	Receita de Serviços	0,00	5.057,45	37.611,82	9.369,20	4.460,00	111.247,84	23.750,63
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	773.840,66	540.305,08	704.953,91	632.622,63	574.863,25	7.868.022,16	6.590.348,22
41	Cota-Parte do FPM	599.287,10	358.907,29	409.632,24	430.885,33	409.378,77	5.196.409,62	4.236.597,45
42	Cota-Parte do ICMS	80.424,02	111.517,97	146.146,80	118.361,12	109.222,79	1.457.884,92	1.232.464,88
43	Cota-Parte do IPVA	959,63	1.134,12	1.117,24	1.873,47	811,98	11.328,43	10.270,54
44	Cota-Parte do ITR	24,35	0,00	0,00	35,43	5.229,63	45.604,38	16.689,64
45	Transferências da LC 87/1996	565,68	0,00	707,10	707,10	707,10	6.882,17	12.196,27
46	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Transferências do FUNDEB	25.907,16	16.552,69	24.801,78	23.795,37	20.382,46	271.778,10	372.307,10
48	Outras Transferências Correntes	66.672,72	52.193,01	122.548,75	56.964,81	29.130,52	878.134,54	709.822,34
49	Outras Receitas Correntes	187,21	47,89	312,48	2.120,83	397,84	118.270,69	15.433,83
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	0,00	0,00	0,00	133.628,72	103.560,57	363.977,42	1.294.216,39
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192.572,64
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	133.628,72	103.560,57	363.977,42	1.101.643,75
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	791.748,35	557.323,31	819.626,90	575.569,66	486.522,62	8.075.648,20	6.080.486,77
Fonte:								
Nota:								

ARAGUAINHA, 28/08/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO
CVA: 201408281517280050373O

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
CAMPO	PLANO PREVIDENCIÁRIO					
	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	192.572,66	192.572,66	1.290,56	162.687,18	119.855,96
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	192.572,66	192.572,66	1.290,56	162.687,18	119.855,96
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	192.572,66	192.572,66	1.290,56	162.687,18	119.855,96
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	179.734,60	179.734,60	1.290,56	162.687,18	119.855,96
5	Ativo	179.734,60	179.734,60	1.290,56	162.687,18	119.855,96
6	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	12.838,06	12.838,06	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	12.838,06	12.838,06	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	93.718,69	93.718,69	2.691,00	111.152,60	145.555,29
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	286.291,35	286.291,35	3.981,56	273.839,78	265.411,25
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	314.130,53	337.130,53	36.908,39	210.145,84	189.459,13
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	102.500,00	80.500,00	10.124,77	36.349,17	31.493,04
30	Despesas Correntes	98.500,00	80.500,00	10.124,77	36.349,17	31.493,04
31	Despesas de Capital	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	211.630,53	256.630,53	26.783,62	173.796,67	157.966,09
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	211.630,53	256.630,53	26.783,62	173.796,67	157.966,09
34	Aposentadorias	141.630,53	163.630,53	20.672,17	123.570,73	113.889,50
35	Pensões	50.000,00	62.000,00	6.111,45	36.668,70	30.706,97
36	Outros Benefícios Previdenciários	20.000,00	31.000,00	0,00	13.557,24	13.369,62
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	314.130,53	337.130,53	36.908,39	210.145,84	189.459,13
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	-27.839,18	-50.839,18	-32.926,83	63.693,94	75.952,12
CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor					0,00
CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS			Em Mai/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
					Em. Jun/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA			0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO			17.034,35	2.953,66	25.405,83
59	INVESTIMENTOS			390.560,80	374.778,53	273.237,40
60	OUTROS BENS E DIREITOS			2.809,39	2.809,39	2.809,39
CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	93.718,69	93.718,69	2.691,00	111.152,60	145.555,29
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	93.718,69	93.718,69	2.691,00	102.500,98	145.495,35
63	Patronal = (64+68)	93.718,69	93.718,69	2.514,99	94.398,70	132.296,59
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	93.718,69	93.718,69	2.514,99	94.398,70	132.296,59
65	Ativo	93.718,69	93.718,69	2.514,99	94.398,70	132.296,59
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	176,01	8.102,28	13.198,76
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	8.651,62	59,94
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	93.718,69	93.718,69	2.691,00	111.152,60	145.555,29
CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	PLANO FINANCEIRO					
	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Mai/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Jun/2014	Em 31 /Dez/2013
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

ARAGUAINHA, 28/08/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO
CVA: 201408281517280050373O

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III) — R$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 30/Abr/2014 (b)	Em. 30/Jun/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	755.953,39	163.986,90	-
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	556.624,34	276.831,77	0,00
4	Demais Haveres Financeiros	500.731,26	137.745,12	0,00
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	301.402,21	250.589,99	0,00
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-755.953,39	-163.986,90	0,00
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	3.116.892,20	4.391.667,52	0,00
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.872.845,59	-4.555.654,42	0,00

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	4.555.654,42	3.872.845,59

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 30/Abr/2014	Em. 30/Jun/2014
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	16.809.701,32	16.809.701,32	16.809.701,32
13	Passivo Atuarial	16.809.701,32	16.809.701,32	16.809.701,32
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	296.734,03	407.157,74	376.941,20
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	24.405,83	17.034,35	2.953,66
17	Investimentos	273.237,40	390.560,80	374.778,53
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	909,20	437,41	790,99
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	16.512.967,29	16.402.543,58	16.432.760,12
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	16.512.967,29	16.402.543,58	16.432.760,12

Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.

Fonte:

Nota:

ARAGUAINHA, 28/08/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO
CVA: 201408281517280050373O

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)					R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	6.123.366,26	1.017.316,90	3.697.659,76	0,00
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	236.707,63	20.590,01	63.835,08	0,00
3	IPTU	358,07	0,00	0,00	0,00
4	ISS	89.949,19	19.125,41	59.908,54	0,00
5	ITBI	53.570,72	0,00	0,00	0,00
6	IRRF	86.217,09	1.278,60	3.446,54	0,00
7	Outras Receitas Tributárias	6.612,56	186,00	480,00	0,00
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	306.646,70	2.412,21	7.129,05	0,00
9	Receitas Previdenciárias	286.291,32	0,00	0,00	0,00
10	Outras Receitas de Contribuições	20.355,38	2.412,21	7.129,05	0,00
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	52.123,00	7.206,67	7.206,84	0,00
12	Receita Patrimonial	52.123,00	7.206,67	7.206,84	0,00
13	(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	5.488.704,47	970.760,14	3.509.281,64	0,00
15	FPM	3.389.277,96	649.211,33	2.316.606,35	0,00
16	ICMS	985.971,90	205.899,07	611.576,85	0,00
17	Convênios	126.187,48	14.848,82	38.088,49	0,00
18	Outras Transferências Correntes	987.267,13	100.800,92	543.009,95	0,00
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	39.184,46	16.347,87	110.207,15	0,00
20	Dívida Ativa	4.778,13	0,00	0,00	0,00
21	Diversas Receitas Correntes	34.406,33	16.347,87	110.207,15	0,00
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	510.470,33	0,00	0,00	0,00
23	Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	510.470,33	0,00	0,00	0,00
27	Convênios.	510.470,33	0,00	0,00	0,00
28	Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II- III-IV-V)	510.470,33	0,00	0,00	0,00
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	6.633.836,59	1.017.316,90	3.697.659,76	0,00
CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	6.522.954,65	1.185.511,00	3.878.276,26	0,00
33	Pessoal e Encargos Sociais	3.719.771,01	705.853,45	2.263.889,90	0,00
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Outras Despesas Correntes	2.803.183,64	479.657,55	1.614.386,36	0,00
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII- IX)	6.522.954,65	1.185.511,00	3.878.276,26	0,00
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	55.877,26	8.135,21	27.333,46	0,00
38	Investimentos	40.101,64	8.135,21	27.333,46	0,00
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	15.775,62	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	40.101,64	8.135,21	27.333,46	0,00
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	40.761,68	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	13.000,00	0,00	0,00	0,00
47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	6.616.817,97	1.193.646,21	3.905.609,72	0,00
48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	17.018,62	-176.329,31	-207.949,96	0,00
49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00
Fonte:					
Nota:					

ARAGUAINHA, 28/08/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A JUNHO
DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO
CVA: 201408281517280050373O

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)												R$ 1,00
CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores.	.Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos.	Cancelados.	Saldo.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	1.579,34	0,00	1.579,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	LEGISLATIVO	1.579,34	0,00	1.579,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	LEGISLATIVO	1.579,34	0,00	1.579,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	909,20	909,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	EXECUTIVO.	0,00	909,20	909,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	0,00	909,20	909,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	LEGISLATIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	TOTAL (III) = (I +II)	1.579,34	909,20	2.488,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte:												
Nota:												

ARAGUAINHA, 28/08/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO
CVA: 201408281517280050373O

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	7.626.242,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)= (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte:						
Nota:						

ARAGUAINHA, 28/08/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO
CVA: 201408281517280050373O

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)					R$ 1,00
CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS			-	-
2	Previsão Inicial			-	6.633.836,59
3	Previsão Atualizada			-	6.633.836,59
4	Receitas Realizadas			1.017.316,90	3.905.609,72
5	Déficit Orçamentário			-	422.441,90
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			-	0,00
7	DESPESAS			-	-
8	Dotação Inicial			-	6.653.939,59
9	Créditos Adicionais			-	1.491.327,83
10	Dotação Atualizada			-	8.145.267,42
11	Despesas Empenhadas			1.308.654,87	5.006.894,38
12	Despesas Liquidadas			1.309.685,73	4.328.051,62
13	Superávit Orçamentário			-	-
CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas			1.308.654,87	5.006.894,38
15	Despesas Liquidadas			1.309.685,73	4.328.051,62
CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida				8.075.648,20
CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social			-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)			-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)			-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)			-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores			-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO			-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)			3.981,56	273.839,78
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)			36.908,39	210.145,84
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)			-32.926,83	63.693,94
26	PLANO FINANCEIRO			-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)			0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)			0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)			0,00	0,00
CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal		0,00	3.872.845,59	0,00
31	Resultado Primário		0,00	-207.949,96	0,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.488,54	0,00	2.488,54	0,00
33	Poder Executivo	909,20	0,00	909,20	0,00
34	Poder Legislativo	1.579,34	0,00	1.579,34	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00

36	Poder Executivo.	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
38	TOTAL	2.488,54	0,00	2.488,54	0,00

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25%	0,00
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício [1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00

[1]Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte:

Nota:

ARAGUAINHA, 28/08/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:0ACE38DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIORESUMIDODAEXECUÇÃOORÇAMENTÁRIA BALANÇOORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOSFISCALEDASEGURIDADESOC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201411131031580050412 1

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.783.529,74	6.783.529,74	1.174.615,93	17,32	5.096.200,64	75,13	1.687.329,10
2	RECEITAS CORRENTES	6.273.059,41	6.273.059,41	1.074.615,93	17,13	4.996.200,64	79,65	1.276.858,77
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	236.707,63	236.707,63	24.061,89	10,17	87.896,97	37,13	148.810,66
4	Impostos	230.095,07	230.095,07	23.821,82	10,35	87.176,90	37,89	142.918,17
5	Taxas	6.512,56	6.512,56	240,07	3,69	720,07	11,06	5.792,49

6	Contribuição de Melhoria	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	405.500,68	405.500,68	4.695,86	1,16	201.519,42	49,70	203.981,26
8	Contribuições Sociais	385.145,30	385.145,30	1.390,69	0,36	191.085,20	49,61	194.060,10
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Contribuição de Iluminação Pública	20.355,38	20.355,38	3.305,17	16,24	10.434,22	51,26	9.921,16
11	RECEITA PATRIMONIAL	102.962,17	102.962,17	12.344,23	11,99	55.388,78	53,80	47.573,39
12	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	102.962,17	102.962,17	12.344,23	11,99	55.388,78	53,80	47.573,39
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	23.750,63	23.750,63	13.734,92	57,83	121.125,57	509,99	-97.374,94
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.488.704,47	5.488.704,47	1.016.488,01	18,52	4.525.769,65	82,46	962.934,82
30	Transferências Intergovernamentais	5.362.516,99	5.362.516,99	1.011.490,07	18,86	4.482.683,22	83,59	879.833,77
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	126.187,48	126.187,48	4.997,94	3,96	43.086,43	34,14	83.101,05
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.433,83	15.433,83	3.291,02	21,32	4.500,25	29,16	10.933,58
37	Multas e Juros de Mora	1.668,97	1.668,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1.668,97
38	Indenizações e Restituições	2.567,63	2.567,63	3.158,60	123,02	4.185,86	163,02	-1.618,23
39	Receita da Dívida Ativa	4.778,13	4.778,13	0,00	0,00	0,00	0,00	4.778,13
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	6.419,10	6.419,10	132,42	2,06	314,39	4,90	6.104,71
42	RECEITAS DE CAPITAL	510.470,33	510.470,33	100.000,00	19,59	100.000,00	19,59	410.470,33
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	510.470,33	510.470,33	100.000,00	19,59	100.000,00	19,59	410.470,33
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	510.470,33	510.470,33	100.000,00	19,59	100.000,00	19,59	410.470,33
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	187.437,37	187.437,37	4.885,94	0,00	119.000,49	0,00	0,00
63	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	187.437,37	187.437,37	4.885,94	0,00	119.000,49	0,00	0,00
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	6.970.967,11	6.970.967,11	1.179.501,87	16,92	5.215.201,13	74,81	1.755.765,98
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	6.970.967,11	6.970.967,11	1.179.501,87	16,92	5.215.201,13	74,81	1.755.765,98
73	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	118.142,76	-	-
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	6.970.967,11	6.970.967,11	1.179.501,87	16,92	5.333.343,89	-	-
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	0,00	-	-
76	Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	0,00	-	-
77	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
78	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	6.452.763,74	554.244,34	7.007.008,08	1.588.176,71	5.943.696,33	1.099.774,33	4.861.755,73	69,38	2.145.252,35
79	DESPESAS CORRENTES	6.022.522,52	385.684,37	6.408.206,89	1.085.819,90	5.414.006,06	1.064.898,69	4.799.546,63	74,90	1.608.660,26
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.950.750,24	-361.850,24	3.588.900,00	673.474,34	2.884.653,97	687.803,88	2.818.141,95	78,52	770.758,05
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.071.772,28	747.534,61	2.819.306,89	412.345,56	2.529.352,09	377.094,81	1.981.404,68	70,28	837.902,21
83	DESPESAS DE CAPITAL	333.479,54	242.195,55	575.675,09	502.356,81	529.690,27	34.875,64	62.209,10	10,81	513.465,99
84	INVESTIMENTOS	234.325,22	334.239,17	568.564,39	502.356,81	529.690,27	34.875,64	62.209,10	10,94	506.355,29

85	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	99.154,32	-92.043,62	7.110,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.110,70
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	73.761,68	-73.635,58	126,10	-	-	- - -		-	
88	RESERVA DO RPPS	23.000,00	0,00	23.000,00	-	-	- - -		-	
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	518.203,38	31.236,83	549.440,21	71.873,13	504.661,52	89.873,13	471.588,16	0,00	77.852,05
90	DSPESAS INTRA-ORÇAMENTARIAS	518.203,38	31.236,83	549.440,21	71.873,13	504.661,52	89.873,13	471.588,16	85,83	77.852,05
91	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	6.970.967,12	585.481,17	7.556.448,29	1.660.049,84	6.448.357,85	1.189.647,46	5.333.343,89	70,58	2.223.104,40
92	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	6.970.967,12	585.481,17	7.556.448,29	1.660.049,84	6.448.357,85	1.189.647,46	5.333.343,89	70,58	2.223.104,40
100	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	--	-	
101	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	6.970.967,12	585.481,17	7.556.448,29	1.660.049,84	6.448.357,85	1.189.647,46	5.333.343,89	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
102	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	30/09/2014	DIARIO OFICIAL DO MUNICIPIO
Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.			
Fonte:			
Nota:			

ARAGUAINHA, 13/11/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201411131031580050412l

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R$ 1,00
CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	6.429.763,74	6.984.008,08	1.588.176,71	5.943.696,33	1.099.774,33	4.861.755,73	91,16	69,61	2.122.252,35
2	00001	Legislativa	428.198,15	428.198,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	428.198,15
3	01031	Ação Legislativa	428.198,15	428.198,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	428.198,15
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	155.533,23	231.693,52	0,00	231.538,24	24.531,91	168.067,44	3,15	72,54	63.626,08
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	02123	Administração Financeira	155.533,23	231.693,52	0,00	231.538,24	24.531,91	168.067,44	3,15	72,54	63.626,08
9	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	00004	Administração	1.568.291,39	1.544.108,58	265.102,57	1.479.899,38	296.133,74	1.238.370,04	23,22	80,20	305.738,54
13	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	04122	Administração Geral	1.255.082,33	1.392.835,30	238.372,91	1.336.458,62	266.318,19	1.113.148,39	20,87	79,92	279.686,91
15	04123	Administração Financeira	301.828,51	149.830,22	26.729,66	142.940,76	29.815,55	124.721,65	2,34	83,24	25.108,57
16	04124	Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04126	Tecnologia da Informação	1.293,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

21	04129	Administração de Receitas	4.594,47	370,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	370,92
22	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	04131	Comunicação Social	5.492,24	1.072,14	0,00	500,00	0,00	500,00	0,01	46,64	572,14
24	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	00006	Segurança Pública	1.161,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	06181	Policiamento	1.161,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	06182	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	00008	Assistência Social	296.805,24	458.185,26	89.943,60	445.834,52	89.307,39	418.276,14	7,84	91,29	39.909,12
36	08241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	64.659,73	59.093,01	22.964,70	55.804,63	22.964,70	55.804,63	1,05	94,44	3.288,38
39	08244	Assistência Comunitária	232.145,51	399.092,25	66.978,90	390.029,89	66.342,69	362.471,51	6,80	90,82	36.620,74
40	00009	Previdência Social	651.261,06	669.261,06	32.023,15	297.608,40	32.023,15	270.109,86	5,06	40,36	399.151,20
41	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	09272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	09123	Administração Financeira	651.261,06	669.261,06	32.023,15	297.608,40	32.023,15	270.109,86	5,06	40,36	399.151,20
46	00010	Saúde	959.711,21	1.146.358,43	236.329,03	1.129.593,00	231.352,70	999.872,78	18,75	87,22	146.485,65
47	10301	Atenção Básica	947.646,50	1.141.443,14	236.329,03	1.127.678,60	231.352,70	997.958,38	18,71	87,43	143.484,76
48	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.876,49	3.000,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,07
49	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	10304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	10305	Vigilância Epidemiológica	1.188,22	1.915,22	0,00	1.914,40	0,00	1.914,40	0,04	99,96	0,82
52	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	00011	Trabalho	13.257,19	7.857,19	0,00	7.195,79	0,00	7.195,79	0,13	91,58	661,40
54	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	11333	Empregabilidade	12.838,19	7.838,19	0,00	7.195,79	0,00	7.195,79	0,13	91,80	642,40
57	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	11482	Habitação Urbana	419,00	19,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,00
59	00012	Educação	1.281.509,07	1.108.671,61	251.529,19	1.036.260,04	255.748,92	1.023.954,89	19,20	92,36	84.716,72
60	12361	Ensino Fundamental	485.953,50	634.048,45	80.399,59	621.868,97	83.171,32	612.459,82	11,48	96,60	21.588,63
61	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	12364	Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	12365	Educação Infantil	152.163,94	160.436,19	38.517,92	146.181,61	39.965,92	143.285,61	2,69	89,31	17.150,58
65	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	12367	Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	12306	Alimentação e Nutrição	39.935,26	15.581,60	4.901,00	14.816,47	4.901,00	14.816,47	0,28	95,09	765,13
68	12392	Difusão Cultural	603.456,37	298.605,37	127.710,68	253.392,99	127.710,68	253.392,99	4,75	84,86	45.212,38
69	00013	Cultura	32.418,82	120.100,09	113.572,92	118.853,10	26.037,44	31.110,10	0,58	25,90	88.989,99
70	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	13392	Difusão Cultural	32.418,82	120.100,09	113.572,92	118.853,10	26.037,44	31.110,10	0,58	25,90	88.989,99
72	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	00015	Urbanismo	25.676,36	22.662,90	5.766,66	22.659,69	7.076,66	17.334,69	0,33	76,49	5.328,21
77	15451	Infra-Estrutura Urbana	25.676,36	22.662,90	5.766,66	22.659,69	7.076,66	17.334,69	0,33	76,49	5.328,21
78	15452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	00016	Habitação	19.257,27	150.906,31	150.650,00	150.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.906,31
81	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	16482	Habitação Urbana	19.257,27	150.906,31	150.650,00	150.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.906,31
83	00017	Saneamento	159.586,70	87.555,28	15.830,84	85.906,22	18.726,84	79.390,22	1,49	90,67	8.165,06
84	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	17512	Saneamento Básico Urbano	159.586,70	87.555,28	15.830,84	85.906,22	18.726,84	79.390,22	1,49	90,67	8.165,06
86	00018	Gestão Ambiental	21.212,79	5.302,71	0,00	2.560,00	0,00	2.560,00	0,05	48,28	2.742,71
87	18541	Preservação e Conservação Ambiental	21.212,79	5.302,71	0,00	2.560,00	0,00	2.560,00	0,05	48,28	2.742,71
88	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	00020	Agricultura	5.925,29	8.303,90	1.484,00	7.060,90	2.208,00	5.088,90	0,10	61,28	3.215,00
97	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	20605	Abastecimento	3.791,75	2.038,90	1.484,00	2.038,90	1.484,00	2.038,90	0,04	100,00	0,00
102	20606	Extensão Rural	2.133,54	6.265,00	0,00	5.022,00	724,00	3.050,00	0,06	48,68	3.215,00
103	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22661	Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

110	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	23695	Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	00025	Energia	12.838,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	25752	Energia Elétrica	12.838,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	00026	Transporte	746.358,30	994.716,99	425.944,75	928.077,05	116.627,58	600.424,88	11,26	60,36	394.292,11
128	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	26782	Transporte Rodoviário	746.358,30	994.716,99	425.944,75	928.077,05	116.627,58	600.424,88	11,26	60,36	394.292,11
130	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	27812	Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	28843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.761,68	126,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126,10
146		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	518.203,38	549.440,21	71.873,13	504.661,52	89.873,13	471.588,16	8,84	85,83	77.852,05
148	00001	Legislativa	19.200,00	19.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	01031	Ação Legislativa	19.200,00	19.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	00004	Administração	181.792,80	223.364,98	12.249,43	214.927,98	30.249,43	189.927,98	40,27	184,21	33.437,00
153	04122	Administração Geral	174.672,80	211.716,62	9.376,34	203.279,62	27.376,34	178.279,62	37,80	84,21	33.437,00
154	04123	Administração Financeira	7.120,00	11.648,36	2.873,09	11.648,36	2.873,09	11.648,36	2,47	100,00	0,00
155	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00008	Assistência Social	25.176,00	20.176,00	3.073,19	13.176,19	3.073,19	13.176,19	2,79	65,31	6.999,81
159	08244	Assistência Comunitária	25.176,00	20.176,00	3.073,19	13.176,19	3.073,19	13.176,19	2,79	65,31	6.999,81
160	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00010	Saúde	75.700,00	59.259,56	12.264,10	58.759,56	12.264,10	58.759,56	12,46	99,16	500,00
162	10301	Atenção Básica	75.700,00	59.259,56	12.264,10	58.759,56	12.264,10	58.759,56	12,46	99,16	500,00
163	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00012	Educação	121.614,58	165.720,68	31.076,25	164.850,42	31.076,25	156.777,06	33,24	284,21	8.943,62
165	12361	Ensino Fundamental	35.000,00	56.632,35	5.938,45	55.762,09	5.938,45	47.688,73	10,11	84,21	8.943,62
166	12365	Educação Infantil	6.614,58	15.957,35	15.957,35	15.957,35	15.957,35	15.957,35	3,38	100,00	0,00
167	12392	Difusão Cultural	80.000,00	93.130,98	9.180,45	93.130,98	9.180,45	93.130,98	19,75	100,00	0,00
168	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00017	Saneamento	14.720,00	7.078,68	1.515,03	5.888,34	1.515,03	5.888,34	1,25	83,18	1.190,34
173	17512	Saneamento Básico Urbano	14.720,00	7.078,68	1.515,03	5.888,34	1.515,03	5.888,34	1,25	83,18	1.190,34
174	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
177	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
178	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
179	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
181	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
182	00026	Transporte	80.000,00	54.640,31	11.695,13	47.059,03	11.695,13	47.059,03	9,98	86,13	7.581,28
183	26782	Transporte Rodoviário	80.000,00	54.640,31	11.695,13	47.059,03	11.695,13	47.059,03	9,98	86,13	7.581,28
184	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
185	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
186		TOTAL (III) = (I + II)	6.947.967,12	7.533.448,29	1.660.049,84	6.448.357,85	1.189.647,46	5.333.343,89	100,00	155,44	2.200.104,40

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:

Nota:

ARAGUAINHA, 13/11/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: SET/2013 a AGO/ 2014
CVA: 201411131031580050412 1

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)								R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Setembro 2013	Outubro 2013	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	Março 2014
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	680.999,67	653.867,14	695.980,53	955.408,34	776.752,68	791.748,35	557.386,31
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	6.702,38	40.261,48	10.182,98	21.664,83	5.340,98	11.655,37	7.217,74
3	IPTU	32,54	143,85	161,87	11.951,23	0,00	0,00	0,00
4	ISS	5.588,66	6.918,25	6.455,96	7.025,38	3.554,67	11.501,95	6.990,98
5	ITBI	0,00	31.096,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	IRRF	571,46	324,11	2.992,88	2.299,85	1.717,31	36,42	163,76
7	Outras Receitas Tributárias	509,72	1.779,27	572,27	388,37	69,00	117,00	63,00
8	Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	1.208,52	1.113,66	2.624,68
9	Receita Patrimonial	1.017,57	678,25	80,89	146,98	0,00	0,00	2.133,47
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	45.940,73	4.951,45	0,00
12	Receita de Serviços	6.097,00	5.787,00	4.691,50	5.378,50	0,00	0,00	5.057,45
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	559.745,85	606.024,51	680.130,66	928.189,14	724.132,95	773.840,66	540.305,08
14	Cota-Parte do FPM	331.882,72	331.867,80	461.621,39	696.410,14	453.276,27	599.287,10	358.907,29
15	Cota-Parte do ICMS	102.787,09	142.278,14	119.441,67	122.234,94	117.522,91	80.424,02	111.517,97
16	Cota-Parte do IPVA	875,32	196,28	584,95	53,80	112,22	959,63	1.134,12
17	Cota-Parte do ITR	7.286,38	27.385,66	781,77	3.970,14	852,75	24,35	0,00
18	Transferências da LC 87/1996	0,00	705,65	705,65	705,65	565,68	565,68	0,00
19	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Transferências do FUNDEB	22.366,09	29.611,34	22.994,53	27.468,41	30.226,98	25.907,16	16.552,69
21	Outras Transferências Correntes	94.548,25	73.979,64	74.000,70	77.346,06	121.576,14	66.672,72	52.193,01
22	Outras Receitas Correntes	107.436,87	1.115,90	894,50	28,89	129,50	187,21	47,89
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	680.999,67	653.867,14	695.980,53	955.408,34	776.752,68	791.748,35	557.386,31
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Abril 2014	Maio 2014	Junho 2014	Julho 2014	Agosto 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	819.626,90	709.198,38	590.083,19	648.116,80	673.930,87	8.553.099,16	7.374.703,16
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	19.010,25	15.919,81	4.670,20	14.253,58	9.808,31	166.687,91	236.707,63
30	IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.289,49	358,07
31	ISS	18.714,80	15.744,97	3.380,44	3.839,37	8.421,13	98.136,56	89.949,19
32	ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.096,00	53.570,72
33	IRRF	250,45	93,84	1.184,76	10.273,14	1.288,18	21.196,16	86.217,09
34	Outras Receitas Tributárias	45,00	81,00	105,00	141,07	99,00	3.969,70	6.612,56
35	Receita de Contribuições	52.061,84	32.070,00	2.731,09	28.994,12	2.709,07	123.512,98	405.500,68
36	Receita Patrimonial	5.676,60	17.095,91	2.960,81	6.390,46	10.332,47	46.513,41	102.962,17
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.892,18	0,00
39	Receita de Serviços	37.611,82	9.369,20	4.460,00	7.843,87	5.891,05	92.187,39	23.750,63
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	704.953,91	632.622,63	574.863,25	588.642,60	643.891,12	7.957.342,36	6.590.348,22
41	Cota-Parte do FPM	409.632,24	430.885,33	409.378,77	351.604,57	427.139,72	5.261.893,34	4.236.597,45
42	Cota-Parte do ICMS	146.146,80	118.361,12	109.222,79	159.158,32	134.727,87	1.463.823,64	1.232.464,88
43	Cota-Parte do IPVA	1.117,24	1.873,47	811,98	3.830,05	1.189,22	12.738,28	10.270,54
44	Cota-Parte do ITR	0,00	35,43	5.229,63	0,00	3.590,13	49.156,24	16.689,64
45	Transferências da LC 87/1996	707,10	707,10	707,10	707,10	707,10	6.783,81	12.196,27
46	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Transferências do FUNDEB	24.801,78	23.795,37	20.382,46	20.915,17	26.974,67	291.996,65	372.307,10
48	Outras Transferências Correntes	122.548,75	56.964,81	29.130,52	52.427,39	49.562,41	870.950,40	709.822,34
49	Outras Receitas Correntes	312,48	2.120,83	397,84	1.992,17	1.298,85	115.962,93	15.433,83
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	0,00	133.628,72	103.560,57	102.821,30	113.224,41	453.235,00	1.101.643,75
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	133.628,72	103.560,57	102.821,30	113.224,41	453.235,00	1.101.643,75
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	819.626,90	575.569,66	486.522,62	545.295,50	560.706,46	8.099.864,16	6.273.059,41
Fonte:								
Nota:								

ARAGUAINHA, 13/11/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201411131031580050412 1

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
CAMPO	PLANO PREVIDENCIÁRIO					
	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	286.291,35	286.291,35	6.276,63	310.085,69	355.346,86
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	286.291,35	286.291,35	6.276,63	310.085,69	355.346,86
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	192.572,66	192.572,66	1.390,69	191.085,20	144.948,12
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	179.734,60	179.734,60	1.390,69	191.085,20	144.948,12
5	Ativo	179.734,60	179.734,60	1.390,69	191.085,20	144.948,12
6	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	12.838,06	12.838,06	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	12.838,06	12.838,06	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	93.718,69	93.718,69	4.885,94	119.000,49	210.398,74
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	93.718,69	93.718,69	4.885,94	119.000,49	210.398,74
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	93.718,69	93.718,69	4.885,94	119.000,49	210.398,74
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	380.010,04	380.010,04	11.162,57	429.086,18	565.745,60
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	314.130,53	355.130,53	32.023,15	270.109,86	241.637,52
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	102.500,00	80.500,00	1.118,98	38.625,41	42.287,50
30	Despesas Correntes	98.500,00	80.500,00	1.118,98	38.625,41	42.287,50
31	Despesas de Capital	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	211.630,53	274.630,53	30.904,17	231.484,45	199.350,02
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	211.630,53	274.630,53	30.904,17	231.484,45	199.350,02
34	Aposentadorias	141.630,53	181.630,53	20.672,17	164.915,06	141.582,89
35	Pensões	50.000,00	62.000,00	6.111,45	48.891,60	43.179,21
36	Outros Benefícios Previdenciários	20.000,00	31.000,00	4.120,55	17.677,79	14.587,92
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	314.130,53	355.130,53	32.023,15	270.109,86	241.637,52
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	65.879,51	24.879,51	-20.860,58	158.976,32	324.108,08
CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o	Até o

					Bimestre 2014	Bimestre. 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	23.000,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Jul/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Ago/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	5.387,61	13.655,49	25.405,83
59	INVESTIMENTOS	379.157,23	353.604,36	273.237,40
60	OUTROS BENS E DIREITOS	2.809,39	2.809,39	2.809,39

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	93.718,69	93.718,69	4.885,94	119.000,49	210.398,74
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	93.718,69	93.718,69	4.885,94	110.348,87	208.311,15
63	Patronal = (64+68)	93.718,69	93.718,69	4.725,00	101.879,63	188.544,85
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	93.718,69	93.718,69	4.725,00	101.879,63	188.544,85
65	Ativo	93.718,69	93.718,69	4.725,00	101.879,63	188.544,85
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	160,94	8.469,24	19.766,30
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	8.651,62	2.087,59
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	93.718,69	93.718,69	4.885,94	119.000,49	210.398,74

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	PLANO FINANCEIRO RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013

114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Jul/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Ago/2014	Em/Dez/201331
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

ARAGUAINHA, 13/11/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201411131031580050412 1

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)				R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 30/Jun/2014 (b)	Em. 31/Ago/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	755.953,39	-	-
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	556.624,34	0,00	0,00
4	Demais Haveres Financeiros	500.731,26	0,00	0,00
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	301.402,21	0,00	0,00
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-755.953,39	0,00	0,00
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	3.116.892,20	0,00	0,00
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.872.845,59	0,00	0,00
CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)	
10	VALOR	0,00	3.872.845,59	
CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE		
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00		
CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 30/Jun/2014 (b)	Em. 31/Ago/2014 (c)
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	16.809.701,32	16.809.701,32	16.809.701,32
13	Passivo Atuarial	16.809.701,32	16.809.701,32	16.809.701,32
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	297.734,03	383.410,37	367.102,61
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	25.405,83	5.387,61	13.655,49
17	Investimentos	273.237,40	379.157,23	353.604,36
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	909,20	1.134,47	157,24
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	16.511.967,29	16.426.290,95	16.442.598,71
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	16.511.967,29	16.426.290,95	16.442.598,71
Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.				
Fonte:				
Nota:				

ARAGUAINHA, 13/11/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201411131031580050412 1

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)					R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	6.071.243,26	1.060.881,01	4.749.726,66	0,00
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	236.707,63	24.061,89	87.896,97	0,00
3	IPTU	358,07	0,00	0,00	0,00
4	ISS	89.949,19	12.260,50	72.169,04	0,00
5	ITBI	53.570,72	0,00	0,00	0,00
6	IRRF	86.217,09	11.561,32	15.007,86	0,00
7	Outras Receitas Tributárias	6.612,56	240,07	720,07	0,00
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	306.646,70	3.305,17	10.434,22	0,00
9	Receitas Previdenciárias	286.291,32	0,00	0,00	0,00
10	Outras Receitas de Contribuições	20.355,38	3.305,17	10.434,22	0,00
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita Patrimonial	52.123,00	2.897,10	10.103,94	0,00
13	(-) Aplicações Financeiras	52.123,00	2.897,10	10.103,94	0,00
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	5.488.704,47	1.016.488,01	4.525.769,65	0,00
15	FPM	3.389.277,96	622.995,48	2.939.601,83	0,00
16	ICMS	985.971,90	262.293,19	873.870,04	0,00
17	Convênios	126.187,48	4.997,94	43.086,43	0,00
18	Outras Transferências Correntes	987.267,13	126.201,40	669.211,35	0,00
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	39.184,46	17.025,94	125.625,82	0,00
20	Dívida Ativa	4.778,13	0,00	0,00	0,00
21	Diversas Receitas Correntes	34.406,33	17.025,94	125.625,82	0,00
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	510.470,33	100.000,00	100.000,00	0,00
23	Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	510.470,33	100.000,00	100.000,00	0,00
27	Convênios.	510.470,33	100.000,00	100.000,00	0,00
28	Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II- III-IV-V)	510.470,33	100.000,00	100.000,00	0,00
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	6.581.713,59	1.160.881,01	4.849.726,66	0,00
			DESPESAS LIQUIDADAS		
CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	6.601.273,57	1.122.748,67	5.001.024,93	0,00
33	Pessoal e Encargos Sociais	3.765.209,68	727.811,10	2.991.701,00	0,00
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Outras Despesas Correntes	2.836.063,89	394.937,57	2.009.323,93	0,00
	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-				
36		6.601.273,57	1.122.748,67	5.001.024,93	0,00
	IX)				
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	575.675,09	34.875,64	62.209,10	0,00
38	Investimentos	568.564,39	34.875,64	62.209,10	0,00
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	7.110,70	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI- XII-XIII-XIV)	568.564,39	34.875,64	62.209,10	0,00
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	126,10	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	23.000,00	0,00	0,00	0,00
47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	7.192.964,06	1.157.624,31	5.063.234,03	0,00
48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-611.250,47	3.256,70	-213.507,37	0,00
49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR CORRENTE		
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00
Fonte:					
Nota:					

ARAGUAINHA, 13/11/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201411131031580050412 1

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)													R$ 1,00
CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores.	.Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos.	Cancelados.	Saldo.	
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	274.498,72	317.124,06	365.736,28	0,00	225.886,50	8.600,27	27.840,32	0,00	0,00	0,00	36.440,59	
2	EXECUTIVO	274.498,72	317.124,06	365.736,28	0,00	225.886,50	8.600,27	27.840,32	0,00	0,00	0,00	36.440,59	
3	RESTOS A PAGAR	274.498,72	317.124,06	365.736,28	0,00	225.886,50	8.600,27	27.840,32	0,00	0,00	0,00	36.440,59	
4	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6	EXECUTIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
7	LEGISLATIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
8	TOTAL (III) = (I +II)	274.498,72	317.124,06	365.736,28	0,00	225.886,50	8.600,27	27.840,32	0,00	0,00	0,00	36.440,59	
Fonte:													
Nota:													

ARAGUAINHA, 13/11/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE JULHO-AGOSTO
CVA: 201411131031580050412 1

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	7.626.242,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)= (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte:						
Nota:						

ARAGUAINHA, 13/11/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
CVA: 201411131031580050412 1

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	6.970.967,11
3	Previsão Atualizada	-	6.970.967,11
4	Receitas Realizadas	1.179.501,87	5.215.201,13
5	Déficit Orçamentário	-	118.142,76
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	0,00
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	6.970.967,12
9	Créditos Adicionais	-	585.481,17
10	Dotação Atualizada	-	7.556.448,29
11	Despesas Empenhadas	1.660.049,84	6.448.357,85
12	Despesas Liquidadas	1.189.647,46	5.333.343,89
13	Superávit Orçamentário	-	-
CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	1.660.049,84	6.448.357,85
15	Despesas Liquidadas	1.189.647,46	5.333.343,89
CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida		8.099.864,16

CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	11.162,57	429.086,18
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	32.023,15	270.109,86
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	-20.860,58	158.976,32
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
30	Resultado Nominal	0,00	3.872.845,59		0,00
31	Resultado Primário	0,00	-213.507,37		0,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	591.622,78	0,00	365.736,28	225.886,50
33	Poder Executivo	591.622,78	0,00	365.736,28	225.886,50
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	36.440,59	0,00	0,00	36.440,59
36	Poder Executivo.	36.440,59	0,00	0,00	36.440,59
37	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
38	TOTAL	628.063,37	0,00	365.736,28	262.327,09

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar No Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25%	0,00
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
42	Complementação da União ao FUNDEB – Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício [1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar No Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00
[1]Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.		
Fonte:		
Nota:		

ARAGUAINHA, 13/11/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:4A289684

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ELATÓRIODEGESTÃOFISCAL DEMONSTRATIVODADESPESACOMPESSOAL ORÇAMENTOSFISCALEDASEGURIDADESOCIAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.
CVA: 201411131059460010246 4

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	3.206.186,98	0,00
2	Pessoal Ativo	3.206.186,98	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)	112.289,33	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	112.289,33	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.093.897,65	0,00

11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		3.093.897,65
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		5.020.811,82
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		61,62
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%)		2.711.238,38
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%)		2.575.676,46
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1° do art. 59 da LRF) - (48,60%)		2.440.114,54
CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	30/09/2014	DIARIO OFICIAL DO MUNICIPIO
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.			
Fonte:			
Nota:			

ARAGUAINHA, 13/11/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
TRAJETÓRIA DE RETORNO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014.
CVA: 201411131059460010246 4

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte		
1	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
2	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO									
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes		
3	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.										
Fonte:										
Nota:										

ARAGUAINHA, 13/11/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.

CVA: 201411131059460010246 4

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	5.052.383,42	5.030.911,64	0,00
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	4.426.704,47	4.405.232,69	0,00
4	Interna	4.426.704,47	4.405.232,69	0,00
5	Externa	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	442.607,12	442.607,12	0,00
7	Outras Dívidas	183.071,83	183.071,83	0,00
8	DEDUÇÕES (II)[1] = (9+10-11)	-	39.281,77	2.885,80
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	350.329,90	276.831,77	2.885,80
10	Demais Haveres Financeiros	-1.030.259,35	13.039,99	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	615.665,31	250.589,99	0,00
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	5.052.383,42	4.991.629,87	-2.885,80
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.626.242,14	8.464.071,68	5.459.048,42
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	66,25	59,44	0,00
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	66,25	58,97	-0,05
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%			6.550.858,10
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - 108%			5.895.772,29
CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
18	DÍVIDA CONTRATUAL (IV) =(V+VI+VII+VIII)	4.440.269,64	4.405.232,69	0,00
19	DÍVIDA DE PPP = (V)	0,00	0,00	0,00
20	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) = (21+22+25+26)	4.440.269,64	4.405.232,69	0,00
21	De Tributos	0,00	0,00	0,00
22	De Contribuições Sociais = (23+24)	4.440.269,64	4.405.232,69	0,00
23	Previdenciárias	4.426.704,47	4.391.667,52	0,00
24	Demais Contribuições Sociais	13.565,17	13.565,17	0,00
25	Do FGTS	0,00	0,00	0,00
26	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
27	DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA = (VII) = (28+29)	0,00	0,00	0,00
28	Interna.	0,00	0,00	0,00
29	Externa.	0,00	0,00	0,00
30	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS = (VIII)	0,00	0,00	0,00
CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
32	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	1.295.594,76	-	-
33	DEPÓSITOS	640.882,71	618.648,46	2.224,24
34	RP PROCESSADOS DE EXERÍCIOS ANTERIORES	8.600,27	36.440,63	0,00
35	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
36	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (37+38)	0,00	16.809.701,32	16.809.701,32
37	Passivo Atuarial	0,00	16.809.701,32	16.809.701,32
38	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
39	DEDUÇÕES (X)[1] = (40+41+42-43)	0,00	0,00	367.102,61
40	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	13.655,49
41	Investimentos	0,00	0,00	353.604,36
42	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	157,24
44	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)	0,00	16.809.701,32	16.442.598,71
[1] Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da Insuficiência Financeira , das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um " - " (traço) nessa linha.				
Fonte:				
Nota:				

ARAGUAINHA, 13/11/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87

Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201411131059460010246 4

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA												
	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte			Terceiro quadrimestre seguinte		
1	.												
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite. (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
2	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	.	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO											
		Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes			Quinto e sexto quadrimestres seguintes		
3	.												
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte:													
Nota:													

ARAGUAINHA, 13/11/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE AJUSTE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201411131059460010246 4

CAMPO	TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO								
	Exercício Financeiro	2001			2002		
		3º Quadrimestre			Quadrimestre		
		DCL	Excedente[1]	Redutor	1°	2°	3°
1	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2003			2004		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
3	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2005			2006		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
5	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2007			2008		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
7	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2009			2010		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
9	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2011			2012		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
11	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2013			2014		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
13	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2015			2016		

		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
15	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

[1] O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Fonte:

Nota:

ARAGUAINHA, 13/11/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO 2014
CVA: 201411131059460010246 4

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)				R$ 1,00
CAMPO	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DE EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF[1]	0,00	0,00	0,00
4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF[1].	0,00	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	7.626.242,14	8.464.071,68	4.760.235,32
9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	1.677.773,27	1.862.095,77	1.047.251,77
11	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - (19,80%)	1.509.995,94	1.675.886,19	942.526,59
CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DE EXERCÍCIO DE 2014	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
12	EXTERNAS (V) = (13+14)	0,00	0,00	0,00
13	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
14	Outras Garantias nos Termos da LRF[1]	0,00	0,00	0,00
15	INTERNAS (VI) = (16+17)	0,00	0,00	0,00
16	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00
17	Outras Garantias nos Termos da LRF[1].	0,00	0,00	0,00
18	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	0,00
19	MEDIDAS CORRETIVAS :			

[1] Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

Fonte:

Nota:

ARAGUAINHA, 13/11/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87

Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201411131059460010246 4

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")			R$ 1,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
1	SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5)	0,00	0,00
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	0,00	0,00
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	0,00	0,00
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1°)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
16	Externa. = (17+18+19+22+23)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita. = (20+21)	0,00	0,00
20	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços.	0,00	0,00
21	Outras Antecipações de Receita	0,00	0,00
22	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
23	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
24	NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (25+31+32+33)	0,00	0,00
25	Parcelamento de Dívidas = (26+27+30)	0,00	0,00
26	De Tributos	0,00	0,00
27	De Contribuições Sociais = (28+29)	0,00	0,00
28	Previdenciárias	0,00	0,00
29	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
30	Do FGTS	0,00	0,00
31	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
32	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
33	Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
34	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	5.164.547,80	-
35	OPERAÇÕES VEDADAS = (36+37)	0,00	0,00
36	Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
37	De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
38	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)	0,00	0,00
39	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	826.327,65	16,00
40	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF)	743.694,88	14,40
41	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
42	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	361.518,35	7,00
43	TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00
1 Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.			
Fonte:			
Nota:			

ARAGUAINHA, 13/11/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ARAGUAINHA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.947.926/0001-87
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A AGOSTO DE 2014.
CVA: 201411131059460010246 4

RGF - ANEXO 7 (LRF, art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	3.093.897,65	61,62
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%)	2.711.238,38	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (51,30%)	2.575.676,46	51,30
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	-2.885,80	-0,05
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.550.858,10	120,00
CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.047.251,77	22,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	826.327,65	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	361.518,35	7,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	-	-
Fonte:			
Nota:			

ARAGUAINHA, 13/11/2014

MARIA JOSE DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal
CPF.: 59272490197

KELISMAR NOGUEIRA ROMA
Contador
CPF.: 009.447.121-50

ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA
Secretario de Finanças
CPF.: 72946687104

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:E6C7DC92

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2014

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 097/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1.729/2010.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EDNILSON LUIZ FAITTA**, no exercicio de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **DENTAL CENTRO OESTE LTDA,** inscrita no **CNPJ Nº 36.900.926/0001-80**, com sede na rua Prof. João Félix nº 635, Bairro: **Baú, município de Cuiabá**, Estado de Mato Grosso - MT **CEP**: 78008-135 telefone: (65) 3611-7200 representado pelo **Sr. Fábio Spada**, portador da cédula de identidade **RG 10486111-9 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF: 694.859.251-15.** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preço, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto nº. 7.892/2013 Decreto nº 8.250/2014, dos Decretos Municipais 1.392/2008 e 1.729/2010 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO MATERIAL – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ	ITEM	DESCRICAO	MARCA	UNID.	VALOR UNIT.	QNTD	VALOR TOTAL
1	26764	ACEBROFILINA ADULTO 120ML	GEOLAB	UNIDADE	7,98	100	798,00
2	21992	ACEBROFILINA XPE INF. C/120ML	GEOLAB	UNIDADE	5,99	100	599,00
3	52398	ACETILCISTEINA 10%3 ML INJ.	U.QUIMICA	UNIDADE	5,7	20	114,00
4	50723	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG CPR.	IMEC	UNIDADE	0,05	200	10,00
5	24728	ACIDO ASCORBICO INJ. 200MG/ML C/ 5ML VITAMINA C	FARMACE	UNIDADE	1,87	2000	3740,00
6	59060	ACIDO PERACETICO 1.000ML	RIOQUIMICA	UNIDADE	140	120	16800,00
7	34150	ACIDO TRANEXAMICO 250MG/5ML IV AMP 5ML	EMS	UNIDADE	6,9	200	1380,00
8	27892	AGUA DESTILADA ESTERIL 1000ML	SOFTWATER	UNIDADE	6,2	240	1488,00
9	20431	AGUA OXIGENADA 10V 1000ML	VICPHARMA	UNIDADE	4,6	840	3864,00
10	59062	AGULHA DE SUTURA GR 04 CILINDRICA C/ 12	PROCARE	PACOTE	20	10	200,00
11	59063	AGULHA DE SUTURA GR 16 CILINDRICA C/12 UNIDADE	PROCARE	PACOTE	20	10	200,00
12	59064	AGULHA DE SUTURA GR 8 CILINDRICA C/12 UNIDADE	PROCARE	PACOTE	20	10	200,00
13	6648	AGULHA DESC 13X4,5 C/100 UN.	SOLIDOR	CAIXA	6,7	400	2680,00

14	48933	AGULHA GENGIVAL 13X3,8 LONGA C/100 UNI	SEPTODONT	CAIXA	27,4	50	1370,00
15	47020	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA C/ 100UN	SEPTODONT	CAIXA	27	150	4050,00
16	48887	ALAVANCA APICAL RETA 3602	GOLGRAN	UNIDADE	23,5	5	117,50
17	50726	ALENDRONATO DE SODIO 70MG COMP.	UCIFARMA	UNIDADE	1,13	5000	5650,00
18	38245	ALGODAO ROLETE C/100	CRISTOFOLI	PACOTE	2,11	200	422,00
19	29227	ALVEOLEX 10G FRASCO	BIODINAMICA	UNIDADE	26,56	20	531,20
20	48926	AMALGAMA 2 PORCAO GS 80 PRESA REGULAR.	SDI	UNIDADE	2,93	2500	7325,00
21	52395	AMBROXOL XAROPE ADULTO 6 MG/ML 120ML FR.	PRATI	UNIDADE	2,6	100	260,00
22	15977	AMBROXOL XRP PEDIATRICO 3MG/ML 100ML	PRATI	UNIDADE	2,45	100	245,00
23	6780	AMICACINA 500 MG /02ML 2ML INJ	NOVAFARMA	UNIDADE	10,9	1000	10900,00
24	47908	AMICACINA 50MG/ML 2ML INJ	NOVAFARMA	UNIDADE	11,4	1000	11400,00
25	12556	AMINOFILINA INJ. 24MG/ML 10ML	FARMACE	UNIDADE	2,15	500	1075,00
26	50729	AMOXILINA SUSP.250MG 60ML	PRATI	UNIDADE	3,25	5000	16250,00
27	19292	AMPICILINA 1G IM/IV INJ.	NOVAFARMA	UNIDADE	5,99	3000	17970,00
28	24725	AMPICILINA 500MG COMP.	PRATI	UNIDADE	1	10	10,00
29	20513	AMPICILINA 500MG IM/IV INJ. P/ AMPOLA	NOVAFARMA	UNIDADE	5,9	2000	11800,00
30	22246	AMPICILINA SUSP. 250MG 5ML 60ML	PRATI	UNIDADE	3,99	100	399,00
31	47082	ANESTESICO (CLORIDRATO DE LIDOCAINA A 30MG/ML C/ HERMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 0.04MG/ML) C/ 50 AMP 1.8ML	DENTSPLY	CAIXA	44	200	8800,00
32	46007	ANESTESICO (CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% SEM VASO) 20ML	HYPOFARMA	UNIDADE	4,4	1000	4400,00
33	54331	ANESTESICO LIDOCAINA 2% C/ VASO (EPINEFRINA) 50X1,8M	DENTSPLY	UNIDADE	50	25	1250,00
34	47088	ANESTESICO TOPICO GEL 12GR BENZOCAINA 200MG/G	DFL	UNIDADE	8,19	50	409,50
35	12191	ANESTESICO(CLORID. LIDOCAINA 2% S/ VASO) 20ML	HYPOFARMA	UNIDADE	4,4	1000	4400,00
36	19293	ATROPINA INJ.0,250MG/ML 1ML P/ AMPOLA	ISOFARMA	UNIDADE	0,52	500	260,00
37	50731	AZITROMICINA 500MG COMP.	PRATI	UNIDADE	0,68	10000	6800,00
38	50732	AZITROMICINA PÓ P/ SUSP ORAL 40MG/ML 15ML + DIL.8ML	PRATI	UNIDADE	5,05	4000	20200,00
39	47087	BANDA MATRIZ 0.05 x 5 x 500MM	MAQUIRA	UNIDADE	1,88	30	56,40
40	47086	BANDA MATRIZ 0.05 x 7 x 500MM	MAQUIRA	UNIDADE	1,88	30	56,40
41	53013	BANDA MATRIZ TOFLEMEIRE MOLARES C/10	TDV	UNIDADE	8,9	30	267,00
42	53015	BANDA MATRIZ TOFLEMEIRE PRE-MOLARES C/10	TDV	UNIDADE	8,9	30	267,00
43	53016	BANDEJA CLINICA DE INOX 22X12X01 CM	FLEXINOX	UNIDADE	23,08	15	346,20
44	53017	BANDEJA CLINICA DE INOX 24X17X1,5 CM	FLEXINOX	UNIDADE	31	10	310,00
45	50733	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.00UI	NOVAFARMA	UNIDADE	5	1500	7500,00
46	50734	BENZILPENICILINA BENZATINA PO P/SOL.INJ.120000UI	NOVAFARMA	UNIDADE	8,99	2500	22475,00
47	671309	BOBINA P/ ESTERIALIZACAO C/ INDICADORES QUIMICOS P/ USO EM ESTERILIZACAO A VAPOR OU GAS OXIDO DE ETILENO PAPEL GRAU CIRURGICO MAIS FILME PLASTICO 300MM X 100MM	MEDSTERIL	UNIDADE	160	50	8000,00
48	8338	BOLSA PARA COLETA DE SANGUE DUPLA C/ LINK E S/ BACTAG C/ 500ML CONSTITUIDA POR BOLSA P/ COLETA DE SANGUE C/ SOL. ANTICOAGULANTE CPDA-1, ESTERIL E APIROGENICA CONTENDO, 1 BOLSA P/ A TRASNFERENCIA DE HEMOCOMPONENTES.	JP	UNIDADE	8	500	4000,00
49	45960	BROCA DIAMANTADA 1012	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
50	53025	BROCA DIAMANTADA 1013	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
51	38248	BROCA DIAMANTADA 1014	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
52	53029	BROCA DIAMANTADA 1015	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
53	45961	BROCA DIAMANTADA 1031	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
54	53030	BROCA DIAMANTADA 1036	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
55	53035	BROCA DIAMANTADA 1094	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
56	45962	BROCA DIAMANTADA 1095	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
57	53020	BROCA DIAMANTADA 1112 F	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
58	53021	BROCA DIAMANTADA 1112 FF	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
59	53022	BROCA DIAMANTADA 1190 F	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
60	53027	BROCA DIAMANTADA 1342	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
61	53028	BROCA DIAMANTADA 2135	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
62	53032	BROCA DIAMANTADA 2135 F	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
63	53033	BROCA DIAMANTADA 2135 FF	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
64	53026	BROCA DIAMANTADA 3070	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
65	53019	BROCA DIAMANTADA 3168 F	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
66	53018	BROCA DIAMANTADA 3168 FF	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
67	53023	BROCA DIAMANTADA 3195 F	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
68	53024	BROCA DIAMANTADA 3203	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
69	53034	BROCA DIAMANTADA 3233	FAVA	UNIDADE	2,35	48	112,80
70	59069	BROCA ZEKRYA	DENTSPLY	UNIDADE	34	20	680,00
71	24390	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG 20ML	PRATI	UNIDADE	1,97	400	788,00
72	34268	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML 20ML GOTAS	TEUTO	UNIDADE	3,49	400	1396,00
73	20517	BROMOPRIDA GOTAS 20ML.	PRATI	UNIDADE	2,19	200	438,00
74	19296	BROMOPRIDA INJETAVEL 5 MG/ML 2ML	NOVAFARMA	UNIDADE	2	5000	10000,00
75	53036	BRUNIDOR DE AMALGMA N.29	GOLGRAN	UNIDADE	7,06	10	70,60
76	20515	BUTIL BROMETO DE ESCOPOLAMINA 4 MG/ML + DIPIRONA SODICA 500 MG/ML 5ML INJ.	TEUTO	UNIDADE	3,45	9000	31050,00
77	24382	BUTIL BROMETO DE ESCOPOLAMINA 6.67MG/ML +DIRIRONA SODICA 3.33,4MG/ML 20 ML GOTAS	PRATI	UNIDADE	3,98	200	796,00
78	48934	CARIOSTATICO 12% 10 ML.	MAQUIRA	UNIDADE	22,9	12	274,80
79	50740	CARVEDILOL 12,5MG.COMP.	BALDACCI	UNIDADE	0,18	10000	1800,00
80	51579	CARVEDILOL CPR 6,25MG	BALDACCI	UNIDADE	0,15	10000	1500,00
81	671314	CATETER PARA PUNCAO UMBILICAL DE POLIURETANO (UMBILI-CATH) Nº 2.5 F	GMI	UNIDADE	32	100	3200,00
82	671315	CATETER PARA PUNCAO UMBILICAL DE POLIURETANO (UMBILI-CATH) Nº 3.5 F	GMI	UNIDADE	32	100	3200,00
83	671316	CATETER PARA PUNCAO UMBILICAL DE POLIURETANO (UMBILI-CATH) Nº 5.0 F	GMI	UNIDADE	32	100	3200,00
84	50741	CEFALEXINA CPR 500MG	MULTILAB	UNIDADE	0,28	60000	16800,00
85	671374	CEFALOTINA SODICA 1GR IM/IV INJ	ABL	UNIDADE	11,9	4000	47600,00
86	671375	CEFTRIAXONA 1GR IV INJ	EUROFARMA	UNIDADE	11,9	4000	47600,00
87	671378	CEFTRIAXONA 500MG IM INJ	NOVAFARMA	UNIDADE	9,98	250	2495,00
88	671376	CEFTRIAXONA 500MG IV INJ	NOVAFARMA	UNIDADE	9,98	4000	39920,00
89	22426	CETOPROFENO 100MG IV INJ AMP.	U.QUIMICA	UNIDADE	6,4	4000	25600,00
90	20532	CETOPROFENO 50MG/ML IM 2ML INJ.	U.QUIMICA	UNIDADE	4,99	5000	24950,00
91	671368	CIMETIDINA 150MG/ML IV/IM 2ML INJ	TEUTO	UNIDADE	0,91	5000	4550,00
92	51542	CIPROFLOXACINO 400MG.INJ.200ML (HIFLOXAN)	ISOFARMA	UNIDADE	9,9	500	4950,00
93	46255	CITRATO FENTANILA 0,05 MG/ML 10 ML	U.QUIMICA	UNIDADE	6,15	150	922,50

94	9564	CLAMP UMBILICAL EM PLASTICO ATOXICO TAM.UNICO ESTERIL	WELL	UNIDADE	0,98	500	490,00
95	671370	CLINDAMICINA 600MG EV INJ	NOVAFARMA	UNIDADE	12,4	3000	37200,00
96	9612	CLORETO DE POTASSIO 19,1% INJ. 10ML	ISOFARMA	UNIDADE	0,48	400	192,00
97	47909	CLORETO DE SODIO 0,9% 10ML	ISOFARMA	UNIDADE	0,48	800	384,00
98	14730	CLORETO DE SODIO 10% INJ. 10ML	ISOFARMA	UNIDADE	0,39	800	312,00
99	671323	CLOREXIDINA 0.2 SOLUCAO AQUOSA	VICPHARMA	UNIDADE	10	240	2400,00
100	671282	CLORHEXIDINA 2% SOLUCAO AQUOSA 1000ML	VICPHARMA	UNIDADE	18	10	180,00
101	12323	CLORIDRATO DE ETILEFRINA(EFORTIL 10MG/ML) INJ.	U.QUIMICA	UNIDADE	1,98	500	990,00
102	46006	CLORIDRATO DE CLORPORMAZINA 25MG IV/IM 5ML INJ	CRISTALIA	UNIDADE	3,9	200	780,00
103	34968	CLORIDRATO DE DOBUTAMINA INJ. 250 MG/20ML IV 20ml	U.QUIMICA	UNIDADE	18,9	200	3780,00
104	19305	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5MG/ML 10ML INJ.	U.QUIMICA	UNIDADE	1,97	200	394,00
105	671373	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 20MG/ML 1 ML INJ	CRISTALIA	UNIDADE	6,9	500	3450,00
106	54289	CLORIDRATO DE NALAXONA 0,4 MG/ML 1ML INJ.	CRISTALIA	UNIDADE	29	20	580,00
107	34151	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 50MG/ 2ML IM AMP 2ML	CRISTALIA	UNIDADE	3,8	1000	3800,00
108	52404	CLORIDRATO DE RANITIDINA 50 MG 2 ML INJ.	TEUTO	UNIDADE	1,28	3000	3840,00
109	52405	CLORIDRATO DE TERBUTALINA 0,5 MG 1 ML INJ.	U.QUIMICA	UNIDADE	5,4	300	1620,00
110	12324	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML DE 1ML	U.QUIMICA	UNIDADE	2,5	3000	7500,00
111	34971	CLORIDRATO DE VANCOMICINA 500 MG IV	NOVAFARMA	UNIDADE	6,8	500	3400,00
112	671164	COLAGENASE + CLORANFENICOL POMADA 30MG	CRISTALIA	UNIDADE	31	200	6200,00
113	19303	COLIRIO ANESTESICO(CLORIDRATO DE TETRACAINA 1% CLORIDRATO DE FENILEFRINA 0,1%) 10ML	ALLERGAN	UNIDADE	25	50	1250,00
114	671369	COMPLEXO B IV/IM 2ML INJ	HYPOFARMA	UNIDADE	1,35	5000	6750,00
115	12209	COMPRESSA DE CAMPO OPERATORIO 50 X 40CM 4 CAMADAS C/ CADARÇO C/ 50	CLEAN-TEST	PACOTE	77	50	3850,00
116	671310	COMPRESSA DE GAZE PCT. C/ 500 DE 7,5 CM C/ 8 DOBRAS 5 CAMADAS DE 11 FIOS	CLEAN	PACOTE	15,2	1000	15200,00
117	53046	CONDENSADOR DE AMALGMA N.3	GOLGRAN	UNIDADE	5,8	10	58,00
118	671263	CORANTE AZUL DE METILENO SOLUCAO AQUOSA PARA COLORACAO DE LAMINAS, FRASCO COM 1000 ML	CROMOLINE	UNIDADE	45	20	900,00
119	6657	CORANTE DE GIEMSA 1000ML	CROMOLINE	UNIDADE	40	20	800,00
120	47910	DESLANOSIDEO 0,2MG/ML 2ML INJ	U.QUIMICA	UNIDADE	2,1	500	1050,00
121	20533	DEXAMETASONA 4MG/ML 2,5ML INJ	HYPOFARMA	UNIDADE	2,3	3000	6900,00
122	52407	DEXAMETASONA ELIXIR.0.5 ML/5 ML 120 ML FR	PRATI	UNIDADE	2,3	100	230,00
123	9616	DIAZEPAN INJ. 10MG 2ML P/ AMPOLA.	CRISTALIA	UNIDADE	2	2000	4000,00
124	14735	DICLOFENACO 75MG/3ML INJ.	TEUTO	UNIDADE	1,4	3000	4200,00
125	21479	DICLOFENACO SODICO 50MG C/500 COMP	PRATI	UNIDADE	22,9	20	458,00
126	20534	DICLOFENACO SODICO 75MG/3ML P/ AMPOLA.	TEUTO	UNIDADE	1,4	5000	7000,00
127	50771	DIGOXINA 0,25MG CPR.	PHARLAB	UNIDADE	0,08	50000	4000,00
128	38356	DIMETICONA COMPRIMIDO 40MG	PRATI	UNIDADE	79	10	790,00
129	16300	DIMETICONA GOTAS 10 ML	PRATI	UNIDADE	1,69	200	338,00
130	671379	DIPIRONA 500MG/ML 2ML IM/IV INJ	TEUTO	UNIDADE	0,98	10000	9800,00
131	50773	DIPIRONA 500MG/ML GTS 10ML	SOBRAL	UNIDADE	1,25	80000	100000,00
132	50772	DIPIRONA 500MG/ML INJ.2ML	TEUTO	UNIDADE	0,98	20000	19600,00
133	19115	DIPIRONA COMP. 500MG	PRATI	UNIDADE	0,6	20	12,00
134	20536	DOLOSAL INJ.(CLORID.DE PETIDINA)50MG/ML 2ML P/ AMPOLA	U.QUIMICA	UNIDADE	2,99	500	1495,00
135	22523	DRAMIM B6 DL IV 10ML INJ	NYCOMED	UNIDADE	5,7	1000	5700,00
136	59065	DRENO DE PENROSE Nº 01	WALTEX	UNIDADE	20	30	600,00
137	59066	DRENO DE PENROSE Nº 02	WALTEX	UNIDADE	30	30	900,00
138	59067	DRENO DE PENROSE Nº 03	WALTEX	UNIDADE	48	30	1440,00
139	53050	ESCAVADOR DE DENTIDA 11 1/2	GOLGRAN	UNIDADE	8,2	10	82,00
140	53051	ESPATULA 24 F	GOLGRAN	UNIDADE	9,4	10	94,00
141	53052	ESPATULA DE INSERCAO N.1 6335	GOLGRAN	UNIDADE	8,24	10	82,40
142	50779	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0.3MG CPR	WYETH	UNIDADE	1,3	10000	13000,00
143	47912	FENITOINA 5% IM/IV INJ 5ML AMP	HIPOLABOR	UNIDADE	3,8	200	760,00
144	47913	FENOBARBITAL 200MG IM/IV 2ML INJ	CRISTALIA	UNIDADE	2,8	200	560,00
145	52414	FILME PARA RAIO X DE BOA QUALIDADE PARA REVELACAO MANUAL 30 X 40 CM C/100	FUJI	CAIXA	220,8	40	8832,00
146	52415	FILME PARA RAIO X DE BOA QUALIDADE PARA REVELACAO MANUAL 35 X 35 CM C/100	FUJI	CAIXA	200	35	7000,00
147	671330	FIO MONO NYLON 2.0 C/ AG 3 CORTANTE C/24 45 CM	TECHNOFIO	CAIXA	42	50	2100,00
148	671331	FIO MONO NYLON 3.0 C/ AG 2 CORTANTE C/24 45 CM	TECHNOFIO	CAIXA	42	50	2100,00
149	47914	FITOMENADIONA (VITA K) 10 MG/ML 1ML INJ	U.QUIMICA	UNIDADE	3,5	2000	7000,00
150	19392	FIXADOR CITOLOGICO SOLUÇAO SPRAY 100ML	ADLIN	UNIDADE	7,12	50	356,00
151	53054	FLUOR GEL SABORES VARIADOS 200ML	DFL	UNIDADE	4,69	30	140,70
152	53053	FLUOR SOLUCAO DE FLURETO DE SODIO 0.05% 1.000ML	REYMER	UNIDADE	19,9	50	995,00
153	671348	FOLHA TESTE BOWIE-DICK C/ 50 P/ AUTOCLAVES A VAPOR EQUPADAS COM SISTEMA DE VACUO	AMCOR	UNIDADE	289	100	28900,00
154	59073	FORCEPS ADULTO Nº 16	ABC	UNIDADE	52	5	260,00
155	671283	FORMALDEIDO ORTO-CRESOL (MATERIAL PARA DESINFECCAO DE CANAL RADICULAR) 10 ML	BIODINAMICA	UNIDADE	9,23	20	184,60
156	22199	FORMOL INIBIDO 37% 1000ML	RICIE	UNIDADE	18,99	60	1139,40
157	46651	FOSFATO DE SODIO MONOBASICO 160MG/ML+FOSFATO DE SODIO DIBASICO 60MG/ML 130ML	CRISTALIA	UNIDADE	8,9	100	890,00
158	53071	FOSFATO DE ZINCO PO 28 GR.	SSWHITE	UNIDADE	18	10	180,00
159	31918	FUROSEMIDA INJ. 10MG/ML 2ML	SANTISA	UNIDADE	0,86	2000	1720,00
160	18252	GENTAMICINA 20MG 1AMPX1ML	NOVAFARMA	UNIDADE	2,5	2000	5000,00
161	671380	GLICOSE 25% 10ML INJ	ISOFARMA	UNIDADE	0,49	2000	980,00
162	24758	GLICOSE 25% 10ML INJ.	ISOFARMA	UNIDADE	0,48	4000	1920,00
163	20541	GLICOSE 50% 10ML INJ. P/ AMPOLA	ISOFARMA	UNIDADE	0,49	2000	980,00
164	671350	GLUTARALDEIDO PREPARADO PARA 28 DIAS 1000ML	CINORD	UNIDADE	22	48	1056,00
165	33823	HALOPERIDOL 5 MG /ML IM/IV INJ 1ML	U.QUIMICA	UNIDADE	2,1	500	1050,00
166	671264	HCG C/ 50 TIRAS TESTE DE GRAVIDEZ	LABORCLIN	CAIXA	75	100	7500,00
167	27898	HEMACEL (SOLUCAO GELATINOSA 3,5%) 500ML	HALEXSTAR	UNIDADE	29	600	17400,00
168	671284	HEMOSTATICO LIQUIDA FR. 10 ML	BIODINAMICA	UNIDADE	25,18	12	302,16
169	20543	HEPARINA SOD. INJ. 5000UI/ML 5ML	BLAUSIEGEL	UNIDADE	18	100	1800,00
170	671382	HERMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 2MG/ML 4 ML INJ	NOVAFARMA	UNIDADE	11,8	150	1770,00
171	20545	HIDROCORTIZONA 100MG INJ. IM/IV	NOVAFARMA	UNIDADE	13,9	3000	41700,00
172	20544	HIDROCORTIZONA 500MG INJ. IM/IV P/ AMPOLA	NOVAFARMA	UNIDADE	6,8	3000	20400,00
173	25047	HIDROXIDO DE ALUMINIO SUSP.100 ML	SOBRAL	UNIDADE	3,2	200	640,00
174	671381	HIOCINA SIMPLES EV 1ML INJ	U.QUIMICA	UNIDADE	1,63	2000	3260,00
175	671352	INDICADOR QUIMICO INTERNO MULTIPARAMETRICO PARA VAPOR C/	CRISTOFOLI	CAIXA	190	50	9500,00

		240 TIRAS DE 1,5 CM X 20 CM OU C/480 TIRAS 1,5 CM X 10 CM					
176	20438	IODO POVIDONA DEGERMANTE 1000ML	VICPHARMA	LITRO	20,8	600	12480,00
177	20439	IODO POVIDONA TOPICO 1000ML	VICPHARMA	LITRO	20	600	12000,00
178	48541	IONOMERO VIDRION-R PO 10 GR.	FGM	UNIDADE	25	30	750,00
179	671277	ISSORBIDA, MONONITRATO 40GR CPR	BALDACCI	UNIDADE	0,32	10000	3200,00
180	50790	IVERMECTINA 6MG CPR	UCIFARMA	UNIDADE	1,1	10000	11000,00
181	46689	KIT PARA EXAME AHIV I E II - ELISA C/ 96 TESTES	INTERKIT	UNIDADE	224	12	2688,00
182	46687	KIT PARA EXAME DE TOXOPLASMOSE IGG- ELISA C/ 96 TESTE	KATAL	UNIDADE	416	12	4992,00
183	46690	KIT PARA EXAME HBSAG - ELISA C/ 96 TESTES	INTERKIT	UNIDADE	300	12	3600,00
184	25722	LAMINA PARA MICROSCOPIA PONTA FOSCA 25.4X76.2 MM C/50	PERFECTA	CAIXA	5,69	1000	5690,00
185	7730	LIQUIDO DE TURK 500ML	NEWPROV	UNIDADE	24	20	480,00
186	12228	LUVA DE PROCEDIMENTO P C/ PO C/100	MEDIX	CAIXA	21	4000	84000,00
187	19317	MALEATO DE METILERGOMETRINA INJ.1ML	U.QUIMICA	UNIDADE	2,5	2000	5000,00
188	38361	MANITOL A 20% SOLUCAO INJ. 250ML	JP	UNIDADE	6,9	1000	6900,00
189	47917	METILSULFATO DE NEOSTIGMINA 0,5 MG/ML 1ML	U.QUIMICA	UNIDADE	1,64	200	328,00
190	671383	METROCLOPRAMIDA GOTAS 10ML	MEDQUIMICA	UNIDADE	1,88	200	376,00
191	20549	METRONIDAZOL 5MG/ML-0.5% 100ML	ISOFARMA	UNIDADE	3,25	300	975,00
192	47097	MICRO APLICADORES DESCARTAVEIS TIPO FINO C/ 100UN	FGM	CAIXA	14,12	25	353,00
193	12338	MIDAZOLAN 15MG/3ML INJ.	U.QUIMICA	UNIDADE	3,5	50	175,00
194	671384	MIZOPROSTOL 200MG CPR	HEBRON	UNIDADE	130	200	26000,00
195	27055	NEOCAINA 0,5% PESADA (CLORID. DE BUPIVACAINA 5MG/ML + GLICOSE 80MG/ML) P/ RAQUE ANESTESIA 4ML, ESTOJO ESTERELIZADO.	CRISTALIA	UNIDADE	580	15	8700,00
196	6080	NEOMICINA + BACITRACINA 5MG-250UI/G 10G POMADA	TEUTO	UNIDADE	2,98	200	596,00
197	16310	NIMESULIDA 100MG COMP	GEOLAB CX C/12	UNIDADE	2,2	5	11,00
198	12340	NIMESULIDE GOTAS 50MG/ML 15ML	PRATI	UNIDADE	1,87	200	374,00
199	45760	NITROFURASONA 0,2% 500ML	RIOQUIMICA	UNIDADE	28	100	2800,00
200	45761	NITROGLICERINA 5MG/ML 5ML INJ	CRISTALIA	UNIDADE	48	10	480,00
201	15566	OCULOS DE SEGURANCA LENTE TRANSPARENTE C/ ARMACAO E HASTES REGULAVEIS E CORDAO	SSPLUS	UNIDADE	12	50	600,00
202	8227	OLEO IMERSAO 100ML	NEWPROV	UNIDADE	13	20	260,00
203	20550	OMEPRAZOL 40MG INJ. C/DILUENTE.	BLAUSIEGEL	UNIDADE	12,9	1200	15480,00
204	45768	OXACILINA SODICA 500MG IM/IV	NOVAFARMA	UNIDADE	5,1	2000	10200,00
205	33134	OXITOCINA 5 U.I/ML 1ML INJ	U.QUIMICA	UNIDADE	2,25	3000	6750,00
206	671356	PAPEL CREPADO 120 CM X 120 CM C/ 100 UNIDS	POLARFIX	CAIXA	380	50	19000,00
207	50912	PARACETAMOL GTS 200MG/ML 15ML	SOBRAL	UNIDADE	0,96	20000	19200,00
208	50827	PASTA DïAGUA 100G.	RIOQUIMICA	UNIDADE	4,6	750	3450,00
209	53075	PASTA PROFILATICA 50 GR.	MAQUIRA	UNIDADE	8,45	20	169,00
210	53076	PEDRA-POMES EXTRAFINA PARA USO ODONTOLOGICO 100GR.	MAQUIRA	UNIDADE	5,8	20	116,00
211	59075	PESCA PONTO P/ SUTURA	PROFESSIONAL	UNIDADE	31	5	155,00
212	48898	PINCA ANATOMICA DENTE DE RATO 14CM.	ABC	UNIDADE	11	5	55,00
213	7883	PINCA DENTE DE RATO 14CM	ABC	UNIDADE	10,4	60	624,00
214	19177	PINCA KELLI RETA 14CM	ABC	UNIDADE	17	60	1020,00
215	48895	PINCA KELLY CURVA 14CM.	GOLGRAN	UNIDADE	29	5	145,00
216	48894	PINCA KELLY RETA 14CM.	GOLGRAN	UNIDADE	29	5	145,00
217	20451	PINCA SHERON 24CM	ABC	UNIDADE	55	60	3300,00
218	53081	PLACA DE VIDRO 6 MM	PREVEN	UNIDADE	8,8	5	44,00
219	53082	PORTA AGULHA MATHEU 20 CM	ABC	UNIDADE	48	5	240,00
220	12237	PORTA AGULHA MAYO 14CM	ABC	UNIDADE	20	60	1200,00
221	59076	PORTA AMALGMA METAL	GOLGRAN	UNIDADE	49	5	245,00
222	48900	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE.	WILCOS	UNIDADE	29	5	145,00
223	52410	PROPOVAN 10 MG/ML 10 ML (PROPOFOL)	AURANTIS	UNIDADE	10,9	10	109,00
224	23397	REPOFLOR (RESTAURADOR DA FLORA INTESTINAL) 100MG COMP	EMS	UNIDADE	4,5	250	1125,00
225	10446	REPOFLOR (RESTAURADOR DA FLORA INTESTINAL) 200MG PEDIATRICO ENV. 1G	EMS	UNIDADE	9,9	200	1980,00
226	46188	REVELADOR P/ RAIO X MANUAL CX C/ 4X2.08LTRS PARA FAZER 4X9.5LTRS	KODAK	CAIXA	280	40	11200,00
227	45836	SABONETE LIQUIDO COM GLICERINA NEUTRO 1000ML	RIOQUIMICA	UNIDADE	12,8	1200	15360,00
228	7786	SELANTE PARA FOSSULAS FISSURAS 2GR	DENTSPLY	UNIDADE	38,5	12	462,00
229	24776	SERINGA DESC. C/ AGULHA 25X7 10ML .	SR	UNIDADE	0,4	40000	16000,00
230	12240	SERINGA DESCARTAVEL 10 ML C/ AGULHA 25 X 7	SR	UNIDADE	0,4	20000	8000,00
231	48929	SISTEMA ADESIVO COM FLUOR FR. 4 ML.	BIODINAMICA	UNIDADE	19	30	570,00
232	33207	SONDA ENDOTRAQUEAL 2.0 S/BALAO	SOLIDOR	UNIDADE	4,9	10	49,00
233	26776	SONDA ENDOTRAQUEAL 3.0 C/ BALAO	SOLIDOR	UNIDADE	5	10	50,00
234	10783	SONDA FOLEY N. 12 2 VIAS	SOLIDOR	UNIDADE	2,99	150	448,50
235	10785	SONDA FOLEY N. 16 2 VIAS	SOLIDOR	UNIDADE	2,99	150	448,50
236	10786	SONDA FOLEY N. 18 2 VIAS	SOLIDOR	UNIDADE	2,99	150	448,50
237	10788	SONDA FOLEY N. 22 2 VIAS	SOLIDOR	UNIDADE	2,99	150	448,50
238	31919	SORO FISIOLOGICO 0,9% 100ML	HALEXSTAR	UNIDADE	2,88	15000	43200,00
239	24766	SORO FISIOLOGICO 0,9% 500ML	HALEXSTAR	UNIDADE	4,5	10000	45000,00
240	6774	SORO FISIOLOGICO 9% 500ML	HALEXSTAR	UNIDADE	4,5	10000	45000,00
241	671159	SULFADIAZINA DE PRATA CREME 1% 400 GR	PRATI	UNIDADE	49	240	11760,00
242	8978	SULFATO DE MAGNESIO 10% 10ML	ISOFARMA	UNIDADE	0,69	200	138,00
243	671386	SULFATO DE MORFINA 0.2MG 1 ML SP INJ	CRISTALIA	UNIDADE	7,9	500	3950,00
244	45859	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML 1ML INJ.	CRISTALIA	UNIDADE	5,7	200	1140,00
245	47955	SULFATO DE POLIMEXINA B 10.000 UI/ML + LIDOCAINA 43,4 MG/ML SOL. OTOL 10ML GTS	GEOLAB	UNIDADE	3,9	20	78,00
246	51533	TALA METALICA COM EPUMA P/IMOB.12X180 C/12		PACOTE	9,9	5	49,50
247	51534	TALA METALICA P/IMOB.16X180 C/12		PACOTE	11,8	5	59,00
248	671387	TENOXICAN 20 MG INJETAVEL I.V	EUROFARMA	UNIDADE	9,3	3000	27900,00
249	53091	TESOURA CASTRO VIEJO	QUINELATO	UNIDADE	80	10	800,00
250	53090	TESOURA CURVA 12 CM	GOLGRAN	UNIDADE	18	10	180,00
251	53089	TESOURA RETA 12 CM	GOLGRAN	UNIDADE	18	5	90,00
252	53092	TIRA DE POLIESTER C/50	PREVEN	PACOTE	2	10	20,00
253	47962	TUBO VACUO 10ML C/ TAMPA VERMELHA S/ATIVADOR C/100	LABOR	CAIXA	72	30	2160,00
254	24803	TUBO VACUO 5ML C/ TAMPA VERMELHA S/ATIVADOR C/100	CRAL	CAIXA	44	50	2200,00
255	671288	VERNIZ FORRADOR DE CAVIDADES 10ML	SSWHITE	UNIDADE	10,69	25	267,25

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Publica, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:
3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;
b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;
d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;
e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;
f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta.

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.
5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:
I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,
II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS
6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento de 2014** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;
II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO
9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.
E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

10. CONDIÇÕES GERAIS:
10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento dos objetos, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã - MT, 25 de Novembro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Dental Centro Oeste LTDA
CNPJ Nº 36.900.926/0001-80
FÁBIO SPADA
CPF/MF: 694.859.251-15

Publicado por:
Ana Cristina da Silva Cappelesso
Código Identificador:A99D3009

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2014

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 097/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1.729/2010

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada

simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EDNILSON LUIZ FAITTA**, no exercicio de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **LP COMÉRCIO E REP. ASSESSORIA E PREST. SERV. LTDA,** inscrita no **CNPJ Nº 10.832.896/0001-29**, com sede na Rua Jules Rimet**,** nº 505, Bairro: Alvorada, município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso - MT **CEP**: 78.048-610 telefone: (65) 3027-2090 representada pela **Sr. Patrícia Pompeu Rodrigues**, portador da cédula de identidade **RG 0985791-5 SSP/MT** e inscrita no **CPF/MF: 782.541.321-00,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preço, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto nº. 7.892/2013 Decreto nº 8.250/2014, dos Decretos Municipais 1.392/2008 e 1.729/2010 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO MATERIAL – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ	ITEM	DESCRICAO	MARCA	UNID.	VALOR UNIT.	QNTD	VALOR TOTAL
1	59077	AGUA DESTILADA NAO ESTERIL 5 LITROS	ASFER	UNIDADE	9,80	500	4900,00
2	27888	AGULHA DESC. 20X5,5 C/ 100 UNID.	LAMEDID	UNIDADE	7,90	600	4740,00
3	47927	AGULHA DESC. 25X0.7 C/ 100 UN	LAMEDID	CAIXA	7,10	200	1420,00
4	31002	AGULHA DESC. P/ RAQUE ANESTESIA Nº 23GX3 1/2	SOLIDOR	UNIDADE	5,50	400	2200,00
5	15239	AGULHA DESCART. P/ RAQUE ANESTESIA Nº 22GX31/2 (90X4.5)	SOLIDOR	UNIDADE	5,40	200	1080,00
6	25431	AGULHA DESCARTAVEL P/ RAQUI ANESTESIA SPINAL 25GX3 1/2	SOLIDOR	UNIDADE	5,40	400	2160,00
7	22245	AGULHA P/ RAQUI DESC. 26G.3 1/2 (90X4.5)	SOLIDOR	UNIDADE	5,30	400	2120,00
8	53012	ALAVANCA APICAL RETA INFANTIL	TRINKS	UNIDADE	23,50	5	117,50
9	53007	ALAVANCA DE SELDIN MEIA CANA	TRINKS	UNIDADE	23,50	5	117,50
10	53011	ALAVANCA DE SELDIN MEIA CANA INFANTIL	TRINKS	UNIDADE	24,00	5	120,00
11	53008	ALAVANCA DE SELDIN N.1R INFANTIL	TRINKS	UNIDADE	23,50	5	117,50
12	53006	ALAVANCA DE SELDIN N.2 ADULTO	TRINKS	UNIDADE	23,50	5	117,50
13	7841	ALMOTOLIA CLARA 250ML	J PRALAB	UNIDADE	2,60	200	520,00
14	7840	ALMOTOLIA CLARA 500ML	J PROLAB	UNIDADE	3,00	200	600,00
15	9580	ALMOTOLIA ESCURA 250ML	J PROLAB	UNIDADE	2,60	200	520,00
16	10978	ALMOTOLIA ESCURA 500ML	J PROLAB	UNIDADE	2,90	200	580,00
17	48925	AMALGAMA 1 PORCAO GS 80 PRESA REGULAR	GS80	UNIDADE	2,25	2000	4500,00
18	20432	ATADURA DE CREPE 10CMX4,5MTS CONTENDO 13 FIOS PCT C/12.	MINAS TEXTIL	PACOTE	5,00	2000	10000,00
19	20433	ATADURA DE CREPE 15CMX4,5MTS, CONTENDO 13 FIOS PCT. C/12.	MINAS TEXTIL	PACOTE	7,40	2000	14800,00
20	20434	ATADURA DE CREPE 20CMX4,5MTS CONTENDO 13 FIOS PCT. C/12.	MINAS TEXTIL	PACOTE	8,20	2000	16400,00
21	51719	ATADURA GESSADA MEDINDO 15CM DE LARG.POR 3M DE COMP.ENROLADA EM TUBETE DE PLASTICO,COM GESSO UNIFORMEMENTE IMPREGNADO SOBRE UMA TELA DE TEC.TIPO GIRO-INGLES 100% ALG.E LATERAL COM CORTE SINUOSO PARA EVITAR DESFIAMENTE.DEP.DE MOLHADA C/AGUA A ATADURA	NEVE	UNIDADE	2,60	800	2080,00
22	51720	ATADURA GESSADA MEDINDO 20CM DE LARG.POR 4M DE COMP.ENROLADA EM TUBETE DE PLASTICO,COM GESSO UNIFORMEMENTE IMPREGNADO SOBRE UMA TELA DE TEC.TIPO GIRO-INGLES 100% ALG.E LATERAL COM CORTE SINUOSO PARA EVITAR DESFIAMENTE.DEP.DE MOLHADA C/AGUA A ATADURA	NEVE	UNIDADE	4,20	800	3360,00
23	51716	ATADURA GESSADA MEDINDO 8CM DE LARG.POR 2M DE COMP.ENROLADA EM TUBETE DE PLASTICO,COM GESSO UNIFORMEMENTE IMPREGNADO SOBRE UMA TELA DE TEC.TIPO GIRO-INGLES 100% ALG.E LATERAL COM CORTE SINUOSO PARA EVITAR DESFIAMENTE.DEP.DE MOLHADA C/AGUA A ATADURA	NEVE	UNIDADE	1,51	400	604,00
24	51723	ATADURA ORTOPEDICA DE ALGODAO HIDROFOBO TAMANHO 10CM X 1,80M ELABORADAS A PARTIR DE FIBRAS 100% ALG.CRU,EM ROLOS DE MANTAS UNIFORMES, COM CAMADA DE GOMA APLICADA EM UMA DAS FACES,ENROLADAS SOBRE SI,ENVOLVIDA EM PAPEL ACETINADO,ISENTA DE AMIDO	ORTOFEN	UNIDADE	0,66	200	132,00
25	51725	ATADURA ORTOPEDICA DE ALGODAO HIDROFOBO TAMANHO 15CM X 1,80M ELABORADAS A PARTIR DE FIBRAS 100% ALG.CRU,EM ROLOS DE MANTAS UNIFORMES, COM CAMADA DE GOMA APLICADA EM UMA DAS FACES,ENROLADAS SOBRE SI,ENVOLVIDA EM PAPEL ACETINADO,ISENTA DE AMIDO	ORTOFEN	UNIDADE	0,80	200	160,00
26	51726	ATADURA ORTOPEDICA DE ALGODAO HIDROFOBO TAMANHO 20CM X 1,80M ELABORADAS A PARTIR DE FIBRAS 100% ALG.CRU,EM ROLOS DE MANTAS UNIFORMES, COM CAMADA DE GOMA APLICADA EM UMA DAS FACES,ENROLADAS SOBRE SI,ENVOLVIDA EM PAPEL ACETINADO,ISENTA DE AMIDO	ORTOFEN	UNIDADE	0,96	200	192,00
27	38327	BANDEJA INOX P/ CURATIVO 30X20X4CM	FAMI	UNIDADE	84,00	40	3360,00
28	37351	BRUNIDOR DE AMALGMA N.33	GOLGRAN	UNIDADE	8,00	10	80,00
29	53037	BRUNIDOR DE AMALGMA N.6	GOLGRAN	UNIDADE	7,00	10	70,00
30	48845	CABO PARA ESPELHO CROMADO N. 25.	PHARMAINOX	UNIDADE	4,00	40	160,00
31	53043	CAIXA PARA ESTERILIZACAO EM INOX 18X08X03	FAMI	UNIDADE	38,00	5	190,00
32	53042	CAIXA PARA ESTERILIZACAO EM INOX 25X12X06	FAMI	UNIDADE	55,00	5	275,00
33	53041	CAIXA PARA ESTERILIZACAO EM INOX 26X14X06	FAMI	UNIDADE	76,00	5	380,00
34	53040	CAIXA PARA ESTERILIZACAO EM INOX 32X16X08	FAMI	UNIDADE	90,00	5	450,00
35	53039	CAIXA PARA ESTERILIZACAO EM INOX 42X18X09	FAMI	UNIDADE	105,00	5	525,00
36	18828	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.18	DESCARPACK	UNIDADE	0,94	800	752,00
37	18570	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.20	DESCARPACK	UNIDADE	0,94	800	752,00
38	18571	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.22	DESCARPACK	UNIDADE	0,94	800	752,00
39	9563	CATETER P/ OXIGENIO TIPO OCULOS RECEM NASCIDO	MEDOSNDA	UNIDADE	1,49	200	298,00
40	671318	CATETER VENOSO CENTRAL DE POLIORETANO 19GA 1 LUMEN COMP. 21 C/ INTRODUTOR DE POLIORETANO 16GA	ARGON	UNIDADE	47,00	150	7050,00
41	671321	CATETER VENOSO CENTRAL DE POLIORETANO 19GA 1 LUMEN COMP. 31 C/ INTRODUTOR DE POLIORETANO 16GA	ARGON	UNIDADE	75,00	150	11250,00
42	671317	CATETER VENOSO CENTRAL DE POLIORETANO 22GA 1 LUMEN COMP. 21 C/ INTRODUTOR DE POLIORETANO 18GA	ARGON	UNIDADE	47,00	150	7050,00
43	47100	CIMENTO DE HIDROXIDO DE CALCIO RADIO PACO (HYDCAL)	HYDICAL	UNIDADE	17,00	30	510,00
44	48944	CIMENTO DE ZINCO LIQUIDO 10ML.	LS	UNIDADE	11,75	20	235,00
45	48945	CIMENTO DE ZINCO PO 28GR 1 CLARO.	LS	UNIDADE	11,65	20	233,00
46	46015	COLETOR DE MATERIAL PARA EXAME 80 ML ESTERIL C/500	J PROLAB	CAIXA	0,44	30	13,20
47	19157	COMPRESSA DE GAZE PCT. C/ 500 DE 7.5CM C/ 8 DOBRAS E 5 CAMADAS 9 FIOS	MINAS TEXTIL	PACOTE	10,30	2000	20600,00
48	46664	CONJUNTO PARA NEBULIZACAO ADULTO EM LINHA DE AR COMPRIMIDO CONECTOR AMARELO 3/4-16 UNF	NS	UNIDADE	15,00	100	1500,00
49	46666	CONJUNTO PARA NEBULIZACAO INFANTIL EM LINHA DE AR COMPRIMIDO CONECTOR AMARELO 3/4-16 UNF	NS	UNIDADE	15,00	100	1500,00
50	53049	CURETA ALVEOLAR	GOLGRAN	UNIDADE	9,60	10	96,00
51	47930	ELETRODO P/ ELETROCARDIOGRAMA 41 X36 MM C/ 50	SOLIDOR	PACOTE	17,90	10	179,00

52	7851	EQUIPO MACRO GOTAS FLEX. C/ INJ LATERAL	LABOR IMPORT	UNIDADE	1,50	22000	33000,00
53	22521	EQUIPO MICRO GOTAS FLEX C/INJ.LATERIAL	MEDSONDA	UNIDADE	1,50	5000	7500,00
54	671325	ESCALP 27 C/ 100 (DISPOSITIVO INTRAVENOSO C/ AGULHA ESPECIAL DE PAREDE FINA SILICONESADA ESTERIL	LAMEDID	UNIDADE	26,00	150	3900,00
55	10759	ESFIGNOMANOMETRO APARELHO PARA AFERIR PRECAO ARTERIAL C/ BRAÇADEIRA, MANGUITO E PERA.RESITENTE DE BOA QUALIDADE.	PREMIUM	UNIDADE	62,00	90	5580,00
56	24784	ESPARADRAPO ROLO 10CMX4,5MTS	DESCRAPACK	UNIDADE	7,20	1440	10368,00
57	38328	ESPECULO VAGINAL ESTERIL DESC. TAMANHO P	ADLIN	UNIDADE	1,60	10000	16000,00
58	15845	ESPECULO VAGINAL ESTERIL DESCARTAVEL TAMANHO G	ADLIN	UNIDADE	2,10	6000	12600,00
59	7856	ESPECULO VAGINAL MEDIO DESC. ESTERIL	ADLIN	UNIDADE	1,80	10000	18000,00
60	7770	ESPELHO ODONTOLOGICO N. 05	PHARMAINOX	UNIDADE	3,80	100	380,00
61	34738	ESTETOSCOPIO DUPLO ADULTO ANGULO DE ALUMINIO	PREMIUM	UNIDADE	17,50	90	1575,00
62	33210	ESTETOSCOPIO DUPLO INFANTIL ANGULO DE ALUMINIO	PREMIUM	UNIDADE	17,50	10	175,00
63	51536	FAIXA DE SMARCH 2MT X 10CM	CIR BRASIL	UNIDADE	18,20	10	182,00
64	51537	FAIXA DE SMARCH 2MT X 15CM	CIR BRASIL	UNIDADE	26,00	10	260,00
65	51538	FAIXA DE SMARCH 2MT X 20 CM	CIR BRASIL	UNIDADE	38,00	10	380,00
66	52416	FILME PARA RAIO X DE BOA QUALIDADE PARA REVELACAO MANUAL 24 X 30 CM C/100	IBF	CAIXA	195,00	35	6825,00
67	46656	FIO CAT GUT CROM. 1.0 COM AG 4 C/24 ENV 1,5 MT RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	110,00	20	2200,00
68	59171	FIO CAT GUT CROMADO 0 SEM AGULHA C/ 24 ENV 1,50 MT RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECNHOFIO	CAIXA	105,00	10	1050,00
69	46657	FIO CAT GUT CROMADO 2.0 C/ AG 4 C/ 24 ENV. 1,5 MT RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	110,00	20	2200,00
70	671335	FIO CAT GUT CROMADO 3.0 C/ AG. 3 C/ 24 ENV. 1,5 MT RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	108,00	5	540,00
71	52446	FIO CAT GUT CROMADO 4.0 C/AG 3/8 CM 50MT C/24 ENV. RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	105,00	20	2100,00
72	52432	FIO CAT GUT SIMPLES 1.0 C/AG 3/8 C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	105,00	15	1575,00
73	52434	FIO CAT GUT SIMPLES 1.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	105,00	20	2100,00
74	52433	FIO CAT GUT SIMPLES 2.0 C/AG 3 C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	45,00	25	1125,00
75	671334	FIO CAT GUT SIMPLES 3.0 C/ AG 3 C/ 24 ENV. 1,5 MT RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	108,00	10	1080,00
76	52438	FIO CAT GUT SIMPLES 3.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	105,00	10	1050,00
77	52447	FIO CAT GUT SIMPLES 4.0 C/AG 3/8 1,50MT C/24 ENV. RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	105,00	20	2100,00
78	52448	FIO CAT GUT SIMPLES N.0 C/AG 3/8 1,50MT C/24 ENV. RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	105,00	20	2100,00
79	52449	FIO CAT GUT SIMPLES N.0 S/AG 1,50MT C/24 ENV. RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	105,00	20	2100,00
80	671347	FIO CAT GUT SIMPLES Nº 5.0 S/ AGULHA 3 1,50MT C/24 ENV. RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	108,00	20	2160,00
81	11136	FIO DE SUTURA 3.0 SEDA TRANCADA C/ AGULHA DE CORTE TRIANGULAR C/ 50 UNIDADES.	TECH NEW	CAIXA	36,00	50	1800,00
82	52428	FIO MONO NYLON 0 C/AG 3 CORTANTE C/24 45 CM	TECHNOFIO	CAIXA	45,00	20	900,00
83	671332	FIO MONO NYLON 2.0 C/ AG 2 CORTANTE C/24 45 CM	TECHNOFIO	CAIXA	45,00	50	2250,00
84	52426	FIO MONO NYLON 5.0 C/AG 3 CORTANTE C/24 45 CM	TECHNOFIO	CAIXA	45,00	20	900,00
85	7718	FIXADOR PARA RAIO X MANUAL CX 4x2.08 P/ FAZER 4x9.5	IBF	CAIXA	200,00	40	8000,00
86	53060	FORCEPS ADULTO N.01	TRINKS	UNIDADE	58,00	5	290,00
87	53065	FORCEPS ADULTO N.150	TRINKS	UNIDADE	58,00	5	290,00
88	53066	FORCEPS ADULTO N.151	TRINKS	UNIDADE	58,00	5	290,00
89	53062	FORCEPS ADULTO N.17	TRINKS	UNIDADE	58,00	5	290,00
90	53064	FORCEPS ADULTO N.18 L	TRINKS	UNIDADE	58,00	5	290,00
91	53063	FORCEPS ADULTO N.18 R	TRINKS	UNIDADE	58,00	5	290,00
92	53068	FORCEPS ADULTO N.65	TRINKS	UNIDADE	58,00	5	290,00
93	53067	FORCEPS ADULTO N.69	TRINKS	UNIDADE	58,00	5	290,00
94	53055	FORCEPS INFANTIL N.1	TRINKS	UNIDADE	58,00	5	290,00
95	53059	FORCEPS INFANTIL N.101	TRINKS	UNIDADE	58,00	5	290,00
96	53056	FORCEPS INFANTIL N.2	TRINKS	UNIDADE	58,00	5	290,00
97	53057	FORCEPS INFANTIL N.3	TRINKS	UNIDADE	58,00	5	290,00
98	53058	FORCEPS INFANTIL N.65	TRINKS	UNIDADE	58,00	5	290,00
99	671329	FRALDA DESC. GERIATRICA TAM GG C/ 07	BIOFRAL	PACOTE	11,00	200	2200,00
100	19339	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA TAM. G C/7 UN.	BIOFRAL	PACOTE	10,50	200	2100,00
101	52424	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA TAM. M C/7	DESCRAPACK	UNIDADE	10,00	200	2000,00
102	21699	HIDROXIDO DE CALCIO PA 10G	BIODINAMICA	UNIDADE	5,90	10	59,00
103	20500	IODO POVID. TINTURA(DEMERC. CAMPO OPERAT) 1LT	VIC PHARMA	LITRO	23,90	240	5736,00
104	53074	LUBRIFANTE PARA CANETA DE ALTA E BAIXA ROTACAO 250 ML	MAQUIRA	UNIDADE	24,00	10	240,00
105	15329	LUVA CIRURGICA EST. 6.5	EMBRAMAC	PAR	1,20	400	480,00
106	10808	LUVA CIRURGICA ESTERIL 7.0	EMBRAMAC	PAR	1,20	2000	2400,00
107	10770	LUVA CIRURGICA ESTERIL 7.5	EMBRAMAC	PAR	1,20	2000	2400,00
108	10966	LUVA CIRURGICA ESTERIL 8.0	EMBRAMAC	PAR	1,20	1800	2160,00
109	10965	LUVA CIRURGICA ESTERIL 8.5	EMBRAMAC	PAR	1,20	1800	2160,00
110	14724	LUVA DE PROCEDIMENTO M C/ PO C/100	NUGARD	CAIXA	22,00	4000	88000,00
111	52453	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/04 CM LARG.X5 MT		UNIDADE	5,80	10	58,00
112	52451	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/06 CM LARG.X5 MT		UNIDADE	6,40	25	160,00
113	52454	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/08 CM LARG.X5 MT		UNIDADE	7,00	10	70,00
114	52452	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/10 CM LARG.X5 MT		UNIDADE	7,40	25	185,00
115	52455	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/15 CM LARG.X5 MT		UNIDADE	9,50	10	95,00
116	52450	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA ROLO C/20 CM LARG.X5 MT		UNIDADE	15,00	10	150,00
117	45808	MASCARA CIRUGICA DESC.ATOXICA ANT-ALERGICA BRANCA TRIPLA C/ELASTICO C/50	EMBRAMAC	UNIDADE	7,60	500	3800,00
118	45808	MASCARA CIRUGICA DESC.ATOXICA ANT-ALERGICA BRANCA TRIPLA C/ELASTICO C/50	EMBRAMAC	UNIDADE	7,80	250	1950,00
119	671353	MASCARA DE OXIGENIO COM RESERVATORIO ADULTO	PROTEC	UNIDADE	24,00	250	6000,00
120	15011	OTOSCOPIO C/ 5 ESPECULO AURICULAR	MD	UNIDADE	370,00	20	7400,00
121	671354	PAPEL CREPADO 30 CM X 30 CM C/500 UNIDS	POLAR FIX	CAIXA	96,00	230	22080,00
122	48846	PINCA CLINICA PARA ALGODAO N. 02.	TRINKS	UNIDADE	9,80	10	98,00
123	53084	POTE DAPPEN	PREVEN	UNIDADE	2,40	10	24,00
124	19284	PRESERVATIVO SEM LUBRIFICACAO C/144 P/ REALIZACAO DE EXAMES	MADEITEX	CAIXA	45,00	20	900,00

125	48544	RESINA Z-100 UD 4 GR.	3M	UNIDADE	48,20	15	723,00
126	24791	SACO PLASTICO BRANCO REFORCADO P/ LIXO HOSP. 100L C/100	RAVA	PACOTE	33,00	200	6600,00
127	20503	SACO PLASTICO BRANCO REFORCADO P/ LIXO HOSP. 40L C/100	RAVA	PACOTE	18,40	200	3680,00
128	18266	SCALP N. 19 C/100 (DISPOSITIVO INTRAVENOSO C/AGULHA ESPECIAL DE PAREDE FINA SILICONESADA ESTERIL)	LAMEDID	CAIXA	23,90	150	3585,00
129	9577	SCALP N. 21 C/100 (DISPOSITIVO INTRAVENOSO C/AGULHA ESPECIAL DE PAREDE FINA SILICONESADA ESTERIL)	LAMEDID	CAIXA	23,50	150	3525,00
130	11113	SCALP N. 23 C/100 (DISPOSITIVO INTRAVENOSO C/AGULHA ESPECIAL DE PAREDE FINA SILICONESADA ESTERIL)	LAMEDID	CAIXA	24,00	150	3600,00
131	14720	SCALP N. 25 C/100 (DISPOSITIVO INTRAVENOSO C/AGULHA ESPECIAL DE PAREDE FINA SILICONESADA ESTERIL)	LAMEDID	CAIXA	23,90	150	3585,00
132	48856	SERINGA DE CARPULE C/ REFLUXO.	GOLGRAN	UNIDADE	48,25	25	1206,25
133	24774	SERINGA DESC. 5 ML C/ AGULHA 25 X 0,7	SR	UNIDADE	0,20	60000	12000,00
134	24775	SERINGA DESC. C/ AGULHA 25X0,7 3ML.	SR	UNIDADE	0,16	60000	9600,00
135	11828	SERINGA DESCARTAVEL 20ML C/ AGULHA 25X0,7	SR	UNIDADE	0,55	60000	33000,00
136	47102	SOLUCAO EVEIDENCIADORA DE PLACA BACTERIANA 10ML	BIODINAMICA	UNIDADE	11,00	10	110,00
137	47935	SONDA DE FOLEY 3 VIAS N. 10	MEDSONDA	UNIDADE	4,20	10	42,00
138	47934	SONDA DE FOLEY 3 VIAS N. 12	MEDSONDA	UNIDADE	4,20	10	42,00
139	47936	SONDA DE FOLEY 3 VIAS N. 14	MEDSONDA	UNIDADE	4,20	10	42,00
140	46258	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 8 UNID.	SOLIDOR	UNIDADE	3,70	50	185,00
141	10781	SONDA FOLEY N. 16 3 VIAS	SOLIDOR	UNIDADE	3,79	10	37,90
142	52456	SONDA FOLEY N.10 2 VIAS	SOLIDOR	UNIDADE	3,80	150	570,00
143	24792	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 22	MEDSONDA	UNIDADE	1,30	100	130,00
144	10800	SONDA URETRAL N. 08	MEDSONDA	UNIDADE	0,72	100	72,00
145	10802	SONDA URETRAL N. 10	MEDSONDA	UNIDADE	0,75	100	75,00
146	10801	SONDA URETRAL N. 12	MEDSONDA	UNIDADE	0,75	100	75,00
147	10803	SONDA URETRAL N. 14	MEDSONDA	UNIDADE	0,79	100	79,00
148	10804	SONDA URETRAL N. 16	MEDSONDA	UNIDADE	0,90	100	90,00
149	10805	SONDA URETRAL N. 18	MEDSONDA	UNIDADE	1,02	100	102,00
150	10806	SONDA URETRAL N. 20	MEDSONDA	UNIDADE	1,10	100	110,00
151	31911	SORO FISIOLOGICO 0,9% 250ML	HALEX ISTAR	UNIDADE	3,50	20000	70000,00
152	10484	SORO GLICO FISIOLOGICO - 500 ML	HALEX ISTAR	UNIDADE	5,00	13000	65000,00
153	45851	SORO GLICOSADO 5% 250ML	HALEX ISTAR	UNIDADE	3,65	5000	18250,00
154	6125	SORO GLICOSADO 5% FRASCO C/ 500ML	HALEX ISTAR	UNIDADE	5,10	10000	51000,00
155	15214	SUGADOR DE SALIVA DESC C/40UND	MAX CLEAN	PACOTE	4,40	200	880,00
156	671359	SUPORTE PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHAS	COLUMBUS	UNIDADE	32,00	320	10240,00
157	7906	TESOURA CIRURGICA MAYO RETA 14 CM	ABC	UNIDADE	27,50	40	1100,00
158	19181	TESOURA PONTA FINA RETA INOX P/ RETIRADA DE PONTOS (MOSQUITO) 12CM.	ABC	UNIDADE	38,00	60	2280,00
159	47949	TESOURA PONTTA FINA CURVA INOX PARA RETIRADA DE PONTOS (MOSQUITO) 12 CM	ABC	UNIDADE	27,50	60	1650,00
160	14153	TIRA DE LIXA ACO 4MM C/12	MICRODONT	UNIDADE	9,40	25	235,00
161	14152	TIRA DE LIXA ACO 6MM C/12	MICRODONT	UNIDADE	8,99	25	224,75
162	53093	TIRA DE LIXA DE ACO 2MM C/12	DENTSPLY	PACOTE	21,00	25	525,00
163	59078	TOUCA DESC. SANFONADA 100% POLIPROPILENO DE ALTA QUALIDADE C/ ELASTICO ESPECIAL EM TODO O PERIMETRO DA TOUCA	EMBRAMAC	PACOTE	7,00	400	2800,00
164	20507	VASELINA LIQUIDA (EMOLIENTE E HIDRAT. P/ O CORPO) 1.000ML	VIC PHARMA	UNIDADE	23,50	360	8460,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Publica, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;
b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;
d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;
e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;
f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta.

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:
I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,
II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento de 2014** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;
II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO
9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.
E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

10. CONDIÇÕES GERAIS:
10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento dos objetos, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.
E, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã - MT, 25 de Novembro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

LP Comércio E Rep. Assessoria E Prest. Serv. LTDA
CNPJ Nº 10.832.896/0001-29
PATRÍCIA POMPEU RODRIGUES
CPF/MF: 782.541.321-00

Publicado por:
Ana Cristina da Silva Cappelesso
Código Identificador:753736CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2014

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 097/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1.729/2010.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EDNILSON LUIZ FAITTA**, no exercicio de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **STAR ODONTOMEDICA LTDA-ME,** inscrita no **CNPJ Nº 05.567.724/0001-35**, com sede na rua C-104**,** nº 936, Bairro: Jardim América, município de Goiânia, Estado de Goiás - GO **CEP**: 74250-030 telefone: (62) 3093-3030 representado pelo **Sr. Edgar Luis de Freitas**, portador da cédula de identidade **RG 105.258/2ª Via (DGPC-GO)** e inscrita no **CPF/MF: 021.273.001-06**, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preço, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto nº. 7.892/2013 Decreto nº 8.250/2014, dos Decretos Municipais 1.392/2008 e 1.729/2010 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO MATERIAL – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ	ITEM	DESCRICAO	MARCA	UNID.	VALOR UNIT.	QNTD	VALOR TOTAL
1	47085	ACIDO FOSFORICO 37% CLORHEXIDINA 2% 3x 2.5ML	DENTALTEC	UNIDADE	6,36	50	318,00
2	53009	ALAVANCA DE SELDIN ESQUERDA N.1 L ADULTO	PRATA	UNIDADE	23,55	5	117,75
3	53010	ALAVANCA DE SELDIN N.2 INFANTIL	PRATA	UNIDADE	23,55	5	117,75
4	47104	APLICADOR DE AMALGAMA DE PLASTICO DUPLO	MAQUIRA	UNIDADE	14,10	100	1410,00
5	59068	APLICADOR DE HIDROXIDO DE CALCIO DUPLO	PRATA	UNIDADE	7,07	20	141,40
6	53038	CABO PARA BISTURI N.03	PREVEN	UNIDADE	4,25	5	21,25
7	53044	CAIXA PARA ESTERILIZACAO EM INOX 20X10X05	ACONOX	UNIDADE	59,66	5	298,30
8	59071	CALCADOR CLEV. DENT Nº 21	PRATA	UNIDADE	8,25	10	82,50
9	53070	CALCADOR HOLEMBACK N.2	PRATA	UNIDADE	5,30	10	53,00
10	53069	CALCADOR HOLEMBACK N.3 S	PRATA	UNIDADE	5,30	10	53,00
11	47098	CANETA ALTA ROTACAO EX. TORQUE SACA BROCA	DX	UNIDADE	506,33	15	7594,95
12	48928	CIMENTO P/ PREENCHIMENTO TEMPORARIO DAS CAVIDADES DENTARIAS 20 GR.	VIGODENT	FARDO	20,03	20	400,60
13	48861	CONDENSADOR DE AMALGAMA N. 01	PRATA	UNIDADE	5,30	10	53,00
14	48860	CONDENSADOR DE AMALGAMA N. 02	PRATA	UNIDADE	5,30	10	53,00
15	53048	CUNHA ACRILICA	TDV	UNIDADE	36,35	5	181,75
16	53047	CUNHA DE MADEIRA C/100	IODONTOSUL	UNIDADE	16,25	10	162,50
17	53073	CURETA DE DENTISTA PARA OSSO N.01	PRATA	UNIDADE	5,90	5	29,50
18	26357	ESCAVADOR DUPLO NR. 05	PRATA	UNIDADE	5,90	10	59,00
19	48891	ESPATULA DUPLA N. 07.	PRATA	UNIDADE	8,25	10	82,50
20	48931	FIO PARA SUTURA ODONTOLOGICA DE ALGODAO C/10 MT.	BIODINAMICA	UNIDADE	12,71	50	635,50
21	53072	FOSFATO DE ZINCO LIQ.10 ML	VIGODENT	UNIDADE	11,78	10	117,80
22	48540	IONOMERO VIDRION-R LIQUIDO 8 ML.	SSWHITE	UNIDADE	14,55	30	436,50
23	671285	MICRO MOTOR ODONTOLOGICO	DX	UNIDADE	440,75	5	2203,75
24	671287	OSTEOTOMO CURVO	GOLGRAN	UNIDADE	153,08	10	1530,80
25	671286	OSTEOTOMO RETO	GOLGRAN	UNIDADE	153,08	10	1530,80

26	11143	PAPEL CARBONO PARA ARTICULACAO C/12 FOLHAS	PREVEN	UNIDADE	2,36	50	118,00
27	53077	PINCA CASTRO VIEJO	GOLGRAN	UNIDADE	314,58	5	1572,90
28	53078	PINCA DIETRICH 14 CM	GOLGRAN	UNIDADE	95,03	10	950,30
29	48936	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) A2 4GR.	DENTSPLY	UNIDADE	15,02	10	150,20
30	47092	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) A3 4GR	DENTSPLY	UNIDADE	15,02	12	180,24
31	47093	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) A3,5 4GR	DENTSPLY	UNIDADE	15,02	15	225,30
32	47094	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) B1 4GR	DENTSPLY	UNIDADE	15,02	10	150,20
33	47091	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) B2 4GR	DENTSPLY	UNIDADE	15,02	10	150,20
34	47090	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) B3 4GR	DENTSPLY	UNIDADE	15,02	10	150,20
35	47095	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) C2 4GR	DENTSPLY	UNIDADE	15,02	6	90,12
36	48935	RESTAURADOR UNIVERSAL (RESINA) C3 4GR.	DENTSPLY	UNIDADE	15,02	6	90,12
37	53085	RESTAURADOR UNIVERSAL(RESINA) OA2 4 GR.	DENTSPLY	UNIDADE	15,02	6	90,12
38	53086	RESTAURADOR UNIVERSAL(RESINA) OA3 4 GR.	DENTSPLY	UNIDADE	15,02	6	90,12
39	53087	RESTAURADOR UNIVERSAL(RESINA) OA3,5 4 GR.	DENTSPLY	UNIDADE	15,02	6	90,12
40	48899	SINDESMOTOMO N. 1	PRATA	UNIDADE	7,07	10	70,70
41	53088	SONDA PERIODONAL MILIMETRADA	PRATA	UNIDADE	25,91	5	129,55

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Publica, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;
b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;
d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;
e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;
f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta.

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:
I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,
II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento de 2014** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;
II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.
E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento dos objetos, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã - MT, 25 de Novembro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Star Odontomedica LTDA-ME
CNPJ Nº 05.567.724/0001-35
EDGAR LUIS DE FREITAS
CPF/MF: 021.273.001-06

Publicado por:
Ana Cristina da Silva Cappelesso
Código Identificador:A2291D4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2014

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 097/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1.729/2010.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EDNILSON LUIZ FAITTA**, no exercicio de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **DELTA MED COMÉRCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no **CNPJ Nº 08.835.955/0001-70**, com sede na Rua 34 Quadra 35, Lote. 01 nº 209, Setor Santos Dumont**, município de Goiânia**, Estado de Goiás - GO **CEP**: 74463-730 telefone: (62) 3945-8050 representado pelo **Sr. Franklin Teixeira Duarte**, portador da cédula de identidade **RG 3823256/2ª Via SPTC-GO** e inscrita no **CPF/MF: 868.783.101-30**, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preço, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto nº. 7.892/2013 Decreto nº 8.250/2014, dos Decretos Municipais 1.392/2008 e 1.729/2010 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO MATERIAL – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ	ITEM	DESCRICAO	MARCA	UNID.	VALOR UNIT.	QNTD	VALOR TOTAL
1	6646	ABAIXADOR DE LINGUA DE MADEIRA (ESPATULA) C/100	THEOTO	PACOTE	3,45	600	2070,00
2	671266	ACICLOVIR 200 MG CPR	PRATI	UNIDADE	0,22	5000	1100,00
3	50855	ACIDO ACETILSALICILICO 500MG CPR	SOBRAL	UNIDADE	0,07	40000	2800,00
4	53014	ACIDO FOLICO 5MG COMP.	HIPOLABOR	UNIDADE	0,05	20000	1000,00
5	671308	ACIDOS GRAXOS ENSSENCIAIS (OLEO DE GIRASSOL) 200 ML	RIVKA	UNIDADE	5,50	200	1100,00
6	20430	AGUA DESTILADA P/ INJECAO 10ML	EQUIPLEX	UNIDADE	0,29	120000	34800,00
7	11824	AGULHA DESC. 25X0,8 C/100 UN.	DESCARPACK	CAIXA	7,00	300	2100,00
8	9548	AGULHA DESC. 40MMX1,2MM C/100	DESCAROACK	CAIXA	7,50	20	150,00
9	50916	ALBENDAZOL COMP.400MG	PRATI	UNIDADE	0,69	5000	3450,00
10	50915	ALBENDAZOL SUSP. 40MG/ML C/10ML	PRATI	UNIDADE	1,68	2000	3360,00
11	20428	ALCOOL 70% 1000ML	J.FERRES	UNIDADE	4,70	3000	14100,00
12	38370	ALCOOL GEL 70% 500ML	START	UNIDADE	8,50	480	4080,00
13	37799	ALCOOL IODADO 0,1% C/ 1000 ML	RIOQUIMICA	UNIDADE	13,00	480	6240,00
14	12197	ALGODAO HIDROFILO 500G	NATHALYA	PACOTE	12,00	700	8400,00
15	50728	AMOXICILINA+CLAV.POTASSIO 250MG/5ML SUSP.ORAL 75ML	SANDOZ	UNIDADE	15,85	1000	15850,00
16	50727	AMOXILINA 500MG COMP.	PRATI	UNIDADE	0,19	50000	9500,00
17	27644	ANESTESICO (CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2%) GELEIA 30GR	HIPOLABOR	UNIDADE	3,20	300	960,00
18	12194	ANESTESICO LIDOCAINA SPRAY 10% C/ 50ML	TOPMED	UNIDADE	70,00	100	7000,00
19	671265	ANLODIPINO 5 MG CPR	GEOLAB	UNIDADE	0,05	1000	50,00
20	36616	ARGIROL COLIRIO(VITELINATO DE PRATA 10%) 5 ML	ALLERGAB	UNIDADE	13,50	100	1350,00
21	51706	ATADURA DE CREPON TIPO I MEDINDO 30CM DE LARG.POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPR.C/DENSIDADE DE 13 FIOS/CM,COM PESO DE 64,3G.POR UNID.CONFEC.EM TECIDO 100% ALG.CRU,FIOS DE ALTA TORCAO,POSS. BAST.ELAST.NO SENT.LONGITUDINAL,ENROLADAS SOBRE SI MESMAS.	BIOTEXTIL	UNIDADE	2,20	50	110,00
22	51717	ATADURA GESSADA MEDINDO 10CM DE LARG.POR 3M DE COMP.ENROLADA EM TUBETE DE PLASTICO,COM GESSO UNIFORMEMENTE IMPREGNADO SOBRE UMA TELA DE TEC.TIPO GIRO-INGLES 100% ALG.E LATERAL COM CORTE SINUOSO PARA EVITAR DESFIAMENTE.DEP.DE MOLHADA C/AGUA A ATADURA	POPULAR	UNIDADE	1,75	800	1400,00
23	50730	ATENOLOL 50MG COMP.	PRATI	UNIDADE	0,05	100000	5000,00
24	50735	BENZILPENICILINA PROCAINA + PATASSICA PO P/SOL.INJ.300.000UI +	NOVAFARMA	UNIDADE	7,60	2500	19000,00
25	20518	BICARBONATO DE SODIO 8,4% 10ML P/ AMPOLA	SAMTEX	UNIDADE	0,87	400	348,00
26	671268	BIPERIDENO 2MG CPR	CRISTALIA	UNIDADE	0,41	1000	410,00
27	19221	BOLSA COLETORA DE URINA SISTEMA FECHADO	ADVANTIVE	UNIDADE	3,50	500	1750,00
28	671269	BROMETO DE IPATROPIO SOL. INALANTE 0.25MG/ML 20 ML	PRATI	UNIDADE	1,50	200	300,00
29	52399	BUTIL BROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG + DIPIRONA SODICA 250MG COMP.	BELFAR	UNIDADE	0,87	10	8,70
30	50736	CAPTOPRIL 25MG COMP.	TEUTO	UNIDADE	0,04	400000	16000,00
31	50737	CARBAMAZEPINA 200MG CPR.	TEUTO	UNIDADE	0,28	40000	11200,00
32	50738	CARBAMAZEPINA SUSP.20MG/ML FR.100ML	UNIÃO Q.	UNIDADE	13,40	200	2680,00
33	50739	CARBONATO DE CALCIO 500MG.COMP.	SOBRAÇ	UNIDADE	0,10	20000	2000,00
34	51319	CARBONATO DE LITIO 300MG CPR	HIPOLABOR	UNIDADE	0,17	500	85,00
35	27676	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.14	SOLIDOR	UNIDADE	0,99	300	297,00
36	33158	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.16	TOPMED	UNIDADE	0,95	400	380,00
37	47928	CATETER INTRAVENOSO (ABOCAT) N.24	TOPME	UNIDADE	0,99	800	792,00
38	9562	CATETER P/ OXIGENIO TIPO OCULOS ADULTO	MEDSONDA	UNIDADE	1,15	400	460,00
39	50913	CEFALEXINA SUSP.250MG/5ML 60ML	TEUTO	UNIDADE	4,50	4000	18000,00
40	52400	CETOPROFENO 50 MG COMP.	UNIÇAO Q.	UNIDADE	0,48	100	48,00
41	50742	CIPROFLOXACINO 500MG.CPR	PRATI	UNIDADE	0,30	60000	18000,00
42	671371	CLEXANE SC 20MG INJ. SUBCUTANEO	BLAU	UNIDADE	19,20	500	9600,00
43	671270	CLOMIPRAMINA 25MG CPR		UNIDADE	1,13	1000	1130,00
44	51586	CLONAZEPAN SOL. ORAL 2,5MG/ML 20ML	HIPOLABOR	UNIDADE	3,50	300	1050,00
45	14731	CLORAFENICOL 1GR IV INJ AMPOLA.	BLAU	UNIDADE	4,25	1000	4250,00

46	22211	CLOREXIDINA 2% DEGERM. 1000ML	RIOQUIMICA	UNIDADE	15,00	480	7200,00
47	8962	CLORIDRATO DE AMIODARONA 50MG/ML 3ML AMP	HIPOLABOR	UNIDADE	3,30	300	990,00
48	51567	CLORIDRATO DE AMIODARONA CPR 200MG	GEOLAB	UNIDADE	0,41	5000	2050,00
49	50744	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG CPR.	TEUTO	UNIDADE	0,11	50000	5500,00
50	37712	CLORIDRATO DE CETAMINA 50 MG/ML 10ML	BIOCHIMICO	UNIDADE	49,00	250	12250,00
51	51590	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA CPR 100MG	UNIÃO Q.	UNIDADE	0,34	10000	3400,00
52	50746	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20MG.CPR.	TEUTO	UNIDADE	0,13	30000	3900,00
53	20529	CLORIDRATO DE ISOXSUPRINA 5MG/ML 2ML INJ.	APSEN	UNIDADE	21,85	1000	21850,00
54	37890	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML 2ML INJ.	ISOFARMA	UNIDADE	0,40	3000	1200,00
55	51652	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA CPS 25MG	EUROFARMA	UNIDADE	0,50	2000	1000,00
56	51661	CLORIDRATO DE PROMETAZINA SOL INJ. 25MG/ML 2ML		UNIDADE	3,09	1000	3090,00
57	47099	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 13LTS	RAVAPACK	UNIDADE	3,90	1500	5850,00
58	20497	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 13LTS	RAVAPACK	UNIDADE	3,90	1000	3900,00
59	32241	COLETOR DE URINA INFANTIL FEMININO 100ML	MED SHARP	UNIDADE	0,31	400	124,00
60	32242	COLETOR DE URINA INFANTIL MASCULINO 100ML	MED SHARP	UNIDADE	0,31	400	124,00
61	46672	CONJUNTO DE UMIDIFACAO TAMPA DE NYLON PORCA METAL FRASCO PVC OXIGENIO 250ML C MASCARA ADULTO	OXIGEL	UNIDADE	21,00	30	630,00
62	46667	CONJUNTO PARA NEBULIZACAO ADULTO EM LINHA DE OXIGENIO CONECTOR VERDE 9/16-18 UNF	DARU	UNIDADE	9,90	100	990,00
63	46668	CONJUNTO PARA NEBULIZACAO INFANTIL EM LINHA DE OXIGENIO CONECTOR VERDE 9/16-18 UNF	DARU	UNIDADE	9,90	100	990,00
64	24783	DETERGENTE ENZIMATICO 4 ENZIMAS(PROTEASE,AMILASE, LIPAZE E CARBOIDRASE) 1.000 ML	KELLDRIN	UNIDADE	23,00	240	5520,00
65	50762	DEXAMETASONA CREME 0,1% BISNAGA 10GR.	MULTILAB	UNIDADE	1,05	5000	5250,00
66	50769	DEXCLOFENIRAMINA 100ML 0,4MG/ML XPE	TEUTO	UNIDADE	1,70	4000	6800,00
67	51594	DIAZEPAN CPR 5MG	SANTISA	UNIDADE	0,08	30000	2400,00
68	51595	DIGOXINA ELIXIR 0,05MG/ML 60ML	PRATI	UNIDADE	9,70	100	970,00
69	671271	DIPIRONA 500MG/ML GTS 10ML	FARMACE	UNIDADE	0,86	30000	25800,00
70	671272	DIPIRONA SODICA 500MG CPR	SOBRAL	UNIDADE	0,12	30000	3600,00
71	52420	DRENO TORAXICO N.14 C/FRASCO CAP.1 LT PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	BIOTEC	UNIDADE	45,00	5	225,00
72	52421	DRENO TORAXICO N.16 C/FRASCO CAP.1 LT PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	BIOTEC	UNIDADE	45,00	5	225,00
73	45696	DRENO TORAXICO N.18 C/FRASCO CAP.1 LT.PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	BIOTEC	UNIDADE	45,00	5	225,00
74	45697	DRENO TORAXICO N.20 C/FRASCO CAP.1 LT.PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	BIOTEC	UNIDADE	45,00	5	225,00
75	45698	DRENO TORAXICO N.22 C/FRASCO CAP.1 LT.PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	BIOTEC	UNIDADE	45,00	5	225,00
76	52419	DRENO TORAXICO N.24 C/FRASCO CAP.1 LT PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	BIOTEC	UNIDADE	45,00	5	225,00
77	52418	DRENO TORAXICO N.26 C/FRASCO CAP.1 LT PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	BIOTEC	UNIDADE	45,00	5	225,00
78	52417	DRENO TORAXICO N.28 C/FRASCO CAP.1 LT PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	BIOTEC	UNIDADE	45,00	5	225,00
79	45699	DRENO TORAXICO N.30 C/FRASCO CAP.1 LT.PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	BIOTEC	UNIDADE	45,00	5	225,00
80	45701	DRENO TORAXICO N.34 C/FRASCO CAP.1 LT.PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	BIOTEC	UNIDADE	45,00	5	225,00
81	45702	DRENO TORAXICO N.36 C/FRASCO CAP.1 LT.PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	BIOTEC	UNIDADE	45,00	5	225,00
82	45703	DRENO TORAXICO N.38 C/FRASCO CAP.1 LT.PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	BIOTEC	UNIDADE	45,00	5	225,00
83	671324	DRENO TORAXICO Nº 12 C/ FRASCO CAP. 1 LT. PARA DRENAGEM DEDIASTINAL	BIOTEC	UNIDADE	63,00	5	315,00
84	50774	ENALAPRIL 20MG.COMP.	MEDQUIMICA	UNIDADE	0,14	100000	14000,00
85	50775	ENALAPRIL 5MG CPR	BELFAR	UNIDADE	0,11	100000	11000,00
86	51596	ENALAPRIL CPR 10MG	MEDQUIMICA	UNIDADE	0,09	100000	9000,00
87	47915	EPINEFRINA 1MG/ML 1ML INJ	HIPOLABOR	UNIDADE	2,13	300	639,00
88	19885	EQUIPO 02 VIAS C/ CLAMP	VITALGOLD	UNIDADE	0,86	4000	3440,00
89	671326	EQUIPO MACRO GOSTAS DE INFUSAO GRAVITACIONAL C/ DISPOSITIVO P/ ENTRADA DE AR C/ FILTRO	DESCARPACK	UNIDADE	1,54	2000	3080,00
90	671328	EQUIPO PARA ALIMENTACAO ENTERAL	MEDSONDA	UNIDADE	1,85	500	925,00
91	671327	EQUIPO PARA INFUSAO DE SANGUE CAMARA DUPLA GRADUADA (VENEQUIPO)	EMBRAMED	UNIDADE	4,50	200	900,00
92	50776	ERITROMICINA 500MG COMP.	PRATI	UNIDADE	0,75	5000	3750,00
93	50777	ERITROMICINA SUSP.250MG 60ML	PRATI	UNIDADE	4,60	1000	4600,00
94	34254	ESCOVA + ESPONJA C/ PVPI PARA DEGERMAÇAO E ANTI-SEPSIA DAS MAOS	RIOQUIMICA	UNIDADE	2,20	1000	2200,00
95	50778	ESPIRONOLACTONA 25MG COMP.	ASPEN	UNIDADE	0,15	30000	4500,00
96	12214	ETER ALCOOLIZADO - LICOR DE HOFFMAN 1000ML	RIOQUIMICA	LITRO	21,00	60	1260,00
97	671273	ETINILESTRADIOL + LEVONORGESTREL 0,03 MG + 0,15 MG	BIOLAB	UNIDADE	0,07	25200	1764,00
98	50780	FENITOINA 100MG CPR.	TEUTO	UNIDADE	0,13	40000	5200,00
99	50781	FENOBARBITAL 100MG CPR.	UNIÃO Q.	UNIDADE	0,25	20000	5000,00
100	50782	FENOBARBITAL GOTAS 40MG/ML 20 ML	UNIÃO Q.	UNIDADE	5,00	200	1000,00
101	52413	FILME PARA RAIO X DE BOA QUALIDADE PARA REVELACAO MANUAL 18 X 24 CM C/100	FUJIFILM	CAIXA	120,00	50	6000,00
102	52412	FILME PARA RAIO X DE BOA QUALIDADE PARA REVELACAO MANUAL 35 X 43 CM C/100	FUJIFILM	CAIXA	390,00	40	15600,00
103	52445	FIO ALGODAO/POLIESTER 2.0 C/AG 3/8CM C/24 RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	SHALON	CAIXA	54,90	20	1098,00
104	52444	FIO ALGODAO/POLIESTER 2.0 S/AG 1.5 MT C/24 RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	SHALON	CAIXA	54,90	20	1098,00
105	52443	FIO ALGODAO/POLIESTER 4.0 C/AG 3/8 1.5 MT C/24 RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	SHALON	CAIXA	54,90	10	549,00
106	46654	FIO CAT GUT CROMADO 0 C/ AGULHA 3.8 CILIND C/ 24 ENVEL 1,5MT	TECHNOFIO	CAIXA	105,00	20	2100,00
107	52441	FIO CAT GUT CROMADO 1.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	108,00	10	1080,00
108	52440	FIO CAT GUT CROMADO 2.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	108,00	20	2160,00
109	52439	FIO CAT GUT CROMADO 3.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	108,00	5	540,00
110	671346	FIO CAT GUT CROMADO Nº 5.0 C/ AGULHA 3 1,50MT C/24 ENV. RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	108,00	20	2160,00

111	52442	FIO CAT GUT SIMPLES 2.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	108,00	25	2700,00
112	671333	FIO MONO NYLON 4.0 C/ AG 3 CORTANTE C/24 45 CM	TECHNOFIO	CAIXA	43,50	50	2175,00
113	46655	FIO POLIVECRIL 2.0 C/ AGULHA 3.0CM 3/8 C/36	SHALON	CAIXA	310,00	2	620,00
114	34255	FITA CIRURGICA MICROPOROSA 5CM X 4,5MTS.	MISSNER	UNIDADE	3,50	500	1750,00
115	7865	FITA TESTE P/ AUTO CLAVE	MASTERFIX	UNIDADE	3,60	500	1800,00
116	671274	FLUCONAZOL 100MG CPR	PRATI	UNIDADE	0,38	10000	3800,00
117	51660	FOSFATO SOD. PREDNISOLONA SOL. ORAL 4,02(equivalente a 3mgde prednisolona/ml) 100ML	PRATI	UNIDADE	10,65	5000	53250,00
118	671349	FRASCO PARA ALIMENTACAO ENTERAL	BIOBASE	UNIDADE	1,08	500	540,00
119	50783	FUROSEMIDA 40MG.COMP.	PRATI	UNIDADE	0,08	200000	16000,00
120	7867	GEL ELETROCONDUTOR P/ ULTRASSONOGRAFIA, GALAO C/ 5KG	START	UNIDADE	24,90	40	996,00
121	14738	GENTAMICINA 80 MG/2ML INJ.	SANTISA	UNIDADE	1,05	3000	3150,00
122	50784	GLIBENCLAMIDA 5MG CPR	GEOLAB	UNIDADE	0,05	200000	10000,00
123	50785	HALOPERIDOL 5MG COMP.	UNIÃO Q.	UNIDADE	0,13	10000	1300,00
124	51610	HALOPERIDOL SOL. INJ. 50MG/ML 1 ML	TEUTO	UNIDADE	1,45	500	725,00
125	50787	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG CPR.	MEDQUIMICA	UNIDADE	0,05	400000	20000,00
126	50788	IBUPROFENO 300MG COMP.	GEOLAB	UNIDADE	0,11	200000	22000,00
127	38360	IBUPROFENO 50 MG/ML 30ML GOTAS	NATULAB	UNIDADE	1,56	350	546,00
128	51614	IBUPROFENO SOL. ORAL 50MG/ML 30ML	NATULAB	UNIDADE	1,53	5000	7650,00
129	8976	IMUNOGLOBULINA ANTI RH D IM 2ML INJ. AMPOLA	KAMADA	UNIDADE	271,00	100	27100,00
130	671351	INDICADOR BIOLOGICO P/ MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZACAO A VAPOR C/25	CRISTOFOLE	UNIDADE	270,00	25	6750,00
131	51626	ISOSSORBIDA CPR SUBLINGUAL 5MG	E.MS	UNIDADE	0,40	5000	2000,00
132	50789	ITRACONAZOL COMP.100MG	PRATI	UNIDADE	0,85	40000	34000,00
133	9597	KIT PARA CITOLOGIA(ESCOVA CERV. ESPATULA DE AYRE)	ADLIN	UNIDADE	0,65	5000	3250,00
134	671262	KIT PARA EXAME DE TOXOPLASMOSE IGM ELISA C/96 TESTES	QUIBASA	CAIXA	630,00	12	7560,00
135	24787	LAMINA CIRURGICA DE BISTURI N.11 C/100UN	MAXICOR	CAIXA	21,00	30	630,00
136	20440	LAMINA CIRURGICA DE BISTURI N.15 C/100UN	MAXICOR	CAIXA	21,00	30	630,00
137	20441	LAMINA CIRURGICA DE BISTURI N.21 C/100UN	MAXICOR	CAIXA	21,00	30	630,00
139	51634	LORATADINA CPR 10MG	GEOLAB	UNIDADE	0,10	20000	2000,00
140	50914	LORATADINA SUSP.1MG/ML 100ML	PRATI	UNIDADE	2,55	3000	7650,00
141	50791	LOSARTANA POTASSICA 50MG CPR	GEOLAB	UNIDADE	0,13	100000	13000,00
142	12229	LUVA DE PROCEDIMENTO G C/ PO C/100	EMBRAMAC	CAIXA	21,00	3000	63000,00
143	19318	MALEATO DE METILERGOMETRINA 0,125MG COMP.	BIOLAB	UNIDADE	0,76	200	152,00
144	50797	METFORMINA 850MG.COMP.	ASPEN	UNIDADE	0,15	200000	30000,00
145	50805	METILDOPA 250MG CPR		UNIDADE	0,21	100000	21000,00
146	50801	METOCLOPRAMIDA 10MG COMP.	HIPOLABOR	UNIDADE	0,47	40000	18800,00
147	51639	METOCLOPRAMIDA SOL INJ. 5MG/ML 2 ML	ISOFARMA	UNIDADE	0,39	3000	1170,00
148	51640	METOCLOPRAMIDA SOL ORAL. 4MG/ML 10ML	HIPOLABOR	UNIDADE	1,15	2000	2300,00
149	50807	METRONIDAZOL 250MG CPR	PRATI	UNIDADE	0,14	50000	7000,00
150	50820	METRONIDAZOL 40MG/ML 80ML	PRATI	UNIDADE	2,80	1500	4200,00
151	50821	METRONIDAZOL GEL VAGINAL 100MG/G 50GR + APLICADOR	PRATI	UNIDADE	6,60	2000	13200,00
152	50822	MICONAZOL CREME VAGINAL 2.0%+C/APLICADOR 80G.	PRATI	UNIDADE	8,50	2500	21250,00
153	671385	NIFEDIPINA 10MG SUBLINGUAL CAPSULA GELATINOSA COMP	BAYER	UNIDADE	1,01	3000	3030,00
154	671278	NIFEDIPINO 10MG CPR	GEOLAB	UNIDADE	0,11	100000	11000,00
155	51648	NISTATINA SUSP. ORAL 100.000UI/ML 50ML	PRATI	UNIDADE	3,50	2000	7000,00
156	51727	OLEO MINERAL FR 100ML	NATULAB	UNIDADE	2,75	300	825,00
157	50825	OMEPRAZOL CPR.20MG	GEOLAB	UNIDADE	0,09	100000	9000,00
158	671355	PAPEL CREPADO 60 CM X 60 CM C/500 UNIDS	CIEX	CAIXA	355,00	50	17750,00
159	671360	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS C/ 1.000	MULTIPEL	PACOTE	7,50	3000	22500,00
160	50826	PARACETAMOL 500MG COMP.	PRATI	UNIDADE	0,08	30000	2400,00
161	50828	PERMANGANATO DE POTASSIO 100MG CPR	FARMAX	UNIDADE	0,12	40000	4800,00
162	50834	PERMETRINA LOÇAO 1% 60ML S/CX	MULTILAB	UNIDADE	3,05	2000	6100,00
163	47919	PIRACETAM 200MG/ML 5ML	SANOFI	UNIDADE	3,55	240	852,00
164	50842	PREDNISONA COMP.05MG	PRATI	UNIDADE	0,12	30000	3600,00
165	50844	PREDNISONA COMP.20MG	PRATI	UNIDADE	0,24	30000	7200,00
166	50845	PROPANOLOL 40MG CPR	GEOLAB	UNIDADE	0,05	100000	5000,00
167	24790	PULSEIRA P/ RECEM NASCIDO,CORES VARIADAS	ADLIN	UNIDADE	0,44	800	352,00
168	50847	RANITIDINA 150MG CPR	MEDQUIMICA	UNIDADE	0,15	50000	7500,00
169	38190	RIFAMICINA SV SODICA 10MG/ML SPRAY 20ML	NATULAB	UNIDADE	3,80	200	760,00
170	50848	SAIS PARA REIDRATACAO ORAL 27,9GR.	NATULAB	UNIDADE	0,70	10000	7000,00
171	24773	SERINGA DESC. 1 ML C/ AGULHA 13 X4,5	DESCARPACK	UNIDADE	0,22	60000	13200,00
172	50849	SINVASTATINA 20MG COMP.	SANVAL	UNIDADE	0,19	40000	7600,00
173	20504	SONDA DE FOLEY 2 VIAS N.14	SOLIDOR	UNIDADE	3,10	150	465,00
174	24565	SONDA ENDOT. C/ B 7.5	SOLIDOR	UNIDADE	5,25	10	52,50
175	24563	SONDA ENDOT. C/ B 8.0	SOLIDOR	UNIDADE	5,25	10	52,50
176	24564	SONDA ENDOT. C/B 8.5	SOLIDOR	UNIDADE	5,25	10	52,50
177	47939	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 3.5	SOLIDOR	UNIDADE	5,50	10	55,00
178	47940	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 4.0	SOLIDOR	UNIDADE	5,50	10	55,00
179	47941	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 4.5	SOLIDOR	UNIDADE	5,50	10	55,00
180	47942	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 5.0	SOLIDOR	UNIDADE	5,20	10	52,00
181	47943	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 5.5	SOLIDOR	UNIDADE	5,50	10	55,00
182	47945	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 6.5	SOLIDOR	UNIDADE	5,50	10	55,00
183	47946	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N. 7.0	SOLIDOR	UNIDADE	5,50	10	55,00
184	47944	SONDA ENDOTRAQUEAL C/ BALAO N.6.0	SOLIDOR	UNIDADE	5,50	10	55,00
185	12243	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 04	MEDSONDA	UNIDADE	0,67	100	67,00
186	10789	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 06	MEDSONDA	UNIDADE	0,72	500	360,00
187	12244	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 08	MEDSONDA	UNIDADE	0,75	100	75,00
188	19288	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 10	MEDSONDA	UNIDADE	0,77	100	77,00
189	10790	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 12	MEDSONDA	UNIDADE	0,79	100	79,00
190	10791	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 14	MEDSONDA	UNIDADE	0,80	100	80,00
191	10792	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 16	MEDSONDA	UNIDADE	0,93	100	93,00
192	10793	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 18	MEDSONDA	UNIDADE	1,04	100	104,00
193	19289	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 20	MEDSONDA	UNIDADE	1,12	100	112,00
194	10794	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 04	MEDSONDA	UNIDADE	0,97	100	97,00
195	12245	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 06	MEDSONDA	UNIDADE	0,99	100	99,00
196	7901	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 08	MEDSONDA	UNIDADE	1,02	100	102,00
197	10795	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 14	MEDSONDA	UNIDADE	1,23	100	123,00
198	10796	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 16	MEDSONDA	UNIDADE	1,35	100	135,00

199	10797	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 18	MEDSONDA	UNIDADE	1,50	100	150,00
200	10798	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 20	MEDSONDA	UNIDADE	1,70	100	170,00
201	10799	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 22	MEDSONDA	UNIDADE	1,90	100	190,00
202	7898	SONDA NASOGASTRICA N. 10 LONGA	MEDSONDA	UNIDADE	1,10	100	110,00
203	7899	SONDA NASOGASTRICA N. 12 LONGA	MEDSONDA	UNIDADE	1,13	100	113,00
204	15847	SONDA URETRAL N. 04	MEDSONDA	UNIDADE	0,68	100	68,00
205	12247	SONDA URETRAL N. 06	MEDSONDA	UNIDADE	0,73	100	73,00
206	47947	SONDA URETRAL N. 22	MEDSONDA	UNIDADE	1,21	100	121,00
207	10960	SORO GLICOFISIOLOGICO 250ML	EQUIPLEX	UNIDADE	3,85	11000	42350,00
208	7826	SORO GLICOFISIOLOGICO 500ML	EQUIPLE	UNIDADE	4,20	4000	16800,00
209	19323	SORO RINGER C/ LACTATO 500ML	EQUIPLEX	UNIDADE	4,70	8000	37600,00
210	50850	SULFADIAZINA 500MG CPR.	SOBRAL	UNIDADE	0,24	3000	720,00
211	50852	SULFAMETOXAZOL+TRIMET.40MG+8MG/ML SUSP. ORAL FR.100ML.	PRATI	UNIDADE	3,25	3000	9750,00
212	50851	SULFAMETOXAZOL+TRIMET.COMP.400MG+80MG	PRATI	UNIDADE	0,12	80000	9600,00
213	671280	SULFATO FERROSO 25MG/ML FE ++ SOL. ORAL	NATULAB	UNIDADE	1,05	2000	2100,00
214	671279	SULFATO FERROSO 40MG FE ++ CPR	PRATI	UNIDADE	0,06	200000	12000,00
215	671358	SUPORTE PARA PERFURO CORTANTE 13 LTS	MD	UNIDADE	26,00	180	4680,00
216	51535	TALA METALICA P/IMOB.26X180 C/12	RESGATE	PACOTE	19,80	5	99,00
217	7905	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL COM HASTE RIGIDA	ACCUMED	UNIDADE	15,00	100	1500,00
218	45871	TERMOMETRO DE MERCURIO C/ CABO EXTENSOR PARA CAIXA TERMICA DE VACINA	INCOTERM	UNIDADE	72,70	40	2908,00
219	671388	TIRA TESTE PARA GLICEMIA C/50	ACON	CAIXA	32,00	1000	32000,00
220	47925	TOBRAMICINA 0.3% SOL. OFTALM. 5ML	BIOSINTETICA	UNIDADE	6,80	100	680,00
221	27890	TOUCA DESC.SANFONADA 100% POLIPROPILENO DE ALTA QUALIDADE C/ELASTICO ESPECIAL EM TODO O PERIMETRO DA TOUCA	BETEL	PACOTE	7,20	200	1440,00
222	51678	VALPROATO DE SODIO CPR 250MG	BIOLAB	UNIDADE	0,39	10000	3900,00
223	51677	VALPROATO DE SODIO CPR 500MG	BIOLAB	UNIDADE	1,00	10000	10000,00
224	51676	VALPROATO DE SODIO SOL. ORAL XPE 50MG/ML C/ 100ML	HIPOLABOR	UNIDADE	3,70	200	740,00
225	671281	VARFARINA 5 MG CPR	TEUTO	UNIDADE	0,25	2000	500,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Publica, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;
b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;
d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;
e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;
f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta.

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:
I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,
II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento de 2014** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;
II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.
E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento dos objetos, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã - MT, 25 de Novembro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Delta Med Comércio Produtos Hospitalares LTDA
CNPJ Nº 08.835.955/0001-70
FRANKLIN TEIXEIRA DUARTE
CPF/MF: 868.783.101-30

Publicado por:
Ana Cristina da Silva Cappelesso
Código Identificador:85B1383B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 521 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:
CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 28280, de 08/10/14, 28698, de 13/10/14, 29325, de 17/10/14, 30424, de 31/10/14, e 31287, de 07/11/14,

RESOLVEM:

Art. 1º Contratar, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, os senhores relacionados abaixo, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

Nº	NOME	CARGO	PERÍODO	C.H	LOCAL	SALÁRIO
441	Fernanda Danielle Neves de Jesus	Professora Licenciada em Letras	01.10.14 a 19.12.14	20	Escola Municipal Dom Máximo Biennés	R$ 1.272,76
442	Graziely Renata Pereira Santana	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	13.10.14 a 19.12.14	40	Centro Municipal de Educação Infantil	R$ 761,51
443	Josiane de Oliveira Silva	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	20.10.14 a 19.12.14	40	Escola Municipal Pequeno Sábio	R$ 761,51
444	Talita Aparecida da Costa Duarte	Professora Licenciada em Letras	20.10.14 a 13.11.14	20	Escola Municipal Isabel Campos	R$ 1.272,76
446	Marcos Aurélio Dias	Motorista	03.11.14 a 31.10.15	40	Secretaria de Educação	R$ 724,00
447	Nilson da Silva Cebalho	Motorista	03.11.14 a 19.12.14	40	Caramujo	R$ 724,00
448	Sandra Maria da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	04.11.14 a 19.12.14	40	Escola Municipal Vila Irene	R$ 724,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de novembro de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

NELCI ELIETE LONGHI
Secretária Municipal de Educação
Afixado em: 14.11.14

Publicado por:
Ivanir Viana e Silva
Código Identificador:6B9EA622

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

PREFEITURA MUNICIPAL
BENEFICIARIOS DO PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA RESIDENCIAL PARECIS

NUM	NOME	ESTADO CIVIL	IDADE	FILH	PNE	IDOSO	PRIOR	NIS	SITUAÇÃO
1	RAIMUNDA PEREIRA DOS SANTOS FILHA	SOLTEIRA	62		E=14.7	IDOSO		108.702.393-81	COMPATIVEL
2	MARIA CANDIDA PEREIRA DOS SANTOS	SOLTEIRA	60		P.N.E	IDOSO		125.488.111-41	COMPATIVEL
3	MARIA DO CARMO MELO DA SILVA	DIVORCIADA	67	3	G 40 /G 31			228.056.399-86	COMPATIVEL
4	PEDRINHO BORGES DA	SOLTEIRO	57		I=13.0			124.635.789-99	COMPATIVEL

	SILVA								
5	ARLINDO PEREIRA DE FIGUEREDO	SOLTEIRO	57		M-54.6/W-45.8/B94.9			108.591.599-97	COMPATIVEL
6	LUIZ VARONIL DE MATTOS	SOLTEIRO	56		I69.8/I10.0			124.783.848-35	COMPATIVEL
7	COSMO BERNADINO DE MESQUITA	SOLTEIRO	54		M479/ M541/ M544/ M150			107.652.984-62	COMPATIVEL
8	RAMÃO FERREIRA DO AMARAL	CASADO	53		M13.9			236.108.878-81	COMPATIVEL
9	MARIA MADALENA ALMEIDA DE SÁ	DIVORCIADA	51	1	G40 / F72.1			210.808.895-33	COMPATIVEL
10	MARIA APARECIDA DA SILVA LAURINDO	SEPARADA FATO	51	1	N 87.2			163.859.293-03	COMPATIVEL
11	MARIA SONIA DE SOUZA GOMES	SOLTEIRA	50		H=25 / H=35 /H=40.1			203.634.837-42	COMPATIVEL
12	LUIZ CARLOS PINHEIRO	SOLTEIRO	49		B203/ L75/ H541			228.136.093-49	COMPATIVEL
13	NEIRE APARECIDA SOUZA DA FONSECA	CASADA	46		S-42.9/ S-68.1			236.173.168-98	COMPATIVEL
14	MARIA QUITERIA DO CARMO SAMPAIO	SOLTEIRA	46		I 05/I 50/I 49			210.094.235-00	COMPATIVEL
15	JACY MAXIMINO DOS SANTOS	SOLTEIRO	43		B5.9/B20.9/B20.7			125.583.650-12	COMPATIVEL
16	FRANCISCA VIEIRA DE ALMEIDA	SOLTEIRA	42	3	H=90.5			130.541.293-13	COMPATIVEL
17	ADEIR ANANIAS DA COSTA	SOLTEIRA	42		B24			126.492.556-51	COMPATIVEL
18	MARLI ALVES	SOLTEIRA	41	2	G-40.9			127.228.224-92	COMPATIVEL
19	DAINE RODRIGUES DOS SANTOS	DIVORCIADA	39	1	F-90.0/ F48.0			209.494.435-27	COMPATIVEL
20	LUCIANA DE FATIMA SILVEIRA	SOLTEIRA	36		I 50			164.331.356-42	COMPATIVEL
21	EDILEIDE BRITO DA SILVA	SOLTEIRA	35	3	F70.8			209.903.027-54	COMPATIVEL
22	SIMONE MARIA TEIXEIRA DA COSTA	SOLTEIRA	33		G=600			166.271.591-21	COMPATIVEL
23	WILSON MORINIGO SAMUEL	SOLTEIRO	33		H-90.5 /H90.6 AUDITIVO			190.190.189-33	COMPATIVEL
24	LEONARDO DIAS DE ALMEIDA	SOLTEIRO	31		M-544/M-519/M-150			209.343.516-99	COMPATIVEL
25	CRISTIAMAR DE SOUZA	CASADA	31	4	G 82.2/G 80.8			164.256.406-78	COMPATIVEL
26	MADALENA BEZERRA DOS SANTOS	CASADA	29	2	F70.0/F700			200.608.480-86	COMPATIVEL
27	LAURA APARECIDA DA SILVA	SOLTEIRA	29	3	F-70.1/F-91.1			164.907.086.05	COMPATIVEL
28	LIVIA ELANE ALCANTARA VIANA	SOLTEIRA	27		F=20			164.802.173-31	COMPATIVEL
29	FABRICIO ALVES DE SOUZA	SOLTEIRO	25		M47.8/M 47.9/M 16.2/M16.6			162.038.975-83	COMPATIVEL
30	RAFAELA CRISTINA PEREIRA DEZORDI	SOLTEIRA	23		H-90.4			236.067.541-63	COMPATIVEL
31	JOÃO CAMILO DA SILVA	DIVORCIADO	74			IDOSO	SIM	108.618.395-09	COMPATIVEL
32	ADIVALDO DE OLIVEIRA	DIVORCIADO	68			IDOSO	SIM	104.392.362-98	COMPATIVEL
33	ADELINA MARCELINA DE SANTANA	SOLTEIRA	61			IDOSO	SIM	125.513.456-79	COMPATIVEL
34	MARIA CONCEIÇÃO ARAUJO (189)	CASADA	85			IDOSO		228.024.749-94	COMPATIVEL
35	TEREZINHA CECILIA DA CONCEIÇÃO SOARES	VIUVA	82			IDOSO		170.355.057-07	COMPATIVEL
36	SANTA KRUBE BERTAZZO	CASADA	79			IDOSO		165.729.854-08	COMPATIVEL
37	LUZINETE DA SILVA ZAMPARONE	VIUVA	78			IDOSO		126.628.684-08	COMPATIVEL
38	PEDRO JOSE MARIANO	SOLTEIRO	78			IDOSO		165.796.012-73	COMPATIVEL
39	JOSE MIGUEL DOURADO	VIUVO	77			IDOSO		201.311.662-68	COMPATIVEL
40	MAURINA CANTUARIO DE SOUZA	DIVORCIADA	77			IDOSO		228.196.580-82	COMPATIVEL
41	MANOEL LEODORO CORREIA	SOLTEIRO	76			IDOSO		131.682.814-08	COMPATIVEL
42	JOSE DE ASSIS GARCIA	SOLTEIRO	74			IDOSO		163.365.825-91	COMPATIVEL
43	MANOEL ISIDIO DO NASCIMENTO	VIUVO	74	1		IDOSO		121.535.871-41	COMPATIVEL
44	MARTHA MARTINS	VIUVA	74			IDOSO		124.605.679-46	COMPATIVEL
45	ELZA GOMES DO NASCIMENTO	VIUVA	74			IDOSO		212.560.891-94	COMPATIVEL
46	MARIA MENEGUCI BRAZIL	DIVORCIADA	72			IDOSO		206.735.034-23	COMPATIVEL
47	ALEXANDRE QUIRINO DA SILVA	DIVORCIADO	72			IDOSO		212.619.426-73	COMPATIVEL
48	ADAIR RODRIGUES FROES	SOLTEIRO	71			IDOSO		108.618.342-72	COMPATIVEL
49	GONSALO ALVES DA COSTA	SOLTEIRO	70			IDOSO		201.647.948-53	COMPATIVEL
50	SEBASTIÃO MESSIAS DE SOUZA	SOLTEIRO	70			IDOSO		128.904.624-06	COMPATIVEL
51	IGNES DE JESUS RODRIGUES	VIUVA	70			IDOSO		180.680.728-24	COMPATIVEL
52	CLEMENCIA DE MEDEIROS HERBERLE	VIUVA	69			IDOSO		209.459.803-74	COMPATIVEL
53	IDAZIMA MARIA BINO	VIÚVA	68			IDOSO		206.992.292-48	COMPATIVEL
54	JOSE DE ALBUQUERQUE	SOLTEIRO	68			IDOSO		220.062.738-67	COMPATIVEL
55	LOURIVAL GONZAGA	DIVORCIADO	68			IDOSO		124.403.032-85	COMPATIVEL
56	MARIA DE MENDOÇA XAVIER	DIVORCIADA	68			IDOSO		190.190.022-55	COMPATIVEL
57	VALDIR LUIZ BRAGA DO AMARAL	SOLTEIRO	66			IDOSO		123.485.481-10	COMPATIVEL
58	DOMINGAS ELOENA DE OLIVEIRA	CASADA	65			IDOSO		236.477.874-22	COMPATIVEL
59	RONALDO INACIO GONÇALVES	CASADO	65			IDOSO		106.225.430-05	COMPATIVEL
60	JULIA JOSEFA DA SILVA	VIUVA	65			IDOSO		161.792.120-08	COMPATIVEL
61	MARIA DE LURDES DA SILVA SANTOS	SEPARADA FATO	64			IDOSO		201.134.811-81	COMPATIVEL
62	LONGUINHO BATISTA DOS	DIVORCIADO	64			IDOSO		131.883.544-00	COMPATIVEL

	SANTOS								
63	NEUZA JUSTINO DOS SANTOS	SOLTEIRA	63			IDOSO		103.796.757-70	COMPATIVEL
64	HELENA SANTOS FARIA	VIUVA	63			IDOSO		160.296.360-74	COMPATIVEL
65	LINEU RODRIGUES DOS SANTOS	SOLTEIRO	62			IDOSO		108.553.319-73	COMPATIVEL
66	ADEMIR JOÃO FRAGA	SOLTEIRO	62			IDOSO		120.485.033-83	COMPATIVEL
67	JOSE MORESCO	SOLTEIRO	61			IDOSO		126.586.927-24	COMPATIVEL
68	LOURDES SALETE GUAREZ	VIUVA	61			IDOSO		164.429.181-82	COMPATIVEL
69	JAIME CLEMENTE DOS SANTOS	SOLTEIRO	61			IDOSO		123.893.167-10	COMPATIVEL
70	MARIA DOS SOCORRO DE CARVALHO LIRA	VIÚVA	61	3		IDOSO		203.634.840-64	COMPATIVEL
71	MARIA ALICE SANTOS DA SILVA	UNIÃO ESTAVEL	61			IDOSO		124.046.826-03	COMPATIVEL
72	LIBERTINA ANTONIA DA SILVA	CASADA	61			IDOSO		236.463.113-51	COMPATIVEL
73	ANTONIO JULIO	CASADO	61			IDOSO		108.177.621-21	COMPATIVEL
74	LOURENÇA PEREIRA BARBALHO	VIUVA	60			IDOSO		163.783.306-04	COMPATIVEL
75	MAULENE DE SOUZA DOS PASSOS	DIVORCIADA	60			IDOSO		236.797.383-46	COMPATIVEL
76	MARIA DE NAZARETH DA SILVA	SOLTEIRA	58				SIM	204.551.162-90	COMPATIVEL
77	VANDERCI BATISTA DOS SANTOS	CASADO	51				SIM	124.010.415-85	COMPATIVEL
78	MARIA APARECIDA DA SILVA	CASADA	44	5			SIM	125.812.810-16	COMPATIVEL
79	FABIANA CAVALCANTE DOS SANTOS	CASADA	27	4			SIM	200.589.480-36	COMPATIVEL
80	ANTONIA GONÇALVES DA SILVA	SOLTEIRA	30	3			SIM	207.202.613-38	COMPATIVEL
81	ELISANGELA MARIA DOS SANTOS	SOLTEIRA	35	3			SIM	127.776.100-10	COMPATIVEL
82	LUCIANA DE SOUZA THEODORO	CASADA	23	3			SIM	163.767.319-46	COMPATIVEL
83	MARIA EDILENE GONÇALVES DE OLIVEIRA	SOLTEIRA	31	3			SIM	163.138.478-15	COMPATIVEL
84	MARIA DA PIA MIGUEL PEREIRA	SOLTEIRA	49	3			SIM	164.250.924-68	COMPATIVEL
85	FABIELE DE FUNCIO AMANCIO DA SILVA	CASADA	22	2			SIM	201.431.745-62	COMPATIVEL
86	FERNANDA PAULINO ROCHA	SOLTEIRA	33	2			SIM	220.077.192-49	COMPATIVEL
87	LENI DAS CHAGAS MEDEIROS	SEPARADA FATO	37	2			SIM	209.494.543-40	COMPATIVEL
88	ANTONIA FERREIRA LEITE	SOLTEIRA	40	2			SIM	212.678.904-38	COMPATIVEL
89	ERIKA CRISTINA PEREIRA	SOLTEIRA	26	2			SIM	236.797.586-73	COMPATIVEL
90	ANTONIA FERREIRA DA COSTA	SOLTEIRA	33	1			SIM	131.684.584-05	COMPATIVEL
91	CRISTIANE FERNANDES VILELA	UNIÃO ESTAVEL	29	1			SIM	133.474.814-01	COMPATIVEL
92	CLEUZA BATISTA DA GRAÇA	DIVORCIADA	53	1			SIM	106.762.373-87	COMPATIVEL
93	EDNA MELO DA SILVA	SOLTEIRA	34	1			SIM	160.937.036-23	COMPATIVEL
94	SALOME EDUARDO DE MORAIS	SOLTEIRA	49	1			SIM	130.524.204-01	COMPATIVEL
95	MARLY PEREIRA DE OLIVEIRA	SOLTEIRA	48	1			SIM	163.785.215-82	COMPATIVEL
96	ADÃO ROSARIO DO PRADO	DIVORCIADO	59				SIM	106.490.020-56	COMPATIVEL
97	ELOENE PEREIRA ROCHA	SOLTEIRA	52				SIM	130.027.644-09	COMPATIVEL
98	ROSALINA PEREIRA	SOLTEIRA	42				SIM	209.836.929-76	COMPATIVEL
99	MARIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO	SOLTEIRA	53				SIM	164.711.202-90	COMPATIVEL
100	IRENA VEDOY DA VEIGA	VIUVA	53				SIM	162.213.617-89	COMPATIVEL
101	PAULA THAISA BARCE BUCHE	SOLTEIRA	20				SIM	165.566.761-45	COMPATIVEL
102	DANIEL FERRREIRA DA SILVA	SOLTEIRO	43				SIM	123.632.754-48	COMPATIVEL
103	EVANDRO JUNIOR GAMARRA DE CARVALHO	SOLTEIRO	22	2			SIM	160.367.295-62	COMPATIVEL
104	LOZANIA MARIA DA SILVA	SOLTEIRA	31	6				164.758.796-31	COMPATIVEL
105	DOLORES APARECIDA DOS SANTOS	SOLTEIRA	36	5				203.153.154-01	COMPATIVEL
106	CRISTINA METLER	SOLTEIRA	32	5				126.634.354-08	COMPATIVEL
107	ELIANE ALCANTRA DA SILVA	CASADA	38	5				161.542.421-24	COMPATIVEL
108	MARIA SERAFINA DE SOUSA BARROS	UNIÃO ESTAVEL	35	5				164.933.486-18	COMPATIVEL
109	SONIA MARIA DA SILVA ELIAS	SEPARADA FATO	46	5				165.508.795-83	COMPATIVEL
110	LIDIANE ELIZABETH GONÇALES LOPES	SOLTEIRA	31	4				132.159.884-01	COMPATIVEL
111	REJANE DANTAS PORFIRIO	SOLTEIRA	33	4				127.423.411-47	COMPATIVEL
112	GEOVANE NASCIMENTO	SOLTEIRA	29	4				220.081.826-56	COMPATIVEL
113	SONIA MARIA FERREIRA SILVA	CASADA	51	4				165.531.548-65	COMPATIVEL
114	REGILENE DA SILVA RODRIGUES	CASADA	32	4				206.318.006-24	COMPATIVEL
115	VALDENI LOPES DA SILVA	SOLTEIRA	38	4				204.195.480-62	COMPATIVEL
116	VALDINEIA DA SILVA ALVES	SOLTEIRA	27	4				165.291.962-43	COMPATIVEL
117	IVANIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	SOLTEIRA	29	4				163.096.681-97	COMPATIVEL
118	MAIARA DE MORAIS ROSSET	SOLTEIRA	25	4				207.239.082-86	COMPATIVEL
119	VIVIANE MAGRINELLI	SOLTEIRA	35	4				166.945.022-90	COMPATIVEL

120	CLARYENE CATHARINA SALES DE FRANÇA	CASADA	30	3				131.703.994-02	COMPATIVEL
121	GEANE DA SILVA	SOLTEIRA	36	3				209.861.584-74	COMPATIVEL
122	IZABEL CRISTINA DA SILVA	SOLTEIRA	28	3				162.485.707-37	COMPATIVEL
123	JUCILEIDE BARBOSA DE OLIVEIRA	SOLTEIRA	33	3				133.198.604-01	COMPATIVEL
124	LECIR RIVA	SOLTEIRA	38	3				210.635.490-29	COMPATIVEL
125	MARCIA CAMARGO DA SILVA	SOLTEIRA	27	3				139.039.542-75	COMPATIVEL
126	PATRICIA AMANCIO LEITE	SOLTEIRA	30	3				166.015.422-11	COMPATIVEL
127	ROSANA MARTIN	SOLTEIRA	35	3				207.147.459-57	COMPATIVEL
128	ROSIANE MARIA DA SILVA	SOLTEIRA	32	3				166.381.882-76	COMPATIVEL
129	ROSANGELA SANTOS ARAUJO	SOLTEIRA	39	3				166.150.601-33	COMPATIVEL
130	SOLANGE MANOEL CONEGUNDES PEREIRA	SOLTEIRA	36	3				166.133.383-98	COMPATIVEL
131	VALDINEIA DA SILVA GERONIMO	SOLTEIRA	31	3				166.315.566-01	COMPATIVEL
132	MARIA JOSE DE CASTRO	UNIÃO ESTAVEL	32	3				164.399.608-90	COMPATIVEL
133	MARIA ELIZANGELA CONCEIÇÃO DA SILVA	SOLTEIRA	34	3				160.831.417-97	COMPATIVEL
134	SUELIY CONCEIÇÃO DE ALMEIDA (189)	SOLTEIRA	33	3				166.600.936-14	COMPATIVEL
135	IVONETE PINTO	SOLTEIRA	34	3				203.299.865-40	COMPATIVEL
136	LUZINETE RODRIGUES CHAVES	SOLTEIRA	41	3				124.163.499-63	COMPATIVEL
137	ELISANGELA DA SILVA	CASADA	34	3				210.063.419-45	COMPATIVEL
138	MARIA CLAUDINEIDE DA SILVA	SOLTEIRA	32	3				164.366.132-78	COMPATIVEL
139	DANILA CINTRA DE SOUZA	SOLTEIRA	26	3				210.062.408-39	COMPATIVEL
140	VALDINEIA DOS SANTOS	SOLTEIRA	31	3				166.188.002-94	COMPATIVEL
141	SILVANA DE LIMA GONÇALVES	SOLETIRA	30	3				160.633.267-75	COMPATIVEL
142	IVONE DOS SANTOS	UNIÃO ESTAVEL	23	3				201.559.210-23	COMPATIVEL
143	JOSILENE SILVA DE MELO	SOLTEIRO	30	3				206.359.286-25	COMPATIVEL
144	SOMELIA ALVES DA SILVA	SOLTEIRA	32	3				166.016.271-44	COMPATIVEL
145	CREILAINE DE SOUZA	SOLTEIRA	33	3				164.429.045-72	COMPATIVEL
146	MARIA CRISTINA PAREDES DE OLIVEIRA INSFRAN	SOLTEIRA	42	3				129.260.614-06	COMPATIVEL
147	MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO SILVA	SOLTEIRA	30	3				164.182.019-23	COMPATIVEL
148	CLEIDE MARIA DO NASCIMENTO	SOLTEIRA	32	3				206.650.307-59	COMPATIVEL
149	LUCINEIDE CAMPOS DA CRUZ	SOLTEIRA	31	3				164.790.518-32	COMPATIVEL
150	SANDRA SOUZA DOMICIANO	SOLTEIRA	28	3				165.800.457-29	COMPATIVEL
151	GENECI FATIMA EPIFANIO	SOLTEIRA	41	3				209.477.600-29	COMPATIVEL
152	KENIA MENDES DO CARMO	SOLTEIRA	22	3				163.950.391-57	COMPATIVEL
153	MARINETE RIBEIRO MACHADO	SOLTEIRA	27	3				163.785.037-03	COMPATIVEL
154	REGIANE ALVES DE ALMEIDA	SOLTEIRA	32	3				201.088.701-83	COMPATIVEL
155	MICHELY CRISTINA DA SILVA	SOLTEIRA	20	3				165.708.152-62	COMPATIVEL
156	JOSE BRUNO DOS SANTOS	SOLTEIRA	35	3				200.824.487-57	COMPATIVEL
157	EDINEIA DIVA DE PINHO	SOLTEIRO	31	3				130.594.274-01	COMPATIVEL
158	MARIA JOSE DE LIMA FILHA (ITAMARATI)	CASADA	35	3				163.659.315-66	COMPATIVEL
159	JANETE DE SILVA AGRA DE OLIVEIRA	CASADA	47	3				122.853.723-12	COMPATIVEL
160	MARLUCE HELENA DE LIMA SANTOS	CASADA	35	3				164.054616-11	COMPATIVEL
161	ADRIANA GOMES DE BARROS	UNIÃO ESTAVEL	27	2				160.272.944-19	COMPATIVEL
162	CARMESILSA FERREIRA DE SANTANA	SOLTEIRA	37	2				164.582.731-86	COMPATIVEL
163	CICERA ISIDORIO DA SILVA	SOLTEIRA	38	2				209.902.858-92	COMPATIVEL
164	HOSANA DE BENS LIMA	UNIÃO ESTAVEL	29	2				203.994.514-09	COMPATIVEL
165	IVANEIDE CONCEIÇÃO DE LIMA	SOLTEIRA	28	2				206.743.704-27	COMPATIVEL
166	JOSEANE DA COSTA SILVA (189)	SOLTEIRA	25	2				161.787.595-18	COMPATIVEL
167	JESSICA TAMILI SILVA SANTOS	SOLTEIRA	19	2				162.232.772-89	COMPATIVEL
168	JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS	SOLTEIRA	29	2				200.473.302-57	COMPATIVEL
169	JULIANA FERREIRA DE ARAUJO	SOLTEIRA	22	2				206.723.131-24	COMPATIVEL
170	LAUDILENE MARIA FELIX	SOLTEIRA	31	2				128.619.714-03	COMPATIVEL
171	LUCIETE FAUSTINO DA SILVA	SOLTEIRA	23	2				204.945.077-85	COMPATIVEL
172	MARCIA HELENA DA SILVA FARIA	SOLTEIRA	34	2				125.168.857-19	COMPATIVEL
173	MICHELE LEIA DA SILVA	SOLTEIRA	24	2				207.239.716-97	COMPATIVEL
174	MARGARIDA DO NASCIMENTO DOS SANTOS	VIÚVA	52	2				160.631.550-16	COMPATIVEL
175	OZILENE ALVES DA SILVA	SOLTEIRO	35	2				206.992.281-52	COMPATIVEL
176	ROSELI LOPES DA SILVA	UNIÃO ESTAVEL	34	2				133.598.674-07	COMPATIVEL
177	SIRLEI DA CONCEIÇÃO DA SILVA	SOLTEIRA	21	2				165.538.256-70	COMPATIVEL
178	SILVANA MOYSEIS SEVISQUE	DIVORCIADA	36	2				209.815.779-91	COMPATIVEL
179	SANDRA DA SILVA	SOLTEIRA	25	2				204.268.328-46	COMPATIVEL

	PAULINO								
180	SIMONE SILVA DE SOUSA	SOLTEIRA	26	2				132.082.924-05	COMPATIVEL
181	SIMONE JOSEFA DA SILVA LINS	SOLTEIRA	31	2				165.705.155-36	COMPATIVEL
182	TACIANA MARIA DE FRANÇA	SOLTEIRA	24	2				166.367.114-35	COMPATIVEL
183	VILANI MARIA BARBOSA	SOLTTEIRA	26	2				165.566.469-71	COMPATIVEL
184	MARIA MADALENA DA SILVA	SOLTEIRA	31	2				203.127.238-78	COMPATIVEL
185	MARIA CICERA SILVA DE LIMA	SOLTEIRA	32	2				165.056.003-97	COMPATIVEL
186	MARIA FERREIRA DE ARAUJO	SOLTEIRA	45	2				206.781.507-74	COMPATIVEL
187	MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	SOLTEIRA	29	2				206.992.355-66	COMPATIVEL
188	MARIA APARECIDA MARTINS DA SILVA	SOLTEIRA	34	2				163.922.200-12	COMPATIVEL
189	MARIA CICERA ALVES DA SILVA (189)	SOLTEIRA	20	2				163.972.387-18	COMPATIVEL
190	SIMONE DA SILVA DE OLIVEIRA (189)	SOLTEIRA	27	2				209.937.276-75	COMPATIVEL
191	SUELY APARECIDA DE ANDRADE (189)	CASADA	23	2				165.538.421-17	COMPATIVEL
192	ADRIANA SANTINA PEREIRA DA COSTA	CASADA	33	2				161.142.201-46	COMPATIVEL
193	DIVA EBERHARDT	CASADA	34	2				131.318.184-08	COMPATIVEL
194	SONIA MARIA MOLEC	SOLTEIRA	30	2				166.657.617-55	COMPATIVEL
195	ELIANA SCHROEDER	SOLTEIRA	27	2				236.263.074-21	COMPATIVEL
196	LUCIANA MARIA SANTOS	SOLTEIRA	28	2				164.296.494-24	COMPATIVEL
197	FABIANA DE OLIVEIRA	SOLTEIRA	35	2				161.200.525-35	COMPATIVEL
198	MACICLEIDE CARLOS DOS SANTOS	UNIÃO ESTAVEL	29	2				206.381.188-53	COMPATIVEL
199	JANDA MARIA DA CONCEIÇÃO	SOLTEIRA	32	2				162.381.168-12	COMPATIVEL
200	VALDIRENE DOS SANTOS	SOLTEIRA	35	2				130.886.293-78	COMPATIVEL
201	DEISIONE CAETANO MATOS	SOLTEIRA	23	2				210.617.909-77	COMPATIVEL
202	ROSELI NEVES SANTOS	SOLTEIRA	39	2				130.926.004-00	COMPATIVEL
203	ANICLEIDE CAETANO FERREIRA	SOLTEIRA	27	2				161.360.347-60	COMPATIVEL
204	JOSIANE PEREIRA DO NASCIMENTO	SOLTEIRA	36	2				129.028.423-86	COMPATIVEL
205	MARILDA MONTEIRO CAMPOS	DIVORCIADA	24	2				207.990.891-54	COMPATIVEL
206	JAQUELINE BATISTA DOS SANTOS	CASADA	25	2				162.067.868-20	COMPATIVEL
207	CRISTIANE MENSCH VIEIRA	SOLTEIRA	26	2				209.813.721-84	COMPATIVEL
208	MARIA INACIA FERREIRA DA COSTA	SOLTEIRA	31	2				164.296.919-94	COMPATIVEL
209	MARCIA AGUIAR SIQUEIRA	SOLTEIRA	28	2				163.650.084-07	COMPATIVEL
210	CAMILA CINTIA CAMPOS DIAS	SOLTEIRA	25	2				210.579.199-36	COMPATIVEL
211	ELIDIANE MAMEDES DA SILVA	SOLTEIRA	35	2				161.236.918-06	COMPATIVEL
212	ELISANGELA TEODORO BISPO	SOLTEIRA	38	2				212.454.457-41	COMPATIVEL
213	SONIA REGINA PIRES DA SILVA	SEPARADA FATO	46	2				166.016.281-08	COMPATIVEL
214	HUGO PAINS DA SILVA	DIVORCIADO	37	2				170.602.360-64	COMPATIVEL
215	GRACIELA GONÇALVES DA CRUZ	SOLTEIRA	28	2				206.921.779-00	COMPATIVEL
216	MARIA DA PIEDADE DA SILVA	SOLTEIRA	33	2				210.477.542-33	COMPATIVEL
217	CRISTIANE DOS SANTOS SILVA	UNIÃO ESTAVEL	37	2				132.269.284-05	COMPATIVEL
218	ELIANE MARIA DOS SANTOS SILVA	CASADA	30	2				161.245.035.07	COMPATIVEL
219	LUZINETE DE FATIMA FERREIRA	DIVORCIADA	43	2				125.040.895-13	COMPATIVEL
220	GRAZIELA DUARTE	SOLTEIRA	36	2				220.226.450-72	COMPATIVEL
221	NUBIA CRISTINA DA SILVA LEQUE	SOLTEIRA	40	2				190.451.778-49	COMPATIVEL
222	FERNANDA JHENIFER KEIT DE PAULA DIAS SILVA	UNIÃO ESTAVEL	20	2				220.151.501-60	COMPATIVEL
223	KATIA BENITE DE SOUZA	UNIÃO ESTAVEL	20	2				164.034.821-74	COMPATIVEL
224	DEIJAINE RAQUEL DE SOUZA (POSTO NORTE)	SOLTEIRA	30	2				190.143.043-93	COMPATIVEL
225	MARIA DE NAZARETH CAMPOS DE BARROS	UNIÃO ESTAVEL	38	2				209.667.839-18	COMPATIVEL
226	DARLENE DOS SANTOS MOTA	CASADA	30	2				132.031.674-08	COMPATIVEL
227	ADRIANA DOS SANTOS	DIVORCIADA	34	1				201.503.338-40	COMPATIVEL
228	ANA PAULA SOLÃO DOS SANTOS	SOLTEIRA	21	1				204.966.218-01	COMPATIVEL
229	ALDIENE DE SOUZA SILVA	SOLTEIRA	21	1				160.240.595-59	COMPATIVEL
230	CRISTINA DO CARMO	SOLTEIRA	27	1				200.610.751-45	COMPATIVEL
231	CRISTINA REGINA DA SILVA	SOLTEIRA	36	1				133.524.874-04	COMPATIVEL
232	CLAUDIA MARIA DA SILVA	SOLTEIRA	25	1				131.681.524-03	COMPATIVEL
233	DIVA DA SILVA MELO	SOLTEIRA	27	1				160.208.700-31	COMPATIVEL
234	ELIZANGELA SOUZA NUNES	SOLTEITA	26	1				207.239.698-03	COMPATIVEL
235	ELIAS DE SOUZA	DIVORCIADO	42	1				123.487.104-30	COMPATIVEL
236	FABIANA FOERSTE SCHOEDER	SOLTEIRA	25	1				212.574.266-66	COMPATIVEL
237	GILANIA ROCHA	SOLTEIRA	29	1				162.232.821-69	COMPATIVEL

238	GARDENIA MORAES DE ARAUJO	SOLTEIRA	49	1				125.488.508-80	COMPATIVEL
239	GUARACI ALVES TENORIO	SOLTEIRO	46	1				236.269.925-90	COMPATIVEL
240	GRACIELI DE OLIVEIRA LIMA	SOLTEIRA	21	1				204.247.244-85	COMPATIVEL
241	GUSTAVO EVANGELISTA DA SILVA	UNIÃO ESTAVEL	29	1				209.649.692-83	COMPATIVEL
242	IRANI SEBASTIÃO PEREIRA	SOLTEIRA	40	1				130.420.824-06	COMPATIVEL
243	JOSELITA DE MENEZES PAIXÃO	SOLTEIRA	28	1				161.871.440-32	COMPATIVEL
244	JANAINA ARAUJO DA SILVA	SOLTEIRA	22	1				162.031.754-05	COMPATIVEL
245	JOÃO MARIA PEREIRA	CASADO	54	1				123.309.867-87	COMPATIVEL
246	JUVENILDE MIRANDA	SOLTEIRO	31	1				133.117.954-06	COMPATIVEL
247	JOSETE DO NASCIMENTO FELIX	SOLTEIRA	20	1				236.473.879-55	COMPATIVEL
248	JUCIELI DE SOUZA SAMPAIO	SOLTEIRA	33	1				127.147.356-59	COMPATIVEL
249	JHEIME RAIANE PATRICIO	SOLTEIRA	21	1				210.579.202-92	COMPATIVEL
250	JOSENILDA SANTOS DA SILVA	SOLTEIRA	36	1				131.221.274-06	COMPATIVEL
251	JOSELMA MARIA DA SILVA	SOLTEIRA	31	1				163.331.038-54	COMPATIVEL
252	JOSE DO BONFIM FERREIRA BARBOSA	SOLTEIRO	45	1				120.820.863-66	COMPATIVEL
253	KELLY KARINE THIESEN	DIVORCIADA	28	1				204.097.235-11	COMPATIVEL
254	LINDALVA SOUZA VIEIRA	SOLTEIRA	35	1				127.400.534-03	COMPATIVEL
255	LUCIA MARIA DA SILVA BEZERRA	SOLTEIRA	29	1				163.976.971-43	COMPATIVEL
256	LAURA APARECIDA DA SILVA GONÇALVES	SOLTEIRA	32	1				228.177.515-65	COMPATIVEL
257	MIRIA LIMA GOMES MONTEIRO	CASADA	22	1				163.680.643-83	COMPATIVEL
258	MARIA CONCEBIDA DE SOUSA NUNES	SEPARADA FATO	56	1				207.239.697-73	COMPATIVEL
259	MONICA CASSIANO DOS SANTOS	SEPARADA FATO	25	1				165.426.686-41	COMPATIVEL
260	NELCI NUNES QUEIROZ	SOLTEIRA	42	1				207.202.619-58	COMPATIVEL
261	RENATA OLIVEIRA DE SOUZA	SOLTEIRA	24	1				206.786.269-22	COMPATIVEL
262	ROSELI DALLASEN BAGETI	SOLTEIRA	39	1				236.079.073-38	COMPATIVEL
263	SUELEN VIEIRA DO NASCIMENTO	SOLTEIRA	21	1				165.322.869-67	COMPATIVEL
264	SANDRA QUERINA DA SILVA	SOLTEIRA	33	1				127.064.964-03	COMPATIVEL
265	SOZENIRA DE ARAUJO ALMEIDA	SOLTEIRA	34	1				236.444.813-22	COMPATIVEL
266	SILVANA CONSOLARI	SOLTEIRA	31	1				166.677.157-34	COMPATIVEL
267	GENY DE OLIVEIRA	SOLTEIRA	44					127.892.904-09	COMPATIVEL
268	VANALBA DO NASCIMENTO SILVA	SOLTEIRA	38	1				166.016.580-15	COMPATIVEL
269	VANESSA DA SILVA	SOLTEIRA	24	1				132.726.284-00	COMPATIVEL
270	VANDA ZALESKI	SOLTEIRA	42	1				206.992.381-58	COMPATIVEL
271	VERA LUCIA DOS SANTOS DA SILVA	SOLTEIRA	23	1				165.291.911-60	COMPATIVEL
272	WEDJA MARIA ARRUDA DOS SANTOS	SOLTEIRA	25	1				204.816.328-10	COMPATIVEL
273	MARIA CELIA DA SILVA	SOLTEIRA	38	1				207.410.558.-26	COMPATIVEL
274	MARIA BETANIA TEIXEIRA DA SILVA	CASADA	37	1				133.501.674-02	COMPATIVEL
275	MARIA ANTONIA PEREIRA DIAS	SOLTEIRA	31	1				164.368.184-81	COMPATIVEL
276	LUCIANA DA SILVA	SOLTEIRA	24	1				163.925.930-56	COMPATIVEL
277	ARIANE STEPHANE LINS DE LIMA	SOLTEIRA	27	1				161.224.626-09	COMPATIVEL
278	MARIA LUCIA DOS SANTOS SILVA	SEPARADA FATO	57	1				163.541.344-77	COMPATIVEL
279	TAYMARA DE SOUZA QUEIROZ	SOLTEIRA	22	1				236.103.360-28	COMPATIVEL
280	ELIAS PEREIRA ALVES	DIVORCIADO	58	1				127.007.644-06	COMPATIVEL
281	VANUZA GLERIAN (189)	SOLTEIRA		1				200.894.785-38	COMPATIVEL
282	EMERSON ALMEIDA	SOLTEIRO	34	1				127.647.624-04	COMPATIVEL
283	CAMILA RODRIGUES SANTANA	UNIÃO ESTAVEL	23	1				206.260.329-40	COMPATIVEL
284	ANE CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA	CASADA	36	1				131.721.604-07	COMPATIVEL
285	ANDREIA ENGSTER CALGARO	CASADA	26	1				130.937.804-02	COMPATIVEL
286	ANA PAULA SANTOS DE OLIVEIRA	SOLTEIRA	20	1				209.481.639-46	COMPATIVEL
287	JAIANE LEITE RODRIGUES	SOLTEIRA	24	1				203.547.386-52	COMPATIVEL
288	CLARICE MATTIONI	SOLTEIRA	42	1				123.162.561-57	COMPATIVEL
289	CLAUDINEIA DE ALMEIDA MOREIRA	SOLTEIRA	24	1				163.969.930-40	COMPATIVEL
290	GLEZIANE MORAIS	SOLTEIRA	31	1				126.219.565-31	COMPATIVEL
291	ELIZABETE CRISTINA ALVES DA SILVA	SOLTEIRA	36	1				160.200.304-32	COMPATIVEL
292	MARIA FABIANA DA SILVA	SOLTEIRA	27	1				207.202.723-13	COMPATIVEL
293	FRANCISCA DAS CHAGAS ALVES MAGALHÃES	CASADA	45	1				123.659.393-19	COMPATIVEL
294	DAYANA JAILE PEREIRA DOS SANTOS	SOLTEIRA	29	1				212.240.934-04	COMPATIVEL
295	JOSE ADAIDE DA SILVA	CASADO	31	1				130.690.854-06	COMPATIVEL
296	ANA TEREZINHA RODRIGUES DA SILVA	SOLTEIRA	51	1				122.767.053-12	COMPATIVEL
297	SOLANGE CARVALHO OLIVEIRA	SOLTEIRA	28	1				133.756.614-00	COMPATIVEL

298	MARIA JOSE DA SILVA	SOLTEIRA	41	1				163.741.309-02	COMPATIVEL
299	MARIA ANDREIA PAULO DOS SANTOS SILVA	CASADA	21	1				163.673.293-16	COMPATIVEL
300	MARIA MADALENA PEREIRA SOUZA PADILHA	SOLTEIRA	43	1				206.261.256-63	COMPATIVEL
301	MAINE COSTA MELO	CASADA	24	1				129.328.820-84	COMPATIVEL
302	DENISE ALVES ALCANTARA	SOLTEIRA	32	1				129.850.670-16	COMPATIVEL
303	ELAINE CRISTINA JULIO	SOLTEIRA	30	1				128.010.384-09	COMPATIVEL
304	DANIELE GARCIA DA COSTA REIS	UNIÃO ESTAVEL	24	1				203.838.375-15	COMPATIVEL
305	MARIA DA CONSOLAÇÃO DE OLIVEIRA	SOLTEIRA	59	1				121.018.249-67	COMPATIVEL
306	MARIA SALETE LOPES DOS SANTOS	CASADA	42	1				209.803.956-28	COMPATIVEL
307	CATIA LETICIA ROCHA	CASADA	22	1				164.508.618-01	COMPATIVEL
308	GILMARA PEREIRA DA SILVA	SOLTEIRA	20	1				163.315.636-61	COMPATIVEL
309	ANGELA MENDES DE SOUZA	SOLTEIRA	43	1				161.122.588-04	COMPATIVEL
310	IVONE REGINA SOUZA COSTA	SOLTEIRA	28	1				131.498.814-03	COMPATIVEL
311	ELAINE RODRIGUES GUALBERTO	SOLTEIRA	23	1				160.285725-79	COMPATIVEL
312	SILVANA APARECIDA RODRIGUES NUNES	SOLTEIRA	35	1				131.394.484-05	COMPATIVEL
313	LIDIA DA SILVA MORAIS	SOLTEIRA	25	1				163.502.428-75	COMPATIVEL
314	CLEIDIANE DE SOUZA SILVA	SOLTEIRA	23	1				161.993.437-01	COMPATIVEL
315	MARIZA SOUSA COELHO	SOLTEIRA	30	1				131.342.244-01	COMPATIVEL
316	BRUNA CRISTINA SOLÃO DA SILVA	CASADA	20	1				201.647.894-93	COMPATIVEL
317	CLARICE APARECIDA SILVA SANTOS	SOLTEIRA	45	1				162.100.203-81	COMPATIVEL
318	BIANCA REGINA PIRES DA SILVA	SOLTEIRA	25	1				212.433.989-16	COMPATIVEL
319	ROSANA MARCELA DA SILVA	SOLTEIRA	27	1				204.353.908-77	COMPATIVEL
320	DULCEMARI DA SILVA RIVAROLA	SOLTEIRA	38	1				129.411903-86	COMPATIVEL
321	DEBORA DAIANE DIAS E SILVA	CASADA	21	1				160.292.626-70	COMPATIVEL
322	MAIKELY SAMPAIO	SOLTEIRA	25	1				163.694.462-04	COMPATIVEL
323	ELIANDRA ANDREA BAYERLE	DIVORCIADA	37	1				130.253.354-07	COMPATIVEL
324	FRANCISCA DE OLIVEIRA SILVA	SOLTEIRA	25	1				236.308.706-23	COMPATIVEL
325	LUCIANO FERNANDES GARCIA	UNIÃO ESTAVEL	23	1				207.202.696-57	COMPATIVEL
326	ABEDE SIQUEIRA BATISTA	SOLTEIRO	33					128.497.374-04	COMPATIVEL
327	CARMELITA NOGUEIRA DIAS	CASADA	57					126.224.176-50	COMPATIVEL
328	COSMA LEMOS CAVALCANTE	SEPARADA FATO	44					164.471.227-85	COMPATIVEL
329	EDILEUZA DE CONCEIÇÃO	SOLTEIRA	46					161.546.453-18	COMPATIVEL
330	EDNA DA SILVA GERONIMO	DIVORCIADA	57					161.546.431-18	COMPATIVEL
331	JURCELINO DOMINGOS DE OLIVEIRA	VIÚVO	56					123.684.441-32	COMPATIVEL
332	JOSE NOGUEIRA DA SILVA	SOLTEIRO	57					107.340.768-83	COMPATIVEL
333	JOANA DUTRA NOVAIS	SOLTEIRA	46					204.243.977-00	COMPATIVEL
334	JOCINEIA AUXILIADORA DE SOUZA	SOLTEIRA	48					122.266.789-82	COMPATIVEL
335	JOSE LUIZ GOMES	SOLTEIRO	55					122.498.900-82	COMPATIVEL
336	LUZIA BENTO DOS SANTOS	SOLTEIRA	59					201.500.730-16	COMPATIVEL
337	MANOEL ALVES DE SOUSA	SOLTEIRO VIÚVO	55					120.606.146-88	COMPATIVEL
338	MIGUEL PEREIRA DA SILVA LOPES (189)	SOLTEIRO	57					120.223.268-59	COMPATIVEL
339	ROSILENE MARIA DA SILVA	SOLTEIRA	48					165.729.689-96	COMPATIVEL
340	TEREZINHA BEATRIZ HERMEL	SOLTEIRA	50					121.802.929-20	COMPATIVEL
341	VANDA DOMINGUES	SOLTEIRA	44					124.758.660-65	COMPATIVEL
342	VALMIR BASTOS DOS SANTOS	SOLTEIRO	53					123.893.952-89	COMPATIVEL
343	MARIA DE FATIMA PEREIRA MARTIAS	VIUVA	59					165.077.718-65	COMPATIVEL
344	MARIA VAZ DE OLIVEIRA	SEPARADA FATO	50					130.518.574-07	COMPATIVEL
345	MARIA APARECIDA ALVES	DIVORCIADA	53					128.613.624-07	COMPATIVEL
346	CICERA MARIA DA SILVA	SOLTEIRA	58					125.507.184-55	COMPATIVEL
347	MARIO ANTONIO DOS SANTOS	DIVORCIADO	54					124.687.113-02	COMPATIVEL
348	MARILETE ALVES DIAS (189)							125.518.081-21	COMPATIVEL
349	DEUZIMAR GOMES FEITOSA	SOLTEIRA	49					123.541.374-02	COMPATIVEL
350	VERA LUCIA DOS SANTOS	SOLTEIRA	59					206.661.717-71	COMPATIVEL
351	LUCILIA MARIA NASCIMENTO	SOLTEIRA	51					130.546.894-08	COMPATIVEL
352	ELENICE FORTUNATO ANACLETO	DIVORCIADA	49					212.646.327-80	COMPATIVEL
353	MARIA DOS PRAZERES DA SILVA	UNIÃO ESTAVEL	48					200.564.126-86	COMPATIVEL
354	MARIA FRANCISCA DO NASCIMENTO	SOLTEIRA	50					206.247.519-07	COMPATIVEL
355	ILZA RAMOS LEITE DA CRUZ	SOLTEIRA	59					236.793.733-80	COMPATIVEL

356	MARTA DE SOUZA MALHEIROS SCHIMITT	SEPARADA FATO	50					236.804.866-06	COMPATIVEL
357	JOSÉ DO ESPIRITO SANTO RODRIGUES	SOLTEIRO	57					120.289.507-91	COMPATIVEL
358	LEONTINO PEREIRA CINTRA	DIVORCIADO	75					124.401.307-12	COMPATIVEL
359	LUCIETE FAUSTINO DA SILVA	SOLTEIRA	23	2				204.945.077-85	COMPATIVEL
360	MARLI APARECIDA BORGE DA SILVA	SOLTEIRA	41	2				129.631.814-01	COMPATIVEL
361	JOSE MARTINS DE OLIVEIRA	SOLTEIRO	48					209.861.270-48	COMPATIVEL
362	SONIA DE FATIMA NUNES CINTRA	SOLTEIRA	50					123.765.312-78	COMPATIVEL
363	AGINTON NOGUEIRA DO NASCIMENTO	SOLTEIRO	51					124.072.454-76	COMPATIVEL
364	ANA PAULA DOS SANTOS	SOLTEIRA	24	1				161.007.317-98	COMPATIVEL
365	EDNA BENTO BATISTA	SOLTEIRA	46	1				123.893.474-11	COMPATIVEL
366	LEIDLAINE GRACEZ DA SILVA	SOLTEIRA	29	1				163.951.973-21	COMPATIVEL
367	LORENA NEVES DA SILVA	SOLTEIRA	21	1				164.507.711-36	COMPATIVEL
368	DANIELE DOS SANTOS FEITOSA	UNIÃO ESTAVEL	20	1				160.075.118-99	COMPATIVEL
369	GIRLENE PEREIRA DOS SANTOS SILVA	UNIÃO ESTAVEL	30	1				163.469.690-73	COMPATIVEL
370	CLEIDE PEREIRA DA SILVA	SOLTEIRA	39	1				161.924.679-79	COMPATIVEL
371	CLEUMA RAYANE COSTA DE OLIVEIRA	SOLTEIRA	23	1				204.989.531-94	COMPATIVEL
372	LORENI DORVALINA RODRIGUES	SOLTEIRA	26	1				163.634.532-92	COMPATIVEL
373	VALERIA DE OLIVEIRA	SOLTEIRA	20	1				133.675.424-06	COMPATIVEL
374	MARIA FRANCISCA DE JESUS DA CONCEIÇÃO	CASADA	43	1				163.503.871-64	COMPATIVEL
375	SILVANA APARECIDA BONEIS	SOLTEIRA	26	1				203.547.392-09	COMPATIVEL
376	CREONILDA MARIA BANDEIRA	SOLTEIRA	33	1				137.752.844-50	COMP. RESERVA
377	SONIA MARIA FARIA	SOLTEIRA	49	1				207.202.602-69	COMP. RESERVA
378	JORIMAR COSTA PINHEIRO	SOLTEIRO	57	1				120.984.262-18	COMP. RESERVA
379	ADRIANA SANTOS DO NASCIMENTO	UNIÃO ESTAVEL	18	1				160.934.467-01	COMP. RESERVA
380	ANA PAULA SOARES DA SILVA	SOLTEIRA	19	1				161.015.343-17	COMP. RESERVA
381	RAYANE KEROLEN ARTIAGA	SOLTEIRA	21	1				206.921.508-16	COMP. RESERVA
382	CLECIANA TEIXEIRA DA SILVA	SOLTEIRA	30	1				132.154.214-01	COMP. RESERVA
383	ROSANA SILVA OLIVEIRA	SOLTEIRA	27	1				166.474.975-10	COMP. RESERVA
384	MARINEIA GOMES DA SILVA	SOLTEIRA	31	1				164.609.244-15	COMP. RESERVA
385	ROSELENE ROMANA AGUERO MIRANDA	SOLTEIRA	19	1				165.949.635-12	COMP. RESERVA
386	VIVIANE SILVA DOS SANTOS	SOLTEIRA	21	1				166.350.190-74	COMP. RESERVA
387	CLAUDIA REGINA CARDOSO DOS SANTOS	SOLTEIRA	42	1				128.561.313.11	COMP. RESERVA
388	CLEANE ALVES DA SILVA	SOLTEIRA	29	1				236.795.356-58	COMP. RESERVA
389	CLAUDIA DE OLIVEIRA SILVA	SOLTEIRA	20	1				165.013.567-50	COMP. RESERVA
390	ANDREIA DE ALMEIDA MOREIRA	SOLTEIRA	30	1				203.547.386-36	COMP. RESERVA
391	JOANA DARC NASCIMENTO DOS SANTOS	SOLTEIRA	26	1				162.115.832-15	COMP. RESERVA
392	MARLETE SOUZA	UNIÃO ESTAVEL	34	1				129.379.005-28	COMP. RESERVA
393	CRISTINA VIANA DOS SANTOS	SOLTEIRA	33	1				132.270.034-05	COMP. RESERVA
394	VANIA TORRES SANTIAGO	SOLTEIRA	23	1				166.016.593-64	COMP. RESERVA
395	PATRICIA BRITO DIAS FORMIGHIERI	SOLTEIRA	23	1				236.047.579-47	COMP. RESERVA
396	EDERSON FLORINDO FERREIRA	UNIÃO ESTAVEL	23	1				160.292.974-90	COMP. RESERVA
397	ALINA CARLOS SOLÃO	SOLTEIRA	20	1				161.453.408-52	COMP. RESERVA
398	CLEIDE DOS SANTOS BRITO	SOLTEIRA	33	1				128.065.534-09	COMP. RESERVA
399	ADRIELLI GARCEZ ROCHA	UNIÃO ESTAVEL	19	1				212.449.402-85	COMP. RESERVA
400	CARLA APARECIDA ROSA FIGUEIREDO	SOLTEIRA	20	1				162.012.800-07	COMP. RESERVA
401	FRANCIELI ROSA FIGUEREDO	SOLTEIRA	23	1				162.005.759-33	COMP. RESERVA
402	CLAUDIA RODRIGUES DA SILVA	SOLTEIRA	31	1				164.317.928-40	COMP. RESERVA
403	KERLLI ADRIANE DE PAULA	SOLTEIRA	37	1				126.194.381-54	COMP. RESERVA
404	ANTONIA FRANCISCA MARIANO BATISTA	UNIÃO ESTAVEL	23	1				200.391.452-41	COMP. RESERVA
405	RICARDO DE ASSIS DA SILVA	SOLTEIRO	22	1				166.360.165-24	COMP. RESERVA
406	GRACIELI ALVES DE SOUZA	SOLTEIRA	28	1				202.225.952-50	COMP. RESERVA
407	EDIVANIA BERTULINO MATOS	SOLTEIRA	32	1				126.686.434-08	COMP. RESERVA
408	JESSICA BEZERRA DE OLIVEIRA	CASADA	21	1				210.040.644-99	COMP. RESERVA
409	ELUIZA AMORIM VERA	UNIÃO ESTAVEL	26	1				160.272.708-89	COMP. RESERVA
410	MARIA DO CARMO HEBERLE PRILL	DIVORCIADA	45	1				163.971.932-69	COMP. RESERVA
411	PABIANE PEDROSA MIRANDA	CASADA	25	1				236.798.781-72	COMP. RESERVA

412	JOYCE LETICIA ALVES DOS ANJOS	UNIÃO ESTAVEL	23	1				210.580.419-93	COMP. RESERVA
413	DAIANY SANTOS NASCIMENTO	UNIÃO ESTAVEL	19	1				210.583.727-79	COMP. RESERVA
414	SAMYLA DA SILVA SOARES	SOLTEIRA	20	1				166.251.861-72	COMP. RESERVA
415	GILDETH FERREIRA DA SILVA (POSTO NORTE)	SOLTEIRA	41	1				162.388.509-23	COMP. RESERVA
416	SONIA CRISTINA MARQUES CORVALAN	SOLTEIRA	41	1				209.199.728-15	COMP. RESERVA
417	NAZIRA DUTRA DE BARROS	DIVORCIADA	56	1				125.436.983-55	COMP. RESERVA
418	GABRIELA MARQUES CORVALAN	UNIÃO ESTAVEL	24	1				200.489.227-78	COMP. RESERVA
419	ANNE WELLEN NUNES DE SOUZA	UNIÃO ETAVAEL	22					160.361.124-84	COMP. RESERVA
420	LUZIA FRANCISCA AGOSTINHO	SOLTEIRA	44					130.219.834-04	COMP. RESERVA
421	MARIA SOCORRO SEVERINO PRADO	DIVORCIADA	42					124.162.949-05	COMP. RESERVA
422	SUELY ROCHA	VIÚVA	48					132.406.074-08	COMP. RESERVA
423	DAMIANA MAGALHÃES DE SOUZA	DIVORCIADA	46					160.241.120-42	COMP. RESERVA
424	REGINA BEATRIZ BESSA	DIVORCIADA	48					122.878.117-63	COMP. RESERVA
425	MARIA APARECIDA DOS REIS	UNIÃO ESTAVEL	43					124.074.152-66	COMP. RESERVA
426	IVANILDO SANTOS SILVA	SOLTEIRO	46					123.558.695-20	COMP. RESERVA
427	ISABEL SABINO	SOLTEIRA	43					127.954.574-09	COMP. RESERVA
428	LELITA MOREIRA MASCIEL	SOLTEIRA	53					228.022.343-65	COMP. RESERVA
429	VALDOMIRO CANDIDO DA SILVA	SOLTEIRO	55					107.509.831-48	COMP. RESERVA
430	MAICON DOUGLAS DE OLIVEIRA	UNIÃO ESTAVEL	21					163.678.943-07	COMP. RESERVA
431	MARIA DE LOURDES COSTA DA SILVA	SEPARADA FATO	51					123.765.153-88	COMP. RESERVA
432	MILTON JOSÉ DE SOUZA	CASADO	54					123.093.346-44	COMP. RESERVA
433	MARIA JOSE DIAS DE SOUZA	SEPARADA FATO	53					125.285.970-98	COMP. RESERVA
434	ABDIAS VELOSO DE OLIVEIRA	SOLTEIRO	56					125.512.983-79	COMP. RESERVA
435	ANTONIO CARLOS DA SILVA SOUSA	DIVORCIADO	55					128.671.654-09	COMP. RESERVA
436	GRAÇA MARIA RIBEIRO DA COSTA	CASADA	52					161.753.275-44	COMP. RESERVA
437	DANIELE ALVES DA SILVA	SOLTEIRA	22					161.236.411-67	COMP. RESERVA
438	ELIZETE FLAUSINO DE LIMA	VIUVA	53					127.073.636-52	COMP. RESERVA
439	CAMILA DO NASCIMENTO GUSMAO	SOLTEIRA	1					162.771.696-62	COMP. RESERVA
440	BRIGIDA FERREIRA BARBOSA (POSTO NORTE)	VIUVA	44					160.882751-04	COMP. RESERVA
441	MICHELI DA SILVA PEREIRA	SOLTEIRA	26	2				203.442.310-91	COMP. RESERVA
442	MARILENE ALVES DE BRITO	SOLTEIRA	29	2				132.154.955-37	COMP. RESERVA
443	CLAUDENI SANTOS SOUZA	SOLTEIRO	30	2				164.129.866-27	COMP. RESERVA
444	ANGELICA MARIA SANTOS DA SILVA VIEIRA	CASADA	26	2				236.766.551-80	COMP. RESERVA
445	SIRLENE APARECIDA VIEIRA DO NASCIMENTO	SOLTEIRA	26	2				190.416.070-91	COMP. RESERVA
446	CLAUDIANE DA LUZ NUNES	SOLTEIRA	26	2				161.845.436-45	COMP. RESERVA
447	JOSECLEIA VIDAL AZEVEDO	SOLTEIRA	34	2				132.280.994-06	COMP. RESERVA
448	JESSICA DE ALMEIDA PEREIRA	SOLTEIRA	20	2				133.628.974-00	COMP. RESERVA
449	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	SOLTEIRA	26	2				164.702.726-15	COMP. RESERVA
450	DAMILE GOMES DA SILVA	SOLTEIRA	21	2				160.292.427-26	COMP. RESERVA
451	SANDRA DE SANTANA DA SILVA	SOLTEIRA	34	2				207.202.701-83	COMP. RESERVA
452	MARIA NASCIMENTO DA SILVA	SOLTEIRA	32	2				165.009.075-40	COMP. RESERVA
453	FRANCISCA SOUSA DOS SANTOS	SOLTEIRA	31	2				162.609.403-36	COMP. RESERVA
454	SAMARA MICHELYS GONÇALVES	SOLTEIRA	20	2				207.195.953-92	COMP. RESERVA
455	EDINEIDE MARIA DA SILVA	SOLTEIRA	33	2				128.648.384-02	COMP. RESERVA
456	JOELMA FERREIRA	SOLTEIRA	24	2				162.010.052-00	COMP. RESERVA
457	LUZIA CARVALHO DE AZEVEDO	CASADA	43	2				123.759.930-14	COMP. RESERVA
458	VANARIA MENDES DA SILVA	SOLTEIRA	22	2				160.622.365-19	COMP. RESERVA
459	ANA PAULA DE ARAUJO JESUS	SOLTEIRA	22	2				160.291.792-50	COMP. RESERVA
460	JALBERTA MARIA DA SILVA	SOLTEIRA	26	2				220.006.637-79	COMP. RESERVA
461	FRANCIELI CRISTINA DE MELO	SOLTEIRA	25	2				161.931.894-41	COMP. RESERVA
462	ANGELINA MARIA DOS SANTOS SILVA	SOLTEIRA	22	2				160.251.208-55	COMP. RESERVA
463	SIMONE ALVES PONTES	SOLTEIRA	27	2				165.538.214-70	COMP. RESERVA
464	GLAUCIANE MARIA DA SILVA	SOLTEIRA	31	2				162.844.605-55	COMP. RESERVA
465	CRISTIANE LEME DA CONCEIÇÃO	UNIÃO ESTAVEL	30	2				134.084.680-43	COMP. RESERVA
466	MARCILENE E SILVA	SOLTEIRA	26	2				202.026.320-10	COMP. RESERVA

	SANTOS								
467	JESSICA FRANÇA DA SILVA	SOLTEIRA	22	2				220.062.637-72	COMP. RESERVA
468	JOSENILDA MARIA DA SILVA	SOLTEIRA	21	2				162.217.425-45	COMP. RESERVA
469	SONIA DE FATIMA NUNES CINTRA	SOLTEIRA	50					123.765.312-78	COMP. RESERVA
470	SIMONE PEREIRA DOS SANTOS	SOLTEIRA	30					129.615.864-04	COMP. RESERVA
471	ODAIR ALFREDO DA COSTA PAES	UNIÃO ESTAVEL	39					126.175.974-09	COMP. RESERVA
472	TANIA MARA SCHIAVINI	SOLTEIRA	36	2				170.587.539-36	COMP. RESERVA
473	VIVIANE TUNI	SOLTEIRA	29	2				129.797.574-05	COMP. RESERVA
474	CRISTIANE APARECIDA FEDRIZZI	SOLTEIRA	31	1				209.961.349-34	COMP. RESERVA
475	ALISSANDRA DE ALMEIDA MELO	SOLTEIRA	23					212.152.112-70	COMP. RESERVA
476	JULIANO CESAR DA SILVA	SOLTEIRO	27					161.933.844-81	COMP. RESERVA
477	JURANDIR MANOEL DOS SANTOS	CASADO	39					124.687.212-78	COMP. RESERVA
478	MIRIAN FRANCISCOS DOS SANTOS	UNIÃO ESTAVEL	38					165.336.014-40	COMP. RESERVA
479	PATRICIA GONÇALVES DA CRUZ	SOLTEIRA	24					165.563.147-90	COMP. RESERVA
480	MARIA KELLI DA SILVA LIMA	SOLTEIRA	26					163.805.347-69	COMP. RESERVA
481	MARIA CICERA DA SILVA	UNIÃO ESTAVEL	38					165.059.846-16	COMP. RESERVA
482	VANESA MARA CLASS	SOLTEIRA	31					129.053.545-28	COMP.RESERVA
483	PAMELA ALESKA DA SILVA SANTOS	SOLTEIRA	21					207.064.660-33	COMP. RESERVA
484	MAILA FERNANDA CHINELLI SILVEIRA	SOLTEIRA	27					131.029.744-05	COMP. RESERVA
485	JOSÉ NILTON DA SILVA MARANHÃO	SOLTEIRO	39					124.605.580-68	COMP.RESERVA
486	BEATRIZ FERREIRA GOMES	SOLTEIRA	20					204.074.104-27	COMP.RESERVA
487	MARCIO DE SOUZA	SOLTEIRO	35					127.657.744-04	COMP. RESERVA
488	LAURA VICUNHA MONTALVÃO FERREIRA	CASADA	33					209.661.657-85	COMP. RESERVA
489	ANTONIA GRACINDO DOS SANTOS LIMA	CASADA	38					127.432.720-17	COMP.RESERVA
490	JAKSON SOUZA DA SILVA	SOLTEIRO	25					161.808.614-64	COMP. RESERVA
491	MARIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA SOUZA	VIUVA	48					226.763.858-68	COMP. RESERVA
492	AGNALDO DA SILVA LIRA	SOLTEIRO	27					131.399.794-00	COMP. RESERVA
493	JOSIVANIA OLIVEIRA SILVA	SOLTEIRA	31					162.483.917-19	COMP. RESERVA
494	JOSE EDSON DE OLIVEIRA	SOLTEIRO	49					122.344.987-50	COMP. RESERVA
495	JUAREZ JOSE DOS SANTOS	SOLTEIRO	47					122.963.234-90	COMP. RESERVA
496	GORETE APARECIDA DA ROCHA	SOLTEIRA	38					209.199.971-84	COMP. RESERVA
497	EDLAINE BEZERRA GUARIRABA	CASADA	19					206.555.055-76	COMP.RESERVA
498	VANESSA MARIA SANTOS DO NASCIMENTO	UNIÃO ESTAVEL	19					206.458.421-97	COMP. RESERVA
499	VERA LUCIA BARROS	SOLTEIRA	42					130.148.704-03	COMP.RESERVA
500	JOSE DA CONCEIÇÃO DA SILVA	SOLTEIRO	44					127.476.839-84	COMP. RESERVA
501	AURELIANO FELIX JANUARIO FILHO	SOLTEIRO	44					124.687.023-54	COMP. RESERVA
502	ROSILDA CAMARGO DOS SANTOS	SOLTEIRA	28					130.531.254-03	COMP. RESERVA
503	VIVIANE MARSON DA SILVA	SOLTEIRA	30					129.781.814-02	COMP. RESERVA
504	ODAIR PATRICIO PEREIRA	DIVORCIADO	43					126.839.524-08	COMP.RESERVA
505	MARCELO DA SILVA ALVES	SOLTEIRO	21					203.547.395-00	COMP.RESERVA
506	ELIAS CORREIA DE MELO	SOLTEIRO	37					128.184.854-03	COMP.RESERVA
507	ADRIANA AMANCIO DA SILVA	SOLTEIRA	29					160.917.702-50	COMP.RESERVA
508	GRACIELE ALVES CAMARGO	SOLTEIRA	21					162.257.513-36	COMP. RESERVA
509	ROBSON EDUARDO SOLÃO CINTRA	SOLTEIRO	26					210.477.546-40	COMP.RESERVA
510	KETTRE OLIVEIRA BELCHIOR	SOLTEIRA	22					133.246.034-03	COMP.RESERVA
511	TIAGO ALMEIDA DE SOUZA	SOLTEIRO	24					209.918.687-94	COMP.RESERVA
512	GESLAINE DAIANE MORAIS PAULINO	SOLTEIRA	23					204.252.772-37	COMP.RESERVA
513	CLEONICE FRANÇA FERREIRA	SOLTEIRA	20					162.024.043-11	COMP.RESERVA
514	CLEITON PEREIRA DA SILVA	CASADO	26					164.256.347-59	COMP.RESERVA
515	DURCILENE SOUZA NOGUEIRA	SOLTEIRA	23					160.364.703-05	COMP.RESERVA
516	MARIA DE FATIMA BISPO DA CRUZ	SOLTEIRA	45					210.046.151-34	COMP. RESERVA
517	KAMILA FREITAS SOMERA	UNIÃO ESTAVEL	23					162.694.599-16	COMP.RESERVA
518	ELIENE LIMA DUARTE	SOLTEIRA	31					131.914.314-29	COMP.RESERVA
519	DILGLENY PEREIRA BARBALHO	CASADA	32					130.451.174-05	COMP.RESERVA
520	VALDECIR RIBEIRO DE FARIAS	SOLTEIRO	50					120.351.471-84	COMP.RESERVA
521	ANTONIA CARVALHO MEDEIROS							190.184.201-26	COMP.RESERVA
522	VANDELINA VIEIRA DA COSTA CORREIA	CASADA	42					209.244.292-02	COMP.RESERVA
523	BARBARA REGINA RAMOS	SOLTEIRA	20					206.734.995-82	COMP.RESERVA

	DA SILVA								
524	WEVERTON JONATHAN LOPES DA SILVA	SOLTEIRO	19					133.670.994-05	COMP.RESERVA
525	IVONETE APARECIDA DOS SANTOS	DIVORCIADA	49					190.353.941-11	COMP.RESERVA
526	GESSIKA DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA	SOLTEIRA	21					203.480.668-42	COMP.RESERVA

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:2EE1326A

PREFEITURA MUNICIPAL
RETIFICAÇÃO DA LISTA DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA, MINHA VIDA, RESIDENCIAL PARECIS

527	TANIA RODRIGUES DE FRANÇA	SOLTEIRA	28	3	132.356.454-02 / COMP. RESERVA	
125	TANIA DOMINGOS DA SILVA	SOLTEIRA	40	1	166.983.502-74/	INCOMPATIVEL

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:36A99CBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 038/2014 PREGÃO: N° 036/2014– REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, o ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT***, pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ***MAURO VALTER BERFT***, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador do RG nº 7009693115 SSP/RS e CPF nº 308.107.010-49, residente e domiciliado na Rua Bahia, 599-NE, Centro, nesta cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, doravante denominado ***CONTRATANTE*** e a empresa ***MT COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA***, inscrita no CNPJ sob n° 04.275.611/0004-46, estabelecida na Avenida Rio de Janeiro n° 695, quadra 19, chácara 01, nesta cidade de Campo Novo do Parecis /MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor ***VANDERLEI MURILO BIANCHI***, portador do RG nº 545706 SSP/RO, CPF nº 840.433.181-20, doravante denominada simplesmente, ***FORNECEDORA***, acordam proceder, nos termos do **Edital de Pregão RP nº 036/2014**, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis nºs 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, resolvem aditar a ATA de REGISTRO DE PREÇOS, nos seguintes termos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto Reajustar em 5,8236% (cinco, oitenta e dois trinta e seis por cento) o preço do item 01, da Ata de Registro de Preços nº 038/2014, do Pregão Presencial nº 036/2014, conforme abaixo indicados, em conformidade com as disposições do artigo 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, Decreto Executivo nº 124/2014, da Ata de Registro de Preços.

Item	Cód. Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Valor Atual	Valor Reajustado
01	17643	700.000	LITRO	COMBUSTIVEL OLEO DIESEL	BR	2,55	2,6985

CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES GERAIS
As demais cláusulas, condições e estipulações da Ata Originária permanecem inalteradas.

MAURO VALTER BERFT
Prefeito Municipal
Contratante

VANDERLEI MURILO BIANCHI
MT Comércio de Combustíveis LTDA
Fornecedora

GILMAR ROCHA
Agente Fiscalizador
CPF Nº 928.487.291-04

Publicado por:
Lays da Silva Santos
Código Identificador:DCF676B5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N° 071/2014, REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 109/2014
A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, **PREGÃO PRESENCIAL N° 071/2014, PROCESSO Nº 108**, OBJETO: **"AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E GENEROS ALIMENTICIOS PARA ESCOLA MUNICIPAL ALDOVANDRO ROCHA SILVA DE NOVA ESPERANÇA",** empresa**: VANDERLEI FRANCISCO DORNELES, CNPJ Nº 18.341.718/0001-07/0001-02** , Validade da proposta: 60 dias. Prazo: 1 (um) ano. **MENOR PREÇO POR ITEM** CONFORME DESCRITO ABAIXO:

Item	Descrição	Quant	Uni	Marca	Valor Unit	Valor Total
1	ACUCAR CRISTAL ESPECIAL COR CLARA EMBALADOS EM SACO PLASTICO	150	PCT	ITAMARATI	R$ 4,40	R$ 660,00
2	ALHO DE CABECA TAMANHO REGULAR SEM ESTRAGOS	60	KG	MASSON	R$ 14,00	R$ 840,00
3	AMIDO DE MILHO FINO EMBALAGEM DE 500 GRA	10	PCT	MIKA	R$ 3,50	R$ 35,00
4	ARROZ GRUPO BENEFICIADO	430	UNI	KAMBUCA	R$ 12,65	R$ 5.439,50
5	BATATA	170	KG	INGLESA	R$ 4,22	R$ 717,40
6	BOLACHA AGUA E SAL 400 G	290	PCT	CREAM CRAKER	R$ 4,50	R$ 1.305,00
7	BOLACHA MAISENA OU LEITE EMBALAGEM 400 G	400	PCT	MAISENA	R$ 4,90	R$ 1.960,00
10	CANELA: EM PO, SABOR E CHEIRO CARACTERISTICO, EMBALAGEM DE 1	20	UNI	MIKA	R$ 1,40	R$ 28,00
11	CANJICA AMARELA 500 G	70	UNI	MIKA	R$ 2,30	R$ 161,00
12	CANJIQUINHA (QUIRERA) SUBPRODUTO DO GRAO DE MILHO	20	UNI	MIKA	R$ 2,30	R$ 46,00
13	CARNE BOVINA, TIPO PALETA, EMBALADA EM SACO PLASTICO	270	KG	SEGUNDA	R$ 14,47	R$ 3.906,90
14	CARNE DE 2ª MOIDA OU PEDACOS EM SACO DE 1 KG	620	KG	SEGUNDA	R$ 13,67	R$ 8.475,40
15	CARNE DE TERCEIRA TIPO MUSCULO	50	KG	SEGUNDA	R$ 13,98	R$ 699,00
16	CARNE DE SEGUNDA	480	KG	SEGUNDA	R$ 14,47	R$ 6.945,60
17	CEBOLA TAMANHO REGULAR MEDIO SEM ESTRAGOS	150	KG	NACIONAL	R$ 4,00	R$ 600,00
18	CENOURA	170	KG	NACIONAL	R$ 3,99	R$ 678,30
19	CHOCOLATE GRANULADO PRETO, EMBALAGEM CONTENDO 250G. PRAZO DE	150	UNI	MAVALEIRO	R$ 4,20	R$ 630,00
20	COCO RALADO DESIDRATADO SEM ADICAO DE ACUCAR COM TEOR MINIMO	25	UNI	MIKA	R$ 4,50	R$ 112,50
21	COLORAL PURO EMBALAGEM PLASTICA DE 250 GR	50	UNI	MIKA	R$ 2,30	R$ 115,00
22	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO CONGELADAS	300	KG	ANHAMBI	R$ 7,98	R$ 2.394,00
24	FARINHA DE MANDIOCA	110	KG	MASSON	R$ 6,43	R$ 707,30
25	FARINHA DE TRIGO, ESPECIAL, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FO	50	KG	SOL	R$ 3,90	R$ 195,00
26	FEIJAO TIPO I	480	KG	MASSON	R$ 5,85	R$ 2.808,00
27	FERMENTO BIOLOGICO SECO INSTANTANEO 125 GR	8	UNI	SOFT	R$ 4,80	R$ 38,40
28	FERMENTO QUIMICO EM PO	20	UNI	FLESCHIMAM	R$ 2,70	R$ 54,00
29	FRANGO PICADO EM PEDACOS PEQUENOS TIPO A PASSARINHO	600	KG	SADIA	R$ 7,00	R$ 4.200,00
30	FUBA DE MILHO 1 KG	20	KG	J.HELENA	R$ 2,60	R$ 52,00
31	LEITE EM PO INTEGRAL INSTANTENEO SEM ADICAO DE ACUCAR 400G	450	UNI	NINHO	R$ 12,95	R$ 5.827,50
32	LINGUICA FRESCA MISTA	290	KG	TOSCANA	R$ 11,00	R$ 3.190,00
33	MACARRAO TIPO PARAFUSO OU PADRE NOSSO MASSA DE SEMOLINA	385	UNI	IZABELA	R$ 2,95	R$ 1.135,75
34	MACARRAO TIPO ESPAGUETE MASSA DE SEMOLINA COM OVOS	220	UNI	PAULISTA	R$ 2,95	R$ 649,00
35	MARGARINA SEM SAL 80% DE LIPIDIOS 500 GR	100	UNI	DELICIA	R$ 7,00	R$ 700,00
36	OLEO DE SOJA TIPO I CLASSE REFINADO UNIDADE DE 900 ML CADA	150	LT	SOYA	R$ 4,40	R$ 660,00
37	OREGANO: EMBALAGEM 10G	20	UNI	MIKA	R$ 1,50	R$ 30,00
38	OVOS DE GRANJA TIPO A	80	DZ	VIDA	R$ 4,80	R$ 384,00
39	REPOLHO FISIOLOGICAMENTE DESENVOLVIDO TIPO PRIMEIRA	350	KG		R$ 4,42	R$ 1.547,00
40	SAL REFINADO 1 KG	100	UNI	ITA	R$ 1,57	R$ 157,00
41	SALSICHA A GRANEL SUINA	40	KG	VIGOR	R$ 7,00	R$ 280,00
42	SARDINHA: AO PROPRIO SUCO, 250 GR EM OLEO COMESTIVEL	150	UNI	GOMES DA COSTA	R$ 4,50	R$ 675,00
43	TOMATE	240	KG		R$ 4,50	R$ 1.080,00
44	VINAGRE 750 ML	50	UNI	CASTELO	R$ 3,33	R$ 166,50
45	AGUA SANITARIA - EMBALAGEM COM 01 LITRO. AGUA SANITARIA	80	CX	KBOA	R$ 36,90	R$ 2.952,00
46	ALCOOL EM GEL	120	UNI	TRADICIONAL	R$ 8,43	R$ 1.011,60
47	AMACIANTE DE 2 LITROS CAIXA COM 6 UNIDADE	30	CX	IPE	R$ 40,00	R$ 1.200,00
48	ANIL EM LIQUIDO	25	UNI	CALMOM	R$ 9,47	R$ 236,75
49	ANIL EM PEDRA	25	CX	IMPERIAL	R$ 7,80	R$ 195,00
50	APANHADOR DE LIXO DE CABO EM MADEIRA COM 60CM	30	UNI		R$ 6,50	R$ 195,00
51	AVENTAL DE COZINHA DE PVC, TIPO FRONTAL, TAMANHO UNICO COM 5	30	UNI	NC	R$ 4,60	R$ 138,00
52	BACIA DE PLASTICA MEDIA 10 LITROS COM TAMPA	20	UNI	IRIS	R$ 11,20	R$ 224,00
53	BALDE DE 10 LITROS	20	UNI	JAGUAR	R$ 4,20	R$ 84,00
54	BALDE DE PEDREIRO	20	UNI	JAGUAR	R$ 6,60	R$ 132,00
55	BALDE DE PLASTICO 20 LT	20	UNI	JAGUAR	R$ 10,90	R$ 218,00
56	BALDE DE 15 LT	15	UNI	JAGUAR	R$ 13,77	R$ 206,55
57	BOM AR	30	UNI	WICK	R$ 8,60	R$ 258,00
58	BOTA DE BORRACHA CANO MEDIO Nº 35/36	6	PAR	VONDER	R$ 33,03	R$ 198,18
59	BOTA DE BORRACHA CANO MEDIO Nº 37/38	6	PAR	VONDER	R$ 33,03	R$ 198,18
60	BOTA DE BORRACHA Nº 33/34 CANO MEDIO	1	PAR	VONDER	R$ 33,03	R$ 33,03
61	CERA VERDE 750 ML ,CERA , A BASE DE CARNAUBA ESPECIALMENTE	5	CX	PRABRILHAR	R$ 58,00	R$ 290,00
62	COPO PLASTICO 180 ML PCT COM 100 NORMATIZADO ATENDENDO NORMA	5	CX	PLAS MEL	R$ 85,20	R$ 426,00
63	COPO PLASTICO 50 ML PCT COM 100 NORMATIZADO ATENDENDO NORMA	5	CX	NINI	R$ 78,55	R$ 392,75
64	DESINFETANTE LIMPEZA PESADA DE 500 ML	3	CX	PINHOSOL	R$ 97,03	R$ 291,09
65	DESINFETANTE COM PRINCIPIO ATIVO DE 2 LITROS.	40	CX	URCA	R$ 41,13	R$ 1.645,20
66	DETERGENTE LIQUIDO PARA LOUCA 500 ML. COMPOSICAO: CX C/24	30	CX	IPE	R$ 45,36	R$ 1.360,80
70	ESPONJA DE ACO C/14 PCT DE 60 G	80	FRD	BOMBRIL	R$ 27,90	R$ 2.232,00
71	ESPONJA DUPLA FACE PARA LOUCA, COM ESPUMA DE POLIURETANO, AG	100	UNI	BOMBRIL	R$ 1,72	R$ 172,00
72	ESCOVA P/ LAVAR ROUPA	40	UNI	SANTA CRUZ	R$ 2,37	R$ 94,80
73	ESCOVA DE LAVAR VASO SANITÁRIO COM SUPORTE	20	UNI	SANTA CRUZ	R$ 6,50	R$ 130,00
74	FLANELA AMARELA 30X60	50	UNI	FLABONE	R$ 2,95	R$ 147,50
75	GARRAFA TERMICA DE 1 LT	10	UNI	INOX	R$ 25,45	R$ 254,50
76	GARRAFA TERMICAS 1.8 LITROS	10	UNI	INOX	R$ 85,50	R$ 855,00
77	GUARDANAPO 21X22 BRANCO COM 50 UNIDADES	50	PCT	TRENCA	R$ 2,58	R$ 129,00
78	JARRA PLASTICA 2 LITROS	15	UNI	PLASUKIL	R$ 9,50	R$ 142,50
79	ISQUEIRO	15	UNI	BIK	R$ 3,50	R$ 52,50
80	LIMPA ALUMINIO 500 ML	40	UNI	POLILAR	R$ 2,15	R$ 86,00
81	LIMPA VIDRO C/ 500 ML	50	UNI	IPE	R$ 4,80	R$ 240,00
83	LUVA DE BORRACHA TAM P	30	PAR	VOLK	R$ 9,60	R$ 288,00
84	LUVA DE LIMPEZA TAM M	30	UNI	VOLK	R$ 9,60	R$ 288,00
85	LUVA DE BORRACHA TAMANHO G	30	PAR	VOLK	R$ 9,60	R$ 288,00
86	LUSTRA MOVEIS A BASE DE CERAS NATURAIS, COM ACAO DE SECAGEM	50	UNI	IPE	R$ 4,65	R$ 232,50
88	PALHA DE ACO	50	PCT	SCOTH BRITE	R$ 0,80	R$ 40,00
91	PANO DE CHAO 80X90 ESFREGAO AZUL	80	UNI	SAO MATHEUS	R$ 8,00	R$ 640,00
92	PANO DE CHAO GRANDE ALGODAO CRU 140 75X75	80	UNI	SAO MATHEUS	R$ 6,45	R$ 516,00
93	PANO DE LOUCA COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS MINIMAS: CARA	50	UNI	LINA	R$ 8,53	R$ 426,50
95	TOALHA DE ROSTO 45X75	40	UNI	PANASUL	R$ 6,90	R$ 276,00
98	PAPEL HIGIENICO 60 MT C/ 64 ROLOS	50	FRD	MILLI	R$ 72,00	R$ 3.600,00
99	PA PARA DETRITOS EM PLASTICO 3 X 23 X 29 CM	20	UNI		R$ 6,50	R$ 130,00
100	PEDRA SANITARIA	40	UNI	BRIZA	R$ 2,43	R$ 97,20
101	PAPEL TOALHA C/ 2 ROLOS DE 20 X 22 CM	20	PCT	MILLI	R$ 3,50	R$ 70,00

102	TOUCA SANFONADA TNT DESCARTÁVEL SIMPLES COM ELÁSTICO DUPLO,	1	CX	DESCAR PACK	R$ 30,00	R$ 30,00
103	PILHA AA	10	UNI	RAYOVAC	R$ 2,08	R$ 20,80
105	PILHA AAA	3	UNI	RAYOVAC	R$ 3,52	R$ 10,56
107	PRATO AVULSO FUNDO EM VIDRO TEMPERADO	70	UNI	DURALY	R$ 5,90	R$ 413,00
108	PRENDEDOR DE ROUPAS DE PLASTICO C/12	20	DZ	CRISTAL	R$ 2,89	R$ 57,80
109	RASTELO EM PLASTICO	15	UNI	BRAZIL	R$ 11,20	R$ 168,00
110	RODO 30 CM	35	UNI	BRAZIL	R$ 5,80	R$ 203,00
111	RODO DE PASSAR CERA COM ESPUMA	35	UNI	BRAZIL	R$ 6,50	R$ 227,50
112	RODO DE PLASTICO 60 CM DUPLO CABO DE MADEIRA	35	UNI	BRAZIL	R$ 10,25	R$ 358,75
114	RODO REFORCADO 40 CM	40	UNI	BRAZIL	R$ 8,50	R$ 340,00
115	SABAO EM PO 1 KG. COMPOSICAO: COADJUVANTE	160	KG	OMO	R$ 8,67	R$ 1.387,20
116	SABAO GLICERINADO NEUTRO EM BARRA COM 5 UNID DE 200 GR	40	PCT	IPE	R$ 6,00	R$ 240,00
117	SABONETE EM BARRA 90 GRAMAS SORTIDO CAIXA COM 12	20	CX	FRANCIS	R$ 16,90	R$ 338,00
118	SACO DE LIXO 100 LITROS C 10 UND RESIDUO NORMAL CLASSE I,	100	PCT	MULT	R$ 5,00	R$ 500,00
119	SACO DE LIXO 15 LITROS COM PACOTE COM 20	100	PCT	MULT	R$ 5,00	R$ 500,00
120	SACO DE LIXO 30 LITROS COM 10 UNIDADES	100	PCT	MULT	R$ 4,90	R$ 490,00
121	SACO DE LIXO 50 LITROS COM 10 UNIDADES	100	PCT	MULT	R$ 4,90	R$ 490,00
123	SODA CAUSTICA DE 1KG	10	UNI	LIPON	R$ 9,50	R$ 95,00
124	TORNEIRA PARA BEBEDOR (FILTRO)	25	UNI	STEFANI	R$ 4,95	R$ 123,75
125	VASSOURA DE PLASTICO NOVICA	40	UNI	SANTA CRUZ	R$ 8,00	R$ 320,00
126	VASSOURA DE CIPO	10	UNI	SANTA CRUZ	R$ 10,85	R$ 108,50
127	VASSOURA PALHA AMARELA COM CABO EM MADEIRA E DEPENDURADOR CO	30	UNI	CAIPIRA	R$ 10,25	R$ 307,50
VALOR TOTAL						R$ 90.328,54

DATA, 25 de Novembro de 2014

ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Prefeita Municipal de Cotriguaçu/MT

Publicado por:
Elaine Castanha Bonavigo
Código Identificador:D917397E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO 001/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2014
PROVA OBJETIVA -REALIZADA EM 16/11/2014
RESULTADO PRELIMINAR
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE
PSF I

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	SITUAÇÃO
223	ANDREIA AP. SILVA DOS SANTOS	25	25	45	95	CADASTRO DE RESERVA
159	ROSENI T. MACHADO GOMES	25	25	40	90	CLASSIFICADO
16	CLAUDINHA A. FUMAGALLI	25	25	35	85	CLASSIFICADO
218	DANESSA DOS SANTOS SANDRIN	20	10	50	80	CLASSIFICADO
101	ROSELI OTAÇU CORREIA	25	15	40	80	CLASSIFICADO
164	ADRIANA BATISTA DA SILVA	25	15	35	75	CLASSIFICADO
19	CLAUDIA FARIAS DE LIMA	15	15	30	60	CLASSIFICADO
86	ALINE RAYANE SOUZA	25	20	15	60	CLASSIFICADO
114	GISLAINE THUANE M.PEREIRA	20	0,5	30	55	CLASSIFICADO
167	SARA BATISTA DA SILVA	15	10	20	45	DESCLASSIFICADA
59	BIANCA LEIDE BOETTCHER					AUSENTE
178	CLAUDIANE CRISOSTOMO SILVA					AUSENTE
96	AELTON MACEDO DE FREITAS					AUSENTE
195	ROSANE SARTORI RAPOSO					AUSENTE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE
PSF II

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	SITUAÇÃO
7	TAIS MARIANE C. G. PEREIRA	20	25	50	95	APROVADO
47	JOILCE PARES	25	25	40	90	CADASTRO DE RESERVA
200	KELLY TEIXEIRA DA COSTA	25	25	40	90	CLASSIFICADO
190	CARINE PEREIRA	25	25	30	80	CLASSIFICADO
1	RENAN CALIXTO	25	25	30	80	CLASSIFICADO
132	CLEYDILEIA SANTANA S.SILVA	25	10	40	75	CLASSIFICADO
42	LUCIANA MARIA DA SILVA	20	20	30	70	CLASSIFICADO
152	GISELI AP. DOS SANTOS	20	20	30	70	CLASSIFICADO
54	MARINA DUARTE DOS S. LIMA	15	15	30	60	CLASSIFICADO
87	DANIELA PEREIRA DUTRA	10	20	15	45	DESCLASSIFICADA
157	NELMA MARIA DA LUZ					AUSENTE
67	PATRICIA DOS SANTOS TORRES					AUSENTE
12	VANESSA ROSSATIUK C. RIBAS					AUSENTE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE
PSF III

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	SITUAÇÃO
211	IVONETE ALVES DE SOUZA	25	20	40	85	CADASTRO DE RESERVA
158	NILVA GONÇALVES	25	20	35	80	CLASSIFICADO
79	LUCAS FELYPE A. A.TRINDADE	25	25	30	80	CLASSIFICADO
24	DOUGLAS RAFAEL ZORZI	25	25	30	80	CLASSIFICADO
177	EDILSON NUNES DA SILVA	20	25	30	75	CLASSIFICADO
100	AFONSO HENRIQUE DA S. GOMES	25	20	30	75	CLASSIFICADO
171	HELENICE DE OLIVEIRA FREITAS	25	20	25	70	CLASSIFICADO
9	GEICIANE APOLINARIA A. BARROS	20	15	30	65	CLASSIFICADO

14	JOSELAINE FUMAGALI	20	20	25	65	CLASSIFICADO
36	DEBORA LUCILENE DOS SANTOS	20	20	20	60	CLASSIFICADO
17	SALINE MANARIN FELIX LOPES	20	20	15	55	CLASSIFICADO
122	RAFAEL MIRANDA FONTENELE	10	10	15	35	DESCLASSIFICADO
80	DJEFERSON BRINCKER SANTOS					AUSENTE
28	EDINA NASCIMENTO CAROLINA					AUSENTE
15	KERLIN DAIANE GOMES DA SILVA					AUSENTE
131	VALERIA SILVA CONCEIÇÃO					AUSENTE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE

RURAL

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	SITUAÇÃO
150	KEILA DE JESUS PONCE	25	20	40	85	APROVADO
78	VIVIANE CHAVES DA SILVA	25	25	30	80	CLASSIFICADO
43	RONALDO TELES DA SILVA	20	20	35	75	CLASSIFICADO
196	LEONICE LUCIANA ARDT	20	15	40	75	CLASSIFICADO
62	CHRISTIELLEN L. R. P. SANTANA	25	15	30	70	CLASSIFICADO
44	LORRAINE GONÇALVES CHAVES	15	20	25	60	CLASSIFICADO
70	ROSANGELA DE ARAUJO GOMES	25	10	20	55	CLASSIFICADO
140	CHARLES LIMA RODRIGUES					AUSENTE
149	DEISE FERMINA DOS SANTOS					AUSENTE
94	GIS NUNES DA SILVA					AUSENTE
97	KESLIA ALVES FERREIRA					AUSENTE
217	RENATA DOS SANTOS					AUSENTE

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS I

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	SITUAÇÃO
107	JOSÉ AMARILDO DOS SANTOS	25	20	45	90	APROVADO
39	TEREZINHA CORREA	25	15	50	90	APROVADO
71	LUCIMAR NASCIMENTO DA SILVA	25	25	40	90	APROVADO
106	ANTONIO SOUZA PAULO	25	15	40	80	APROVADO
207	MARIA REGINA CARDOSO DA SILVA	25	10	45	80	APROVADO
65	RUTE FARIAS DE LIMA	20	20	35	75	APROVADO
192	KATIUCY DE SOUZA RODRIGUES	15	15	45	75	APROVADO
143	TEREZA OLIVEIRA DA SILVA	25	5	35	65	APROVADO
75	SEBASTIAO FERNANDES DOS SANTOS	15	15	35	65	CLASSIFICADO
191	ELIANE VASCONCELOS DE ARAUJO	15	15	35	65	CLASSIFICADO
33	JAMURAIUP KAIABI	5	10	45	60	CLASSIFICADO
126	SUELI DAL MOLIN	10	15	30	55	CLASSIFICADO
50	ESIDIO TARARAO COSTA	10	10	30	50	CLASSIFICADO
40	VERA LUCIA DA SILVA SANTOS	10	10	30	50	CLASSIFICADO
74	LINDOMAR DE SOUZA BARROS					AUSENTE
105	ROSA JANETE CABRAL					AUSENTE
104	MARIA MADALENA DA SILVA					AUSENTE

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS II

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	SITUAÇÃO
124	VERA LUCIA DA SILVA	25	25	45	95	APROVADO
119	ROMARIO APARECIDO BARBOZA	25	20	50	95	APROVADO
168	PERNAMBUCO JOSE MARIANO	25	25	40	90	APROVADO
137	GERALDO RODRIGUES FILHO	20	25	45	90	APROVADO
30	ROSANGELA MARKOLSKY PEDROSO	25	25	40	90	APROVADO
29	GENIVAL VIEIRA VALES	25	15	50	90	APROVADO
68	JACQUELINE PINHEIRO S. ALMEIDA	20	20	50	90	APROVADO
32	ELIAS CARAFINI	20	20	50	90	APROVADO
123	VERA LUCIA LUCAS EVANGELISA	20	20	45	85	CLASSIFICADO
27	ANGELICA PEREIRA DE SOUZA	20	25	40	85	CLASSIFICADO
113	EMILIA PIRES NEVES	25	20	25	70	CLASSIFICADO
3	CLEIDINEIA PEREIRA DOS SANTOS	25	20	25	70	CLASSIFICADO
103	JOSE CICERO FERREIRA	10	15	40	65	CLASSIFICADO
90	MARIA MADALENA O. SILVA	15	5	45	65	CLASSIFICADO
26	SONIA DA SILVA CARVALHO	10	20	35	65	CLASSIFICADO
91	JOSEFA UMBELINO DE LIMA	5	10	20	35	DESCLASSIFICADO
37	JOEL DOS SANTOS LIMA	0	10	15	25	DESCLASSIFICADO
102	MARIA PEREIRA SANTOS	0	0	10	10	DESCLASSIFICADO
31	SALUSTIANO ARAUJO GOMES	0	5	0	5	DESCLASSIFICADO
139	JOSE APARECIDO DE JESUS	5	0	0	5	DESCLASSIFICADO
206	ANGELICA RAMOS DE SOUZA					AUSENTE
175	MARINEZ VIEIRA RAMOS					AUSENTE

CARGO: APOIO EM MANUTENÇÃO EM INFRA ESTRUTURA ESCOLAR II – ZELADOR URBANO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	SITUAÇÃO
185	CARLA WILMA SCHOROEDER	20	10	45	75	APROVADO
84	GILDETH PEREIRA BASTOS	15	15	35	65	CLASSIFICADO
184	ANA CRISTINA VIEIRA SILVA	15	5	40	60	CLASSIFICADO
72	SOLANGE LAURINDO	5	10	40	55	CLASSIFICADO
163	EUZIMAR LIMA DA SILVA					AUSENTE

CARGO: APOIO EM MANUTENÇÃO E INFRA ESTRUTURA ESCOLA I –VIGILANTE - ZONA URBANA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	SITUAÇÃO
209	BRUNO BERNARDO DE ALMEIDA					AUSENTE

CARGO: APOIO NUTRIÇÃO ESCOLAR – ZONA URBANA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	SITUAÇÃO
179	JOSE ADELSON AMARAL DE OLIVEIRA	25	20	50	95	APROVADO
53	ANALU GRACIELE M. B. FERRARI	25	25	30	80	CLASSIFICADO
194	ROSA SOARES DE O. MADEIRA	15	15	40	70	CLASSIFICADO
181	SANDRA SOLANGE DE MIRANDA					AUSENTE

CARGO: AUXILAR DE OFICINA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	P.P	MEDIATOTAL	SITUAÇÃO
162	ROGIVALDO PEREIRA DE SOUZA	20	20	35	75	100	87,5	APROVADO
92	ALOISIO MARCELINO DE SOUZA	0	10	50	60	100	80	APROVADO

CARGO: AUXILIAR DE SECRETARIA – ZONA URBANA						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	SITUAÇÃO
56	BEATRIZ NAZARIO OLERIANO	25	25	50	100	APROVADA
141	NAIARA CABRAL DA COSTA	25	25	45	95	CLASSIFICADA
129	CRISTIANE PEREIRA DE CARVALHO	25	15	50	90	CLASSIFICADA
153	EDINEIA APARECIDA PEREIRA	25	15	40	80	CLASSIFICADA
151	ANA PAULA EBERHARD	25	15	40	80	CLASSIFICADA
215	FERNANDA JESUS DE OLIVEIRA	25	15	40	80	CLASSIFICADA
115	VANESSA GOMES ESTRON	15	15	35	75	CLASSIFICADA
202	MAGNA SANDRIN FERREIRA DE JESUS	25	10	40	75	CLASSIFICADA
148	JOSIENE LIMA DE ARAUJO	25	15	35	75	CLASSIFICADA
145	BERENICE BARBOSA LIMA	20	15	35	70	CLASSIFICADA
82	LUANA DOS SANTOS SOUSA DAMACENO	25	15	30	70	CLASSIFICADA
183	REBECA SILVA PREHL	20	20	25	65	CLASSIFICADA
11	NAYARA CRISTINA ROCHA	15	20	20	55	CLASSIFICADA
111	ALEXANDRA SILVEIRA					AUSENTE
221	GABRIELA CAMILA KRIEZER					AUSENTE
41	JESSICA DA SILVA FARIAS					AUSENTE

CARGO: AUXILIAR DE CONSULTORIO ODONTOLÓGICO – A.C.D								
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	P.P	MÉDIA FINAL	SITUAÇÃO
161	FLAVIA FRANCINE OLIVEIRA DA SILVA	25	15	30	70	60	65	APROVADO CADASTRO DE RESERVA
CARGO: CARPINTEIRO								
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	P.P	MEDIAGERAL	SITUAÇÃO
166	RODRIGO MIGUEL	25	25	30	80	10	45	REPROVADO
69	TIAGO FUMAGALLI	15	20	35	70	10	40	REPROVADO
CARGO: ELETRECISTA								
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	P.P	MEDIAGERAL	SITUAÇÃO
52	ALAN FAGNER CHIELE LARA							AUSENTE

CARGO: FARMACEUTICA						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	SITUAÇÃO
10	TATIELE CRISTINA DA SILVA					AUSENTE

CARGO: FONOAUDIOLOGIA							
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	C.E	TOTAL	SITUAÇÃO
121	KENIA MARA ALMEIDA	15	5	20	15	55	APROVADO
CARGO: NUTRICIONISTA							
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	C.E	TOTAL	SITUAÇÃO
174	ANNA CLAUDIA CARDOSO BOEING	20	0,5	15	15	55	APROVADO
CARGO: PSICOLOGIA							
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	C.E	TOTAL	SITUAÇÃO
120	KELIN CRISTINA PAZETE	20	20	15	20	75	APROVADO
99	MAYARA MELISSA LAZZERI	20	10	20	20	70	CLASSIFICADO
220	YOLANDA FRACIONE ZANINI						AUSENTE
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL							
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	C.E	TOTAL	SITUAÇÃO
23	ROSIVALDA DOS SANTOS FERREIRA	15	10	20	15	60	APROVADO
187	CLAUDIA REGINA PEREIRA	20	0	20	15	55	CLASSIFICADO
165	CELINA TEREZINHA DADALT	10	10	15	15	50	CLASSIFICADO

CARGO: MONITOR CASA LAR						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	SITUAÇÃO
22	SINDY LEIA GOMES PEREIRA	15	25	45	85	APROVADO
76	ELIANE PAULA AMORIM	15	20	45	80	APROVADO
176	FABIANA DE OLIVEIRA DA CONCEIÇAO	15	25	40	80	CLASSIFICADO
182	ELISANGELA NUNES NEGRINI	20	25	30	75	CLASSIFICADO
219	ALEX DA SILVA SANTANA	15	20	45	70	CLASSIFICADO
155	ELISANGELA PAULA AMORIM	15	25	30	70	CLASSIFICADO
225	ALINE ANACLETO BORGES	20	20	30	70	CLASSIFICADO
38	MARIA REGINA DE MIRANDA	10	15	40	65	CLASSIFICADO
204	IVONEIDE ALVES DA SILVA	0	10	35	45	DESCLASSIFICADA
216	CIRLANE NUNES	5	5	25	35	DESCLASSIFICADA
20	ELIZABET FARIA C. DE LIMA					AUSENTE
60	FABIANA ALVES DE LIMA					AUSENTE
222	GEICE GOMES DE SOUSA					AUSENTE
117	JOSIMAR CRISTINA PEREIRA					AUSENTE
173	VANDERLANDIA R. DA SILVA					AUSENTE
CARGO: MONITOR DE CURSO DE CORTE E COSTURA						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	SITUAÇÃO
213	MARLI ROSANE C.MIRANDOLA	25	25	50	100	APROVADO
214	CLAUDETE ROSSATIUK LOPES	25	25	35	85	CLASSIFICADO
146	EMILIA PEREIRA PANIAGUA	20	25	35	80	CLASSIFICADO
CARGO: MONITOR DE ESPORTES						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	SITUAÇÃO
89	JULIO FERLER	25	25	45	95	APROVADO
18	FREDEIGLANIA ALVES L. YAMASHITA	25	10	35	70	CLASSIFICADO
CARGO: MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMATICA						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	SITUAÇÃO
142	ANDRÉ ARAUJO MASCARDO	25	25	50	100	APROVAD0

CARGO: MOTORISTA NIVEL I - ZONA RURAL								
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MAT.	C.G	TOTAL	P.P	MÉDIA FINAL	SITUAÇÃO
4	JOSIMAR ALVES DE OLIVEIRA	25	25	45	95	70	82,5	APROVADO

135	VITOR PEREIRA	25	25	50	100	60	80	APROVADO
112	DONIZETE EVANGELISTA DE SOUZA	10	25	35	70	90	80	APROVADO
133	CARLOS PEREIRA DA SILVA	25	25	40	90	60	75	CLASSIFICADO
136	PEDRO ROBERTO SERGER							AUSENTE
134	MARCELO SILVA MONTEIRO							AUSENTE
CARGO: MOTORISTA NIVEL I - ZONA URBANA								
INSCRIÇÃO	**CANDIDATO**	**PORT.**	**MAT.**	**C.G**	**TOTAL**	**P.P**	**MÉDIA FINAL**	**SITUAÇÃO**
8	ALENCAR PEIXOTO FERRARI	25	25	50	100	90	95	APROVADO
156	RUDSON JOSE S. DOS SANTOS	25	25	45	95	90	92,5	CLASSIFICADO
154	JOEDSON MENDES DA SILVA	25	25	40	90	90	90	CLASSIFICADO
197	EDISON RODRIGUES	15	10	40	65	90	77,5	CLASSIFICADO
73	JOSIVAN LOPES DE SOUZA	25	20	45	90	60	75	CLASSIFICADO
198	VILSON NUNES G. DE OLIVEIRA	10	10	35	55	90	72,5	CLASSIFICADO

CARGO: OPERADOR DE MAQUINAS III					
INSCRIÇÃO	**CANDIDATO**	**PROVA PRATICA**	**ENTREVISTA**	**MÉDIA FINAL**	**SITUAÇÃO**
85	ADAO DE OLIVEIRA PAULO	100	100	100	APROVADO
45	CELSO PEREIRA SILVA	100	100	100	APROVADO
61	JAIRO DE OLIVEIRA SANTANA	100	90	95	CLASSIFICADO
51	ARCEU FORTES DA SILVA	8	80	8	CLASSIFICADO
34	CARLOS BATISTA DA SILVA	8	7	7,5	CLASSIFICADO
13	JANDERSON ARRUDA S. COSTA	4	8	60	CLASSIFICADO

CARGO: TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – TDI						
INSCRIÇÃO	**CANDIDATO**	**PORT.**	**MAT.**	**C.G**	**TOTAL**	**SITUAÇÃO**
83	MARIBONE WANDA WEISS	25	25	50	100	APROVADA
66	FRANCINETE VELOSO ARAUJO	20	25	50	95	APROVADA
93	DAIANE DE MOURA SILVA	25	25	45	95	APROVADA
95	SANDY ELIZA DA SILVA	25	25	40	90	CLASSIFICADA
108	ELIANE DE SOUZA BONFIM	25	15	45	85	CLASSIFICADA
35	ANNA CAROLINA DE P.F.PORTELLA	25	20	40	85	CLASSIFICADA
5	JUCIELE AP. MORAIS DOS SANTOS	25	20	40	85	CLASSIFICADA
144	MONIQUE PAZ MOREIRA	25	25	30	80	CLASSIFICADA
128	KARINA SOUZA DOS SANTOS	25	20	35	80	CLASSIFICADA
48	IVONICE ARAUJO DOS SANTOS	25	15	35	75	CLASSIFICADA
6	FRANCISCA ALINE DA S. C. ZORZI	20	20	35	75	CLASSIFICADA
116	JOCILENE DA SILVA SOUSA	25	10	40	75	CLASSIFICADA
64	ROSILEIA COSTA	25	15	35	75	CLASSIFICADA
63	ANDREIA ROMINNG	20	10	40	70	CLASSIFICADA
170	FRANCINETE AGUIAR MARTINS	25	0,5	35	65	CLASSIFICADA
180	CREONICE BEIRA DOS SANTOS	25	15	25	76	CLASSIFICADA
49	ROSIANE AP. INACIO	20	0,5	35	60	CLASSIFICADA
81	DIEICIANE ALVES TEIXEIRA	15	10	35	60	CLASSIFICADA
130	ISADORA MATOS DOS REIS	25	0,5	30	60	CLASSIFICADA
46	ELZA MARIA DA SILVA	20	0,5	25	50	CLASSIFICADA
58	LAURA PASSADOR DE OLIVEIRA	10	0	35	45	DESCLASSIFICADA
125	EDNA EVANGELISTA C. DE MATOS					AUSENTE
169	ERENILDA FERRAZ DE OLIVEIRA					AUSENTE
55	ETICREIA SABINO BEZERRA					AUSENTE
88	GÉSSICA MARCOMINI					AUSENTE
109	GISLAINI SOUZA BONFIM					AUSENTE
160	JANETE SCHONS					AUSENTE
201	MARCIA LEOPOLDINO DE ANGELO					AUSENTE
CARGO: TÉCNICO DE INFORMATICA						
INSCRIÇÃO	**CANDIDATO**	**PORT.**	**MAT.**	**C.G**	**TOTAL**	**SITUAÇÃO**
77	GEOVAN RAMOS FRANCISCO DOS SANTOS	20	25	35	80	APROVAD0
CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM						
INSCRIÇÃO	**CANDIDATO**	**PORT.**	**MAT.**	**C.G**	**TOTAL**	**SITUAÇÃO**
203	CLARISSA PIRES F. MACHADO	20	25	45	90	APROVADO
210	ROSILENE PIREZ	25	25	40	90	APROVADO
205	ELIZANDRA VIEIRA	25	25	35	85	CLASSIFICADO
25	VILMA CRISTINA COSTA					AUSENTE
CARGO: VIGIA						
INSCRIÇÃO	**CANDIDATO**	**PORT.**	**MAT.**	**C.G**	**TOTAL**	**SITUAÇÃO**
138	JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS	20	25	50	95	APROVADO
208	IRINEU REHRIG	15	25	50	90	APROVADO
212	ALBERI CARLOS RIGGO	20	25	40	85	APROVADO
188	ANTONIO NORBERTO B. DA LUZ	15	20	50	85	APROVADO
98	ELIZEU DA SILVA	20	20	45	85	APROVADO
147	ADEMILSON S. DE OLIVEIRA	15	20	50	85	APROVADO
199	JOSE ESMIR DE ALMEIDA	25	10	45	80	APROVADO
118	ADAO FERREIRA GOMES	15	15	50	80	APROVADO
172	EDY CARLOS S. FERREIRA	15	25	40	80	CLASSIFICADO
127	CINTIA AP. L. RANGEL	20	20	25	65	CLASSIFICADO
2	JOSE MARIO SOUZA SILVA	10	20	35	65	CLASSIFICADO
224	OZIAS RIBEIRO COSTA	10	25	20	55	CLASSIFICADO
286	WAGNER DE OLIVEIRA ALVES	10	20	25	55	CLASSIFICADO
21	GUINALDO PEREIRA DA SILVA	0	0	5	0,5	DESCLASSIFICADO
189	JOSE AUGUSTO PEREIRA	0	0	0	0	DESCLASSIFICADO
193	ELCIO FRANCO DOS SANTOS					AUSENTE
57	RAIMUNDO MADEIRA SOBRINHO					AUSENTE

Publicado por:
Juliele Moura Rodrigues
Código Identificador:DE6478C5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESUMO E CONTRATOS REF MES 11-2014

Resumo de Contratos firmados no mês 11/2014

N. Cont.	Contratante	Contratado	Objeto	Valor R$	Vigência
135/2014	Prefeitura Guiratinga	Geraldo João Ribeiro	Serv. Médicos Triador de A.I.H.s	13.200,00 T	04.11.14 a 04.11.15
136/2014	Prefeitura Guiratinga	Chaban Service Agência de Viagens e Turismo Ltda	Serviços de Transp. Universitário	7.900,00 T	04 a 29.11.14
137/2014	Prefeitura Guiratinga	Gleydson Rodrigues Rosa	Instrutor de música - CRAS	10.800,00 T	06.11.14 a 06.11.15
138/2014	Prefeitura Guiratinga	Centroeste Ambiental Coleta, Transp./ Limp. Urbana Ltda-ME	Serv. esp.em coleta/ transp./ gerenc. e tratamento de resíduos de serv. de saúde	3.000,00 T	06.11 a 31.12.14
139/2014	Prefeitura Guiratinga	Ação Comércio e Serviços de Móveis e Informática	Aquisição de materiais permanentes	9.355,00 T	14.11.14 a 14.11.15
140/2014	Prefeitura Guiratinga	N.R Comércio de Equip. de Informática Ltda-ME	Aquisição de materiais permanentes	7.996,00 T	14.11.14 a 14.11.15

Guiratinga/MT, 25 de novembro de 2.014.

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marizerth Souza Ferreira
Código Identificador:4074EFE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS REF MES 11-2014

Resumo de Termos Aditivos firmados no mês 11/2014

Número do Termo	Data	Número do Contrato	Contratante	Contratado	Cláusula Alterada	Prazo	Valor do Aditivo R$
1º T. Aditivo	07/11/2014	130//2014	Prefeitura Guiratinga	Resende e Domingues Ltda	1ª – Objeto, item 03	07.11.14 a 29.09.15	21.260,32 T
1º T. Aditivo	17.11.2014	117/2.014	Prefeitura Guiratinga	Carmem Lucia da Silva	3ª - Prazo e 4ª - Preço	26.11.14 a 26.02.15	2.172,00 T
1º T. Aditivo	17.11.2014	118/2.014	Prefeitura Guiratinga	Laudimar Santos Miranda	3ª - Prazo e 4ª - Preço	26.11.14 a 26.02.15	2.172,00 T
1º T. Aditivo	12.11.2014	115/2014	Prefeitura Guiratinga	Nilzia Souza Lopes – EPP	1ª-Objeto item 18066	12.11.14 a 22.07,15	2.511,00 T
1º T. Aditivo	07.11.2014	129/2014	Prefeitura Guiratinga	K A Teixeira & Cia Ltda -EPP.	1ª – Objeto, itens 01 e 02	07.11.14 a 29.09.15	52.884,93 T
4º T. Aditivo	18.11.2014	090/2013	Prefeitura Guiratinga	Luiz Alves	3ª-Preço e 4ª-Vigência	29.11 a 22.12.14	5.422,25 T
4º T. Aditivo	18.11.2014	085/2013	Prefeitura Guiratinga	Enildo Avelino dos Santos	3ª-Preço e 4ª-Vigência	29.11 a 22.12.14	2.469,80 T
4º T. Aditivo	18.11.2014	091/2013	Prefeitura Guiratinga	Regina Oliveira de Souza	3ª-Preço e 4ª-Vigência	29.11 a 22.12.14	9.067,36 T
2º T. Aditivo	07.11.2014	030/2014	Prefeitura Guiratinga	K A Teixeira & Cia Ltda -EPP	1ª – Objeto, itens 3530,31540 e 11465	07.11.14 a 06.02.15	83.495,57 T
2º T. Aditivo	07.11.2014	031/2014	Prefeitura Guiratinga	Resende e Domingues Ltda	1ª – Objeto, item 38061	07.11.14 a 06.02.15	107.159,92 T
7º T. Aditivo	18.11.2014	084/2013	Prefeitura Guiratinga	Alecssandro Nunes Souza	3ª-Preço e 4ª-Vigência	29.11 a 22.12.14	4.848,80 T
6º T. Aditivo	18.11.2014	117/2013	Prefeitura Guiratinga	Ozeias Almeida Novaes	3ª-Preço e 4ª-Vigência	29.11 a 22.12.14	14.542,60 T
3º T. Aditivo	17.11.2014	055/2014	Prefeitura Guiratinga	Nayanne Araújo Ferreira	3ª-Dest. Veículo 4ª-Preço	17.11 a 22.12.14	902,88 T
3º T. Aditivo	18.11.2014	088/2013	Prefeitura Guiratinga	José de Jesus Miranda	3ª-Preço e 4ª-Vigência	29.11 a 22.12.14	6.656,00 T
3º T. Aditivo	18.11.2014	092/2013	Prefeitura Guiratinga	Samuel da Silva Santos	3ª-Preço e 4ª-Vigência	29.11 a 22.12.14	5.977,40 T

Guiratinga/MT, 25 de novembro de 2.014

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marizerth Souza Ferreira
Código Identificador:5D3F85B1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL PSS Nº 009/2014

O Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, Pedro Ferronatto, no uso de suas atribuições legais, torna público a **RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, DESCLASSIFICADOS E AUSENTES** no Processo Seletivo Simplificado nº 009/2014, nos seguintes termos:

INSC	CANDIDATO	CARGO	PT	OC	RE
02	PAMELA JANING	ENFERMEIRO	6,5	1º	AP
07	CREUSA DE ALMEIDA AMARAL	ENFERMEIRO	6,5	2º	AP
06	NADIA NUNES ANTUNES	ENFERMEIRO	6,5	3º	OC
04	KAMILA PELEGRINI	ENFERMEIRO	6,0	4º	OC
01	LARYSSA RODRIGUES EVANGELISTA	ENFERMEIRO	5,5	5º	OC
09	ALINE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	ENFERMEIRO	5,5	6º	OC
08	KEILA DE OLIVEIRA LANGARO	ENFERMEIRO	5,5	7º	OC
05	MARIA CRISTINA P. SANTOS	ENFERMEIRO	5,5	8º	OC
03	ARLEIA ZOIA PASINI	ENFERMEIRO	5,0	9º	OC

10	LEIDIANE JUVENCIO DA SILVA	ENFERMEIRO	4,5	-	DC
11	DAIANE ALBUQUERQUE	ENFERMEIRO	4,0	-	DC
12	DEISE MARIA LOPES DE SOUZA	ENFERMEIRO	3,5	-	DC
13	JAQUELINE ARAUJO FREITAS	ENFERMEIRO	-	-	NC

SIGLAS E ABREVIAÇÕES:

INSC = Número de inscrição	**PT = Pontos**	**OC = Ordem Classificatória**	**RE = Resultado**
AP = Aprovado	**NC = Não Compareceu**	**DC = Desclassificado**	**RP = Reprovado**

O presente Edital deverá se publicado na Imprensa Oficial do Município (**www.amm.org.br**), no site da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte **(www.ipirangadonorte.mt.gov.br)** e no mural da Prefeitura, para os fins previstos no Edital de Abertura do PSS nº 009/2014, notadamente para fins de interposição de recursos no prazo de 02 dias úteis, a contar da publicação deste Edital.

Nota de esclarecimento: A Questão nº 02 foi anulada e todos os candidatos obtiveram a pontuação da mesma, uma vez que em o enunciado restou incompleto, ficando os candidatos impossibilitados de responder a referida questão.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 25 de novembro de 2014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

Empate na nota geral entre a 1ª, 2ª e 3ª colocadas; desempate entre a 1ª e 2ª colocadas pelo critério da cláusula 7.3.1, alínea 'a' do Edital de Abertura; desempate entre a 2ª e 3ª colocadas pelo critério da cláusula 7.3.1, alínea "b".

Empate na nota geral entre a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª colocadas; desempate entre a 5ª e 6ª colocadas pelo critério da cláusula 7.3.1, alínea 'a' do Edital de Abertura; desempate entre a 7ª e 8ª colocadas pelo critério da cláusula 7.3.1, alínea "

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:3C8662FC

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 026, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Ipiranga do Norte – MT.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I
Da Estrutura da Carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal

TÍTULO II
Da Finalidade

Esta Lei Complementar reorganiza a carreira estratégica dos profissionais da Educação Pública Básica do Município de Ipiranga do Norte - MT, tendo por finalidade reorganizá-la,reestruturá-la e restabelecer as normas sobre o Regime Jurídico de seu pessoal, a fim de regulamentar o que estabelece o Art. 147 da Lei Orgânica.

PARÁGRAFO ÚNICO: Entende-se por carreira estratégica aquela essencial para o oferecimento de serviço público, priorizado e mantido sob a responsabilidade do Município, com admissão exclusiva por concurso público, não podendo ser terceirizado, transferido a organização de direito privado ou privatizado, com revisão obrigatória do subsidio a cada 12 (doze) meses para os Professores, de acordo com o Piso Nacional, sendo que se este for inferior ao RGA deverá ser complementado com a diferença.

CAPÍTULO I
Da Constituição da Carreira

A Carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal é constituída de 04 (quatro) classes de cargos:

Professor composto das atribuições inerentes às atividades de docência, de coordenação e assessoramento pedagógico e de direção de unidade escolar;
Técnico Administrativo Educacional composto de atribuições inerentes às atividades de administração escolar, de multimeios didático, e outras que exijam formação mínima de ensino médio e profissionalização específica;
Apoio Administrativo Educacional composto de atribuições inerentes às atividades de nutrição escolar e de manutenção de infraestruturaou outras que requeiram formação em nível de ensino fundamental e profissionalização específica;
Técnico de Desenvolvimento Infantil composto de atribuições inerentes às atividades de auxílio ao professor regente de classe no educar e cuidar, com formação mínima de 2º ano do curso de Pedagogia de Educação Infantil.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Secretaria Municipal de Educação deve proporcionar aos Profissionais da Educação Básica valorização mediante formação continuada, garantia de condições de trabalho, condições básicas para o aumento da produção científica dos professores e cumprimento da aplicação dos recursos constitucionais destinados à educação.

CAPÍTULO II
Das Séries de Classe dos Cargos da Carreira

Seção I
Da Série de Classe do Cargo de Professor

Art. 3º. A carreira dos Profissionais da Educação Básica é constituída de:
04 cargos de carreira, de provimento efetivo:
Professor – composto das atribuições e atividades de docência, de coordenação e de direção de unidade escolar;
Técnico Administrativo Educacional – composto das atribuições e atividades de administração escolar e multimeios didáticos;
Apoio Administrativo Educacional – composto das atribuições e atividades nutrição escolar, de manutenção de infraestrutura e motorista de transporte escolar;
Técnico de Desenvolvimento Infantil.

02 funções de dedicação exclusiva:
Diretor de unidade escolar, função composta das seguintes atribuições:
Representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;
Coordenar, em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Escola, observadas as políticas públicas da Secretaria de Estado e Municipal de Educação, e outros processos de planejamento;
Coordenar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, assegurando a unidade e o cumprimento do currículo e do calendário escolar;
Manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação;
Dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas pelos órgãos do sistema de ensino;
Submeter ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar;
Divulgar à comunidade escolar a movimentação financeira da escola;
Coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas e técnico-administrativo-financeiras desenvolvidas na escola;
Apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal de Educação e à Comunidade Escolar, a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Escola, avaliação interna da escola e as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas;
Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente.

Coordenador pedagógico, função composta das seguintes atribuições:
Investigar o processo de construção de conhecimento e desenvolvimento do educando;
Criar estratégias de atendimento educacional,complementares e integradas às atividades desenvolvidas na turma;
Proporcionar diferentes vivências visando o resgate da auto-estima, a integração no ambiente escolar e a construção dos conhecimentos onde os alunos apresentam dificuldades;
Participar das reuniões pedagógicas planejando, junto com os demais professores, as intervenções necessárias a cada grupo de alunos, bem como as reuniões com pais e conselho de classe;
Coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas da Unidade Escolar;
Articular a elaboração participativa do Projeto Pedagógico da Escola;
Coordenar, acompanhar e avaliar o projeto pedagógico na Unidade Escolar;
Acompanhar o processo de implantação das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação relativas à avaliação da aprendizagem e ao currículo, orientado e intervindo junto aos professores e alunos quando solicitado e/ou necessário;
Coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos alunos, visando a correção e intervenção no Planejamento Pedagógico;
Desenvolver e coordenar sessões de estudos nos horários de hora-atividade, viabilizando a atualização pedagógica em serviço;
Coordenar e acompanhar as atividades nos horários de hora-atividade na unidade escolar;
Analisar/avaliar junto aos professores as causas da evasão e repetência propondo ações para superação;
Propor e planejar ações de atualização e aperfeiçoamento de professore e técnicos, visando à melhoria de desempenho profissional;
Divulgar e analisar, junto à Comunidade Escolar, documentos e diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Estadual de Educação, buscando implementá-los na unidade escolar, atendendo às peculiaridades regionais;
Propor e incentivar a realização de palestras, encontros e similares com grupos de alunos e professores sobre temas relevantes para a formação integral e desenvolvimento da cidadania;
Propor, em articulação com a Direção, a implantação e implementação de medidas e ações que contribuam para promover a melhoria da qualidade de ensino e o sucesso escolar dos alunos;

A ocupação das funções de dedicação exclusiva, estabelecidas no inciso II deste artigo é privativa ao servidor de carreira efetivo, atendidos os requisitos estabelecidos para a sua designação, a serem regulamentados por meio de lei específica.

CAPÍTULO III
Dos Cargos da Carreira

Seção I
Do Cargo de Professor

O cargo de Professor é estruturado em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas.

As classes são estruturadas segundo a formação exigida para o provimento e para a progressão horizontal no cargo, de acordo com seguinte:

Classe A – Habilitação específica de nível médio-magistério;
Classe B – Habilitação específica de grau superior em nível de graduação reconhecido pelo MEC, representado por licenciatura plena;
Classe C – Habilitação específica de grau superior em nível de graduação reconhecido pelo MEC, representado por licenciatura plena, com especialização, atendendo às normas do Conselho Nacional;
Classe D – Habilitação específica de grau superior em nível de graduação reconhecido pelo MEC, representado por licenciatura plena, com curso de mestrado na área de educação relacionada com sua habilitação;
Classe E – Habilitação específica de grau superior em nível de graduação reconhecido pelo MEC, representado por licenciatura plena, com curso de doutorado na área de educação relacionada com sua habilitação.

Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismos arábicos de 01 a 12 que constituem a linha vertical de progressão.

São atribuições específicas do professor:
Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal;
Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação;
Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico;
Desenvolver a regência efetiva;
Controlar e avaliar o rendimento escolar;
Executar tarefa de recuperação de alunos;
Participar de reunião de trabalho;
Desenvolver pesquisa educacional;
Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade;
Buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa;
Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente;
Cumprirà hora-atividade, conforme PPP da unidade escolar.

Seção II
Do cargo de Psicopedagogo

Art. 5º.O cargo de Psicopedagogo Escolar**:** profissional portador de certificado de conclusão em curso de especialização em Psicopedagogia reconhecido pelo MEC, em nível de pós-graduação, expedidos por escolas ou instituições devidamente autorizadas ou credenciadas nos termos da legislação pertinente, ou de diploma de curso superior e que requeiram o respectivo registro no Conselho Regional de seu domicílio, com atribuições para a intervenção e a solução dos problemas de aprendizagem; a utilização de métodos, técnicas e instrumentos que tenham por finalidade a pesquisa, a prevenção, a avaliação e a intervenção relacionadas com a aprendizagem; e o apoio psicopedagógico aos trabalhos realizados nos espaços institucionais, dentre outras previstas em lei e regulamentos.

Dos Cargos de Técnico Administrativo Educacional, Apoio Administrativo Educacional e Técnico de Desenvolvimento Infantil

Art. 6º.Do cargo de Técnico Administrativo Educacional estrutura-se em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas:
Classe A – Habilitação específica no ensino médio;
Classe B – Habilitação específica no ensino médioe curso de profissionalização específica, conforme catálogo de cursos profissionalizantes do MEC, área 21;
Classe C – Habilitação em grau superior reconhecido pelo MEC na área educacional com profissionalização específica ou curso de especialização *lato sensu* na área de gestão/administração escolar;
Classe D – Habilitação em grau superior reconhecido pelo MEC na área educacional, com curso de especialização *lato sensu* em área correlata mais curso de profissionalização específica ou outro curso de especialização *stricto sensu* na área de gestão/administração escolar.

Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismos arábicos de 01 a 12 que constituem a linha vertical de progressão.

A carga horária do Curso de Profissionalização específica será de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas.

Art. 7º. O cargo de Apoio Administrativo Educacional estrutura-se em linha horizontal de acesso identificada por letras maiúsculas:
Classe A: Habilitação em nível de ensino fundamental completo;
Classe B: Habilitação em nível de ensino médio;
Classe C: Habilitaçãoem nível médio e curso de profissionalização específica reconhecido pelo MEC.

Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismos arábicos de 01 a 12, que constituem a linha vertical de progressão.

§ 2º. A carga horária do Curso de Profissionalização específica será de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas.

Art. 8º. Do cargo de Técnico de Desenvolvimento Infantil estrutura-se em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas:
Classe A – Estar cursando a partir do 2º ano de Licenciatura em Pedagogia de Educação Infantil reconhecido pelo MEC;
Classe B – Habilitação em Licenciatura Plena em Pedagogia de Educação Infantil reconhecido pelo MEC;
Classe C – Habilitação em Licenciatura Plena em Pedagogia de Educação Infantil reconhecido pelo MEC com curso de especialização *lato sensu* ou *stricto sensu* na área correlata à educação reconhecido pelo MEC.

PARÁGRAFO ÚNICO: Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismos arábicos de 01 a 12 que constituem a linha vertical de progressão.

Art. 9º. São atribuições do Técnico Administrativo Educacional:
Administração Escolar, cujas principais atividades são:
Responsabilidade básica de planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação de todas as atividades pertinentes à secretaria e sua execução, tais como: Escrituração, arquivo, protocolo, estatística, redigir atas, transferências escolares e boletins;
Assistência e/ou administração dos serviços de almoxarifado, dos serviços de planejamento e orçamentários, dos serviços financeiros, dos serviços de manutenção e controle da infraestrutura, dos serviços de transporte, dos serviços de manutenção;
Participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento Escolar;
Executar atividades de registro e escrituração, assegurando o cumprimento de normas e prazos relativos ao processamento de dados determinados pelos órgãos competentes;
Regularizar a documentação referente à matrícula, adaptação, transferência de alunos, encaminhando os casos especiais à deliberação do diretor(a);
Atender, providenciar o levantamento e encaminhamento aos órgãos competentes de dados e informações educacionais;
Elaborar e providenciar a divulgação de editais, comunicados e instruções relativas às atividades;
Elaborar relatórios das atividades da Secretaria e colaborar na elaboração do relatório anual da escola;
Cumprir e fazer cumprir as determinações do diretor (a), do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e dos órgãos competentes;
Assinar, juntamente com o diretor (a), todos os documentos escolares destinados aos alunos;

Facilitar e prestar todas as solicitações aos representantes da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação sobre o exame de livros, escrituração e documentação relativa à vida escolar dos alunos e vida funcional dos servidores e, fornecer-lhes todos os elementos que necessitarem para seus relatórios, nos prazos devidos;
Redigir as correspondências oficiais da escola;
Dialogar com o diretor (a) sobre assunto que diga respeito à melhoria do andamento de seu serviço;
Não permitir a presença de pessoas estranhas ao serviço da secretaria;
Manter a atualização dos serviços pertinentes ao estabelecimento;
Tabular os dados dos rendimentos escolares, em conformidade ao processo de recuperação e no final de cada ano letivo.

Multimeios Didáticos, cujas principais atividades são:
Controlar e operar quaisquer aparelhos eletrônicos tais como:
Televisor, projetor de slides, computador, calculadora, fotocopiadora, retroprojetor, bem como outros recursos didáticos de uso especial;
Atuar na orientação de trabalhos de leitura nas bibliotecas escolares, laboratórios e salas de ciências;
Zelar pela manutenção dos computadores;
Auxiliar os trabalhos no laboratório de informática;
Orientar os alunos e professores em pesquisas na biblioteca;
Manter os espaços organizados;
Comunicar ao técnico quaisquer danos que impossibilite o uso dos equipamentos.

Art. 10. São atribuições do Apoio Administrativo Educacional:
Cozinheiro, cujas principais atividades são:
Preparar os alimentos que compõem a merenda;
Manter a limpeza e a organização do local, dos materiais e dos equipamentos necessários ao refeitório e a cozinha;
Manter a higiene, a organização e o controle dos insumos utilizados na preparação da merenda e das demais refeições.

Zelador, cujas principais atividades são:
Limpeza e higienização das unidades escolares;
Execução de pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários e de alvenaria;
Execução da limpeza das áreas externas incluindo serviços de jardinagem.

Motorista, cujas principais atividades são:
Conduzir os veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Educação de acordo com as disposições contidas no Código Nacional de Trânsito;
Manter os veículos sob sua responsabilidade em condições adequadas de uso;
Detectar, registrar e relatar ao superior hierárquico todos os eventos mecânicos, elétricos e de funilaria anormais que ocorram com o veículo durante o uso.

Vigia, cujas principais atividades são:
Fazer a vigilância das áreas internas e externas das unidades escolares e órgão central;
Comunicar ao diretor da unidade escolar todas as situações de risco à integridade física das pessoas e do patrimônio público.
Prevenir os alunos e os profissionais da educação de possíveis situações perigosas dentro das unidades escolares;
Controlar a entrada e saída de pessoas junto às unidades escolares e a Secretaria Municipal de Educação;
Detectar, registrar e relatar à direção da unidade escolar e/ou à chefia imediata, possíveis situações de riscos à integridade física das pessoas e à integridade dos bens públicos sob sua responsabilidade.

Art. 11. São atribuições do Técnico de Desenvolvimento Infantil:
Receber afetivamente as crianças na Escola de Educação Infantil, dentro de um ambiente acolhedor;
Realizar atividades lúdicas e dirigidas, que proporcionem o desenvolvimento integral da criança, visando potencializar aspectos corporais, afetivas, emocionais, estéticos e éticos na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis;
Participar da execução de projetos e atividades que proporcionem a ampliação do universo cognitivo da criança;
Garantir a segurança das crianças na Instituição;
Comunicar à equipe diretiva do estabelecimento os fatos e acontecimentos relevantes do dia e, se necessário, juntamente com a direção, informar aos pais;
Proceder e orientar as crianças no que se refere à higiene pessoal, atendendo a faixa etária de atuação;
Servir refeições e auxiliar na alimentação, deixando o ambiente limpo e organizado, após seu uso;
Promover e zelar pelo horário de repouso;
Manter disciplinadas as crianças quando sob sua responsabilidade;
Zelar pelos objetos pertencentes à Escola de Educação Infantil e pertencente às crianças;
Zelar pelas crianças durante as atividades livres no pátio;
Ministrar medicamentos conforme prescrição médica;
Acompanhar as crianças em suas atividades educacionais como passeios, visitas, festas;
Participar das reuniões de pais promovidas pela escola;
Participar de reuniões pedagógicas e administrativas, seminários, encontros, palestras, sessões de estudo e eventos relacionados à educação;
Colaborar com atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
Executar outras tarefas pertinentes que lhe forem delegadas ou correlatas ao cargo de Técnico de Desenvolvimento Infantil.

O desenvolvimento das atribuições e atividades do Técnico Administrativo Educacional, Técnico de Desenvolvimento Infantil e do Apoio Administrativo Educacional dar-se-á dentro das unidades escolares, nas quais serão lotados de acordo com as necessidades e conveniência da Unidade Escolar e da Secretaria Municipal de Educação, bem como do estabelecido no lotacionograma de cada unidade escolar.

Os profissionais de Técnico Administrativo Educacional, Técnico de Desenvolvimento Infantil e de Apoio Administrativo Educacional deverão ser capacitados para executar as atribuições estabelecidas neste artigo.

TÍTULO III
Do Regime Funcional

CAPÍTULO I
Do Ingresso

Art. 12.Para ingresso na Carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal, serão obedecidos os seguintes critérios:
Ter a habilitação específica exigida para provimento de cargo público;
Ter escolaridade compatível com a natureza do cargo;
Ter registro profissional expedido por órgão competente, quando assim o exigir;
Ser aprovado em Concurso Público de Provas e Títulos.

Seção I
Do Concurso Público

Art. 13.O concurso público para provimento dos cargos dos Profissionais da Educação Pública Municipal reger-se-á em todas as suas fases pelas normas estabelecidas na legislação que orienta os concursos públicos, em edital a ser baixado pelo órgão competente atendendo as demandas do município.

O julgamento dos títulos será efetuado de acordo com os critérios estabelecidos pelo Edital de Abertura do Concurso.

Art. 14.As provas do concurso público para a carreira dos Profissionais da Educação Básica deverão abranger os aspectos de formação geral e formação específica, de acordo com a habilitação exigida pelo cargo.

CAPÍTULO II
Das Formas de Provimento

Seção I
Da Nomeação

Art. 15.Nomeação é a forma de investidura inicial em cargo público.

A nomeação em caráter efetivo obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados em concurso.

O nomeado adquire estabilidade após o cumprimento do estágio probatório nos termos desta Lei Complementar.

Seção II
Da Posse

Art. 16.Posse é investidura em cargo público.

PARÁGRAFO ÚNICO: A posse será efetuada mediante a aceitação expressa das atribuições de servidores e responsabilidades inerentes ao cargo público com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

Art. 17.Haverá posse nos cargos da carreira dos Profissionais da Educação Básica Municipal, nos casos de nomeação.

Art. 18.A posse será dada pela autoridade educacional hierarquicamente superior ao empossado, observadas as exigências legais e regulamentares para a investidura no cargo.

Art. 19.A posse deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do Ato de Provimento no Diário Oficial do Estado e/ou no jornal de publicação dos Atos Oficiais do Município.

A requerimento do interessado, o prazo da posse poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias.

No caso do interessado não tomar posse no prazo previsto no *caput* deste artigo, tornar-se-á sem efeito a sua nomeação, ressalvado o previsto no parágrafo anterior.

A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

No ato da posse o servidor público, apresentará obrigatoriamente, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Art. 20.A posse em cargo público dependerá de comprovada aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante inspeção médica oficial.

Seção III
Do Exercício

Art. 21.Exercício é o efetivo desempenho do cargo para qual o Profissional da Educação Básica foi nomeado e empossado.

PARÁGRAFO ÚNICO:Se o Profissional da Educação Básica não entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias após a sua posse, tornar-se-á sem efeito a sua nomeação.

Seção IV
Do Estágio Probatório

Art. 22.Ao entrar em exercício, o servidor público nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito ao estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

Zelo, eficiência e criatividade no desempenho das atribuições de seu cargo;
Assiduidade e pontualidade;
Produtividade;
Capacidade de iniciativa e de relacionamento;
Respeito e compromisso com a instituição;
Participação nas atividades promovidas pela instituição;
Responsabilidade e disciplina; e
Idoneidade moral.

Art. 23.Durante o período do estágio probatório, estará sendo realizada de forma permanente a avaliação do desempenho do servidor público, de acordo com o que dispuser a legislação ou regulamento pertinente, devendo ser submetida à homologação da autoridade competente.

Para avaliação prevista no *caput* deste artigo será constituída Comissão de Avaliação mediante regulamentação de Lei específica.

§ 2º. O Profissional da Educação Básica que não for aprovado no estágio probatório será exonerado, cabendo recurso ao dirigente máximo do sistema.

Seção V
Da Estabilidade

Art. 24.O Profissional da Educação Básica habilitado em concurso público e empossado em cargo da carreira adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício, condicionada a aprovação no Estágio Probatório.

Art. 25.O Profissional da Educação Básica estável só perderá o cargo:
Em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
Mediante processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa;
Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei, assegurada ampla defesa;
Em conformidade com as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4o. do Art. 169 da Constituição Federal.

Seção VI
Da Readaptação

Art. 26.Readaptação é o aproveitamento do Profissional da Educação Pública Básica em cargo de atribuição e responsabilidade compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
Se julgado incapaz para o serviço público o readaptando será aposentado nos termos da lei vigente.
A readaptação será efetivada em cargo da carreira de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.
Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar redução da remuneração do Profissional da Educação Pública Básica.

Seção VII
Da Reversão

Art. 27.Reversão é o retorno à atividade do Profissional da Educação Básica aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Art. 28.A reversão far-se-á a pedido, e no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação, com subsidio integral.

PARÁGRAFO ÚNICO:Encontrando-se provido este cargo, o servidor público exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 29.Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

Seção VIII
Da Reintegração

Art. 30.Reintegração é a reinvestidura do servidor público estável no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

Na hipótese do cargo ter sido extinto, o servidor público ocupará outro cargo equivalente ao anterior com todas as vantagens.

O cargo a que se refere *caput* deste artigo somente poderá ser preenchido em caráter precário até o julgamento final.

Seção IX
Da Recondução

Art. 31.Recondução é o retorno do Profissional da Educação Básica estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:
Inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;
Reintegração do anterior ocupante.

PARÁGRAFO ÚNICO: Encontrando-se, provido o cargo de origem, o profissional da Educação Básica será aproveitado em outro cargo.

Seção X
Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 32. Aproveitamento é o retorno do Profissional da Educação Básica em disponibilidade ao exercício do cargo público.

Art. 33. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o Profissional da Educação Básica estável ficará em disponibilidade, com direito à percepção de remuneração proporcional ao tempo de serviço no cargo.

Art. 34. O retorno à atividade do Profissional da Educação Básica em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e remunerações compatíveis com o anteriormente ocupado.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Secretaria Municipal de Educação determinará o imediato aproveitamento do Profissional da Educação Básica em disponibilidade, em vaga que vier a ocorrer nos órgãos da administração pública, na localidade em que trabalhava anteriormente ou em outra, atendendo ao interesse público.

Art. 35. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o Profissional da Educação Básica não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Art. 36. Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e, no caso de empate, o de maior tempo de serviço público.

CAPÍTULO III
Da Vacância

Art. 37. A vacância do cargo público decorrerá de:
Exoneração;
Demissão;
Transferência;
Readaptação;
Aposentadoria;
Posse em outro cargo inacumulável;
Falecimento.

Art. 38.A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor público, ou de ofício.

PARÁGRAFO ÚNICO. A exoneração de ofício dar-se-á:
Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;
Quando por decorrência do prazo, ficar extinta a punibilidade para demissão por abandono de cargo;
Quando, tendo tomado posse, não entrar no exercício no prazo estabelecido.

Art. 39.A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:
A juízo da autoridade competente, salvo os cargos ocupados mediante processos eletivos;
A pedido do próprio servidor público.

CAPÍTULO IV
Do Regime de Trabalho

Seção I
Da Jornada Semanal de Trabalho

Art. 40. O Regime de Trabalho dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal será:
Professor: 30 (trinta) horas semanais;
Apoio Administrativo Educacional: 30 (trinta) horas semanais;
Técnico Administrativo Educacional: 30 (trinta) horas semanais;
Técnico de Desenvolvimento Infantil: 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 41. A distribuição da jornada de trabalho do Profissional da Educação Pública Básica Municipal é de responsabilidade da Unidade Escolar e homologada pela Secretaria Municipal de Educação, devendo estar articulada ao Plano de Desenvolvimento Estratégico em se tratando de Unidade Escolar.

Art. 42. Fica assegurado a todos os professores o correspondente a 1/3(um terço) de sua jornada de 30 horas semanais para atividades relacionadas com o processo didático-pedagógico.

Entende-se por hora-atividade aquelas destinadas à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional de acordo com a proposta pedagógica da escola.

Dentro de um percentual de até 50% (cinquenta por cento) do quadro de professores em regência de classe de cada unidade escolar, que desenvolverem atividades articuladas e previstas no Projeto Político Pedagógico, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Unidade Escolar, Conselho Municipal de Educação e ratificado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, poderá ser aumentado em até 10 (dez) horas a jornada de trabalho semanal do servidor, excluindo as horas atividades da jornada excedente, nos termos e regulamentação específica. Conforme a necessidade de cada Unidade Escolar, essas horas poderão ser acrescidas aos cargos de Técnico Administrativo Escolar e Técnico de Desenvolvimento Infantil.

Na aplicação do preceito contido no parágrafo anterior, será observado o limite de até 50% (cinquenta por cento) da jornada de trabalho para professores em regência que desenvolverem atividades articuladas e previstas no Projeto Político Pedagógico, aprovado pelo Conselho Deliberativo Escolar e ratificado pela Secretaria Municipal de Educação.

São considerados requisitos básicos para a distribuição referida no parágrafo anterior:

Apresentação de um projeto individual ou coletivo de natureza científica ou cultural e de função pedagógica, sintonizado com o Projeto Político Pedagógico da escola;
Impedimento de outro vínculo empregatício, público ou privado;
Apresentação periódica para a apreciação e aprovação da equipe técnico-pedagógica de relatório descritivo e analítico dos resultados parciais alcançados, de forma a garantir a continuidade de execução do projeto;
Realização de pesquisa e participação em grupos de estudo ou de trabalho conforme o Projeto Político-Pedagógico da escola.

As demais condições e normas de implantação e avaliação da hora-atividade serão definidas em regulamentação específica, por comissão paritária entre a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação.

Art. 43. Ao Profissional da Educação Pública no exercício da função de Direção da Unidade Escolar e Coordenador Pedagógico será atribuído o regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, executando a carga horária de 30 horas previstas em concurso acrescida de 10 horas semanais, não incorporável para fins de aposentadoria com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

PARÁGRAFO ÚNICO: Aos Profissionais da Educação Básica de que trata o *caput* do artigo será concedido adicional por Dedicação Exclusiva, conforme Anexo IV.

TÍTULO IV
Da Movimentação na Carreira

CAPÍTULO I
Da Movimentação Funcional

Art. 44. A movimentação funcional do Profissional da Educação Básica Municipal dar-se-á em duas modalidades:
Por promoção de classe;
Por progressão funcional.

Seção I
Da Promoção de Classe

Art. 45. A promoção do profissional da Educação Básica do quadro atual dar-se-á em virtude da nova habilitação específica alcançada pelo mesmo devidamente comprovada, observado o interstício de 03 (três) anos.

§ 1º. O profissional nomeado para a carreira dos Profissionais da Educação Básica será enquadrado na classe e nível inicial. Exceto o professor, o qual deve ter no mínimo a graduação, iniciando então na classe B.

§ 2º. Os coeficientes para os aumentos salariais de uma classe para a subsequente ficam estabelecidos de acordo com o seguinte:

Para as classes do cargo de Professor:
Classe A: 1,00;
Classe B: 1,50;
Classe C: 1,70;
Classe D: 2,022;
Classe E: 2,30.

Para as classes do cargo de Técnico Administrativo Educacional:
Classe A: 1,00;
Classe B: 1,50;
Classe C: 1,70;
Classe D: 2,022.

Para as classes do cargo de Apoio Administrativo Educacional:
Classe A: 1,00;
Classe B: 1,50;
Classe C: 1,70.

Para as classes do cargo de Técnico de Desenvolvimento Infantil:
Classe A: 1,00;
Classe B: 1,50;
Classe C: 1,70.

Seção II
Da Progressão Funcional

Art. 46. O Profissional da Educação Básica Municipal obterá progressão funcional, de um nível para outro, mediante aprovação em processo contínuo e específico de avaliação, observando o interstício de 03 (três) anos.

§ 1º. Para a primeira progressão o prazo será contado a partir da data em que se der o exercício do profissional no cargo ou do seu enquadramento.

§ 2º. Decorrido o prazo previsto no “caput”; e não havendo processo de avaliação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a progressão funcional dar-se-á automaticamente.

§ 3º. As demais normas da avaliação processual referida no “caput” deste artigo, incluindo instrumentos e critério, terão regulamento próprio, definidos por Lei específica.

§ 4º. Os coeficientes para os aumentos salariais de um nível para o subsequente ficam estabelecidos de acordo com o seguinte:

1,000;
1,040;
1,085;
1,135;
1,190;
1,250;
1,320;
1,410;
1,500;
1,530;
1,560;
1,590.

Seção III
Da Remoção

Art. 47. Remoção é o deslocamento do profissional de educação de uma para outra Unidade de Ensino no Município, observada a existência de vagas.

§ 1º. A remoção processar-se-á:
A pedido;
De Ofício;
Por permuta;
Por motivo de saúde.

§ 2º. A remoção dar-se-á exclusivamente em época de férias escolares, exceto em casos de comprovação de necessidade.

§ 3º. A remoção por motivo de saúde dependerá de inspeção médica oficial, comprovando as razões apresentadas pelo requerente.

§ 4º. A remoção por permuta poderá ser concedida quando os requerentes exercerem atividades da mesma natureza.

§ 5º. O removido terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para entrar em exercício na nova unidade escolar.

Art. 48. Os pedidos de remoção devem ser fundamentados e protocolados na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 49. A escolha do Profissional da Educação Básica a ser removido de ofício recairá de preferência sobre:

O que manifestar interesse na remoção;
O de menor tempo de serviço;
O de menor formação;
O de menor pontuação;
O de menor idade.

PARÁGRAFO ÚNICO: A remoção de que se trata o caput deste artigo dependerá de prévia justificativa da autoridade competente, que caracterize a necessidade do serviço que será prestado pelo profissional de educação na área de atividade de sua nova lotação.

TÍTULO V
Dos Direitos, das Vantagens, das Concessões e das Licenças

CAPÍTULO I
Do Subsídio

Art. 50. O sistema remuneratório dos Professores é estabelecido através de subsídio fixado em parcela única, devendo ser revisto obrigatoriamente a cada 12 (doze) meses.

Art. 51. Fica instituído por esta Lei Complementar, o Piso Salarial, em forma de subsídio, em parcela única, dos Profissionais da Educação Básica do Município de Ipiranga do Norte – MT, conforme tabelas em anexo II.

CAPITULO II
Dos Direitos

Seção I
Da Licença para Qualificação Profissional

Art. 52. A licença para qualificação profissional se dará com prévia autorização do Chefe do Executivo Municipal através de publicação do ato na imprensa oficial do Município e consiste no afastamento do Profissional da Educação Básica do quadro de provimento efetivo, sem prejuízo de seus subsídios, assegurada a sua efetividade para todos os efeitos da carreira, que será concedida para frequência a cursos de pós-graduação na modalidade Stricto Sensu (Mestrado ou Doutorado), no País ou Exterior.

Art. 53. São requisitos para a concessão de licença para aperfeiçoamento profissional:
Exercício de 03 (três) anos ininterruptos de efetivo exercício na função na rede Municipal de Ensino;
Que o curso pleiteado seja correlato com a área de atuação do requerente e em sintonia com Plano Municipal de Educação;

Que haja disponibilidade orçamentária e financeira;
Que o curso solicitado seja continuado e de horário integral;
Que o pedido de afastamento remunerado, com no mínimo 06 (seis) meses de antecedência, seja instruído com toda a documentação referente à formação pretendida, com os dados da instituição que promove a formação, com a carga horária e forma de cumprimento, matéria e objetivos curriculares pretendidos com o conteúdo a ser desenvolvido e a duração da formação;

Art. 54 - O afastamento de que se trata essa seção será analisada pelo Departamento Jurídico do Executivo Municipal.

Art. 55. O Profissional fica na obrigatoriedade de provar que se utilizou do afastamento para o fim a que foi autorizado, apresentando mensalmente atestado de frequência do curso.

Art. 56. Ocorrendo a omissão do previsto no artigo anterior e se concluir que tenha ocorrido abuso na licença para qualificação profissional, perderá o Profissional o direito ao gozo da licença, devendo ressarcir o município pelos prejuízos causados.

Art. 57. O Profissional ao regressar do curso de aperfeiçoamento profissional, deverá se manter nesta Rede Municipal de Ensino atuando na área referente a sua qualificação, pelo período, no mínimo igual ao da duração do afastamento.

Art. 58. O número de Profissionais afastados para qualificação profissional, não poderá ser superior a 5% (cinco por cento) dos seus membros efetivos em cada unidade escolar.

Seção II
Das Férias

Art. 59. O Profissional da Educação Básica Municipal em efetivo exercício do cargo gozará de 30 (trinta) dias de férias anuais, de acordo com o calendário escolar:

§ 1º. O Professor e o Técnico de Desenvolvimento Infantil usufruirão de 15 (quinze) dias de recesso findo o primeiro semestre letivo.

§ 2º. O Profissional de Educação Básica, em exercício fora da unidade escolar gozarão de 30 (trinta) dias de férias anuais, conforme onde estiver prestando serviço.

§ 3º. É vedado levar à conta de férias, qualquer falta ao serviço.

§ 4º. É proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade do serviço e pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

Art. 60. Independente de solicitação será pago aos Profissionais da Educação Básica, por ocasião das férias, um adicional de 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao período de férias, sendo que aos ocupantes do cargo de Dedicação Exclusiva será pago sobre a remuneração e dos demais sobre o subsidio.

Art. 61. O pagamento das férias será disponibilizado em até 05 (cinco) dias após o início do gozo.

Seção III
Da Licença-Prêmio por Assiduidade

Art. 62. Após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício no serviço público municipal, o Profissional da Educação Básica fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com o subsidio do cargo efetivo.

§1º. Para fins de licença-prêmio de que trata este artigo, será considerado o tempo de serviço desde seu ingresso na Educação Básica Municipal.

§2º. É facultado ao Profissional da Educação Básica fracionar a licença de que trata este artigo em até 03 (três) parcelas, desde que defina previamente os meses para gozo da licença.

§ 3º. A licença prêmio a pedido do servidor poderá ser indenizada parcialmente.

Art. 63. Não se concederá licença-prêmio ao profissional da Educação Básica que, no período aquisitivo:
Sofrer penalidade disciplinar de suspensão;
Afastar-se do cargo em virtude de:
Afastamento por motivo de doença em pessoa da família a partir de 06 (seis) meses;
Licença para tratar de interesse particular;
Condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva;
Afastamento para acompanhar cônjuge ou companheiro.
Faltar injustificadamente por 10 (dez) dias consecutivos ou 30 (trinta) dias intercalados durante o período.

Art. 64. As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prevista neste caput, na proporção de 01 (um) mês para cada 03 (três) faltas.

Art. 65. O número de servidores públicos em gozo simultâneo de Licença-prêmio, não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art. 66. Para possibilitar o controle das concessões da licença, o órgão de lotação deverá proceder anualmente à escala dos Profissionais da Educação Básica que estarão em gozo de licença-prêmio por assiduidade.

Seção IV
Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 67. O Profissional da Educação Básica Municipal poderá obter licença por motivo de doença de cônjuge, do companheiro, de ascendente, descendente e colateral consanguíneo, até o segundo grau, desde que prove ser indispensável a sua assistência e esta não possa ser prestada, simultaneamente, com o exercício das atribuições de seu cargo.

PARÁGRAFO ÚNICO:A comprovação da doença será feita por laudo médico oficial e deverá comprovar através de documentos a necessidade da assistência e esta não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

Art. 68. A licença de que trata o artigo anterior será concedida com subsídios integrais do cargo efetivo, até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogada por igual período, mediante parecer e laudo da junta médica do município com 1/2 (um meio) do subsídio. A partir deste prazo o Profissional de Educação Básica poderá se afastar por até 02 (dois) anos sem remuneração.

CAPÍTULO III
Das Concessões e dos Afastamentos

Seção I
Das Concessões

Art. 69. Sem qualquer prejuízo, poderá o profissional da Educação Básica, ausentar-se do serviço:
Por 01 (um) dia, para doação de sangue;
Por 02 (dois) dias para:
Alistamento militar;
Falecimento de parentes de até 2º (segundo) grau, por afinidade de acordo com o Art. 1.595 do Código Civil Brasileiro.
Por 08 (oito) dias consecutivos em razão de:
Casamento;
Falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela, irmãos e avós.

Art. 70. Será concedido horário especial ao Profissional da Educação Básica, estudante quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o do órgão, sem prejuízo do exercício do cargo.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horários na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.

Art. 71. Ao Profissional da Educação Básica estudante, que mudar de sede no interesse da administração, é assegurada, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independente de vaga, na forma e condições estabelecidas na legislação específica.

PARÁGRAFO ÚNICO: O disposto neste artigo estende-se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos ou enteados do Profissional da Educação Básica que residem na sua companhia, bem como aos menores sob guarda, com autorização judicial.

Seção II
Dos Afastamentos

Art. 72. Aos Profissionais da Educação Básica fica vedada a disposição, cessão, para o exercício em outro órgão ou entidade dos poderes da União, do Distrito Federal e do Estado, com ônus para o órgão de origem.

§ 1º.Excetuam-se os Profissionais da Educação Básica cedidos para:
Exercício de mandato eletivo de acordo com o Art. 38 caput e incisos da Constituição Federal;

§ 2º. Os atuais Profissionais da Educação Básica que se encontrarem na data da publicação desta lei, afastados, cedidos e /ou em licença remunerada ou não legalmente autorizados, somente serão enquadrados quando oficialmente reassumirem o cargo de provimento efetivo.

Art. 73. O afastamento do Profissional da Educação Básica para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com direito a opção pelo subsídio.

Seção III
Das Licenças

Art. 74. Além das previstas no Regime Jurídico, Lei 07/2005 e no Estatuto do Servidor Público 008/2005, conceder-se-á:
Licença maternidade;
Licença adotante;
Licença paternidade;
Para tratamento da própria saúde, até 02 (dois) anos;
Por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;

CAPÍTULO IV
Do Tempo de Serviço

Art. 75. É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público municipal prestado na Administração Direta, nas Autarquias e Fundações Públicas do Município, Estado de Mato Grosso, inclusive o das Forças Armadas.

Art. 76. A apuração do tempo de serviço será feita em dias que serão convertidos em anos, considerado o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Art. 77. São considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

Férias;
Exercício de cargo em comissão ou equivalente em órgãos ou entidades dos Poderes da União, do Estado, dos Municípios e do Distrito Federal;
Exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República, Governo Estadual e Municipal;
Participação em programa de treinamento regularmente instituído;
Desempenho de mandato eletivo Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
Júri e outros serviços obrigatórios por lei;
Licença:
À maternidade, à adotante e à paternidade;
Para tratamento da própria saúde, até 02 (dois) anos;
Por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;
Por convocação para o serviço militar;
Qualificação profissional;
Licença para tratamento de saúde em pessoa da família até 01 (um) ano;
Desempenho de mandato classista;
Prêmio por assiduidade.
Participação em competição desportiva estadual e nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no país ou no exterior, conforme disposto em Lei específica.

Art. 78. Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade:
O tempo de serviço público federal, estadual e municipal mediante comprovação do serviço prestado e do recolhimento da previdência social;
A licença para atividade política;
O tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, distrital, estadual, municipal anterior ao ingresso no serviço público municipal;
O tempo de serviço relativo a tiro de guerra.

§ 1º.O tempo de serviço a que se refere o inciso I deste artigo não poderá ser contado em dobro ou com quaisquer outros acréscimos, salvo se houver norma correspondente na legislação municipal.

§ 2º.O tempo em que o Profissional da Educação pública esteve aposentado ou em disponibilidade será contado apenas para nova aposentadoria ou disponibilidade.
§ 3º.É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função em órgão ou entidades dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal e Município, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública.

CAPÍTULO V
Dos Direitos e Deveres Especiais dos Profissionais da Educação Básica

Seção I
Dos Direitos Especiais

Art. 79. Além dos direitos previstos nesta Lei, são direitos dos Profissionais da Educação Básica:
Ter a seu alcance informações educacionais, biblioteca, material didático-pedagógico, instrumentos de trabalho, bem como contar com assistência técnica que auxilie e estimule a melhoria de seu desempenho profissional e ampliação de seus conhecimentos;
Dispor no ambiente de trabalho instalações adequadas, materiais técnicos e pedagógicos suficientes e adequados para que possa exercer com eficiência as suas funções;
Ter liberdade de escolha e utilização de materiais e procedimentos didáticos e de instrumento de avaliação do processo ensino aprendizagem, dentro dos princípios psicopedagógicos, objetivando alcançar o respeito à pessoa humana e à construção do bem comum;
Poderá ter acesso a recursos para a publicação de trabalhos e livros didáticos ou técnico-científicos;
Não sofrer qualquer tipo de discriminação moral ou material decorrente de sua opção profissional, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas na Constituição Federal, Art. 5º, incisos V e XII;
Reunir-se na unidade escolar para tratar de assuntos de interesse da categoria e da educação em geral, sem prejuízo das atividades escolares.

Seção II
Dos Deveres Especiais

Art. 80. Aos integrantes do grupo dos Profissionais da Educação Básica no desempenho de suas atividades, além dos deveres comuns aos servidores públicos civis do Município, cumpre:
Preservar as finalidades da Educação Nacional inspiradas nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana;
Promover e/ou participar das atividades educacionais, sociais e culturais, escolares e extra escolares em benefício dos alunos e da coletividade a que serve a escola;
Esforça-se em prol da educação integral do aluno, utilizando processo que acompanhe o avanço científico e tecnológico e sugerindo também medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos serviços educacionais;
Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade e executando as tarefas com zelo e presteza;
Fornecer elementos para permanente atualização de seus assentamentos junto aos órgãos da Administração;
Assegurar o desenvolvimento do censo crítico e da consciência política do educando;
Respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia do seu aprendizado;
Comprometer-se com o aprimoramento pessoal e profissional através da atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos, assim como da observância aos princípios morais e éticos;
Manter em dia registro, escriturações e documentação inerente à função desenvolvida e à vida profissional;
Preservar os princípios democráticos da participação, da cooperação, do diálogo, do respeito à liberdade e da justiça social.

TÍTULO VI
Das Disposições Gerais

Art. 81. A função de Diretor é considerada eletiva e deverá recair sempre em integrante da carreira dos Profissionais da Educação Básica, escolhido pela comunidade escolar.

§ 1º.A eleição, as atribuições e os demais critérios para escolha de diretores de que trata este artigo serão estabelecidos em Lei Específica.

§ 2º. Os integrantes da Carreira dos Profissionais da Educação Básica eleitos para função de direção das unidades escolares deixam de ser enquadrados em cargos em comissão.

Art. 82. Os profissionais da Educação Básica poderão congregar-se em sindicato ou associação de classe, na defesa dos seus direitos, nos termos da Constituição Federal.

§ 1º. Ao profissional da Educação Básica quando no exercício de mandato eletivo em diretoria sindical ou associativa, representativa de categoria profissional da carreira, aplica-se o disposto no Art. 133 da Constituição Estadual vigente.

§ 2º. O Profissional da Educação Básica eleito e que estiver no exercício de função diretiva em Associação de Classe do Magistério, de âmbito Municipal, Estadual ou Nacional poderá ser dispensado pelo Chefe do Poder Executivo de suas atividades funcionais, sem qualquer prejuízo e direitos e vantagens.

Art. 83. No tocante à substituição dos Professores e Técnicos de Desenvolvimento Infantil o substituto perceberá pelas horas/dias de aulas trabalhados o valor referente ao seu subsídio.

Art. 84. Em caso de necessidade comprovada, poderão ser admitidos Profissionais da Educação Básica mediante contrato temporário.

TÍTULO VII
Das Disposições Transitórias

Art. 85. Os enquadramentos dos atuais ocupantes dos cargos de Profissionais da Educação Básica nesta Lei Complementar ocorrerão imediatamente após a promulgação da mesma, sendo que os efeitos financeiros somente se darão a partir do enquadramento conforme regulamentação específica.

Art. 86. O enquadramento do Técnico Administrativo Educacional, Técnico de Desenvolvimento Infantil e Apoio Administrativo Educacional se dará automaticamente, conforme o tempo de serviço e o grau de escolaridade, com os subsídios da classe e nível correspondente, após a promulgação desta Lei Complementar.

TÍTULO VIII
Das Disposições Finais

Art. 87. No que se refere á aposentadoria e demais benefícios, serão observadas as regras constantes na legislação específica do Ipiranga Previ.

Art. 88. Fica considerado em extinção o cargo de Psicopedagogo à medida que vagar, assegurando-se os direitos adquiridos com a evolução na carreira em classe e nível, e enquadrados conforme tabela em anexo.

Art. 89. Fica considerado em extinção, não abrindo mais vagas em novos concursos, à medida que vagar os cargo de Técnico de Desenvolvimento Infantil e Técnico Administrativo Educacional 40 horas assegurando-se os direitos adquiridos de enquadramento por classe e nível, conforme tabela em anexo dos critérios estabelecidos na presente lei, no momento do enquadramento.

Art. 90. A partir da sanção desta Lei Complementar ficam extintos para os próximos concursos:
Carga horária de 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas para os Profissionais da Educação Básica Municipal;
Classe A para Professores.

Art. 91. O Poder Executivo, após a publicação desta Lei Complementar poderá proceder a regulamentação necessária a sua eficácia.

Art. 92. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei 002 de 21 de dezembro de 2009 e Lei Nº 310, de 10 de dezembro de 2010, com efeito financeiro a partir de 1° de novembro de 2014 no que se refere as tabelas do Anexo II.

Ipiranga do Norte -MT, em 14 de Novembro de 2.014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

ANEXO I
TABELAS DE MUDANÇA DE CARGO

Nomenclatura de Cargos Ocupados pelos Servidores Lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes até 14 de novembro de 2014

CARGO	ESPECIALIDADE
Técnico de Desenvolvimento Infantil	Monitor CMEI 20 horas
	Monitor CMEI 40 horas

ANEXO II
TABELAS SALARIAIS

PROFESSOR – 30 HORAS						
NIVEL	CLASSE	A	B	C	D	E
		1	1,5	1,7	2,022	2,3

1	**1**	R$ 1.697,39	R$ 2.546,09	R$ 2.885,56	R$ 3.432,12	R$ 3.904,00
2	**1,04**	R$ 1.765,29	R$ 2.647,93	R$ 3.000,99	R$ 3.569,41	R$ 4.060,16
3	**1,085**	R$ 1.841,67	R$ 2.762,50	R$ 3.130,84	R$ 3.723,85	R$ 4.235,84
4	**1,135**	R$ 1.926,54	R$ 2.889,81	R$ 3.275,11	R$ 3.895,46	R$ 4.431,04
5	**1,19**	R$ 2.019,89	R$ 3.029,84	R$ 3.433,82	R$ 4.084,23	R$ 4.645,76
6	**1,25**	R$ 2.121,74	R$ 3.182,61	R$ 3.606,95	R$ 4.290,15	R$ 4.880,00
7	**1,32**	R$ 2.240,55	R$ 3.360,83	R$ 3.808,94	R$ 4.530,40	R$ 5.153,28
8	**1,41**	R$ 2.393,32	R$ 3.589,98	R$ 4.068,64	R$ 4.839,29	R$ 5.504,64
9	**1,5**	R$ 2.546,09	R$ 3.819,13	R$ 4.328,34	R$ 5.148,18	R$ 5.856,00
10	**1,53**	R$ 2.597,01	R$ 3.895,51	R$ 4.414,91	R$ 5.251,15	R$ 5.973,12
11	**1,56**	R$ 2.647,93	R$ 3.971,89	R$ 4.501,48	R$ 5.354,11	R$ 6.090,24
12	**1,59**	R$ 2.698,85	R$ 4.048,28	R$ 4.588,05	R$ 5.457,07	R$ 6.207,36

PSICOPEDAGOGOCARGO EM EXTINÇÃO				
NIVEL	**CLASSE**	**A**	**B**	**C**
	PSICOPEDAGOGO	**1**	**1,5**	**1,7**
1	**1**	R$ 2.885,56	R$ 4.328,34	R$ 4.905,45
2	**1,04**	R$ 3.000,98	R$ 4.501,47	R$ 5.101,67
3	**1,085**	R$ 3.130,83	R$ 4.696,25	R$ 5.322,42
4	**1,135**	R$ 3.275,11	R$ 4.912,67	R$ 5.567,69
5	**1,19**	R$ 3.433,82	R$ 5.150,72	R$ 5.837,49
6	**1,25**	R$ 3.606,95	R$ 5.410,43	R$ 6.131,82
7	**1,32**	R$ 3.808,94	R$ 5.713,41	R$ 6.475,20
8	**1,41**	R$ 4.068,64	R$ 6.102,96	R$ 6.916,69
9	**1,5**	R$ 4.328,34	R$ 6.492,51	R$ 7.358,18
10	**1,53**	R$ 4.414,91	R$ 6.622,36	R$ 7.505,34
11	**1,56**	R$ 4.501,47	R$ 6.752,21	R$ 7.652,51
12	**1,59**	R$ 4.588,04	R$ 6.882,06	R$ 7.799,67

TAE - 30 HORAS - SECRETÁRIO e MULTIMEIO					
NIVEL	**CLASSE**	**A**	**B**	**C**	**D**
	TAE 30 HS	**1**	**1,5**	**1,7**	**2,022**
1	**1**	R$ 1.256,98	R$ 1.885,46	R$ 2.136,86	R$ 2.541,60
2	**1,04**	R$ 1.307,25	R$ 1.960,88	R$ 2.222,33	R$ 2.643,27
3	**1,085**	R$ 1.363,82	R$ 2.045,73	R$ 2.318,49	R$ 2.757,64
4	**1,135**	R$ 1.426,67	R$ 2.140,00	R$ 2.425,33	R$ 2.884,72
5	**1,19**	R$ 1.495,80	R$ 2.243,70	R$ 2.542,86	R$ 3.024,51
6	**1,25**	R$ 1.571,22	R$ 2.356,83	R$ 2.671,07	R$ 3.177,00
7	**1,32**	R$ 1.659,21	R$ 2.488,81	R$ 2.820,65	R$ 3.354,92
8	**1,41**	R$ 1.772,34	R$ 2.658,50	R$ 3.012,97	R$ 3.583,66
9	**1,5**	R$ 1.885,46	R$ 2.828,19	R$ 3.205,29	R$ 3.812,41
10	**1,53**	R$ 1.923,17	R$ 2.884,76	R$ 3.269,39	R$ 3.888,65
11	**1,56**	R$ 1.960,88	R$ 2.941,32	R$ 3.333,50	R$ 3.964,90
12	**1,59**	R$ 1.998,59	R$ 2.997,89	R$ 3.397,60	R$ 4.041,15

TAE - 40 HORAS - CARGO EM EXTINÇÃO					
NIVEL	**CLASSE**	**A**	**B**	**C**	**D**
	TAE 40 HS	**1**	**1,5**	**1,7**	**2,022**
1	**1**	R$ 1.675,96	R$ 2.513,94	R$ 2.849,13	R$ 3.388,79
2	**1,04**	R$ 1.743,00	R$ 2.614,50	R$ 2.963,10	R$ 3.524,34
3	**1,085**	R$ 1.818,42	R$ 2.727,62	R$ 3.091,31	R$ 3.676,84
4	**1,135**	R$ 1.902,21	R$ 2.853,32	R$ 3.233,76	R$ 3.846,28
5	**1,19**	R$ 1.994,39	R$ 2.991,59	R$ 3.390,47	R$ 4.032,66
6	**1,25**	R$ 2.094,95	R$ 3.142,43	R$ 3.561,42	R$ 4.235,99
7	**1,32**	R$ 2.212,27	R$ 3.318,40	R$ 3.760,85	R$ 4.473,20
8	**1,41**	R$ 2.363,10	R$ 3.544,66	R$ 4.017,28	R$ 4.778,20
9	**1,5**	R$ 2.513,94	R$ 3.770,91	R$ 4.273,70	R$ 5.083,19
10	**1,53**	R$ 2.564,22	R$ 3.846,33	R$ 4.359,17	R$ 5.184,85
11	**1,56**	R$ 2.614,50	R$ 3.921,75	R$ 4.444,65	R$ 5.286,51
12	**1,59**	R$ 2.664,78	R$ 3.997,16	R$ 4.530,12	R$ 5.388,18

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - 30 HORAS				
NIVEL	**CLASSE**	**A**	**B**	**C**
	AAE 30 HS	**1**	**1,5**	**1,7**
1	**1**	R$ 882,10	R$ 1.323,15	R$ 1.499,56
2	**1,04**	R$ 917,38	R$ 1.376,07	R$ 1.559,55
3	**1,085**	R$ 957,08	R$ 1.435,61	R$ 1.627,03
4	**1,135**	R$ 1.001,18	R$ 1.501,77	R$ 1.702,01
5	**1,19**	R$ 1.049,70	R$ 1.574,54	R$ 1.784,48
6	**1,25**	R$ 1.102,62	R$ 1.653,93	R$ 1.874,46
7	**1,32**	R$ 1.164,37	R$ 1.746,55	R$ 1.979,43
8	**1,41**	R$ 1.243,76	R$ 1.865,63	R$ 2.114,39
9	**1,5**	R$ 1.323,15	R$ 1.984,72	R$ 2.249,35
10	**1,53**	R$ 1.349,61	R$ 2.024,41	R$ 2.294,33
11	**1,56**	R$ 1.376,07	R$ 2.064,11	R$ 2.339,32
12	**1,59**	R$ 1.402,53	R$ 2.103,80	R$ 2.384,31

TDI 20 HORAS - CARGO EM EXTINÇÃO				
NIVEL	**CLASSE**	**A**	**B**	**C**
	TDI 20 HS	**1**	**1,5**	**1,7**
1	**1**	R$ 989,30	R$ 1.483,95	R$ 1.681,81
2	**1,04**	R$ 1.028,87	R$ 1.543,31	R$ 1.749,08
3	**1,085**	R$ 1.073,39	R$ 1.610,08	R$ 1.824,76
4	**1,135**	R$ 1.122,85	R$ 1.684,28	R$ 1.908,85
5	**1,19**	R$ 1.177,27	R$ 1.765,90	R$ 2.001,35
6	**1,25**	R$ 1.236,62	R$ 1.854,94	R$ 2.102,26
7	**1,32**	R$ 1.305,87	R$ 1.958,81	R$ 2.219,99

8	**1,41**	R$ 1.394,91	R$ 2.092,37	R$ 2.371,35
9	**1,5**	R$ 1.483,95	R$ 2.225,92	R$ 2.522,71
10	**1,53**	R$ 1.513,63	R$ 2.270,44	R$ 2.573,17
11	**1,56**	R$ 1.543,31	R$ 2.314,96	R$ 2.623,62
12	**1,59**	R$ 1.572,99	R$ 2.359,48	R$ 2.674,07

TDI 40 HORAS - CARGO EM EXTINÇÃO				
NIVEL	**CLASSE**	**A**	**B**	**C**
	TDI 40 HS	**1**	**1,5**	**1,7**
1	**1**	R$ 1.978,60	R$ 2.967,90	R$ 3.363,62
2	**1,04**	R$ 2.057,74	R$ 3.086,61	R$ 3.498,16
3	**1,085**	R$ 2.146,78	R$ 3.220,17	R$ 3.649,52
4	**1,135**	R$ 2.245,71	R$ 3.368,56	R$ 3.817,70
5	**1,19**	R$ 2.354,53	R$ 3.531,80	R$ 4.002,70
6	**1,25**	R$ 2.473,25	R$ 3.709,87	R$ 4.204,52
7	**1,32**	R$ 2.611,75	R$ 3.917,62	R$ 4.439,97
8	**1,41**	R$ 2.789,82	R$ 4.184,73	R$ 4.742,70
9	**1,5**	R$ 2.967,90	R$ 4.451,84	R$ 5.045,42
10	**1,53**	R$ 3.027,25	R$ 4.540,88	R$ 5.146,33
11	**1,56**	R$ 3.086,61	R$ 4.629,92	R$ 5.247,24
12	**1,59**	R$ 3.145,97	R$ 4.718,96	R$ 5.348,15

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL -MOTORISTA - 30 HS			
NIVEL	**CLASSE**	**A**	**B**
	AAE - 30 HS	**1**	**1,5**
1	**1**	1.949,56	2.924,34
2	**1,04**	2.027,55	3.041,32
3	**1,085**	2.155,28	3.172,91
4	**1,135**	2.212,75	3.319,13
5	**1,19**	2.319,98	3.479,97
6	**1,25**	2.436,95	3.655,43
7	**1,32**	2.573,42	3.860,14
8	**1,41**	2.748,88	4.123,33
9	**1,5**	2.924,34	4.386,52
10	**1,53**	2.982,83	4.474,25
11	**1,56**	3.041,32	4.561,98
12	**1,59**	3.099,81	4.649,71

ANEXO III
QUADRO DE CARGOS EM EXTINÇÃO

CARGO	**NÚMERO DE VAGAS**
Psicopedagogo	1
Técnico Administrativo Educacional – 40 horas	6
Técnico de Desenvolvimento Infantil – 20 horas	8
Técnico de Desenvolvimento Infantil – 40 horas	6
Docência – Prof. De Nível Sup. de I ao IV Série	32
Docência – Prof. Nível Médio	3
TOTAL DE VAGAS	**56**

ANEXO IV
QUADRO DE GRATIFICAÇÕES DE FUNÇÃO EXCLUSIVA DE DIRETOR ESCOLAR E COORDENADOR ESCOLAR

TABELA 1 – DIRETOR ESCOLAR

NÚMERO DE ALUNOS	**PERCENTUAL DA GRATIFICAÇÃO**
De 100 a 149	20%
De 150 a 299	30%
De 300 a 599	40%
De 600 a 999	50%
Acima de 1000	60%

TABELA 2 – COORDENADOR ESCOLAR

NÚMERO DE ALUNOS	**PERCENTUAL DA GRATIFICAÇÃO**
De 100 a 149	15%
De 150 a 299	20%
De 300 a 599	30%
De 600 a 999	40%
Acima de 1000	50%

ANEXO V
QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

TABELA 1 – PROFESSOR

CARGO	**NÚMERO DE VAGAS**
Professor de Pedagogia – 1º ao 5º Ano	21
Professor de Pedagogia – Educação Infantil	37
Professor com Licenciatura em Educação Física	3
Professor de Licenciatura em Letras – Inglês	2
Professor com Graduação em Informática	2
Professor de Educação Especial	2
Professor de Música	1

Professor de Artes	1
TOTAL DE VAGAS	**69**

TABELA 2 – TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – 30 HORAS

CARGO	NÚMERO DE VAGAS
Secretário	4
Operador de Multimeios Didáticos	4
TOTAL DE VAGAS	**8**

TABELA 3 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – 30 HORAS

CARGO	NÚMERO DE VAGAS
Motorista de Ônibus Categoria D	8
Zelador	22
Cozinheiro	8
Vigia	4
Serviços Gerais	6
TOTAL DE VAGAS	**48**

ANEXO VI
QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	NÚMERO DE VAGAS
Assessor Técnico-Administrativo	04
Supervisor de Área	04
Encarregado de Setor	02
TOTAL DE VAGAS	**10**

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:56B9DD0A

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 487, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo promover a adequação da Tabela constante doo Anexo I da Lei Municipal Nº. 450/2014, de 06 de maio de 2014, e dá outras providências.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à adequação da Tabela constante doo Anexo I da Lei Municipal Nº. 450/2014, de 06 de maio de 2014.

Art. 2º - A tabela a que se refere o artigo anterior, em sua íntegra, consta em anexo e faz parte do presente projeto.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 25 de novembro de 2014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

ANEXO I						
PADRÃO COEFICIENTE SEGUNDO A CLASSE						
		1,04	1,10	1,15	1,21	1,27
	A	B	C	D	E	F
1	1,73	1,80	1,90	1,99	2,09	2,20
2	1,94	2,02	2,13	2,23	2,35	2,46
3	2,18	2,27	2,40	2,51	2,64	2,77
4	2,21	2,30	2,43	2,54	2,67	2,81
5	2,31	2,40	2,54	2,66	2,80	2,93
6	2,42	2,52	2,66	2,78	2,93	3,07
7	2,48	2,58	2,73	2,85	3,00	3,15
8	2,77	2,88	3,05	3,19	3,35	3,52
9	3,04	3,16	3,34	3,50	3,68	3,86
10	3,1	3,22	3,41	3,57	3,75	3,94
11	3,32	3,45	3,65	3,82	4,02	4,22
12	3,65	3,80	4,02	4,20	4,42	4,64
13	4,05	4,21	4,46	4,66	4,90	5,14
14	4,15	4,32	4,57	4,77	5,02	5,27
15	4,27	4,44	4,70	4,91	5,17	5,42
16	4,86	5,05	5,35	5,59	5,88	6,17
17	4,88	5,08	5,37	5,61	5,90	6,20
18	5,3	5,51	5,83	6,10	6,41	6,73
19	6,08	6,32	6,69	6,99	7,36	7,72
20	6,86	7,13	7,55	7,89	8,30	8,71
21	6,96	7,24	7,66	8,00	8,42	8,84
22	8,1	8,42	8,91	9,32	9,80	10,29

23	**8,39**	**8,73**	**9,23**	**9,65**	**10,15**	**10,66**
24	**9,25**	**9,62**	**10,18**	**10,64**	**11,19**	**11,75**
25	**12,16**	**12,65**	**13,38**	**13,98**	**14,71**	**15,44**
26	**13,43**	**13,97**	**14,77**	**15,44**	**16,25**	**17,06**
27	**15,7**	**16,33**	**17,27**	**18,06**	**19,00**	**19,94**
28	**31,68**	**32,95**	**34,85**	**36,43**	**38,33**	**40,23**

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:7AA7893E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RRO 5º BIMESTRE 2014)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ITAUBA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.238.961/0001-27
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
CVA: 201411190833260050565 7

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)								R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.215.000,00	17.215.000,00	3.238.483,32	18,81	12.970.229,89	75,34	4.244.770,11
2	RECEITAS CORRENTES	15.331.000,00	15.331.000,00	2.894.733,32	18,88	12.559.739,19	81,92	2.771.260,81
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.120.000,00	1.120.000,00	408.399,58	36,46	1.366.393,33	122,00	-246.393,33
4	Impostos	1.050.000,00	1.050.000,00	396.275,39	37,74	1.316.393,44	125,37	-266.393,44
5	Taxas	70.000,00	70.000,00	12.124,19	17,32	49.999,89	71,43	20.000,11
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	522.000,00	522.000,00	80.273,68	15,38	390.382,78	74,79	131.617,22
8	Contribuições Sociais	302.000,00	302.000,00	66.192,35	21,92	312.438,27	103,46	-10.438,27
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	220.000,00	220.000,00	14.081,33	6,40	77.944,51	35,43	142.055,49
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	178.000,00	178.000,00	69.856,18	39,25	313.846,81	176,32	-135.846,81
12	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	173.000,00	173.000,00	69.856,18	40,38	313.846,81	181,41	-140.846,81
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	254.000,00	254.000,00	90.628,58	35,68	345.054,88	135,85	-91.054,88
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.182.000,00	13.182.000,00	2.188.907,97	16,61	9.955.400,84	75,52	3.226.599,16
30	Transferências Intergovernamentais	11.962.000,00	11.962.000,00	1.986.455,66	16,61	9.511.913,14	79,52	2.450.086,86
31	Transferências de Instituições Privadas	400.000,00	400.000,00	177.706,64	44,43	237.133,30	59,28	162.866,70
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	820.000,00	820.000,00	24.745,67	3,02	206.354,40	25,17	613.645,60
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	75.000,00	75.000,00	56.667,33	75,56	188.660,55	251,55	-113.660,55
37	Multas e Juros de Mora	25.000,00	25.000,00	5.850,34	23,40	26.254,21	105,02	-1.254,21
38	Indenizações e Restituições	12.000,00	12.000,00	24.129,15	201,08	27.369,76	228,08	-15.369,76
39	Receita da Dívida Ativa	28.000,00	28.000,00	23.245,42	83,02	108.913,01	388,98	-80.913,01
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00	3.442,42	34,42	26.123,57	261,24	-16.123,57
42	RECEITAS DE CAPITAL	1.884.000,00	1.884.000,00	343.750,00	18,25	410.490,70	21,79	1.473.509,30
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.870.000,00	1.870.000,00	343.750,00	18,38	410.490,70	21,95	1.459.509,30
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	1.870.000,00	1.870.000,00	343.750,00	18,38	410.490,70	21,95	1.459.509,30
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	385.000,00	385.000,00	100.822,73	0,00	456.133,72	0,00	-71.113,72
63	PATRONAL RPPS	385.000,00	385.000,00	100.822,73	0,27	456.133,72	1,22	-71.113,72
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	17.600.000,00	17.600.000,00	3.339.306,05	18,97	13.426.363,61	76,29	4.173.636,39
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	17.600.000,00	17.600.000,00	3.339.306,05	18,97	13.426.363,61	76,29	4.173.636,39
73	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	17.600.000,00	17.600.000,00	3.339.306,05	18,97	13.426.363,61	-	-
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	1.528.782,42	-	-
76	Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	1.528.782,42	-	-
77	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
78	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.600.000,00	894.000,00	18.494.000,00	2.151.048,44	14.169.067,30	2.592.031,99	12.742.152,27	68,90	5.751.847,73
79	DESPESAS CORRENTES	15.228.000,00	570.723,36	15.798.723,36	2.143.583,44	12.861.408,22	2.520.918,49	12.097.606,94	76,57	3.701.116,42
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.116.000,00	171.123,05	7.287.123,05	1.281.660,84	6.242.913,79	1.281.660,84	6.242.913,79	85,67	1.044.209,26
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15.000,00	-3.000,00	12.000,00	3.000,00	9.000,00	1.491,90	6.744,61	56,21	5.255,39
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.097.000,00	402.600,31	8.499.600,31	858.922,60	6.609.494,43	1.237.765,75	5.847.948,54	68,80	2.651.651,77
83	DESPESAS DE CAPITAL	2.201.000,00	338.276,64	2.539.276,64	7.465,00	1.307.659,08	71.113,50	644.545,33	25,38	1.894.731,31
84	INVESTIMENTOS	2.016.000,00	371.665,64	2.387.665,64	7.465,00	1.156.048,08	45.845,00	521.202,83	21,83	1.866.462,81
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	185.000,00	-33.389,00	151.611,00	0,00	151.611,00	25.268,50	123.342,50	81,35	28.268,50
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.840,00	0,00	24.840,00	-	-	-	-	-	-
88	RESERVA DO RPPS	146.160,00	-15.000,00	131.160,00	-	-	-	-	-	-
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	17.600.000,00	894.000,00	18.494.000,00	2.151.048,44	14.169.067,30	2.592.031,99	12.742.152,27	68,90	5.751.847,73
91	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	17.600.000,00	894.000,00	18.494.000,00	2.151.048,44	14.169.067,30	2.592.031,99	12.742.152,27	68,90	5.751.847,73
99	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	684.211,34	-	-
100	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	17.600.000,00	894.000,00	18.494.000,00	2.151.048,44	14.169.067,30	2.592.031,99	13.426.363,61	-	-

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
101	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	19/11/2014	SITE AMM, SITE OFICIAL E MURAL DA UNIDADE GESTORA

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: 5º Bimestre RREO 2014 - Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal

Nota:

ITAUBA, 19/11/2014

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal
CPF.: 296.605.569-34

LUIZ ADRIANO DA SILVA
Contador
CRC.: MT 016292/O-7

EDINALDO CARLOS ROSA SIMÃO
Tesoureiro
CPF.: 968.594.231-53

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ITAUBA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.238.961/0001-27
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
CVA: 201411190833260050565 7

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.600.000,00	18.494.000,00	2.151.048,44	14.169.067,30	2.592.031,99	12.742.152,27	100,00	68,90	5.751.847,73
2	00001	Legislativa	725.000,00	725.000,00	110.016,09	624.856,89	129.533,87	605.922,56	4,76	83,58	119.077,44
3	01031	Ação Legislativa	725.000,00	725.000,00	110.016,09	624.856,89	129.533,87	605.922,56	4,76	83,58	119.077,44
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	90.000,00	181.750,00	0,00	181.100,00	34.000,00	130.100,00	1,02	71,58	51.650,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	90.000,00	181.750,00	0,00	181.100,00	34.000,00	130.100,00	1,02	71,58	51.650,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	2.730.000,00	2.518.804,22	345.820,30	2.129.528,75	404.105,03	1.999.771,43	15,69	79,39	519.032,79
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	2.545.000,00	2.448.804,22	345.820,30	2.077.048,75	402.477,03	1.968.915,43	15,45	80,40	479.888,79
14	04123	Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	04124	Controle Interno	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	100.000,00	70.000,00	0,00	52.480,00	1.628,00	30.856,00	0,24	44,08	39.144,00
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	30.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
28	06181	Policiamento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
29	06182	Defesa Civil	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	825.000,00	1.141.086,07	128.351,39	982.735,90	177.602,33	752.941,65	5,91	65,98	388.144,42
35	08241	Assistência ao Idoso	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	85.000,00	95.398,72	12.061,22	69.420,58	12.569,67	69.324,45	0,54	72,67	26.074,27
38	08244	Assistência Comunitária	730.000,00	1.035.687,35	116.290,17	913.315,32	165.032,66	683.617,20	5,37	66,01	352.070,15
39	00009	Previdência Social	784.000,00	784.000,00	37.396,03	244.484,57	48.119,27	233.761,33	1,83	29,82	550.238,67
40	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	09272	Previdência do Regime Estatutário	784.000,00	784.000,00	37.396,03	244.484,57	48.119,27	233.761,33	1,83	29,82	550.238,67
42	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	00010	Saúde	3.533.000,00	3.970.391,44	569.631,22	3.345.520,09	680.698,02	3.192.820,33	25,06	80,42	777.571,11
45	10301	Atenção Básica	1.581.000,00	2.240.732,63	414.871,72	2.017.073,94	415.321,45	1.943.463,39	15,25	86,73	297.269,24
46	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.855.000,00	1.577.389,00	126.601,21	1.219.518,18	237.318,28	1.140.528,97	8,95	72,30	436.860,03
47	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	50.000,00	50.000,00	12.356,45	12.902,45	12.356,45	12.902,45	0,10	25,80	37.097,55
48	10304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	10305	Vigilância Epidemiológica	47.000,00	102.269,81	15.801,84	96.025,52	15.701,84	95.925,52	0,75	93,80	6.344,29
50	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	00011	Trabalho	188.160,00	170.160,00	0,00	148.000,00	25.502,13	121.555,57	0,95	71,44	48.604,43
52	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	11333	Empregabilidade	20.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
55	11334	Fomento ao Trabalho	168.160,00	168.160,00	0,00	148.000,00	25.502,13	121.555,57	0,95	72,29	46.604,43
56	00012	Educação	3.886.000,00	3.948.542,27	606.372,16	3.356.299,43	641.229,55	3.206.603,68	25,17	81,21	741.938,59
57	12361	Ensino Fundamental	2.936.000,00	2.885.886,90	492.620,84	2.430.555,12	500.478,23	2.337.419,37	18,34	80,99	548.467,53
58	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	12364	Ensino Superior	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	12365	Educação Infantil	585.000,00	600.950,54	100.942,86	510.147,47	100.942,86	510.147,47	4,00	84,89	90.803,07
62	12366	Educação de Jovens e Adultos	55.000,00	35.000,00	0,00	9.089,93	0,00	9.089,93	0,07	25,97	25.910,07
63	12367	Educação Especial	300.000,00	426.704,83	12.808,46	406.506,91	39.808,46	349.946,91	2,75	82,01	76.757,92
64	00013	Cultura	165.000,00	405.771,64	0,00	259.771,64	0,00	161.589,32	1,27	39,82	244.182,32
65	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
66	13392	Difusão Cultural	155.000,00	395.771,64	0,00	259.771,64	0,00	161.589,32	1,27	40,83	234.182,32
67	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	00015	Urbanismo	670.000,00	589.500,00	876,98	244.217,76	34.776,98	209.617,76	1,65	35,56	379.882,24
72	15451	Infra-Estrutura Urbana	360.000,00	350.000,00	0,00	57.751,80	0,00	57.751,80	0,45	16,50	292.248,20
73	15452	Serviços Urbanos	310.000,00	239.500,00	876,98	186.465,96	34.776,98	151.865,96	1,19	63,41	87.634,04
74	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	00016	Habitação	100.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
76	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	16482	Habitação Urbana	100.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
78	00017	Saneamento	440.000,00	383.000,00	53.259,07	255.489,56	58.749,57	236.847,23	1,86	61,84	146.152,77
79	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	17512	Saneamento Básico Urbano	420.000,00	363.000,00	53.259,07	255.489,56	58.749,57	236.847,23	1,86	65,25	126.152,77
81	17542	Controle Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
82	00018	Gestão Ambiental	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
83	18541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	18542	Controle Ambiental	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
85	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
86	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

87	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	00020	Agricultura	700.000,00	1.334.280,89	72.237,19	748.476,31	76.589,17	403.973,44	3,17	30,28	930.307,45
93	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20605	Abastecimento	80.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
98	20606	Extensão Rural	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
99	20607	Irrigação	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	20608	Promoção da Produção Agropecuária	560.000,00	1.244.280,89	72.237,19	748.476,31	76.589,17	403.973,44	3,17	32,47	840.307,45
101	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	00022	Indústria	30.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
105	22661	Promoção Industrial	30.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
106	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	00023	Comércio e Serviços	59.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00
111	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	23692	Comercialização	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	23695	Turismo	49.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00
116	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	00025	Energia	260.000,00	195.000,00	15.581,00	106.366,44	15.581,00	58.484,64	0,46	29,99	136.515,36
120	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	25752	Energia Elétrica	260.000,00	195.000,00	15.581,00	106.366,44	15.581,00	58.484,64	0,46	29,99	136.515,36
122	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	00026	Transporte	1.720.000,00	1.432.651,89	185.832,49	1.093.248,23	206.485,18	1.067.967,66	8,38	74,54	364.684,23
125	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	26782	Transporte Rodoviário	1.720.000,00	1.432.651,89	185.832,49	1.093.248,23	206.485,18	1.067.967,66	8,38	74,54	364.684,23
127	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	00027	Desporto e Lazer	280.000,00	241.610,58	22.674,52	188.360,73	22.299,49	186.108,56	1,46	77,03	55.502,02
131	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	27812	Desporto Comunitário	260.000,00	241.610,58	22.674,52	188.360,73	22.299,49	186.108,56	1,46	77,03	55.502,02
133	27813	Lazer	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	00028	Encargos Especiais	300.000,00	263.611,00	3.000,00	260.611,00	36.760,40	174.087,11	1,37	66,04	89.523,89
135	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	300.000,00	263.611,00	3.000,00	260.611,00	36.760,40	174.087,11	1,37	66,04	89.523,89
136	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	28843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.840,00	24.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.840,00
143		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	00004	Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00010	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173		TOTAL (III) = (I + II)	17.600.000,00	18.494.000,00	2.151.048,44	14.169.067,30	2.592.031,99	12.742.152,27	100,00	68,90	5.751.847,73

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: 5º Bimestre RREO 2014 - Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal

Nota:

ITAUBA, 19/11/2014

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal
CPF.: 296.605.569-34

LUIZ ADRIANO DA SILVA
Contador
CRC.: MT 016292/O-7

EDINALDO CARLOS ROSA SIMÃO
Tesoureiro
CPF.: 968.594.231-53

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ITAUBA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.238.961/0001-27
Exercício: 2014
Período de referência: NOV/2013 a OUT/ 2014.
CVA: 201411190833260050565 7

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)								R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014	Fevereiro 2014	Março 2014	Abril 2014	Maio 2014
1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	1.343.041,18	1.613.811,67	1.644.234,94	1.394.329,15	1.221.967,00	1.352.475,48	1.469.676,24
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	72.668,19	103.514,61	60.347,38	159.019,28	66.387,31	80.803,40	177.654,09
3	IPTU	2.167,99	336,68	33,86	299,61	0,00	378,71	669,79
4	ISS	42.892,81	62.173,31	47.387,67	35.675,88	48.919,09	23.795,44	73.355,67
5	ITBI	21.066,16	655,70	0,00	107.598,18	126,40	27.810,79	85.322,99
6	IRRF	775,35	37.433,69	12.915,85	11.070,06	14.411,25	14.777,67	14.110,05
7	Outras Receitas Tributárias	5.765,88	2.915,23	10,00	4.375,55	2.930,57	14.040,79	4.195,59
8	Receita de Contribuições	44.660,01	62.656,78	30.747,96	44.993,51	43.420,63	36.530,53	37.092,97
9	Receita Patrimonial	8.587,47	23.619,70	8.879,40	44.816,18	17.207,92	31.614,91	47.824,35
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	30.816,50	28.571,54	23.298,73	36.271,70	40.362,55	32.091,47	26.206,90
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	1.162.166,28	1.381.229,16	1.516.355,57	1.097.859,93	1.035.622,31	1.145.000,68	1.167.107,48
14	Cota-Parte do FPM	461.621,39	696.410,14	566.595,31	605.040,91	358.907,29	409.632,24	545.885,33
15	Cota-Parte do ICMS	263.132,32	277.392,52	340.138,44	229.712,96	258.835,74	328.859,49	272.313,72
16	Cota-Parte do IPVA	4.333,69	3.736,85	9.845,37	23.765,56	35.446,93	38.580,66	49.977,48
17	Cota-Parte do ITR	71.080,88	49.755,40	50.100,05	3.835,29	790,39	488,06	417,09
18	Transferências da LC 87/1996	1.619,83	1.619,83	1.641,19	1.641,19	0,00	1.641,19	1.641,19
19	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Transferências do FUNDEB	157.949,64	169.775,22	193.548,42	144.092,72	129.639,25	159.893,42	153.404,90
21	Outras Transferências Correntes	202.428,53	182.539,20	354.486,79	89.771,30	252.002,71	205.905,62	143.467,77
22	Outras Receitas Correntes	24.142,73	14.219,88	4.605,90	11.368,55	18.966,28	26.434,49	13.790,45
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	187.937,79	215.634,39	219.129,11	199.844,51	160.999,36	187.857,59	206.289,92
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	27.580,25	53.907,72	25.580,69	27.045,43	30.203,37	32.017,35	32.243,09
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	160.357,54	161.726,67	193.548,42	172.799,08	130.795,99	155.840,24	174.046,83
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)	1.155.103,39	1.398.177,28	1.425.105,83	1.194.484,64	1.060.967,64	1.164.617,89	1.263.386,32
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Junho 2014	Julho 2014	Agosto 2014	Setembro 2014	Outubro 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	1.181.097,98	1.347.661,41	1.326.918,24	1.432.455,73	1.816.371,80	17.144.040,82	17.150.000,00
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	92.084,63	221.644,13	100.053,53	178.058,99	230.340,59	1.542.576,13	1.120.000,00
30	IPTU	5.576,61	881,70	28.130,26	50.114,52	8.415,97	97.005,70	70.000,00
31	ISS	59.441,94	57.477,01	44.033,00	96.432,93	70.995,85	662.580,60	600.000,00
32	ITBI	9.673,28	143.290,25	6.847,63	9.199,88	78.847,16	490.438,42	150.000,00
33	IRRF	13.693,70	15.379,03	17.034,68	16.295,33	65.973,75	233.870,41	230.000,00
34	Outras Receitas Tributárias	3.699,10	4.616,14	4.007,96	6.016,33	6.107,86	58.681,00	70.000,00
35	Receita de Contribuições	36.925,42	39.024,64	41.373,44	38.661,35	41.612,33	497.699,57	522.000,00
36	Receita Patrimonial	14.376,06	24.898,99	54.372,82	12.244,45	57.611,73	346.053,98	178.000,00
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços	32.601,17	33.104,46	30.489,32	46.165,22	44.463,36	404.442,92	254.000,00
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	982.389,21	1.012.848,33	1.080.602,89	1.116.169,38	1.426.832,80	14.124.184,02	15.001.000,00
41	Cota-Parte do FPM	409.378,77	351.604,57	427.139,72	374.423,69	353.868,93	5.560.508,29	5.400.000,00
42	Cota-Parte do ICMS	250.014,01	366.640,53	309.847,73	322.829,49	319.505,89	3.539.222,84	3.200.000,00
43	Cota-Parte do IPVA	32.055,24	24.588,67	16.691,33	15.299,29	9.252,46	263.573,53	300.000,00
44	Cota-Parte do ITR	54,17	1.209,73	36.896,11	12.843,71	359.166,28	586.637,16	150.000,00
45	Transferências da LC 87/1996	1.641,19	1.641,19	1.641,19	1.641,19	1.641,19	18.010,37	20.000,00
46	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Transferências do FUNDEB	131.402,64	134.836,74	175.591,23	143.793,27	167.480,87	1.861.408,32	2.100.000,00
48	Outras Transferências Correntes	157.843,19	132.326,90	112.795,58	245.338,74	215.917,18	2.294.823,51	3.831.000,00
49	Outras Receitas Correntes	22.721,49	16.140,86	20.026,24	41.156,34	15.510,99	229.084,20	75.000,00
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	169.503,16	181.643,11	194.218,18	178.514,22	241.772,34	2.343.343,68	2.121.000,00
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	30.874,58	32.506,32	35.775,09	33.106,84	33.085,51	393.926,24	302.000,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	138.628,58	149.136,79	158.443,09	145.407,38	208.686,83	1.949.417,44	1.819.000,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	1.011.594,82	1.166.018,30	1.132.700,06	1.253.941,51	1.574.599,46	14.800.697,14	15.029.000,00

Fonte: 5º Bimestre RREO 2014 - Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal

Nota:

ITAUBA, 19/11/2014

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal
CPF.: 296.605.569-34

LUIZ ADRIANO DA SILVA
Contador
CRC.: MT 016292/O-7

EDINALDO CARLOS ROSA SIMÃO
Tesoureiro
CPF.: 968.594.231-53

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.
MUNICÍPIO: ITAUBA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.238.961/0001-27
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
CVA: 201411190833260050565 7

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO						
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	405.000,00	405.000,00	108.642,76	574.162,91	214.885,37
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	405.000,00	405.000,00	108.642,76	574.162,91	214.885,37
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	302.000,00	302.000,00	66.192,35	312.438,27	214.885,37
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	302.000,00	302.000,00	66.192,35	312.438,27	214.885,37
5	Ativo	300.000,00	300.000,00	66.192,35	312.438,27	214.885,37
6	Inativo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	103.000,00	103.000,00	42.450,41	261.724,64	0,00
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	103.000,00	103.000,00	42.450,41	261.724,64	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	375.000,00	375.000,00	100.822,73	456.133,72	296.297,64
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	780.000,00	780.000,00	209.465,49	1.030.296,63	511.183,01
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	632.840,00	647.840,00	48.119,27	233.499,13	156.291,05
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	187.840,00	202.840,00	13.520,16	62.249,99	53.247,72
30	Despesas Correntes	172.840,00	187.840,00	13.520,16	62.249,99	53.247,72
31	Despesas de Capital	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	445.000,00	445.000,00	34.599,11	171.249,14	103.043,33
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	445.000,00	445.000,00	34.599,11	171.249,14	103.043,33
34	Aposentadorias	200.000,00	200.000,00	16.451,02	78.664,10	62.566,15
35	Pensões	100.000,00	100.000,00	4.322,48	21.612,40	20.474,00
36	Outros Benefícios Previdenciários	145.000,00	145.000,00	13.825,61	70.972,64	20.003,18
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	637.840,00	652.840,00	48.119,27	233.499,13	156.291,05
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	142.160,00	127.160,00	161.346,22	796.797,50	354.891,96
CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre	Até o Bimestre.

					2014	2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Set/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Out/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	79.231,15	17.641,51	135.433,89
59	INVESTIMENTOS	2.392.703,99	2.546.770,61	1.687.193,52
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	375.000,00	375.000,00	100.822,73	456.133,72	296.297,64
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	375.000,00	375.000,00	99.330,85	449.389,21	290.868,32
63	Patronal = (64+68)	350.000,00	350.000,00	73.687,40	328.798,84	208.284,46
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	350.000,00	350.000,00	73.687,40	328.798,84	208.284,46
65	Ativo	350.000,00	350.000,00	73.687,40	328.798,84	208.284,46
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	10.000,00	10.000,00	23.374,93	109.247,77	71.241,29
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	15.000,00	15.000,00	2.268,52	11.342,60	11.342,57
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	1.491,88	6.744,51	5.429,32
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	375.000,00	375.000,00	100.822,73	456.133,72	296.297,64

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	PLANO FINANCEIRO RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Set/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Out/2014	Em 31 /Dez/2013
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: 5º Bimestre RREO 2014 - Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal

Nota:

ITAUBA, 19/11/2014

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal
CPF.: 296.605.569-34

LUIZ ADRIANO DA SILVA
Contador
CRC.: MT 016292/O-7

EDINALDO CARLOS ROSA SIMÃO
Tesoureiro
CPF.: 968.594.231-53

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ITAUBA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.238.961/0001-27
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
CVA: 201411190833260050565 7

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)				R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 31/Ago/2014 (b)	Em. 31/Out/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	144.120,37	46.046,37	20.777,87
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	2.404.370,56	2.711.038,63	3.250.795,56
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	2.434.190,74	2.834.321,82	3.346.782,45
4	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	29.820,18	123.283,19	95.986,89
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.260.250,19	-2.664.992,26	-3.230.017,69
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	144.120,37	46.046,37	20.777,87
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.404.370,56	-2.711.038,63	-3.250.795,56
CAMPO	RESULTADO NOMINAL		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR		-539.756,93	-846.425,00
CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00
CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 31/Ago/2014	Em. 31/Out/2014
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	5.709.805,73	5.814.943,96
13	Passivo Atuarial	0,00	5.709.805,73	5.814.943,96
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	1.822.298,23	2.436.694,33	2.563.340,43
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	135.433,89	83.256,24	17.641,51
17	Investimentos	1.687.193,52	2.354.509,78	2.546.770,61
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	329,18	1.071,69	1.071,69
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-1.822.298,23	3.273.111,40	3.251.603,53
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-1.822.298,23	3.273.111,40	3.251.603,53
Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.				
Fonte: 5º Bimestre RREO 2014 - Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal				
Nota:				

ITAUBA, 19/11/2014

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal
CPF.: 296.605.569-34

LUIZ ADRIANO DA SILVA
Contador
CRC.: MT 016292/O-7

EDINALDO CARLOS ROSA SIMÃO
Tesoureiro
CPF.: 968.594.231-53

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ITAUBA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.238.961/0001-27
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
CVA: 201411190833260050565 7

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)					R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	15.158.000,00	2.867.327,55	12.507.612,55	11.872.348,28
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	1.120.000,00	408.399,58	1.366.393,33	1.457.718,23
3	IPTU	70.000,00	58.530,49	94.501,03	66.920,22
4	ISS	600.000,00	167.428,78	557.514,48	658.344,19
5	ITBI	150.000,00	88.047,04	468.716,56	509.751,69
6	IRRF	230.000,00	82.269,08	195.661,37	151.817,07
7	Outras Receitas Tributárias	70.000,00	12.124,19	49.999,89	70.885,06
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	522.000,00	80.273,68	390.382,78	597.231,80

9	Receitas Previdenciárias	302.000,00	66.192,35	312.438,27	487.995,53
10	Outras Receitas de Contribuições	220.000,00	14.081,33	77.944,51	109.236,27
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	5.000,00	42.450,41	261.724,64	286.689,09
12	Receita Patrimonial	178.000,00	69.856,18	313.846,81	313.846,81
13	(-) Aplicações Financeiras	173.000,00	27.405,77	52.122,17	27.157,72
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	13.182.000,00	2.188.907,97	9.955.400,84	9.185.492,56
15	FPM	5.400.000,00	728.292,62	4.402.476,76	4.132.516,32
16	ICMS	3.200.000,00	642.335,38	2.998.698,00	2.691.874,02
17	Convênios	820.000,00	24.745,67	206.354,40	284.773,06
18	Outras Transferências Correntes	3.762.000,00	793.534,30	2.347.871,68	2.076.329,16
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	329.000,00	147.295,91	533.710,96	345.216,60
20	Dívida Ativa	28.000,00	23.245,42	108.913,01	48.946,59
21	Diversas Receitas Correntes	301.000,00	124.050,49	424.797,95	296.270,01
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	1.884.000,00	343.750,00	410.490,70	845.413,26
23	Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	1.870.000,00	343.750,00	410.490,70	845.413,26
27	Convênios.	1.870.000,00	343.750,00	410.490,70	845.413,26
28	Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Outras Receitas de Capital	14.000,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II- III-IV-V)	1.884.000,00	343.750,00	410.490,70	845.413,26
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	17.042.000,00	3.211.077,55	12.918.103,25	12.717.761,54

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre. 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	15.783.723,36	2.154.306,68	12.850.684,98	11.276.411,20
33	Pessoal e Encargos Sociais	7.272.123,05	1.281.660,84	6.242.913,79	5.323.387,93
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	12.000,00	3.000,00	9.000,00	4.343,74
35	Outras Despesas Correntes	8.499.600,31	869.645,84	6.598.771,19	5.948.679,53
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII- IX)	15.771.723,36	2.151.306,68	12.841.684,98	11.272.067,46
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	2.539.276,64	7.465,00	1.307.659,08	1.751.114,04
38	Investimentos	2.387.665,64	7.465,00	1.156.048,08	1.624.771,54
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	151.611,00	0,00	151.611,00	126.342,50
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI- XII-XIII-XIV)	2.387.665,64	7.465,00	1.156.048,08	1.624.771,54
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	24.840,00	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	146.160,00	0,00	0,00	0,00
47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	18.330.389,00	2.158.771,68	13.997.733,06	12.896.839,00
48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-1.288.389,00	1.052.305,87	-1.079.629,81	-179.077,46
49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

Fonte: 5º Bimestre RREO 2014 - Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal

Nota:

ITAUBA, 19/11/2014

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal
CPF.: 296.605.569-34

LUIZ ADRIANO DA SILVA
Contador
CRC.: MT 016292/O-7

EDINALDO CARLOS ROSA SIMÃO
Tesoureiro
CPF.: 968.594.231-53

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ITAUBA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.238.961/0001-27
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
CVA: 201411190833260050565 7

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V) — R$ 1,00

CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores.	.Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos.	Cancelados.	Saldo.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	29.491,00	1.391.557,62	1.325.061,73	0,00	959.868,89	0,00	66.813,43	57.470,40	57.740,40	0,00	9.073,03
2	EXECUTIVO	29.491,00	1.391.557,62	1.325.061,73	0,00	959.868,89	0,00	66.813,43	57.470,40	57.740,40	0,00	9.073,03
3	Prefeitura Municipal	29.491,00	1.391.557,62	1.325.061,73	0,00	959.868,89	0,00	66.813,43	57.470,40	57.740,40	0,00	9.073,03
4	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)	329,18	32.674,15	31.931,64	0,00	1.071,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	(II)											
6	EXECUTIVO.	329,18	32.674,15	31.931,64	0,00	1.071,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Prefeitura Municipal	0,00	31.931,64	31.931,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	RPPS	329,18	742,51	0,00	0,00	1.071,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	LEGISLATIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	TOTAL (III) = (I +II)	29.820,18	1.424.231,77	1.356.993,37	0,00	960.940,58	0,00	66.813,43	57.470,40	57.740,40	0,00	9.073,03
Fonte: 5º Bimestre RREO 2014 - Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal												
Nota:												

ITAUBA, 19/11/2014

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal
CPF.: 296.605.569-34

EDINALDO CARLOS ROSA SIMÃO
Tesoureiro
CPF.: 968.594.231-53

LUIZ ADRIANO DA SILVA
Contador
CRC.: MT 016292/O-7

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ITAUBA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.238.961/0001-27
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO
CVA: 201411190833260050565 7

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	13.748.902,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023	
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI)= (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: 5º Bimestre RREO 2014 - Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal							
Nota:							

ITAUBA, 19/11/2014

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal
CPF.: 296.605.569-34

LUIZ ADRIANO DA SILVA
Contador
CRC.: MT 016292/O-7

EDINALDO CARLOS ROSA SIMÃO
Tesoureiro
CPF.: 968.594.231-53

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MUNICÍPIO: ITAUBA/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.238.961/0001-27
Exercício: 2014
Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2014/BIMESTRE SETEMBRO/OUTUBRO
CVA: 201411190833260050565 7

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)					R$ 1,00
CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS			-	-
2	Previsão Inicial			-	17.600.000,00
3	Previsão Atualizada			-	17.600.000,00
4	Receitas Realizadas			3.339.306,05	13.426.363,61
5	Déficit Orçamentário			-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			-	1.528.782,42
7	DESPESAS			-	-
8	Dotação Inicial			-	17.600.000,00
9	Créditos Adicionais			-	894.000,00
10	Dotação Atualizada			-	18.494.000,00
11	Despesas Empenhadas			2.151.048,44	14.169.067,30
12	Despesas Liquidadas			2.592.031,99	12.742.152,27
13	Superávit Orçamentário			-	684.211,34
CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas			2.151.048,44	14.169.067,30
15	Despesas Liquidadas			2.592.031,99	12.742.152,27
CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida				14.800.697,14
CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social			-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)			-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)			-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)			-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores			-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO			-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)			209.465,49	1.030.296,63
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)			48.119,27	233.499,13
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)			161.346,22	796.797,50
26	PLANO FINANCEIRO			-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)			0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)			0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)			0,00	0,00
CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal		0,00	-846.425,00	0,00
31	Resultado Primário		0,00	-1.079.629,81	0,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.454.051,95	0,00	1.356.993,37	960.940,58
33	Poder Executivo	1.454.051,95	0,00	1.356.993,37	960.940,58
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	66.813,43	0,00	57.740,40	9.073,03
36	Poder Executivo.	66.813,43	0,00	57.740,40	9.073,03
37	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
38	TOTAL	1.520.865,38	0,00	1.414.733,77	970.013,61
CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais: % Mínimo a Aplicar no Exercício	Limites Constitucionais Anuais: % Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.323.476,90	25%	24,22
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio		0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.177.031,97	60%	76,75
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB		0,00	10%	0,00
CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito			-	-
44	Despesa de Capital Líquida			-	-
CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício [1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-

57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-
CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			-	-
CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual % Mínimo a Aplicar no Exercício	 % Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.070.297,35	15,00	21,58
CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP				Valor Apurado no Exercício Corrente
61	Total das Despesas/RCL (%)				0,00
[1]Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.					
Fonte: 5º Bimestre RREO 2014 - Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal					
Nota:					

ITAUBA, 19/11/2014

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal
CPF.: 296.605.569-34

LUIZ ADRIANO DA SILVA
Contador
CRC.: MT 016292/O-7

EDINALDO CARLOS ROSA SIMÃO
Tesoureiro
CPF.: 968.594.231-53

Publicado por:
Keitty Suelly Oliveira Gonçalves
Código Identificador:41096A17

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.342/2014

LEI MUNICIPAL Nº. 1.342/2014 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

"ALTERA OS ANEXOS II, III, IV e V DA LEI 1.297/2013, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES – MT, PARA CRIAR O CARGO DE OPERADOR DE MOTONIVELADORA – C.B.O. Nº 7151-30, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Sr. **Sebastião Gilmar Luiz da Silva**, Prefeito Municipal de Nobres – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º – Fica alterado o anexo II da Lei 1.297/2013 que passa a vigorar conforme Anexo I desta Lei Complementar.
Art. 2º - Fica Alterado o anexo III da Lei 1.297/2013 que passa a vigorar conforme Anexo II desta Lei Complementar.
Art. 3º - Fica alterado o anexo IV da Lei 1.297/2013 que passa a vigorar conforme Anexo III desta Lei Complementar.
Art. 4º - Fica alterado o anexo V da Lei 1.297/2013 que passa a vigorar conforme Anexo IV desta Lei Complementar.
Art. 5º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 19 de novembro de 2014.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA
Prefeito Municipal de Nobres

ANEXO –I				
QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO				
Cargo	Escolaridade/Pré-Requisito	Tabela Salarial / Ingresso	Quadro	Carga Horária Semanal
Almoxarife	Nível Médio Completo	Anexo II-G	02	40 Hs
Arquiteto	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	01	40 Hs
Assistente Social	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	04	40 Hs
Auditor de Controle Interno	Superior Completo	Anexo II-B	02	40 Hs
Auditor Fiscal de Tributos	Superior Completo – Graduação especifica em Administração, Ciências Contábeis ou Direito.	Anexo II-D	05	40 Hs
Procurador Municipal	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-B	01	40 Hs
Farmacêutico / Bioquímico	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	02	40 Hs
Farmacêutico	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	01	40 Hs
Contador	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-B	01	40 Hs
Enfermeiro	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	09	40 Hs
Engenheiro Agrônomo	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	01	40 Hs
Engenheiro Sanitarista	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	01	40 Hs
Engenheiro Civil	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-C	01	40 Hs
Fisioterapeuta	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	03	40 Hs
Jornalista	Superior Completo	Anexo II-D	01	40 Hs
Nutricionista	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	01	40 Hs
Médico	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-A	11	40 Hs

Medico Veterinário	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	01	40 Hs
Odontólogo	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-C	10	40 Hs
Psicólogo (a)	Superior Completo – Reg. Conselho	Anexo II-D	06	40 Hs
Agente Administrativo	Nível Médio Completo + Informática	Anexo II-G	35	40 Hs
Assistente de informática	Nível médio Completo + Informática	Anexo II-G	02	40 Hs
Assistente de Bibliotecário	Nível Médio Completo	Anexo II-G	05	40 Hs
Eletrotécnico	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-G	02	40 Hs
Fiscal de Meio Ambiente	Nível Médio Completo	Anexo II-G	02	40 Hs
Fiscal de Obras e Posturas	Nível Fundamental Incompleto	Anexo II-G	07	40 Hs
Fiscal de Tributos	Nível Médio Completo + Informática	Anexo II-F	05	40 Hs
Fiscal de Vigilância Sanitária	Nível Médio Completo + Informática	Anexo II-G	08	40 Hs
Recepcionista	Nível Médio Completo	Anexo II-J	08	40 Hs
Técnico Agrícola	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-F	02	40 Hs
Técnico de Higiene Dental	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-I	03	40 Hs
Técnico em Contabilidade	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-F	05	40 Hs
Técnico em Enfermagem	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-F	15	40 Hs
Técnico em Laboratório	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-F	03	40 Hs
Técnico em Raio – X	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-F	02	40 Hs
Técnico em Secretariado	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-G	05	40 Hs
Técnico em Segurança de Trabalho	Nível Médio Completo Técnico	Anexo II-F	01	40 Hs
Telefonista	Nível Médio Completo	Anexo II-I	05	40 Hs
Agente Comunitário de Saúde	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-N	100	40 Hs
Agente de Saúde Ambiental	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-N	10	40 Hs
Apontador	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-J	10	40 Hs
Aposentado		Anexo II-O	03	
Auxiliar Administrativo	Nível Médio Completo	Anexo II-J	25	40 Hs
Auxiliar de Odontologia	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-J	05	40 Hs
Auxiliar de Fisioterapia	Nível Fundamental incompleto	Anexo III-J	03	40 Hs
Auxiliar Enfermagem	Nível Fundamental + Curso Especifico de Auxiliar de Enfermagem	Anexo III-J	25	40 Hs
Ajudante de Serviços Gerais	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-K	190	40 Hs
Coveiro	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-K	02	40 Hs
Eletricista	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-J	01	40 Hs
Mecânico de veiculo leve	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-H	03	40 Hs
Merendeira	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-K	15	40 Hs
Monitor Escolar Social	Nível Médio Completo	Anexo II-J	02	40 Hs
Motorista de Ambulância	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-L	08	40 Hs
Motorista de veiculo leve	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-H	15	40 Hs
Motorista de veiculo pesado	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-E	15	40 Hs
Operador de Máquina Pesada	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-E	10	40 Hs
Orientador de Programas Sociais	Nível Superior Completo – Licenciatura Plena em Pedagogia.	Anexo II-D	07	40 Hs
Pensionista		Anexo II-O	05	
Pedreiro	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-H	01	40 Hs
Professor de Educação Física	Nível Superior Completo – Licenciatura Plena	Anexo II-M	09	20 Hs
Vigia	Nível Fundamental incompleto	Anexo II-K	80	40 Hs
Gari	Nível Fundamental incompleto	Anexo II - O	15	40 Hs
Operador de Motoniveladora	Nível fundamental incompleto + com carteira nacional de habilitação CNH), categoria “C” e comprovante de conclusão do curso de operador de motoniveladora expedido pelo órgão competente.	Anexo II - P	02	40 Hs

ANEXO II

TABELA DE SALÁRIOS

ANEXO II – A

Tabela de salário para o cargo de Médico

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$11.584,04	R$16.473,67	R$23.427,22	R$33.315,86
2	R$12.105,32	R$17.214,99	R$24.481,44	R$34.815,07
3	R$12.650,06	R$17.989,66	R$25.583,11	R$36.381,75
4	R$13.219,31	R$18.799,19	R$26.734,35	R$38.018,93
5	R$13.814,18	R$19.645,16	R$27.937,39	R$39.729,78
6	R$14.435,82	R$20.529,19	R$29.194,57	R$41.517,62
7	R$15.085,43	R$21.453,00	R$30.508,33	R$43.385,92
8	R$15.764,28	R$22.418,39	R$31.881,21	R$45.338,28

ANEXO II – B

Tabela de salário para os cargos de: Auditor de Controle Interno; Procurador Municipal; Contador.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$4.608,70	R$6.554,04	R$9.320,50	R$13.254,68
2	R$4.816,09	R$6.848,97	R$9.739,92	R$13.851,15
3	R$5.032,82	R$7.157,17	R$10.178,22	R$14.474,45
4	R$5.259,29	R$7.479,24	R$10.636,24	R$15.125,80
5	R$5.495,96	R$7.815,81	R$11.114,87	R$15.806,46
6	R$5.743,28	R$8.167,52	R$11.615,04	R$16.517,75
7	R$6.001,73	R$8.535,06	R$12.137,71	R$17.261,05
8	R$6.271,80	R$8.919,14	R$12.683,91	R$18.037,79

ANEXO II – C

Tabela de salário para os cargos de: Engenheiro Civil e Odontólogos.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$4.110,45	R$5.845,47	R$8.312,85	R$11.821,71
2	R$4.295,42	R$6.108,52	R$8.686,93	R$12.353,69
3	R$4.488,71	R$6.383,40	R$9.077,84	R$12.909,60
4	R$4.690,71	R$6.670,66	R$9.486,34	R$13.490,54
5	R$4.901,79	R$6.970,84	R$9.913,23	R$14.097,61
6	R$5.122,37	R$7.284,52	R$10.359,33	R$14.732,00
7	R$5.352,88	R$7.612,33	R$10.825,49	R$15.394,94
8	R$5.593,75	R$7.954,88	R$11.312,64	R$16.087,72

ANEXO II – D

Tabela de salário para os cargos de: Arquiteto; Assistente Social; Auditor Fiscal de Tributos; Farmacêutico/Bioquímico; Farmacêutico; Enfermeiro; Engenheiro Agrônomo; Engenheiro Sanitarista; Fisioterapeuta; Jornalista; Nutricionista; Médico Veterinário; Psicólogo; Orientador de Programas Sociais.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$3.363,10	R$4.782,67	R$6.801,43	R$9.672,32
2	R$3.514,44	R$4.997,89	R$7.107,50	R$10.107,58

3	R$3.672,59	R$5.222,79	R$7.427,33	R$10.562,42
4	R$3.837,86	R$5.457,82	R$7.761,57	R$11.037,73
5	R$4.010,56	R$5.703,42	R$8.110,84	R$11.534,42
6	R$4.191,03	R$5.960,07	R$8.475,82	R$12.053,47
7	R$4.379,63	R$6.228,28	R$8.857,24	R$12.595,88
8	R$4.576,71	R$6.508,55	R$9.255,81	R$13.162,69

ANEXO II – E

Tabela de salário para os cargos de: Motorista de Veículos pesados; Operador de Máquinas Pesadas.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$1.550,76	R$2.205,34	R$3.136,21	R$4.460,01
2	R$1.620,54	R$2.304,58	R$3.277,34	R$4.660,71
3	R$1.693,47	R$2.408,28	R$3.424,82	R$4.870,44
4	R$1.769,67	R$2.516,66	R$3.578,94	R$5.089,61
5	R$1.849,31	R$2.629,91	R$3.739,99	R$5.318,64
6	R$1.932,53	R$2.748,25	R$3.908,29	R$5.557,98
7	R$2.019,49	R$2.871,92	R$4.084,16	R$5.808,09
8	R$2.110,37	R$3.001,16	R$4.267,95	R$6.069,45

ANEXO II – F

Tabela de salário para os cargos de: Fiscal de Tributos; Técnico Agrícola; técnico de Contabilidade; Técnico em Enfermagem; Técnico em Laboratório; Técnico em Raio X; Técnico em Segurança do Trabalho.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$1.183,31	R$1.682,79	R$2.393,09	R$3.403,22
2	R$1.236,56	R$1.758,51	R$2.500,78	R$3.556,36
3	R$1.292,20	R$1.837,64	R$2.613,32	R$3.716,40
4	R$1.350,35	R$1.920,34	R$2.730,91	R$3.883,63
5	R$1.411,12	R$2.006,75	R$2.853,81	R$4.058,40
6	R$1.474,62	R$2.097,06	R$2.982,23	R$4.241,03
7	R$1.540,98	R$2.191,42	R$3.116,43	R$4.431,87
8	R$1.610,32	R$2.290,04	R$3.256,67	R$4.631,31

ANEXO II – G

Tabela de salário para os cargos de: Agente Administrativo; Assistente de Informática; Almoxarife; Assistente de Bibliotecário; Eletrotécnica; Fiscal de meio ambiente; fiscal de Obras e Posturas; Fiscal de Vigilância Sanitária; Técnico em Secretariado.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$1.121,03	R$1.594,22	R$2.267,14	R$3.224,10
2	R$1.171,48	R$1.665,96	R$2.369,16	R$3.369,18
3	R$1.224,19	R$1.740,93	R$2.475,77	R$3.520,80
4	R$1.279,28	R$1.819,27	R$2.587,18	R$3.679,23
5	R$1.336,85	R$1.901,13	R$2.703,60	R$3.844,80
6	R$1.397,01	R$1.986,68	R$2.825,27	R$4.017,81
7	R$1.459,87	R$2.076,09	R$2.952,40	R$4.198,61
8	R$1.525,57	R$2.169,51	R$3.085,26	R$4.387,55

ANEXO II – H

Tabela de salário para os cargos de: Mecânico de veiculo Leve; Motorista de Veiculo Leve; Pedreiro.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$ 1.083,66	R$ 1.541,07	R$ 2.191,56	R$ 3.116,62
2	R$ 1.132,42	R$ 1.610,42	R$ 2.290,18	R$ 3.256,87
3	R$ 1.183,38	R$ 1.682,89	R$ 2.393,24	R$ 3.403,43
4	R$ 1.236,64	R$ 1.758,62	R$ 2.500,94	R$ 3.556,58
5	R$ 1.292,28	R$ 1.837,76	R$ 2.613,48	R$ 3.716,63
6	R$ 1.350,44	R$ 1.920,46	R$ 2.731,08	R$ 3.883,88
7	R$ 1.411,21	R$ 2.006,88	R$ 2.853,98	R$ 4.058,65
8	R$ 1.474,71	R$ 2.097,19	R$ 2.982,41	R$ 4.241,29

ANEXO II – I

Tabela de salário para o cargo de: Telefonista; Técnico de Higiene Dental;

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$ 934,19	R$ 1.328,51	R$ 1.889,28	R$ 2.686,74
2	R$ 976,23	R$ 1.388,30	R$ 1.974,30	R$ 2.807,65
3	R$ 1.020,16	R$ 1.450,77	R$ 2.063,14	R$ 2.933,99
4	R$ 1.066,07	R$ 1.516,05	R$ 2.155,98	R$ 3.066,02
5	R$ 1.114,04	R$ 1.584,28	R$ 2.253,00	R$ 3.203,99
6	R$ 1.164,17	R$ 1.655,57	R$ 2.354,38	R$ 3.348,17
7	R$ 1.216,56	R$ 1.730,07	R$ 2.460,33	R$ 3.498,84
8	R$ 1.271,30	R$ 1.807,92	R$ 2.571,05	R$ 3.656,29

ANEXO II – J

Tabela de salário para os cargos de: Auxiliar de Odontologia; Auxiliar de Fisioterapia; Apontador; Auxiliar Administrativo; Auxiliar de Enfermagem; Eletricista; Recepcionista; Monitor Escolar Social.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$ 847,01	R$ 1.204,50	R$ 1.712,93	R$ 2.435,95
2	R$ 885,10	R$ 1.258,71	R$ 1.790,01	R$ 2.545,57
3	R$ 924,93	R$ 1.315,35	R$ 1.870,56	R$ 2.660,12
4	R$ 966,56	R$ 1.374,54	R$ 1.954,73	R$ 2.779,83
5	R$ 1.010,05	R$ 1.436,39	R$ 2.042,70	R$ 2.904,92
6	R$ 1.055,50	R$ 1.501,03	R$ 2.134,62	R$ 3.035,64
7	R$ 1.103,00	R$ 1.568,58	R$ 2.230,68	R$ 3.172,25
8	R$ 1.152,64	R$ 1.639,16	R$ 2.331,06	R$ 3.315,00

ANEXO II – K

Tabela de salário para os cargos de: Ajudante de Serviços Gerais; Coveiro; Merendeira; Vigia.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$ 722,44	R$ 1.027,38	R$ 1.461,04	R$ 2.077,75
2	R$ 754,95	R$ 1.073,61	R$ 1.526,79	R$ 2.171,25
3	R$ 788,92	R$ 1.121,93	R$ 1.595,49	R$ 2.268,95
4	R$ 824,42	R$ 1.172,41	R$ 1.667,29	R$ 2.371,05
5	R$ 861,52	R$ 1.225,17	R$ 1.742,32	R$ 2.477,75
6	R$ 900,29	R$ 1.280,31	R$ 1.820,72	R$ 2.589,25
7	R$ 940,80	R$ 1.337,92	R$ 1.902,66	R$ 2.705,77
8	R$ 983,14	R$ 1.398,13	R$ 1.988,28	R$ 2.827,53

ANEXO II – L

Tabela de salário para o cargo de: Motorista de Ambulância.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$ 1.868,39	R$ 2.657,04	R$ 3.778,58	R$ 5.373,52
2	R$ 1.952,47	R$ 2.776,61	R$ 3.948,61	R$ 5.615,32

3	R$ 2.040,33	R$ 2.901,55	R$ 4.126,30	R$ 5.868,01
4	R$ 2.132,14	R$ 3.032,12	R$ 4.311,98	R$ 6.132,07
5	R$ 2.228,09	R$ 3.168,57	R$ 4.506,02	R$ 6.408,02
6	R$ 2.328,35	R$ 3.311,15	R$ 4.708,79	R$ 6.696,38
7	R$ 2.433,13	R$ 3.460,16	R$ 4.920,69	R$ 6.997,71
8	R$ 2.542,62	R$ 3.615,86	R$ 5.142,12	R$ 7.312,61

ANEXO II – M

Tabela de salário para o cargo de: Professor de Educação Física.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$ 1.868,39	R$ 2.657,04	R$ 3.778,58	R$ 5.373,52
2	R$ 1.952,47	R$ 2.776,61	R$ 3.948,61	R$ 5.615,32
3	R$ 2.040,33	R$ 2.901,55	R$ 4.126,30	R$ 5.868,01
4	R$ 2.132,14	R$ 3.032,12	R$ 4.311,98	R$ 6.132,07
5	R$ 2.228,09	R$ 3.168,57	R$ 4.506,02	R$ 6.408,02
6	R$ 2.328,35	R$ 3.311,15	R$ 4.708,79	R$ 6.696,38
7	R$ 2.433,13	R$ 3.460,16	R$ 4.920,69	R$ 6.997,71
8	R$ 2.542,62	R$ 3.615,86	R$ 5.142,12	R$ 7.312,61

ANEXO II – N

Tabela de salário para o cargo de: Agente Comunitário de Saúde, Agente de Saúde Ambiental.

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$1.245,60	R$1.771,37	R$2.519,06	R$3.582,36
2	R$1.301,65	R$1.851,08	R$2.632,42	R$3.743,57
3	R$1.360,23	R$1.934,38	R$2.750,88	R$3.912,03
4	R$1.421,44	R$2.021,43	R$2.874,67	R$4.088,07
5	R$1.485,40	R$2.112,39	R$3.004,03	R$4.272,03
6	R$1.552,24	R$2.207,45	R$3.139,21	R$4.464,28
7	R$1.622,10	R$2.306,78	R$3.280,48	R$4.665,17
8	R$1.695,09	R$2.410,59	R$3.428,10	R$4.875,10

ANEXO II – O

Tabela de salário para o cargo de: Gari

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$1.245,60	R$1.771,37	R$2.519,06	R$3.582,36
2	R$1.301,65	R$1.851,08	R$2.632,42	R$3.743,57
3	R$1.360,23	R$1.934,38	R$2.750,88	R$3.912,03
4	R$1.421,44	R$2.021,43	R$2.874,67	R$4.088,07
5	R$1.485,40	R$2.112,39	R$3.004,03	R$4.272,03
6	R$1.552,24	R$2.207,45	R$3.139,21	R$4.464,28
7	R$1.622,10	R$2.306,78	R$3.280,48	R$4.665,17
8	R$1.695,09	R$2.410,59	R$3.428,10	R$4.875,10

ANEXO II – P

Tabela de salário para o cargo de: Operador de Motoniveladora

Classe/Niv.	A (R$)	B (R$)	C (R$)	D (R$)
1	R$ 2.500,00	R$ 3.555,25	R$ 5.055,92	R$ 7.190,03
2	R$ 2.612,50	R$ 3.715,23	R$ 5.283,44	R$ 7.513,59
3	R$ 2.730,06	R$ 3.882,42	R$ 5.521,19	R$ 7.851,70
4	R$ 2.852,91	R$ 4.057,13	R$ 5.769,65	R$ 8.205,02
5	R$ 2.981,30	R$ 4.239,70	R$ 6.029,28	R$ 8.574,25
6	R$ 3.115,45	R$ 4.430,49	R$ 6.300,60	R$ 8.960,09
7	R$ 3.255,65	R$ 4.629,86	R$ 6.584,13	R$ 9.363,29
8	R$ 3.402,15	R$ 4.838,20	R$ 6.880,41	R$ 9.784,64

ANEXO II – Q

Tabela de salário para os cargos de: Aposentado e Pensionista

Classe/Ref	A (R$)
1	R$ 820,41
2	R$ 892,41
3	R$ 920,49
4	R$ 1.080,00

ANEXO – III

QUADRO GERAL – SÍNTESE

CLASSE DE CARGOS	CÓDIGO	QUADRO
CARGO COMISSIONADO	DAS-1	15
	DAS-2	10
	DAS-3	32
	DAS-4	17
	DAS-5	19
TOTAL		93
ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR		78
ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO		110
ATIVIDADES DE NÍVEL FUNDAMENTAL		542
TOTAL		730

ANEXO IV

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGOS	SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS
ARQUITETO	· Projetar, dirigir e fiscalizar obras de decoração arquitetônica, elaborar projetos de escolas, hospitais e edifícios públicos; · Realizar perícias e fazer arbitramentos; colaborar na elaboração de projetos do Plano Diretor do Município; · Elaborar projetos de conjuntos residenciais e praças públicas; fazer orçamentos e cálculos sobre projetos de construção em geral; · Planejar ou orientar a construção e reparos de monumentos públicos; · Projetar, dirigir e fiscalizar os serviços de urbanismo e a construção de obras de arquitetura paisagística; · Examinar projetos e proceder à vistoria de construções; emitir parecer sobre questões da sua especialidade; · Executar outras tarefas afins.
ASSISTENTE SOCIAL	· Efetuar levantamento de dados para identificar problemas sociais de grupos específicos de pessoas, como menores, migrantes, estudantes da rede escolar municipal entre outros; · Elaborar e executar programas de capacitação de mão-de- obra e sua integração no mercado de trabalho; · Elaborar ou participar da elaboração e execução de campanhas educativas no campo da saúde pública, higiene, saneamento, educação e cultura; · Orientar o comportamento de grupos específicos de pessoas em face de problemas de habitação, saúde, higiene, educação, planejamento familiar e outro; · Promover, por meio de técnicas próprias e através de entrevistas, palestras, visitas a domicílios e outros meios, a prevenção ou solução de problemas sociais identificados entre grupos específicos de pessoas; · Organizar e manter atualizadas referências sobre as características socioeconômicas dos pacientes assistidos nas unidades de assistência da Prefeitura; · Aconselhar e orientar a população, aos postos de saúde, escolas e creches municipais;

	· Coordenar, executar ou supervisionar a realização de programas de serviço social, desenvolvendo atividades de caráter educativo, recreativo ou de assistência à saúde para proporcionar a melhoria de qualidade de vida pessoal e familiar dos servidores municipais; · Colaborar no tratamento de doenças orgânicas e psicossomáticas, identificando e atuando na remoção dos fatores psicossociais e econômicos, que interferem no ajustamento funcional e social do servidor; · Encaminhar através da unidade de administração de pessoal, servidores doentes e acidentados no trabalho ao órgão de assistência médica municipal; · Assistir ao servidor com problemas referentes à readaptação ou à reabilitação profissional e social por diminuição da capacidade, do trabalho, inclusive orientando sobre suas relações empregatícias; · Levantar, analisar e interpretar para a administração da Prefeitura as necessidades, aspirações e insatisfações dos servidores bem como propor solicitações e sugestões; · Esclarecer e orientar os servidores municipais sobre legislação trabalhista, normas e decisões da administração da Prefeitura; · Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; · Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; · Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; · Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planas e programas de trabalho afetos ao Município; · Manter um relacionamento cortês e cooperativo com todos os companheiros de seu local de trabalho e com o público em geral; · Executar outras tarefas afins.
AUDITOR DE CONTROLE INTERNO	· Desenvolver atividades de planejamento, coordenação e execução relacionadas às suas respectivas áreas de habilitação e relativas à fiscalização e ao controle interno da arrecadação e aplicação de recursos de repasse à Câmara, bem como da administração desses recursos, examinando a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e efetividade, em seu aspecto financeiro, orçamentário, contábil, patrimonial e operacional, das unidades da administração; · Emitir relatórios, de sua alçada, exigidos pelas Resoluções do Tribunal de Contas e Lei Complementar 101/2000, além de outras atividades correlatas.
AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS	· Constituir o crédito tributário, mediante lançamento, inclusive por emissão eletrônica, proceder à sua revisão de ofício, homologar, aplicar as penalidades previstas na legislação e proceder à revisão das declarações efetuadas pelo sujeito passivo; · Controlar, executar e aperfeiçoar procedimentos de auditoria, diligência, perícia e fiscalização, objetivando verificar o cumprimento das obrigações tributárias do sujeito passivo, praticando todos os atos definidos na legislação específica, inclusive os relativos à busca e à apreensão de livros, documentos e assemelhados, bem como o de lacrar bens móveis, no exercício de suas funções; · Planejar, coordenar, supervisionar e exercer, observada a competência específica de outros órgãos, as atividades de repressão à sonegação fiscal, ocultação de bens, direitos e valores; · Desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, na forma do § 2º, do art. 19, desta lei; · Planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de fiscalização, arrecadação e de cobrança dos impostos, taxas e contribuições; · Realizar pesquisa e investigação relacionados às atividades de inteligência fiscal; · Executar atividades com a finalidade de promover ações preventivas e repressivas relativas à ética e à disciplina funcionais dos Auditores-Fiscais Tributários Municipais, verificando os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e de outros procedimentos administrativos; · Informar processos e demais expedientes administrativos; · Realizar análises de natureza contábil, econômica ou financeira relativas às atividades de competência tributária do Município; · Desenvolver estudos objetivando o companhamento, o controle e a avaliação da receita tributária; · Exercer as atividades de orientação ao contribuinte quanto à interpretação da legislação tributária e ao exato cumprimento de suas obrigações fiscais.
FARMACÊUTICO/ BIOQUÍMICO	· Faz a manipulação dos insumos farmacêuticos, como medição, pesagem e mistura, utilizando instrumentos especiais e fórmulas químicas, para atender à produção de remédios e outros preparados; · Subministra produtos médicos e cirúrgicos, seguindo o receituário médico, para recuperar ou melhorar o estado de saúde de pacientes; · Controla entorpecentes e produtos equiparados, anotando sua venda em mapas, guias e livros, segundo os receituários devidamente preenchidos, para atender aos dispositivos legais; · Analisa produtos farmacêuticos acabados e em fase de elaboração, ou seus insumos, valendo-se de métodos químicos, para verificar qualidade, teor, pureza e quantidade de cada elemento; · Analisa soro antiofídico, pirogênio e outras substâncias, valendo-se de meios biologigênios e outras substâncias, valendo-se de meios biológicos, para controlar sua pureza, qualidade e atividade terapêutica; · Faz análises clínicas de exsudatos e transudatos humanos, como sangue, urina, fezes, líquor, saliva e outros, valendo-se de diversas técnicas específicas, para complementar o diagnóstico de doenças; · Realiza estudos análises e testes com plantas medicinais, utilizando técnicas e aparelhos especiais, para obter princípios ativos e matérias-primas; · Procede à análise legal de peças anatômicas, substâncias suspeitas de estarem envenenadas, de exsudatos e transudatos humanos ou animais, utilizando métodos e técnicas químicas, físicas e outras, para possibilitar a emissão de laudos técnico-periciais; · Efetua análise bromatológica de alimentos, valendo-se de métodos, para garantir o controle de qualidade, pureza, conservação e homogeneidade, com vistas ao resguardo da saúde pública; · Faz manipulações, análises, estudos de reações e balanceamento de fórmulas de cosméticos, utilizando substâncias, métodos químicos, físicos, estatísticos e experimentais, para obter produtos destinados à higiene, proteção e embelezamento; · Fiscaliza farmácias, drogarias e indústrias químico-farmacêuticas, quanto ao aspecto sanitário, fazendo visitas periódicas e autuando os infratores, se necessário, para orientar seus responsáveis no cumprimento da legislação vigente; · Assessora autoridades superiores, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica, a fim de fornecer subsídio para a elaboração de ordens de serviço, portarias, pareceres e manifestos.
CONTADOR	· Organizar e dirigir os trabalhos inerentes à contabilidade dos órgãos; · Planejar o sistema de registros e operações atendendo às necessidades administrativas e às exigências legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário; · Supervisionar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando-os seu processamento, para assegurar a observância do plano corretor adotado; · Questionar regularmente a escrituração verificando se os registros efetuados correspondem aos documentos que lhes deram origem, para fazer cumprir as exigências legais e administrativas; · Controlar e participar dos trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo os saldos apresentados, localizando e emendando os possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis; · Organizar e apurar os elementos necessários à elaboração orçamentária e ao controle da situação patrimonial e financeira, assegurando a direção em problemas financeiros, contábeis, administrativos e orçamentários; · Elaborar balancetes mensais e balanço anual; · Acompanhar a execução orçamentária e financeira; · Executar outras tarefas correlatas.
ENFERMEIRO	· Prestar serviços de enfermagem nos estabelecimento de assistência médico-hospitalar do Município; · Fazer curativos, aplicar vacinas e injeções; · Responder pela observância de prescrições médicas relativas a doentes, ministrar remédios e velar pelo bem-estar e segurança dos doentes; · supervisionar a esterilização do material da sala de operações; · Atender casos urgentes, no hospital, na via pública ou a domicilio, auxiliar os médicos nas intervenções cirúrgicas, supervisionar os serviços de higienização dos doentes, bem como das instalações; · Promover o abastecimento de material de enfermagem; · Orientar serviços de isolamento de doentes; · Ajudar o motorista a transportar os dentes na maca; · Executar tarefas afins.
ENGENHEIRO AGRÔNOMO	· Elaborar, supervisionar e executar programas e projetos relativos à preservação e exploração de recursos naturais, fomento da produção agrícola, economia rural, defesa e inspeção agrícola e outros, para garantir maior rendimento e qualidade dos produtos e maior aproveitamento de áreas cultiváveis; · Desenvolver, coordenar e orientar estudos sob técnicas de plantio, conservação, colheita, classificação, armazenagem e beneficiamento de produtos vegetais, genética vegetal, produção de sementes, melhoramento de plantas e microbiologia agrícola; · Realizar estudos sobre tipos de plantas invasoras, pragas e doenças para prevenção das mesmas; · Atuar em pesquisas de campo e laboratório, analisando a ação de defensivos agrícolas, corretivos, fertilizantes e outros, para identificar sua adequação aos diferentes tipos de cultura e para emitir laudos de qualidade; · Fiscalizar a produção e comercialização de sementes, mudas, defensivos agrícola, corretivos e fertilizantes, analisando e comparando as características dos mesmos, com especificações técnicas preestabelecidas, para garantir o padrão de qualidade dos produtos; prestar assistência, treinamento e orientação técnica à população rural e às entidades agrícolas cooperativas, esclarecendo quanto ao uso, preparo, irrigação, drenagem e conservação do solo, prevenção, combate à doenças e pragas vegetais, tipos de culturas adequadas à região, classificação de produtos vegetais, para racionalizar o uso da terra e maximizar a qualidade dos produtos cultivados; · Participar de campanhas educativas, prestando esclarecimentos sobre aspectos técnicos e legais na produção e comercialização de produtos agrícolas; · Executar outras tarefas correlatas.
FARMACEUTICO	· Assumir a responsabilidade pela execução de todos os atos farmacêuticos praticados na farmácia, cumprindo-lhe respeitar e fazer respeitar as normas referentes ao exercício da profissão farmacêutica; · Fazer com que sejam prestados ao público esclarecimentos quanto ao modo de utilização dos medicamentos, nomeadamente de medicamentos que tenham efeitos colaterais indesejáveis ou alterem as funções nervosas superiores; · Manter os medicamentos e substâncias medicamentosas em bom estado de conservação, de modo a serem fornecidos nas devidas condições de pureza e eficiência; · Garantir que na farmácia sejam mantidas boas condições de higiene e segurança; · Manter e fazer cumprir o sigilo profissional; · Manter os livros de substâncias sujeitas a regime de controle especial em ordem e assinados, demais livros e documentos previstos na legislação vigente; · Garantir a seleção de produtos farmacêuticos na intercambialidade, no caso de prescrição pelo nome genérico do medicamento; · Assegurar condições para o cumprimento das atribuições gerais de todos envolvidos, visando prioritariamente a qualidade, eficácia e segurança do produto; · Favorecer e incentivar programas de educação continuada para todos os envolvidos nas atividades realizadas na farmácia; · Gerenciar aspectos técnico-administrativos de todas atividades; · Assegurar a atualização dos conhecimentos técnico-científicos e sua aplicação; · Garantir a qualidade dos procedimentos de manipulação. · Prestar a sua colaboração ao Conselho Federal e Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição e autoridades sanitárias; · Informar as autoridades sanitárias e o Conselho Regional de Farmácia sobre as irregularidades detectadas em medicamentos no estabelecimento sob sua direção técnica; · Manter os medicamentos e demais produtos sob sua guarda com controle de estoque que garanta no mínimo o reconhecimento do lote e do distribuidor; · Realizar treinamento aos auxiliares onde constem por escrito suas atividades, direitos e deveres compatíveis com a hierarquia técnica.

ENGENHEIRO CIVIL	· Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia, estudando características, preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo em obras; · Assegurar padrões técnicos exigidos, bem como analisar processos de solicitações diversas, projetos arquitetônicos de loteamentos, desmembramentos, visando atender as solicitações; · Fiscalizar as obras executadas para a Prefeitura pelas empreiteiras contratadas. · Elaborar orçamentos, planejamento de obras, estudos de viabilidade de empreendimentos; acompanhar e orientar o exercício profissional de atividades relativas à construção de empreendimentos; proceder vistorias técnicas; analisar, fazer a triagem e dar andamento em processos de aprovação de projetos; desenvolver e executar projetos de engenharia civil; aprovar, executar, supervisionar e fiscalizar obras; planejar, orçar e contratar empreendimentos; coordenar a operação e a manutenção dos mesmos; controlar a qualidade dos suprimentos e dos serviços comprados e executados; elaborar projeto de construção, preparando plantas e especificações da obra, indicando tipos e qualidade de materiais, de equipamentos e de mão-de-obra necessários, assim como efetuando cálculo aproximado dos custos; elaborar normas e documentação técnica; prestar consultorias e emitir pareceres técnicos; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior.
ENGENHEIRO SANITARISTA	· Executar atividades de Inspeção e Fiscalização Sanitária relacionada a qualidade e preservação do meio ambiente.
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	· Verificar e orientar o cumprimento da regulamentação urbanística concernente à obras públicas e particulares; · Verificar imóveis recém construídos ou reformados, inspecionando o funcionamento das instalações sanitárias e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, a fim de opinar nos processos de concessão de habite-se; · Conferir as dimensões da obra, utilizando trenas e outros aparelhos de medição, verificando se correspondem às especificações do Alvará de Construção; · Verificar o licenciamento de construção ou reconstrução, embargando as que não estiverem providas de competente autorização ou que estejam em desacordo com o autorizado; · Embargar construções clandestinas, irregulares ou ilícitas; · Solicitar à autoridade competente a vistoria de obras que lhe pareçam em desacordo com as normas vigentes; · Verificar a colocação de andaimes e tapumes nas obras em execução, bem como a carga e descarga de material na via pública; · Verificar a existência de habite-se nos imóveis construídos, reconstruídos ou que tenham sofrido obras de vulto; · Acompanhar os arquitetos e engenheiros da Prefeitura nas inspeções e vistorias realizadas em sua jurisdição; · Inspecionar a execução de reformas de próprios municipais; · Verificar alinhamentos e cotas indicados nos projetos; · Intimar, autuar, interditar, estabelecer prazos e tomar outras providências com relação aos violadores das leis, normas e regulamentos concernentes às obras particulares; · Solicitar a retirada de entulhos, informando aos proprietários das obras através de notificações, para desobstrução e limpeza das vias públicas; · Realizar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações; · Emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades encontradas; · Coletar dados para a atualização do cadastro urbanístico do · Município; · Fiscalizar as posturas e medidas de polícia administrativa, relacionadas aos costumes, à segurança e ordem pública, ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e feira livres e à poluição do meio ambiente; · Orienta e emissão de autos de infração e notificações sobre essas matérias; · Fiscaliza horário de abertura do comércio em geral, Horário de funcionamento de estabelecimento bancário, Higiene das vias e logradouros públicos, Poluição sonora provocada em bares, clubes, casas noturnas e igrejas; · Manutenção e atualização de cadastro de feirantes; · Executar outras atribuições afins.
FISIOTERAPEUTA	· Atendem pacientes e para prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas utilizando protocolos e procedimentos específicos de fisioterapia, terapia ocupacional e ortoptia; · Habilitam pacientes; · Realizam diagnósticos específicos; · Analisam condições dos pacientes; · Orientam pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis; · Desenvolvem programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida; · Exercem atividades técnico-científicas; · Administram recursos humanos, materiais e financeiros e executam atividades administrativas.
JORNALISTA	· Planejar, supervisionar, coordenar e executar serviços técnicos de jornalismo; · Levantar dados para divulgação de matérias de interesse da Instituição; · Redigir, condensar e interpretar matérias para divulgação; · Organizar arquivos jornalísticos; · Examinar originais de livros, jornais, revistas e publicações em geral, fazendo as sugestões pertinentes; · Articular-se com órgãos de imprensa para publicação de matérias de interesse da Instituição; · Acompanhar as autoridades quando em visita à Instituição.
MÉDICO CLÍNICO GERAL	· Prestar assistência médico-cirúrgica e preventiva; · Diagnosticar e tratar das doenças do corpo humano; · Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita; · Executar as ações de assistência integral em todas as fases dos ciclos de vida: criança, adolescente, adulto e idoso; · Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde da Família (USF) e, quando necessário, no domicílio; · Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção Básica, definidas na Norma operacional da Assistência á Saúde (NOAS); · Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; · Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc...; · Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; · Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência; · Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; · Indicar internação hospitalar; solicitar exames complementares; · Verificar e atestar óbito; · Executar outras tarefas afins.
NUTRICIONISTA	· Programar, elaborar e avaliar os cardápios, adequando-os as faixas etárias e perfil epidemiológico da população atendida, respeitando os hábitos alimentares; · Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade dos produtos, observadas as boas praticas higiênicas e sanitárias; · Planejar e supervisionar a execução da adequação de instalações físicas, equipamentos e utensílios, de acordo com as inovações tecnológicas; · Elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas, avaliando e atualizando os procedimentos operacionais padronizados sempre que necessário; · Desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional , inclusive promovendo a consciência social, ecológica e ambiental; · Planejar, implantar, coordenar e supervisionar as atividades de pré-preparo, preparo, distribuição e transporte de refeições/preparações culinárias; · Colaborar com as autoridades de fiscalização profissional e/ou sanitária;
ODONTÓLOGO	· Executar, com base no Plano Geral de Ação, o programa de atendimento odontológico a ser desenvolvido na Unidade administrativa em que atua; · Proceder ao exame odontológico periódico das crianças e adolescentes, formulando diagnóstico, através de recursos técnicos apropriados; · Acompanhar e aplicar o tratamento; · Proceder o encaminhamento e acompanhamento de casos que requeiram atendimentos especializados ou complementação diagnóstica ou terapêutica; · Estabelecer medidas profiláticas individuais ou gerais; · Manter e atualizar fichas individuais de atendimento; · Participar de seminário, cursos e programas especiais de preparação, atualização e ampliação de conhecimento ou aperfeiçoamento; · Participar de reuniões interdisciplinares; · Informar e orientar o pessoal auxiliar sobre temas relacionados à sua área de atuação, através de reuniões, cursos ou palestras; · Participar do planejamento, execução e avaliação do programa de saúde; · Participar na elaboração, execução e avaliação dos Planos Assistenciais de saúde; · Participar em projetos de construção ou reforma da Unidade da Entidade inerente a sua área; · Elaborar e executar projetos de educação visando a melhoria da saúde da clientela, servidor e comunidade.
PSICÓLOGO (A)	· O psicólogo, dentro de suas atribuições profissionais, pode atuar no âmbito da educação, saúde, lazer, trabalho, segurança, justiça, comunidades e comunicação com o objetivo de promover, em seu trabalho, o respeito à dignidade e integridade do ser humano; · Procede ao estudo e análise dos processos intrapessoais das relações interpessoais, possibilitando a compreensão do comportamento humano individual e de grupo, no âmbito das instituições de várias naturezas, onde quer que se dêem estas relações; · Aplica conhecimento teórico e técnico da psicologia, com o objetivo de identificar e intervir nos fatores determinantes das ações e dos sujeitos, em sua história pessoal, familiar e social, vinculando-as também a condições políticas, históricas e culturais; · O psicólogo desempenha suas funções e tarefas profissionais individualmente e em equipes multiprofissionais, em instituições privadas ou públicas, em organizações sociais, formais ou informais, atuando em: hospitais, ambulatórios, centros e postos de saúde, consultórios, creches, escolas, associações comunitárias, empresas, sindicatos, fundações, varas da criança e do adolescente, varas de família, sistemas penitenciários e onde quer que questões concernentes à profissão se façam presentes e sua atuação seja pertinente; · Reunir, interpretar e aplicar dados científicos relativos ao comportamento humano e ao mecanismo psíquico; · Realizar avaliação e diagnóstico psicológicos de entrevistas, observação, testes e dinâmica de grupo, com vistas à prevenção e tratamento de problemas psíquicos; · Realiza atendimento psicoterapêutico individual ou em grupo, adequando às diversas faixas etárias, em instituições de prestação de serviços de saúde, em consultórios particulares e em instituições formais e informais; · Realiza atendimento familiar e ou de casal para orientação ou acompanhamento psicoterapêutico; · Participa da elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental da população, bem como sobre a adequação das estratégias diagnósticas e terapêuticas à realidade psicossocial da clientela; · Cria, coordena e acompanha individualmente ou em equipe multiprofissional, tecnologias próprias ao treinamento em saúde, particularmente em saúde mental, com o objetivo de qualificar o desempenho de várias equipes; · Supervisionar, coordenar ou executar todas as atividades de sua especialidade no campo da psicologia e da pesquisa; · Atuar nos processos de recrutamento, seleção e treinamento; · Participa e acompanha a elaboração de programas educativos e de treinamento em saúde mental à nível de atenção primária, em instituições formais e informais como: creches, asilos, sindicatos, associações, instituições de menores, penitenciárias, entidades religiosas, etc.

	· Acompanhar psicologicamente gestantes durante a gravidez, parto e puerpério, procurando integrar suas vivencias emocionais e corporais, bem como incluir o parceiro, como apoio necessário em todo este processo; · Preparar o paciente para entrada, permanência e alta hospitalar, inclusive em hospitais psiquiátricos; · Colabora, em equipe multiprofissional, do planejamento das políticas de saúde, em nível de macro e microsistemas; · Participa dos planejamentos e realiza atividades culturais, terapêuticas e de lazer, com o objetivo de propiciar a reinserção social da clientela egressa de instituções; · Executar quaisquer outros encargos semelhantes, estebelecidos na legislação que regulamentou o exercício da profissão, nos Decretos, Resoluções e demais atos pertinentes a categoria funcional de Psicólogo.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	· Participar da formulação de Políticas · Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação municipal. · Participar da elaboração dos planos, programas e projetos educacionais no âmbito · específico de sua atuação. Participar da elaboração do Plano Político Pedagógico. · Desenvolver a regência efetiva. Controlar e avaliar o rendimento escolar. Executar · tarefa de recuperação de alunos. Participar de reuniões de trabalho com a escola e · comunidade em geral. Desenvolver pesquisa educacional. Participar de ações · administrativas e das interações educativas com a comunidade. Comprometer-se · com os prazos de entrega de documentação escolar determinados pela Secretaria. · Buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e · investigativa. Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente. · Cumprir hora-atividade no âmbito da unidade escolar. · Manter a cota mínima de · produção cientifica, que será estabelecida por meio de ato administrativo.
MÉDICO VETERINÁRIO	· Prevenção, controle e erradicação de agravos à saúde animal e zoonoses; · Tratamento das enfermidades e dos traumatismos que afetam os animais; · Controle da sanidade dos produtos e subprodutos de origem animal para o consumo humano; · Produção de animais (bovinos, ovinos, aves, suínos, entre outras espécies). · Planejamento, direção, coordenação, execução e controle da assistência técnico-sanitária aos animais, sob qualquer título; · Inspeção e fiscalização sob os pontos de vista higiênico, sanitário e tecnológico dos produtos de origem animal;
PROCURADOR MUNICIPAL	· Prestar atendimento jurídico às unidades administrativas da Prefeitura, emitindo pareceres sobre assuntos fiscais, trabalhistas, administrativos, previdenciários, constitucionais, civis e outros, através de pesquisa de legislação, jurisprudência e instruções regulamentares; · Atuar, mediante autorização da autoridade competente, em qualquer foro ou instância em nome do Município, nos feitos em que este seja autor, réu, assistente ou oponente, no sentido de resguardar seus interesses; · Estudar e redigir minutas de projetos de lei, decretos, atos normativos, bem como documentos contratuais de toda espécie, em conformidade com as normas legais; interpretar normas legais e administrativas diversas, para responder consultas das unidades interessadas; · Efetuar a cobrança de dívida ativa, bem como promover desapropriação, de forma amigável ou judicial; · Estudar questões de interesse da Prefeitura que apresentam aspectos jurídicos; · Assistir a Prefeitura na negociação de contratos, convênios e acordos com outras entidades públicas ou privadas; · Executar outras tarefas afins.
ASSISTENTE DE BIBLIOTECARIO	· Auxiliar o Bibliotecário em suas tarefas. · Atender os leitores, orientando-os no manuseio dos fichários e localização de livros e publicações, para auxiliá-los em suas consultas. · Efetuar o registro dos livros por empréstimos, anotando seus títulos, autores, códigos de referência, identidade do usuário, data prevista para entrega e outros dados de importância, para garantir a futura devolução dos mesmos e obter dados para levantamentos estatísticos. · Controlar a entrega livros cuja data de devolução esteja vencida, preenchendo formulários apropriados, remetendo-os pelo correio a seus usuários ou de outro modo, para possibilitar a recuperação dos volumes não devolvidos. · Repor nas estantes, os livros utilizados pelos usuários posicionando-os nas prateleiras de acordo com o sistema de possibilitar novas consultas na biblioteca, para mantê-los ordenados e possibilitar novas consultas e registros. · Manter atualizados os fichários, catálogos da biblioteca complementando-os e ordenando suas fichas de consulta, para assegurar a pronta localização dos livros e publicações. · Limpar os livros ou supervisionar a limpeza dos mesmos. · Carimbar e conferir documentos. · Executar outras tarefas correlatas
AGENTE ADMINISTRATIVO	· Participar da programação e elaboração das atividades ligadas à seleção, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; · Executar tarefas administrativas envolvendo a interpretação e observância da Lei, regulamentos, portarias e normas gerais; · Redigir ofícios, ordens de serviço e/ou outros; · Executar trabalhos de digitação e datilografia; · Preencher fichas, formulários, talões, mapas e/ou outros, encaminhando-os aos órgãos específicos; · Preparar documentação para admissão e rescisão de contrato de trabalho, procedendo às anotações na carteira profissional e distribuição de identidade funcional; · Elaborar folha de pagamento de pessoal, efetuando cálculos para preenchimento das guias relativas às obrigações sociais; · Controlar, sob supervisão, a freqüência dos servidores municipais e fazer o acompanhamento da escala de férias; · Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
ASSISTENTE DE INFORMÁTICA	· Prestar assistência na administração da rede de computadores e suporte aos usuários nos aspectos de hardware e software; · Prestar suporte aos usuários da rede de computadores, envolvendo a montagem, reparos e configurações de equipamentos e na utilização do hardware e software disponíveis; · Preparar inventário do hardware existente, controlando notas fiscais de aquisição, contratos de manutenção e prazos de garantia; · Treinar os usuários nos aplicativos disponíveis, dando suporte na solução de problemas; · Contatar fornecedores de software para solução de problemas quanto aos aplicativos adquiridos; · Montagem dos equipamentos e implantação dos sistemas utilizados pelas unidades de serviço e treinamento dos usuários; · Participar do processo de análise dos novos softwares e do processo de compra de softwares aplicativos; · Elaborar pequenos programas para facilitar a interface usuário-suporte; · Efetuar a manutenção e conservação dos equipamentos; · Efetuar os back-ups e outros procedimentos de segurança dos dados armazenados; · Criar e implantar procedimentos de restrição do acesso e utilização da rede, como senhas, eliminação de drives etc. · Instalar softwares de up-grade e fazer outras adaptações/modificações para melhorar o desempenho dos equipamentos; · Participar da análise de partes/acessórios e materiais de informática que exijam especificação ou configuração; · Preparar relatórios de acompanhamento do trabalho técnico realizado.
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	· Executar trabalhos que envolvam a interpretação e aplicação das leis e normas administrativas; redigir expediente administrativo; proceder a aquisição, guarda e distribuição de material; · Examinar processos; redigir pareceres e informações; redigir expedientes administrativos, tais como: memorandos, cartas, ofícios, relatórios; revisar quanto ao aspecto redacional, ordens de serviço, instruções, exposições de motivos; realizar e conferir cálculos relativos a lançamentos, realizar ou orientar coleta de preços de materiais que possam ser adquiridos sem concorrência; efetuar ou orientar o recebimento, conferência, armazenagem e conservação de materiais e outros suprimentos; manter atualizados os registros de estoque; fazer ou orientar levantamentos de bens patrimoniais; realizar trabalhos de digitação, operar com terminais eletrônicos e equipamentos de microfilmagem; atuar na área de computação, orientar e acompanhar processos, expedidos, executar tarefas afins.
ELETROTÉCNICO	· Trabalhar em operação e manutenção de instalações elétricas de alta, média e baixa tensão; · Trabalhar com logística operacional de planos de operação e manutenção preventivas, bem como a emissão das ordens de serviços respectivas; · Supervisionar equipe técnica e mão-de-obra especializada nos trabalhos de operação e manutenção de painéis elétricos (força, comando e proteção); · Interpretar desenhos, plantas e diagramas elétricos, tais como: subestações elétricas, painéis elétricos e instalações prediais; · Operar e fazer manutenção preventiva e corretiva de motores elétricos; · Operar e fazer manutenção de transformadores elétricos; · Operar e fazer manutenção de subestações transformadoras; · Operar e fazer manutenção de centros e comandos de motores (CCMS e bancos de capacitores); · Operar e fazer manutenção de grupos geradores de energia; Operar e fazer manutenção em sistemas de automação e telemetria (água para irrigação); · Dominar informática contemplando hardware e software de sistemas de supervisão e controles na operação e manutenção de perímetros irrigados; · Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior.
FISCAL DE TRIBUTOS	· Fiscalização Tributária em sentido amplo, em todos os tributos de responsabilidade direta e indireta do Município, compreendendo as fases de cadastro, lançamento, cobrança e recebimento dos mesmos. · Fiscalização Tributária específica para o ITR (Imposto Territorial Rural), compreendendo desde a fase de lançamento de Crédito Tributário ao recebimento do mesmo, devendo utilizar – se dos procedimentos fiscais previstos na Legislação Tributária e no convênio a ser celebrado com a Secretária da Receita Federal. · Orientar e fiscalizar contribuintes e empresas, visando ao cumprimento da legislação tributária; · Notificar, lavrar Termos e Autos de Infração, de conformidade com a legislação pertinente; · Realizar análises de natureza contábil, econômica ou financeira, relativas às atividades de natureza tributária; · Realizar diligências junto a contribuintes autônomos, firmas individuais, sociedades empresariais, cooperativas, associações e demais pessoas naturais ou jurídicas ligadas à situação que constitua fato gerador de obrigação tributária; · Efetivar ou homologar lançamentos tributários com base de cálculo apurada ou arbitrada na forma da legislação vigente; · Inspecionar todo o tipo de estabelecimento ligado a fato gerador de tributo; · Proceder à apreensão, mediante a lavratura de termo, de livros, documentos, papéis ou mercadorias, necessários ao exame fiscal; · Proceder à cobrança dos tributos municipais; · Fiscalizar o cumprimento das normas principais e acessórias da legislação tributária; · Aplicar as penalidades previstas pelo não cumprimento da legislação tributária; · Proceder sindicâncias, revisões e diligências para atender a procedimentos fiscais ou a processos tributários; · Interditar estabelecimentos ou apreender Alvará de atividades em desacordo com a legislação municipal vigente.
FISCAL DE MEIO AMBIENTE	· Colher amostras de águas, efluentes e resíduos em geral, necessários para análise técnica e de controle; · Proceder às inspeções e visitas de rotina, bem como à apuração de irregularidades e infrações; · Verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes;

	· Lavrar Autos de Infração e aplicar as penalidades cabíveis; · Relatar ao superior herárquico todas as decisões e ações concernentes a sua atividade de competência; · Praticar todos os atos necessários ao bom desempenho da vigilância ambiental no Município.
FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	· Executar serviços de profilaxia e política sanitária sistemática; · Inspecionar estabelecimentos onde sejam fabricados ou manuseados alimentos, para verificar as condições sanitárias dos seus interiores, limpeza do equipamento, refrigeração adequada para alimentos perecíveis, suprimento de água para lavagem de utensílios, gabinetes sanitários e condições de asseio e saúde dos que manipulam os alimentos; · Inspecionar estabelecimentos de ensino, verificando suas instalações, alimentos fornecidos aos alunos, condições de ventilação e gabinetes sanitários; · Investigar queixas que envolvam situações contrárias a saúde pública; · Sugerir medidas para melhorar as condições sanitárias consideradas insatisfatórias; · Comunicar a quem de direito os casos de infração que constatar; identificar problemas e apresentar soluções às autoridades competentes; · Realizar tarefas de educação e saúde; · Realizar tarefas administrativas ligadas ao programa de Saneamento Comunitário; · Participar na organização de comunidades e realizar tarefas de saneamento junto às unidades sanitárias e Prefeitura Municipal; · Participar do desenvolvimento de programas sanitários; · Fazer inspeções rotineiras nos açougues e matadouros; · Fiscalizar os locais de matança, verificando as condições sanitárias de seus interiores, limpeza e refrigeração convenientes ao produto e derivados; · Zelar pela obediência ao regulamento sanitário; · Reprimir matanças clandestinas, adotando as medidas que se fizerem necessárias; · Apreender carnes e derivados que estejam a venda sem a necessária inspeção; · Vistoriar os estabelecimentos de venda de produtos e derivados; · Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos pelos auxiliares de saneamento; · Executar outras tarefas semelhantes.
ORIENTADOR DE PROGRAMAS SOCIAIS	· Participar da formulação de Políticas da Assistência Social nos diversos âmbitos do Sistema. Participar da · elaboração dos planos, programas e projetos no âmbito específico de sua atuação. · Acompanhar as atividades e a freqüência das crianças e adolescentes inseridos nos Programas · Sociais, atuando em conjunto com os demais profissionais para prevenir situação de · vulnerabilidade Social. Participar de campanhas, reuniões de trabalho com a equipe e · comunidade em geral. Comprometer-se com os prazos de entrega de relatórios determinados · pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Cumprir hora-atividade no âmbito desta · Secretaria.
MONITOR ESCOLAR SOCIAL	· Auxiliar o Orientador Social nas · atividades realizadas dentro dos Programas Sociais. Participar das atividades, campanhas e · reuniões executadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social
TÉCNICO EM LABORATÓRIO	· Fazer coleta de amostras e dados em laboratório ou em atividades de campo; · Elaborar a análise de materiais e substâncias em geral, utilizando métodos específicos para cada caso; Efetuar registros das análises realizadas; · Preparar reagentes, peças, circuitos e outros materiais utilizados em experimentos; · Proceder à montagem e execução de experimentos para utilização em aulas experimentais e ensaios de pesquisa; · Auxiliar na elaboração de relatórios técnicos e na computação de dados estatísticos, reunindo os resultados dos exames e informações; · Selecionar material e equipamentos a serem utilizados em aulas práticas, pesquisas e extensão; · Dispor os elementos biológicos em local apropriado e previamente determinado, montando-os de modo a possibilitar a exposição científica dos mesmos; · Zelar pela limpeza e conservação de vidrarias, bancadas e equipamentos em geral dos laboratórios de pesquisa e didáticos; · Controlar o estoque de material de consumo dos laboratórios; · Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade.
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	· Executar os trabalhos de análise e conciliação de contas; · Classificar e contabilizar as despesas, receitas e movimentação financeira; · Elaborar quadros demonstrativos, relatórios e tabelas, compilando dados contábeis; · Participar da elaboração de balancetes e balanços, aplicando normas contábeis; · Organizar demonstrativos e relatórios de comportamento das dotações orçamentárias; · Elaborar prestações de contas de convênios, concursos e outros recursos específicos; · Acompanhar saldos orçamentários para autorização de realização de despesas; · Manter arquivo da documentação relacionada a contabilidade; · Participar de programa de treinamento, quando convocado; · Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando- se de equipamentos e programas de informática; · Executar outras tarefas para o desenvolvimento das atividades do setor; · Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	· Prestar, sob orientação do médico ou enfermeiro, serviços técnicos de enfermagem, ministrando medicamentos ou tratamento aos pacientes; · Controlar sinais vitais dos pacientes, observando a pulsação, utilizando aparelhos de ausculta e pressão; · Efetuar curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo orientação médica; · Orientar a população em assuntos de sua competência; · Preparar e esterilizar material, instrumental, ambientes e equipamentos para a realização de exames, tratamentos e intervenções cirúrgicas; · Auxiliar o médico em pequenas cirurgias, observando equipamentos e entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas; · Orientar e supervisionar o pessoal auxiliar, a fim de garantir a correta execução dos trabalhos; · Auxiliar na coleta e análise de dados sócio-sanitários da comunidade, para o estabelecimento de programas de educação sanitária; · Proceder a visitas domiciliares, a fim de efetuar testes de imunidade, vacinação, investigações, bem como auxiliar na promoção e proteção da saúde de grupos prioritários; · Participar de programas educativos de saúde que visem motivar e desenvolver atitudes e hábitos sadios em grupos específicos da comunidade (crianças, gestantes e outros); · Participar de campanhas de vacinação; · Controlar o consumo de medicamentos e demais materiais de enfermagem, verificando nível de estoque para, quando for o caso, solicitar ressuprimento; · Supervisionar e orientar a limpeza e desinfecção dos recintos, bem como zelar pela conservação dos equipamentos que utiliza; · Executar outras atribuições afins.
TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	· Organizar o agendamento de consultas e fichários de pacientes; · Recepcionar e preparar os clientes para atendimentos, instrumentando o cirurgião dentista e manipulando materiais de uso odontológico; · Participar de projetos educativos e de orientação de higiene bucal; · Colaborar nos levantamentos e estudos epidemiológicos; · Demonstrar técnicas de escovação; · Fazer a tomada e revelação de radiografias intrabucais; · Remover indultos, placas e cálculos supragengivais; · Aplicar substâncias para prevenção de cárie; · Inserir e condensar materiais restauradores; · Polir restaurações e remover suturas; · Orientar e supervisionar, sob delegação, os trabalhos de auxiliares; · Proceder a limpeza e a assepsia do campo operatório; · Confeccionar modelos e preparar moldeiras; · Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene e qualidade; · Zelar pela manutenção, limpeza, conservação, guarda e controle de todo o material, aparelhos, equipamentos e de seu local de trabalho; · Participar de programa de treinamento, quando convocado; · Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando- se de equipamentos e de programas de informática; · Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
TÉCNICO EM RAIO – X	· Realizar exames radiográficos, convencionais e digitais; · Controlar a qualidade dos serviços realizados, sob supervisão; · Zelar pelo uso correto do dosímetro; · Zelar pela conservação e uso correto dos equipamentos e comunicar defeitos à Área de Manutenção; · Conferir a identificação do paciente de acordo com a solicitação; · Conferir, em estação de trabalho especifica, os exames realizados pelo sistema; identificar e envelopar filmes dos exames realizados, quando necessário; · Executar tarefas de auxílio ao médico radiologista; · Preparar pacientes para exames radiológicos; · Preparar filmes para exames radiológicos; · Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
TÉCNICO AGRÍCOLA	· Orientar os agricultores a preparar a terra, plantar, colher e armazenar a produção; · Ministrar cursos sobre agricultura e pecuária; · Efetuar inseminação artificial; · Fazer podas em arvores; · Efetuar enxertos, vacinar animais, ensinar os manejos de defensivos agrícolas; · Ensinar a maneira corretar de preparo do solo; · Fazer curvas de nível, terraceamento; · Efetuar nivelamento; · Medir áreas de terras; · Orientar sobre a forma de evitar as doenças nos animais vacuns; · Cuidar da sanidade dos rebanhos;

	· Executar tarefas afins.
TÉCNICO EM SECRETARIADO	· Planejamento, organização e direção de serviços de secretaria; · Assistência e assessoramento direto aos gestores; · Coleta de informações para a consecução de objetivos e metas do serviço publico; · Interpretação e sintetização de textos e documentos; · Registro e distribuição de expediente e outras tarefas correlatas; · Orientação da avaliação e seleção da correspondência para fins de encaminhamento a chefia; · Conhecimentos protocolares.
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	· Manutenção, supervisão, fiscalização do cumprimento das metas e recomendações para neutralização dos riscos e agentes insalubres nos vários ambientes de trabalho que compõem os órgãos da administração municipal; · Fazer cumprir as normas regulamentares do Ministério do Trabalho pertinentes à Engenharia e Segurança do Trabalho; · Promover medidas de proteção coletiva aos riscos ocupacionais, treinamento, orientação e fiscalização dos equipamentos de proteção individual; · Redigir relatórios e demais documentos necessários ao cumprimento da legislação especifica em vigor; · Emitir laudos técnicos das condições do ambiente de trabalho; · Executar outras atividades correlatas à sua área de competência.
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	· Executar trabalhos ambulatoriais de certa complexidade; · Efetuar curativos, aplicar injeções, medir temperatura, medir pressão, efetuar acompanhamentos de programas de sáude com crianças e idosos, efetuar pesagem de crianças, aplicar vacinas, executar outras tarefas afins.
AUXILIAR DE FISIOTERAPIA	· Auxiliar o Fisioterapeuta no atendimento aos pacientes em todas as atividades fisioterápicas. · Desenvolver todas as tarefas inerentes a sua função.
AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	· Sob supervisão do cirurgião Dentista realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidenciação de placa bacteriana, escovação supervisionada; · Orientação de escovação, uso de fio dental; · Preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda etc.) necessário para o trabalho; · Instrumentalizar o cirurgião dentista durante a realização de procedimentos clínicos (trabalho a quatro mão); · Agendar o paciente e orienta-lo ao retomo e a preservação ao tratamentos; · Acompanhar e desenvolver o trabalho com a equipe de Saúde da Família no tocante a saúde bucal.
AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE	· Desenvolver e executar atividades de prevenção de doenças e promoção de saúde, por meio de ações educativas e coletivas, nos domicílios e na comunidade, sob supervisão competente. · Utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio- cultural da comunidade de sua atuação; · Executar atividades de educação para a saúde individual e coletiva, registrar, para controle das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde, estimular a participação da comunidade nas políticas- públicas como estratégia da conquista de qualidade de vida à família; · Participar ou promover ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas públicas que promovam a qualidade de vida; · Desenvolver outras atividades pertinentes à função do Agente Comunitário de Saúde, nos termos da legislação em vigor.
AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL	· Exercício de atividade de vigilância, prevenção, controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidos em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão competente. · Realização de visitas domiciliares periódicas para combate e prevenção de Endemias, mediante notificação de focos endêmicos, vistoria e detecção de locais suspeitos, eliminação de focos e monitoramento de situações de riscos a família. · Promoção de ações de educação para saúde individual e coletiva. · Estímulo a participação da comunidade nas políticas Públicas voltadas para área da saúde.
AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	· Zelar pela limpeza dos pisos, paredes, janelas,instalações, móveis em geral; · Cuidar da higiene dos pátios internos e externos; · Providenciar a abertura e o fechamento do prédio onde estiver lotado, cuidar dos jardins e áreas livres; · Responsabilizar-se pela movimentação de móveis e utensílios; · Conservar sempre limpos os utensílios sob sua guarda; · Requisitar material de limpeza e controlar seu consumo; · Preparar café e demais serviços da copa, servindo-os quando for solicitado; · Responsabilizar-se pela cantina, preparando e distribuindo alimentos; · Receber e transmitir recados; · Desempenhar outras atividades, compatíveis com a natureza do cargo, que lhe forem atribuídas.
ALMOXARIFE	· Recepcionar os materiais entregues pelos fornecedores, conferindo as notas fiscais com os pedidos, verificando quantidades, qualidade e especificações. · Organizar a estocagem dos materiais, de forma a preservar a sua integridade física e condições de uso, de acordo com as características de cada material, bem como para facilitar a sua localização e manuseio. · Manter controles dos estoques, através de registros apropriados, anotando todas as entradas e saídas, visando a facilitar a reposição e elaboração dos inventários. · Solicitar reposição dos materiais, conforme necessário, de acordo com as normas de manutenção de níveis mínimos de estoque. · Elaborar inventário mensal, visando a comparação com os dados dos registros. · Separar materiais para devolução, encaminhando a documentação para os procedimentos necessários. · Atender as solicitações dos usuários, fornecendo em tempo hábil os materiais e peças solicitadas. · Controlar os níveis de estoques, solicitando a compra dos materiais necessários para reposição, conforme política ou procedimentos estabelecidos para cada item. · Supervisionar a elaboração do inventário mensal, visando o ajuste de divergências com os registros contábeis.
APONTADOR	· Controlar freqüência da mão-de-obra; · Registrar as horas trabalhadas, anotando-as em documentos apropriados; · Registrar as ocorrências diárias em formulários próprios; · Receber e conferir materiais destinados às obras; · Distribuir e recolher as ferramentas destinadas às obras; · Encaminhar ao setor competente os documentos pessoais dos funcionários das obras; · Auxiliar o mestre de obras nas solicitações de materiais; · Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade;
COVEIRO	· Abrir covas para realização de sepultamento; · Realizar sepultamentos; · Zelar pela limpeza e conservação do cemitério; · Desempenhar outras atribuições que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
ELETRICISTA	· Executar serviços de instalações de circuitos elétricos, seguindo plantas, esquemas e croquis; · Reparar e instalar redes elétricas em prédios e logradouros públicos; · Colocar e fixar quadros de distribuição, caixa de fusíveis, tomadas, calhas, bocais para lâmpadas e outros; · Reparar e instalar disjuntores, relés, exaustores, amperímetros, reatores, resistências, painéis de controle e outros; · Instalar gambiarras nas ruas em épocas de festas; · Instalar, regular e reparar aparelhos e equipamentos elétricos; · Zelar pela conservação dos equipamentos de trabalho; · Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
MECÂNICO	· Acompanhar a execução dos trabalhos, observando as operações e examinando as partes executadas; · Distribuir, orientar e executar tarefas de montagem, reparo e revisão de autos, sempre que solicitado pela Chefia; · Supervisionar a guarda e conservação do equipamento e das ferramentas utilizadas; · Zelar pela limpeza e arrumação da oficina; · Orientar os servidores que auxiliem na execução de atribuições típicas da classe; · Executar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
MERENDEIRA	· Preparar e servir a merenda controlando-a quantitativa e qualitativamente; · Informar ao Diretor do Estabelecimento de Ensino da necessidade de reposição de estoques; · Conservar o local de preparação da merenda em boas condições de trabalho procedendo a limpeza e arrumação; · Respeitar os alunos tratando-os com delicadeza e carinho; · Respeitar o trabalho do colega deixando que ele participe também do serviço da cozinha; · Preparar a merenda de acordo com o cardápio elaborado por nutricionista; · Zelar pelo material de uso e consumo na preparação da merenda escolar, além de efetuar demais tarefas correlatas a sua função;
MOTORISTA DE AMBULANCIA	· Dirigir ambulância com paciente a serviço da Secretaria de Saúde; · Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do cárter, testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento; · Examinar as ordens de serviços, para dar cumprimento à programação estabelecida; · Dirigir o veículo, manipulando os comandos e observando o fluxo de transito e a sinalização para conduzi-los aos locais determinados na ordem do serviço; · Recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem para possibilitar a manutenção e abastecimento do mesmo; · Dirigir veículos pertencentes a Municipalidade para transporte de pessoas doentes; · Responsabilizar-se pela segurança de passageiros; · Executar tarefas afins à sua responsabilidade.
MOTORISTA DE VEICULO LEVE	· Dirigir veículos automotores leves de transporte de passageiros; · Zelar pela manutenção, limpeza e reparos certificando-se de suas condições de funcionamento, fazendo consertos de emergência e trocando pneus furados; · Solicitar ao órgão competente da Prefeitura os trabalhos de manutenção necessários ao bom funcionamento do veículo; · Providenciar o abastecimento do veículo sob sua responsabilidade; · Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
MOTORISTA DE VEICULO PESADO	· Dirigir veículos automotores pesados; · Zelar pela manutenção, limpeza e reparos certificando-se de suas condições de funcionamento, fazendo consertos de emergência e trocando pneus furados; · Solicitar ao órgão competente da Prefeitura os trabalhos de manutenção necessários ao bom funcionamento do veículo;

	· Providenciar o abastecimento do veículo sob sua responsabilidade; · Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
OPERADOR DE MÁQUINA PESADA – ESTEIRA	· Operar o Trator de Esteira, realizando aterro sanitário; · Efetuar a manutenção da máquina, abastecendo-a, lubrificando-a, mantendo–a sempre limpa; · Desempenhar outras atribuições que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
PEDREIRO	· Verificar as características das obras, examinando a planta e especificações; · Executar, segundo desenhos e croquis, obras de construção e reconstrução de prédios, pontes, muros, calçadas e/ou outros; · Trabalhar com qualquer tipo de argamassa à base de cal, cimento e outros materiais de construção; · Executar trabalhos de alicerces; · Levantar paredes e rebocar; · Assentar e fazer restaurações de tijolos, ladrilhos, azulejos, mosaicos e outros materiais; · Realizar trabalhos de manutenção corretiva de prédios, calçadas e estruturas semelhantes; · Operar instrumentos de medida, peso, prumo, nível e /ou outros, construir caixas d'água, sépticas, esgotos, tanques, etc.; · Zelar pela conservação das ferramentas de trabalho; · Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
RECEPCIONISTA	· Atender diariamente todas as pessoas que procurarem as Secretarias e demais seções da municipalidade, encaminhando-as aos setores correspondentes; · Realizar registro de controle de público e de visitantes, controlando o fluxo de pessoas encaminhadas aos setores; · Receber e entregar à chefia imediata toda correspondência endereçada à Secretaria na qual estiver lotado; · Atender e transferir para os setores as ligações telefônicas recebidas; · Efetuar ligações telefônicas, serviços de transmissão de fax e de reprodução de documentos (xérox), observando as instruções de sua chefia imediata; · Organizar e promover a confecção de carteirinhas para o transporte escolar (Educação Básica e Ensino Superior); · Organizar e acompanhar agendamento de auditórios e salas de reuniões, bem como de aparelhos de data show, de sonorização e similares, quando da realização de palestras e treinamentos da municipalidade; · Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
TELEFONISTA	· Operar equipamentos de telefonia, estabelecendo ligações internas e externas, recebendo e transferindo chamadas para o ramal solicitado; · Transmitir informações corretamente; · Prestar informações, consultar listas telefônicas, pesquisar banco de dados telefônico, bem como, manter atualizado cadastro dos números de ramais e telefones úteis para o órgão; · Realizar controle das ligações telefônicas efetuadas, anotando em formulários apropriados; · Conhecer o organograma da Instituição, agilizando o atendimento, bem como, estar em condições de interpretar o assunto solicitado, direcionando a ligação para o setor competente; · Executar tarefas de apoio administrativo referentes à sua área de trabalho; · Zelar pelo equipamento, comunicando defeitos e solicitando seu conserto; · Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática. · Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
VIGIA	· Executar os serviços de guarda dos prédios público; · Executar serviços de vigilância nos diversos estabelecimentos municipais; · Executar rondas diurna e noturna nas dependências dos prédios da Prefeitura e áreas adjacentes; · Controlar a movimentação de pessoas e veículos para evitar furto; · Controlar a entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; · Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
GARI	· Varrer ruas, terrenos e outros logradouros públicos; · Roçar, capinar e limpar mataria e pastagens das estradas, ruas e outros logradouros públicos; · Fazer coleta e transporte de lixo urbano para caminhões; · Coletar resíduos de cestos coletores leves; · Recolher cadáveres de pequenos animais das vias públicas; · Descarregar o lixo em local pré-determinado; · Carregar e descarregar caminhões com materiais de construção e volumes em geral; · Cavar e limpar valas, valetas, bueiros, esgotos, fossas e outros; · Drenar e aterrar depressões ou escavações das estradas; · Desobstruir estradas; Executar serviços de abertura e fechamento da valas e cavas; · Executar serviços de arrumação de materiais nas diversas fases das obras públicas; · Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletivo · Executar outras tarefas que, por suas características, se incluam na esfera de competência.
Operador de Motoniveladora – C.B.O. nº 7151-30	· Conferir níveis de óleos, combustíveis e de água; Completar nível de água da máquina; Verificar as condições do material rodante; Drenar água dos reservatórios (ar e combustível); Verificar o funcionamento do sistema hidráulico; Verificar o funcionamento elétrico; Verificar a condição dos acessórios; Limpar máquina; Relatar problemas detectados; Substituir acessórios; Identificar pontos de lubrificação; Completar o volume de graxa nas articulações; Analisar serviço; Estabelecer sequencia de atividades; Definir etapas de serviço; Estimar tempo de duração do serviço; Selecionar máquinas; Definir acessórios; Selecionar ferramentas manuais; Selecionar instrumentos de medição; Selecionar equipamentos de proteção individual (epi); Selecionar sinalização de segurança; Acionar máquina; Interpretar informações do painel da máquina; Controlar a aceleração da máquina (RPM); Estacionar máquina em local plano; Apoiar equipamentos hidráulicos e mecânicos no solo; Resfriar máquina; Desligar máquina; Anotar informações sobre a utilização da máquina (horímetro e odômetro); Relatar ocorrências de serviço; Verificar marcação da topografia; Analisar inclinação do terreno; Verificar tipo de solo; Abrir valas para drenagem; Abrir valas para montagem de colchão drenante; Espalhar o material (solo); Homogeneizar o solo com máquinas e equipamentos; Remover material em aterro; Homogeneizar solos para execução de camadas de pavimentação; Raspar superfície da base; Demonstrar senso de organização; Trabalhar em equipe; Demonstrar responsabilidade; Zelar pelos equipamentos e máquinas; Demonstrar iniciativa; Tratar situações de emergência e acidentes.

Publicado por:
Dulcelina Maria de Almeida
Código Identificador:7DF9E11D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 5º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.912.674,32	11.912.674,32	1.907.059,66	16,01	9.824.417,42	82,47	2.088.256,90
RECEITAS CORRENTES	10.484.800,00	10.484.800,00	1.907.059,66	18,19	9.544.445,92	91,03	940.354,08
RECEITA TRIBUTARIA	352.000,00	352.000,00	252.929,54	71,85	552.171,77	156,87	-200.171,77
Impostos	298.000,00	298.000,00	232.566,39	78,04	453.233,42	152,09	-155.233,42
Taxas	51.400,00	51.400,00	3.203,37	6,23	36.411,44	70,84	14.988,56
Contribuição de Melhoria	2.600,00	2.600,00	17.159,78	659,99	62.526,92.404,88		-59.926,91
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	354.000,00	354.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354.000,00
Contribuições Sociais	304.000,00	304.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304.000,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	165.000,00	165.000,00	33.545,36	20,33	162.202,87	98,30	2.797,13
Receitas de Valores Mobiliarios	165.000,00	165.000,00	33.545,36	20,33	162.202,87	98,30	2.797,13
RECEITA DE SERVIÇOS	389.000,00	389.000,00	127,20	0,03	508,80	0,13	388.491,20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.207.000,00	9.207.000,00	1.608.535,47	17,47	8.431.855,94	91,58	775.144,06
Transferências Intergovernamentais	8.564.000,00	8.564.000,00	1.562.347,00	18,24	8.049.048,65	93,99	514.951,35
Transf. de Conv.	643.000,00	643.000,00	46.188,47	7,18	382.807,29	59,53	260.192,71

OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.800,00	17.800,00	11.922,09	66,98	397.706,52.234,31		-379.906,54
Multas e Juros de Mora	6.600,00	6.600,00	2.151,54	32,60	19.154,16	290,21	-12.554,16
Indenizações e Restituições	2.200,00	2.200,00	3.778,52	171,75	28.702,91.304,68		-26.502,94
Receita da Divida Ativa	8.800,00	8.800,00	5.992,03	68,09	41.538,92	472,03	-32.738,92
Receitas Diversas	200,00	200,00	0,00	0,00	308.310154.155,26		-308.110,52
RECEITAS DE CAPITAL	1.427.874,32	1.427.874,32	0,00	0,00	279.971,50	19,61	1.147.902,82
ALIENAÇÃO DE BENS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Alienação de Bens Móveis	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.427.774,32	1.427.774,32	0,00	0,00	279.971,50	19,61	1.147.802,82
Transferências Intergovernamentais	116.061,69	116.061,69	0,00	0,00	0,00	0,00	116.061,69
Transferências de Convênios	1.311.712,63	1.311.712,63	0,00	0,00	279.971,50	21,34	1.031.741,13
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	346.000,00	346.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	346.000,00	346.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	346.000,00	346.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346.000,00
Contribuições Sociais	346.000,00	346.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.258.674,32	12.258.674,32	1.907.059,66	15,56	9.824.417,42	80,14	2.434.256,90

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.258.674,32	12.258.674,32	1.907.059,66	15,56	9.824.417,42	80,14	2.434.256,90
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.258.674,32	12.258.674,32	1.907.059,66	15,56	9.824.417,42	80,14	2.434.256,90
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.543.797,00	—	—	1.543.797,00	—	—
Superávit Financeiro	—	1.543.797,00	—	—	1.543.797,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	10.399.364,32	1.689.026,82	12.088.391,14	2.011.821,82	9.730.573,43	1.855.612,24	8.331.859,55	68,92	3.756.531,59
DESPESAS CORRENTES	7.135.785,00	4.169.085,79	11.304.870,79	2.006.626,92	9.196.301,01	1.801.962,84	8.242.259,50	72,91	3.062.611,29
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	3.567.930,00	2.332.170,30	5.900.100,30	911.211,41	4.402.703,52	911.212,93	4.402.411,25	74,62	1.497.689,05
JUROS E ENCARDGS DA DÍVIDA	3.000,00	-1.799,00	1.201,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.201,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.564.855,00	1.838.714,49	5.403.569,49	1.095.415,51	4.793.597,49	890.749,91	3.839.848,25	71,06	1.563.721,24
DESPESAS DE CAPITAL	3.208.579,32	-2.480.058,97	728.520,35	5.194,90	534.272,42	53.649,40	89.600,05	12,30	638.920,30
INVESTIMENTOS	3.071.908,00	-2.349.558,97	722.349,03	5.194,90	534.272,42	53.649,40	89.600,05	12,40	632.748,98
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	136.671,32	-130.500,00	6.171,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.171,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	299.810,00	280.770,18	580.580,18	91.153,84	444.313,66	91.153,84	444.313,66	76,53	136.266,52
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	299.810,00	280.770,18	580.580,18	91.153,84	444.313,66	91.153,84	444.313,66	76,53	136.266,52

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	299.810,00	280.770,18	580.580,18	91.153,84	444.313,66	91.153,84	444.313,66	76,53	136.266,52
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	10.699.174,32	1.969.797,00	12.668.971,32	2.102.975,66	10.174.887,09	1.946.766,08	8.776.173,21	69,27	3.892.798,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	10.699.174,32	1.969.797,00	12.668.971,32	2.102.975,66	10.174.887,09	1.946.766,08	8.776.173,21	69,27	3.892.798,11
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.048.244,21	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	10.699.174,32	1.969.797,00	12.668.971,32	2.102.975,66	10.174.887,09	1.946.766,08	9.824.417,42	77,55	3.892.798,11
FONTE:									

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")									R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.399.364,32	12.088.391,14	2.011.821,82	9.730.573,43	1.855.612,24	8.331.859,55	94,94	68,92	3.756.531,59
ADMINISTRACAO	2.390.580,91	3.823.708,60	694.421,24	3.389.633,98	642.296,24	2.954.367,60	33,66	77,26	869.341,00
ADMINISTRACAO GERAL	2.319.124,22	3.770.088,91	688.195,72	3.351.624,44	636.070,72	2.916.358,06	33,23	77,36	853.730,85
Controle Interno	51.400,00	53.563,00	6.225,52	38.009,54	6.225,52	38.009,54	0,43	70,96	15.553,46
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÃO SOCIAL	10.056,69	56,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56,69
ASSISTENCIA SOCIAL	598.112,00	1.142.320,32	156.481,53	806.901,42	162.768,76	707.003,03	8,06	61,89	435.317,29
ASSISTENCIA AO IDOSO	15.000,00	16.000,00	7.317,68	10.480,89	7.317,68	10.480,89	0,12	65,51	5.519,11
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLECENTE	35.300,00	10.800,00	4.981,83	5.102,83	4.981,83	5.102,83	0,06	47,25	5.697,17
ASSISTENCIA COMUNITARIA	547.812,00	1.115.520,32	144.182,02	791.317,70	150.469,25	691.419,31	7,88	61,98	424.101,01
SAUDE	3.472.225,14	3.737.992,58	699.720,24	3.073.788,87	540.418,27	2.335.386,79	26,61	62,48	1.402.605,79
ADMINISTRACAO GERAL	486.000,00	1.985.242,78	483.672,14	1.738.553,31	341.204,28	1.502.460,60	17,12	75,68	482.782,18
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ASSISTENCIA COMUNITARIA	30.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ATENCAO BASICA	2.619.625,14	1.411.531,17	122.923,42	1.059.128,96	118.173,42	577.656,59	6,58	40,92	833.874,58
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	67.400,00	108.452,00	19.450,34	84.764,44	8.197,23	65.312,44	0,74	60,22	43.139,56
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	140.000,00	153.429,49	63.660,84	131.816,09	63.660,84	131.816,09	1,50	85,91	21.613,40
VIGILANCIA EM SAÚDE	19.200,00	77.437,14	10.013,50	59.526,07	9.182,50	58.141,07	0,66	75,08	19.296,07
SANEAMENTO BASICO URBANO	100.000,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00
TRABALHO	102.534,95	102.534,95	0,00	100.000,00	17.041,04	91.925,66	1,05	89,65	10.609,29
PROTEÇÃO AO BENEFICIO AO TRABALHADOR	102.534,95	102.534,95	0,00	100.000,00	17.041,04	91.925,66	1,05	89,65	10.609,29
EDUCACAO	2.414.300,00	2.805.917,75	430.985,68	2.074.034,21	444.606,15	1.962.234,72	22,36	69,93	843.683,03
ALIMENTACAO E NUTRICAO	57.000,00	157.283,21	1.204,50	104.838,39	23.367,63	56.210,96	0,64	35,74	101.072,25
ENSINO FUNDAMENTAL	2.049.000,00	2.299.497,39	373.703,33	1.728.637,93	365.160,67	1.665.465,87	18,98	72,43	634.031,52
ENSINO INFANTIL	307.300,00	349.137,15	56.077,85	240.557,89	56.077,85	240.557,89	2,74	68,90	108.579,26
EDUCACAO ESPECIAL	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	70.000,00	23.720,00	0,00	18.720,00	18.720,00	18.720,00	0,21	78,92	5.000,00
DIFUSÃO CULTURAL	70.000,00	23.720,00	0,00	18.720,00	18.720,00	18.720,00	0,21	78,92	5.000,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.399.364,32	12.088.391,14	2.011.821,82	9.730.573,43	1.855.612,24	8.331.859,55	94,94	68,92	3.756.531,59
URBANISMO	340.000,00	57.298,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.298,01
INFRA - ESTRUTURA URBANA	340.000,00	57.298,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.298,01
HABITAÇÃO	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO URBANA	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	46.440,00	3.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.440,00
SANEAMENTO BASICO URBANO	46.440,00	3.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.440,00
GESTAO AMBIENETAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	201.500,00	232.606,59	30.213,13	191.758,42	29.761,78	186.485,22	2,12	80,17	46.121,37
ORDENAMENTO TERRITORIAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	10.000,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
ABASTECIMENTO	10.000,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
EXTENSAO RURAL	161.500,00	231.906,59	30.213,13	191.758,42	29.761,78	186.485,22	2,12	80,41	45.421,37
COMERCIO E SERVIÇO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROMOÇÃO COMERCIAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA ELETRICA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	325.000,00	6.430,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.430,02
SERVIÇOS URBANOS	60.000,00	330,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330,02
TRANSPORTE RODOVIARIO	265.000,00	6.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.100,00
DESPORTO E LAZER	76.500,00	20.450,00	0,00	7.682,70	0,00	7.682,70	0,09	37,57	12.767,30
DESPORTO COMUNITARIO	56.500,00	11.450,00	0,00	2.467,20	0,00	2.467,20	0,03	21,55	8.982,80
LAZER	20.000,00	9.000,00	0,00	5.215,50	0,00	5.215,50	0,06	57,95	3.784,50
ENCARGOS ESPECIAIS	177.171,32	76.972,32	0,00	68.053,83	0,00	68.053,83	0,78	88,41	8.918,49
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	177.171,32	76.972,32	0,00	68.053,83	0,00	68.053,83	0,78	88,41	8.918,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	299.810,00	580.580,18	91.153,84	444.313,66	91.153,84	444.313,66	5,06	76,53	136.266,52
ADMINISTRACAO	120.600,00	175.427,46	28.489,95	137.872,54	28.489,95	137.872,54	1,57	78,59	37.554,92
ADMINISTRACAO GERAL	117.000,00	167.319,83	27.049,37	131.206,33	27.049,37	131.206,33	1,50	78,42	36.113,50
Controle Interno	3.600,00	8.107,63	1.440,58	6.666,21	1.440,58	6.666,21	0,08	82,22	1.441,42
ASSISTENCIA SOCIAL	10.000,00	51.939,50	8.250,68	39.504,18	8.250,68	39.504,18	0,45	76,06	12.435,32
ASSISTENCIA COMUNITARIA	10.000,00	51.939,50	8.250,68	39.504,18	8.250,68	39.504,18	0,45	76,06	12.435,32
SAUDE	31.510,00	129.673,94	18.945,07	96.638,81	18.945,07	96.638,81	1,10	74,52	33.035,13
ADMINISTRACAO GERAL	20.000,00	99.010,59	14.971,95	76.772,54	14.971,95	76.772,54	0,87	77,54	22.238,05
ATENCAO BASICA	8.510,00	24.745,35	3.437,60	17.281,81	3.437,60	17.281,81	0,20	69,84	7.463,54
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
VIGILANCIA EM SAÚDE	800,00	3.718,00	535,52	2.584,46	535,52	2.584,46	0,03	69,51	1.133,54
EDUCACAO	129.200,00	209.844,50	33.224,28	158.997,48	33.224,28	158.997,48	1,81	75,77	50.847,02
ENSINO FUNDAMENTAL	109.100,00	172.623,32	26.339,64	130.816,66	26.339,64	130.816,66	1,49	75,78	41.806,66
ENSINO INFANTIL	20.100,00	37.221,18	6.884,64	28.180,82	6.884,64	28.180,82	0,32	75,71	9.040,36
AGRICULTURA	8.500,00	13.694,78	2.243,86	11.300,65	2.243,86	11.300,65	0,13	82,52	2.394,13
EXTENSAO RURAL	8.500,00	13.694,78	2.243,86	11.300,65	2.243,86	11.300,65	0,13	82,52	2.394,13
TOTAL (III) = (I + II)	10.699.174,32	12.668.971,32	2.102.975,66	10.174.887,09	1.946.766,08	8.776.173,21	100,00	69,27	3.892.798,11

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Set/2014	Out/2014		
RECEITAS CORRENTES (I)	32.575,83	32.716,45	1.412.326,90	1.044.720,40	917.213,89	1.292.032,01	1.104.960,65	1.013.270,45	982.503,36	1.034.977,34	912.813,91	1.276.597,10	11.056.708,29	11.957.800,00
RECEITA TRIBUTARIA	120,48	60,24	24.501,25	35.234,80	20.523,52	35.100,70	32.638,11	36.757,93	33.170,83	81.315,09	38.845,02	214.084,52	552.352,49	352.000,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190,69	17.699,93	2.196,77	1.026,86	21.114,25	15.000,00
I.R.R.F	0,00	0,00	6.977,63	17.860,77	6.893,60	8.920,52	9.308,71	17.369,07	8.620,76	8.848,37	8.566,11	8.321,80	101.687,34	59.000,00
I.S.S.	0,00	0,00	5.966,40	10.831,49	3.519,71	8.195,28	10.131,46	8.443,95	14.520,57	29.290,67	13.982,59	30.362,41	135.244,53	174.000,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	5.659,34	0,00	0,00	7.518,79	1.387,69	0,00	12.511,63	4.387,34	163.722,51	195.187,30	30.000,00
Outras Receitas Tributárias	120,48	60,24	11.557,22	883,20	10.110,21	17.984,90	5.679,15	9.557,22	9.838,81	12.964,49	9.712,21	10.650,94	99.119,07	74.000,00
RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	354.000,00

CONTRIBUIÇÕES														
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	13.731,88	14.747,27	14.789,93	16.106,43	17.528,90	16.515,97	18.587,93	16.649,20	16.481,24	17.064,12	162.202,87	165.000,00
RECEITA INDÚSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	381,60	127,20	0,00	508,80	389.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.455,35	32.656,21	1.365.572,16	988.772,75	859.517,06	925.872,08	1.044.899,48	951.631,79	923.189,46	928.484,43	851.667,53	1.039.219,29	9.943.937,59	10.680.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	0,00	0,00	566.595,31	605.040,91	358.907,29	409.632,24	545.885,33	409.378,77	351.604,57	427.139,72	374.423,69	353.868,93	4.402.476,76	4.700.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	- 45.296,19	- 47.750,97	286.400,47	192.215,62	216.584,54	275.177,91	227.862,43	209.202,82	306.791,76	259.269,56	270.132,21	267.351,16	2.417.941,32	2.450.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	6.233,57	15.752,98	14.910,74	20.699,46	22.378,45	15.362,62	13.720,94	7.925,95	10.339,62	7.208,46	134.532,79	80.000,00
Cota-Parte do ITR.	0,00	0,00	7.059,45	74,08	242,40	6.443,63	11.354,85	7.086,21	1.088,63	15.461,72	6.190,60	119.496,42	174.497,99	120.000,00
Outras Transferências Correntes	77.751,54	80.407,18	401.648,49	102.621,91	204.369,47	132.989,85	159.717,83	243.848,08	181.521,58	129.947,95	117.663,13	207.000,21	2.039.487,22	2.440.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	1.373,29	1.373,29	0,00	1.373,29	1.373,29	1.373,29	1.373,29	1.373,29	1.373,29	1.373,29	12.359,61	20.000,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	96.261,58	71.693,96	64.502,62	79.555,70	76.327,30	65.380,00	67.088,69	87.366,24	71.544,99	82.920,82	762.641,90	870.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	8.521,61	5.965,58	22.383,38	314.952,80	9.894,16	8.364,76	7.555,14	8.147,02	5.692,92	6.229,17	397.706,54	17.800,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	60.249,32	41.883,12	46.347,45	60.738,76	52.700,78	46.694,19	64.713,62	56.862,31	57.668,77	79.275,96	567.134,28	896.500,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	231.000,00
Contrib Prev em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	60.213,30	41.883,12	46.347,45	60.738,76	52.593,73	46.604,90	64.594,83	56.806,00	57.607,08	79.085,80	566.474,97	533.000,00
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	0,00	36,02	0,00	0,00	0,00	107,05	89,29	118,79	56,31	61,69	190,16	659,31	500,00
Outras Contribuições Econômicas - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
Tranferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	32.575,83	32.716,45	1.352.077,58	1.002.837,28	870.866,44	1.231.293,25	1.052.259,87	966.576,26	917.789,74	978.115,03	855.145,14	1.197.321,14	10.489.574,01	11.061.300,00
FONTE:														

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)			R$ 1,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.725,75	2.725,75	2.725,75
DEDUÇÕES (II)	2.402.904,10	2.919.976,57	2.790.033,29
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.443.342,04	3.004.400,92	2.954.148,87
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	40.437,94	84.424,35	164.115,58
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.400.178,35	-2.917.250,82	-2.787.307,54
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV – V)	-2.400.178,35	-2.917.250,82	-2.787.307,54
RESULTADO NOMINAL		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR		129.943,28	-387.129,19
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	—	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	12.108,98	12.108,98	12.108,98
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)	0,00	0,00	0,00
FONTE:			

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)				R$ 1,00
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	10.665.800,00	1.873.514,30	9.382.243,05	8.583.486,47
Receita Tributária	352.000,00	252.929,54	552.171,77	465.781,73

I.P.T.U.	15.000,00	3.223,63	21.114,25	12.314,67
I.S.S.	174.000,00	44.345,00	135.244,53	150.489,09
I.T.B.I.	30.000,00	168.109,85	195.187,30	194.926,54
I.R.R.F.	59.000,00	16.887,91	101.687,34	76.888,06
Outras Receitas Tributárias	74.000,00	20.363,15	98.938,35	31.163,37
Receita de Contribuição	700.000,00	0,00	0,00	103.652,05
Receitas Previdenciárias	303.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	397.000,00	0,00	0,00	103.652,05
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	165.000,00	33.545,36	162.202,87	75.490,50
(-) Aplicações Financeiras	165.000,00	33.545,36	162.202,87	75.490,50
Transferências Correntes	9.207.000,00	1.608.535,47	8.431.855,94	7.981.079,28
F.P.M.	3.760.000,00	582.634,15	3.521.981,64	3.220.594,51
I.C.M.S.	1.960.000,00	429.986,72	2.008.790,96	1.854.023,23
Convênios	643.000,00	46.188,47	382.807,29	346.413,52
Outras Transferências Correntes	2.844.000,00	549.726,13	2.518.276,05	2.560.048,02
Demais Receitas Correntes	406.800,00	12.049,29	398.215,34	32.973,41
Dívida Ativa	8.800,00	5.992,03	41.538,92	16.117,09
Diversas Receitas Correntes	398.000,00	6.057,26	356.676,42	16.856,32
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.427.874,32	0,00	279.971,50	460.167,75
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	100,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.427.774,32	0,00	279.971,50	460.167,75
Convênios	1.311.712,63	0,00	279.971,50	460.167,75
Outras Transferências de Capital	116.061,69	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.427.774,32	0,00	279.971,50	460.167,75
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	12.093.574,32	1.873.514,30	9.662.214,55	9.043.654,22

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.885.450,97	1.893.116,68	8.686.573,16	7.625.413,22
Pessoal e Encargos Sociais	6.480.680,48	1.002.366,77	4.846.724,91	4.218.909,22
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.201,00	0,00	0,00	335,82
Outras Despesas Correntes	5.403.569,49	890.749,91	3.839.848,25	3.406.168,18
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.884.249,97	1.893.116,68	8.686.573,16	7.625.077,40
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	728.520,35	53.649,40	89.600,05	588.875,09
Investimentos	722.349,03	53.649,40	89.600,05	563.543,42
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	6.171,32	0,00	0,00	25.331,67
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	722.349,03	53.649,40	89.600,05	563.543,42

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	55.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	12.661.599,00	1.946.766,08	8.776.173,21	8.188.620,82
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-568.024,68	-73.251,78	886.041,34	855.033,40
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.543.797,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.543.797,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00
FONTE:	

NOVA BRASILANDIA, 24/11/2014

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)											R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	15.106,32	37.440,60	37.440,50	-	15.106,42	151.688,35	671.939,79	221.811,10	221.811,10	-	601.817,04
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	15.106,32	37.440,60	37.440,50	0,00	15.106,42	151.688,35	671.939,79	221.811,10	221.811,10	0,00	601.817,04
GABINETE DO PREFEITO	0,00	3.784,30	3.784,20	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE INFLA-ESTRUTURAE SERV. URBANOS 0,00		2.552,54	2.552,54	0,00	0,00	0,00	450.038,69	210,00	210,00	0,00	449.828,69
SECRETARIA MUN. DE INFRA-ESTRUTURA SERV. URBANOS 0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	149.398,27	0,00	0,00	0,00	0,00	149.398,27
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	0,00	1.235,94	1.235,94	0,00	0,00	0,00	43.600,00	43.300,00	43.300,00	0,00	300,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO	16,00	0,00	0,00	0,00	16,00	425,33	0,00	0,00	0,00	0,00	425,33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	5.064,54	5.064,54	0,00	0,00	0,00	2.183,43	2.183,43	2.183,43	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	7.647,48	7.647,48	0,00	0,00	0,00	56.693,60	56.693,60	56.693,60	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, DESPOR8.013,19		0,00	0,00	0,00	8.013,19	242,75	0,00	0,00	0,00	0,00	242,75
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	5.188,99	10.767,92	10.767,92	0,00	5.188,99	1.622,00	114.352,00	114.352,00	114.352,00	0,00	1.622,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	1.083,15	0,00	0,00	0,00	1.083,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	804,99	0,00	0,00	0,00	804,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERV/AGRICOLA MEIO	AMBIENT	2.671,20	2.671,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	0,00										
SECRETARIO MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANCAS 0,00		3.716,68	3.716,68	0,00	0,00	0,00	5.072,07	5.072,07	5.072,07	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	15.106,32	37.440,60	37.440,50	0,00	15.106,42	151.688,35	671.939,79	221.811,10	221.811,10	0,00	601.817,04
FONTE:											

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)					R$ 1,00
RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	269.700,00	269.700,00	235.018,80	477.194,76	176,94
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	9.000,00	9.000,00	5.676,04	40.211,89	446,80
1.1.1- IPTU	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	100,93	186,73	18,67
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	5.000,00	5.000,00	3.776,35	26.610,83	532,22
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	3.000,00	3.000,00	1.798,76	13.414,33	447,14
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	30.800,00	30.800,00	168.109,85	200.051,00	649,52
1.2.1- ITBI	30.000,00	30.000,00	168.109,85	195.187,30	650,62
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	400,00	400,00	0,00	4.863,70	1.215,93
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	170.400,00	170.400,00	44.345,00	135.244,53	79,37
1.3.1- ISS	170.000,00	170.000,00	44.345,00	135.244,53	79,56
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	59.000,00	59.000,00	16.887,91	101.687,34	172,35
1.4.1- IRRF	59.000,00	59.000,00	16.887,91	101.687,34	172,35
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	_	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	7.370.000,00	7.370.000,00	1.418.520,63	7.260.185,05	98,51
2.1- Cota-Parte FPM	4.700.000,00	4.700.000,00	728.292,62	4.402.476,76	93,67
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.700.000,00	4.700.000,00	728.292,62	4.402.476,76	93,67
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	_	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.450.000,00	2.450.000,00	537.483,37	2.510.988,48	102,49
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	2.746,58	12.359,61	61,80
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	_	0,00	6.762,96	25.329,42	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	125.687,02	174.497,99	145,41
2.6- Cota-Parte IPVA	80.000,00	80.000,00	17.548,08	134.532,79	168,17
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	_	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	7.639.700,00	7.639.700,00	1.653.539,43	7.737.379,81	101,28
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	_	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	784.346,10	784.346,10	46.188,47	382.807,29	48,81
6.1- Transferências de Convênios	784.346,10	784.346,10	46.188,47	382.807,29	48,81
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	_	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	_	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-723.500,00	-723.500,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	60.846,10	60.846,10	46.188,47	382.807,29	629,14
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	533.000,00	533.000,00	136.692,88	566.474,97	106,28
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)		0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	490.000,00	490.000,00	107.496,65	502.197,52	102,49
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	549,30	2.471,85	82,40
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)		0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	24.000,00	24.000,00	25.137,38	34.899,51	145,41
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	16.000,00	16.000,00	3.509,55	26.906,09	168,16
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	870.000,00	870.000,00	154.465,81	762.641,90	87,66

11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	850.000,00	850.000,00	154.465,81	762.641,90	89,72
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	_	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	317.000,00	317.000,00	17.772,93	196.166,93	61,88
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	610.000,00	926.081,04	167.394,79	546.606,42	59,02
13.1- Com Educação Infantil	260.000,00	365.958,33	62.962,49	213.866,52	58,44
13.2- Com Ensino Fundamental	350.000,00	560.122,71	104.432,30	332.739,90	59,40
14- OUTRAS DESPESAS	645.000,00	859.400,00	121.944,70	449.061,32	52,25
14.1- Com Educação Infantil	17.400,00	17.400,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	627.600,00	842.000,00	121.944,70	449.061,32	53,33
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.255.000,00	1.785.481,04	289.339,49	995.667,74	55,76
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					995.667,74
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério[1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					71,67
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					58,88
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					-30,56
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 [2]					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	1.909.925,00	1.909.925,00	413.384,86	1.934.344,95	101,28
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	327.400,00	386.358,33	62.962,49	213.866,52	55,35
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.933.100,00	1.835.814,71	256.574,95	892.506,56	48,62
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	977.600,00	1.402.122,71	226.377,00	781.801,22	55,76
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	955.500,00	433.692,00	30.197,95	110.705,34	25,53
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.260.500,00	2.222.173,04	319.537,44	1.106.373,08	49,79
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					196.166,93
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					_
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					_
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					_
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					_
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					196.166,93
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					910.206,15
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					11,76
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	25.000,00	36.000,00	2.139,03	8.566,62	23,80
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	177.000,00	247.283,21	51.049,15	712.337,50	288,07
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	202.000,00	283.283,21	53.188,18	720.904,12	254,48
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.462.500,00	2.505.456,25	372.725,62	1.827.277,20	72,93
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO				SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE				0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino				0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB				0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS				VALOR	
				FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013				-2.658,48	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE				762.641,90	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE				0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício				0,00	0,00

49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	759.983,42	0,00

FONTE:

[1] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[2] Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

[3] Caput do art. 212 da CF/1988

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		Até o Bimestre LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	728.520,35	89.600,05	0,00	638.920,30
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	728.520,35	89.600,05	0,00	638.920,30
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-728.520,35	-89.600,05		-638.920,30

FONTE:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	100,00	0,00	100,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100,00	0,00	100,00
TOTAL	100,00	0,00	100,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) — R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	117.300,00	117.300,00	378.681,97	322,83
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	15.000,00	15.000,00	21.114,25	140,76
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	195.187,30	650,62
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	59.000,00	59.000,00	101.687,34	172,35
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.900,00	1.900,00	5.709,74	300,51
Dívida Ativa dos Impostos	8.100,00	8.100,00	41.538,92	512,83
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.300,00	3.300,00	13.444,42	407,41
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	7.370.000,00	7.370.000,00	7.260.185,05	98,51
Cota-Parte FPM	4.700.000,00	4.700.000,00	4.402.476,76	93,67
Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	174.497,99	145,41
Cota-Parte IPVA	80.000,00	80.000,00	134.532,79	168,17
Cota-Parte ICMS	2.450.000,00	2.450.000,00	2.510.988,48	102,49
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	25.329,42	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	20.000,00	20.000,00	12.359,61	61,80

Desoneração ICMS (LC 87/96)	20.000,00	20.000,00	12.359,61	61,80
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	7.487.300,00	7.487.300,00	7.638.867,02	102,02

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	10.711,53	
Provenientes da União	0,00	0,00	10.711,53	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	10.711,53	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	1.748.619,14	3.293.687,52	2.678.905,94	81,33	2.385.176,23	72,42
Pessoal e Encargos Sociais	758.460,00	1.715.684,37	1.209.881,43	70,52	1.209.881,43	70,52
Outras Despesas Correntes	990.159,14	1.578.003,15	1.469.024,51	93,09	1.175.294,80	74,48
DESPESAS DE CAPITAL	1.839.116,00	574.279,00	491.521,74	85,59	46.849,37	8,16
Investimentos	1.755.116,00	573.979,00	491.521,74	85,63	46.849,37	8,16

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.839.116,00	574.279,00	491.521,74	85,59	46.849,37	8,16
Amortização da Dívida	84.000,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.587.735,14	3.867.966,52	3.170.427,68	81,97	2.432.025,60	62,88

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.587.735,14	3.867.966,52	2.213.383,83	69,81	1.501.870,54	61,75
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.096.020,14	1.531.883,15	887.579,73	28,00	404.722,36	16,64
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	2.491.715,00	2.336.083,37	1.325.804,10	41,82	1.097.148,18	45,11
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	3.587.735,14	3.867.966,52	2.213.383,83	69,81	1.501.870,54	61,75
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	0,00	-0,00	957.043,85	12,15	930.155,06	1,13
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						12,18
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIi - (15 x IIIb)/100]6						-215.674,99

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	(l/Total l)*100%	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
ATENCAO BASICA	2.628.135,14	1.436.276,52	1.076.410,77	33,95	594.938,40	24,46
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	69.600,00	110.652,00	84.764,44	2,67	65.312,44	2,69
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	140.000,00	153.429,49	131.816,09	4,16	131.816,09	5,42
VIGILANCIA EM SAÚDE	20.000,00	81.155,14	62.110,53	1,96	60.725,53	2,50
Outras Subfunções	730.000,00	2.086.453,37	1.815.325,85	57,26	1.579.233,14	64,93
TOTAL	3.587.735,14	3.867.966,52	3.170.427,68	100,00	2.432.025,60	100,00

FONTE:

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

[2] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

[3] O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o

4Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100]

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

LRF, Art. 48 - Anexo 14		R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial	—	12.258.674,32
Previsão Atualizada	—	12.258.674,32
Receitas Realizadas	1.907.059,66	9.824.417,42
Déficit Orçamentário	—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—	1.543.797,00
DESPESAS		
Dotação Inicial	—	10.699.174,32
Créditos Adicionais	—	1.969.797,00
Dotação Atualizada	—	12.668.971,32
Despesas Empenhadas	2.102.975,66	10.174.887,09
Despesas Liquidadas	1.946.766,08	8.776.173,21
Superavit Orçamentário	—	1.048.244,21
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	2.102.975,66	10.174.887,09
Despesas Liquidadas	1.946.766,08	8.776.173,21
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		10.489.574,01
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)	0,00	0,00
Liquidadas	0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-387.129,19	0,00
Resultado Primário		0,00	886.041,34	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	823.628,14	0,00	221.811,10	601.817,04
EXECUTIVO	823.628,14	0,00	221.811,10	601.817,04
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	52.546,92	0,00	37.440,50	15.106,42
EXECUTIVO	52.546,92	0,00	37.440,50	15.106,42
TOTAL:	876.175,06	0,00	259.251,60	616.923,46
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais: % Mínimo a Aplicar no Exercício	Limites Constitucionais Anuais: % Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		910.206,15	25%	11,76
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		546.606,42	60%	71,67
Liquidadas		546.606,42		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			89.600,05	638.920,30
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	100,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual: % Mínimo a Aplicar no Exercício	Limite Constitucional Anual: % Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		930.155,06	15,00	12,18
Liquidadas		930.155,06		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP				Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)				0,00
FONTE:				
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:				
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;				
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.				

Publicado por:
Julio Cesar Bonfim Lopes
Código Identificador:4129BAFE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL N.º 026- 2014 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS DO PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº. 026 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILEDI ARAUJO COELHO PHILIPPI, Prefeita Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

A Srª. **MARILEDI ARAUJO COELHO PHILIPPI**, Prefeita Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo para Auxiliar de Serviços Gerais, Agente de Vigilância, motorista, Operador de máquinas Pesadas e Coveiro, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situado à Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, no prazo de 30 (Trinta) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga.

CANDIDATO CONVOCADO NO PROCESSO SELETIVO.

CARGO: MOTORISTA

Nº INSCRIÇÃO	NOME	IDENTIDADE	CARGO	LOCALIDADE DE CONCORRENCIA A VAGA	PROVA ESCRITA	PROVA PRÁTICA	MÉDIA	RESULTADO
194	SILVANA DA SILVA	1733229-0	MOTORISTA	SEDE	5,0	7,0	6,0	CLASSIFICADO

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT
AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:9F434FED

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 646 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

SUMULA: DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO E ALTERAÇÃO DE PROJETO/ATIVIDADE NA LEI MUNICIPAL Nº 622/2013 - PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017.

ANTÔNIO XAVIER DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a alterar ação já existente (Projeto/Atividade) no Plano Plurianual para o ano 2015, constituído pelo anexo da Lei nº 622/2013 - Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017.

Órgão: 03- Secretaria Municipal de Administração
Unidade: 001- Gabinete do Secretário
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa : 0007 – Administração

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 1.020 – Realização de Concurso Público/Teste Seletivo	SMA	P	01	UN	2015	10.000,00
Função: 04 – Sub-função: 122						

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer
Unidade: 002 – Departamento de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa : 0042 – Ensino Fundamental

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 1.081 – Aquisição de Veículos	Dep. Educ.	P	01	UN	2015	5.000,00
Função: 12 – Sub-função: 361						

Subfunção: 365 – Educação Infantil
Programa : 0041 – Educação da Criança de 0 a 6 anos

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.039 – Manutenção do PNATE – Infantil	Dep. Educ.	A	01	UN	2015	5.000,00
Função: 12 – Sub-função: 365						

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Ação Social
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 241 – Assistência ao Idoso
Programa : 0081 – Assistência

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.067 – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	F.M.A.S.	A	01	UN	2015	108.000,00
Função: 08 – Sub-função: 241						

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa : 0081 – Assistência

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.070 – Manutenção do Programa IGD – Bolsa Família-IGDBF	F.M.A.S.	A	01	UN	2015	25.800,00
Função: 08 – Sub-função: 244						

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.072 – Manutenção do PAEFI/CREAS (PFMC)	F.M.A.S.	A	01	UN	2015	92.700,00
Função: 08 – Sub-função: 244						
Total das Alterações.....R$ 246.500,00						

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a incluir nova ação (Projeto/Atividade) no Plano Plurianual para o ano 2015, constituído pelo anexo da Lei nº 622/2013 - Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017.

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer
Unidade: 002 – Departamento de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa : 0042 – Ensino Fundamental

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.097 – Manutenção do PNATE – Ensino Fundamental	Dep. Educ.	A	01	UN	2015	5.000,00
Função: 12 – Sub-função: 361						

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.098 – Manutenção do Transporte Escolar – Estado	Dep. Educ.	A	01	UN	2015	315.000,00
Função: 12 – Sub-função: 361						

Subfunção: 362 – Ensino Médio
Programa : 0041 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.096 – Manutenção do PNATE – Ensino Médio	Dep. Educ.	A	01	UN	2015	5.000,00
Função: 12 – Sub-função: 362						

Subfunção: 364 – Ensino Superior
Programa : 0044 – Ensino Superior

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.105 – Manutenção do Ensino Superior	Dep. Educ.	A	01	UN	2015	20.000,00
Função: 12 – Sub-função: 364						

Órgão: 08- Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa : 0020 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 1.196 – Construção e Equipamentos da Academia de Saúde	S.M.S.	P	01	UN	2015	80.000,00
Função: 10 – Sub-função: 301						

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.100 – Manutenção com o PAB Fixo	S.M.S.	A	01	UN	2015	157.684,80
Função: 10 – Sub-função: 301						

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.101 – Manutenção do PMAQ	S.M.S.	A	01	UN	2015	52.800,00
Função: 10 – Sub-função: 301						

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.102 – Manutenção do Programa Semana Saúde na Escola	S.M.S.	A	01	UN	2015	594,15
Função: 10 – Sub-função: 301						

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.103 – Manutenção do Programa Saúde na Escola - PSE	S.M.S.	A	01	UN	2015	800,00
Função: 10 – Sub-função: 301						

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa : 0030 – Ampliação e Qualidade na Média e Alta Complexidade

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.104 – Mnutenção do Teto Municipal – MAC	S.M.S.	A	01	UN	2015	280.072,80
Função: 10 – Sub-função: 302						

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Ação Social
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa : 0081 – Assistência

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.099 – Manutenção do Piso Fixo de Média Complexidade – MSE	F.M.A.S.	A	01	UN	2015	26.400,00
Função: 08 – Sub-função: 244						

Órgão: 10- Secretaria Mun. de Turismo, Cult e Meio Ambiente
Unidade: 002 – Departamento de Cultura
Função: 13 – Cultura
Subfunção: 812 – Desporto Comunitário
Programa : 0048 – Cultura

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 1.197 – Construção do Centro de Eventos de Parque Público Temático	F.M.A.S.	P	01	UN	2015	140.396,78
Função: 13 – Sub-função: 812						
Total das Inclusões.....R$ 1.083.748,53						

Artigo 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, aos 10 dias do mês de Novembro 2014.

ANTÔNIO XAVIER DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderleia Rodrigues Alves
Código Identificador:A4DAEA7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 647 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO E ALTERAÇÃO DE PROJETOS/ATIVIDADES NOS ANEXOS DE METAS E PRIORIDADES DA LEI MUNICIPAL Nº 638/2014 -LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

ANTÔNIO XAVIER DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a alterar ação já existente (Projetos/Atividades) no anexo de Metas e Prioridades da Lei nº 638/2014– Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2015.

Órgão: 03- Secretaria Municipal de Administração
Unidade: 001- Gabinete do Secretário
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa : 0007 – Administração

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 1.020–Realização de Concurso Público/Teste Seletivo	SMA	P	01	UN	2015	10.000,00
Função: 04 – Sub-função: 122						

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer
Unidade: 002 – Departamento de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa : 0042 – Ensino Fundamental

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 1.081–Aquisição de Veículos	Dep. Educ.	P	01	UN	2015	5.000,00
Função: 12 – Sub-função: 361						

Subfunção: 365 – Educação Infantil
Programa : 0041 – Educação da Criança de 0 a 6 anos

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.039–Manutenção do PNATE – Infantil	Dep. Educ.	A	01	UN	2015	5.000,00
Função: 12 – Sub-função: 365						

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Ação Social
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 241 – Assistência ao Idoso
Programa : 0081 – Assistência

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.067–Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	F.M.A.S.	A	01	UN	2015	108.000,00
Função: 08 – Sub-função: 241						

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa : 0081 – Assistência

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.070–Manutenção do Programa IGD – Bolsa Família-IGDBF	F.M.A.S.	A	01	UN	2015	25.800,00
Função: 08 – Sub-função: 244						

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.072–Manutenção do PAEFI/CREAS (PFMC)	F.M.A.S.	A	01	UN	2015	92.700,00
Função: 08 – Sub-função: 244						
Total das Alterações.....R$ 246.500,00						

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a incluir nova ação (Projeto/Atividade) no Plano Plurianual para o ano 2015, constituído pelo anexo da Lei nº 622/2013 - Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017.

Órgão: 07- Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer
Unidade: 002 – Departamento de Educação
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa : 0042 – Ensino Fundamental

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.097–Manutenção do PNATE – Ensino Fundamental	Dep. Educ.	A	01	UN	2015	5.000,00
Função: 12 – Sub-função: 361						

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.098–Manutenção do Transporte Escolar – Estado	Dep. Educ.	A	01	UN	2015	315.000,00
Função: 12 – Sub-função: 361						

Subfunção: 362 – Ensino Médio
Programa : 0041 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.096–Manutenção do PNATE – Ensino Médio	Dep. Educ.	A	01	UN	2015	5.000,00
Função: 12 – Sub-função: 362						

Subfunção: 364 – Ensino Superior
Programa : 0044 – Ensino Superior

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.105–Manutenção do Ensino Superior	Dep. Educ.	A	01	UN	2015	20.000,00
Função: 12 – Sub-função: 364						

Órgão: 08- Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa : 0020 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 1.196–Construção e Equipamentos da Academia de Saúde	S.M.S.	P	01	UN	2015	80.000,00
Função: 10 – Sub-função: 301						

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.100–Manutenção com o PAB Fixo	S.M.S.	A	01	UN	2015	157.684,80
Função: 10 – Sub-função: 301						

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.101–Manutenção do PMAQ	S.M.S.	A	01	UN	2015	52.800,00
Função: 10 – Sub-função: 301						

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.102–Manutenção do Programa Semana Saúde na Escola	S.M.S.	A	01	UN	2015	594,15
Função: 10 – Sub-função: 301						

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.103–Manutenção do Programa Saúde na Escola - PSE	S.M.S.	A	01	UN	2015	800,00
Função: 10 – Sub-função: 301						

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa : 0030 – Ampliação e Qualidade na Média e Alta Complexidade

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.104–Mnutenção do Teto Municipal – MAC	S.M.S.	A	01	UN	2015	280.072,80
Função: 10 – Sub-função: 302						

Órgão: 09- Secretaria Municipal de Ação Social
Unidade: 002 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa : 0081 – Assistência

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 2.099–Manutenção do Piso Fixo de Média Complexidade – MSE	F.M.A.S.	A	01	UN	2015	26.400,00
Função: 08 – Sub-função: 244						

Órgão: 10- Secretaria Mun. de Turismo, Cult e Meio Ambiente
Unidade: 002 – Departamento de Cultura
Função: 13 – Cultura
Subfunção: 812 – Desporto Comunitário
Programa : 0048 – Cultura

Ação/Função-Sub-função	Unid. Resp.	Tipo	Metas Físicas	Unid. Med.	Ano	Valor R$
Ação: 1.197–Construção do Centro de Eventos de Parque Público Temático	F.M.A.S.	P	01	UN	2015	140.396,78
Função: 13 – Sub-função: 812						
Total das Inclusões.....R$ 1.083.748,53						

Artigo 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, aos 10 dias do mês de Novembro 2014.

ANTÔNIO XAVIER DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderleia Rodrigues Alves
Código Identificador:C32FFF60

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DEPTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2014 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. **DATA:** 25/11/2014 **VIGÊNCIA:** 25/11/2015.
OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos para Estruturação do Entreposto Apícola no Município de Sinop/MT, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura através do Convênio n° 756750/2011 - SUDECO-, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**
EMPRESA DETENTORA:
· **ATA Nº. 245/2014 – ALESSANDRO DO NASCIMENTO - ME - CNPJ** 06.124.188/0001-66, **CUIABÁ/MT**

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	249	UNIDADE	BOMBONA COM TAMPA, ALTURA 390,0 MM, LARGURA LATERAL 328,0MM, FRONTAL 318,0MM DIÂMETRO INTERNO DO BOCAL 240MM, CAPACIDADE 30 LITROS NA COR BRANCA OU AZUL PARA ARMAZENAMENTO DE PRODUTO ALIMENTÍCIO.	NEWSUL	69,00	17.181,00
2	1	UNIDADE	COLORÍMETRO FOTOELÉTRICO DIGITAL MICROPROCESSADO.	BIOSPECTRO	3.490,00	3.490,00
3	3	UNIDADE	FREEZER HORIZONTAL 526 LITROS.	CONSUL	2.935,00	8.805,00
4	1	UNIDADE	MÁQUINA DE SOLDA POR RADIO FREQÜÊNCIA PARA SOLDAR PVC, 1KVA 220V SEMI AUTOMÁTICA EM INOX MODELO AISI 304 COM GABINETE MEDINDO 49CM DE LARGURA 45CM DE FUNDO 1,20M DE ALTURA CABEÇOTE: 45CM X 42CM E MESA DE OPERAÇÃO 40X30CM PRODUÇÃO MÉDIA 130KG POR DIA LARGURA MÁXIMA DE SACHE 4CM.	APIX	43.460,00	43.460,00
5	1	UNIDADE	MESAS CALHA COM CARRETEL EM AÇO INOX 4,0 X 0,20.	APIX	6.580,00	6.580,00
6	40	METRO QUADRADO	MOLDURAS DE PLÁSTICO/CHÃO DO DEPOSITO (DE ENCAIXE, MODULAR).	LAR	110,00	4.400,00
7	1	UNIDADE	PHMETRO PORTÁTIL DIGITAL, COMPENSAÇÃO AUTOMÁTICA.	KASVI	280,00	280,00
8	1	UNIDADE	REFRATÔMETRO DE ABBE ESCALA DE REFRAÇÃO.	DIAGNÓSTICA	2.000,00	2.000,00
9	1	UNIDADE	SELADORA A VÁCUO PARA 5 QUILOS, MODELO DE CÂMARA.	R. BAIÃO	6.200,00	6.200,00
10	1	UNIDADE	CARRINHO DE PLATAFORMA CAPACIDADE 300 KG/BASE DE MADEIRITE.	CARRINHOSNET	554,00	554,00
11	1	UNIDADE	ESTUFA DE SECAGEM E ESTERILIZAÇAO INDICADO PARA SECAGEM/CAPACIDADE 10 LITROS.	STERILIFER	1.740,00	1.740,00
12	1	UNIDADE	PALETIZADORA HIDRÁULICA MANUAL COM CAPACIDADE DE 2.500 KG COM RODAS DUPLAS DE NYLON.	LEMAQUI	2.240,00	2.240,00
13	74	UNIDADE	BOMBONA COM TAMPA DENSIDADE 588,0MM, ALTURA 223,0 CAPACIDADE REAL DE MEDIDA 217,7 L NA COR BRANCA OU AZUL PARA ARMAZENAMENTO DE PRODUTO ALIMENTÍCIO.	NEWSUL	209,00	15.466,00
VALOR TOTAL						**R$ 112.396,00**

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:2EC883CC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 244/2014

DATA: 19 de novembro de 2014

SUMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 420.966,87 (quatrocentos e vinte mil, novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos), e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 1848/2013 e a Lei nº 1925/2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 446.574,98 (quatrocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e setenta e quatro reais e noventa e oito centavos) para atender a seguinte dotação:

15 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP (SAAES)
15.010.0.0 SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP (SAAES)
15.010.0.0.17.512.0049.1074 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO SANITARIO
4.4.90.00.00.00-0324000055 Aplicações Diretas R$ 420.966,87
(quatrocentos e vinte mil, novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos)
TOTAL R$ 420.966,87

Art. 2º. Servirão de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o presente, conforme os artigos 14 e 15 da Lei nº 1848/2013, os recursos no montante de R$ 420.966,87 (quatrocentos e vinte mil, novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos) provenientes de Superávit Financeiro de Recursos do Convênio nº 0257/2010 – Governo do Estado de Mato Grosso, apurado conforme Planilha elaborada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sinop – SAAES, conforme Anexo I parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO
Em,

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

TEODORO MOREIRA LOPES
Diretor Presidente do SAAES

ANEXO I

DEMOSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS EM CONTA SALDO 2013 PARA SUPLEMENTAÇÃO 2014							
RECURSOS / CONTA	RESTOS LIQUIDADOS (A)	RESTOS A LIQUIDAR (B)	TOTAL RP EXERC. 2013 C= (A+B)	RECURSOS EM CONTA – BDT 31/12/2013 (D)	TOTAL A SER SUPLEMENTADO/ SUPERÁVIT FINANCEIRO (E)= (D-C)	DOTAÇÃO ORÇA. A SER SUPLEM. / FONTE	VALOR R$
CONV. N° 257/2010 Governo Estado MT-Contrapartida BNDES	0,00	0,00	0,00	420.966,87	420.966,87	1074.4.4.90.51.00.00.03.24.000055	420.966,87
							420.966,87

Publicado por:
Francieli Sachini
Código Identificador:2D5C8C9E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 067/2014

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito

LUIZ CONJIU
Secretário de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento

DR. RODRIGO RIBAS COUTO
Assessor Jurídico Tributário

COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DE REVISÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL (Decreto nº 063/2014, de 24 de junho de 2014)

Dr. Rodrigo Ribas Couto – Presidente da Comissão
Valério Cordeiro Talaridi
Adriel Martini
Alekxandre Ricardo Candido de Farias
Elmúcio Jacinto Moreira
Odenir Luiz Zancanaro
Olendino A. Castelan
Alcione José Biasi

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE TAPURAH (Lei Complementar n. 067/2014)

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES..... Art. 1º a Art. 3º
LIVRO I
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS..... Art. 4º a Art. 7º
TÍTULO II
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS..... Art. 8º a Art. 9º
CAPÍTULO II
LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. Art. 10º a Art. 11º
TÍTULO III
DOS TRIBUTOS
CAPÍTULO I
DOS IMPOSTOS.... Art. 12º a Art. 13º
CAPÍTULO II
DAS TAXAS..... Art. 14º a Art. 17º
CAPÍTULO III
DAS CONTRIBUIÇÕES.. Art. 18º a Art. 19º
LIVRO SEGUNDO
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
TÍTULO I
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção I - Disposição Preliminar Art. 20º
Seção II - Leis, Tratados, Convenções Internacionais e Decretos..... Art. 21º a Art. 23º
Seção III - Normas Complementares.. Art. 24º
CAPÍTULO II
VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA..... Art. 25º a Art. 27º
CAPÍTULO III
APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA..... Art. 28º a Art. 29º
CAPÍTULO IV
INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA Art. 30º a Art. 35º
TÍTULO II
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS..... Art. 36º
CAPÍTULO II
FATO GERADOR.. Art. 37º a Art. 41º
CAPÍTULO III
SUJEITO ATIVO... Art. 42º a Art. 43º
CAPÍTULO IV
SUJEITO PASSIVO
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 44º a Art. 46º
Seção II – Solidariedade.... Art. 47º a Art. 48º
Seção III - Capacidade Tributária..... Art. 49º
Seção IV - Domicílio Tributário..... Art. 50º
CAPÍTULO V
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Seção I - Disposições Gerais.... Art. 51º
Seção II - Responsabilidade dos Sucessores..... Art. 52º a Art. 56º
Seção III - Responsabilidade de Terceiros..... Art. 57º a Art. 58º
Seção IV - Responsabilidade por Infrações..... Art. 59º a Art. 63º
TÍTULO III
CRÉDITO TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS.. Art. 64º a Art. 66º
CAPÍTULO II
CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I – Lançamento..... Art. 67º a Art. 71º
Seção II - Modalidades de Lançamento... Art. 72º a Art. 75º

CAPÍTULO III
SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I - Disposições Gerais.... Art. 76º
Seção II – Moratória Art. 77º a Art. 80º
CAPÍTULO IV
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I - Modalidades de Extinção.... Art. 81º
Seção II - Do Pagamento e Da Restituição..... Art. 82º a Art. 91º
Subseção I - Da Atualização Monetária... Art. 92º a Art. 96º
Subseção II - Dos Acréscimos Moratórios..... Art. 97º a Art. 100º
Seção III - Da Compensação. Art. 101º
Seção IV - Da Transação..... Art. 102º
Seção V - Da Remissão..... Art. 103º
Seção VI - Da Prescrição e Da Decadência..... Art. 104º a Art. 105º
Seção VII - Da Dação em Pagamento.. Art. 106º a Art. 108º
CAPÍTULO V
EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I - Disposições Gerais.. Art. 109º
Seção II – Isenção..... Art. 110º a Art. 115º
Seção III – Anistia..... Art. 116º a Art. 118º
CAPÍTULO VI
GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 119º a Art. 122º
Seção II – Preferências... Art. 123º a Art. 131º
TÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DO CADASTRO
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 132º a Art. 133º
Seção II - Do Cadastro Imobiliário..... Art. 134º a Art. 144º
Subseção I - Das infrações ao Cadastro Imobiliário... Art. 145º a Art. 146º
Seção III - Do Cadastro Mobiliário..... Art. 147º a Art. 153º
Seção III - Das Infrações e Penalidades..... Art. 154º a Art. 157º
CAPÍTULO II
FISCALIZAÇÃO
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 158º a Art. 167º
Seção II - Da Notificação do Lançamento..... Art. 168º a Art. 169º
Seção III - Das Apreensões..... Art. 170º a Art. 177º
CAPÍTULO III
DAS INTIMAÇÕES..... Art. 178º a Art. 179º
CAPÍTULO IV
DA CONSULTA Art. 180º a Art. 181º
CAPÍTULO V
DÍVIDA ATIVA Art. 182º a Art. 188º
CAPÍTULO VI
CERTIDÕES NEGATIVAS.... Art. 189º a Art. 200º
CAPÍTULO VII
DO PARCELAMENTO
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 201º a Art. 202º
Seção II - Parcelamento antes da Inscrição em Dívida Ativa..... Art. 203º
Seção II - Parcelamento após a Inscrição em Dívida Ativa por ato do Executivo..... Art. 204º
Seção III - Parcelamento após a Inscrição em Dívida Ativa por Lei Art. 205º a Art. 208º
CAPITULO VIII
DA RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. Art. 209º a Art. 216º
TÍTULO V
INFRAÇÕES E PENALIDADES
CAPÍTULO I
INFRAÇÕES... Art. 217º
CAPÍTULO II
PENALIDADES
Seção I - Das Disposições Gerais..... Art. 218º a Art. 221º
Subseção I - Das Multas. Art. 222º a Art. 223º
Subseção II - Da Proibição de Transacionar com o Município..... Art. 224º
Subseção III - Da Suspensão ou Cancelamento de Benefícios..... Art. 225º
Subseção IV - Da Cassação de Licença..... Art. 226º
CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO FISCAL PARA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES
Seção I - Da Constituição de Créditos Tributários..... Art. 227º a Art. 233º
Seção II - Da Representação..... Art. 234º a Art. 235º
TÍTULO VI
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS..... Art. 236º a Art. 244º
CAPÍTULO II

DAS AUTORIDADES PROCESSUAIS
Seção I - Do Órgão Preparador..... Art. 245º
Seção II - Da Unidade de Julgamento Singular..... Art. 246º
Seção III - Do Conselho Municipal de Contribuintes Art. 247º a Art. 255º
Seção IV - Da Representação da Fazenda Municipal Art. 256º a Art. 258º
CAPÍTULO III
DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA..... Art. 259º a Art. 262º
CAPÍTULO IV
DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA
Seção I - Dos Recursos..... Art. 263º
Subseção I - Do Recurso Ordinário..... Art. 264º a Art. 268º
Subseção II - Do Pedido de Esclarecimento Art. 269º
Subseção III - Do Pedido de Reconsideração..... Art. 270º
CAPÍTULO V
DAS DILIGÊNCIAS E PERÍCIAS... Art. 271º a Art. 272º
CAPÍTULO VI
DA EFICÁCIA DAS DECISÕES..... Art. 273º a Art. 274º
LIVRO TERCEIRO
DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS
TÍTULO I
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 275º a Art. 276º
CAPÍTULO II
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR..... Art. 277º a Art. 283º
CAPÍTULO III
DO SUJEITO PASSIVO..... Art. 284º
CAPÍTULO IV
DAS ISENÇÕES Art. 285º a Art. 290º
CAPÍTULO V
BASE DE CÁLCULO
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 291º a Art. 292º
Seção II - Da Planta Genérica de Valores..... Art. 293º a Art. 299º
CAPÍTULO VI
DAS ALÍQUOTAS..... Art. 300º a Art. 305º
CAPÍTULO VII
DO LANÇAMENTO
Seção I - Das Disposições Gerais..... Art. 306º
Seção II - Da Notificação do Lançamento.. Art. 307º
Seção III - Da Revisão do Lançamento..... Art. 308º
CAPÍTULO VIII
DO PAGAMENTO E DA MORA..... Art. 309º a Art. 310º
CAPÍTULO IX
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES.... Art. 311º
CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS..... Art. 312º
TÍTULO II
DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS, A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO A CESSÃO DE DIREITOS À SUA AQUISIÇÃO.
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS..... Art. 313º
CAPÍTULO II
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR..... Art. 314º a Art. 317º
CAPÍTULO III
DA IMUNIDADE E DA NÃO INCIDÊNCIA
Seção I - Da Imunidade..... Art. 318º
Seção II - Da Não-Incidência Art. 319º
CAPÍTULO IV
DAS ISENÇÕES Art. 320º a Art. 321º
CAPÍTULO V
DO RECONHECIMENTO DAS EXONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS.... Art. 322º a Art. 323º
CAPÍTULO VI
DA BASE DE CÁLCULO
Seção I – Disposições Gerais..... Art. 324º a Art. 326º
Seção II – Do Arbitramento
Subseção I – Disposições Gerais..... Art. 327º a Art. 328º
Subseção II – Imóveis Urbanos..... Art. 329º
Subseção III – Imóveis Rurais..... Art. 330º
CAPÍTULO VII
DAS ALÍQUOTAS.... Art. 331º
CAPÍTULO VIII
DO SUJEITO PASSIVO E DO RESPONSÁVEL.. Art. 332º a Art. 334º
CAPÍTULO IX

DO PAGAMENTO
Seção I - Disposições Gerais.. Art. 335º
Seção II - Do Prazo do Pagamento... Art. 336º
Seção III - Da Obrigação Acessória.. Art. 337º
Seção IV - Da Restituição..... Art. 338º
CAPÍTULO X
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES.... Art. 339º
CAPÍTULO XI
DAS OBRIGAÇÕES DE TERCEIROS..... Art. 340º a Art. 342º
CAPÍTULO XII
DISPOSIÇÕES FINAIS
Seção I – Da Fiscalização..... Art. 343º
Seção II – Da impugnação..... Art. 344º
TÍTULO III
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS..... Art. 345º
CAPÍTULO II
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA..... Art. 346º a Art. 347º
CAPÍTULO III
DAS ISENÇÕES Art. 348º a Art. 349º
CAPÍTULO IV
DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. Art. 350º a Art. 352º
CAPÍTULO V
DA BASE DE CÁLCULO
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 353º a Art. 361º
Seção II - Da Estimativa. Art. 362º a Art. 364º
Seção III - Do Arbitramento..... Art. 365º a Art. 369º
CAPÍTULO VI
AS ALÍQUOTAS
Seção I - Na Tributação Variável..... Art. 370º a Art. 371º
Seção II - Na Tributação Fixa.... Art. 372º a Art. 373º
CAPÍTULO VII
DO SUJEITO PASSIVO..... Art. 374º
CAPÍTULO VIII
DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA Art. 375º a Art. 386º
CAPÍTULO IX
DO LANÇAMENTO
Seção I - Do Lançamento do ISSQN na Tributação Fixa..... Art. 387º a Art. 388º
Seção II - Da Notificação do Lançamento na Tributação Fixa..... Art. 389º
Seção III - Da Revisão do Lançamento na Tributação Fixa..... Art. 390º
Seção IV - Do Lançamento do ISSQN na Tributação Variável..... Art. 391º a Art. 392º
CAPÍTULO X
DO PAGAMENTO..... Art. 393º a Art. 394º
CAPÍTULO XI
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 395º a Art. 398º
Seção II - Dos Livros e Documentos Fiscais... Art. 399º a Art. 413º
CAPÍTULO XII
DO ADICIONAL DO ISS (ADISS)
Seção I - Do Fato Gerador e da Incidência. Art. 414º
Seção II - Da Alíquota.... Art. 415º a Art. 416º
CAPÍTULO XIII
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 417º a Art. 423º
Seção II - Das Infrações à Obrigação Tributária Principal.... Art. 424º a Art. 429º
Seção III - Das Infrações às Obrigações Tributárias Acessórias
Subseção I - Das Infrações Relativas à Emissão de Documentos Fiscais... Art. 430º a Art. 432º
Subseção II - Das Infrações Relativas ao Uso de Equipamentos de
Processamento de Dados para Fins Fiscais..... Art. 433º a Art. 434º
Subseção III - Das Infrações Relativas aos Livros e Documentos Fiscais.. Art. 435º a Art. 437º
Subseção IV - Das Infrações Relativas ao Cadastro, Informações e
Declarações de Natureza Cadastral, Econômica ou Fiscal Art. 438º a Art. 439º
TÍTULO IV
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 440º a Art. 441º
CAPÍTULO II
DA INCIDÊNCIA, DA NÃO INCIDÊNCIA E DAS ISENÇÕES..... Art. 442º a Art. 443º
CAPÍTULO III
DO SUJEITO PASSIVO..... Art. 444º
CAPÍTULO IV
DA BASE DE CÁLCULO..... Art. 445º a Art. 448º
CAPÍTULO V

DA DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA.... Art. 449º
CAPÍTULO VI
DA COBRANÇA..... Art. 450º a Art. 458º
CAPÍTULO VII
DO PAGAMENTO.... Art. 459º
CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS..... Art. 460º
TÍTULO V
DAS TAXAS
CAPÍTULO I
DA INCIDÊNCIA, DA SUJEIÇÃO PASSIVA E DAS ISENÇÕES..... Art. 461º a Art. 464º
CAPÍTULO II
TAXA DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E LOCALIZAÇÃO..... Art. 466º a Art. 472º
CAPÍTULO III
TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO..... Art. 473º a Art. 476º
CAPÍTULO IV
TAXA DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO EM
HORÁRIO ESPECIAL. Art. 477º a Art. 488º
CAPÍTULO V
TAXA DE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE EVENTUAL,
TEMPORÁRIA OU AMBULANTE.. Art. 489º a Art. 495º
CAPITULO VI
TAXA DE LICENÇA DE VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 496º a Art. 500º
Seção II - Das Infrações. Art. 501º a Art. 505º
CAPÍTULO VII
TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 506º a Art. 512º
Seção II - Das Infrações..... Art. 513º
CAPÍTULO VII
TAXA DE LINCEÇA PARA USO DE ÁREAS
DO DOMÍNIO PÚBLICO..... Art. 514º a Art. 520º
CAPÍTULO VIII
TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES Art. 521º a Art. 528º
CAPÍTULO IX
TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE URBANIZAÇÃO EM
TERRENOS PARTICULARES..... Art. 529º a Art. 532º
CAPÍTULO X
TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA..... Art. 533º a Art. 541º

CAPÍTULO XI
TAXA DE LICENÇA AMBIENTAL
Seção I - Disposições Preliminares..... Art. 542º a Art. 544º
Seção II - Das Isenções.. Art. 545º a Art. 549º
Seção III - Da Base de Cálculo. Art. 550º a Art. 558º
CAPÍTULO XII
TAXA DE COLETA DE LIXO ORDINÁRIO..... Art. 559º a Art. 563º
CAPÍTULO XIII
TAXA DE ESGOTO SANITÁRIO.... Art. 564º a Art. 566º
CAPÍTULO XIV
TAXA DE APREENSÃO E DEPÓSITO DE BEM MÓVEL,
SEMOVENTE E MERCADORIAS... Art. 567º a Art. 572º
CAPÍTULO XV
TAXA DE EXPEDIENTE
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 573º a Art. 579º
Seção II - Das Infrações..... Art. 580º
LIVRO QUARTO
DOS PREÇOS PÚBLICOS
TÍTULO I
DOS PREÇOS PÚBLICOS E TARIFAS
CAPITULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS..... Art. 581º
CAPITULO II
DA FIXAÇÃO DOS PREÇOS Art. 582º a Art. 585º
CAPITULO III
DAS INFRAÇÕES.... Art. 586º
LIVRO QUINTO
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS..... Art. 587º a Art. 597º

LEI COMPLEMENTAR N° 067/2014 De 24 de novembro de 2.014.

INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E ESTABELECE NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO DE TAPURAH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a câmara municipal de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei complementar.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Esta Lei Complementar institui o Código Tributário Municipal com fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988 e no Código Tributário Nacional - Lei Federal nº 5.172 de 25 de outubro de 1966; nas Leis Complementares Federais instituidoras de normas gerais de direito tributário, desde que compatíveis com o Sistema Tributário Nacional, pelas Resoluções do Senado Federal, nas leis ordinárias federais, na Constituição Estadual e nas leis complementares e ordinárias estaduais, nos limites das respectivas competências, e na Lei Orgânica do Município, criando tributos e estabelecendo normas gerais de direito tributário aplicáveis ao Município.

Esta Lei vincula as pessoas físicas e jurídicas, fixando direitos e obrigações nas relações jurídicas fiscais, financeiras e tributárias, por meio do processo administrativo tributário com o Município de Tapurah-MT, as competências, os deveres e os poderes, bem como as imunidades e isenções.

A Administração Pública do Município de Tapurah - MT aperfeiçoará o controle do cumprimento das obrigações tributárias mediante a implantação de técnicas e metodologias de arrecadação, de fiscalização e de cobrança administrativa e judicial da dívida tributária, com implementação do Sistema de Gestão Tributária Municipal – SGTM, utilização de Planta Genérica de Valores, assim como, do Plano Diretor Municipal, e sem exclusão de nenhum outro que auxilie na programação e acompanhamento do exercício da capacidade tributária plena do Município.

A Administração Pública do Município de Tapurah - MT habilitará os educadores municipais para o melhor exercício das funções relevantes de educação e consciência fiscal e de atenção ao cidadão.

LIVRO I

SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

O sistema tributário municipal é regido pelo disposto neste Código, em leis complementares, em leis ordinárias, em decretos regulamentares e normas complementares, obedecidos os mandamentos citados no Art. 1º.

Tributo é toda prestação pecuniária, compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Os tributos integrantes do sistema tributário municipal são impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e contribuição social para o custeio do instituto de previdência e assistência social dos servidores públicos municipais.

TÍTULO II

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Mato Grosso e na Lei Orgânica do Município, e observado o disposto nesta Lei.

A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem ao Município.

A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral do Município.

Não constitui delegação de competência o cometimento, às pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

CAPÍTULO II

LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

cobrar tributos:

em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

antes de decorridos 90 (noventa) dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

utilizar tributo com efeito de confisco;

estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

instituir impostos sobre:

patrimônio ou serviços, dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União;

templos de qualquer culto;

patrimônio e serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

O disposto no inciso VI não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensam da prática de atos previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

As vedações do inciso VI, a, e do § 2º não se aplicam ao patrimônio e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativamente ao bem imóvel.

As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas previstas nos respectivos estatutos ou dos atos constitutivos.

Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições não previstos nesta Lei, só poderá ser concedido mediante lei específica municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
É vedado ao Município estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
A vedação do inciso III, c, não se aplica à fixação da base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano.
A vedação expressa no inciso VI, alínea c, no que tange exclusivamente às entidades de assistência social com sede no Município, abrange também o patrimônio e os serviços cujo resultado comprovadamente seja aplicado nas finalidades essenciais, desde que, cumulativamente, e enquanto atender aos seguintes requisitos:
àqueles previstos no Art. 11º;
esteja regularmente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social;
seja declarada de utilidade pública municipal;
excluem-se deste parágrafo, os hospitais.
O disposto na alínea c do inciso VI do Art. 10º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:
não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.
aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.
Parágrafo único. Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.
TÍTULO III
DOS TRIBUTOS
CAPÍTULO I
DOS IMPOSTOS
Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
Os impostos componentes do sistema tributário municipal são exclusivamente os que constam dos Títulos I a III do Livro Terceiro deste Código, com as competências e limitações neles previstas.
CAPÍTULO II
DAS TAXAS
As taxas são tributos que têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público, específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
Parágrafo único. As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos nem ser calculada em função do capital das empresas.
Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regule a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.
Os serviços públicos consideram-se:
utilizados pelo contribuinte:
efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título;
potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.
específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas;
divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos usuários.
Parágrafo único. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:
o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito da competência do Município aquelas previstas no Título V do Livro Terceiro deste Código.
CAPÍTULO III
DAS CONTRIBUIÇÕES
A competência municipal compreende as seguintes contribuições:
Contribuição de Melhoria;
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública;
Contribuição para o Custeio do Sistema de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais.
A Contribuição de Melhoria será regulada pelo disposto no Título IV do Livro Terceiro deste Código, e as contribuições previstas nos incisos II e III do Art. 18º obedecerão, quanto à sua instituição e cobrança pelo Município, legislação específica.

LIVRO SEGUNDO
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
TÍTULO I
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção I
Disposição Preliminar
A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares, aqui inclusas instruções normativas e portarias que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e as relações jurídicas a eles pertinentes.
Seção II
Leis, Tratados, Convenções Internacionais e Decretos
Somente a lei pode estabelecer:
a instituição de tributos, ou a sua extinção;
a majoração de tributos, ou sua redução;
a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo;
a fixação da alíquota do tributo e da sua base de cálculo;
a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;
as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.

Parágrafo único. Não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso II deste artigo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.
Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
O conteúdo e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas nesta Lei.
Seção III
Normas Complementares
São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos:
os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;
as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
os convênios que o Município celebrar com a União, os Estados, o Distrito Federal e outros Municípios.
Parágrafo único. A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
CAPÍTULO II
VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
A vigência, no espaço e no tempo, da legislação tributária rege-se pelas disposições legais aplicáveis às normas jurídicas em geral, ressalvado o previsto neste Capítulo.
A legislação tributária do Município vigora fora do seu território, no país, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participe, ou do que disponham as leis de normas gerais de direito tributário, expedidas pela União.
Salvo disposição em contrário, entram em vigor:
os atos administrativos a que se refere o inciso I do Art. 24º, na data da sua publicação;
as decisões a que se refere o inciso II do Art. 24º, quanto a seus efeitos normativos, 30 (trinta) dias após a data da sua publicação;
os convênios a que se refere o inciso IV do Art. 24º, na data neles prevista;
no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação, os dispositivos de lei referentes a impostos:
que os instituem ou majorem;
que definem novas hipóteses de incidência;
que extinguem ou reduzem isenções, salvo se a lei dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte, e observado o disposto no Art. 110º.
CAPÍTULO III
APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início e não esteja completa nos termos do Art. 39º.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:
em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;
tratando-se de ato não definitivamente julgado:
quando deixe de defini-lo como infração;
quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;
quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
CAPÍTULO IV
INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
A legislação tributária será interpretada conforme o disposto neste Capítulo.
Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente, para aplicar a legislação tributária, utilizará sucessivamente, na ordem indicada:
a analogia;
os princípios gerais de direito tributário;
os princípios gerais de direito público;
a equidade.
O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.
A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado ou pela Lei Orgânica do Município, para definir ou limitar competências tributárias.
Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:
suspensão ou exclusão do crédito tributário;
outorga de isenção;
dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
A lei tributária que define infrações, ou lhe comine penalidades, interpreta- se da maneira mais favorável ao acusado em caso de dúvida quanto:
à capitulação legal do fato;
à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;
à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;
à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.
TÍTULO II
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
A obrigação tributária é principal ou acessória.
A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
CAPÍTULO II

FATO GERADOR
Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador, e existentes os seus efeitos:

tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;
tratando-se da situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos estabelecidos em legislação específica.
Para os efeitos do inciso II do Art. 39º e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:
sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;
sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.
A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:
da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;
dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
CAPÍTULO III
SUJEITO ATIVO
Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.
Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, sub-roga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.
CAPÍTULO IV
SUJEITO PASSIVO
Seção I
Disposições Gerais
Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:
contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações, positivas ou negativas, que constituem o seu objeto.
Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
Seção II
Solidariedade
São solidariamente obrigadas:
as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;
as pessoas expressamente designadas por lei.
Parágrafo único. A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.
Salvo disposição de lei em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:
o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;
a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.
Seção III
Capacidade Tributária
A capacidade tributária passiva independe:
da capacidade civil das pessoas naturais;
de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;
de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
Seção IV
Domicílio Tributário
Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, ou na eleição inadequada, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:
quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;
quanto às pessoas jurídicas de direito privado, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;
quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.
Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do § 1º.
CAPÍTULO V
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Seção I
Disposições Gerais
Sem prejuízo do disposto neste Capítulo, a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
Seção II

Responsabilidade dos Sucessores

O disposto nesta Seção aplica-se por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos a obrigações tributárias surgidas até a referida data.

Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

São pessoalmente responsáveis:

o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até data da abertura da sucessão.

A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 06 (seis) meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

O disposto no caput deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial:

em processo de falência;

de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial.

Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo quando o adquirente for:

sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial, ou sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial;

parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial ou de qualquer de seus sócios;

identificado como agente do falido ou do devedor em recuperação judicial com o objetivo de fraudar a sucessão tributária.

Em processo da falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário.

Seção III

Responsabilidade de Terceiros

Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;

os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

as pessoas referidas no Art. 57º;

os mandatários, prepostos e empregados;

os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Seção IV

Responsabilidade por Infrações

Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

A responsabilidade é pessoal ao agente:

quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:

das pessoas referidas no Art. 57º, contra aquelas por quem respondem;

dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

O infrator que se negar a indicar o nome dos outros infratores relacionados com o ato irregular que tiver praticado, não identificados pelos agentes da fiscalização, ficará obrigado ao pagamento da multa a que estariam sujeitos esses infratores, cuja existência seja certa em virtude da natureza da operação, além daquela pela qual for responsável como decorrência da infração por ele cometida.

Aqueles que colaboram em atos visando a sonegação de tributos ficarão sujeitos a multa idêntica a de que for passível o contribuinte beneficiado pela sonegação.

A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

TÍTULO III

CRÉDITO TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.
As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou se extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.
CAPÍTULO II
CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I
Lançamento
Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.
O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.
O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:
impugnação do sujeito passivo;
recurso de ofício;
iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nas hipóteses previstas no Art. 74º.
A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.
Seção II
Modalidades de Lançamento
O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.
Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.
Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.
O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:
quando a lei assim o determine;
quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;
quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso II, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;
quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o Art. 75º;
quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;
quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;
quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.
Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.
O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento, sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.
O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.
Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando a extinção total ou parcial do crédito.
Os atos a que se refere o § 2º serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.
Se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de 05 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
CAPÍTULO III
SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I
Disposições Gerais

Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:
a moratória;
as reclamações e os recursos administrativos, nos termos regulados neste Código;
a concessão de medida liminar em mandado de segurança;
a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;
o parcelamento;
o depósito de seu montante integral.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.
Seção II
Moratória
A moratória somente pode ser concedida:
em caráter geral, por lei expressa;
em caráter individual, por despacho do Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, após a manifestação da Procuradoria-Geral do Município, quando devidamente autorizada por lei.
A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:
o prazo de duração do favor;
as condições da concessão do favor em caráter individual;
sendo o caso:
os tributos a que se aplica;
o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I;
as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.
Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
Parágrafo único. A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.
A concessão de moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:
com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;
sem imposição de penalidade, nos demais casos.
Parágrafo único. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito; no caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.
CAPÍTULO IV
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I
Modalidades de Extinção
Extinguem o crédito tributário:
o pagamento;
a compensação;
a transação;
a remissão;
a prescrição e a decadência;
o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto Art. 75º e seus §§ 1º e 4º;
a consignação em pagamento;
a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
a decisão judicial passada em julgado;
a conversão do depósito em renda;
a dação em pagamento de imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
Parágrafo único. A lei disporá quanto aos efeitos da extinção total ou parcial do crédito sobre a ulterior verificação da irregularidade da sua constituição, observado o disposto nos Art. 69º e Art. 74º.
Seção II
Do Pagamento e Da Restituição
A imposição de penalidade não elide o pagamento integral do crédito tributário.
O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:
quando parcial, das prestações em que se decomponha;
quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.
Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o pagamento é efetuado na repartição competente do domicílio do sujeito passivo.
Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre 30 (trinta) dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.
Parágrafo único. A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça.
O pagamento é efetuado em moeda corrente, cheque, ou transferência bancária, observado o disposto no regulamento.
O pagamento dos tributos deve ser feito nos estabelecimentos bancários conveniados, sendo lícito ao Poder Executivo contratar instituições financeiras para receberem tributos municipais.
Parágrafo Único. A extinção do crédito pago por intermédio de cheque ou transferência bancária dar-se-á após a confirmação da liberação dos respectivos valores.
O pagamento por transferência bancária somente será admitido mediante prévio requerimento pelo sujeito passivo da obrigação protocolado no Departamento de Tributação, Fiscalização e Cadastro e endereçado ao Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento para cada lançamento devido e ante a autorização expressa deste. Não efetuado o requerimento ou ante o indeferimento, o valor depositado será considerado doação ao ente municipal.
Os créditos tributários do Município, quando vencidos em dias não úteis, ficam automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.
Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará preferencialmente a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras, na ordem em que enumeradas:
em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária;

primeiramente, às contribuições de melhoria, depois às taxas e por fim aos impostos;
na ordem crescente dos prazos de prescrição;
na ordem decrescente dos montantes.
A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:
de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;
de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;
de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de igual tributo sobre o mesmo fato gerador.
A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe pagar.
Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação no todo ou em parte, cobra-se o crédito atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Subseção I
Da Atualização Monetária
Os créditos da Fazenda Municipal, tributários ou não, quando não pagos no vencimento, terão o seu valor atualizado na menor periodicidade adotada em lei, pela variação do INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.
No caso de créditos fiscais apurados posteriormente à época em que isso deveria ter sido feito, por culpa do contribuinte, ainda que essa apuração se deva à iniciativa do mesmo, será feita a atualização dos ditos créditos, levando-se em conta, para tanto, a data em que os mesmos deveriam ter sido pagos, se feita sua apuração na época própria.
Parágrafo Único. Os créditos tributários decorrentes de lançamento de ofício ou denunciados espontaneamente e depois de consolidados poderão ser objeto de parcelamento na forma disciplinada nesta Lei ou em lei específica.
Os acréscimos moratórios e as multas proporcionais, previstos em lei, serão calculados em função do tributo atualizado monetariamente.
Parágrafo único. As multas devidas, não proporcionais, ou aquelas decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, serão atualizadas a partir do vencimento do prazo estabelecido para o seu pagamento.
A atualização monetária incidirá sobre o tributo considerado devido em função de decisão proferida em processo de consulta, de pedido de reconhecimento de não incidência, imunidade ou isenção, inclusive no período entre o vencimento original da obrigação e a data do pagamento, salvo se o contribuinte tiver feito o depósito previsto no Art. 421º.§ 1º.
Excetuadas as hipóteses expressamente previstas em lei, não poderá ser dispensada a aplicação da atualização monetária.

Subseção II
Dos Acréscimos Moratórios
Os Créditos tributários, quando não pagos nos prazos previstos em lei, regulamento ou ato normativo, além da atualização monetária prevista nesta Lei Complementar e dos juros de mora fixados no §1º deste artigo, ficarão acrescidos de multa de mora da seguinte forma:
até 30 (trinta) dias de atraso: 5% (cinco por cento);
até 60 (sessenta) dias: 10% (dez por cento);
até 90 (noventa) dias: 15% (quinze por cento);
mais de 90 dias: 20% (vinte por cento).
Os créditos não pagos no prazo fixado, além da multa moratória prevista no caput, sofrerão incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária, contados da data do inadimplemento e calculados até a data do pagamento, considerando-se:
mês, o período iniciado no dia 1º e findo no respectivo dia útil;
fração, qualquer período de tempo inferior a um mês, ainda que igual a um dia.
A mora prevista no caput incidirá a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do vencimento do débito.
A incidência da multa fiscal exclui a incidência da multa moratória prevista no caput deste artigo.
Os acréscimos previstos neste artigo serão aplicados aos créditos tributários pretéritos não definitivamente julgados, entendendo-se como tal os decorrentes de obrigações tributárias impugnadas administrativamente e também aqueles que fundamentam certidões de Dívida Ativa passíveis de reforma, ainda se ocorrido o disposto no art. 8º da Lei Federal n.º 6.830, de 22 de setembro de 1980.
As multas fiscais proporcionais e os acréscimos moratórios previstos na legislação municipal serão aplicados sobre o valor corrigido do tributo.
A consulta sobre matéria tributária, quando protocolada de acordo com as normas regulamentares, suspende o curso da mora.
Parágrafo Único. Recomeçará o curso da mora tão logo termine o prazo fixado ao contribuinte para cumprir a solução dada à consulta, prazo esse que não poderá ser inferior a 10 (dez) dias.
Não afasta a incidência dos acréscimos moratórios a apresentação de:
consulta ou pedido de reconhecimento de isenção, imunidade ou não incidência apresentados fora do prazo legal para pagamento do tributo, em relação às obrigações já vencidas, se for o caso;
impugnação ou recurso em processo fiscal, salvo o disposto no §1º.
Não incidirão acréscimos moratórios sobre os créditos tributários relativos ao ITBI, ao IPTU, à Taxa de Coleta de Lixo Ordinário e à Taxa de Serviços Urbanos que tenham sido objeto de impugnação ou recurso cuja decisão importe em retificação do lançamento, desde que pagos até o dia do vencimento estabelecido na nova guia de cobrança.
Não sendo pagos até o dia previsto no §1º, os acréscimos moratórios passarão a incidir a partir daquela data.
Nos casos em que a cobrança tenha sido desdobrada, de modo a permitir o pagamento da parte não impugnada, sobre esta incidirão os acréscimos moratórios.
Na hipótese do §3º, em relação à parte impugnada, havendo indeferimento, incidirão acréscimos moratórios, na forma prevista nesta Lei Complementar, considerando-se o vencimento consignado na guia de cobrança resultante do desdobramento.
A observância de decisão de autoridade competente exclui a incidência da mora e de outros acréscimos.
Parágrafo Único. Não se aplica o disposto neste artigo:
caso o sujeito passivo não pague o tributo no prazo ou não atenda às demais obrigações, após ser cientificado de que a autoridade modificou sua decisão;
se houver a superveniência de legislação contrária à decisão da autoridade.

Seção III
Da Compensação
É facultado ao Poder Executivo, mediante as condições e garantias conforme lei regulamentar que estipular, efetuar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos e vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.

Se vincendo o crédito do sujeito passivo, o montante a compensar corresponderá ao valor do crédito reduzido de 1% (um por cento) ao mês, a título de juros, pelo tempo a decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.
Se o valor relativo ao crédito do sujeito passivo for inferior ao seu débito, o saldo apurado poderá ser objeto de parcelamento, obedecidas as normas vigentes.
Em sendo o crédito do contribuinte superior ao débito, a diferença em seu favor será paga de acordo com as normas de administração financeira vigente.
É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
Seção IV
Da Transação
A lei pode facultar, nas condições que estabeleça, aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária celebrar transação que, mediante concessões mútuas, importe em resolução de litígio e consequente extinção de crédito tributário.
Parágrafo único. A lei indicará a autoridade competente para autorizar a transação em cada caso.
Seção V
Da Remissão
Lei específica municipal poderá autorizar o Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial de crédito, atendendo:
à situação econômica do sujeito passivo;
ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;
a considerações de equidade, em relação às características pessoais ou materiais do caso;
a condições peculiares a determinada região do Município.
Fica autorizada a remissão de crédito cujo montante seja inferior ao valor de R$ 15,00 (quinze reais), por despacho do Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, atendidos os requisitos estabelecidos em Regulamento.
O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no Art. 80º.
Seção VI
Da Prescrição e Da Decadência
A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.
Parágrafo único. A prescrição se interrompe:
pelo despacho do Juiz que ordenar a citação em execução fiscal;
pelo protesto judicial;
por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.
O direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 05 (cinco) anos, contados:
do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.
Seção VII
Da Dação em Pagamento
É facultado ao Poder Executivo receber bens em pagamento de tributos municipais, cujos débitos, apurados ou confessados, se referirem, exclusivamente, a períodos anteriores ao pedido.
A lei regulará a forma e as condições da extinção do crédito tributário pela dação em pagamento de imóveis.
Se o valor do bem oferecido pelo contribuinte for superior ao do débito, a diferença poderá se levada a seu crédito para utilização no pagamento do tributo que lhe deu origem.
Os bens imóveis somente poderão ser objeto de negociação quando situados no Município de Tapurah e desde que o valor venal lançado no exercício seja pelo menos igual ao do crédito a extinguir no momento em que se efetivar a transação.
Se o valor dos bens oferecidos em pagamento for inferior ao crédito do Município, caberá ao devedor completar o pagamento em dinheiro, de uma só vez ou parceladamente, conforme dispuser o Regulamento ou ato normativo expedido pelo titular do órgão fazendário.
Em nenhuma hipótese será admitida transação cujo imóvel alcance valor superior ao dobro do débito.
A aceitação de bens imóveis fica condicionada, tendo em vista a destinação a lhes ser dada, à necessidade e à conveniência de sua utilização pelo Município.
Os imóveis recebidos em pagamento de créditos tributários serão incorporados ao patrimônio do Município, na forma que for estabelecida pelo Poder Executivo.
CAPÍTULO V
EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I
Disposições Gerais
Excluem o crédito tributário:
a isenção;
a anistia.
Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.
Seção II
Isenção
A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.
Parágrafo único. A isenção pode ser restrita a determinada região do Município, em função de condições a ela peculiares.
Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:
às taxas e às contribuições;
aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no inciso IV do Art. 27º.

A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho do Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento ou pessoa por ele designada, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão, conforme dispuser norma instituída por ato do Poder Executivo.
Tratando-se de tributo lançado por período certo de tempo, o despacho referido neste artigo será renovado antes da expiração de cada período, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.
O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no Art. 80º.
São isentas dos impostos municipais as atividades individuais de pequeno rendimento, conforme dispuser a lei.
As empresas instaladas no Parque Industrial e Comercial de Tapurah, após o início das operações, gozarão dos benefícios de isenção dos seguintes impostos e taxas: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, Licença para Instalação e Localização e Licença para Funcionamento, nas proporções abaixo:
1º ano de funcionamento – 100% (cem por cento);
2º ano de funcionamento – 50% (cinquenta por cento);
3º ano de funcionamento – 40% (quarenta por cento);
4º ano de funcionamento – 30% (trinta por cento);
5º ano de funcionamento – 20% (vinte por cento).
Parágrafo único. A partir do 6º ano de funcionamento das empresas beneficiárias, as taxas e impostos não terão a isenção prevista no caput.
Seção III
Anistia
A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:
aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;
salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.
A anistia pode ser concedida:
em caráter geral;
limitadamente:
às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
a determinada região do Município, em função de condições a ela peculiares;
sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder.
A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho do Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, ouvida a Procuradoria-Geral do Município, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.
Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no Art. 80º.
CAPÍTULO VI
GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I
Disposições Gerais
A enumeração das garantias atribuídas neste Capítulo ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.
Parágrafo único. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados pelo devedor bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.
Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferências de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.
A indisponibilidade de que trata o caput deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite.
Os órgãos e entidades aos quais se fizer a comunicação de que trata o caput deste artigo enviarão imediatamente ao juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houver promovido.
Seção II
Preferências
O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente do trabalho.
Parágrafo único. Na falência:
o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;
a lei poderá estabelecer os limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho;
a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.
A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.
São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
Contestado o crédito tributário, o juiz remeterá as partes ao processo competente, mandando reservar bens suficientes à extinção total do crédito e seus acrescidos, se a massa não puder efetuar a garantia da instância por outra forma, ouvido, quanto à natureza e valor dos bens reservados, o representante da Fazenda Municipal.
O disposto neste artigo aplica-se aos processos de concordata.

São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do de cujus ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.
Parágrafo único. Contestado o crédito tributário, proceder-se-á na forma do disposto no § 1º do Art. 125º.
São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.
A extinção das obrigações do falido requer prova de quitação de todos os tributos.
A concessão de recuperação judicial depende da apresentação da prova de quitação de todos os tributos, observado o disposto nos Art. 76º, Art. 189º e Art. 190º desta Lei.
Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.
Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhuma repartição municipal celebrará contrato ou aceitará proposta em licitação pública sem que contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
TÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DO CADASTRO
Seção I
Disposições Gerais
O Município manterá atualizado, sob sua responsabilidade, um cadastro tributário.
O cadastro tributário compreende o seguinte:
o cadastro imobiliário;
o cadastro mobiliário.
Seção II
Do Cadastro Imobiliário
Os imóveis localizados no Município, ainda que isentos do imposto ou a ele imunes, ficam sujeitos à inscrição no Departamento de Tributação, Fiscalização e Cadastro.
O cadastro imobiliário é constituído:
pelos dados informados pelo responsável do imóvel no ato de inscrição do cadastro imobiliário, com a descrição de todas as características e documentação exigida pela legislação.
pelos dados levantados pelo Poder Público de todos os terrenos existentes nas áreas urbanas ou de expansão urbana do Município, com a descrição de todas as características exigidas pela legislação.
pelos dados levantados pelo Poder Público das construções existentes ou que vierem a ser construídas nas áreas urbanas ou de expansão urbana, com a descrição pormenorizada de todas as características exigidas pela legislação.
pelos dados levantados pelo Poder Público dos imóveis situados na área rural do Município, com a descrição pormenorizada de todas as características exigidas pela legislação.
Para manter o cadastro imobiliário atualizado os responsáveis serão obrigados a fornecer os elementos de atualização e cada unidade imobiliária autônoma corresponderá uma inscrição.
Parágrafo único. São considerados responsáveis pelo fornecimento de informações:
o proprietário, o possuidor ou o titular do domínio útil;
qualquer dos condôminos, em relação à sua unidade, nos casos de condomínio;
o adquirente ou promitente comprador;
os loteadores;
as construtoras, incorporadoras, imobiliárias e corretores de imóveis;
os tabeliães e os oficiais de registro de imóveis;
o inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação;
o titular da posse ou propriedade que goze de imunidade ou isenção.
Para efetivar a inscrição no cadastro imobiliário dos imóveis, são os responsáveis obrigados a preencher e entregar na repartição competente, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da escritura ou da promessa de compra e venda do imóvel, uma ficha de inscrição para cada imóvel, conforme modelo de Boletim de Cadastro Imobiliário – BCI fornecido pela repartição competente.
Não sendo feita a inscrição no prazo estabelecido no parágrafo primeiro deste artigo, o órgão competente, valendo-se dos elementos que dispuser, preencherá ficha de inscrição e expedirá edital convocando o proprietário para no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir as exigências legais, sob pena de multa prevista neste código.
Parágrafo Único. No caso de benfeitorias construídas em terrenos de titularidade desconhecida, a inscrição será promovida exclusivamente para efeitos fiscais, mediante declaração acompanhada de planta ou croquis, identificando a respectiva área construída, e o terreno onde está situada a construção, não gerando para seu detentor ou possuidor, nenhum direito de propriedade ou presunção de legitimidade da posse.
A inscrição será promovida pelo interessado, mediante declaração acompanhada dos títulos de propriedade, plantas, croquis e outros elementos julgados essenciais à perfeita definição da propriedade, quanto à localização e características geométricas e topográficas, conforme definido por ato da autoridade competente do Órgão Fazendário do Município.
No caso de próprios federais, estaduais ou municipais, a inscrição deverá ser feita pelas repartições incumbidas de sua guarda ou administração.
A repartição competente do Município poderá efetivar a inscrição “ex-oficio” de imóveis, desde que apurados devidamente os elementos necessários para esse fim.
Deverão ser obrigatoriamente comunicados à Prefeitura, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, todas as ocorrências verificadas com relação ao imóvel, que possam alterar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais, inclusive:
Obras de acréscimos, reformas ou reconstrução;
Conclusão da construção, no tudo ou em parte, em condições de uso ou habitado;
Sempre que se constituir uma unidade imobiliária pela concessão do habite-se se tratando de construção, ou por unificação ou desmembramento, no caso de terreno.
Em caso de litígio sobre o domínio de imóvel, do cadastro deverá constar tal circunstância, comunicada pelo responsável no prazo de 30 (trinta) dia a partir da ciência deste, bem como os nomes dos litigantes, dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde correr a ação.
Para fins de inscrição no cadastro imobiliário, considera-se situado o imóvel no logradouro correspondente à sua frente efetiva.
Os titulares de direitos relativos a imóveis, ao apresentarem seus títulos para matrícula no Registro de Imóveis, entregarão requerimento devidamente preenchido e assinado na forma do Art. 137º, cujo número de vias e modelo serão estabelecidos pelo Poder Executivo, a fim de possibilitar a mudança de nome do titular no Cadastro Imobiliário.

Depois de registrado o título, o oficial do Registro certificará, em todas as vias do requerimento citado no Art. 143º, que conferem com o título registrado as indicações fornecidas pelo interessado, consignando nessa certidão o número de ordem do registro, bem como do livro e folha em que o mesmo foi feito.
Parágrafo Único. O Oficial do Registro remeterá à repartição competente as vias do requerimento, logo após o registro, conforme dispuser regulamento.
Subseção I
Das infrações ao Cadastro Imobiliário
O descumprimento da obrigação prevista no Art. 137ºArt. 140º, Art. 138º, Art. 140º, Art. 141º e Art. 144º sujeita o infrator à seguinte penalidade mediante procedimento fiscal:

Item	Especificação	Valor da Multa
1	Falta de inscrição do imóvel ou seus acréscimos:	
1.1	Para terrenos até 1.000m²	R$ 600,00
1.2	Para terrenos acima de 1.000m²	R$ 1.200,00
1.3	Para construções ou acréscimo até 50m²	R$ 300,00
1.4	Para construções ou acréscimo de 51m² à 100m²	R$ 600,00
1.5	Para construções ou acréscimo acima de 100m²	R$ 1.200,00
2	Falta de comunicação de demolição, desabamento, incêndio ou qualquer outro fato que implique inutilização do imóvel para o fim a que se define:	R$ 300,00
3	Falta de comunicação de qualquer modificação ocorrida nos dados constantes do formulário de inscrição referente aos dados físicos do imóvel, que venha gerar prejuízo ao Município na parte de arrecadação:	R$ 150,00
4	Não comunicação de litígio sobre o domínio de imóvel:	R$ 150,00
5	O Oficial do Registro que não remeter à repartição competente as vias do requerimento, logo após o registro:	R$ 150,00

O pagamento da multa não exime o infrator do cumprimento das exigências legais ou regulamentares que tiverem determinado.
Não se aplicam as multas previstas neste artigo aos contribuintes que, espontaneamente, procurarem a repartição competente do Órgão Fazendário do Município para se regularizarem.
Se o imóvel estiver isento do imposto ou protegido por imunidade fiscal, a multa será calculada com base no imposto que seria devido se não existisse a isenção ou a imunidade.

Seção III
Do Cadastro Mobiliário
Deverão providenciar a inscrição junto ao cadastro mobiliário todas as pessoas físicas ou jurídicas que vierem a se estabelecer ou iniciar atividade no Município, ainda que por meio de agência, posto, sucursal ou escritório.
A obrigação estabelecida pelo caput abrange também as pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento de tributos municipais, as atividades de caráter eventual ou temporário, e ainda o órgão, empresa ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta, condomínio, cartório notarial e de registro.
Ficará também obrigado à inscrição no Órgão Fazendário aquele que, embora não estabelecido no município, exerça no território deste atividade sujeita ao imposto.
A inscrição de que trata este artigo deve ser efetuada antes da instalação ou do início da atividade a ser exercida.
A inscrição deverá ser concedida ao sujeito passivo mediante a simples apresentação do instrumento constitutivo e da inscrição no CNPJ, sendo vedada a exigência de qualquer outra formalidade ou documento.
A concessão de inscrição ao sujeito passivo não dispensa a necessidade de obtenção dos alvarás e autorizações públicas previstas em lei, para o exercício de sua atividade.
O interessado deverá promover a inscrição cadastral de cada estabelecimento autônomo, na forma estabelecida em regulamento, mencionando, além de outras informações exigidas pela legislação, os elementos necessários à sua perfeita identificação, bem como da atividade exercida e do respectivo local.
Consideram-se estabelecimentos autônomos:
os pertencentes a diferentes pessoas físicas ou jurídicas, ainda que localizados no mesmo endereço e com idênticas atividades econômicas;
os pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, que funcionem em locais diversos.
Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.
A licença para instalação e localização será concedida mediante a expedição de Alvará, por ocasião da respectiva abertura, instalação ou início da atividade, após vistoria pelos órgãos competentes.
O Alvará de Licença será expedido somente após o pagamento da Taxa de Licença para Instalação e Localização e deverá ser conservado permanentemente em local visível do estabelecimento.
. Ocorrendo qualquer alteração nos dados cadastrais, a suspensão temporária ou a cessação das atividades, estes fatos deverão ser comunicados ao órgão fazendário competente, no prazo de 60 (sessenta) dias.
As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável, no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam em sua aceitação pelo fisco, que poderá revê-las a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.
Parágrafo único. A anotação de término ou paralisação da atividade não extingue débitos existentes, ainda que venham ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou a baixa de ofício.
Constatada pela administração municipal a existência de estabelecimento ou o exercício de atividade sem o devido cadastro, a omissão ou incorreção dos dados cadastrais, o fato será noticiado à autoridade competente, que determinará o cadastramento, retificação ou cancelamento cadastral compulsório e de ofício, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
A inscrição, alteração ou cancelamento efetuados na forma do caput terão caráter precário e serão realizados independentemente:
do estabelecimento obedecer ou não o Plano Diretor e as Posturas Municipais;
de ser lícita ou não a atividade, em relação ao objeto ou ao local do estabelecimento.
A autorização para estabelecimento, a título precário, poderá ser concedida mediante expedição da Autorização Provisória ou da Autorização Transitória, conforme o caso:
Autorização Provisória por 90 (noventa) dias será concedida para os requerentes que tenham exigências formais a cumprir, conforme despacho exarado em processo administrativo;
Autorização Transitória será concedida, de forma discricionária, para os requerentes que se estabeleçam em imóvel de uso residencial e não atendam, quanto à localização, as exigências da legislação de uso e ocupação do solo e do zoneamento urbano, em caráter precário, sujeita à cassação a qualquer tempo, sem gerar direito à indenização ou ressarcimento, a critério da administração.
Subseção I
Das infrações ao Cadastro Mobiliário

Iniciar atividade sem a prévia inscrição do profissional ou do estabelecimento no Cadastro Mobiliário:
MULTA de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por ano ou fração, se pessoa física, contada desde o início da atividade e até a regularização;
MULTA de R$ 180,00 (cento e oitenta reais) por mês ou fração, se pessoa jurídica, ainda que de fato, contada desde o início da atividade e até a regularização.
Não efetuar a entrega das informações ou declarações de natureza cadastral, econômica ou fiscal previstas na legislação tributária ou prestá-las de forma inexata:
MULTA de R$ 60,00 (sessenta reais) por evento.

Parágrafo único. A multa será reduzida em 50% (cinquenta por cento) quando for constatado que os tributos foram corretamente apurados e recolhidos.
Falta de comunicação do encerramento ou de paralisação de atividade:
MULTA de R$ 60,00 (sessenta reais) por ano ou fração, se profissional autônomo, ou R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por mês ou fração, se pessoa jurídica, contada, em ambos os casos, desde o início da atividade e até a regularização;
Falta de comunicação de quaisquer modificações ocorridas, em face dos dados constantes do formulário de inscrição:
MULTA de R$ 15,00 (quinze reais), por mês ou fração, contada da ocorrência do fato.

CAPÍTULO II
FISCALIZAÇÃO
Seção I
Disposições Gerais
A legislação tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.
O cumprimento da legislação tributária municipal será fiscalizado por servidores públicos nomeados para o exercício da função, na forma da lei.
Parágrafo único. A fiscalização sujeita todas as pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal, e compreende o acesso ao domicílio tributário do fiscalizado, o exame de mercadorias, arquivos, livros e documentos fiscais, contábeis ou comerciais dos comerciantes, industriais ou prestadores de serviços, ficando estes obrigados a exibi-los.
Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou prestadores de serviços, ou da obrigação destes de exibi-los.
Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, os comprovantes dos lançamentos neles efetuados e os comprovantes de recolhimento de tributos municipais deverão ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários a que se refiram.
A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documentem os procedimentos e fixará prazo para a conclusão daquelas.
Os termos a que se refere este artigo serão lavrados onde se verificar a fiscalização, ainda que aí não seja o domicílio tributário do fiscalizado nem sua residência, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado deles se entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.
O Termo de Início de Ação Fiscal - TIAF fixará o prazo da mesma, que será de até 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período e, somente de forma excepcional, atendendo à complexidade da fiscalização, poderá ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do serviço.
Em nenhuma hipótese o Órgão Fazendário do Município poderá suspender o curso da ação fiscal se houver indícios de infração à legislação tributária, decorrente do descumprimento da obrigação principal ou de obrigação acessória.
É vedado à autoridade de qualquer hierarquia paralisar, impedir, obstruir ou inibir a ação fiscal exercida pelos agentes de fiscalização fazendária no exercício de sua competência e de suas atribuições. O descumprimento do disposto neste parágrafo constitui delito funcional de natureza grave, punido na forma da lei.
A apresentação de qualquer livro ou documento será precedida de intimação, com prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis.
O disposto no § 5º não se aplica à fiscalização efetuada durante a prestação de serviço de transporte, em que é obrigatório o porte do documento fiscal que deverá ser apresentado incontinenti à autoridade fazendária.
O disposto no § 5º não impede a imediata apreensão, pelo fisco, de quaisquer livros e documentos que:
devam ser obrigatoriamente mantidos no estabelecimento do contribuinte;
possam estar sendo ou tenham sido utilizados para a supressão ou redução ilegal do imposto.
As notificações, intimações, autos de infração e documentos relativos às ações dos agentes fiscais poderão ser entregues pessoalmente ou por via postal, nos prazos regulados pela legislação.
Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa, todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:
os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;
as empresas de administração de bens e imobiliárias;
os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
os inventariantes;
os síndicos, comissários e liquidatários;
os armazéns gerais, os depósitos, os trapiches e congêneres que efetuem armazenamento de mercadorias;
as empresas de transportes, inclusive os proprietários de veículos que por conta própria ou de terceiros exploram a indústria de transportes; e
quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.
Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.
Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Municipal ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividade.
Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no Art. 165º, os seguintes:
requisição de autoridade judiciária no interesse da Justiça;
solicitações de autoridade administrativa no interesse da administração pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.
O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da administração pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

Não é vedada a divulgação de informações relativas a:
representações fiscais para fins penais;
inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Municipal;
parcelamento ou moratória.
Para atuar com maior precisão e segurança, a Fazenda Pública poderá:
trocar informações de natureza fiscal com as Fazendas Federal, Estadual, bem como de outros Municípios, na forma que se estabelecer em convênio entre elas celebrado, ou, independentemente deste ato, sempre que solicitar ou for solicitada.
requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.
O titular do órgão fazendário poderá determinar Regime Especial de Fiscalização – REDFIS sempre que forem considerados insatisfatórios os elementos constantes dos documentos e dos livros fiscais e comerciais do sujeito passivo, assim como, incorrer em reincidência de conduta, conforme dispuser regulamento.
Ao descumprimento das obrigações constantes desta Seção, aplicam-se as penalidades previstas no Capítul024o XIII, do Título III, do Livro Terceiro deste Código, no que couber.
Seção II
Da Notificação do Lançamento
Do lançamento dos tributos municipais, o sujeito passivo será cientificado através de notificação.
A notificação de lançamento terá as características definidas em modelo oficial, será preenchida sem rasuras ou emendas, e conterá:
nome, domicílio tributário ou endereço do sujeito passivo;
descrição do valor principal, da atualização monetária, da multa e juros devidos;
indicação da origem e natureza do crédito, mencionando especificamente a disposição da lei em que seja fundado;
data da emissão, identificação e assinatura da autoridade notificante;
intimação para pagamento ou impugnação, com indicação do respectivo prazo e data do seu início.
Seção III
Das Apreensões
Os bens e documentos que constituam prova material da infração contra o sistema tributário do Município podem ser apreendidos, quer estejam em poder do infrator ou de terceiros.
A apreensão poderá ocorrer nos locais onde se exerçam as atividades tributáveis ou em trânsito.
Poderão ser apreendidos:
quando na via pública, se não tiverem sido pagos os tributos respectivos:
os veículos;
quaisquer objetos utilizados como meio de propaganda.
em qualquer caso, os objetos ou mercadorias:
cujo detentor não exiba à fiscalização documento fiscal que comprove sua origem, e que, por lei, regulamento ou ato normativo da autoridade competente, deva acompanhar o objeto ou a mercadoria;
quando transitarem, ainda que acompanhados de documentos fiscais, sem que, no entanto, possa ser identificado o seu destinatário, nos casos exigidos pela lei, regulamento ou ato normativo da autoridade competente;
se houver anotações falsas nos livros e documentos fiscais com eles relacionados, inclusive quanto ao preço, origem e destino;
se o detentor, remetente ou destinatário não estiver inscrito no órgão competente, quando a isso obrigado;
se existirem indícios veementes de fraude, face à legislação fiscal;
os livros, documentos ou quaisquer outros papéis que constituam prova de infração a dispositivos da legislação fiscal.
os livros, documentos, papéis, mercadorias e quaisquer outros elementos de arquivos convencionais ou magnéticos que constituam prova ou fundada suspeita de infração à legislação tributária.
Da apreensão será lavrado termo em que conste:
a denominação “Termo de Apreensão”;
a numeração sequencial por exercício, acompanhada do respectivo exercício da emissão;
os dados identificadores do sujeito passivo destinatário da ação fiscal;
o tipo do procedimento fiscal executado;
os tributos fiscalizados;
o período de competência fiscalizado;
o objetivo do procedimento fiscal;
o motivo da apreensão;
a relação da documentação apreendida;
a data e a hora da emissão;
o nome, a matrícula e a assinatura do(s) agente(s) fiscal(is) responsável(is) pela ação fiscal;
campo para ciência do sujeito passivo.
O agente fiscal poderá designar depositário qualquer pessoa idônea, a municipalidade ou, excepcionalmente, o próprio infrator.
Cópia do termo de apreensão será entregue ao depositário e ao detentor dos bens e documentos apreendidos, contra recibo no original.
Durante o processo de fiscalização, os documentos apreendidos poderão, a requerimento do interessado, ser-lhes devolvidos, a juízo da autoridade administrativa, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.
Parágrafo único. Ao final do processo de fiscalização, os documentos serão devolvidos ao contribuinte, salvo tratar-se de comprovação de fraude ou dolo.
Os bens apreendidos poderão ser restituídos a requerimento do interessado, tão logo seja possível a lavratura do Auto de Infração - AI, a juízo da autoridade administrativa, ficando retidos, até a decisão final, os espécimes necessários à prova.
O prazo para retirada de bens apreendidos é de 60 (sessenta) dias a contar:
da decisão definitiva em processo administrativo ou judicial;
do deferimento de pedido de restituição.
Esgotado o prazo estabelecido sem manifestação do interessado, os bens serão levados à hasta pública ou a leilão sempre precedidos de publicação.
Os bens de fácil deterioração poderão ser levados à hasta pública ou a leilão, a partir do próprio dia da apreensão, se configurada a infração.
A juízo da autoridade administrativa, bens perecíveis de valor reduzido poderão ser entregues para consumo em instituição assistencial local, declarada de utilidade pública.

Até 30 (trinta) dias após a realização da venda em hasta pública ou do leilão de bens apreendidos, ao proprietário se reserva o direito de, em processo regular, pleitear do Município a restituição do valor que excedeu ao de todas as suas obrigações tributárias, acrescidas das despesas administrativas a que deu causa.
Não havendo licitante, os bens apreendidos de fácil deterioração ou de diminuto valor serão destinados a instituições de caridade.
Parágrafo Único. Aos demais bens, após 60 (sessenta) dias, a Administração dará o destino que julgar conveniente.
CAPÍTULO III
DAS INTIMAÇÕES
As intimações ao sujeito passivo serão feitas por uma das seguintes formas:
pessoalmente, mediante assinatura do sujeito passivo, de seu representante legal ou de preposto idôneo;
por carta registrada com Aviso de Recebimento - AR;
por Edital de Notificação publicado no Boletim Oficial do Município, quando não for possível a intimação na forma dos incisos I e II.
Se o fiscalizado se recusar a receber o termo ou a exarar o recibo, a autoridade fiscal registrará o fato e a administração tributária poderá optar em encaminhar o termo via postal, mediante aviso de recebimento ou fazer a entrega pessoal, na presença de duas testemunhas, registrando o ocorrido.
Considera-se feita a intimação:
se pessoal, na data da assinatura;
se por carta, na data indicada pelo correio no Aviso de Recebimento - AR;
se por edital, 15 (quinze) dias após a data da efetiva circulação do Boletim Oficial do Município.
Tratando-se de intimação por carta com aviso de recebimento, é suficiente para comprovação da mesma, o recibo de entrega.
Aplica-se o disposto neste Capítulo a todas as intimações realizadas pela Administração Tributária, inclusive cientificação de termos, notificações e autos de infração, ressalvadas as disposições específicas.
CAPÍTULO IV
DA CONSULTA
Mediante petição escrita dirigida à Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, poderão formular consulta sobre a interpretação de dispositivos da legislação tributária municipal:
o sujeito passivo;
os órgãos da administração pública;
as entidades representativas de categorias econômicas, sobre matéria de interesse comum de seus representados.
A resposta à consulta aproveita apenas a quem a formulou.
A resposta às consultas obedecerá aos critérios regulamentares, podendo a Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento determinar a instrução do processo com parecer fiscal;
Não será recebida consulta que verse sobre:
legislação tributária em tese;
fato definido em lei como crime ou contravenção;
matéria que tenha sido objeto de decisão proferida em processo contencioso administrativo em que o consulente tenha atuado como parte;
matéria já tratada em consulta anteriormente formulada pelo próprio consulente, salvo em caso de alteração da legislação;
matéria que:
tenha motivado a lavratura de notificação fiscal contra o consulente;
seja objeto de medida de fiscalização já iniciada.
A consulta, quando formulada pelo sujeito passivo:
suspende o prazo para pagamento do tributo, ou seja, o curso da mora, em relação ao fato objeto da consulta, até 30 (trinta) dias após a ciência da resposta;
impede, durante o prazo fixado no inciso I, o inicio de qualquer medida de fiscalização, com relação ao consulente, destinada à apuração de infrações referentes à matéria consultada.
Recomeçará o curso da mora tão logo termine o prazo do inciso I fixado ao contribuinte para cumprir a solução dada à consulta.
Não afasta a incidência dos acréscimos moratórios a apresentação de consulta ou pedido de reconhecimento de isenção, imunidade ou não incidência apresentados fora do prazo legal para pagamento do tributo, em relação às obrigações já vencidas.
CAPÍTULO V
DÍVIDA ATIVA
Constitui dívida ativa municipal a proveniente de crédito, regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou decisão final proferida em processo regular.
A inscrição será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito.
Parágrafo único. O Termo de Inscrição em Dívida Ativa e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.
Sempre que os débitos não forem pagos em tempo hábil e não houver impugnação ou recurso pendente de apreciação pelas autoridades fazendárias, os mesmos deverão ser inscritos na dívida ativa municipal.
O aviso da inscrição em dívida ativa deverá ser comunicado ao sujeito passivo, ainda que no ato do lançamento ou por meio da Notificação de Inscrição em Dívida Ativa – NIDA, conforme dispuser regulamento.
A inscrição far-se-á:
a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao vencimento da última cota, no caso do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana e das taxas porventura cobradas em conjunto com o imposto;
dentro de noventa dias a partir de sua constituição definitiva, para os demais créditos, tributários ou não.
A inscrição suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 (cento e oitenta) dias ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.
Após sua constituição definitiva, os créditos tributários não especificados no inciso I do §2º, serão cobrados pelo Órgão Fazendário do Município no prazo de 90 (noventa) dias, findo o qual, se não pagos, será feita a inscrição em Dívida Ativa.
Compete, privativamente, à Procuradoria-Geral do Município a cobrança judicial da dívida ativa municipal.
Recebida pela Procuradoria-Geral do Município a certidão de dívida ativa, cessa a competência do órgão fazendário para agir ou decidir a respeito do crédito respectivo, salvo nos casos em que houver autorização expressa.
Cumpre ao órgão fazendário cooperar com a Procuradoria-Geral do Município para garantir eficiência na cobrança judicial da dívida ativa, devendo prestar as informações solicitadas por esta ou pelo Poder Judiciário.
O Termo de Inscrição da Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:
o nome do devedor, dos corresponsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou a residência de um e de outros;
o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;
a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para cálculo;
a data e o número da inscrição, no registro de dívida ativa;
o número do processo administrativo, da notificação de lançamento ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.
Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro digital ou físico e a folha onde está a inscrição.
A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no Art. 186º ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.
A dívida regularmente inscrita goza da presunção de liquidez, certeza e exigibilidade, tendo o efeito de prova pré-constituída.
A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.
A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
CAPÍTULO VI
CERTIDÕES NEGATIVAS
A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.
Parágrafo único. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida em até 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.
Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.
Serão fornecidas, a pedido do contribuinte, as seguintes certidões referentes a tributos de competência do Município:
Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM) dos impostos, taxas e contribuições de competência do Município;
Certidão Positiva com Efeito de Negativa (CPEN) dos Impostos, taxas e contribuições de competência do Município.
A certidão referida no inciso I é negativa quanto à existência de débito de tributos municipais e não impede o lançamento de débitos porventura apurados após a sua emissão.
A certidão referida no inciso II é positiva quanto à existência de débito de tributos municipais, tendo efeitos negativos, em virtude de tais débitos estarem parcelados, com regularidade no pagamento das cotas, ou sendo contestados na instância administrativa ou judicial.
A certidão será expedida à vista do requerimento do interessado, pessoa ligada ao fato tributário, devendo constar todas as informações para identificação do contribuinte, domicílio fiscal, ramo de negócio ou atividade.
O pedido de certidão deverá ser assinado pelo contribuinte, interessado, ou por seu representante legal, devendo ser apresentado no ato o instrumento de mandato para a sua identificação, sempre que solicitado.
A Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM) referente ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será expedida quando não existirem débitos referentes a inscrição do contribuinte, com relação a cada imóvel considerado no pedido de certidão.
A Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM) será expedida quando não houver débito, inclusive decorrente de auto de infração pendente de pagamento, de parcelamento não quitado ou débitos confessados em livros fiscais e outros.
A Certidão Positiva com Efeito de Negativa (CPEN) dos tributos municipais será expedida nos casos em que houver parcelamento, de modo espontâneo ou decorrente de auto de infração, com pagamento regular das cotas vencidas e também quando existirem autos de infração pendentes de decisão administrativa ou judicial.
Deverá constar da certidão emitida a existência de parcelamento ou de autos de infração pendentes de decisão, conforme disposto no caput deste artigo.
As certidões, nos casos de contribuintes sujeitos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e à Taxa de Vigilância, Controle e Fiscalização serão emitidas, obrigatoriamente, considerando ambos os tributos.
Fica assegurado ao Município o direito de cobrar qualquer débito que porventura venha a ser apurado posteriormente à data de emissão da certidão, sujeitando-se o contribuinte, se for o caso, a sanções previstas na legislação em vigor.
As certidões emitidas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias.
Parágrafo único. As certidões previstas neste capítulo serão fornecidas independentemente do pagamento de taxa.
Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.
A certidão negativa expedida com dolo ou fraude que contenha erro contra a Fazenda Pública responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito e juros de mora acrescidos, sem prejuízo dos danos que causar a terceiro.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.
CAPÍTULO VII
DO PARCELAMENTO
Seção I
Disposições Gerais
Os débitos tributários para com a Fazenda Municipal poderão ser parcelados de acordo com os critérios estabelecidos neste Capítulo.
O débito a ser parcelado será atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora pelos mesmos índices e forma previstos no Art. 97º desta Lei, até a data da formalização do parcelamento.
Ao montante apurado na forma do § 1º, serão aplicados juros simples de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor de cada mês de parcelamento.
O atraso no pagamento de qualquer parcela importará na sua atualização monetária e fluência de juros pelos mesmos índices e forma previstos no Art. 97º desta Lei.
O inadimplemento de 03 (três) parcelas consecutivas importará no imediato cancelamento do parcelamento, restabelecendo-se a dívida aos valores originais e abatendo-se as parcelas pagas, atualizadas de acordo com o índice utilizado para atualização do tributo.
O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R$ 15,00 (quinze reais).
É permitido o reparcelamento mediante o pagamento de 30% (trinta por cento) do saldo devedor na primeira parcela, e apresentação de garantia, conforme determinem as normas regulamentares.
O reparcelamento somente poderá ser concedido para débitos já inscritos em dívida ativa.
A dívida reparcelada poderá ser dividida em até 36 (trinta e seis) prestações mensais, sendo vedada a aplicação dos descontos previstos na Seção II deste Capítulo.
Seção II
Parcelamento antes da Inscrição em Dívida Ativa
O parcelamento de crédito tributário devido antes da Inscrição em Dívida Ativa será concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica.

Parágrafo único. As parcelas deverão respeitar o valor mínimo fixado em normas regulamentares, economicamente viável para o Município, nunca inferior ao estabelecido no Art. 201º.§ 5º.

Seção III

Parcelamento após a Inscrição em Dívida Ativa por ato do Executivo

A dívida ativa poderá ser recolhida em até 12 (doze) parcelas mensais mediante acordo que não constitui novação, desde que atendido integralmente os seguintes procedimentos:

se na fase de liquidação amigável do débito:

após confissão de débito;

proposta do Procurador Municipal;

deferimento do Secretário Municipal de Finanças.

se ajuizada a cobrança:

mediante petição conjunta;

após proposta do Procurador Municipal;

deferimento do Secretário Municipal de Finanças;

Seção IV

Parcelamento após a Inscrição em Dívida Ativa por Lei

O parcelamento dos débitos tributários para com a Fazenda Municipal após a inscrição em dívida ativa poderá ser concedido em até 48 (quarenta e oito) meses, conforme lei específica que o autorize, e as penalidades de juros de mora e multa de mora aplicadas por descumprimento de obrigação principal relativa aos tributos municipais sofrerão redução inversamente proporcional ao número de meses do parcelamento, de acordo com a tabela abaixo, denominada de “Tabela de Redução de Multa e Juros”.

QUANT. MESES PARCELAMENTO	PORCENTAGEM REDUÇÃO
À VISTA	90
02 – 06	70
07 – 12	50
13 – 18	40
19 – 24	30
25 – 30	25
31 – 36	20
37 - 48	Sem redução

É facultado ao contribuinte antecipar parcial ou totalmente o valor de parcelas vincendas, quando serão abatidos os valores previamente calculados a título de juros.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, serão antecipadas as parcelas, de forma decrescente, a partir da última vincenda.

Não serão objeto de redução as multas aplicadas por descumprimento de obrigação acessória.

. As multas de que trata o Art. 207º poderão ser parceladas em até 05 (cinco) vezes, respeitado o valor mínimo fixado em Regulamento, economicamente viável para o Município, vedado o reparcelamento.

CAPITULO VIII

DA RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO

As quantias recolhidas aos cofres municipais, em pagamento de créditos fiscais indevidos, em face da lei, serão restituíveis, independentemente de protesto ou de prova de erro, nos seguintes casos:

cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido, ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

A restituição de tributos que comportem, por sua natureza transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos acréscimos moratórios e das multas, salvo as referentes a infrações de caráter formal, não prejudicadas pela causa da restituição.

Parágrafo Único. A restituição vence juros não capitalizáveis, e correção monetária, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Nos casos em que o sujeito passivo tenha direito à restituição, ficará a importância a ser restituída sujeita à atualização monetária, a partir da data do pagamento indevido.

Parágrafo único. A restituição vence juros não capitalizáveis de 1% (um por cento) ao mês, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Cessará a contagem do prazo para efeitos da atualização monetária e dos acréscimos moratórios na data da ciência ao interessado de que a importância está à sua disposição.

Considera-se cientificado o requerente na data da publicação do despacho que autorizar o pagamento da restituição.

Os processos de restituição de indébito tramitarão com prioridade e serão processados conforme regulamento.

O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso de 5 (cinco) anos, contados:

na hipóteses dos incisos I e II do Art. 209º, da data da extinção do crédito tributário;

nas hipóteses do inciso III do Art. 209º, da data em que se tomar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

TÍTULO V

INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO I

INFRAÇÕES

Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe em descumprimento por parte do sujeito passivo ou responsável, de obrigação tributária principal ou acessória, estabelecidas na legislação tributária municipal.

CAPÍTULO II

PENALIDADES

Seção I

Das Disposições Gerais

As infrações serão punidas com as seguintes penas:

multa;

proibição de transacionar com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município;
suspensão ou cancelamento de benefícios, assim entendidas as concessões dadas aos contribuintes para se eximirem do pagamento total ou parcial de tributos;
cassação de licença;
As penalidades mencionadas neste artigo serão disciplinadas e fixadas no capítulo que regulamenta cada tributo.
As multas fiscais, pelo não cumprimento da obrigação tributária principal, objeto de Auto de Infração, terão as reduções seguintes, desde que o contribuinte renuncie a qualquer apresentação de defesa ou recurso:
100% (cem por cento), se os créditos tributários apurados em Auto de Infração forem pagos no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência do auto;
50% (cinquenta por cento), se o pagamento for realizado no prazo de 20 (vinte) dias contados da ciência do auto.
20% (vinte por cento), se o pagamento for realizado no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência do auto.
Se, concomitantemente com uma infração de dispositivo de caráter formal, houver também infração por falta de pagamento de tributo ou de diferença de tributo, será o infrator passível de multa unicamente pela infração relativa a falta de pagamento do tributo ou da diferença do mesmo.
Parágrafo Único. Excluem-se das disposições deste artigo as infrações decorrentes da falta de inscrição e de falsificação ou adulteração de livros e documentos, caso em que o infrator incorrerá também na sanção decorrente do imposto porventura não recolhido ou sonegado.
A imposição de qualquer penalidade ou pagamento da multa respectiva não exime o infrator do cumprimento da obrigação que cause a mesma, nem prejudica a ação penal, se cabível no caso, nem impede a cobrança do tributo porventura devido.
Subseção I
Das Multas
As multas serão calculadas conforme disciplinadas e fixadas no capítulo que regulamenta cada tributo.
Apurando-se, na mesma ação fiscal, o não cumprimento de mais de uma obrigação tributária acessória pela mesma pessoa, em razão de um só fato, será imposta penalidade somente à infração que corresponder à multa de maior valor.
O descumprimento de qualquer obrigação acessória para a qual não haja previsão de penalidade específica implicará na aplicação de multa de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), sem prejuízo da exigência do tributo com todos os acréscimos legais.
No caso de infração às obrigações principais constantes de dispositivos legais ou regulamentares, para as quais não estejam previstas penalidades específicas, serão aplicadas multas de R$ 60,00 (sessenta reais) a R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), observado, em qualquer hipótese, o disposto no Art. 61º.
Parágrafo Único. As multas serão graduadas de acordo com a gravidade da infração e com a importância desta para com os interesses da arrecadação, a critério da autoridade competente.
Subseção II
Da Proibição de Transacionar com o Município
Além das penalidades cominadas na Seção I, os contribuintes em débito com o Município não poderão:
participar de qualquer modalidade de licitação;
celebrar contratos ou termos de qualquer natureza em que for parte o Município ou seus órgãos de administração indireta;
Parágrafo único. A proibição a que se refere este artigo não se aplicará quando, sobre o débito ou a multa, houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.
Subseção III
Da Suspensão ou Cancelamento de Benefícios
Poderão ser suspensas ou canceladas as concessões dadas aos contribuintes para se eximirem de pagamento total ou parcial de tributos, na hipótese de infringência à legislação tributária pertinente.
Parágrafo Único. A suspensão ou cancelamento será determinado pela Autoridade Fazendária, consideradas a gravidade e a natureza da infração.

Subseção IV
Da Cassação de Licença
Aplicar-se-á a cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão ou deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público, concernente à ordem, à saúde, à segurança e aos costumes, sem prejuízo da aplicação das penas de caráter pecuniário.
CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO FISCAL PARA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES
Seção I
Da Constituição de Créditos Tributários
A formalização da constituição dos créditos tributários e suas modificações serão realizadas por meio de:
Auto de Infração (AI);
Notificação de Lançamento de Débito (NLD).
O Auto de Infração será utilizado para a realização de lançamentos tributários em que haja aplicação de penalidade.
A Notificação de Lançamento de Débito é o ato pelo qual se dá ciência ao sujeito passivo da constituição de crédito tributário sem imposição de penalidade.
O lançamento de crédito tributário, com ou sem aplicação de penalidade, independe da realização de procedimento fiscal externo.
A lavratura de auto de infração, sem prévia ação fiscal externa, será feita nos casos em que independe da denúncia espontânea do sujeito passivo para fins de exclusão da responsabilidade pela infração e sempre dependerá de autorização da Gerência imediata a que estiver subordinado o agente fiscal.
Os créditos tributários somente consideram-se constituídos ou modificados após a notificação do lançamento ou da sua alteração ao sujeito passivo.
Na constituição do crédito tributário, por meio do AI, o agente fiscal sempre deverá observar os seguintes passos:
Determinar o tipo da infração à legislação que foi cometida;
Identificar o dispositivo legal infringido;
Identificar o dispositivo legal da penalidade aplicável;
Identificar o sujeito passivo responsável pela prática do ato;
Calcular o montante do tributo devido e da penalidade aplicável;
Elaborar o auto de infração, fazendo constar todos os elementos acima;
Notificar o sujeito passivo do lançamento realizado.
O lançamento tributário via Auto de Infração somente poderá ser realizado por agente fiscal da Secretaria de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, devidamente designado para este fim.
O Auto de Infração deverá ser lavrado, individualmente, por tributo e por infração verificada em procedimento fiscal interno ou externo.
A lavratura e a impressão de Auto de Infração serão preferencialmente feitas no Sistema de Administração Fiscal da Secretaria de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento.

Parágrafo único. O Auto de Infração será lavrado sem emendas, rasuras ou entrelinhas e impresso a laser, no formato aprovado por regulamento.
O auto de infração terá as características definidas em modelo oficial, será preenchido sem rasuras ou emendas, e conterá sob pena de nulidade formal, o seguinte:
a denominação “Auto de Infração”;
a numeração sequencial por exercício, acompanhada do respectivo exercício da emissão;
os dados identificadores do sujeito passivo destinatário da ação fiscal;
o demonstrativo do cálculo do valor lançado;
a menção da documentação que serviu de base para o lançamento tributário;
a(s) competência(s) do lançamento tributário;
a data e a hora da emissão;
o valor total do auto em numeral e por extenso;
a descrição clara e precisa do motivo do lançamento tributário;
as disposições legais descritoras da obrigação tributária;
as disposições legais descritoras da penalidade aplicável;
os dispositivos legais descritores da obrigação tributária;
a intimação ao sujeito passivo para recolher o crédito tributário ou impugnar o lançamento;
o prazo para recolhimento do crédito tributário lançado ou impugnação do lançamento;
o nome, a matrícula e a assinatura do(s) agente(s) fiscal(is) responsável(is) pela autuação;
campo para ciência do sujeito passivo;
a menção à Ordem de Serviço e a data do início do procedimento fiscal;
o número do processo administrativo e o local onde haverá a sua tramitação;
a menção aos documentos anexos ao auto de infração.
Para fins do disposto no inciso XV, o auto de infração emitido por processamento eletrônico de dados poderá apresentar assinatura do agente responsável em forma digitalizada e impressa.
O prazo para pagamento do auto de infração será de 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte à data em que se considerar efetuada a intimação.
Quando da entrega do auto de infração ao autuado houver a recusa à colocação da assinatura por parte deste último, este fato constará no corpo do auto de infração, devendo o autuante proceder a entrega da mesma mediante a aposição da assinatura de duas testemunhas.
Seção II
Da Representação
Qualquer pessoa pode representar contra toda ação ou omissão que possa resultar em evasão de renda ou infração à legislação tributária do Município.
A autoridade que receber a representação determinará as providências necessárias para a completa verificação de sua procedência ou improcedência.
TÍTULO VI
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Este Título disciplina a fase contenciosa do processo de determinação e exigência do crédito tributário.
A fase contenciosa do processo inicia-se com a apresentação de impugnação, pelo sujeito passivo, contra:
auto de infração;
notificação de lançamento;
decisão em processo administrativo de revisão, interposto conforme o disposto nos Art. 308º, Art. 344º, Art. 390º e Art. 457º.
São competentes para julgar:
em primeira instância, a Unidade de Julgamento Singular;
em segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes.
Os Julgadores de Processos Fiscais, os membros do Conselho Municipal de Contribuintes e o Representante da Fazenda Pública junto ao Conselho são impedidos de atuar em processos:
de interesse de seus parentes consanguíneos ou afins até o quarto grau inclusive;
de interesse de pessoa jurídica de direito privado de que sejam titulares, sócios, acionistas, membros da Diretoria, Conselho Fiscal ou órgãos equivalentes;
em que tomaram parte ou tenham interferido em qualquer condição ou a qualquer título;
que tratem de notificação de lançamento ou auto de infração por eles emitidos, conjunta ou individualmente.
As autoridades julgadoras são incompetentes para declarar a inconstitucionalidade ou ilegalidade de lei, decreto ou normas complementares.
Parágrafo único. Os órgãos julgadores poderão apreciar a alegação de ilegalidade ou inconstitucionalidade reconhecida por entendimento manso e pacífico do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
São nulos:
os atos e termos praticados por pessoa incompetente;
os despachos e decisões proferidas por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa;
os lançamentos cujos elementos sejam insuficientes para determinar a matéria tributável e o respectivo sujeito passivo.
A falta de intimação ou a intimação nula fica suprida pelo comparecimento do interessado, a partir do momento em que lhe sejam comunicados formalmente todos os elementos necessários à prática do ato.
A nulidade do ato só prejudica os posteriores que dele dependam diretamente ou sejam consequência.
A nulidade será declarada de ofício pela autoridade julgadora nas respectivas esferas de competência, que mencionará expressamente os atos por ela alcançados e determinará as providências necessárias ao prosseguimento do feito.
Sempre que possível, as irregularidades, incorreções ou omissões deverão ser sanadas de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, de modo a permitir o prosseguimento do feito.
Às partes interessadas é facultada vista dos autos na repartição em que se encontram, vedada a sua retirada e permitido o fornecimento de cópias ou certidões, por solicitação do interessado.
Opera-se a desistência do litígio na esfera administrativa:
expressamente, por pedido do sujeito passivo;
tacitamente:
pelo pagamento ou pedido de parcelamento do crédito tributário discutido;
pela propositura de ação judicial relativa à matéria objeto do processo administrativo.
Parágrafo único. Os órgãos próprios da Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, ao tomarem conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no inciso II, comunicarão o fato ao órgão julgador, que determinará, de ofício, o arquivamento do processo.

O Poder Executivo regulará por decreto o Processo Administrativo Tributário aqui instituído, observando:
a garantia de ampla defesa ao sujeito passivo;
a ciência dos atos da autoridade competente, sejam decisórios ou para cumprimento de exigências processuais;
a designação dos órgãos julgadores e os recursos cabíveis contra as respectivas decisões;
a configuração das nulidades processuais;
a determinação de prazos para a prática de atos ou cumprimento de decisões;
as hipóteses de reabertura de prazo;
a suspensão da exigibilidade do crédito durante a tramitação de impugnação ou recurso;
a fixação de normas sobre processos de consulta.
O Processo Administrativo Tributário será iniciado de ofício ou por ato da parte interessada e organizado em ordem cronológica, com as folhas numeradas e rubricadas e com capa própria de identificação.
CAPÍTULO II
DAS AUTORIDADES PROCESSUAIS
Seção I
Do Órgão Preparador
Compete ao Órgão Preparador organizar o processo na forma dos autos forenses.
O preparo e a instrução do processo administrativo tributário competem ao setor de Cadastro Técnico e Imobiliário do órgão fazendário municipal.
As petições devem ser dirigidas à autoridade ou órgão competente para praticar o ato ou apreciar a matéria.
O Órgão Preparador deverá verificar se a instrução do processo preenche os requisitos legais em todas as suas fases, corrigindo eventuais vícios e irregularidades, determinando as diligências que forem necessárias.
As intimações feitas para as finalidades previstas no § 1º deverão ser cumpridas no prazo de 10 (dez) dias, findo o qual o processo subirá à autoridade competente para decisão ou despacho final.
Verificada a intempestividade da impugnação, o Órgão Preparador encaminhará o processo para decisão, independente de qualquer outra providência.
Seção II
Da Unidade de Julgamento Singular
A Unidade de Julgamento Singular é integrada por até 02 (dois) Julgadores de Processos Fiscais, que atuam individual e independentemente, nomeados pelo Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento e escolhidos entre os servidores integrantes das carreiras de Fiscal de Tributos Municipais ou de Procurador Municipal, efetivos e estáveis, de ilibada reputação e reconhecido saber jurídico tributário.
A critério do Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, poderão ser nomeados julgadores ad hoc, sempre que o número de processos o justifique, atendidos os requisitos do caput.
Os Julgadores de Processos Fiscais, nomeados na forma deste artigo, receberão gratificação mensal equivalente a 10% (dez por cento) sobre a sua remuneração, assim compreendido o vencimento básico do cargo acrescido das vantagens de natureza permanente.
Seção III
Do Conselho Municipal de Contribuintes
Órgão de composição paritária de caráter deliberativo, competente para o julgamento de recursos administrativo-tributários em segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes, é composto por um Presidente, 06 (seis) membros titulares e 06 (seis) membros suplentes, das mesmas representações, sendo:
um representante da Procuradoria-Geral do Município;
dois representantes da Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento;
um representante indicado pela ACET;
um representante indicado pela ASPREAT;
um representante indicado pelo Sindicato Rural.
No caso de impedimento de qualquer dos membros do Conselho, deverá ser convocado seu suplente.
As sessões serão públicas em todas as suas fases e as decisões serão tomadas por voto nominal e aberto, sendo nula de pleno direito a decisão que não observar qualquer destes requisitos.
Os conselheiros serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com os respectivos suplentes, para um período de até 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.
No caso de vacância do cargo titular, assumirá imediatamente o suplente, que cumprirá o tempo restante do mandato;
No caso de vacância simultânea dos cargos titular e suplente, serão nomeados substitutos para o cumprimento do tempo restante do mandato, no prazo de 30 (trinta) dias.
Os representantes do Executivo poderão ser reconduzidos por um mandato, após o qual deverão cumprir um interstício de um mandato.
As entidades representadas ou o executivo poderão substituir seus próprios representantes a qualquer tempo.
Os membros integrantes do Conselho Municipal de Contribuintes, obrigatoriamente, deverão possuir formação universitária nas áreas de Economia, Administração, Ciências Contábeis ou Direito.
O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes deverá ser pessoa com formação na área de Direito, de ilibada reputação, reconhecido conhecimento e especialização em matéria tributária, será nomeado pelo Prefeito a partir de lista tríplice elaborada na forma do § 1º, para um mandato de até 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido.
Para fins de nomeação pelo Chefe do Poder Executivo, os conselheiros titulares do Conselho Municipal de Contribuintes elaborarão lista tríplice, nela somente podendo figurar as pessoas que preencherem os requisitos do caput deste artigo e que obtiverem pelo menos 04 (quatro) votos dos conselheiros titulares; recebida a lista, o Chefe do Poder Executivo escolherá um de seus integrantes para nomeação como Presidente.
No caso de vacância será nomeado substituto para cumprir o tempo restante do mandato, no prazo de 30 (trinta) dias, obedecidos os requisitos fixados neste artigo.
Licenciado o Presidente, nos casos previstos no Regimento Interno do Conselho, por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos, será nomeado, na forma deste artigo, substituto para o período de ausência do titular.
O Presidente do Conselho, além das previstas nesta Lei e no Regimento Interno do Conselho, terá as seguintes atribuições:
dirigir os trabalhos do Conselho, decidindo as questões que lhe forem apresentadas;
representá-lo perante quaisquer pessoas ou órgãos;
comunicar à autoridade competente, de ofício, ou a requerimento de qualquer conselheiro, irregularidades ou faltas funcionais, ocorridas em repartição administrativa, de que haja provas ou indícios em processo submetido a julgamento no Conselho;
presidir as sessões, proferindo, quando necessário, voto de desempate;
definir período de recesso do Conselho.

A falta de comparecimento de qualquer conselheiro a 03 (três) sessões consecutivas ou a 08 (oito) alternadas, durante cada ano, importará, salvo concessão de licença na forma prevista no Regimento Interno, em renúncia ao mandato, devendo o Presidente comunicar imediatamente o fato às respectivas representações para efeito de indicação de substituto, que completará o mandato.
O Conselho entrará em recesso anualmente por prazo não superior a 45 (quarenta e cinco) dias, nele compreendido o período definido pelo Executivo Municipal como férias coletivas.
O Conselho terá uma secretaria com a organização e as atribuições que forem fixadas no seu Regimento Interno.
A secretaria do Conselho será composta por um servidor, nomeado pelo Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, escolhido entre os servidores efetivos e estáveis do Município, acumulando a função pertencente ao Órgão Preparador a que se refere a Seção I do Capítulo II deste Título.
Além de outras que lhe forem deferidas pelo Regimento Interno, é de competência exclusiva da Secretaria do Conselho:
secretariar as sessões, lavrando as respectivas atas;
dirigir o expediente da Secretaria;
encaminhar as decisões transitadas em julgado para o Ministério Público, Tribunal de Contas e Câmara de Vereadores de Tapurah.
O secretário nomeado na forma do §1º deste artigo perceberá gratificação de 5% (cinco por cento) sobre a remuneração, assim compreendido o vencimento acrescido das vantagens de natureza permanente.
O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes fará jus a subsídio no valor de R$ 210,00 (duzentos e dez reais), por sessão de julgamento que presidir, limitado a 06 (seis) sessões remuneradas por mês.
Os subsídios fixados neste artigo serão atualizados por revisão geral anual, na mesma data e sem distinção de índices, juntamente com a revisão da remuneração dos servidores públicos municipais, respeitados os limites constitucionais e legais.
Os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes farão jus ao subsídio fixado na forma deste artigo, na proporção de 2/3 (dois terços) do seu valor por sessão de julgamento em que funcionarem como titular.
Seção IV
Da Representação da Fazenda Municipal
A representação da Fazenda Municipal junto ao Conselho Municipal de Contribuintes será exercida, no julgamento de cada processo, por Procurador lotado e com exercício na Procuradoria-Geral do Município, designado pelo Procurador-Geral ou por um representante, designado pelo Prefeito, por indicação do Secretário Municipal de Fazenda, escolhido dentre os Agentes Fiscais em efetivo exercício naquela Secretaria.
Compete ao representante da Fazenda, além de outras atribuições previstas em Lei e no Regimento Interno do Conselho:
a defesa do interesse público, da legalidade e da preservação da ordem jurídica;
fazer-se presente nas sessões de julgamento, ordinárias e extraordinárias, podendo usar da palavra;
representar ao Procurador-Geral do Município e ao Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento sobre quaisquer irregularidades verificadas nos processos, em detrimento da Fazenda Pública ou dos contribuintes, bem como apresentar sugestões de medidas legislativas e providências administrativas que julgar úteis ao aperfeiçoamento dos serviços de exação fiscal.
É indispensável a presença do representante da Fazenda Municipal em qualquer sessão de julgamento, sob pena de nulidade da mesma.
O representante da Fazenda Municipal será intimado pessoalmente de todos os atos processuais.
O representante da Fazenda Municipal designado na forma deste artigo receberá mensalmente gratificação de 5% (cinco por cento) sobre a sua remuneração, assim compreendida o vencimento básico do cargo acrescido das vantagens de natureza permanente.
CAPÍTULO III
DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA
A impugnação será apresentada por petição escrita à Unidade de Julgamento Singular, via setor de expediente da Prefeitura, contra recibo, na qual o sujeito passivo alegará, de uma só vez e articuladamente, toda a matéria que entender útil, juntando as provas que possua, e apresentando o pedido de diligências ou de perícias que entender necessárias, de acordo com as normas regulamentares.
Inexistindo quaisquer dos requisitos formais previstos na legislação, será o autor intimado para regularizar, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito.
Nenhuma taxa, preço público de expediente, depósito prévio ou valor de qualquer outra natureza poderá ser exigido para o oferecimento da impugnação.
A impugnação terá efeito suspensivo e poderá ser apresentada no prazo de 30 (trinta) dias contados da cientificação do ato fiscal impugnado.
Mesmo perempta, a impugnação será encaminhada à Unidade de Julgamento Singular, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa do crédito tributário contestado.
A apresentação de impugnação à autoridade incompetente não induzirá perempção ou caducidade, devendo ser encaminhada, de ofício, a quem de direito.
O processo recebido pelo órgão preparador será remetido à autoridade notificante para, no prazo de 10 (dez) dias, prestar as informações, juntar os documentos necessários à defesa do ato praticado, além de requerer perícias ou diligências que julgar necessárias.
Instruído o processo, será distribuído ao Julgador de Processos Fiscais, que proferirá decisão, observando o seguinte:
a decisão deverá ser precedida de relatório, o qual será uma síntese de todo o processo;
todas as questões levantadas na impugnação deverão ser analisadas;
serão decididas primeiro as preliminares e depois o mérito;
deverá ser pronunciado o provimento ou desprovimento da impugnação;
a decisão deverá ser fundamentada, expondo as razões do provimento ou desprovimento;
deverão ser expressos os efeitos da decisão e o prazo para seu cumprimento ou interposição de recurso.
Parágrafo único. O Julgador de Processos Fiscais poderá baixar o processo em diligência, a ser cumprida no prazo de 10 (dez) dias, a fim de sanar eventuais falhas que prejudiquem o julgamento do feito.
CAPÍTULO IV
DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA
Seção I
Dos Recursos
São facultados os seguintes recursos perante o Conselho Municipal de Contribuintes:
recurso ordinário;
pedido de esclarecimento;
pedido de reconsideração.
Subseção I
Do Recurso Ordinário
Das decisões do Julgador de Processos Fiscais caberá recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, que deverá ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que se considerar feita a intimação da decisão:
pelo sujeito passivo;

pelo Julgador de Processos Fiscais, de ofício, no corpo da própria decisão, sempre que esta for contrária à Fazenda Pública e exonerar total ou parcialmente o sujeito passivo do pagamento do crédito tributário.
O Conselho Municipal de Contribuintes, caso o Julgador de Processos Fiscais não o tenha interposto, terá o recurso por havido, se presentes os seus pressupostos.
Mesmo perempto, será o recurso encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa do crédito tributário impugnado.
A decisão que anular, por vício formal, o lançamento efetuado, não estará sujeita ao reexame necessário previsto no inciso II deste artigo.
Do recurso em face de decisão que não conhecer da impugnação apresentada, o Conselho Municipal de Contribuintes apreciará exclusivamente as causas que motivaram o não conhecimento.
Reformada a decisão nos termos do § 4º, os autos serão remetidos à Unidade de Julgamento Singular para apreciação do mérito.
Durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo, pessoalmente ou através de seu procurador, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, permitidas réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos.
Cada Conselheiro pode, durante a sessão:
pedir vistas do processo;
propor a realização de diligências a fim de sanar eventuais falhas que prejudiquem o julgamento do feito, que deverão ser cumpridas no prazo de 10 (dez) dias.
As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente do Conselho o voto de desempate.
A tramitação do processo no Conselho Municipal de Contribuintes far-se-á de acordo com as normas do seu Regimento Interno, observado o seguinte:
será dado vista do processo ao Representante da Fazenda, que deverá manifestar-se sobre a matéria, por escrito;
os processos serão distribuídos por sorteio, ao relator;
o relator ou o Representante da Fazenda poderão solicitar ao Presidente as diligências que julgarem necessárias;
as pautas de julgamento serão publicadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
As partes poderão apresentar razões e documentos suplementares até a publicação da pauta de julgamento.
Da apresentação de razões e documentos na forma do § 1º, será dado oportunidade à parte contrária, para manifestar-se por escrito, querendo.

Subseção II
Do Pedido de Esclarecimento
Cabe pedido de esclarecimento ao relator do acórdão, de decisão do Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva cientificação, quando a decisão recorrida:
for omissa, contraditória ou obscura;
deixar de apreciar matéria de fato ou de direito alegada na petição.
O relator levará a julgamento o pedido de esclarecimento na reunião subsequente à do seu recebimento, dispensada a prévia publicação de pauta.
Não será conhecido o pedido que for considerado manifestamente protelatório ou vise indiretamente a reforma da decisão.
Subseção III
Do Pedido de Reconsideração
A Procuradoria-Geral do Município, o Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento ou o sujeito passivo poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da cientificação do sujeito passivo, interpor pedido, apenas com efeito devolutivo, visando a reconsideração de decisão de mérito não unânime do Conselho Municipal de Contribuintes, proferida em recurso ordinário de que não caiba mais recurso.
A decisão de mérito poderá ser reconsiderada pelo Conselho Municipal de Contribuintes quando:
violar literal disposição de lei;
for contrária à prova dos autos;
contrariar jurisprudência assente do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;
se basear em prova cuja falsidade seja demonstrada no pedido de reconsideração;
for apresentado documento novo, cuja existência se ignorava na ocasião do julgamento, que por si só possa modificá-lo;
fundada em erro de fato, resultante de atos ou documentos dos autos.
Não cabe pedido de reconsideração de decisão que anulou lançamento por erro formal.
No processo e julgamento do pedido de reconsideração, aplicar-se-ão, naquilo que for compatível, as regras atinentes ao recurso ordinário.
Fica assegurado ao Município o direito de recorrer ao Poder Judiciário contra decisão de pedido de reconsideração interposto na forma deste artigo.
CAPÍTULO V
DAS DILIGÊNCIAS E PERÍCIAS
O órgão julgador determinará, de ofício ou a requerimento, a realização de diligências ou perícias, quando entender necessárias, designando desde logo o perito e o prazo para a entrega do laudo.
O requerimento de diligência ou perícia deve indicar os motivos que a justifiquem e serão realizadas na forma prevista em regulamento, correndo por conta do requerente o seu custo.
Deferida a perícia, o sujeito passivo e a Fazenda Pública serão intimados para indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos no prazo de 15 (quinze) dias.
Será indeferida a realização de perícia ou diligência quando:
forem considerados suficientes os elementos presentes nos autos para a formação do convencimento;
seja destinada a apurar fatos vinculados à escrituração comercial ou fiscal ou a documentos que estejam na posse do requerente e que possam ser juntados aos autos;
a prova do fato não depender de conhecimento técnico especializado;
a verificação for impraticável;
requerida em segunda instância e não provada a ocorrência de fato novo.
A decisão que indeferir o pedido de diligência ou de perícia deverá ser fundamentada, especificando as razões do indeferimento.
Ao Conselho Municipal de Contribuintes cabe apreciar pedido de revisão da decisão que indeferir, em primeira instância, a diligência ou a perícia.
O pedido a que se refere o § 2° será apreciado na forma determinada pelo Regimento Interno do Conselho.
CAPÍTULO VII
DA EFICÁCIA DAS DECISÕES
São definitivas as decisões:
de primeira instância quando esgotado o prazo para recurso voluntário;
de segunda instância quando não caiba mais recurso ou, quando cabível, não tenha sido tempestivamente proposto.
Parágrafo único. Serão também definitivas as decisões de primeira instância, na parte que não for objeto de recurso ordinário ou que não estiver sujeita a recurso de ofício.

O prazo para cumprimento das decisões definitivas será de 30 (trinta) dias contados da data em que se considerar efetuada a intimação do sujeito passivo.

Parágrafo único. Na falta de disposição expressa na legislação tributária, o prazo para cumprimento de despacho será de 05 (cinco) dias contados da data em que se considere cientificado aquele que o deva cumprir.

LIVRO TERCEIRO

DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

TÍTULO I

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Integra o sistema tributário municipal o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o disposto no Art. 182, § 4º, inciso II da Constituição Federal, regulamentado pela Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, e instituído no Art. 301º e seguintes deste Código, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana:

será progressivo em razão do valor do imóvel, de acordo com a Tabela “A” e “B” do Art. 300º;

terá alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel, conforme a Tabela “C” do Art. 300º.

CAPÍTULO II

DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana incide sobre a propriedade, a posse ou o domínio útil de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definido em lei civil, localizado na zona urbana do Município ou em áreas a ela equiparadas por lei, inclusive nos distritos municipais.

Para os efeitos deste imposto, entendem-se como zona urbana aquelas definidas na legislação municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 02 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

abastecimento de água;

sistema de esgotos sanitários;

rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;

escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizadas fora das zonas definidas nos termos do § 1º.

O imposto incide, também, sobre o imóvel, que embora não localizado na zona urbana, seja utilizado como sítio de recreio e cuja eventual produção não se destine ao comércio.

O imposto sobre propriedade Predial e Territorial Urbana incide sobre:

imóveis sem edificações;

imóveis com edificações;

Considera-se terreno:

imóveis sem edificações;

imóveis com edificações em andamento e em demolição ou cuja obra esteja paralisada, bem como edificações condenadas ou em ruínas;

os imóveis cuja edificação seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;

os imóveis em que houver edificação considerada a critério da administração como inadequada, seja pela situação, dimensão ou utilidade da mesma;

os imóveis destinados a estacionamentos de veículos e depósitos de materiais, desde que a construção seja desprovida de edificação.

Considera-se prédio:

todos os imóveis edificados que possam ser utilizados para habitações ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a denominação, forma ou destino desde que não compreendido no artigo anterior;

os imóveis edificados na zona rural, quando utilizados em atividades comerciais e outros com objetivo de lucro, diferente das finalidades necessárias para obtenção de produção agrícola e sua transformação.

Prevalecerá a incidência do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, sempre que este for maior do que o Imposto sobre a Propriedade Predial, nas seguintes hipóteses:

terrenos cujas edificações tenham sido feitas sem licença ou em desacordo com a licença;

terrenos nos quais exista construção autorizada a título precário na forma do Art. 279º, III.

Nos casos em que exista construção em terreno cuja área exceda a dez vezes a área construída e a que estiver vinculada, ocorrerá também incidência do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana.

Não se considera excedente a área:

onde existirem florestas ou densa arborização, conforme definido na legislação federal pertinente;

que apresentar inclinação média superior a trinta por cento;

que for utilizada para cultura extrativa vegetal, assim reconhecida pelo órgão municipal competente;

definida como Unidade de Conservação da Natureza por legislação federal, estadual ou municipal.

A mudança de tributação predial para territorial, ou de territorial para predial, somente prevalecerá, para efeito de cobrança do imposto respectivo, a partir do exercício seguinte àquele em que ocorrer o evento causador da alteração, quando comunicado pelo contribuinte.

Parágrafo Único. A alteração nas características do imóvel que venha modificar a sua tributação será lançada de ofício no cadastro imobiliário, sendo devida de imediato qualquer diferença de imposto porventura existente.

O fato gerador do imposto ocorre no 1º (primeiro) dia do mês de março de cada exercício financeiro.

CAPÍTULO III

DO SUJEITO PASSIVO

São contribuintes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel, nos termos definidos nesta Lei.

CAPÍTULO IV

DAS ISENÇÕES

São isentos do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana:

os imóveis cedidos gratuitamente em sua totalidade para uso da União, do Estado ou do Município e suas autarquias;

os imóveis cedidos ao Município a qualquer título, desde que o contrato estabeleça o repasse do ônus tributário, observado o §1º deste artigo;

o único imóvel que sirva de residência ao contribuinte, cujo valor venal não ultrapasse o limite de R$ 25.005,00 (vinte e cinco mil e cinco reais);

a parcela dos imóveis com restrição para urbanização, segundo a legislação sobre planejamento físico do Município;

total ou parcialmente os imóveis considerados de preservação histórica, conforme legislação específica;

os imóveis de propriedade das sociedades culturais, esportivas e recreativas, devidamente registradas no Departamento de Cultura do Município, desde que utilizados em suas finalidades essenciais e:
não ofereçam remuneração aos seus dirigentes;
mantenham cursos ou escolinhas destinadas a prática das diversas categorias desportivas e ofereçam, comprovadamente, pelo menos 30% (trinta por cento) de suas vagas gratuitamente a membros da comunidade não associadas à entidade.
os imóveis das associações desportivas e dos clubes amadores, utilizados em suas finalidades essenciais, desde que reconhecidas de utilidade pública por lei municipal;
o patrimônio das Associações de Pais e Amigos de Excepcionais – APAE, Associação de Pais e Professores - APP dos estabelecimentos escolares devidamente autorizados pelo Conselho Estadual de Educação, das Associações de Moradores, das Associações de Bairros, dos Centros Comunitários, sem fins lucrativos, desde que utilizados em suas finalidades essenciais;
a parcela dos imóveis que estiver localizada em área reservada para futura execução de obras públicas, sendo que, enquanto as mesmas não forem concluídas, ou não tiverem o seu cancelamento da execução confirmado, a alíquota incidente sobre o remanescente será aquela aplicada a terrenos edificados;
o único imóvel pertencente a ex-combatente da Segunda Guerra Mundial e a ex- integrante da Força Expedicionária Brasileira, utilizado como residência do mesmo ou de sua viúva, cujo valor venal não ultrapasse o quadruplo do valor previsto no inciso III deste artigo;
o único imóvel de propriedade, posse ou domínio útil de aposentados e/ou pensionistas, desde que lhes sirva de residência e que a renda familiar não ultrapasse 2 (dois) salários mínimos vigentes na data do requerimento da isenção, cujo valor venal do imóvel não ultrapasse o quadruplo do valor previsto no inciso III deste artigo, persistindo o direito à isenção após o seu falecimento, desde que a unidade continue a servir de residência ao cônjuge ou companheiro sobrevivente e que seus ganhos mensais sejam iguais ou inferiores a 2 (dois) salários mínimos;
proporcionalmente, os aposentados e/ou pensionistas que preencherem as condições do inciso XI deste artigo e que percebam além de 2 (dois) salários mínimos até o limite de 6 (seis) salários mínimos, de acordo com a seguinte forma:
Renda familiar acima de 2 (dois) até 3 (três) salários mínimos = isenção de 70%
Renda familiar acima de 3 (três) até 4 (quatro) salários mínimos = isenção de 50%
Renda familiar acima de 4 (quatro) até 6 (seis) salários mínimos = isenção de 30%
o imóvel residencial unifamiliar em que o sujeito passivo for deficientes físicos com impossibilidade total de trabalho e a pessoas portadoras de patologia crônica grave e incapacitante, quando for impossível o adimplemento da obrigação tributária pelo contribuinte sem prejuízo da sua subsistência;
os imóveis de propriedade e uso das entidades sindicais patronais ou entidades representativas de classe, desde que usado em suas finalidades essenciais, sem fins lucrativos;
O único imóvel de propriedade e uso das entidades de Maçonaria, Rotary Club e Lions Club, desde que usado em suas finalidades essenciais, sem fins lucrativos;
Para implantação de novos loteamentos, fica concedida quanto a estes, isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir do registro imobiliário. As obrigações acessórias e eventual prorrogação do prazo serão na forma da Lei que vier a regulamentar;
A microempresa e empresa de pequeno porte, no ano de exercício seguinte ao de sua instalação, incidente sobre o único imóvel próprio, alugado ou cedido, utilizado por esta.
Na hipótese do inciso II, a isenção prevalecerá a partir do mês seguinte ao da ocorrência do fato mencionado e será suspensa no exercício posterior ao da rescisão ou do término do contrato de cessão, exceto se o IPTU integral já tenha sido quitado pelo titular, hipótese em que a isenção prevalecerá a partir do ano seguinte.
Não elide o benefício previsto no inciso XI a co-titularidade entre cônjuges ou companheiros (art. 226, §3º, da Constituição Federal), desde que qualquer deles seja aposentado ou pensionista, a soma dos ganhos mensais de ambos não ultrapasse 2 (dois) salários mínimos e nenhum deles seja titular de outro imóvel.
Persiste com o direito à isenção de que trata o inciso XI o filho menor, que, após o falecimento do titular do imóvel, continue nele residindo, tenha renda mensal inferior ou igual a 2 (dois) salários mínimos e não seja titular de outro imóvel.
A isenção prevista no inciso XIII será efetivada em caráter individual, por despacho do Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, ou pessoa por ele nomeada, em requerimento previamente analisado por Assistente Social, do Quadro de Servidores de Carreira do Município, lotada na Secretaria de Assistência Social.
No requerimento citado no § 4º, o contribuinte deverá fazer prova do preenchimento das condições e dos requisitos previstos para a concessão do benefício, juntando cópias dos documentos de identidade e cadastro de pessoa física, atestados médicos, bem como quaisquer documentos que façam prova do alegado, declaração do INSS, quando for o caso, e documentos comprobatórios da propriedade do imóvel para o qual se requer a isenção do imposto.
No despacho que reconhecer o direito à isenção prevista no inciso XIII, poderá ser determinada a suspensão do requerimento para períodos subsequentes, enquanto forem satisfeitas as condições exigidas para a sua concessão.
O despacho que conceder a isenção prevista no inciso XIII, não gera direito adquirido.
Para fins de apuração do disposto no § 6º, poderá o Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, ou pessoa por ele designada, a qualquer tempo, exigir novamente a apresentação dos documentos elencados no § 5º.
No despacho que reconhecer o direito à isenção prevista no inciso XIII, poderá o Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, ou pessoa por ele nomeada, com fundamento nos documentos comprobatórios e no parecer da Assistente Social, remir as dívidas do imóvel objeto do requerimento, relativas ao período em que, comprovadamente, o beneficiário preencher os requisitos.
Para os efeitos do inciso XIII deste artigo, independe a residência do titular sobre o imóvel, desde que esta condição seja resultado da patologia ou deficiência que lhe obrigue a ser acompanhado por outra pessoa.
Para os efeitos dos incisos X, XI, XII e XIII deste artigo, havendo mais de uma residência estabelecida sobre o imóvel, a do titular será isentada da obrigação com o IPTU, sendo este lançado sobre a parcela restante do imóvel e suas acessões.
Nos terrenos localizados em áreas de preservação permanente, definidas na legislação municipal e com restrição à urbanização, a incidência do imposto dar-se-á apenas sobre a área efetivamente utilizada ou em que seja permitida a ocupação.
Para os efeitos do inciso XVI deste artigo, considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
A isenção prevista no inciso XVI deste artigo abrangerá exclusivamente o imposto incidente sobre os lotes que ainda não tenham sido comercializados pelo loteador ou seu sucessor ou que, prometidos a venda, tenham voltado ao seu patrimônio por qualquer razão.
As isenções previstas no Art. 285º, condicionam-se ao seu reconhecimento pelo Órgão Fazendário do Município, na forma estabelecida no Art. 113º.
Parágrafo único. A isenção somente será concedida se o imóvel estiver quite com a Fazenda Municipal e terá vigência a partir da data em que foi protocolado o pedido.
As isenções previstas nos incisos VI, VII VIII, IX, XI, XII, XIIIc), XIV e XV do Art. 285º, serão concedidas pelo prazo de 2 (dois) anos, e até 30 de junho do segundo ano o beneficiário deverá protocolar o pedido de renovação.

As isenções previstas nos incisos IV, V, X do Art. 285º serão renovadas a cada 5 (cinco) anos.
O beneficiário das isenções previstas neste capítulo é obrigado a comunicar à Órgão Fazendário do Município, no prazo de 30 dias, qualquer ocorrência que possa implicar no cancelamento do beneficio.
A isenção será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfaça ou deixe de cumprir os requisitos para a concessão do benefício, cobrando-se o crédito atualizado monetariamente, acrescido de juros de mora e multa por infração de 100% (cem por cento) do valor do imposto, nos casos de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro.
CAPÍTULO V
BASE DE CÁLCULO
Seção I
Disposições Gerais
A base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana é o valor venal do imóvel, no tempo em que se materializar o fato gerador.
Parágrafo único. Da aplicação dos critérios de apuração da base de cálculo, previstos neste Capítulo, não poderá resultar valor venal superior ao valor real do imóvel.
A administração tributária fará a apuração do valor venal da propriedade predial e territorial urbana através de elementos e dados por ela conhecidos, especialmente pelos dados existentes no cadastro imobiliário.
Para efeito de cálculo do valor venal, considera-se unidade imobiliária a edificação mais a área ou fração ideal do terreno a ela vinculada.
O valor venal da unidade imobiliária será apurado de acordo com os seguintes indicadores:
Preços correntes de transações efetivamente realizadas;
Zoneamento urbano*;*
Características do logradouro e da região onde o imóvel está localizado;
Características do terreno, como:
Área;
Topografia, forma e acessibilidade.
Ofertas à venda no mercado imobiliário;
Custo de reprodução;
Tipo de edificação e padrão de acabamento.
Qualidade, tipo e ocupação;
O ano da construção.
Em se tratando de edifício de apartamentos, a tributação será sempre correspondente à do logradouro para o qual a unidade imobiliária faça frente, assim considerado aquele onde se localize a entrada principal.
Seção II
Da Planta Genérica de Valores
O Poder Executivo procederá, anualmente, através da Planta de Valores Genéricos, à avaliação dos imóveis para fins de apuração do valor venal.
A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana é o valor venal da unidade imobiliária edificada que será determinado através da multiplicação da área construída pelo valor unitário padrão de cada tipo de edificação, aplicados os fatores corretivos dos componentes da construção somado o resultado ao valor do terreno.
A área é obtida através dos contornos externos das paredes ou pilares, computando-se também a superfície:
das sacadas, varandas e terraços, cobertos ou descobertos, de cada pavimento;
dos jiraus e mezaninos;
das garagens ou vagas cobertas;
das áreas destinadas ao lazer, somente se edificadas, cobertas ou descobertas, inclusive as quadras de esporte e piscinas, na proporção das respectivas frações ideais, quando se tratar de condomínio;
das áreas abrigadas sob estruturas em balanço que não constituem beirais;
das demais edículas e dependências não incluídas nos itens anteriores, na proporção das respectivas frações ideais.
No caso de piscinas, a área será obtida através da medição do espelho d'água.
O valor unitário padrão (Vu) é o valor do metro quadrado de construções, apurado para o exercício fiscal a que se referir o lançamento para cada um dos logradouros ou trechos de logradouros no Município, na forma fixada por lei específica que instituirá a Planta Genérica de Valores (PGV) e os critérios para sua atualização.
A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana é o valor venal do imóvel não edificado, assim entendido o valor que este alcançaria para compra e venda à vista, segundo as condições do mercado.
O valor venal do imóvel não edificado será obtido através da multiplicação de sua área pelo valor médio por metro quadrado territorial (Vm) do logradouro e ainda por fatores de correção, conforme fórmulas e fatores constantes da Planta Genérica de Valores (PGV).
No cálculo do valor venal de imóveis onde existam quadras de esportes, a área total do imóvel será apurada adicionando-se à área de construção as das quadras de esportes, estas com redução de 30% (trinta por cento), se cobertas, e de 60% (sessenta por cento), se descobertas.
Quando num mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada a fração ideal do terreno pela fórmula seguinte, desde que não haja referência às frações no Registro Geral de Imóveis:
Fração ideal = área do terreno x área construída da unidade
área total construída
As benfeitorias que pertençam a diversas pessoas e estejam situadas em terreno de um único proprietário, mesmo que ainda não desmembrado, serão inscritas para fins meramente fiscais no Cadastro Imobiliário, calculando-se a fração ideal, na forma do § 3º fazendo constar o caráter precário da inscrição em nome do possuidor a qualquer título.
A área a ser levada em conta na apuração da base de cálculo do Imposto Predial que assenta sobre imóvel onde se faça revenda de combustíveis e lubrificantes será a maior das seguintes:
a efetivamente construída;
a de ocupação horizontal máxima do terreno para construção permitida em Lei para o local.
O Mapa de Valores Genéricos conterá a Planta de Valores de Terrenos e a Tabela de Preços de Construção que fixarão, respectivamente, os valores unitários do metro quadrado de terreno e do metro quadrado de construção que serão atribuídos:
a lotes, a quadras, à face de quadras, a logradouros ou a regiões determinadas, relativamente aos terrenos;
a cada um dos padrões previstos para os tipos de edificação, relativamente às construções.
Os valores do metro quadrado dos imóveis prediais e territoriais fixados pela Planta Genérica de Valores serão atualizados monetariamente, por ato do Executivo, anualmente, até 30 (trinta) de dezembro, com base na variação da inflação, pelo mesmo índice adotado para atualizar os créditos da Fazenda Municipal.

Deverá ser feita por lei específica a atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) que acarrete aumento dos valores venais dos imóveis em índice maior do que a variação da inflação, levando-se em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas recebidas pela área onde se localizem, bem como os preços correntes no mercado.

Parágrafo Único. A atualização será realizada por comissão mista nomeada por decreto e composta de representantes do Poder Executivo e da sociedade, tendo necessariamente entre os seus integrantes engenheiros civis e representantes do mercado imobiliário.

CAPÍTULO VI

DAS ALÍQUOTAS

O imposto predial e territorial urbano será cobrado sobre o valor venal do imóvel, de acordo com alíquotas progressivas específicas em relação ao valor venal do imóvel, dispondo de alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel, na forma das tabelas seguintes:

TABELA "A" – ALÍQUOTAS INCIDENTES PARA EDIFICAÇÕES IMÓVEIS RESIDENCIAIS

IPTU Imóveis Residenciais	
Valor Venal por Faixas	**Alíquotas**
Até R$22.320,00	0,30
De R$ 22.320,01 a R$ 32.209,20	0,36
De R$ 32.209,21 a R$ 62.072,50	0,43
De R$ 62.072,51 a R$ 128.218,68	0,52
De R$ 128.218,69 a R$ 231.500,00	0,62
acima De R$ 231.500,01	0,75

TABELA "B" – ALÍQUOTAS INCIDENTES PARA EDIFICAÇÕES
IMÓVEIS NÃO RESIDENCIAIS

IPTU Imóveis não Residenciais	Alíquotas	0,8%

TABELA "C" – ALÍQUOTAS INCIDENTES PARA TERRENOS CONFORME LOCALIZAÇÃO

IPTU Alíquotas incidentes para terrenos	
Setor Fiscal	**Alíquotas**
1 e 2	3,00%
3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9	1,50%

A partir de 1º de março do exercício seguinte àquele em que for aprovado o Plano Diretor do Município, de acordo com as normas previstas na respectiva lei e, em cumprimento ao disposto no art. 156, §1º, e art. 182, ambos da Constituição Federal, os terrenos vagos, subutilizados ou não utilizados, ficarão sujeitos ao imposto predial e territorial urbano (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de 05 (cinco) anos consecutivos.

Parágrafo Único. Considera-se subutilizado o imóvel cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no Plano Diretor ou na legislação dele decorrente.

O proprietário de imóvel, sem edificações (baldio), será notificado pelo Poder Executivo Municipal para o cumprimento da obrigação de construir sob o mesmo imóvel, devendo a notificação ser averbada no cartório de registro de imóveis, sendo realizada da seguinte forma:

por funcionário do órgão competente do Poder Público Municipal, ao proprietário do imóvel ou, no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administração;

por edital quando frustrada, por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I.

Os prazos para que o contribuinte implemente a obrigação referida no parágrafo anterior, são de:

um ano, a partir da notificação, para que seja protocolado o projeto no órgão Municipal competente;

dois anos, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras do empreendimento.

Em empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, a Municipalidade poderá prever, através de Decreto do Executivo, a conclusão da edificação de que trata o Art. 301º, em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o empreendimento como um todo.

Em caso de descumprimento das condições e dos prazos consignados nos §§ 1º e 2º deste artigo, o Município procederá a aplicação do Imposto, através de alíquotas progressivas, variáveis de acordo com o tempo em que o imóvel, situado no Município de Tapurah, permanecer desprovido de construções, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos, sendo:

Na forma da Tabela "C" do Art. 300º para as zonas fiscais 1 e 2:

4 % (quatro por cento) sobre o valor venal, até 1 (um) ano;

5 % (cinco por cento) sobre o valor venal, até 2 (dois) anos;

6 % (seis por cento) sobre o valor venal, até 3 (três) anos;

7 % (sete por cento) sobre o valor venal, até 4 (quatro) anos;

8 % (oito por cento) sobre o valor venal, até 5 (cinco) anos.

Na forma da Tabela "C" do Art. 300º para as zonas fiscais 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9:

2,5 % (dois e meio por cento) sobre o valor venal, até 1 (um) ano;

3,5 % (três e meio por cento) sobre o valor venal, até 2 (dois) anos;

4,5 % (quatro e meio por cento) sobre o valor venal, até 3 (três) anos;

5,5 % (cinco e meio por cento) sobre o valor venal, até 4 (quatro) anos;

6,5 % (seis e meio por cento) sobre o valor venal, até 5 (cinco) anos.

Caso a obrigação de edificar não seja atendida em 5 (cinco) anos, o Município manterá a cobrança da alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação.

É vedada a concessão de isenções e anistias relativas à tributação progressiva de que trata o caput deste artigo.

A transmissão do imóvel, por ato *inter vivos* ou causa mortis, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de edificação prevista no Art. 301º, sem interrupção de quaisquer prazos.

Decorridos 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de edificação, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública, de acordo com o disposto no art. 8º da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).

Os loteadores proprietários de no máximo 02 (dois) imóveis não edificados ficam isentos da tributação progressiva, aplicando-se a estes a alíquota da Tabela "C" do Art. 300º.

O contribuinte, proprietário de terreno baldio, que der início a quaisquer obras licenciadas no imóvel, dentro do prazo previsto no § 1º do Art. 301º, terá excluída a aplicação das alíquotas progressivas no cômputo do Imposto a pagar nos exercícios seguintes, sendo o cálculo do Imposto realizado, aplicando-se a alíquota fixa, prevista na Tabela "C" do Art. 300º, até a conclusão da edificação.

Parágrafo Único. Na hipótese em que a paralisação da obra ultrapassar o período de 12 (doze) meses, o contribuinte estará sujeito as alíquotas progressivas, até que cesse a paralisação.

A progressividade das alíquotas é automaticamente excluída quando da emissão do "habite-se", sendo que no exercício seguinte, o Imposto passa a ser apurado de acordo com a alíquota constante no Art. 300º desta Lei.

CAPÍTULO VII

DO LANÇAMENTO

Seção I

Das Disposições Gerais

O lançamento do imposto será procedido de ofício pela autoridade fazendária, anualmente, no início de cada exercício financeiro, com base nos dados constantes no cadastro imobiliário do Município.

O lançamento poderá ser feito para cada unidade imobiliária autônoma.

Poderão, a critério da administração pública, ser lançados junto com o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, outros tributos municipais.

Se verificada no cadastro imobiliário a falta de dados necessários ao lançamento do imposto, decorrente da existência de imóvel não cadastrado, nos casos de reforma ou modificação do uso sem a prévia licença do órgão competente, o lançamento será efetuado com base nos dados apurados mediante procedimento fiscal.

Não sendo cadastrado o imóvel, por omissão de sua inscrição, o lançamento será feito de ofício em qualquer época, com base nos elementos que a repartição fiscal coligir, esclarecida esta circunstância nos termos da inscrição.

O lançamento será feito em nome do proprietário, titular do domínio útil, detentor ou possuidor do imóvel a qualquer título.

Também será feito o lançamento:

no caso de condomínio indiviso, em nome de todos, alguns ou de um só condômino, pelo valor total do imposto;

no caso de condomínio diviso, em nome de cada condômino, na proporção de sua parte;

não sendo conhecido o proprietário, em nome de quem esteja no uso e gozo do imóvel.

Seção II

Da Notificação do Lançamento

O lançamento do imposto será notificado aos sujeitos passivos de forma global e impessoal, através de publicação única de edital, em jornal de grande circulação local, contendo:

a notificação do lançamento;

a data do vencimento do imposto para pagamento em parcela única e do vencimento da primeira parcela em caso de pagamento parcelado;

o prazo para recebimento do carnê de pagamento no endereço de cobrança do imóvel do sujeito passivo ou seu representante legal;

o prazo para o sujeito passivo solicitar o carnê do pagamento junto à Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento ou no local que esta indicar, caso não o tenha recebido na forma do inciso III.

Para todos os efeitos de direito, presume-se feita a notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, 10 (dez) dias após o prazo previsto no inciso III.

A presunção referida no § 1º é relativa e poderá ser ilidida, pela comunicação do não recebimento do carnê de pagamento, protocolada pelo sujeito passivo junto à Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento em até 10 (dez) dias, contados do prazo do inciso III.

A regra prevista nos §§ 1 º e 2 º deste artigo aplica-se também aos contribuintes ou responsáveis que não informaram ou não atualizaram o endereço junto ao Cadastro Imobiliário, e que devam retirar os seus carnês de pagamento conforme o que determina o inciso IV.

Seção III

Da Revisão do Lançamento

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data prevista no inciso III do Art. 307º, pedido de revisão fundamentado à Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, para reavaliação.

Continuando em desacordo, é facultado ao contribuinte encaminhar impugnação, na forma disciplinada neste Código.

O pedido de revisão contra o lançamento do IPTU de que trata o caput deste artigo suspende a exigibilidade do crédito tributário.

CAPÍTULO VIII

DO PAGAMENTO E DA MORA

O imposto a ser pago no exercício poderá ser parcelado em até 6 (seis) vezes, sendo as datas de vencimento, a forma e quantidade de parcelas fixadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R$ 30,00 (trinta reais).

Poderá ser concedido desconto a ser definido em norma que regulamente o lançamento do IPTU no ano de exercício para pagamento integral efetuado até a data do vencimento da cota única, desde que inexistam débitos vencidos até 31/12 do ano de exercício anterior, relativos ao imóvel beneficiado.

CAPÍTULO IX

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

O descumprimento da obrigação prevista nos Art. 137º, Art. 140º, Art. 138º e Art. 140º que venha a resultar em não pagamento do imposto sujeita o infrator à seguinte penalidade mediante procedimento fiscal:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MULTA
1	Falta de pagamento, no todo ou em parte, por imóvel não inscrito e seus acréscimos:	50% (cinquenta por cento) sobre o imposto devido;

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Os valores unitários do metro quadrado da construção e do terreno serão atualizados anualmente de acordo com critérios estabelecidos nesta Lei, vedada a atualização por Decreto superior ao INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE) ou outro índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo único. Será considerado edificado o imóvel com construção que possa servir à habitação, uso ou recreio, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, exceto quando:

a construção estiver em andamento ou paralisada;

a construção tiver sido condenada ou estiver em ruínas;

o terreno for ocupado por telheiro ou barracão rudimentar ou provisório.

TÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS, A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO A CESSÃO DE DIREITOS À SUA AQUISIÇÃO.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Integra o sistema tributário municipal o Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acessão Física, e de Direitos Reais Sobre Imóveis, Exceto os de Garantia, bem como a Cessão de Direitos à sua Aquisição.

CAPÍTULO II

DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

O Imposto de que trata este Título tem como fato gerador:

a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física, como definidos na lei civil;

a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Considera-se ocorrido o fato gerador:

na transmissão de bens imóveis ou na cessão de direitos reais a eles relativos, que se formalizar por escritura pública, na data de sua lavratura;

na transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital e na transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, na data da formalização do título hábil a operar a transmissão;

nas transmissões de bens imóveis ou de direitos reais a eles relativos, não referidos nos incisos anteriores, na data do registro do ato no ofício competente.

Na dissolução da sociedade conjugal, o excesso de meação, para fins do imposto, é o valor em bens imóveis, incluído no quinhão de um dos cônjuges, que ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do total partilhável.

Na cessão de direitos hereditários formalizada no curso do inventário, para fins de cálculo do imposto, a base de cálculo será o valor dos bens imóveis que ultrapassar o respectivo quinhão.

No total partilhável e no quinhão, mencionados nos parágrafos anteriores, serão considerados apenas os bens imóveis.

Consideram-se bens imóveis para os fins do imposto:

o solo com sua superfície, os seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo as árvores e os frutos pendentes, o espaço aéreo e o subsolo;

tudo quanto o homem incorporar permanentemente ao solo, como as construções e a semente lançada à terra, de modo que não se possa retirar sem destruição, modificação, fratura ou dano;

O Imposto é devido quando os bens imóveis transmitidos, ou sobre os quais versarem os direitos, se situarem no território deste Município, ainda que a mutação patrimonial decorra de ato ou contrato celebrado ou de sucessão aberta fora do respectivo território.

CAPÍTULO III

DA IMUNIDADE E DA NÃO INCIDÊNCIA

Seção I

Da Imunidade

São imunes ao Imposto:

a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere aos imóveis vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;

templos de qualquer culto;

os partidos políticos, inclusive suas fundações, as entidades sindicais dos trabalhadores, as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos da Lei;

a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital e a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

A imunidade prevista no inciso I não se aplica aos imóveis relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar o imposto relativo ao bem imóvel.

A imunidade prevista nos incisos II e III, compreende somente os imóveis relacionados com as finalidades essenciais das entidades neles mencionadas.

Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no inciso IV:

se mais de 50% da receita operacional da pessoa jurídica adquirente dos bens ou direitos decorrer das transações mencionadas no inciso IV, e

se a preponderância ocorrer: nos dois anos anteriores e nos dois anos subsequentes à data do título hábil a operar a transmissão, considerando um só período de apuração de quatro anos; ou nos três primeiros anos seguintes à data da referida transmissão, caso a pessoa jurídica adquirente inicie suas atividades após a data do título hábil a operar a referida transmissão ou a menos de dois anos antes dela, considerando um só período de apuração de três anos.

A pessoa jurídica adquirente de imóveis ou de direitos a eles relativos, nos termos do inciso IV deste artigo, deverá apresentar à Fiscalização da Receita Municipal, demonstrativo de sua receita operacional, no prazo de 60 dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao do término do período que serviu de base para a apuração da preponderância.

Verificada a preponderância referida no inc. IV deste artigo ou não apresentada a documentação prevista no § 4º deste artigo, tornar-se-á devido o imposto atualizado acrescido dos encargos de mora (multa e juros) calculados até a data da emissão da guia de arrecadação, no caso de estar expirado o prazo legal para recolhimento do imposto, ou atualizado até a data da emissão da guia de arrecadação, no caso de ainda não estar expirado o prazo para recolhimento do imposto.

O disposto neste artigo não dispensa as entidades nele referidas da prática de atos assecuratórios do cumprimento, por terceiros, das obrigações tributárias decorrentes deste Código.

Seção II

Da Não-Incidência

O imposto não incide:

na transmissão do domínio direto ou da nua-propriedade;

na desincorporação dos bens ou dos direitos anteriormente transmitidos ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando reverterem aos primitivos alienantes;

na transmissão ao alienante anterior, em razão do desfazimento da alienação condicional ou com pacto comissório, pelo não cumprimento da condição ou pela falta de pagamento do preço, ou ainda por decisão judicial;

na retrovenda e na volta dos bens ao domínio do alienante em razão de compra e venda com pacto de melhor comprador;

no usucapião;

na extinção de condomínio, sobre o valor que não exceder ao da quota-parte de cada condômino;
na promessa de compra e venda;
na rescisão do contrato de promessa de compra e venda quando esta ocorrer pelo não cumprimento de condição ou pela falta de pagamento, ainda que parcial;
na cessão do contrato de promessa de compra e venda que não esteja registrada no Cartório de Registro de Imóveis;
na extinção do usufruto.
O disposto no inciso II deste artigo somente tem aplicação se os primitivos alienantes receberem os mesmos bens ou direitos em pagamento de sua participação, total ou parcial, no capital social da pessoa jurídica.
Fica dispensada a comprovação da exoneração tributária do ITBI para a lavratura de escritura pública e/ou registro no ofício competente nos casos das transmissões previstas nos incisos I, V, VII e IX deste artigo.
CAPÍTULO IV
DAS ISENÇÕES
Estão isentas do imposto:
a aquisição por Estado estrangeiro, de imóvel exclusivamente destinado a uso de sua missão diplomática ou consular;
a aquisição decorrente de investidura determinada por pessoa jurídica de direito público;
a aquisição de imóvel para residência própria, por uma única vez, por ex- combatente da Segunda Guerra Mundial, assim considerados os que participaram das operações bélicas como integrantes do Exército, da Aeronáutica, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante do Brasil;
a aquisição de bem ou direito resultante da declaração de utilidade pública ou de necessidade social, para fins de desapropriação;
a aquisição de bem ou direito resultante de projeto de regularização fundiária em áreas de baixa renda promovido por órgãos da administração indireta da União, do Estado de Mato Grosso ou do Município;
a transmissão decorrente de execução de planos de habitação para população de baixa renda, patrocinado ou executado por órgãos públicos ou seus agentes;
Parágrafo único. A isenção de que trata o inciso V será concedida pelo Órgão Fazendário do Município, a requerimento do agente promotor da regularização fundiária, em favor de todos os bens ou parcelas de bens incluídos no projeto.
Será isento o pagamento do imposto relativo à aquisição de imóvel, ou de direito real sobre imóvel, destinado à instalação de:
entidades sindicais de trabalhadores oficialmente reconhecidas, desde que destinado à sua sede ou a fins de natureza assistencial, cultural, recreativa ou desportiva;
associações de moradores, observadas as condições estabelecidas no inciso I;
federações e confederações das sociedades mencionadas nos incisos I e II.
O disposto neste artigo se aplicará enquanto a destinação do imóvel ou a finalidade da entidade adquirente não for modificada ou desvirtuada, nem transmitido o bem ou o direito real.
Ocorrida uma das hipóteses previstas no § 1º, o imposto não pago à época da transmissão será imediatamente devido, com os acréscimos legais contados da data em que houver ocorrido o fato causador da perda do benefício fiscal.
CAPÍTULO V
DO RECONHECIMENTO DAS EXONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS
É obrigatória a comprovação da exoneração tributária do ITBI, emitida pela Fazenda Municipal, para a lavratura de escritura pública e/ou registro no ofício competente.
Parágrafo único – O disposto neste artigo não se aplica aos reconhecimentos de imunidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, os quais ficam dispensados da formação de processo.
O reconhecimento da exoneração tributária não gera direito adquirido, tornando-se devido o imposto respectivo corrigido monetariamente desde a data da transmissão, se apurado que o beneficiado prestou informação falsa, ou, quando for o caso, deixou de utilizar o imóvel para os fins que lhe asseguraram o benefício.
CAPÍTULO VI
DA BASE DE CÁLCULO
Seção I
Disposições Gerais
A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel e dos bens ou direitos transmitidos, apurado na data do efetivo recolhimento do tributo.
Entende-se como valor venal o valor corrente de mercado do bem ou direito.
O valor venal será reduzido:
em se tratando de instituição de uso e usufruto e habitação, a 1/3 (um terço);
quando se tratar de direito de superfície, a 80% (oitenta por cento).
A construção realizada antes de escriturar o imóvel integrará a base de cálculo, salvo se for comprovado que as obras foram feitas, após o contrato de compra e venda, mediante apresentação de documentos comprobatórios inequívocos, sendo estes:
Alvará de Licença para Construção;
Contrato de Empreitada de mão-de-obra, com firma reconhecida;
Certidão de Regularidade da Situação da obra perante a Previdência Social;
Outros documentos inequívocos que comprovem ter sido a construção da edificação posterior a aquisição do imóvel.
Seção II
Do Arbitramento

Subseção I
Disposições Gerais
Sempre que as declarações ou informações não mereçam fé ou não tenham sido prestadas, a autoridade lançadora, caso o valor declarado pelo contribuinte seja inferior ao valor venal apurado para o imóvel ou negócio jurídico, mediante processo regular, arbitrará o valor venal no prazo de até 10 (dez) dias, realizando o lançamento de ofício do imposto.
Parágrafo único. O valor arbitrado pela autoridade fiscal passará a constar em base de dados da Secretaria de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, sendo utilizado como uma das fontes de referencia para lançamentos com características equivalentes em transações ulteriores.
Para fins de arbitramento da receita tributável, o Fisco Municipal também poderá levar em conta, dentre outros fatores:
os valores aferidos no mercado imobiliário;
as características da região, do terreno e da construção;
outros dados informativos tecnicamente reconhecidos.
Parágrafo Único. A base de cálculo, nas hipóteses expendidas nos incisos do caput, não será arbitrada em montante inferior aos valores fixados na planta de genérica de valores e nem poderá exceder aos valores de mercado.
Subseção II

Imóveis Urbanos

A autoridade fiscal fazendária poderá arbitrar o valor do negócio jurídico para imóvel urbano, acaso o valor venal do imóvel ou negócio jurídico seja superior ao declarado pelo contribuinte e terá como referência a apuração do valor venal de imóveis urbano, feita conforme normas, métodos e modelo matemático de avaliação fixados em Lei pela Planta Genérica de Valores proporcionais à área construída e o padrão da obra, assim como, pesquisa dos valores dos imóveis por todos os meios idôneos disponíveis, tais como obtenção de informações junto ao Cartório Extrajudicial em que será lavrada, averbada ou registrada a respectiva escritura pública, materiais publicitários divulgados pelas Imobiliárias, dentre outros, prevalecendo o maior valor, desde que não ultrapasse o valor de mercado.

Subseção III

Imóveis Rurais

Em se tratando de imóvel rural, quando for constatado que o valor declarado pelo interessado é incompatível com o de mercado, para fins de arbitramento pela autoridade fiscal fazendária, considerar-se-á como referência o valor da terra-nua e das benfeitorias aprovada em pauta por Lei Municipal com a definição dos valores mínimos por hectare, considerando na apuração, dentre outras, as seguintes características:

Localização em relação à sede do Município de Tapurah, dos Distritos e eventuais núcleos urbanos especificados em Lei;

Percentual de área pronta para atividade agropecuária;

Valor de mercado.

A pauta a que se refere o caput possui caráter de referência de valor mínimo, devendo a autoridade fiscal fazendária proceder a avaliação do imóvel de modo a identificar o valor corrente de mercado utilizando-se de todas as fontes legais disponíveis, de modo que o valor arbitrado pode ser superior ao valor mínimo presente na pauta.

Enquanto não houver sido aprovada por Lei a pauta prevista no caput, aplicar-se-á o valor médio arbitrado da terra-nua e das benfeitorias para outros imóveis rurais de características semelhantes pela autoridade fazendária, fazendo referencia aos lançamentos considerados, e na falta destes o definido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Mato Grosso ou por outro órgão de reconhecida idoneidade, vigente à data da ocorrência do fato gerador.

CAPÍTULO VII

DAS ALÍQUOTAS

A alíquota do imposto é:

nas transmissões efetuadas através de financiamento pelo Sistema Financeiro de Habitação – SFH com prazo mínimo de 60 (sessenta) meses:

sobre o valor efetivamente financiado: 1% (um por cento);

sobre o valor restante: 2% (dois por cento).

nas transmissões de terrenos destinados à construção de conjuntos residenciais de interesse social em que os adquirentes sejam cooperativas habitacionais autogestionárias, a alíquota será de 1% (um por cento), atendidos os seguintes requisitos:

os cooperados não poderão possuir renda superior a 04 (quatro) salários mínimos;

as cooperativas habitacionais deverão ser credenciadas pelo Município;

a obra deverá ser concluída num prazo máximo de 60 (sessenta) meses, contados da data do pagamento do imposto.

nas demais transmissões: 2% (dois por cento).

A adjudicação do imóvel pelo credor hipotecário ou a sua arrematação por terceiros está sujeita à alíquota de 2% (dois por cento), mesmo que o bem tenha sido adquirido antes da adjudicação com financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação.

Considera-se como parte financiada, para fins de aplicação da alíquota de 1% (um por cento), o valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço liberado para aquisição do imóvel.

Para fins de aplicação da alíquota prevista no inciso I, deverá o adquirente comprovar ser o único imóvel de propriedade deste no Município e destinado à residência própria.

Não sendo cumpridas as condições previstas no inciso II, deverá ser recolhida, em até 60 (sessenta) dias contados do término do prazo para a conclusão da obra, diferença do imposto calculada através de alíquota complementar de 1% (um por cento) sobre o valor venal atualizado monetariamente.

CAPÍTULO VIII

DO SUJEITO PASSIVO E DO RESPONSÁVEL

Contribuinte do imposto é:

nas cessões de direito, o cedente;

na permuta, cada um dos permutantes em relação ao imóvel ou ao direito adquirido;

nas demais transmissões, o adquirente do imóvel ou do direito transmitido.

São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido, nas transmissões em que se efetuarem sem esse pagamento, o adquirente e o transmitente, o cessionário e o cedente, conforme o caso.

Nas cessões de direitos relativos a bens imóveis, quer por instrumento público, particular ou mandato em causa própria, a pessoa em favor de quem for outorgada a escritura definitiva ou pronunciada a sentença de adjudicação é responsável pelo pagamento do imposto devido sobre anteriores atos de cessão ou de substabelecimento, com os acréscimos moratórios e a atualização monetária incidentes.

CAPÍTULO IX

DO PAGAMENTO

Seção I

Disposições Gerais

O pagamento do imposto deverá ser efetuado nos prazos previstos na Seção II deste Capítulo, em qualquer agência autorizada da rede bancária, mediante apresentação da guia do imposto, observados os prazos de vencimento.

A Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento instituirá os modelos da guia de recolhimento e regulará o seu preenchimento.

O pagamento poderá ser efetuado mediante transferência bancária desde que previamente autorizado na forma do Art. 88º.

Seção II

Do Prazo do Pagamento

O imposto será pago:

na transmissão de bens imóveis ou na cessão de direitos reais a eles relativos, que se formalizar por escritura pública, antes de sua lavratura;

nas demais transmissões de bens imóveis ou de direitos reais a eles relativos, antes do registro do ato no ofício competente;

na transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital e na transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do registro do ato no Registro Público de Empresas Mercantis ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, e antes da transcrição no Registro de Imóveis competente.

Seção III

Da Obrigação Acessória

O sujeito passivo é obrigado a apresentar no setor competente da Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento os documentos e informações necessários ao lançamento do imposto, conforme estabelecido em ato do titular do órgão ou por decreto do Poder Executivo.

Seção IV

Da Restituição

O valor pago a título do imposto somente poderá ser restituído:

quando não se formalizar o ato ou negócio jurídico que tenha dado causa ao pagamento;

quando for declarada, por decisão judicial transitada em julgado, a nulidade do ato ou do negócio jurídico que tenha dado causa ao pagamento, excetuando-se a comprovação de má-fé do adquirente;

quando for considerado indevido por decisão administrativa final ou por decisão judicial transitada em julgado.

Quando houver redução de base de cálculo por decisão administrativa final.

CAPÍTULO X

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

O imposto será acrescido de:

MULTA de 100% (cem por cento) do valor do imposto atualizado, quando constatada a falsidade de informações visando reduzir ou suprimir o seu valor;

MULTA de 50% (cinquenta por cento), quando constatado o não cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do Art. 336º.

Será aplicada a multa prevista no inciso I deste artigo a qualquer pessoa que intervenha no negócio jurídico ou declaração, seja conivente ou de qualquer modo auxilie na inexatidão ou omissão praticada, inclusive o serventuário ou o servidor da Justiça.

Não serão aplicadas as multas previstas neste artigo quando ocorrer denúncia espontânea.

CAPÍTULO XI

DAS OBRIGAÇÕES DE TERCEIROS

Não poderão ser lavrados, transcritos, registrados ou averbados, pelos Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos de sua competência, sem prova do pagamento do imposto devido, ou do reconhecimento de sua exoneração.

Os tabeliães ou escrivães farão constar, nos atos e termos que lavrarem, a estimativa fiscal para arbitramento, o valor do imposto, a data do seu pagamento e o número atribuído à guia pela Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento ou, se for o caso, a identificação do documento comprobatório da exoneração tributária.

Para certificação do pagamento a que se refere o 'caput' deste artigo, os Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis deverão confrontar a autenticação do pagamento da guia apresentada pelo contribuinte com a informação constante sobre o respectivo crédito no sistema informatizado da Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, se disponível.

Os Tabeliães e Oficiais de Registro de Imóveis ficam obrigados a apresentar ao órgão fazendário competente, até o último dia útil do mês seguinte, a relação dos imóveis que, no trimestre anterior, tenham sido objeto de transmissão ou cessão, contendo os elementos descritos em decreto.

Será aplicada multa de R$300,00 (trezentos reais) aos Tabeliães e Oficiais de Registro de Imóveis pelo não cumprimento ou cumprimento parcial do disposto no parágrafo anterior.

As autoridades judiciárias e os escrivães farão remeter oportunamente os autos de inventário, arrolamento e demais feitos, com o respectivo documentário fiscal, à Procuradoria-Geral do Município, com vistas a exame e lançamento pela autoridade competente, sempre que houver transmissão tributável *inter vivos*.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Seção I

Da Fiscalização

O lançamento e a fiscalização do imposto compete, privativamente, aos agentes fiscais da Receita Municipal.

Parágrafo único. Estão sujeitos à fiscalização os contribuintes e as pessoas físicas ou jurídicas que interferirem em atos ou negócios jurídicos alcançados pelo imposto, bem como aquelas que, em razão de seu ofício, judicial ou extrajudicial, pratiquem ou perante as quais devam ser praticados atos que tenham relação com o imposto.

Seção II

Da Impugnação

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da sua cientificação, impugnação fundamentada à Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento.

TÍTULO III

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Integra o sistema tributário municipal o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

CAPÍTULO II

DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da Lista de Serviços prevista no Capítulo VI, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

Os serviços previstos na lista ficam sujeitos ao ISSQN ainda que sua prestação envolva o fornecimento de mercadorias, ressalvadas as exceções expressas na própria lista.

O imposto incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

As informações individualizadas sobre serviços prestados a terceiros, necessários à comprovação dos fatos geradores citados no item 15 da Lista de Serviços, serão prestadas pelas instituições financeiras, na forma prescrita pelo inciso II do art. 197 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

A incidência do imposto independe:

do nome dado ao serviço prestado ou da conta utilizada para registro de receita;

da existência de estabelecimento fixo;

do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação dos serviços;

do caráter permanente ou eventual da prestação.

O imposto não incide sobre:

as exportações de serviços para o exterior do País;

a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo, conselho de administração ou de conselho fiscal de sociedades, associações e fundações, bem como dos seus administradores, sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras;
a confecção de impressos gráficos para posterior utilização ou incorporação em processo de industrialização ou comercialização, por não ficar configurada a atividade de composição gráfica.
As entidades sindicais patronais, as associações culturais, recreativas, esportivas e de classe, sem fins lucrativos, relativos aos serviços prestados diretamente pelas mesmas aos seus associados.
Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.
CAPÍTULO III
DAS ISENÇÕES
Serão isentos parcialmente deste imposto os contribuintes beneficiários de incentivo econômico, respeitada a alíquota mínima prevista nesta Lei.
Parágrafo único. Lei específica poderá conceder isenção parcial do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, respeitadas as regras constitucionais aplicáveis à espécie.
São isentos do imposto:
os profissionais ambulantes, jornaleiros e também os localizados em feiras- livres e cabeceiras-de-feiras;
as associações de classe, os sindicatos e as respectivas federações e confederações, observado o Parágrafo único deste artigo;
as associações culturais, recreativas e desportivas, observado o Parágrafo único deste artigo;
as competições desportivas em estádios ou ginásios onde não haja apostas;
os espetáculos circenses nacionais e teatrais;
as promoções de concertos, recitais, shows, festividades, exposições, quermesses e espetáculos similares, cujas receitas se destinem integralmente a fins assistenciais;
os músicos, artistas e técnicos de espetáculos, definidos em lei;
as comissões recebidas pelos distribuidores e vendedores, na venda de livros, jornais e periódicos;
os serviços de exibição de filmes cinematográficos em salas ocupadas por entidades brasileiras sem fins lucrativos;
os serviços de reforma, reestruturação ou conservação de prédios de interesse histórico ou cultural ou de interesse para preservação ambiental, desde que respeitem integralmente as características arquitetônicas das fachadas;
os serviços necessários à elaboração de livros, jornais e periódicos, em todas as suas fases;
bancos de leite humano;
o advogado que comprove ter sido nomeado e atuado na condição de defensor dativo para no mínimo 5 (cinco) processos no ano de requerimento, na forma do Art. 113º, para o exercício seguinte ao que for postulado, na ausência de Defensoria Pública na comarca de Tapurah.
Parágrafo único. Não se aplicam as isenções previstas nos incisos II e III deste artigo às receitas decorrentes de:
serviços prestados a não sócios;
venda de pules ou talões de apostas;
serviços não compreendidos nas finalidades específicas das entidades mencionadas.
CAPÍTULO IV
DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:
do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do Art. 346º desta Lei;
da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da Lista de Serviços;
da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da Lista de Serviços;
da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da Lista de Serviços;
das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da Lista de Serviços;
da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da Lista de Serviços;
da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da Lista de Serviços;
da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da Lista de Serviços;
do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da Lista de Serviços;
do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da Lista de Serviços;
da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da Lista de Serviços;
da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da Lista de Serviços;
onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da Lista de Serviços;
dos bens ou do domicílio das pessoas vigiadas, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da Lista de Serviços;
do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da Lista de Serviços;
da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da Lista de Serviços;
do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da Lista de Serviços;
do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da Lista de Serviços;
da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da Lista de Serviços;
do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da Lista de Serviços.
No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da Lista de Serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.
No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da Lista de Serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01 da Lista de Serviços.
Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.
A existência de unidade econômica ou profissional que caracteriza um estabelecimento prestador no Município é indicada pela conjunção parcial ou total dos seguintes elementos:
manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos ou equipamentos necessários à execução dos serviços, inclusive se nas dependências do contratante;
estrutura administrativa ou organizacional;
inscrição nos órgãos previdenciários;
indicação como domicílio fiscal, para efeitos de outros tributos;
permanência ou ânimo de permanecer no local para exploração econômica de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários, correspondências, contrato de locação de imóveis ou parte do mesmo, propaganda e publicidade, contas de telefone, energia elétrica e água em nome do prestador de serviços, de seu representante ou preposto.
Parágrafo Único. Unidade econômica ou profissional é uma unidade física, organizacional ou administrativa, não necessariamente de natureza jurídica, podendo, inclusive, ser organizada no estabelecimento do tomador do serviço, devendo apenas possibilitar que o prestador exerça sua atividade econômica.
CAPÍTULO V
DA BASE DE CÁLCULO
Seção I
Disposições Gerais
A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.
Considera-se preço de serviço tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, recebido ou não, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza, em consequência da sua prestação.
Na falta do preço previsto no §1º, ou não sendo ele conhecido, o mesmo será fixado mediante estimativa ou através de arbitramento, que reflita o preço do serviço corrente na praça, cobrado dos usuários ou contratantes.
Integra a base de cálculo do imposto o valor correspondente ao desconto ou abatimento concedido sob condições, como tal entendida a que subordinar a sua efetivação a eventos futuros ou incertos.
A prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade, implica inclusão, na base de cálculo, dos ônus relativos à obtenção do financiamento, ainda que cobrados em separado.
O imposto é parte integrante e indissociável do preço do serviço, constituindo o seu destaque, nos documentos fiscais, mera indicação para fins de controle e esclarecimento ao usuário do serviço.
O valor do imposto, quando cobrado em separado, integrará a sua base de cálculo.
Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da Lista de Serviços forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.
Não integram a base de cálculo do imposto sobre serviços de qualquer natureza:
as exceções expressamente previstas na lista de serviços;
o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços.
Na hipótese de serviços enquadrados em mais de um item ou subitem da Lista de Serviços, prestados por uma mesma empresa ou pessoa a ela equiparada, o imposto será calculado com base no preço do serviço, de acordo com as diversas incidências e alíquotas previstas nesta Lei.
Parágrafo único. O contribuinte deverá manter escrituração fiscal que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o imposto ser calculado na forma mais onerosa, mediante aplicação para os diversos serviços, da alíquota mais elevada.
Na determinação da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) dos prestadores dos serviços a que se referem os subitens 4.22 e 4.23 serão deduzidos do preço do serviço, assim considerada a receita operacional bruta mensal:
os valores repassados a associadas pelos serviços prestados aos seus clientes decorrentes de ato cooperativo, assim entendido aquele praticado entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para consecução dos seus objetivos sociais;
os valores repassados às pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, pelos serviços prestados aos seus clientes, tais como médicos, hospitais, clínicas, laboratórios, odontólogos, fisioterapeutas, ambulatórios, prontos-socorros, casas de saúde, e demais prestadores de serviços na área da saúde, bem como os materiais e medicamentos utilizados nos atendimentos, desde que tais pagamentos sejam efetuados a fornecedores sujeitos à tributação do ISS com base em seu movimento econômico.
os valores repassados aos seus clientes a título de reembolso, pelas despesas médicas pagas por esses;
os valores relativos a prêmios de seguros para cobertura de despesas decorrentes de falecimento dos titulares dos planos de saúde;
os valores relativos a ressarcimentos de despesas médicas e hospitalares ao Sistema Único de Saúde – SUS;
faturas canceladas.
Serão igualmente deduzidos da receita operacional bruta mensal, para efeito de base de cálculo do ISSQN, os valores dos serviços prestados em outros Municípios, pelas pessoas físicas ou jurídicas cooperadas, credenciadas ou contratadas nos termos da presente Lei, cujo tributo será recolhido no respectivo Município.
Havendo periodicidade mensal cuja base de cálculo seja apurada negativamente, poderá o respectivo valor servir de dedução das bases positivas dos períodos imediatamente subsequentes.
Nos serviços contratados por administração, a base de cálculo compreende os honorários, os dispêndios com mão-de-obra e encargos sociais, as despesas gerais de administração e outras, realizadas direta ou indiretamente pelo prestador.
Quando se tratar de organização de viagens ou excursões, as agências poderão deduzir do preço contratado os valores relativos às passagens aéreas, terrestres e marítimas, bem como a hospedagem dos viajantes ou excursionistas.
No caso de estabelecimento que represente, sem faturamento, empresa do mesmo titular, sediada fora do Município, a base de cálculo compreenderá todas as despesas necessárias à manutenção desse estabelecimento.
Nos serviços de propaganda e publicidade, a base de cálculo compreenderá:
o preço dos serviços próprios de concepção, redação, produção, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários e sua divulgação por qualquer meio;
o valor das comissões ou dos honorários relativos à veiculação em geral, realizada por ordem e conta do cliente;
o valor das comissões ou dos honorários cobrados sobre o preço dos serviços relacionados no inciso I deste artigo, quando executados por terceiros, por ordem e conta do cliente;
o valor das comissões ou dos honorários cobrados sobre a aquisição de bens ou contratação de serviços por ordem e conta do cliente;

o preço dos serviços próprios de pesquisa de mercado, promoção de vendas, relações públicas e outros ligados às suas atividades;
o valor das comissões ou dos honorários cobrados sobre reembolsos de despesas decorrentes de pesquisas de mercado, promoção de vendas, relações públicas, viagens, estadias, representação e outros dispêndios feitos por ordem e conta do cliente.
Parágrafo único. A aquisição de bens e os serviços de terceiros serão individualizados e inequivocamente demonstrados ao cliente por ordem e conta de quem foram efetuadas despesas, mediante documentação hábil e idônea, sob pena de integrar-se à base de cálculo.
Quando os serviços forem prestados por profissional autônomo, sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será lançado anualmente por valor fixo, expresso no Art. 372º sem se considerar a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.
Quando os serviços a que se referem os itens 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.11, 4.12, 4.15, 4.16, 5.01, 7.01, 17.14, 17.16, 17.19 e 17.20 da Lista de Serviços forem prestados por sociedades uniprofissionais, o imposto será calculado por meio de importâncias fixas na forma do caput, em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.
Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo, sujeitando-se à tributação sobre o faturamento, a sociedade:
que tenha sócio não habilitado na área dos serviços prestados;
que exerça atividade não prevista nos itens enumerados no § 1º;
que tenha como sócio pessoa jurídica.
seja sócia de outra sociedade;
tenha sócio que delas participe somente para aportar capital ou administrar;
que terceirize ou repasse a terceiros os serviços relacionados à atividade da sociedade;
seja filial, sucursal, agência, escritório de representação ou contato, ou qualquer outro estabelecimento descentralizado ou relacionado a sociedade sediada no exterior.
Seção II
Da Estimativa
O imposto poderá ser fixado pela autoridade fiscal, a partir de base de cálculo estimada, nos seguintes casos:
quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;
quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;
quando o contribuinte não emitir documentos fiscais ou deixar de cumprir com regularidade as obrigações acessórias previstas na legislação.
quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades imponham tratamento fiscal diferenciado.
Considera-se de caráter provisório a atividade cujo exercício seja de natureza temporária e esteja vinculada a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.
Na hipótese do § 1º, o imposto deverá ser pago antecipadamente, não podendo o contribuinte iniciar suas atividades sem efetuar o pagamento desse tributo, sob pena de interdição do local, independentemente de qualquer formalidade.
A autoridade competente para fixar a estimativa levará em consideração, conforme o caso:
o tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade;
o preço corrente dos serviços;
o volume de receitas em períodos anteriores, a sua projeção para os períodos seguintes, podendo observar outros contribuintes de idêntica atividade;
a localização do estabelecimento;
o valor dos materiais de uso e consumo empregados na prestação de serviços e outras despesas, tais como salários e encargos, aluguéis, instalações, energia e assemelhados.
A fixação da estimativa, ou sua revisão, será efetuada em procedimento regular em que constem os elementos que fundamentam a apuração do valor da base de cálculo estimada, com a assinatura da autoridade fiscal e a cientificação do contribuinte ou responsável.
O contribuinte submetido ao regime de estimativa ficará sujeito à legislação aplicável aos contribuintes em geral, podendo, nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, a critério da Fazenda Municipal, ficar desobrigado do cumprimento das obrigações acessórias tais como da emissão e escrituração da documentação fiscal.
O regime de estimativa de que trata este artigo, à falta de opção, valerá pelo prazo de 01 (um) ano, prorrogável por igual período por manifestação expressa da autoridade competente.
Os valores fixados por estimativa constituirão lançamento definitivo do imposto, ressalvado ao Fisco, a qualquer tempo:
rever os valores estimados, mesmo no curso do período considerado, por iniciativa própria ou a requerimento do contribuinte, desde que comprovada a existência de elementos suficientes à efetuação do lançamento com base no preço real do serviço, ou a superveniência de fatores que modifiquem a situação fiscal do contribuinte;
cancelar a aplicação do regime, de forma geral, parcial ou individual;
constatada fraude contra a Fazenda Municipal, lançar o imposto sonegado, perdendo o regime de estimativa fiscal a sua eficácia.
Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do ato normativo ou da ciência do respectivo despacho, impugnar o valor estimado.
A impugnação prevista no caput deste artigo não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição.
Julgada procedente a impugnação, a diferença a maior, recolhida na pendência da decisão, será aproveitada nos pagamentos seguintes ou restituída ao contribuinte, se for o caso.
O Poder Executivo poderá instituir Regime Geral de Estimativa Fiscal para as atividades que especificar, mediante ato do titular do órgão fazendário do Município, como forma de simplificar o lançamento, reduzir os custos de fiscalização e aumentar a arrecadação do ISS das atividades de difícil fiscalização e controle e das empresas de micro e pequeno porte e de organização rudimentar definidas em ato específico.
Ao Regime Geral de Estimativa Fiscal aplicam-se as regras definidas nesta seção, no que couberem.
Para fins de inclusão no Regime Geral de Estimativa e retenção do ISS/Fonte, a base de cálculo do imposto incidente sobre as atividades previstas nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços do Art. 370º, quando contratadas por empreitada global, será estimada em 50% (cinqüenta por cento) do preço do serviço.
Seção III
Do Arbitramento
O valor do imposto será lançado a partir de base de cálculo arbitrada, sempre que se verificar qualquer das seguintes hipóteses:
não possuir o sujeito passivo, ou deixar de exibir, os elementos necessários à fiscalização das operações realizadas, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais, desde que não haja outros meios de apurar os valores tributáveis;
serem omissos ou, pela inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, não merecerem fé os livros ou documentos exibidos pelo sujeito passivo;
existência de atos qualificados em lei como crimes ou contravenções ou que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação, evidenciados pelo exame de livros e documentos fiscais do sujeito passivo, ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos;

não prestar o sujeito passivo, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, ou prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé, por inverossímeis ou falsos;
exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no cadastro mobiliário;
prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;
flagrante insuficiência do imposto recolhido, face ao volume dos serviços prestados;
serviços prestados sem a determinação do preço ou a título de cortesia.
Parágrafo único. O arbitramento referir-se-á aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados neste artigo.
O arbitramento será fixado pela autoridade fiscal competente, na forma estabelecida em regulamento e considerando, conforme o caso, os seguintes elementos:
os pagamentos de impostos efetuados pelo mesmo ou por outros contribuintes de mesma atividade, em condições semelhantes;
peculiaridades inerentes à atividade exercida;
fatos ou aspectos que exteriorizem a situação econômico-financeira do sujeito passivo;
preço corrente dos serviços oferecidos à época a que se referir a apuração;
valor dos materiais empregados na prestação dos serviços e outras despesas mínimas, tais como salários e encargos, aluguéis, instalações, energia, comunicações e assemelhados.
Do imposto resultante do arbitramento serão deduzidos os pagamentos realizados no período.
Sobre a receita obtida mediante a apuração das despesas mínimas será somada a alíquota de 20% a título de lucro presumido, para fins de cálculo do ISS a recolher.
O arbitramento da base de cálculo do ISS pelo método de apuração das despesas mínimas será elaborado tomado-se como base:
o valor da matéria prima, insumo, combustível, energia elétrica e outros materiais consumidos e aplicados na execução dos serviços ou vendas;
ordenados, salários, retiradas pró labore, honorários, comissões e gratificações de empregados, sócios, titulares ou prepostos;
aluguéis pagos ou, na falta destes, o valor equivalente para idênticas situações;
o montante das despesas com luz, água, esgoto e telefone;
impostos, taxas, contribuições e encargos em geral;
outras despesas mensais obrigatórias.
O arbitramento não exclui a incidência de atualização monetária, acréscimos moratórios e multas sobre o valor do imposto que venha a ser apurado, nem da penalidade por descumprimento das obrigações principais e acessórias que lhes sirvam de pressupostos.
A escrituração contábil fará prova a favor do contribuinte, desde que observados os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade.
CAPÍTULO VI
AS ALÍQUOTAS
Seção I
Na Tributação Variável
As alíquotas incidentes sobre os serviços serão as constantes da Lista de Serviços que segue:

1 – Serviços de informática e congêneres.	
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.	2%
1.02 – Programação.	2%
1.03 – Processamento de dados e congêneres.	2%
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	2%
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	2%
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.	2%
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	2%
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	2%
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	2%
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	
3.01 – (VETADO)	
3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	5%
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5%
3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5%
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5%
4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	
4.01 – Medicina e biomedicina.	2%
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	2%
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	2%
4.04 – Instrumentação cirúrgica.	2%
4.05 – Acupuntura.	2%
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	2%
4.07 – Serviços farmacêuticos.	2%
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	2%
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	2%
4.10 – Nutrição.	3%
4.11 – Obstetrícia.	3%
4.12 – Odontologia.	3%
4.13 – Ortóptica.	3%
4.14 – Próteses sob encomenda.	2%
4.15 – Psicanálise.	2%
4.16 – Psicologia.	2%
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	2%
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	2%
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	2%
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2%
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	2%
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	2%
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	2%
5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.	
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	3%
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	2%
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.	2%

5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	2%
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	2%
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2%
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	2%
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	2%
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	2%
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	4%
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	4%
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	4%
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	4%
6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	5%
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3%
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	4%
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3%
7.04 – Demolição.	5%
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5%
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	4%
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	4%
7.08 – Calafetação.	4%
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5%
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5%
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5%
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5%
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	4%
7.14 – (VETADO)	
7.15 – (VETADO)	
7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	5%
7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5%
7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5%
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5%
7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	2%
7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	2%
7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	2%
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.	
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	2%
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2%
9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5%
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3%
9.03 – Guias de turismo.	2%
10 – Serviços de intermediação e congêneres.	
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	2%
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	2%
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	2%
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	2%
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	3%
10.06 – Agenciamento marítimo.	3%
10.07 – Agenciamento de notícias.	3%
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	2%
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	4%
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	3%
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	3%
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	3%
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.	2%
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	3%
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	
12.01 – Espetáculos teatrais.	2%
12.02 – Exibições cinematográficas.	2%
12.03 – Espetáculos circenses.	2%
12.04 – Programas de auditório.	3%
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	2%
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.	4%
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	2%
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.	2%
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	3%
12.10 – Corridas e competições de animais.	3%
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	2%
12.12 – Execução de música.	3%
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	3%
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	2%
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	2%
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	3%
13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	
13.01 – (VETADO)	
13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	3%
13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	3%
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.	2%
13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.	3%
14 – Serviços relativos a bens de terceiros.	
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou	3%

de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	
14.02 – Assistência técnica.	2%
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	4%
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	4%
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	3%
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	3%
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	3%
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	3%
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3%
14.10 – Tinturaria e lavanderia.	3%
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	3%
14.12 – Funilaria e lanternagem.	3%
14.13 – Carpintaria e serralheria.	3%
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	2%
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.	
16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.	2%
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3%
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	3%
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	3%
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3%
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	4%
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5%
17.07 – (VETADO)	
17.08 – Franquia (franchising).	5%
17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	2%
17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	4%
17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%
17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	3%
17.13 – Leilão e congêneres.	3%
17.14 – Advocacia.	3%
17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3%
17.16 – Auditoria.	3%
17.17 – Análise de Organização e Métodos.	3%
17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3%
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	3%
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	3%
17.21 – Estatística.	3%
17.22 – Cobrança em geral.	2%
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	5%
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3%
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	
18.01 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	4%
19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	
19.01.1 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loterias.	4%
19.01.2 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes de bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de capitalização e congêneres.	4%
20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	
20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	4%
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	4%
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	4%
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	
21.01 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	4%
22 – Serviços de exploração de rodovia.	
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de	5%

capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	3%
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	
24.01 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	3%
25 – Serviços funerários.	
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	3%
25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	3%
25.03 – Planos ou convênio funerários.	3%
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	3%
26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.	
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.	5%
27 – Serviços de assistência social.	
27.01 – Serviços de assistência social.	4%
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	3%
29 – Serviços de biblioteconomia.	
29.01 – Serviços de biblioteconomia.	3%
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	3%
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	
31.01 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3%
32 – Serviços de desenhos técnicos.	
32.01 – Serviços de desenhos técnicos.	3%
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	
33.01 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	4%
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	
34.01 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	3%
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	
35.01 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	4%
36 – Serviços de meteorologia.	
36.01 – Serviços de meteorologia.	3%
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	
37.01 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	2%
38 – Serviços de museologia.	
38.01 – Serviços de museologia.	3%
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.	
39.01 – Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	3%
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.	
40.01 – Obras de arte sob encomenda	3%

As alíquotas mínimas e máximas a serem aplicadas pelo Município são, respectivamente, de 2% (dois por cento) e 5% (cinco por cento).
Não será permitida a redução da alíquota mínima prevista no § 1º por concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais de qualquer espécie.
Os serviços de representação, ativa ou receptiva, realizada através de centrais de teleatendimento, prestados por estabelecimentos situados no perímetro urbano de que trata o item 10.02 da lista terão alíquota de 2%.
Quando superior, fica reduzida para 3% (três por cento) a alíquota do imposto, para as empresas situadas no município:
cujo faturamento bruto anual com a prestação de serviços de qualquer natureza apurado no ano calendário anterior seja igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), no período janeiro a dezembro de 2014, e cujo faturamento bruto anual apurado no ano calendário anterior seja igual ou inferior ao valor de critério para definição da microempresa estipulado na forma da Lei Complementar 123/06, para ano calendário a partir de janeiro de 2015;
que iniciarem suas atividades no ano calendário vigente.
Entende-se por ano calendário o período de 12 (doze) meses compreendido entre 1 º de janeiro e 31 de dezembro.
Quando, no mês do ano calendário vigente, o faturamento bruto anual da empresa beneficiada ultrapassar o limite estabelecido neste artigo, o imposto deverá ser calculado pela alíquota prevista no Art. 370º, sobre a parcela excedente.
As empresas que iniciaram suas atividades no decorrer do ano calendário vigente terão seu faturamento bruto anual definido pela média do faturamento obtido durante os meses trabalhados multiplicada por 12 (doze).
O disposto neste artigo não se aplica às empresas prestadoras dos serviços constantes dos subitens 7.02, 7.04 e 7.05 da Lista de Serviços do Art. 370º.
Seção II
Na Tributação Fixa
Os contribuintes sujeitos à tributação fixa anual terão o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza apurado pela aplicação da alíquota fixa de 2% sobre os valores constantes na tabela abaixo:

I – PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS			
Item	**ATIVIDADE**	**Base anual**	**Tributo Fixo anual**
1	Profissionais autônomos titulados por estabelecimentos de ensino de nível superior ou provisionados, pela prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, estabelecido ou não	R$ 36.000,00	R$ 720,00
2	Profissionais autônomos titulados por estabelecimento de ensino de nível técnico ou provisionados, pela prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, estabelecidos ou não	R$ 26.000,00	R$ 520,00
3	Profissionais autônomos estabelecidos ou não que exerçam atividades físicas ou artesanais, sem auxilio de terceiros, inclusive motoboys e taxistas	R$ 26.000,00	R$ 520,00
4	Agentes, representantes, despachantes, corretores, intermediários e outros profissionais autônomos não previstos nos itens anteriores, estabelecidos ou não, pelos serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal decorrente do exercício da profissão	R$ 36.000,00	R$ 720,00
II – AUTÔNOMO EQUIPARADO			
Item	**ATIVIDADE**	**Base anual**	**Tributo Fixo anual**
1	Pelo titular da inscrição, para cada atividade autônoma	R$ 36.000,00	R$ 720,00
2	Por profissional habilitado, empregado ou não	R$ 26.000,00	R$ 520,00

Terão redução de 50% (cinqüenta por cento) dos valores previstos na Tabela citada no caput, os profissionais autônomos com até 02 anos de habilitação para o exercício da profissão e 30% (trinta por cento) nos 03 anos subsequentes, até o limite de 5 anos completos.
Entende-se por habilitação a inscrição no órgão regulador da profissão.
O contribuinte cuja atividade for tributável por importância fixa pagará o imposto do seguinte modo:

Profissional autônomo:
no primeiro ano, antes de iniciar as atividades profissionais, proporcionalmente ao número de meses ou fração, compreendido entre o da inscrição e o mês de dezembro;
nos anos subsequentes, na forma e nos prazos de parcelamento fixados pelo Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento;
pessoa física equiparada à empresa a partir do mês seguinte ao da inscrição, na forma e nos prazos de parcelamento fixados pelo Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento.

CAPÍTULO VII

DO SUJEITO PASSIVO

Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.
Para fins de sujeição passiva do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, entende-se:
por profissional autônomo, a pessoa física que fornecer o próprio trabalho, em caráter pessoal, sem vínculo empregatício, com o auxílio de no máximo 02 (dois) empregados, desde que não possua a mesma qualificação profissional do empregado;
por empresa:
toda e qualquer pessoa jurídica, pública ou privada, inclusive a sociedade civil ou a de fato, que exercer atividade econômica de prestação de serviços, a elas se equiparando as fundações, quando prestem serviços;
a pessoa física que, para o exercício da sua atividade profissional, admitir mais do que dois empregados ou profissional da mesma habilitação do empregador;
o empreendimento instituído para prestar serviços com interesse econômico;
o condomínio que prestar serviços a terceiros.
Não são contribuintes os que prestam serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os administradores, os diretores e membros de conselhos consultivo, de administração ou fiscal de sociedades, fundações ou associações.

CAPÍTULO VIII

DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

São contribuintes substitutos, responsáveis pelo recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza:
os tomadores ou intermediários de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;
as pessoas jurídicas, exceto aquelas previstas no Art. 379º, ainda que imunes ou isentas, tomadoras ou intermediárias dos serviços descritos nos subitens 7.02, 7.04, 7.05 e 7.19, da Lista de Serviços a que se refere o Art. 370º deste Código, independente do local do estabelecimento prestador;
Parágrafo único. Nas hipóteses do inciso II, a responsabilidade pelo recolhimento do imposto permanece com o prestador, quando o tomador ou intermediário do serviço não for inscrito junto ao Cadastro Mobiliário do Município de Tapurah.
São também contribuintes substitutos, responsáveis pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza as pessoas jurídicas estabelecidas no Município de Tapurah, ainda que imunes ou isentas, tomadoras ou intermediárias dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.16, 7.17, 7.18, 11.02, 11.04, 12.01, 12.02, 12.03, 12.04, 12.05, 12.06, 12.07, 12.08, 12.09, 12.10, 12.11, 12.12, 12.14, 12.15, 12.16, 12.17, 16.01, 17.05 e 17.10 da Lista de Serviços a que se refere o art. 276 deste Código, quando o prestador do serviço não estiver inscrito junto ao Cadastro Mobiliário do Município de Tapurah.
Os responsáveis a que se referem os Art. 375º e Art. 376º estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte, autorizado o abatimento se este valor já tiver sido pago ao município de Tapurah.
Ficam obrigados à retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, observado o disposto no Capítulo IV:
as empresas seguradoras e de previdência privada, pelo imposto devido sobre:
comissões pagas às empresas de corretagem de seguros e de previdência privada;
serviços de regulação de sinistro, inspeção, avaliação, prevenção e gerência de
riscos;
perícias, laudos e avaliações;
outros serviços prestados com relação ao sinistro.
as empresas e entidades que exploram serviços de correios, pelo imposto devido pelas suas agências franqueadas, decorrentes dos serviços previstos no contrato de franquia;
as empresas e cooperativas que prestam serviços de assistência médica e de planos de saúde, pelos serviços que tomarem de pessoas jurídicas enquadradas nos subitens 4.01, 4.02, 4.03 e 4.19 da Lista de Serviços a que se refere o Art. 370º deste Código;
as empresas e entidades que exploram loterias e outros jogos, inclusive apostas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas a seus agentes, revendedores ou concessionários.
A responsabilidade a que se refere este artigo não exclui a obrigação do prestador do serviço de:
recolher integralmente o imposto devido no prazo legal se não houver sido efetuada a retenção pelo tomador;
recolher a diferença do imposto no prazo legal se o valor retido pelo tomador for inferior ao devido.
A responsabilidade prevista no caput é afastada quando o prestador comprovar a condição de optante pelo Simples Nacional.
São também responsáveis pela retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, sobre quaisquer serviços que tomarem, observado o disposto no Capítulo IV, os órgãos da Administração Direta da União, dos Estados e dos Municípios, bem como suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e as fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no Município.
A responsabilidade a que se refere este artigo não exclui a obrigação do prestador do serviço de:
recolher integralmente o imposto devido no prazo legal se não houver sido efetuada a retenção pelo tomador;
recolher a diferença do imposto se o valor retido pelo tomador for inferior ao
devido.
A responsabilidade prevista no caput deste artigo é afastada quando se tratar de serviço diverso daqueles elencados nos Art. 375º e Art. 376º e o prestador, estabelecido no Município de Tapurah, comprovar a condição de optante pelo Simples Nacional.
A responsabilidade prevista neste capítulo é afastada, desobrigando os responsáveis, quando o prestador de serviços:
sujeitar-se ao pagamento do imposto com base em estimativa fiscal;
estiver imune ou isento do pagamento do imposto;
comprovar a condição de autônomo ou de sociedade sujeita à tributação fixa nos termos do Art. 357º, regularmente inscrito no cadastro municipal;
utilizar nota fiscal de serviço emitida pela Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento.
As situações previstas nos incisos I, II e III, serão comprovadas através da apresentação de documento expedido pela repartição fiscal competente.
O responsável pelo recolhimento fica obrigado à conservação do documento comprobatório da exoneração pelo prazo fixado em regulamento.
Respondem, solidariamente, pelo recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza:
o proprietário ou dono da obra ou edificação, pelo imposto devido sobre as obras de construção civil, reconstrução, reforma, acréscimo ou demolição, referidas nos subitens 7.02, 7.04, 7.05 e 7.19 da Lista de Serviços a que se refere Art. 370º deste Código;

os administradores de obras, pelo imposto relativo à mão-de-obra, inclusive de subcontratados, ainda que o pagamento dos serviços seja feito diretamente pelo dono da obra ou contratante;
os que permitirem em seus estabelecimentos ou domicílios exploração de atividade tributável sem estar o prestador do serviço inscrito no órgão fiscal competente, pelo imposto devido sobre essa atividade;
as pessoas jurídicas, ainda que imunes ou isentas, que tomarem ou intermediarem serviços, se não exigirem documento fiscal autorizado pelo Poder Público, quando o prestador:
obrigado à emissão de nota fiscal, nota fiscal-fatura ou outro documento exigido pela Administração, não o fornecer;
desobrigado da emissão de nota fiscal, nota fiscal-fatura ou outro documento exigido pela Administração, não fornecer recibo de que conste, no mínimo, o nome do contribuinte, o número de sua inscrição no Cadastro Mobiliário, seu endereço, a atividade sujeita ao tributo e o valor do serviço.
As obras de que trata o Art. 381º, quando não for recolhido o imposto na forma disciplinada e desde que não conhecido o preço do serviço, terão o imposto estimado e calculado sobre a área construída, na forma que dispuser o regulamento.
O imposto devido por responsabilidade tributária, conforme disciplinado neste Capítulo deverá ser recolhido no mesmo prazo previsto para o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza preceituado no Art. 393º, observadas as disposições em Regulamento.
A retenção na fonte de que trata este Capítulo não prejudica o prazo legal para recolhimento do imposto que não seja objeto de retenção.
A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional observará, além das disposições do Capítulo IV, o seguinte:
a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;
na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006;
na hipótese do inciso II, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subseqüente ao do início de atividade em guia própria do Município;
na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006;
não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município.
O imposto devido por responsabilidade ou substituição será calculado sobre o preço do serviço declarado no documento fiscal e obedecerá às alíquotas previstas no Art. 370º deste Código, exceto:
na situação prevista no Art. 385º;
quando o prestador sujeitar-se ao recolhimento do imposto com base em alíquota diferenciada por força de isenção parcial, redução de alíquota ou outro benefício concedido na forma da legislação tributária.
Para fins do cálculo da forma diferenciada nos termos do inciso II, o prestador de serviços deverá indicar no documento fiscal o fundamento legal que concede o benefício, a alíquota incidente e o valor a ser retido e recolhido pelo responsável.
Em qualquer caso, a retenção, com o respectivo recolhimento comprovado, consistirá crédito na apuração do imposto mensal devido pelo prestador do serviço.

CAPÍTULO IX

DO LANÇAMENTO

Seção I

Do Lançamento do ISSQN na Tributação Fixa

O lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, para os contribuintes sujeitos à tributação fixa de acordo com a lei, será procedido de ofício pela Autoridade Fazendária, anualmente, no início de cada exercício financeiro ou no início das atividades de prestação de serviços, sendo o caso.
O lançamento será efetuado de forma individualizada, por contribuinte, com base nos dados constantes do Cadastro Mobiliário.
Poderão, a critério da administração pública, ser lançados junto com o imposto, outros tributos municipais.
Verificada a falta ou incorreção de dados no Cadastro Mobiliário, o lançamento será efetuado com base nos dados apurados mediante ação fiscal.

Seção II

Da Notificação do Lançamento na Tributação Fixa

O lançamento do imposto será notificado aos sujeitos passivos de forma global e impessoal, através de publicação única de edital, em jornal de grande circulação local, contendo:
a notificação do lançamento;
a data do vencimento do imposto para pagamento em parcela única e do vencimento da primeira parcela em caso de pagamento parcelado;
o prazo para recebimento do carnê de pagamento no endereço de cobrança do sujeito passivo ou seu representante legal;
o prazo para o sujeito passivo solicitar o carnê do pagamento junto à Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento ou no local que esta indicar, caso não o tenha recebido na forma do inciso III.
Para todos os efeitos de direito, presume-se feita a notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, 10 (dez) dias após o prazo previsto no inciso III.
A presunção referida no § 1º é relativa e poderá ser ilidida pela comunicação do não recebimento do carnê de pagamento, protocolada pelo sujeito passivo junto à Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento em até 10 (dez) dias, contados do prazo do inciso III.
A regra prevista nos §§ 1º e 2º deste artigo aplica-se também aos contribuintes ou responsáveis que não informaram ou não atualizaram o endereço junto ao Cadastro Mobiliário, e que devam retirar os seus carnês de pagamento conforme o que determina o inciso IV.

Seção III

Da Revisão do Lançamento na Tributação Fixa

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data prevista no inciso III do Art. 389º, pedido de revisão fundamentado à Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, para reavaliação.
Continuando em desacordo, é facultado ao contribuinte encaminhar impugnação, na forma disciplinada neste Código.
O pedido de revisão contra o lançamento do ISSQN suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Seção IV

Do Lançamento do ISSQN na Tributação Variável

O lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza dar-se-á por homologação, operando-se pelo ato em que a autoridade fazendária, tomando conhecimento da atividade exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.
Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando a extinção total ou parcial do crédito.
Os atos a que se refere o § 2º serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.
Salvo disposição de lei em contrário, o prazo para a homologação é de 05 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador;
Expirado o prazo sem pronunciamento da Fazenda Pública, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
O lançamento previsto no Art. 391º não obsta que, se necessário, a Autoridade Fazendária proceda ao lançamento de ofício, na forma disciplinada neste Código.

CAPÍTULO X

DO PAGAMENTO

O imposto será pago na forma estabelecida em regulamento e no prazo estabelecido em lei, observado o disposto nos parágrafos abaixo:
O prazo para pagamento do ISSQN na tributação variável dar-se-á no dia 20 (vinte) do mês seguinte ao da competência.
Nos casos de tributação de que trata o Art. 372º, o imposto será pago em parcela única ou em até 8 (oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, na forma e prazo definidos em regulamento.
Quando a prestação do serviço contratado for dividida em etapas e o preço em parcelas, considera-se devido o imposto:
no mês em que for concluída qualquer etapa a que estiver vinculada a exigibilidade de uma parte do preço;
no mês do vencimento de cada parcela, se o preço deva ser pago ao longo da execução do serviço.
Parágrafo Único. O saldo do preço do serviço compõe o movimento do mês em que for concluída ou cessada a sua prestação, no qual deverão ser integradas as importâncias que o prestador tenha a receber, a qualquer título.

CAPÍTULO XI

DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Seção I

Disposições Gerais

Todas as pessoas, físicas ou jurídicas, contribuintes ao não, inclusive as que gozam de isenção, que de qualquer modo participem de operações relacionadas, direta ou indiretamente, com a prestação de serviços, estão obrigadas, salvo norma em contrário, ao cumprimento das obrigações deste capítulo e das previstas na legislação municipal.
As obrigações acessórias constantes deste capítulo e nos atos normativos expedidos pelo titular do órgão fazendário não excluem outras, de caráter geral e comuns a vários tributos, previstas na legislação própria.
O contribuinte poderá ser autorizado a utilizar-se do regime especial para emissão e escrituração de documentos e livros fiscais, inclusive através de processamento eletrônico de dados, obedecidos os critérios fixados em regulamento.
Parágrafo único. O pedido de regime especial deverá ser instruído com o fac-símile dos modelos e sistemas pretendidos.
As empresas prestadoras de serviços com escrituração centralizada poderão ser autorizadas pela repartição competente a dispensa total ou parcial da emissão e escrituração de documentos e livros fiscais.

Seção II

Dos Livros e Documentos Fiscais

Os livros, notas fiscais, mapas de escrituração e demais documentos fiscais a serem utilizados pelo prestador de serviços serão instituídos em Decreto Regulamentar ou por Resolução do titular do órgão fazendário.
A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, que é o documento fiscal emitido e armazenado eletronicamente em sistema disponibilizado pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, de emissão obrigatória pelos prestadores de serviços inscritos no Cadastro Mobiliário de Contribuintes ou com atividade econômica no território do Município, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, será o modelo definido na forma do caput.
Ficam dispensados da obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e os seguintes contribuintes:
profissionais autônomos que tenham o recolhimento do ISSQN efetuado através de tributação fixa anual;
bancos e instituições financeiras autorizadas pelo BACEN;
Cartórios e Tabelionatos em geral;
contribuintes optantes pelo Regime Tributário do Simples Nacional qualificados como Micro Empreendedor Individual – MEI, quando prestar serviço para Pessoa Física;
contribuintes pessoas jurídicas que exploram atividade exclusivamente mercantil, exceto nos casos em que houver prestação de serviço, quando a emissão será obrigatória.
A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e conterá, entre outras, as seguintes informações:
itens de verificação e conferência dos dados constantes da nota, pelos tomadores de serviços, que comprovem sua validade e autenticidade;
registro automático das retenções obrigatórias dos substitutos tributários nomeados; e,
registro das retenções de tributos federais sob responsabilidade do contribuinte.
A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e emitida, deverá ser impressa e entregue ao tomador de serviços no ato de sua emissão, podendo também ser enviada por "e-mail" ao tomador de serviços, caso este a solicite.
O contribuinte, ao emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, deverá fazê-la para todos os serviços prestados, de forma individualizada, de acordo com sua atividade.
A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e conterá a identificação dos serviços em conformidade com os subitens da Lista de Serviços da Lei Complementar n. 116/03 e os descritos na lista do Art. 370º.
Parágrafo único. Só poderão ser descritos vários serviços numa mesma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e caso estejam relacionados a um único item da Lista, de mesma alíquota e para o mesmo tomador de serviço.
A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa – NFS-e Avulsa – deverá ser solicitada pelo contribuinte ou seu procurador à Secretaria Municipal de Finanças, que terá a responsabilidade de disponibilizá-la.
Parágrafo Único. A Nota Fiscal Avulsa de Serviços destina-se a especificar os serviços e respectivos preços, quando prestados eventualmente por:
Empresas que prestam serviços sujeitos à incidência do imposto, sendo que dos seus atos constitutivos não consta a atividade de prestação de serviços como objeto social;
Pessoas físicas inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes na condição de profissionais autônomos ou profissionais liberais;
Pessoas físicas ou jurídicas que gozem de isenção, não incidência ou imunidade do imposto em atividade eventual, destacando-se no corpo da nota fiscal a circunstância e o dispositivo legal pertinente;
Pessoa jurídica dispensada da emissão obrigatória de documento fiscal; e,
Pessoa jurídica ou física com processo de inscrição, como prestador de serviços, em andamento no Município.

A emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa fica condicionada ao prévio recolhimento do ISSQN, referente ao serviço que constará na Nota Fiscal, observando-se as alíquotas e demais definições contidas na legislação em vigor, relativas às operações realizadas.
Não será considerado prestador de serviço eventual, aquele que habitualmente solicitar Nota Fiscal Avulsa de Serviços, cuja descaracterização como prestador de serviço eventual será analisada pela Administração Fazendária.
É obrigação de todo contribuinte exibir os livros fiscais e comerciais, os comprovantes da escrituração contábil e os documentos instituídos por Lei, regulamento e demais atos normativos, bem como prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados pelos agentes encarregados da fiscalização do imposto, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da intimação.
Os livros e documentos deverão permanecer no estabelecimento daqueles que estejam obrigados a possuí-los, à disposição da fiscalização, e só poderão ser retirados para os escritórios de contabilidade registrados ou para atender à requisição das autoridades competentes.
Não têm aplicação quaisquer dispositivos excludentes ou limitativos do direito de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos contribuintes ou de quaisquer pessoas, ainda que isentas ou imunes do imposto, nem da obrigação de exibi-los.
Todos os contribuintes que emitem Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, bem como Cupom Fiscal, devem imprimir diretamente no sistema de ISSQN na Internet, encadernar e armazenar, anualmente, o Livro de Registro de Serviços Prestados e, sempre que solicitado, apresentar à fiscalização.
O Livro de Registro de Serviços Prestados gerado pela Declaração Eletrônica de Serviços – DES-IF poderá, a critério da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, ser substituído na forma da legislação vigente, sendo obrigatória sua emissão em meio eletrônico a partir do momento da adesão a "NFS-e".
Todos os contribuintes do ISSQN devem, anualmente ou em prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, imprimir os Livros Fiscais gerados pelo sistema, diretamente através do site do Município, encadernar, autenticar no órgão responsável e apresentar à fiscalização sempre que solicitado.
Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados deverão ser conservados pelo prazo de 05 (cinco) anos.
O não cumprimento do disposto neste artigo, assim como a omissão ou indicação incorreta das informações, sujeitará o infrator às multas previstas neste Código.
As instituições financeiras ficam obrigadas a apresentar ao setor competente do Órgão Fazendário, até o dia 15 do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador, o balancete analítico das receitas tributadas pelo ISS.
O regulamento poderá dispensar a emissão de documentos fiscais para estabelecimentos que utilizem sistemas de controle do seu movimento, capazes de assegurar o seu registro e respectiva autenticidade, de forma satisfatória para os interesses da fiscalização.
Sempre que forem extraviados, perdidos, furtados, roubados ou, por qualquer forma, danificados ou destruídos livros, documentos fiscais ou quaisquer outros documentos relacionados direta ou indiretamente com o imposto ou com a inscrição no Cadastro Mobiliário Municipal, o contribuinte deverá:
comunicar à autoridade policial através de registro de ocorrência para abertura do inquérito competente, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
publicar a ocorrência em jornal de grande circulação, discriminando os documentos, no prazo de 15 (quinze) dias;
comunicar o fato por escrito à repartição fiscal, juntando laudo pericial ou certidão da autoridade competente, descrevendo as espécies e os números de ordem dos livros ou documentos fiscais, se em branco, total ou parcialmente utilizados, os períodos a que se referiam, bem como o montante, mesmo aproximado, das operações ou prestações cujo imposto ainda não tenha sido pago, se for o caso, bem como a descrição pormenorizada dos fatos no prazo de 15 (quinze) dias;
providenciar a reconstituição da escrita fiscal, quando possível, em novos livros regularmente autenticados, bem como, se for o caso, a impressão de novos documentos fiscais, obedecida sempre a sequência da numeração, como se utilizados fossem os livros e documentos fiscais perdidos.
Parágrafo único. A comunicação à repartição fiscal não exime o contribuinte das suas obrigações tributárias.

CAPÍTULO XII

DO ADICIONAL DO ISS (ADISS)

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Fica instituído no Município o Adicional do Imposto Sobre o Serviço de Qualquer Natureza (ADISS) incidente sobre serviços supérfluos definidos em lei federal.
A receita do Adicional do ISS é de aplicação vinculada ao Fundo Municipal de Controle e Erradicação da Pobreza, a ser criado por lei municipal específica, na forma dos Art. 82 e 83, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, de 14/12/2000.
Contribuinte do Adicional do ISS é o prestador do serviço supérfluo definido em lei federal.

Seção II

Da Alíquota

Sobre o preço dos serviços supérfluos incidira a alíquota de 0,5% (meio por cento), sem prejuízo da incidência da alíquota fixada para o ISSQN.
O Adicional será lançado, fiscalizado, arrecadado e cobrado da mesma forma que o ISS, aplicando-se ao tributo as mesmas regras definidas por este Código para o referido imposto.

CAPÍTULO XIII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Seção I

Disposições Gerais

Para caracterização das infrações previstas neste Capítulo é irrelevante a intenção do agente ou o efeito econômico ou tributário do ato ou omissão.
Considera-se fraude toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar qualquer de suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto ou a evitar ou postergar o seu pagamento.
Considera-se omissão de operações tributáveis, dentre outras que se possa identificar:
qualquer entrada de numerário de origem não comprovada;
a escrituração de suprimentos sem documentação hábil, idônea ou coincidente, em datas e valores, com as importâncias entregues pelo supridor, devendo, ainda, ser comprovada a disponibilidade financeira deste;
a ocorrência de saldo credor nas contas do ativo circulante ou do realizável contábil;
a efetivação de pagamento sem a correspondente disponibilidade financeira;
início de atividade sem inscrição do sujeito passivo no cadastro fiscal.
Considera-se inidôneo, para os efeitos desta Lei, o documento fiscal que contenha vícios que o tornem impróprio para documentar a operação a que se refere.
As disposições deste Capítulo aplicam-se a todas as obrigações tributárias municipais, no que couber.

A multa é inaplicável, pela denúncia espontânea da infração, com a sua regularização, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo e dos juros de mora ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
Aplica-se o disposto no § 1º quando a irregularidade no cumprimento da obrigação acessória for sanada antes de iniciado qualquer procedimento fiscal de iniciativa do sujeito ativo da obrigação tributária.
A imposição das penalidades previstas neste Capítulo não elide a exigência da integralidade do tributo devido e de outras penalidades cabíveis.
As multas fixadas em percentagens de valor terão o limite mínimo de R$ 30,00 (trinta reais), a ser aplicado quando o valor resultante for inferior a este.
Seção II
Das Infrações à Obrigação Tributária Principal
Deixar de recolher total ou parcialmente o imposto:
apurado pelo próprio sujeito passivo;
devido por responsabilidade ou por substituição tributária;
devido por estimativa fiscal;
devido pelos contribuintes com tributação fixa:
MULTA de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto.
Ao responsável tributário que deixar de efetuar a retenção ou efetuá-la irregularmente aplicar-se-á a multa prevista no caput.
A multa prevista neste artigo aplica-se ao lançamento efetuado após o início de procedimento fiscal devidamente instaurado.
Falta de pagamento, quando o imposto tenha sido lançado por arbitramento sobre sujeito passivo inscrito no órgão competente.
MULTA de 100% (cem por cento) do valor do imposto.
Deixar de submeter, total ou parcialmente, prestação de serviço tributável à incidência do imposto por meio de artifício doloso ou fraudulento:
MULTA de 100% (cem por cento) do valor do imposto.

Parágrafo Único. Enquadra-se na tipificação a falta de pagamento por início de atividade antes da inscrição junto ao órgão competente.
Submeter tardiamente prestação tributável à incidência do imposto, antes de qualquer procedimento administrativo, ou medida de fiscalização:
MULTA de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do imposto.

Parágrafo único. A multa de que trata o caput não se aplica no caso do pagamento integral do montante devido.
Deixar o agente arrecadador ou o estabelecimento bancário de repassar o imposto arrecadado:
MULTA de 100% (cem por cento) do valor do imposto.
A imposição das penalidades previstas nesta Seção não elide a aplicação das penalidades previstas na Seção III deste Capítulo.
Seção III
Das Infrações às Obrigações Tributárias Acessórias

Subseção I
Das Infrações Relativas à Emissão de Documentos Fiscais
Emitir documento fiscal de forma ilegível, com omissões, incorreções, emendas ou rasuras, que dificultem ou impeçam a verificação pelo Fisco, ou registrar operação consignando declaração falsa:
MULTA de R$ 30,00 (trinta reais) por infração, limitado a R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais).

Parágrafo único. A multa de que trata o caput não se aplica no caso de comprovação do pagamento do imposto pelo valor realmente devido.
Utilizar para o registro de prestação de serviços equipamento emissor de cupom fiscal – ECF não autorizado pela autoridade municipal ou em estabelecimento diverso daquele para o qual foi concedida a autorização:
MULTA de R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais) por equipamento.
Sofrerá a mesma penalidade:
quem possuir ou utilizar qualquer outro equipamento que emita comprovante de venda de prestação de serviços que possa ser confundido com cupom ou documento fiscal;
quem utilizar “software” básico, ou versão, não autorizado, nos termos do regulamento.
A multa prevista no caput será reduzida por metade se comprovar o infrator estar o equipamento autorizado por outro ente da Federação.
Possuir ou utilizar equipamento emissor de cupom fiscal – ECF:
com o lacre de segurança violado;
sem a etiqueta de identificação ou com ela rompida ou adulterada:
MULTA de R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais) por equipamento.
Subseção II
Das Infrações Relativas ao Uso de Equipamentos de Processamento
de Dados para Fins Fiscais

Utilizar programa para emissão ou impressão de documento fiscal ou escrituração de livro fiscal com vício, fraude ou simulação:
MULTA de R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais).
Usar sistema eletrônico de processamento de dados, ou qualquer outro, para emissão de documentos fiscais ou escrituração dos livros fiscais, sem observar os critérios a que se refere o Art. 397º:
MULTA de R$ 300,00 (trezentos reais) por exercício financeiro.

Subseção III
Das Infrações Relativas aos Livros e Documentos Fiscais
Possuir, guardar ou utilizar documentos fiscais:
impresso fraudulentamente ou sem a devida autorização;
de outro contribuinte, de contribuinte inexistente ou cuja inscrição tenha sido baixada ou declarada nula.
MULTA de R$ 15,00 (quinze reais) por documento fiscal, não inferior a R$ 300,00 (trezentos reais) e não superior a R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Parágrafo único. Incorre também na multa prevista neste artigo aquele que imprimir ou fornecer documentos fiscais fraudulentos com ou sem a devida autorização.
Promover a prestação de serviços sem emissão de documento fiscal, constatada por qualquer meio:
MULTA de R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais).

Escriturar os livros fiscais sem observar os requisitos previstos na legislação:
MULTA de R$ 300,00 (trezentos reais) por livro.

Parágrafo único. A multa será reduzida em 50% (cinquenta por cento) quando for constatado que não houve prejuízo na apuração correta dos tributos devidos.
Subseção IV
Das Infrações Relativas ao Cadastro, Informações e Declarações de Natureza Cadastral, Econômica ou Fiscal
Aquele que, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, deixar de prestar esclarecimentos e informações, de exibir livros e documentos, ou de mostrar bens móveis ou imóveis, inclusive mercadorias, ou seus estabelecimentos aos funcionários fiscais, quando solicitado por esses agentes, estará sujeito às seguintes multas:
Pelo não atendimento da primeira intimação fiscal - MULTA de R$ 600,00 (seiscentos reais)
Pelo não atendimento da segunda intimação fiscal – MULTA de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)
Pelo não atendimento de cada uma das intimações subsequentes - MULTA de R$ 600,00 (seiscentos reais)
Parágrafo Único. O arbitramento "ex-oficio" não impede o fisco de continuar intimando o contribuinte, aplicando-lhe as multas previstas neste artigo.
Embaraçar, dificultar, retardar ou impedir, por qualquer meio, a ação fiscalizadora:
MULTA de R$ 600,00 (seiscentos reais).

TÍTULO IV
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
A Contribuição de Melhoria será cobrada pelo Município, para fazer face ao custo das obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.
Parágrafo único. Considera-se ocorrido o fato gerador na data da publicação do Demonstrativo de Custo da obra de melhoramento, executada na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis e que implique em efetivo acréscimo de valor do imóvel.
CAPÍTULO II
DA INCIDÊNCIA, DA NÃO INCIDÊNCIA E DAS ISENÇÕES
Será devida a contribuição de melhoria no caso de valorização de imóveis privados, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas:
abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgoto pluvial e outros melhoramentos de praças e vias públicas;
construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalação de redes elétricas e telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e outras instalações de comodidade pública, quando realizados pelo Município;
proteção contra secas, inundação, erosão, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação, saneamento e drenagem em geral;
construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;
aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriação em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.
Não incidirá Contribuição de Melhoria sobre os imóveis de propriedade da administração direta, indireta ou fundacional do Município, do Estado ou da União, sendo o ônus decorrente suportado pelo erário municipal.
CAPÍTULO III
DO SUJEITO PASSIVO
Contribuinte do tributo é o proprietário de imóvel por natureza ou acessão física, valorizado em razão de obra pública, ao tempo do lançamento.
A responsabilidade pelo pagamento do tributo transmite-se aos adquirentes do imóvel ou aos sucessores a qualquer título.
Responderá pelo pagamento o incorporador ou o organizador de loteamento não edificado ou em fase de venda, ainda que parcialmente edificado, que vier a ser valorizado em razão da execução de obra pública.
Os bens indivisos são considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem.
No caso de enfiteuse, responde pela contribuição de melhoria o enfiteuta.
CAPÍTULO IV
DA BASE DE CÁLCULO
A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite total o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamentos ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento, mediante aplicação de coeficientes de atualização monetária.
Serão incluídos nos orçamentos de custos das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.
A percentagem do custo real a ser cobrada mediante Contribuição de Melhoria será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.
A determinação e a cobrança da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total das obras, entre todos os imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência e, levará em conta a situação do imóvel, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada e conjuntamente, respeitado o limite individual de valorização do imóvel.
Parágrafo único. A municipalidade responderá pelas quotas relativas aos imóveis sobre os quais não haja a incidência da Contribuição de Melhoria.
Para o cálculo da Contribuição de Melhoria, o órgão fazendário do Município adotará os seguintes procedimentos realizados pela comissão responsável pela atualização da Planta Genérica de Valores, prevista no Art. 299º e seguintes:
delimitará, em planta, a zona de influência da obra;
dividirá a zona de influência em faixas correspondentes aos diversos índices de hierarquização de benefício dos imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;
realizará cálculo de atualização do valor venal para os imóveis que integram a faixa de influência tendo por base a Planta Genérica de Valores e os índices de hierarquização de benefício dos imóveis, levando em conta a situação do imóvel na zona de influência, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente;
obterá o acréscimo do valor do imóvel individualizado pela diferença do valor venal previsto no Cadastro Imobiliário conforme a Planta Genérica de Valores antes da obra e o valor auferido na forma do item III;
os valores venais apurados após a obra serão atualizados no Cadastro Imobiliário;

apurada a valorização individual, realiza-se o cálculo da Contribuição de Melhoria em relação ao custo da obra, sempre respeitados os tetos individual e global, para cada imóvel mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$CMi = C \times HF \times \frac{VI}{VAF}$$

onde:

CMi: Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel;
C: custo da obra a ser ressarcido;
HF: índice de hierarquização de benefício de cada faixa;
VI: valor de acréscimo individualizado;
VAF: valor total de acréscimo da faixa de influencia;
x: sinal de multiplicação;

Caso o somatório das contribuições individuais seja superior ao custo da obra, desrespeitando o limite global, dever-se-á promover redução proporcional no valor cobrado de cada contribuinte, sendo os valores de valorização individual reduzidos em proporção ao valor excedente.

CAPÍTULO V

DA DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

Para cada obra ou conjunto de obras integrantes de um mesmo projeto, serão definidas suas zonas de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefício dos imóveis nela localizados, levando-se em conta também o zoneamento de uso do solo estabelecido pelo Plano Diretor.

Tanto as zonas de influência, como os índices de hierarquização de benefício serão aprovados pelo Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, com base em proposta elaborada pela comissão prevista no Art. 299º e seguintes.

A proposta a que se refere o § 1º será fundamentada em estudos, análises e conclusões, tendo em vista o contexto em que se insere a obra ou o conjunto de obras nos seus aspectos socioeconômicos e urbanísticos.

CAPÍTULO VI

DA COBRANÇA

Para cobrança dever-se-á aprovar inicialmente lei específica da contribuição de melhoria que pretende cobrar, da qual deverá constar, no mínimo:
memorial descritivo do projeto;
orçamento do custo da obra;
determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
delimitação da zona que se presume beneficiada e dos imóveis nela situados;
delimitação da zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis;
fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias para impugnação pelos interessados de qualquer dos elementos anteriormente apontados
regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento de eventual impugnação;
previsão de que será publicado edital inicial divulgando os critérios da presente lei, do qual constarão os valores iniciais atribuídos aos imóveis da zona de cobrança;
previsão de que será publicado edital ao final da obra constando demonstrativo de custos e valores de valorização individual de cada imóvel.

Publicada a lei, deve o município providenciar a publicação do primeiro edital contendo todos os critérios da lei a fim de que os contribuintes tomem ciência dos dados do projeto e dos valores atribuídos a seus imóveis, conferindo-se prazo de no mínimo 30 dias após a publicação para impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo único. A impugnação deverá ser dirigida à Procuradoria-Geral do Município, através de petição fundamentada.

Executada a obra na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, deve-se realizar nova avaliação imobiliária nos imóveis beneficiados a fim de definir a valorização decorrente, publicando em seguida edital com o demonstrativo de custos e as valorizações de cada imóvel, fixando-se prazo a partir do qual será iniciada a cobrança;

Para cobrança da Contribuição de Melhoria, a Administração competente deverá publicar o Edital, contendo, entre outros, os seguintes elementos:
Delimitação das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;
memorial descritivo do projeto;
orçamento total ou parcial do custo das obras;
determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas tem o prazo de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do Edital referido no Art. 453º, para a impugnação de qualquer dos elementos constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo único. A impugnação deverá ser dirigida à Procuradoria-Geral do Município, através de petição fundamentada.

Transcorrido o prazo do Art. 452º poderá o Município lançar de ofício as contribuições a cada sujeito passivo, e notificação de lançamento, diretamente ou por edital, conterá:
identificação do contribuinte e o valor da valorização individual do imóvel;
valor da Contribuição de Melhoria cobrada;
prazos para pagamento de uma só vez ou parceladamente e respectivos locais de pagamento;
prazo para impugnação.

A soma das parcelas mensais não excederá, em cada período de 12 (doze) meses, 3% (três por cento) do valor venal do imóvel, à data da emissão das guias.

Considera-se valor venal para os efeitos do §1º, o que o imóvel alcançaria na venda à vista, segundo as condições do mercado, tendo como valor mínimo o valor identificado em Planta Genérica de Valores instituída por Lei.

O ato da autoridade que determinar o lançamento poderá fixar descontos para o pagamento à vista, ou em prazos menores que o lançado.

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, pedido de revisão fundamentado à autoridade lançadora, contra:
erro na localização ou no valor venal;
cálculo dos índices atribuídos;
valor da Contribuição de Melhoria;
número de prestações.

O pedido de revisão suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Da decisão da autoridade lançadora caberá impugnação na forma disciplinada neste Código.

As impugnações, reclamações e recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras.

CAPÍTULO VII

DO PAGAMENTO

A Contribuição de Melhoria poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, obedecendo aos critérios previstos para o parcelamento dos créditos tributários em geral, não podendo ser inferior ao prazo de execução da obra.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica o Prefeito Municipal expressamente autorizado a, em nome do Município, firmar convênio com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

TÍTULO V

DAS TAXAS

CAPÍTULO I

DA INCIDÊNCIA, DA SUJEIÇÃO PASSIVA E DAS ISENÇÕES

Em decorrência do exercício do poder de polícia ou em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, serão cobrados pelo Município as seguintes taxas:

Licença para Instalação e Localização;

Licença para Funcionamento;

Licença de Funcionamento em Horário Especial;

Licença para Exercício de Atividade Eventual, Temporária ou Ambulante;

Licença de Veículo de Transporte de Passageiros;

Licença para Publicidade;

Licença para Uso de Áreas do Domínio Público;

Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares;

Licença para Execução de Urbanização em Terrenos Particulares;

Vigilância Sanitária;

Licença Ambiental;

Coleta de Lixo Ordinário;

Taxa de Esgoto Sanitário;

Taxa de Apreensão e Depósito de Bem Móvel ou Semovente e Mercadorias;

Taxa de Expediente.

Estão sujeitos ao pagamento das taxas municipais:

todas as pessoas físicas ou jurídicas sujeitas à fiscalização municipal;

todas as pessoas físicas ou jurídicas usuárias, efetiva ou potencialmente, de serviço público, específico e divisível, prestado ou posto à disposição.

São isentos de taxas:

a União e o Estado, bem como suas fundações e autarquias;

as fundações e autarquias municipais;

as Associações de Pais e Amigos de Excepcionais – APAE, Associação de Pais e Professores - APP dos estabelecimentos escolares devidamente autorizados pelo Conselho Estadual de Educação, das Associações de Moradores, das Associações de Bairros, dos Centros Comunitários, sem fins lucrativos;

desde que reconhecidos de utilidade pública por lei municipal, as associações culturais, devidamente registradas no Departamento de Cultura do Município, as sociedades desportivas, recreativas e os clubes amadores;

os templos de qualquer culto;

as instituições de educação e as de assistência social, sem fins lucrativos;

as microempresas e os microempreendedores individuais, no que se refere àquelas previstas nos incisos I e VI do Art. 461º;

na ordem de 10 (dez por cento) para as empresas de pequeno porte, no que se refere àquelas previstas nos incisos I e VI do Art. 461º.

os escritórios de advocacia no que se refere àquelas previstas nos incisos I do Art. 461º.

Parágrafo único. Para usufruir da isenção prevista neste artigo, as pessoas jurídicas referidas nos incisos III, IV e VI deverão preencher os requisitos previstos no Art. 11º.

A base de cálculo das taxas será o custo decorrente do exercício do poder de polícia ou dos serviços públicos prestados ou postos à disposição.

Aplicam-se às taxas as disposições das Seções I, II e III do Capítulo IX, do Título III, do Livro Terceiro, no que couber.

O lançamento ou o pagamento de taxas decorrentes do exercício do poder de polícia não importam em reconhecimento, por parte do Poder Público Municipal, da regularidade da situação do contribuinte.

Para lançamento das taxas de previstas nos incisos I e II do Art. 461º sobre fatos geradores ocorridos nos exercícios de 2015 a 2017, a diferença nominal entre o crédito tributário total referente ao exercício e o crédito tributário lançado no respectivo exercício anterior ficará limitada a:

10% (dez por cento) sobre o resultado da subtração do crédito tributário lançado no exercício em relação ao crédito tributário apurado no exercício anterior ou 20% (vinte por cento) sobre o valor do crédito tributário lançado no exercício anterior, prevalecendo o maior valor.

Caso haja alterações de dados cadastrais do imóvel, em algum dos exercícios enumerados no “caput”, o valor tomado para apuração do crédito tributário, referente ao lançamento para o fato gerador do respectivo exercício anterior, será o valor que teria sido lançado, se fossem considerados os novos dados cadastrais.

Novos estabelecimentos instalados no período previsto no caput ficarão sujeitos ao valor previsto na Tabela do Art. 470º, proporcionalmente ao número de meses de validade da licença requerida.

CAPÍTULO II

TAXA DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

A Taxa de Licença para Instalação e Localização tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da instalação e localização de quaisquer estabelecimentos ou exercício de atividades no Município de Tapurah.

Parágrafo único. Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, prestação de serviços em geral, extração e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas, culturais ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Sujeito passivo da Taxa de Licença para Instalação e Localização são todas as pessoas físicas ou jurídicas que vierem a se instalar ou exercer atividades no Município.

A Taxa de Licença para Instalação e Localização é devida no início da atividade e quando da transferência de local ou do ramo de atividade, pelas diligências para verificar as condições para a instalação e localização do estabelecimento em face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Parágrafo único. A transferência de local ou alteração do ramo de atividade acarretará a incidência da taxa à razão de 50% (cinquenta por cento) do seu valor anual.

A incidência e o pagamento da Taxa de Licença Para Instalação e Localização independem:
do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;
de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;
de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;
da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;
do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais.
A taxa será calculada de acordo com a Tabela abaixo, considerando-se, sempre, a área edificada ocupada pelo estabelecimento, proporcionalmente ao número de meses da sua validade, e recolhida quando da inscrição do estabelecimento no Cadastro Mobiliário.

POR ESTABELECIMENTO			
ITEM	**ÁREA EDIFICADA**	**UNIDADE**	**VALOR**
1	até 50m²	Por ano	R$ 310,00
2	acima de 50 até 150m²	Por ano	R$ 375,00
3	acima de 150 até 270m²	Por ano	R$ 562,00
4	acima de 270 até 500	Por ano	R$ 750,00
5.1	Acima de 500m² - Pelos primeiros 500 m²	Por ano	R$ 1.000,00
5.2	Acima de 500m² - Por área de 100m² ou fração excedente	Por ano	R$ 50,00

Para os estabelecimentos sujeitos à fiscalização da vigilância sanitária, somente será expedido o Alvará de Funcionamento após a emissão do Alvará Sanitário.
O pedido de licença para localização será promovido mediante o preenchimento de formulários próprios de inscrição no Cadastro Municipal Mobiliário com a apresentação da documentação conforme regulamento definido em Ato do Poder Executivo.
O Município poderá instituir alvará digital provisório, caracterizado pela concessão por meio digital de alvará de localização e funcionamento provisório, para atividades econômicas em início de atividade no território do município, regulamentado em lei específica.

CAPÍTULO III

TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO

A Taxa de Licença para Funcionamento tem como fato gerador o exercício do poder de polícia, consubstanciado na vigilância constante dos estabelecimentos e atividades licenciadas para efeito de verificação, quando necessário ou por constatação fiscal de rotina, do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submetem.
Parágrafo único. Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, prestação de serviços em geral, extração e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas, culturais ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.
Sujeito passivo da Taxa de Licença para Funcionamento são todas as pessoas físicas ou jurídicas que exercerem atividades no Município.
A incidência e o pagamento da Taxa de Licença para Funcionamento independem:
do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;
de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;
de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;
da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais.
A Taxa de Licença para Funcionamento será calculada de acordo com a Tabela do Art. 470º desta Lei, considerando-se, sempre, a área edificada ocupada pelo estabelecimento, sendo devida, anualmente, a partir do exercício seguinte ao início da operação, por ocasião da necessária renovação do Alvará de Localização conforme definido em Ato do Poder Executivo.
Parágrafo Único. Para os Microempreendedores Individuais – MEI o valor da taxa será equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor previsto para o item "1" da Tabela do Art. 470º.

CAPÍTULO IV

TAXA DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

Poderá ser concedida licença para funcionamento em horário especial, nos termos do Código de Posturas, a determinados estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, mediante pagamento de taxa, que será cobrada, por dia, mês ou ano e será devida, pela prorrogação ou antecipação do horário normal conforme definições em regulamento por ato do Poder Executivo.
É considerado horário normal de funcionamento de estabelecimento:
de segunda-feira à sexta-feira, das 07 (sete) às 18 (dezoito) horas;
nos sábados, das 07 (sete) às 13 (treze) horas;
As farmácias serão regidas por lei especial, sem prejuízo do preceituado neste capítulo, sendo a abertura do estabelecimento obrigatória conforme escala de plantão instituída por ato do Secretário Municipal de Saúde.
Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica responsável pelo estabelecimento sujeito à fiscalização.
A licença especial será concedida se o contribuinte houver recolhido a taxa de licença para localização e funcionamento ou renovação de licença.
Será concedida licença especial para funcionamento anual e mensal somente para as micro e pequenas empresas, as demais deverão requerer licença especial por dia de funcionamento, conforme regulamento por ato do Poder Executivo.
Será caçada toda a licença concedida a estabelecimento que transgredir a moralidade e o sossego público, nos termos do Código de Posturas deste Município.
A licença para funcionamento em horário especial, não autoriza a inobservância da Consolidação das Leis do Trabalho ou qualquer outra lei em vigência.
O comprovante de pagamento da Taxa de Licença para Funcionamento em horário especial, deverá ser fixado, obrigatoriamente, em local visível a fiscalização, juntamente com o Alvará de Localização e de Funcionamento, sob pena das sanções previstas neste Código.
A Taxa não é incidente sobre os estabelecimentos que possuem horário de funcionamento diferenciado do previsto no Art. 477º.§ 1º, em razão da natureza da atividade desenvolvida, tais como:
hospitais e pronto-socorro;
hospitais e pronto-socorro, na área veterinária;
hotéis, motéis e similares;
empresas de vigilância;
postos de gasolina;
empresa de radiodifusão e televisão;
colégios e universidades;
bibliotecas;
bares e restaurantes;
panificadoras e confeitarias;
mercearias, açougues, mercados e supermercados;

boates e casas de shows;
casa de jogos e casa de entretenimentos em geral;
cinemas, teatros e circos;
parques de diversões, centros de lazer;
feiras, exposições, congressos e congêneres;
terminais rodoviários e aeroportos;
funerárias;
salão de beleza, barbearia e cabeleireiros.
A Taxa de Licença de Funcionamento em Horário Especial é calculada mediante o seguinte critério:
Para fins de prorrogação de horário:
até às 22 horas:
ao dia: R$ 4,00 (quatro reais);
ao mês: R$ 15,00 (quinze reais);
ao ano: R$ 80,00 (oitenta reais).
além das 22 horas:
ao dia: R$ 6,60 (seis reais e sessenta centavos);
ao mês: R$ 28,00 (vinte e oito reais);
ao ano: R$ 120,00 90 (cento e vinte reais).
O contribuinte que optar pela prorrogação do horário de funcionamento de seu estabelecimento em horário além das 22 horas, ficará sujeito à Taxa, nos moldes previstos no inciso II do parágrafo primeiro deste artigo, excluindo-se o disposto no inciso I.
Para fins de trabalho aos domingos, feriados, e sábados no período vespertino, a taxa será de:
R$ 10,00 (dez reais), ao dia;
R$ 47,00 (quarenta e sete reais), ao mês;
R$ 199,00 (cento e noventa e nove reais), ao ano;
A exigência dos valores previstos no parágrafo anterior não é cumulativa com aqueles previstos no § 1º, ambos deste artigo.
O contribuinte da Taxa de Licença de Funcionamento em Horário Especial deverá promover sua inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipais e sempre que a licença depender de requerimento instruí-lo com as informações imprescindíveis à identificação do estabelecimento comercial requerente, de acordo com as instruções e regulamentos aplicáveis à espécie.
Parágrafo Único. O requerimento será justificadamente deferido ou indeferido pelo Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, de cuja decisão não caberá recurso.
A licença será válida para o período em que for concedida, podendo ser diária, mensal ou anual.
A Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos em Horário Especial será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados do Cadastro de Contribuintes Municipais.
A Taxa será devida e arrecadada anteriormente a ocorrência do fato gerador, por ocasião da outorga de licença, devendo ser renovada diária, mensal ou anualmente, conforme dispuser norma que vier a regulamentar.

CAPÍTULO V
TAXA DE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE
EVENTUAL, TEMPORÁRIA OU AMBULANTE

A Taxa de Licença para Exercício de Atividade Eventual, Temporária ou Ambulante tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão do exercício de atividade eventual ou temporária no Município de Tapurah.
Nenhuma atividade de caráter eventual ou temporário poderá ser exercida sem prévia licença outorgada pela administração pública e sem o pagamento da referida taxa.
Considera-se atividade eventual ou temporária aquela exercida em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações em locais autorizados pelo Poder Público Municipal.
É considerada também como eventual ou temporária a atividade exercida em instalações removíveis colocadas nas vias e logradouros públicos como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e assemelhados.
Considera-se comércio ambulante o exercido individualmente, sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.
A Licença de que trata este Capítulo para o exercício de atividade eventual ou temporária terá duração máxima de 90 (noventa) dias, devendo a atividade obedecer às disposições do Capítulo II deste Título, após este prazo.
A Licença para o exercício de atividade de Ambulante será expedida e terá validade conforme os dias de atividade para o qual foi requerida e deferida.
A Taxa de que trata este Capítulo será cobrada por ocasião da outorga da respectiva Licença, de acordo com a seguinte Tabela:

ATIVIDADES	TEMPO DE EXERCÍCIO	VALOR
Ambulante – sem veículo	Por dia	R$ 229,60
Ambulante – com veículo	Por dia	R$ 287,00
Circo	Por dia	R$ 120,00
Parque de Diversão	Por dia	R$ 120,00
Feira itinerante	Por dia	R$ 40,00

Respondem pela Taxa de Licença de Atividade Eventual, Temporária ou Ambulante as mercadorias encontradas em poder do obrigado ao porte da licença.
São isentos da taxa de que trata este Capítulo:
os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;
os engraxates ambulantes.

CAPITULO VI
TAXA DE LICENÇA DE VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
Seção I
Disposições Gerais

A Taxa de Licença de Transporte de Passageiros tem como fato gerador o exercício regular e permanente, pelo Poder Público Municipal, da fiscalização dos serviços de transporte de passageiros, prestados por autorizatários, permissionários e concessionários do Município, mediante vistoria e fiscalização dos veículos automotores empregados na prestação dos respectivos serviços.

Parágrafo Único. Sem prejuízo da fiscalização permanente, o Município realizará, obrigatoriamente, vistoria anual nos veículos dos serviços fiscalizados, visando a verificar sua adequação às normas estabelecidas pelo Poder Público, bem como as condições de segurança e higiene do transporte e outras condições necessárias à adequada e eficiente prestação do serviço.
O fato gerador da Taxa considera-se ocorrido:
na data de início da efetiva circulação do veículo motorizado, relativamente ao primeiro ano de exercício;
no dia primeiro de março de cada exercício, nos anos subsequentes;
na data de alteração das características do veículo, em qualquer exercício.
Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica que explore o transporte de passageiros dentro do território do Município.
São solidariamente responsáveis pelo pagamento da Taxa:
o responsável pela locação do veículo;
o profissional que exerce atividade econômica no veículo de transporte de passageiro.
A Taxa será calculada de acordo com a Tabela abaixo e recolhida aos cofres públicos na forma e prazos regulamentares.

Item	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
I	Transporte coletivo de passageiro por veículo, por ano:	
	Ônibus	R$ 315,00
	Micro-ônibus	R$ 315,00
II	Transporte de passageiro em veículo de aluguel (TAXI e Transporte Escolar), por ano:	R$ 120,00
III	Transporte de passageiro em Moto Taxi, por ano:	R$25,00

O Poder Executivo poderá parcelar o valor da Taxa ou conceder desconto de até 10% (dez por cento) para pagamento em cota única.
Fica atribuído ao sujeito passivo da Taxa de Licença de Transporte de Passageiros, o dever de antecipar o pagamento sem o prévio exame da autoridade competente.
A Taxa será devida integral e anualmente, independentemente da data de início da efetiva circulação ou de qualquer alteração nas características do veículo.
Seção II
Das Infrações
A falta de pagamento da Taxa apurada mediante procedimento fiscal sujeitará o contribuinte à multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor atualizado do tributo, independentemente dos acréscimos moratórios exigíveis.
As multas por descumprimento de obrigações acessórias serão fixadas entre **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais)**, de acordo com a gravidade da infração, na forma de regulamento próprio a ser expedido pelo Poder Executivo.
Se lançada através de procedimento fiscal, a Taxa será lançada com prazo de 30 (trinta) dias para pagamento ou impugnação do valor exigido, observadas as normas processuais cabíveis antes do encaminhamento do débito ao órgão controlador da Dívida Ativa.
No caso de comparecimento do contribuinte para vistoria do veículo após procedimento administrativo comprovado por intimação específica, o débito será objeto de Auto de Infração.
O Poder Executivo instituirá as obrigações acessórias e regulamentará a aplicação das disposições deste Capítulo.
CAPÍTULO VII
TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE
Seção I
Disposições Gerais
A Taxa de Licença para Publicidade tem como fato gerador o exercício do poder de polícia da Administração Pública Municipal, de vigilância em razão da exploração, utilização ou veiculação de engenhos de publicidade de qualquer tipo e por qualquer instrumento, nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos locais de audibilidade, visibilidade ou acesso ao público.
Parágrafo único. Para efeito de incidência da taxa, considera-se publicidade, toda e qualquer divulgação de mensagens de natureza publicitária ou comercial, mensagens indicativas ou representativas de nomes, marcas, símbolos, produtos ou estabelecimentos de pessoas físicas ou jurídicas, indicativos de atividades, inclusive aqueles fixados em veículos de transporte e mobiliários em geral.
São considerados engenhos de publicidade sujeitos à taxa:
letreiros, Front Light ou Back Light;
totem ou infláveis em calçadas;
anúncios impressos em veículos terrestres;
anúncios em forma de outdoors, painéis, faixas, placas, cartaz ou banners;
balões, anúncios suspensos por guindaste ou por veículo aéreo;
anúncios com aparelhos de áudio e vídeo nas vias públicas ou em áreas particulares (Carro de som, *Mídia Digital Indoor* ou *Mídia Digital Out of Home* e etc.);
panfletagem;
outras formas de anúncios publicitários similares aos citados.
Parágrafo Único. É proibido nos sábados, domingos e feriados a publicidade através de carro de som ou outra forma de engenho sonoro publicitário em bairros residenciais antes das 09h00min da manhã.
Considerar-se-á ocorrido o fato gerador da Taxa de Licença para Publicidade:
na data do início da veiculação da publicidade;
na data em que se der qualquer alteração;
em 1º de março de cada exercício, nos anos subsequentes, em se tratando de publicidade realizada por intermédio de instrumentos ou suportes de caráter permanente.
Parágrafo único. Considera-se permanente todo engenho de publicidade que pelas suas características, destinação ou intuito de exibição, seja de duração superior a 90 (noventa) dias.
A incidência e o pagamento da Taxa de Licença para Publicidade independem:
do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao anúncio;
da licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;
do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.
Sujeito passivo obrigado ao recolhimento da Taxa de Licença para Publicidade é a pessoa física ou jurídica que explora a atividade de publicidade.
Ficam isentos da Taxa de Licença para Publicidade:
os indicativos de órgãos públicos da administração direta e indireta;
hospitais, ambulatórios, casas de saúde e prontos-socorros;
os indicativos, nos locais de construção, do responsável técnico pela obra, contendo as especificações exigidas pelo CREA, o número do processo de acompanhamento e o número do Alvará de Licença, nos termos da legislação própria;

as indicações de profissional liberal fixadas nas respectivas residências, escritórios ou consultórios;
as tabuletas indicativas de sítio, granjas ou fazendas;
os nomes, siglas, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias, que nas condições legais e regulamentares, se responsabilizem, gratuitamente, pela manutenção de cestos destinados à coleta de lixo nas vias e logradouros públicos, ou pela conservação, sem ônus para o Município, de parques, jardins, logradouros públicos, ou ainda, o plantio e proteção de árvores;
as campanhas de utilidade pública e avisos elucidativos destinados exclusivamente à orientação do público, bem como aqueles que recomendem cautela ou indiquem perigo, desde que desprovidos de qualquer legenda, dísticos ou desenhos de valor publicitário;
os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estação de radiodifusão, televisão e cinemas;
os cartazes destinados a fins patrióticos, religiosos, beneficentes ou desportivos;
os anúncios destinados à propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;
os indicativos localizados no imóvel do próprio estabelecimento, interna ou externamente, e que sirvam como identificador de seu nome e de suas atividades ou produtos.
Parágrafo único. Na hipótese do inciso VI, a isenção da Taxa de Licença para Publicidade restringe-se, unicamente, aos nomes, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias afixadas nos cestos, em placas, letreiros ou grades, de área igual ou inferior, em sua totalidade, a 1,0 m² (um metro quadrado), afixados nos logradouros cuja conservação esteja permitida à empresa anunciante, nos termos da legislação aplicável.
A Taxa de Licença para Publicidade será calculada de acordo com a Tabela abaixo e recolhida aos cofres públicos na forma e prazos definidos em regulamento.

Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID	VALOR
1	Letreiro publicitário, Front Light ou Back Light, Totem	por unidade/ano / fração	R$ 80,00
2	Publicidade em veículos		
2.1	Permanentes em veículos	por unidade/mensal	R$ 5,00
2.2	Esporadicamente em veículos	por unidade/mensal ou fração	R$ 6,00
3	Infláveis na calçada	por unidade/mensal	R$ 15,00
4	Balões, anuncio suspenso por guindaste ou anuncio por veículo aéreo	por unidade/quinzena/fração	R$ 30,00
5	Publicidade com aparelhos de áudio e vídeo nas vias públicas (Carro de som, Mídia Digital Indoor ou Mídia Digital Out of Home e etc.)	por unidade/mensal	R$ 15,00
6	Publicidade com aparelhos de áudio e vídeo em ambiente internos com publicidade diversa da atividade do estabelecimento (Mídia Digital Indoor ou Mídia Digital Out of Home)	por unidade/ano	R$ 80,00
7	Panfletos	Por milhar	R$ 10,00
8	Outdoor	por unidade/Mensal/fração	R$ 39,00
9	Outros equipamentos de publicidade, exceto letreiros (Faixas, Cartaz, Placa, e etc.) em áreas publicas	por unidade/semana/ fração	R$ 22,50
10	Outros equipamentos de publicidade, exceto letreiros (Faixas, Cartaz, Placa, e etc.) em área particular com publicidade diversa da atividade do estabelecimento	Unidade/ano	$20,00

Não se enquadrando o anúncio nas tabelas pela falta de elementos que precisem sua natureza, a taxa será calculada pelo item que tiver maior identidade, de acordo com as suas características.
Enquadrando-se o anúncio em mais de um item das referidas tabelas, prevalecerá à taxa unitária de maior valor.
Sofrerão acréscimo de 50% (cinquenta por cento) da taxa os anúncios de qualquer natureza referentes a bebidas alcoólicas e fumo.
O lançamento da taxa, a critério da Administração, poderá ser efetuado juntamente com outros tributos.
Seção II
Das Infrações
A publicidade efetuada sem licença ou em desacordo com esta sujeitará o infrator, através da lavratura de notificação fiscal, ao pagamento de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), e a retirada imediata do anúncio, independente da taxa devida.
CAPÍTULO VII
TAXA DE LICENÇA PARA USO DE ÁREAS DO DOMÍNIO PÚBLICO
A Taxa de Licença para Uso de Área Pública tem como fato gerador o exercício regular, pelo Poder Público Municipal, de autorização, vigilância e fiscalização, visando a disciplinar a ocupação de vias e logradouros públicos, para a prática de qualquer atividade.
É fato gerador da Taxa a emissão de autorização a título precário para instalação de tabuleiros, barracas, bancas de jornal e revistas, stands, módulos de mesa e cadeiras, parques de diversões, circos, estacionamento de veículos, mercadores não motorizados e engenhos publicitários.
Estão isentos da taxa:
os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;
os que venderem nas feiras-livres, exclusivamente, os produtos de sua lavoura e os de criação própria - aves e pequenos animais - desde que exerçam o comércio pessoalmente por uma única matricula;
os deficientes físicos;
as pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos, que, comprovadamente, não exerçam outra atividade econômica;
os aparelhos, máquinas, equipamentos e tapumes destinados à execução ou proteção de obras subterrâneas;
os engraxates ambulantes;
os eventos declarados de interesse cultural, turístico, desportivo ou social, por ato do Poder Executivo.
O reconhecimento da isenção prevista neste artigo constará obrigatoriamente da autorização para o exercício da atividade.
O sujeito passivo da Taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da instalação de móvel, equipamento, utensílio, veículo e objeto em vias e logradouros públicos.
São solidariamente responsáveis pelo pagamento da Taxa a pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente estiver envolvida na instalação de móvel, equipamento, utensílio, veículo e objeto em vias e logradouros públicos.
A Taxa de Licença para Uso de Área Pública será calculada de acordo com a Tabela abaixo e recolhida na forma e prazos definidos em regulamento.

Item	ATIVIDADE	UNID	PRAZO	VALOR
1	Atividade ambulante ou localizada (com ponto fixo)			
1.1	Bancas de revistas até 4m² e barracas	Valor/Unid.	mês	R$ 10,00
1.2	Bancas de revistas acima 4m², quiosques, trailer e similares	Valor/Unid.	mês	R$ 10,00
1.3	Ambulante com veículo de mão (triciclos, carrocinhas)	Valor/Unid.	mês	R$ 10,00
1.4	Módulo de mesa com Quatro cadeiras	Valor/Unid.	mês	R$ 5,00
1.5	Indicadores de hora, temperatura e painéis de Led	Valor/Unid.	Ano	R$ 50,00
1.6	Veículos de aluguel (taxi)	Valor/Unid.	mês	R$ 10,00
1.7	Outros não especificados	Valor/Unid.	mês	R$ 10,00
Item	**ATIVIDADE**	**UNID**	**PRAZO**	**VALOR**
2	Comércio eventual em épocas ou ocasiões especiais			
2.1	Circos e parques de diversões	Valor/Unid.	Mês	R$ 20,00

Parágrafo Único. Caso o contribuinte se enquadre em mais de uma das 1especificações, será utilizada, para efeito de cálculo da taxa, aquela que conduzir o maior valor.
A Taxa será devida quando da ciência, pelo contribuinte, do despacho que autorizar o uso de área pública ou sua renovação e será paga imediatamente, no ato da ciência.
O valor da Taxa decorrente de autorização inicial, quando anual, será proporcional ao número de meses ou fração que faltem para atingir o período do próximo recolhimento previsto.
A taxa poderá ser paga de uma só vez ou em até 06 (seis) quotas mensais e consecutivas, limitado o valor mínimo mensal por quota em **R$ 30,00 (trinta reais)**, exceto nos casos de atividades em épocas ou eventos especiais, quando o pagamento será integral, na forma estabelecida no caput.
Sendo anual o período de incidência, o lançamento da Taxa ocorrerá:
na data da utilização de vias e logradouros públicos, relativamente ao primeiro ano de exercício;
no mês e data definidos em regulamento, nos anos subsequentes.

CAPÍTULO VIII

TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES

A Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares, fundada no poder de polícia do Município, concernente à tranquilidade e bem estar da população, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a execução de obras de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios, bem como de instalações elétricas e mecânicas, ou qualquer obra no Município.
Nenhuma construção, reconstrução, reforma com ampliação, demolição ou obra e instalações de qualquer natureza poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à municipalidade, nos termos da legislação específica, e pagamento da taxa devida.
Parágrafo Único. A análise e a aprovação de projetos de construção, reconstrução, reforma, demolição ou obra de qualquer natureza somente serão feitas após o protocolo da respectiva solicitação, que estará condicionado à apresentação da documentação completa com o comprovante de pagamento da taxa devida.
Sujeito passivo da Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares é o proprietário, detentor de domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel em que se realizarem obras de construção, reconstrução, ampliação, reforma ou demolição de prédios, bem como de instalações elétricas e mecânicas, ou qualquer obra.
A Taxa não incide sobre:
limpeza ou pintura interna e externa de prédios, muros e grades;
construção de passeios e logradouros públicos providos de meio fio;
construção de muros de contenção de encostas;
construção de prédios para o estabelecimento de empresas no Parque Industrial e Comercial de Tapurah;
construção de muros laterais, de frente e de fundos, inclusive de arrimo;
as obras executadas em prédios públicos.
São solidariamente responsáveis pelo pagamento da Taxa:
as pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pelos projetos ou por sua execução;
o responsável pela locação e o locatário do imóvel onde esteja sendo executada a obra.
A Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares será cobrada de conformidade com a Tabela abaixo e não incidirá sobre as obras e instalações cuja execução não implicar em outorga de autorização pelo Município, nos termos da legislação específica.

TAXA DE ANALISE PARA EXECUÇÃO DE OBRAS			
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**		**VALOR**
1	Análise de Projetos para aprovação do alvará de construção de edificações.	Por m²	R$ 0,74
2	Análise de alteração de Projetos para aprovação do alvará de construção de edificações.	Por m²	R$ 0,74
3	Execução de stand de vendas; execução de obra de apoio à construção; regularização de acessos para posto de abastecimento de combustíveis; locação de mesas/cadeiras em logradouros públicos; execução de remanso de calçada.		R$ 127,00
4	Execução de bloqueio parcial de rua.		R$ 251,00
TAXA DE VISTORIA DE CONCLUSÃO DE OBRAS			
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**		**VALOR**
1	Vistoria de edificações para expedição do Habite-se	Por m²	R$ 0,74
2	Prorrogação de prazos em alvarás de construção e demolição, transferência de responsabilidade técnica, etc.	Por m²	R$ 0,74
TAXA DE VISTORIA DE SEGURANÇA DE EDIFICAÇÕES			
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**		**VALOR**
Execução de preventiva em edificações existentes ou destinada a obtenção do alvará de funcionamento comercial			
1	Área de construção até 1.000 m²		R$ 0,42
2	Área de construção superiores a 1.000 m²		R$ 0,13 *
* Por metro quadrado que exceder os 1.000 m²			

Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma das especificações, será utilizada, para efeito de cálculo da Taxa, aquela que conduzir ao maior valor.
A Taxa será devida por execução de obra, conforme comunicação do sujeito passivo ou constatação fiscal.
Sendo por execução de obra a forma de incidência, o lançamento da Taxa ocorrerá:
no ato do licenciamento da obra, quando comunicada pelo sujeito passivo;
no ato da informação, quando constatada pela fiscalização.
Parágrafo único. O não pagamento da Taxa no prazo determinado sujeita o infrator à multa de 50% (cinquenta por cento) do seu valor atualizado, se apurada mediante procedimento fiscal, sem prejuízo dos acréscimos moratórios.

CAPÍTULO IX

TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE URBANIZAÇÃO EM TERRENOS PARTICULARES

A Taxa de Licença para Execução de Urbanização em Terrenos Particulares tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização de urbanização de terrenos particulares do Município
Nenhum plano de urbanização particular poderá ser executado sem prévio pedido de licença à municipalidade, nos termos da legislação específica, e pagamento da taxa devida.
Sujeito passivo da Taxa de Licença para Execução de Urbanização em Terrenos Particulares é o proprietário, detentor de domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel objeto das obras de urbanização.
A Taxa de Licença para Execução de Urbanização em Terrenos Particulares será cobrada de conformidade com a Tabela abaixo.

TABELA TAXA DE LICENÇA PARA PARCELAMENTO E UNIFICAÇÃO DO SOLO			
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**		**VALOR**
Unificação; subdivisão; unificação/subdivisão; cadastramento; regularização; loteamento			
1	Até 1.000 m²	Por m²	R$ 0,20
2	De 1.001 a 5.000 m²	Por m²	R$ 0,12

3	Acima de 5.000 m²	Por m²	R$ 0,04
Valores diferenciados e regressivos em razão da metragem do imóvel, fracionada por faixas - a taxa será determinada pela somatória dos resultados obtidos com a incidência de cada valor sobre a fração de metragem correspondente).			
4	Licença para Projeto de Rua	Por m²	R$ 0,96
5	Alteração/Cancelamento de Previsão de arruamento, retificação de rua	Por m²	R$ 0,96
6	Projeto de rua	Por m²	R$ 0,96*
* Até o limite de R$ 130,00			

CAPÍTULO X

TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

A Taxa de Vigilância Sanitária, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao controle da saúde pública e bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização dos estabelecimentos, atividades, habitações, produtos, embalagens, utensílios e quaisquer equipamentos, para efeito de verificação do cumprimento da legislação sanitária a que se submetem.

Dentre outros são objeto de fiscalização os locais e instalações onde são fabricados, produzidos, manipulados, acondicionados, conservados, depositados, armazenados, transportados, distribuídos, vendidos ou consumidos alimentos, bem como o exercício de outras atividades pertinentes à higiene pública.

O fato gerador da Taxa considera-se ocorrido:

na data de início de atividade, relativamente ao primeiro ano de exercício;

no dia primeiro de março de cada exercício, nos anos subsequentes;

na data de alteração do endereço ou, quando for o caso, da atividade, em qualquer exercício.

O sujeito passivo da Taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da atividade exercida estar relacionada com alimentos, saúde e higiene pública e às normas sanitárias.

São solidariamente responsáveis pelo pagamento da Taxa, o promotor de feiras, exposições e congêneres, o proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel, com relação às barracas, aos veículos, aos “traillers”, aos “stands” ou assemelhados que comercializem gêneros alimentícios.

A Taxa de Vigilância Sanitária será cobrada de conformidade com a Tabela abaixo, na forma e prazos definidos em regulamento:

Item	ESPECIFICAÇÃO	PRAZO	VALOR
1	Estabelecimentos Comerciais e Industriais	Até 200 m²/Ano	R$ 40,00
		Acima de 200m²/Ano	R$ 80,00
2	Comércio ambulante de gêneros alimentícios sem ponto fixo		
2.1	mercadores ambulantes com mercadorias a tiracolo	Ano	R$ 20,00
2.2	mercadores ambulantes em carrocinhas, triciclos ou assemelhados	Ano	R$ 20,00
3	Mercadores ambulantes no exercício de atividades provisórias em épocas ou eventos especiais:		
3.1	Com mercadorias a tiracolo	Por evento	R$ 20,00
3.2	em carrocinhas, triciclos, ou assemelhados	Por evento	R$ 20,00
4	Comércio ambulante de gêneros alimentícios com ponto fixo ou de estacionamento determinado		
4.1	carrocinhas, triciclos ou assemelhados	Ano	R$ 20,00
4.2	módulos ou cabines	Ano	R$ 20,00
4.3	barracas ou tabuleiros	Ano	R$ 20,00
4.4	veículos motorizados, trailers, quiosques ou assemelhados	Ano	R$ 20,00
5	Atividades com ponto fixo ou de estacionamento determinado, no exercício de atividades provisórias em épocas ou eventos especiais		
5.1	carrocinhas, triciclos, barracas, ponto comercial e assemelhados	Por evento	R$ 30,00
6	Feiras-Livres		
6.1	barracas ou tabuleiros, por matrícula	Ano	R$ 20,00
6.2	veículos motorizados ou não, por matrícula	Ano	R$ 20,00
7	Estabelecimentos Prestadores de Serviço	Até 200 m²/Ano	R$ 40,00
		Acima de 200m²/Ano	R$ 80,00
8	Depósitos e Armazéns	Ano	R$ 80,00

Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma das atividades específicas, será utilizada, para efeito de cálculo da Taxa, aquela que conduzir ao maior valor.

Não havendo especificação precisa da atividade, a Taxa será calculada pelo código que contiver maior identidade de características com o ramo considerado.

As atividades previstas nos Itens 1 e 7 da Tabela estão sujeitas à taxa em razão da área efetivamente ocupada pela atividade econômica, podendo ser maior ou menor do que a área total construída da edificação onde fica o estabelecimento.

Para as atividades de comércio de material de construção, horto, serralheria e congêneres, será considerada a área usada para estocar material, ainda que descoberta.

A taxa será devida integral e anualmente, independentemente da data de abertura do estabelecimento, transferência do local ou qualquer alteração contratual ou estatutária.

Sendo anual o período de incidência, o lançamento da Taxa ocorrerá:

no ato da inscrição, relativamente ao primeiro ano de exercício;

no mês e data definidos conforme regulamento, nos anos subsequentes;

no ato da alteração do endereço ou, quando for o caso da atividade, em qualquer exercício.

Quando a Taxa for devida anualmente, o Órgão Fazendário poderá lançar e cobrar a Taxa de Vigilância Sanitária na mesma guia da Taxa de Licença para Funcionamento.

Na hipótese do inciso II, a Taxa poderá ser paga parcialmente, na forma, prazo e condições instituídos pelo Órgão Fazendário, ou de uma única vez, mediante desconto de 10% (dez por cento).

CAPÍTULO XI

TAXA DE LICENÇA AMBIENTAL

Seção I

Disposições Gerais

A Taxa de Licença Ambiental tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização dos estabelecimentos, atividades e habitações para efeito de verificação do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submetem, decorrente do licenciamento ambiental para o exercício de atividade que apresente ou possa apresentar impacto ambiental local.

Ato do Poder Executivo determinará o procedimento administrativo para a concessão do licenciamento ambiental, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

O órgão licenciador definirá procedimentos específicos para o licenciamento ambiental, observadas a natureza, as características e as peculiaridades de cada atividade, projeto ou empreendimento, e, ainda, a compatibilização do procedimento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

A atividade de implantação ou extensão de rede de infraestrutura urbana e correlatas deve submeter-se ao procedimento de licenciamento ambiental no Município.

A atividade citada no caput compreende as redes para televisão a cabo, as redes e equipamentos para telefonia fixa e celular, a rede para o gás canalizado, os postes e redes de distribuição de energia elétrica, as estações de rádio base da telefonia celular, o mobiliário urbano, a rede para a água canalizada e esgoto, as infovias próprias para a Internet ou para ligação dos sistemas em intranet ou extranet, rede para transporte coletivo e dutoviário, bem como a adoção de outras tecnologias que impliquem em instalação ou extensão de redes aéreas ou subterrâneas na cidade ou que utilizem as obras de arte de domínio municipal, para a implantação de serviços de natureza privada e os de interesse coletivo.

Ato do Poder Executivo estabelecerá as atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, os tipos de licença para cada caso, os critérios de determinação do tipo, porte e localização do empreendimento e do potencial poluidor da atividade.

É contribuinte da Taxa de Licença Ambiental o empreendedor, público ou privado, responsável pelo pedido de licença ambiental para o exercício da atividade respectiva.

Parágrafo Único. A Taxa deverá ser recolhida previamente ao pedido da licença ou de sua renovação, sendo seu pagamento pressuposto para análise dos projetos.

Seção II

Das Isenções

Fica isenta do pagamento de licenciamento ambiental a implantação de unidades de saúde da rede pública ou filantrópicas.

O licenciamento ambiental de pequenos produtores rurais possuirá isenção na seguinte ordem:

Propriedade com área de até 100 ha – isenção de 20% (vinte por cento)

Propriedade com área acima de 100 ha até 200 ha – isenção de 15% (quinze por cento)

Propriedade com área acima de 200 ha até 400 ha – isenção de 10% (dez por cento)

O valor da taxa de licenciamento ambiental e dos estudos ambientais possuirá 50% (cinquenta por cento) de isenção para empreendimentos ou regularização de assentamentos destinados à população de baixa renda, sendo consideradas, em todos os casos, as condições socioeconômicas da população envolvida.

Fica assegurada a isenção de 30% (trinta por cento) sobre as taxas de renovação de licença de operação dos empreendimentos que atenda, a pelo menos, um dos itens abaixo:

utilizem resíduos para reciclagem;

utilizem resíduos para geração de energia;

reaproveitem a água utilizada;

disponham de certificação por órgão credenciado em qualidade ambiental, nos termos do regulamento;

implementem plano de gerenciamento de resíduos sólidos;

sejam de responsabilidade direta de Prefeituras, órgãos do Governo Estadual, órgãos do Governo Federal, Organização não Governamental - ONG e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

As isenções não serão cumulativas.

A comprovação da existência dos itens de que trata o*caput*será feitas na ocasião das vistorias.

Para ter acesso a uma das isenções acima mencionado o empreendedor deverá preencher declaração disponível no protocolo do órgão licenciador na ocasião do pedido.

O empreendedor é responsável pela manutenção do item pelo qual recebeu o benefício no decorrer do funcionamento de sua atividade. A constatação do não funcionamento de qualquer dos itens pelo qual foi beneficiado ensejará emissão compulsória de boleto com os valores referentes ao benefício sem prejuízo das sanções penais e administrativas pelo fornecimento de informações não comprováveis.

Fica assegurada a isenção de 50% (cinquenta por cento) sobre a taxa de renovação de Licença Prévia - LP e de Licença de Instalação – LI, quando for solicitada a renovação a pelo menos 120 dias antes do vencimento da referida licença.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que o prazo de validade da Licença de Operação - LO seja superior a 03 (três) anos, o empreendedor deverá recolher, anualmente, 10% (dez por cento) do valor da referida licença, a título de pagamento pelos serviços de fiscalização e monitoramento.

Seção III

Da Base de Cálculo

Fica o órgão licenciador autorizada a cobrar pelo ingresso, uso do espaço físico e utilização de imagens de unidades de conservação e jardins zoobotânicos, sendo a importância arrecadada revertida para a manutenção das respectivas áreas, nos seguintes termos:

ingresso: até 10% (dez por cento) de R$ 107,03 (cento e sete reais e três centavos);

uso do espaço físico: de R$ 1.070,30 (um mil e setenta reais e trinta centavos) a R$ 16.054,50 (dezesseis mil e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos);

utilização de imagens: de R$ 1.070,30 (um mil e setenta reais e trinta centavos) a R$ 8.562,40 (oito mil quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).

Parágrafo Primeiro.O valor do ingresso, uso do espaço físico e utilização de imagens de unidades de conservação e jardins zoobotânicos serão definidos em decreto.

A Taxa de Licença Ambiental e sua renovação terão seu valor fixado de acordo com o setor de atividade, porte do empreendimento, o potencial poluidor da atividade e o tipo da licença requerida, de acordo com a Tabela adiante descrita.

PARÂMETROS PARA CLASSIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS
SEGUNDO O PORTE (CLASSIFICAÇÃO GENÉRICA)

Porte do Empreendimento	Parâmetros de Avaliação			
	Área Construída (m2)	Investimento total	Número de Empregados	Transportadora (Número de veículos)
Mínimo	Até 500 e pequenos produtores	Até R$ 159.520,00	Até 15	1 a3
Pequeno	De 501 a 2.000	De R$ 159.520.01 até R$ 1.849.435,00	Até 50	4 a10
Médio	De 2.001 a 10.000	De R$ 1.849.435,01 até R$18.494.350,00	De 50 a 150	11 a50
Grande	De 10.001 a 40.000	De R$ 18.494.350,01 até R$ 184.943.500,00	De 150 a 1.000	De 51 a 100
Excepcional	Acima de 40.001	Acima de R$ 184.943.500,01	Acima de 1.000	Acima de 100

O empreendimento será classificado em função do parâmetro de avaliação que estabeleça o maior porte.

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA
(CLASSIFICAÇÃO GENÉRICA)

Licença Tipo	Porte da Atividade														
	Mínimo			Pequeno			Médio			Grande			Excepcional		
	Potencial Poluidor														
	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A
LP	R$ 179,46	R$ 219,34	R$ 299,10	R$ 797,60	R$ 1146,55	R$ 1645,05	R$ 3489,50	R$ 4486,50	R$ 5483,50	R$ 6380,80	R$ 7477,50	R$ 9970,00	R$ 6979,00	R$ 8973,00	R$ 15952,00
LI	R$ 498,50	R$ 598,20	R$ 697,90	R$ 957,12	R$ 1495,50	R$ 2193,40	R$ 6480,50	R$ 9471,50	R$ 11465,50	R$ 12961,00	R$ 16949,00	R$ 22931,00	R$ 22931,00	R$ 17447,50	R$ 26919,00
LO	R$ 229,31	R$ 348,95	R$ 498,50	R$ 518,44	R$ 797,60	R$ 1296,40	R$ 2691,90	R$ 3489,50	R$ 3788,60	R$ 7976,00	R$ 9970,00	R$ 12961,00	R$ 12961,00	R$ 13958,00	R$ 21934,00

As tabelas acima serão aplicadas aos empreendimentos que não constam das classificações específicas previstas no Art. 552º.
Deverão ser aplicadas as seguintes fórmulas para o cálculo do valor da prestação de serviços de licenciamento e autorizações, independente do potencial poluidor, para atividades classificadas como:
Atividades Agropecuárias;
Atividades de Aquicultura;
Atividades de Infraestrutura;
Usinas de álcool e açúcar; e
Poços tubulares.

Atividades Agropecuárias:
Licenciamento de Propriedades Rurais - Na determinação dos preços de análise e expedição da Licença Ambiental Única - LAU será utilizada a fórmula abaixo:
Pr = (20 + 0,28 x (Aexpl - Appd - Arld) + 0,36 x Adesm + 2 x Apprec + 0,8 x Arlrec.) x R$9,97

Pr = preço das licenças;
Aexpl = área explorada;
Appd = área de preservação permanente degradada;
Arld = área de reserva legal degradada;
Adesm = área a ser desmatada;
Apprec = área de preservação permanente a ser recuperada;
Arlrec = área de reserva legal a ser recuperada.

Termo de Averbação de Reserva Legal.

Valor da Licença = R$ 249,25

O valor da autorização para uso do fogo/queima controlada será estabelecido da seguinte forma:

Até 13,00 ha.	R$ 49,85
Acima de 13 ha.	R$ 9,97 por ha. Autorizado

O porte e o uso de motosserra far-se-ão somente através de licença emitida pela SAMA com validade de 02 (dois) anos.

Valor da Licença = R$79,76 (cada).

O valor da inspeção florestal para fins de levantamento circunstanciado de projetos vinculados à reposição florestal

Até 250 ha.	R$897,30
Acima de 250 ha.	R$897,30 + R$2,00 por ha.

Projeto Agrícola Irrigado - Na implantação de projetos agrícolas irrigados, o cálculo do preço para análise do pedido de licenças em cada fase do processo de licenciamento será feito com base na dimensão da área irrigada. O valor da remuneração será feito de acordo com as fórmulas abaixo:

Pr = (100 + 1,2 x Airrg) x R$9,97

Pr = preço das licenças;
Airrg = área irrigada (hectare).

Criação de animais confinados de grande porte (bovinos, eqüinos, bubalinos, avestruz, etc.).
Pr = (50 + 0,50 x Nc.) x R$9,97

Pr = preço das licenças
Nc = número de cabeças (Capacidade suporte)

Unidades de Produção de Leitão (UPL).
Pr = (30 + 0,36 x NM) x R$9,97

Pr = preço das licenças em
NM = número de matrizes. (Capacidade suporte)

Granja de Suínos de Ciclo Completo
Pr = (30 + 0,62 x Nm) x R$9,97 (Com valor teto estabelecido em R$ 9.970,00)

Pr = preço das licenças
Nm = número de matrizes (Capacidade suporte)

Granja de Suínos - Terminação.
Pr = (30 + 0,17 x Nc) x R$9,97 (Com valor teto estabelecido em R$ 9.970,00)

Pr = preço das licenças;
Nc = número de cabeças (Capacidade suporte)

Criação de animais confinados de pequeno porte (avicultura, etc.), com tratamento de dejetos na própria propriedade.
Pr = (20 + 0,002 x Nc) x R$9,97 (Com valor teto estabelecido em R$ 9.970,00)

Pr = preço das licenças;
Nc = número de cabeças (Capacidade suporte)

Depósito de Cama de Aviário e/ou depósitos de Dejetos Orgânicos, fora do projeto de origem.
Pr = (30 + 0,15 x Aútil.) x R$105,41

Pr = preço das licenças
Aútil = área útil (hectare).

Incubatório de Aves.
Pr = (50 + 0,006 x Aútil) x R$105,41

Pr = preço das licenças;
Aútil = área útil (hectare).

Aquicultura - Para efeitos do cálculo do preço dos serviços para análise de requerimento de licenciamento de atividades de aquicultura a área útil fica limitada a 50 (cinquenta) hectares:
Unidades de Produção de Peixes em Sistemas de Açudes.
Pr = (20 + 8 x Aútil) x R$105,41

Unidades de Produção de Peixes em Sistemas de Viveiros.
Pr = (20 + 4 x Aútil) x R$105,41
Unidades de Produção de Alevinos.
Pr = (20 + 8 x Aútil) x R$105,41

Pr = preço das licenças;
Aútil = área útil em hectare de lâmina d'água.

Atividades de Infraestrutura:
Condomínios, edifícios residenciais, conjuntos habitacionais e centros comerciais.
Pr = (130 + (15 x At) + (2 x Nº unid/3))x R$105,41

Pr = preço das licenças;
At = área total do terreno em hectare;
Nº unid = número de unidades.

Loteamentos para fins residenciais e industriais, loteamentos rurais, assentamentos, distritos industriais, complexos industriais e zonas industriais.
Pr = (120 + 8 x At) x R$105,41

Pr = preço das licenças;
At = área total a ser loteada em hectare.

Poços tubulares:

Profundidade (m)	LP	LI	LO
Até	R$ 2424,43	R$ 421,64	R$ 421,64
50,1 – 100	R$ 8432,80	R$ 843,28	R$ 843,28
à partir de 100	R$ 2213,61	R$ 843,28	R$ 843,28

Na hipótese de poços tubulares já perfurados, será emitida apenas a LO, porém o órgão ambiental cobrará pelos serviços da LP e LI.
Poços tubulares até 50m será exigido apenas cadastramento no órgão licenciador.
Para efeito de cálculo das licenças, multiplica-se ao valor calculado pelo o fator de correção de 1,0 para Licença Prévia - LP, de 1,50 para Licença de Instalação - LI e de 1,25 para Licença de Operação – LO, exceto para o calculo da LAU e poços tubulares.
O valor teto se refere à Licença Prévia - LP sendo que a Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO sofrerão o fator de correção de 1,5 e 1,25 respectivamente.
As Autorizações Ambientais concedidas aos empreendimentos e atividades dispensadas de licenciamento pelo porte, ou para intervenções ou operação de curta duração ficarão sujeitas a taxa mediante o seguinte calculo:
Pr = (22 + VT) x R$105,41

Pr = preço das licenças
VT= Vistoria Técnica

Para análise de projetos e vistorias técnicas, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados será efetuada mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
Custo Total da Análise:
CT = ST + VT + CE + CA
Serviços Técnicos:
ST = T x H x Ch
Vistoria Técnica:
VT = (T x D x Cd) + (V x R x Ck) **+** Hv x Cv

Onde:
CT = Custo Total
ST = Serviços Técnicos
VT = Vistoria Técnica
Ch = Custo da hora técnico (R$948,69/hora)
Cd = Custos de viagem (R$3162,30 /dia)
Ck = Custo do quilometro rodado (R$ 9,48 /km)
Cc = Custo da hora consultoria (R$3162,30 /hora)
CE = Consultoria Externa
CA = Custo Administrativo
H = Número de Horas Trabalhadas
D = Número de Dias Trabalhados
R = Total de Km Rodados (500 km)
T = Número de Técnicos
V = Número de Veículos
Hv = Horas de voo
Cv = Custo da hora de voo (R$ 9,97)
Parágrafo Único. Nos casos de realização de Audiência Pública, os custos correrão por conta do empreendedor.
As taxas de expediente relativas a atividades pertinentes a licença ambiental terão os seguintes valores:
emissão de certidões diversas
CD = R$ 64,80 (sessenta e quatro reais e oitenta centavos)
expedição de segunda via de licenças ou de autorizações ambientais:
Cexped. = R$ 49,85 (quarenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)
cadastro
Pr = R$ 219,34 (duzentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos)
Pr = R$ 219,34 (duzentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos) + ST (para os empreendimentos de reduzido impacto ambiental).
Os recursos resultantes da Taxa de Licença Ambiental serão utilizados em programas de proteção e preservação ambiental.
CAPÍTULO XII
TAXA DE COLETA DE LIXO ORDINÁRIO
A Taxa de Coleta de Lixo Ordinário tem por fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos seguintes serviços prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição:
coleta e transporte dos resíduos sólidos e pastosos;
transbordo dos resíduos sólidos e pastosos;
deposição final dos resíduos sólidos e pastosos.
Para os efeitos deste artigo entende-se como lixo ordinário os resíduos sólidos e pastosos produzidos em economias residenciais ou não, que possam ser acondicionados em sacos plásticos, com exceção dos resíduos que por seu volume, composição ou peso, necessitam de transporte específico, provenientes de:
processos industriais, comerciais e de prestação de serviços;
obras de construção civil ou demolições;
serviços de saúde;
limpeza de jardins e similares.
Os resíduos excetuados no § 1º poderão ser coletados pelo Município mediante tarifa específica a ser fixada por ato do Poder Executivo.
Contribuinte da Taxa de Coleta de Lixo Ordinário é o proprietário do imóvel ou da economia, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.
A base de cálculo da Taxa de Coleta de Lixo Ordinário será o custo anual dos serviços previstos neste Capítulo, levando-se em conta os seguintes fatores:
a natureza dos serviços prestados;
a quantidade dos serviços prestados em função da estimativa de produção de resíduos sólidos e pastosos;
o uso e destinação da economia.
Para a fixação dos valores da Taxa de Coleta de Lixo Ordinário, considerados os fatores mencionados no Art. 561º, adotar-se-á a seguinte fórmula de cálculo:
Taxa de Lixo = A x Z x Fc1 x Fc2 x Fc3 x K

Onde:

A = Área Construída do imóvel em metros quadrados;
Z = Zoneamento
Fc1 = Fator atividade
Fc2 = Fator Pavimentação
Fc3 = Fator Frequência
K = R$0,05 (cinco centavos) = é o valor divisível de referência obtido a partir dos custos envolvidos nos serviços de que trata este Capítulo pela geração específica de lixo.

Z = ZONEAMENTO	**VALOR**
ZC - Zona Central	2
ZCS - Zona de Comercio e Serviço	1,8

ZR1 - Zona Residencial 1	1,6
ZR2 - Zona Residencial 2	1,4
ZR3 - Zona Residencial 3	1
ZCE - Zona de Controle Especial	1,2

Fc1		
ATIVIDADE	**TIPO**	**VALOR**
RESIDENCIAL	Individual	1
	Coletiva	1,2
COMÉRCIO E SERVIÇO	Salas, lojas, consultórios, escolas e similares	1,6
	Supermercados, atacadistas, restaurantes, mercadinhos e similares	1,8
MISTO	Prédios Residenciais e Comerciais	1,3

Fc2	
PAVIMENTAÇÃO	**VALOR**
Asfalto	0,7
Terra	1

Fc3	
FREQUENCIA	**VALOR**
6 dias por semana	1,8
1 dia por semana	1

A qualquer momento, nos casos em que o contribuinte, pessoa física ou jurídica, se entender prejudicado, poderá, sem custos e mediante formulário próprio, requerer a revisão dos valores, para adequá-los em conformidade com a realidade do consumidor.
É facultado ao contribuinte requerer a cobrança em separado da taxa relativa à coleta de lixo, mediante requerimento, ficando sujeito ao pagamento adicional das despesas do boleto e impressão da fatura, a partir do deferimento.
O lançamento da taxa de coleta de lixo ordinário será anual, com valor parcelado em 12 (doze) meses.

CAPÍTULO XIII

TAXA DE ESGOTO SANITÁRIO

São contribuintes da Taxa de Esgoto Sanitário os proprietários, titulares do domínio útil, possuidores e ocupantes de imóveis edificados, bem como os demais imóveis utilizados em atividade comercial ou produtiva, situados neste Município, beneficiários do serviço de coleta, afastamento e tratamento de esgotos sanitários.
Implantado o serviço de coleta e afastamento de esgotos sanitários em uma via, os imóveis beneficiados serão, obrigatoriamente, a ele ligados, sendo que as novas edificações, bem como as reformas nas existentes, somente receberão o alvará de licença, nas vias já servidas por esse serviço, se do projeto constar a rede interna e respectiva ligação, na forma e prazos que vierem a ser exigidos pelo órgão competente, obedecidas as normas técnicas em vigor.
A recusa do contribuinte na ligação de seu imóvel com o serviço de coleta e afastamento de esgoto sanitário não o eximirá da obrigação de pagar a Taxa de Esgoto Sanitário e o sujeitará ao pagamento de multa no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), por ligação que se fizer necessária.
A multa prevista no § 1º será cumulativa e duplicada a cada expiração do prazo concedido.
A taxa de que trata este Capítulo será apurada com base no consumo de água, pelo mesmo contribuinte, pela alíquota de 70% (setenta por cento) da tarifação de água.
Se o imóvel não for abastecido total ou parcialmente pelo sistema público de abastecimento de água, o volume de água residuária ou servida será apurado por medição ou arbitramento pela autoridade competente, com base no consumo médio do contribuinte em situação idêntica ou assemelhada.
Nos sistemas de tratamento descentralizados, instalados em bairros, loteamentos, condomínios e afins, constituídos por rede coletora, tanque séptico, filtro anaeróbio ou outro sistema de tratamento, a taxa corresponderá a 60% (sessenta por cento) do valor da tarifa de água.
Quando o sistema de tratamento descentralizado for interligado ao sistema centralizado de esgoto, a cobrança da taxa será correspondente ao valor disposto no caput deste artigo.
Não será exigida a taxa de que trata o presente Capítulo na hipótese do contribuinte realizar comprovadamente, ao seu encargo, os serviços por ela remunerados.

CAPÍTULO XIV

TAXA DE APREENSÃO E DEPÓSITO DE BEM MÓVEL, SEMOVENTE E MERCADORIAS

A Taxa de Apreensão e Depósito de Bem Móvel ou Semovente e Mercadorias, tem como fato gerador a apreensão ou a guarda, pela Administração Municipal, no exercício legal do poder de polícia do Município, de objetos, viaturas, animais, mercadorias, ou outro qualquer bem móvel, que poderão ser removidos ou não para o Depósito Municipal.
Contribuinte da Taxa é toda pessoa física ou jurídica proprietária ou responsável pelo bem objeto da apreensão ou guarda.
A taxa será paga quando da devolução do bem ao proprietário ou responsável.
O bem somente será devolvido ao proprietário ou responsável mediante a comprovação do recolhimento da Taxa.
Não sendo o bem retirado no prazo regulamentar será aplicado ao mesmo o destino determinado na legislação pertinente.
A Taxa de que trata este Capítulo será cobrada de acordo com a Tabela abaixo e respectivo regulamento por Ato do Poder Executivo.

Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID	VALOR
1	Apreensão		
1.1	de animais vivos de pequeno e médio porte	unid	R$ 45,00
1.2	de animais vivos de grande porte	unid	R$ 60,00
1.3	de mercadorias ou objetos de qualquer natureza	Kilo ou unid	R$ 2,00
1.4	Carrinho “Hot-Dogs”, Banca de Revista e similares	unid	R$ 60,00
2	Reboque de veículos apreendidos		
2.1	Ônibus e caminhão	unid	R$ 200,00
2.2	Micro-ônibus	unid	R$ 170,00
2.3	Kombis e similares, veículos de passeio e motos	unid	R$ 143,00
2.4	Outros, não discriminados nos itens 2.1 a 2.3	unid	R$ 143,00
3	Armazenagem, por dia ou fração, no Depósito Municipal:		
3.1	de veículos	unid	R$ 30,00
3.2	de animais vivos de pequeno porte	unid	R$ 15,00
3.3	de animais vivos de grande porte	unid	R$ 30,00
3.4	de mercadorias ou objetos de qualquer natureza	unid	R$ 15,00

CAPÍTULO XV
TAXA DE EXPEDIENTE
Seção I
Disposições Gerais
A Taxa de Expediente tem como fato gerador a:
prestação de serviços burocráticos, postos à disposição do contribuinte no seu exclusivo interesse;
tramitação de petição ou documento, que devam ser apreciados por autoridade municipal;
lavratura de termo ou contrato.
Parágrafo Único. Contribuinte da taxa é o peticionário, solicitante do serviço ou quem tiver interesse direto no ato da autoridade ou servidor municipal competente.
A taxa será devida pelo peticionário ou por quem tiver interesse direto no ato da Administração Pública Municipal.
Estão isentos da Taxa de Expediente os requerimentos:
de atos ligados à vida funcional dos servidores do Município;
referentes a ordens de pagamento, de restituição de tributos, depósitos ou caução;
de apresentação dos demonstrativos ou declarações que se configurem obrigações acessórias;
referentes à regularização de imóveis no cadastro imobiliário do Município, inclusive no que tange à titularidade;
impugnação ou recurso de lançamento de ofício de tributo, inclusive em Auto de Infração;
certidão de matrículas em hospitais, dispensários e ambulatórios do Município;
certidão de admissão de menores em estabelecimentos de ensino da rede municipal e os registros para a respectiva admissão;
termo de doação feita pelo Município;
autenticação de livros e documentos fiscais e talonários de notas;
A Taxa de que trata este Capítulo será cobrada de acordo com a Tabela abaixo.

Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID	VALOR
1	Busca e desarquivamento de documentos	unid	R$ 21,00
2	Cópia de documentos	Por folha	R$ 1,50
3	Emissão de Documento de Arrecadação Municipal - DAM	unid	R$ 2,87
4	Baixa de inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas (CAE)	unid	R$ 30,00
5	Fornecimento de 2ª via de alvará e habite-se	unid	R$ 21,00
6	Fornecimento de 2ª via de outros documentos	unid	R$ 21,00
7	Declarações diversas	unid	R$ 21,00
8	Relocação de ponto e de itinerários de transporte de pessoas	unid	R$ 30,00
9	Substituição de veículo de aluguel	Por veículo	R$ 21,00
10	Autorização para veículo de transporte de pessoas ficar fora de circulação	Por veículo	R$ 30,00
11	Autorização para emplacamento de veículos de transporte de passageiros e de aluguel	Por veículo	R$ 130,00
12	Cadastro de condutor auxiliar, de transporte coletivo, alternativo, escolar e de aluguel	unid	R$ 30,00
13	Análise de requerimento para outorga ou renovação de Concessão, Permissão ou Autorização	unid	R$ 80,00

Parágrafo Único. Não será devida a Taxa de Expediente para a emissão de certidões ou documentos para defesa de direitos e para esclarecimentos da situação de interesse pessoal, na forma do art. 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal, observadas as disposições da Lei Federal n.º 9.051, de 1995.
A Taxa será cobrada independentemente de lançamento.
A cobrança da Taxa será feita por meio de guia, conhecimento ou processo eletrônico, na ocasião em que o ato for praticado, assinado ou visado, ou em que o instrumento formal for protocolado, expedido ou anexado, desentranhado ou desarquivado.
Enquanto não efetuado o pagamento, será sustado o andamento de papéis ou atos sobre os quais incida a Taxa.
A Taxa incidente sobre a emissão de guia de recolhimento de tributos será devida quando do pagamento da guia de recolhimento do tributo na rede bancária oficial conveniada.
Aos responsáveis pelos órgãos municipais que têm o encargo de realizar os atos tributados pela Taxa de Expediente, incumbe a verificação do respectivo pagamento.
A utilização de serviços de expediente, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou postos a sua disposição, compreendidos neste Capítulo estão sujeitos a prazo de atendimento conforme definido por ato do Poder Executivo, devendo sempre que possível ser executados de imediato, ressalvada a complexidade do ato.
Seção II
Das Infrações
A utilização dos atos enumerados na Tabela constante do Art. 572º sem o respectivo pagamento da taxa, total ou parcial, sujeitará o infrator ou responsável à multa correspondente a 100% (cem por cento) do valor da taxa não paga, considerada esta, pelo seu valor atualizado.
LIVRO QUARTO
DOS PREÇOS PÚBLICOS
TÍTULO I
DOS PREÇOS PÚBLICOS E TARIFAS
CAPITULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
O Poder Executivo fixará e reajustará periodicamente a tabela de preços públicos e tarifas a serem cobrados:
pelos serviços de natureza industrial comercial e civil, prestados pelo Município em caráter de empresa e susceptíveis de serem explorados por empresas privadas;
pela utilização de serviço público municipal, como contraprestação de caráter individual, em casos de não incidência da Taxa de Expediente a que se refere o Art. 573º, deste Código;
pelo uso de bens e serviços públicos.
Ficam compreendidos no inciso II deste artigo, todos os demais serviços não expressamente mencionados neste Título nem na Tabela da Taxa de Expediente, anexa a este Código.
Poderão, ainda, serem incluídos no sistema de preços outros serviços de natureza semelhante aos de que tratam os incisos I e II deste artigo, prestados pelo Município.
CAPITULO II
DA FIXAÇÃO DOS PREÇOS
A fixação dos preços para os serviços prestados exclusivamente pelo Município terá por base, sempre que possível, o custo unitário.
Quando não for possível a obtenção do custo unitário, para a fixação do preço, será considerado o custo total do serviço verificado no último exercício, a flutuação nos preços de aquisição dos fatores de produção do serviço e o volume de serviço prestado e a prestar.

O volume do serviço será medido, conforme o caso, pelo número de utilidades produzidas ou fornecidas, pela média dos usuários atendidos e outros elementos pelos quais se possa apurá-lo.
O custo total compreenderá custo de produção, manutenção e administração do serviço e bem assim as reservas para recuperação do equipamento e expansão do serviço.
É de competência do Poder Executivo a fixação dos preços dos serviços, até o limite da recuperação do custo total, sendo além desse limite a fixação do preço dependerá de Lei Municipal.
Os serviços municipais, sejam de que natureza forem, quando sob regime de concessão ou permissão, e as explorações de serviços de utilidade pública, terão a tarifa ou preço fixado por ato do executivo, de acordo com as normas deste Título e das leis específicas em vigor.
Aplicam-se aos preços de serviços as disposições deste Código Tributário, concernentes a lançamento, cobrança, pagamento, restituição, fiscalização, domicílio, obrigações acessórias dos usuários, dívida ativa, penalidades e processo fiscal, ressalvado as disposições especiais em vigor para cada caso.
CAPITULO III
DAS INFRAÇÕES
O não pagamento dos débitos resultantes do fornecimento de utilidades produzidas ou do uso das instalações e bens públicos, em razão da exploração direta de serviços municipais, acarretará decorridos os prazos regulamentares, o corte do fornecimento ou a suspensão do uso.
Parágrafo único. O corte do fornecimento ou a suspensão do uso de que trata este artigo é aplicável, também, nos casos de infrações outras praticadas pelos consumidores ou usuários, previstas em normas de polícia administrativa, ou regulamento específico.
LIVRO QUINTO
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
A inscrição ou alteração dos dados cadastrais dos imóveis já existentes deverá ser promovida espontaneamente dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação deste Código, independentemente de multa, ficando dispensados de nova inscrição ou comunicação de alteração da inscrição aqueles que já se encontravam com a sua inscrição regularizada no cadastro da Municipalidade.
Fica o Poder Executivo autorizado a conceder prazos, com suspensão de penalidades, para inscrição e cadastramento de imóveis ou acréscimos construídos irregularmente, lançando o imposto a partir do ano seguinte ao da confissão do sujeito passivo.
Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio de cooperação técnica com a Secretaria da Receita Federal, com o Estado de Mato Grosso e com outros Municípios, objetivando o intercâmbio de informações econômico-fiscais e a prestação de mútua assistência na fiscalização e cobrança dos tributos que administram.
Os prazos fixados na legislação tributária serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.
Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.
As datas fixadas para o recolhimento dos tributos Municipais, que recaírem em feriados, sábados e domingos, serão automaticamente transferidas para o primeiro dia útil subsequente ao vencimento, sem ônus de qualquer natureza.
Os valores de tributos, penalidades e do Custo Unitário de Reprodução (VR), previstos neste Código e fixados em moeda nacional, correspondem, para efeito de atualização, à data de 1º de março de 2015.
Os valores a que se refere o Art. 591º, serão corrigidos anualmente no mês de setembro pelo INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor (IBGE), acumulado nos últimos doze (12) meses, ou por outro índice que vier a substituí-lo.
O disposto neste artigo não se aplica aos tributos que já tenham a sua forma de atualização prevista nesta Lei.
O Poder Executivo regulamentará, no que for necessário, as disposições deste Código, podendo, para tanto, expedir, inclusive separadamente, os regulamentos dos diversos tributos, e ainda resoluções e instruções normativas que garantam a plena eficácia das normas instituídas por este Código, estes últimos expedidos no âmbito de competência do titular do órgão fazendário do Município.
Enquanto não forem delimitadas as zonas urbanas, prevalecem os critérios fixados na Legislação em vigor.
Enquanto não for aprovada lei municipal estabelecendo nova Planta de Valores, permanece em vigor aquela atualmente aplicada pelo Órgão Fazendário do Município.
Parágrafo único. Ficam mantidos também todos os demais critérios que servem de base para a fixação da base de cálculo do IPTU.
Esta Lei Complementar será regulamentada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do início da sua vigência.
Esta Lei Complementar entra em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se.
Publique-se.
Cientifique-se
CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal de Tapurah

Responsável Técnico: Dr. Rodrigo Couto. Especialista em Direito Público e Tributário (UCAM/RJ), Bacharel em Direito com especialização Jurídico Política (UGF/RJ). OAB/RJ 147.479 OAB/MT 14546-A

*Aplicação de modelo de programação não linear de autoria do Dr. José Delfino Sá e dos Prof. Ricardo Kalid e Carlos Arthur Cavalcante, mediante parceria com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Industrial (PEI) da Universidade Federal da Bahia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH
Estado de Mato Grosso

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito

LUIZ CONJIU
Secretário de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento

DR. RODRIGO RIBAS COUTO
Assessor Jurídico Tributário

COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DE REVISÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL (Decreto nº 063/2014, de 24 de junho de 2014)
Dr. Rodrigo Ribas Couto – Presidente da Comissão
Valério Cordeiro Talaridi
Adriel Martini
Alekxandre Ricardo Candido de Farias
Elmúcio Jacinto Moreira
Odenir Luiz Zancanaro
Olendino A. Castelan
Alcione José Biasi

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE TAPURAH (Lei Complementar n. 067/2014)

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.. Art. 1º a Art. 3º
LIVRO I
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS..... Art. 4º a Art. 7º
TÍTULO II
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS..... Art. 8º a Art. 9º
CAPÍTULO II
LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. Art. 10º a Art. 11º
TÍTULO III
DOS TRIBUTOS
CAPÍTULO I
DOS IMPOSTOS.... Art. 12º a Art. 13º
CAPÍTULO II
DAS TAXAS..... Art. 14º a Art. 17º
CAPÍTULO III
DAS CONTRIBUIÇÕES.. Art. 18º a Art. 19º
LIVRO SEGUNDO
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
TÍTULO I
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção I - Disposição Preliminar Art. 20º
Seção II - Leis, Tratados, Convenções Internacionais e Decretos..... Art. 21º a Art. 23º
Seção III - Normas Complementares.. Art. 24º
CAPÍTULO II
VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA..... Art. 25º a Art. 27º
CAPÍTULO III
APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA..... Art. 28º a Art. 29º
CAPÍTULO IV
INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA Art. 30º a Art. 35º
TÍTULO II
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS..... Art. 36º
CAPÍTULO II
FATO GERADOR.. Art. 37º a Art. 41º
CAPÍTULO III
SUJEITO ATIVO... Art. 42º a Art. 43º
CAPÍTULO IV
SUJEITO PASSIVO
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 44º a Art. 46º
Seção II – Solidariedade.... Art. 47º a Art. 48º
Seção III - Capacidade Tributária..... Art. 49º
Seção IV - Domicílio Tributário..... Art. 50º
CAPÍTULO V
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Seção I - Disposições Gerais.... Art. 51º
Seção II - Responsabilidade dos Sucessores..... Art. 52º a Art. 56º
Seção III - Responsabilidade de Terceiros..... Art. 57º a Art. 58º
Seção IV - Responsabilidade por Infrações..... Art. 59º a Art. 63º
TÍTULO III
CRÉDITO TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS.. Art. 64º a Art. 66º
CAPÍTULO II
CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I – Lançamento..... Art. 67º a Art. 71º
Seção II - Modalidades de Lançamento... Art. 72º a Art. 75º
CAPÍTULO III
SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I - Disposições Gerais.... Art. 76º
Seção II – Moratória Art. 77º a Art. 80º
CAPÍTULO IV
EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I - Modalidades de Extinção.... Art. 81º
Seção II - Do Pagamento e Da Restituição..... Art. 82º a Art. 91º
Subseção I - Da Atualização Monetária... Art. 92º a Art. 96º
Subseção II - Dos Acréscimos Moratórios..... Art. 97º a Art. 100º
Seção III - Da Compensação. Art. 101º
Seção IV - Da Transação..... Art. 102º
Seção V - Da Remissão..... Art. 103º
Seção VI - Da Prescrição e Da Decadência..... Art. 104º a Art. 105º
Seção VII - Da Dação em Pagamento.. Art. 106º a Art. 108º
CAPÍTULO V
EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I - Disposições Gerais.. Art. 109º
Seção II – Isenção..... Art. 110º a Art. 115º
Seção III – Anistia..... Art. 116º a Art. 118º
CAPÍTULO VI
GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 119º a Art. 122º
Seção II – Preferências... Art. 123º a Art. 131º
TÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DO CADASTRO
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 132º a Art. 133º
Seção II - Do Cadastro Imobiliário..... Art. 134º a Art. 144º
Subseção I - Das infrações ao Cadastro Imobiliário... Art. 145º a Art. 146º
Seção III - Do Cadastro Mobiliário..... Art. 147º a Art. 153º
Seção III - Das Infrações e Penalidades..... Art. 154º a Art. 157º
CAPÍTULO II
FISCALIZAÇÃO
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 158º a Art. 167º
Seção II - Da Notificação do Lançamento..... Art. 168º a Art. 169º
Seção III - Das Apreensões..... Art. 170º a Art. 177º
CAPÍTULO III
DAS INTIMAÇÕES..... Art. 178º a Art. 179º
CAPÍTULO IV
DA CONSULTA Art. 180º a Art. 181º
CAPÍTULO V
DÍVIDA ATIVA Art. 182º a Art. 188º
CAPÍTULO VI
CERTIDÕES NEGATIVAS.... Art. 189º a Art. 200º
CAPÍTULO VII
DO PARCELAMENTO
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 201º a Art. 202º
Seção II - Parcelamento antes da Inscrição em Dívida Ativa..... Art. 203º
Seção II - Parcelamento após a Inscrição em Dívida Ativa por ato do Executivo..... Art. 204º
Seção III - Parcelamento após a Inscrição em Dívida Ativa por Lei Art. 205º a Art. 208º
CAPITULO VIII
DA RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. Art. 209º a Art. 216º
TÍTULO V
INFRAÇÕES E PENALIDADES
CAPÍTULO I
INFRAÇÕES... Art. 217º
CAPÍTULO II
PENALIDADES
Seção I - Das Disposições Gerais..... Art. 218º a Art. 221º
Subseção I - Das Multas. Art. 222º a Art. 223º
Subseção II - Da Proibição de Transacionar com o Município..... Art. 224º
Subseção III - Da Suspensão ou Cancelamento de Benefícios..... Art. 225º
Subseção IV - Da Cassação de Licença..... Art. 226º
CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO FISCAL PARA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES
Seção I - Da Constituição de Créditos Tributários..... Art. 227º a Art. 233º
Seção II - Da Representação..... Art. 234º a Art. 235º
TÍTULO VI
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS..... Art. 236º a Art. 244º
CAPÍTULO II
DAS AUTORIDADES PROCESSUAIS
Seção I - Do Órgão Preparador..... Art. 245º
Seção II - Da Unidade de Julgamento Singular..... Art. 246º
Seção III - Do Conselho Municipal de Contribuintes Art. 247º a Art. 255º
Seção IV - Da Representação da Fazenda Municipal Art. 256º a Art. 258º
CAPÍTULO III
DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA..... Art. 259º a Art. 262º
CAPÍTULO IV
DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA
Seção I - Dos Recursos..... Art. 263º
Subseção I - Do Recurso Ordinário..... Art. 264º a Art. 268º
Subseção II - Do Pedido de Esclarecimento Art. 269º
Subseção III - Do Pedido de Reconsideração..... Art. 270º
CAPÍTULO V
DAS DILIGÊNCIAS E PERÍCIAS... Art. 271º a Art. 272º
CAPÍTULO VI
DA EFICÁCIA DAS DECISÕES..... Art. 273º a Art. 274º
LIVRO TERCEIRO
DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS
TÍTULO I
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 275º a Art. 276º
CAPÍTULO II
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR..... Art. 277º a Art. 283º
CAPÍTULO III
DO SUJEITO PASSIVO..... Art. 284º
CAPÍTULO IV
DAS ISENÇÕES Art. 285º a Art. 290º
CAPÍTULO V
BASE DE CÁLCULO
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 291º a Art. 292º
Seção II - Da Planta Genérica de Valores..... Art. 293º a Art. 299º
CAPÍTULO VI
DAS ALÍQUOTAS..... Art. 300º a Art. 305º
CAPÍTULO VII
DO LANÇAMENTO
Seção I - Das Disposições Gerais..... Art. 306º
Seção II - Da Notificação do Lançamento.. Art. 307º
Seção III - Da Revisão do Lançamento..... Art. 308º
CAPÍTULO VIII
DO PAGAMENTO E DA MORA..... Art. 309º a Art. 310º
CAPÍTULO IX
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES.... Art. 311º
CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS..... Art. 312º
TÍTULO II
DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS, A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO A CESSÃO DE DIREITOS À SUA AQUISIÇÃO.
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS..... Art. 313º
CAPÍTULO II
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR..... Art. 314º a Art. 317º
CAPÍTULO III
DA IMUNIDADE E DA NÃO INCIDÊNCIA
Seção I - Da Imunidade..... Art. 318º
Seção II - Da Não-Incidência Art. 319º
CAPÍTULO IV
DAS ISENÇÕES Art. 320º a Art. 321º
CAPÍTULO V
DO RECONHECIMENTO DAS EXONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS.... Art. 322º a Art. 323º
CAPÍTULO VI
DA BASE DE CÁLCULO
Seção I – Disposições Gerais..... Art. 324º a Art. 326º
Seção II – Do Arbitramento
Subseção I – Disposições Gerais..... Art. 327º a Art. 328º
Subseção II – Imóveis Urbanos..... Art. 329º
Subseção III – Imóveis Rurais..... Art. 330º
CAPÍTULO VII
DAS ALÍQUOTAS.... Art. 331º
CAPÍTULO VIII

DO SUJEITO PASSIVO E DO RESPONSÁVEL.. Art. 332º a Art. 334º
CAPÍTULO IX
DO PAGAMENTO
Seção I - Disposições Gerais.. Art. 335º
Seção II - Do Prazo do Pagamento... Art. 336º
Seção III - Da Obrigação Acessória.. Art. 337º
Seção IV - Da Restituição..... Art. 338º
CAPÍTULO X
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES.... Art. 339º
CAPÍTULO XI
DAS OBRIGAÇÕES DE TERCEIROS..... Art. 340º a Art. 342º
CAPÍTULO XII
DISPOSIÇÕES FINAIS
Seção I – Da Fiscalização..... Art. 343º
Seção II – Da impugnação..... Art. 344º
TÍTULO III
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS..... Art. 345º
CAPÍTULO II
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA..... Art. 346º a Art. 347º
CAPÍTULO III
DAS ISENÇÕES Art. 348º a Art. 349º
CAPÍTULO IV
DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. Art. 350º a Art. 352º
CAPÍTULO V
DA BASE DE CÁLCULO
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 353º a Art. 361º
Seção II - Da Estimativa. Art. 362º a Art. 364º
Seção III - Do Arbitramento..... Art. 365º a Art. 369º
CAPÍTULO VI
AS ALÍQUOTAS
Seção I - Na Tributação Variável..... Art. 370º a Art. 371º
Seção II - Na Tributação Fixa.... Art. 372º a Art. 373º
CAPÍTULO VII
DO SUJEITO PASSIVO..... Art. 374º
CAPÍTULO VIII
DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA Art. 375º a Art. 386º
CAPÍTULO IX
DO LANÇAMENTO
Seção I - Do Lançamento do ISSQN na Tributação Fixa..... Art. 387º a Art. 388º
Seção II - Da Notificação do Lançamento na Tributação Fixa..... Art. 389º
Seção III - Da Revisão do Lançamento na Tributação Fixa..... Art. 390º
Seção IV - Do Lançamento do ISSQN na Tributação Variável..... Art. 391º a Art. 392º
CAPÍTULO X
DO PAGAMENTO..... Art. 393º a Art. 394º
CAPÍTULO XI
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 395º a Art. 398º
Seção II - Dos Livros e Documentos Fiscais... Art. 399º a Art. 413º
CAPÍTULO XII
DO ADICIONAL DO ISS (ADISS)
Seção I - Do Fato Gerador e da Incidência. Art. 414º
Seção II - Da Alíquota.... Art. 415º a Art. 416º
CAPÍTULO XIII
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 417º a Art. 423º
Seção II - Das Infrações à Obrigação Tributária Principal.... Art. 424º a Art. 429º
Seção III - Das Infrações às Obrigações Tributárias Acessórias
Subseção I - Das Infrações Relativas à Emissão de Documentos Fiscais... Art. 430º a Art. 432º
Subseção II - Das Infrações Relativas ao Uso de Equipamentos de
Processamento de Dados para Fins Fiscais..... Art. 433º a Art. 434º
Subseção III - Das Infrações Relativas aos Livros e Documentos Fiscais.. Art. 435º a Art. 437º
Subseção IV - Das Infrações Relativas ao Cadastro, Informações e
Declarações de Natureza Cadastral, Econômica ou Fiscal Art. 438º a Art. 439º
TÍTULO IV
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 440º a Art. 441º
CAPÍTULO II
DA INCIDÊNCIA, DA NÃO INCIDÊNCIA E DAS ISENÇÕES..... Art. 442º a Art. 443º
CAPÍTULO III
DO SUJEITO PASSIVO..... Art. 444º
CAPÍTULO IV

DA BASE DE CÁLCULO..... Art. 445º a Art. 448º
CAPÍTULO V
DA DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA.... Art. 449º
CAPÍTULO VI
DA COBRANÇA..... Art. 450º a Art. 458º
CAPÍTULO VII
DO PAGAMENTO.... Art. 459º
CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS..... Art. 460º
TÍTULO V
DAS TAXAS
CAPÍTULO I
DA INCIDÊNCIA, DA SUJEIÇÃO PASSIVA E DAS ISENÇÕES..... Art. 461º a Art. 464º
CAPÍTULO II
TAXA DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E LOCALIZAÇÃO..... Art. 466º a Art. 472º
CAPÍTULO III
TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO..... Art. 473º a Art. 476º
CAPÍTULO IV
TAXA DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO EM
HORÁRIO ESPECIAL. Art. 477º a Art. 488º
CAPÍTULO V
TAXA DE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE EVENTUAL,
TEMPORÁRIA OU AMBULANTE.. Art. 489º a Art. 495º
CAPITULO VI
TAXA DE LICENÇA DE VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 496º a Art. 500º
Seção II - Das Infrações. Art. 501º a Art. 505º
CAPÍTULO VII
TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 506º a Art. 512º
Seção II - Das Infrações..... Art. 513º
CAPÍTULO VII
TAXA DE LINCEÇA PARA USO DE ÁREAS
DO DOMÍNIO PÚBLICO..... Art. 514º a Art. 520º
CAPÍTULO VIII
TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES Art. 521º a Art. 528º
CAPÍTULO IX
TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE URBANIZAÇÃO EM
TERRENOS PARTICULARES..... Art. 529º a Art. 532º
CAPÍTULO X
TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA..... Art. 533º a Art. 541º

CAPÍTULO XI
TAXA DE LICENÇA AMBIENTAL
Seção I - Disposições Preliminares..... Art. 542º a Art. 544º
Seção II - Das Isenções.. Art. 545º a Art. 549º
Seção III - Da Base de Cálculo. Art. 550º a Art. 558º
CAPÍTULO XII
TAXA DE COLETA DE LIXO ORDINÁRIO..... Art. 559º a Art. 563º
CAPÍTULO XIII
TAXA DE ESGOTO SANITÁRIO.... Art. 564º a Art. 566º
CAPÍTULO XIV
TAXA DE APREENSÃO E DEPÓSITO DE BEM MÓVEL,
SEMOVENTE E MERCADORIAS... Art. 567º a Art. 572º
CAPÍTULO XV
TAXA DE EXPEDIENTE
Seção I - Disposições Gerais..... Art. 573º a Art. 579º
Seção II - Das Infrações..... Art. 580º
LIVRO QUARTO
DOS PREÇOS PÚBLICOS
TÍTULO I
DOS PREÇOS PÚBLICOS E TARIFAS
CAPITULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS..... Art. 581º
CAPITULO II
DA FIXAÇÃO DOS PREÇOS Art. 582º a Art. 585º
CAPITULO III
DAS INFRAÇÕES.... Art. 586º
LIVRO QUINTO
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS..... Art. 587º a Art. 597º

LEI COMPLEMENTAR N° 067/2014 De 24 de novembro de 2.014.

INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E ESTABELECE NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO DE TAPURAH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a câmara municipal de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei complementar.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Esta Lei Complementar institui o Código Tributário Municipal com fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988 e no Código Tributário Nacional - Lei Federal nº 5.172 de 25 de outubro de 1966; nas Leis Complementares Federais instituidoras de normas gerais de direito tributário, desde que compatíveis com o Sistema Tributário Nacional, pelas Resoluções do Senado Federal, nas leis ordinárias federais, na Constituição Estadual e nas leis complementares e ordinárias estaduais, nos limites das respectivas competências, e na Lei Orgânica do Município, criando tributos e estabelecendo normas gerais de direito tributário aplicáveis ao Município.

Esta Lei vincula as pessoas físicas e jurídicas, fixando direitos e obrigações nas relações jurídicas fiscais, financeiras e tributárias, por meio do processo administrativo tributário com o Município de Tapurah-MT, as competências, os deveres e os poderes, bem como as imunidades e isenções.

A Administração Pública do Município de Tapurah - MT aperfeiçoará o controle do cumprimento das obrigações tributárias mediante a implantação de técnicas e metodologias de arrecadação, de fiscalização e de cobrança administrativa e judicial da dívida tributária, com implementação do Sistema de Gestão Tributária Municipal – SGTM, utilização de Planta Genérica de Valores, assim como, do Plano Diretor Municipal, e sem exclusão de nenhum outro que auxilie na programação e acompanhamento do exercício da capacidade tributária plena do Município.

A Administração Pública do Município de Tapurah - MT habilitará os educadores municipais para o melhor exercício das funções relevantes de educação e consciência fiscal e de atenção ao cidadão.

LIVRO I

SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

O sistema tributário municipal é regido pelo disposto neste Código, em leis complementares, em leis ordinárias, em decretos regulamentares e normas complementares, obedecidos os mandamentos citados no Art. 1º.

Tributo é toda prestação pecuniária, compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Os tributos integrantes do sistema tributário municipal são impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e contribuição social para o custeio do instituto de previdência e assistência social dos servidores públicos municipais.

TÍTULO II

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Mato Grosso e na Lei Orgânica do Município, e observado o disposto nesta Lei.

A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem ao Município.

A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral do Município.

Não constitui delegação de competência o cometimento, às pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

CAPÍTULO II

LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

cobrar tributos:

em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

antes de decorridos 90 (noventa) dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

utilizar tributo com efeito de confisco;

estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

instituir impostos sobre:

patrimônio ou serviços, dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União;

templos de qualquer culto;

patrimônio e serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

O disposto no inciso VI não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensam da prática de atos previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

As vedações do inciso VI, a, e do § 2º não se aplicam ao patrimônio e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativamente ao bem imóvel.

As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas previstas nos respectivos estatutos ou dos atos constitutivos.

Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições não previstos nesta Lei, só poderá ser concedido mediante lei específica municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.
A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
É vedado ao Município estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
A vedação do inciso III, c, não se aplica à fixação da base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano.
A vedação expressa no inciso VI, alínea c, no que tange exclusivamente às entidades de assistência social com sede no Município, abrange também o patrimônio e os serviços cujo resultado comprovadamente seja aplicado nas finalidades essenciais, desde que, cumulativamente, e enquanto atender aos seguintes requisitos:
àqueles previstos no Art. 11º;
esteja regularmente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social;
seja declarada de utilidade pública municipal;
excluem-se deste parágrafo, os hospitais.
O disposto na alínea c do inciso VI do Art. 10º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:
não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.
aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.
Parágrafo único. Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.
TÍTULO III
DOS TRIBUTOS
CAPÍTULO I
DOS IMPOSTOS
Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
Os impostos componentes do sistema tributário municipal são exclusivamente os que constam dos Títulos I a III do Livro Terceiro deste Código, com as competências e limitações neles previstas.
CAPÍTULO II
DAS TAXAS
As taxas são tributos que têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público, específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
Parágrafo único. As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos nem ser calculada em função do capital das empresas.
Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regule a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.
Os serviços públicos consideram-se:
utilizados pelo contribuinte:
efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título;
potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.
específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas;
divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos usuários.
Parágrafo único. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:
o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito da competência do Município aquelas previstas no Título V do Livro Terceiro deste Código.
CAPÍTULO III
DAS CONTRIBUIÇÕES
A competência municipal compreende as seguintes contribuições:
Contribuição de Melhoria;
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública;
Contribuição para o Custeio do Sistema de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais.
A Contribuição de Melhoria será regulada pelo disposto no Título IV do Livro Terceiro deste Código, e as contribuições previstas nos incisos II e III do Art. 18º obedecerão, quanto à sua instituição e cobrança pelo Município, legislação específica.

LIVRO SEGUNDO
NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
TÍTULO I
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Seção I
Disposição Preliminar
A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares, aqui inclusas instruções normativas e portarias que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e as relações jurídicas a eles pertinentes.
Seção II
Leis, Tratados, Convenções Internacionais e Decretos
Somente a lei pode estabelecer:
a instituição de tributos, ou a sua extinção;
a majoração de tributos, ou sua redução;
a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo;

a fixação da alíquota do tributo e da sua base de cálculo;
a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;
as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.
Parágrafo único. Não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso II deste artigo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.
Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
O conteúdo e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas nesta Lei.
Seção III
Normas Complementares
São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos:
os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;
as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
os convênios que o Município celebrar com a União, os Estados, o Distrito Federal e outros Municípios.
Parágrafo único. A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
CAPÍTULO II
VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
A vigência, no espaço e no tempo, da legislação tributária rege-se pelas disposições legais aplicáveis às normas jurídicas em geral, ressalvado o previsto neste Capítulo.
A legislação tributária do Município vigora fora do seu território, no país, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participe, ou do que disponham as leis de normas gerais de direito tributário, expedidas pela União.
Salvo disposição em contrário, entram em vigor:
os atos administrativos a que se refere o inciso I do Art. 24º, na data da sua publicação;
as decisões a que se refere o inciso II do Art. 24º, quanto a seus efeitos normativos, 30 (trinta) dias após a data da sua publicação;
os convênios a que se refere o inciso IV do Art. 24º, na data neles prevista;
no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação, os dispositivos de lei referentes a impostos:
que os instituem ou majorem;
que definem novas hipóteses de incidência;
que extinguem ou reduzem isenções, salvo se a lei dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte, e observado o disposto no Art. 110º.
CAPÍTULO III
APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início e não esteja completa nos termos do Art. 39º.
A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:
em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;
tratando-se de ato não definitivamente julgado:
quando deixe de defini-lo como infração;
quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;
quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
CAPÍTULO IV
INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
A legislação tributária será interpretada conforme o disposto neste Capítulo.
Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente, para aplicar a legislação tributária, utilizará sucessivamente, na ordem indicada:
a analogia;
os princípios gerais de direito tributário;
os princípios gerais de direito público;
a equidade.
O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.
A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado ou pela Lei Orgânica do Município, para definir ou limitar competências tributárias.
Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:
suspensão ou exclusão do crédito tributário;
outorga de isenção;
dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
A lei tributária que define infrações, ou lhe comine penalidades, interpreta- se da maneira mais favorável ao acusado em caso de dúvida quanto:
à capitulação legal do fato;
à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;
à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;
à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.
TÍTULO II
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
A obrigação tributária é principal ou acessória.
A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
CAPÍTULO II
FATO GERADOR
Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador, e existentes os seus efeitos:

tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;
tratando-se da situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos estabelecidos em legislação específica.
Para os efeitos do inciso II do Art. 39º e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:
sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;
sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.
A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:
da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;
dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
CAPÍTULO III
SUJEITO ATIVO
Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.
Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, sub-roga-se nos direitos desta, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.
CAPÍTULO IV
SUJEITO PASSIVO
Seção I
Disposições Gerais
Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:
contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações, positivas ou negativas, que constituem o seu objeto.
Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
Seção II
Solidariedade
São solidariamente obrigadas:
as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;
as pessoas expressamente designadas por lei.
Parágrafo único. A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.
Salvo disposição de lei em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:
o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;
a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.
Seção III
Capacidade Tributária
A capacidade tributária passiva independe:
da capacidade civil das pessoas naturais;
de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;
de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
Seção IV
Domicílio Tributário
Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, ou na eleição inadequada, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:
quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;
quanto às pessoas jurídicas de direito privado, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;
quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.
Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do § 1º.
CAPÍTULO V
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Seção I
Disposições Gerais

Sem prejuízo do disposto neste Capítulo, a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
Seção II
Responsabilidade dos Sucessores
O disposto nesta Seção aplica-se por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos a obrigações tributárias surgidas até a referida data.
Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.
São pessoalmente responsáveis:
o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;
o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;
o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até data da abertura da sucessão.
A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.
Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.
A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:
integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;
subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 06 (seis) meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
O disposto no caput deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial:
em processo de falência;
de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial.

Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo quando o adquirente for:
sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial, ou sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial;
parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial ou de qualquer de seus sócios;
identificado como agente do falido ou do devedor em recuperação judicial com o objetivo de fraudar a sucessão tributária.
Em processo da falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário.
Seção III
Responsabilidade de Terceiros
Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:
os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;
os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;
o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;
os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;
os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.
Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.
São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:
as pessoas referidas no Art. 57º;
os mandatários, prepostos e empregados;
os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.
Seção IV
Responsabilidade por Infrações
Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
A responsabilidade é pessoal ao agente:
quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;
quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;
quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:
das pessoas referidas no Art. 57º, contra aquelas por quem respondem;
dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;
dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.
O infrator que se negar a indicar o nome dos outros infratores relacionados com o ato irregular que tiver praticado, não identificados pelos agentes da fiscalização, ficará obrigado ao pagamento da multa a que estariam sujeitos esses infratores, cuja existência seja certa em virtude da natureza da operação, além daquela pela qual for responsável como decorrência da infração por ele cometida.
Aqueles que colaboram em atos visando a sonegação de tributos ficarão sujeitos a multa idêntica a de que for passível o contribuinte beneficiado pela sonegação.

A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.
TÍTULO III
CRÉDITO TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.
As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou se extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.
CAPÍTULO II
CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I
Lançamento
Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.
O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.
O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:
impugnação do sujeito passivo;
recurso de ofício;
iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nas hipóteses previstas no Art. 74º.
A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.
Seção II
Modalidades de Lançamento
O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.
Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.
Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.
O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:
quando a lei assim o determine;
quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;
quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso II, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;
quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o Art. 75º;
quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;
quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;
quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.
Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.
O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento, sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.
O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.
Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando a extinção total ou parcial do crédito.
Os atos a que se refere o § 2º serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.

Se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de 05 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

CAPÍTULO III

SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

Disposições Gerais

Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

a moratória;

as reclamações e os recursos administrativos, nos termos regulados neste Código;

a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

o parcelamento;

o depósito de seu montante integral.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

Seção II

Moratória

A moratória somente pode ser concedida:

em caráter geral, por lei expressa;

em caráter individual, por despacho do Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, após a manifestação da Procuradoria-Geral do Município, quando devidamente autorizada por lei.

A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

o prazo de duração do favor;

as condições da concessão do favor em caráter individual;

sendo o caso:

os tributos a que se aplica;

o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I;

as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.

Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo único. A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

A concessão de moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

sem imposição de penalidade, nos demais casos.

Parágrafo único. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito; no caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

CAPÍTULO IV

EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I

Modalidades de Extinção

Extinguem o crédito tributário:

o pagamento;

a compensação;

a transação;

a remissão;

a prescrição e a decadência;

o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto Art. 75º e seus §§ 1º e 4º;

a consignação em pagamento;

a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

a decisão judicial passada em julgado;

a conversão do depósito em renda;

a dação em pagamento de imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

Parágrafo único. A lei disporá quanto aos efeitos da extinção total ou parcial do crédito sobre a ulterior verificação da irregularidade da sua constituição, observado o disposto nos Art. 69º e Art. 74º.

Seção II

Do Pagamento e Da Restituição

A imposição de penalidade não elide o pagamento integral do crédito tributário.

O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

quando parcial, das prestações em que se decomponha;

quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o pagamento é efetuado na repartição competente do domicílio do sujeito passivo.

Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre 30 (trinta) dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

Parágrafo único. A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça.

O pagamento é efetuado em moeda corrente, cheque, ou transferência bancária, observado o disposto no regulamento.

O pagamento dos tributos deve ser feito nos estabelecimentos bancários conveniados, sendo lícito ao Poder Executivo contratar instituições financeiras para receberem tributos municipais.

Parágrafo Único. A extinção do crédito pago por intermédio de cheque ou transferência bancária dar-se-á após a confirmação da liberação dos respectivos valores.

O pagamento por transferência bancária somente será admitido mediante prévio requerimento pelo sujeito passivo da obrigação protocolado no Departamento de Tributação, Fiscalização e Cadastro e endereçado ao Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento para

cada lançamento devido e ante a autorização expressa deste. Não efetuado o requerimento ou ante o indeferimento, o valor depositado será considerado doação ao ente municipal.
Os créditos tributários do Município, quando vencidos em dias não úteis, ficam automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.
Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará preferencialmente a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras, na ordem em que enumeradas:
em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária;
primeiramente, às contribuições de melhoria, depois às taxas e por fim aos impostos;
na ordem crescente dos prazos de prescrição;
na ordem decrescente dos montantes.
A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:
de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;
de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;
de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de igual tributo sobre o mesmo fato gerador.
A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe pagar.
Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação no todo ou em parte, cobra-se o crédito atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Subseção I
Da Atualização Monetária
Os créditos da Fazenda Municipal, tributários ou não, quando não pagos no vencimento, terão o seu valor atualizado na menor periodicidade adotada em lei, pela variação do INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.
No caso de créditos fiscais apurados posteriormente à época em que isso deveria ter sido feito, por culpa do contribuinte, ainda que essa apuração se deva à iniciativa do mesmo, será feita a atualização dos ditos créditos, levando-se em conta, para tanto, a data em que os mesmos deveriam ter sido pagos, se feita sua apuração na época própria.
Parágrafo Único. Os créditos tributários decorrentes de lançamento de ofício ou denunciados espontaneamente e depois de consolidados poderão ser objeto de parcelamento na forma disciplinada nesta Lei ou em lei específica.
Os acréscimos moratórios e as multas proporcionais, previstos em lei, serão calculados em função do tributo atualizado monetariamente.
Parágrafo único. As multas devidas, não proporcionais, ou aquelas decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, serão atualizadas a partir do vencimento do prazo estabelecido para o seu pagamento.
A atualização monetária incidirá sobre o tributo considerado devido em função de decisão proferida em processo de consulta, de pedido de reconhecimento de não incidência, imunidade ou isenção, inclusive no período entre o vencimento original da obrigação e a data do pagamento, salvo se o contribuinte tiver feito o depósito previsto no Art. 421º.§ 1º.
Excetuadas as hipóteses expressamente previstas em lei, não poderá ser dispensada a aplicação da atualização monetária.

Subseção II
Dos Acréscimos Moratórios
Os Créditos tributários, quando não pagos nos prazos previstos em lei, regulamento ou ato normativo, além da atualização monetária prevista nesta Lei Complementar e dos juros de mora fixados no §1º deste artigo, ficarão acrescidos de multa de mora da seguinte forma:
até 30 (trinta) dias de atraso: 5% (cinco por cento);
até 60 (sessenta) dias: 10% (dez por cento);
até 90 (noventa) dias: 15% (quinze por cento);
mais de 90 dias: 20% (vinte por cento).
Os créditos não pagos no prazo fixado, além da multa moratória prevista no caput, sofrerão incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária, contados da data do inadimplemento e calculados até a data do pagamento, considerando-se:
mês, o período iniciado no dia 1º e findo no respectivo dia útil;
fração, qualquer período de tempo inferior a um mês, ainda que igual a um dia.
A mora prevista no caput incidirá a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do vencimento do débito.
A incidência da multa fiscal exclui a incidência da multa moratória prevista no caput deste artigo.
Os acréscimos previstos neste artigo serão aplicados aos créditos tributários pretéritos não definitivamente julgados, entendendo-se como tal os decorrentes de obrigações tributárias impugnadas administrativamente e também aqueles que fundamentam certidões de Dívida Ativa passíveis de reforma, ainda se ocorrido o disposto no art. 8º da Lei Federal n.º 6.830, de 22 de setembro de 1980.
As multas fiscais proporcionais e os acréscimos moratórios previstos na legislação municipal serão aplicados sobre o valor corrigido do tributo.
A consulta sobre matéria tributária, quando protocolada de acordo com as normas regulamentares, suspende o curso da mora.
Parágrafo Único. Recomeçará o curso da mora tão logo termine o prazo fixado ao contribuinte para cumprir a solução dada à consulta, prazo esse que não poderá ser inferior a 10 (dez) dias.
Não afasta a incidência dos acréscimos moratórios a apresentação de:
consulta ou pedido de reconhecimento de isenção, imunidade ou não incidência apresentados fora do prazo legal para pagamento do tributo, em relação às obrigações já vencidas, se for o caso;
impugnação ou recurso em processo fiscal, salvo o disposto no §1º.
Não incidirão acréscimos moratórios sobre os créditos tributários relativos ao ITBI, ao IPTU, à Taxa de Coleta de Lixo Ordinário e à Taxa de Serviços Urbanos que tenham sido objeto de impugnação ou recurso cuja decisão importe em retificação do lançamento, desde que pagos até o dia do vencimento estabelecido na nova guia de cobrança.
Não sendo pagos até o dia previsto no §1º, os acréscimos moratórios passarão a incidir a partir daquela data.
Nos casos em que a cobrança tenha sido desdobrada, de modo a permitir o pagamento da parte não impugnada, sobre esta incidirão os acréscimos moratórios.
Na hipótese do §3º, em relação à parte impugnada, havendo indeferimento, incidirão acréscimos moratórios, na forma prevista nesta Lei Complementar, considerando-se o vencimento consignado na guia de cobrança resultante do desdobramento.
A observância de decisão de autoridade competente exclui a incidência da mora e de outros acréscimos.
Parágrafo Único. Não se aplica o disposto neste artigo:
caso o sujeito passivo não pague o tributo no prazo ou não atenda às demais obrigações, após ser cientificado de que a autoridade modificou sua decisão;

se houver a superveniência de legislação contrária à decisão da autoridade.

Seção III
Da Compensação
É facultado ao Poder Executivo, mediante as condições e garantias conforme lei regulamentar que estipular, efetuar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos e vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.
Se vincendo o crédito do sujeito passivo, o montante a compensar corresponderá ao valor do crédito reduzido de 1% (um por cento) ao mês, a título de juros, pelo tempo a decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.
Se o valor relativo ao crédito do sujeito passivo for inferior ao seu débito, o saldo apurado poderá ser objeto de parcelamento, obedecidas as normas vigentes.
Em sendo o crédito do contribuinte superior ao débito, a diferença em seu favor será paga de acordo com as normas de administração financeira vigente.
É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
Seção IV
Da Transação
A lei pode facultar, nas condições que estabeleça, aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária celebrar transação que, mediante concessões mútuas, importe em resolução de litígio e consequente extinção de crédito tributário.
Parágrafo único. A lei indicará a autoridade competente para autorizar a transação em cada caso.
Seção V
Da Remissão
Lei específica municipal poderá autorizar o Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial de crédito, atendendo:
à situação econômica do sujeito passivo;
ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;
a considerações de equidade, em relação às características pessoais ou materiais do caso;
a condições peculiares a determinada região do Município.
Fica autorizada a remissão de crédito cujo montante seja inferior ao valor de R$ 15,00 (quinze reais), por despacho do Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, atendidos os requisitos estabelecidos em Regulamento.
O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no Art. 80º.
Seção VI
Da Prescrição e Da Decadência
A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.
Parágrafo único. A prescrição se interrompe:
pelo despacho do Juiz que ordenar a citação em execução fiscal;
pelo protesto judicial;
por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.
O direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 05 (cinco) anos, contados:
do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.
Seção VII
Da Dação em Pagamento
É facultado ao Poder Executivo receber bens em pagamento de tributos municipais, cujos débitos, apurados ou confessados, se referirem, exclusivamente, a períodos anteriores ao pedido.
A lei regulará a forma e as condições da extinção do crédito tributário pela dação em pagamento de imóveis.
Se o valor do bem oferecido pelo contribuinte for superior ao do débito, a diferença poderá se levada a seu crédito para utilização no pagamento do tributo que lhe deu origem.
Os bens imóveis somente poderão ser objeto de negociação quando situados no Município de Tapurah e desde que o valor venal lançado no exercício seja pelo menos igual ao do crédito a extinguir no momento em que se efetivar a transação.
Se o valor dos bens oferecidos em pagamento for inferior ao crédito do Município, caberá ao devedor completar o pagamento em dinheiro, de uma só vez ou parceladamente, conforme dispuser o Regulamento ou ato normativo expedido pelo titular do órgão fazendário.
Em nenhuma hipótese será admitida transação cujo imóvel alcance valor superior ao dobro do débito.
A aceitação de bens imóveis fica condicionada, tendo em vista a destinação a lhes ser dada, à necessidade e à conveniência de sua utilização pelo Município.
Os imóveis recebidos em pagamento de créditos tributários serão incorporados ao patrimônio do Município, na forma que for estabelecida pelo Poder Executivo.
CAPÍTULO V
EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I
Disposições Gerais
Excluem o crédito tributário:
a isenção;
a anistia.
Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.
Seção II
Isenção
A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.
Parágrafo único. A isenção pode ser restrita a determinada região do Município, em função de condições a ela peculiares.

Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:
às taxas e às contribuições;
aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no inciso IV do Art. 27º.
A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho do Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento ou pessoa por ele designada, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão, conforme dispuser norma instituída por ato do Poder Executivo.
Tratando-se de tributo lançado por período certo de tempo, o despacho referido neste artigo será renovado antes da expiração de cada período, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.
O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no Art. 80º.
São isentas dos impostos municipais as atividades individuais de pequeno rendimento, conforme dispuser a lei.
As empresas instaladas no Parque Industrial e Comercial de Tapurah, após o início das operações, gozarão dos benefícios de isenção dos seguintes impostos e taxas: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, Licença para Instalação e Localização e Licença para Funcionamento, nas proporções abaixo:
1º ano de funcionamento – 100% (cem por cento);
2º ano de funcionamento – 50% (cinquenta por cento);
3º ano de funcionamento – 40% (quarenta por cento);
4º ano de funcionamento – 30% (trinta por cento);
5º ano de funcionamento – 20% (vinte por cento).
Parágrafo único. A partir do 6º ano de funcionamento das empresas beneficiárias, as taxas e impostos não terão a isenção prevista no caput.
Seção III
Anistia
A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:
aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;
salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.
A anistia pode ser concedida:
em caráter geral;
limitadamente:
às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
a determinada região do Município, em função de condições a ela peculiares;
sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder.
A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho do Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, ouvida a Procuradoria-Geral do Município, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.
Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no Art. 80º.
CAPÍTULO VI
GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
Seção I
Disposições Gerais
A enumeração das garantias atribuídas neste Capítulo ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.
Parágrafo único. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados pelo devedor bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.
Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferências de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.
A indisponibilidade de que trata o caput deste artigo limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite.
Os órgãos e entidades aos quais se fizer a comunicação de que trata o caput deste artigo enviarão imediatamente ao juízo a relação discriminada dos bens e direitos cuja indisponibilidade houver promovido.
Seção II
Preferências
O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente do trabalho.
Parágrafo único. Na falência:
o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;
a lei poderá estabelecer os limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho;
a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.
A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.
São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.

Contestado o crédito tributário, o juiz remeterá as partes ao processo competente, mandando reservar bens suficientes à extinção total do crédito e seus acrescidos, se a massa não puder efetuar a garantia da instância por outra forma, ouvido, quanto à natureza e valor dos bens reservados, o representante da Fazenda Municipal.
O disposto neste artigo aplica-se aos processos de concordata.
São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do de cujus ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.
Parágrafo único. Contestado o crédito tributário, proceder-se-á na forma do disposto no § 1º do Art. 125º.
São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.
A extinção das obrigações do falido requer prova de quitação de todos os tributos.
A concessão de recuperação judicial depende da apresentação da prova de quitação de todos os tributos, observado o disposto nos Art. 76º, Art. 189º e Art. 190º desta Lei.
Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.
Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhuma repartição municipal celebrará contrato ou aceitará proposta em licitação pública sem que contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

TÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
DO CADASTRO
Seção I
Disposições Gerais

O Município manterá atualizado, sob sua responsabilidade, um cadastro tributário.
O cadastro tributário compreende o seguinte:
o cadastro imobiliário;
o cadastro mobiliário.

Seção II
Do Cadastro Imobiliário

Os imóveis localizados no Município, ainda que isentos do imposto ou a ele imunes, ficam sujeitos à inscrição no Departamento de Tributação, Fiscalização e Cadastro.
O cadastro imobiliário é constituído:
pelos dados informados pelo responsável do imóvel no ato de inscrição do cadastro imobiliário, com a descrição de todas as características e documentação exigida pela legislação.
pelos dados levantados pelo Poder Público de todos os terrenos existentes nas áreas urbanas ou de expansão urbana do Município, com a descrição de todas as características exigidas pela legislação.
pelos dados levantados pelo Poder Público das construções existentes ou que vierem a ser construídas nas áreas urbanas ou de expansão urbana, com a descrição pormenorizada de todas as características exigidas pela legislação.
pelos dados levantados pelo Poder Público dos imóveis situados na área rural do Município, com a descrição pormenorizada de todas as características exigidas pela legislação.
Para manter o cadastro imobiliário atualizado os responsáveis serão obrigados a fornecer os elementos de atualização e cada unidade imobiliária autônoma corresponderá uma inscrição.
Parágrafo único. São considerados responsáveis pelo fornecimento de informações:
o proprietário, o possuidor ou o titular do domínio útil;
qualquer dos condôminos, em relação à sua unidade, nos casos de condomínio;
o adquirente ou promitente comprador;
os loteadores;
as construtoras, incorporadoras, imobiliárias e corretores de imóveis;
os tabeliães e os oficiais de registro de imóveis;
o inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação;
o titular da posse ou propriedade que goze de imunidade ou isenção.
Para efetivar a inscrição no cadastro imobiliário dos imóveis, são os responsáveis obrigados a preencher e entregar na repartição competente, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da escritura ou da promessa de compra e venda do imóvel, uma ficha de inscrição para cada imóvel, conforme modelo de Boletim de Cadastro Imobiliário – BCI fornecido pela repartição competente.
Não sendo feita a inscrição no prazo estabelecido no parágrafo primeiro deste artigo, o órgão competente, valendo-se dos elementos que dispuser, preencherá ficha de inscrição e expedirá edital convocando o proprietário para no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir as exigências legais, sob pena de multa prevista neste código.
Parágrafo Único. No caso de benfeitorias construídas em terrenos de titularidade desconhecida, a inscrição será promovida exclusivamente para efeitos fiscais, mediante declaração acompanhada de planta ou croquis, identificando a respectiva área construída, e o terreno onde está situada a construção, não gerando para seu detentor ou possuidor, nenhum direito de propriedade ou presunção de legitimidade da posse.
A inscrição será promovida pelo interessado, mediante declaração acompanhada dos títulos de propriedade, plantas, croquis e outros elementos julgados essenciais à perfeita definição da propriedade, quanto à localização e características geométricas e topográficas, conforme definido por ato da autoridade competente do Órgão Fazendário do Município.
No caso de próprios federais, estaduais ou municipais, a inscrição deverá ser feita pelas repartições incumbidas de sua guarda ou administração.
A repartição competente do Município poderá efetivar a inscrição “ex-oficio” de imóveis, desde que apurados devidamente os elementos necessários para esse fim.
Deverão ser obrigatoriamente comunicados à Prefeitura, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, todas as ocorrências verificadas com relação ao imóvel, que possam alterar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais, inclusive:
Obras de acréscimos, reformas ou reconstrução;
Conclusão da construção, no tudo ou em parte, em condições de uso ou habitado;
Sempre que se constituir uma unidade imobiliária pela concessão do habite-se se tratando de construção, ou por unificação ou desmembramento, no caso de terreno.
Em caso de litígio sobre o domínio de imóvel, do cadastro deverá constar tal circunstância, comunicada pelo responsável no prazo de 30 (trinta) dia a partir da ciência deste, bem como os nomes dos litigantes, dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde correr a ação.

Para fins de inscrição no cadastro imobiliário, considera-se situado o imóvel no logradouro correspondente à sua frente efetiva.
Os titulares de direitos relativos a imóveis, ao apresentarem seus títulos para matrícula no Registro de Imóveis, entregarão requerimento devidamente preenchido e assinado na forma do Art. 137º, cujo número de vias e modelo serão estabelecidos pelo Poder Executivo, a fim de possibilitar a mudança de nome do titular no Cadastro Imobiliário.
Depois de registrado o título, o oficial do Registro certificará, em todas as vias do requerimento citado no Art. 143º, que conferem com o título registrado as indicações fornecidas pelo interessado, consignando nessa certidão o número de ordem do registro, bem como do livro e folha em que o mesmo foi feito.
Parágrafo Único. O Oficial do Registro remeterá à repartição competente as vias do requerimento, logo após o registro, conforme dispuser regulamento.
Subseção I
Das infrações ao Cadastro Imobiliário
O descumprimento da obrigação prevista no Art. 137ºArt. 140º, Art. 138º, Art. 140º, Art. 141º e Art. 144º sujeita o infrator à seguinte penalidade mediante procedimento fiscal:

Item	Especificação	Valor da Multa
1	Falta de inscrição do imóvel ou seus acréscimos:	
1.1	Para terrenos até 1.000m²	R$ 600,00
1.2	Para terrenos acima de 1.000m²	R$ 1.200,00
1.3	Para construções ou acréscimo até 50m²	R$ 300,00
1.4	Para construções ou acréscimo de 51m² à 100m²	R$ 600,00
1.5	Para construções ou acréscimo acima de 100m²	R$ 1.200,00
2	Falta de comunicação de demolição, desabamento, incêndio ou qualquer outro fato que implique inutilização do imóvel para o fim a que se define:	R$ 300,00
3	Falta de comunicação de qualquer modificação ocorrida nos dados constantes do formulário de inscrição referente aos dados físicos do imóvel, que venha gerar prejuízo ao Município na parte de arrecadação:	R$ 150,00
4	Não comunicação de litígio sobre o domínio de imóvel:	R$ 150,00
5	O Oficial do Registro que não remeter à repartição competente as vias do requerimento, logo após o registro:	R$ 150,00

O pagamento da multa não exime o infrator do cumprimento das exigências legais ou regulamentares que tiverem determinado.
Não se aplicam as multas previstas neste artigo aos contribuintes que, espontaneamente, procurarem a repartição competente do Órgão Fazendário do Município para se regularizarem.
Se o imóvel estiver isento do imposto ou protegido por imunidade fiscal, a multa será calculada com base no imposto que seria devido se não existisse a isenção ou a imunidade.

Seção III
Do Cadastro Mobiliário
Deverão providenciar a inscrição junto ao cadastro mobiliário todas as pessoas físicas ou jurídicas que vierem a se estabelecer ou iniciar atividade no Município, ainda que por meio de agência, posto, sucursal ou escritório.
A obrigação estabelecida pelo caput abrange também as pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento de tributos municipais, as atividades de caráter eventual ou temporário, e ainda o órgão, empresa ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta, condomínio, cartório notarial e de registro.
Ficará também obrigado à inscrição no Órgão Fazendário aquele que, embora não estabelecido no município, exerça no território deste atividade sujeita ao imposto.
A inscrição de que trata este artigo deve ser efetuada antes da instalação ou do início da atividade a ser exercida.
A inscrição deverá ser concedida ao sujeito passivo mediante a simples apresentação do instrumento constitutivo e da inscrição no CNPJ, sendo vedada a exigência de qualquer outra formalidade ou documento.
A concessão de inscrição ao sujeito passivo não dispensa a necessidade de obtenção dos alvarás e autorizações públicas previstas em lei, para o exercício de sua atividade.
O interessado deverá promover a inscrição cadastral de cada estabelecimento autônomo, na forma estabelecida em regulamento, mencionando, além de outras informações exigidas pela legislação, os elementos necessários à sua perfeita identificação, bem como da atividade exercida e do respectivo local.
Consideram-se estabelecimentos autônomos:
os pertencentes a diferentes pessoas físicas ou jurídicas, ainda que localizados no mesmo endereço e com idênticas atividades econômicas;
os pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, que funcionem em locais diversos.
Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.
A licença para instalação e localização será concedida mediante a expedição de Alvará, por ocasião da respectiva abertura, instalação ou início da atividade, após vistoria pelos órgãos competentes.
O Alvará de Licença será expedido somente após o pagamento da Taxa de Licença para Instalação e Localização e deverá ser conservado permanentemente em local visível do estabelecimento.
. Ocorrendo qualquer alteração nos dados cadastrais, a suspensão temporária ou a cessação das atividades, estes fatos deverão ser comunicados ao órgão fazendário competente, no prazo de 60 (sessenta) dias.
As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável, no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam em sua aceitação pelo fisco, que poderá revê-las a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.
Parágrafo único. A anotação de término ou paralisação da atividade não extingue débitos existentes, ainda que venham ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou a baixa de ofício.
Constatada pela administração municipal a existência de estabelecimento ou o exercício de atividade sem o devido cadastro, a omissão ou incorreção dos dados cadastrais, o fato será noticiado à autoridade competente, que determinará o cadastramento, retificação ou cancelamento cadastral compulsório e de ofício, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
A inscrição, alteração ou cancelamento efetuados na forma do caput terão caráter precário e serão realizados independentemente:
do estabelecimento obedecer ou não o Plano Diretor e as Posturas Municipais;
de ser lícita ou não a atividade, em relação ao objeto ou ao local do estabelecimento.
A autorização para estabelecimento, a título precário, poderá ser concedida mediante expedição da Autorização Provisória ou da Autorização Transitória, conforme o caso:
Autorização Provisória por 90 (noventa) dias será concedida para os requerentes que tenham exigências formais a cumprir, conforme despacho exarado em processo administrativo;

Autorização Transitória será concedida, de forma discricionária, para os requerentes que se estabeleçam em imóvel de uso residencial e não atendam, quanto à localização, as exigências da legislação de uso e ocupação do solo e do zoneamento urbano, em caráter precário, sujeita à cassação a qualquer tempo, sem gerar direito à indenização ou ressarcimento, a critério da administração.

Subseção I

Das infrações ao Cadastro Mobiliário

Iniciar atividade sem a prévia inscrição do profissional ou do estabelecimento no Cadastro Mobiliário:

MULTA de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por ano ou fração, se pessoa física, contada desde o início da atividade e até a regularização;

MULTA de R$ 180,00 (cento e oitenta reais) por mês ou fração, se pessoa jurídica, ainda que de fato, contada desde o início da atividade e até a regularização.

Não efetuar a entrega das informações ou declarações de natureza cadastral, econômica ou fiscal previstas na legislação tributária ou prestá-las de forma inexata:

MULTA de R$ 60,00 (sessenta reais) por evento.

Parágrafo único. A multa será reduzida em 50% (cinquenta por cento) quando for constatado que os tributos foram corretamente apurados e recolhidos.

Falta de comunicação do encerramento ou de paralisação de atividade:

MULTA de R$ 60,00 (sessenta reais) por ano ou fração, se profissional autônomo, ou R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por mês ou fração, se pessoa jurídica, contada, em ambos os casos, desde o início da atividade e até a regularização;

Falta de comunicação de quaisquer modificações ocorridas, em face dos dados constantes do formulário de inscrição:

MULTA de R$ 15,00 (quinze reais), por mês ou fração, contada da ocorrência do fato.

CAPÍTULO II

FISCALIZAÇÃO

Seção I

Disposições Gerais

A legislação tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.

O cumprimento da legislação tributária municipal será fiscalizado por servidores públicos nomeados para o exercício da função, na forma da lei.

Parágrafo único. A fiscalização sujeita todas as pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal, e compreende o acesso ao domicílio tributário do fiscalizado, o exame de mercadorias, arquivos, livros e documentos fiscais, contábeis ou comerciais dos comerciantes, industriais ou prestadores de serviços, ficando estes obrigados a exibi-los.

Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou prestadores de serviços, ou da obrigação destes de exibi-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, os comprovantes dos lançamentos neles efetuados e os comprovantes de recolhimento de tributos municipais deverão ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários a que se refiram.

A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documentem os procedimentos e fixará prazo para a conclusão daquelas.

Os termos a que se refere este artigo serão lavrados onde se verificar a fiscalização, ainda que aí não seja o domicílio tributário do fiscalizado nem sua residência, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado deles se entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.

O Termo de Início de Ação Fiscal - TIAF fixará o prazo da mesma, que será de até 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período e, somente de forma excepcional, atendendo à complexidade da fiscalização, poderá ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do serviço.

Em nenhuma hipótese o Órgão Fazendário do Município poderá suspender o curso da ação fiscal se houver indícios de infração à legislação tributária, decorrente do descumprimento da obrigação principal ou de obrigação acessória.

É vedado à autoridade de qualquer hierarquia paralisar, impedir, obstruir ou inibir a ação fiscal exercida pelos agentes de fiscalização fazendária no exercício de sua competência e de suas atribuições. O descumprimento do disposto neste parágrafo constitui delito funcional de natureza grave, punido na forma da lei.

A apresentação de qualquer livro ou documento será precedida de intimação, com prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis.

O disposto no § 5º não se aplica à fiscalização efetuada durante a prestação de serviço de transporte, em que é obrigatório o porte do documento fiscal que deverá ser apresentado incontinenti à autoridade fazendária.

O disposto no § 5º não impede a imediata apreensão, pelo fisco, de quaisquer livros e documentos que:

devam ser obrigatoriamente mantidos no estabelecimento do contribuinte;

possam estar sendo ou tenham sido utilizados para a supressão ou redução ilegal do imposto.

As notificações, intimações, autos de infração e documentos relativos às ações dos agentes fiscais poderão ser entregues pessoalmente ou por via postal, nos prazos regulados pela legislação.

Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa, todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;

as empresas de administração de bens e imobiliárias;

os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

os inventariantes;

os síndicos, comissários e liquidatários;

os armazéns gerais, os depósitos, os trapiches e congêneres que efetuem armazenamento de mercadorias;

as empresas de transportes, inclusive os proprietários de veículos que por conta própria ou de terceiros exploram a indústria de transportes; e

quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Municipal ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividade.

Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no Art. 165º, os seguintes:

requisição de autoridade judiciária no interesse da Justiça;

solicitações de autoridade administrativa no interesse da administração pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.
O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da administração pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.
Não é vedada a divulgação de informações relativas a:
representações fiscais para fins penais;
inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Municipal;
parcelamento ou moratória.
Para atuar com maior precisão e segurança, a Fazenda Pública poderá:
trocar informações de natureza fiscal com as Fazendas Federal, Estadual, bem como de outros Municípios, na forma que se estabelecer em convênio entre elas celebrado, ou, independentemente deste ato, sempre que solicitar ou for solicitada.
requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.
O titular do órgão fazendário poderá determinar Regime Especial de Fiscalização – REDFIS sempre que forem considerados insatisfatórios os elementos constantes dos documentos e dos livros fiscais e comerciais do sujeito passivo, assim como, incorrer em reincidência de conduta, conforme dispuser regulamento.
Ao descumprimento das obrigações constantes desta Seção, aplicam-se as penalidades previstas no Capítul024o XIII, do Título III, do Livro Terceiro deste Código, no que couber.
Seção II
Da Notificação do Lançamento
Do lançamento dos tributos municipais, o sujeito passivo será cientificado através de notificação.
A notificação de lançamento terá as características definidas em modelo oficial, será preenchida sem rasuras ou emendas, e conterá:
nome, domicílio tributário ou endereço do sujeito passivo;
descrição do valor principal, da atualização monetária, da multa e juros devidos;
indicação da origem e natureza do crédito, mencionando especificamente a disposição da lei em que seja fundado;
data da emissão, identificação e assinatura da autoridade notificante;
intimação para pagamento ou impugnação, com indicação do respectivo prazo e data do seu início.
Seção III
Das Apreensões
Os bens e documentos que constituam prova material da infração contra o sistema tributário do Município podem ser apreendidos, quer estejam em poder do infrator ou de terceiros.
A apreensão poderá ocorrer nos locais onde se exerçam as atividades tributáveis ou em trânsito.
Poderão ser apreendidos:
quando na via pública, se não tiverem sido pagos os tributos respectivos:
os veículos;
quaisquer objetos utilizados como meio de propaganda.
em qualquer caso, os objetos ou mercadorias:
cujo detentor não exiba à fiscalização documento fiscal que comprove sua origem, e que, por lei, regulamento ou ato normativo da autoridade competente, deva acompanhar o objeto ou a mercadoria;
quando transitarem, ainda que acompanhados de documentos fiscais, sem que, no entanto, possa ser identificado o seu destinatário, nos casos exigidos pela lei, regulamento ou ato normativo da autoridade competente;
se houver anotações falsas nos livros e documentos fiscais com eles relacionados, inclusive quanto ao preço, origem e destino;
se o detentor, remetente ou destinatário não estiver inscrito no órgão competente, quando a isso obrigado;
se existirem indícios veementes de fraude, face à legislação fiscal;
os livros, documentos ou quaisquer outros papéis que constituam prova de infração a dispositivos da legislação fiscal.
os livros, documentos, papéis, mercadorias e quaisquer outros elementos de arquivos convencionais ou magnéticos que constituam prova ou fundada suspeita de infração à legislação tributária.
Da apreensão será lavrado termo em que conste:
a denominação “Termo de Apreensão”;
a numeração sequencial por exercício, acompanhada do respectivo exercício da emissão;
os dados identificadores do sujeito passivo destinatário da ação fiscal;
o tipo do procedimento fiscal executado;
os tributos fiscalizados;
o período de competência fiscalizado;
o objetivo do procedimento fiscal;
o motivo da apreensão;
a relação da documentação apreendida;
a data e a hora da emissão;
o nome, a matrícula e a assinatura do(s) agente(s) fiscal(is) responsável(is) pela ação fiscal;
campo para ciência do sujeito passivo.
O agente fiscal poderá designar depositário qualquer pessoa idônea, a municipalidade ou, excepcionalmente, o próprio infrator.
Cópia do termo de apreensão será entregue ao depositário e ao detentor dos bens e documentos apreendidos, contra recibo no original.
Durante o processo de fiscalização, os documentos apreendidos poderão, a requerimento do interessado, ser-lhes devolvidos, a juízo da autoridade administrativa, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.
Parágrafo único. Ao final do processo de fiscalização, os documentos serão devolvidos ao contribuinte, salvo tratar-se de comprovação de fraude ou dolo.
Os bens apreendidos poderão ser restituídos a requerimento do interessado, tão logo seja possível a lavratura do Auto de Infração - AI, a juízo da autoridade administrativa, ficando retidos, até a decisão final, os espécimes necessários à prova.
O prazo para retirada de bens apreendidos é de 60 (sessenta) dias a contar:
da decisão definitiva em processo administrativo ou judicial;
do deferimento de pedido de restituição.
Esgotado o prazo estabelecido sem manifestação do interessado, os bens serão levados à hasta pública ou a leilão sempre precedidos de publicação.

Os bens de fácil deterioração poderão ser levados à hasta pública ou a leilão, a partir do próprio dia da apreensão, se configurada a infração.
A juízo da autoridade administrativa, bens perecíveis de valor reduzido poderão ser entregues para consumo em instituição assistencial local, declarada de utilidade pública.
Até 30 (trinta) dias após a realização da venda em hasta pública ou do leilão de bens apreendidos, ao proprietário se reserva o direito de, em processo regular, pleitear do Município a restituição do valor que excedeu ao de todas as suas obrigações tributárias, acrescidas das despesas administrativas a que deu causa.
Não havendo licitante, os bens apreendidos de fácil deterioração ou de diminuto valor serão destinados a instituições de caridade.
Parágrafo Único. Aos demais bens, após 60 (sessenta) dias, a Administração dará o destino que julgar conveniente.
CAPÍTULO III
DAS INTIMAÇÕES
As intimações ao sujeito passivo serão feitas por uma das seguintes formas:
pessoalmente, mediante assinatura do sujeito passivo, de seu representante legal ou de preposto idôneo;
por carta registrada com Aviso de Recebimento - AR;
por Edital de Notificação publicado no Boletim Oficial do Município, quando não for possível a intimação na forma dos incisos I e II.
Se o fiscalizado se recusar a receber o termo ou a exarar o recibo, a autoridade fiscal registrará o fato e a administração tributária poderá optar em encaminhar o termo via postal, mediante aviso de recebimento ou fazer a entrega pessoal, na presença de duas testemunhas, registrando o ocorrido.
Considera-se feita a intimação:
se pessoal, na data da assinatura;
se por carta, na data indicada pelo correio no Aviso de Recebimento - AR;
se por edital, 15 (quinze) dias após a data da efetiva circulação do Boletim Oficial do Município.
Tratando-se de intimação por carta com aviso de recebimento, é suficiente para comprovação da mesma, o recibo de entrega.
Aplica-se o disposto neste Capítulo a todas as intimações realizadas pela Administração Tributária, inclusive cientificação de termos, notificações e autos de infração, ressalvadas as disposições específicas.
CAPÍTULO IV
DA CONSULTA
Mediante petição escrita dirigida à Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, poderão formular consulta sobre a interpretação de dispositivos da legislação tributária municipal:
o sujeito passivo;
os órgãos da administração pública;
as entidades representativas de categorias econômicas, sobre matéria de interesse comum de seus representados.
A resposta à consulta aproveita apenas a quem a formulou.
A resposta às consultas obedecerá aos critérios regulamentares, podendo a Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento determinar a instrução do processo com parecer fiscal;
Não será recebida consulta que verse sobre:
legislação tributária em tese;
fato definido em lei como crime ou contravenção;
matéria que tenha sido objeto de decisão proferida em processo contencioso administrativo em que o consulente tenha atuado como parte;
matéria já tratada em consulta anteriormente formulada pelo próprio consulente, salvo em caso de alteração da legislação;
matéria que:
tenha motivado a lavratura de notificação fiscal contra o consulente;
seja objeto de medida de fiscalização já iniciada.
A consulta, quando formulada pelo sujeito passivo:
suspende o prazo para pagamento do tributo, ou seja, o curso da mora, em relação ao fato objeto da consulta, até 30 (trinta) dias após a ciência da resposta;
impede, durante o prazo fixado no inciso I, o inicio de qualquer medida de fiscalização, com relação ao consulente, destinada à apuração de infrações referentes à matéria consultada.
Recomeçará o curso da mora tão logo termine o prazo do inciso I fixado ao contribuinte para cumprir a solução dada à consulta.
Não afasta a incidência dos acréscimos moratórios a apresentação de consulta ou pedido de reconhecimento de isenção, imunidade ou não incidência apresentados fora do prazo legal para pagamento do tributo, em relação às obrigações já vencidas.
CAPÍTULO V
DÍVIDA ATIVA
Constitui dívida ativa municipal a proveniente de crédito, regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou decisão final proferida em processo regular.
A inscrição será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito.
Parágrafo único. O Termo de Inscrição em Dívida Ativa e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.
Sempre que os débitos não forem pagos em tempo hábil e não houver impugnação ou recurso pendente de apreciação pelas autoridades fazendárias, os mesmos deverão ser inscritos na dívida ativa municipal.
O aviso da inscrição em dívida ativa deverá ser comunicado ao sujeito passivo, ainda que no ato do lançamento ou por meio da Notificação de Inscrição em Dívida Ativa – NIDA, conforme dispuser regulamento.
A inscrição far-se-á:
a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao vencimento da última cota, no caso do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana e das taxas porventura cobradas em conjunto com o imposto;
dentro de noventa dias a partir de sua constituição definitiva, para os demais créditos, tributários ou não.
A inscrição suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 (cento e oitenta) dias ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.
Após sua constituição definitiva, os créditos tributários não especificados no inciso I do §2º, serão cobrados pelo Órgão Fazendário do Município no prazo de 90 (noventa) dias, findo o qual, se não pagos, será feita a inscrição em Dívida Ativa.
Compete, privativamente, à Procuradoria-Geral do Município a cobrança judicial da dívida ativa municipal.
Recebida pela Procuradoria-Geral do Município a certidão de dívida ativa, cessa a competência do órgão fazendário para agir ou decidir a respeito do crédito respectivo, salvo nos casos em que houver autorização expressa.
Cumpre ao órgão fazendário cooperar com a Procuradoria-Geral do Município para garantir eficiência na cobrança judicial da dívida ativa, devendo prestar as informações solicitadas por esta ou pelo Poder Judiciário.
O Termo de Inscrição da Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

o nome do devedor, dos corresponsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou a residência de um e de outros;
o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;
a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;
a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para cálculo;
a data e o número da inscrição, no registro de dívida ativa;
o número do processo administrativo, da notificação de lançamento ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.
Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro digital ou físico e a folha onde está a inscrição.
A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no Art. 186º ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.
A dívida regularmente inscrita goza da presunção de liquidez, certeza e exigibilidade, tendo o efeito de prova pré-constituída.
A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.
A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

CAPÍTULO VI

CERTIDÕES NEGATIVAS

A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.
Parágrafo único. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida em até 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.
Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.
Serão fornecidas, a pedido do contribuinte, as seguintes certidões referentes a tributos de competência do Município:
Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM) dos impostos, taxas e contribuições de competência do Município;
Certidão Positiva com Efeito de Negativa (CPEN) dos Impostos, taxas e contribuições de competência do Município.
A certidão referida no inciso I é negativa quanto à existência de débito de tributos municipais e não impede o lançamento de débitos porventura apurados após a sua emissão.
A certidão referida no inciso II é positiva quanto à existência de débito de tributos municipais, tendo efeitos negativos, em virtude de tais débitos estarem parcelados, com regularidade no pagamento das cotas, ou sendo contestados na instância administrativa ou judicial.
A certidão será expedida à vista do requerimento do interessado, pessoa ligada ao fato tributário, devendo constar todas as informações para identificação do contribuinte, domicílio fiscal, ramo de negócio ou atividade.
O pedido de certidão deverá ser assinado pelo contribuinte, interessado, ou por seu representante legal, devendo ser apresentado no ato o instrumento de mandato para a sua identificação, sempre que solicitado.
A Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM) referente ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será expedida quando não existirem débitos referentes a inscrição do contribuinte, com relação a cada imóvel considerado no pedido de certidão.
A Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM) será expedida quando não houver débito, inclusive decorrente de auto de infração pendente de pagamento, de parcelamento não quitado ou débitos confessados em livros fiscais e outros.
A Certidão Positiva com Efeito de Negativa (CPEN) dos tributos municipais será expedida nos casos em que houver parcelamento, de modo espontâneo ou decorrente de auto de infração, com pagamento regular das cotas vencidas e também quando existirem autos de infração pendentes de decisão administrativa ou judicial.
Deverá constar da certidão emitida a existência de parcelamento ou de autos de infração pendentes de decisão, conforme disposto no caput deste artigo.
As certidões, nos casos de contribuintes sujeitos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e à Taxa de Vigilância, Controle e Fiscalização serão emitidas, obrigatoriamente, considerando ambos os tributos.
Fica assegurado ao Município o direito de cobrar qualquer débito que porventura venha a ser apurado posteriormente à data de emissão da certidão, sujeitando-se o contribuinte, se for o caso, a sanções previstas na legislação em vigor.
As certidões emitidas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias.
Parágrafo único. As certidões previstas neste capítulo serão fornecidas independentemente do pagamento de taxa.
Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.
A certidão negativa expedida com dolo ou fraude que contenha erro contra a Fazenda Pública responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito e juros de mora acrescidos, sem prejuízo dos danos que causar a terceiro.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.

CAPÍTULO VII

DO PARCELAMENTO

Seção I

Disposições Gerais

Os débitos tributários para com a Fazenda Municipal poderão ser parcelados de acordo com os critérios estabelecidos neste Capítulo.
O débito a ser parcelado será atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora pelos mesmos índices e forma previstos no Art. 97º desta Lei, até a data da formalização do parcelamento.
Ao montante apurado na forma do § 1º, serão aplicados juros simples de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor de cada mês de parcelamento.
O atraso no pagamento de qualquer parcela importará na sua atualização monetária e fluência de juros pelos mesmos índices e forma previstos no Art. 97º desta Lei.
O inadimplemento de 03 (três) parcelas consecutivas importará no imediato cancelamento do parcelamento, restabelecendo-se a dívida aos valores originais e abatendo-se as parcelas pagas, atualizadas de acordo com o índice utilizado para atualização do tributo.
O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R$ 15,00 (quinze reais).
É permitido o reparcelamento mediante o pagamento de 30% (trinta por cento) do saldo devedor na primeira parcela, e apresentação de garantia, conforme determinem as normas regulamentares.
O reparcelamento somente poderá ser concedido para débitos já inscritos em dívida ativa.
A dívida reparcelada poderá ser dividida em até 36 (trinta e seis) prestações mensais, sendo vedada a aplicação dos descontos previstos na Seção II deste Capítulo.

Seção II

Parcelamento antes da Inscrição em Dívida Ativa
O parcelamento de crédito tributário devido antes da Inscrição em Dívida Ativa será concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica.
Parágrafo único. As parcelas deverão respeitar o valor mínimo fixado em normas regulamentares, economicamente viável para o Município, nunca inferior ao estabelecido no Art. 201º.§ 5º.
Seção III
Parcelamento após a Inscrição em Dívida Ativa por ato do Executivo
A dívida ativa poderá ser recolhida em até 12 (doze) parcelas mensais mediante acordo que não constitui novação, desde que atendido integralmente os seguintes procedimentos:
se na fase de liquidação amigável do débito:
após confissão de débito;
proposta do Procurador Municipal;
deferimento do Secretário Municipal de Finanças.
se ajuizada a cobrança:
mediante petição conjunta;
após proposta do Procurador Municipal;
deferimento do Secretário Municipal de Finanças;
Seção IV
Parcelamento após a Inscrição em Dívida Ativa por Lei
O parcelamento dos débitos tributários para com a Fazenda Municipal após a inscrição em dívida ativa poderá ser concedido em até 48 (quarenta e oito) meses, conforme lei específica que o autorize, e as penalidades de juros de mora e multa de mora aplicadas por descumprimento de obrigação principal relativa aos tributos municipais sofrerão redução inversamente proporcional ao número de meses do parcelamento, de acordo com a tabela abaixo, denominada de "Tabela de Redução de Multa e Juros".

QUANT. MESES PARCELAMENTO	PORCENTAGEM REDUÇÃO
À VISTA	90
02 – 06	70
07 – 12	50
13 – 18	40
19 – 24	30
25 – 30	25
31 – 36	20
37 - 48	Sem redução

É facultado ao contribuinte antecipar parcial ou totalmente o valor de parcelas vincendas, quando serão abatidos os valores previamente calculados a título de juros.
Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, serão antecipadas as parcelas, de forma decrescente, a partir da última vincenda.
Não serão objeto de redução as multas aplicadas por descumprimento de obrigação acessória.
. As multas de que trata o Art. 207º poderão ser parceladas em até 05 (cinco) vezes, respeitado o valor mínimo fixado em Regulamento, economicamente viável para o Município, vedado o reparcelamento.
CAPITULO VIII
DA RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO
As quantias recolhidas aos cofres municipais, em pagamento de créditos fiscais indevidos, em face da lei, serão restituíveis, independentemente de protesto ou de prova de erro, nos seguintes casos:
cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido, ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.
A restituição de tributos que comportem, por sua natureza transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.
A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos acréscimos moratórios e das multas, salvo as referentes a infrações de caráter formal, não prejudicadas pela causa da restituição.
Parágrafo Único. A restituição vence juros não capitalizáveis, e correção monetária, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.
Nos casos em que o sujeito passivo tenha direito à restituição, ficará a importância a ser restituída sujeita à atualização monetária, a partir da data do pagamento indevido.
Parágrafo único. A restituição vence juros não capitalizáveis de 1% (um por cento) ao mês, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.
Cessará a contagem do prazo para efeitos da atualização monetária e dos acréscimos moratórios na data da ciência ao interessado de que a importância está à sua disposição.
Considera-se cientificado o requerente na data da publicação do despacho que autorizar o pagamento da restituição.
Os processos de restituição de indébito tramitarão com prioridade e serão processados conforme regulamento.
O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso de 5 (cinco) anos, contados:
na hipóteses dos incisos I e II do Art. 209º, da data da extinção do crédito tributário;
nas hipóteses do inciso III do Art. 209º, da data em que se tomar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.
TÍTULO V
INFRAÇÕES E PENALIDADES
CAPÍTULO I
INFRAÇÕES
Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe em descumprimento por parte do sujeito passivo ou responsável, de obrigação tributária principal ou acessória, estabelecidas na legislação tributária municipal.
CAPÍTULO II
PENALIDADES
Seção I
Das Disposições Gerais

As infrações serão punidas com as seguintes penas:
multa;
proibição de transacionar com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município;
suspensão ou cancelamento de benefícios, assim entendidas as concessões dadas aos contribuintes para se eximirem do pagamento total ou parcial de tributos;
cassação de licença;
As penalidades mencionadas neste artigo serão disciplinadas e fixadas no capítulo que regulamenta cada tributo.
As multas fiscais, pelo não cumprimento da obrigação tributária principal, objeto de Auto de Infração, terão as reduções seguintes, desde que o contribuinte renuncie a qualquer apresentação de defesa ou recurso:
100% (cem por cento), se os créditos tributários apurados em Auto de Infração forem pagos no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência do auto;
50% (cinquenta por cento), se o pagamento for realizado no prazo de 20 (vinte) dias contados da ciência do auto.
20% (vinte por cento), se o pagamento for realizado no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência do auto.
Se, concomitantemente com uma infração de dispositivo de caráter formal, houver também infração por falta de pagamento de tributo ou de diferença de tributo, será o infrator passível de multa unicamente pela infração relativa a falta de pagamento do tributo ou da diferença do mesmo.
Parágrafo Único. Excluem-se das disposições deste artigo as infrações decorrentes da falta de inscrição e de falsificação ou adulteração de livros e documentos, caso em que o infrator incorrerá também na sanção decorrente do imposto porventura não recolhido ou sonegado.
A imposição de qualquer penalidade ou pagamento da multa respectiva não exime o infrator do cumprimento da obrigação que cause a mesma, nem prejudica a ação penal, se cabível no caso, nem impede a cobrança do tributo porventura devido.
Subseção I
Das Multas
As multas serão calculadas conforme disciplinadas e fixadas no capítulo que regulamenta cada tributo.
Apurando-se, na mesma ação fiscal, o não cumprimento de mais de uma obrigação tributária acessória pela mesma pessoa, em razão de um só fato, será imposta penalidade somente à infração que corresponder à multa de maior valor.
O descumprimento de qualquer obrigação acessória para a qual não haja previsão de penalidade específica implicará na aplicação de multa de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), sem prejuízo da exigência do tributo com todos os acréscimos legais.
No caso de infração às obrigações principais constantes de dispositivos legais ou regulamentares, para as quais não estejam previstas penalidades específicas, serão aplicadas multas de R$ 60,00 (sessenta reais) a R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), observado, em qualquer hipótese, o disposto no Art. 61º.
Parágrafo Único. As multas serão graduadas de acordo com a gravidade da infração e com a importância desta para com os interesses da arrecadação, a critério da autoridade competente.
Subseção II
Da Proibição de Transacionar com o Município
Além das penalidades cominadas na Seção I, os contribuintes em débito com o Município não poderão:
participar de qualquer modalidade de licitação;
celebrar contratos ou termos de qualquer natureza em que for parte o Município ou seus órgãos de administração indireta;
Parágrafo único. A proibição a que se refere este artigo não se aplicará quando, sobre o débito ou a multa, houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.
Subseção III
Da Suspensão ou Cancelamento de Benefícios
Poderão ser suspensas ou canceladas as concessões dadas aos contribuintes para se eximirem de pagamento total ou parcial de tributos, na hipótese de infringência à legislação tributária pertinente.
Parágrafo Único. A suspensão ou cancelamento será determinado pela Autoridade Fazendária, consideradas a gravidade e a natureza da infração.

Subseção IV
Da Cassação de Licença
Aplicar-se-á a cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão ou deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público, concernente à ordem, à saúde, à segurança e aos costumes, sem prejuízo da aplicação das penas de caráter pecuniário.
CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO FISCAL PARA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES
Seção I
Da Constituição de Créditos Tributários
A formalização da constituição dos créditos tributários e suas modificações serão realizadas por meio de:
Auto de Infração (AI);
Notificação de Lançamento de Débito (NLD).
O Auto de Infração será utilizado para a realização de lançamentos tributários em que haja aplicação de penalidade.
A Notificação de Lançamento de Débito é o ato pelo qual se dá ciência ao sujeito passivo da constituição de crédito tributário sem imposição de penalidade.
O lançamento de crédito tributário, com ou sem aplicação de penalidade, independe da realização de procedimento fiscal externo.
A lavratura de auto de infração, sem prévia ação fiscal externa, será feita nos casos em que independe da denúncia espontânea do sujeito passivo para fins de exclusão da responsabilidade pela infração e sempre dependerá de autorização da Gerência imediata a que estiver subordinado o agente fiscal.
Os créditos tributários somente consideram-se constituídos ou modificados após a notificação do lançamento ou da sua alteração ao sujeito passivo.
Na constituição do crédito tributário, por meio do AI, o agente fiscal sempre deverá observar os seguintes passos:
Determinar o tipo da infração à legislação que foi cometida;
Identificar o dispositivo legal infringido;
Identificar o dispositivo legal da penalidade aplicável;
Identificar o sujeito passivo responsável pela prática do ato;
Calcular o montante do tributo devido e da penalidade aplicável;
Elaborar o auto de infração, fazendo constar todos os elementos acima;
Notificar o sujeito passivo do lançamento realizado.
O lançamento tributário via Auto de Infração somente poderá ser realizado por agente fiscal da Secretaria de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, devidamente designado para este fim.
O Auto de Infração deverá ser lavrado, individualmente, por tributo e por infração verificada em procedimento fiscal interno ou externo.

A lavratura e a impressão de Auto de Infração serão preferencialmente feitas no Sistema de Administração Fiscal da Secretaria de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento.
Parágrafo único. O Auto de Infração será lavrado sem emendas, rasuras ou entrelinhas e impresso a laser, no formato aprovado por regulamento.
O auto de infração terá as características definidas em modelo oficial, será preenchido sem rasuras ou emendas, e conterá sob pena de nulidade formal, o seguinte:
a denominação "Auto de Infração";
a numeração sequencial por exercício, acompanhada do respectivo exercício da emissão;
os dados identificadores do sujeito passivo destinatário da ação fiscal;
o demonstrativo do cálculo do valor lançado;
a menção da documentação que serviu de base para o lançamento tributário;
a(s) competência(s) do lançamento tributário;
a data e a hora da emissão;
o valor total do auto em numeral e por extenso;
a descrição clara e precisa do motivo do lançamento tributário;
as disposições legais descritoras da obrigação tributária;
as disposições legais descritoras da penalidade aplicável;
os dispositivos legais descritores da obrigação tributária;
a intimação ao sujeito passivo para recolher o crédito tributário ou impugnar o lançamento;
o prazo para recolhimento do crédito tributário lançado ou impugnação do lançamento;
o nome, a matrícula e a assinatura do(s) agente(s) fiscal(is) responsável(is) pela autuação;
campo para ciência do sujeito passivo;
a menção à Ordem de Serviço e a data do início do procedimento fiscal;
o número do processo administrativo e o local onde haverá a sua tramitação;
a menção aos documentos anexos ao auto de infração.
Para fins do disposto no inciso XV, o auto de infração emitido por processamento eletrônico de dados poderá apresentar assinatura do agente responsável em forma digitalizada e impressa.
O prazo para pagamento do auto de infração será de 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte à data em que se considerar efetuada a intimação.
Quando da entrega do auto de infração ao autuado houver a recusa à colocação da assinatura por parte deste último, este fato constará no corpo do auto de infração, devendo o autuante proceder a entrega da mesma mediante a aposição da assinatura de duas testemunhas.
Seção II
Da Representação
Qualquer pessoa pode representar contra toda ação ou omissão que possa resultar em evasão de renda ou infração à legislação tributária do Município.
A autoridade que receber a representação determinará as providências necessárias para a completa verificação de sua procedência ou improcedência.
TÍTULO VI
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Este Título disciplina a fase contenciosa do processo de determinação e exigência do crédito tributário.
A fase contenciosa do processo inicia-se com a apresentação de impugnação, pelo sujeito passivo, contra:
auto de infração;
notificação de lançamento;
decisão em processo administrativo de revisão, interposto conforme o disposto nos Art. 308º, Art. 344º, Art. 390º e Art. 457º.
São competentes para julgar:
em primeira instância, a Unidade de Julgamento Singular;
em segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes.
Os Julgadores de Processos Fiscais, os membros do Conselho Municipal de Contribuintes e o Representante da Fazenda Pública junto ao Conselho são impedidos de atuar em processos:
de interesse de seus parentes consanguíneos ou afins até o quarto grau inclusive;
de interesse de pessoa jurídica de direito privado de que sejam titulares, sócios, acionistas, membros da Diretoria, Conselho Fiscal ou órgãos equivalentes;
em que tomaram parte ou tenham interferido em qualquer condição ou a qualquer título;
que tratem de notificação de lançamento ou auto de infração por eles emitidos, conjunta ou individualmente.
As autoridades julgadoras são incompetentes para declarar a inconstitucionalidade ou ilegalidade de lei, decreto ou normas complementares.
Parágrafo único. Os órgãos julgadores poderão apreciar a alegação de ilegalidade ou inconstitucionalidade reconhecida por entendimento manso e pacífico do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
São nulos:
os atos e termos praticados por pessoa incompetente;
os despachos e decisões proferidas por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa;
os lançamentos cujos elementos sejam insuficientes para determinar a matéria tributável e o respectivo sujeito passivo.
A falta de intimação ou a intimação nula fica suprida pelo comparecimento do interessado, a partir do momento em que lhe sejam comunicados formalmente todos os elementos necessários à prática do ato.
A nulidade do ato só prejudica os posteriores que dele dependam diretamente ou sejam consequência.
A nulidade será declarada de ofício pela autoridade julgadora nas respectivas esferas de competência, que mencionará expressamente os atos por ela alcançados e determinará as providências necessárias ao prosseguimento do feito.
Sempre que possível, as irregularidades, incorreções ou omissões deverão ser sanadas de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, de modo a permitir o prosseguimento do feito.
Às partes interessadas é facultada vista dos autos na repartição em que se encontram, vedada a sua retirada e permitido o fornecimento de cópias ou certidões, por solicitação do interessado.
Opera-se a desistência do litígio na esfera administrativa:
expressamente, por pedido do sujeito passivo;
tacitamente:
pelo pagamento ou pedido de parcelamento do crédito tributário discutido;
pela propositura de ação judicial relativa à matéria objeto do processo administrativo.

Parágrafo único. Os órgãos próprios da Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, ao tomarem conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no inciso II, comunicarão o fato ao órgão julgador, que determinará, de ofício, o arquivamento do processo.
O Poder Executivo regulará por decreto o Processo Administrativo Tributário aqui instituído, observando:
a garantia de ampla defesa ao sujeito passivo;
a ciência dos atos da autoridade competente, sejam decisórios ou para cumprimento de exigências processuais;
a designação dos órgãos julgadores e os recursos cabíveis contra as respectivas decisões;
a configuração das nulidades processuais;
a determinação de prazos para a prática de atos ou cumprimento de decisões;
as hipóteses de reabertura de prazo;
a suspensão da exigibilidade do crédito durante a tramitação de impugnação ou recurso;
a fixação de normas sobre processos de consulta.
O Processo Administrativo Tributário será iniciado de ofício ou por ato da parte interessada e organizado em ordem cronológica, com as folhas numeradas e rubricadas e com capa própria de identificação.
CAPÍTULO II
DAS AUTORIDADES PROCESSUAIS
Seção I
Do Órgão Preparador
Compete ao Órgão Preparador organizar o processo na forma dos autos forenses.
O preparo e a instrução do processo administrativo tributário competem ao setor de Cadastro Técnico e Imobiliário do órgão fazendário municipal.
As petições devem ser dirigidas à autoridade ou órgão competente para praticar o ato ou apreciar a matéria.
O Órgão Preparador deverá verificar se a instrução do processo preenche os requisitos legais em todas as suas fases, corrigindo eventuais vícios e irregularidades, determinando as diligências que forem necessárias.
As intimações feitas para as finalidades previstas no § 1º deverão ser cumpridas no prazo de 10 (dez) dias, findo o qual o processo subirá à autoridade competente para decisão ou despacho final.
Verificada a intempestividade da impugnação, o Órgão Preparador encaminhará o processo para decisão, independente de qualquer outra providência.
Seção II
Da Unidade de Julgamento Singular
A Unidade de Julgamento Singular é integrada por até 02 (dois) Julgadores de Processos Fiscais, que atuam individual e independentemente, nomeados pelo Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento e escolhidos entre os servidores integrantes das carreiras de Fiscal de Tributos Municipais ou de Procurador Municipal, efetivos e estáveis, de ilibada reputação e reconhecido saber jurídico tributário.
A critério do Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, poderão ser nomeados julgadores ad hoc, sempre que o número de processos o justifique, atendidos os requisitos do caput.
Os Julgadores de Processos Fiscais, nomeados na forma deste artigo, receberão gratificação mensal equivalente a 10% (dez por cento) sobre a sua remuneração, assim compreendido o vencimento básico do cargo acrescido das vantagens de natureza permanente.
Seção III
Do Conselho Municipal de Contribuintes
Órgão de composição paritária de caráter deliberativo, competente para o julgamento de recursos administrativo-tributários em segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes, é composto por um Presidente, 06 (seis) membros titulares e 06 (seis) membros suplentes, das mesmas representações, sendo:
um representante da Procuradoria-Geral do Município;
dois representantes da Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento;
um representante indicado pela ACET;
um representante indicado pela ASPREAT;
um representante indicado pelo Sindicato Rural.
No caso de impedimento de qualquer dos membros do Conselho, deverá ser convocado seu suplente.
As sessões serão públicas em todas as suas fases e as decisões serão tomadas por voto nominal e aberto, sendo nula de pleno direito a decisão que não observar qualquer destes requisitos.
Os conselheiros serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com os respectivos suplentes, para um período de até 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.
No caso de vacância do cargo titular, assumirá imediatamente o suplente, que cumprirá o tempo restante do mandato;
No caso de vacância simultânea dos cargos titular e suplente, serão nomeados substitutos para o cumprimento do tempo restante do mandato, no prazo de 30 (trinta) dias.
Os representantes do Executivo poderão ser reconduzidos por um mandato, após o qual deverão cumprir um interstício de um mandato.
As entidades representadas ou o executivo poderão substituir seus próprios representantes a qualquer tempo.
Os membros integrantes do Conselho Municipal de Contribuintes, obrigatoriamente, deverão possuir formação universitária nas áreas de Economia, Administração, Ciências Contábeis ou Direito.
O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes deverá ser pessoa com formação na área de Direito, de ilibada reputação, reconhecido conhecimento e especialização em matéria tributária, será nomeado pelo Prefeito a partir de lista tríplice elaborada na forma do § 1º, para um mandato de até 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido.
Para fins de nomeação pelo Chefe do Poder Executivo, os conselheiros titulares do Conselho Municipal de Contribuintes elaborarão lista tríplice, nela somente podendo figurar as pessoas que preencherem os requisitos do caput deste artigo e que obtiverem pelo menos 04 (quatro) votos dos conselheiros titulares; recebida a lista, o Chefe do Poder Executivo escolherá um de seus integrantes para nomeação como Presidente.
No caso de vacância será nomeado substituto para cumprir o tempo restante do mandato, no prazo de 30 (trinta) dias, obedecidos os requisitos fixados neste artigo.
Licenciado o Presidente, nos casos previstos no Regimento Interno do Conselho, por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos, será nomeado, na forma deste artigo, substituto para o período de ausência do titular.
O Presidente do Conselho, além das previstas nesta Lei e no Regimento Interno do Conselho, terá as seguintes atribuições:
dirigir os trabalhos do Conselho, decidindo as questões que lhe forem apresentadas;
representá-lo perante quaisquer pessoas ou órgãos;
comunicar à autoridade competente, de ofício, ou a requerimento de qualquer conselheiro, irregularidades ou faltas funcionais, ocorridas em repartição administrativa, de que haja provas ou indícios em processo submetido a julgamento no Conselho;
presidir as sessões, proferindo, quando necessário, voto de desempate;
definir período de recesso do Conselho.

A falta de comparecimento de qualquer conselheiro a 03 (três) sessões consecutivas ou a 08 (oito) alternadas, durante cada ano, importará, salvo concessão de licença na forma prevista no Regimento Interno, em renúncia ao mandato, devendo o Presidente comunicar imediatamente o fato às respectivas representações para efeito de indicação de substituto, que completará o mandato.
O Conselho entrará em recesso anualmente por prazo não superior a 45 (quarenta e cinco) dias, nele compreendido o período definido pelo Executivo Municipal como férias coletivas.
O Conselho terá uma secretaria com a organização e as atribuições que forem fixadas no seu Regimento Interno.
A secretaria do Conselho será composta por um servidor, nomeado pelo Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, escolhido entre os servidores efetivos e estáveis do Município, acumulando a função pertencente ao Órgão Preparador a que se refere a Seção I do Capítulo II deste Título.
Além de outras que lhe forem deferidas pelo Regimento Interno, é de competência exclusiva da Secretaria do Conselho:
secretariar as sessões, lavrando as respectivas atas;
dirigir o expediente da Secretaria;
encaminhar as decisões transitadas em julgado para o Ministério Público, Tribunal de Contas e Câmara de Vereadores de Tapurah.
O secretário nomeado na forma do §1º deste artigo perceberá gratificação de 5% (cinco por cento) sobre a remuneração, assim compreendido o vencimento acrescido das vantagens de natureza permanente.
O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes fará jus a subsídio no valor de R$ 210,00 (duzentos e dez reais), por sessão de julgamento que presidir, limitado a 06 (seis) sessões remuneradas por mês.
Os subsídios fixados neste artigo serão atualizados por revisão geral anual, na mesma data e sem distinção de índices, juntamente com a revisão da remuneração dos servidores públicos municipais, respeitados os limites constitucionais e legais.
Os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes farão jus ao subsídio fixado na forma deste artigo, na proporção de 2/3 (dois terços) do seu valor por sessão de julgamento em que funcionarem como titular.
Seção IV
Da Representação da Fazenda Municipal
A representação da Fazenda Municipal junto ao Conselho Municipal de Contribuintes será exercida, no julgamento de cada processo, por Procurador lotado e com exercício na Procuradoria-Geral do Município, designado pelo Procurador-Geral ou por um representante, designado pelo Prefeito, por indicação do Secretário Municipal de Fazenda, escolhido dentre os Agentes Fiscais em efetivo exercício naquela Secretaria.
Compete ao representante da Fazenda, além de outras atribuições previstas em Lei e no Regimento Interno do Conselho:
a defesa do interesse público, da legalidade e da preservação da ordem jurídica;
fazer-se presente nas sessões de julgamento, ordinárias e extraordinárias, podendo usar da palavra;
representar ao Procurador-Geral do Município e ao Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento sobre quaisquer irregularidades verificadas nos processos, em detrimento da Fazenda Pública ou dos contribuintes, bem como apresentar sugestões de medidas legislativas e providências administrativas que julgar úteis ao aperfeiçoamento dos serviços de exação fiscal.
É indispensável a presença do representante da Fazenda Municipal em qualquer sessão de julgamento, sob pena de nulidade da mesma.
O representante da Fazenda Municipal será intimado pessoalmente de todos os atos processuais.
O representante da Fazenda Municipal designado na forma deste artigo receberá mensalmente gratificação de 5% (cinco por cento) sobre a sua remuneração, assim compreendida o vencimento básico do cargo acrescido das vantagens de natureza permanente.
CAPÍTULO III
DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA
A impugnação será apresentada por petição escrita à Unidade de Julgamento Singular, via setor de expediente da Prefeitura, contra recibo, na qual o sujeito passivo alegará, de uma só vez e articuladamente, toda a matéria que entender útil, juntando as provas que possua, e apresentando o pedido de diligências ou de perícias que entender necessárias, de acordo com as normas regulamentares.
Inexistindo quaisquer dos requisitos formais previstos na legislação, será o autor intimado para regularizar, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito.
Nenhuma taxa, preço público de expediente, depósito prévio ou valor de qualquer outra natureza poderá ser exigido para o oferecimento da impugnação.
A impugnação terá efeito suspensivo e poderá ser apresentada no prazo de 30 (trinta) dias contados da cientificação do ato fiscal impugnado.
Mesmo perempta, a impugnação será encaminhada à Unidade de Julgamento Singular, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa do crédito tributário contestado.
A apresentação de impugnação à autoridade incompetente não induzirá perempção ou caducidade, devendo ser encaminhada, de ofício, a quem de direito.
O processo recebido pelo órgão preparador será remetido à autoridade notificante para, no prazo de 10 (dez) dias, prestar as informações, juntar os documentos necessários à defesa do ato praticado, além de requerer perícias ou diligências que julgar necessárias.
Instruído o processo, será distribuído ao Julgador de Processos Fiscais, que proferirá decisão, observando o seguinte:
a decisão deverá ser precedida de relatório, o qual será uma síntese de todo o processo;
todas as questões levantadas na impugnação deverão ser analisadas;
serão decididas primeiro as preliminares e depois o mérito;
deverá ser pronunciado o provimento ou desprovimento da impugnação;
a decisão deverá ser fundamentada, expondo as razões do provimento ou desprovimento;
deverão ser expressos os efeitos da decisão e o prazo para seu cumprimento ou interposição de recurso.
Parágrafo único. O Julgador de Processos Fiscais poderá baixar o processo em diligência, a ser cumprida no prazo de 10 (dez) dias, a fim de sanar eventuais falhas que prejudiquem o julgamento do feito.
CAPÍTULO IV
DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA
Seção I
Dos Recursos
São facultados os seguintes recursos perante o Conselho Municipal de Contribuintes:
recurso ordinário;
pedido de esclarecimento;
pedido de reconsideração.
Subseção I
Do Recurso Ordinário
Das decisões do Julgador de Processos Fiscais caberá recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, que deverá ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que se considerar feita a intimação da decisão:
pelo sujeito passivo;

pelo Julgador de Processos Fiscais, de ofício, no corpo da própria decisão, sempre que esta for contrária à Fazenda Pública e exonerar total ou parcialmente o sujeito passivo do pagamento do crédito tributário.
O Conselho Municipal de Contribuintes, caso o Julgador de Processos Fiscais não o tenha interposto, terá o recurso por havido, se presentes os seus pressupostos.
Mesmo perempto, será o recurso encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa do crédito tributário impugnado.
A decisão que anular, por vício formal, o lançamento efetuado, não estará sujeita ao reexame necessário previsto no inciso II deste artigo.
Do recurso em face de decisão que não conhecer da impugnação apresentada, o Conselho Municipal de Contribuintes apreciará exclusivamente as causas que motivaram o não conhecimento.
Reformada a decisão nos termos do § 4º, os autos serão remetidos à Unidade de Julgamento Singular para apreciação do mérito.
Durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo, pessoalmente ou através de seu procurador, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, permitidas réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos.
Cada Conselheiro pode, durante a sessão:
pedir vistas do processo;
propor a realização de diligências a fim de sanar eventuais falhas que prejudiquem o julgamento do feito, que deverão ser cumpridas no prazo de 10 (dez) dias.
As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente do Conselho o voto de desempate.
A tramitação do processo no Conselho Municipal de Contribuintes far-se-á de acordo com as normas do seu Regimento Interno, observado o seguinte:
será dado vista do processo ao Representante da Fazenda, que deverá manifestar-se sobre a matéria, por escrito;
os processos serão distribuídos por sorteio, ao relator;
o relator ou o Representante da Fazenda poderão solicitar ao Presidente as diligências que julgarem necessárias;
as pautas de julgamento serão publicadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
As partes poderão apresentar razões e documentos suplementares até a publicação da pauta de julgamento.
Da apresentação de razões e documentos na forma do § 1º, será dado oportunidade à parte contrária, para manifestar-se por escrito, querendo.

Subseção II
Do Pedido de Esclarecimento
Cabe pedido de esclarecimento ao relator do acórdão, de decisão do Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva cientificação, quando a decisão recorrida:
for omissa, contraditória ou obscura;
deixar de apreciar matéria de fato ou de direito alegada na petição.
O relator levará a julgamento o pedido de esclarecimento na reunião subsequente à do seu recebimento, dispensada a prévia publicação de pauta.
Não será conhecido o pedido que for considerado manifestamente protelatório ou vise indiretamente a reforma da decisão.
Subseção III
Do Pedido de Reconsideração
A Procuradoria-Geral do Município, o Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento ou o sujeito passivo poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da cientificação do sujeito passivo, interpor pedido, apenas com efeito devolutivo, visando a reconsideração de decisão de mérito não unânime do Conselho Municipal de Contribuintes, proferida em recurso ordinário de que não caiba mais recurso.
A decisão de mérito poderá ser reconsiderada pelo Conselho Municipal de Contribuintes quando:
violar literal disposição de lei;
for contrária à prova dos autos;
contrariar jurisprudência assente do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;
se basear em prova cuja falsidade seja demonstrada no pedido de reconsideração;
for apresentado documento novo, cuja existência se ignorava na ocasião do julgamento, que por si só possa modificá-lo;
fundada em erro de fato, resultante de atos ou documentos dos autos.
Não cabe pedido de reconsideração de decisão que anulou lançamento por erro formal.
No processo e julgamento do pedido de reconsideração, aplicar-se-ão, naquilo que for compatível, as regras atinentes ao recurso ordinário.
Fica assegurado ao Município o direito de recorrer ao Poder Judiciário contra decisão de pedido de reconsideração interposto na forma deste artigo.
CAPÍTULO V
DAS DILIGÊNCIAS E PERÍCIAS
O órgão julgador determinará, de ofício ou a requerimento, a realização de diligências ou perícias, quando entender necessárias, designando desde logo o perito e o prazo para a entrega do laudo.
O requerimento de diligência ou perícia deve indicar os motivos que a justifiquem e serão realizadas na forma prevista em regulamento, correndo por conta do requerente o seu custo.
Deferida a perícia, o sujeito passivo e a Fazenda Pública serão intimados para indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos no prazo de 15 (quinze) dias.
Será indeferida a realização de perícia ou diligência quando:
forem considerados suficientes os elementos presentes nos autos para a formação do convencimento;
seja destinada a apurar fatos vinculados à escrituração comercial ou fiscal ou a documentos que estejam na posse do requerente e que possam ser juntados aos autos;
a prova do fato não depender de conhecimento técnico especializado;
a verificação for impraticável;
requerida em segunda instância e não provada a ocorrência de fato novo.
A decisão que indeferir o pedido de diligência ou de perícia deverá ser fundamentada, especificando as razões do indeferimento.
Ao Conselho Municipal de Contribuintes cabe apreciar pedido de revisão da decisão que indeferir, em primeira instância, a diligência ou a perícia.
O pedido a que se refere o § 2° será apreciado na forma determinada pelo Regimento Interno do Conselho.
CAPÍTULO VII
DA EFICÁCIA DAS DECISÕES
São definitivas as decisões:
de primeira instância quando esgotado o prazo para recurso voluntário;
de segunda instância quando não caiba mais recurso ou, quando cabível, não tenha sido tempestivamente proposto.
Parágrafo único. Serão também definitivas as decisões de primeira instância, na parte que não for objeto de recurso ordinário ou que não estiver sujeita a recurso de ofício.

O prazo para cumprimento das decisões definitivas será de 30 (trinta) dias contados da data em que se considerar efetuada a intimação do sujeito passivo.

Parágrafo único. Na falta de disposição expressa na legislação tributária, o prazo para cumprimento de despacho será de 05 (cinco) dias contados da data em que se considere cientificado aquele que o deva cumprir.

LIVRO TERCEIRO

DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

TÍTULO I

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Integra o sistema tributário municipal o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o disposto no Art. 182, § 4º, inciso II da Constituição Federal, regulamentado pela Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, e instituído no Art. 301º e seguintes deste Código, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana:

será progressivo em razão do valor do imóvel, de acordo com a Tabela “A” e “B” do Art. 300º;

terá alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel, conforme a Tabela “C” do Art. 300º.

CAPÍTULO II

DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana incide sobre a propriedade, a posse ou o domínio útil de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definido em lei civil, localizado na zona urbana do Município ou em áreas a ela equiparadas por lei, inclusive nos distritos municipais.

Para os efeitos deste imposto, entendem-se como zona urbana aquelas definidas na legislação municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 02 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

abastecimento de água;

sistema de esgotos sanitários;

rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;

escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizadas fora das zonas definidas nos termos do § 1º.

O imposto incide, também, sobre o imóvel, que embora não localizado na zona urbana, seja utilizado como sítio de recreio e cuja eventual produção não se destine ao comércio.

O imposto sobre propriedade Predial e Territorial Urbana incide sobre:

imóveis sem edificações;

imóveis com edificações;

Considera-se terreno:

imóveis sem edificações;

imóveis com edificações em andamento e em demolição ou cuja obra esteja paralisada, bem como edificações condenadas ou em ruínas;

os imóveis cuja edificação seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;

os imóveis em que houver edificação considerada a critério da administração como inadequada, seja pela situação, dimensão ou utilidade da mesma;

os imóveis destinados a estacionamentos de veículos e depósitos de materiais, desde que a construção seja desprovida de edificação.

Considera-se prédio:

todos os imóveis edificados que possam ser utilizados para habitações ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for a denominação, forma ou destino desde que não compreendido no artigo anterior;

os imóveis edificados na zona rural, quando utilizados em atividades comerciais e outros com objetivo de lucro, diferente das finalidades necessárias para obtenção de produção agrícola e sua transformação.

Prevalecerá a incidência do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, sempre que este for maior do que o Imposto sobre a Propriedade Predial, nas seguintes hipóteses:

terrenos cujas edificações tenham sido feitas sem licença ou em desacordo com a licença;

terrenos nos quais exista construção autorizada a título precário na forma do Art. 279º, III.

Nos casos em que exista construção em terreno cuja área exceda a dez vezes a área construída e a que estiver vinculada, ocorrerá também incidência do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana.

Não se considera excedente a área:

onde existirem florestas ou densa arborização, conforme definido na legislação federal pertinente;

que apresentar inclinação média superior a trinta por cento;

que for utilizada para cultura extrativa vegetal, assim reconhecida pelo órgão municipal competente;

definida como Unidade de Conservação da Natureza por legislação federal, estadual ou municipal.

A mudança de tributação predial para territorial, ou de territorial para predial, somente prevalecerá, para efeito de cobrança do imposto respectivo, a partir do exercício seguinte àquele em que ocorrer o evento causador da alteração, quando comunicado pelo contribuinte.

Parágrafo Único. A alteração nas características do imóvel que venha modificar a sua tributação será lançada de ofício no cadastro imobiliário, sendo devida de imediato qualquer diferença de imposto porventura existente.

O fato gerador do imposto ocorre no 1º (primeiro) dia do mês de março de cada exercício financeiro.

CAPÍTULO III

DO SUJEITO PASSIVO

São contribuintes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel, nos termos definidos nesta Lei.

CAPÍTULO IV

DAS ISENÇÕES

São isentos do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana:

os imóveis cedidos gratuitamente em sua totalidade para uso da União, do Estado ou do Município e suas autarquias;

os imóveis cedidos ao Município a qualquer título, desde que o contrato estabeleça o repasse do ônus tributário, observado o §1º deste artigo;

o único imóvel que sirva de residência ao contribuinte, cujo valor venal não ultrapasse o limite de R$ 25.005,00 (vinte e cinco mil e cinco reais);

a parcela dos imóveis com restrição para urbanização, segundo a legislação sobre planejamento físico do Município;

total ou parcialmente os imóveis considerados de preservação histórica, conforme legislação específica;

os imóveis de propriedade das sociedades culturais, esportivas e recreativas, devidamente registradas no Departamento de Cultura do Município, desde que utilizados em suas finalidades essenciais e:
não ofereçam remuneração aos seus dirigentes;
mantenham cursos ou escolinhas destinadas a prática das diversas categorias desportivas e ofereçam, comprovadamente, pelo menos 30% (trinta por cento) de suas vagas gratuitamente a membros da comunidade não associadas à entidade.
os imóveis das associações desportivas e dos clubes amadores, utilizados em suas finalidades essenciais, desde que reconhecidas de utilidade pública por lei municipal;
o patrimônio das Associações de Pais e Amigos de Excepcionais – APAE, Associação de Pais e Professores - APP dos estabelecimentos escolares devidamente autorizados pelo Conselho Estadual de Educação, das Associações de Moradores, das Associações de Bairros, dos Centros Comunitários, sem fins lucrativos, desde que utilizados em suas finalidades essenciais;
a parcela dos imóveis que estiver localizada em área reservada para futura execução de obras públicas, sendo que, enquanto as mesmas não forem concluídas, ou não tiverem o seu cancelamento da execução confirmado, a alíquota incidente sobre o remanescente será aquela aplicada a terrenos edificados;
o único imóvel pertencente a ex-combatente da Segunda Guerra Mundial e a ex- integrante da Força Expedicionária Brasileira, utilizado como residência do mesmo ou de sua viúva, cujo valor venal não ultrapasse o quadruplo do valor previsto no inciso III deste artigo;
o único imóvel de propriedade, posse ou domínio útil de aposentados e/ou pensionistas, desde que lhes sirva de residência e que a renda familiar não ultrapasse 2 (dois) salários mínimos vigentes na data do requerimento da isenção, cujo valor venal do imóvel não ultrapasse o quadruplo do valor previsto no inciso III deste artigo, persistindo o direito à isenção após o seu falecimento, desde que a unidade continue a servir de residência ao cônjuge ou companheiro sobrevivente e que seus ganhos mensais sejam iguais ou inferiores a 2 (dois) salários mínimos;
proporcionalmente, os aposentados e/ou pensionistas que preencherem as condições do inciso XI deste artigo e que percebam além de 2 (dois) salários mínimos até o limite de 6 (seis) salários mínimos, de acordo com a seguinte forma:
Renda familiar acima de 2 (dois) até 3 (três) salários mínimos = isenção de 70%
Renda familiar acima de 3 (três) até 4 (quatro) salários mínimos = isenção de 50%
Renda familiar acima de 4 (quatro) até 6 (seis) salários mínimos = isenção de 30%
o imóvel residencial unifamiliar em que o sujeito passivo for deficientes físicos com impossibilidade total de trabalho e a pessoas portadoras de patologia crônica grave e incapacitante, quando for impossível o adimplemento da obrigação tributária pelo contribuinte sem prejuízo da sua subsistência;
os imóveis de propriedade e uso das entidades sindicais patronais ou entidades representativas de classe, desde que usado em suas finalidades essenciais, sem fins lucrativos;
O único imóvel de propriedade e uso das entidades de Maçonaria, Rotary Club e Lions Club, desde que usado em suas finalidades essenciais, sem fins lucrativos;
Para implantação de novos loteamentos, fica concedida quanto a estes, isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir do registro imobiliário. As obrigações acessórias e eventual prorrogação do prazo serão na forma da Lei que vier a regulamentar;
A microempresa e empresa de pequeno porte, no ano de exercício seguinte ao de sua instalação, incidente sobre o único imóvel próprio, alugado ou cedido, utilizado por esta.
Na hipótese do inciso II, a isenção prevalecerá a partir do mês seguinte ao da ocorrência do fato mencionado e será suspensa no exercício posterior ao da rescisão ou do término do contrato de cessão, exceto se o IPTU integral já tenha sido quitado pelo titular, hipótese em que a isenção prevalecerá a partir do ano seguinte.
Não elide o benefício previsto no inciso XI a co-titularidade entre cônjuges ou companheiros (art. 226, §3º, da Constituição Federal), desde que qualquer deles seja aposentado ou pensionista, a soma dos ganhos mensais de ambos não ultrapasse 2 (dois) salários mínimos e nenhum deles seja titular de outro imóvel.
Persiste com o direito à isenção de que trata o inciso XI o filho menor, que, após o falecimento do titular do imóvel, continue nele residindo, tenha renda mensal inferior ou igual a 2 (dois) salários mínimos e não seja titular de outro imóvel.
A isenção prevista no inciso XIII será efetivada em caráter individual, por despacho do Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, ou pessoa por ele nomeada, em requerimento previamente analisado por Assistente Social, do Quadro de Servidores de Carreira do Município, lotada na Secretaria de Assistência Social.
No requerimento citado no § 4º, o contribuinte deverá fazer prova do preenchimento das condições e dos requisitos previstos para a concessão do benefício, juntando cópias dos documentos de identidade e cadastro de pessoa física, atestados médicos, bem como quaisquer documentos que façam prova do alegado, declaração do INSS, quando for o caso, e documentos comprobatórios da propriedade do imóvel para o qual se requer a isenção do imposto.
No despacho que reconhecer o direito à isenção prevista no inciso XIII, poderá ser determinada a suspensão do requerimento para períodos subsequentes, enquanto forem satisfeitas as condições exigidas para a sua concessão.
O despacho que conceder a isenção prevista no inciso XIII, não gera direito adquirido.
Para fins de apuração do disposto no § 6º, poderá o Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, ou pessoa por ele designada, a qualquer tempo, exigir novamente a apresentação dos documentos elencados no § 5º.
No despacho que reconhecer o direito à isenção prevista no inciso XIII, poderá o Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, ou pessoa por ele nomeada, com fundamento nos documentos comprobatórios e no parecer da Assistente Social, remir as dívidas do imóvel objeto do requerimento, relativas ao período em que, comprovadamente, o beneficiário preencher os requisitos.
Para os efeitos do inciso XIII deste artigo, independe a residência do titular sobre o imóvel, desde que esta condição seja resultado da patologia ou deficiência que lhe obrigue a ser acompanhado por outra pessoa.
Para os efeitos dos incisos X, XI, XII e XIII deste artigo, havendo mais de uma residência estabelecida sobre o imóvel, a do titular será isentada da obrigação com o IPTU, sendo este lançado sobre a parcela restante do imóvel e suas acessões.
Nos terrenos localizados em áreas de preservação permanente, definidas na legislação municipal e com restrição à urbanização, a incidência do imposto dar-se-á apenas sobre a área efetivamente utilizada ou em que seja permitida a ocupação.
Para os efeitos do inciso XVI deste artigo, considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
A isenção prevista no inciso XVI deste artigo abrangerá exclusivamente o imposto incidente sobre os lotes que ainda não tenham sido comercializados pelo loteador ou seu sucessor ou que, prometidos a venda, tenham voltado ao seu patrimônio por qualquer razão.
As isenções previstas no Art. 285º, condicionam-se ao seu reconhecimento pelo Órgão Fazendário do Município, na forma estabelecida no Art. 113º.
Parágrafo único. A isenção somente será concedida se o imóvel estiver quite com a Fazenda Municipal e terá vigência a partir da data em que foi protocolado o pedido.
As isenções previstas nos incisos VI, VII VIII, IX, XI, XII, XIIIc), XIV e XV do Art. 285º, serão concedidas pelo prazo de 2 (dois) anos, e até 30 de junho do segundo ano o beneficiário deverá protocolar o pedido de renovação.

As isenções previstas nos incisos IV, V, X do Art. 285º serão renovadas a cada 5 (cinco) anos.
O beneficiário das isenções previstas neste capítulo é obrigado a comunicar à Órgão Fazendário do Município, no prazo de 30 dias, qualquer ocorrência que possa implicar no cancelamento do beneficio.
A isenção será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfaça ou deixe de cumprir os requisitos para a concessão do benefício, cobrando-se o crédito atualizado monetariamente, acrescido de juros de mora e multa por infração de 100% (cem por cento) do valor do imposto, nos casos de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro.
CAPÍTULO V
BASE DE CÁLCULO
Seção I
Disposições Gerais
A base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana é o valor venal do imóvel, no tempo em que se materializar o fato gerador.
Parágrafo único. Da aplicação dos critérios de apuração da base de cálculo, previstos neste Capítulo, não poderá resultar valor venal superior ao valor real do imóvel.
A administração tributária fará a apuração do valor venal da propriedade predial e territorial urbana através de elementos e dados por ela conhecidos, especialmente pelos dados existentes no cadastro imobiliário.
Para efeito de cálculo do valor venal, considera-se unidade imobiliária a edificação mais a área ou fração ideal do terreno a ela vinculada.
O valor venal da unidade imobiliária será apurado de acordo com os seguintes indicadores:
Preços correntes de transações efetivamente realizadas;
Zoneamento urbano*;*
Características do logradouro e da região onde o imóvel está localizado;
Características do terreno, como:
Área;
Topografia, forma e acessibilidade.
Ofertas à venda no mercado imobiliário;
Custo de reprodução;
Tipo de edificação e padrão de acabamento.
Qualidade, tipo e ocupação;
O ano da construção.
Em se tratando de edifício de apartamentos, a tributação será sempre correspondente à do logradouro para o qual a unidade imobiliária faça frente, assim considerado aquele onde se localize a entrada principal.
Seção II
Da Planta Genérica de Valores
O Poder Executivo procederá, anualmente, através da Planta de Valores Genéricos, à avaliação dos imóveis para fins de apuração do valor venal.
A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana é o valor venal da unidade imobiliária edificada que será determinado através da multiplicação da área construída pelo valor unitário padrão de cada tipo de edificação, aplicados os fatores corretivos dos componentes da construção somado o resultado ao valor do terreno.
A área é obtida através dos contornos externos das paredes ou pilares, computando-se também a superfície:
das sacadas, varandas e terraços, cobertos ou descobertos, de cada pavimento;
dos jiraus e mezaninos;
das garagens ou vagas cobertas;
das áreas destinadas ao lazer, somente se edificadas, cobertas ou descobertas, inclusive as quadras de esporte e piscinas, na proporção das respectivas frações ideais, quando se tratar de condomínio;
das áreas abrigadas sob estruturas em balanço que não constituem beirais;
das demais edículas e dependências não incluídas nos itens anteriores, na proporção das respectivas frações ideais.
No caso de piscinas, a área será obtida através da medição do espelho d'água.
O valor unitário padrão (Vu) é o valor do metro quadrado de construções, apurado para o exercício fiscal a que se referir o lançamento para cada um dos logradouros ou trechos de logradouros no Município, na forma fixada por lei específica que instituirá a Planta Genérica de Valores (PGV) e os critérios para sua atualização.
A base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana é o valor venal do imóvel não edificado, assim entendido o valor que este alcançaria para compra e venda à vista, segundo as condições do mercado.
O valor venal do imóvel não edificado será obtido através da multiplicação de sua área pelo valor médio por metro quadrado territorial (Vm) do logradouro e ainda por fatores de correção, conforme fórmulas e fatores constantes da Planta Genérica de Valores (PGV).
No cálculo do valor venal de imóveis onde existam quadras de esportes, a área total do imóvel será apurada adicionando-se à área de construção as das quadras de esportes, estas com redução de 30% (trinta por cento), se cobertas, e de 60% (sessenta por cento), se descobertas.
Quando num mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada a fração ideal do terreno pela fórmula seguinte, desde que não haja referência às frações no Registro Geral de Imóveis:
Fração ideal = área do terreno x área construída da unidade
área total construída
As benfeitorias que pertençam a diversas pessoas e estejam situadas em terreno de um único proprietário, mesmo que ainda não desmembrado, serão inscritas para fins meramente fiscais no Cadastro Imobiliário, calculando-se a fração ideal, na forma do § 3º fazendo constar o caráter precário da inscrição em nome do possuidor a qualquer título.
A área a ser levada em conta na apuração da base de cálculo do Imposto Predial que assenta sobre imóvel onde se faça revenda de combustíveis e lubrificantes será a maior das seguintes:
a efetivamente construída;
a de ocupação horizontal máxima do terreno para construção permitida em Lei para o local.
O Mapa de Valores Genéricos conterá a Planta de Valores de Terrenos e a Tabela de Preços de Construção que fixarão, respectivamente, os valores unitários do metro quadrado de terreno e do metro quadrado de construção que serão atribuídos:
a lotes, a quadras, à face de quadras, a logradouros ou a regiões determinadas, relativamente aos terrenos;
a cada um dos padrões previstos para os tipos de edificação, relativamente às construções.
Os valores do metro quadrado dos imóveis prediais e territoriais fixados pela Planta Genérica de Valores serão atualizados monetariamente, por ato do Executivo, anualmente, até 30 (trinta) de dezembro, com base na variação da inflação, pelo mesmo índice adotado para atualizar os créditos da Fazenda Municipal.

Deverá ser feita por lei específica a atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) que acarrete aumento dos valores venais dos imóveis em índice maior do que a variação da inflação, levando-se em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas recebidas pela área onde se localizem, bem como os preços correntes no mercado.

Parágrafo Único. A atualização será realizada por comissão mista nomeada por decreto e composta de representantes do Poder Executivo e da sociedade, tendo necessariamente entre os seus integrantes engenheiros civis e representantes do mercado imobiliário.

CAPÍTULO VI

DAS ALÍQUOTAS

O imposto predial e territorial urbano será cobrado sobre o valor venal do imóvel, de acordo com alíquotas progressivas específicas em relação ao valor venal do imóvel, dispondo de alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel, na forma das tabelas seguintes:

TABELA "A" – ALÍQUOTAS INCIDENTES PARA EDIFICAÇÕES IMÓVEIS RESIDENCIAIS

IPTU Imóveis Residenciais	
Valor Venal por Faixas	**Alíquotas**
Até R$22.320,00	0,30
De R$ 22.320,01 a R$ 32.209,20	0,36
De R$ 32.209,21 a R$ 62.072,50	0,43
De R$ 62.072,51 a R$ 128.218,68	0,52
De R$ 128.218,69 a R$ 231.500,00	0,62
acima De R$ 231.500,01	0,75

TABELA "B" – ALÍQUOTAS INCIDENTES PARA EDIFICAÇÕES
IMÓVEIS NÃO RESIDENCIAIS

IPTU Imóveis não Residenciais	Alíquotas	0,8%

TABELA "C" – ALÍQUOTAS INCIDENTES PARA TERRENOS CONFORME LOCALIZAÇÃO

IPTU Alíquotas incidentes para terrenos	
Setor Fiscal	**Alíquotas**
1 e 2	3,00%
3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9	1,50%

A partir de 1º de março do exercício seguinte àquele em que for aprovado o Plano Diretor do Município, de acordo com as normas previstas na respectiva lei e, em cumprimento ao disposto no art. 156, §1º, e art. 182, ambos da Constituição Federal, os terrenos vagos, subutilizados ou não utilizados, ficarão sujeitos ao imposto predial e territorial urbano (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de 05 (cinco) anos consecutivos.

Parágrafo Único. Considera-se subutilizado o imóvel cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no Plano Diretor ou na legislação dele decorrente.

O proprietário de imóvel, sem edificações (baldio), será notificado pelo Poder Executivo Municipal para o cumprimento da obrigação de construir sob o mesmo imóvel, devendo a notificação ser averbada no cartório de registro de imóveis, sendo realizada da seguinte forma:

por funcionário do órgão competente do Poder Público Municipal, ao proprietário do imóvel ou, no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administração;

por edital quando frustrada, por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I.

Os prazos para que o contribuinte implemente a obrigação referida no parágrafo anterior, são de:

um ano, a partir da notificação, para que seja protocolado o projeto no órgão Municipal competente;

dois anos, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras do empreendimento.

Em empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, a Municipalidade poderá prever, através de Decreto do Executivo, a conclusão da edificação de que trata o Art. 301º, em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o empreendimento como um todo.

Em caso de descumprimento das condições e dos prazos consignados nos §§ 1º e 2º deste artigo, o Município procederá a aplicação do Imposto, através de alíquotas progressivas, variáveis de acordo com o tempo em que o imóvel, situado no Município de Tapurah, permanecer desprovido de construções, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos, sendo:

Na forma da Tabela "C" do Art. 300º para as zonas fiscais 1 e 2:

4 % (quatro por cento) sobre o valor venal, até 1 (um) ano;

5 % (cinco por cento) sobre o valor venal, até 2 (dois) anos;

6 % (seis por cento) sobre o valor venal, até 3 (três) anos;

7 % (sete por cento) sobre o valor venal, até 4 (quatro) anos;

8 % (oito por cento) sobre o valor venal, até 5 (cinco) anos.

Na forma da Tabela "C" do Art. 300º para as zonas fiscais 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9:

2,5 % (dois e meio por cento) sobre o valor venal, até 1 (um) ano;

3,5 % (três e meio por cento) sobre o valor venal, até 2 (dois) anos;

4,5 % (quatro e meio por cento) sobre o valor venal, até 3 (três) anos;

5,5 % (cinco e meio por cento) sobre o valor venal, até 4 (quatro) anos;

6,5 % (seis e meio por cento) sobre o valor venal, até 5 (cinco) anos.

Caso a obrigação de edificar não seja atendida em 5 (cinco) anos, o Município manterá a cobrança da alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação.

É vedada a concessão de isenções e anistias relativas à tributação progressiva de que trata o caput deste artigo.

A transmissão do imóvel, por ato *inter vivos* ou causa mortis, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de edificação prevista no Art. 301º, sem interrupção de quaisquer prazos.

Decorridos 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de edificação, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública, de acordo com o disposto no art. 8º da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).

Os loteadores proprietários de no máximo 02 (dois) imóveis não edificados ficam isentos da tributação progressiva, aplicando-se a estes a alíquota da Tabela "C" do Art. 300º.

O contribuinte, proprietário de terreno baldio, que der início a quaisquer obras licenciadas no imóvel, dentro do prazo previsto no § 1º do Art. 301º, terá excluída a aplicação das alíquotas progressivas no cômputo do Imposto a pagar nos exercícios seguintes, sendo o cálculo do Imposto realizado, aplicando-se a alíquota fixa, prevista na Tabela "C" do Art. 300º, até a conclusão da edificação.

Parágrafo Único. Na hipótese em que a paralisação da obra ultrapassar o período de 12 (doze) meses, o contribuinte estará sujeito as alíquotas progressivas, até que cesse a paralisação.

A progressividade das alíquotas é automaticamente excluída quando da emissão do "habite-se", sendo que no exercício seguinte, o Imposto passa a ser apurado de acordo com a alíquota constante no Art. 300º desta Lei.

CAPÍTULO VII

DO LANÇAMENTO

Seção I

Das Disposições Gerais

O lançamento do imposto será procedido de ofício pela autoridade fazendária, anualmente, no início de cada exercício financeiro, com base nos dados constantes no cadastro imobiliário do Município.

O lançamento poderá ser feito para cada unidade imobiliária autônoma.

Poderão, a critério da administração pública, ser lançados junto com o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, outros tributos municipais.

Se verificada no cadastro imobiliário a falta de dados necessários ao lançamento do imposto, decorrente da existência de imóvel não cadastrado, nos casos de reforma ou modificação do uso sem a prévia licença do órgão competente, o lançamento será efetuado com base nos dados apurados mediante procedimento fiscal.

Não sendo cadastrado o imóvel, por omissão de sua inscrição, o lançamento será feito de ofício em qualquer época, com base nos elementos que a repartição fiscal coligir, esclarecida esta circunstância nos termos da inscrição.

O lançamento será feito em nome do proprietário, titular do domínio útil, detentor ou possuidor do imóvel a qualquer título.

Também será feito o lançamento:

no caso de condomínio indiviso, em nome de todos, alguns ou de um só condômino, pelo valor total do imposto;

no caso de condomínio diviso, em nome de cada condômino, na proporção de sua parte;

não sendo conhecido o proprietário, em nome de quem esteja no uso e gozo do imóvel.

Seção II

Da Notificação do Lançamento

O lançamento do imposto será notificado aos sujeitos passivos de forma global e impessoal, através de publicação única de edital, em jornal de grande circulação local, contendo:

a notificação do lançamento;

a data do vencimento do imposto para pagamento em parcela única e do vencimento da primeira parcela em caso de pagamento parcelado;

o prazo para recebimento do carnê de pagamento no endereço de cobrança do imóvel do sujeito passivo ou seu representante legal;

o prazo para o sujeito passivo solicitar o carnê do pagamento junto à Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento ou no local que esta indicar, caso não o tenha recebido na forma do inciso III.

Para todos os efeitos de direito, presume-se feita a notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, 10 (dez) dias após o prazo previsto no inciso III.

A presunção referida no § 1º é relativa e poderá ser ilidida, pela comunicação do não recebimento do carnê de pagamento, protocolada pelo sujeito passivo junto à Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento em até 10 (dez) dias, contados do prazo do inciso III.

A regra prevista nos §§ 1 º e 2 º deste artigo aplica-se também aos contribuintes ou responsáveis que não informaram ou não atualizaram o endereço junto ao Cadastro Imobiliário, e que devam retirar os seus carnês de pagamento conforme o que determina o inciso IV.

Seção III

Da Revisão do Lançamento

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data prevista no inciso III do Art. 307º, pedido de revisão fundamentado à Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, para reavaliação.

Continuando em desacordo, é facultado ao contribuinte encaminhar impugnação, na forma disciplinada neste Código.

O pedido de revisão contra o lançamento do IPTU de que trata o caput deste artigo suspende a exigibilidade do crédito tributário.

CAPÍTULO VIII

DO PAGAMENTO E DA MORA

O imposto a ser pago no exercício poderá ser parcelado em até 6 (seis) vezes, sendo as datas de vencimento, a forma e quantidade de parcelas fixadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R$ 30,00 (trinta reais).

Poderá ser concedido desconto a ser definido em norma que regulamente o lançamento do IPTU no ano de exercício para pagamento integral efetuado até a data do vencimento da cota única, desde que inexistam débitos vencidos até 31/12 do ano de exercício anterior, relativos ao imóvel beneficiado.

CAPÍTULO IX

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

O descumprimento da obrigação prevista nos Art. 137º, Art. 140º, Art. 138º e Art. 140º que venha a resultar em não pagamento do imposto sujeita o infrator à seguinte penalidade mediante procedimento fiscal:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MULTA
1	Falta de pagamento, no todo ou em parte, por imóvel não inscrito e seus acréscimos:	50% (cinquenta por cento) sobre o imposto devido;

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Os valores unitários do metro quadrado da construção e do terreno serão atualizados anualmente de acordo com critérios estabelecidos nesta Lei, vedada a atualização por Decreto superior ao INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IBGE) ou outro índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo único. Será considerado edificado o imóvel com construção que possa servir à habitação, uso ou recreio, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, exceto quando:

a construção estiver em andamento ou paralisada;

a construção tiver sido condenada ou estiver em ruínas;

o terreno for ocupado por telheiro ou barracão rudimentar ou provisório.

TÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS, A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO A CESSÃO DE DIREITOS À SUA AQUISIÇÃO.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Integra o sistema tributário municipal o Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acessão Física, e de Direitos Reais Sobre Imóveis, Exceto os de Garantia, bem como a Cessão de Direitos à sua Aquisição.

CAPÍTULO II

DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

O Imposto de que trata este Título tem como fato gerador:

a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física, como definidos na lei civil;

a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Considera-se ocorrido o fato gerador:

na transmissão de bens imóveis ou na cessão de direitos reais a eles relativos, que se formalizar por escritura pública, na data de sua lavratura;

na transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital e na transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, na data da formalização do título hábil a operar a transmissão;

nas transmissões de bens imóveis ou de direitos reais a eles relativos, não referidos nos incisos anteriores, na data do registro do ato no ofício competente.

Na dissolução da sociedade conjugal, o excesso de meação, para fins do imposto, é o valor em bens imóveis, incluído no quinhão de um dos cônjuges, que ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do total partilhável.

Na cessão de direitos hereditários formalizada no curso do inventário, para fins de cálculo do imposto, a base de cálculo será o valor dos bens imóveis que ultrapassar o respectivo quinhão.

No total partilhável e no quinhão, mencionados nos parágrafos anteriores, serão considerados apenas os bens imóveis.

Consideram-se bens imóveis para os fins do imposto:

o solo com sua superfície, os seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo as árvores e os frutos pendentes, o espaço aéreo e o subsolo;

tudo quanto o homem incorporar permanentemente ao solo, como as construções e a semente lançada à terra, de modo que não se possa retirar sem destruição, modificação, fratura ou dano;

O Imposto é devido quando os bens imóveis transmitidos, ou sobre os quais versarem os direitos, se situarem no território deste Município, ainda que a mutação patrimonial decorra de ato ou contrato celebrado ou de sucessão aberta fora do respectivo território.

CAPÍTULO III

DA IMUNIDADE E DA NÃO INCIDÊNCIA

Seção I

Da Imunidade

São imunes ao Imposto:

a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere aos imóveis vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;

templos de qualquer culto;

os partidos políticos, inclusive suas fundações, as entidades sindicais dos trabalhadores, as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos da Lei;

a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital e a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

A imunidade prevista no inciso I não se aplica aos imóveis relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar o imposto relativo ao bem imóvel.

A imunidade prevista nos incisos II e III, compreende somente os imóveis relacionados com as finalidades essenciais das entidades neles mencionadas.

Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no inciso IV:

se mais de 50% da receita operacional da pessoa jurídica adquirente dos bens ou direitos decorrer das transações mencionadas no inciso IV, e

se a preponderância ocorrer: nos dois anos anteriores e nos dois anos subsequentes à data do título hábil a operar a transmissão, considerando um só período de apuração de quatro anos; ou nos três primeiros anos seguintes à data da referida transmissão, caso a pessoa jurídica adquirente inicie suas atividades após a data do título hábil a operar a referida transmissão ou a menos de dois anos antes dela, considerando um só período de apuração de três anos.

A pessoa jurídica adquirente de imóveis ou de direitos a eles relativos, nos termos do inciso IV deste artigo, deverá apresentar à Fiscalização da Receita Municipal, demonstrativo de sua receita operacional, no prazo de 60 dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao do término do período que serviu de base para a apuração da preponderância.

Verificada a preponderância referida no inc. IV deste artigo ou não apresentada a documentação prevista no § 4º deste artigo, tornar-se-á devido o imposto atualizado acrescido dos encargos de mora (multa e juros) calculados até a data da emissão da guia de arrecadação, no caso de estar expirado o prazo legal para recolhimento do imposto, ou atualizado até a data da emissão da guia de arrecadação, no caso de ainda não estar expirado o prazo para recolhimento do imposto.

O disposto neste artigo não dispensa as entidades nele referidas da prática de atos assecuratórios do cumprimento, por terceiros, das obrigações tributárias decorrentes deste Código.

Seção II

Da Não-Incidência

O imposto não incide:

na transmissão do domínio direto ou da nua-propriedade;

na desincorporação dos bens ou dos direitos anteriormente transmitidos ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando reverterem aos primitivos alienantes;

na transmissão ao alienante anterior, em razão do desfazimento da alienação condicional ou com pacto comissório, pelo não cumprimento da condição ou pela falta de pagamento do preço, ou ainda por decisão judicial;

na retrovenda e na volta dos bens ao domínio do alienante em razão de compra e venda com pacto de melhor comprador;

no usucapião;

na extinção de condomínio, sobre o valor que não exceder ao da quota-parte de cada condômino;
na promessa de compra e venda;
na rescisão do contrato de promessa de compra e venda quando esta ocorrer pelo não cumprimento de condição ou pela falta de pagamento, ainda que parcial;
na cessão do contrato de promessa de compra e venda que não esteja registrada no Cartório de Registro de Imóveis;
na extinção do usufruto.
O disposto no inciso II deste artigo somente tem aplicação se os primitivos alienantes receberem os mesmos bens ou direitos em pagamento de sua participação, total ou parcial, no capital social da pessoa jurídica.
Fica dispensada a comprovação da exoneração tributária do ITBI para a lavratura de escritura pública e/ou registro no ofício competente nos casos das transmissões previstas nos incisos I, V, VII e IX deste artigo.
CAPÍTULO IV
DAS ISENÇÕES
Estão isentas do imposto:
a aquisição por Estado estrangeiro, de imóvel exclusivamente destinado a uso de sua missão diplomática ou consular;
a aquisição decorrente de investidura determinada por pessoa jurídica de direito público;
a aquisição de imóvel para residência própria, por uma única vez, por ex- combatente da Segunda Guerra Mundial, assim considerados os que participaram das operações bélicas como integrantes do Exército, da Aeronáutica, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante do Brasil;
a aquisição de bem ou direito resultante da declaração de utilidade pública ou de necessidade social, para fins de desapropriação;
a aquisição de bem ou direito resultante de projeto de regularização fundiária em áreas de baixa renda promovido por órgãos da administração indireta da União, do Estado de Mato Grosso ou do Município;
a transmissão decorrente de execução de planos de habitação para população de baixa renda, patrocinado ou executado por órgãos públicos ou seus agentes;
Parágrafo único. A isenção de que trata o inciso V será concedida pelo Órgão Fazendário do Município, a requerimento do agente promotor da regularização fundiária, em favor de todos os bens ou parcelas de bens incluídos no projeto.
Será isento o pagamento do imposto relativo à aquisição de imóvel, ou de direito real sobre imóvel, destinado à instalação de:
entidades sindicais de trabalhadores oficialmente reconhecidas, desde que destinado à sua sede ou a fins de natureza assistencial, cultural, recreativa ou desportiva;
associações de moradores, observadas as condições estabelecidas no inciso I;
federações e confederações das sociedades mencionadas nos incisos I e II.
O disposto neste artigo se aplicará enquanto a destinação do imóvel ou a finalidade da entidade adquirente não for modificada ou desvirtuada, nem transmitido o bem ou o direito real.
Ocorrida uma das hipóteses previstas no § 1º, o imposto não pago à época da transmissão será imediatamente devido, com os acréscimos legais contados da data em que houver ocorrido o fato causador da perda do benefício fiscal.
CAPÍTULO V
DO RECONHECIMENTO DAS EXONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS
É obrigatória a comprovação da exoneração tributária do ITBI, emitida pela Fazenda Municipal, para a lavratura de escritura pública e/ou registro no ofício competente.
Parágrafo único – O disposto neste artigo não se aplica aos reconhecimentos de imunidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, os quais ficam dispensados da formação de processo.
O reconhecimento da exoneração tributária não gera direito adquirido, tornando-se devido o imposto respectivo corrigido monetariamente desde a data da transmissão, se apurado que o beneficiado prestou informação falsa, ou, quando for o caso, deixou de utilizar o imóvel para os fins que lhe asseguraram o benefício.
CAPÍTULO VI
DA BASE DE CÁLCULO
Seção I
Disposições Gerais
A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel e dos bens ou direitos transmitidos, apurado na data do efetivo recolhimento do tributo.
Entende-se como valor venal o valor corrente de mercado do bem ou direito.
O valor venal será reduzido:
em se tratando de instituição de uso e usufruto e habitação, a 1/3 (um terço);
quando se tratar de direito de superfície, a 80% (oitenta por cento).
A construção realizada antes de escriturar o imóvel integrará a base de cálculo, salvo se for comprovado que as obras foram feitas, após o contrato de compra e venda, mediante apresentação de documentos comprobatórios inequívocos, sendo estes:
Alvará de Licença para Construção;
Contrato de Empreitada de mão-de-obra, com firma reconhecida;
Certidão de Regularidade da Situação da obra perante a Previdência Social;
Outros documentos inequívocos que comprovem ter sido a construção da edificação posterior a aquisição do imóvel.
Seção II
Do Arbitramento

Subseção I
Disposições Gerais
Sempre que as declarações ou informações não mereçam fé ou não tenham sido prestadas, a autoridade lançadora, caso o valor declarado pelo contribuinte seja inferior ao valor venal apurado para o imóvel ou negócio jurídico, mediante processo regular, arbitrará o valor venal no prazo de até 10 (dez) dias, realizando o lançamento de ofício do imposto.
Parágrafo único. O valor arbitrado pela autoridade fiscal passará a constar em base de dados da Secretaria de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, sendo utilizado como uma das fontes de referencia para lançamentos com características equivalentes em transações ulteriores.
Para fins de arbitramento da receita tributável, o Fisco Municipal também poderá levar em conta, dentre outros fatores:
os valores aferidos no mercado imobiliário;
as características da região, do terreno e da construção;
outros dados informativos tecnicamente reconhecidos.
Parágrafo Único. A base de cálculo, nas hipóteses expendidas nos incisos do caput, não será arbitrada em montante inferior aos valores fixados na planta de genérica de valores e nem poderá exceder aos valores de mercado.
Subseção II

Imóveis Urbanos

A autoridade fiscal fazendária poderá arbitrar o valor do negócio jurídico para imóvel urbano, acaso o valor venal do imóvel ou negócio jurídico seja superior ao declarado pelo contribuinte e terá como referência a apuração do valor venal de imóveis urbano, feita conforme normas, métodos e modelo matemático de avaliação fixados em Lei pela Planta Genérica de Valores proporcionais à área construída e o padrão da obra, assim como, pesquisa dos valores dos imóveis por todos os meios idôneos disponíveis, tais como obtenção de informações junto ao Cartório Extrajudicial em que será lavrada, averbada ou registrada a respectiva escritura pública, materiais publicitários divulgados pelas Imobiliárias, dentre outros, prevalecendo o maior valor, desde que não ultrapasse o valor de mercado.

Subseção III

Imóveis Rurais

Em se tratando de imóvel rural, quando for constatado que o valor declarado pelo interessado é incompatível com o de mercado, para fins de arbitramento pela autoridade fiscal fazendária, considerar-se-á como referência o valor da terra-nua e das benfeitorias aprovada em pauta por Lei Municipal com a definição dos valores mínimos por hectare, considerando na apuração, dentre outras, as seguintes características:

Localização em relação à sede do Município de Tapurah, dos Distritos e eventuais núcleos urbanos especificados em Lei;

Percentual de área pronta para atividade agropecuária;

Valor de mercado.

A pauta a que se refere o caput possui caráter de referência de valor mínimo, devendo a autoridade fiscal fazendária proceder a avaliação do imóvel de modo a identificar o valor corrente de mercado utilizando-se de todas as fontes legais disponíveis, de modo que o valor arbitrado pode ser superior ao valor mínimo presente na pauta.

Enquanto não houver sido aprovada por Lei a pauta prevista no caput, aplicar-se-á o valor médio arbitrado da terra-nua e das benfeitorias para outros imóveis rurais de características semelhantes pela autoridade fazendária, fazendo referencia aos lançamentos considerados, e na falta destes o definido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Mato Grosso ou por outro órgão de reconhecida idoneidade, vigente à data da ocorrência do fato gerador.

CAPÍTULO VII

DAS ALÍQUOTAS

A alíquota do imposto é:

nas transmissões efetuadas através de financiamento pelo Sistema Financeiro de Habitação – SFH com prazo mínimo de 60 (sessenta) meses:

sobre o valor efetivamente financiado: 1% (um por cento);

sobre o valor restante: 2% (dois por cento).

nas transmissões de terrenos destinados à construção de conjuntos residenciais de interesse social em que os adquirentes sejam cooperativas habitacionais autogestionárias, a alíquota será de 1% (um por cento), atendidos os seguintes requisitos:

os cooperados não poderão possuir renda superior a 04 (quatro) salários mínimos;

as cooperativas habitacionais deverão ser credenciadas pelo Município;

a obra deverá ser concluída num prazo máximo de 60 (sessenta) meses, contados da data do pagamento do imposto.

nas demais transmissões: 2% (dois por cento).

A adjudicação do imóvel pelo credor hipotecário ou a sua arrematação por terceiros está sujeita à alíquota de 2% (dois por cento), mesmo que o bem tenha sido adquirido antes da adjudicação com financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação.

Considera-se como parte financiada, para fins de aplicação da alíquota de 1% (um por cento), o valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço liberado para aquisição do imóvel.

Para fins de aplicação da alíquota prevista no inciso I, deverá o adquirente comprovar ser o único imóvel de propriedade deste no Município e destinado à residência própria.

Não sendo cumpridas as condições previstas no inciso II, deverá ser recolhida, em até 60 (sessenta) dias contados do término do prazo para a conclusão da obra, diferença do imposto calculada através de alíquota complementar de 1% (um por cento) sobre o valor venal atualizado monetariamente.

CAPÍTULO VIII

DO SUJEITO PASSIVO E DO RESPONSÁVEL

Contribuinte do imposto é:

nas cessões de direito, o cedente;

na permuta, cada um dos permutantes em relação ao imóvel ou ao direito adquirido;

nas demais transmissões, o adquirente do imóvel ou do direito transmitido.

São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido, nas transmissões em que se efetuarem sem esse pagamento, o adquirente e o transmitente, o cessionário e o cedente, conforme o caso.

Nas cessões de direitos relativos a bens imóveis, quer por instrumento público, particular ou mandato em causa própria, a pessoa em favor de quem for outorgada a escritura definitiva ou pronunciada a sentença de adjudicação é responsável pelo pagamento do imposto devido sobre anteriores atos de cessão ou de substabelecimento, com os acréscimos moratórios e a atualização monetária incidentes.

CAPÍTULO IX

DO PAGAMENTO

Seção I

Disposições Gerais

O pagamento do imposto deverá ser efetuado nos prazos previstos na Seção II deste Capítulo, em qualquer agência autorizada da rede bancária, mediante apresentação da guia do imposto, observados os prazos de vencimento.

A Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento instituirá os modelos da guia de recolhimento e regulará o seu preenchimento.

O pagamento poderá ser efetuado mediante transferência bancária desde que previamente autorizado na forma do Art. 88º.

Seção II

Do Prazo do Pagamento

O imposto será pago:

na transmissão de bens imóveis ou na cessão de direitos reais a eles relativos, que se formalizar por escritura pública, antes de sua lavratura;

nas demais transmissões de bens imóveis ou de direitos reais a eles relativos, antes do registro do ato no ofício competente;

na transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital e na transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do registro do ato no Registro Público de Empresas Mercantis ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, e antes da transcrição no Registro de Imóveis competente.

Seção III

Da Obrigação Acessória

O sujeito passivo é obrigado a apresentar no setor competente da Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento os documentos e informações necessários ao lançamento do imposto, conforme estabelecido em ato do titular do órgão ou por decreto do Poder Executivo.

Seção IV

Da Restituição

O valor pago a título do imposto somente poderá ser restituído:

quando não se formalizar o ato ou negócio jurídico que tenha dado causa ao pagamento;

quando for declarada, por decisão judicial transitada em julgado, a nulidade do ato ou do negócio jurídico que tenha dado causa ao pagamento, excetuando-se a comprovação de má-fé do adquirente;

quando for considerado indevido por decisão administrativa final ou por decisão judicial transitada em julgado.

Quando houver redução de base de cálculo por decisão administrativa final.

CAPÍTULO X

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

O imposto será acrescido de:

MULTA de 100% (cem por cento) do valor do imposto atualizado, quando constatada a falsidade de informações visando reduzir ou suprimir o seu valor;

MULTA de 50% (cinquenta por cento), quando constatado o não cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do Art. 336º.

Será aplicada a multa prevista no inciso I deste artigo a qualquer pessoa que intervenha no negócio jurídico ou declaração, seja conivente ou de qualquer modo auxilie na inexatidão ou omissão praticada, inclusive o serventuário ou o servidor da Justiça.

Não serão aplicadas as multas previstas neste artigo quando ocorrer denúncia espontânea.

CAPÍTULO XI

DAS OBRIGAÇÕES DE TERCEIROS

Não poderão ser lavrados, transcritos, registrados ou averbados, pelos Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos de sua competência, sem prova do pagamento do imposto devido, ou do reconhecimento de sua exoneração.

Os tabeliães ou escrivães farão constar, nos atos e termos que lavrarem, a estimativa fiscal para arbitramento, o valor do imposto, a data do seu pagamento e o número atribuído à guia pela Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento ou, se for o caso, a identificação do documento comprobatório da exoneração tributária.

Para certificação do pagamento a que se refere o 'caput' deste artigo, os Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis deverão confrontar a autenticação do pagamento da guia apresentada pelo contribuinte com a informação constante sobre o respectivo crédito no sistema informatizado da Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, se disponível.

Os Tabeliães e Oficiais de Registro de Imóveis ficam obrigados a apresentar ao órgão fazendário competente, até o último dia útil do mês seguinte, a relação dos imóveis que, no trimestre anterior, tenham sido objeto de transmissão ou cessão, contendo os elementos descritos em decreto.

Será aplicada multa de R$300,00 (trezentos reais) aos Tabeliães e Oficiais de Registro de Imóveis pelo não cumprimento ou cumprimento parcial do disposto no parágrafo anterior.

As autoridades judiciárias e os escrivães farão remeter oportunamente os autos de inventário, arrolamento e demais feitos, com o respectivo documentário fiscal, à Procuradoria-Geral do Município, com vistas a exame e lançamento pela autoridade competente, sempre que houver transmissão tributável *inter vivos*.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Seção I

Da Fiscalização

O lançamento e a fiscalização do imposto compete, privativamente, aos agentes fiscais da Receita Municipal.

Parágrafo único. Estão sujeitos à fiscalização os contribuintes e as pessoas físicas ou jurídicas que interferirem em atos ou negócios jurídicos alcançados pelo imposto, bem como aquelas que, em razão de seu ofício, judicial ou extrajudicial, pratiquem ou perante as quais devam ser praticados atos que tenham relação com o imposto.

Seção II

Da Impugnação

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da sua cientificação, impugnação fundamentada à Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento.

TÍTULO III

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Integra o sistema tributário municipal o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

CAPÍTULO II

DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da Lista de Serviços prevista no Capítulo VI, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

Os serviços previstos na lista ficam sujeitos ao ISSQN ainda que sua prestação envolva o fornecimento de mercadorias, ressalvadas as exceções expressas na própria lista.

O imposto incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

As informações individualizadas sobre serviços prestados a terceiros, necessários à comprovação dos fatos geradores citados no item 15 da Lista de Serviços, serão prestadas pelas instituições financeiras, na forma prescrita pelo inciso II do art. 197 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

A incidência do imposto independe:

do nome dado ao serviço prestado ou da conta utilizada para registro de receita;

da existência de estabelecimento fixo;

do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação dos serviços;

do caráter permanente ou eventual da prestação.

O imposto não incide sobre:

as exportações de serviços para o exterior do País;

a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo, conselho de administração ou de conselho fiscal de sociedades, associações e fundações, bem como dos seus administradores, sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras;
a confecção de impressos gráficos para posterior utilização ou incorporação em processo de industrialização ou comercialização, por não ficar configurada a atividade de composição gráfica.
As entidades sindicais patronais, as associações culturais, recreativas, esportivas e de classe, sem fins lucrativos, relativos aos serviços prestados diretamente pelas mesmas aos seus associados.
Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.
CAPÍTULO III
DAS ISENÇÕES
Serão isentos parcialmente deste imposto os contribuintes beneficiários de incentivo econômico, respeitada a alíquota mínima prevista nesta Lei.
Parágrafo único. Lei específica poderá conceder isenção parcial do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, respeitadas as regras constitucionais aplicáveis à espécie.
São isentos do imposto:
os profissionais ambulantes, jornaleiros e também os localizados em feiras- livres e cabeceiras-de-feiras;
as associações de classe, os sindicatos e as respectivas federações e confederações, observado o Parágrafo único deste artigo;
as associações culturais, recreativas e desportivas, observado o Parágrafo único deste artigo;
as competições desportivas em estádios ou ginásios onde não haja apostas;
os espetáculos circenses nacionais e teatrais;
as promoções de concertos, recitais, shows, festividades, exposições, quermesses e espetáculos similares, cujas receitas se destinem integralmente a fins assistenciais;
os músicos, artistas e técnicos de espetáculos, definidos em lei;
as comissões recebidas pelos distribuidores e vendedores, na venda de livros, jornais e periódicos;
os serviços de exibição de filmes cinematográficos em salas ocupadas por entidades brasileiras sem fins lucrativos;
os serviços de reforma, reestruturação ou conservação de prédios de interesse histórico ou cultural ou de interesse para preservação ambiental, desde que respeitem integralmente as características arquitetônicas das fachadas;
os serviços necessários à elaboração de livros, jornais e periódicos, em todas as suas fases;
bancos de leite humano;
o advogado que comprove ter sido nomeado e atuado na condição de defensor dativo para no mínimo 5 (cinco) processos no ano de requerimento, na forma do Art. 113º, para o exercício seguinte ao que for postulado, na ausência de Defensoria Pública na comarca de Tapurah.
Parágrafo único. Não se aplicam as isenções previstas nos incisos II e III deste artigo às receitas decorrentes de:
serviços prestados a não sócios;
venda de pules ou talões de apostas;
serviços não compreendidos nas finalidades específicas das entidades mencionadas.
CAPÍTULO IV
DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:
do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do Art. 346º desta Lei;
da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da Lista de Serviços;
da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da Lista de Serviços;
da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da Lista de Serviços;
das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da Lista de Serviços;
da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da Lista de Serviços;
da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da Lista de Serviços;
da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da Lista de Serviços;
do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da Lista de Serviços;
do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da Lista de Serviços;
da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da Lista de Serviços;
da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da Lista de Serviços;
onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da Lista de Serviços;
dos bens ou do domicílio das pessoas vigiadas, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da Lista de Serviços;
do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da Lista de Serviços;
da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da Lista de Serviços;
do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da Lista de Serviços;
do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da Lista de Serviços;
da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da Lista de Serviços;
do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da Lista de Serviços.
No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da Lista de Serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.
No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da Lista de Serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01 da Lista de Serviços.
Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.
A existência de unidade econômica ou profissional que caracteriza um estabelecimento prestador no Município é indicada pela conjunção parcial ou total dos seguintes elementos:
manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos ou equipamentos necessários à execução dos serviços, inclusive se nas dependências do contratante;
estrutura administrativa ou organizacional;
inscrição nos órgãos previdenciários;
indicação como domicílio fiscal, para efeitos de outros tributos;
permanência ou ânimo de permanecer no local para exploração econômica de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários, correspondências, contrato de locação de imóveis ou parte do mesmo, propaganda e publicidade, contas de telefone, energia elétrica e água em nome do prestador de serviços, de seu representante ou preposto.
Parágrafo Único. Unidade econômica ou profissional é uma unidade física, organizacional ou administrativa, não necessariamente de natureza jurídica, podendo, inclusive, ser organizada no estabelecimento do tomador do serviço, devendo apenas possibilitar que o prestador exerça sua atividade econômica.
CAPÍTULO V
DA BASE DE CÁLCULO
Seção I
Disposições Gerais
A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.
Considera-se preço de serviço tudo o que for cobrado em virtude da prestação do serviço, recebido ou não, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza, em consequência da sua prestação.
Na falta do preço previsto no §1º, ou não sendo ele conhecido, o mesmo será fixado mediante estimativa ou através de arbitramento, que reflita o preço do serviço corrente na praça, cobrado dos usuários ou contratantes.
Integra a base de cálculo do imposto o valor correspondente ao desconto ou abatimento concedido sob condições, como tal entendida a que subordinar a sua efetivação a eventos futuros ou incertos.
A prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade, implica inclusão, na base de cálculo, dos ônus relativos à obtenção do financiamento, ainda que cobrados em separado.
O imposto é parte integrante e indissociável do preço do serviço, constituindo o seu destaque, nos documentos fiscais, mera indicação para fins de controle e esclarecimento ao usuário do serviço.
O valor do imposto, quando cobrado em separado, integrará a sua base de cálculo.
Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da Lista de Serviços forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.
Não integram a base de cálculo do imposto sobre serviços de qualquer natureza:
as exceções expressamente previstas na lista de serviços;
o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços.
Na hipótese de serviços enquadrados em mais de um item ou subitem da Lista de Serviços, prestados por uma mesma empresa ou pessoa a ela equiparada, o imposto será calculado com base no preço do serviço, de acordo com as diversas incidências e alíquotas previstas nesta Lei.
Parágrafo único. O contribuinte deverá manter escrituração fiscal que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o imposto ser calculado na forma mais onerosa, mediante aplicação para os diversos serviços, da alíquota mais elevada.
Na determinação da base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) dos prestadores dos serviços a que se referem os subitens 4.22 e 4.23 serão deduzidos do preço do serviço, assim considerada a receita operacional bruta mensal:
os valores repassados a associadas pelos serviços prestados aos seus clientes decorrentes de ato cooperativo, assim entendido aquele praticado entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para consecução dos seus objetivos sociais;
os valores repassados às pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, pelos serviços prestados aos seus clientes, tais como médicos, hospitais, clínicas, laboratórios, odontólogos, fisioterapeutas, ambulatórios, prontos-socorros, casas de saúde, e demais prestadores de serviços na área da saúde, bem como os materiais e medicamentos utilizados nos atendimentos, desde que tais pagamentos sejam efetuados a fornecedores sujeitos à tributação do ISS com base em seu movimento econômico.
os valores repassados aos seus clientes a título de reembolso, pelas despesas médicas pagas por esses;
os valores relativos a prêmios de seguros para cobertura de despesas decorrentes de falecimento dos titulares dos planos de saúde;
os valores relativos a ressarcimentos de despesas médicas e hospitalares ao Sistema Único de Saúde – SUS;
faturas canceladas.
Serão igualmente deduzidos da receita operacional bruta mensal, para efeito de base de cálculo do ISSQN, os valores dos serviços prestados em outros Municípios, pelas pessoas físicas ou jurídicas cooperadas, credenciadas ou contratadas nos termos da presente Lei, cujo tributo será recolhido no respectivo Município.
Havendo periodicidade mensal cuja base de cálculo seja apurada negativamente, poderá o respectivo valor servir de dedução das bases positivas dos períodos imediatamente subsequentes.
Nos serviços contratados por administração, a base de cálculo compreende os honorários, os dispêndios com mão-de-obra e encargos sociais, as despesas gerais de administração e outras, realizadas direta ou indiretamente pelo prestador.
Quando se tratar de organização de viagens ou excursões, as agências poderão deduzir do preço contratado os valores relativos às passagens aéreas, terrestres e marítimas, bem como a hospedagem dos viajantes ou excursionistas.
No caso de estabelecimento que represente, sem faturamento, empresa do mesmo titular, sediada fora do Município, a base de cálculo compreenderá todas as despesas necessárias à manutenção desse estabelecimento.
Nos serviços de propaganda e publicidade, a base de cálculo compreenderá:
o preço dos serviços próprios de concepção, redação, produção, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários e sua divulgação por qualquer meio;
o valor das comissões ou dos honorários relativos à veiculação em geral, realizada por ordem e conta do cliente;
o valor das comissões ou dos honorários cobrados sobre o preço dos serviços relacionados no inciso I deste artigo, quando executados por terceiros, por ordem e conta do cliente;
o valor das comissões ou dos honorários cobrados sobre a aquisição de bens ou contratação de serviços por ordem e conta do cliente;

o preço dos serviços próprios de pesquisa de mercado, promoção de vendas, relações públicas e outros ligados às suas atividades;
o valor das comissões ou dos honorários cobrados sobre reembolsos de despesas decorrentes de pesquisas de mercado, promoção de vendas, relações públicas, viagens, estadias, representação e outros dispêndios feitos por ordem e conta do cliente.
Parágrafo único. A aquisição de bens e os serviços de terceiros serão individualizados e inequivocamente demonstrados ao cliente por ordem e conta de quem foram efetuadas despesas, mediante documentação hábil e idônea, sob pena de integrar-se à base de cálculo.
Quando os serviços forem prestados por profissional autônomo, sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será lançado anualmente por valor fixo, expresso no Art. 372º sem se considerar a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.
Quando os serviços a que se referem os itens 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.11, 4.12, 4.15, 4.16, 5.01, 7.01, 17.14, 17.16, 17.19 e 17.20 da Lista de Serviços forem prestados por sociedades uniprofissionais, o imposto será calculado por meio de importâncias fixas na forma do caput, em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.
Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo, sujeitando-se à tributação sobre o faturamento, a sociedade:
que tenha sócio não habilitado na área dos serviços prestados;
que exerça atividade não prevista nos itens enumerados no § 1º;
que tenha como sócio pessoa jurídica.
seja sócia de outra sociedade;
tenha sócio que delas participe somente para aportar capital ou administrar;
que terceirize ou repasse a terceiros os serviços relacionados à atividade da sociedade;
seja filial, sucursal, agência, escritório de representação ou contato, ou qualquer outro estabelecimento descentralizado ou relacionado a sociedade sediada no exterior.
Seção II
Da Estimativa
O imposto poderá ser fixado pela autoridade fiscal, a partir de base de cálculo estimada, nos seguintes casos:
quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;
quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;
quando o contribuinte não emitir documentos fiscais ou deixar de cumprir com regularidade as obrigações acessórias previstas na legislação.
quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades imponham tratamento fiscal diferenciado.
Considera-se de caráter provisório a atividade cujo exercício seja de natureza temporária e esteja vinculada a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.
Na hipótese do § 1º, o imposto deverá ser pago antecipadamente, não podendo o contribuinte iniciar suas atividades sem efetuar o pagamento desse tributo, sob pena de interdição do local, independentemente de qualquer formalidade.
A autoridade competente para fixar a estimativa levará em consideração, conforme o caso:
o tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade;
o preço corrente dos serviços;
o volume de receitas em períodos anteriores, a sua projeção para os períodos seguintes, podendo observar outros contribuintes de idêntica atividade;
a localização do estabelecimento;
o valor dos materiais de uso e consumo empregados na prestação de serviços e outras despesas, tais como salários e encargos, aluguéis, instalações, energia e assemelhados.
A fixação da estimativa, ou sua revisão, será efetuada em procedimento regular em que constem os elementos que fundamentam a apuração do valor da base de cálculo estimada, com a assinatura da autoridade fiscal e a cientificação do contribuinte ou responsável.
O contribuinte submetido ao regime de estimativa ficará sujeito à legislação aplicável aos contribuintes em geral, podendo, nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, a critério da Fazenda Municipal, ficar desobrigado do cumprimento das obrigações acessórias tais como da emissão e escrituração da documentação fiscal.
O regime de estimativa de que trata este artigo, à falta de opção, valerá pelo prazo de 01 (um) ano, prorrogável por igual período por manifestação expressa da autoridade competente.
Os valores fixados por estimativa constituirão lançamento definitivo do imposto, ressalvado ao Fisco, a qualquer tempo:
rever os valores estimados, mesmo no curso do período considerado, por iniciativa própria ou a requerimento do contribuinte, desde que comprovada a existência de elementos suficientes à efetuação do lançamento com base no preço real do serviço, ou a superveniência de fatores que modifiquem a situação fiscal do contribuinte;
cancelar a aplicação do regime, de forma geral, parcial ou individual;
constatada fraude contra a Fazenda Municipal, lançar o imposto sonegado, perdendo o regime de estimativa fiscal a sua eficácia.
Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do ato normativo ou da ciência do respectivo despacho, impugnar o valor estimado.
A impugnação prevista no caput deste artigo não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição.
Julgada procedente a impugnação, a diferença a maior, recolhida na pendência da decisão, será aproveitada nos pagamentos seguintes ou restituída ao contribuinte, se for o caso.
O Poder Executivo poderá instituir Regime Geral de Estimativa Fiscal para as atividades que especificar, mediante ato do titular do órgão fazendário do Município, como forma de simplificar o lançamento, reduzir os custos de fiscalização e aumentar a arrecadação do ISS das atividades de difícil fiscalização e controle e das empresas de micro e pequeno porte e de organização rudimentar definidas em ato específico.
Ao Regime Geral de Estimativa Fiscal aplicam-se as regras definidas nesta seção, no que couberem.
Para fins de inclusão no Regime Geral de Estimativa e retenção do ISS/Fonte, a base de cálculo do imposto incidente sobre as atividades previstas nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços do Art. 370º, quando contratadas por empreitada global, será estimada em 50% (cinqüenta por cento) do preço do serviço.
Seção III
Do Arbitramento
O valor do imposto será lançado a partir de base de cálculo arbitrada, sempre que se verificar qualquer das seguintes hipóteses:
não possuir o sujeito passivo, ou deixar de exibir, os elementos necessários à fiscalização das operações realizadas, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais, desde que não haja outros meios de apurar os valores tributáveis;
serem omissos ou, pela inobservância de formalidades intrínsecas ou extrínsecas, não merecerem fé os livros ou documentos exibidos pelo sujeito passivo;
existência de atos qualificados em lei como crimes ou contravenções ou que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação, evidenciados pelo exame de livros e documentos fiscais do sujeito passivo, ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos;

não prestar o sujeito passivo, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, ou prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé, por inverossímeis ou falsos;
exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no cadastro mobiliário;
prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;
flagrante insuficiência do imposto recolhido, face ao volume dos serviços prestados;
serviços prestados sem a determinação do preço ou a título de cortesia.
Parágrafo único. O arbitramento referir-se-á aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados neste artigo.
O arbitramento será fixado pela autoridade fiscal competente, na forma estabelecida em regulamento e considerando, conforme o caso, os seguintes elementos:
os pagamentos de impostos efetuados pelo mesmo ou por outros contribuintes de mesma atividade, em condições semelhantes;
peculiaridades inerentes à atividade exercida;
fatos ou aspectos que exteriorizem a situação econômico-financeira do sujeito passivo;
preço corrente dos serviços oferecidos à época a que se referir a apuração;
valor dos materiais empregados na prestação dos serviços e outras despesas mínimas, tais como salários e encargos, aluguéis, instalações, energia, comunicações e assemelhados.
Do imposto resultante do arbitramento serão deduzidos os pagamentos realizados no período.
Sobre a receita obtida mediante a apuração das despesas mínimas será somada a alíquota de 20% a título de lucro presumido, para fins de cálculo do ISS a recolher.
O arbitramento da base de cálculo do ISS pelo método de apuração das despesas mínimas será elaborado tomado-se como base:
o valor da matéria prima, insumo, combustível, energia elétrica e outros materiais consumidos e aplicados na execução dos serviços ou vendas;
ordenados, salários, retiradas pró labore, honorários, comissões e gratificações de empregados, sócios, titulares ou prepostos;
aluguéis pagos ou, na falta destes, o valor equivalente para idênticas situações;
o montante das despesas com luz, água, esgoto e telefone;
impostos, taxas, contribuições e encargos em geral;
outras despesas mensais obrigatórias.
O arbitramento não exclui a incidência de atualização monetária, acréscimos moratórios e multas sobre o valor do imposto que venha a ser apurado, nem da penalidade por descumprimento das obrigações principais e acessórias que lhes sirvam de pressupostos.
A escrituração contábil fará prova a favor do contribuinte, desde que observados os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade.
CAPÍTULO VI
AS ALÍQUOTAS
Seção I
Na Tributação Variável
As alíquotas incidentes sobre os serviços serão as constantes da Lista de Serviços que segue:

1 – Serviços de informática e congêneres.	
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.	2%
1.02 – Programação.	2%
1.03 – Processamento de dados e congêneres.	2%
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	2%
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	2%
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.	2%
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	2%
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	2%
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	2%
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.	
3.01 – (VETADO)	
3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	5%
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5%
3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5%
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5%
4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	
4.01 – Medicina e biomedicina.	2%
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	2%
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	2%
4.04 – Instrumentação cirúrgica.	2%
4.05 – Acupuntura.	2%
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	2%
4.07 – Serviços farmacêuticos.	2%
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	2%
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	2%
4.10 – Nutrição.	3%
4.11 – Obstetrícia.	3%
4.12 – Odontologia.	3%
4.13 – Ortóptica.	3%
4.14 – Próteses sob encomenda.	2%
4.15 – Psicanálise.	2%
4.16 – Psicologia.	2%
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	2%
4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	2%
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	2%
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2%
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	2%
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	2%
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	2%
5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.	
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	3%
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	2%
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.	2%

5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	2%
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	2%
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2%
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	2%
5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	2%
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	2%
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	4%
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	4%
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	4%
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	4%
6.05 – Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	5%
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3%
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	4%
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3%
7.04 – Demolição.	5%
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5%
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	4%
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	4%
7.08 – Calafetação.	4%
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5%
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5%
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5%
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5%
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	4%
7.14 – (VETADO)	
7.15 – (VETADO)	
7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	5%
7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5%
7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5%
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5%
7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	2%
7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	2%
7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	2%
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.	
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	2%
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2%
9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5%
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3%
9.03 – Guias de turismo.	2%
10 – Serviços de intermediação e congêneres.	
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	2%
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	2%
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	2%
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	2%
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	3%
10.06 – Agenciamento marítimo.	3%
10.07 – Agenciamento de notícias.	3%
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	2%
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	4%
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	3%
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	3%
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	3%
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.	2%
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	3%
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	
12.01 – Espetáculos teatrais.	2%
12.02 – Exibições cinematográficas.	2%
12.03 – Espetáculos circenses.	2%
12.04 – Programas de auditório.	3%
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	2%
12.06 – Boates, taxi-dancing e congêneres.	4%
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	2%
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.	2%
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	3%
12.10 – Corridas e competições de animais.	3%
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	2%
12.12 – Execução de música.	3%
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	3%
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	2%
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	2%
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	3%
13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	
13.01 – (VETADO)	
13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	3%
13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	3%
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.	2%
13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.	3%
14 – Serviços relativos a bens de terceiros.	
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou	3%

de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	
14.02 – Assistência técnica.	2%
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	4%
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	4%
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	3%
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	3%
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	3%
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	3%
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3%
14.10 – Tinturaria e lavanderia.	3%
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	3%
14.12 – Funilaria e lanternagem.	3%
14.13 – Carpintaria e serralheria.	3%
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	2%
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.	
16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.	2%
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	3%
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	3%
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	3%
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3%
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	4%
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5%
17.07 – (VETADO)	
17.08 – Franquia (franchising).	5%
17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	2%
17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	4%
17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%
17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	3%
17.13 – Leilão e congêneres.	3%
17.14 – Advocacia.	3%
17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3%
17.16 – Auditoria.	3%
17.17 – Análise de Organização e Métodos.	3%
17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3%
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	3%
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	3%
17.21 – Estatística.	3%
17.22 – Cobrança em geral.	2%
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	5%
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3%
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	
18.01 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	4%
19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	
19.01.1 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loterias.	4%
19.01.2 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes de bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de capitalização e congêneres.	4%
20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	
20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	4%
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	4%
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	4%
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	
21.01 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	4%
22 – Serviços de exploração de rodovia.	
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de	5%

capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	3%
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	
24.01 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	3%
25 – Serviços funerários.	
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	3%
25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	3%
25.03 – Planos ou convênio funerários.	3%
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	3%
26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.	
26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.	5%
27 – Serviços de assistência social.	
27.01 – Serviços de assistência social.	4%
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	3%
29 – Serviços de biblioteconomia.	
29.01 – Serviços de biblioteconomia.	3%
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	3%
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	
31.01 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3%
32 – Serviços de desenhos técnicos.	
32.01 – Serviços de desenhos técnicos.	3%
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	
33.01 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	4%
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	
34.01 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	3%
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	
35.01 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	4%
36 – Serviços de meteorologia.	
36.01 – Serviços de meteorologia.	3%
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	
37.01 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	2%
38 – Serviços de museologia.	
38.01 – Serviços de museologia.	3%
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.	
39.01 – Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	3%
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.	
40.01 – Obras de arte sob encomenda	3%

As alíquotas mínimas e máximas a serem aplicadas pelo Município são, respectivamente, de 2% (dois por cento) e 5% (cinco por cento).
Não será permitida a redução da alíquota mínima prevista no § 1º por concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais de qualquer espécie.
Os serviços de representação, ativa ou receptiva, realizada através de centrais de teleatendimento, prestados por estabelecimentos situados no perímetro urbano de que trata o item 10.02 da lista terão alíquota de 2%.
Quando superior, fica reduzida para 3% (três por cento) a alíquota do imposto, para as empresas situadas no município:
cujo faturamento bruto anual com a prestação de serviços de qualquer natureza apurado no ano calendário anterior seja igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), no período janeiro a dezembro de 2014, e cujo faturamento bruto anual apurado no ano calendário anterior seja igual ou inferior ao valor de critério para definição da microempresa estipulado na forma da Lei Complementar 123/06, para ano calendário a partir de janeiro de 2015;
que iniciarem suas atividades no ano calendário vigente.
Entende-se por ano calendário o período de 12 (doze) meses compreendido entre 1 º de janeiro e 31 de dezembro.
Quando, no mês do ano calendário vigente, o faturamento bruto anual da empresa beneficiada ultrapassar o limite estabelecido neste artigo, o imposto deverá ser calculado pela alíquota prevista no Art. 370º, sobre a parcela excedente.
As empresas que iniciaram suas atividades no decorrer do ano calendário vigente terão seu faturamento bruto anual definido pela média do faturamento obtido durante os meses trabalhados multiplicada por 12 (doze).
O disposto neste artigo não se aplica às empresas prestadoras dos serviços constantes dos subitens 7.02, 7.04 e 7.05 da Lista de Serviços do Art. 370º.
Seção II
Na Tributação Fixa
Os contribuintes sujeitos à tributação fixa anual terão o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza apurado pela aplicação da alíquota fixa de 2% sobre os valores constantes na tabela abaixo:

I – PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS			
Item	**ATIVIDADE**	**Base anual**	**Tributo Fixo anual**
1	Profissionais autônomos titulados por estabelecimentos de ensino de nível superior ou provisionados, pela prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, estabelecido ou não	R$ 36.000,00	R$ 720,00
2	Profissionais autônomos titulados por estabelecimento de ensino de nível técnico ou provisionados, pela prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, estabelecidos ou não	R$ 26.000,00	R$ 520,00
3	Profissionais autônomos estabelecidos ou não que exerçam atividades físicas ou artesanais, sem auxilio de terceiros, inclusive motoboys e taxistas	R$ 26.000,00	R$ 520,00
4	Agentes, representantes, despachantes, corretores, intermediários e outros profissionais autônomos não previstos nos itens anteriores, estabelecidos ou não, pelos serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal decorrente do exercício da profissão	R$ 36.000,00	R$ 720,00
II – AUTÔNOMO EQUIPARADO			
Item	**ATIVIDADE**	**Base anual**	**Tributo Fixo anual**
1	Pelo titular da inscrição, para cada atividade autônoma	R$ 36.000,00	R$ 720,00
2	Por profissional habilitado, empregado ou não	R$ 26.000,00	R$ 520,00

Terão redução de 50% (cinqüenta por cento) dos valores previstos na Tabela citada no caput, os profissionais autônomos com até 02 anos de habilitação para o exercício da profissão e 30% (trinta por cento) nos 03 anos subsequentes, até o limite de 5 anos completos.
Entende-se por habilitação a inscrição no órgão regulador da profissão.
O contribuinte cuja atividade for tributável por importância fixa pagará o imposto do seguinte modo:

Profissional autônomo:
no primeiro ano, antes de iniciar as atividades profissionais, proporcionalmente ao número de meses ou fração, compreendido entre o da inscrição e o mês de dezembro;
nos anos subsequentes, na forma e nos prazos de parcelamento fixados pelo Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento;
pessoa física equiparada à empresa a partir do mês seguinte ao da inscrição, na forma e nos prazos de parcelamento fixados pelo Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento.

CAPÍTULO VII

DO SUJEITO PASSIVO

Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.
Para fins de sujeição passiva do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, entende-se:
por profissional autônomo, a pessoa física que fornecer o próprio trabalho, em caráter pessoal, sem vínculo empregatício, com o auxílio de no máximo 02 (dois) empregados, desde que não possua a mesma qualificação profissional do empregado;
por empresa:
toda e qualquer pessoa jurídica, pública ou privada, inclusive a sociedade civil ou a de fato, que exercer atividade econômica de prestação de serviços, a elas se equiparando as fundações, quando prestem serviços;
a pessoa física que, para o exercício da sua atividade profissional, admitir mais do que dois empregados ou profissional da mesma habilitação do empregador;
o empreendimento instituído para prestar serviços com interesse econômico;
o condomínio que prestar serviços a terceiros.
Não são contribuintes os que prestam serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os administradores, os diretores e membros de conselhos consultivo, de administração ou fiscal de sociedades, fundações ou associações.

CAPÍTULO VIII

DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

São contribuintes substitutos, responsáveis pelo recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza:
os tomadores ou intermediários de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;
as pessoas jurídicas, exceto aquelas previstas no Art. 379º, ainda que imunes ou isentas, tomadoras ou intermediárias dos serviços descritos nos subitens 7.02, 7.04, 7.05 e 7.19, da Lista de Serviços a que se refere o Art. 370º deste Código, independente do local do estabelecimento prestador;
Parágrafo único. Nas hipóteses do inciso II, a responsabilidade pelo recolhimento do imposto permanece com o prestador, quando o tomador ou intermediário do serviço não for inscrito junto ao Cadastro Mobiliário do Município de Tapurah.
São também contribuintes substitutos, responsáveis pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza as pessoas jurídicas estabelecidas no Município de Tapurah, ainda que imunes ou isentas, tomadoras ou intermediárias dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.16, 7.17, 7.18, 11.02, 11.04, 12.01, 12.02, 12.03, 12.04, 12.05, 12.06, 12.07, 12.08, 12.09, 12.10, 12.11, 12.12, 12.14, 12.15, 12.16, 12.17, 16.01, 17.05 e 17.10 da Lista de Serviços a que se refere o art. 276 deste Código, quando o prestador do serviço não estiver inscrito junto ao Cadastro Mobiliário do Município de Tapurah.
Os responsáveis a que se referem os Art. 375º e Art. 376º estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte, autorizado o abatimento se este valor já tiver sido pago ao município de Tapurah.
Ficam obrigados à retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, observado o disposto no Capítulo IV:
as empresas seguradoras e de previdência privada, pelo imposto devido sobre:
comissões pagas às empresas de corretagem de seguros e de previdência privada;
serviços de regulação de sinistro, inspeção, avaliação, prevenção e gerência de
riscos;
perícias, laudos e avaliações;
outros serviços prestados com relação ao sinistro.
as empresas e entidades que exploram serviços de correios, pelo imposto devido pelas suas agências franqueadas, decorrentes dos serviços previstos no contrato de franquia;
as empresas e cooperativas que prestam serviços de assistência médica e de planos de saúde, pelos serviços que tomarem de pessoas jurídicas enquadradas nos subitens 4.01, 4.02, 4.03 e 4.19 da Lista de Serviços a que se refere o Art. 370º deste Código;
as empresas e entidades que exploram loterias e outros jogos, inclusive apostas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas a seus agentes, revendedores ou concessionários.
A responsabilidade a que se refere este artigo não exclui a obrigação do prestador do serviço de:
recolher integralmente o imposto devido no prazo legal se não houver sido efetuada a retenção pelo tomador;
recolher a diferença do imposto no prazo legal se o valor retido pelo tomador for inferior ao devido.
A responsabilidade prevista no caput é afastada quando o prestador comprovar a condição de optante pelo Simples Nacional.
São também responsáveis pela retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, sobre quaisquer serviços que tomarem, observado o disposto no Capítulo IV, os órgãos da Administração Direta da União, dos Estados e dos Municípios, bem como suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e as fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no Município.
A responsabilidade a que se refere este artigo não exclui a obrigação do prestador do serviço de:
recolher integralmente o imposto devido no prazo legal se não houver sido efetuada a retenção pelo tomador;
recolher a diferença do imposto se o valor retido pelo tomador for inferior ao
devido.
A responsabilidade prevista no caput deste artigo é afastada quando se tratar de serviço diverso daqueles elencados nos Art. 375º e Art. 376º e o prestador, estabelecido no Município de Tapurah, comprovar a condição de optante pelo Simples Nacional.
A responsabilidade prevista neste capítulo é afastada, desobrigando os responsáveis, quando o prestador de serviços:
sujeitar-se ao pagamento do imposto com base em estimativa fiscal;
estiver imune ou isento do pagamento do imposto;
comprovar a condição de autônomo ou de sociedade sujeita à tributação fixa nos termos do Art. 357º, regularmente inscrito no cadastro municipal;
utilizar nota fiscal de serviço emitida pela Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento.
As situações previstas nos incisos I, II e III, serão comprovadas através da apresentação de documento expedido pela repartição fiscal competente.
O responsável pelo recolhimento fica obrigado à conservação do documento comprobatório da exoneração pelo prazo fixado em regulamento.
Respondem, solidariamente, pelo recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza:
o proprietário ou dono da obra ou edificação, pelo imposto devido sobre as obras de construção civil, reconstrução, reforma, acréscimo ou demolição, referidas nos subitens 7.02, 7.04, 7.05 e 7.19 da Lista de Serviços a que se refere Art. 370º deste Código;

os administradores de obras, pelo imposto relativo à mão-de-obra, inclusive de subcontratados, ainda que o pagamento dos serviços seja feito diretamente pelo dono da obra ou contratante;
os que permitirem em seus estabelecimentos ou domicílios exploração de atividade tributável sem estar o prestador do serviço inscrito no órgão fiscal competente, pelo imposto devido sobre essa atividade;
as pessoas jurídicas, ainda que imunes ou isentas, que tomarem ou intermediarem serviços, se não exigirem documento fiscal autorizado pelo Poder Público, quando o prestador:
obrigado à emissão de nota fiscal, nota fiscal-fatura ou outro documento exigido pela Administração, não o fornecer;
desobrigado da emissão de nota fiscal, nota fiscal-fatura ou outro documento exigido pela Administração, não fornecer recibo de que conste, no mínimo, o nome do contribuinte, o número de sua inscrição no Cadastro Mobiliário, seu endereço, a atividade sujeita ao tributo e o valor do serviço.
As obras de que trata o Art. 381º, quando não for recolhido o imposto na forma disciplinada e desde que não conhecido o preço do serviço, terão o imposto estimado e calculado sobre a área construída, na forma que dispuser o regulamento.
O imposto devido por responsabilidade tributária, conforme disciplinado neste Capítulo deverá ser recolhido no mesmo prazo previsto para o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza preceituado no Art. 393º, observadas as disposições em Regulamento.
A retenção na fonte de que trata este Capítulo não prejudica o prazo legal para recolhimento do imposto que não seja objeto de retenção.
A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional observará, além das disposições do Capítulo IV, o seguinte:
a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;
na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006;
na hipótese do inciso II, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subseqüente ao do início de atividade em guia própria do Município;
na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006;
não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município.
O imposto devido por responsabilidade ou substituição será calculado sobre o preço do serviço declarado no documento fiscal e obedecerá às alíquotas previstas no Art. 370º deste Código, exceto:
na situação prevista no Art. 385º;
quando o prestador sujeitar-se ao recolhimento do imposto com base em alíquota diferenciada por força de isenção parcial, redução de alíquota ou outro benefício concedido na forma da legislação tributária.
Para fins do cálculo da forma diferenciada nos termos do inciso II, o prestador de serviços deverá indicar no documento fiscal o fundamento legal que concede o benefício, a alíquota incidente e o valor a ser retido e recolhido pelo responsável.
Em qualquer caso, a retenção, com o respectivo recolhimento comprovado, consistirá crédito na apuração do imposto mensal devido pelo prestador do serviço.

CAPÍTULO IX

DO LANÇAMENTO

Seção I

Do Lançamento do ISSQN na Tributação Fixa

O lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, para os contribuintes sujeitos à tributação fixa de acordo com a lei, será procedido de ofício pela Autoridade Fazendária, anualmente, no início de cada exercício financeiro ou no início das atividades de prestação de serviços, sendo o caso.
O lançamento será efetuado de forma individualizada, por contribuinte, com base nos dados constantes do Cadastro Mobiliário.
Poderão, a critério da administração pública, ser lançados junto com o imposto, outros tributos municipais.
Verificada a falta ou incorreção de dados no Cadastro Mobiliário, o lançamento será efetuado com base nos dados apurados mediante ação fiscal.

Seção II

Da Notificação do Lançamento na Tributação Fixa

O lançamento do imposto será notificado aos sujeitos passivos de forma global e impessoal, através de publicação única de edital, em jornal de grande circulação local, contendo:
a notificação do lançamento;
a data do vencimento do imposto para pagamento em parcela única e do vencimento da primeira parcela em caso de pagamento parcelado;
o prazo para recebimento do carnê de pagamento no endereço de cobrança do sujeito passivo ou seu representante legal;
o prazo para o sujeito passivo solicitar o carnê do pagamento junto à Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento ou no local que esta indicar, caso não o tenha recebido na forma do inciso III.
Para todos os efeitos de direito, presume-se feita a notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, 10 (dez) dias após o prazo previsto no inciso III.
A presunção referida no § 1º é relativa e poderá ser ilidida pela comunicação do não recebimento do carnê de pagamento, protocolada pelo sujeito passivo junto à Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento em até 10 (dez) dias, contados do prazo do inciso III.
A regra prevista nos §§ 1º e 2º deste artigo aplica-se também aos contribuintes ou responsáveis que não informaram ou não atualizaram o endereço junto ao Cadastro Mobiliário, e que devam retirar os seus carnês de pagamento conforme o que determina o inciso IV.

Seção III

Da Revisão do Lançamento na Tributação Fixa

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data prevista no inciso III do Art. 389º, pedido de revisão fundamentado à Secretaria Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, para reavaliação.
Continuando em desacordo, é facultado ao contribuinte encaminhar impugnação, na forma disciplinada neste Código.
O pedido de revisão contra o lançamento do ISSQN suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Seção IV

Do Lançamento do ISSQN na Tributação Variável

O lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza dar-se-á por homologação, operando-se pelo ato em que a autoridade fazendária, tomando conhecimento da atividade exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.
Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando a extinção total ou parcial do crédito.
Os atos a que se refere o § 2º serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.
Salvo disposição de lei em contrário, o prazo para a homologação é de 05 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador;
Expirado o prazo sem pronunciamento da Fazenda Pública, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
O lançamento previsto no Art. 391º não obsta que, se necessário, a Autoridade Fazendária proceda ao lançamento de ofício, na forma disciplinada neste Código.

CAPÍTULO X

DO PAGAMENTO

O imposto será pago na forma estabelecida em regulamento e no prazo estabelecido em lei, observado o disposto nos parágrafos abaixo:
O prazo para pagamento do ISSQN na tributação variável dar-se-á no dia 20 (vinte) do mês seguinte ao da competência.
Nos casos de tributação de que trata o Art. 372º, o imposto será pago em parcela única ou em até 8 (oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, na forma e prazo definidos em regulamento.
Quando a prestação do serviço contratado for dividida em etapas e o preço em parcelas, considera-se devido o imposto:
no mês em que for concluída qualquer etapa a que estiver vinculada a exigibilidade de uma parte do preço;
no mês do vencimento de cada parcela, se o preço deva ser pago ao longo da execução do serviço.
Parágrafo Único. O saldo do preço do serviço compõe o movimento do mês em que for concluída ou cessada a sua prestação, no qual deverão ser integradas as importâncias que o prestador tenha a receber, a qualquer título.

CAPÍTULO XI

DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Seção I

Disposições Gerais

Todas as pessoas, físicas ou jurídicas, contribuintes ao não, inclusive as que gozam de isenção, que de qualquer modo participem de operações relacionadas, direta ou indiretamente, com a prestação de serviços, estão obrigadas, salvo norma em contrário, ao cumprimento das obrigações deste capítulo e das previstas na legislação municipal.
As obrigações acessórias constantes deste capítulo e nos atos normativos expedidos pelo titular do órgão fazendário não excluem outras, de caráter geral e comuns a vários tributos, previstas na legislação própria.
O contribuinte poderá ser autorizado a utilizar-se do regime especial para emissão e escrituração de documentos e livros fiscais, inclusive através de processamento eletrônico de dados, obedecidos os critérios fixados em regulamento.
Parágrafo único. O pedido de regime especial deverá ser instruído com o fac-símile dos modelos e sistemas pretendidos.
As empresas prestadoras de serviços com escrituração centralizada poderão ser autorizadas pela repartição competente a dispensa total ou parcial da emissão e escrituração de documentos e livros fiscais.

Seção II

Dos Livros e Documentos Fiscais

Os livros, notas fiscais, mapas de escrituração e demais documentos fiscais a serem utilizados pelo prestador de serviços serão instituídos em Decreto Regulamentar ou por Resolução do titular do órgão fazendário.
A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, que é o documento fiscal emitido e armazenado eletronicamente em sistema disponibilizado pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, de emissão obrigatória pelos prestadores de serviços inscritos no Cadastro Mobiliário de Contribuintes ou com atividade econômica no território do Município, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, será o modelo definido na forma do caput.
Ficam dispensados da obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e os seguintes contribuintes:
profissionais autônomos que tenham o recolhimento do ISSQN efetuado através de tributação fixa anual;
bancos e instituições financeiras autorizadas pelo BACEN;
Cartórios e Tabelionatos em geral;
contribuintes optantes pelo Regime Tributário do Simples Nacional qualificados como Micro Empreendedor Individual – MEI, quando prestar serviço para Pessoa Física;
contribuintes pessoas jurídicas que exploram atividade exclusivamente mercantil, exceto nos casos em que houver prestação de serviço, quando a emissão será obrigatória.
A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e conterá, entre outras, as seguintes informações:
itens de verificação e conferência dos dados constantes da nota, pelos tomadores de serviços, que comprovem sua validade e autenticidade;
registro automático das retenções obrigatórias dos substitutos tributários nomeados; e,
registro das retenções de tributos federais sob responsabilidade do contribuinte.
A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e emitida, deverá ser impressa e entregue ao tomador de serviços no ato de sua emissão, podendo também ser enviada por "e-mail" ao tomador de serviços, caso este a solicite.
O contribuinte, ao emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, deverá fazê-la para todos os serviços prestados, de forma individualizada, de acordo com sua atividade.
A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e conterá a identificação dos serviços em conformidade com os subitens da Lista de Serviços da Lei Complementar n. 116/03 e os descritos na lista do Art. 370º.
Parágrafo único. Só poderão ser descritos vários serviços numa mesma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e caso estejam relacionados a um único item da Lista, de mesma alíquota e para o mesmo tomador de serviço.
A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa – NFS-e Avulsa – deverá ser solicitada pelo contribuinte ou seu procurador à Secretaria Municipal de Finanças, que terá a responsabilidade de disponibilizá-la.
Parágrafo Único. A Nota Fiscal Avulsa de Serviços destina-se a especificar os serviços e respectivos preços, quando prestados eventualmente por:
Empresas que prestam serviços sujeitos à incidência do imposto, sendo que dos seus atos constitutivos não consta a atividade de prestação de serviços como objeto social;
Pessoas físicas inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes na condição de profissionais autônomos ou profissionais liberais;
Pessoas físicas ou jurídicas que gozem de isenção, não incidência ou imunidade do imposto em atividade eventual, destacando-se no corpo da nota fiscal a circunstância e o dispositivo legal pertinente;
Pessoa jurídica dispensada da emissão obrigatória de documento fiscal; e,
Pessoa jurídica ou física com processo de inscrição, como prestador de serviços, em andamento no Município.

A emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa fica condicionada ao prévio recolhimento do ISSQN, referente ao serviço que constará na Nota Fiscal, observando-se as alíquotas e demais definições contidas na legislação em vigor, relativas às operações realizadas.
Não será considerado prestador de serviço eventual, aquele que habitualmente solicitar Nota Fiscal Avulsa de Serviços, cuja descaracterização como prestador de serviço eventual será analisada pela Administração Fazendária.
É obrigação de todo contribuinte exibir os livros fiscais e comerciais, os comprovantes da escrituração contábil e os documentos instituídos por Lei, regulamento e demais atos normativos, bem como prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados pelos agentes encarregados da fiscalização do imposto, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da intimação.
Os livros e documentos deverão permanecer no estabelecimento daqueles que estejam obrigados a possuí-los, à disposição da fiscalização, e só poderão ser retirados para os escritórios de contabilidade registrados ou para atender à requisição das autoridades competentes.
Não têm aplicação quaisquer dispositivos excludentes ou limitativos do direito de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos contribuintes ou de quaisquer pessoas, ainda que isentas ou imunes do imposto, nem da obrigação de exibi-los.
Todos os contribuintes que emitem Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, bem como Cupom Fiscal, devem imprimir diretamente no sistema de ISSQN na Internet, encadernar e armazenar, anualmente, o Livro de Registro de Serviços Prestados e, sempre que solicitado, apresentar à fiscalização.
O Livro de Registro de Serviços Prestados gerado pela Declaração Eletrônica de Serviços – DES-IF poderá, a critério da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, ser substituído na forma da legislação vigente, sendo obrigatória sua emissão em meio eletrônico a partir do momento da adesão a "NFS-e".
Todos os contribuintes do ISSQN devem, anualmente ou em prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, imprimir os Livros Fiscais gerados pelo sistema, diretamente através do site do Município, encadernar, autenticar no órgão responsável e apresentar à fiscalização sempre que solicitado.
Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados deverão ser conservados pelo prazo de 05 (cinco) anos.
O não cumprimento do disposto neste artigo, assim como a omissão ou indicação incorreta das informações, sujeitará o infrator às multas previstas neste Código.
As instituições financeiras ficam obrigadas a apresentar ao setor competente do Órgão Fazendário, até o dia 15 do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador, o balancete analítico das receitas tributadas pelo ISS.
O regulamento poderá dispensar a emissão de documentos fiscais para estabelecimentos que utilizem sistemas de controle do seu movimento, capazes de assegurar o seu registro e respectiva autenticidade, de forma satisfatória para os interesses da fiscalização.
Sempre que forem extraviados, perdidos, furtados, roubados ou, por qualquer forma, danificados ou destruídos livros, documentos fiscais ou quaisquer outros documentos relacionados direta ou indiretamente com o imposto ou com a inscrição no Cadastro Mobiliário Municipal, o contribuinte deverá:
comunicar à autoridade policial através de registro de ocorrência para abertura do inquérito competente, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
publicar a ocorrência em jornal de grande circulação, discriminando os documentos, no prazo de 15 (quinze) dias;
comunicar o fato por escrito à repartição fiscal, juntando laudo pericial ou certidão da autoridade competente, descrevendo as espécies e os números de ordem dos livros ou documentos fiscais, se em branco, total ou parcialmente utilizados, os períodos a que se referiam, bem como o montante, mesmo aproximado, das operações ou prestações cujo imposto ainda não tenha sido pago, se for o caso, bem como a descrição pormenorizada dos fatos no prazo de 15 (quinze) dias;
providenciar a reconstituição da escrita fiscal, quando possível, em novos livros regularmente autenticados, bem como, se for o caso, a impressão de novos documentos fiscais, obedecida sempre a sequência da numeração, como se utilizados fossem os livros e documentos fiscais perdidos.
Parágrafo único. A comunicação à repartição fiscal não exime o contribuinte das suas obrigações tributárias.

CAPÍTULO XII

DO ADICIONAL DO ISS (ADISS)

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Fica instituído no Município o Adicional do Imposto Sobre o Serviço de Qualquer Natureza (ADISS) incidente sobre serviços supérfluos definidos em lei federal.
A receita do Adicional do ISS é de aplicação vinculada ao Fundo Municipal de Controle e Erradicação da Pobreza, a ser criado por lei municipal específica, na forma dos Art. 82 e 83, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, de 14/12/2000.
Contribuinte do Adicional do ISS é o prestador do serviço supérfluo definido em lei federal.

Seção II

Da Alíquota

Sobre o preço dos serviços supérfluos incidira a alíquota de 0,5% (meio por cento), sem prejuízo da incidência da alíquota fixada para o ISSQN.
O Adicional será lançado, fiscalizado, arrecadado e cobrado da mesma forma que o ISS, aplicando-se ao tributo as mesmas regras definidas por este Código para o referido imposto.

CAPÍTULO XIII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Seção I

Disposições Gerais

Para caracterização das infrações previstas neste Capítulo é irrelevante a intenção do agente ou o efeito econômico ou tributário do ato ou omissão.
Considera-se fraude toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar qualquer de suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto ou a evitar ou postergar o seu pagamento.
Considera-se omissão de operações tributáveis, dentre outras que se possa identificar:
qualquer entrada de numerário de origem não comprovada;
a escrituração de suprimentos sem documentação hábil, idônea ou coincidente, em datas e valores, com as importâncias entregues pelo supridor, devendo, ainda, ser comprovada a disponibilidade financeira deste;
a ocorrência de saldo credor nas contas do ativo circulante ou do realizável contábil;
a efetivação de pagamento sem a correspondente disponibilidade financeira;
início de atividade sem inscrição do sujeito passivo no cadastro fiscal.
Considera-se inidôneo, para os efeitos desta Lei, o documento fiscal que contenha vícios que o tornem impróprio para documentar a operação a que se refere.
As disposições deste Capítulo aplicam-se a todas as obrigações tributárias municipais, no que couber.

A multa é inaplicável, pela denúncia espontânea da infração, com a sua regularização, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo e dos juros de mora ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
Aplica-se o disposto no § 1º quando a irregularidade no cumprimento da obrigação acessória for sanada antes de iniciado qualquer procedimento fiscal de iniciativa do sujeito ativo da obrigação tributária.
A imposição das penalidades previstas neste Capítulo não elide a exigência da integralidade do tributo devido e de outras penalidades cabíveis.
As multas fixadas em percentagens de valor terão o limite mínimo de R$ 30,00 (trinta reais), a ser aplicado quando o valor resultante for inferior a este.
Seção II
Das Infrações à Obrigação Tributária Principal
Deixar de recolher total ou parcialmente o imposto:
apurado pelo próprio sujeito passivo;
devido por responsabilidade ou por substituição tributária;
devido por estimativa fiscal;
devido pelos contribuintes com tributação fixa:
MULTA de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto.
Ao responsável tributário que deixar de efetuar a retenção ou efetuá-la irregularmente aplicar-se-á a multa prevista no caput.
A multa prevista neste artigo aplica-se ao lançamento efetuado após o início de procedimento fiscal devidamente instaurado.
Falta de pagamento, quando o imposto tenha sido lançado por arbitramento sobre sujeito passivo inscrito no órgão competente.
MULTA de 100% (cem por cento) do valor do imposto.
Deixar de submeter, total ou parcialmente, prestação de serviço tributável à incidência do imposto por meio de artifício doloso ou fraudulento:
MULTA de 100% (cem por cento) do valor do imposto.

Parágrafo Único. Enquadra-se na tipificação a falta de pagamento por início de atividade antes da inscrição junto ao órgão competente.
Submeter tardiamente prestação tributável à incidência do imposto, antes de qualquer procedimento administrativo, ou medida de fiscalização:
MULTA de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do imposto.

Parágrafo único. A multa de que trata o caput não se aplica no caso do pagamento integral do montante devido.
Deixar o agente arrecadador ou o estabelecimento bancário de repassar o imposto arrecadado:
MULTA de 100% (cem por cento) do valor do imposto.
A imposição das penalidades previstas nesta Seção não elide a aplicação das penalidades previstas na Seção III deste Capítulo.
Seção III
Das Infrações às Obrigações Tributárias Acessórias

Subseção I
Das Infrações Relativas à Emissão de Documentos Fiscais
Emitir documento fiscal de forma ilegível, com omissões, incorreções, emendas ou rasuras, que dificultem ou impeçam a verificação pelo Fisco, ou registrar operação consignando declaração falsa:
MULTA de R$ 30,00 (trinta reais) por infração, limitado a R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais).

Parágrafo único. A multa de que trata o caput não se aplica no caso de comprovação do pagamento do imposto pelo valor realmente devido.
Utilizar para o registro de prestação de serviços equipamento emissor de cupom fiscal – ECF não autorizado pela autoridade municipal ou em estabelecimento diverso daquele para o qual foi concedida a autorização:
MULTA de R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais) por equipamento.
Sofrerá a mesma penalidade:
quem possuir ou utilizar qualquer outro equipamento que emita comprovante de venda de prestação de serviços que possa ser confundido com cupom ou documento fiscal;
quem utilizar “software” básico, ou versão, não autorizado, nos termos do regulamento.
A multa prevista no caput será reduzida por metade se comprovar o infrator estar o equipamento autorizado por outro ente da Federação.
Possuir ou utilizar equipamento emissor de cupom fiscal – ECF:
com o lacre de segurança violado;
sem a etiqueta de identificação ou com ela rompida ou adulterada:
MULTA de R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais) por equipamento.
Subseção II
Das Infrações Relativas ao Uso de Equipamentos de Processamento
de Dados para Fins Fiscais

Utilizar programa para emissão ou impressão de documento fiscal ou escrituração de livro fiscal com vício, fraude ou simulação:
MULTA de R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais).
Usar sistema eletrônico de processamento de dados, ou qualquer outro, para emissão de documentos fiscais ou escrituração dos livros fiscais, sem observar os critérios a que se refere o Art. 397º:
MULTA de R$ 300,00 (trezentos reais) por exercício financeiro.

Subseção III
Das Infrações Relativas aos Livros e Documentos Fiscais
Possuir, guardar ou utilizar documentos fiscais:
impresso fraudulentamente ou sem a devida autorização;
de outro contribuinte, de contribuinte inexistente ou cuja inscrição tenha sido baixada ou declarada nula.
MULTA de R$ 15,00 (quinze reais) por documento fiscal, não inferior a R$ 300,00 (trezentos reais) e não superior a R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Parágrafo único. Incorre também na multa prevista neste artigo aquele que imprimir ou fornecer documentos fiscais fraudulentos com ou sem a devida autorização.
Promover a prestação de serviços sem emissão de documento fiscal, constatada por qualquer meio:
MULTA de R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais).

Escriturar os livros fiscais sem observar os requisitos previstos na legislação:
MULTA de R$ 300,00 (trezentos reais) por livro.

Parágrafo único. A multa será reduzida em 50% (cinquenta por cento) quando for constatado que não houve prejuízo na apuração correta dos tributos devidos.
Subseção IV
Das Infrações Relativas ao Cadastro, Informações e Declarações de Natureza Cadastral, Econômica ou Fiscal
Aquele que, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, deixar de prestar esclarecimentos e informações, de exibir livros e documentos, ou de mostrar bens móveis ou imóveis, inclusive mercadorias, ou seus estabelecimentos aos funcionários fiscais, quando solicitado por esses agentes, estará sujeito às seguintes multas:
Pelo não atendimento da primeira intimação fiscal - MULTA de R$ 600,00 (seiscentos reais)
Pelo não atendimento da segunda intimação fiscal – MULTA de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)
Pelo não atendimento de cada uma das intimações subsequentes - MULTA de R$ 600,00 (seiscentos reais)
Parágrafo Único. O arbitramento "ex-oficio" não impede o fisco de continuar intimando o contribuinte, aplicando-lhe as multas previstas neste artigo.
Embaraçar, dificultar, retardar ou impedir, por qualquer meio, a ação fiscalizadora:
MULTA de R$ 600,00 (seiscentos reais).

TÍTULO IV
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
A Contribuição de Melhoria será cobrada pelo Município, para fazer face ao custo das obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.
Parágrafo único. Considera-se ocorrido o fato gerador na data da publicação do Demonstrativo de Custo da obra de melhoramento, executada na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis e que implique em efetivo acréscimo de valor do imóvel.
CAPÍTULO II
DA INCIDÊNCIA, DA NÃO INCIDÊNCIA E DAS ISENÇÕES
Será devida a contribuição de melhoria no caso de valorização de imóveis privados, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas:
abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgoto pluvial e outros melhoramentos de praças e vias públicas;
construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;
construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalação de redes elétricas e telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e outras instalações de comodidade pública, quando realizados pelo Município;
proteção contra secas, inundação, erosão, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação, saneamento e drenagem em geral;
construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;
aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriação em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.
Não incidirá Contribuição de Melhoria sobre os imóveis de propriedade da administração direta, indireta ou fundacional do Município, do Estado ou da União, sendo o ônus decorrente suportado pelo erário municipal.
CAPÍTULO III
DO SUJEITO PASSIVO
Contribuinte do tributo é o proprietário de imóvel por natureza ou acessão física, valorizado em razão de obra pública, ao tempo do lançamento.
A responsabilidade pelo pagamento do tributo transmite-se aos adquirentes do imóvel ou aos sucessores a qualquer título.
Responderá pelo pagamento o incorporador ou o organizador de loteamento não edificado ou em fase de venda, ainda que parcialmente edificado, que vier a ser valorizado em razão da execução de obra pública.
Os bens indivisos são considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem.
No caso de enfiteuse, responde pela contribuição de melhoria o enfiteuta.
CAPÍTULO IV
DA BASE DE CÁLCULO
A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite total o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamentos ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento, mediante aplicação de coeficientes de atualização monetária.
Serão incluídos nos orçamentos de custos das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.
A percentagem do custo real a ser cobrada mediante Contribuição de Melhoria será fixada tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.
A determinação e a cobrança da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total das obras, entre todos os imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência e, levará em conta a situação do imóvel, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada e conjuntamente, respeitado o limite individual de valorização do imóvel.
Parágrafo único. A municipalidade responderá pelas quotas relativas aos imóveis sobre os quais não haja a incidência da Contribuição de Melhoria.
Para o cálculo da Contribuição de Melhoria, o órgão fazendário do Município adotará os seguintes procedimentos realizados pela comissão responsável pela atualização da Planta Genérica de Valores, prevista no Art. 299º e seguintes:
delimitará, em planta, a zona de influência da obra;
dividirá a zona de influência em faixas correspondentes aos diversos índices de hierarquização de benefício dos imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;
realizará cálculo de atualização do valor venal para os imóveis que integram a faixa de influência tendo por base a Planta Genérica de Valores e os índices de hierarquização de benefício dos imóveis, levando em conta a situação do imóvel na zona de influência, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente;
obterá o acréscimo do valor do imóvel individualizado pela diferença do valor venal previsto no Cadastro Imobiliário conforme a Planta Genérica de Valores antes da obra e o valor auferido na forma do item III;
os valores venais apurados após a obra serão atualizados no Cadastro Imobiliário;

apurada a valorização individual, realiza-se o cálculo da Contribuição de Melhoria em relação ao custo da obra, sempre respeitados os tetos individual e global, para cada imóvel mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$CMi = C \times HF \times \frac{VI}{VAF}$$

onde:

CMi: Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel;
C: custo da obra a ser ressarcido;
HF: índice de hierarquização de benefício de cada faixa;
VI: valor de acréscimo individualizado;
VAF: valor total de acréscimo da faixa de influencia;
x: sinal de multiplicação;

Caso o somatório das contribuições individuais seja superior ao custo da obra, desrespeitando o limite global, dever-se-á promover redução proporcional no valor cobrado de cada contribuinte, sendo os valores de valorização individual reduzidos em proporção ao valor excedente.

CAPÍTULO V

DA DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

Para cada obra ou conjunto de obras integrantes de um mesmo projeto, serão definidas suas zonas de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefício dos imóveis nela localizados, levando-se em conta também o zoneamento de uso do solo estabelecido pelo Plano Diretor.

Tanto as zonas de influência, como os índices de hierarquização de benefício serão aprovados pelo Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, com base em proposta elaborada pela comissão prevista no Art. 299º e seguintes.

A proposta a que se refere o § 1º será fundamentada em estudos, análises e conclusões, tendo em vista o contexto em que se insere a obra ou o conjunto de obras nos seus aspectos socioeconômicos e urbanísticos.

CAPÍTULO VI

DA COBRANÇA

Para cobrança dever-se-á aprovar inicialmente lei específica da contribuição de melhoria que pretende cobrar, da qual deverá constar, no mínimo:
memorial descritivo do projeto;
orçamento do custo da obra;
determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
delimitação da zona que se presume beneficiada e dos imóveis nela situados;
delimitação da zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis;
fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias para impugnação pelos interessados de qualquer dos elementos anteriormente apontados
regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento de eventual impugnação;
previsão de que será publicado edital inicial divulgando os critérios da presente lei, do qual constarão os valores iniciais atribuídos aos imóveis da zona de cobrança;
previsão de que será publicado edital ao final da obra constando demonstrativo de custos e valores de valorização individual de cada imóvel.

Publicada a lei, deve o município providenciar a publicação do primeiro edital contendo todos os critérios da lei a fim de que os contribuintes tomem ciência dos dados do projeto e dos valores atribuídos a seus imóveis, conferindo-se prazo de no mínimo 30 dias após a publicação para impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo único. A impugnação deverá ser dirigida à Procuradoria-Geral do Município, através de petição fundamentada.

Executada a obra na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, deve-se realizar nova avaliação imobiliária nos imóveis beneficiados a fim de definir a valorização decorrente, publicando em seguida edital com o demonstrativo de custos e as valorizações de cada imóvel, fixando-se prazo a partir do qual será iniciada a cobrança;

Para cobrança da Contribuição de Melhoria, a Administração competente deverá publicar o Edital, contendo, entre outros, os seguintes elementos:
Delimitação das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;
memorial descritivo do projeto;
orçamento total ou parcial do custo das obras;
determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas tem o prazo de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do Edital referido no Art. 453º, para a impugnação de qualquer dos elementos constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo único. A impugnação deverá ser dirigida à Procuradoria-Geral do Município, através de petição fundamentada.

Transcorrido o prazo do Art. 452º poderá o Município lançar de ofício as contribuições a cada sujeito passivo, e notificação de lançamento, diretamente ou por edital, conterá:
identificação do contribuinte e o valor da valorização individual do imóvel;
valor da Contribuição de Melhoria cobrada;
prazos para pagamento de uma só vez ou parceladamente e respectivos locais de pagamento;
prazo para impugnação.

A soma das parcelas mensais não excederá, em cada período de 12 (doze) meses, 3% (três por cento) do valor venal do imóvel, à data da emissão das guias.

Considera-se valor venal para os efeitos do §1º, o que o imóvel alcançaria na venda à vista, segundo as condições do mercado, tendo como valor mínimo o valor identificado em Planta Genérica de Valores instituída por Lei.

O ato da autoridade que determinar o lançamento poderá fixar descontos para o pagamento à vista, ou em prazos menores que o lançado.

Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, pedido de revisão fundamentado à autoridade lançadora, contra:
erro na localização ou no valor venal;
cálculo dos índices atribuídos;
valor da Contribuição de Melhoria;
número de prestações.

O pedido de revisão suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Da decisão da autoridade lançadora caberá impugnação na forma disciplinada neste Código.

As impugnações, reclamações e recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras.

CAPÍTULO VII

DO PAGAMENTO

A Contribuição de Melhoria poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, obedecendo aos critérios previstos para o parcelamento dos créditos tributários em geral, não podendo ser inferior ao prazo de execução da obra.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica o Prefeito Municipal expressamente autorizado a, em nome do Município, firmar convênio com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

TÍTULO V

DAS TAXAS

CAPÍTULO I

DA INCIDÊNCIA, DA SUJEIÇÃO PASSIVA E DAS ISENÇÕES

Em decorrência do exercício do poder de polícia ou em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, serão cobrados pelo Município as seguintes taxas:

Licença para Instalação e Localização;

Licença para Funcionamento;

Licença de Funcionamento em Horário Especial;

Licença para Exercício de Atividade Eventual, Temporária ou Ambulante;

Licença de Veículo de Transporte de Passageiros;

Licença para Publicidade;

Licença para Uso de Áreas do Domínio Público;

Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares;

Licença para Execução de Urbanização em Terrenos Particulares;

Vigilância Sanitária;

Licença Ambiental;

Coleta de Lixo Ordinário;

Taxa de Esgoto Sanitário;

Taxa de Apreensão e Depósito de Bem Móvel ou Semovente e Mercadorias;

Taxa de Expediente.

Estão sujeitos ao pagamento das taxas municipais:

todas as pessoas físicas ou jurídicas sujeitas à fiscalização municipal;

todas as pessoas físicas ou jurídicas usuárias, efetiva ou potencialmente, de serviço público, específico e divisível, prestado ou posto à disposição.

São isentos de taxas:

a União e o Estado, bem como suas fundações e autarquias;

as fundações e autarquias municipais;

as Associações de Pais e Amigos de Excepcionais – APAE, Associação de Pais e Professores - APP dos estabelecimentos escolares devidamente autorizados pelo Conselho Estadual de Educação, das Associações de Moradores, das Associações de Bairros, dos Centros Comunitários, sem fins lucrativos;

desde que reconhecidos de utilidade pública por lei municipal, as associações culturais, devidamente registradas no Departamento de Cultura do Município, as sociedades desportivas, recreativas e os clubes amadores;

os templos de qualquer culto;

as instituições de educação e as de assistência social, sem fins lucrativos;

as microempresas e os microempreendedores individuais, no que se refere àquelas previstas nos incisos I e VI do Art. 461º;

na ordem de 10 (dez por cento) para as empresas de pequeno porte, no que se refere àquelas previstas nos incisos I e VI do Art. 461º.

os escritórios de advocacia no que se refere àquelas previstas nos incisos I do Art. 461º.

Parágrafo único. Para usufruir da isenção prevista neste artigo, as pessoas jurídicas referidas nos incisos III, IV e VI deverão preencher os requisitos previstos no Art. 11º.

A base de cálculo das taxas será o custo decorrente do exercício do poder de polícia ou dos serviços públicos prestados ou postos à disposição.

Aplicam-se às taxas as disposições das Seções I, II e III do Capítulo IX, do Título III, do Livro Terceiro, no que couber.

O lançamento ou o pagamento de taxas decorrentes do exercício do poder de polícia não importam em reconhecimento, por parte do Poder Público Municipal, da regularidade da situação do contribuinte.

Para lançamento das taxas de previstas nos incisos I e II do Art. 461º sobre fatos geradores ocorridos nos exercícios de 2015 a 2017, a diferença nominal entre o crédito tributário total referente ao exercício e o crédito tributário lançado no respectivo exercício anterior ficará limitada a:

10% (dez por cento) sobre o resultado da subtração do crédito tributário lançado no exercício em relação ao crédito tributário apurado no exercício anterior ou 20% (vinte por cento) sobre o valor do crédito tributário lançado no exercício anterior, prevalecendo o maior valor.

Caso haja alterações de dados cadastrais do imóvel, em algum dos exercícios enumerados no “caput”, o valor tomado para apuração do crédito tributário, referente ao lançamento para o fato gerador do respectivo exercício anterior, será o valor que teria sido lançado, se fossem considerados os novos dados cadastrais.

Novos estabelecimentos instalados no período previsto no caput ficarão sujeitos ao valor previsto na Tabela do Art. 470º, proporcionalmente ao número de meses de validade da licença requerida.

CAPÍTULO II

TAXA DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

A Taxa de Licença para Instalação e Localização tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da instalação e localização de quaisquer estabelecimentos ou exercício de atividades no Município de Tapurah.

Parágrafo único. Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, prestação de serviços em geral, extração e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas, culturais ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Sujeito passivo da Taxa de Licença para Instalação e Localização são todas as pessoas físicas ou jurídicas que vierem a se instalar ou exercer atividades no Município.

A Taxa de Licença para Instalação e Localização é devida no início da atividade e quando da transferência de local ou do ramo de atividade, pelas diligências para verificar as condições para a instalação e localização do estabelecimento em face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Parágrafo único. A transferência de local ou alteração do ramo de atividade acarretará a incidência da taxa à razão de 50% (cinquenta por cento) do seu valor anual.

A incidência e o pagamento da Taxa de Licença Para Instalação e Localização independem:
do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;
de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;
de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;
da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;
do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais.
A taxa será calculada de acordo com a Tabela abaixo, considerando-se, sempre, a área edificada ocupada pelo estabelecimento, proporcionalmente ao número de meses da sua validade, e recolhida quando da inscrição do estabelecimento no Cadastro Mobiliário.

POR ESTABELECIMENTO			
ITEM	**ÁREA EDIFICADA**	**UNIDADE**	**VALOR**
1	até 50m²	Por ano	R$ 310,00
2	acima de 50 até 150m²	Por ano	R$ 375,00
3	acima de 150 até 270m²	Por ano	R$ 562,00
4	acima de 270 até 500	Por ano	R$ 750,00
5.1	Acima de 500m² - Pelos primeiros 500 m²	Por ano	R$ 1.000,00
5.2	Acima de 500m² - Por área de 100m² ou fração excedente	Por ano	R$ 50,00

Para os estabelecimentos sujeitos à fiscalização da vigilância sanitária, somente será expedido o Alvará de Funcionamento após a emissão do Alvará Sanitário.
O pedido de licença para localização será promovido mediante o preenchimento de formulários próprios de inscrição no Cadastro Municipal Mobiliário com a apresentação da documentação conforme regulamento definido em Ato do Poder Executivo.
O Município poderá instituir alvará digital provisório, caracterizado pela concessão por meio digital de alvará de localização e funcionamento provisório, para atividades econômicas em início de atividade no território do município, regulamentado em lei específica.

CAPÍTULO III

TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO

A Taxa de Licença para Funcionamento tem como fato gerador o exercício do poder de polícia, consubstanciado na vigilância constante dos estabelecimentos e atividades licenciadas para efeito de verificação, quando necessário ou por constatação fiscal de rotina, do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submetem.
Parágrafo único. Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, prestação de serviços em geral, extração e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas, culturais ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.
Sujeito passivo da Taxa de Licença para Funcionamento são todas as pessoas físicas ou jurídicas que exercerem atividades no Município.
A incidência e o pagamento da Taxa de Licença para Funcionamento independem:
do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;
de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;
de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;
da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais.
A Taxa de Licença para Funcionamento será calculada de acordo com a Tabela do Art. 470º desta Lei, considerando-se, sempre, a área edificada ocupada pelo estabelecimento, sendo devida, anualmente, a partir do exercício seguinte ao início da operação, por ocasião da necessária renovação do Alvará de Localização conforme definido em Ato do Poder Executivo.
Parágrafo Único. Para os Microempreendedores Individuais – MEI o valor da taxa será equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor previsto para o item "1" da Tabela do Art. 470º.

CAPÍTULO IV

TAXA DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

Poderá ser concedida licença para funcionamento em horário especial, nos termos do Código de Posturas, a determinados estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, mediante pagamento de taxa, que será cobrada, por dia, mês ou ano e será devida, pela prorrogação ou antecipação do horário normal conforme definições em regulamento por ato do Poder Executivo.
É considerado horário normal de funcionamento de estabelecimento:
de segunda-feira à sexta-feira, das 07 (sete) às 18 (dezoito) horas;
nos sábados, das 07 (sete) às 13 (treze) horas;
As farmácias serão regidas por lei especial, sem prejuízo do preceituado neste capítulo, sendo a abertura do estabelecimento obrigatória conforme escala de plantão instituída por ato do Secretário Municipal de Saúde.
Contribuinte da taxa é a pessoa física ou jurídica responsável pelo estabelecimento sujeito à fiscalização.
A licença especial será concedida se o contribuinte houver recolhido a taxa de licença para localização e funcionamento ou renovação de licença.
Será concedida licença especial para funcionamento anual e mensal somente para as micro e pequenas empresas, as demais deverão requerer licença especial por dia de funcionamento, conforme regulamento por ato do Poder Executivo.
Será caçada toda a licença concedida a estabelecimento que transgredir a moralidade e o sossego público, nos termos do Código de Posturas deste Município.
A licença para funcionamento em horário especial, não autoriza a inobservância da Consolidação das Leis do Trabalho ou qualquer outra lei em vigência.
O comprovante de pagamento da Taxa de Licença para Funcionamento em horário especial, deverá ser fixado, obrigatoriamente, em local visível a fiscalização, juntamente com o Alvará de Localização e de Funcionamento, sob pena das sanções previstas neste Código.
A Taxa não é incidente sobre os estabelecimentos que possuem horário de funcionamento diferenciado do previsto no Art. 477º.§ 1º, em razão da natureza da atividade desenvolvida, tais como:
hospitais e pronto-socorro;
hospitais e pronto-socorro, na área veterinária;
hotéis, motéis e similares;
empresas de vigilância;
postos de gasolina;
empresa de radiodifusão e televisão;
colégios e universidades;
bibliotecas;
bares e restaurantes;
panificadoras e confeitarias;
mercearias, açougues, mercados e supermercados;

boates e casas de shows;
casa de jogos e casa de entretenimentos em geral;
cinemas, teatros e circos;
parques de diversões, centros de lazer;
feiras, exposições, congressos e congêneres;
terminais rodoviários e aeroportos;
funerárias;
salão de beleza, barbearia e cabeleireiros.
A Taxa de Licença de Funcionamento em Horário Especial é calculada mediante o seguinte critério:
Para fins de prorrogação de horário:
até às 22 horas:
ao dia: R$ 4,00 (quatro reais);
ao mês: R$ 15,00 (quinze reais);
ao ano: R$ 80,00 (oitenta reais).
além das 22 horas:
ao dia: R$ 6,60 (seis reais e sessenta centavos);
ao mês: R$ 28,00 (vinte e oito reais);
ao ano: R$ 120,00 90 (cento e vinte reais).
O contribuinte que optar pela prorrogação do horário de funcionamento de seu estabelecimento em horário além das 22 horas, ficará sujeito à Taxa, nos moldes previstos no inciso II do parágrafo primeiro deste artigo, excluindo-se o disposto no inciso I.
Para fins de trabalho aos domingos, feriados, e sábados no período vespertino, a taxa será de:
R$ 10,00 (dez reais), ao dia;
R$ 47,00 (quarenta e sete reais), ao mês;
R$ 199,00 (cento e noventa e nove reais), ao ano;
A exigência dos valores previstos no parágrafo anterior não é cumulativa com aqueles previstos no § 1º, ambos deste artigo.
O contribuinte da Taxa de Licença de Funcionamento em Horário Especial deverá promover sua inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipais e sempre que a licença depender de requerimento instruí-lo com as informações imprescindíveis à identificação do estabelecimento comercial requerente, de acordo com as instruções e regulamentos aplicáveis à espécie.
Parágrafo Único. O requerimento será justificadamente deferido ou indeferido pelo Secretário Municipal de Administração, Gestão, Finanças e Planejamento, de cuja decisão não caberá recurso.
A licença será válida para o período em que for concedida, podendo ser diária, mensal ou anual.
A Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos em Horário Especial será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados do Cadastro de Contribuintes Municipais.
A Taxa será devida e arrecadada anteriormente a ocorrência do fato gerador, por ocasião da outorga de licença, devendo ser renovada diária, mensal ou anualmente, conforme dispuser norma que vier a regulamentar.

CAPÍTULO V
TAXA DE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE
EVENTUAL, TEMPORÁRIA OU AMBULANTE

A Taxa de Licença para Exercício de Atividade Eventual, Temporária ou Ambulante tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão do exercício de atividade eventual ou temporária no Município de Tapurah.
Nenhuma atividade de caráter eventual ou temporário poderá ser exercida sem prévia licença outorgada pela administração pública e sem o pagamento da referida taxa.
Considera-se atividade eventual ou temporária aquela exercida em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações em locais autorizados pelo Poder Público Municipal.
É considerada também como eventual ou temporária a atividade exercida em instalações removíveis colocadas nas vias e logradouros públicos como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e assemelhados.
Considera-se comércio ambulante o exercido individualmente, sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.
A Licença de que trata este Capítulo para o exercício de atividade eventual ou temporária terá duração máxima de 90 (noventa) dias, devendo a atividade obedecer às disposições do Capítulo II deste Título, após este prazo.
A Licença para o exercício de atividade de Ambulante será expedida e terá validade conforme os dias de atividade para o qual foi requerida e deferida.
A Taxa de que trata este Capítulo será cobrada por ocasião da outorga da respectiva Licença, de acordo com a seguinte Tabela:

ATIVIDADES	TEMPO DE EXERCÍCIO	VALOR
Ambulante – sem veículo	Por dia	R$ 229,60
Ambulante – com veículo	Por dia	R$ 287,00
Circo	Por dia	R$ 120,00
Parque de Diversão	Por dia	R$ 120,00
Feira itinerante	Por dia	R$ 40,00

Respondem pela Taxa de Licença de Atividade Eventual, Temporária ou Ambulante as mercadorias encontradas em poder do obrigado ao porte da licença.
São isentos da taxa de que trata este Capítulo:
os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;
os engraxates ambulantes.

CAPITULO VI
TAXA DE LICENÇA DE VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
Seção I
Disposições Gerais

A Taxa de Licença de Transporte de Passageiros tem como fato gerador o exercício regular e permanente, pelo Poder Público Municipal, da fiscalização dos serviços de transporte de passageiros, prestados por autorizatários, permissionários e concessionários do Município, mediante vistoria e fiscalização dos veículos automotores empregados na prestação dos respectivos serviços.

Parágrafo Único. Sem prejuízo da fiscalização permanente, o Município realizará, obrigatoriamente, vistoria anual nos veículos dos serviços fiscalizados, visando a verificar sua adequação às normas estabelecidas pelo Poder Público, bem como as condições de segurança e higiene do transporte e outras condições necessárias à adequada e eficiente prestação do serviço.
O fato gerador da Taxa considera-se ocorrido:
na data de início da efetiva circulação do veículo motorizado, relativamente ao primeiro ano de exercício;
no dia primeiro de março de cada exercício, nos anos subsequentes;
na data de alteração das características do veículo, em qualquer exercício.
Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica que explore o transporte de passageiros dentro do território do Município.
São solidariamente responsáveis pelo pagamento da Taxa:
o responsável pela locação do veículo;
o profissional que exerce atividade econômica no veículo de transporte de passageiro.
A Taxa será calculada de acordo com a Tabela abaixo e recolhida aos cofres públicos na forma e prazos regulamentares.

Item	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
I	Transporte coletivo de passageiro por veículo, por ano:	
	Ônibus	R$ 315,00
	Micro-ônibus	R$ 315,00
II	Transporte de passageiro em veículo de aluguel (TAXI e Transporte Escolar), por ano:	R$ 120,00
III	Transporte de passageiro em Moto Taxi, por ano:	R$25,00

O Poder Executivo poderá parcelar o valor da Taxa ou conceder desconto de até 10% (dez por cento) para pagamento em cota única.
Fica atribuído ao sujeito passivo da Taxa de Licença de Transporte de Passageiros, o dever de antecipar o pagamento sem o prévio exame da autoridade competente.
A Taxa será devida integral e anualmente, independentemente da data de início da efetiva circulação ou de qualquer alteração nas características do veículo.
Seção II
Das Infrações
A falta de pagamento da Taxa apurada mediante procedimento fiscal sujeitará o contribuinte à multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor atualizado do tributo, independentemente dos acréscimos moratórios exigíveis.
As multas por descumprimento de obrigações acessórias serão fixadas entre **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais)**, de acordo com a gravidade da infração, na forma de regulamento próprio a ser expedido pelo Poder Executivo.
Se lançada através de procedimento fiscal, a Taxa será lançada com prazo de 30 (trinta) dias para pagamento ou impugnação do valor exigido, observadas as normas processuais cabíveis antes do encaminhamento do débito ao órgão controlador da Dívida Ativa.
No caso de comparecimento do contribuinte para vistoria do veículo após procedimento administrativo comprovado por intimação específica, o débito será objeto de Auto de Infração.
O Poder Executivo instituirá as obrigações acessórias e regulamentará a aplicação das disposições deste Capítulo.
CAPÍTULO VII
TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE
Seção I
Disposições Gerais
A Taxa de Licença para Publicidade tem como fato gerador o exercício do poder de polícia da Administração Pública Municipal, de vigilância em razão da exploração, utilização ou veiculação de engenhos de publicidade de qualquer tipo e por qualquer instrumento, nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos locais de audibilidade, visibilidade ou acesso ao público.
Parágrafo único. Para efeito de incidência da taxa, considera-se publicidade, toda e qualquer divulgação de mensagens de natureza publicitária ou comercial, mensagens indicativas ou representativas de nomes, marcas, símbolos, produtos ou estabelecimentos de pessoas físicas ou jurídicas, indicativos de atividades, inclusive aqueles fixados em veículos de transporte e mobiliários em geral.
São considerados engenhos de publicidade sujeitos à taxa:
letreiros, Front Light ou Back Light;
totem ou infláveis em calçadas;
anúncios impressos em veículos terrestres;
anúncios em forma de outdoors, painéis, faixas, placas, cartaz ou banners;
balões, anúncios suspensos por guindaste ou por veículo aéreo;
anúncios com aparelhos de áudio e vídeo nas vias públicas ou em áreas particulares (Carro de som, *Mídia Digital Indoor* ou *Mídia Digital Out of Home* e etc.);
panfletagem;
outras formas de anúncios publicitários similares aos citados.
Parágrafo Único. É proibido nos sábados, domingos e feriados a publicidade através de carro de som ou outra forma de engenho sonoro publicitário em bairros residenciais antes das 09h00min da manhã.
Considerar-se-á ocorrido o fato gerador da Taxa de Licença para Publicidade:
na data do início da veiculação da publicidade;
na data em que se der qualquer alteração;
em 1º de março de cada exercício, nos anos subsequentes, em se tratando de publicidade realizada por intermédio de instrumentos ou suportes de caráter permanente.
Parágrafo único. Considera-se permanente todo engenho de publicidade que pelas suas características, destinação ou intuito de exibição, seja de duração superior a 90 (noventa) dias.
A incidência e o pagamento da Taxa de Licença para Publicidade independem:
do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao anúncio;
da licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;
do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.
Sujeito passivo obrigado ao recolhimento da Taxa de Licença para Publicidade é a pessoa física ou jurídica que explora a atividade de publicidade.
Ficam isentos da Taxa de Licença para Publicidade:
os indicativos de órgãos públicos da administração direta e indireta;
hospitais, ambulatórios, casas de saúde e prontos-socorros;
os indicativos, nos locais de construção, do responsável técnico pela obra, contendo as especificações exigidas pelo CREA, o número do processo de acompanhamento e o número do Alvará de Licença, nos termos da legislação própria;

as indicações de profissional liberal fixadas nas respectivas residências, escritórios ou consultórios;
as tabuletas indicativas de sítio, granjas ou fazendas;
os nomes, siglas, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias, que nas condições legais e regulamentares, se responsabilizem, gratuitamente, pela manutenção de cestos destinados à coleta de lixo nas vias e logradouros públicos, ou pela conservação, sem ônus para o Município, de parques, jardins, logradouros públicos, ou ainda, o plantio e proteção de árvores;
as campanhas de utilidade pública e avisos elucidativos destinados exclusivamente à orientação do público, bem como aqueles que recomendem cautela ou indiquem perigo, desde que desprovidos de qualquer legenda, dísticos ou desenhos de valor publicitário;
os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estação de radiodifusão, televisão e cinemas;
os cartazes destinados a fins patrióticos, religiosos, beneficentes ou desportivos;
os anúncios destinados à propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;
os indicativos localizados no imóvel do próprio estabelecimento, interna ou externamente, e que sirvam como identificador de seu nome e de suas atividades ou produtos.
Parágrafo único. Na hipótese do inciso VI, a isenção da Taxa de Licença para Publicidade restringe-se, unicamente, aos nomes, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias afixadas nos cestos, em placas, letreiros ou grades, de área igual ou inferior, em sua totalidade, a 1,0 m² (um metro quadrado), afixados nos logradouros cuja conservação esteja permitida à empresa anunciante, nos termos da legislação aplicável.
A Taxa de Licença para Publicidade será calculada de acordo com a Tabela abaixo e recolhida aos cofres públicos na forma e prazos definidos em regulamento.

Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID	VALOR
1	Letreiro publicitário, Front Light ou Back Light, Totem	por unidade/ano / fração	R$ 80,00
2	Publicidade em veículos		
2.1	Permanentes em veículos	por unidade/mensal	R$ 5,00
2.2	Esporadicamente em veículos	por unidade/mensal ou fração	R$ 6,00
3	Infláveis na calçada	por unidade/mensal	R$ 15,00
4	Balões, anuncio suspenso por guindaste ou anuncio por veículo aéreo	por unidade /quinzena/fração	R$ 30,00
5	Publicidade com aparelhos de áudio e vídeo nas vias públicas (Carro de som, Mídia Digital Indoor ou Mídia Digital Out of Home e etc.)	por unidade/mensal	R$ 15,00
6	Publicidade com aparelhos de áudio e vídeo em ambiente internos com publicidade diversa da atividade do estabelecimento (Mídia Digital Indoor ou Mídia Digital Out of Home)	por unidade/ano	R$ 80,00
7	Panfletos	Por milhar	R$ 10,00
8	Outdoor	por unidade/Mensal/fração	R$ 39,00
9	Outros equipamentos de publicidade, exceto letreiros (Faixas, Cartaz, Placa, e etc.) em áreas publicas	por unidade/semana/ fração	R$ 22,50
10	Outros equipamentos de publicidade, exceto letreiros (Faixas, Cartaz, Placa, e etc.) em área particular com publicidade diversa da atividade do estabelecimento	Unidade/ano	$20,00

Não se enquadrando o anúncio nas tabelas pela falta de elementos que precisem sua natureza, a taxa será calculada pelo item que tiver maior identidade, de acordo com as suas características.
Enquadrando-se o anúncio em mais de um item das referidas tabelas, prevalecerá à taxa unitária de maior valor.
Sofrerão acréscimo de 50% (cinquenta por cento) da taxa os anúncios de qualquer natureza referentes a bebidas alcoólicas e fumo.
O lançamento da taxa, a critério da Administração, poderá ser efetuado juntamente com outros tributos.
Seção II
Das Infrações
A publicidade efetuada sem licença ou em desacordo com esta sujeitará o infrator, através da lavratura de notificação fiscal, ao pagamento de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), e a retirada imediata do anúncio, independente da taxa devida.
CAPÍTULO VII
TAXA DE LICENÇA PARA USO DE ÁREAS DO DOMÍNIO PÚBLICO
A Taxa de Licença para Uso de Área Pública tem como fato gerador o exercício regular, pelo Poder Público Municipal, de autorização, vigilância e fiscalização, visando a disciplinar a ocupação de vias e logradouros públicos, para a prática de qualquer atividade.
É fato gerador da Taxa a emissão de autorização a título precário para instalação de tabuleiros, barracas, bancas de jornal e revistas, stands, módulos de mesa e cadeiras, parques de diversões, circos, estacionamento de veículos, mercadores não motorizados e engenhos publicitários.
Estão isentos da taxa:
os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;
os que venderem nas feiras-livres, exclusivamente, os produtos de sua lavoura e os de criação própria - aves e pequenos animais - desde que exerçam o comércio pessoalmente por uma única matricula;
os deficientes físicos;
as pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos, que, comprovadamente, não exerçam outra atividade econômica;
os aparelhos, máquinas, equipamentos e tapumes destinados à execução ou proteção de obras subterrâneas;
os engraxates ambulantes;
os eventos declarados de interesse cultural, turístico, desportivo ou social, por ato do Poder Executivo.
O reconhecimento da isenção prevista neste artigo constará obrigatoriamente da autorização para o exercício da atividade.
O sujeito passivo da Taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da instalação de móvel, equipamento, utensílio, veículo e objeto em vias e logradouros públicos.
São solidariamente responsáveis pelo pagamento da Taxa a pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente estiver envolvida na instalação de móvel, equipamento, utensílio, veículo e objeto em vias e logradouros públicos.
A Taxa de Licença para Uso de Área Pública será calculada de acordo com a Tabela abaixo e recolhida na forma e prazos definidos em regulamento.

Item	ATIVIDADE	UNID	PRAZO	VALOR
1	Atividade ambulante ou localizada (com ponto fixo)			
1.1	Bancas de revistas até 4m² e barracas	Valor/Unid.	mês	R$ 10,00
1.2	Bancas de revistas acima 4m², quiosques, trailer e similares	Valor/Unid.	mês	R$ 10,00
1.3	Ambulante com veículo de mão (triciclos, carrocinhas)	Valor/Unid.	mês	R$ 10,00
1.4	Módulo de mesa com Quatro cadeiras	Valor/Unid.	mês	R$ 5,00
1.5	Indicadores de hora, temperatura e painéis de Led	Valor/Unid.	Ano	R$ 50,00
1.6	Veículos de aluguel (taxi)	Valor/Unid.	mês	R$ 10,00
1.7	Outros não especificados	Valor/Unid.	mês	R$ 10,00
Item	**ATIVIDADE**	**UNID**	**PRAZO**	**VALOR**
2	Comércio eventual em épocas ou ocasiões especiais			
2.1	Circos e parques de diversões	Valor/Unid.	Mês	R$ 20,00

Parágrafo Único. Caso o contribuinte se enquadre em mais de uma das 1especificações, será utilizada, para efeito de cálculo da taxa, aquela que conduzir o maior valor.
A Taxa será devida quando da ciência, pelo contribuinte, do despacho que autorizar o uso de área pública ou sua renovação e será paga imediatamente, no ato da ciência.
O valor da Taxa decorrente de autorização inicial, quando anual, será proporcional ao número de meses ou fração que faltem para atingir o período do próximo recolhimento previsto.
A taxa poderá ser paga de uma só vez ou em até 06 (seis) quotas mensais e consecutivas, limitado o valor mínimo mensal por quota em **R$ 30,00 (trinta reais)**, exceto nos casos de atividades em épocas ou eventos especiais, quando o pagamento será integral, na forma estabelecida no caput.
Sendo anual o período de incidência, o lançamento da Taxa ocorrerá:
na data da utilização de vias e logradouros públicos, relativamente ao primeiro ano de exercício;
no mês e data definidos em regulamento, nos anos subsequentes.

CAPÍTULO VIII

TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES

A Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares, fundada no poder de polícia do Município, concernente à tranquilidade e bem estar da população, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a execução de obras de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios, bem como de instalações elétricas e mecânicas, ou qualquer obra no Município.
Nenhuma construção, reconstrução, reforma com ampliação, demolição ou obra e instalações de qualquer natureza poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à municipalidade, nos termos da legislação específica, e pagamento da taxa devida.
Parágrafo Único. A análise e a aprovação de projetos de construção, reconstrução, reforma, demolição ou obra de qualquer natureza somente serão feitas após o protocolo da respectiva solicitação, que estará condicionado à apresentação da documentação completa com o comprovante de pagamento da taxa devida.
Sujeito passivo da Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares é o proprietário, detentor de domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel em que se realizarem obras de construção, reconstrução, ampliação, reforma ou demolição de prédios, bem como de instalações elétricas e mecânicas, ou qualquer obra.
A Taxa não incide sobre:
limpeza ou pintura interna e externa de prédios, muros e grades;
construção de passeios e logradouros públicos providos de meio fio;
construção de muros de contenção de encostas;
construção de prédios para o estabelecimento de empresas no Parque Industrial e Comercial de Tapurah;
construção de muros laterais, de frente e de fundos, inclusive de arrimo;
as obras executadas em prédios públicos.
São solidariamente responsáveis pelo pagamento da Taxa:
as pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pelos projetos ou por sua execução;
o responsável pela locação e o locatário do imóvel onde esteja sendo executada a obra.
A Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares será cobrada de conformidade com a Tabela abaixo e não incidirá sobre as obras e instalações cuja execução não implicar em outorga de autorização pelo Município, nos termos da legislação específica.

TAXA DE ANALISE PARA EXECUÇÃO DE OBRAS			
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**		**VALOR**
1	Análise de Projetos para aprovação do alvará de construção de edificações.	Por m²	R$ 0,74
2	Análise de alteração de Projetos para aprovação do alvará de construção de edificações.	Por m²	R$ 0,74
3	Execução de stand de vendas; execução de obra de apoio à construção; regularização de acessos para posto de abastecimento de combustíveis; locação de mesas/cadeiras em logradouros públicos; execução de remanso de calçada.		R$ 127,00
4	Execução de bloqueio parcial de rua.		R$ 251,00
TAXA DE VISTORIA DE CONCLUSÃO DE OBRAS			
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**		**VALOR**
1	Vistoria de edificações para expedição do Habite-se	Por m²	R$ 0,74
2	Prorrogação de prazos em alvarás de construção e demolição, transferência de responsabilidade técnica, etc.	Por m²	R$ 0,74
TAXA DE VISTORIA DE SEGURANÇA DE EDIFICAÇÕES			
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**		**VALOR**
Execução de preventiva em edificações existentes ou destinada a obtenção do alvará de funcionamento comercial			
1	Área de construção até 1.000 m²		R$ 0,42
2	Área de construção superiores a 1.000 m²		R$ 0,13 *
* Por metro quadrado que exceder os 1.000 m²			

Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma das especificações, será utilizada, para efeito de cálculo da Taxa, aquela que conduzir ao maior valor.
A Taxa será devida por execução de obra, conforme comunicação do sujeito passivo ou constatação fiscal.
Sendo por execução de obra a forma de incidência, o lançamento da Taxa ocorrerá:
no ato do licenciamento da obra, quando comunicada pelo sujeito passivo;
no ato da informação, quando constatada pela fiscalização.
Parágrafo único. O não pagamento da Taxa no prazo determinado sujeita o infrator à multa de 50% (cinquenta por cento) do seu valor atualizado, se apurada mediante procedimento fiscal, sem prejuízo dos acréscimos moratórios.

CAPÍTULO IX

TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE URBANIZAÇÃO EM TERRENOS PARTICULARES

A Taxa de Licença para Execução de Urbanização em Terrenos Particulares tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização de urbanização de terrenos particulares do Município
Nenhum plano de urbanização particular poderá ser executado sem prévio pedido de licença à municipalidade, nos termos da legislação específica, e pagamento da taxa devida.
Sujeito passivo da Taxa de Licença para Execução de Urbanização em Terrenos Particulares é o proprietário, detentor de domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel objeto das obras de urbanização.
A Taxa de Licença para Execução de Urbanização em Terrenos Particulares será cobrada de conformidade com a Tabela abaixo.

TABELA TAXA DE LICENÇA PARA PARCELAMENTO E UNIFICAÇÃO DO SOLO			
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**		**VALOR**
Unificação; subdivisão; unificação/subdivisão; cadastramento; regularização; loteamento			
1	Até 1.000 m²	Por m²	R$ 0,20
2	De 1.001 a 5.000 m²	Por m²	R$ 0,12

3	Acima de 5.000 m²	Por m²	R$ 0,04
Valores diferenciados e regressivos em razão da metragem do imóvel, fracionada por faixas - a taxa será determinada pela somatória dos resultados obtidos com a incidência de cada valor sobre a fração de metragem correspondente).			
4	Licença para Projeto de Rua	Por m²	R$ 0,96
5	Alteração/Cancelamento de Previsão de arruamento, retificação de rua	Por m²	R$ 0,96
6	Projeto de rua	Por m²	R$ 0,96*
* Até o limite de R$ 130,00			

CAPÍTULO X

TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

A Taxa de Vigilância Sanitária, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao controle da saúde pública e bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização dos estabelecimentos, atividades, habitações, produtos, embalagens, utensílios e quaisquer equipamentos, para efeito de verificação do cumprimento da legislação sanitária a que se submetem.

Dentre outros são objeto de fiscalização os locais e instalações onde são fabricados, produzidos, manipulados, acondicionados, conservados, depositados, armazenados, transportados, distribuídos, vendidos ou consumidos alimentos, bem como o exercício de outras atividades pertinentes à higiene pública.

O fato gerador da Taxa considera-se ocorrido:

na data de início de atividade, relativamente ao primeiro ano de exercício;

no dia primeiro de março de cada exercício, nos anos subsequentes;

na data de alteração do endereço ou, quando for o caso, da atividade, em qualquer exercício.

O sujeito passivo da Taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da atividade exercida estar relacionada com alimentos, saúde e higiene pública e às normas sanitárias.

São solidariamente responsáveis pelo pagamento da Taxa, o promotor de feiras, exposições e congêneres, o proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel, com relação às barracas, aos veículos, aos “traillers”, aos “stands” ou assemelhados que comercializem gêneros alimentícios.

A Taxa de Vigilância Sanitária será cobrada de conformidade com a Tabela abaixo, na forma e prazos definidos em regulamento:

Item	ESPECIFICAÇÃO	PRAZO	VALOR
1	Estabelecimentos Comerciais e Industriais	Até 200 m²/Ano	R$ 40,00
		Acima de 200m²/Ano	R$ 80,00
2	Comércio ambulante de gêneros alimentícios sem ponto fixo		
2.1	mercadores ambulantes com mercadorias a tiracolo	Ano	R$ 20,00
2.2	mercadores ambulantes em carrocinhas, triciclos ou assemelhados	Ano	R$ 20,00
3	Mercadores ambulantes no exercício de atividades provisórias em épocas ou eventos especiais:		
3.1	Com mercadorias a tiracolo	Por evento	R$ 20,00
3.2	em carrocinhas, triciclos, ou assemelhados	Por evento	R$ 20,00
4	Comércio ambulante de gêneros alimentícios com ponto fixo ou de estacionamento determinado		
4.1	carrocinhas, triciclos ou assemelhados	Ano	R$ 20,00
4.2	módulos ou cabines	Ano	R$ 20,00
4.3	barracas ou tabuleiros	Ano	R$ 20,00
4.4	veículos motorizados, trailers, quiosques ou assemelhados	Ano	R$ 20,00
5	Atividades com ponto fixo ou de estacionamento determinado, no exercício de atividades provisórias em épocas ou eventos especiais		
5.1	carrocinhas, triciclos, barracas, ponto comercial e assemelhados	Por evento	R$ 30,00
6	Feiras-Livres		
6.1	barracas ou tabuleiros, por matrícula	Ano	R$ 20,00
6.2	veículos motorizados ou não, por matrícula	Ano	R$ 20,00
7	Estabelecimentos Prestadores de Serviço	Até 200 m²/Ano	R$ 40,00
		Acima de 200m²/Ano	R$ 80,00
8	Depósitos e Armazéns	Ano	R$ 80,00

Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma das atividades específicas, será utilizada, para efeito de cálculo da Taxa, aquela que conduzir ao maior valor.

Não havendo especificação precisa da atividade, a Taxa será calculada pelo código que contiver maior identidade de características com o ramo considerado.

As atividades previstas nos Itens 1 e 7 da Tabela estão sujeitas à taxa em razão da área efetivamente ocupada pela atividade econômica, podendo ser maior ou menor do que a área total construída da edificação onde fica o estabelecimento.

Para as atividades de comércio de material de construção, horto, serralheria e congêneres, será considerada a área usada para estocar material, ainda que descoberta.

A taxa será devida integral e anualmente, independentemente da data de abertura do estabelecimento, transferência do local ou qualquer alteração contratual ou estatutária.

Sendo anual o período de incidência, o lançamento da Taxa ocorrerá:

no ato da inscrição, relativamente ao primeiro ano de exercício;

no mês e data definidos conforme regulamento, nos anos subsequentes;

no ato da alteração do endereço ou, quando for o caso da atividade, em qualquer exercício.

Quando a Taxa for devida anualmente, o Órgão Fazendário poderá lançar e cobrar a Taxa de Vigilância Sanitária na mesma guia da Taxa de Licença para Funcionamento.

Na hipótese do inciso II, a Taxa poderá ser paga parcialmente, na forma, prazo e condições instituídos pelo Órgão Fazendário, ou de uma única vez, mediante desconto de 10% (dez por cento).

CAPÍTULO XI

TAXA DE LICENÇA AMBIENTAL

Seção I

Disposições Gerais

A Taxa de Licença Ambiental tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização dos estabelecimentos, atividades e habitações para efeito de verificação do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submetem, decorrente do licenciamento ambiental para o exercício de atividade que apresente ou possa apresentar impacto ambiental local.

Ato do Poder Executivo determinará o procedimento administrativo para a concessão do licenciamento ambiental, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

O órgão licenciador definirá procedimentos específicos para o licenciamento ambiental, observadas a natureza, as características e as peculiaridades de cada atividade, projeto ou empreendimento, e, ainda, a compatibilização do procedimento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

A atividade de implantação ou extensão de rede de infraestrutura urbana e correlatas deve submeter-se ao procedimento de licenciamento ambiental no Município.

A atividade citada no caput compreende as redes para televisão a cabo, as redes e equipamentos para telefonia fixa e celular, a rede para o gás canalizado, os postes e redes de distribuição de energia elétrica, as estações de rádio base da telefonia celular, o mobiliário urbano, a rede para a água canalizada e esgoto, as infovias próprias para a Internet ou para ligação dos sistemas em intranet ou extranet, rede para transporte coletivo e dutoviário, bem como a adoção de outras tecnologias que impliquem em instalação ou extensão de redes aéreas ou subterrâneas na cidade ou que utilizem as obras de arte de domínio municipal, para a implantação de serviços de natureza privada e os de interesse coletivo.

Ato do Poder Executivo estabelecerá as atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, os tipos de licença para cada caso, os critérios de determinação do tipo, porte e localização do empreendimento e do potencial poluidor da atividade.

É contribuinte da Taxa de Licença Ambiental o empreendedor, público ou privado, responsável pelo pedido de licença ambiental para o exercício da atividade respectiva.

Parágrafo Único. A Taxa deverá ser recolhida previamente ao pedido da licença ou de sua renovação, sendo seu pagamento pressuposto para análise dos projetos.

Seção II

Das Isenções

Fica isenta do pagamento de licenciamento ambiental a implantação de unidades de saúde da rede pública ou filantrópicas.

O licenciamento ambiental de pequenos produtores rurais possuirá isenção na seguinte ordem:

Propriedade com área de até 100 ha – isenção de 20% (vinte por cento)

Propriedade com área acima de 100 ha até 200 ha – isenção de 15% (quinze por cento)

Propriedade com área acima de 200 ha até 400 ha – isenção de 10% (dez por cento)

O valor da taxa de licenciamento ambiental e dos estudos ambientais possuirá 50% (cinquenta por cento) de isenção para empreendimentos ou regularização de assentamentos destinados à população de baixa renda, sendo consideradas, em todos os casos, as condições socioeconômicas da população envolvida.

Fica assegurada a isenção de 30% (trinta por cento) sobre as taxas de renovação de licença de operação dos empreendimentos que atenda, a pelo menos, um dos itens abaixo:

utilizem resíduos para reciclagem;

utilizem resíduos para geração de energia;

reaproveitem a água utilizada;

disponham de certificação por órgão credenciado em qualidade ambiental, nos termos do regulamento;

implementem plano de gerenciamento de resíduos sólidos;

sejam de responsabilidade direta de Prefeituras, órgãos do Governo Estadual, órgãos do Governo Federal, Organização não Governamental - ONG e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

As isenções não serão cumulativas.

A comprovação da existência dos itens de que trata o*caput*será feitas na ocasião das vistorias.

Para ter acesso a uma das isenções acima mencionado o empreendedor deverá preencher declaração disponível no protocolo do órgão licenciador na ocasião do pedido.

O empreendedor é responsável pela manutenção do item pelo qual recebeu o benefício no decorrer do funcionamento de sua atividade. A constatação do não funcionamento de qualquer dos itens pelo qual foi beneficiado ensejará emissão compulsória de boleto com os valores referentes ao benefício sem prejuízo das sanções penais e administrativas pelo fornecimento de informações não comprováveis.

Fica assegurada a isenção de 50% (cinquenta por cento) sobre a taxa de renovação de Licença Prévia - LP e de Licença de Instalação – LI, quando for solicitada a renovação a pelo menos 120 dias antes do vencimento da referida licença.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que o prazo de validade da Licença de Operação - LO seja superior a 03 (três) anos, o empreendedor deverá recolher, anualmente, 10% (dez por cento) do valor da referida licença, a título de pagamento pelos serviços de fiscalização e monitoramento.

Seção III

Da Base de Cálculo

Fica o órgão licenciador autorizada a cobrar pelo ingresso, uso do espaço físico e utilização de imagens de unidades de conservação e jardins zoobotânicos, sendo a importância arrecadada revertida para a manutenção das respectivas áreas, nos seguintes termos:

ingresso: até 10% (dez por cento) de R$ 107,03 (cento e sete reais e três centavos);

uso do espaço físico: de R$ 1.070,30 (um mil e setenta reais e trinta centavos) a R$ 16.054,50 (dezesseis mil e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos);

utilização de imagens: de R$ 1.070,30 (um mil e setenta reais e trinta centavos) a R$ 8.562,40 (oito mil quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).

Parágrafo Primeiro.O valor do ingresso, uso do espaço físico e utilização de imagens de unidades de conservação e jardins zoobotânicos serão definidos em decreto.

A Taxa de Licença Ambiental e sua renovação terão seu valor fixado de acordo com o setor de atividade, porte do empreendimento, o potencial poluidor da atividade e o tipo da licença requerida, de acordo com a Tabela adiante descrita.

PARÂMETROS PARA CLASSIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SEGUNDO O PORTE (CLASSIFICAÇÃO GENÉRICA)

Porte do Empreendimento	Parâmetros de Avaliação			
	Área Construída (m2)	Investimento total	Número de Empregados	Transportadora (Número de veículos)
Mínimo	Até 500 e pequenos produtores	Até R$ 159.520,00	Até 15	1 a3
Pequeno	De 501 a 2.000	De R$ 159.520.01 até R$ 1.849.435,00	Até 50	4 a10
Médio	De 2.001 a 10.000	De R$ 1.849.435,01 até R$18.494.350,00	De 50 a 150	11 a50
Grande	De 10.001 a 40.000	De R$ 18.494.350,01 até R$ 184.943.500,00	De 150 a 1.000	De 51 a 100
Excepcional	Acima de 40.001	Acima de R$ 184.943.500,01	Acima de 1.000	Acima de 100

O empreendimento será classificado em função do parâmetro de avaliação que estabeleça o maior porte.

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA (CLASSIFICAÇÃO GENÉRICA)

Licença Tipo	Porte da Atividade														
	Mínimo			Pequeno			Médio			Grande			Excepcional		
	Potencial Poluidor														
	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A

LP	R$ 179,46	R$ 219,34	R$ 299,10	R$ 797,60	R$ 1146,55	R$ 1645,05	R$ 3489,50	R$ 4486,50	R$ 5483,50	R$ 6380,80	R$ 7477,50	R$ 9970,00	R$ 6979,00	R$ 8973,00	R$ 15952,00
LI	R$ 498,50	R$ 598,20	R$ 697,90	R$ 957,12	R$ 1495,50	R$ 2193,40	R$ 6480,50	R$ 9471,50	R$ 11465,50	R$ 12961,00	R$ 16949,00	R$ 22931,00	R$ 22931,00	R$ 17447,50	R$ 26919,00
LO	R$ 229,31	R$ 348,95	R$ 498,50	R$ 518,44	R$ 797,60	R$ 1296,40	R$ 2691,90	R$ 3489,50	R$ 3788,60	R$ 7976,00	R$ 9970,00	R$ 12961,00	R$ 12961,00	R$ 13958,00	R$ 21934,00

As tabelas acima serão aplicadas aos empreendimentos que não constam das classificações específicas previstas no Art. 552º.
Deverão ser aplicadas as seguintes fórmulas para o cálculo do valor da prestação de serviços de licenciamento e autorizações, independente do potencial poluidor, para atividades classificadas como:
Atividades Agropecuárias;
Atividades de Aquicultura;
Atividades de Infraestrutura;
Usinas de álcool e açúcar; e
Poços tubulares.

Atividades Agropecuárias:
Licenciamento de Propriedades Rurais - Na determinação dos preços de análise e expedição da Licença Ambiental Única - LAU será utilizada a fórmula abaixo:
Pr = (20 + 0,28 x (Aexpl - Appd - Arld) + 0,36 x Adesm + 2 x Apprec + 0,8 x Arlrec.) x R$9,97

Pr = preço das licenças;
Aexpl = área explorada;
Appd = área de preservação permanente degradada;
Arld = área de reserva legal degradada;
Adesm = área a ser desmatada;
Apprec = área de preservação permanente a ser recuperada;
Arlrec = área de reserva legal a ser recuperada.

Termo de Averbação de Reserva Legal.

Valor da Licença = R$ 249,25

O valor da autorização para uso do fogo/queima controlada será estabelecido da seguinte forma:

Até 13,00 ha.	R$ 49,85
Acima de 13 ha.	R$ 9,97 por ha. Autorizado

O porte e o uso de motosserra far-se-ão somente através de licença emitida pela SAMA com validade de 02 (dois) anos.

Valor da Licença = R$79,76 (cada).

O valor da inspeção florestal para fins de levantamento circunstanciado de projetos vinculados à reposição florestal

Até 250 ha.	R$897,30
Acima de 250 ha.	R$897,30 + R$2,00 por ha.

Projeto Agrícola Irrigado - Na implantação de projetos agrícolas irrigados, o cálculo do preço para análise do pedido de licenças em cada fase do processo de licenciamento será feito com base na dimensão da área irrigada. O valor da remuneração será feito de acordo com as fórmulas abaixo:
Pr = (100 + 1,2 x Airrg) x R$9,97

Pr = preço das licenças;
Airrg = área irrigada (hectare).

Criação de animais confinados de grande porte (bovinos, eqüinos, bubalinos, avestruz, etc.).
Pr = (50 + 0,50 x Nc.) x R$9,97

Pr = preço das licenças
Nc = número de cabeças (Capacidade suporte)

Unidades de Produção de Leitão (UPL).
Pr = (30 + 0,36 x NM) x R$9,97

Pr = preço das licenças em
NM = número de matrizes. (Capacidade suporte)

Granja de Suínos de Ciclo Completo
Pr = (30 + 0,62 x Nm) x R$9,97 (Com valor teto estabelecido em R$ 9.970,00)

Pr = preço das licenças
Nm = número de matrizes (Capacidade suporte)

Granja de Suínos - Terminação.
Pr = (30 + 0,17 x Nc) x R$9,97 (Com valor teto estabelecido em R$ 9.970,00)

Pr = preço das licenças;

Nc = número de cabeças (Capacidade suporte)

Criação de animais confinados de pequeno porte (avicultura, etc.), com tratamento de dejetos na própria propriedade.
Pr = (20 + 0,002 x Nc) x R$9,97 (Com valor teto estabelecido em R$ 9.970,00)

Pr = preço das licenças;
Nc = número de cabeças (Capacidade suporte)

Depósito de Cama de Aviário e/ou depósitos de Dejetos Orgânicos, fora do projeto de origem.
Pr = (30 + 0,15 x Aútil.) x R$105,41

Pr = preço das licenças
Aútil = área útil (hectare).

Incubatório de Aves.
Pr = (50 + 0,006 x Aútil) x R$105,41

Pr = preço das licenças;
Aútil = área útil (hectare).

Aquicultura - Para efeitos do cálculo do preço dos serviços para análise de requerimento de licenciamento de atividades de aquicultura a área útil fica limitada a 50 (cinquenta) hectares:
Unidades de Produção de Peixes em Sistemas de Açudes.
Pr = (20 + 8 x Aútil) x R$105,41

Unidades de Produção de Peixes em Sistemas de Viveiros.
Pr = (20 + 4 x Aútil) x R$105,41
Unidades de Produção de Alevinos.
Pr = (20 + 8 x Aútil) x R$105,41

Pr = preço das licenças;
Aútil = área útil em hectare de lâmina d'água.

Atividades de Infraestrutura:
Condomínios, edifícios residenciais, conjuntos habitacionais e centros comerciais.
Pr = (130 + (15 x At) + (2 x Nº unid/3))x R$105,41

Pr = preço das licenças;
At = área total do terreno em hectare;
Nº unid = número de unidades.

Loteamentos para fins residenciais e industriais, loteamentos rurais, assentamentos, distritos industriais, complexos industriais e zonas industriais.
Pr = (120 + 8 x At) x R$105,41

Pr = preço das licenças;
At = área total a ser loteada em hectare.

Poços tubulares:

Profundidade (m)	LP	LI	LO
Até	R$ 2424,43	R$ 421,64	R$ 421,64
50,1 – 100	R$ 8432,80	R$ 843,28	R$ 843,28
à partir de 100	R$ 2213,61	R$ 843,28	R$ 843,28

Na hipótese de poços tubulares já perfurados, será emitida apenas a LO, porém o órgão ambiental cobrará pelos serviços da LP e LI.
Poços tubulares até 50m será exigido apenas cadastramento no órgão licenciador.
Para efeito de cálculo das licenças, multiplica-se ao valor calculado pelo o fator de correção de 1,0 para Licença Prévia - LP, de 1,50 para Licença de Instalação - LI e de 1,25 para Licença de Operação – LO, exceto para o calculo da LAU e poços tubulares.
O valor teto se refere à Licença Prévia - LP sendo que a Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO sofrerão o fator de correção de 1,5 e 1,25 respectivamente.
As Autorizações Ambientais concedidas aos empreendimentos e atividades dispensadas de licenciamento pelo porte, ou para intervenções ou operação de curta duração ficarão sujeitas a taxa mediante o seguinte calculo:
Pr = (22 + VT) x R$105,41

Pr = preço das licenças
VT= Vistoria Técnica

Para análise de projetos e vistorias técnicas, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados será efetuada mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
Custo Total da Análise:
CT = ST + VT + CE + CA
Serviços Técnicos:
ST = T x H x Ch
Vistoria Técnica:
VT = (T x D x Cd) + (V x R x Ck) **+** Hv x Cv

Onde:
CT = Custo Total
ST = Serviços Técnicos
VT = Vistoria Técnica
Ch = Custo da hora técnico (R$948,69/hora)
Cd = Custos de viagem (R$3162,30 /dia)
Ck = Custo do quilometro rodado (R$ 9,48 /km)
Cc = Custo da hora consultoria (R$3162,30 /hora)
CE = Consultoria Externa
CA = Custo Administrativo
H = Número de Horas Trabalhadas
D = Número de Dias Trabalhados
R = Total de Km Rodados (500 km)
T = Número de Técnicos
V = Número de Veículos
Hv = Horas de voo
Cv = Custo da hora de voo (R$ 9,97)
Parágrafo Único. Nos casos de realização de Audiência Pública, os custos correrão por conta do empreendedor.
As taxas de expediente relativas a atividades pertinentes a licença ambiental terão os seguintes valores:
emissão de certidões diversas
CD = R$ 64,80 (sessenta e quatro reais e oitenta centavos)
expedição de segunda via de licenças ou de autorizações ambientais:
Cexped. = R$ 49,85 (quarenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)
cadastro
Pr = R$ 219,34 (duzentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos)
Pr = R$ 219,34 (duzentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos) + ST (para os empreendimentos de reduzido impacto ambiental).
Os recursos resultantes da Taxa de Licença Ambiental serão utilizados em programas de proteção e preservação ambiental.
CAPÍTULO XII
TAXA DE COLETA DE LIXO ORDINÁRIO
A Taxa de Coleta de Lixo Ordinário tem por fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos seguintes serviços prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição:
coleta e transporte dos resíduos sólidos e pastosos;
transbordo dos resíduos sólidos e pastosos;
deposição final dos resíduos sólidos e pastosos.
Para os efeitos deste artigo entende-se como lixo ordinário os resíduos sólidos e pastosos produzidos em economias residenciais ou não, que possam ser acondicionados em sacos plásticos, com exceção dos resíduos que por seu volume, composição ou peso, necessitam de transporte específico, provenientes de:
processos industriais, comerciais e de prestação de serviços;
obras de construção civil ou demolições;
serviços de saúde;
limpeza de jardins e similares.
Os resíduos excetuados no § 1º poderão ser coletados pelo Município mediante tarifa específica a ser fixada por ato do Poder Executivo.
Contribuinte da Taxa de Coleta de Lixo Ordinário é o proprietário do imóvel ou da economia, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.
A base de cálculo da Taxa de Coleta de Lixo Ordinário será o custo anual dos serviços previstos neste Capítulo, levando-se em conta os seguintes fatores:
a natureza dos serviços prestados;
a quantidade dos serviços prestados em função da estimativa de produção de resíduos sólidos e pastosos;
o uso e destinação da economia.
Para a fixação dos valores da Taxa de Coleta de Lixo Ordinário, considerados os fatores mencionados no Art. 561º, adotar-se-á a seguinte fórmula de cálculo:
Taxa de Lixo = A x Z x Fc1 x Fc2 x Fc3 x K

Onde:

A = Área Construída do imóvel em metros quadrados;
Z = Zoneamento
Fc1 = Fator atividade
Fc2 = Fator Pavimentação
Fc3 = Fator Frequência
K = R$0,05 (cinco centavos) = é o valor divisível de referência obtido a partir dos custos envolvidos nos serviços de que trata este Capítulo pela geração específica de lixo.

Z = ZONEAMENTO	**VALOR**
ZC - Zona Central	2
ZCS - Zona de Comercio e Serviço	1,8
ZR1 - Zona Residencial 1	1,6
ZR2 - Zona Residencial 2	1,4
ZR3 - Zona Residencial 3	1
ZCE - Zona de Controle Especial	1,2

Fc1		
ATIVIDADE	**TIPO**	**VALOR**
RESIDENCIAL	Individual	1
	Coletiva	1,2
COMÉRCIO E SERVIÇO	Salas, lojas, consultórios, escolas e similares	1,6

	Supermercados, atacadistas, restaurantes, mercadinhos e similares	1,8
MISTO	Prédios Residenciais e Comerciais	1,3

Fc2	
PAVIMENTAÇÃO	**VALOR**
Asfalto	0,7
Terra	1

Fc3	
FREQUENCIA	**VALOR**
6 dias por semana	1,8
1 dia por semana	1

A qualquer momento, nos casos em que o contribuinte, pessoa física ou jurídica, se entender prejudicado, poderá, sem custos e mediante formulário próprio, requerer a revisão dos valores, para adequá-los em conformidade com a realidade do consumidor.
É facultado ao contribuinte requerer a cobrança em separado da taxa relativa à coleta de lixo, mediante requerimento, ficando sujeito ao pagamento adicional das despesas do boleto e impressão da fatura, a partir do deferimento.
O lançamento da taxa de coleta de lixo ordinário será anual, com valor parcelado em 12 (doze) meses.

CAPÍTULO XIII

TAXA DE ESGOTO SANITÁRIO

São contribuintes da Taxa de Esgoto Sanitário os proprietários, titulares do domínio útil, possuidores e ocupantes de imóveis edificados, bem como os demais imóveis utilizados em atividade comercial ou produtiva, situados neste Município, beneficiários do serviço de coleta, afastamento e tratamento de esgotos sanitários.
Implantado o serviço de coleta e afastamento de esgotos sanitários em uma via, os imóveis beneficiados serão, obrigatoriamente, a ele ligados, sendo que as novas edificações, bem como as reformas nas existentes, somente receberão o alvará de licença, nas vias já servidas por esse serviço, se do projeto constar a rede interna e respectiva ligação, na forma e prazos que vierem a ser exigidos pelo órgão competente, obedecidas as normas técnicas em vigor.
A recusa do contribuinte na ligação de seu imóvel com o serviço de coleta e afastamento de esgoto sanitário não o eximirá da obrigação de pagar a Taxa de Esgoto Sanitário e o sujeitará ao pagamento de multa no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), por ligação que se fizer necessária.
A multa prevista no § 1º será cumulativa e duplicada a cada expiração do prazo concedido.
A taxa de que trata este Capítulo será apurada com base no consumo de água, pelo mesmo contribuinte, pela alíquota de 70% (setenta por cento) da tarifação de água.
Se o imóvel não for abastecido total ou parcialmente pelo sistema público de abastecimento de água, o volume de água residuária ou servida será apurado por medição ou arbitramento pela autoridade competente, com base no consumo médio do contribuinte em situação idêntica ou assemelhada.
Nos sistemas de tratamento descentralizados, instalados em bairros, loteamentos, condomínios e afins, constituídos por rede coletora, tanque séptico, filtro anaeróbio ou outro sistema de tratamento, a taxa corresponderá a 60% (sessenta por cento) do valor da tarifa de água.
Quando o sistema de tratamento descentralizado for interligado ao sistema centralizado de esgoto, a cobrança da taxa será correspondente ao valor disposto no caput deste artigo.
Não será exigida a taxa de que trata o presente Capítulo na hipótese do contribuinte realizar comprovadamente, ao seu encargo, os serviços por ela remunerados.

CAPÍTULO XIV

TAXA DE APREENSÃO E DEPÓSITO DE BEM MÓVEL, SEMOVENTE E MERCADORIAS

A Taxa de Apreensão e Depósito de Bem Móvel ou Semovente e Mercadorias, tem como fato gerador a apreensão ou a guarda, pela Administração Municipal, no exercício legal do poder de polícia do Município, de objetos, viaturas, animais, mercadorias, ou outro qualquer bem móvel, que poderão ser removidos ou não para o Depósito Municipal.
Contribuinte da Taxa é toda pessoa física ou jurídica proprietária ou responsável pelo bem objeto da apreensão ou guarda.
A taxa será paga quando da devolução do bem ao proprietário ou responsável.
O bem somente será devolvido ao proprietário ou responsável mediante a comprovação do recolhimento da Taxa.
Não sendo o bem retirado no prazo regulamentar será aplicado ao mesmo o destino determinado na legislação pertinente.
A Taxa de que trata este Capítulo será cobrada de acordo com a Tabela abaixo e respectivo regulamento por Ato do Poder Executivo.

Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID	VALOR
1	Apreensão		
1.1	de animais vivos de pequeno e médio porte	unid	R$ 45,00
1.2	de animais vivos de grande porte	unid	R$ 60,00
1.3	de mercadorias ou objetos de qualquer natureza	Kilo ou unid	R$ 2,00
1.4	Carrinho “Hot-Dogs”, Banca de Revista e similares	unid	R$ 60,00
2	Reboque de veículos apreendidos		
2.1	Ônibus e caminhão	unid	R$ 200,00
2.2	Micro-ônibus	unid	R$ 170,00
2.3	Kombis e similares, veículos de passeio e motos	unid	R$ 143,00
2.4	Outros, não discriminados nos itens 2.1 a 2.3	unid	R$ 143,00
3	Armazenagem, por dia ou fração, no Depósito Municipal:		
3.1	de veículos	unid	R$ 30,00
3.2	de animais vivos de pequeno porte	unid	R$ 15,00
3.3	de animais vivos de grande porte	unid	R$ 30,00
3.4	de mercadorias ou objetos de qualquer natureza	unid	R$ 15,00

CAPÍTULO XV

TAXA DE EXPEDIENTE

Seção I

Disposições Gerais

A Taxa de Expediente tem como fato gerador a:
prestação de serviços burocráticos, postos à disposição do contribuinte no seu exclusivo interesse;
tramitação de petição ou documento, que devam ser apreciados por autoridade municipal;
lavratura de termo ou contrato.

Parágrafo Único. Contribuinte da taxa é o peticionário, solicitante do serviço ou quem tiver interesse direto no ato da autoridade ou servidor municipal competente.
A taxa será devida pelo peticionário ou por quem tiver interesse direto no ato da Administração Pública Municipal.
Estão isentos da Taxa de Expediente os requerimentos:
de atos ligados à vida funcional dos servidores do Município;
referentes a ordens de pagamento, de restituição de tributos, depósitos ou caução;
de apresentação dos demonstrativos ou declarações que se configurem obrigações acessórias;
referentes à regularização de imóveis no cadastro imobiliário do Município, inclusive no que tange à titularidade;
impugnação ou recurso de lançamento de ofício de tributo, inclusive em Auto de Infração;
certidão de matrículas em hospitais, dispensários e ambulatórios do Município;
certidão de admissão de menores em estabelecimentos de ensino da rede municipal e os registros para a respectiva admissão;
termo de doação feita pelo Município;
autenticação de livros e documentos fiscais e talonários de notas;
A Taxa de que trata este Capítulo será cobrada de acordo com a Tabela abaixo.

Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID	VALOR
1	Busca e desarquivamento de documentos	unid	R$ 21,00
2	Cópia de documentos	Por folha	R$ 1,50
3	Emissão de Documento de Arrecadação Municipal - DAM	unid	R$ 2,87
4	Baixa de inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas (CAE)	unid	R$ 30,00
5	Fornecimento de 2ª via de alvará e habite-se	unid	R$ 21,00
6	Fornecimento de 2ª via de outros documentos	unid	R$ 21,00
7	Declarações diversas	unid	R$ 21,00
8	Relocação de ponto e de itinerários de transporte de pessoas	unid	R$ 30,00
9	Substituição de veículo de aluguel	Por veículo	R$ 21,00
10	Autorização para veículo de transporte de pessoas ficar fora de circulação	Por veículo	R$ 30,00
11	Autorização para emplacamento de veículos de transporte de passageiros e de aluguel	Por veículo	R$ 130,00
12	Cadastro de condutor auxiliar, de transporte coletivo, alternativo, escolar e de aluguel	unid	R$ 30,00
13	Análise de requerimento para outorga ou renovação de Concessão, Permissão ou Autorização	unid	R$ 80,00

Parágrafo Único. Não será devida a Taxa de Expediente para a emissão de certidões ou documentos para defesa de direitos e para esclarecimentos da situação de interesse pessoal, na forma do art. 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal, observadas as disposições da Lei Federal n.º 9.051, de 1995.
A Taxa será cobrada independentemente de lançamento.
A cobrança da Taxa será feita por meio de guia, conhecimento ou processo eletrônico, na ocasião em que o ato for praticado, assinado ou visado, ou em que o instrumento formal for protocolado, expedido ou anexado, desentranhado ou desarquivado.
Enquanto não efetuado o pagamento, será sustado o andamento de papéis ou atos sobre os quais incida a Taxa.
A Taxa incidente sobre a emissão de guia de recolhimento de tributos será devida quando do pagamento da guia de recolhimento do tributo na rede bancária oficial conveniada.
Aos responsáveis pelos órgãos municipais que têm o encargo de realizar os atos tributados pela Taxa de Expediente, incumbe a verificação do respectivo pagamento.
A utilização de serviços de expediente, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou postos a sua disposição, compreendidos neste Capítulo estão sujeitos a prazo de atendimento conforme definido por ato do Poder Executivo, devendo sempre que possível ser executados de imediato, ressalvada a complexidade do ato.
Seção II
Das Infrações
A utilização dos atos enumerados na Tabela constante do Art. 572º sem o respectivo pagamento da taxa, total ou parcial, sujeitará o infrator ou responsável à multa correspondente a 100% (cem por cento) do valor da taxa não paga, considerada esta, pelo seu valor atualizado.
LIVRO QUARTO
DOS PREÇOS PÚBLICOS
TÍTULO I
DOS PREÇOS PÚBLICOS E TARIFAS
CAPITULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
O Poder Executivo fixará e reajustará periodicamente a tabela de preços públicos e tarifas a serem cobrados:
pelos serviços de natureza industrial comercial e civil, prestados pelo Município em caráter de empresa e susceptíveis de serem explorados por empresas privadas;
pela utilização de serviço público municipal, como contraprestação de caráter individual, em casos de não incidência da Taxa de Expediente a que se refere o Art. 573º, deste Código;
pelo uso de bens e serviços públicos.
Ficam compreendidos no inciso II deste artigo, todos os demais serviços não expressamente mencionados neste Título nem na Tabela da Taxa de Expediente, anexa a este Código.
Poderão, ainda, serem incluídos no sistema de preços outros serviços de natureza semelhante aos de que tratam os incisos I e II deste artigo, prestados pelo Município.
CAPITULO II
DA FIXAÇÃO DOS PREÇOS
A fixação dos preços para os serviços prestados exclusivamente pelo Município terá por base, sempre que possível, o custo unitário.
Quando não for possível a obtenção do custo unitário, para a fixação do preço, será considerado o custo total do serviço verificado no último exercício, a flutuação nos preços de aquisição dos fatores de produção do serviço e o volume de serviço prestado e a prestar.
O volume do serviço será medido, conforme o caso, pelo número de utilidades produzidas ou fornecidas, pela média dos usuários atendidos e outros elementos pelos quais se possa apurá-lo.
O custo total compreenderá custo de produção, manutenção e administração do serviço e bem assim as reservas para recuperação do equipamento e expansão do serviço.
É de competência do Poder Executivo a fixação dos preços dos serviços, até o limite da recuperação do custo total, sendo além desse limite a fixação do preço dependerá de Lei Municipal.
Os serviços municipais, sejam de que natureza forem, quando sob regime de concessão ou permissão, e as explorações de serviços de utilidade pública, terão a tarifa ou preço fixado por ato do executivo, de acordo com as normas deste Título e das leis específicas em vigor.

Aplicam-se aos preços de serviços as disposições deste Código Tributário, concernentes a lançamento, cobrança, pagamento, restituição, fiscalização, domicílio, obrigações acessórias dos usuários, dívida ativa, penalidades e processo fiscal, ressalvado as disposições especiais em vigor para cada caso.

CAPITULO III

DAS INFRAÇÕES

O não pagamento dos débitos resultantes do fornecimento de utilidades produzidas ou do uso das instalações e bens públicos, em razão da exploração direta de serviços municipais, acarretará decorridos os prazos regulamentares, o corte do fornecimento ou a suspensão do uso.

Parágrafo único. O corte do fornecimento ou a suspensão do uso de que trata este artigo é aplicável, também, nos casos de infrações outras praticadas pelos consumidores ou usuários, previstas em normas de polícia administrativa, ou regulamento específico.

LIVRO QUINTO

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

A inscrição ou alteração dos dados cadastrais dos imóveis já existentes deverá ser promovida espontaneamente dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação deste Código, independentemente de multa, ficando dispensados de nova inscrição ou comunicação de alteração da inscrição aqueles que já se encontravam com a sua inscrição regularizada no cadastro da Municipalidade.

Fica o Poder Executivo autorizado a conceder prazos, com suspensão de penalidades, para inscrição e cadastramento de imóveis ou acréscimos construídos irregularmente, lançando o imposto a partir do ano seguinte ao da confissão do sujeito passivo.

Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio de cooperação técnica com a Secretaria da Receita Federal, com o Estado de Mato Grosso e com outros Municípios, objetivando o intercâmbio de informações econômico-fiscais e a prestação de mútua assistência na fiscalização e cobrança dos tributos que administram.

Os prazos fixados na legislação tributária serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

As datas fixadas para o recolhimento dos tributos Municipais, que recaírem em feriados, sábados e domingos, serão automaticamente transferidas para o primeiro dia útil subsequente ao vencimento, sem ônus de qualquer natureza.

Os valores de tributos, penalidades e do Custo Unitário de Reprodução (VR), previstos neste Código e fixados em moeda nacional, correspondem, para efeito de atualização, à data de 1º de março de 2015.

Os valores a que se refere o Art. 591º, serão corrigidos anualmente no mês de setembro pelo INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor (IBGE), acumulado nos últimos doze (12) meses, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

O disposto neste artigo não se aplica aos tributos que já tenham a sua forma de atualização prevista nesta Lei.

O Poder Executivo regulamentará, no que for necessário, as disposições deste Código, podendo, para tanto, expedir, inclusive separadamente, os regulamentos dos diversos tributos, e ainda resoluções e instruções normativas que garantam a plena eficácia das normas instituídas por este Código, estes últimos expedidos no âmbito de competência do titular do órgão fazendário do Município.

Enquanto não forem delimitadas as zonas urbanas, prevalecem os critérios fixados na Legislação em vigor.

Enquanto não for aprovada lei municipal estabelecendo nova Planta de Valores, permanece em vigor aquela atualmente aplicada pelo Órgão Fazendário do Município.

Parágrafo único. Ficam mantidos também todos os demais critérios que servem de base para a fixação da base de cálculo do IPTU.

Esta Lei Complementar será regulamentada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do início da sua vigência.

Esta Lei Complementar entra em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se.
Publique-se.
Cientifique-se
CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal de Tapurah

Responsável Técnico: Dr. Rodrigo Couto. Especialista em Direito Público e Tributário (UCAM/RJ), Bacharel em Direito com especialização Jurídico Política (UGF/RJ). OAB/RJ 147.479 OAB/MT 14546-A

*Aplicação de modelo de programação não linear de autoria do Dr. José Delfino Sá e dos Prof. Ricardo Kalid e Carlos Arthur Cavalcante, mediante parceria com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Industrial (PEI) da Universidade Federal da Bahia.

Publicado por:
Juliana Rosa Ferreira
Código Identificador:01A39403

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO I RREO 5º BIM.2014

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A OUTUBRO/2014							
RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I)							R$ 1,00
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.500.000,00	15.500.000,00	1.887.323,00	12,17	11.913.553,17	76,86	3.586.446,83
RECEITAS CORRENTES	11.100.000,00	11.100.000,00	1.887.323,00	17,00	9.872.759,16	88,94	1.227.240,84
RECEITA TRIBUTARIA	520.500,00	520.500,00	117.518,02	22,57	538.160,09	103,39	-17.660,09
Impostos	488.000,00	488.000,00	95.849,77	19,64	483.609,68	99,10	4.390,32
Taxas	32.500,00	32.500,00	21.668,25	66,67	54.550,41	167,84	-22.050,41
Contribuição de Melhoria							

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	115.000,00	115.000,00	18.790,54	16,33	55.685,81	48,42	59.314,19
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas	115.000,00	115.000,00	18.790,54	16,33	55.685,81	48,42	59.314,19
RECEITA PATRIMONIAL	58.100,00	58.100,00	34.425,29	59,25	126.122,04	217,07	-68.022,04
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	58.100,00	58.100,00	34.425,29	59,25	126.122,04	217,07	-68.022,04
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	500,00	500,00					500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.384.550,00	10.384.550,00	1.757.377,53	16,92	9.087.420,51	87,50	1.297.129,49
Transferências Intergovernamentais	10.374.550,00	10.374.550,00	1.757.377,53	16,93	9.087.420,51	87,59	1.287.129,49
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	21.350,00	21.350,00	-40.788,38	191,04	65.370,71	306,18	-44.020,71
Multa de Juros de Mora	1.740,00	1.740,00	-46.265,56	658,94	25.664,88	474,99	-23.924,88
Indenizações e Restituições	3.000,00	3.000,00	903,06	30,10	9.166,72	305,55	-6.166,72
Receita da Dívida Ativa	16.500,00	16.500,00	4.574,12	27,72	30.539,11	185,08	-14.039,11
Receitas Diversas	110,00	110,00					110,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.400.000,00	4.400.000,00			2.040.794,01	46,38	2.359.205,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.390.000,00	4.390.000,00			2.040.794,01	46,48	2.349.205,99
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	4.390.000,00	4.390.000,00			2.040.794,01	46,48	2.349.205,99
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	15.500.000,00	15.500.000,00	1.887.323,00	12,17	11.913.553,17	76,86	3.586.446,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.500.000,00	15.500.000,00	1.887.323,00	12,17	11.913.553,17	76,86	3.586.446,83
DÉFICIT (VI)	612.000,00	2.346.457,00			1.253.919,70	53,43	1.092.537,30
TOTAL(VII) = (V + VI)	16.112.000,00	17.846.457,00	1.887.323,00	10,57	13.167.472,87	73,78	4.678.984,13
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para	234.415,39	234.415,39					234.415,39
CréditosSuperávitAdicionais)Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais	234.415,39	234.415,39					234.415,39

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)							
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							

OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)							
DÉFICIT (IV)							
TOTAL (V) = (III + IV)							

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO/2014

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) — R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)	% (j / f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.112.000,00	1.734.457,00	17.846.457,00	1.684.422,47	13.167.472,87	2.444.164,18	10.257.431,64	57,47	7.589.025,36
DESPESAS CORRENTES	12.973.000,00	1.486.700,00	14.459.700,00	1.446.433,35	10.396.336,35	1.914.770,63	9.087.941,88	62,85	5.371.758,12
Pessoal e Encargos Sociais	6.208.500,00	733.800,00	6.942.300,00	984.001,81	5.223.252,70	1.016.292,72	4.988.014,22	71,84	1.954.285,78
Juros e Encargos da Dívida	14.000,00	-6.800,00	7.200,00		7.200,00	1.255,85	5.251,20	72,93	1.948,80
Outras Despesas Correntes	6.750.500,00	759.700,00	7.510.200,00	462.431,54	5.165.883,65	897.222,06	4.094.676,46	54,52	3.415.523,54
DESPESAS DE CAPITAL	3.124.000,00	247.757,00	3.371.757,00	237.989,12	2.771.136,52	529.393,55	1.169.489,76	34,68	2.202.267,24
Investimentos	3.056.000,00	247.757,00	3.303.757,00	237.989,12	2.735.677,72	523.483,75	1.139.940,76	34,50	2.163.816,24
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	68.000,00		68.000,00		35.458,80	5.909,80	29.549,00	43,45	38.451,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00		15.000,00						15.000,00
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	16.112.000,00	1.734.457,00	17.846.457,00	1.684.422,47	13.167.472,87	2.444.164,18	10.257.431,64	57,47	7.589.025,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.112.000,00	1.734.457,00	17.846.457,00	1.684.422,47	13.167.472,87	2.444.164,18	10.257.431,64	57,47	7.589.025,36
SUPERÁVIT (XIII)				202.900,53			1.656.121,53		-1.656.121,53
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.112.000,00	1.734.457,00	17.846.457,00	1.887.323,00	13.167.472,87	2.444.164,18	11.913.553,17	66,75	5.932.903,83

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)	% (j / f)	
DESPESAS CORRENTES (I)									
Pessoal e Encargos Sociais									
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)									
SUPERÁVIT (IV)									
TOTAL (V) = (III + IV)									

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:48F6F305

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO II RREO 5º BIM.2014

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

BIMESTRE SETEMBRO a OUTUBRO de 2014

CONSOLIDADO

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.112.000,00	17.846.457,00	1.684.422,47	13.167.472,87	2.444.164,18	10.257.431,64	100,00	57,47	7.589.025,36
LEGISLATIVA									
ACAO LEGISLATIVA	1.224.000,00	1.224.000,00	120.509,90	503.355,43	132.805,51	492.887,68	4,80	40,26	731.112,32
JUDICIÁRIA									
DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO	95.000,00	5.000,00							5.000,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO									
ADMINISTRACAO DE RECEITAS	1.200,00	1.200,00							1.200,00
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	550.000,00	526.000,00	27.312,08	417.673,27	76.238,00	364.691,99	3,55	69,33	161.308,01
ADMINISTRACAO GERAL	1.912.000,00	1.147.300,00	172.988,25	901.986,63	154.700,29	779.846,50	7,60	67,97	367.453,50

COMUNICACAO SOCIAL	31.000,00	11.000,00							11.000,00
CONTROLE INTERNO	60.000,00	55.000,00	7.240,35	34.355,90	7.240,35	33.895,90	0,33	61,62	21.104,10
TECNOLOGIA DA INFORMACAO	10.000,00	5.000,00	960,00	960,00	960,00	960,00		19,20	4.040,00
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	100.000,00	180.500,00	9.971,86	82.381,23	13.902,35	76.871,09	0,74	42,58	103.628,91
ASSISTENCIA AO IDOSO	40.000,00	84.000,00	319,26	36.133,27	1.325,91	25.404,85	0,24	30,24	58.595,15
ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	25.000,00	3.000,00							3.000,00
ASSISTENCIA COMUNITARIA	718.000,00	778.000,00	32.194,13	495.247,89	71.754,63	315.997,66	3,08	40,61	462.002,34
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
SAÚDE									
ADMINISTRACAO GERAL	342.000,00	572.000,00	82.343,10	441.501,69	85.643,72	432.145,41	4,21	75,54	139.854,59
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.201.000,00	968.000,00	71.619,19	585.206,34	122.946,47	473.355,53	4,61	48,90	494.644,47
ATENCAO BASICA	1.517.000,00	2.535.500,00	447.293,95	2.159.594,44	521.027,59	1.897.583,03	18,49	74,84	637.916,97
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	180.000,00	219.000,00		175.589,99	17.925,95	84.587,59	0,82	38,62	134.412,41
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	103.000,00	123.000,00	10.539,30	70.670,97	13.136,49	66.419,77	0,64	53,99	56.580,23
VIGILANCIA SANITARIA	70.000,00	75.000,00	9.711,29	36.562,89	7.727,06	22.288,87	0,21	29,71	52.711,13
TRABALHO									
EDUCAÇÃO									
ADMINISTRACAO GERAL	7.500,00	7.500,00		1.818,00		1.818,00	0,01	24,24	5.682,00
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	17.000,00	1.710,80	6.837,39	2.286,05	5.773,82	0,05	33,96	11.226,18
EDUCACAO ESPECIAL	59.300,00	77.300,00	6.825,20	37.285,32	8.455,94	32.536,88	0,31	42,09	44.763,12
EDUCACAO INFANTIL	770.000,00	1.367.000,00	122.032,61	1.148.104,48	165.624,97	1.085.577,35	10,58	79,41	281.422,65
ENSINO FUNDAMENTAL	3.560.000,00	3.190.300,00	334.606,85	2.251.738,70	487.698,35	1.866.837,93	18,19	58,51	1.323.462,07
ENSINO SUPERIOR	15.000,00	15.000,00							15.000,00
CULTURA									
DIFUSAO CULTURAL	164.000,00	177.000,00	20.079,44	95.028,48	22.900,57	81.615,87	0,79	46,11	95.384,13
DIREITOS DA CIDADANIA									
URBANISMO									
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.363.000,00	905.000,00	68.287,13	648.939,61	110.405,46	610.555,31	5,95	67,46	294.444,69
SERVICOS URBANOS	20.000,00	5.000,00		1.580,00		1.580,00	0,01	31,60	3.420,00
HABITAÇÃO									
HABITACAO URBANA	20.000,00	4.500,00							4.500,00
SANEAMENTO									
SANEAMENTO BASICO RURAL	30.000,00	30.000,00							30.000,00
SANEAMENTO BASICO URBANO	92.000,00	12.000,00							12.000,00
GESTÃO AMBIENTAL									
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA									
EXTENSAO RURAL	190.000,00	310.000,00	8.413,88	252.465,07	11.341,28	64.434,21	0,62	20,78	245.565,79
PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	5.000,00	5.000,00							5.000,00
PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	20.000,00	7.000,00							7.000,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA									
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA									
ENERGIA ELETRICA	255.000,00	189.700,00	57.000,00	132.610,00	9.045,24	84.655,24	0,82	44,62	105.044,76
TRANSPORTE									
TRANSPORTE RODOVIARIO	810.000,00	2.457.457,00	52.367,86	2.266.777,54	333.858,64	1.040.587,56	10,14	42,34	1.416.869,44
DESPORTO E LAZER									
DESPORTO COMUNITARIO	290.000,00	312.000,00	20.096,04	220.409,54	39.212,17	186.160,56	1,81	59,66	125.839,44
ENCARGOS ESPECIAIS									
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	165.000,00	155.000,00		120.000,00	18.835,54	93.562,84	0,91	60,36	61.437,16
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	72.000,00	75.200,00		42.658,80	7.165,65	34.800,20	0,33	46,27	40.399,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00							15.000,00
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 16.112.000,00	R$ 17.846.457,00	R$ 1.684.422,47	R$ 13.167.472,87	R$ 2.444.164,18	R$ 10.257.431,64	100,00	57,47	R$ 7.589.025,36

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:E738D25B

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO IX RREO 5º BIM.2014

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013			
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO		826.174,30	26.563,87	719.760,43	79.850,00	5.001,42	930.914,77		321.047,62	614.868,57
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	826.174,30	26.563,87	719.760,43	79.850,00	5.001,42	930.914,77	0,00	321.047,62	614.868,57

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:72B2ED18

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO III RREO 5º BIM.2014

GOVERNO FEDERAL;ESTADO DE MATO GROSSO;MUNICIPIO DE UNIAO DO SUL;
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2013 A OUTUBRO/2014

RREO - ANEXO III (LRF, art. 53, Inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	NOV/13	DEZ/13	JAN/14	FEV/14	MAR/14	ABR/14	MAI/14	JUN/14	JUL/14	AGO/14	SET/14	OUT/14		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.125.013,20	1.365.009,45	1.399.123,75	1.124.146,19	909.194,49	1.191.881,67	1.180.434,10	972.477,00	1.278.588,07	1.105.023,88	1.021.158,80	1.142.042,00	13.814.092,60	12.813.750,00
Receita Tributaria	50.303,07	77.828,35	33.703,65	48.109,22	20.640,84	47.253,07	55.752,65	56.560,33	116.028,00	42.594,31	64.406,43	53.111,59	666.291,51	520.500,00
IPTU	351,74	1.701,16	234,45				25.007,47	17.061,68	6.622,88	898,14	251,83	422,43	52.551,78	50.000,00
ISS	20.647,12	39.189,33	11.141,14	16.364,61	9.684,28	15.434,64	12.598,06	16.257,97	26.590,55	22.286,95	38.661,63	18.763,94	247.620,22	228.000,00
ITBI	5.650,01	3.410,34	3.490,26	1.387,86	1.285,33	1.319,23	699,65	9.257,81	65.868,73	2.937,83	354,10	5.544,53	101.205,68	40.000,00
IRRF	20.016,83	29.028,21	12.762,05	14.376,25	3.814,23	29.930,70	16.162,97	12.889,62	16.332,76	15.061,81	4.084,37	27.766,94	202.226,74	170.000,00
Outras Receitas Trib.	3.637,37	4.499,31	6.075,75	15.980,50	5.857,00	568,50	1.284,50	1.093,25	613,08	1.409,58	21.054,50	613,75	62.687,09	32.500,00
Receita Contribuicoes	1.654,96	10.168,10	3.621,43	9.137,18	2.929,98	22,56	6.896,37	1.489,90	2.424,25	10.373,60	3.297,32	15.493,22	67.508,87	115.000,00
Receita Patrimonial	7.002,92	7.302,16	7.727,57	8.035,51	7.801,21	10.330,22	10.167,95	9.407,31	20.050,63	18.176,35	17.773,04	16.652,25	140.427,12	58.100,00
Receita Agropecuaria														
Receita Industrial														
Receita Servicos														500,00
Transf. Correntes	1.063.035,84	1.266.105,01	1.301.941,85	1.058.323,68	872.774,79	1.126.362,56	1.101.322,46	889.236,57	1.126.955,55	1.028.558,51	983.297,89	1.049.957,44	12.867.872,15	12.098.300,00
Cota-Parte do FPM	461.621,39	696.410,14	566.595,31	605.040,91	358.907,29	409.632,24	545.885,33	409.378,77	351.604,57	427.139,72	374.423,69	353.868,93	5.560.508,29	5.100.000,00
Cota-Parte do ICMS	237.621,15	243.082,25	220.753,99	182.157,32	202.455,62	263.260,98	214.879,02	198.288,83	288.944,45	244.592,10	306.378,45	253.929,59	2.856.343,75	3.100.000,00
Cota-Parte do IPVA	7.949,90	9.200,30	10.245,24	22.338,80	15.515,21	24.370,43	32.164,28	27.446,65	25.209,44	16.555,01	11.283,36	7.049,11	209.327,73	200.000,00
Cota-Parte do ITR	9.471,96	14.476,23	7.275,69		7.626,93	3.180,24	150,32	1.331,20	5.928,28	1.387,51	14.185,95	87.319,76	152.334,07	45.000,00
Transf. LC 87/1996	1.403,29	1.403,29	1.283,71	1.283,71		1.283,71	1.283,71	1.283,71	1.283,71	1.283,71	1.283,71	1.283,71	14.359,97	20.000,00
Transf. LC 61/1989														
Transferencias FUNDEB	128.019,51	137.609,35	187.815,34	144.173,25	129.711,73	159.982,79	153.490,69	131.476,12	134.912,17	175.689,44	143.873,63	164.846,70	1.791.600,72	1.800.000,00
Outras Transf. Corr.	216.948,64	163.923,45	307.972,57	103.329,69	158.558,01	264.652,17	153.469,11	120.031,29	319.072,93	161.911,02	131.869,10	181.659,64	2.283.397,62	1.833.300,00
Outras Receitas Corr.	3.016,41	3.605,83	52.129,25	540,60	5.047,67	7.913,26	6.294,67	15.782,89	13.129,64	5.321,11	-47.615,88	6.827,50	71.992,95	21.350,00
DEDUCOES (II)														
Cont.Pla.Seg.Soc.Serv.														
Comp.Financ.Reg.Prev.														
Ded.Rec.p/Form.FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	1.125.013,20	1.365.009,45	1.399.123,75	1.124.146,19	909.194,49	1.191.881,67	1.180.434,10	972.477,00	1.278.588,07	1.105.023,88	1.021.158,80	1.142.042,00	13.814.092,60	12.813.750,00

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:02584A74